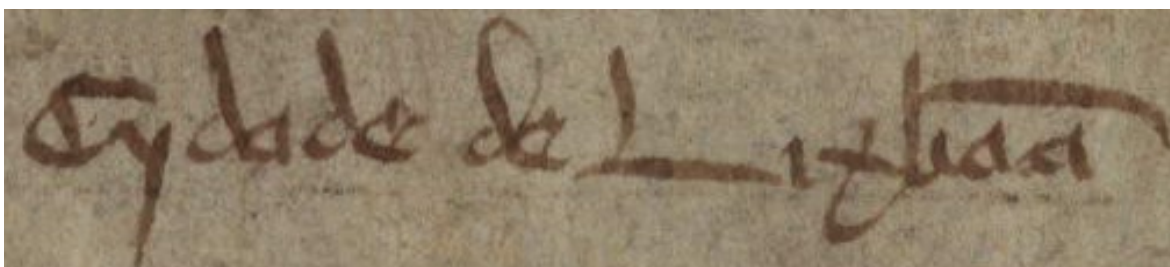


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



MUTAÇÃO URBANA NA LISBOA MEDIEVAL. DAS TAIFAS A D. DINIS

Manuel Fialho Silva

Orientador: Prof. Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes

Co-orientadora: Prof. Doutora Maria João Violante Branco

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Medieval

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



MUTAÇÃO URBANA NA LISBOA MEDIEVAL. DAS TAIFAS A D. DINIS

Manuel Fialho Silva

Orientador: Prof. Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes

Co-orientadora: Prof. Doutora Maria João Violante Branco

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de História Medieval

Júri:

Presidente: Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Director da Área de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Vogais:

- Doutora Maria Luísa Pires do Rio do Carmo Trindade, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- Doutora Iria Vicente Gonçalves, Professora Associada Jubilada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutora Amélia Aurora Aguiar de Andrade, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Pedro Ferreira Gomes Barbosa, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
- Doutora Maria Manuela Tavares dos Santos Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

RESUMO

A presente dissertação de doutoramento insere-se numa área partilhada entre a História do Urbanismo e a História Urbana, tendo como objectivo o estudo das alterações da forma urbana que ocorreram na cidade de Lisboa, entre o período dos reinos de Taifas e o final do reinado de D. Dinis. Através da reconstituição possível da forma urbana, pretende-se compreender os processos que desencadearam mutações na imagem da cidade, dentro do referido período.

A utilização de metodologias diversas consoante as múltiplas fontes analisadas tornou possível recuperar as lógicas urbanas que marcaram indelevelmente a cidade de Lisboa. Deste modo, cruzaram-se diversas fontes para se obter um panorama mais completo possível do nosso objecto de estudo. Fontes documentais, arqueológicas, cartográficas, iconográficas, e o parcelário actual foram analisados e considerados em conjunto para se obterem imagens coerentes de vários pontos fortes da cidade medieval.

A dimensão de uma cidade como a Lisboa medieval obrigou a que análise dos processos urbanos tenha sido conduzida através de uma focagem selectiva, onde a topografia foi considerada como a principal linha condutora da investigação. Esta opção levou a uma fragmentação deliberada da cidade em diferentes espaços: a Almedina, a Alcáçova, e os três arrabaldes, Ocidental, Oriental e dos Mouros. Esta divisão permitiu observar o modo como dinâmicas diversas moldaram a imagem da cidade, sem perder de vista a actuação destas forças na cidade como um todo. Deste modo, a estrutura deste trabalho reflecte o seu processo de análise, dividindo-se num prólogo seguido de cinco partes. No prólogo são abordados três aspectos de carácter global inseridos em dois momentos de transição: da antiguidade tardia para época medieval, e da época de domínio muçulmano para a de domínio cristão. Na primeira parte do trabalho estudam-se as mutações urbanas ocorridas no espaço compreendido pela cerca urbana. Na segunda parte observam-se os fenómenos de alteração da forma urbana na Alcáçova da cidade. Ao Arrabalde Ocidental foi dedicada a terceira parte deste trabalho, cuja dimensão textual, com um peso comparativamente maior do que as restantes, reflecte a relevância deste espaço. Os processos de mutação urbana do Arrabalde Oriental foram tratados na quarta parte. Na quinta e última parte foi estudada a evolução urbana do Arrabalde dos Mouros. Na conclusão procurou-se observar a cidade como um todo, identificando-se os processos globais que delinearão a imagem da cidade.

Este estudo, baseado em diversas fontes de informação, permitiu observar que a urbe medieval não se restringia ao perímetro compreendido pela cerca urbana, pois, pelo menos desde a época de domínio islâmico, o seu centro económico e comercial já se centrava na parte ocidental da cidade. Foi

também possível compreender a acção das diferentes instituições medievais na modelação da forma urbana, destacando-se a Coroa, o concelho e as instituições eclesiásticas. Esta dissertação revelou o papel definidor das dinâmicas urbanas ocorridas em época medieval e o modo como estas sustentaram os desenvolvimentos posteriores, em época moderna.

PALAVRAS-CHAVE:

História do Urbanismo

História Urbana

Lisboa

Idade Média

Época islâmica

Época Cristã

Concelho

D. Dinis

Afonso III

ABSTRACT

This doctoral thesis lies within an area shared between the History of Urbanism and Urban History, aiming to study the changes of urban form that took place in Lisbon, in the period between the Taifa kingdoms and the end of King Dinis reign. Through the possible reconstitution of urban form, it is intended to understand the processes that triggered the changes in the image of the city in this period.

The use of different methodologies depending on the multiple sources here analyzed made it possible to recover the urban logics that marked the city of Lisbon. Thus, we crossed several sources to obtain a more complete picture of our object of study. Documentary, archeological, cartographical and iconographic sources as well as the current urban property limits were all analyzed and taken together to obtain consistent images of various key points of the medieval city.

The size of a city like medieval Lisbon forced the analysis of urban processes to be conducted through a selective focus, where the topography was considered as the main guiding line. This option led to a deliberate fragmentation of the city in different spaces: the Almedina, the Alcáçova, and the three suburbs, Western, Oriental and Moorish. This division allowed us to observe how different dynamics shaped the city's image, without losing sight of these forces in the city as a whole. Thus, the structure of this study reflects its analysis process, a prologue followed by five parts. In the prologue are addressed three issues inserted in two moments of transition: from late antiquity to medieval times and from the time of Muslim rule to the Christian rule. In the first part we study the urban changes occurred in the space included by the urban fence. In the second part we observe the changing of urban form in the city Alcáçova. The Western area was studied in the third part of this work, with a textual dimension comparatively greater in weight than the other parts that reflects the importance of this area. The urban mutation processes of the Eastern area were treated in the fourth part. In the fifth and last part the urban evolution of Arrabalde of the Moors was studied. In the conclusion we observed the city as a whole, identifying the global processes that shaped the city's image.

This study, based on various sources of information, noted that the medieval metropolis was not confined to the perimeter comprised by the urban fence because, at least from the time of Islamic rule, their economic and commercial center was on the Western area of City. It was also possible to understand the action of different medieval institutions in shaping the urban form, namely the Crown, the city council and the ecclesiastical institutions. This work revealed the defining role of urban dynamics that occurred in medieval times and how they sustained further developments in modern times.

KEYWORDS:

History of Urbanism

Urban History

Lisbon

Middle Ages

Islamic Period

Christian Period

City Council

King Dinis

King Afonso III

“ (...)

Enquanto o largo mar a Ocidente se dilata

Lisboa oscilando como uma grande barca

Lisboa cruelmente construída ao longo da sua própria ausência

Digo o nome da cidade

– Digo para ver”

Sophia de Mello Breyner Andresen (1977), in *Obra Poética*

NOTAS PESSOAIS

Recordo com afeição momentos passados na companhia do meu Pai em torno da História de Portugal, algures nos anos noventa do século passado. A história que me ensinou era sobretudo aquela que melhor conhecia, a sua e a dos seus companheiros de luta no sombrio Portugal de meados do século XX. O relato da história da sua luta acendeu em mim, sem que ambos dessemos conta, o gosto pela história, pelos seus processos e sobretudo o gosto pela descoberta das causas e consequências das acções dos homens. Hoje, mais de uma década após o último abraço a esse meu primeiro companheiro nos caminhos da história, ofereço-lhe este primeiro parágrafo como uma homenagem, pois sei que seria o primeiro a sorrir, com orgulho, deste feito que começámos juntos, há mais de vinte anos.

Fazer uma dissertação de doutoramento assemelha-se mais a uma prova individual de resistência física e mental do que a um “jogo de equipa”, assemelhando-se a uma maratona em que foram necessários anos de treino para atingir o objectivo final. No entanto, o facto de ser uma prova individual torna ainda mais relevantes os contributos oferecidos pelas várias pessoas que tornaram este trabalho possível.

Há cerca de cinco anos, um dos meus antigos Professores de Licenciatura, o Professor Hermenegildo Fernandes, especialista em História medieval e História do al-Andalus, aceitou, a meu pedido, orientar uma dissertação de doutoramento cujo tema central seria a Lisboa Medieval, tema que se inseria na esfera dos meus interesses sobretudo devido à minha actividade profissional como investigador do Gabinete de Estudos Olisiponenses. Desde esse momento inicial, era já uma certeza que a transição do domínio político muçulmano para o cristão seria um dos aspectos centrais da investigação. Deste modo, considerei que este trabalho ganharia solidez com o apoio de um co-orientador, cujos conhecimentos abarcassem tanto a referida transição como também o contexto político dos primeiros séculos do então jovem reino português, áreas em que o meu conhecimento tinha maiores lacunas. O trabalho científico da Professora Maria João Branco nas referidas áreas indicou-me claramente que a medievalista seria a pessoa indicada para co-orientar esta dissertação. Felizmente, o convite foi aceite, o que permitiu encarar a complexa tarefa a que me propunha com um confortável sentimento de segurança, pois teria o apoio de um orientador e de uma co-orientadora cujos conhecimentos seriam indubitavelmente estruturais para a execução deste trabalho. E assim foi. A contribuição destes dois medievalistas revelou-se absolutamente crucial, pois tornaram possível, através do seu acompanhamento, que uma investigação vasta, densa e complexa, e, por isso, propensa à dispersão, se concretizasse numa verdadeira dissertação de doutoramento. Deste modo, agradeço com

toda a sinceridade ao Professor Hermenegildo Fernandes a destruição, muitas vezes de forma brilhante, das suposições e propostas que lhe apresentava, o que permitiu a construção de hipóteses mais sólidas e coerentes, as quais foram, em grande medida, fruto de um trabalho conjunto entre orientadores e autor. Devo também salientar que, além de crítico diligente, o Professor Hermenegildo Fernandes foi também um apoio constante ao longo dos últimos cinco anos, algo que nunca será esquecido. Também permanecerá na nossa memória o irrepreensível acompanhamento feito pela Professora Maria João Branco, responsável por várias observações acutilantes que contribuíram decisivamente para esta dissertação. As suas leituras atentas e rigorosas beneficiaram copiosamente a redacção, permitindo, simultaneamente, uma consolidação muito significativa da argumentação apresentada neste trabalho. Além disso, foram muito importantes as palavras de apoio da Professora em alguns momentos de frustração que inevitavelmente acompanham a concepção de uma dissertação de doutoramento. Agradeço a ambos pela excelente companhia, nesta árdua viagem, plena de altos e baixos, iniciada com dois notáveis Professores e finalizada com dois novos amigos.

Também outros foram acompanhando o nosso percurso com uma prontidão e interesse que nos impulsionou até ao final deste processo e que queremos aqui reconhecer. A arqueóloga Jacinta Bugalhão, quanto a nós, a pessoa mais conhecedora do complexo labirinto da arqueologia medieval islâmica lisboeta, foi uma autêntica Ariadne, indicando o caminho certo e abrindo portas, que, de outro modo, teriam permanecido encerradas. Além de me dar a conhecer relatórios sobre sítios arqueológicos praticamente desconhecidos da comunidade científica, a Jacinta Bugalhão contribuiu muitas vezes na discussão da estrutura da cidade medieval islâmica, reforçando decisivamente a nossa argumentação. Por tudo isto, as várias visitas ao Palácio da Ajuda constituíram excelentes incentivos para corrigir, rever e aperfeiçoar esta dissertação de doutoramento.

Colega investigador no Gabinete de Estudos Olisiponenses, Miguel Martins esteve muito próximo do processo de execução desta dissertação, mantendo-se sempre pronto a aconselhar fontes ou estudos, a debater pontos relevantes e também a incentivar o longo, e muitas vezes penoso, trabalho que esta dissertação obrigou.

O também colega no departamento de Património Cultural, o arqueólogo Rodrigo Banha da Silva contribuiu inquestionavelmente para a discussão de alguns pontos fulcrais desta dissertação, nomeadamente sobre a evolução urbana de Alfama, espaço onde as suas múltiplas intervenções arqueológicas lhe possibilitaram um ímpar conhecimento desta parte da cidade, tal como a escavação da Praça da Figueira, onde se encontraram vestígios relevantes de um bairro de época muçulmana. A

disponibilização de informação por este arqueólogo, sobre um vasto número de sítios arqueológicos em Lisboa, foi um importante auxílio que deve ser aqui frisado.

Devo também destacar o modo como as arqueólogas Ana Gomes e Alexandra Gaspar se prontificaram a partilhar informação relevante sobre as escavações da Praça Nova, na Alcáçova, e do claustro da Sé, o que permitiu configurar melhor o quadro evolutivo destes pontos específicos da cidade. Quero também referir a salutar e produtiva partilha de informação que temos realizado com o arqueólogo Artur Rocha ao longo dos últimos anos, a qual nos permitiu conhecer ao pormenor a escavação por ele conduzida no quarteirão do Banco de Portugal e que tem alimentado vários debates sobre o passado de Lisboa. Devo também sublinhar a voluntariosa partilha de informação por parte do arqueólogo Victor Filipe, responsável pela escavação ocorrida no local do Hotel de Santa Justa, espaço que revelou importantes informações sobre os ritmos urbanos do Arrabalde Ocidental da cidade medieval. Quero também agradecer a Lídia Fernandes que, além de uma relevante entrevista, me forneceu uma cópia de um trabalho, ainda no prelo, sobre a ocupação medieval islâmica no Teatro romano de *Olisipo*. Rui Matos, nosso colega na Câmara Municipal de Lisboa, viabilizou uma planta com a caracterização física de Alfama e, sobretudo, apoiou sempre, desde o primeiro momento, a execução desta investigação. Quero também deixar uma palavra de gratidão à coordenadora do Gabinete de Estudos Olisiponenses, Anabela Valente pelo apoio dado no decurso deste trabalho de investigação. Do mesmo modo agradeço a vários colegas de trabalho as incessantes palavras de apoio que me têm acompanhado nestes último cinco anos: a Delminda Rijo, o José Manuel Garcia, a Catarina Costa, a Eunice Relvas, a Luísa Almeida e Sousa, a Paula Tavares, a Manuela Chirôndio, a Manuela Canedo e a Ana Cristina Leite.

Agradeço também aos vários colegas da Câmara Municipal que me concederam entrevistas sobre escavações arqueológicas na cidade: Ana Caessa, Nuno Mota, António Marques, Manuela Leitão e Pedro Miranda. Também agradeço ao investigador Paulo Almeida Fernandes a entrevista que nos concedeu. O arqueólogo Dias Diogo e Laura Trindade concederam-me uma interessante entrevista sobre várias escavações em que foram responsáveis, pela qual lhes estou grato. Do mesmo modo, agradeço ao Professor Carlos Fabião, da Universidade de Lisboa, a entrevista concedida sobre *Olisipo* e Lisboa. Luísa Trindade, professora da Universidade de Coimbra, também se disponibilizou para algumas conversas onde abordámos alguns pontos cruciais desta investigação e pelas quais lhe estou grato.

Quero também nomear alguns investigadores do Centro de História da Universidade de Lisboa que acompanharam a evolução deste trabalho, destacando-se Luís Gonçalves, cujas capacidades

paleográficas nos socorreram em vários momentos, e com quem mantivemos importantes debates sobre a cidade que ambos estudámos. Covadonga Valdaliso, Armando Norte, Ana Miranda, André Leitão e Inês Lourinho, também auxiliaram pontualmente a nossa investigação e, sobretudo, mantiveram um apoio salutar ao longo destes últimos cinco anos que aqui agradecemos. Todos estes investigadores, aos quais acrescento a Ana Leitão, a Elsa Cardoso, a Inês Araújo e o Gonçalo Ramos fazem parte de um círculo que tem crescido em torno de um elo comum, o Professor Hermenegildo Fernandes, e que constituem o mais recente degrau na longa escada da investigação da História medieval e aos quais me congratulo em me poder juntar.

Não posso deixar escapar esta oportunidade sem deixar de agradecer o apoio incondicional que os meus amigos mais chegados me deram ao longo destes últimos e conturbados cinco anos, pois sem os momentos que passei junto de deles este trabalho não teria sido possível. Deixo por escrito o nome de alguns, não de todos, obviamente. Agradeço à Ana Esteves com quem comemoro há mais de vinte anos as coisas boas e simples desta vida, ao Luís Vicente, companheiro de surf e músico extraordinário, à Patrícia Maia, que se revelou uma verdadeira amiga, tanto na diversão como nas contrariedades, ao Paulo Nunes que há décadas nos faz rir a todos. Também quero deixar uma palavra de gratidão aos meus recentes amigos com quem tenho partilhado uma das minhas grandes paixões: a música. Considero um autêntico privilégio ter estes amigos e ainda poder fazer música com eles: Jorge Oliveira, Mário Pó, Néilson, Simão Lamas, Hugo Esteves.

Além destas pessoas, a minha família mais próxima, a minha mãe, a minha irmã e a minha sobrinha são como uma invisível força telúrica que me impelem a ser uma pessoa melhor, e logo, a investigar melhor. A última palavra é para a minha companheira Samantha Kaltner, que há cerca de setecentos dias e setecentas noites tornou a minha vida um sítio verdadeiramente feliz, a Penélope desta *Odisseia* que permitiu, sem qualquer dúvida, que tanto eu, como esta dissertação, chegassem a um destino seguro.

INTRODUÇÃO

Os motivos que nos trouxeram até à realização desta dissertação residem tanto em questões relacionadas com o nosso caminho profissional, como no interesse sobre dois pontos que aqui se unem: história e cidade. Na esteira de Spiro Kostof, consideramos a cidade como uma das criações humanas mais extraordinárias, cujo fascínio é inevitável, tornando-se o seu estudo tanto dever como homenagem¹.

Quando iniciámos a nossa investigação havia já uma certeza quanto ao seu tema central, pois, desde muito cedo, foi claro que se pretendia abordar a evolução urbana de Lisboa, no período de transição entre o domínio político islâmico e os primeiros séculos de domínio cristão. As balizas cronológicas foram sendo reconfiguradas ao longo da construção do edifício que sustenta este trabalho, pois os seus arquitectos, orientando e orientadores, estiveram sempre predispostos para aceitar as alterações que este projecto sofreu enquanto estava em execução. A definição do século XI como limite inicial ocorreu quando identificámos a relevância das alterações urbanas que ocorreram por toda a cidade, durante essa centúria. De outro modo, teríamos provavelmente preferido uma baliza cronológica inicial mais tardia, que permitisse, ainda assim, observar os fenómenos urbanos relacionados com a transição entre o domínio político muçulmano e o cristão. A escolha da cronologia final foi menos complexa, pois prendeu-se, num primeiro momento, com motivos de ordem prática, devido ao facto de o volume documental relativo à cidade medieval ser demasiado volumoso para o tempo disponível para a elaboração desta dissertação, não permitindo ir muito além do sexto reinado. Num segundo momento, a percepção da magnitude da intervenção urbana de D. Dinis em Lisboa e sua relevância marcante tornou indiscutível a escolha deste reinado como limite cronológico final². A escolha da evolução urbana como tema central cedo nos levou a reconhecer a existência de dois caminhos, que, por correrem perto um do outro, são ainda muitas vezes confundidos, mesmo após terem sido bem diferenciados por Mário Jorge Barroca, em 2002: a história urbana e a história do

¹ Spiro KOSTOF, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, Londres, Thames & Hudson, 1991, p. 40.

² A escolha do reinado de D. Dinis como baliza cronológica não constitui novidade na historiografia nacional, sendo até mesmo um ponto de convergência em temáticas diferentes, desde a história política, militar e social, até à história do urbanismo (cf. José MATTOSO, *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., 5ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995; Mário BARROCA, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, Vol. 1, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003; Herminia VILAR, “Em torno de uma diocese: os bispos de Lisboa entre dois séculos (1244-1325)” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 129-144; Mário FARELO, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de doutoramento apresentada a Universidade de Lisboa, 2008; Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009).

urbanismo³. Tendo subjacente a diferença entre estas disciplinas, preferimos tomar a última como central, ou seja, focar a nossa observação na forma como se estrutura o espaço urbano, mas considerando também a primeira como parte importante para o entendimento dos processos de evolução urbana aqui estudados. Por este motivo, esta dissertação inscreve-se sobretudo no âmbito da história do urbanismo, abordando também a história urbana, com o objectivo de se formular um panorama transversal da evolução da forma urbana da Lisboa medieval, onde é considerado não só o cenário como também o contexto e os agentes que modelaram esse mesmo cenário.

Este trabalho pretende ajudar a colmatar o ainda escasso conhecimento sobre a Lisboa Medieval, no âmbito da história do urbanismo português. Esta realidade tem levado a que o papel da Lisboa medieval tenha sido mal compreendido, e mesmo menosprezado, pela investigação que se tem dedicado ao seu estudo em épocas mais tardias. Deste modo, com este trabalho pretendemos contribuir não só para o entendimento da forma urbana da cidade, mas também para que o papel da sua evolução urbana seja considerado como aquilo que realmente foi: um período fulcral para a formação da imagem da cidade, que só perderia irrecuperavelmente a sua fisionomia medieval, após o terramoto de 1 de Novembro de 1755.

*

Tanto a história política, institucional e social, como o quotidiano medieval de Lisboa foram objecto de inúmeros trabalhos, que contribuíram para a nossa investigação, mesmo que, abordando apenas marginalmente a evolução urbana da cidade. De entre a vasta produção bibliográfica dedicada à cidade da foz do Tejo destacamos sobretudo algumas obras que nos auxiliaram a conceber esta dissertação⁴.

Os estudos sobre Lisboa iniciaram-se nos finais do século XIX, destacando-se uma historiografia plenamente imbuída do espírito romântico que dominava as correntes literárias da época. Claramente inserido neste campo, e considerado o “fundador da olisipografia”, Júlio de Castilho deixou três obras seminais, realizadas nas décadas finais do século XIX: *Lisboa Antiga: Bairro Alto*, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais* e *A Ribeira de Lisboa* os quais se tornaram autênticos clássicos da história

³ Cf. Carlos Ferreira de ALMEIDA, Mário BARROCA, *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 134;

⁴ Para uma mais completa história da olisipografia ver, por todos: Fernando Castelo BRANCO, *Breve História da Olisipografia*, Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

desta cidade⁵. Foram vários os autores que, entre os finais do século XIX e os meados do século seguinte, contribuíram para os estudos olisipográficos, predominantemente vincados por uma atitude que contemplava o passado da cidade da foz do Tejo de forma claramente romântica. Referimos aqui apenas aqueles que mais contribuíram para a execução desta investigação. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, Eduardo Freire de Oliveira realizou uma monumental obra de recolha documental que se mantém incontornável para qualquer estudo histórico⁶. Já em meados do século XX, Gustavo Matos Sequeira produziu um importante estudo histórico intitulado *O Carmo e a Trindade: subsídios para a História de Lisboa* que se revelou fundamental para o nosso entendimento da evolução urbana ocorrida nos limites do Arrabalde Ocidental⁷. As várias obras de Augusto Vieira da Silva, entre o início e os meados do século XX, merecem uma menção especial, pois este olisipógrafo concebeu algumas das mais precisas reconstituições da cidade anterior ao terramoto de 1755, as quais foram cruciais para a nossa investigação, sobretudo os seus quatro estudos dedicados às estruturas defensivas, que na segunda década do século XXI não conheceram ainda sucessão⁸. A obra de Vieira da Silva destaca-se da dos restantes olisipógrafos por um rigor e concisão que advém da sua formação em Engenharia, afastando-se o mais possível de interpretações mais complexas e fantasiosas preferidas por outros olisipógrafos. Tal é o caso das muito conhecidas *Peregrinações em Lisboa* de Norberto Araújo que ainda mantêm uma popularidade muito significativa e que muito contribuíram para o imaginário da Lisboa medieval⁹. Também de meados do século passado, destacam-se as obras de Ferreira de Andrade sobre algumas freguesias e paços reais da cidade as quais se revelaram fontes de informação relevantes para a nossa dissertação¹⁰. Esta olisipografia de cariz “romântico”, cujas raízes

⁵ Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: o Bairro Alto*, 3ª edição dirigida, revista e anotada por Gustavo de Matos SEQUEIRA, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954-1966, 5 volumes; *Lisboa Antiga: Segunda Parte. Bairros Orientais*, 2ª edição Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938. 12 Volumes; *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893. O título de “criador da olisipografia” foi-lhe conferido, entre outros, por Fernando Castelo Branco (cf. Fernando Castelo BRANCO, *Breve História...*, pp. 17-22).

⁶ Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Typographia Universal, 1882-1911.

⁷ Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa*, 3 vols., Câmara Municipal de Lisboa, 1939-1941.

⁸ Augusto Vieira da SILVA, *O Castelo de S. Jorge de Lisboa. Estudo histórico-descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Tip. Da Empresa Nacional de Publicidade, 1937; *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939; *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987; *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987; *Dispersos*, 3 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa. Uma lista mais extensa da vasta obra produzida por este autor pode ser consultada na bibliografia.

⁹ Norberto de ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa*, 15 vols., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1939 -1940.

¹⁰ Ferreira de ANDRADE, *A Freguesia de Santiago: subsídios para a história das suas ruas, edifícios e igreja paroquial*, 2 vols., Lisboa, 1948-1949; *A Freguesia de S. Cristóvão: subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*, 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1944-1945; *Palácios Reais de Lisboa: os dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o da Alcáçova*, Lisboa, 1949; *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1954.

remontam ao movimento liberal do século XIX, continua a ser produzida no século XXI, sobressaindo José Sarmiento de Matos, cuja obra sobre Lisboa se insere neste campo¹¹.

Numa perspectiva ligada ao âmbito da história social e institucional, Marcelo Caetano abordou, em meados do século XX, o tópico da administração municipal da cidade durante a primeira dinastia¹². Também numa perspectiva semelhante, António Pinto Ravara realizou, nos anos sessenta do século passado, uma dissertação de licenciatura sobre a propriedade urbana régia durante os reinados de D. Afonso III e D. Dinis onde privilegiou a análise da documentação medieval, e onde considerou e reflectiu, pela primeira vez, sobre o investimento urbano destes monarcas¹³.

A partir do último quartel do século XX, a historiografia contemporânea tem reelaborado o estudo do período medieval de Lisboa, contribuindo decisivamente para um crescimento exponencial do conhecimento sobre a história da cidade nesse período. Nos anos setenta do século passado, Gérard Pradalié elaborou um importante estudo onde se aborda o período de transição entre o domínio político muçulmano e o cristão, tendo como limite o final do século XIII, obra que nos foi particularmente útil, pois apresentou propostas pertinentes para o entendimento da evolução urbana da cidade¹⁴. Nas décadas seguintes, António Oliveira Marques realizou alguns estudos sobre a Lisboa Medieval, não tendo, no entanto oportunidade de concluir a sua anunciada obra magna sobre a história medieval desta cidade¹⁵. Iria Gonçalves escreveu, entre os anos oitenta e noventa do século XX, alguns dos estudos mais esclarecedores que pudemos ler sobre a economia urbana de Lisboa, em época medieval¹⁶.

Até à revolução de 1974, o panorama historiográfico sobre o papel do Gharb al-Andalus na história nacional foi abordado de forma muito limitada, por poucos estudiosos, destacando-se apenas os estudos do arabista David Lopes como um autêntico oásis no deserto¹⁷. A integração na academia de estudiosos que até aí se encontravam afastados desta, como António Borges Coelho, levou a um

¹¹ José Sarmiento de MATOS, *A Invenção de Lisboa livro I, As Chegadas*, Lisboa, Temas e Debates, 2008; *A Invenção de Lisboa livro II, As Vésperas*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

¹² Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1951.

¹³ António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967.

¹⁴ Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, Edições Palas, 1975.

¹⁵ Os vários artigos de Oliveira Marques sobre a Lisboa medieval estão reunidos em: *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988. Importa também destacar o capítulo sobre a cidade após a reconquista: “Depois da Reconquista” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp.89-113.

¹⁶ Os seus vários artigos sobre Lisboa foram reunidos, em 1996, na colectânea: *Um Olhar sobre a Cidade Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996: “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, 1980; “Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média”, 1985; “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, 1986; “Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa”, 1995.

¹⁷ David LOPES, “O Domínio Árabe”, in Damião PERES (dir.), *História de Portugal. Edição Monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, vol. 1, pp. 391-431; *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1963.

regresso às temáticas relacionadas com o papel do Gharb al-Andalus na formação identitária nacional, um processo que se vem cimentando até à actualidade¹⁸. Neste sentido, desde os anos noventa do século passado, António Borges Coelho tem dedicado parte da sua investigação à Lisboa medieval, destacando-se os capítulos intitulados “O Domínio Germânico e Muçulmano”, publicado em *O Livro de Lisboa*, e o capítulo “Lisboa nos dois primeiros séculos após a Reconquista”, publicado num catálogo de uma exposição sobre o legado islâmico em Portugal¹⁹. No início da década de noventa, Mário Viana e Luís Filipe Oliveira publicaram um muito relevante artigo sobre a Mouraria de Lisboa no século XV, onde se incluem reconstituições visuais desse espaço da cidade, numa perspectiva histórica²⁰. Em 1994, foi publicado o *Dicionário da História de Lisboa*, obra onde se encontram várias entradas, escritas por diversos autores, indispensáveis para o estudo da cidade em época medieval²¹.

A década de noventa marcou uma viragem no modo de estudar a história de Lisboa, que se relaciona com a consolidação da arqueologia urbana na capital. Tal como afirma Jacinta Bugalhão, “no início dos anos 90 a actividade arqueológica na cidade perdeu o seu carácter pontual”. Nessa década foi publicado um catálogo para a exposição *Lisboa Subterrânea*, uma obra colectiva de grande importância onde sobressai, sobre a época medieval, o capítulo do arqueólogo-historiador Cláudio Torres²². Este texto consiste na primeira abordagem à cidade em época de domínio muçulmano onde, além da prevacente perspectiva socioeconómica, se levantam questões sobre a forma urbana da cidade. Em 1998, o catálogo de uma exposição, *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo* trouxe à luz importantes artigos sobre a época muçulmana a nível nacional, destacando-se, sobre Lisboa, os artigos de Clementino Amaro e o já referido de António Borges Coelho²³.

Revelador do vigor dos estudos historiográficos relacionados com a época de domínio islâmico, vivenciado pela academia sobretudo a partir das duas últimas décadas do século passado, é a produção de várias dissertações e artigos científicos sobre esta temática, sendo que alguns destes trabalhos de

¹⁸ Sobre a evolução dos tópicos relacionado com o Gharb al-Andalus na historiografia medieval portuguesa ver: Hermenegildo FERNANDES, “The Gharb al-Andalus three decades of historiographical research” in José MATTOSO (dir.), Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco (eds.), *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 547-561.

¹⁹ António Borges COELHO, “O Domínio Germânico e Muçulmano”, *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 75-88; “Lisboa nos dois primeiros séculos após a «Reconquista»”, *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 277-287.

²⁰ Luís Filipe OLIVEIRA, Mário VIANA, “A Mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, pp. 191-210.

²¹ *Dicionário da História de Lisboa*, Francisco SANTANA, Eduardo SUCENA (dir.), Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994.

²² Cláudio TORRES, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa-Milão, 1994, pp. 80-85.

²³ Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71.

investigação se referem especificamente à cidade de Lisboa. Filomena Lopes de Barros publicou, também em 1998, a sua dissertação de mestrado sobre a comunidade muçulmana de Lisboa, cujo foco central consiste em aspectos económicos e sociais²⁴. Em 2001, a revista *Arqueologia Medieval*, publicada pelo Campo Arqueológico de Mértola (CAM), dedicou um número à publicação das actas do Colóquio *Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos*, realizado em 1998, na evocação do 850º aniversário da tomada de Lisboa, onde se destacam vários artigos que, ainda hoje, são fundamentais²⁵. O número sete da revista do CAM, foi a primeira publicação em que, finalmente, artigos sobre arqueologia e história surgiram em conjunto com o propósito último de contribuir para o conhecimento da Lisboa medieval. Nesse mesmo ano, foi publicado pelo entretanto extinto IPPAR e pela *Junta de Extremadura* a obra *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular* onde se destacam alguns artigos que coligem dados de época de domínio político muçulmano, sobre alguns locais onde se realizaram escavações arqueológicas em Lisboa²⁶. Jacinta Bugalhão e Susana Gomez Martínez publicaram, em 2003, um artigo onde apresentam novas propostas sobre a forma urbana da Lisboa muçulmana, tendo como base os resultados produzidos em várias escavações arqueológicas efectuadas até esse momento²⁷. Em 2009, foi publicado um artigo no qual Jacinta Bugalhão sintetizou a informação sobre a Lisboa muçulmana, produzida por todas as escavações arqueológicas e respectivas publicações realizadas até esse momento, um texto que contribuiu decisivamente para a nossa investigação e para o qual remetemos²⁸. É também importante referir outros trabalhos académicos dedicados à Lisboa medieval que ultrapassam a esfera dos estudos islâmicos abordando também a cidade em época medieval. Neste grupo insere-se a dissertação de doutoramento de Carlos Guardado da Silva intitulada *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, publicada em

²⁴ Maria Filomena Lopes de BARROS, *A comuna muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998.

²⁵ *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001.

²⁶ Clementino AMARO, “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, pp. 165-197; Isabel DIAS, Maria Isabel PRUDÊNCIO, Maria Ângela GOUVEIA, “Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, pp. 257-281; VV. AA., “A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, pp. 119-163.

²⁷ Jacinta BUGALHÃO, Susana GOMEZ MARTÍNEZ, “Lisboa uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, em *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de 2003*, Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES (coords.), Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262.

²⁸ Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, pp. 377-395.

2008²⁹. Também Amélia Aguiar Andrade publicou vários artigos relativos à história urbana portuguesa e de Lisboa, destacando-se o estado da questão relativo à historiografia dedicada à cidade medieval, na obra colectiva *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*³⁰. Importa ainda salientar o colóquio *Nova Lisboa Medieval*, organizado pelo Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com quatro edições entre 2002 e 2015, onde têm sido apresentadas comunicações de grande relevância para a história urbana e também para a história do urbanismo de Lisboa, entre outras temáticas³¹.

Além deste estado da arte na perspectiva da historiografia e da olisipografia, que muito contribuíram para o nosso conhecimento da história urbana da cidade, importa também referir algumas obras que foram estruturais para a concepção desta dissertação, que se inserem na história do urbanismo. Os autores citados não constituem uma recolha exaustiva, pois, recentemente Luísa Trindade, na sua dissertação de doutoramento sobre o urbanismo medieval português, realizou essa tarefa, com uma profundidade que não faria sentido aqui reproduzir³². Um dos autores que desconstruiu os preconceitos dominantes que privilegiavam o urbanismo ortogonal clássico foi Lewis Mumford, considerando a cidade medieval como cidade ideal, por esta permitir uma vitalidade e diversidade suprimidas na cidade clássica³³. Spiro Kostof alertou-nos para a relevância do que o autor denomina de “processo urbano”, ou seja, a explicação das causas e consequências relativas às alterações físicas que ocorrem numa cidade, num determinado espaço de tempo³⁴. No que respeita à cidade islâmica em geral, o livro de Besim Hakim intitulado *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles* deve também ser aqui apontado pelo seu revelador conhecimento da cidade muçulmana³⁵. Ainda no campo

²⁹ Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

³⁰ Amélia Aguiar ANDRADE, “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 2006, pp. 143-163; Amélia Aguiar ANDRADE, “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa”, in *Mercado Inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo (siglos XIXV)*, *Actas da XXXIII Semana de Estudios Medievales*, Estella 17-21 de Julio 2006, Pamplona, Gobierno de Navarra- Institución Príncipe de Viana, 2007, pp. 347- 376; Amélia Aguiar ANDRADE e Adelaide Millán COSTA (eds.), “Medieval portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”, in José MATTOSO (dir.), Lurdes ROSA, Bernardo Vasconcelos e SOUSA e Maria João BRANCO, *The historiography of medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 283-301.

³¹ A primeira edição foi organizada por Luís Krus em 2002, intitulando-se *I Encontro Nova Lisboa Medieval*. A edição seguinte, intitulada *II Colóquio A Nova Lisboa Medieval, os rostos da cidade*, realizada em 2004, foi organizada por João Luís Fontes, Luís Krus e Luís Filipe Oliveira. A terceira edição, intitulada *III Colóquio A Nova Lisboa Medieval, Gentes, Espaços e Poderes*, foi organizada por João Luís Fontes, Miguel Gomes Martins, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente e Mário Farelo e realizou-se em 2013. A quarta e última edição realizou-se em 2015, o *IV Colóquio A Nova Lisboa Medieval, Os Territórios de Lisboa* foi organizada pela mesma equipa de investigadores que organizou a terceira edição.

³² Cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp.

³³ Lewis MUMFORD, *The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects*, Londres, Harcourt, 1961.

³⁴ Spiro KOSTOF, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, Londres, Thames & Hudson, 1991.

³⁵ Besim Selim HAKIM, *Arabic-islamic Cities: Building and Planning Principles*, Londres, KPI Limited, 1986.

da cidade muçulmana, mas estritamente no plano Ibérico, os nomes de Torres Balbás³⁶, Basilio Pávon Maldonado³⁷, Christine Mazzoli-Guintard³⁸, Ramon Betrán Abadía³⁹, Julio Palazón e Pedro Jiménez Castillo⁴⁰ não podiam deixar de ser referidos, pois a nossa visão da cidade islâmica é lhes devedora. No campo da cidade medieval cristã, a obra de Beatriz Bolumburu marca uma importante aproximação à imagem física da cidade e um distanciamento, característico da historiografia medieval, do foco sobre sociedade urbana⁴¹. Importa também referir a recente obra coordenada por Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo em que é dada primazia ao urbanismo medieval ibérico⁴². No horizonte nacional, devemos, mais uma vez, remeter para o estado da arte elaborado por Luísa Trindade, e aqui referir alguns nomes incontornáveis que deram passos relevantes para o avanço do estudo do urbanismo medieval português: Orlando Ribeiro⁴³, Jorge Gaspar⁴⁴, Walter Rossa⁴⁵, Hélder Carita⁴⁶, Manuel

³⁶ Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*. 2 vols. Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971.

³⁷ Basilio PAVÓN MALDONADO, *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, Mapfre, 1992.

³⁸ Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d'al-Andalus: L'Espagne et Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996.

³⁹ Ramón BETRAN ABADÍA, *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza, Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 1992; "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media", *Tecnología y Sociedad: las grandes obras publicas en la Europa Medieval*, XXII Semana de Estudios Medievales. Estela, 17 a 21 de Julio de 1995, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1996; "Continuidad, proyecto y evolución urbana en Saraqusta (714-1118)" in *Zaragoza, espacio histórico*, Saragoça, Centro de Historia de Zaragoza, 2005, pp. 35-73.

⁴⁰ Estes dois autores possuem talvez a obra mais recente e relevante sobre a cidade no al-Andalus, da qual aqui destacamos apenas alguns trabalhos: Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMENEZ CASTILLO, "Evolution of the andalusi urban landscape: from the dispersed to the saturated Medina", in *Revisiting Al-Andalus. Perspectives on the Material Culture of Islamic Iberia and Beyond*, Ed. De Glaire ANDERSON e Mariam Rosser OWEN, Leiden, BRILL, 2007, pp. 115-142; Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, "Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico", *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007; Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2007.

⁴¹ Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU, "El paisaje urbano en la Europa medieval", *III Semana de Estudios Medievales de Nájera*, Logroño, 1993; *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Santander, 2002.

⁴² *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO (coords.), Braga, CITCEM e IEM, 2013.

⁴³ Orlando RIBEIRO, *Opúsculos Geográficos*, vol. V, *Temas Urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

⁴⁴ Jorge GASPAS, "A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média", in *Finisterra*, vol. IV, nº 8, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1969, pp.198-215; "A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional", in *La Ciudad Hispanica durante los siglos XIII al XVI*, vol. I, Madrid, 1982.

⁴⁵ Walter ROSSA, *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001; *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002; Walter ROSSA e Luísa TRINDADE, "Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica", *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 70-109.

⁴⁶ A obra de Hélder Carita dedicada à Lisboa Manuelina apresenta um muito importante capítulo intitulado "Antecedentes urbanísticos da Lisboa Manuelina" em que o autor apresenta algumas ideias sobre a cidade medieval, desde o seu legado islâmico até ao século XV, realçando o reinado de D. Dinis como momento de reestruturação urbana na cidade (cf. Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999).

Teixeira e Margarida Valla⁴⁷, Sandra Pinto⁴⁸. Para finalizar, merece destaque especial a já aqui referida investigação de Luísa Trindade sobre o urbanismo medieval português, focada no crucial período formativo que abrange os reinados de Afonso III e D. Dinis. O estudo *Urbanismo na Composição de Portugal* permitiu-nos perceber a relevância da observação do parcelário actual na reconstituição da cidade medieval, revelando-se uma referência ímpar na elaboração do nosso trabalho⁴⁹.

*

No quadro das fontes que serviam de base a esta investigação avultam pelo carácter recente da formação do *corpus*, as arqueológicas. Considere-se, antes de mais, que entre 2009 e o momento actual, não foi realizado qualquer trabalho de síntese sobre as múltiplas escavações arqueológicas que ocorreram na cidade, sobre a época medieval. A sombra do “défice crónico de publicação”, identificado por Jacinta Bugalhão em 2009, permanece, infelizmente, no panorama da arqueologia urbana lisboeta, reflectindo-se mais sobre alguns períodos históricos do que noutros, consoante os interesses dos arqueólogos responsáveis pelas escavações. Importa também afirmar que este défice de publicação se explica com o próprio carácter das escavações que são muitas vezes intervenções de emergência ou salvamento, ou preventivas e muito raramente de investigação. Há pontos fulcrais da cidade onde ocorreram e ainda ocorrem escavações de investigação em extensão, como é o caso da Praça Nova do Castelo de S. Jorge, do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (NARC), dos Claustros da Sé e mais recentemente no quarteirão do Banco de Portugal, mas a verdade é que centenas de outras escavações arqueológicas conduzidas em Lisboa acabam por cair no desconhecimento, tanto do público em geral, como também da própria investigação histórica que necessita dos dados arqueológicos para avançar com base mais sólida do que permite a documentação, sobretudo para períodos em que esta é quase inexistente, como o período de domínio muçulmano. A escavação que decorreu nos armazéns Sommer, situados entre a Rua do Cais de Santarém e a Rua de S. João da Praça, a mais importante escavação arqueológica realizada em Lisboa neste século, terminou muito pouco tempo antes de concluirmos a nossa investigação, o que não nos permitiu ter acesso completo aos

⁴⁷ Manuel TEIXEIRA, Margarida VALLA, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

⁴⁸ Sandra PINTO, *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos*, Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura, Coimbra, 2012.

⁴⁹ Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, publicação na Imprensa da Universidade de Coimbra, em 2013.

resultados arqueológicos dela resultantes. Acreditamos que este local será uma chave mestra para se compreender a história da cidade ao longo dos últimos três milénios.

Importa também afirmar o desequilíbrio entre os resultados arqueológicos produzidos sobre diferentes períodos históricos, o qual resulta parcialmente dos interesses específicos dos arqueólogos. Nota-se, por exemplo, dentro da época medieval uma grande discrepância entre os dados arqueológicos referentes à época de domínio islâmico, cuja produção bibliográfica, não sendo intensa, é regular, tal como foi aqui referido, e o que acontece para a época de domínio cristão, na qual a publicação de dados arqueológicos é parcimoniosa. Ainda sobre a questão dos dados arqueológicos, devemos sublinhar que o seu contributo para o avanço do estudo sobre a história da cidade, seja em que perspectiva for, é absolutamente central. Este facto deve ser ponderado quer pelos arqueólogos quer pelos historiadores, pois apenas uma união de esforços, e uma divulgação científica necessariamente inclusiva, pode produzir resultados que permitam avançar o conhecimento sobre a história da cidade.

A nossa investigação teve como principais fontes de informação documentação publicada e inédita, a informação possibilitada pela arqueologia urbana, os estudos históricos, a cartografia histórica, a iconografia da cidade anterior ao terramoto de 1755, e a própria forma urbana da cidade, ou seja, o parcelário urbano actual ou o parcelário urbano reconstituível. A metodologia usada para analisar a informação destas diferentes fontes foi, como é natural, muito diversa.

Relativamente à documentação medieval, procedemos a uma análise extensiva de toda a documentação produzida em época medieval, até ao reinado de D. Dinis, abrangendo tanto a documentação notarial como as fontes narrativas. Neste âmbito, recorreremos sobretudo aos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e a inúmeras obras disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal. A documentação compulsada foi analisada detalhadamente, sendo os dados relativos a localizações topográficas, à tipologia da propriedade urbana, à transmissão da posse da propriedade urbana e às datas dessa transmissão processados informaticamente de modo a constituir uma base de dados que nos permitiu reconstituir a cidade até 1325 em planta e elaborar vários gráficos que aqui apresentamos. A base de dados conta, presentemente, com mil e sessenta e cinco entradas, cada uma referente a uma determinada propriedade urbana, ou conjunto de propriedades limítrofes, mencionadas num determinado documento. Toda a documentação inserida na base de dados foi produzida entre 1148 e 1325, e portanto, diz respeito ao período de domínio cristão na cidade de Lisboa. Esta base de dados servirá como base para futuros trabalhos de investigação que considerem a Lisboa medieval. Relativamente às fontes narrativas que se mostraram mais relevantes para a nossa investigação,

destacamos as descrições dos geógrafos árabes⁵⁰, o *De Expugnatione Ulixbonensis*⁵¹, e algumas crónicas sobre reinados posteriores ao nosso período mas que possuíam informação sobre Lisboa⁵².

No que respeita à arqueologia, após a análise dos dados publicados referentes ao período cronológico que nos importa, realizámos ainda uma análise dos relatórios de arqueologia existentes no Arquivo de Arqueologia Portuguesa que se revelaram em vários casos de extrema relevância⁵³. Em alguns casos específicos em que tínhamos conhecimento de que tinham ocorrido escavações arqueológicas relevantes para a nossa investigação, mas cujo relatório não estava, por algum motivo disponível no arquivo, ou também, porque era necessário complementar as informações de alguns relatórios, efectuámos várias entrevistas aos responsáveis pelas escavações. Tal como já referimos, salvo casos pontuais, os dados arqueológicos referiam-se sobretudo ao período de domínio islâmico, suprimindo a falta de informação documental sobre a cidade nessa época.

Enquanto procedíamos à recolha de informações consultámos a vasta produção bibliográfica referente à história da cidade medieval, no sentido de verificarmos a solidez, ou não, de propostas anteriores e também para elaborarmos as nossas hipóteses de reconstituição e de evolução da forma urbana da cidade.

A cartografia histórica referente a Lisboa constituiu uma das bases fundamentais das nossas reconstituições e a génese das nossas propostas relativas à forma urbana da cidade. Importa antes de mais, esclarecer que não existe qualquer planta que represente a cidade medieval, pois a primeira planta conhecida da cidade foi realizada em 1650⁵⁴. Este factor não pode impedir o investigador que procura reconstituir a forma urbana medieval de utilizar as plantas mais tardias na sua investigação. Na verdade, a cidade seiscentista e setecentista foi cartografada com o rigor suficiente para nos permitir aproximar da realidade urbana dessas épocas, momentos em que a forma urbana de Lisboa era ainda,

⁵⁰ O artigo publicado por Adel Sidarus e António Rei, em 2001, sintetiza as várias descrições dos geógrafos árabes sobre Lisboa (cf. Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, 2001, pp. 37-72).

⁵¹ Trata-se do relato do cruzado Raul que participou na tomada da cidade em 1147 e que foi traduzido por Aires do NASCIMENTO, em 2001. A introdução, realizada por Maria João BRANCO, “A Conquista de Lisboa na estratégia de um poder que se consolida” constitui uma importante contextualização histórica no momento da conquista, na perspectiva dos vencedores (*A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001). Sobre o mesmo momento, mas na perspectiva dos vencidos, consulte-se a dissertação de mestrado de Inês Lourinho (*1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010).

⁵² Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.

⁵³ O Arquivo de Arqueologia Portuguesa situa-se no Palácio da Ajuda, em Lisboa, sendo possível a sua consulta, um dia por semana, no máximo, para 4 requerentes por dia, tal como informa o sítio da internet *Património Cultural*, da responsabilidade da Direcção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/recursos/arquivos-dgpc/arquivo-de-arqueologia-portuguesa/>.

⁵⁴ *Planta da Cidade de Lisboa em que se mostrão (sic) os muros de vermelho com todas as Ruas e praças da Cidade*, João Nunes Tinoco, 88x62cm., 1650, Lisboa, Museu da Cidade, cota MC. DES. 1084. Ver Anexo 1.

em grande medida muito marcada pelo seu passado medieval. Na verdade, salvo alguns casos pontuais, até ao terramoto de 1755, as intervenções urbanísticas mais relevantes consistiram em ampliações e extensões realizadas nos limites extremos da cidade, e não em remodelações urbanas que tenham alterado a fisionomia da cidade. O alargamento pontual de um determinado arruamento não altera substancialmente a forma urbana do conjunto urbano em que se insere esse arruamento, e quando tal acontece a documentação permite perceber como ocorreu esse processo de alteração da forma urbana, tal como se pode observar na Lisboa de D. Manuel estudada por Helder Carita⁵⁵. Ou seja, a restituição da forma urbana medieval exige uma observação atenta da cartografia posterior, removendo as alterações urbanísticas subsequentes ao período medieval, num complexo processo de remoção de camadas de informação cartográfica mais recentes.

A base cartográfica utilizada na vasta maioria das nossas reconstituições consiste não na planta mais antiga de Lisboa, da autoria de João Nunes Tinoco, mas sim na *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão a beira mar da Ponte d'Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos*, cuja data de execução é desconhecida, mas que terá sido elaborada no século XVIII, posteriormente ao terramoto de 1755⁵⁶. A planta de Tinoco foi preterida pelos vários problemas de orientação e de escala que apresenta, o que a torna num instrumento de difícil tratamento quando se tenta ter um grau de precisão maior. Já a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa...* que preferimos usar apresenta um muito maior grau de exactidão tanto na escala como na orientação, o que permite que a informação cartográfica seja mais facilmente transposta e comparada com outras fontes cartográficas. A outra grande vantagem desta planta consiste na sua reconstituição da malha urbana da cidade anterior às alterações efectuadas após o terramoto de 1755, que, após comparação com a planta de Tinoco, nos permite afirmar o seu maior grau de exactidão. Analisámos também vários outras plantas que permitem observar a cidade antes das importantes alterações sobretudo ocorridas no século XX, como o *Levantamento de Lisboa de 1856* realizado sob a direcção de Filipe Folque em 1856⁵⁷, e o *Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904-1911* realizado por Silva Pinto⁵⁸. Todavia estes levantamentos cartográficos apenas foram usados para analisar determinadas partes da cidade que não

⁵⁵ Cf. Helder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna : 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

⁵⁶ Esta planta encontra-se em Lisboa, no Instituto Português de Cartografia e Cadastro, inventariada com o número 356. Ver Anexo 2.

⁵⁷ *Levantamento de Lisboa de 1856*, Filipe FOLQUE (dir.), Escala 1:5000, 1859, 65 plantas. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, publicado pela Câmara Municipal no *Atlas da carta topográfica de Lisboa: sob a direcção de Filipe Folque 1856-1858*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2000.

⁵⁸ *Levantamento Topográfico de Lisboa em 1904-1911*, Silva PINTO (dir.), Escala 1:1000, 1904-1911, 249 plantas, 96x63 cm. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.

foram alteradas pelas remodelações urbanísticas posteriores ao terramoto de 1755, e que são facilmente identificáveis comparando estes levantamentos com as plantas que ilustram a Lisboa pré-terramoto.

No que respeita à iconografia, utilizámos sobretudo o desenho de Lisboa existente na Biblioteca da Universidade de Leiden, de autoria anónima, realizado no último quartel do século XVI⁵⁹ e as gravuras publicadas nas obras de Georg Braunius também realizadas no século XVI⁶⁰. Além destas gravuras, a observação das iluminuras produzidas na primeira metade do século XVI também foram importantes para a nossa reconstituição da forma urbana da Lisboa medieval⁶¹. Os mesmos argumentos que aduzimos sobre a validade de se usar cartografia posterior à época medieval para reconstituir a forma da cidade medieval devem também ser considerados válidos para a iconografia quinhentista, que, do mesmo modo, deve ser analisada com precaução, tendo em conta as alterações posteriores. Note-se que a iconografia produzida no século XVI é apenas cerca de dois séculos posterior ao final do reinado de D. Dinis, estando ainda cronologicamente muito próxima da cidade medieval.

O parcelário da cidade actual constituiu também uma importante fonte de informação que tratámos com ponderação e apenas em determinados sectores da cidade, em que nos assegurámos que a forma urbana não sofreu alterações significativas com o terramoto de 1755, ou com outras reformas urbanas sistemáticas. Deste modo, analisamos o parcelário actual da parte ribeirinha do arrabalde oriental, zona conhecida como Alfama, e também a Mouraria, pois estamos certos de que a forma urbana destas zonas da cidade não conheceu alterações estruturais mantendo-se assim como uma fonte de informação muito relevante para o estudo do urbanismo medieval. Também foi importante o estudo do cadastro da cidade desaparecida após o terramoto de 1755, e cuja forma pode ser reconstituída através de documentação como o *Tombo da Cidade de Lisboa* que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o qual foi usado para esse efeito por Augusto Vieira da Silva, sobretudo nas suas reconstituições sobre a fachada sul da Rua Nova e a fachada norte da Rua da Ferraria⁶².

⁵⁹ Vista de Lisboa, existente na Biblioteca da Universidade de Leiden.

⁶⁰ As duas vistas de Lisboa publicadas foram publicadas por Georg Braunius nas seguintes obras: *Civitates orbis terrarum*, vol. I, Colónia, 1572, existente no Museu de Lisboa com a cota MC. GRA. 1397; *Urbium praecipiarum theatrum quintum*, c. 1598, existente no Museu de Lisboa com a cota MC. GRA. 1733.

⁶¹ Referimo-nos às seguintes duas iluminuras: a de António de Holanda e Simão Bening, publicada na Genealogia dos Reis de Portugal, em 1535, existente na British Library, Londres, e a iluminura do frontispício da Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão, atribuível a António de Holanda, c. 1520, existente na Câmara Municipal de Cascais.

⁶² Augusto Vieira da Silva realizou a sua análise com base numa cópia do *Tombo* feita por José Valentim de Freitas, também por nós consultada, a qual se encontra actualmente no Gabinete de Estudos Olisiponenses, organismo pertencente à Câmara Municipal de Lisboa que acolheu parte do espólio deste olisipógrafo. Cota: MS-Lv 11. Os tombos originais estão localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no fundo *Juízo da Inspeção de Bairros de Lisboa*, o qual está dividido em várias repartições: *Bairro Alto*, *Castelo*, *Ribeira*, *Alfama*, *Santa Catarina*, *Remolares*, *Rossio*, *Rua Nova*, *Limoeiro*. A referida reconstituição de Vieira da Silva encontra-se publicada em: *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., 2 vols, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, Estampa III (ver Figura 59).

O cruzamento da múltipla informação obtida através da análise a estas diversas fontes, consoante o período histórico ou o local específico, permitiu-nos elaborar reconstituições em planta da cidade medieval. A malha urbana medieval, apenas pode ser recuperada com exactidão em casos precisos, onde decorreram escavações arqueológicas em extensão, como na Praça Nova da Alcáçova, ou na Praça da Figueira, ou ainda no Claustro da Sé. Ainda assim, optámos por incluir a malha urbana da cidade patente na cartografia pré-pombalina em algumas das nossas reconstituições, pois consideramos que esta contribuiu para uma aproximação à malha urbana da cidade medieval. O trabalho de reconstituição da Lisboa medieval exigiu-nos uma profunda investigação sobre a localização das estruturas urbanas que só é possível obter através do cruzamento das referidas fontes. Neste aspecto, a ímpar investigação desenvolvida por Augusto Vieira da Silva no século XX foi complementada sobretudo através da análise aos dados das escavações arqueológicas recentes, mas, ao mesmo tempo, não foi descurada a análise das fontes documentais, um procedimento que nos trouxe algumas boas surpresas.

A investigação que aqui realizamos é apenas mais um passo no longo caminho do conhecimento da cidade medieval, para o qual tentamos contribuir. Na realidade, o volume de informação actualmente existente sobre a Lisboa medieval nas diferentes fontes que referimos possui uma dimensão extraordinária e o conhecimento da cidade alcançará níveis bastante mais altos se um dia for constituída uma equipa de investigação que estude o urbanismo da cidade medieval, tendo em conta o imprescindível cruzamento de dados que as diferentes fontes de informação oferecem.

*

A estrutura deste trabalho parte de um ponto de vista declaradamente topográfico. As cinco partes em que a dissertação está dividida são as cinco partes em que a cidade medieval se dividia: Alcáçova, Medina, Arrabalde Ocidental, Arrabalde Oriental e o Arrabalde dos Mouros. Optámos por esta divisão topográfica por ser transversal ao período cronológico que estudamos, o que permite uma análise da evolução urbana estruturada nos cinco grandes sectores em que se dividia a Lisboa Medieval. Afastámos a hipótese de organizar este trabalho com base na estrutura paroquial da cidade por esta não permitir um estudo integrado da cidade, o que ocorre sobretudo por dois motivos. Em primeiro lugar, conhecemos muito mal os limites paroquiais até 1325, o que tornaria a nossa análise demasiado vaga do ponto de vista do espaço físico. Em segundo lugar, isso causaria uma fragmentação da análise da cidade em duas partes, ou seja, antes e depois de 1147, algo que pretendemos aqui

abertamente evitar. Não omitimos, no entanto, o importantíssimo tema da implantação paroquial que integra um capítulo específico no prólogo. Três capítulos de carácter geral e introdutório constituem o prólogo deste trabalho. O primeiro é dedicado à transição entre a cidade romana e o período de domínio muçulmano, onde abordámos o sistema viário de *Olisipo* e apresentamos uma proposta para o sistema viário da cidade na antiguidade tardia. No segundo capítulo efectuam-se algumas considerações sobre a complexa problemática que se refere ao estudo do urbanismo islâmico que importa esclarecer antes de iniciarmos a evolução urbana da cidade. No terceiro e último capítulo do prólogo analisamos o modo como decorreu a implantação da rede paroquial em toda a cidade.

A primeira parte deste trabalho é dedicada ao centro da cidade, ou seja, à parte intramuros, a medina. Neste caso, realizou-se uma subdivisão do espaço intramuros em três patamares: superior, intermédio e inferior, o que permite uma compreensão da morfologia urbana integrada nas características topográficas do terreno.

Na segunda parte abordamos o topo da Colina do Castelo, a Alcáçova, espaço que teve um desenvolvimento urbano autónomo, desde que se desligou da medina, com a construção de uma muralha que delimitou ambos os espaços. A opção em estruturar esta parte do nosso trabalho de forma cronológica, o que possibilita uma análise às várias fases da evolução urbana da Alcáçova desde a sua génese em época de domínio islâmico até ao final do reinado de D. Dinis.

O Arrabalde Ocidental é o tema abordado na terceira parte deste trabalho. A dimensão textual desta parte é claramente superior a todas as outras devido a questões que estão interligadas. Em primeiro lugar, era aqui que se situava o núcleo comercial e social da cidade medieval. Em segundo foi este o arrabalde que mais se desenvolveu durante a Idade Média. Em terceiro, foi aqui que ocorreram os mais relevantes fenómenos de alteração e implantação de novas formas urbanas. Perante estes factores seria inevitável que a investigação sobre esta parte da cidade produzisse resultados mais volumosos e, até mesmo, mais relevantes. Nesta parte optamos por uma organização simultaneamente cronológica, temática e topográfica pois esta é a melhor forma de abordar as diferentes questões que subjazem à complexa evolução urbana desta parte da cidade.

Na quarta parte, dedicada ao Arrabalde Oriental, adoptamos uma abordagem cronológica que nos permitiu compreender a evolução urbana deste espaço dentro da cronologia definida.

A quinta e última parte desta dissertação trata a evolução urbana do Arrabalde dos Mouros, ou seja, a Mouraria de Lisboa. Nesta parte, justificadamente com menor peso textual do que qualquer outra, escolhemos uma abordagem simultaneamente temática e cronológica, o que permite a concepção de um quadro evolutivo centrado na evolução da forma urbana deste espaço.

PRÓLOGO

No prólogo serão abordados três temas que consideramos fulcrais para o entendimento da evolução urbana da cidade, que constituem como que um átrio de acesso ao nosso trabalho de investigação. A natureza destes três temas levou-nos a organizá-los em capítulos, num momento que antecede o corpo central desta dissertação, pois não se inserem na nossa análise que se estrutura nos diferentes sectores topográficos da cidade. Os dois primeiros temas conduzem a uma observação transversal que ultrapassa os limites físicos e cronológicos do nosso trabalho, incluindo não só a cidade da foz do Tejo mas também outras urbes do Mediterrâneo e do Magreb e períodos históricos anteriores ao século XI. No primeiro capítulo, recuamos à época romana e à transição da antiguidade tardia para a época medieval, atentando sobretudo ao sistema viário desse período específico. No segundo capítulo é abordada a problemática referente ao urbanismo islâmico, considerando as lógicas que lhe são inerentes. Por fim, o terceiro tema é abordado num capítulo centrado no processo de implantação da rede paroquial de Lisboa que ocorreu após a conquista de 1147, observando os diferentes cenários possíveis no contexto das fundações paroquiais, analisando este processo na cidade como um todo.

CAPÍTULO 1: DE *OLISIPO* A *LUXBUNA*

No primeiro capítulo do prólogo iremos abordar de forma sucinta, pois este tema não será central nosso trabalho, a evolução urbana da cidade durante o período de transição entre a antiguidade tardia e a época medieval, um período que, por vários motivos, é ainda mal conhecido e pouco referido pela historiografia. Para tal, tomaremos como indício as raízes tardo-antigas do sistema viário primário medieval, sendo inevitável observar atentamente também a forma urbana da cidade romana, pois a sua desagregação constitui uma informação indispensável para a compreensão do desenho da cidade em época medieval.

1.1 ALGUNS ASPECTOS SOBRE A TRANSIÇÃO DA ANTIGUIDADE TARDIA PARA A IDADE MÉDIA

Iniciemos este breve percurso no final do império romano do ocidente, mais precisamente, entre os séculos V e VI, período em que a estrutura política do império, que já há muito estava em decadência, deixa praticamente de existir na Península Ibérica. Já desde 411, provavelmente, a cidade se teria sujeitado ao poderio dos alanos, em 469 é ocupada pelos suevos e no mesmo ano é também pilhada por visigodos. Entre o caos e desordem da queda da estrutura imperial, António Borges Coelho sugere que a cidade terá mantido a sua autonomia: “*pelo menos até 469, ainda Lisboa era governada por cidadãos*”⁶³. Além destas escassas informações, é conhecido que bispos oriundos de Lisboa terão participado, no século VII, nos concílios de Toledo, de Mérida e de Saragoça⁶⁴. Pouco mais se sabe sobre a história política da cidade nesta conturbada época, até à chegada do poder muçulmano em 714, o qual, não terá tido uma influência activa nos seus destinos, durante os primeiros séculos do seu domínio político, época em que, mais uma vez, a cidade terá estado por conta própria, pois tanto as fontes cristãs como as muçulmanas apenas se referem a ela a partir do século X, estando, até esse momento, sob um denso manto de desconhecimento que tem sido interpretado como um desinteresse do poder central em exercer a sua autoridade num centro urbano tão periférico⁶⁵.

⁶³ António Borges COELHO, “O Domínio Germânico e Muçulmano”, *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 78.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 79.

⁶⁵ Christophe Picard afirma que entre o Tejo e o Mondego, incluindo Lisboa, a conquista muçulmana se realizou através de um tratado celebrado entre ‘Abd al-Aziz e Aidulfo, um nobre pertencente à casa real visigótica. Segundo Picard, esta zona terá mantido um grande nível de autonomia, “*a troca de um pagamento de um tributo anual aos governadores árabes, o acolhimento de guarnições árabes nas principais praças-fortes (...) e o compromisso de não se aliarem aos inimigos dos vencedores*”, conservando-se assim nesta zona uma verdadeira autonomia sem domínio real muçulmano sobre uma população que permanecerá cristianizada até muito tarde. (cf. Christophe PICARD, “A islamização do Gharb al-Andalus”

Se são escassos os dados sobre a história política da cidade, entre os séculos V e IX, são inexistentes as referências documentais que nos possam ajudar a conhecer a forma da cidade durante esse longo período da sua história. Apenas a arqueologia poderá, no futuro, oferecer dados sobre a evolução urbana da cidade neste período, pois, até ao momento, os dados arqueológicos são pouco informativos, e demasiado dispersos para se conseguir recuperar um vislumbre da forma da cidade⁶⁶. Ainda assim, algumas interpretações destes dados revelam uma cidade que, pelo menos durante os séculos V e VI, conservava a sua relevância a nível regional, mantinha em actividade a sua rede comercial com outros centros urbanos litorais ibéricos e mediterrânicos, inserindo-se assim em “*vastas redes de circulação de mercadorias*”⁶⁷. Ou seja, pelo menos, até ao século VI, a cidade manteve-se como um centro urbano activo, com todas as implicações que isso trazia: existência de estruturas portuárias de apoio à actividade comercial, estruturas comerciais e de produção artesanal onde se produzia e escoava os produtos, estruturas arquitectónicas de cariz religioso, estruturas de defesa, e todas as outras estruturas necessárias ao funcionamento da cidade. Apesar de não conhecermos a forma urbana da cidade, podemos vislumbrá-la através do seu sistema viário, tendo em conta o conhecimento que temos deste em época romana, e também o seu estado posterior em época medieval. Importa considerar o sistema viário de *Olisipo*, para tentarmos compreender como foi a partir da sua desagregação, em época tardo antiga, que se fundou o sistema viário medieval.

in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 25-26); sobre este assunto ver também: António Borges COELHO, “O Domínio Germânico e Muçulmano”, p. 79.

⁶⁶ Sobre a cidade neste período ver: António Borges COELHO, “O Domínio Germânico e Muçulmano”, pp. 75-88; Jorge ALARCÃO, “Lisboa romana e visigótica” in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, 1994, pp. 58-63; Carlos FABIÃO, “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanummiu* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa”. *Era - Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º 4, ERA, Lisboa, 2009, pp. 25-50; Amílcar GUERRA, “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. IX, n.º 2, Lisboa, IGESPAR, 2006, pp. 271-297; Manuel Luís REAL, “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente peninsular”, in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, Universitat de Barcelona / Lisboa, Universidade Nova, 1995, pp. 17-68; Carolina GRILO, Carlos FABIÃO e Jacinta BUGALHÃO, “Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa”, in *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, coord. J.M. ARNAUD, A. MARTINS, C. NEVES), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2013, pp.849-857; Paulo Almeida FERNANDES, Lídia FERNANDES, “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 17, Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, 2014, pp. 225–243.

⁶⁷ Cf. Carlos FABIÃO, “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanummiu* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa”. *Era - Apontamentos de Arqueologia e Património*, n.º 4, ERA, Lisboa, 2009, p. 44.

1.2 O SISTEMA VIÁRIO DE OLISIPO

As dúvidas sobre o sistema viário de *Olisipo* são ainda muito consideráveis, ainda assim, a descoberta do teatro romano⁶⁸, as escavações arqueológicas no claustro da Sé de Lisboa⁶⁹, na casa dos Bicos⁷⁰, no NARC⁷¹ e também outras escavações arqueológicas na cidade⁷², contribuíram para a elaboração de algumas propostas⁷³. Entre estas destacam-se o *Esquema Urbanístico de Olisipo sobre a*

⁶⁸ Sobre o teatro romano de Olisipo ver: Lídia FERNANDES, “Teatro Romano de Lisboa. Os caminhos da descoberta e os percursos de investigação arqueológica”, *Al-Madan*, 2ª série, n.º 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro, 2007, pp. 28-39; “Teatro Romano de Olisipo: a marca do novo poder romano” in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 765-773; “Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de uma década de intervenção e novos projectos para o espaço museológico”, *Al-madan*, IIª série, 18, Centro de Arqueologia de Almada, 2013, p. 51-62.

⁶⁹ Sobre as escavações arqueológicas no Claustro da Sé de Lisboa ver: José Luís de MATOS, “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das Origens de Lisboa” in *Livro de Lisboa*, 1994, Lisboa, pp. 32-34; Clementino AMARO, “Urbanismo tardoromano no Claustro da Sé de Lisboa”, in *Actas da 4ª Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, pp. 337-342; Clementino AMARO, “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001; Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, *Colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, Novembro de 2013, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

⁷⁰ Sobre as escavações arqueológicas na Casa dos Bicos ver: Cf. Clementino AMARO, “Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica”, *Arqueologia, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*, Porto, n.º6, 1982, pp.96-111; “Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História” in *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994, pp. 110-111; Eurico de SEPÚLVEDA, Clementino AMARO, “Casa dos Bicos, 25 anos depois”, *Al-Madan*, 2ª série, n.º 15, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. VIII – 1-9.

⁷¹ Sobre os achados de época romana das escavações arqueológicas do NARC ver: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2001.

⁷² A ausência de estudos de síntese, minimamente actualizados, sobre a Lisboa romana é um problema que urge resolver. Neste momento a melhor solução para obter uma recolha sobre as várias escavações arqueológicas realizadas até 2012, será consultar a bibliografia das seguintes duas obras: Rodrigo Banha da SILVA, *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa, FCSH-UNL, 2012 (policopiado); Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2001.

⁷³ Sobre o urbanismo de *Olisipo* em geral ver: Justino Mendes de ALMEIDA, *De Olisipo a Lisboa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992; João PIMENTA, *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia, 41, 2005;VV. AA., “Intervenções arqueológicas na encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)” *Al-madan*. Almada. 2.a Série. 11, 2002, p. 245-246; Lídia FERNANDES, “Teatro Romano de Lisboa: os caminhos da descoberta e os percursos da investigação”, *Al-Madan*, 2ª Série, 15, Centro de Arqueologia, Almada, 2007, pp. 28-39; Rodrigo Banha da SILVA, “*Marcas de oleiro*” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.), Dissertação de Mestrado, 2005; “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha” in *II Colóquio temático Lisboa Ribeirinha*, 1997, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-67; “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2011, pp. 204-212; João PIMENTA, Marco CALADO, Manuela LEITÃO, “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.2 da Rua de S. João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, n.º 2, 2005, p.313-334; VV.AA., *Núcleo arqueológico da Rua dos Correiros*. Lisboa. Fundação Banco Comercial Português, 1995; Jorge ALARCÃO, “Lisboa romana e visigótica” in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, 1994, p. 58-63; VV. AA., “Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo”, *Almadán*, n.º 17, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2012, 44-55.

planta de Nunes Tinoco de Vasco Gil Mantas⁷⁴ (ver figura 1), e também a reconstituição de *Olisipo* por Rodrigo Banha da Silva⁷⁵ (ver figura 2). Em ambas as propostas é apresentado um esquema ortogonal ligeiramente adaptado à realidade topográfica da cidade, derivado dos achados arqueológicos encontrados até ao momento da elaboração das plantas.

Em relação à principal via que atravessava o eixo este-oeste, ou seja, o provável *decumanus maximus* de *Olisipo*, as propostas de Vasco Mantas e de Rodrigo Silva usam como base as vias actualmente existentes (Rua de S. João da Praça, Rua Cruzes da Sé, Largo da Sé), que realizam a ligação entre os locais onde se erguia a Porta do Ferro, a Ocidente, e a Porta de Alfama, a oriente. Ambas estas portas estavam incorporadas na muralha tardo romana, permanecendo na cidade medieval, condicionando e modelando a morfologia urbana até às grandes remodelações urbanísticas levadas a cabo após o terramoto de 1755.

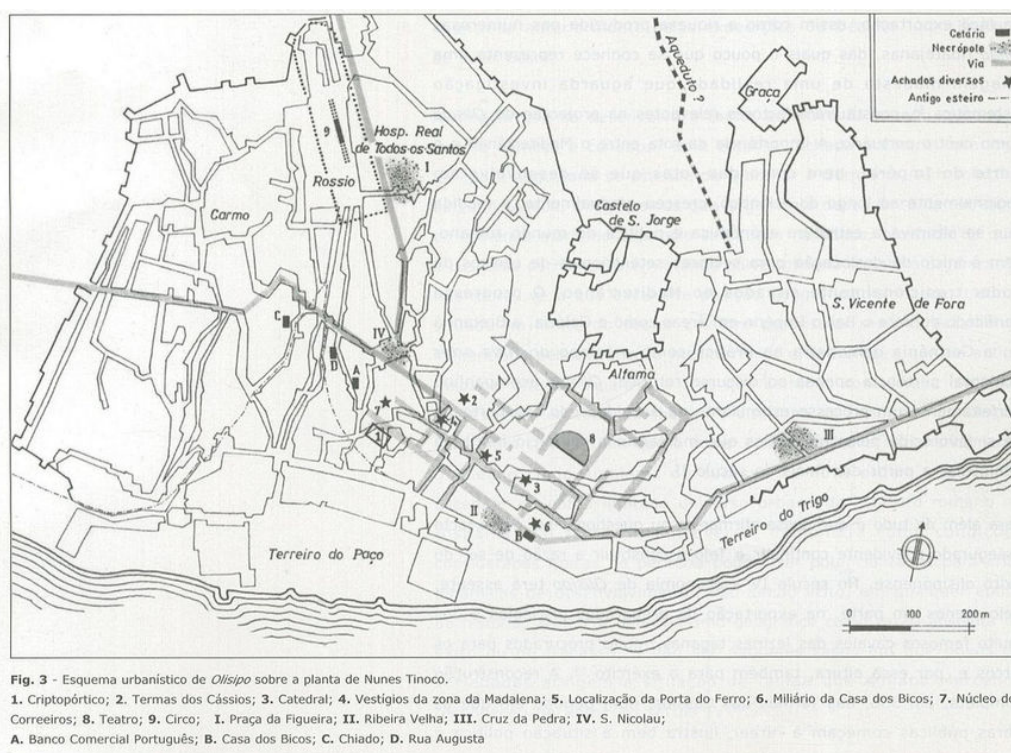


Figura 1. Esquema urbanístico de Olisipo sobre a planta de Nunes Tinoco (segundo Vasco Gil Mantas)⁷⁶

⁷⁴ Vasco Gil MANTAS, “Olisipo e o Tejo”, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41.

⁷⁵ Rodrigo Banha da SILVA, “Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha” in *II Colóquio temático Lisboa Ribeirinha, 1997*, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-67; “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2011, pp. 204-212.

⁷⁶ Planta publicada em: Vasco Gil MANTAS, “Olisipo e o Tejo”, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p.26.

No que respeita ao *cardus maximus*, o principal eixo viário norte-sul, a questão é mais complexa, sendo que uma das escassas pistas sobre a sua localização é a orientação da via secundária encontrada nos claustros da Sé. Este arruamento romano encontra-se alinhado com um conjunto de estruturas que apresentam a orientação de 6° NE, parecendo formar, no seu todo, um conjunto urbanístico talvez de época augustana ou pouco posterior, como notou Rodrigo Banha da Silva⁷⁷. Este mesmo autor afirma que a norte da Sé deveria passar um importante decumano, que surge na planta de Gil Mantas com uma orientação bastante acentuada a NE, talvez causada pelo próprio desvio da planta do séc. XVIII que o autor usa como base.

Consideramos que ambas as propostas representam uma estrutura ortogonal excessivamente rígida. Pois, além da topografia escarpada da colina do Castelo, realidade que, só por si, já constituiria um obstáculo relevante à implantação de uma malha urbana totalmente ortogonal, devemos também ter em conta a pré-existência de um povoado que terá deixado a sua marca na forma da cidade. Ainda assim, apesar da ortogonalidade excessiva destas duas propostas, os esquemas viários destes autores representam um importante avanço no entendimento do sistema urbanístico da Lisboa romana. A verdade é que a malha ortogonal, que ambos os autores insistem em adaptar à cidade de *Olisipo* não era a única solução que os romanos dispunham. Para comprovar esta afirmação faremos um breve excuroso sobre a malha urbana, e respectivos sistemas viários de algumas cidades da antiguidade.

⁷⁷ Rodrigo Banha da SILVA, “Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha” in *II Colóquio temático Lisboa Ribeirinha*, 1997, Câmara Municipal de Lisboa, p. 60: “Para *Olisipo*, a circunstância da sua municipalização deverá ter sido determinante para a execução de alguns dos equipamentos que deverão ter sido programados e planeados nessa altura: pelo menos no que diz respeito ao Teatro e área envolvente, testemunhada pela rua dos Claustros da Sé e habitações anexas, e cuja cronologia deverá situar em época augustana ou pouco após e cujo alinhamento a um eixo situado em torno dos 6 NE e que parece ter sido respeitado.”.

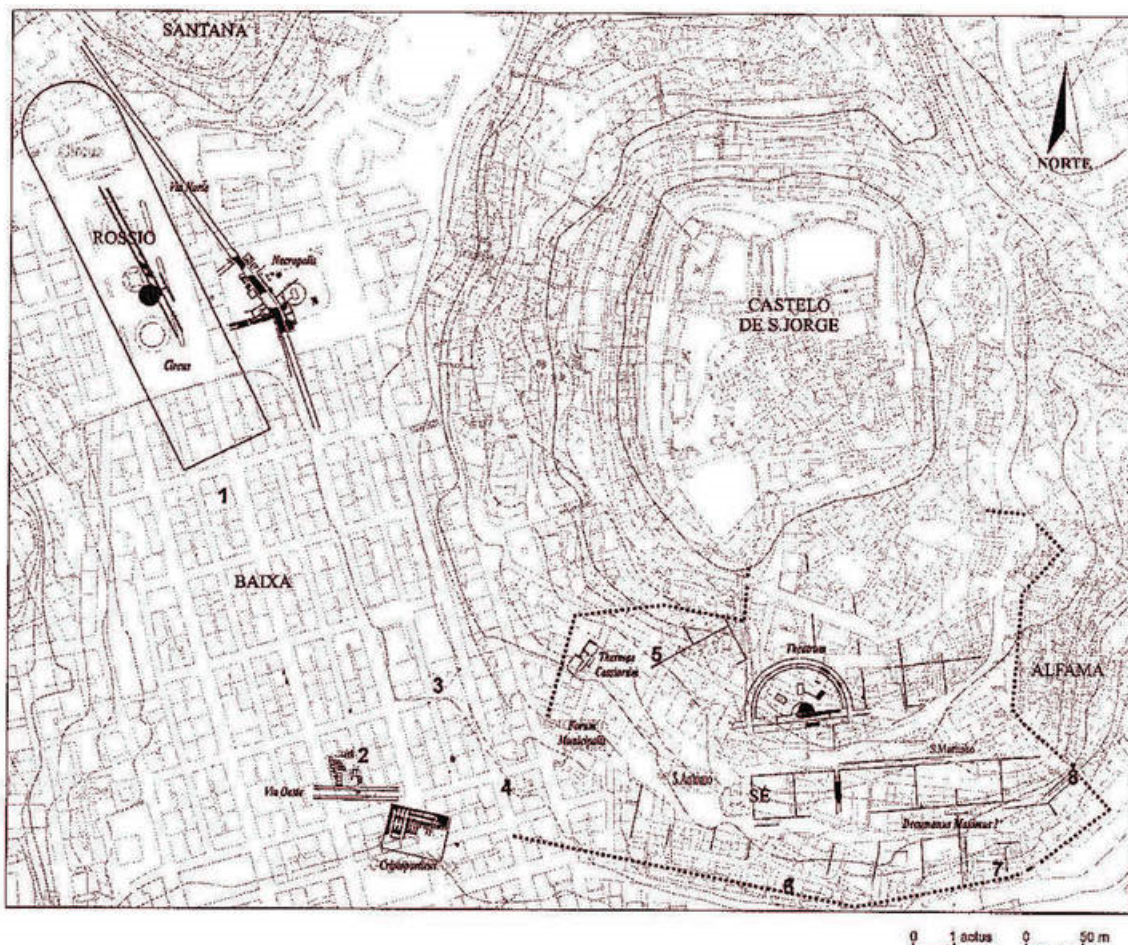


Figura 2. Olisipo (segundo Rodrigo Banha da Silva)⁷⁸

1.3 A MALHA URBANA DE ALGUMAS CIDADES DO MEDITERRÂNEO ANTIGO

Uma visão superficial, mas infelizmente muito difundida entre as várias disciplinas que observam as cidades da antiguidade, ao considerar o urbanismo romano, sobrevaloriza desmesuradamente a chamada “grelha”, também muitas vezes referida como “plano ortogonal”, ou “plano hipodâmico”, ou ainda o “tabuleiro de Xadrez”, considerando esta forma urbana como uma “contribuição original” e quase como uma obsessão dos engenheiros e arquitectos romanos⁷⁹. Esta

⁷⁸ Rodrigo Banha da SILVA, “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2011, p. 204.

⁷⁹ Fernando CHUECA GOITIA, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, 6ª ed. P. 54: “Os romanos procuravam realizar traçados regulares e geométricos e, quando isso não era possível, integravam nas cidades conjuntos urbanístico-arquitectónicos de grande aparato que constituíam em si próprios a parte mais impressionante e majestosa da cidade”. Não nos parece que a realização dos conjuntos urbanos de grande aparato referidos por Goitia, e inquestionavelmente presentes em todo o mundo romano, surgissem por incapacidade de implantar um traçado regular e

questão não deve ser considerada de forma tão superficial, visto que a realidade era bastante mais complexa. Pois, apesar de o “plano ortogonal” corresponder ao que de facto sucedeu em algumas cidades construídas de raiz pelas civilizações clássicas, não foi isso que ocorreu em todas as cidades greco-romanas, nem sequer era essa a realidade da maioria das cidades do mundo romano. Na verdade, a imagem urbana das cidades construídas ou reconstruídas pelos gregos e romanos, onde realmente se verificava o referido “plano ortogonal” diferia substancialmente da imagem urbana das cidades já existentes e que foram posteriormente adaptadas e equipadas pela civilização clássica, onde o “plano ortogonal” era muitas vezes adaptado ao sistema viário do povoado anterior, tal como acontecia em Roma⁸⁰.

Sabemos que Lisboa se insere no grupo das cidades que tinham um largo passado de ocupação humana anterior à chegada dos romanos, o que nos aponta, logo à partida, para a possibilidade de não ter sido implantado, neste centro urbano, um sistema totalmente ortogonal⁸¹. Para entendermos melhor a evolução urbanística da cidade da foz do Tejo, durante a antiguidade, importa observar a forma de algumas cidades que partilham alguns factores relevantes com Lisboa.

Em Priene, na atual Turquia, após o abandono de uma cidade que se localizava junto do rio Meandro, devido aos graves problemas com o avanço dos pântanos e com o assoreamento excessivo do seu porto, foi construída de raiz uma nova cidade, no séc. IV a.C. (ver figura 3). Esta nova cidade foi erguida no planalto da colina que se encontrava junto à cidade então abandonada. Mesmo contra várias dificuldades causadas pela orografia do terreno, a grelha foi aplicada na sua máxima extensão através do estabelecimento de patamares e de ruas em degraus⁸². Note-se que estamos perante uma cidade

geométrico, mas sim por outros motivos relacionados com aspectos simbólicos de demonstração da autoridade central romana.

⁸⁰ Cf. Antonio GARCIA-BELLIDO, *Urbanística de Las Grandes Ciudades Del Mundo Antiguo*, Madrid, CSIC, 2009, pp. 245-261.

⁸¹ O conhecimento sobre o urbanismo da *Olisipo* pré-romana é muito escasso, pois são poucas as estruturas conhecidas desta época, mas um conjunto de resultados de escavações arqueológicas realizadas desde as últimas décadas do século XX até ao presente têm permitido observar que “Olisipo exerceria a função de principal pólo urbano regional e, ao que antevemos, talvez mesmo da fachada atlântica. Actuando como centro dinamizador económico inter-regional, cujo sucesso se encontra demonstrado pela área ocupada e pelo número de povoados satélites que se desenvolveram na sua dependência.” (cf. Marco CALADO, *Olisipo pré-romana: Um ponto da situação*, Lisboa, Apenas Livros, 2008). Sobre a *Olisipo* pré-romana ver também: Ana Maria ARRUDA, “A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico nos inícios do I.º Milénio a.C.”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Electa e Museu Nacional de Arqueologia, 1994, pp. 52-57; Vera Teixeira de FREITAS, Juan SANCHEZ, Ana Margarida ARRUDA, “As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, nº 2, 2000, pp. 25-60; João PIMENTA, Rodrigo Banha da SILVA, Marco CALADO, “Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a I.A.U. da Rua de São Mamede ao Caldas n.º15”, In *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, Lisboa, 2005; João PIMENTA, Marco CALADO, Manuela LEITÃO, “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º2 da Rua de S. João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, nº 2, 2005, pp. 313-334; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa”, *Cira Arqueologia*, nº 2, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 40-62.

⁸² *Encyclopaedia Britannica Online*, “Priene”, www.britannica.com/EBchecked/topic/475894/Priene, Novembro de 2014.

erguida *ab initio*, numa colina, onde a solução encontrada pelos construtores para conseguirem adaptar uma estrutura ortogonal a uma orografia problemática foi a utilização de patamares. As semelhanças entre Priene e Lisboa em termos topográficos são bastante relevantes, pois ambas as cidades se desenvolvem na face de uma colina. Porém, é também importante notar uma diferença considerável entre ambas: a malha urbana e o sistema viário de Priene foram desenhados e construídos num mesmo momento, sob a supervisão de uma autoridade, enquanto no caso de *Olisipo* já existia um povoado significativo quando os romanos ganham o controlo da urbe em 138 a.C.⁸³.

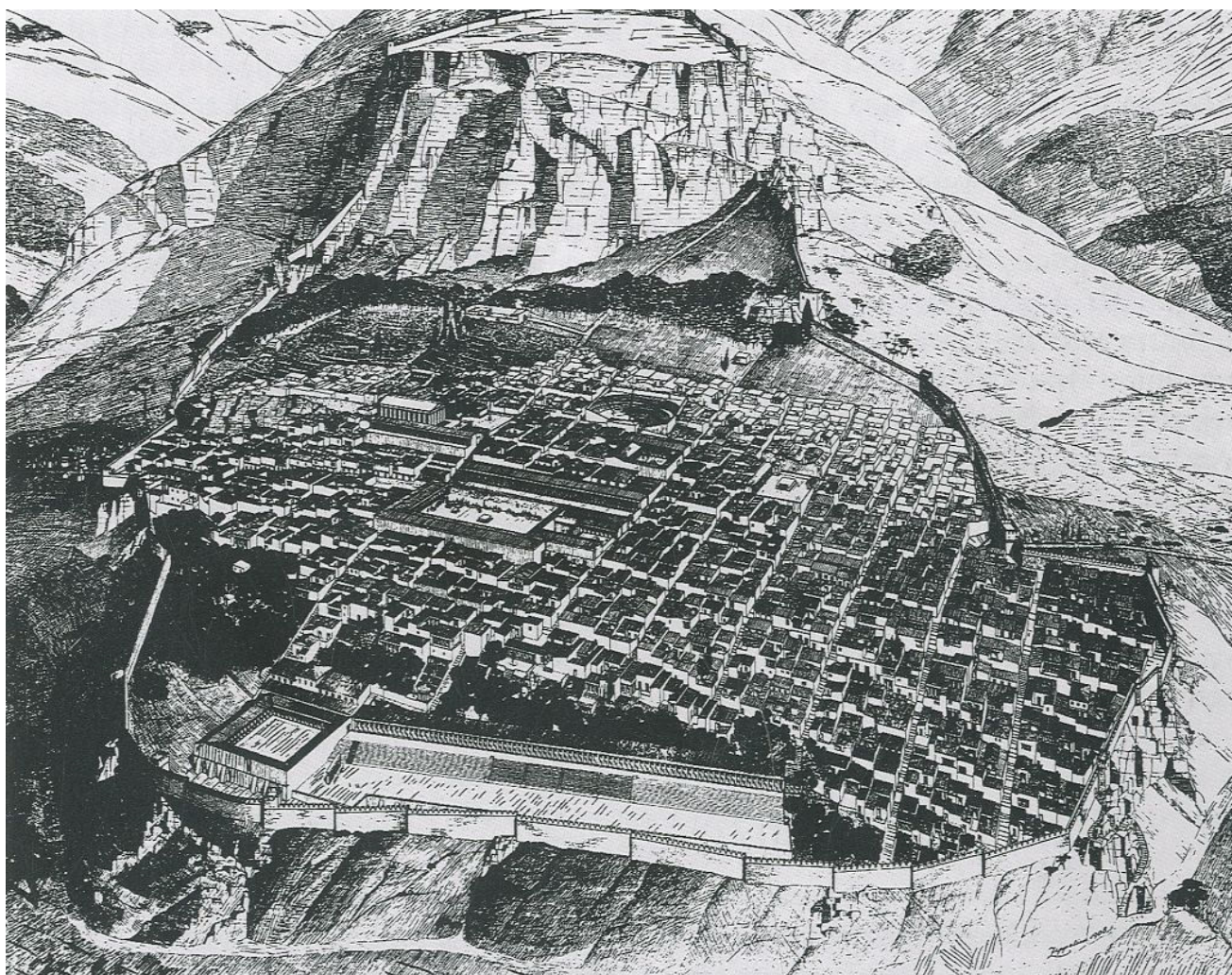


Figura 3. Reconstrução de Priene (Turquia) no séc. IV a.C.⁸⁴

⁸³ Cf. nota 81.

⁸⁴ Imagem publicada em: Spiro KOSTOF, *The City Shaped: urban patterns and meanings trough history*, Thames and Hudson, 1991, p. 125

Deste modo, não constitui surpresa que se verifique em ambas as cidades a existência de patamares como solução adoptada para atenuar os desníveis orográficos, tal como comprovou o achado de uma calçada romana em patamares no claustro da Sé⁸⁵. No entanto, note-se que, no caso de *Olisipo*, a existência de um povoamento anterior não terá permitido aos engenheiros romanos uma ortogonalidade tão evidente, nem tão difundida por toda a malha urbana, como a que se observa no desenho urbano de Priene.



Figura 4. Plano de Pompeia romana⁸⁶

As ruínas de Pompeia, cidade romana sobejamente conhecida devido à catástrofe provocada pelo Vesúvio, revelam, ainda hoje, de forma ímpar a malha urbana do século I. Nessa malha urbana, cristalizada pela explosão do vulcão, podemos observar na parte oriental um plano hipodâmico claro, e um plano menos regular na parte sudoeste, junto ao fórum (*Regiones VII e VIII*). A origem desta malha urbana menos regular prende-se com o facto de a cidade ter tido um longo passado anterior ao controle político romano, tal como o caso de *Olisipo*. Segundo parece, nesta zona da cidade, sobrevivem os

⁸⁵ Sobre a calçada no claustro da Sé ver: Parte I, Subcapítulo 3.5 - Estruturas Urbanas no claustro da Sé.

⁸⁶ Planta disponível em: <http://www.sitabus.it/wp-content/uploads/2015/04/Scavi-archeologici-Excavations-Pompeii.jpg>, acedido em 17 de Novembro de 2014. Sem escala.

vestígios da malha urbana do povoado anterior às grandes reformulações romanas do século I⁸⁷. Na verdade, Pompeia foi fundada pelos Oscos no século VII ou VI a.C., e apenas foi tomada pelos romanos em 80 a.C., ou seja, cinquenta e oito anos depois de *Olisipo* ser tomada por Décimo Júnio Bruto. A cronologia da fundação de Lisboa é um assunto pouco claro, mas sabe-se que pelo menos desde o século VIII a.C. já existiria um povoado na colina do castelo, como observamos anteriormente. Além disso, a coincidência cronológica da chegada do poder romano estabelece um paralelo relevante com *Olisipo*, onde temos conhecimento de terem ocorrido grandes remodelações urbanísticas durante o século de Augusto, nomeadamente, com a construção da estrutura que sustentava todo o teatro romano⁸⁸. Deste modo, estamos perante duas cidades muito antigas, *Olisipo* e Pompeia, onde uma ocupação humana organizada, cerca de cinco séculos anterior à chegada do poder romano, marcou a malha urbana destas cidades. Mais relevante do que a marca ortogonal na evolução urbana de Pompeia é a adaptação da forma urbana a um urbanismo pré-existente, o que revela possíveis continuidades, ao nível do sistema viário, com o passado pré-romano, situação que poderá também ter ocorrido na cidade da foz do Tejo.

Na Península Ibérica, nomeadamente, em Saragoça, sobressai o caso de um povoado pré-existente que foi totalmente reconstruído em época romana, dando lugar à urbe romana de *Caesaraugusta*. O caso de Saragoça ilustra um exemplo importante para o nosso estudo sobretudo pelas diferenças que separam a cidade da margem do Ebro da cidade da foz do Tejo. *Caesaraugusta* foi uma cidade romana cuja implantação levou à reconstrução total da cidade romana sobre um povoado anterior. Mas, ao contrário de *Olisipo*, Saragoça desenvolveu-se numa situação topográfica mais favorável à implantação de um plano ortogonal, pois encontra-se num local sem acidentes orográficos relevantes. Também, ao invés de *Olisipo*, os romanos puderam aplicar, no vale do Ebro, o seu esquema de grelha sem qualquer condicionante prévia, pois optaram por erradicar o povoado anterior. O resultado é bem perceptível na malha urbana romana (ver figura 5), a qual é ainda observável na forma urbana do núcleo histórico da cidade actual (ver figura 6)⁸⁹. Pelo contrário, em Lisboa não é possível

⁸⁷ Esta zona da cidade tem sido objeto de um debate polémico que teve início no começo do século XX, com a proposta de F. Haverfield que denominou esta parte da cidade *altstadt* (cidade-antiga), sugerindo uma origem anterior ao resto do perímetro urbano (cf. F. HAVERFIELD, *Ancient Town Planning*, Oxford, Clarendon Press, 1913, p. 66). Actualmente pensa-se que o perímetro urbano de uma cidade maior, terá regredido para a zona da *altstadt*, algures no séc. V a.C. (Cf. Steven J. R. ELLIS (ed.), *The Making of Pompeii: Studies in the History and Urban Development of an Ancient Town*, *JRA Supplementary series*, nº 85, Portsmouth, Journal of Roman Archaeology, 2011).

⁸⁸ Sobre esta questão ver: Parte I, subcapítulo 3.10 - Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano.

⁸⁹ Sobre a evolução urbana de Saragoça em época medieval ver: Ramon BETRAN ABADÍA, *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza, Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 1992; "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media", *Tecnología y Sociedad: las grandes obras publicas en la Europa Medieval*, XXII Semana de Estudios Medievales. Estela, 17 a 21 de Julio de 1995, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1996.

observar uma hipotética “grelha” romana, nem na cartografia histórica, anterior ao terramoto de 1755 e muito menos ainda na malha urbana atual.

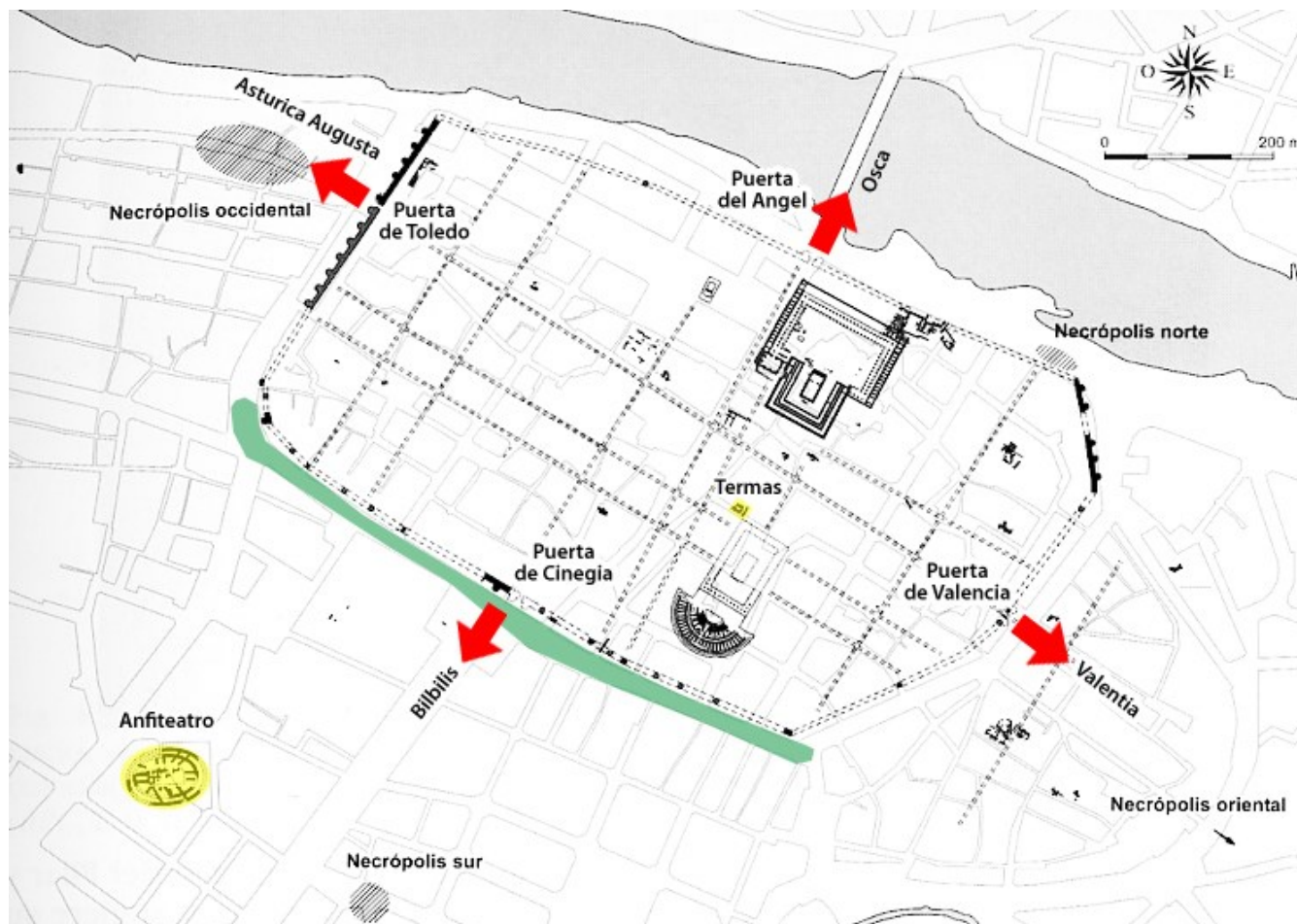


Figura 5. Vestígios arqueológicos e sistema viário de Caesar Augusta⁹⁰

⁹⁰ Planta disponível em: J. Luís RAMÍREZ SÁDABA (2008, 15 Julho). Módulo 1. 'Conceptos Básicos'. Acedido em 26 de Julho de 2016, em Universidad de Cantabria: <http://ocw.unican.es/humanidades/historia-antigua-de-la-peninsula-iberica/material-de-clase-1/modulo-1.-conceptos-basicos>.



Figura 6. Saragoça actual (Google Maps)⁹¹

Numa outra cidade do mediterrâneo, mais precisamente em Málaga, os romanos desenvolveram a sua cidade sobre um povoado possivelmente fundado pelos fenícios no século VII a.C. Tal como acontece com Lisboa, sabe-se muito pouco sobre o sistema viário de época romana, pois apenas se dá como certa a localização do teatro e de uma parte da muralha de época imperial. É também conhecida a localização de várias unidades fabris de *garum* (ver figura 7). Ainda assim, não foi possível, até agora, definir o sistema viário da cidade romana de *Malaca*, não se sabendo sequer onde se situaria o *forum*⁹². As semelhanças entre Lisboa e esta cidade, ambas com, pelo menos, mais de 28 séculos de ocupação humana, são assinaláveis, pois, também o debate sobre a localização do fórum romano de *Olisipo* se mantém em aberto, apesar da descoberta do Teatro e de alguns troços da muralha de época imperial⁹³.

⁹¹ Fotografia de satélite disponível em: <https://www.google.pt/maps/@41.6532427,-0.8755012,1390m/data=!3m1!1e3> imagem cedida ao Google pelo Instituto Geográfico Nacional de Espanha. Acedido em 26 de Julho de 2016.

⁹² Sobre a evolução urbana de Málaga ver: VV. AA. *Málaga entre Malaca y Málaga*, Catálogo da exposição comissariada por Maria Jesús VIGUERA MOLINS, Málaga, Universidad de Málaga, 2009; Pilar CORRALES AGUILAR, “Apertaciones de la arqueología urbana para el conocimiento de la Málaga romana”, *Mainake*, nº 27, 2005, pp.113-140.

⁹³ Sobre o urbanismo de *Olisipo* ver: Justino Mendes de ALMEIDA, *De Olisipo a Lisboa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992; João PIMENTA, *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Instituto Português de Arqueologia, *Trabalhos de Arqueologia*, 41, 2005; VV. AA., “Intervenções arqueológicas na encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)” *Al-madan*. Almada. 2.a Série. 11, 2002, p. 245-246; Lídia FERNANDES, “Teatro Romano de Lisboa: os caminhos da descoberta e os percursos da investigação”, *Al-Madan*, 2ª Série, 15, Centro de Arqueologia, Almada, 2007, pp. 28-39; Rodrigo Banha da SILVA, “*Marcas de oleiro*” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de *Olisipo* (séc. I a.C. - séc. II d.C.), Dissertação de Mestrado, 2005; “Urbanismo de *Olisipo*: a zona ribeirinha” in

A nível topográfico e também da própria posição da cidade, é interessante notar algumas afinidades com a cidade da foz do Tejo. Ambas as cidades se desenvolvem junto a uma praia, fluvial no caso de Lisboa, e marítima no caso Málaga, em oposição a uma zona alta, onde se instalarão as respectivas alcáçovas muçulmanas, e com parte substancial da orientação urbana da zona baixa a ser definida por um outro curso de água a ocidente, o Esteiro do Tejo, no caso de Lisboa, e o rio Guadalmedina no caso de Málaga. Além de tudo isto, note-se que, em época romana, até mesmo ainda durante a antiguidade tardia, as frentes ribeirinhas de ambas as cidades eram pontuadas por indústrias artesanais de conserva e transformação de preparados piscícolas, sendo essa actividade muito relevante em termos económicos quer em *Olisipo*, quer em *Malaca*.

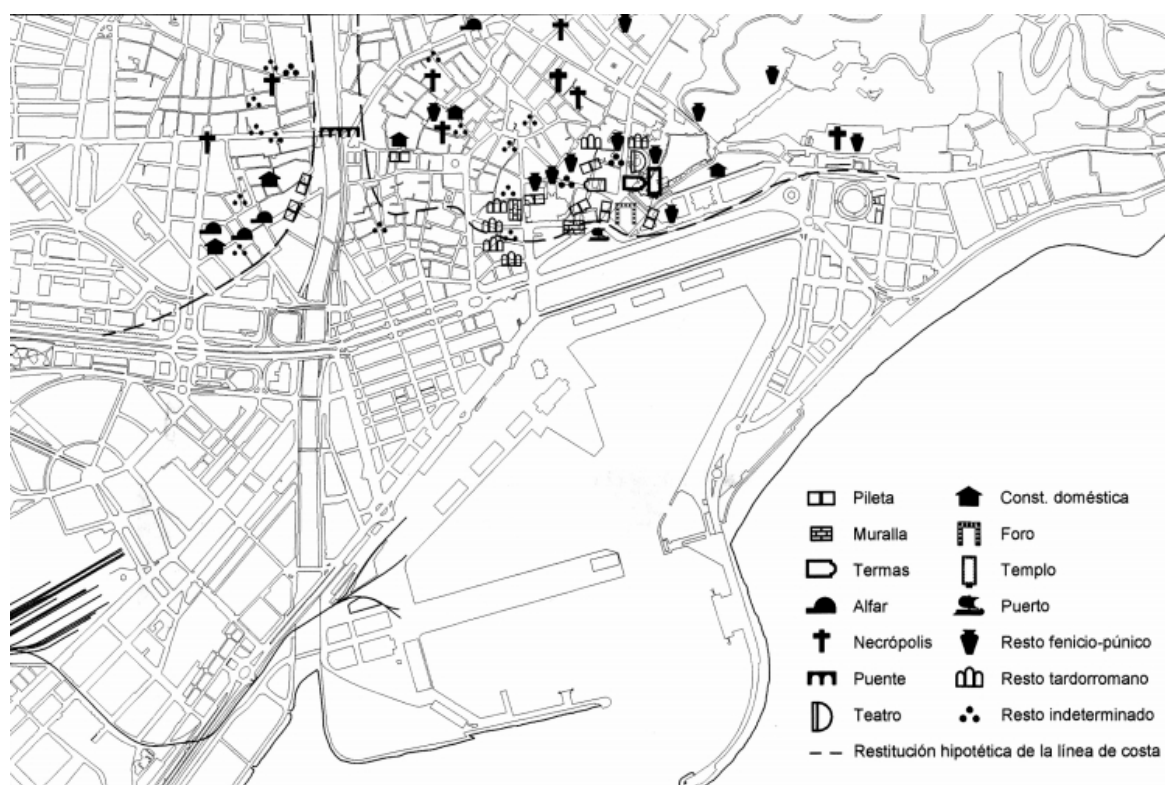


Figura 7. Malaca romana: os principais achados arqueológicos desde época fenício-púnica até à bizantina⁹⁴

II Colóquio temático Lisboa Ribeirinha, 1997, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 43-67; “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2011, pp. 204-212; VV.AA., “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.2 da Rua de S. João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, nº 2, 2005, p.313-334; VV.AA., *Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa. Fundação Banco Comercial Português, 1995; Jorge ALARCÃO, “Lisboa romana e visigótica” in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, 1994, p. 58-63; VV. AA, “Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo”, *Almadan*, nº 17, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2012, 44-55.

⁹⁴ Planta publicada em: Pilar CORRALES AGUILAR, “Aportaciones de la arqueología urbana para el conocimiento de la Málaga romana”, *Mainake*, nº 27, 2005, p. 135.

O exemplo mais relevante, com o qual iremos finalizar este períplo, é também o mais próximo em termos geográficos e políticos de *Olisipo*: o caso de *Aeminium*, a actual Coimbra. O sistema viário da cidade do Mondego em época romana não é totalmente conhecido, mas uma das recentes propostas apresenta várias correspondências com a cidade do Tejo. Referimo-nos à proposta de Jorge de Alarcão, que não considera que tenha existido, em *Aeminium*, um traçado hipodâmico, ou seja, “ruas ortogonais definindo quarteirões (*insulae*) tão regulares quanto as casas de um tabuleiro de xadrez” (ver figura 8)⁹⁵. Os argumentos de Alarcão sobre a impossibilidade de ter sido implantada a grelha romana na cidade do Mondego são exactamente os mesmos que consideramos serem também aplicáveis à impossibilidade deste tipo de urbanismo ter sido implantado em *Olisipo*. Em primeiro lugar, a orografia marcada por declives acentuados desfavorece em grande medida a implantação do referido sistema hipodâmico, podendo eventualmente esta questão ser contornada, tal como foi em Priene, como vimos anteriormente, se não existisse qualquer ocupação humana relevante anterior. Em segundo lugar, tanto *Aeminium* como em *Olisipo* tiveram uma longa ocupação humana anterior à chegada dos romanos, entre 138 e 139 a.C., comandados pelo cônsul Décimo Júnio Bruto, avô do mais célebre assassino de César. Se no caso de *Aeminium* a ocupação anterior à chegada dos romanos é ainda mal conhecida⁹⁶, no caso de *Olisipo* os dados arqueológicos permitem-nos afirmar a existência inequívoca de um centro urbano relevante em meados do século II a.C.⁹⁷.

⁹⁵ Cf. Jorge ALARCÃO, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, p. 57.

⁹⁶ Jorge Alarcão afirma que “O mais provável é que já nessa data [139 a.C.] existisse povoado – e, possivelmente, também importante, em Coimbra. Até agora, porém, não se encontraram traços inequívocos dessa povoação.” (cf. Jorge ALARCÃO, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, p. 29).

⁹⁷ Sobre a *Olisipo* pré-romana ver nota 81.

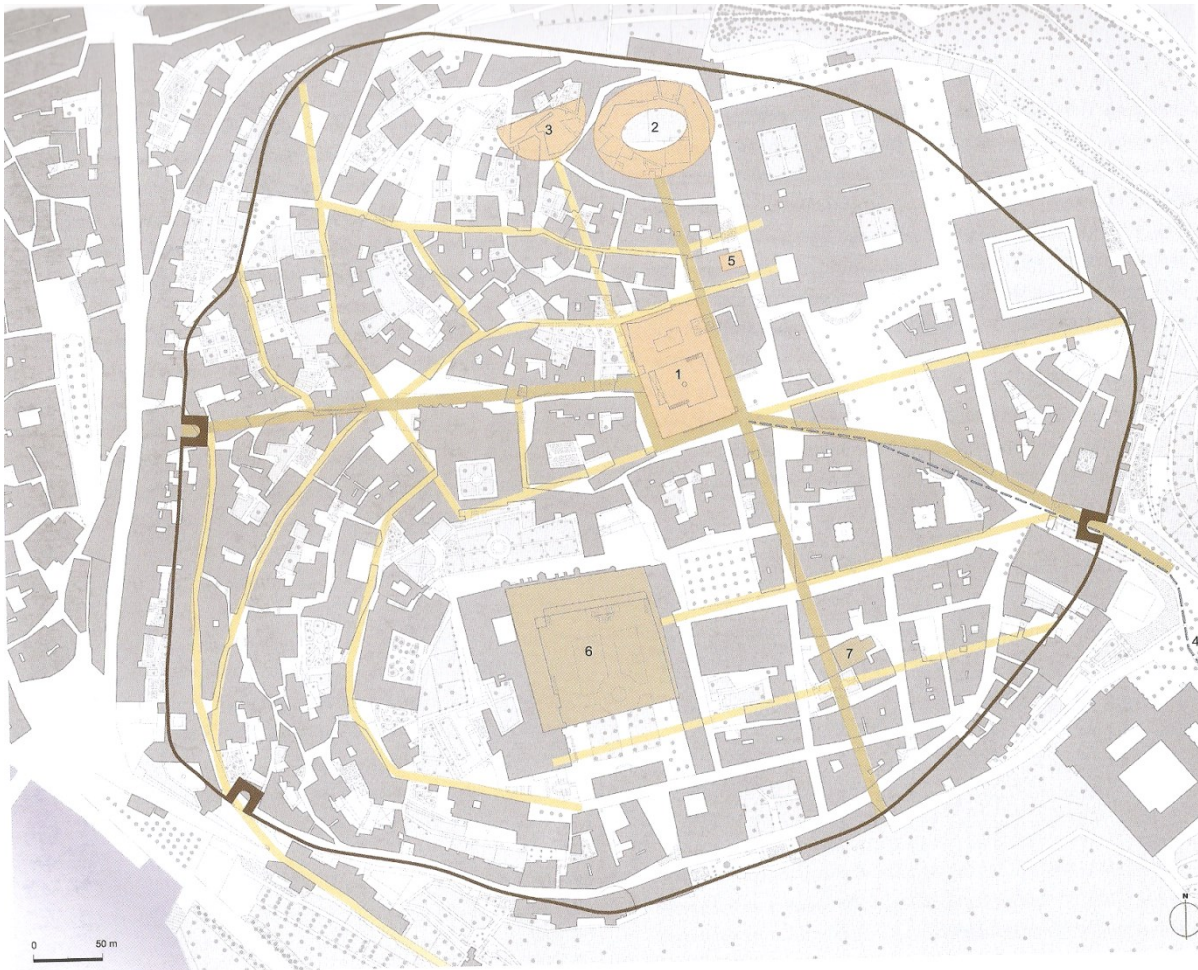


Fig. 35 – Arruamentos da cidade de *Aeminium*
 1. Forum 2. Anfiteatro 3. Teatro 4. Aqueduto 5. Templo de culto imperial 6. Alcáçova 7. Igreja de S. Pedro.

Figura 8. Arruamentos da cidade de Aeminium (segundo Jorge Alarcão)⁹⁸

Por estes dois motivos alinhamos o nosso discurso sobre *Olisipo*, com o de Jorge de Alarcão sobre *Aeminium*, salientando, no entanto, que em determinados pontos específicos da cidade da foz do Tejo, foram implantadas estruturas cuja relevância social, e até mesmo pela sua simples dimensão física, levaram a uma implantação parcial de um sistema viário ortogonal, tal como se observa na relação entre as ruínas do teatro de *Olisipo* e a via romana encontrada no claustro da Sé. Não nos parece prudente, contudo, extrapolar essa relação entre a orientação de estruturas como o teatro e o arruamento secundário encontrada no claustro da Sé para toda a zona intramuros, como apresentam as propostas de Vasco Gil Mantas e de Rodrigo Banha da Silva, e como foi também recentemente proposto por César Figueiredo (ver figura 9), ainda que este autor tenha admitido que esta parte da sua reconstituição fosse “imaginação baseada no contexto histórico”.

⁹⁸ Planta publicada em: Jorge ALARCÃO, *Coimbra a montagem...*, p. 65.



Figura 9. Reconstituição de Olisipo com base no grau de evidência histórico-arqueológica⁹⁹

1.4 UMA PROPOSTA PARA O SISTEMA VIÁRIO DA CIDADE NA ANTIGUIDADE TARDIA

O nosso esquema, que representa os principais eixos viários em época tardo-romana, propõe uma configuração viária marcada por vias rectilíneas, mas não ortogonais entre si (ver figura 10), revelando um urbanismo adaptado à configuração do terreno e a possíveis pré-existências urbanas. Para tal, a reconstituição de Augusto Vieira da Silva sobre a malha urbana da cidade intramuros anterior ao terramoto de 1755¹⁰⁰, e também as já referidas reconstituições de Vasco Gil Mantas e de Rodrigo

⁹⁹ Esta planta insere-se no projecto de arqueologia virtual para o documentário “Fundeadouro Romano em Olisipo”, Planta publicada em: César FIGUEIREDO, “Relatório de Projecto: Reconstituição de *Olisipo* e de um navio romano de tipo Corbita”, 2014, disponível em: https://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio_de_projecto_de_Arqueologia_Virtual_para_o_document%C3%A1rio_Fundeadouro_Romano_em_Olisipo_.Reconstitui%C3%A7%C3%A3o_de_Olisipo_e_de_um_navio_romano_do_tipo_corbita, acedido em Dezembro de 2015. p. 21, sem escala, nem orientação.

¹⁰⁰ Referimo-nos à Estampa III, intitulada *Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa que Compreende a Parte Abrangida pela Cerca Moura*, publicada em Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 59.

Banha da Silva, foram usadas como base de trabalho. Além disso, na elaboração desta proposta de um sistema viário da cidade da foz do Tejo, na antiguidade tardia, foram também consideradas as curvas de nível da colina do Castelo e dada especial atenção à localização das portas da muralha tardo romana, pois, não há dúvida de que o sistema de acesso à cidade intramuros controlava as principais vias da urbe.

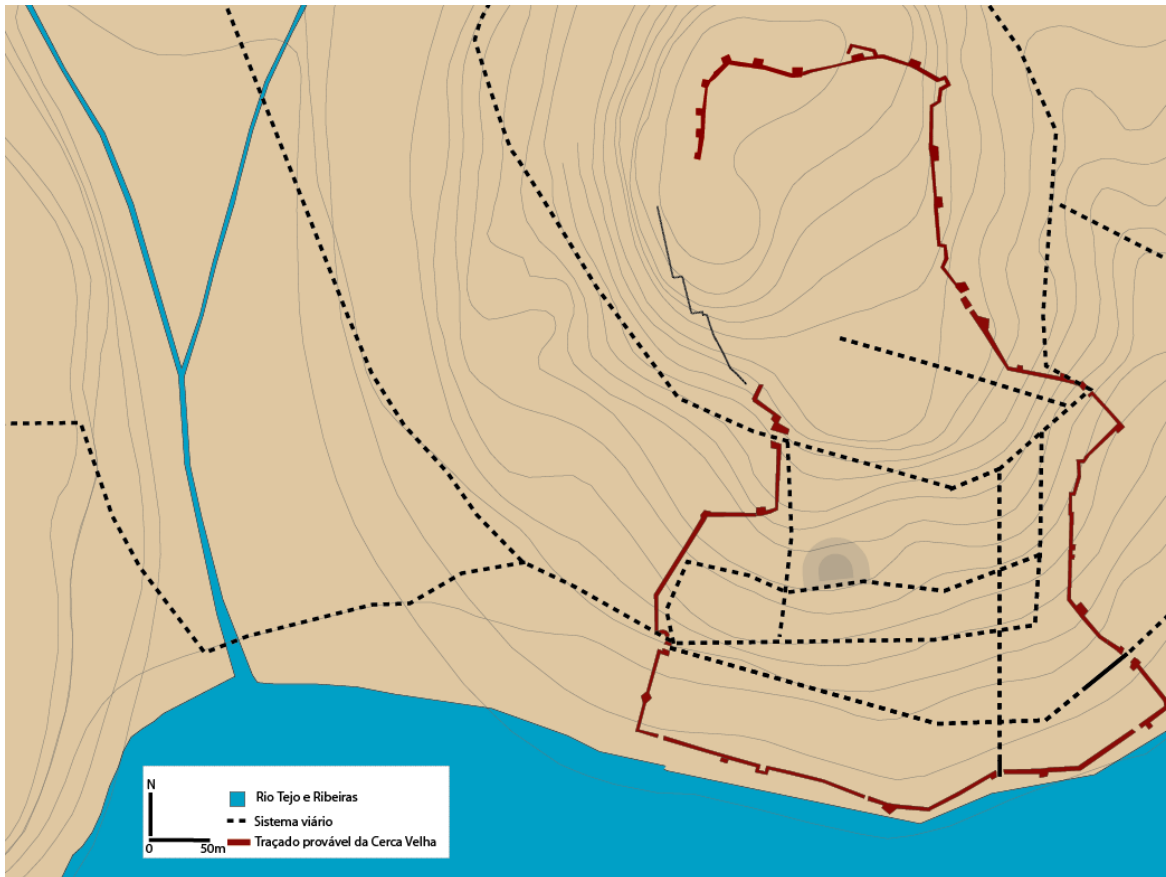


Figura 10. Proposta de reconstrução do sistema viário de Olisipo na antiguidade tardia

As profundas alterações urbanas que ocorrem entre a desagregação política do império romano e o estabelecimento de uma cidade caracterizada por estruturas urbanísticas islâmicas não ocorreram de forma súbita nem uniforme. É importante lembrar que quando o domínio islâmico toma a península Ibérica, no século VIII, já há muito que a forma urbana das *civitates* romanas se encontravam numa profunda destruturação¹⁰¹. Hugh Kennedy, tendo como base Córdova, e referindo-se às cidades do al-

¹⁰¹ Cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 55, n. 31; Veja-se também o caso da morfologia urbana de Mérida, que em época visigoda já apresentava grandes alterações relativamente à época romana. (Cf. Miguel ALBA CALZADO, Santiago FEIJOO MARTÍNEZ, Bruno FRANCO MORENO, “Mérida islâmica (s. VIII-IX): El proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina”, *XELB n.º 9, Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarbe. El Gharb en al-Andalus: síntesis y perspectivas de estudio. Homenaje a José Luís de Matos*, Silves, pp 198-201.) Em geral

Andalus, justifica o quase desaparecimento das malhas urbanas romanas nas cidades medievais com um hiato na vida urbana entre os séculos V e VI¹⁰². No caso da cidade da foz do Tejo, esse hiato na vida urbana parece ter ocorrido nos séculos seguintes, VII a IX, pois, tal como já observámos há evidências arqueológicas de que a cidade se terá mantido activa no panorama comercial mediterrânico¹⁰³. Nos vastos dados arqueológicos produzidos por centenas de escavações ocorridas no centro histórico de Lisboa nos últimos decénios escassas são as informações relativas a este período histórico, séculos VII a IX, revelando um panorama de inegável regressão urbana para este período¹⁰⁴. Talvez parte do problema resida na interpretação do registo ou talvez a regressão da vida urbana tenha tido realmente uma forte expressão em Lisboa. Seja como for, neste momento o conhecimento sobre esta matéria não nos permite ir aprofundar mais esta questão.

Uma das mais emblemáticas estruturas urbanas da cidade, que assistiu ao seu processo de islamização, ainda sobrevive de forma parcial na cidade do século XXI: a cerca urbana. O traçado da muralha erguida na época tardo antiga (sécs. III-IV) persistirá durante praticamente toda a época medieval, funcionando como delimitador da *madinat*, ou seja, a cidade intramuros, e só perderá parcialmente a sua função defensiva em 1373, quando D. Fernando, perante uma cidade já muito diferente da urbe tardo-romana, decide aumentar significativamente a área murada de Lisboa¹⁰⁵. Deste modo, é indiscutível a preponderância que a muralha tardo antiga teve sobre a forma urbana da urbe islâmica, pois, além de delimitar o núcleo urbano, estabelecia em grande medida o seu sistema viário, através das portas que controlavam esse mesmo sistema. Tal como foi observado em escavações

sobre a península Ibérica, Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo afirmam: “*la desestructuración de la ciudad clásica no debe relacionarse con el desarrollo del urbanismo musulmán por el simple hecho que tras la conquista árabe este proceso transformador siguió produciéndose, pues la Arqueología ha demostrado que se inició ya en la tardoantigüedad.*” (cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007, p. 266). Noutra obra dos mesmos autores, lê-se: “*en Hispania entre los siglos IV y VII se asiste a un proceso involutivo en los espacios urbanos romanos que determina, en muchos casos, la desaparición de las antiguas ciudades. La regresión urbana se manifiesta en el abandono de los sistemas de saneamiento público, la acumulación de escombros y vertidos en las calles, la ocupación de áreas públicas por construcciones provadas, la reducción de los perímetros habitados, la fagocitación y reaprovechamiento de los materiales constructivos, la proliferación de espacios vacíos intramuros, etc.*” (*Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2007, p. 38). Uma recolha de varios exemplos e problematização sobre as várias transformações urbanas ocorridas na antiguidade tardia pode encontrar-se em: Pierre PINON, “La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanencia y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental”, in *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, pp. 194-194.

¹⁰² Cf. Hugh KENNEDY, “Inherited Cities”, in *The City in the Islamic World*, vol. 2, Leiden / Boston, Brill, 2008, pp. 93-113.

¹⁰³ Sobre este assunto ver: Prólogo, subcapítulo 1.1 - Alguns aspectos sobre a transição da antiguidade tardia para a idade média.

¹⁰⁴ Veja-se como exemplo desta escassez de dados arqueológicos, o artigo sobre os elementos arquitectónicos referentes a este período: Paulo Almeida FERNANDES, Lídia FERNANDES, “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 17, Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, 2014, pp. 225-243.

¹⁰⁵ Sobre a Cerca Velha ver: Parte I, subcapítulo 5.4 - A Cerca Velha e os seus responsáveis.

arqueológicas, o traçado da muralha tardo antiga coincide, em diferentes locais, com o traçado que a cerca urbana teria em época islâmica¹⁰⁶. Com efeito, sabemos que algumas portas da muralha continuaram praticamente no mesmo local controlando o acesso à urbe e, ao mesmo tempo, desenhando o seu sistema viário¹⁰⁷.

Além da muralha, a orografia da Colina do Castelo foi tomada como um dos elementos definidores do sistema viário deste período. Neste sentido, note-se como, na nossa proposta, várias vias acompanham a orientação das curvas de nível, ilustrando-se em grande medida esta relação que se deve, não só ao facto de a cidade se desenvolver numa escarpa virada ao rio, mas também ao facto de aqui ter existido um centro urbano activo antes da chegada dos romanos em 138 a.C.

Apesar de não estar representado na nossa proposta, o sistema viário secundário da cidade na antiguidade tardia, ou seja, aquele que se refere às vias secundárias, merece também algumas observações. A evolução do sistema secundário terá sido diferente do sistema primário, pois, ao contrário deste, é muito mais vulnerável em termos de alterações urbanas, tal como demonstram as alterações ocorridas, cerca do século VI, na via encontrada no claustro da Sé¹⁰⁸. Deste modo, parece-nos lícito afirmar que o sistema viário secundário romano terá sofrido alterações relevantes ainda antes da época medieval e que este sistema já se encontraria num nível de desestruturação elevado, antes da chegada dos muçulmanos no século VIII.

A análise ao sistema viário da cidade durante a antiguidade tardia permite compreender as linhas orientadoras do crescimento urbano que ocorrerá no período histórico subsequente, destacando-se as vias ocidentais, cuja orientação segue a de vias romanas anteriores, e também a própria orografia local. Deste modo, podemos afirmar, que a Corredoura e a Rua da Correaria, tal como eram denominadas em época medieval, vias que estão assinaladas correndo paralelamente à margem oriental do Esteiro, constituirão os pólos centrais do crescimento urbano que ocorrerá no Arrabalde Ocidental. Para oriente, o arrabalde de Alfama, de provável matriz romana, como veremos, irá desenvolver-se acompanhando a via que corria paralela ao Tejo. No centro da cidade, na zona intramuros, note-se como o teatro se manterá como uma linha definidora do sistema viário, e logo também do urbanismo que se desenvolve em volta deste.

¹⁰⁶ Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 66-79.

¹⁰⁷ A ideia de que o ataque de Ordonho III de Leão teria em 953 destruído por completo a cerca tardo antiga e que esta teria sido integralmente reconstruída no séc. X, não é defensável, pois, tal como demonstrou Adriaan de Man, as fontes documentais que constituem a base desse argumento não referem sequer a muralha, menos ainda a sua destruição. (Cf. Adriaan de MAN, *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008, p. 285.)

¹⁰⁸ Sobre esta questão ver: Parte I, subcapítulo 3.5 - Estruturas urbanas no claustro da Sé. Ver também: Alan BORIE, Pierre MICHELONI e Pierre PINON, *Forme et Déformation des objets architecturaux et urbains*, Paris, Édition Parenthèses, 1978.

Será então sobre este sistema viário, herdeiro do sistema viário romano, que o urbanismo da Lisboa medieval se irá desenvolver durante a época de domínio islâmico.

CAPÍTULO 2: O URBANISMO ISLÂMICO: DO PRECONCEITO AO CONHECIMENTO

2.1 VELHOS PRECONCEITOS E NOVAS PROPOSTAS

Uma visão redutora e simplista da evolução da história do urbanismo considerou que o urbanismo romano de matriz ortogonal, por isso mais harmónico e correto, foi corrompido, em algumas cidades mediterrânicas, por um urbanismo islâmico, caótico e irregular¹⁰⁹. Este ponto de vista simplista penetrou de forma intensa nas ciências que se dedicam ao estudo da cidade, existindo ainda vestígios expressivos desta maneira de observar o urbanismo islâmico¹¹⁰. Desde os anos sessenta do século

¹⁰⁹ Referimos-mos à perspectiva conhecida como a “visão orientalista”, sumarizada de forma ímpar no artigo de Giulia Neglia (“Some Historiographical notes on the islamic city with particular reference to the visual representation of the built city”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, pp. 3-46). Sobre esta perspectiva tradicional afirmava Manuel Ación Almansa em 2001: “*El concepto tradicional, que se elabora desde los trabajos de los hermanos Marçais hasta las síntesis de von Grunebaum de 1955, en efecto, como han puesto en evidencia los críticos, posee una serie de connotaciones políticas de tipo colonial, e incluso racistas, que son totalmente inaceptables. Pero además de ello, el concepto se suele resumir en três componentes, como son el desorden urbano que tiene su expresión en la planta labiríntica, la influencia del islame en esse desorden y su inmutabilidad, y el papel determinante del suq, del mercado, en la economía y configuración de esas ciudades.*” (cf. Manuel ACIÉN ALMANSA, “*La formación del tejido urbano en Al-Andalus*”, in *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean PASSINI, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, pp. 14-15): note-se também a descrição desta perspectiva por André Raymond: “*The comparison between an urbanism of Antiquity supposedly endowed with every perfection, and a “Muslim” urbanism characterized, at first sight, by a profound irregularity and by a rejection of all inteligible rules brought Orientalists to some discouraging conclusions regarding the physical structure of cities.*” cf. André RAYMOND, “*The Spatial Organization of the city*”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, p. 49.

¹¹⁰ Veja-se por exemplo a *Breve História do Urbanismo* de Goitia, livro amplamente usado nas faculdades de arquitectura nacionais onde a própria estrutura da obra omite o período da antiguidade tardia, e se consideram apenas a “cidade antiga”, e logo depois a “cidade islâmica”, e posteriormente a “cidade medieval”, nos capítulos 3, 4 e 5, respectivamente (Fernando CHUECA GOITIA, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, 6ª ed.). No campo oposto, veja-se a parte relativa a “cidades, alcáçovas e mesquitas”, por Cláudio Torres e Santiago Macias, inserida no capítulo intitulado “*Garb Al-Andalus*”, na *História da Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira (cf. *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 163-176). A nível nacional, note-se também as seguintes afirmações de Manuel Teixeira e Margarida Valla: “*É ainda hoje possível apercebermo-nos das influências urbanísticas islâmicas que permaneceram nos traçados de muitas cidades portuguesas. Da mesma forma, podemos identificar essa influência na permanência de certos hábitos de vida urbana, nomeadamente alguma incapacidade de entender e de usufruir plenamente os espaços abertos da cidade.*” Cf. Manuel TEIXEIRA, Margarida VALLA, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 19. Nesta obra sobre urbanismo português as características fundamentais da cultura urbana muçulmana são resumidas ao seguinte: “*a tradição dos espaços fechados e sinuosos, a falta de espaços livres nas cidades e a existência de rossios de feira localizados extramuros que substituíam, em algumas das suas funções as praças inexistentes. As necessidades de defesa e o estilo de vida não ostensivo prescrito pelo Corão contribuíram para o carácter íntimo das suas ruas, tortuosas, com diferentes perfiz ao longo do seu percurso, das quais saíam outras ruas em cotovelo ou becos que davam acesso a pequenos conjuntos de casas. As condições climáticas aconselhavam igualmente o sombreamento das ruas e daí a sai pouca largura. As casas eram viradas para pátios interiores, e as poucas aberturas para a rua eram protegidas por janelas, rótulas e muxarabis elaborados.*” (*ibidem*). A cidade islâmica é assim definida por oposição à cidade cristã, por aquilo que não possui, as praças. Além disso, na ausência de atribuição de processos lógicos para explicar o urbanismo muçulmano é realizada uma atribuição exacerbada de responsabilidade urbanística à religião e, simultaneamente, a características climáticas. Note-se como as afirmações de André Raymond, sobre a “visão orientalista” se aplicam às considerações de Manuel Teixeira e Margarida Valla: “*The*

passado, a investigação sobre o urbanismo islâmico tem-se libertado gradualmente dos referidos preconceitos, revelando os problemas estruturais da visão simplista surgida na primeira metade do século XX¹¹¹.

Notem-se, sucintamente, alguns pontos que refutam esta visão simplista do urbanismo islâmico. Em primeiro lugar, nem todas as cidades romanas eram totalmente ortogonais, como se observou no capítulo anterior, pois também se encontravam malhas urbanas irregulares em cidades sob o domínio romano. Em segundo lugar, quando, no século VIII, o Islão entra na Península Ibérica, já grandes alterações tinham ocorrido nas urbes romanas¹¹². Entre outros processos de transformação urbana, os sistemas viários das cidades foram sofrendo grandes modificações ao longo de toda a antiguidade tardia. Em terceiro lugar, muitas cidades concebidas em época de domínio islâmico revelavam malhas urbanísticas ortogonais, tanto integralmente, no caso de urbes palatinas (*Madinat al-Zahra*¹¹³), como parcialmente, como se verificou em várias urbes do al-Andalus (Córdova, Denia, Almeria, Múrcia, Pechina, etc..¹¹⁴), e também como se veio a verificar em Lisboa¹¹⁵. Estas informações levam-nos forçosamente a rejeitar a visão simplista e preconceituosa anteriormente referida.

“Muslim” city is, then, characterized above all by what it lacks: the regularity, regulation, and civic spirit of the city of Antiquity; the communal institutions of the medieval city. It is wedded to decline.” cf. André RAYMOND, “The Spatial Organization of the city”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, p. 51.

¹¹¹ Alguns estudos sobre o urbanismo islâmico do Al-Andalus: Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971; Besim Selim HAKIM, *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles*, London, Kegan Paul International, 1986; Masashi HANEDA, Toru MIURA, *Islamic Urban Studies: Historical Review and perspectives*, Londres e Nova Iorque, Kegan Paul International, 1994; Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d'al-Andalus: L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996; Javier GARCÍA-BELLIDO Y GARCÍA DE DIEGO, “Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas”, in Maribel FIERRO, Jean-Pierre VAN STAËVEL, Patrice CRESIER (eds.), *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen Âge: aspects juridiques*, Madrid, Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, C.S.I.C., 2000, pp. 243-283; Jean PASSINI (coord.), *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval*, Cuenca, Universidad de Castilla-la-Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001; Antonio MALPICA CUELLO (ed.), *Ciudad y Arqueología Medieval*, Granada, Alhulia, 2006; Júlio NAVARRO PALAZÓN e Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, *Las ciudades de Alandalús. Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Próximo Oriente, 2007.

¹¹² Cf. Hugh KENNEDY, “From Polis to Madina: Urban change in late antique and early islamic Syria”, *Past and Present*, nº 106, Oxford, The Past and Present Society, 1985; “Inherited Cities”, in *The City in the Islamic World*, vol. 2, Leiden / Boston, Brill, 2008, pp. 93-113.

¹¹³ Cf. Serafin LOPÉZ-CUERVO, *Medina Az-Zahra, Ingeniería y formas*, Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, Madrid, 1985, pp. 24-29.

¹¹⁴ Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 51-52.

¹¹⁵ Referimo-nos tanto ao bairro islâmico encontrado no arrabalde ocidental, sob a actual Praça da Figueira (Cf. Rodrigo Banha da SILVA, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, p. 23: “...o bairro detectado em nada tem a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica, antes bem pelo contrário, ele denuncia, embora sugerindo dois programas algo diversos, planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais”) como ao bairro islâmico da Alcáçova (Ver Parte II, subcapítulo 3.3 – O bairro residencial da Praça Nova).

Alguns estudos mais recentes têm vindo, não só a ajudar a desconstruir os velhos preconceitos, mas também a propor novas ideias, sobre o urbanismo islâmico, nomeadamente, o trabalho de Júlio Navarro Palazón e de Pedro Jiménez Castillo sobre as cidades do al-Andalus, e o de Luísa Trindade sobre o urbanismo medieval no espaço do território nacional¹¹⁶. Estes autores, entre outros, demonstram de forma clara que o urbanismo islâmico é uma estrutura complexa, caracterizado por vários graus de planificação e que não pode ser reduzido a uma mera acção irregular e destituída de lógica.

2.2 AS LÓGICAS DO URBANISMO ISLÂMICO

Antes de mais, importa explicar que o próprio termo urbanismo islâmico, tem já um longo e complexo percurso na historiografia e que a nossa opção por esta designação não se prende a uma mera oposição a um urbanismo cristão e muito menos a qualquer tentativa de regresso à chamada “visão orientalista”¹¹⁷. A nossa opção por esta expressão deve-se antes ao facto de este conceito permanecer como uma designação que se mantém operativa, mesmo despido dos preconceitos tradicionalmente associados ao urbanismo islâmico. Parece-nos menos operativa a designação de “cidade tradicional árabe” proposta por André Raymond, simplesmente porque, no caso específico do al-Andalus, o conceito “árabe” implica considerações étnicas e sociais que apagaríamos, por imposição, outras camadas

¹¹⁶ Júlio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista Cristiana.” in *La Ciudad Medieval: de la casa al tejido urbano*, Jean PASSINI (coord.), Universidad de Castilla-La Mancha, 2001; *idem*, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007; *idem*, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2007; Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. No panorama nacional, devemos também referir o trabalho que Cláudio Torres, Hermenegildo Fernandes e Santiago Macias têm desenvolvido, não apenas sobre o urbanismo islâmico, mas também sobre o legado cultural islâmico no território nacional. Cf. Cláudio TORRES, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa-Milão, 1994, pp. 80-85; Cláudio TORRES e Santiago MACIAS, “A arte islâmica no Ocidente Andaluz: a arquitectura e as artes”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, dir. Paulo PEREIRA, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 150-177; Cláudio TORRES e Santiago MACIAS, *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998; Santiago MACIAS, “casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Andalus” in *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 109-120; Susana Gómez MARTÍNEZ, Santiago MACIAS e Cláudio TORRES, “Las ciudades del Garb al-Andalus”, in *Al-Andalus: país de ciudades*, Toledo, Diputación Provincial de Toledo, 2007, pp. 115-132; Hermenegildo FERNANDES, *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000; Hermenegildo FERNANDES, “Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética”, *Monumentos*, 28, Lisboa, IGESPAR, 2008, pp. 76-81; Hermenegildo FERNANDES e Hermínia VILAR, “O urbanismo de Évora no período medieval”, *Monumentos*, nº 26, Lisboa, IGESPAR, 2007, pp. 6-15.

¹¹⁷ Sobre a questão da “visão orientalista” e o termo “urbanismo islâmico”, dentro dessa perspectiva ver: Prólogo, subcapítulo 2.1 - Velhos preconceitos e novas propostas.

sociais mais relevantes na sociedade do al-Andalus do que a população árabe¹¹⁸. Referimo-nos à influência da população berbere, que estava realmente arabizada, mas que tinha no Magreb e no al-Andalus uma relevância cultural muito própria, e também à população muladi, que era constituída por hispânicos convertidos ao Islão e que contabilizaria uma grande parte da população muçulmana das cidades do al-Andalus¹¹⁹. Sendo assim, parece-nos que o termo urbanismo islâmico, despido dos tradicionais preconceitos, é mais inclusivo, pois abrange todas as populações que habitavam e, no fundo, moldavam a forma da cidade islâmica.

Substituindo a tradicional categorização urbanística entre cidades ortogonais e cidades orgânicas, ou morfologia regular *versus* morfologia irregular, Pedro Castillo e Júlio Palázon propuseram três categorias de morfologia urbana operativas no urbanismo islâmico: regulares, semiregulares e irregulares. Segundo estes autores, estas categorias são resultado da planificação (total, parcial ou mínima) que essas cidades sofreram, o que por sua vez depende directamente do agente impulsor (autoridade oficial ou a comunidade).

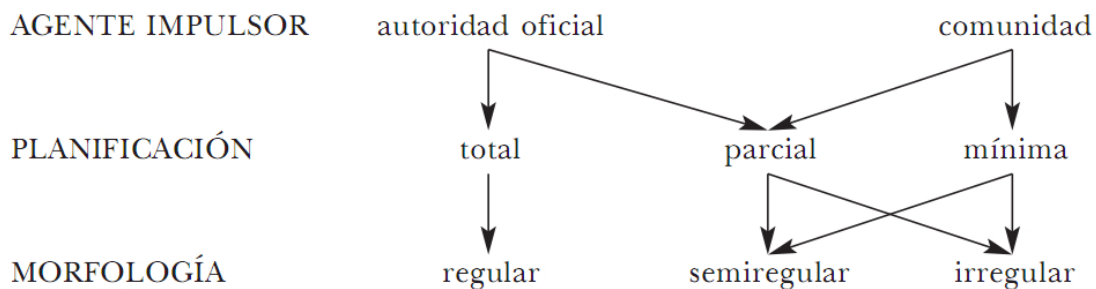


Figura 11. Esquema com Tipologia de morfologias urbanas (segundo Navarro Palázon e Jiménez Castillo)¹²⁰

Um dos aspectos mais interessantes desta proposta é o facto de inserir no campo do agente impulsor, não só a autoridade oficial, ou seja, o poder central, mas também se incluir a comunidade como parte responsável por planeamento urbano. Esta aparente pequena adenda é subtil, mas fundamental para a compreensão do urbanismo islâmico, porque nas cidades islâmicas medievais, a comunidade tinha um papel decisivo sobre a forma urbana das cidades. De facto, um chefe de família quando considerava erguer a sua casa, não o fazia ao acaso, pelo contrário, planeava, considerando

¹¹⁸ Cf. André RAYMOND, “The Spatial Organization of the city”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, pp. 47-70.

¹¹⁹ Sobre a sociedade no al-Andalus ver: Manuela MARÍN, *Indiviuo y sociedad en al-Andalus*, Madrid, Mapfre, 1992.

¹²⁰ Cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islâmico”, *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007, p. 271.

todas as possibilidades, qual a melhor forma que esta poderia ter, dentro das condicionantes a que estaria constringido.

Na maioria das cidades do al-Andalus, coexistiriam vários tipos de morfologias, consoante as zonas, e os responsáveis pelo edificado. No caso concreto da cidade da foz do Tejo, existiriam igualmente diferentes tipos de morfologias, tanto regulares, quando ocorria uma planificação total e cujo agente impulsor era uma autoridade oficial, como é o caso do bairro da Praça da Figueira¹²¹ e das casas da alcáçova¹²², como também irregulares, quando a planificação era mínima, e cuja força motriz terá sido a própria comunidade, tal como parece ocorrer nos claustros da Sé¹²³.

Notem-se dois exemplos claros da intervenção de uma autoridade oficial na morfologia urbana de duas cidades islâmicas, no século IX. Numa descrição da fundação de Fez, em 808, é referido que Idris ibn Idris escolheu a localização das mesquitas, dos bairros principais, das muralhas e dos mercados. O segundo idríssida deixou o povo construir onde e como quisesse, enquanto durasse a construção da muralha¹²⁴. É também conhecido que, durante a fundação de Badajoz, por Abd al-Rahman Ibn Marwan al-Jilliki, em 885, a localização da alcáçova, da mesquita aljama, dos banhos e do traçado das muralhas ficou a cargo do fundador da cidade. Perante estes dados, demonstra-se, que, no urbanismo islâmico, era relevante a acção do poder central, ou local, sobre a forma urbana das cidades, pois os referidos edifícios e estruturas urbanas eram fulcrais para o funcionamento da própria cidade,

¹²¹ Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira ver: Parte III, subcapítulo 3.1 - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”; Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira” in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e desencontros*, Zaragoza, Instituto de Arqueologia e Paleociências, 2011, pp. 17-25; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praça_da_Figueira_Lisboa_pdf consultado em 1 de Março de 2015.

¹²² Sobre as casas islâmicas da alcáçova de Lisboa ver: Parte II, subcapítulo 3.3 - O bairro residencial da Praça Nova.

¹²³ Sobre o urbanismo islâmico nos claustros da Sé de Lisboa ver: Parte I, subcapítulo 3.5 - Estruturas urbanas no claustro da Sé; José Luís de MATOS, “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das Origens de Lisboa” in *Livro de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 33; “Lisboa Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 79-87; Clementino AMARO, “Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, pp. 165-197.

¹²⁴ Cf. um relato de Ibn Abi Zar, traduzido em: Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007, p. 276: “Comenzó la construcción del muro de la barriada de al-Andalus por el medio día, y la rodeó toda de muros; edificó en ella la mezquita que está en rahbat al-bir (la explanada del pozo), que se llama la mezquita de los jeques, y predicó en ella el semón del viernes. Luego, emprendió la edificación de la barriada de al-Qarawiyn (...) se trasladó a ella desde la barriada de al-Andalus, estableciéndose en el sitio llamado al-Marqarmada. Levantó allí una tienda y se puso a edificar la mezquita, hoy llamada de lhos Chorfa, pronunció en ella la jutba y, luego, emprendió la construcción de su casa, llamada ahora Dar al-Qaytun, que habitan sus hijos los Chorfa al-Djutiun. Luego, edificó la alcaicería, al lado de la gran mezquita; y al su redor, los zocos. Mandó al pueblo construir y plantar y les dijo: ‘El que edifique en su sitio y lo plante antes de terminarse la construcción de la muralla, tendrá ese sitio para el gratis, por mi deseo de ver la cara de Dios’. Edificó la gente y plantó frutales y se multiplicaron las casas y los jardines!.” Esta fonte não é das mais seguras relativamente a acontecimentos históricos, mas o que aqui mais importa é que o autor define como se fundava uma cidade.

levando a que a escolha da sua localização tivesse, conseqüentemente, grande impacto no desenho da forma urbana da cidade.

Além da intervenção das autoridades no desenho da morfologia das cidades medievais muçulmanas, através da escolha dos locais de implantação de estruturas urbanas (mesquita, banhos, muralha, alcáçova), também a comunidade tinha um papel de grande relevância no desenho da morfologia urbana, pois era esta que geria, de forma individual, a gestão do parcelário das habitações, desde que não se prejudicasse os acessos comuns, podendo ser estreitados ou alterados no seu percurso, mas não extintos. Deste modo, a gestão individual por parte dos membros da comunidade tinha um impacto notável no urbanismo, devido às características da casa-pátio, a habitação mais comum.

Deste modo, é importante notar que a própria estrutura das residências islâmicas, maioritariamente estruturadas em volta de um pátio central, desvalorizando os acessos visuais e físicos à via pública, resulta num desenho urbano articulado e complexo¹²⁵. A aglutinação de residências com pátio, pertencentes a membros de uma mesma família alargada, favorecia o crescimento de blocos residenciais justapostos, pois estas residências iam sendo construídas e reconstruídas para satisfazer as necessidades da família alargada¹²⁶. A própria divisão de propriedades de pátio central em outras menores, causava a necessidade de abertura de novos acessos, o que também resultava na complexificação da rede viária e do parcelário, levando à diminuição da superfície média das parcelas relativamente às propriedades originais¹²⁷. Na verdade, o urbanismo islâmico é profundamente marcado pelo complexo mosaico de casas-pátio que se sobrepõe ao sistema viário, criando um sistema viário inevitavelmente intrincado, mas não desprovido de sentido, pois todos os acessos têm uma lógica própria dentro da complexa hierarquia viária da cidade islâmica. Os acessos a estas casas-pátio era muitas vezes realizado através de pequenas ruas semiprivadas, que muitas vezes eram bastante estreitas porque interessava mais à família proprietária do lote maximizar o espaço interior à custa da largura dos acessos secundários, que muitas vezes apenas eram usados por essa própria família. A questão, muitas vezes colocada, de o espaço privado se sobrepor ao espaço público, por uma incapacidade dos habitantes destas cidades em compreenderem a noção de espaço público, não pode ser aplicada relativamente aos acessos viários, quando estes já eram, eles próprios, espaço privado. Além disso estes

¹²⁵ Sobre o impacto da casa de pátio central no urbanismo islâmico ver: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 62-64.

¹²⁶ Sobre a família alargada e a sua relevância no urbanismo islâmico ver: Thierry BIANQUIS, “A família no Islão árabe”, in *História da Família. Tempos Medievais: Ocidente, Oriente*, vol. II, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 286-291.

¹²⁷ Sobre esta questão ver: Julio NAVARRO PALAZÓN e Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islâmicos y del Oriente Próximo, 2007, pp. 104-108.

acessos eram muito regulamentados, tal como Youssef Khiara e Besim S. Hakim demonstraram cabalmente¹²⁸.

Uma outra ideia falaciosa que tem sido desmantelada por estudos recentes consiste na ideia da cidade islâmica ser estática, o que aparentemente favorecia a análise urbana, pois permitia considerar as medinas das cidades contemporâneas como se fossem uma cristalização completa de época medieval. No entanto, a cidade islâmica, mais do que outra qualquer, é extremamente dinâmica e o seu estado actual é fruto de uma inexorável evolução, que, tendo em conta a relevância dos interesses da família alargada e das características da casa-pátio que essa ocupava, é marcada por uma complexificação contínua do sistema viário, até ao momento em que uma autoridade se sobrepõe aos interesses privados, bloqueando assim essa evolução. Christine Mazzoli-Guintard compreendeu a relevância desta questão, considerando que um dos factores mais prementes para a complexificação da malha urbana das cidades islâmicas resulta exactamente do singular processo evolutivo que cada uma dessas cidades sofreu¹²⁹. No caso das urbes erguidas pelas autoridades e abandonadas ainda em época medieval, como o caso de *Madinat al-Zahara*, uma cidade aúlica erguida de raiz por Abd al-Rahman III, e por isso muito afastada das condições evolutivas de Lisboa, é natural que persistisse uma forma urbana ortogonal, pouco afectada pelos vários fenómenos decorrentes da evolução urbanística de uma urbe. Efectivamente, algumas escavações realizadas em cidades que foram abandonadas como Pechina ou Saltés, revelaram sistemas viários pouco afectados porque nessas cidades simplesmente não houve evolução¹³⁰. O cenário urbano, nas cidades que permaneceram vivas ao longo de toda a idade média, e ultrapassaram até esse período, é bastante marcado por processos evolutivos que foram já descritos e analisados por Pedro Castillo e Júlio Palázon na sua proposta sobre a medina saturada, destacando-se os seguintes: a subdivisão de propriedades, a deslocação de estruturas artesanais e funerárias para fora de muros e a complexificação do sistema viário¹³¹. Relativamente à subdivisão de propriedades, era um processo inevitável, devido às características da sociedade muçulmana, que levava ao aumento da densidade urbana, causando assim um significativo aumento da pressão sobre o sistema viário. O aumento da densidade urbana, ou seja, a saturação do tecido urbano, levava também à redução de outras estruturas urbanas, além das habitações, como as olarias e outras instalações artesanais, as quais

¹²⁸ Besim Selim HAKIM, *Arabic-islamic Cities: Building and Planning Principles*, Londres, KPI Limited, 1986; Youssef KHIARA, “Propos sur l’urbanism dans la jurisprudence musulmane”, *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Afrontamento/CAM, 1994, pp. 33-46.

¹²⁹ Cf. Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d’al-Andalus: L’Espagne et le Portugal à l’époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996, pp. 123-126.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 124.

¹³¹ Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007, pp. 284-292. As propostas destes autores têm como principal fundamentação escavações arqueológicas dirigidas pelos mesmos em Múrcia e em Siyasa.

acabavam por ser deslocadas para zonas cada vez mais periféricas, consoante o crescimento urbano. Também as necrópoles sofriam essa mesma pressão, tal como demonstram as palavras de Ibn Abdun no seu tratado de *Hisba* sobre Sevilha no século XII: “*L’un des devoirs les plus importants du cadi — qu’Allah l’assiste ! — est donc d’ordonner la démolition des constructions élevées de nouveau dans le cimetière et d’expulser les marchands des boutiques qu’on y a bâties et dont l’emplacement doit être réservé aux visiteurs qui stationnent dans les allées réservées entre les tombes*”¹³². A questão dos cemitérios intramuros merece algumas considerações, pois apenas recentemente foi colocada em causa a proposta de Torres Balbás que defendia como norma geral a localização destas estruturas fora de muros¹³³. Segundo Julio Palazón e Pedro Castillo, a ideia de Balbás não é satisfatória porque não considera os diferentes estágios da evolução da cidade islâmica, pois nas fases iniciais, ou seja, na cidade dispersa, os cemitérios intramuros eram uma realidade, e nas fases posteriores, ou seja, na cidade saturada, estas estruturas terão sido impelidas para fora de muros, por serem espaços sagrados onde a construção não era permitida¹³⁴. Além disso, foram identificados cemitérios intramuros em Múrcia, Denia, Orihuela, Balaguer, Valencia e Alicante, revelando-se, segundo estes autores, a presença de cemitérios intramuros, nas primeiras fases de ocupação das urbes, um fenómeno possivelmente característico do urbanismo medieval islâmico¹³⁵. No que respeita à complexificação do sistema viário, este poderia ocorrer através de fenómenos como a supressão ou redução de largura dos arruamentos ou a formação de adarves, devido a necessidades concretas da comunidade, tal como indicam os dados arqueológicos de escavações realizadas em Siyasa, Múrcia e Saragoça¹³⁶. O adarve aqui referido, não significa o espaço estreito que ocorre ao longo das muralhas, mas sim o acesso

¹³² Cf. E. LEVI-PROVENÇAL, *Séville musulmane au début du XIIe siècle: Le traité d’Ibn ‘Abdun sur la vie urbaine et les corps de métiers*, Paris, Maisonneuve & Larose, 2001, p. 52. Esta reedição é uma cópia da edição de 1947.

¹³³ Cf. Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, vol. I, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, pp. 235-238.

¹³⁴ Cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007, p. 283: “...Torres Balbás defendió como norma general su emplazamiento extramuros en al-Andalus, a excepción de los destinados a los gobernantes y a sus familias, para cuyos enterramientos podían utilizarse pequeños cementerios privados, denominados rawdas, situados en el interior de alcázares y palacios. Según el principio de autoridad, este planteamiento se extendió y sirvió para justificar la supuesta inexistencia de cementerios intramuros, yendo más allá de los planteamientos iniciales defendidos por los primeros investigadores. Al no contemplar distinción alguna entre el paisaje disperso y el saturado se incurrió en el grave error de creer que instalaciones de este tipo, que efectivamente serán desplazadas a la periferia en los tejidos urbanos saturados, han de estarlo también en los núcleos de población dispersos que, como hemos visto, no tienen problema alguno en incluir dentro de sus recintos murados incluso espacios cultivados o simplemente vacíos. La presencia de cementerios intramuros en estas medinas era posible por la inexistencia de impedimentos egales o doctrinales, a diferencia de lo que sucedía en el mundo romano.”

¹³⁵ Cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Evolution of the andalusi urban landscape: from the dispersed to the saturated Medina”, in *Revisiting Al-Andalus. Perspectives on the Material Culture of Islamic Iberia and Beyond*, Ed. De Glaire ANDERSON e Mariam Rosser OWEN, Leiden, Brill, 2007, pp. 123-126.

¹³⁶ Cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2007, pp. 109-119.

semiprivado às casas que se abrem para este pequeno arruamento, correspondendo à raiz etimológica da palavra em árabe: *darb*, pl. *durub*.

O *waqf* era um outro mecanismo, característico do urbanismo medieval islâmico, que levava à alteração da forma urbana. Em oposição à iniciativa oriunda da autoridade oficial da cidade, o sistema de *waqf* permitia que também a iniciativa privada, sobretudo procedente das classes socialmente mais favorecidas, tivesse um papel definidor no desenho da forma urbana da cidade¹³⁷. O *waqf* consistia numa doação, realizada por um muçulmano, de um bem, muitas vezes imóvel, que não poderia mais ser transmitido a outro indivíduo, quer por venda, oferta ou herança, tornando-se essa propriedade perpetuamente inalienável. Estas doações tinham normalmente um propósito concreto, beneficiários específicos e um modo de administração preciso. Por exemplo, durante o séc. XII, Saladino usou este sistema para transformar a paisagem urbana de Jerusalém¹³⁸. Estas doações consistiam muitas vezes na construção de edifícios de utilidade pública, como escolas, hospitais, banhos, arsenais, etc.

Relativamente ao sistema viário das cidades islâmicas, tentaremos exemplificar a sua organização hierárquica, através da aplicação das propostas de Luísa Trindade e de Beatriz Bolumburu, ao espaço urbano da actual medina ocidental de Tunes, tendo em conta que se trata de uma medina saturada¹³⁹. Ou seja, segundo a visão dinâmica da cidade islâmica de Palazón e Jiménez, a actual Tunes é uma urbe no seu estágio último de evolução, onde o espaço urbano do centro histórico atingiu já um alto nível de saturação. A escolha deste caso prende-se com a possibilidade que ele fornece na demonstração de um sistema viário no seu estado mais complexo, permitindo assim desmistificar a desordem aparente.

¹³⁷ Cf. entrada “urbanism” in *Medieval Islamic Civilization: an Encyclopedia*, Josef W. MERI (ed.), vol. 2, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 850: “the nobles held them financially through the waqf system. Out of their purses, they built schools (*kuttab* for little children, *madrasas* for students), hospitals (*bimaristan*), convents for Sufis (*khanaqah*), drinking fountains (*sabil*), baths (*hamam*) public hostels for travelers, and warehouses for goods (*funduq*, *khan*, *wikala*). In addition, they rented out houses, shops, and gardens to pay the expenses for the waqf’s work”.

¹³⁸ Cf. David POWERS, “waqf” in Josef W. Meri (ed.), *Medieval Islamic Civilization: an Encyclopedia*, vol. 2, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 858.

¹³⁹ Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 66-67; Beatriz ARIZAGA BOLUMBURU, “El paisaje urbano en la Europa medieval”, *III Semana de Estudios Medievales de Nájera*, Logroño, 1993, pp. 19-20. Julio Palazón e Pedro Castillo apresentam um modelo dividido em quatro categorias (cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista Cristiana” in *La Ciudad Medieval: de la casa al tecido urbano*, Jean PASSINI (coord.), Universidad de Castilla-La Mancha, 2001, p. 87).



Figura 12. Sistema viário da parte meridional da actual medina de Tunes

Deste modo, o sistema viário da parte meridional da actual medina de Tunes pode ser hierarquizado em três categorias: o sistema primário, o secundário e o terciário. O sistema viário primário efectua as ligações entre as portas da cerca urbana e o centro da cidade, normalmente ligando estas portas à mesquita central e delineando os principais eixos distribuidores da circulação da cidade. O sistema secundário realiza a ligação entre as vias primárias e os vários sectores da cidade. Por fim, o sistema terciário consiste nos acessos às casas privadas que aqui denominamos adarves. Assim, verifica-se que o sistema viário das cidades de matriz islâmica, justamente pela sua natureza complexa, pode ser facilmente confundido com uma ausência total de planeamento, o que não corresponde à verdade.

Esta hierarquização do sistema viário constituirá a base conceptual que aplicaremos ao longo deste trabalho, tanto à cidade islâmica, como também a algumas partes da cidade, após 1147. Na verdade, a alteração do domínio político, não modificará imediatamente ou radicalmente a forma

urbana da cidade, pois, tal como se observa no processo de implantação da rede paroquial que analisaremos no capítulo seguinte, a cidade pré-existente condicionou em grande medida este processo, sobretudo através da permanência da rede de templos religiosos que a cidade possuía antes da passagem do poder político para as mãos de Afonso Henriques.

CAPÍTULO 3: A IMPLANTAÇÃO DA REDE PAROQUIAL DE LISBOA

3.1 AS PARÓQUIAS DA LISBOA MEDIEVAL

Um dos mais importantes processos urbanos, que se iniciaram logo após a conquista da cidade por D. Afonso Henriques e pelos cruzados em 1147, foi a implantação da rede paroquial. Como veremos, tratou-se de um processo célere que permitiu que toda a rede paroquial de Lisboa estivesse fortemente consolidada no início da centúria de duzentos e que praticamente não teve alterações até ao século XVI¹⁴⁰. Importa aqui perceber como foi possível implantar uma tão sólida e duradoura rede paroquial num tão curto espaço de tempo, e, ao mesmo tempo, perceber quais os fundamentos em que essa rede se alicerçou.

Sucintamente, a paróquia medieval consiste numa instituição eclesiástica detentora de uma pia batismal, cemitério e clérigos que administravam os sacramentos aos paroquianos e celebravam os ofícios litúrgicos necessários¹⁴¹. Devemos ter em conta que apesar desta definição simples e aparentemente estanque, a realidade seria bastante mais complexa, sobretudo no que se refere à questão da delimitação territorial. Tal como notou José Mattoso, as paróquias eram, até pelo menos meados do século XIII, centros com um determinado raio de ação que não tinham de estar necessariamente limitados por fronteiras precisas¹⁴². Na verdade, a rigorosa delimitação das fronteiras paroquiais só irá ser necessária devido ao pagamento do dízimo, pois este imperativo económico dá sentido à criação de uma delimitação territorial. Ainda em 1289, numa das concordatas de D. Dinis, os bispos se queixavam sobre os impedimentos que o monarca e os concelhos causavam ao estabelecimento das circunscrições paroquiais necessárias à coleta do dízimo¹⁴³. Só nas primeiras décadas do séc. XIV, a questão da coleta do dízimo e a conseqüente demarcação paroquial parece ter ficado consolidada, continuando, ainda assim, a existir problemas entre paróquias e paroquianos. A delimitação precisa das paróquias foi, como se percebe por estas informações, um processo longo e difícil que nos deve levar a considerar que

¹⁴⁰ Sobre este tema ver: D. Rodrigo da CUNHA, *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa. Vida, e acçoens de sevs prelados & varões eminentes em santidade, que nella florecerão*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642; Augusto Viera da Silva, *As freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Lisboa, Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943; José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média”, *Olisipo*, II.ª série, 17, 2002, pp. 47-66; Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*, dissertação de doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005; Mário Farelo, “O direito de Padroado na Lisboa Medieval”, *Promontoria*, nº 4, 2006, pp. 267-289.

¹⁴¹ Cf. Mário FARELO, “O Direito de padroado na Lisboa Medieval”, *Promontoria*, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 2006 e Hermínia VILAR, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 218-220.

¹⁴² *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, “paróquia”, José MATTOSO, dir. Carlos Moreira AZEVEDO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 373 – 376.

¹⁴³ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Título primeiro, artº 8.

o estabelecimento das paróquias durante a segunda metade do século XII, em Lisboa, teve uma evolução complexa.

O maior problema que surge na análise do processo que decorre entre 1147 e os inícios da centúria de duzentos consiste na escassez de dados nas fontes documentais. Na verdade, não sobreviveram quaisquer documentos que se refiram directamente à fundação de igrejas paroquiais deste primeiro momento da organização paroquial. Apenas é possível encontrar notícias sobre as igrejas paroquiais quando estas já são uma realidade estabelecida, uma circunstância que nos leva a admitir que não sabemos com certeza qualquer data de fundação paroquial, pois temos apenas conhecimento da existência de uma paróquia a partir do momento em que esta surge mencionada na documentação. Infelizmente, no caso de Lisboa, a arqueologia e a epigrafia não nos oferecem grande ajuda para um melhor entendimento desta questão. No melhor cenário, é possível eventualmente perceber, através de estudos arqueológicos, que uma determinada igreja teve remodelações arquitectónicas numa determinada altura, mas é raro haver informação precisa sobre a cronologia dessas remodelações, atestando-se a existência de uma igreja, de um cemitério e pouco mais. Sobre a paróquia propriamente dita, a sua circunscrição e o seu momento fundador, estas disciplinas permanecem em silêncio. Ainda assim, apesar da escassez de dados concretos, foram sendo publicadas algumas tabelas com as datas das primeiras referências documentais às igrejas de Lisboa, dados que apesar de serem elusivos, como já observamos, constituem a única fonte de informação sobre este processo. Em 1937, Ruy de Azevedo publicou uma planta de Lisboa em princípios do século XIII onde assinalou as igrejas e as respectivas referências mais antigas, todavia não apresentou informações sobre as fontes usadas para a produção deste quadro¹⁴⁴. Em 1943, Augusto Vieira da Silva, no seu trabalho *As Freguesias de Lisboa*, apresentou uma lista com as “*Datas da criação das freguesias, algumas certas, e outras indicadas por vários autores como sendo as da fundação, ou as mais antigas conhecidas da existência das freguesias ou igrejas*”, documentando-a sobretudo através de fontes narrativas, tecendo ainda algumas hipóteses sobre a implantação e evolução da estrutura paroquial lisiponense¹⁴⁵. Em 1975, Gérard Pradalié, na sua obra *Lisboa da reconquista ao fim do século XIII*, apresenta um quadro com as “*Datas do estabelecimento das igrejas paroquiais*”, mas infelizmente não nos oferece qualquer informação sobre

¹⁴⁴ Ruy de AZEVEDO, “Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, dir. António BAIÃO, Hernâni CIDADE e Manuel MÚRIAS, Lisboa, Ática, 1937, pp. 7-64.

¹⁴⁵ Augusto Vieira da SILVA utilizou para a datação das primeiras referências às igrejas medievais de Lisboa as seguintes fontes narrativas: D. Rodrigo da CUNHA, *Historia ecclesiastica da Igreja de Lisboa: vida e acçoens de seus prelados, e varões eminentes em santidade, que nella florecerão...*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642; António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa, e descriçam...*, Lisboa, 1712; João Baptista de CASTRO, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 1758. Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Freguesias de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, p. 71.

as fontes usadas para a elaboração desse quadro¹⁴⁶. Mais recentemente, em 2002, José Manuel Vargas publicou um quadro intitulado “*Antiguidade e rendimento das freguesias de Lisboa*”, onde encontramos algumas novas propostas de datas e as menções às fontes documentais e narrativas usadas pelo autor¹⁴⁷. O último trabalho que acrescentou novas informações a esta questão consiste no artigo de Mário Farelo, “*O direito de padroado na Lisboa medieval*”, em que as referências foram devidamente documentadas em notas e, em alguns casos, permitiu atualizar algumas datações¹⁴⁸. O quadro aqui apresentado observou todos estes estudos, confirmando e complementando os dados através da análise à documentação (ver Quadro 2 – Antiguidade das Igrejas de Lisboa). Observando este quadro torna-se claro que praticamente toda a rede paroquial medieval de Lisboa estava constituída em princípios do XIII. Na realidade, esta é a única conclusão que se pode observar a partir da análise deste quadro. Têm sido elaboradas algumas interpretações sobre estes dados, apontando para que as paróquias intramuros teriam sido as primeiras a serem ocupadas, como afirmou Gerard Pradalié, seguindo-se, por ordem, o arrabalde oriental e depois o ocidental¹⁴⁹. Esta interpretação poderá eventualmente fazer sentido na lógica da ocupação do espaço, mas fica fragilizada se tiver como base apenas as datas das primeiras referências documentais às igrejas paroquiais, pois, como já foi referido, estas datas não nos dão qualquer informação sobre o momento de fundação das igrejas, apenas confirmam que estas já existiam em determinada altura. Além disso, as próprias fontes em que esta argumentação se baseia levantam problemas por serem tão escassas e díspares. Por exemplo, a datação das paróquias intramuros para a década de 60 procede em grande parte de uma só fonte indireta, um traslado que transcreve parcialmente uma doação do bispo D. Gilberto onde são referidas as terças das igrejas de Santa Cruz, São Jorge, São Martinho e São Bartolomeu¹⁵⁰. Do mesmo modo, parte significativa das referências às paróquias que se localizam no arrabalde oriental, datadas da década de 70, têm origem no *Inventário de compras S. Vicente*, uma fonte importante, por ser proveniente do fundo documental mais antigo da cidade, mas, por pertencer a um único cartório conventual, está limitada à área de interesse do próprio

¹⁴⁶ Neste trabalho foi possível verificar algumas das fontes documentais usadas tanto por Gérard Pradalié como por Ruy de Azevedo e em vários casos chegou-se inclusivamente às mesmas datas. Gérard PRADALIÉ, *Lisboa: Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 143.

¹⁴⁷ José Manuel VARGAS, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na Idade Média”, *Olisipo*, nº17, II série, Lisboa, Grupo “Amigos de Lisboa”, 2002, pp. 47-66.

¹⁴⁸ Mário FARELO, “O direito de padroado na Lisboa Medieval”, *Promontoria*, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 267-289.

¹⁴⁹ Cf. Gérard PRADALIÉ, *Lisboa: Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas editores, 1975, p. 38.

¹⁵⁰ BNL, *Fundo Geral*, códice 139, fl. 62.

mosteiro, não espelhando de forma abrangente toda a realidade do mercado imobiliário urbano da cidade nas últimas três décadas do século XII¹⁵¹.

Visto que não é viável, nem desejável, centrar a nossa análise sobre a implantação da estrutura paroquial apenas nas datas das fundações paroquiais, tentaremos perceber o que ocorreu em Lisboa, olhando para fora de Lisboa, nomeadamente para outras cidades peninsulares que tiveram processos semelhantes. Deste modo, importa também observar um outro quadro, onde registamos o número de paróquias em algumas cidades da península, no sentido de se compreender o caso de Lisboa no contexto ibérico.

Lisboa (1147 – 1220)	Coimbra (séc. XII)	Valência (1238)	Toledo (séc. XI-XII)	Sevilha (c. 1250)	Córdova (c. 1241)
23 paróquias	9 paróquias ¹⁵²	15 paróquias ¹⁵³	29 paróquias (6 de rito moçárabe) ¹⁵⁴	24 paróquias ¹⁵⁵	14 paróquias ¹⁵⁶
50-60 ha (?) (sécs. XI e XII) ¹⁵⁷	37-40 ha (séc. XII) ¹⁵⁸	53 ha (séc XI) ¹⁵⁹	102 ha (sécs. X-XI) ¹⁶⁰	276 ha (sécs. XII-XIII) ¹⁶¹	198 ha (sécs X-XI) ¹⁶²

Quadro 1. Paróquias e área urbana na reconquista cristã

Observando o quadro anterior e a planta da implantação paroquial, levantam-se questões relevantes, nomeadamente: Porque é que Lisboa teve um tão grande número de paróquias, nesta fase da sua história, durante o qual o domínio político cristão se sucedeu a um longo período de domínio muçulmano? Quem foram os responsáveis pela implantação destas paróquias? Como e onde se

¹⁵¹ Cf. Maria Teresa ACABADO, *Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora: cartulário do séc. XIII*, Pref. de Rui de AZEVEDO, Coimbra, ed. do autor, 1967.

¹⁵² Cf. Amélia CAMPOS, “The city of Coimbra’s Parochial network: aspects of its definition/establishment in the 12th century, in *The Ecclesiastics and the Political State Building of Iberian Monarchies, 13th-15th centuries*, e-book, Évora, CIDHEUS, (no prelo).

¹⁵³ Cf. Robert BURNS, *The Crusader Kingdom of Valencia*, Harvard University Press, 1967.

¹⁵⁴ Cf. Miguel LADERO QUESADA, “Toledo en epoca de la frontera” *Anales de la Universidad de Alicante*, 3, (1984), p. 81.

¹⁵⁵ Julio GONZALEZ, *Repartimiento de Sevilla*. ed. fac-similada, Sevilha, Fundacion Aparejadores, 1993, pp. 356-357.

¹⁵⁶ *Guía Arqueológica de Córdoba*, Desiderio VAQUERIZO GIL (dir.), Cordova, Plurabelle, 2003, p. 215.

¹⁵⁷ Cf. Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica uma realidade em construção”, *Xelb*, nº 9, Silves, 2009, p. 383.

¹⁵⁸ Cf. Saul António GOMES, “Mundo rural e mundo urbano” in *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel SERRÃO e A. de Oliveira MARQUES, vol. III: *Portugal em definição de fronteiras*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 393.

¹⁵⁹ Cf. MAZZOLI-GUINTARD, Cristine, *Villes d’al-Andalus...*, p. 329.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ *Ibidem*.

¹⁶² Cf. *idem*, p. 328.

instalaram as igrejas paroquiais? Haveria paróquias anteriores à reconquista? Se existiam, mantiveram-se?

3.2 TRÊS CENÁRIOS NA FUNDAÇÃO PAROQUIAL

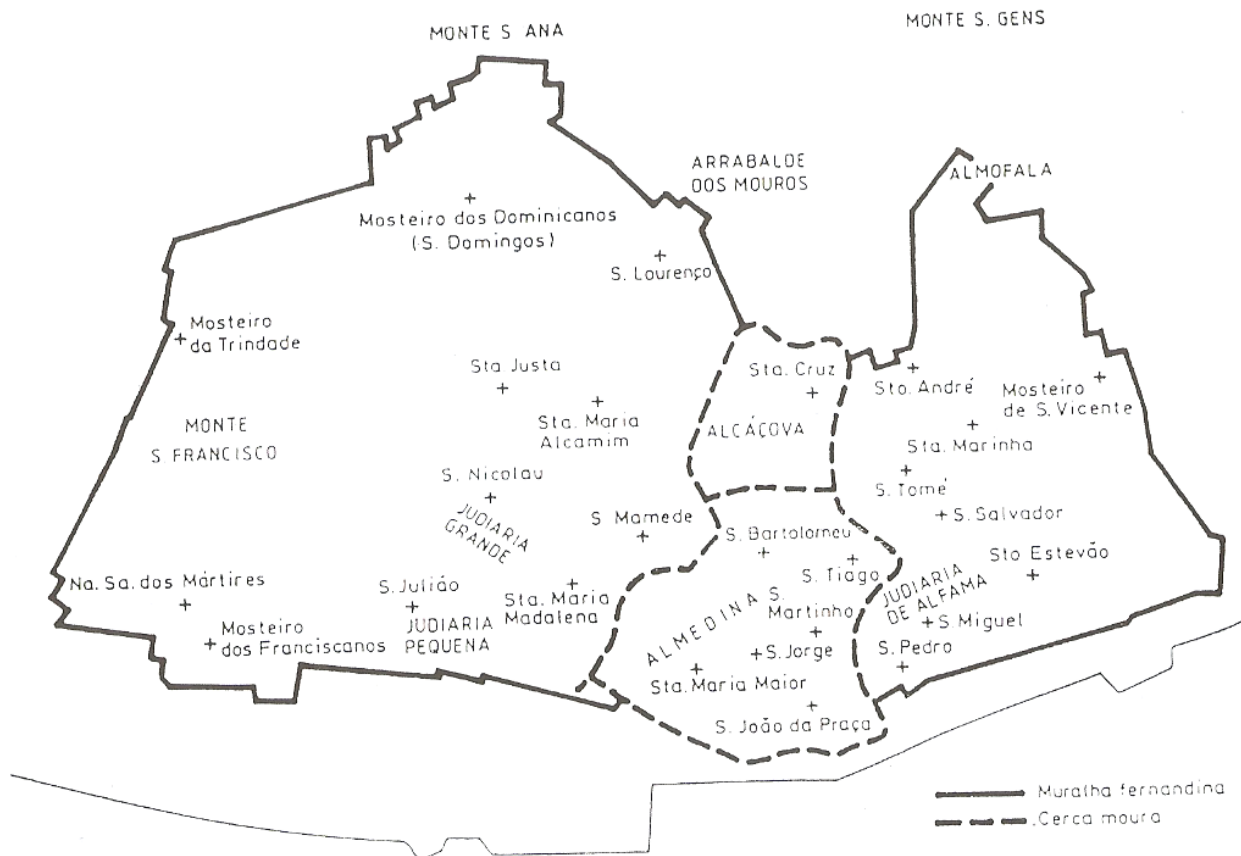


Figura 13. As Freguesias de Lisboa (segundo José Vargas)¹⁶³

Perante a planta da implantação paroquial da Lisboa medieval, importa perceber porque, como e onde se instalaram as mais de duas dezenas de igrejas paroquiais num tão curto espaço de tempo. Um das ideias mais imediatas poderia ligar um espantoso crescimento demográfico da urbe, logo após a tomada do poder por Afonso Henriques em 1147. Não pensamos que assim tenha sido. Não só porque Lisboa já teria uma população muito numerosa, tal como é afirmado no *De Expugnatione*

¹⁶³ Planta publicada em: José Manuel Vargas, “As freguesias de Lisboa...”, p. 48.

*Lyxbonensi*¹⁶⁴, mas também porque “o aumento populacional, por si só, por mais significativo que seja, não se relaciona forçosamente com o surto de instituições paroquiais”¹⁶⁵. Sendo assim, é necessário procurar outras explicações para uma estrutura paroquial tão diversa e complexa nesta fase inicial da transição do poder islâmico para o cristão.

Sobre a origem das igrejas paroquiais as hipóteses são várias e não se excluem mutuamente, podendo ter ocorrido três cenários diferentes consoante cada caso específico. O primeiro poderá ter consistido na construção de um novo templo cristão sem influência de qualquer pré-existência na escolha do local. O segundo consiste na instalação das sedes paroquiais em igrejas moçárabes previamente existentes e activas durante a época de domínio islâmico¹⁶⁶. O terceiro e último cenário seria o aproveitamento de templos muçulmanos posteriormente transformados em igrejas cristãs. Sobre este aspeto da implantação da rede paroquial no século XII temos muito poucas certezas sobre o que terá acontecido, mas existem algumas excepções.

No que respeita ao primeiro cenário, a construção de um “novo templo”, o caso que se apresenta como menos dúbio é o da igreja de S. Lourenço, localizada já fora de muros e erguida em inícios do séc. XIII sobre o local onde se situavam vários silos e fossas em época de domínio islâmico¹⁶⁷. Outra estrutura religiosa que também se pode incluir sem grandes reservas na categorização de “novo templo” é o convento de S. Vicente de Fora, que parece ter sido erguido no local de um ermitério construído no momento do cerco da cidade¹⁶⁸, em 1147, local esse que também teve ocupação em época islâmica, mas sem registo arqueológico ou documental de qualquer templo

¹⁶⁴ Cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 79: “ao tempo da nossa chegada, a cidade, incluindo os subúrbios em volta, contava com 60 000 famílias que pagavam tributo, a que se somavam os homens livres isentos de impostos.”

¹⁶⁵ Saul GOMES, "Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV", *Lusitânia Sacra*, 2.^a série, nº4, 1992, p. 165.

¹⁶⁶ Hipótese avançada por Augusto Vieira da Silva: “o facto só encontra explicação admitindo que a maioria daquelas 23 freguesias não foi criada no primeiro século da monarquia, mas que elas já existiam desde há muito tempo, como consequência do processo lento e gradual do aumento da população cristã, iniciado na época em que o cristianismo era a religião dominante na região de Lisboa, e continuando durante o período do domínio muçulmano.” Cf. *As Freguesias de Lisboa*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1943, p. 14.

¹⁶⁷ Clementino AMARO, *Palácio da Rosa – Igreja de São Lourenço (Mouraria – Lisboa). Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Processo S – 13790, Arquivo de Arqueologia do DGPC; *Idem*, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71.

¹⁶⁸ No texto da *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa* afirma-se o seguinte: “Ergue [o Rei] assim uma das duas pedras no cemitério dos teutónicos, onde agora fica situado o mosteiro do gloriosíssimo mártir Vicente...” (cf. *Notícia da Fundação do Mosteiro de São vicente de Lisboa*, in *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 183).

muçulmano ou cristão anterior a 1147¹⁶⁹. O caso de Santa Maria dos Mártires parece ser análogo ao de S. Vicente de Fora, pois as fontes referem um novo templo, construído para dar apoio ao ermitério de campanha do cerco. A identificação de Santa Maria dos Mártires com o templo referido pelo cruzado Raul na sua doação¹⁷⁰ ao Mosteiro Santa Cruz de Coimbra parece-nos coerente com os dados referidos quer pelo autor do *De Expugnatione Lyxbonensi*¹⁷¹, quer pela *Notícia da fundação do Mosteiro de São Vicente de Lisboa*¹⁷², pois nestes textos é referida a construção de dois templos (São Vicente e Santa Maria dos Mártires) sobre os cemitérios usados pelos cruzados do norte da Europa.

Sobre o aproveitamento de igrejas moçárabes pré-existentes para a implantação da nova rede paroquial, apesar de não haver evidências documentais e arqueológicas concretas, é possível que S. Justa, S. Mamede e S. Maria do Alcamim se possam incluir nesse campo, tal como sugeriu Luís de Matos, apoiando a sua interpretação nos hagiotopónimos e em algumas evidências arqueológicas

¹⁶⁹ Fernando Eduardo Ferreira, baseado nas escavações arqueológicas que efetuou no Mosteiro de S. Vicente de Fora entre 1987 e 2013, afirmou ter encontrado os vestígios de um cemitério de origem visigótica/moçárabe, ao qual se terá sobreposto o cemitério dos cruzados do cerco de 1147 (cf. Fernando FERREIRA, “O cemitério dos cruzados de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 8-13; *idem*, “O Mosteiro de S. Vicente de Fora. Subsídios para a reconstituição da sua fisionomia”, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 4, 1985, pp.3-12), contudo esta proposta foi rejeitada por Manuel Luís Real, afirmando: “*Até melhor prova, discordamos da tese de F. E. Rodrigues Ferreira sobre a descoberta de uma necrópole do período visigótico. A estrutura e forma das sepulturas mais antigas, descobertas no local por aquele investigador, apontam claramente para os séculos XI-XII. É legítimo pensar que correspondam à necrópole referida nas descrições da tomada de Lisboa, em 1147.*” (Cf. Manuel Luís REAL, “O convento Românico de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, p. 14). Seguimos aqui a opinião de Manuel Luís Real visto que a documentação e a forma das sepulturas constituem argumentos de maior força do que os argumentos de Fernando Ferreira os quais não se baseiam em qualquer espólio arqueológico, e, ainda mais, quando o arqueólogo refere ainda sobre os seis esqueletos no interior dos túmulos supostamente visigóticos que “*todos os esqueletos, em posição, com as mãos no púbis, são masculinos e possuem vestígios que permitem concluir da sua morte violenta*” (cf. Fernando FERREIRA, “Escavações do ossário de S. Vicente de Fora”, *Revista Municipal*, nº4, 2ª série, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1983, p.17).

¹⁷⁰ ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, maço 3, doc. 18, traduzido em *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 203-204: “*tendo sido o primeiro de todos os navegadores a pôr o pé em terra, ainda longe da cidade e de todos os seus habitantes, de dentro e de fora, uma vez escorraçados por mão armada todos os infiéis, feita oração em certo lugar solitário coloquei nele a bandeira da santa cruz e no segundo dia da nossa chegada levantei um altar para servir a Deus e ao Senhor Jesus Cristo. Vivendo em tal lugar desde esse dia, (...) construí um ermitério em honra da bem-aventurada Virgem Maria e para louvor de nosso Senhor Jesus Cristo. No seu cemitério foram sepultados os ingleses que faleceram ou foram mortos pelas setas dos sarracenos. Uma vez, porém, tomada a cidade e removidas todas as impurezas dos infiéis, com o patrocínio de Afonso, rei de Portugal, e com autorização de D. João, arcebispo de Braga, eu, (...) faço testamento a vós, cônegos de Santa Cruz do Mosteiro de Coimbra...*”.

¹⁷¹ Cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 107: “*Entretanto, para sepultar os que iam morrendo foram levantadas pelos francos duas igrejas: uma, na parte oriental, pelos colonienses e flamengos, (...) outra, no lado ocidental, por ingleses e normandos.*”.

¹⁷² O texto da *Notícia da Fundação do Mosteiro de S. Vicente de Lisboa* faz a seguinte narrativa: “*Ergue [o Rei] assim uma das duas pedras no cemitério dos teutónicos, onde agora fica situado o mosteiro do gloriosíssimo mártir Vicente, (...) a outra, por seu lado, depõe-na no cemitério dos ingleses, onde presentemente se encontra a igreja designada por Santa Maria, aos Mártires, assim denominada por causa dos que tinham combatido até à morte por Cristo e ali haviam sido sepultados.*” (cf. *Notícia da Fundação do Mosteiro de São vicente de Lisboa*, in *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, Edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 183).

indirectas¹⁷³. Este autor baseia a sua proposta numa leitura da “simbólica espacial” da cidade, realizada com base na localização de igrejas e mosteiros e também na análise dos respetivos hagiotopónimos, dados que assim fornecem pistas sobre os diferentes grupos sociais que habitavam a urbe recém-conquistada. Luís de Matos foca-se sobretudo na comunidade moçárabe de Lisboa e nos hagiotopónimos que poderiam estar com ela relacionados: S. Vicente, S. Cruz do Castelo, S. Justa, S. Mamede e S. Maria do Alcamim. Para este autor, existiriam, pelo menos, duas moçarabias em Lisboa, uma que se espalhava entre o topo da colina do Castelo, considerando que Santa Cruz do Castelo seria uma igreja em época islâmica, e outra moçarabia, no lado ocidental da cidade, entre S. Justa, S. Mamede e S. Maria do Alcamim¹⁷⁴. Quanto a nós, a hipótese de existirem várias moçarabias na cidade levanta vários problemas. Parece-nos pouco provável a existência de uma moçarabia localizada na alcáçova da cidade que se prolongaria até ao local do convento de S. Vicente de Fora. Ambos estes espaços tiveram dinâmicas próprias que não se coadunam com a existência de moçarabias. Tal como já referimos, relativamente a S. Vicente de Fora, a sua fundação parece estar ligada a um prévio cemitério cristão aí erguido no momento da tomada da cidade e não a uma moçarabia aí pré-existente¹⁷⁵. No que respeita a S. Cruz do Castelo, parece-nos claramente um espaço ocupado pelas elites governativas muçulmanas que dificilmente teriam interesse em partilhar esse espaço com a comunidade religiosa autóctone, ainda menos permitir a manutenção de uma igreja no seu espaço privilegiado¹⁷⁶. Seria mais provável que tivesse existido um templo cristão, prévio à conquista muçulmana, que poderia ter sido islamizado e transformado em mesquita em determinada altura que não podemos precisar. Seja como

¹⁷³ José Luís de MATOS, “Lisboa Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 79-87. Sobre a comunidade moçárabe de Lisboa ver: Christophe PICARD, “Les Mozarabes de Lisbonne: le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Edições Afrontamento, Porto, 2001, pp. 89-94; André de Oliveira LEITÃO, Filipa SANTOS, “Presenças moçárabes em Al-Usbuna e seu Alfoz (até 1147): um estado da questão”, *Rossio – Estudos de Lisboa*, nº 1, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2013, pp. 92-103.

¹⁷⁴ O conceito de Moçarabia, desenvolvido por Torres Balbás, na sua obra sobre as cidades hispano-muçulmanas, apresenta algumas questões relevantes (cf. Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, vol. I, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, pp. 195-207). Em primeiro lugar, tal como é admitido pelo próprio Torres Balbás, em algumas das mais importantes cidades do al-Andalus os cristãos arabizados vivam misturados com os muçulmanos por todas as áreas da cidade (Córdova, Toledo, Tudela). Em segundo lugar as evidências apresentadas pelo arquitecto e arqueólogo espanhol são muitas vezes baseadas no facto de existir uma determinada igreja numa determinada cidade. Em terceiro lugar, não se encontram nos preceitos jurídicos islâmicos referências à obrigatoriedade de os cristãos habitarem em algum tipo de espaço segregado. Ora, perante isto, o facto de existir uma igreja, numa determinada cidade do al-Andalus, não pode significar imediatamente a existência de um bairro moçárabe. Parece-nos natural que os praticantes de uma determinada religião se agrupassem em torno do seu espaço de culto. Mas estes agrupamentos poderiam ser dispersos, no caso de existirem várias igrejas, como os casos de Córdova e Toledo parecem indicar, ou poderiam ser mais concentrados no caso de cidades de menor dimensão ou menor densidade demográfica, onde apenas existia uma igreja (Sigüenza, Daroca, Écija). Poderiam também viver agrupados num determinado local da cidade, mas, ao mesmo tempo dispersos, como parece ter sido o caso de Sevilha, onde existia, no arrabalde da margem ocidental do Guadalquivir, um arrabalde maioritariamente cristão denominado Triana, o que não impedia que os cristãos também habitassem em qualquer outra parte da cidade.

¹⁷⁵ Ver nota 169.

¹⁷⁶ Ver a parte II: A Alcáçova.

for, apenas se podem propor hipóteses não fundamentadas, enquanto não forem realizadas escavações arqueológicas no local da atual igreja de Santa Cruz.

Uma coisa é certa, Lisboa possuía ainda em 1147 uma comunidade moçárabe atestada pela presença do seu bispo, que acabaria por ser assassinado pelos cruzados durante o saque da cidade¹⁷⁷. Décadas antes, cerca de 1109, Sigurd um monarca do reino norueguês, descreve Lisboa como sendo meio pagã e meio cristã, um dado que não pode ser despreciando¹⁷⁸. Também a prolífera antroponímia, possivelmente moçárabe, sobrevivente na documentação lisboeta de finais do séc. XII e inícios do XIII parece indicar a persistência desta comunidade¹⁷⁹. Além disso, o relato da transladação das relíquias de S. Vicente para Lisboa, em 1173, tem sido interpretado como um momento onde poderá ter ocorrido uma “tentativa de afirmação colectiva dos moçárabes lisboetas”, uma circunstância que, mais uma vez revela a persistência da referida comunidade¹⁸⁰. Essa comunidade teria, tal como se verificava na comunidade moçárabe de Toledo, igrejas paroquiais que muito provavelmente eram toleradas pelas autoridades islâmicas. O território localizado entre as igrejas de S. Mamede, S. Justa e S. Maria de Alcamim parece-nos o espaço mais provável para a existência de uma comunidade cristã prévia a 1147, sendo que talvez fosse possível que a sede episcopal dessa comunidade fosse a igreja de S. Maria de Alcamim¹⁸¹. Devemos lembrar que esta comunidade não se inseriria na lógica de gueto religioso que iremos encontrar nas mourarias e judiarias dos séculos posteriores. Um caso exemplar era a comunidade moçárabe de Toledo que vivia em conjunto com a comunidade muçulmana dentro da proteção da cerca urbana, dispersa dentro de toda a medina, mas naturalmente aglomerada em torno das igrejas onde se deslocavam para prestar culto¹⁸². Talvez fosse esse o caso de Lisboa, mas os dados não

¹⁷⁷ Cf. *A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 93; 139.

¹⁷⁸ Sobre a passagem de Sigurd por Lisboa em 1109 ver: Hélio PIRES, *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*, dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012, pp. 216-219. Para uma tradução inglesa do texto medieval ver: Snorri STURLUSON, *The Heimskringla; or Chronicle of the Kings of Norway*, Trad. por Samuel Laing, vol. III, London, Longman Brown Green and Longmans, 1844, p. 151.

¹⁷⁹ Cf. Comunicação de Manuel Fialho SILVA, Inês LOURINHO apresentada no *Colóquio internacional Moçárabes Cultura e acultura*, em Silves, Outubro de 2010, “O hibridismo na sociedade olisiponense pós-1147”.

¹⁸⁰ Refira-se ainda que foi exactamente para a Igreja de Santa Justa que os monges moçárabes conduziram em primeiro lugar as relíquias do mártir Vicente, e só depois foram trasladadas para a Sé da cidade. Sobre este episódio e a sua ligação à comunidade moçárabe lisboeta ver: Pedro PICOITO, “A transladação de S. Vicente. Consenso e conflito na Lisboa do século XII”, *Medievalista on-line*, nº 4, IEM, 2008. Disponível em 23 de Fevereiro de 2015 no endereço web: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA4/medievalista-picoito.htm>

¹⁸¹ Uma hipótese apresentada por Manuel Real. Cf. “Os moçárabes do Gharb português” in Cláudio TORRES e Santiago MACIAS (coord.), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 51.

¹⁸² Cf. Miguel LADERO QUESADA, “Toledo en época de la frontera”, *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, nº 3, 1984, p. 94. Importa também considerar os casos de Zaragoza e Huesca onde as comunidades moçárabes habitavam dentro da medina aglomeradas em torno dos seus locais de culto e aí permaneceram após a tomada de poder

nos permitem mais do que supor a sua existência e a possível aglomeração da comunidade em torno dos referidos templos cristãos. Seja como for, a hipótese de que estas três igrejas paroquiais, S. Justa, S. Mamede e S. Maria de Alcamim tivessem na sua origem templos moçárabes anteriores não nos parece desprovida de sentido, apesar de não a podermos comprovar com os dados documentais.

O outro cenário que referimos acima, a conversão de mesquitas em igrejas, não tem sido alvo de atenção pela investigação olisiponense, mas poderá ter contribuído decisivamente para explicar porque a cidade conheceu uma quantidade tão prolífera de igrejas paroquiais num tão curto espaço de tempo. Se observarmos o modo como ocorreu a implantação paroquial em outras cidades ibéricas melhor documentadas verificamos que muitas mesquitas, quer as principais, quer as de bairro, foram convertidas em templos cristãos. Em 1086, um ano depois da tomada de Toledo por Afonso VI, a mesquita maior da cidade foi convertida em igreja cristã¹⁸³. Do mesmo modo, várias mesquitas de bairro terão sido também transformadas em igrejas, na cidade de Toledo¹⁸⁴.

Dez anos depois, e apenas um mês após a conquista de Huesca aos muçulmanos, a mesquita maior da cidade foi convertida em Sé catedral¹⁸⁵. No ano anterior à tomada de Lisboa pelos cristãos, Afonso VII conseguiu dominar brevemente a cidade de Córdoba, dirigindo-se imediatamente à mesquita maior com o arcebispo de Toledo para este aí celebrar uma missa¹⁸⁶. Mais tarde, quando os cristãos tomam definitivamente Córdoba, o processo é repetido e a mesquita passa a funcionar também como sé catedral. Também em Córdoba foram várias as mesquitas de bairro transformadas em igrejas, nos anos seguintes à reconquista de Fernando III, em 1236¹⁸⁷. Em Badajoz, também parece ter ocorrido o mesmo, dois anos após a tomada da cidade (1230), a mesquita maior, que então se localizava na alcáçova, terá sido convertida na igreja de Santa Maria da Sé¹⁸⁸. Em 1238, Jaime I de Aragão toma Valência aos muçulmanos, e, no ano seguinte, uma bula papal converteu a mesquita maior em

pelos cristãos (cf. Maria Isabel PÉREZ, “Desarrollo urbano de las ciudades de Aragón (siglos XI-XIV)” in *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, Savoia, Université de Savoie, 2012, pp. 81-87.

¹⁸³ cf. Cartulário da Catedral de Toledo, Cod. 987, B, fol. 1. transcrito em: Angel GONZALES PALÊNCIA, *Los Mozarabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, vol. Preliminar, Madrid, Instituto de Valencia de D. Juan, 1930, pp. 155 – 157.

¹⁸⁴ Basílio PAVON MALDONADO, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Mezquitas*, vol. 4, Madrid, CSIC, 2009, pp. 436-471.

¹⁸⁵ Ricardo del ARCO Y GARAY, "La mezquita mayor y la catedral de Huesca", *Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, n.º 5, 1951, pp. 35-42.

¹⁸⁶ Tal como afirma Pedro Palacio, baseado na *Cronica General de Espanã*: “Recordemos que se produjo allí una primera dedicación de la catedral en la inicial y breve reconquista de Córdoba por parte de Alfonso VII el Emperador (1146) y que lo primero que hizo el monarca, acompañado por el arzobispo primado de Toledo don Raimundo (1125-1152), el sucesor inmediato de don Bernardo de Agen, fue dedicar la mezquita y celebrar misa en ella” (cf. Pedro NAVASCUÉS PALACIO, “Historia breve de la fábrica de la Catedral de Toledo”, in *La Catedral de Toledo, obra y fábrica*, Lunweg, Barcelona, 2011, p. 34).

¹⁸⁷ Basílio PAVON MALDONADO, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Mezquitas*, vol. 4, Madrid, CSIC, 2009, pp. 394-398.

¹⁸⁸ Maria CRUZ VILLALÓN, “La Mezquita-Catedral de Badajoz”, *Norba: Revista de arte*, n.º 12, 1992, p. 9.

catedral¹⁸⁹. Nesta mesma cidade, dez mesquitas de bairro terão sido também transformadas em igrejas paroquiais¹⁹⁰. Aos casos anteriores, junta-se o da mesquita maior de Sevilha que foi convertida logo após a tomada da cidade, em 1248¹⁹¹. Há também notícia de que uma parte das cerca de sessenta e quatro mesquitas de bairro da Sevilha almóada foi convertida em igrejas paroquiais¹⁹². Estes são apenas alguns dos casos melhor documentados, mas devemos ter em conta que este procedimento ocorreu em larga escala na Península Ibérica, durante toda a reconquista, sobressaindo no final desse longo processo, a conversão de várias mesquitas em igrejas na cidade de Granada, já em pleno século XVI¹⁹³.

Perante estes dados, consideramos que parte significativa das igrejas paroquiais que surgem em Lisboa, no perímetro da área urbana, ou seja, intramuros e nos arrabaldes, podem ter sido templos muçulmanos, que foram rapidamente convertidos para participarem no processo de organização territorial que na conceção medieval cristã não poderia prescindir de uma sólida estrutura paroquial.

O mais provável é que os três cenários que aqui propusemos (o novo templo, a transformação de mesquita em igreja ou a manutenção de uma igreja moçárabe) tenham ocorrido em simultâneo, durante os anos seguintes a 1147. As igrejas moçárabes mantiveram-se, mas com o enfraquecimento do culto moçárabe e sob a influência da reforma gregoriana tornaram-se progressivamente semelhantes às igrejas mais recentes. A alteração do orago de Santa Maria de Alcamim para São Cristóvão pode-se explicar exactamente por esse processo de apagamento da cultura e, neste caso, do hagiónimo sob pressão da reforma gregoriana, trocando-se um nome com claras influências do passado moçárabe por um nome limpo desses vestígios¹⁹⁴. Algumas igrejas e mosteiros foram construídos sem qualquer ligação com templos anteriores, mas o que nos parece ter acontecido em maior escala, na zona urbana de Lisboa, foi a conversão de mesquitas em igrejas. O problema maior consiste em definir exactamente qual destas três hipóteses terão ocorrido em cada caso, é uma questão que em muitos casos podemos apenas intuir através da hagionomia mas esta base não constitui, por si só, base sólida para se apurar o

¹⁸⁹ Robert BURNS, *The crusader kingdom of Valencia: Reconstruction on a Thirteenth-Century Frontier*, Harvard University Press, 1967, p. 19

¹⁹⁰ Cf. Josep SANCHIS y SIVERA, *La diócesis valentina. Nuevos estudios históricos. Anales del instituto general y técnico de Valencia*, Valencia: La Voz valenciana, 1921. p. 233: "*fecit X ecclesias parrochiales in civitate Valentie de decem locis que fuerunt meçquite sarracenorum*".

¹⁹¹ Alfonso JIMÉNEZ MARTÍN, "Notas sobre la mezquita mayor de la Sevilla almohade", *Artigrama*, nº. 22, 2007, 131-150.

¹⁹² Basílio PAVON MALDONADO, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Mezquitas*, vol. 4, Madrid, CSIC, 2009, p. 618.

¹⁹³ Basílio PAVON MALDONADO, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Mezquitas*, vol. 4, Madrid, CSIC, 2009, p. 701.

¹⁹⁴ Sobre o impacto da reforma eclesiástica nas comunidades moçárabes ver: Cyrille AILLET, *Les Mozarabes: Christianisme, islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (IXe-XIIe siècle)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2010, pp. 301-308.

que realmente ocorreu. É necessário procurar lógicas de instalação no território e conjugá-las com a hagianímia do orago.

3.3 A IMPLANTAÇÃO PAROQUIAL EXPLICADA

Na zona intramuros, sabemos que a propriedade urbana foi menos perturbada pelos ataques durante os quatro meses de cerco, o que a tornaria mais valiosa e, por isso mesmo, uma escolha mais apetecível tanto pelos cruzados que optaram por permanecer na cidade, como pelas sucessivas vagas de migrantes cristãos vindos do Norte do jovem reino português. Tal como nos informa o *De Expugnatione Lyxbonensi*, os muçulmanos terão saído em massa do interior da cidade, nos dias seguintes à tomada da cidade, permitindo assim aos novos senhores da cidade tomar as suas habitações¹⁹⁵. Não será então por acaso que muitas igrejas da zona intramuros sejam associadas a santos da reconquista, tal como observou Luís de Matos, que identificou algumas comunidades de cristãos do Norte com os seguintes oragos: os teutões com S. Martinho, os ingleses com S. Jorge, não esquecendo os homens oriundos do Norte do território ibérico com Santiago¹⁹⁶.

Ainda sobre o espaço intramuros, o único caso do qual possuímos informações documentais que nos oferecem mais certezas sobre o que aconteceu após a tomada da cidade é o da sé catedral, que, segundo o *De Expugnatione Lyxbonensi* e outras fontes medievais, terá sido consagrada no local do anterior principal templo muçulmano da cidade – a mesquita aljama¹⁹⁷. Face ao que sabemos de outras cidades ibéricas tomadas pelos cristãos, entre os séculos XI e XIII, esse era o procedimento mais comum. Como vimos, foi isso que ocorreu em Toledo, Huesca, Córdova, Badajoz, Valência, Sevilha e provavelmente em outras cidades. O caso de Toledo, tomada por Afonso VI em 1085, constitui uma situação bem documentada e com várias analogias com o caso lisboeta, pois, em ambas as cidades do Tejo, clérigos exteriores ao espaço peninsular foram escolhidos pelos respetivos monarcas para o cargo

¹⁹⁵ “Espoliados, pois os inimigos na cidade, foram vistos sair, sem despegar, pelas três portas, desde o início da manhã de sábado até à quarta-feira subsequente, em tão grande multidão de gente que era como se nela tivesse confluído a Espanha inteira.” (cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 141).

¹⁹⁶ José Luís de MATOS, “Lisboa Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 83.

¹⁹⁷ “No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da Sua Santíssima Mãe, foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado...” (cf. *A conquista de Lisboa...*, p. 143); “...foyse elRey com todolos outros, e com grão precyção se forrom a mesqyta, onde ora he edefyquada a Se e fezea alimpar das serjmonjas que aly erom da seyta de Mafamede. E depojs desto os Bispos todos, revestidos segundo sua ordem, com «Te Deum laudamus» emtrarom em ela. E asy elRey e todolos Christãos a consagraram e edeficaram a omra da Virgem Santa Marja, nosa Senhora. E fizerom em ela os hofícios devinos e nomearam-na por See...” cf. *Crónica dos Sete primeiros reis de Portugal*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009, p. 80.

episcopal, D. Gilberto, um clérigo inglês, escolhido por Afonso Henriques, e D. Bernardo, um monge cluniacense, escolhido por Afonso VI¹⁹⁸. Além disso, em ambas as situações os bens pertencentes ao clero islâmico transitaram diretamente para o recém-chegado clero cristão¹⁹⁹.

Sendo assim, podemos afirmar que, na zona intramuros, a instalação da rede paroquial, poderá possivelmente ter tido como antecessora a anterior rede de mesquitas, sendo que apenas há dados concretos sobre o principal templo da cidade, a mesquita maior que se tornou a sé catedral e uma suspeita fundada sobre S. Julião. Relativamente ao arrabalde ocidental, notámos como poderá ter existido uma comunidade de cristãos arabizados, entre o local das posteriores igrejas de S. Maria do Alcamim (S. Cristóvão), S. Mamede e Santa Justa. No que respeita à igreja de S. Maria da Madalena e a S. Nicolau, a sua localização insere-se numa zona que estaria já densamente urbanizada no século XII, tal como atestam quer a confirmação visual do cruzado Raul, quer evidências arqueológicas irrefutáveis²⁰⁰. A situação da igreja de S. Maria Madalena, junto à saída da porta principal da cidade em época islâmica, leva-nos a supor que ali poderia ter existido uma mesquita que poderia ter sido posteriormente convertida, pois essa localização é muito comum nas cidades medievais islâmicas²⁰¹. No entanto, sem mais evidências neste sentido, apenas é possível supor que a igreja de Santa Maria Madalena se terá construído no local de um templo anterior. Relativamente a S. Nicolau não dispomos de dados para elaborar qualquer hipótese, apenas podemos afirmar que a sua localização junto a uma das principais vias que ligava a cidade ao seu termo e também próxima do provável centro comercial

¹⁹⁸ Sobre a fundação da catedral de Toledo ver: Angel GONZÁLES PALÈNCIA, *Los Mozarabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, vol. Preliminar, Madrid, Instituto de Valencia de D. Juan, 1930, pp. 155 – 157.

¹⁹⁹ Cf. D. Rodrigo da CUNHA, *Historia Ecclesiastica de Lisboa*, fls. 71-72; ver também a carta de instituição da Sé catedral de Toledo publicada em: Angel GONZÁLES PALÈNCIA, *Los Mozarabes...*, pp. 155 – 157.

²⁰⁰ “*Os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado.*” (cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 79); Para as evidências produzidas pela análise aos dados arqueológicos ver: Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf); Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 111-146.

²⁰¹ Ver, entre muitos outros exemplos: a mesquita situada junto ao *Bab Bayyana* em Almeria (cf. Lorenzo CARA BARRIONUEVO, “La remodelacion de una fortaleza musulmana medieval: La alcazaba de Almeria En Epoca cristiana (siglos XV y XVI)”, in *Coloquio Almeria entre culturas*, Instituto de Estudios Almerienses, 1990, p. 455); a mesquita junto ao *Bab Ibn Ahmad* (Porta de S. Eulália) em Múrcia (Cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Un ejemplo de saturación del parcelario andalusí: la excavación del solar de la calle organistas de Murcia”, *Memorias de Arqueología de la región de Múrcia*, nº 15, Murcia, Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, 2000-2003, p. 783; a mesquita de *Bab al-Mardun* em Toledo (cf. Susana CAPILLA, “La Mezquita de Bab al-Mardun y el proceso de consagración de pequeñas mezquitas en Toledo (S.XII-XIII)”, *Al-Qantara*, nº20:2, Madrid, CSIC, 1999, p. 299).

do arrabalde²⁰² é uma localização ideal para qualquer templo, mesquita, igreja ou até sinagoga. No que se refere a S. Julião é provável que a igreja paroquial tivesse existido, numa primeira fase, no local onde tinha funcionado uma mesquita e, numa segunda fase, tivesse sido erguida uma igreja de raiz, não muito longe do local do templo original. Em 2012, foi por nós proposto que teria existido uma mesquita no local da igreja de S. Julião²⁰³, com base numa notícia do séc. XVIII, onde se afirmava que Afonso Henriques “*mandara modificar e dedicara aos gloriosos Mártires de Cristo S. Julião, e Santa Basalisa, sendo sagrada depois a nova igreja pelo Ilustríssimo D. João Pardo, sexto bispo de Lisboa, no ano de 1241, reinando D. Sancho I*”²⁰⁴. O nosso conhecimento sobre esta questão ganhou solidez com a descoberta dos vestígios de um templo, talvez islâmico, não no local exacto onde depois funcionou a igreja paroquial, mas muito perto desse mesmo local²⁰⁵. A explicação para que o templo tenha sido deslocado consta na referida notícia do séc. XVIII, onde se menciona uma “*nova igreja*”, sagrada em 1241. Ou seja, o que anteriormente considerámos ter sido uma remodelação arquitectónica profunda, poderá afinal ter consistido numa construção de um novo edifício, enquanto o edifício do templo original era cuidadosamente selado numa “*acção posterior e planeada*”, tal como nos informa os resultados da escavação arqueológica de 2015²⁰⁶.

No que respeita ao arrabalde oriental, a situação poderá não ter sido muito diferente do que ocorreu dentro de muros, com a diferença de que neste caso a hagianímia nos encaminha para uma situação mais dúbia e complexa. Na parte oriental fora de muros encontramos tanto hagiónimos

²⁰² Sobre o centro comercial do arrabalde ver, Parte III, subcapítulo 5.1 - O *suq* do arrabalde.

²⁰³ Sobre esta questão ver: Manuel Fialho SILVA, “São Julião uma freguesia marítima de Lisboa”, *Rossio*, nº 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2012, pp. 8-27.

²⁰⁴ *Relaçam da solene procissam do Corpo de Deus, que aos 2 de Setembro de 1582 fez a Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de S. Julião, etc.* por Joaquim Roberto da Sylva. Lisboa, 1731. Trata-se de uma obra de carácter laudatório sobre uma procissão do *Corpus Christi* realizada em 1582.

²⁰⁵ Neste momento, os resultados arqueológicos ainda não permitem uma certeza total sobre o templo encontrado na intervenção da rua da Conceição, sendo possível apenas afirmar que se tratava provavelmente de uma mesquita, ou de um outro templo: “*Na sondagem 1, abaixo desta realidade de Época Moderna detectaram-se vestígios de um edifício construído em Época Medieval, que pela sua configuração, poderá corresponder a uma pequena mesquita. Os depósitos escavados no seu interior, com um elevado grau de compactação e espólio arqueológico muito fragmentado, remetem para um enchimento que parece não corresponder ao seu colapso ou abandono, mas antes a uma acção posterior e planeada, eventualmente, em época tardo medieval, com base nos materiais analisados. Do edifício religioso restam a estrutura pétreia de base, com vestígios de revestimento interno a reboco e estuque, e o arranque da parede em taipa marcada por uma fiada de telha reaproveitada, da qual se encontraram vários nódulos no enchimento acima descrito.*” Cf. Ana CAESSA, Cristina NOZES, Nuno MOTA, *Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77*, Processo 2007/1(790), CAL, 2015, p. 29, consultável no arquivo da DGPC. A possibilidade de este edifício ter sido originalmente um templo paleocristão ou até uma sinagoga, não se pode neste momento colocar de parte. Mas de qualquer forma, no caso de ter sido erguido originalmente como um templo paleocristão é muito provável que tenha sido islamizado e transformado em mesquita em determinada altura. Sobre a transformação de templos paleocristãos em mesquitas no al-Andalus ver: Susana CALVO CAPILLA, “*Les premières mosquées et la transformation des sanctuaires wisigothiques (92H/711-170H/785)*”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 41 (2), Madrid, Casa de Velázquez, 2011, pp. 131-163.

²⁰⁶ Cf. Ana CAESSA, Cristina NOZES, Nuno MOTA, *Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77*, Processo 2007/1(790), CAL, 2015, consultável no arquivo da DGPC.

aparentemente de tradição moçárabe (S. Marinha, S. Estêvão) e outros mais típicos do período da reconquista (S. Pedro, S. Miguel) e outros ainda que não conseguimos encaixar em qualquer destas categorias (S. Salvador, S. Tomé, S. André)²⁰⁷. Segundo a lógica da ocupação do espaço, a hipótese de que a população muçulmana tenha ocupado a zona oriental da cidade ganha algum sentido²⁰⁸. Pois o que se afirma no *De Expugnatione Lyxbonensi* é que os muçulmanos saíram da zona murada da medina, o que nos leva a supor que estes podem não ter abandonado a cidade propriamente dita, possivelmente instalando-se no arrabalde menos apetecível para os novos senhores da cidade, ou seja, o arrabalde oriental, que tem menor exposição solar e se situa numa posição muito mais periférica relativamente ao centro comercial da cidade que se situaria junto à porta do ferro, no lado ocidental da medina, como veremos posteriormente.

3.4 A TRANSMISSÃO DOS BENS DAS MESQUITAS

Uma última questão que nos pode oferecer alguma luz sobre o modo como decorreu o processo de implantação paroquial é, justamente, a transmissão dos bens pertencentes às instituições islâmicas para o clero cristão. Neste caso, é conhecido um documento sobre Lisboa que, apesar de não referir que a anterior rede de mesquitas se converteu na posterior rede paroquial, permite-nos, ainda assim, observar que a referida transmissão de bens ocorreu de uma forma organizada e sob a supervisão do primeiro monarca português. Nesse documento, Afonso Henriques doa, para as obras da Sé, trinta e duas casas que estavam anteriormente na posse da mesquita²⁰⁹. Não nos é dito onde se localizavam estas casas nem de que mesquita se trata, todavia, é bem possível que se trate da mesquita maior, pois esta foi restaurada como sé de Lisboa. Em Janeiro de 1150, segundo um documento transcrito por D. Rodrigo da Cunha, o bispo de Lisboa, D. Gilberto, distribui pelos vários membros do cabido “*trinta e*

²⁰⁷ Sobre a hagianímia ver: André de Oliveira LEITÃO, Filipa SANTOS, “Presenças moçárabes em Al-Usbuna e seu Alfoz (até 1147): um estado da questão, *Rossio – Estudos de Lisboa*, nº 1, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2013, pp. 98-99; Pedro Cunha SERRA, “Da hagianímia e hagiotoponímia portuguesa (a propósito de um livro recente)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, Lisboa, 1957, pp. 39-59; Stéphane BOISSELIER, “Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagyonimie médiévale du Midi portugais”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVII, Lisboa, 2005, pp. 255-298.

²⁰⁸ Cf. José Luís de MATOS, “Lisboa Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 84: “Do ponto de vista urbano esta comuna não foi substancialmente transformada pela ocupação do espaço pelos cristãos. A população islâmica deve, em larga medida, ter permanecido em Alfama após a Reconquista.”.

²⁰⁹ Cf. *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, vol. I, doc. 232, de oito de Dezembro de 1149: “... rex Alfonsus cum uxore sua regina domna Mathilda (?) donat beatissime Marie Olisiponensis sedis et Guiliberto predictae sedis episcopo et successoribus 32 domos ad opus supra dicte sedis cum omnibus suis hereditatibus ubicumque illas invenire poterint et cum omnibus suis redditibus de omnibus vineis terris olivalis et ficulneis quas omnes misquite in tempore sarracenorum habuerunt”.

uma casas”, referindo ainda a sua própria casa que tinha pertencido a um tal Absech filho de Asubli²¹⁰. Em 1195, estas mesmas casas são alvo de uma carta de privilégios por parte de Sancho I, continuando ainda na posse dos prelados da Sé²¹¹. Estes documentos revelam uma relevante permanência dos bens urbanos pertencentes ao clero lisboeta, transitando a sua posse das mesquitas para o recém-chegado clero cristão, através da intermediação do rei. Há inclusivamente, no documento transcrito por D. Rodrigo da Cunha, uma nota sobre a casa do próprio bispo que reconhece os anteriores proprietários, observando a referida doação de Afonso Henriques que identifica a “mesquita” como proprietária das supracitadas trinta e duas propriedades urbanas. Assim, consideramos que parte da propriedade urbana acompanhou a transferência de poder, alterando-se os atores, mas mantendo-se o seu perfil social. As propriedades que anteriormente sustentavam a mesquita maior de Lisboa, passam a providenciar o sustento necessário ao novo bispo e ao cabido da recém-restaurada catedral. Este processo não é original de Lisboa, nem sequer do reino português que então se formava. Em Dezembro de 1086, ou seja, um ano depois da tomada de Toledo, Afonso VI, o *Imperator totius Hispaniæ*, doou à então futura Catedral de Toledo, que sofria ainda o processo de transformação de mesquita em igreja, vários bens que tinham pertencido à mesquita dos mouros²¹². Do mesmo modo, no reino de Aragão, mais especificamente em Barbastro (1100) e em Tortosa (1148) aconteceu precisamente o mesmo, os bens pertencentes às mesquitas transitaram para instituições eclesiásticas cristãs²¹³. O caso de Tortosa é especialmente significativo, pois a sua tomada foi realizada com a preciosa ajuda dos mesmos cruzados ingleses que no ano anterior tinham tomado Lisboa²¹⁴. Também em Valência está documentada uma transferência análoga, após a tomada da cidade por Jaime I de Aragão em 1238²¹⁵. Perante estas evidências é possível afirmar que a transmissão de bens pertencentes às mesquitas para as mãos do clero cristão teve um carácter ibérico ao qual Lisboa não se furtou. Esta questão permite-nos considerar que, se a transmissão dos bens das mesquitas para o clero cristão foi organizada e supervisionada pelo

²¹⁰ Cf. D. Rodrigo da CUNHA, *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, fl. 71 v.: “*triginta et una, domum cum suis hereditatibus et omnibus pertinentiis suis ubicumque sint et medietate Marville...*” “*hereditatum domus meae propriae habeat quae fuit Absech filii Asubli...*”

²¹¹ Cf. *Documentos de Sancho I*, doc. 79.

²¹² “*...et omnes illas hereditates seu kasas et tendas quas abuit his temporibus quibusfuit mezquita maurorum di e[ti] et confirmo quando est facta ecclesia christianorum...*” cf. Cartulário da Catedral de Toledo, Cod. 987, B, fol. 1. transcrito em: Angel GONZÁLES PALÈNCIA, *Los Mozarabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, vol. Preliminar, Madrid, Instituto de Valencia de D. Juan, 1930, pp. 155 – 157.

²¹³ Cf. Susana CALVO CAPILLA, “La Mezquita de Bab al-Mardum y el proceso de consagración de pequeñas mezquitas en Toledo (s. XII-XIII)”, *Al-Qantara*, 20:2, 1999, p. 311-312 n. 42.

²¹⁴ Cf. “*Angli cum multis aliis alienigenis: crusade settlers in Tortosa (second half of the twelfth century)*”. Antoni Virgili, *Journal of Medieval History*, 35, 2009, pp. 297-312.

²¹⁵ Cf. Robert BURNS, *The crusader kingdom of Valencia: Reconstruction on a Thirteenth-Century Frontier*, Harvard University Press, 1967, p. 62: “*This included transferring to the parish the Moslem religious properties: mosques, oratories, cemeteries, and the lands or rents which had supported them.*”

primeiro monarca português, é bem possível que também a anterior rede de mesquitas tenha, do mesmo modo, transitado para a posse do clero cristão que a adaptou e reformou de acordo com as suas necessidades, neste caso, convertendo mesquitas de bairro em igrejas paroquiais. Importa ainda referir que, segundo a inquirição de 1220, todas as igrejas paroquiais de Lisboa seriam de padroado régio, e que depois vão progressivamente sendo privatizadas pelos próprios monarcas, um processo coerente com questão da transmissão dos bens clericais, mas que decorre a um tempo muito mais longo²¹⁶.

²¹⁶ Sobre a privatização progressiva das igrejas de padroado régio em Lisboa ver: Mário FARELO, “O direito de Padroado na Lisboa Medieval”, *Promontoria*, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 267-289.

Quadro 2. Antiguidade das Igrejas de Lisboa

Igreja	Data	Situação fundacional	Referência
S. Vicente	1147	Novo templo	<i>Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlixbone</i> , ANTT, Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de São Vicente de Fora, liv. 147.
Santa Maria dos Mártires	1147	Novo templo ou mesquita?	<i>Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vicentii Vlixbone</i> , ANTT, Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de São Vicente de Fora, liv. 147.
Santa Justa	1147 (1173*)	Igreja moçárabe(?)	D. Rodrigo da Cunha, <i>Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa</i> , Lisboa, Manoel da Sylva, 1642, fl. 72 v. (*Duarte Galvão, <i>Crónica de Afonso Henriques</i> , cap. 48)
Santa Maria Maior	1147	Mesquita Maior	<i>De expugnatione Lyxbonensi, A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado</i> , trad. Aires A. Nascimento, Lisboa, Vega, 2001, p.143.
Santiago	1160	?	Ruy de Azevedo, “Período de formação territorial”, p. 54.
S. Martinho	1162	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 1
Santa Maria Madalena	1164	?	João Bautista de Castro, <i>Mappa de Portugal Antigo e Moderno</i> , 2ª ed, Lisboa, 1763, vol. III, p. 361.
S. Jorge	1165	?	BNL, Cod. 139, fls. 61v. a 62
S. Bartolomeu	1165	?	BNL, Cod. 139, fls. 61v. a 62
Santa Cruz da Alcáçova	1165	Mesquita (?)	BNL, Cod. 139, fls. 61v. a 62
S. Salvador (da Mata)	1170	?	<i>Crónica dos cónegos regrantes de Santo Agostinho</i> , parte 2, livro xii, p. 576.
S. Estêvão	1173	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 3
S. Marinha do Outeiro	1174?	?	Mario Jorge Barroca, <i>EMP</i> , vol II/1, Gulbenkian, 2000, pp. 392-4.
S. João (da Praça)	1178	?	ANTT, Mosteiro de Alcobaça, 1ª Inc. Maço 1, nº 14
S. Pedro	1182 (1175*)	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 8 (*Gérard Pradalié, <i>Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII</i> , Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 143)
S. Miguel	1183	?	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 47
S. Mamede	1190	Igreja moçárabe(?)	<i>Inventário S. Vicente</i> , doc. 62
Santa Maria de Alcamim	1190	Igreja moçárabe(?)	Ruy de Azevedo, “Período de formação territorial” p. 54...

S. Nicolau	1199 [1191(a)]	Mesquita (?)	<i>Inventário, S. Vicente, doc. 21</i>
S. André	1211 (1209*) [1191(a)]	?	ANTT, S. Vicente de fora, 1ª Inc, Maço 1, doc. 43 (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
S. Lourenço	1220 [1191(a)]	Novo templo	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18.
S. Tomé (do Penedo)	1220 (1207*) [1191(a)]	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Ruy de Azevedo, “Período de formação territorial” p. 54...)
S. Julião	1220 (1209*) [1191(a)]	Mesquita (?)	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
S. Mateus (Capela de Albergaria) (Não se manteve como paróquia)	1220 (1209*)	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
S. João do Hospital (Não se manteve como paróquia)	1220 (1209*)	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)
Hospital dos Meninos (Não se manteve como paróquia)	1220 (1209*)	?	Inquirição Gav. I, Maço 2, doc. 18. (*Gav. 19, Maço 14, doc. 7; datação incerta 1209/1229)

(a) Segundo Mário Farelo, foi recentemente encontrado um documento sobre um sínodo realizado em 1191 que menciona todas as igrejas paroquiais de Lisboa. Cf. FARELO, Mário, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de doutoramento apresentado a Universidade de Lisboa, 2008, p. 249: “...o Dr. João Soalheiro teve o ensejo de encontrar um traslado de 1346 da famosa divisão das igrejas da diocese entre o prelado e Cabido de Lisboa de 1191, onde se verifica a existência, por essa altura, de toda a rede paroquial que existirá na cidade até ao século XVI.”

PARTE I – DA MEDINA À CIDADE

CAPÍTULO 1: EVOLUÇÃO URBANA INTRAMUROS EM PATAMARES



Figura 14. A Medina em Patamares²¹⁷

A cidade intramuros será analisada através de patamares, de acordo com a orografia local, o que possibilita uma visão tridimensional desta parte da cidade e permite uma compreensão mais contextualizada da morfologia urbana associada à topografia do terreno. Ao observarmos o traçado da

²¹⁷ Planta concebida com base nas *estampas I e III* por Augusto Vieira da SILVA, *A cerca moura de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 8 e 58.

cerca urbana medieval²¹⁸ e o sistema viário da cidade em meados do século XX, é notório que as curvas de nível originadas pela orografia da colina do Castelo são o elemento definidor dessas estruturas urbanas (ver figura 14)²¹⁹. Ou seja, tanto o desenho do sistema viário como o traçado da muralha estão profundamente condicionados pela orografia local, como aliás, seria de esperar. Consequentemente, é expectável que a localização tanto das portas da muralha como da malha urbana fosse condicionada pelos patamares em que a cidade se desenvolvia, o que de facto se verifica.

Deste modo, procuramos estruturar a análise deste espaço central da urbe, a medina, com base naquilo que mais condiciona a sua morfologia, ou seja, a sua orografia. Assim, com o intento de realizar uma análise da evolução urbanística deste espaço, considerando a realidade topográfica, a nossa análise dividiu a medina em três patamares: um patamar superior, próximo da alcáçova, um intermédio, no centro do espaço intramuros, e, finalmente, um inferior, que corresponde à parte ribeirinha da cidade.

A divisão nestes três grandes patamares prende-se com diferentes factores. Em primeiro lugar, toda a nossa análise da morfologia urbana da cidade tem como alicerce a forma da cidade, o que origina a divisão dos capítulos não apenas a partir de um ponto de vista cronológico, mas também topográfico. Dentro do capítulo dedicado à parte intramuros justifica-se que a análise leve a uma subdivisão fundada na topografia da urbe, dadas as grandes diferenças existentes entre as funções e estruturas dos vários patamares, onde se destaca um mal conhecido patamar superior, uma zona ribeirinha, cujos contornos conhecemos melhor, e que é, por sua vez, facilmente diferenciada do patamar intermédio onde se situavam algumas das principais construções da cidade, como o principal templo e o “senado”. Em segundo lugar, a divisão nestes três patamares fundamenta-se também nas divisões que existiam na malha urbana determinadas pelos principais eixos viários, os quais, como já referimos, eram condicionados pela própria orografia. O patamar superior desenvolve-se em torno da via que ligava as duas portas mais altas da cidade intramuros, a porta do Sol e a porta da Alfôfa. O patamar intermédio compreende toda a malha urbana que se desenvolvia em torno dos dois principais eixos, que formava um Y, ligando as portas orientais, do Sol e de Alfama à porta ocidental, também conhecida como porta do Ferro. Por fim, o patamar inferior integra a malha urbana que mais se

²¹⁸ O estudo de referência sobre a cerca medieval de Lisboa é ainda o estudo de Augusto Vieira da Silva, concebido em 1939, sendo que a terceira edição de 1987 é apenas uma reimpressão da segunda edição de 1939. *A cerca moura de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, publicações da Câmara Municipal de Lisboa, 1939. Sobre esta questão ver: Parte I, subcapítulo 5.4 - A Cerca Velha e os seus responsáveis.

²¹⁹ Sobre a influência das cercas urbanas na morfologia das urbes medievais portuguesas ver: Maria do Carmo RIBEIRO, Arnaldo Sousa MELO, “O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (séculos XIII-XVII)” in *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO (coord.), Braga, CITCEM e IEM, 2013, pp. 183-221.

aproximava à margem do rio Tejo, e que tinha o rio como eixo organizador. É importante notar que as vias não criam linhas divisórias na nossa análise, pois, pelo contrário, os principais eixos urbanos concentram a malha urbana que existe ao seu redor, funcionando não como fronteira mas sim como centro da vida urbana. Por isso, os principais eixos urbanos são aqui observados como elementos definidores da morfologia urbana que não devem ser divididos para facilitar uma visão em planta, mas sim considerados na sua totalidade, incluindo ambas as fachadas das referidas vias.

CAPÍTULO 2: O PATAMAR SUPERIOR

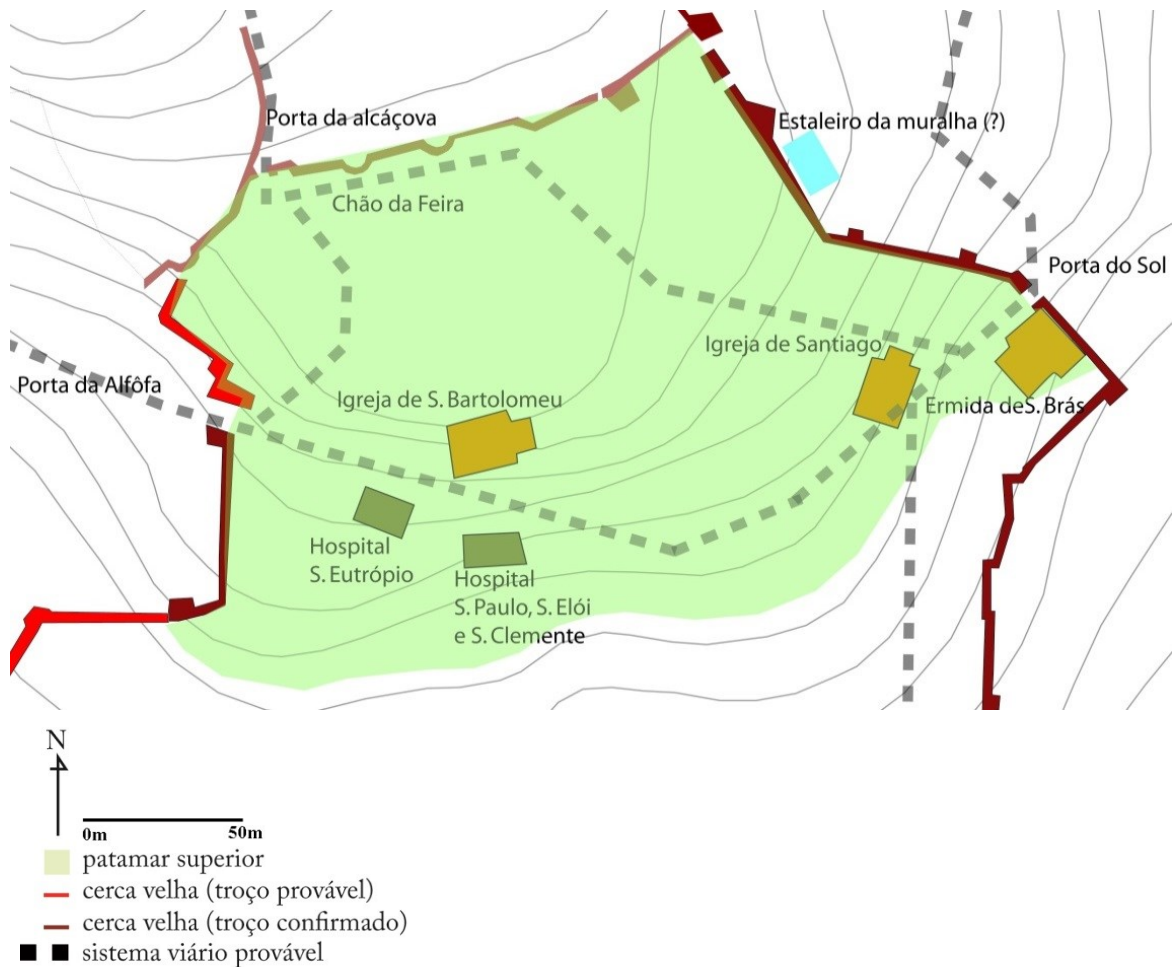


Figura 15. O patamar superior (c. 1300)

2.1 A CERCA URBANA E AS SUAS PORTAS

No patamar superior encontram-se, desde pelo menos a época islâmica, traços da existência de portas e muralhas. Com efeito, existiam nesse patamar da medina duas portas, uma a nascente e outra a poente, respectivamente, a porta do Sol e a porta da Alfôfa. Se a última não deixa dúvidas quanto a uma origem etimológica árabe, a primeira, poderá, ou não, corresponder ao *Bab al-Maqbara* (porta do cemitério) referido pelos geógrafos árabes²²⁰. Nos textos dos geógrafos árabes não se refere qualquer

²²⁰ A proposta da correspondência entre a Porta do Sol e o *Bab al-Maqbara* foi realizada por Adel Sidarus e António Rei, os quais seguem as propostas de Cláudio Torres e de Clementino Amaro sobre a existência de cemitérios islâmicos nas

Bab al-Shams (porta do sol), como seria de esperar. Devido ao facto de esta porta ter sido desmontada após o terramoto de 1755, não conhecemos a sua configuração original nem o momento em que foi construída. Na verdade, a situação toponímica desta porta ainda complica mais a sua interpretação pois, num documento de 1186 do cartório de Santa Cruz de Coimbra já surge a referência a uma “porta de Santiago”, a qual poderia corresponder à porta da cerca mais próxima da igreja de Santiago, ou seja, a porta do Sol. Embora o documento não nos esclareça sobre se trata de uma referência à porta da própria igreja de Santiago ou a uma porta da cerca urbana é muito provável que se refira a uma porta da cerca²²¹. Numa venda efectuada em 1217, surge uma primeira referência a um alfaiate “da Porta do Sol”, o que poderá indicar que esta designação se terá generalizado apenas em inícios do século XIII²²².

No lado Ocidental do patamar superior atesta-se a porta da Alfôfa²²³. Trabalhos arqueológicos recentes verificaram a existência de vestígios de uma torre, que deverá corresponder à torre Sul que ladeava a porta da Alfôfa, confirmando-se que esta torre foi erguida em época islâmica e que sofreu reparações em período medieval cristão²²⁴. A funcionalidade desta porta é claramente perceptível quer pela sua posição estratégica junto à alcáçova e dando acesso à estrada de circunvalação do morro do castelo, quer até pela própria toponímia, pois Alfôfa deriva do árabe *al-Hawha*, ou seja, “postigo”²²⁵, podendo inferir-se que se devia tratar de uma porta de serviço que, desde o momento que foi erguida a

“encostas da Graça e de S. Vicente de Fora”, todavia não existe muita informação acerca destas necrópoles. (cf. Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 71; Cláudio TORRES, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa-Milão, 1994, p. 84; Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 62). Sobre este assunto ver o capítulo sobre o arrabalde oriental.

²²¹ Cf. *Santa Cruz de Coimbra*, maço 11, doc. 36, publicado em *Arquivo Histórico de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Editorial Império, 1939, pp. 346-347.

²²² Cf. ANTT, *S. Vicente de fora*, 1ª incorporação, maço 2, doc. 5.

²²³ Esta porta é referida pelos geógrafos árabes, nomeadamente por Al-Bakri, Al-Himyari e pelo *Dikr Bilad Al-Andalus* (cf. Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 47; 58; 65). Além disso também o cruzado que relatou a conquista de Lisboa faz referência a esta porta (*A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 105: “...como frente a nós tinham três portas, duas laterais e uma frente ao mar era-lhes fácil sair e voltar.”). A sua localização foi proposta por Augusto Vieira da Silva, o qual localizou a torre Sul desta porta, no local dos actuais números 2 e 4 da Rua do Milagre de Santo António (Augusto Vieira da SILVA, *A cerca moura de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, publicações da CML, 1939, p.64).

²²⁴ Cf. Cláudia MANSO, Marina CARVALHINHOS, *Lisboa – Escadinhas de São Crispim*, nº 26. *Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Processo S – 34849, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP, 2009: “Quanto à cronologia da torre, podemos aferir que a sua construção é provavelmente de raiz islâmica, tendo sido encontrados fragmentos cerâmicos correspondentes ao século XII nos níveis junto ao seu embasamento. No que respeita à restante construção não podemos ter a certeza, por falta de elementos corroborativos, de que seja também ela islâmica. Sabemos que sofreu pequenas obras de reparação, como podemos verificar através da aplicação de um espesso reboco, que presumimos serem efectuadas já sob domínio cristão. Fica-nos, contudo, a certeza de que estamos perante uma torre do lance ocidental da cerca velha, que poderia inclusivamente fazer parte da própria Porta da Alfôfa (segundo descrições que a mencionam ladeada por torres), de construção islâmica que sofreu obras de reparação em período medieval sob a égide cristã”.

²²⁵ Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 71.

alcáçova, em meados do século XI, possibilitava um acesso mais rápido e directo entre este espaço e o exterior da cidade.

É importante ainda notar que em ambas as portas da cerca urbana localizadas no patamar superior foram encontrados silhares que continham fragmentos epigráficos romanos, reutilizados na muralha ou até na estrutura das próprias portas. No caso da Porta da Alfôfa, considerando que uma destas inscrições terá sido realizada entre o século I ou II d.C., podemos concluir que esta porta ou foi construída ou sofreu remodelações, após essa data²²⁶.

No lado oriental deste patamar, o pano de muralha que se desenvolve entre a Porta do Sol e a muralha da alcáçova encontra-se actualmente visível e em boas condições. Ainda junto à muralha da alcáçova encontram-se duas torres, que foram assimiladas pela construção do palácio Belmonte já no século XVI. É possível que entre estas torres tivesse existido um acesso à medina ligando a rua que realizava a circunvalação à colina, tal como acontece a ocidente com a Porta da Alfôfa, no entanto a ausência de informações arqueológicas ou documentais não nos permite tirar conclusões definitivas no presente momento²²⁷. Um pouco mais a Sul, nas traseiras do edifício actualmente pertencente à Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, encontra-se um troço de muralha junto do qual foi realizada uma intervenção arqueológica que possibilitou a obtenção de dados relevantes. Esta intervenção, realizada no lado exterior da cerca, revelou um estaleiro que estaria associado a obras na muralha, pois foi verificada a existência de uma camada de lascas e também de blocos de calcário semelhantes aos que são ainda hoje visíveis nesse pano da muralha. Segundo os arqueólogos responsáveis, este estaleiro terá funcionado entre o reinado de Afonso Henriques e o do seu sucessor, Sancho I²²⁸. Estes dados vêm comprovar a ideia da existência de uma muralha sujeita constantes reparações, e que, neste caso específico, podem possivelmente reflectir a necessidade de reparações causada pela conquista da cidade em 1147.

²²⁶ Vieira da Silva descreve duas lápides com inscrições sepulcrais romanas que já haviam sido registadas por diversos autores (Augusto Vieira da SILVA, *Epigrafia de Olisipo: subsidios para a história da Lisboa Romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, pp. 111 – 114). A localização atual destas lápides é-nos desconhecida.

²²⁷ Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 68: “Entre as torres uma passagem em arco, referenciada no século XVI, poderá corresponder a uma porta mais antiga de acesso à área Norte do núcleo urbano ou à Alcáçova em articulação com a rua de circunvalação do morro do castelo.”

²²⁸ Ana GOMES, Maria José SEQUEIRA, “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: Escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 108: “A cronologia da última fase de ocupação deste local, situa-se algures entre o reinado de D. Afonso Henriques – altura em que foi remodelada a 1ª casa e o reinado de D. Sancho, altura em que esta área é abandonada. Esta última datação é fornecida por um dinheiro daquele rei”.

2.2 O SISTEMA VIÁRIO

Se em relação às portas e ao traçado da muralha podemos ter uma noção bastante concreta do seu perfil, no que respeita ao sistema viário do patamar superior da cidade intramuros é impossível conseguir reconstituir a sua forma com exactidão durante o período cronológico que nos ocupa. No entanto, podemos inferir a existência de um eixo de maior relevância que faria a ligação entre as portas referidas, a porta do Sol e a porta da Alfôfa. Apesar de não a podermos desenhar com rigor, podemos, no entanto, supor, baseados na estrutura viária da cidade em época moderna e na documentação medieval, a sua existência e o seu traçado aproximado (ver figura 15). A morfologia urbana do patamar superior da medina em época islâmica é praticamente desconhecido. A falta de informação sobre as escavações arqueológicas que aí se têm realizado deixa-nos numa situação em que se torna impossível realizar uma proposta mais concreta. Assim, somos forçados a avançar cronologicamente até ao momento em que a documentação nos possibilita a observação das alterações urbanas que vão ocorrer a partir de meados do século XIII.

2.3 ORDENS MILITARES NA PARÓQUIA DE SANTIAGO

A pequena paróquia de Santiago abrangia as vias junto à porta do Sol, no lado interior da cerca urbana. Sobre a origem da igreja paroquial de Santiago a documentação não nos oferece qualquer informação, sendo que a primeira referência documental (1160) não é segura, uma vez que Ruy de Azevedo não indicou a sua fonte²²⁹. Apenas é possível considerar uma possível ligação entre a escolha do orago e a ordem militar de Santiago, mas além deste dado não encontramos qualquer documento ou referência à presença da ordem de Santiago nesta paróquia²³⁰.

Apesar de as notícias documentais sobre a propriedade urbana desta paróquia serem escassas, ainda assim, nota-se a presença de várias ordens militares nesta zona da cidade numa inquirição realizada por Afonso II, em 1220, onde se enumeram os respectivos bens. Em posição de destaque encontramos a ordem do Hospital, que tem nesta paróquia a sua maior concentração de propriedades, no que se refere à área urbana de Lisboa. Aqui os hospitalários, possuíam, segundo a referida

²²⁹ Cf. Ruy de Azevedo, “Período de formação territorial” in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, dir. de António BAIÃO, Hernâni Cidade e M. Múrias, Lisboa, Ática, 1937, p. 54.

²³⁰ A ordem de Santiago possuía várias propriedades urbanas em Lisboa, mas sobretudo no arrabalde ocidental: “*in collatione sancti Johannis habent unas bonas casas. Et in sancto Juliano unas domos. Et unum fornum panj. Et in sancto Nicholao unas bonas casas. Et in sancta Maria Magdalene unas domos...*” Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), p. 1. IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades.

inquirição, além de umas casas com capela própria, aquilo que parecem ser três aglomerados de propriedades urbanas (casas), que tinham pertencido a proprietários diferentes, antes de pertencerem à ordem do Hospital, nomeadamente a um Soeiro Mendes, Domingos Domingues e D. Sevel. Sobre estes nomes nada podemos dizer, apenas que o último se distingue pelo estatuto potencialmente nobre e por uma antroponímia estranha à nobreza portuguesa²³¹. É possível que este núcleo urbano pertencente aos hospitalários, localizado na freguesia de Santiago e composto por casas e capela, possa corresponder à ermida de S. Brás, a qual se situa imediatamente a Sul das portas do Sol, pois é bem conhecida a longa ligação deste templo com esta ordem militar²³². Também os templários possuíam várias casas e um curral na paróquia de Santiago, e, tal como os hospitalários, segundo a inquirição de 1220, parecem aí ter o seu principal núcleo urbano²³³. Os cónegos de S. Cruz possuíam nesta pequena paróquia lisboeta umas “boas casas com forno de pão”, enquanto os irmãos da Ordem de Calatrava aqui possuíam umas “boas casas”. Finalmente, também o mosteiro de Alcobaça possuía aqui “umas grandes casas”²³⁴. A falta de exactidão do documento não nos permite ir mais além do que considerar que nesta zona da cidade, não muito longe da porta do Sol, várias ordens religiosas possuíam propriedades relevantes no contexto urbano da medina, pois quase todas elas merecem alguma distinção na sua denominação tal como se observa na referida inquirição. Esta presença das ordens militares parece consolidar-se nos reinados seguintes, pois, em 1230, umas casas pertencentes à ordem de Avis foram objecto de uma contenda entre esta ordem e Pedro Pires, a qual foi decidida a favor da referida ordem²³⁵. Mais tarde, já no reinado de Afonso III, é elaborada uma carta régia para que Afonso Peres, homem do rei, entregasse à ordem de Avis casas que Martim Eanes tinha quando era porteiro do Rei²³⁶.

Relativamente ao estabelecimento das ordens militares em Lisboa é possível avançar com algumas propostas. Frei Lucas de Santa Catarina sugere que a ermida de São Brás e Santa Luzia tenha

²³¹ Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), p. 1. IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades. Nos livros de linhagens não se encontra qualquer referência a este D. Sevel.

²³² Nesta igreja encontra-se uma inscrição funerária de Fr. Lourenço Gil, freire da Ordem do Hospital, filho de D. Gil Afonso, bastardo de Afonso III, datada de 1346. Além disso, segundo Frei Lucas de Santa Catarina, cronista setecentista dominicano, a ermida estava já na posse dos hospitalários durante o reinado de D. Dinis. Deve-se ao mesmo cronista uma descrição da igreja de S. Brás antes do terramoto de 1755. Infelizmente, o cronista da ordem de Malta não nos refere documentação que corrobore a sua proposta (cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, tomo 2, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada, Porto, 1995, pp. 1351-1354; Cf. Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 264; Frei Lucas de SANTA CATARINA, *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, Tomo I, Lisboa, 1735, p. 270-271). Actualmente esta igreja é ainda a sede da Assembleia dos Cavaleiros Portugueses da Soberana Militar Ordem de Malta cf. <http://www.ordemdemalta.pt/quem-somos.html>, visitado em 19 de Setembro de 2015.

²³³ Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), p. 1. IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades.

²³⁴ Cf. *ibidem*.

²³⁵ Cf. ANTT. *Ordem de Avis*, Convento de S. Bento de Avis, maço 2, nº 237.

²³⁶ Esta carta régia foi emitida em 1271 (cf. ANTT. *Ordem de Avis*, Convento de S. Bento de Avis, maço 2, nº 104).

tido origem “no tempo do vitorioso Rey Afonso Henriques”, e que o primeiro rei português possa ter dado a posse desta ermida aos cavaleiros de Malta, então conhecidos como hospitalários, como pagamento de serviços durante a tomada da cidade²³⁷. A participação dos hospitalários na conquista e o subsequente estabelecimento das ordens militares na cidade não é uma questão bem conhecida, mas a proposta de Frei Lucas de Santa Catarina tem sido seguida por alguns estudiosos desta ordem militar, os quais têm afirmado a existência de uma ligação entre a tomada da cidade e a igreja de S. Brás²³⁸. Como já se disse, a primeira referência documental à existência das ordens militares em Lisboa está patente na inquirição de 1220, por isso, é certo que tanto os hospitalários como os templários se instalaram na cidade, num determinado momento, entre 1147 e 1220. Relativamente aos templários, é conhecida a doação do eclesiástico de Santarém a esta ordem, por Afonso Henriques, em Abril de 1147, a qual seria concretizada se a conquista da cidade tivesse sucesso²³⁹. Esta informação conjugada com a inquirição de 1220, onde se verifica que os templários possuem várias propriedades urbanas em Lisboa permite inferir que estes deverão, não só ter participado na tomada da cidade como desde logo se instalado na urbe, possivelmente na freguesia de Santiago, pois é aí que se verifica um maior número de propriedades urbanas.

A localização das várias ordens militares na freguesia de Santiago, ou seja, intramuros, sugere-nos que estas ordens se possam ter instalado na cidade num momento em que as propriedades urbanas no interior da medina ainda estavam em estruturação ou reestruturação, pois os locais onde se registam os maiores aglomerados de propriedades urbanas, sob a protecção da cerca urbana, eram locais privilegiados e não ficariam livres por muito tempo após a tomada da cidade. Além disso, a implantação das ordens militares numa paróquia intramuros e junto a um dos seus principais eixos de acesso ao exterior da cidade encontra paralelo tanto em cidades do reino cruzado de Jerusalém, como Acre e Jaffa, como também no Ocidente cristão, como em Tortosa e em Avignon²⁴⁰. Nestas cidades, as ordens religiosas tinham uma função defensiva importante ligada à protecção dos muros, ou até de

²³⁷ Frei Lucas de Santa Catarina, *Memorias...*, p. 271.

²³⁸ Além da referência de Frei Lucas de Santa Catarina, ver também José Anastasio de Figueiredo, que afirma, em 1800: “*Ganhada e recuperada Lisboa do poder dos Mouros, a 25 de Outubro da E. de 1185, A. De 1147; por tal ocasião deo o mesmo Sr. Rei D. Afonso Henriques à Ordem de Malta entre nós a Igreja de S. Braz de Lisboa...*” (cf. José Anastasio de FIGUEIREDO, *Nova História da Militar Ordem de Malta...*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800, p.126) e muito mais recentemente no *Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, José Eduardo FRANCO (dir.), Lisboa, Gradiva, 2010. p. 575, se afirma: “*Apesar de estarem ao lado de D. Afonso Henriques na tomada de Santarém e de Lisboa (1147), tendo sido agraciados com a Igreja de S. João de Alporão, antiga mesquita de Santarém e, com a Igreja de S. Braz, que será a cabeça da Comenda de Lisboa*”. Infelizmente não encontramos documentação que corroborasse esta proposta.

²³⁹ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, 221, *Doação do eclesiástico de Santarém à Ordem do Templo*, em Abril de 1147.

²⁴⁰ Damien CARRAZ, “Templars and Hospitallers in the Cities of the West and the Latin East (Twelfth to Thirteenth Centuries)”, *Crusades*, nº 12, Ashgate, 2013, p. 107-109.

portas e cercas urbanas, no caso de Tortosa e Avignon. Destas duas cidades, sobressai o caso de Tortosa, pois a sua conquista ocorre em 1148, sob a direcção do Conde de Barcelona, Ramon Berenguer IV com a participação dos genoveses, dos exércitos das ordens militares e de alguns cruzados que tinham estado presentes na tomada de Lisboa, ocorrida no ano anterior²⁴¹. Com os poucos dados disponíveis sobre a presença das ordens na Lisboa dos séculos XII e XIII não é possível confirmar com certeza que as ordens militares detinham uma função defensiva na cidade, mas é uma questão que merece consideração, dada a sua indubitável presença na paróquia de Santiago, sobretudo no templo dos hospitalários, junto à porta do Sol.

Um dos poucos documentos que indicam propriedade privada na freguesia de Santiago consiste numa doação régia, de 1289, em que D. Dinis doa um seu campo dos pardieiros ao seu escrivão Durão Pires²⁴². Neste mesmo documento encontramos nas confrontações uma interessante referência a um *Ansion* Judeu, ficando assim documentada a existência de propriedade judaica fora da judiaria em finais do século XIII.

2.4 EVOLUÇÃO URBANA NA PARÓQUIA DE S. BARTOLOMEU

No lado ocidental do patamar superior, perto da porta da Alfofa, no interior da área murada da cidade, o edifício mais relevante em época de domínio cristão era a igreja paroquial de S. Bartolomeu, fundada em data incerta, após 1147²⁴³. Esta igreja, de padroado régio em época de D. Dinis, manteve uma ligação estreita com a coroa até ao último quartel do século XIII quando o seu padroado sai da posse da coroa²⁴⁴. Dois autores de inícios do século XVIII, António Carvalho da Costa²⁴⁵ e Frei Agostinho de Santa Maria²⁴⁶, afirmam, sem revelar a sua base documental, que esta igreja foi capela

²⁴¹ Cf. Bernard REILLY, *Cristãos e Muçulmanos: a luta pela Península Ibérica*, Lisboa, Teorema, 1996, p. 257: “Aos seus exércitos vieram ainda juntar-se os dos templários e dos Hospitalários, os Condes William de Montpelier e Bertrán de Toulouse e uma série de outros guerreiros de menor estirpe, incluindo alguns veteranos que haviam participado no ataque e conquista da cidade em de Lisboa em 1147.”

²⁴² Cf. *Chancelaria D. Dinis*, liv. 1, fl. 268 v.

²⁴³ A primeira referência documental a esta igreja data de 1165, mas a sua existência é com certeza anterior, não havendo quaisquer informações sobre a data ou pormenores da sua fundação. (BNL, *Fundo Geral*, COD. 139, fl. 62v.).

²⁴⁴ Em 1286, D. Dinis doa a Domingos Eanes Jardo o padroado desta igreja em benefício do futuro hospital que o então bispo de Évora aí se propunha fazer. Cf. Mário FARELO, “O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média”, *Fragmenta Historica: Revista do centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2013, pp. 63-64. A doação régia encontra-se no seguinte documento: ANTT, *Gaveta* 19, m.14, nº5, fl.19; e é reproduzida em: *Chancelaria D. Dinis*, Livro 1, fl. 161.

²⁴⁵ Cf. *Corografia Portuguesa*, tomo III, p. 350.

²⁴⁶ Cf. *Santuário Mariano*, tomo VII, p. 135.

real dos “reis antigos”, no entanto a documentação apenas nos permite afirmar que em 1220²⁴⁷, na fase final do reinado de Afonso II, a igreja já existia, e, mais tarde, durante o reinado do lavrador, entre 1279²⁴⁸ e 1286²⁴⁹ o padroado desta pertenceu ao monarca e posteriormente foi alienado, tal como aconteceu com várias outras igrejas paroquiais da cidade, sem que estas tivessem sido alguma vez capelas reais²⁵⁰. É muito escassa a informação sobre composição urbanística da freguesia de S. Bartolomeu até ao reinado de D. Dinis, havendo apenas notícia, na inquirição ordenada por D. Afonso II, em 1220, de aí existirem umas casas pertencentes à ordem do Hospital e um pardieiro pertencente à irmandade de Oia²⁵¹. Em 14 de Janeiro de 1279, um mês antes de falecer, num dos seus últimos actos oficiais, Afonso III doou a Mestre Domingos das Antas, seu físico, casas nessa freguesia, localizadas a Ocidente da igreja paroquial, as quais haviam sido adquiridas pelo próprio rei a Domingos Pires, um seu clérigo²⁵². Será apenas no reinado do lavrador que notamos alterações significativas na face urbana desta parte da urbe intramuros, com o surgimento dos hospitais de S. Paulo e de S. Eutrópio.

2.4.1 O Hospital de Domingos Eanes Jardo

Com efeito, em Setembro de 1284, D. Domingos Eanes Jardo, recebe de D. Dinis a autorização para construir um hospital para pobres no local das próprias casas do então chanceler-mor e bispo de Évora, localizadas na paróquia de S. Bartolomeu²⁵³. Em Junho do ano seguinte, D. Dinis outorga as aquisições que Domingos Jardo havia realizado para sustento do hospital, as quais não se parecem relacionar directamente com os edifícios do futuro hospital, mas sim com propriedades rurais ou semi-

²⁴⁷ A igreja surge na lista das igrejas de Lisboa na inquirição de 1220 (Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), p. 5. IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades).

²⁴⁸ Em 17 de Março de 1279, documenta-se a apresentação de Pedro Eanes, clérigo do rei ao reitorado de S. Bartolomeu (cf. ANTT, *Gaveta XIX*, Maço 3, doc. 47).

²⁴⁹ Cf. *Chancelaria D. Dinis*, Livro 1, fl. 161.

²⁵⁰ Foram várias as igrejas paroquiais de padroado régio em Lisboa que foram progressivamente alienadas em benefício de privados: Santo André doada em 1296; Santo Estevão de Alfama em 1295; S. João da Praça em 1335; S. Julião em 1301; Santa Justa em 1305; S. Lourenço em 1338; S. Maria de Alcamim na primeira metade do séc. XIV; Santa Marinha do Outeiro em 1274; S. Nicolau em 1430; S. Salvador em 1391; S. Tomé em 1298. Cf. Mário FARELO, “O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média”, *Fragmenta Historica: Revista do centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2013, pp. 63-72.

²⁵¹ A expressão “fratres de Oia” corresponde aos cistercienses de Santa Maria de Oia, na Galiza, que tinham posses em Lisboa, Torres Vedras, Fandega da Fé e Autoguia da Baleia. Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades; María Damián YÁNEZ NEIRA, “El Monasterio de Oya y sus abades”, *El Museo de Pontevedra*, nº 28, 1974, p. 149: “Las posesiones de Oya se extendieron por toda la región del bajo Miño, pasaban a Portugal y legan a las mismas puertas de Lisboa”.

²⁵² *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 161.

²⁵³ *Chancelaria de D. Dinis*, livro 1, fl. 110.

rurais que sustentariam a estrutura hospitalar²⁵⁴. Aparentemente de origens humildes, Domingos Eanes Jardo, foi um homem de grande destaque durante os reinados de Afonso III e do seu filho, tendo sido clérigo, capelão e conselheiro do bolonhês e posteriormente, chanceler-mor, tutor e clérigo de D. Dinis. Durante o último quartel do século XIII, a sua carreira na diocese de Évora, onde foi cônego, clérigo, procurador, eleito e bispo, e também na de Lisboa, onde foi eleito e bispo, revela uma ascensão fulgurante²⁵⁵. Não deve portanto constituir surpresa que o bispo de Évora receba de D. Dinis, em Março de 1286, o padroado da igreja de S. Bartolomeu para financiar a instituição do referido hospital²⁵⁶. Em 1291, na carta de instituição, o então bispo de Lisboa prevê o sustento de dez presbíteros e seus criados, seis estudantes e um número não definido de pobres no hospital pela primeira vez denominado de São Paulo, Santo Elói e São Clemente²⁵⁷. Esta informação revela que este hospital possivelmente teria uma dimensão significativa tendo em conta as estruturas hospitalares da época que na sua maioria tinham espaço para poucas camas pois funcionavam normalmente na habitação do doador²⁵⁸. No entanto, considerando as poucas referências no documento de 1291²⁵⁹, e aquilo que é conhecido sobre as instituições hospitalares da época, devemos considerar este hospital, à época um dos mais importantes da urbe, não como uma estrutura arquitectónica diferenciada mas sim como um conjunto de habitações usadas para albergar os doentes, os presbíteros responsáveis pelo funcionamento do hospital e os estudantes²⁶⁰.

O documento sobre a instituição do hospital revela-nos também que o hospital foi erguido em casas privadas que pertenciam a Dom Domingos Eanes Jardo, o qual é muito claro na carta de

²⁵⁴ *Ibidem*, fl. 139 v: “...e comprasse alguns herdamentos e posições que deu ao dito hospital para mantimento dos pobres...”.

²⁵⁵ Cf. Armando NORTE, *Letrados e Cultura letrada (sécs. XII-XIII)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, pp. 92-93. Para as referências documentais às múltiplas actividades de Domingos Eanes Jardo ver o estudo prosopográfico anexo à dissertação acima referida pp. 52-54 (<http://hdl.handle.net/10451/8941>); ver também Herminia Vasconcelos VILAR, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 61-66.

²⁵⁶ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 1, fl. 161.

²⁵⁷ Cf. ANTT, *Dourados de Alcobaça*, livro 2, fls. 83 – 84 v., editado no *Chartularium Universitatis portugalensis: (1288-1537)*, vol. I, Lisboa, Instituto de alta cultura, 1966, pp. 16-20.

²⁵⁸ Cf. Sérgio Luís de CARVALHO, *Assistência e medicina no Portugal medieval*, Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 18-19.

²⁵⁹ As referências aos edifícios do hospital são pouco conclusivas, mas deixam perceber que não há uma construção arquitectónica diferenciada: “*in domibus nostris...*”; “*Et mandamus quod omnes in una domo dormiat et in alia comedant omnes*” ANTT, *Dourados de Alcobaça*, livro 2, fls. 83 – 84 v.

²⁶⁰ Cf. Fernando CORREIA, “Os velhos hospitais da Lisboa Antiga”, *Revista Municipal*, nº 10, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941, p. 6: “A arquitectura hospitalar medieval pouco tinha em geral de característico. As casas onde se instalavam geralmente os pequenos hospitais haviam sido com frequência as habitadas anteriormente pelos seus fundadores.” e p. 8: “os hospitais mais importantes que houve na Lisboa antiga foram os de D. Payo Delgado, o de Bartolomeu Joanes e o dos Loios”. Sobre o tema da assistência hospitalar em época medieval na península Ibérica ver: *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Lisboa, 25-30 de Dezembro de 1972, Lisboa, FLUL - Instituto de Alta Cultura, 1973, 2 vol.

instituição do hospital ao afirmar: “*construximus in bonis nostris que nos habuimus non de elborensi nec de ulixbonensi Ecclesijs*”²⁶¹. Trata-se portanto de um ato privado por parte de Domingos Jardo, e não uma decisão enquanto bispo de Évora e de Lisboa. Importa também salientar a funcionalidade escolar deste hospital e a sua ligação com a criação do estudo geral de Lisboa, fundado pouco tempo antes, revelando da parte de Domingos Jardo a vontade em suportar as necessidades básicas de alguns estudantes que de outro modo não o poderiam fazer. Muito provavelmente, tal como afirma Mário Farelo, “estamos perante uma instituição essencialmente destinada a prover as necessidades básicas dos referidos estudantes”²⁶² e menos ligada aos cuidados de saúde, sobre os quais a instituição de 1291 oferece informação muito mais discreta, referindo de forma breve e vaga os pobres enfermos²⁶³.

2.4.2 O Hospital de S. Eutrópio

Na primeira década do século seguinte, em Agosto de 1308, parece ter ocorrido um fenómeno de atracção urbanística, pois surge, exactamente na mesma zona, referência documental a um outro hospital, associado a uma capela de Santo Eutrópio da Igreja de S. Bartolomeu, instituído por D. João Soares Alão, bispo do Algarve, numas casas que este possuía junto ao adro da igreja²⁶⁴. Muito provavelmente as casas do bispo do Algarve já estavam na posse da sua família desde a geração dos seus progenitores, pois na já referida doação de Janeiro de 1279, em que D. Afonso III concede casas ao seu físico, surgem nas confrontações a Sul um Sueiro Alão e sua esposa²⁶⁵.

Além da igreja de S. Bartolomeu, a tradição afirma, embora sem base documental, que D. Dinis terá nascido nuns paços reais construídos por Afonso III, localizados junto à igreja de S. Bartolomeu. Júlio de Castilho argumentou eficazmente, a nosso ver, contra esta ideia, uma vez que não foi verificada qualquer informação na documentação do bolonhês sobre quaisquer paços reais neste local²⁶⁶. Não restam dúvidas que Afonso III possuía casas nesta freguesia, tal como possuía em muitas outras freguesias da cidade, mas a afirmação de que estas casas eram paços reais carece de fundamento documental.

²⁶¹ ANTT, *Dourados de Alcobaça*, livro 2, fl. 83.

²⁶² Mário FARELO, “Lisboa numa rede Latina? Os escolares em movimento”, in *A Universidade Medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 258.

²⁶³ Cf. ANTT, *Dourados de Alcobaça*, livro 2, fl. 83: “*Exceptis infirmis qui in Camera nostra separentur ut dictum est*”.

²⁶⁴ Cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. XI, 2ª ed., Lisboa, S. Industriais da CML, 1938, p. 61; *Monarchia Lusitana*, Tomo VI, pp. 127 e segs.

²⁶⁵ Referimo-nos à doação, em 14 de Janeiro de 1279, de Afonso III a Mestre Domingos das Antas, seu físico, de casas nessa freguesia (cf. *Chancelaria de Afonso III*, livro I, fl. 161).

²⁶⁶ Cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. XI, pp. 84-91.

2.4.3 O Chão da Feira

Na antiga paróquia de S. Bartolomeu, mais precisamente, no local do actual chão da feira, decorreu, entre o reinado de Afonso III e o de D. Dinis, um mercado semanal²⁶⁷. Este mercado apesar de se situar na zona incluída no espaço da medina, serviria muito provavelmente a população da alcáçova, dada a sua localização junto à porta da zona murada do topo da colina do Castelo. Um notável documento registado no *Livro dos Pregos* revela-nos um interessante processo de ingerência da autoridade régia na gestão do mercado semanal da cidade²⁶⁸. Nesse documento, é possível observar como Afonso III permite que o concelho da cidade recupere o controlo sobre o local onde se realizava esse mercado semanal, e também sobre as rendas que daí decorriam. A única exigência feita pelo monarca é que o mercado deixe de decorrer nas suas casas, que se localizavam algures junto da alcáçova, e passe a decorrer onde aprouver ao concelho. Algumas décadas mais tarde surgem outros documentos produzidos na chancelaria do monarca seguinte que nos informam sobre o “chão da feira”, localizando-o precisamente no local onde ainda hoje se encontra esse topónimo, no terreiro junto à porta da alcáçova²⁶⁹. É possível que as casas a que Afonso III se refere se localizassem já fora da alcáçova, num local provavelmente perto do Chão da feira, pois sabemos que a coroa tinha aí várias propriedades urbanas, tal como é referido em documentos do reinado seguinte. Em 1319, D. Dinis doa a João Pires, seu cozinheiro, um campo no Chão da Feira para este aí construir uma casa²⁷⁰. Em 1321, D. Dinis doa ao mesmo João Pires, seu cozinheiro, umas suas “casas pequenas que são juntas com outras minhas onde foram os meus fornos que eu tenho em Lisboa no lugar que chamam Chão da feira

²⁶⁷ É possível que a existência deste mercado recue ao reinado de Sancho I, pois na regulamentação do mercado do chão da feira, feita por Afonso III, o monarca assume a existência de um mercado semanal em Lisboa desde o reinado do seu avô. No entanto o documento não esclarece onde se realizava esse mercado semanal. AML, *Livro dos Pregos*, doc. 53, fl. 58. 58v., 7 de Maio de 1273:” *et mando quod faciatis fier ipsam feiram que vocatur mercatum de cetero ubi videritis quod est vestra utilitas ... in qualibus ebdomada pro unam diem sicut consuevit in tempore patris et avi mei.*”

²⁶⁸ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 53, fl. 58. 58v., 7 de Maio de 1273: “[A]lffonssus Dey graciam rex Portugalie et Algarvii vobis pretorii et alvazilibus et comcilio Ulixbonensis salutem. Sciatis quod dictum fuit mihi quod vos agravabatis ... quod ego fetarem fieri feira per unam diem im qualibus ebdomada in nostris casis de apud alcacevam ipsius ville et pro renda quam ibi ponere mandavam et ego intendebam quod faciebam ibi meam utilitatem et vestram ... pro vos inde agravatis et nom intenditis pro vestram utilitate mando quod ipsa feira nom fiat de cetero in ipsis meis casis nec aliquis teneatur nec constrengatur ire ibi per forciam nec dare ibi rendam de cetero et mando quod faciatis fier ipsam feiram que vocatur mercatum de cetero ubi videritis quod est vestra utilitas ... in qualibus ebdomada pro unam diem sicut consuevit in tempore patris et avi mei. Dante Sanctarem VII^a die Madii rege mandante per domnum Gunsalvum Garsie alferas et per domnum Martinum Alfonsi et per domnum Johanem de Aboyno suum maiordomum et per domnum Nunum Martini meirinum maiorem et per Rodricum Garsie de Pavya et per Johanem Suerii Conelium [fl. 58v] et per Alfonsum Petri Fariam et per Martinum Johanis de Vinali et per camcelarium et per Fernandum Fernandi Cogomyno et per Petrum Martini Petarinum et per tesaurarium Bracarensis et per Petrum Alfonssi de Çamora et per magistrum Petrum phisicum et per Dominicum Johanis suum clericum. Jacobus Johanis notavit. E^a M^a CCC^a XI^a.”

²⁶⁹ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro IV, fl. 86 e livro III, fl. 140v. Sobre este assunto ver: Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. X, 2^a ed., Lisboa, S. Industriais da CML, 1937, pp. 7-11; Augusto Vieira da SILVA, “A feira da ladra” in *Dispersos*, vol. II, 2^a ed., Lisboa, CML, 1985, pp. 293-306.

²⁷⁰ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro IV, fl. 86.

nas quais casas que eu a ele dou onde costumavam deitar o meu pão quando o tiravam desses fornos e dai o deitavam em outras dessas casas para o dar em rações...²⁷¹. Nota-se portanto o interesse régio em alienar as suas propriedades que rodeavam o Chão da feira, propriedades onde possivelmente decorreu o mercado até Afonso III devolver a posse da sua gestão ao concelho, em 1273. É também relevante a alienação de propriedades pela coroa, com a privatização de um campo, provavelmente adjacente ao local onde se realizava o mercado semanal, para o cozinheiro do rei aí construir casas. Sobressai portanto, neste pequeno mas relevante local, a influência de dois dos principais actores que exercem a sua influência sobre o desenho da forma urbana da cidade: o concelho e o monarca.

²⁷¹ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro III, fl. 140v.

CAPÍTULO 3: O PATAMAR INTERMÉDIO

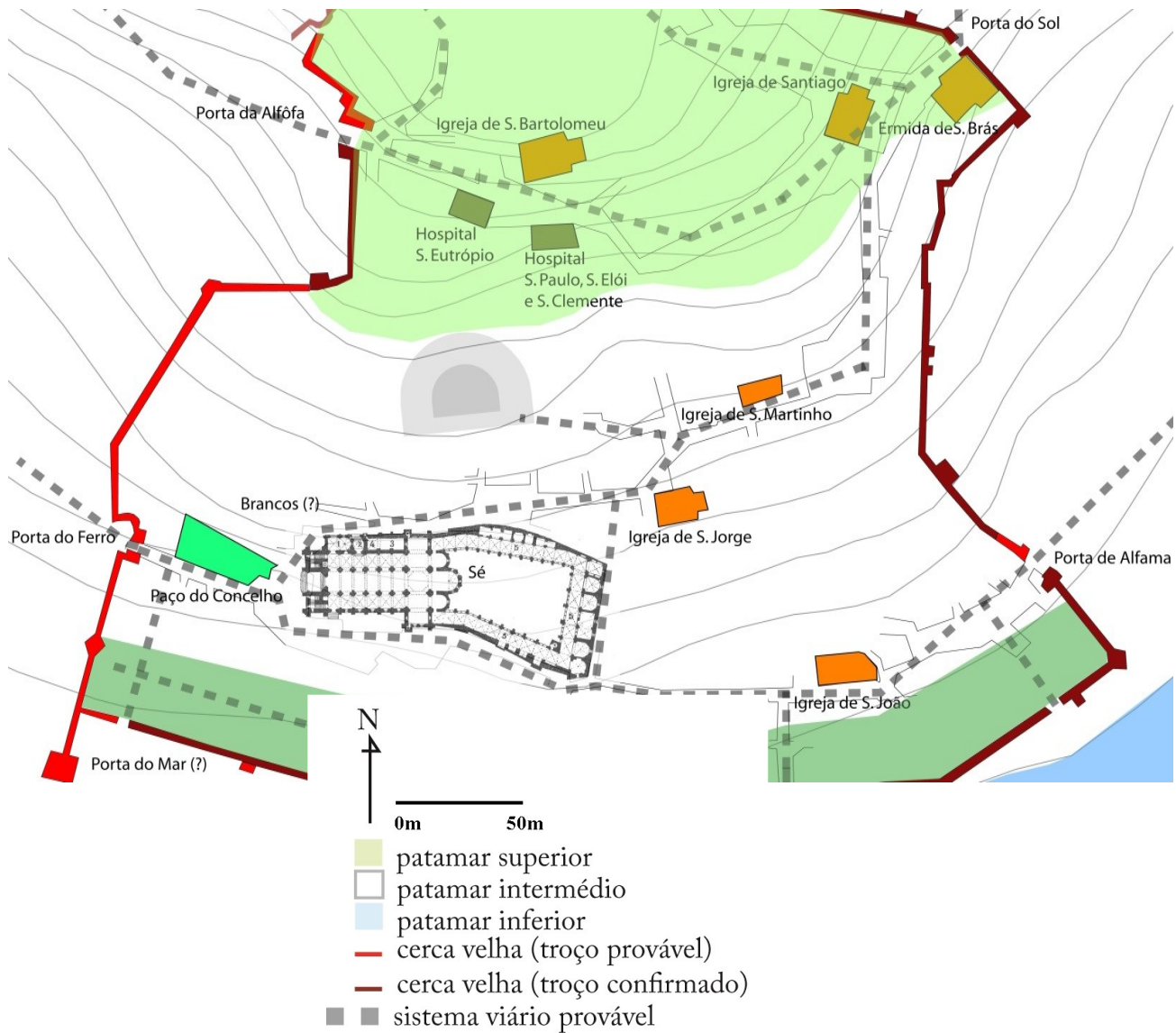


Figura 16. O Patamar Intermédio

3.1 A CERCA URBANA E AS SUAS PORTAS

Relativamente ao patamar intermédio, os seus acessos eram realizados pelas principais portas da cidade, o *Bab al-Kabir*, a porta grande, também referida pelos geógrafos árabes como porta ocidental (*Bab al-gharb*) e denominada em época cristã como porta do ferro, e no lado oriental, o *Bab al-Hamam*, a porta dos banhos, cujo topónimo se mantém atualmente no bairro aí localizado²⁷².

²⁷² Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 70-71.

3.1.2 A porta de Alfama

Na atual rua de S. João da Praça, escavações arqueológicas realizadas em 2001 e 2010 revelaram um troço da muralha tardia (séc. III – IV) e também uma torre de planta semicircular²⁷³. Além disso, no interior do Pátio da Senhora de Murça, a Norte da rua de S. João da Praça verificou-se que a muralha de época medieval perpetuou o traçado da referida muralha tardo-romana²⁷⁴. A sul deste troço encontrava-se a Porta de Alfama, a qual constituía um dos principais acessos à medina pelo lado nascente da cidade. Uma torre retangular que deverá ter feito parte do sistema defensivo da Porta de Alfama sobrevive ainda parcialmente dentro do edifício com os números 17 e 17ª da rua de S. João da Praça²⁷⁵. Deste ponto, parte um lanço de muralha que termina atualmente numa torre ainda bem visível situada no largo de S. Rafael. A referência documental mais antiga sobre esta torre data de 1263, sendo nesse documento apelidada torre de S. Pedro devido à proximidade da igreja com o mesmo nome. Posteriormente foi também conhecida como torre de Alfama, como indica Fernão Lopes²⁷⁶. O momento exato da edificação do lanço de muralha que ligava a torre de S. Pedro e a porta de Alfama não é ainda conhecido apesar de terem já ocorrido escavações na rua da Judiaria, na face ribeirinha desta muralha. É possível, segundo a arqueóloga responsável, que tenha havido uma reconstrução deste troço associada à construção da cerca fernandina entre 1373-1375²⁷⁷.

Durante toda a época medieval a porta de Alfama foi um dos pontos-chave do sistema viário da cidade. Relativamente à época islâmica apenas possuímos as breves descrições dos geógrafos árabes²⁷⁸, e, como vimos, a certeza arqueológica de que a porta medieval se encontrava quase no mesmo local que a porta de época tardo-romana. Uma informação sobre uma porta islâmica de Sevilha, no século XII, pode dar-nos um contributo importante para o entendimento da Lisboa da primeira metade do século XIV. Ibn Abdun, no seu tratado da *Hisba* sobre Sevilha, escreve um capítulo proeminente sobre as portas da cidade, que nos pode permitir compreender o funcionamento desta estrutura e o seu impacto na vida quotidiana da cidade:

²⁷³ Cf. VV. AA., "Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, n.º 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 313-334; Manuela LEITÃO, "Muralhas de Lisboa", *Revista Rossio*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 70.

²⁷⁴ Manuela LEITÃO, "Muralhas de Lisboa", p. 70.

²⁷⁵ Cf. Vieira da Silva, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 159.

²⁷⁶ Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, Livro 1, fl. 67; Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975, Cap. LXXXVIII.

²⁷⁷ Informação de Manuela Leitão, arqueóloga do CAL, responsável pelo Projecto Integrado de Estudo e Valorização da "Cerca Velha" de Lisboa, aquando de uma visita guiada em 26 de Setembro de 2014.

²⁷⁸ "E também uma porta oriental, conhecida por Porta das Termas. As termas estão próximas dela, (assim como) do mar, e [correm nelas] duas águas: água quente e água fria; quando a maré enche, encobre-as." Cf. texto de Al-Bakri (1014-1094) traduzido em: Adel SIDARUS, António REI, "Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes", *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 47.

“Deberán abrirse por la mañana temprano; pero el portero detendrá a todo el que salga a esas horas, no sea que saque el producto de un robo o el fruto de un trabajo ilícito, hasta que se haga día claro y pueda reconocer a los que salen. La hora de cierre deberá retrasarse, por si viniese algún viajero que quisiese entrar y pasar la noche en la ciudad.

Debe fijarse al portero la cantidad que, en concepto de portazgo, puede cobrar a los que entren, según la costumbre establecida, porque los porteros son avariciosos, se extralimitan y abusan y, si se les descuida, violarán la costumbre, y el portazgo será igual o más gravoso que la alcabala, sin contar con que inventan nuevas especies de fraude y buscan mil tretas para expoliar a las gentes. Lo mejor sería, pues, acabar con esto y fijar al portero un salario del que pueda vivir, a cargo del inspector de los bienes de manos muertas y de las herencias.

(...)

Debe el cadí colocar fuera de [cada una de] las puertas a un hombre honrado, de buenas costumbres y alfaquí, para que ponga allí paz entre las gentes cuando haya disputas o discusiones, y el cadí obligará a las gentes a conformarse con lo que diga y opine este mediador. También colocará en el mismo sitio a otro hombre que se informe de la procedencia de las pieles y carnes de ganado vacuno que se venden allí y suelen ser robadas, y averigüe quiénes son sus dueños. (...)²⁷⁹

Cerca de duzentos anos após Ibn Abdun ter escrito este tratado sobre a forma de bem governar uma cidade, mais especificamente, sobre a Sevilha almorávida, Afonso IV, em Outubro de 1330 repreende os abusos dos mordomos de Lisboa referindo especificamente o que vigiava a porta de Alfama:

*“o moordomo dessa villa arrenda o moordomado tanbem na villa come no termo e parte-o per tal guisa que faz na villa dous **moordomos huum na Alfama e outro da porta d’Alfama contra a villa e que o moordomo d’Alfama tem loja e cadeea e scripvam e homeens per si e o outro moordomo da villa tem outrosi loja e cadeea e scripvam e outros homeens e que outros moordomos faz no termo que tem la cadeea e loja per si e dizem que segundo seu foro e seu costume nom deve hi haver mais que***

²⁷⁹ IBN ‘ABDUN, *Sevilla a comienzos del siglo XII el tratado de Ibn ‘Abdun*, trad. E. LEVI-PROVENÇAL y Emilio GARCIA GOMEZ, Madrid, Moneda y Crédito, 1948, pp. 109-111.

huum moordomo e huum scripvam dado per mym e que desto se segue a elles gram perda e gram dapno e que he contra seu foral. Outrosi me enviarom dizer que estes moordomos tanbem da villa come dos montes prendem os homeens e as molheres maliciosamente e espeitam-nos e levam deles algo e nom nos querem trager perante os alvaziis per ho lhes esses presos pedem que os levem perante elles por tall que primeiro ajam de fazer com elles aveença e que outrossi esses moordomos fazem pedidos tanbem na villa come nos montes aos lavradores e a outras pessoas tanbem de pam come de vinho come d'outras cousas e se lhas nom querem dar que os achacam e os prendem e levam-nos a essas lojas e metem-nos nas cadeeas que hi teem per tal guisa que os spectam e levam delles algo como nom devem e que esto he contra direto e contra seu foro e seu costume e que se straga per hi a terra.”²⁸⁰

Ambos os documentos mencionam um indivíduo que controla o acesso à cidade pela porta e os problemas que daí advêm para a população em geral, causados tanto pela corrupção como pelo abuso de poder por parte desse mesmo indivíduo. Parece-nos possível que o mordomo da porta de Alfama referido por Afonso IV seja herdeiro de uma tradição provavelmente tão antiga como a própria muralha e com certeza ativa em época islâmica. Significa isto que não só o traçado da própria muralha se perpetuou da época islâmica para a cristã, mas também a gestão do sistema de acesso da muralha se manteve, como aliás se parecem igualmente ter mantido os problemas causados por esse mesmo sistema de controlo. Deste modo, a muralha da medina de Lisboa marcou durante longos séculos e de modo muito coerente não só a face urbana da cidade mas a própria forma de compreender a cidade e os seus limites por parte dos seus habitantes. Neste documento da chancelaria de Afonso IV sobressai ainda que o mordomo da porta de Alfama possuía “*loja e cadeea*”, ou seja, tinha sob sua responsabilidade um local de trabalho e uma prisão. Relativamente a esta última é muito possível que se localizasse na já referida torre de S. Pedro, pois documentação posterior, do séc. XV, revela que essa torre teve uma função prisional²⁸¹. Tendo em conta que a torre já existia em meados do século XIII, como já observámos, será plausível que nas primeiras décadas do séc. XIV já funcionasse como prisão, tal como se confirma na documentação do séc. XV.

²⁸⁰ AML, *Livro dos Pregos*, fl. 35 v., doc. 37, de 26 de Outubro de 1330.

²⁸¹ Há referências que indicam que em 1485, alguns condenados por conspiração contra D. João II tenham sido aprisionados na torre de S. Pedro. Cf. João Carlos Feo CARDOSO, *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses do século XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883.

3.1.2 A porta Ocidental

No que respeita à porta ocidental, as descrições dos geógrafos árabes são um pouco mais precisas, revelando al-Himiari o seguinte:

*“A sua porta ocidental está sobrepujada por arcadas duplas sobre colunas de mármore, fixas em pedras (também) de mármore. É a maior das suas portas.”*²⁸²

Esta descrição levou a que se interpretasse a porta como um possível arco do triunfo de época romana que teria sobrevivido até época medieval islâmica²⁸³. Esta proposta baseada na provável existência abundante de mármore na composição da porta, tem um problema estrutural. Para ser uma porta da muralha de época imperial romana seria necessário que a muralha dessa época tivesse um traçado que permitisse incluir esta porta. Pelo contrário, até ao momento não se encontrou qualquer troço de muralha de época imperial romana no lado ocidental da cerca velha, exatamente o oposto do que foi já verificado quer no lanço oriental quer no lanço ribeirinho. Pelo contrário, escavações arqueológicas verificaram que muito provavelmente a porta da Alfôfa deverá ter uma cronologia original de época islâmica²⁸⁴. Deste modo, pensamos que não é sustentável sugerir uma origem de época imperial romana para a porta ocidental apenas com base na descrição dos geógrafos árabes. Na verdade, quando ocorreu a demolição desta porta, em 1782, para dar seguimento às obras de remodelação urbanística da cidade, já vários anos passados do terramoto de 1755, encontraram-se vários vestígios epigráficos de época romana, tal como já havia sido verificado na Porta do Sol e na Porta da Alfôfa como vimos anteriormente²⁸⁵. Esta aglomeração de vestígios epigráficos pode dever-se a diferentes causas: ou a uma construção de época tardo-romana, ou talvez a reconstruções posteriores já de época medieval islâmica ou até cristã, sendo que em qualquer destes casos terá ocorrido o reaproveitamento das referidas epígrafes de época romana como materiais de construção. Enquanto a arqueologia não definir claramente a cronologia original da construção desta porta devemos manter

²⁸² Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 58.

²⁸³ Irisalva MOITA, Ana LEITE, “Recuperar *Olisipo* a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações”, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), *Trabalhos de Arqueologia* 3, IPPC, Lisboa, 1986, p. 55-67.

²⁸⁴ Cf. Cláudia MANSO, Marina CARVALHINHOS, *Lisboa – Escadinhas de São Crispim*, nº 26. *Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Processo S – 34849, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP, 2009.

²⁸⁵ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 90.

estas hipóteses em aberto²⁸⁶. São vários os motivos que nos levam a afirmar que a porta ocidental constituía um dos principais acessos à medina. Em primeiro lugar, era a porta que estava mais perto do centro religioso da cidade, pois a mesquita encontrava-se a pouca distância, no local da atual Sé de Lisboa²⁸⁷. Em segundo lugar, a via que partia da porta do ferro para o exterior da cidade era, desde época romana, uma das principais vias de comunicação da cidade com o seu termo, muito citada na documentação medieval como “corredoura”, que realizava a ligação com as estradas que partiam para Sintra, Mafra, Cascais, Loures²⁸⁸. Em época cristã, mesmo após a grande expansão urbana do arrabalde ocidental, esta porta, então conhecida como Porta do Ferro, mantém uma presença constante na documentação medieval e congrega em seu redor estruturas urbanísticas importantes, como um relevante conjunto de tendas na sua maioria pertencentes ao rei, nos chamados Brancos da Sé e a sede do almoxarifado em Lisboa²⁸⁹. A localização do almoxarifado junto da porta do Ferro insere-se na mesma lógica urbanística que observámos no texto de Ibn Abdun, em que o porteiro é também responsável pela coleta do imposto de portagem. Ou seja, o almoxarifado, onde se guardavam, primeiramente, os resultados da cobrança de impostos, situava-se, como seria de esperar, junto a um dos principais pontos de controlo de entrada e saída na cidade intramuros, neste caso a porta do Ferro, o antigo *Bab al-Kabir*, ou seja, a porta Maior, em época islâmica.

²⁸⁶ Escavações realizadas em 2010 registaram vestígios do embasamento da muralha, mas não foi clarificada a cronologia original da porta. (Cf. Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 74).

²⁸⁷ Sobre esta questão ver: Parte I, subcapítulo 3.2 - Da Mesquita-maior à Sé.

²⁸⁸ Cf. Rodrigo Banha da SILVA, “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira”, *Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Scallabis – A rede viária romana no Vale do Tejo*, Museu do Neorealismo, Vila Franca de Xira, 2009, pp. 98 – 116; José Cardim RIBEIRO, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, Especial Arqueologia na Região de Lisboa, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.; Vasco Gil MANTAS, “Olisipo e o Tejo”, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41.

²⁸⁹ Nomeadamente, uma carta de aforamento datada de Julho de 1301, de uma casa à porta do Ferro, feita por D. Dinis a João Martins Boto: “Ao poente, casa de Dona Maria de Paio Surdo, a ocidente, uma tenda do Rei, a aguião, via pública, a avrego, casas do Rei, do almoxarifado” ANTT, *Núcleo Antigo*, cod. 314, fl. 106-106v. Editado em: *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Cabido da Sé, Sumários de Lousada, Apontamentos dos Brandões, Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 359-360; e uma carta de doação de uma casa à porta do Ferro, por D. Dinis a Aldonça Peres: “A oriente, casas del rey, a ocidente, o muro, a aguião, via pública, a avrego, casas do almoxarifado”.

3.2 DA MESQUITA-MAIOR À SÉ

Tal como já foi referido, a Sé catedral de Lisboa implantou-se sobre o local onde se erguia a mesquita aljama da cidade²⁹⁰. Em alguns estudos publicados nas últimas décadas tem-se questionado e até mesmo rejeitado aquilo que é descrito no *De expugnatione Lyxbonensi*²⁹¹. Segundo os autores desses estudos, a rejeição do que é testemunhado por uma fonte normalmente considerada credível baseia a sua argumentação na ausência de dados arqueológicos que comprovem a existência de um templo muçulmano anterior ao da Sé²⁹². Contudo esta argumentação parece ignorar uma prática incontornável, já aqui referida, que decorreu na península Ibérica durante os longos séculos da reconquista cristã – a transformação de mesquitas em igrejas²⁹³. Tendo em vista que a conversão de templos era a regra e considerando que, além disso, existe registo documental dessa mesma reconversão, não nos parece que seja lógico querer ver em Lisboa um caso excepcional apenas porque não existem resultados de escavações arqueológicas no local da Sé. Na verdade, nunca houve escavações no local da igreja catedral, apenas no seu claustro e, exactamente por esse motivo, não seria expectável que aí surgissem evidências da mesquita maior. Seria sim provável que surgissem

²⁹⁰ Tal como é descrito no *De Expugnatione Lyxbonensi*: “Die uero qua omnium memoria sanctorum celebrantur, ad laudem et honorem nominis Christi et sanctissime eius genitricis purificatum est templum ab archiepiscopo et coepiscopis quattuor et reparatur inibi sede episcopatus, cum hiis castris et uicis subscriptis...”; “No dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da Sua Santíssima Mãe, foi feita a purificação do templo pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado, com os seguintes castelos e terras...” (cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 142-143). Abreviando, o texto é muito claro “purificatum est templum (...) et reparatur inibi sede episcopatus”, ou seja, “o templo foi purificado (...) e nele foi reparada a sede do episcopado”. Parece-nos não haver dúvidas que este *templum* se trate da mesquita maior referida pelo cruzado em outros passos do seu relato: “Nam in eorum templo quod VII columpnarum ordinibus cum tot cumulis in altum consurgit...”; “...no seu templo, que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas...” *Ibidem*, pp. 140-141. Note-se também que as sete ordens de colunas possivelmente configuravam oito naves, tendo em conta que cada ordem de colunas, referida pelo cruzado, poderá corresponder a uma fileira de colunas.

²⁹¹ Elísio Summavielle após referir o *De Expugnatione Lyxbonensi*, afirma: “No entanto, nada de palpável aparece a comprovar tal tese, a não ser, por outro lado, o aparecimento de elementos do período paleo-cristão, de tipo visigótico, como por exemplo uma lápide engastada no flanco exterior Norte da Sé, esculpida com animais, concheados e tímpanos entre colunas espiraladas, o que poderá apenas levantar a hipótese da existência de um templo pré-românico, anterior à dominação árabe. Do ponto de vista arqueológico nada há que prove a afirmação de Osberno, assim como as lápides e os fragmentos de pedra paleo-cristãos poderão apenas constituir elementos de proveniência incerta, que foram utilizados na construção do período afonsino.” (cf. Elísio SUMMAVIELLE, et alii, *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*, Lisboa, Teorema, 1986, p. 6); João Fagundes após referir a conversão da mesquita para igreja cristã narrada no *De expugnatione Lyxbonensi*, afirma: “Desde basílica paleocristã até mesquita muçulmana, vários foram os eruditos que afirmaram que D. Afonso I teria edificado a sua Sé sobre os restos de um anterior edifício, adaptado ou arrasado. Tais sugestões estão hoje praticamente abandonadas, devido à sua fraca consistência e à inexistência de qualquer vestígio arqueológico que as modernas campanhas de restauro (desde o início do século XX até aos anos 40) teriam certamente revelado.” (cf. João FAGUNDES, “A Sé” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 116).

²⁹² Outros historiadores, porém, em estudos mais recentes, não levantaram problemas à credibilidade do *De Expugnatione Lyxbonensis*, como por exemplo Carlos Ferreira de Almeida que afirma: “A tradição refere, credivelmente, que a mesquita maior da cidade foi o edifício escolhido para ser a nova catedral, solução certamente considerada como provisória.” (cf. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal: O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 134.).

²⁹³ Sobre este tema ver: Prólogo, capítulo 3 - A implantação da rede paroquial.

evidências de estruturas anexas à mesquita, o que de facto veio a ocorrer²⁹⁴. Enquanto não se realizarem mais escavações arqueológicas no local da catedral lisboeta, não nos parece razoável rejeitar o que a documentação e as analogias com outras urbes em condições análogas nos sugerem: que a mesquita maior foi convertida na Sé da cidade.

Relativamente à questão da existência de um templo cristão anterior à mesquita, a situação do investigador é muito mais periclitante, pois, nesse caso não há qualquer fonte documental que possa sustentar as poucas evidências arqueológicas que se resumem a alguns elementos arquitectónicos que têm levantado dúvidas quanto à sua cronologia²⁹⁵. Uma das hipóteses que foi colocada refere a possibilidade de a mesquita maior de Lisboa ter sido erguida apenas no século XI, sendo que até essa altura o centro da urbe seria dominado por uma igreja moçárabe²⁹⁶. Esta hipótese tem a seu favor o facto de conjugar cronologicamente obras no local da Sé com a grande remodelação urbanística que ocorreu na alcáçova exactamente nesse período, em meados do século XI. No entanto, parece-nos difícil aceitar que o centro da vida social, religiosa e económica tenha ficado na esfera de influência da cristandade moçárabe até a um período tão tardio. Mas as possibilidades não se esgotam aqui, pode eventualmente ter ocorrido o que se passou na Basílica de São Vicente em Córdoba, que foi partilhada entre cristãos e muçulmanos até à construção da mesquita de Abd al-Rahman I, em 786²⁹⁷. Esta partilha de um mesmo templo para as duas religiões também aconteceu em Cáceres²⁹⁸. Além disso, pode ainda ter existido uma basílica que foi convertida, numa altura indeterminada, em mesquita sem ter havido grandes alterações à estrutura arquitectónica, mantendo-se assim a estrutura base da basílica cristã até 1147, tal como foi sugerido por Augusto Vieira da Silva, baseando-se numa leitura particular da

²⁹⁴ As escavações que decorrem actualmente no claustro da Sé de Lisboa, iniciadas na década de 90 do século passado, por Luís de Matos e Clementino Amaro, e mais recentemente sob a coordenação de Alexandra Gaspar, revelaram um edifício público que ocupava toda a largura do claustro na sua parte Sul e que poderia corresponder a uma área funcional da mesquita (cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, *Colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, Novembro de 2013, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

²⁹⁵ Referimo-nos aos dois elementos arquitectónicos existentes na Sé de Lisboa: o mais conhecido é a chamada *Placa do Paraíso*, que até finais do século XX se encontrava encrustado na fachada ocidental da torre Norte da Sé, inicialmente datado de época visigótica (Cf. Vergílio CORREIA, “Arte visigótica”, *História de Portugal*, Damião PERES (dir.), vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, p. 387; Theodor HAUSCHILD, “Arte visigótica”, *História de Arte em Portugal*, vol. I, (dir.) Jorge ALARCÃO, Lisboa, Alfa, 1986, p. 169) e mais recentemente datado no século X (Manuel Luís REAL, “Placa ornamental”, *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 80, peça nº 16); o outro elemento arquitectónico menos referido pela bibliografia, mas, quanto a nós igualmente relevante, que se encontra a apoiar um dos contrafortes na fachada Sul da torre Sul. Cf. ainda: Paulo Almeida FERNANDES, “O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista”, *Artis*, nº1, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 66-69.

²⁹⁶ Cf. Paulo Almeida FERNANDES, “O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista”, *Artis*, nº1, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, p. 70-72.

²⁹⁷ Sobre esta questão ver: Manuel NIETO CUMPLIDO, *La Catedral de Córdoba*, Córdoba, Publicaciones Obra Social y Cultural CajaSur, 1998.

²⁹⁸ Cf. Paulo Almeida FERNANDES, “O sítio da Sé...”, p. 71; Isidro BANGO TORVISO, “El arte mozárabe”, *Historia*, nº 16, Madrid, 1991, p. 18.

passagem do *De Expugnatione Lyxbonensis* onde normalmente se referem as cinco naves do templo islâmico²⁹⁹.

O maior obstáculo a qualquer uma destas hipóteses deve-se ao facto de não haver fontes documentais nem arqueológicas que as confirmem com solidez. A única evidência sobre uma eventual basílica cristã no local da Sé de Lisboa resume-se aos elementos arquitectónicos, que sobreviveram encrustados na própria Sé românica, como se disse, mas que, com a falta de contexto não conseguem ser representativos. Não se pretende neste trabalho descortinar se a eventual basílica cristã terá existido ou não no local da Sé, no entanto parece-nos relevante que os elementos arquitectónicos que são normalmente referidos para justificar a existência dessa hipotética basílica encontrem paralelos estéticos sobretudo em templos islâmicos, inseridos numa cronologia em que o domínio político em Lisboa era claramente islâmico - o século X³⁰⁰. Perante esses múltiplos paralelos entre as peças arquitectónicas lisboetas e obras islâmicas, em vez de uma muito tardia partilha de templo pouco plausível, ou de uma ainda menos comum permanência de uma catedral moçárabe no centro social, religioso e económico de uma urbe sob domínio almorávida, não seria mais simples supor a construção de uma mesquita que integrasse alguns elementos arquitectónicos cuja estética tivesse origem em

²⁹⁹ “*Nam in eorum templo quod VII columpnarum ordinibus cum tot cumulis in altum consurgit...*” cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 140). Augusto Vieira da Silva interpreta a passagem como se descrevesse duas filas de colunas com sete colunas cada, mas neste ponto o olisipógrafo não está correto, pois o texto é inequívoco, trata-se de sete filas de colunas (*VII columpnarum ordinibus*), pois essa é a única tradução possível (Augusto Vieira da SILVA, “A cristianização de Lisboa” in *Dispersos*, vol. III, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1960, p. 251). Augusto Vieira da Silva parece ter seguido a argumentação de Júlio de Castilho que é cabalmente demolida pelo Arquitecto António do Couto nas notas da mesma obra (cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. V, 2ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, pp. 184 – 189).

³⁰⁰ Sobre as referidas peças arquitectónicas, Manuel Luís Real observou paralelos entre a Placa do Paraíso e o painel da mesquita de Aqsa, Jerusalém e também nos marfins cordoveses (cf. Manuel Luís REAL, «Baixo relevo ornamental», *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, 1994, p. 233, peça nº 286) e também com uma placa de mármore oriunda de Córdoba (cf. Manuel Luís Real, «Placa ornamental», *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 80). Por seu lado, Carlos Alberto Ferreira encontra paralelos estéticos na mesquita de Kairouan, na Tunísia (cf. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal: Arte da alta idade média*, vol. II, Lisboa, Alfa, 1986, pp. 58-59 e 69). Mais recentemente Paulo Almeida Fernandes reforçou a ligação entre a Placa do Paraíso e as peças de márfil cordovesas, como o Cofre da Sé de Braga (cf. Paulo Almeida FERNANDES, “O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista”, *Artis*, nº1, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 76-77). Sobre estas peças arquitectónicas ver também: Paulo Almeida FERNANDES, “Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da Alta Idade Média na cidade de Lisboa”, in José ARNAUD, Carla Varela FERNANDES (eds.), *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos portugueses, 2005, pp. 264-283.

Sobre o domínio político islâmico na Lisboa do século X, recordemos a recente leitura de uma lápide encontrada por Augusto Vieira da Silva nas paredes exteriores da alcáçova de Lisboa, onde não restam dúvidas sobre o domínio de Almançor: “*En el nombre de Dios, Clemnte, Miseri[cordioso]. Há ordenado el Príncipe de los Creyentes Hisam al-Mu’ayyad bi-allah haga larga Dios su existência! Restaurar la ciudad de Al asbuna a traves de su servidor, Hajib y Espada de su dinastia Abi ‘Amir Muhammad bn Abi ‘Amir !Dios le proteja! Se acabo la restauración (de Hisam) por manos de Naym bn al-Hakam y Jalid bn Abi Sulayman, en el mês de du-l-qa’d a del ano setenta y cuatro y trescientos (=Abril 985).*” Tradução por Carmen BARCELÓ, em: “Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d.C.)”, *Conimbriga*, vol. 52, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, p. 172.

outros templos muçulmanos? Com os dados actuais, esta questão não tem, neste momento, e talvez nunca venha a ter, uma resposta, no entanto, necessita ser considerada.

3.3 A CONSTRUÇÃO DA CATEDRAL

Seja como for, aceitando a descrição que surge no *De Expugnatione Lyxbonensis* e comparando a tradução que refere um templo com cinco naves, com o edifício actualmente existente, ou até mesmo com uma hipotética reconstituição da Sé original³⁰¹, a única conclusão plausível é que a mesquita terá sido demolida para a construção do edifício onde se observa o programa românico “mais desenvolvido de Portugal”³⁰². A historiografia tem referido um mestre Roberto, um arquitecto com suposta origem no Norte da Europa, talvez inglesa, como a de Gilberto, o Bispo escolhido por Afonso Henriques, como o autor do projecto original da catedral lisboeta³⁰³. Foi também sugerido que Roberto terá “feito a sua aprendizagem da arte de construir pela parte Norte de França, como sugere o arranjo geral do edifício e as suas desenvolvidas áreas de circulação”³⁰⁴. Ao mesmo mestre arquitecto foi também atribuído o projecto original da Sé de Coimbra, sabendo-se ainda que este visitou a cidade do Mondego entre 1162 e 1176 para colaborar nas obras da referida catedral e provavelmente também em obras realizadas na igreja de Santa Cruz de Coimbra³⁰⁵. Infelizmente não temos conhecimento de mais dados sobre este arquitecto possivelmente oriundo do Noroeste de França, segundo a análise arquitectónica da catedral Lisboeta³⁰⁶. É certamente tentadora a hipótese de que mestre Roberto tivesse chegado a Lisboa no

³⁰¹ Ver figura 17.

³⁰² Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal: O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 135.

³⁰³ Carlos Ferreira de ALMEIDA, *ibidem*; Jorge Rodrigues, “A arquitectura românica” in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 258; Júlio de CASTILHO, Lisboa Antiga: Bairros Orientais, vol. V, 2ª ed., Lisboa, S. Industriais da CML, 1936, p. 193.

³⁰⁴ Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal: O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 135.

³⁰⁵ Sobre a acção de Mestre Roberto em Coimbra ver: Jorge RODRIGUES, “A arquitectura românica” in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 255; Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal: O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 133; sobre a sua acção na igreja do convento de Santa Cruz de Coimbra ver: Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da arte em Portugal: O românico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1993, vol. 3, p. 115. É no doc. 3 do *Livro Preto da Sé de Coimbra* que se encontra a referência à presença de Mestre Roberto em Coimbra: “Magistro Ruberto de Lisbona, qui venit ibi per IIII.or vices ut melioraret in opere et in portale ecclesie...” (cf. *Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, dir. Manuel Augusto RODRIGUES e Avelino de Jesus da COSTA, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, p. 10).

³⁰⁶ Cf. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da arte em Portugal: O românico*, Lisboa, Publicações Alfa, 1993, vol. 3, p. 124: “Sem dúvida, pelas soluções utilizadas e pela animação dos seus muros, a obra românica da Sé de Lisboa é uma arquitectura de ponta, ao nível daquilo que se fazia então no Oeste e Norte de França, donde terá vindo o seu arquitecto”. Sobre este assunto ver também: Manuel Luís REAL, “O românico português na perspectiva das relações internacionais” in *Românico em Portugal e na Galiza*, Lisboa, Gulbenkian, 2001.

momento da conquista da cidade, tal como chegaram o bispo Gilberto e muitos outros, mas, sem dados concretos, esta suposição não poderá passar de uma mera possibilidade³⁰⁷.

A Sé catedral de Lisboa, marca provavelmente a introdução em Lisboa de um edifício românico com uma estética que seria muito pouco familiar aos autóctones da região. O corpo constituído por três grandes naves, o transepto saliente e o portal românico defendido pelas duas volumosas torres da fachada eram elementos estranhos para os lisboetas. Tratando-se claramente de uma alteração muito relevante à forma da cidade, a construção da Sé marca decisivamente a transferência de poder do Islão para a cristandade. A mensagem era simples. O edifício que marcava o poder da influência islâmica, a mesquita maior, era definitivamente substituído por uma catedral românica com inspiração em modelos do Norte europeu e também do Norte Ibérico, onde sobressaia a catedral de Santiago de Compostela. A relevância da construção de uma igreja catedral, de acordo com as mais avançadas tendências estéticas europeias da época, no coração do centro social, económico e religioso da urbe revela sobremaneira como a transferência de poder em Lisboa, teve uma decisiva influência dos cruzados do Norte europeu, tivesse ou não, o arquitecto da Sé Lisboa e de Coimbra chegado ao reino português nos navios que partiram para a segunda cruzada.

A motivação é clara, o arquitecto tem, pelo menos, um nome e uma filiação estética, resta ainda saber quem está por trás da construção da catedral lisboeta. A acção do bispo inglês Gilberto, claramente apoiado por Afonso Henriques, com quem parece ter tido uma boa relação, deve ter sido decisiva na construção da Sé lisboeta³⁰⁸. Além do óbvio interesse do bispo da cidade, também Afonso Henriques teve um papel muito relevante na fase inicial da construção deste edifício, pois, acrescentando ao paralelo que pode ser traçado com a construção da Sé de Coimbra, onde a iniciativa da construção da catedral é repartida entre o monarca e os bispos da cidade do Mondego³⁰⁹, a documentação informamos sobre doações que indicam claramente a vontade régia em participar na construção da catedral lisboeta.

Em ambos os testamentos, o primeiro monarca português doa a elevada quantia de mil morabitinos às obras de construção da igreja de Lisboa, tanto no primeiro, escrito entre Abril de 1176 e Fevereiro de 1179, como no segundo de Fevereiro de 1179, sendo que neste último o monarca refere

³⁰⁷ Cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. V, 2ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 192: “*Eu suponho, como mais provável, que o arquitecto que deu o risco da Sé foi um cruzado da armada, companheiro do primeiro bispo de Lisboa, D. Gilberto, que o teria encarregado dessa missão*”.

³⁰⁸ Sobre a relação entre o bispo Gilberto e o primeiro monarca português ver: Maria João BRANCO, “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 10, 1998, pp. 55-94.

³⁰⁹ Sobre a construção da Sé de Coimbra ver: Jorge RODRIGUES, “A arquitectura românica” in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 255.

especificamente a igreja de Santa Maria de Lisboa³¹⁰. É também possível observar numa das variantes do primeiro testamento de Afonso Henriques que pelo menos boa parte da mão-de-obra que trabalhava nas obras da Sé era constituída por mouros que pertenciam ao rei, tanto operários não especializados como um carpinteiro, que, pela menção específica à sua actividade profissional, parece prefigurar-se como uma personagem de algum relevo na construção do edificio religioso³¹¹. Com esta observação do testamento afonsino levanta-se um pouco o véu sobre esta importantíssima construção que alterou profundamente a morfologia urbana da cidade intramuros, concebida sob a orientação de um arquitecto com origem no Norte europeu, aparentemente ajudado por carpinteiros especializados muçulmanos e efectivamente realizada por toda uma massa de operários muçulmanos, talvez lisboetas, que se viam obrigados a demolir a sua mesquita para no mesmo local construírem uma sé catedral cristã. Não é apenas no testamento do primeiro monarca português que encontramos referências a esta primeira fase de obras na sé, pois, o primeiro documento que as refere explicitamente é a doação régia, realizada em Dezembro de 1149, de várias propriedades que pertenciam às mesquitas da cidade, para suportar as obras de construção da catedral³¹².

Relativamente aos outros monarcas portugueses até D. Dinis, as doações testamentárias são mais parcas em informações sobre obras na catedral da cidade. Em 1210, Sancho I repete, no seu segundo testamento, a doação do seu pai, doando mil morabitanos à Sé de Lisboa, mas sem especificar se são ou não para obras³¹³. No sentido oposto, nos três testamentos de Afonso II não encontramos qualquer doação à Sé de Lisboa³¹⁴. O primeiro testamento de Sancho II, não datado, doa trezentos

³¹⁰ O primeiro testamento: ANTT, *Sé de Viseu*, maço V, doc. 25, publicado em *Documentos Medievais Portugueses*, Vol. I-Tomo I, pp. 430-431, doc. 330: “*Operi Vlixbonensis ecclesie mille morabitanos*”; O segundo testamento: ANTT, *Sé de Viseu*, maço IV, doc. 24, publicado em *Documentos Medievais Portugueses*, Vol. I-Tomo I, p. 436, doc. 334: “*Operi ecclesie Sancte Marie Vlixbonensis mille morabitanos*”.

³¹¹ Cf. ANTT, *Sé de Viseu*, maço V, nº 26, publicado em *Documentos Medievais Portugueses*, Vol. I-Tomo I, p. 431, doc. 330: “*Et mando ibi [Santa Cruz de Coimbra] meos mauros qui sunt in opere Sancte Marie, completo opere, et maurum meum carpentarium.*”.

³¹² Cf. *Documentos Medievais Portugueses*, doc. 232, de oito de Dezembro de 1149: “... rex Alfonsus cum uxore sua regina domna Mathilda (?) donat beatissime Marie Olisiponensis sedis et Guiliberto predictae sedis episcopo et successoribus 32 domos ad opus supra dicte sedis cum omnibus suis hereditatibus ubicumque illas invenire poterint et cum omnibus suis redditibus de omnibus vineis terris olivalis et ficulneis quas omnes misquite in tempore sarracenorum habuerunt”. Tal como já observámos, esta doação é especialmente interessante pois documenta a transmissão dos bens das mesquitas para as mãos do clero cristão, através da intermediação do rei português (ver: Prólogo, subcapítulo 3.4 - A transmissão dos bens das Mesquitas).

³¹³ ANTT, *Gavetas*, nº 16, maço II, nº 16 (e outros) publicado em *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, doc. 194, vol. I, por Rui de AZEVEDO, Avelino Jesus COSTA e Marcelino Rodrigues PEREIRA, Centro de História da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, pp. 297-301: “*Sedi Ulixbonensi mille morabitanos*”. Sancho I redigiu um primeiro testamento em 1188 (cf. Maria João BRANCO, *Sancho I: o filho do fundador*, Lisboa, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2006, p. 290).

³¹⁴ Verificámos os testamentos de 1214 (ANTT, *Mitra Arquiepiscopal de Braga*, maço I, nº 48), o de 1218 (ANTT, *Sé de Viseu, Docs. Régios*, maço 1, nº 9) e o de 1221 (ANTT, *Gavetas*, nº 16, maço I, nº 17). No testamento de 1214 encontramos referência ao Bispo de Lisboa, mas não à Sé: “*E mão da dezima dos morauidiís e dos di[n]jeiros q(ue) mi remaserũ de parte de meu padre q(ue) sũ en Alcobaza e do outr’auer mouil q(ue) i posermos pora esta dezima q(ue) segia*

morabitanos ao cabido de Lisboa³¹⁵. No entanto, no segundo e último testamento de Sancho II é notória a ausência de qualquer menção ao cabido, surgindo referência a vários outros cabidos (Braga, Santiago da Galiza, Coimbra, Évora, Idanha, Porto, Viseu, S. Maria de Guimarães) e também ao Mosteiro de S. Vicente de Lisboa³¹⁶. Em Novembro de 1271, Afonso III deixa mil libras à igreja de Lisboa, ou seja, à Sé, referindo-se de modo genérico a todas as sés de bispado do reino, no sentido de que as suas doações testamentárias deverão ser aplicadas nas obras das referidas igrejas e nos ornamentos dos clérigos³¹⁷. O primeiro testamento de D. Dinis, realizado em 1299, não refere qualquer catedral do reino, mas no segundo testamento, elaborado em 1322, tal como no último testamento, realizado dois anos depois, o monarca deixa duzentas libras a cada uma das nove catedrais do reino para salvação da sua alma, ou seja, não há qualquer referência ou intenção sobre obras nas catedrais³¹⁸.

Estas informações sobre as doações testamentárias dos monarcas portugueses não nos revelam com exactidão a influência dos reis nas obras das catedrais do reino, mas revelam tendências que devemos ter em conta. Em primeiro lugar, tanto Afonso Henriques como o seu filho Sancho I doam quantias significativas à Sé de Lisboa, muito provavelmente para as obras inequivocamente referidas, no testamento e na doação de 1149, pelo primeiro rei. No sentido inverso, os dois monarcas seguintes, Afonso II e Sancho II não tiveram em conta qualquer obra na Sé de Lisboa quando elaboraram os seus testamentos, apesar de as doações ao Bispo e ao cabido da Sé poderem ser dirigidas a obras na igreja não há uma opção clara destes monarcas em patrocinar obras na sé de Lisboa. Devemos também assinalar que a rainha D. Urraca, mulher de Afonso II, deixou no seu testamento, elaborado em 1214, trezentos maravedis ao Bispo e outros oitocentos maravedis ao cabido da sé de Lisboa, para celebração

partido pelas manus do arcebispo ele Bragáa e do arcebispo de Santiago e do bispo do Portu e de Lixbona e de Coïbria e de Uiseu e de Lamego e da Idania e d'Euora e de Tui e do tesoureiro de Bragáa." Leitura do testamento de 1214 por Avelino de Jesus COSTA, "Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico", in *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, [s.d.].

³¹⁵ Cf. Sandra BERNARDINO, *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.

³¹⁶ Cf. D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora Lda., Coimbra, 1946, pp. 61-64.

³¹⁷ Cf. ANTT, *Gaveta 16*, maço II, n.º 7: "*Et omnes isti denarij mittantur in operibus Ecclesiarum, & in ornamentis Ecclesiasticis.*" Publicado em: D. António Caetano de SOUSA, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Atlântida-Livraria Editora Lda., Coimbra, 1946, pp. 69-73.

³¹⁸ O segundo testamento: ANTT, *Gavetas*, n.º 16, maço I, n.º 22: "*Item mando a nove Igrejas Cathedraes, que hã nos meos Regnos a cada uma dellas duzentas libras, pera averem razam os Prelados, e os Cabbidos dellas de dizerem algumas missas por minha alma, e de meterem em Oraçam, e rogarem a Deos por minha alma.*". O terceiro e último testamento está publicado em: Frei Francisco BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, Vol. VI, Lisboa, I.N.C.M., 1980, pp. 582-589. O primeiro testamento encontra-se em: ANTT, *Gaveta 16*, maço I, n.º 20.

de missas no dia aniversário da sua morte³¹⁹. É importante também aqui recordar que Afonso II foi o principal patrocinador da obra do claustro da Sé Velha de Coimbra, doando, em 1218, para esse efeito, três mil morabitos ao prior de Santa Cruz³²⁰.

Afonso III doa uma quantia significativa a todas as catedrais do reino, indicando de forma genéricas obras nas catedrais, não sendo possível confirmar se a sé de Lisboa estaria em obras nessa altura. Relativamente a D. Dinis, este não revela interesse em doar, nos seus testamentos, qualquer quantia para obras nas catedrais.

Relativamente ao momento de arranque das obras na Sé que poderão ter levado à demolição do edifício da mesquita e à construção do edifício românico, a doação régia de Dezembro de 1149 fornece-nos a informação que as obras já estariam a decorrer nessa altura. Se o edifício islâmico foi imediatamente demolido ou se se manteve em funcionamento como Sé cristã enquanto decorriam as longas obras de construção da catedral não podemos, com os dados actualmente disponíveis, perceber. No que respeita ao momento final das obras de edificação da estrutura do edifício “original” da sé de Lisboa, algum tempo depois do final do reinado de Sancho I deverá ter terminado a sua primeira fase de construção, coincidindo com a construção do portal³²¹, provavelmente uma das últimas estruturas realizadas nessa fase³²². Deste modo, estes dados levam-nos a seguir a opinião dos que têm referido uma primeira fase construtiva que durou entre os meados do século XII e os inícios do século XIII³²³. A documentação sobre essas obras é praticamente nula, excepto as referências nos testamentos de Afonso Henriques, a doação régia de 1149, o documento do *Livro preto de Coimbra* que refere mestre Roberto e um documento inserido no *Inventário de compras do real mosteiro de S. Vicente de Fora*, em que se vende, em 1180, uma vinha e metade de um lagar, e no qual se verificou que a sexta parte

³¹⁹ Cf. *Chancelaria de Afonso III*, Livro 3, fl. 10v: “*Dono. Sueiru. Ulixbone episcopo. CCC mr. Intuitu persone sue. Capitulo eiusdem ecclesie dCCC mr. Supplicans eidem capitulo ut faciant anniversarium in die obito mei et singulis diebus celebret unam missam per animam mea in perpetuum*”.

³²⁰ Cf. Pedro DIAS, *A arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 56.

³²¹ Cf. Paulo Almeida FERNANDES, “Iconografia do apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa” *Revista Património Estudos*, nº 7, 2004, n. 31, p. 100: “*o portal principal data já dos primeiros anos do século XIII*”; ver também: Manuel Luís REAL, “Perspectivas sobre a flora românica da «escola» lisbonense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo”, *Sintria*, vol. I-ii, Sintra, 1983, p.535.

³²² Habitualmente as obras de construção das catedrais iniciavam-se pela cabeceira. Cf. *História de Portugal: A monarquia Feudal (1096-1480)*, dir. José MATTOSO, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 82.

³²³ Cf. Carlos Ferreira de ALMEIDA, *História da Arte em Portugal: O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 135; Paulo Almeida FERNANDES, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições”, *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 1, Universidade de Coimbra, 2006, p. 22.

pertence ao “mestre de obras da Sé”³²⁴. Infelizmente, o documento do *Inventário* não oferece qualquer detalhe sobre quem seria então o mestre das obras da catedral.

É possível que durante os reinados de Afonso II e Sancho II as obras na Sé tenham conhecido um período de diminuição de intensidade, pois não surgem quaisquer referências a obras na Sé, nos testamentos destes monarcas, apesar de surgirem o bispo e o cabido como vimos anteriormente. Apesar de surgirem no testamento da rainha Urraca, esposa de Afonso II, feito em 1214, doações pecuniárias ao Bispo Sueiro II e ao cabido de Lisboa não encontramos notícia de obras³²⁵. Assim, torna-se difícil perceber os contornos deste possível abrandamento do ritmo construtivo da catedral da cidade, talvez com raiz na conjuntura política local e nas complexas relações entre estes reis e os bispos e cabidos de Lisboa, a partir da conquista de Alcácer até ao final do reinado de Sancho II³²⁶.

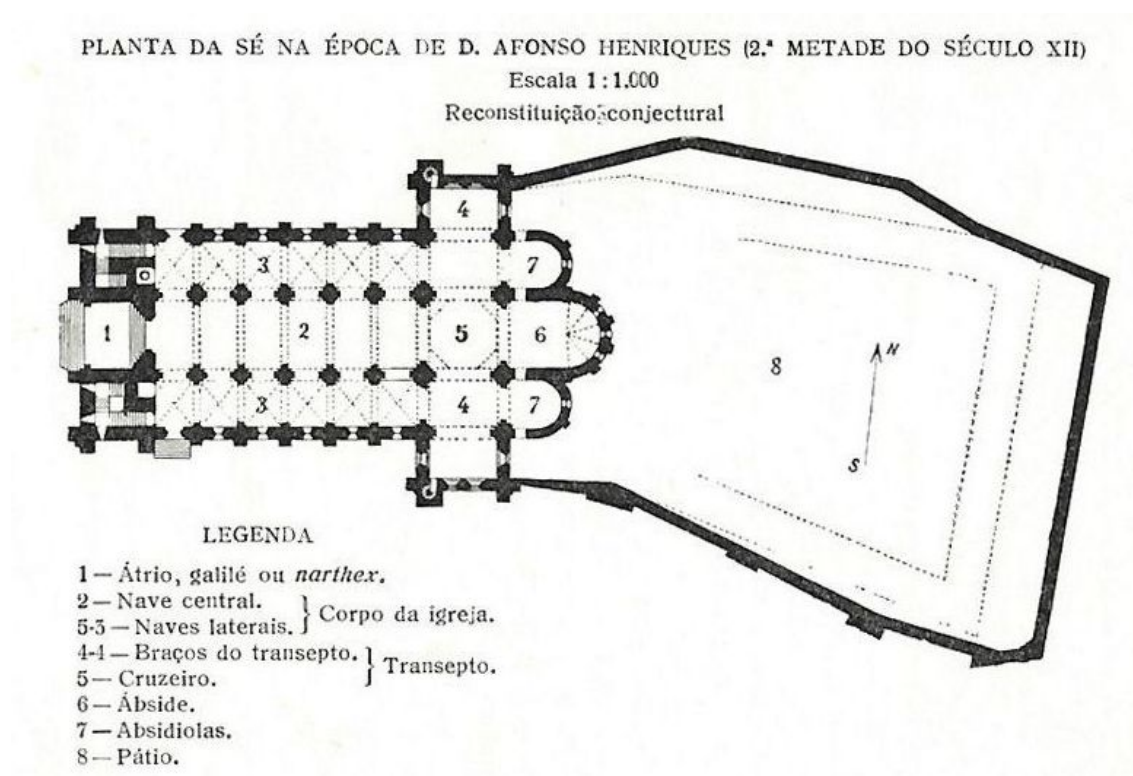


Figura 17. Planta da Sé na Época de D. Afonso Henriques (autoria de Augusto Vieira da Silva)³²⁷

³²⁴ Cf. ANTT, *São Vicente de Fora*, livro 121, doc. 56; publicado em Maria Teresa Acabado, *Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora: cartulário do séc. XIII*, Pref. de Rui de AZEVEDO, Coimbra, ed. do autor, 1967. Este documento não foi notado por aqueles que até à data se ocuparam desta matéria.

³²⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, livro III, fl. 10 v.

³²⁶ Sobre esta questão ver: Maria João BRANCO, “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 10, 1998, pp. 55-94.

³²⁷ Planta publicada em: Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. V, 2ª edição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, p. 23.

Relativamente à planta elaborada por Augusto Vieira da Silva reproduzida na obra de Castilho, onde se apresenta uma reconstituição conjectural da Sé na época de D. Afonso Henriques, posteriormente aceite por vários autores desde a sua publicação em 1936³²⁸, importa assinalar uma imprecisão que pode ser corrigida graças aos resultados das já referidas escavações no claustro da Sé. Devido a essas escavações, é possível saber que a muralha que foi construída para delimitar o claustro não podia existir antes da construção do aterro, realizado em finais do século XIII ou inícios do século seguinte³²⁹. Se os edifícios que se localizavam no espaço que depois foi aterrado estiveram em funcionamento até ao momento da realização do aterro, tal como as referidas escavações parecem apontar, não é possível que a muralha do claustro tivesse sido construída durante a primeira fase construtiva da catedral, tal como tem sido afirmado³³⁰.

3.4 O CEMITÉRIO DA CATEDRAL

Perante a ausência de sepulturas medievais anteriores ao aterro do claustro, nas escavações do pátio do claustro conclui-se que não foi aí que existiu o cemitério da catedral durante os séculos XI e XIII, apesar de alguns autores aí o localizarem³³¹.

Levanta-se então a questão, onde se localizaria o cemitério da catedral de Lisboa antes da construção do claustro? Apesar de não podermos responder cabalmente a esta pergunta, podemos indicar algumas pistas que nos levam ao espaço exterior da Sé, mais especificamente à sua fachada ocidental. Na segunda edição do quinto volume da *Lisboa Antiga*, Augusto Vieira da Silva refere a existência de vários túmulos medievais encontrados no subsolo do antigo adro pombalino desmontado

³²⁸ Cf. João FAGUNDES, “A Sé” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 115; Elísio SUMMAVIELLE, *et ali*, *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*, Lisboa, Teorema, 1986, p. 8.

³²⁹ A estranha forma do claustro, bem como a ausência de vestígios um templo muçulmano, tem atraído de tal forma a atenção dos autores que o estudam que não se tem notado uma das mais relevantes conclusões dos resultados das escavações arqueológicas que ali decorrem desde a última década do século passado: a permanência da malha urbana de época islâmica até ao momento da construção do aterro que iria suportar o claustro, bem como das muralhas que o delimitavam, ou seja, até finais do século XIII ou inícios do XIV (veja-se, por exemplo, o capítulo do *Livro de Lisboa* sobre a Sé, a mesma monografia onde se publicam os referidos resultados sobre as escavações no claustro: João FAGUNDES, “A Sé” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 115-128; José Luís de MATOS, “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 32-34).

³³⁰ Cf. João FAGUNDES, “A Sé” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p.119: “...abrangendo os reinados de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I. Nesta fase ficou o templo inteiramente concluído, bem como a muralha do recinto claustral (primitivo cemitério paroquial).”; Elísio SUMMAVIELLE, *et ali*, *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*, Lisboa, Teorema, 1986, p. 24: “séc. XII: construção do corpo da igreja (no estilo românico) e muralha envolvente do recinto”.

³³¹ Ver nota anterior.

da década de trinta do século passado, junto da fachada ocidental da torre Sul da catedral³³². Na mesma altura, segundo Cordeiro de Sousa, também se encontraram na parede da fachada ocidental da torre Sul algumas inscrições sepulcrais do século XII, sendo que uma delas remete, segundo este autor, para um cemitério dos freires de Santiago que aí se localizaria³³³. Além disso, no sítio da internet do SIPA (Sistema de Informação para o Património Arquitectónico) existem algumas fotografias, infelizmente não datadas, que revelam um túmulo medieval, no subsolo junto aos contrafortes da fachada Sul da Sé³³⁴. A reforçar esta ideia destaca-se ainda a própria toponímia da rua das cruzeiras da Sé, que nos parece indiciar a presença de um espaço funerário registado tanto nas referidas fotografias como nas inscrições encontradas por Cordeiro de Sousa. Deste modo, consideramos que podemos estar na presença de uma zona funerária localizada não dentro do actual claustro, mas sim no espaço exterior da igreja de Santa Maria Maior, mais precisamente a Sul da Sé, entre a frente ocidental da torre Sul e a fachada Sul. Segundo as fotografias dos túmulos, datados do século XII por Augusto Vieira da Silva, e segundo as datações propostas por Mário Barroca para as inscrições funerárias aí encontradas (segunda metade séc. XII – séc. XIII), podemos considerar que esta necrópole deverá ter estado em funcionamento aproximadamente entre a tomada da cidade aos muçulmanos (1147) até à construção do claustro (inícios do séc. XIV), que antes do aterro estava ocupado por várias edificações, então ainda em utilização, como veremos. Esta necrópole não servia apenas os freires de Santiago como sugeriu Cordeiro de Sousa, pois, Mário Barroca corrigiu a leitura errónea que tinha levado a essa proposta, segundo as inscrições aí verificadas, tratar-se-ia provavelmente do cemitério paroquial de Santa Maria Maior³³⁵. À semelhança deste espaço funerário junto da catedral lisboeta foi também verificada a existência de um adro-cemitério junto à fachada ocidental da Sé Velha de Coimbra, reforçando-se assim ainda mais os normalmente referidos paralelos estéticos entre as igrejas, ambas construídas na

³³² Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. V, 2ª edição anotada por Augusto Vieira da SILVA, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936, pp. 36-40. Junto da página 34 desta obra figura uma fotografia dos referidos túmulos.

³³³ Cordeiro de SOUSA, *Inscrições sepulcrais da Sé de Lisboa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, pp. 9-11.

³³⁴ As fotografias do SIPA devem ter sido realizadas numa das várias campanhas de obras feitas durante o século XX. A pesquisa do SIPA realiza-se em: <http://www.monumentos.pt/>, os identificadores são os seguintes: FOTO.00516295 e FOTO.00516301. O conhecimento destas fotografias foi-nos facultado pela arqueóloga Alexandra Gaspar, responsável pelas escavações no claustro da Sé de Lisboa, a quem agradecemos.

³³⁵ Mário Barroca corrige a leitura de Cordeiro de Sousa sobre uma inscrição onde este último lia “OB(re) de Sco Iacobo” para “G(onça)Lvus (?) DE SanCtO IAC[ob]I”, ou seja, não se trata de uma placa que registe o cemitério de S. Tiago, que estaria aliás numa situação estranha, pois as proximidades da igreja de S. Tiago, junto à Porta do Sol, seriam um local mais expectável para a sua instalação (cf. Cordeiro de SOUSA, *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927). Nas cinco inscrições referidas por Mário Barroca são identificados dois cônegos, provavelmente da catedral, um clérigo se Santiago, um homem sem qualquer caracterização social, e um provável membro da nobreza estrangeira que então se instalava na cidade (DOMNUS FR[...]NCUS) (cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol.II, tomo II, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, edição policopiada, Porto, 1995, pp. 472-476).

segunda metade do século XII, e revelando um padrão comum para a localização do cemitério numa fase anterior à existência de um claustro propriamente dito³³⁶.

Perante estes dados, podemos assim sugerir uma outra planta para esta área durante o século XII.

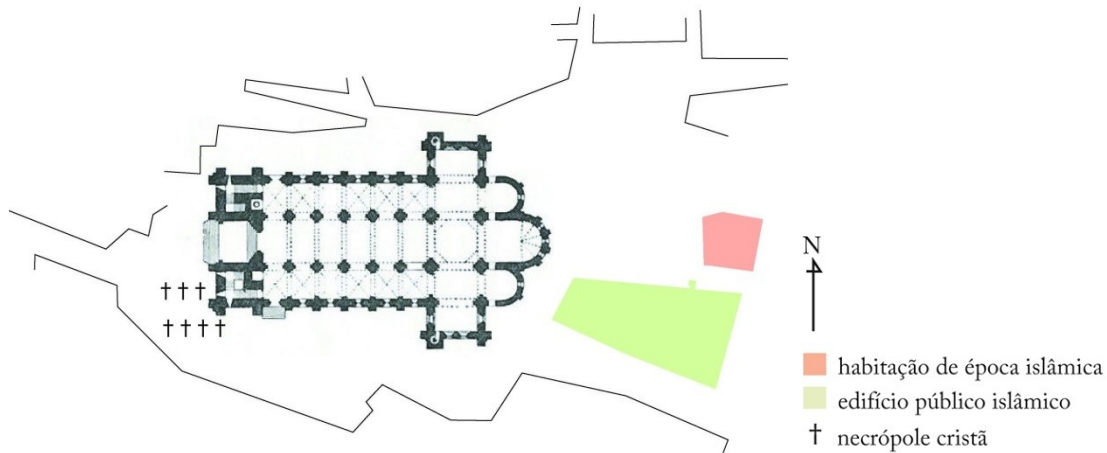


Figura 18. A catedral e a sua envolvente em finais do século XII (reconstituição da sé por António do Couto)³³⁷

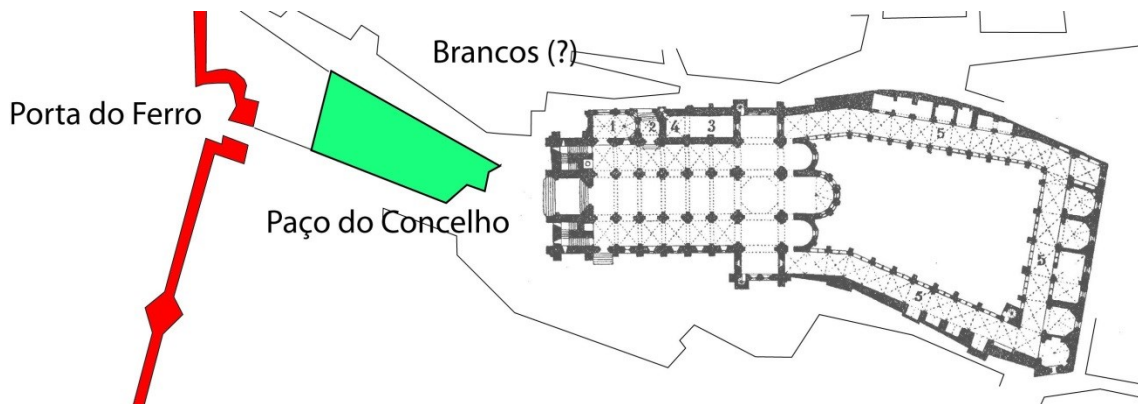


Figura 19. A catedral e a sua envolvente cerca de 1325 (reconstituição da sé por António do Couto)³³⁸

³³⁶ Cf. António de VASCONCELOS, *A Sé-Velha de Coimbra*, vol. II, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1935, p. 199.

³³⁷ Reconstituição da Sé publicada em: Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*, vol V, 2ª ed., p. 23.

³³⁸ Reconstituição da Sé por António do Couto, publicado em: Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*, vol V, 2ª ed., p. 25.

Após o nosso esclarecimento sobre a localização do cemitério da Sé no período anterior à construção do claustro, levanta-se algumas questões: o que ocorreu no espaço do claustro da Sé antes da construção do aterro? Como se organizava este espaço? Que estruturas aí existiam? Essas estruturas sobreviveram à conquista de 1147?

3.5 ESTRUTURAS URBANAS NO CLAUSTRO DA SÉ

As escavações que decorrem desde a década de noventa do século passado no claustro da sé tem vindo a revelar dados de extrema relevância para a compreensão da urbe desde época romana até ao momento da realização do aterro, em finais do século XIII inícios do XIV³³⁹. Neste espaço localizado no centro da cidade intramuros podemos observar como o sistema viário romano foi alterado num momento anterior à instalação do poder muçulmano na cidade da foz do Tejo. Aqui foi verificada a presença de uma calçada romana do século I, com 2,80m de largura, pertencente ao sistema viário secundário de *Olisipo* que secciona o claustro actual no sentido N/S, que se sobrepunha a uma cloaca da mesma época³⁴⁰. Esta calçada terá sido desactivada em época tardo romana, pois foi verificada a existência de um muro possivelmente erguido no século VI que a inutiliza parcialmente³⁴¹. Paralelamente a esta calçada existiam tabernas romanas que foram abandonadas antes do século VI, altura em que novas construções são erguidas sobre elas. Toda esta área está estruturada em dois patamares definidos através de um muro de sustentação construído em época baixo imperial³⁴².

³³⁹ As escavações no claustro da sé de Lisboa iniciaram-se em 1990 e decorrendo com várias interrupções até à actualidade. Numa primeira fase os trabalhos decorreram sob a responsabilidade de Clementino Amaro e José Luís de Matos e posteriormente sob a coordenação de Alexandra Gaspar, arqueóloga do IGESPAR. José Luís de MATOS, “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das Origens de Lisboa” in *Livro de Lisboa*, 1994, Lisboa, pp. 32-34; Clementino AMARO, “Urbanismo tardoromano no Claustro da Sé de Lisboa”, in *Actas da 4ª Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, pp. 337-342; Clementino AMARO, “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001; Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, *Colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, Novembro de 2013, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

³⁴⁰ José Luís de MATOS, “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das Origens de Lisboa” in *Livro de Lisboa*, 1994, Lisboa, p. 33; Clementino AMARO, “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, p. 170.

³⁴¹ Clementino Amaro refere que os muros que seccionam a calçada romana fazem parte duma suposta habitação erguida em finais do séc. III, indicando o espólio cerâmico do séc. VI como referente ao momento de abandono desta habitação. Além disso, Ana Gomes e Alexandra Gaspar apontam o séc. IV primeiro momento de privatização da calçada, mantendo-se os compartimentos que seccionam a calçada em uso até ao séc. VI, apontando um hiato ocupacional entre este século e o século XI. A privatização ocorre muito antes do séc. VIII, ou seja, da chegada dos muçulmanos a Lisboa. Cf. Clementino AMARO, “Urbanismo tardoromano...”; Ana GOMES e ALEXANDRA Gaspar, “Ocupação medieval na Sé...”.

³⁴² Ana GOMES e ALEXANDRA Gaspar, “Ocupação medieval na Sé...”.

Aquando da chegada do Islão à cidade já esta calçada estava compartimentada e privatizada o que nos leva mais uma vez à conclusão que a cidade islâmica foi erguida sobre uma urbe tardo antiga já bastante alterada sobretudo no que diz respeito ao sistema viário secundário de época romana. Em época islâmica mantém-se aqui a organização romana em dois terraços, um superior, na parte Norte, onde existiam áreas habitacionais e outro a cota inferior, a Sul, onde foi detectado um edifício público que se prolongava para o espaço onde actualmente estão implantados os alicerces da catedral. Estes terraços possuíam um desnível de cotas na ordem dos quatro metros³⁴³. De uma primeira fase de ocupação durante a época islâmica foram detectadas apenas fossas abertas directamente nos níveis de abandono do século VI. A funcionalidade destas fossas é de difícil compreensão, concentrando-se na antiga calçada e a leste desta. O momento de abandono das fossas foi datado, através dos materiais aí encontrados, de meados do século XI/meados do século XII. Ou seja, esta área parece ter sido reurbanizada num momento que não se consegue precisar, mas certamente entre meados do século XI e com certeza anterior aos meados do século XII, altura em que o domínio da cidade transita para os cristãos. A compreensão da planta da área habitacional ficou muito dificultada pela destruição causada por estruturas do século XVIII, mas é possível, ainda assim, constatar um salão cujas dimensões se aproximam às das habitações da alcáçova de Lisboa, actualmente musealizadas. Deste modo, podemos supor que o nível socioeconómico dos habitantes desta casa fosse elevado, devido às dimensões do salão que possuíam. Além disso, só é possível construir habitações de grandes dimensões no centro de uma medina quando há espaço livre para essas edificações. A disponibilidade desse espaço pode proceder de duas situações, ou do poder económico e político de quem pretende construir a habitação, através de compra ou expropriações de outras propriedades, ou, de espaço livre pré-existente causado por algum desastre ou pelo simples abandono. Infelizmente não é possível verificar com certeza qual destas situações se concretizou na génese da habitação islâmica do claustro da sé, mas sabemos que esta foi construída entre meados do século XI e o final do domínio muçulmano da cidade sobre as fossas que aí existiam anteriormente. Parece tratar-se de uma reocupação do espaço, que nos coloca várias dúvidas e alguma perplexidade sobre o estado da densidade urbana da cidade antes do século XI, uma questão que não pode ser colmatada pela documentação pois esta, como já referimos é escassa e pouco informativa exactamente até ao século XI. É relevante associar esta informação com os resultados observados no bairro islâmico da alcáçova construído num espaço que estava abandonado

³⁴³ Ana GOMES, Alexandra GASPAR, “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, *Colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, Novembro de 2013, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

desde a idade do ferro³⁴⁴. Convém no entanto não tirar conclusões desproporcionadas, no sentido se imaginar uma cidade arruinada e esvaziada, antes do séc. XI, pois não é isso que estes dados, muito condicionados por estarem constrictos a pequenas áreas, nos apontam. Assinala-se sim antes uma clara tendência para a densificação urbana que ocorre a partir de meados do século XI que se verifica em diferentes pontos da cidade, desde a alcáçova ao centro da medina e aos arrabaldes.

Note-se ainda que a cloaca romana situada por baixo da referida calçada se manteve em funcionamento até, pelo menos, menos do século XII, altura em que algum habitante da cidade terá aí escondido um pequeno tesouro constituído por numismas muçulmanos³⁴⁵. Esta informação permite supor que em alguns pontos da cidade a rede de saneamento romana se manteve em funcionamento até época bastante tardias, e que a ocupação islâmica não veio interromper o funcionamento de algumas destas estruturas.

³⁴⁴ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAR, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 401: “Esta área, designada atualmente como Praça Nova, encontrava-se abandonada desde a Idade do Ferro, se excetuarmos a utilização de várias zonas como fossas detriticas no século II-I a.C.”. Sobre o bairro residencial da Alcáçova ver: Parte II, subcapítulo 3.3 - O bairro residencial da Praça Nova.

³⁴⁵ Clementino AMARO, "Presença Muçulmana no Claustro da Sé Catedral", *Garb: sítios islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, Mérida, IPPAR, Junta de Extremadura, 2001, pp. 165-198.



Figura 20. Vista do pátio do claustro da Sé de Lisboa (SO para NE).

A vermelho: edifício público de época islâmica

A verde: calçada romana

A azul: zona habitacional em época islâmica

3.6 O EDIFÍCIO PÚBLICO ISLÂMICO NO LOCAL DO CLAUSTRO

O edifício público erguido no terraço Sul foi já objecto de algumas propostas que o relacionavam directamente com a mesquita maior da cidade³⁴⁶. No entanto, tal como já foi referido, se a catedral foi construída no local da mesquita, não seria lógico que no local adjacente à Sé se fosse encontrar vestígios da mesquita maior³⁴⁷. Este edifício público parece então poder corresponder não à mesquita mas sim a uma área funcional, talvez um pátio ou um espaço de abluções adjacente à mesma³⁴⁸. Este edifício, dominado por um vasto compartimento rectangular com cerca de 15,80m por

³⁴⁶ Clementino AMARO, “Presença Muçulmana...”, p. 172: “Embora ainda de problemática interpretação funcional, é plausível que o conjunto edificado pertença a espaços da mesquita aljama de Aluxbuna.”

³⁴⁷ Sobre a localização da mesquita anterior à catedral ver: Parte I, subcapítulo 3.2 - Da Mesquita-maior à Sé..

³⁴⁸ A proposta de se tratar de um pátio foi feita por Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, *Colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, Novembro de 2013, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

3,80m, foi decorado com revestimentos parietais com bandas largas de cor vermelha e branca que poderão definir duas áreas distintas, mas cuja funcionalidade é ainda dúbia. Uma porta aberta a Oeste comprova que o edifício se desenvolvia por baixo do deambulatório da actual catedral. É também relevante o facto de terem sido encontrados no terraço Norte tanques de época islâmica, aparentemente descontextualizados, com um revestimento semelhante ao do edifício público, o que poderá indicar que fossem daí originários, dando dessa forma mais solidez à proposta da sala de abluções.

Seja como for, este edifício terá sido erguido em meados do século XI, um momento que se revela definidor para a forma urbana da cidade, devido às várias alterações que ela conhece nessa altura. Referimo-nos, além da construção do edifício público no terraço Sul do claustro, à grande campanha de remodelação urbanística que ocorreu na alcáçova de Lisboa, com a construção do alcácer e do bairro residencial³⁴⁹, e também, como já notámos, à possível construção da habitação no terraço Norte do claustro da sé. Assim sendo, ganha solidez a proposta de Clementino Amaro, que sugere a ocorrência de uma grande campanha de obras para a construção ou ampliação da mesquita aljama em meados do século XI³⁵⁰. Não quer isto dizer que não existisse uma mesquita maior na cidade antes desta campanha de obras, significa apenas que nessa altura poderá ter havido intensos trabalhos construtivos no edifício da mesquita aljama de Lisboa. O caso de Santarém, uma cidade com intensas relações comerciais, sociais e económicas com Lisboa, revela-nos que a construção da sua mesquita maior foi realizada sob a influência directa do poder central califal, nomeadamente por vontade do segundo califa omíada, al-Hakam II³⁵¹. A vasta campanha de obras públicas levada a efeito por este califa, tanto em Córdoba, onde ampliou a mesquita maior da capital califal, como em outras cidades do al-Andalus, oferece plausibilidade a esta hipótese³⁵². No caso de Lisboa a situação torna-se mais complexa pois não conhecemos os contornos da sua situação política em meados do século XI, altura em que possivelmente ocorreu a vasta remodelação urbana na alcáçova e momento em que poderá ter sido construída a mesquita maior da cidade.

O edifício público islâmico virava-se a Sul, nomeadamente para a antiquíssima via que poderá ter sido o *decumanus* de *Olisipo*. Além disso as cotas de funcionamento deste edifício coincidem com as cotas da actual rua das Cruzes da Sé, uma informação que nos permite confirmar uma permanência

³⁴⁹ Sobre esta questão ver: Parte II, capítulo 3 - Remodelações em meados do século XI.

³⁵⁰ Clementino AMARO, "Presença Muçulmana...", p. 193: "...*tudo indica ter-se realizado uma grande campanha de obras no local para a construção da mesquita aljama. As obras terão decorrido na segunda metade do século XI ainda durante o período Taifa.*"

³⁵¹ Cf. *Dikr bilad al-Andalus*, Trad. Luis MOLINA, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, Vol. II. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 58: "*Santarem es una ciudad grande y antigua, posee una gran mezquita aljama ordenada construir por el imán al-Hakam, baños esplendidos y zocos amplios y ordenados*".

³⁵² Sobre a ampliação da mesquita de Córdoba por al-Hakam segundo ver: Susana CALVO CAPILLA, "La ampliación califal de la Mezquita de Córdoba", *Goya: Revista de arte*, nº323, Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, 2003, pp. 89-106.

milénar das cotas de funcionamento do sistema viário principal, e também do próprio traçado desse sistema, ao contrário do sistema viário secundário que, tal como se verificou na privatização da calçada romana no claustro e posterior desaparecimento da mesma com o aterro, sofre modificações muito mais drásticas. Parece-nos plausível que esta situação tenha ocorrido em outros pontos do sistema viário da cidade, verificando-se uma extraordinária permanência do traçado do sistema viário principal até aos dias de hoje, nos locais que não foram sujeitos a reconstruções urbanísticas profundas, como aconteceu nos locais mais afectados pelo plano de reconstrução da baixa pombalina, que não se limitou a essa zona e se estendeu à área que, em época medieval, se encontrava protegida pela cerca velha da cidade, abrangendo toda a área intramuros onde se localizava, várias dezenas de séculos antes, o antigo teatro romano.

3.7 A CONSTRUÇÃO DO CLAUSTRO

Regressando ao claustro da catedral lisboeta, atentemos sobre o processo da sua génese. Ao contrário de outro claustro desta época acerca do qual possuímos informação detalhada, o conhecimento sobre o processo que esteve na origem do claustro da sé de Lisboa é muito limitado³⁵³. O patrocínio da obra da “crasta da sé” é uma incógnita que terá que permanecer sem solução. A datação da construção do claustro é um outro problema também de difícil solução. Mal-amado pelos historiadores de arte, desde que Mário Chicó o definiu como “ingénuo e rude, experiência difícil e fruste”³⁵⁴, mais recentemente classificado como “uma obra relativamente modesta”³⁵⁵, o claustro da catedral lisboeta tem sido subalternizado em relação à cabeceira da sé construída já no reinado de Afonso IV e normalmente considerada um dos expoentes do gótico português³⁵⁶. Esta aparente desvalorização pode explicar parcialmente o facto de não se ter observado com a atenção merecida as já há muito conhecidas evidências epigráficas que indicam as datas de instituição das capelas do claustro da Sé. São quatro as capelas cujas instituições e datas conhecemos. Por ordem cronológica, a primeira é a capela de Nossa Senhora da Piedade, também conhecida como capela da Terra Solta,

³⁵³ Referimo-nos ao claustro de Alcobaça, erguido entre 1308 e 1311, sob o patrocínio de D. Dinis (cf. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 83-86).

³⁵⁴ Mário Tavares CHICÓ, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª ed., 1981, p.135.

³⁵⁵ Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 105.

³⁵⁶ Sobre a charola da sé de Lisboa note-se as palavras de Pedro Dias em: *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 107: “A cabeceira da Sé de Lisboa tem um nível excepcional e deve considerar-se como o corolário lógico da gradual evolução da nossa arquitectura gótica, desde o início do século XIII.”

actualmente ligada à antiga sala do cabido³⁵⁷. Esta capela foi instituída entre 1290 e 1300, por Nuno Fernandes Cogominho, almirante de D. Dinis, e por sua mulher D. Margarida Albernaz, cujo túmulo ainda aí persiste³⁵⁸. A segunda, de que temos notícia, foi a capela de S. Estevão, instituída em 1305, por Estevão Domingos dito de *Loulee* e Maior Martins, sua esposa³⁵⁹. Deste casal apenas é conhecido que possuíam uma vinha na Charneca na primeira década de trezentos, a qual foi destinada a suportar os aniversários da sua capela e, além disso, que renunciaram, em 1306, aos direitos que detinham sobre a lezíria dos Francos, em favor de D. Dinis³⁶⁰. São vários os homónimos deste Estevão Domingos que surgem na documentação dessa época, por isso, torna-se muito difícil distingui-lo e mais ainda perceber os contornos da sua posição na sociedade lisboeta de trezentos, sendo apenas possível entrever uma personagem abastada, pois tinha poder económico para suportar a instituição de uma capela no claustro da catedral. Segundo uma inscrição que se encontra embutida numa das paredes de uma capela do claustro sabemos que, em 1308, Pero Vicente, clérigo da infanta Dona Branca, filha primogénita de Afonso III e irmã de D. Dinis, institui a capela de S. Cruz, posteriormente designada como capela de S. Miguel³⁶¹. Finalmente, em 1316, D. Maria, viúva de Lourenço Escola, um proeminente membro da elite lisboeta, funda a Capela da Trindade, tal como refere Frei Francisco Brandão³⁶². No mesmo

³⁵⁷ Cf. o aditamento de Augusto Vieira da Silva em Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. VI, 2ª ed., Lisboa, S. Industriais da CML, 1936, pp. 59-62.

³⁵⁸ José Cunha SARAIVA, *A capela da Misericórdia na Sé de Lisboa*, Lisboa, 1934, p. 11; sobre Nuno Fernandes Cogominho ver: José Augusto PIZZARO, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da família da Universidade Moderna (Porto), 1999, pp. 62-64.

³⁵⁹ Uma inscrição comemorativa encontrada na capela não nos deixa qualquer dúvida sobre os seus instituidores Cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, tomo 2, edição policopiada, Porto, 1995, pp. 1041-1042.

³⁶⁰ Nas confrontações a ocidente de um aforamento realizado em 1300 de uma outra vinha na Charneca pertencente a Freio Pedro de Alcobaça cf. ANTT. *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª Incorporação maço 35, nº 834; Numa contenda que ocorre em 1313 ou 1343, entre vigários de Lisboa e o prior de S. Marinha do Outeiro: “*quinta na Charneca e vinha no lugar das Canoas(?) que foram de Estevão Domingues de Loulé*” cf. ANTT, *Colegiada de S. Marinha de Lisboa*, maço 2, nº 56; na visitação transcrita em *Documentos para a História da cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões.*, 1954, p. 27 surge uma referência à vinha da Charneca para esta sustentar os aniversários da capela; no *Livro das Lezírias de D. Dinis* doc. 53 (cf. *Livro das Lezírias d’el Rei D. Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas por Bernardo Sá NOGUEIRA, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 170 e também: ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro V, fl. 64.

³⁶¹ Cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. VI, 2ª ed., Lisboa, S. Industriais da CML, 1936, pp. 52-54; Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, tomo 2, edição policopiada, Porto, 1995, pp. 1096-1101.

³⁶² O Autor da *Monarchia Lusitana* fundamenta-se no registo da capela da Trindade existente no Arquivo do Cabido da Sé de Lisboa, *Livro 2º de Testamentos e capelas*. (cf. BNP, COD. 8952, fl. 23; publicado em *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 27) Francisco BRANDÃO, *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, Oficinas de Joam da Costa, 1672, fl. 235.

período, mais precisamente, em 1314, também foram erguidos dois cruzeiros no claustro da Sé por Pero Martins de Alfama, almoxarife de Lisboa³⁶³.

As datas das instituições destas capelas, entre 1290 e 1316 são coerentes com a possível edificação do claustro durante os finais do século XIII e as primeiras décadas do seguinte. No entanto, estas informações têm sido ignoradas pela maioria dos historiadores de arte, que apenas têm referido um documento, supostamente produzido em 1332, que se refere às obras do claustro lisboeta. Este documento será finalmente publicado na próxima edição das actas do colóquio internacional *Nova Lisboa Medieval III*, que decorreu em Lisboa, em 2013³⁶⁴. No entanto, numa breve análise ao documento observa-se que este não está datado, e que nele não se mencionam obras para a construção do claustro, mas sim uma oficina de pedreiros existente na crasta, uma diferença aparentemente inócua, mas, visto que a construção da cabeceira da Sé terá ocorrido na década de quarenta do reinado de Afonso IV, a qual obrigou a alterações substanciais do próprio claustro e obviamente à existência de uma oficina de pedreiros aí localizada, levanta-se a seguinte questão: o vasto estaleiro descrito no documento refere-se às obras do claustro ou às obras de construção da cabeceira? Parece-nos que a segunda hipótese não pode ser descartada e oferece até maior solidez. Deste modo, a questão da datação do claustro da catedral lisboeta deverá ser reconsiderada, sobretudo tendo em conta as datas das instituições das capelas, tal como verificou Paulo Almeida Fernandes e tal como acabámos de observar³⁶⁵.

3.7.1 A oficina da obra do claustro

Apesar de não sabermos exactamente quem patrocinou a obra do claustro, a documentação revela-nos alguns dos nomes dos principais responsáveis e executantes desta grande obra que alterou profundamente a morfologia urbana daquela parte da cidade. A presença de Miguel Martins num documento referido por Sousa Viterbo em que este é mencionado como aquele que “*tem a obra da Sé*”,

³⁶³ Cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, tomo II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 1400-1402.

³⁶⁴ A comunicação de José Augusto Oliveira, apresentada nesse colóquio, intitulada “A organização do trabalho nos estaleiros das obras do claustro da Sé de Lisboa” teve como base um documento já há muito conhecido, mas até agora inédito, que terá sido, nos anos trinta do século passado, “*descoberto por Alberto Feio, quando se procedia a obras de restauro na Capela da Glória da Sé de Braga*” (cf. Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 37).

³⁶⁵ Paulo Almeida FERNANDES, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições”, *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 1, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 18-69. Também Catarina Villamariz chegou à conclusão de que “*o grande estaleiro de 1332 não deveria, portanto, relacionar-se com o claustro muito possivelmente já terminado.*” Cf. Catarina VILLAMARIZ, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, Dissertação de doutoramento em História de Arte Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, p. 445.

em 1281, é um dado bem conhecido, todavia não se conhecia o nome de alguns dos homens que com ele trabalhavam no claustro da sé³⁶⁶. Em 1304, foi realizado um aforamento de uma vinha pertencente ao mosteiro de S. Vicente de fora, localizada na Charneca, a Estevão Domingues, referido como comendador da obra da sé e raçoeiro da mesma igreja, em que uma das condições colocadas ao comendador é a seguinte: “vos deveades dar-nos 500 libras por vossa alma e de Miguel Martins para fazermos um poço...”³⁶⁷. No mesmo documento, assinam como testemunhas: “Vicente Duraes pintor, João Domingues mestre ameeyro, Afonso Pires batedor, Domingos Carnide, Estevão Martins, Francisco Esteves, Fernando Mendes pintor”. Ou seja, estes homens fariam muito provavelmente parte da oficina que trabalhava com Estevão Domingues e Miguel Martins na obra da sé que decorria nessa altura, a obra do claustro. Numa doação de uma casa à Igreja de S. Pedro, em 1324, testemunha um Francisco Esteves, identificado como o filho de Estevão Domingues da obra. Visto que também no documento de 1308 surge uma referência a um Francisco Esteves, será bem possível que o filho do comendador da obra também fizesse parte da oficina da obra do claustro.

3.8 A CAPELA DE S. BARTOLOMEU

O último momento sobre o qual importa reflectir no que respeita às várias obras realizadas na catedral de Lisboa é a construção da capela de S. Bartolomeu, instituída e fundada por Bartolomeu Joanes³⁶⁸. Este homem foi um dos mercadores mais ricos de Lisboa em inícios do século XIV, pois, a par da aparente ausência de ligações de sangue com a nobreza, o seu testamento evidencia uma riqueza comparável apenas às famílias mais ricas do reino e à própria família real³⁶⁹. Além disso, como notou

³⁶⁶ O documento transcrito por Sousa Viterbo encontra-se em ANTT, *Colecção Especial*, caixa 86. Este documento tem sido erroneamente usado para datar o período em que Miguel Martins esteve à frente das obras do claustro da sé, supostamente entre 1281 e 1319, mas como notou Paulo Almeida Fernandes, a data mais tardia não é mais do que o ano de 1281 no sistema de datação medieval, que difere 38 anos do sistema actual. Cf. Paulo PEREIRA, *História da Arte Portuguesa*, vol. I, 1995, p. 379; Pedro DIAS, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 105; Paulo Almeida FERNANDES, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições”, *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 1, Universidade de Coimbra, 2006, p. 58, n.21.

³⁶⁷ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de fora*, 1ª Inc., Maço 5, doc. 11; copiado em: 2ª Inc., Cx. 2, doc. 9.

³⁶⁸ Sobre Bartolomeu Joanes ver: Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. VI, 2ª ed., Lisboa, S. Industriais da CML, 1936, pp. 110 – 120; Henrique Linhares de LIMA, “Bartolomeu Joannes e o seu tempo : achegas para um estudo histórico-genealógico”, *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, Lisboa, nºs 43 a 48, 1948 e 1949; Luís TÁVORA, “A heráldica medieval na Sé de Lisboa”, *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n. 88, tomo I, 1982, pp. 3-59; Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, tomo 2, edição policopiada, Porto, 1995, pp. 1208-1218; Carla Varela FERNANDES, *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2001, pp. 99-110.

³⁶⁹ O testamento de Bartolomeu Joanes foi editado por Luís Távora em “A heráldica medieval na Sé de Lisboa” in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 88, III série, 1º Tomo, Lisboa, 1982, pp. 180-196.

Mário Barroca, o próprio Bartolomeu Joanes esclarece-nos sobre as origens da sua riqueza quando refere, no seu testamento, sobre os seus bens: “... *tão bem os móveis como os de raiz, em qualquer expressa maneira e coisas que possam ser achadas, assim em Portugal como em França e em Flandres, como em outros quaisquer lugares ou lugar...*”³⁷⁰. A construção da capela do mercador lisboeta, que se intitula, na inscrição registada na tampa do seu sarcófago como “*cidadão que foi de Lisboa*” insere-se na fase final do ciclo de transição que pretendemos aqui estudar. Mesmo sabendo pouco sobre os mercadores lisboetas que operavam na cidade em meados do século XI, tanto a documentação como a arqueologia revelam que as suas principais rotas comerciais de longo curso seriam mais direcionadas para o Oriente mediterrânico e menos com o Norte atlântico³⁷¹. O excecional episódio dos aventureiros, relatado por Al-Himyari, indica-nos uma viagem para ocidente e, inevitavelmente, para Sul e nunca para Norte, onde as águas eram controladas pelos piratas normandos³⁷². Além do mais, a Lisboa muçulmana dos séculos XI e XII era uma cidade que vivia sobretudo da produção agrária do seu alfoz e, ao mesmo tempo, da produção piscatória feita tanto no estuário do Tejo, como na costa atlântica³⁷³. Em finais do século XIII inícios do XIV a posição de Lisboa no mapa estratégico do comércio marítimo internacional era já muito diferente. A avultada soma que Bartolomeu Joanes acumulou durante a sua vida, e, posteriormente, distribuiu conforme desejava no seu testamento, revela bem como o comércio marítimo com o Norte europeu era uma

³⁷⁰ Cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, tomo 2, edição policopiada, Porto, 1995, p. 1211; Luís TÁVORA em “A heráldica medieval na Sé de Lisboa” in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, nº 88, III série, 1º Tomo, Lisboa, 1982, p. 53.

³⁷¹ Cf. Susana GOMÉZ MARTÍNEZ, Santiago MACIAS e Cláudio TORRES, “Las ciudades del Garb al-Andalus” in *Al-Andalus: país de ciudades*, Toledo, Diputación provincial de Toledo, 2007, p. 119: “*Pero más allá de su condición de centro agrícola fértil, Lisboa siempre estuvo fuertemente conectada al mundo islámico mediterráneo por vía marítima. Era uno de los extremos del comercio portuario islámico que buscaba en la región el ámbar de ballena y el oro de Almada, y traía especias y ricas manufacturas orientales*”; Cf. Clementino AMARO, “Presença muçulmana no claustro da sé catedral – três contextos com cerâmica islâmica” in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001, p. 194: “*a grande divulgação da cerâmica pintada a vermelho poderá ser uma das manifestações do importante desenvolvimento comercial, ocorrido em finais do século IX e X no al-Andalus Ocidental, consolidada numa maior segurança das rotas marítimas com o Oriente*.”; sobre a mesma questão ver também: Jacinta BUGALHÃO, Susana GOMEZ MARTÍNEZ, “Lisboa uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, em *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de 2003*, Coordenação de Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262.

³⁷² Cf. AL-HIMIARI, *Kitab ar-Rawd al-Mi'tar*, trad. M^a Pilar MAESTRO GONZÁLEZ, Valencia, Anubar, 1963, pp. 43-48. Isabel Cristina Fernandes, “Aspectos da Litoralidade do Gharb al-Andalus: os portos do baixo Tejo e do baixo Sado”, *Arqueologia Medieval*, nº9, Edições Afrontamento, Porto, 2005, pp. 47-60.

³⁷³ Cf. Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 113: “*O amplo alfoz de Lisboa, organizado em torno do estuário produzia em quantidade razoável grande diversidade de produtos. Era à cidade que os produtores viriam comerciar os excedentes, abastecer-se de produtos artesanais que a cidade crescentemente produz e distribui. A importância do comércio e produção artesanal da cidade é assim consequência da riqueza das actividades agrícola, principalmente, pesqueira e extractiva, do seu território de influência*”.

realidade incontornável na Lisboa de inícios do século XIV. Neste sentido, a potenciação das relações com os grandes portos europeus efectuada por D. Dinis através de medidas como a criação da bolsa de mercadores realizada em 1293³⁷⁴, estabelecendo entrepostos comerciais em vários portos europeus, e a contratação do almirante Pessanha oriundo de Génova³⁷⁵, com certeza conhecedor do comércio marítimo mediterrânico e atlântico, não pode deixar de ser observada em concomitância com a iniciativa privada de homens como Bartolomeu Joanes beneficiaram com sucesso da renovada posição estratégica de Lisboa como um porto comercial de longo curso. Não será então de estranhar que a capela construída, após a morte do seu fundador em 1324 e com os fundos do abastado mercador lisboeta, tenha uma qualidade extraordinária e sobressaia no panorama construtivo da época³⁷⁶. Bartolomeu Joanes deixou uma marca indelével na forma urbana da cidade, erguendo para local da sua sepultura uma capela que ainda hoje perdura, no século XXI. O mesmo não se pode dizer do hospital que o mesmo mercador instituiu também nos seus últimos momentos, e cujas condições podem ser observadas no seu testamento. O abastado mercador referiu especificamente nas disposições testamentárias que este hospital fosse construído de raiz, uma situação menos comum, para a estruturas hospitalares da época, como já foi aqui observado³⁷⁷. O Hospital de S. Bartolomeu terá sido construído não muito longe do local onde se ergueu a capela da mesma invocação e, se o testamento do mercador lisboeta foi respeitado, possuía doze leitos, uma cozinha e casa de banho. Infelizmente não se conhece com exactidão o local onde funcionou este hospital, havendo apenas notícia vaga de que se situava no beco de Bartolomeu Joanes, que se localizava algures entre a rua das Cruzes da Sé e a casa dos Bicos³⁷⁸.

³⁷⁴ Sobre esta questão ver: José MATTOSO, *História de Portugal: A monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 158; António Oliveira MARQUES, “A circulação e troca de produtos”, in *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel SERRÃO e Oliveira MARQUES, vol. III, *Portugal em definição de fronteiras*. Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 487-528. O documento original preserva-se em ANTT, *Gaveta III*, Maço 5, nº5; foi publicado em: *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua história*, ed. João da Silva MARQUES, vol. I, Lisboa, 1994, nº29, pp. 21-22.

³⁷⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, livro III, fls. 108 a 127; este documento foi publicado em: Frei Francisco BRANDÃO, *Monarquia Lusitana*, tomo V, Lisboa, 1650, p. 302; Júlio de Castilho estuda o documento em: *Ribeira de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1948, pp. 30-32.

³⁷⁶ Carlos Ferreira de ALMEIDA e Mário BARROCA, *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, p. 58: “É uma excelente construção, muito bem desenhada e cuidada e, se o seu aspecto exterior não resulta da «malfeitoria» de algum restauro exagerado, esta é uma obra bastante avançada, no panorama da nossa arquitectura desse tempo”. Para uma descrição pormenorizada da estrutura arquitectónica desta capela ver: Catarina VILLAMARIZ, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, Dissertação de doutoramento em História de Arte Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012, pp. 388-392.

³⁷⁷ Ver Parte I, subcapítulo 2.4.1 - O Hospital de Domingos Eanes Jarde.

³⁷⁸ Cf. ANTT, *Livro 4º das Capelas*, p. 123, de 1629 (*Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista, Convento de São Bento de Xabregas*, liv. 4) publicado em Henrique Linhares de LIMA, “Bartolomeu Joanes e o seu tempo”, *Olisipo*, nº 43, 1ª série, Lisboa, Grupo “Amigos de Lisboa”, 1948, p. 128: “huas casas em que vive Pedro Fernandes administrador que estão junto da Sé da dita cidade em hum beco sem saida que se chama o beco desta capella,

3. 9 O ADRO DA SÉ E O PAÇO DO CONCELHO

O adro da sé não funcionava apenas como necrópole, pois este local era também utilizado para uma variedade de funções sociais³⁷⁹: local de comércio, de festa, e em destaque, no caso lisboeta, o lugar onde se reunia o concelho da cidade³⁸⁰. Tratava-se portanto de um local de grande relevância para a dinâmica urbana da cidade medieval cristã que só não se tornou na principal praça da cidade, devido ao deslocamento das principais funções políticas e económicas da urbe para o arrabalde ocidental, que ocorreu durante o século XIII³⁸¹. A primeira notícia sobre uma reunião concelhia no adro da Sé data de sete de Agosto de 1285, um momento crucial sobre os destinos da cidade, em que o concelho tenta reaver vários bens urbanos, rendas e impostos que Afonso III teria tomado para si em detrimento do concelho³⁸². É quase certo que as reuniões concelhias no adro da Sé não se iniciaram apenas no último quartel do século XIII³⁸³ e, além disso, sabemos que continuaram a ocorrer durante os reinados de D.

as quaes casas tem huma loja que está na rua que vem da porta do mar para a praça dos canos a qual está defronte das casas de Afonso de Albuquerque, freguesia da dita Sé e parte ao norte com casas do mesmo espirital [hospital de Bartolomeu Joanes] e capella, e a sul com a dita rua pública, e a levante com casas de Diogo Vaz da Veiga e ao poente com casas da Sé...”

³⁷⁹ Sobre o adro como espaço de sociabilidade ver: Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas” in *O ar da cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 53-63; Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 719-720: “*atraindo um vasto conjunto de actividades: os inevitáveis açougues (prolongando a velha tradição mesquita/suq), os alpendres dos mercadores, as reuniões dos homens-bons, numa primeira fase, o exercício da justiça ou as bancas dos tabeliães*”.

³⁸⁰ Sobre o concelho de Lisboa na idade média ver: Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Livros horizonte, 1990; Maria Teresa Campos RODRIGUES, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV*, Separata da Revista Municipal, nº 101 a 109, Lisboa, C.M.L., 1968; Miguel MARTINS, “O concelho de Lisboa durante a Idade Média. Homens e organização municipal”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 7, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005, pp. 64-110. Sobre a formação e génese do espaço do poder concelhio no reino português ver: Luísa TRINDADE, “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na cidade tardo medieval Portuguesa”, in *Evolução da paisagem urbana: Sociedade e Economia*, Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO (coord.), Braga, CITCEM, 2012, pp. 209-227.

³⁸¹ Ver Parte III, Capítulo 5 - A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

³⁸² AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287, fls. 203-204; *Livro II de Místicos de Reis*, pp. 100-101: “*Em nome de Deus amem. Saibham todos quantos este estormento virem e leer ouvirem que pregooes foram dados e apregodos per mandado do alcaide e dos alvaziis de Lixboa pellos porteiros e pellos pregoeiros dessa villa assi pella villa come pellos termos della que todo o conçelho da villa assi cavalleiros come çidadãaos e mercadores e petes e moradores da villa e de todos seus termos que todos viessem terça feira VII dias andados d’Agosto ao comçelho a See o quall dia lhiis foy asinado e ao dicto dia asiinado e no dicto logo nosso senhor el rey dom Denis foy hi presente e o comçelho per pregom foy hi presente presente nos...*”

³⁸³ A primeira referência ao concelho de Lisboa ocorre no foral 1179, o que nos leva a considerar que ocorriam reuniões concelhias no adro da própria Sé muito antes de estarem documentadas (cf. AML-AH, *Livro I de Místicos de Reis*, doc. 3, ou DMP – *Documentos Régios*, doc. 336: “*Et almutazaria sit de concilio et mittatur almutaze per alcaidem et per concilium ville.*”

Dinis e do seu filho, nomeadamente em 1321³⁸⁴, 1331³⁸⁵, 1336³⁸⁶ e 1355³⁸⁷. Em algum momento que não se consegue precisar, o concelho terá adquirido casas fronteiras ao adro da Sé, para aí realizar as suas reuniões. Vários autores têm proposto que essas casas teriam pertencido à família Bulhão, e que aí teria nascido Fernando Martins de Bulhão, entre 1188 e 1195, mais tarde conhecido como Santo António, canonizado em 1232 pelo papa Gregório IX³⁸⁸. A questão que se levanta consiste em perceber o que existia em primeiro lugar, a sede concelhia ou a capela dedicada ao santo lisboeta? Tradicionalmente tem-se repetido que pouco depois da canonização de santo António as gentes de Lisboa terão feito uma capela no local onde este nasceu e viveu³⁸⁹. No entanto, a primeira referência a

³⁸⁴ AML, *Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I.*, doc. 15, uma exposição lida por Aparício Domingues em nome de D. Dinis, sobre a revolta do infante D. Afonso, e a resposta dada pelo Concelho de Lisboa, composto em 17 de Dezembro de 1321 e publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, p. 135: “na cidade de Lixboa no Adro da See”.

³⁸⁵ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 47, fl. 46v. Este documento insere-se nos *Capítulos Gerais do Povo apresentados às cortes de Santarém de 1331*: “na cidade de Lixboa em no adro da see”.

³⁸⁶ AML, *Livro I de Místicos*, doc. 3, um termo de arrendamento sobre a sisa do vinho, conforme carta régia, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, p. 13: “na cidade de Lixboa no Paço do Concelho”.

³⁸⁷ AML, *Livro I de Místicos*, doc. 6, numa resolução do Concelho em lançar sisa por um ano sobre o vinho, para cobrir as despesas feitas com as muralhas e portas da cidade e com o seu abastecimento de pão, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, p. 23: “na cidade de Lixbona ante a porta da See”.

³⁸⁸ Sobre a ligação entre Santo António e o Paço do Concelho ver: Luís Pastor de MACEDO e Norberto ARAÚJO, *Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1951; Margarida Garcez VENTURA, “Breves notas sobre a institucionalização de permanências numa súplica do povo de Lisboa ao para Eugénio IV”, in *Congresso Internacional. Pensamento e Testemunho. 8º Centenário do nascimento de Santo António. Actas*, vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1996, pp. 1019-1031; *Idem*, “Uma casa diante da Porta da Sé: de Fernando Martins a Santo António”, *Olisipo*, 2ª série, nº 17, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 2002, pp. 35-38; Mário FARELO, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de doutoramento apresentado a Universidade de Lisboa, 2008, pp. 91-93. Sobre a cronologia do nascimento, vida e morte do santo ver: António COSTA, “O autor da «Vita Prima» de S. António e seus informadores portugueses. Revisão crítica das opiniões sobre a idade do santo” in *Colóquio Antoniano*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, pp.25-48.

³⁸⁹ Eduardo Freire de OLIVEIRA parece ser o autor desta ideia, afirmando: “cremos não errar muito fixando a fundação da capela de Santo António no segundo ou terceiro quartel do século XIII, talvez no reinado de D. Sancho” (cf. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte. Tomo II, Lisboa, Typographia Universal, 1885, pp. 529 e segs.). Mas a verdade é que nem os autores da *Historia Real da Casa de Santo António* afirmam tal coisa, pois, limitando-se a seguir as fontes documentais consideram que “a epocha precisa da fundação da casa de S. Antonio (conhecida a principio pelo nome de S. Antoninho) não é muito certa, nem sobre ella encontramos noticia ou documento algum positivo; é porém indubitável que foi levantada logo nos principios do seculo XV pela cidade e Camara de Lisboa, cuja devoção para com o Santo era extrema, escolhendo-se para esse fim o próprio local aonde elle vira a luz do dia no espaço entre a porta principal da sé e o arco de ferro” (cf. Levy Maria JORDÃO e José CORREA, *Historia da Real Casa de Santo Antonio*, Lisboa, Imprensa União-Typographica, 1857. p. 1). A ideia de que a capela dedicada a Santo António é anterior aos paços do concelho tem sido repetida por vários autores (Luís Pastor de MACEDO e Norberto ARAÚJO, *Casas da Câmara...*, pp. 23-25; Margarida Garcez VENTURA, “Breves notas...”, p. 1028; Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 228-229. Margarida Garcez Ventura, que realizou uma ampla pesquisa documental sobre a igreja de Santo António, encontrou apenas, além da referida bula de 1433 e de uma súplica despachada por Eugénio IV a 25 de Setembro de 1435, uma referência a um tal Álvaro Gonçalves de Santoantoninho, morador em Lisboa, numa carta de seguro de D. Duarte em Junho de 1435. Estes resultados levaram a investigadora a considerar que “no que diz respeito à toponímia, é desconcertante que, mesmo após o

um templo dedicado a santo António surge apenas em 1428 num contrato entre o Concelho e o mestre pedreiro Lopo Eanes sobre obras na capela de “Santo Antoninho”³⁹⁰. Apenas cinco anos depois, em 1433, foi feita uma bula papal onde se estabelece que a capela ou igreja de Santo António ficaria “livre da jurisdição ordinária do arcebispo, arceediago e demais autoridades da Sé de Lisboa”³⁹¹. Freire de Oliveira defende, sem base documental, que “cremos não errar muito fixando a fundação da capela de Santo António no segundo ou terceiro quartel do século XIII; talvez no reinado de D. Sancho II”, no entanto não conhecemos qualquer notícia documental sobre esta igreja ou capela nos séculos XIII ou XIV³⁹². Ou seja, só obtemos confirmação documental da existência de um templo dedicado ao santo lisboeta em 1428. No sentido oposto, é um facto que o primeiro Paço do concelho de Lisboa se localizava, em 1322, em frente ao adro da Sé³⁹³. Deste modo, é certo que o concelho adquiriu, ou recebeu por doação, casas fronteiras ao adro, onde habitualmente se reunia, uma situação que parece também ter ocorrido em Santarém, relativamente ao adro da Igreja de Marvila³⁹⁴ e em Óbidos no adro da igreja de Santa Maria³⁹⁵. Apesar de não conseguirmos perceber com exatidão como decorreu o processo em que o concelho se fixa junto ao adro da Sé, é importante reter a sua presença naquele que era um dos principais pontos nevrálgicos da sociedade lisboeta medieval, afirmando-se como um dos atores do desenho da forma urbana da cidade. A escolha do local onde terá nascido e vivido Santo António para a sede do concelho não foi com certeza ocasional. Levantam-se então duas hipóteses que dificilmente terão resposta cabal. A primeira hipótese é que poderá ter existido um pequeno oratório,

estabelecimento de uma capela na casa do santo, estas nunca surjam como demarcação da propriedade urbana” (Margarida Garcez VENTURA, “Breves notas...”, p. 1024).

³⁹⁰ AML, *Livro I de Místicos*, doc. 15, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, p. 55: “...estando hi Lopo Eanes, pedreiro, morador em a dicta cidade, logo pelos sobreditos vereadores e homes boons foy dicto que eles davam de empreitada a ele dicto Lopo Eanes que ele alçe a parede de arredor da capela de Santo Antonhinho com suas freestas de nove palmos em alto e seer a dicta obraa delo lagiamento em alto duas braças de maneira em alto. E a dicta obra seer toda de boa pedra lioz de cantaria asii de dentro como de fora, limpa e bem lavrada poendo ele dicto Lopo Eanes toda a pedra e cal e augua e mesteiraes e todallas outras coussas que à dicta obra pertecer...”

³⁹¹ Norberto de Araújo e Luís Pastor de Macedo seguem a proposta de Eduardo Freire de Oliveira, a nosso ver, de modo demasiado confiante, dada a falta de documentação que a confirme. Um documento não datado indica que Vicente Martins de Bulhão, avô paterno de Fernando Martins de Bulhão terá habitado numa casa na paróquia de S. Mamede, no entanto esta informação não esclarece a questão. (Luís Pastor de MACEDO e Norberto ARAÚJO, *Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1951, p. 21-23). A referida bula de 1433 está publicada em: Levy Maria JORDÃO e José CORREIA, *Historia da Real Casa de Santo António, Lisboa*, Imprensa União-Typographica, 1857, pp. 43-44.

³⁹² Cf. Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 1ª Parte. Tomo II, Lisboa, Typographia Universal, 1885, p. 532.

³⁹³ Tal como observou Mário Farelo, o primeiro documento que refere o Paço do Concelho data de Maio de 1322. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª incorporação, maço VI, doc. 37 (Cf. Mário FARELO, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de doutoramento apresentado a Universidade de Lisboa, 2008, p. 91).

³⁹⁴ Cf. Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora” in *O ar da cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 182.

³⁹⁵ O caso de Óbidos é cronologicamente muito próximo do de Lisboa, pois o seu paço do concelho surge documentado logo em 1334 (cf. Manuela Santos SILVA, *Estruturas urbanas e Administração Concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997, p. 87).

anterior à instalação do concelho nas casas próximas ao adro da Sé, o qual não seria reconhecido pelas entidades eclesiásticas da cidade, uma vez que não consta nas conhecidas listas de igrejas da cidade, e que seria posteriormente administrado pelo concelho, o que explicaria parcialmente a ausência de referências a um templo. Convenientemente, este pequeno oratório foi ligado ao local de nascimento de Fernando Martins de Bulhão. A outra hipótese é que tenha sido o próprio concelho a fundar um templo no local mais conveniente para solidificar a sua ligação com o santo, o paço do concelho. Esta fundação de um templo dedicado a Santo António poderá ter ocorrido provavelmente durante o reinado de D. João I, pois, como vimos, é no final do seu reinado que surgem as primeiras referências documentais um templo nesse local. O contrato de 1428, já aqui referido, é especialmente interessante, pois revela obras de relevo nas quais se intui a transformação de um templo de construção humilde, para uma construção “toda de boa pedra lioz de cantaria asii de dentro como de fora, limpa e bem lavrada”³⁹⁶.

Seja como for, importa sublinhar a intenção do concelho em se associar ao culto do santo obtendo assim prestígio e uma ligação incontornável com o santo lisboeta, beneficiando de proveitos económicos, pois esta igreja pertenceu sempre ao concelho e não à mitra da cidade.

3.10 UMA HABITAÇÃO DE ÉPOCA ISLÂMICA NO ANTIGO TEATRO ROMANO

Um pouco acima da Sé, ergueu-se o imponente teatro romano de *Olisipo*, possivelmente construído no século I d.C.³⁹⁷. Esta obra, que alterou substancialmente a forma urbana da cidade em época romana, obrigou à execução de um extraordinário projecto de engenharia que criou um extenso patamar artificial na colina do castelo e que obrigou à construção uma vasta estrutura de contenção tanto do teatro como da própria colina que o suportava³⁹⁸. Entre os séculos V e VI o teatro deixou de funcionar como edifício público, pois foi detectada uma pequena habitação dessa época instalada entre os muros do *vomitorium*, ou seja, uma área de acesso ao interior do teatro, demonstrando uma clara

³⁹⁶ *Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos, Livro II del Rei D. Fernando*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1949, pp. 55-56.

³⁹⁷ Lídia FERNANDES, “Teatro romano de Olisipo: a marca do novo poder romano” in *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. ARNAUD, A. MARTINS, C. NEVES), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, 2013, p. 765.

³⁹⁸ A bibliografia sobre o teatro romano de Olisipo é vasta, limitamo-nos aqui a indicar apenas alguns trabalhos de referência: Lídia FERNANDES, “Teatro Romano de Lisboa. Os caminhos da descoberta e os percursos de investigação arqueológica”, *Al-Madan*, 2ª série, n.º 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro, 2007, pp. 28-39; “Teatro Romano de Olisipo: a marca do novo poder romano” in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 765-773; “Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de uma década de intervenção e novos projectos para o espaço museológico”, *Al-madan*, IIª série, 18, Centro de Arqueologia de Almada, 2013, p. 51-62.

alteração funcional da estrutura³⁹⁹. Abandonadas as funções lúdicas para o qual o monumento foi construído, todo o teatro foi progressivamente envolvido pela malha urbana que rodeava o edifício. É importante notar que a desactivação e conseqüente alteração funcional do teatro ocorreram muito antes da chegada dos muçulmanos à cidade. Para além da casa edificada no *vomitorium*, foi também identificada uma habitação de época islâmica, aproveitando um outro local do teatro, neste caso a estrutura que sustentava o *postcaenium*, um espaço compartimentado que poderá ter funcionado como uma divisão onde se recolhia o vestuário e outros adereços dos actores. A cronologia para a reutilização deste espaço como habitação oscila entre os séculos XI e XII, ou seja, no período final de domínio político muçulmano⁴⁰⁰. Trata-se portanto de um processo de privatização de um edifício público, que perdura ao longo da época medieval. Tal como os arqueólogos responsáveis pela escavação notaram, a divisão localizada no *postcaenium* tratava-se de um local privilegiado para ser usado como habitação familiar, devido tanto à robustez da construção como à localização virada a Sul, beneficiando ainda da elevação que lhe oferecia uma panorâmica muito abrangente do rio e das suas margens⁴⁰¹. É também importante assinalar a descoberta de um silo, também inserido nos muros do *postcaenium*, que, de acordo com os materiais aí encontrados, terá funcionado entre os séculos XI e XIV, ou seja, permaneceu em funcionamento quer na época de domínio político islâmico quer durante o domínio cristão⁴⁰². No fundo deste silo foi identificada uma estrutura hidráulica, com a forma de um cano de grandes dimensões, cuja função exacta não foi até agora possível compreender. Além disto, é muito provável que as ruínas do teatro romano já não estivessem visíveis no último quartel do século XII, pois, tal como observou Lídia Fernandes, haveria falta de silhares de pedra disponíveis para a obra de construção da Sé, apenas alguns metros de distância do antigo teatro⁴⁰³.

³⁹⁹ Lídia FERNANDES, “Teatro Romano de Lisboa. Os caminhos...”, p. 33.

⁴⁰⁰ Cf. Lídia FERNANDES, João COROADO, *et alii*, “Ocupação medieval islâmica no Teatro Romano de Lisboa: o caso do aproveitamento do *postcaenium* no decurso do século XII”, In *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).

⁴⁰¹ Cf. Lídia FERNANDES, *et alii*, “Ocupação medieval islâmica no Teatro Romano de Lisboa: o caso do aproveitamento do *postcaenium* no decurso do século XII”, In *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo): “esta parte da estrutura do *postcaenium* reúne ótimas condições para o estabelecimento de unidades familiares. Com efeito, o núcleo habitacional já se encontrava construído, apresentando uma robustez muito superior a qualquer outra habitação a que se propusessem realizar. Os muros resistentes e o espaço rectangular bem delimitado, com um pavimento forte e horizontal, ofereciam condições ideais para o assentamento de um núcleo familiar. Se aliarmos a estes aspectos, o facto deste local se encontrar virado para sul, tendo diante si uma encosta aprazível e o rio ao fundo da encosta, as condições reunidas constituem, efectivamente, uma mais-valia para o estabelecimento humano.” Agradecemos à arqueóloga Lídia Fernandes por nos ter facultado o acesso ao texto desta publicação ainda no prelo.

⁴⁰² Lídia FERNANDES, António MARQUES e Andreia TORRES, “Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas”, *Arqueologia Medieval*, nº 10, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2008, pp. 159-184.

⁴⁰³ Lídia FERNANDES, “Teatro romano de Lisboa: Novos elementos para a sua história no período Medieval” in *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 1994, p. 241: “O autor do texto fala-nos claramente da falta de pedra que o mestre de obras sentia para a construção da Sé. Se, por acaso o teatro romano estivesse

3.11 Os BRANCOS: VESTÍGIOS DO SUQ DA MEDINA?

Num local impreciso entre a catedral e a porta do Ferro, a documentação do reinado de Afonso III e do seu sucessor regista várias tendas, num espaço então conhecido como os *Branços*⁴⁰⁴. Os estudos feitos sobre o urbanismo das cidades do al-Andalus revelam que os *aswaq* (pl. de *suq*) se localizavam maioritariamente junto da mesquita maior, desenvolvendo-se ao longo da via que partia desse templo para a principal porta da cidade⁴⁰⁵. Ora, é exactamente nesse local que se localizavam os “Branços”, registados na documentação desde o início do século XIII⁴⁰⁶. Nos anos setenta do século XX, Gérard Pradalié identificou os Brancos como um bairro comercial que seria “uma sobrevivência de época muçulmana, embora seja de importância secundária”⁴⁰⁷. Relativamente ao primeiro ponto a proposta de Pradalié é pertinente, no entanto, não estamos certos de que se tratasse de um local de relevância secundária para a cidade durante a época de domínio muçulmano pois a sua localização, como já referimos coincide com a que seria expectável para se situar o principal *suq* da medina.

Observando a documentação que refere os Brancos, sobressaem três momentos distintos, que apresentam um factor comum: a intervenção régia. Num primeiro momento, mais precisamente em 1217, é possível observar numa doação de várias propriedades por parte de Afonso II em favor de

visível não seria necessário percorrer tão longo e penoso caminho quando ali, tão perto, quase contíguo, o teatro oferecia um manancial dos melhores para a obtenção de pedra e, ainda por cima de pedra talhada.” Lídia Fernandes refere-se ao texto escrito por mestre Estêvão, chantre da sé de Lisboa, intitulado *Miracula S. Vicentii*, escrito entre 1173 e 1185 (cf. Aires de NASCIMENTO, *S. Vicente de Lisboa e seus Milagres Medievais*, Lisboa, Didaskalia, 1988, p. 51).

⁴⁰⁴ Carlos Guardado da Silva, na cartografia anexa à sua dissertação de doutoramento, localiza os brancos num pequeno beco da rua que passava a Norte da igreja de Santo António, mas não nos informa sobre a documentação usada para essa localização (Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa medieval: a organização e a estrutura do espaço urbano*, dissertação de doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005).

⁴⁰⁵ Tal como acontecia em Almería, onde a principal via de acesso que fazia a penetração no centro da cidade medieval em direcção à mesquita maior (cf. Lorenzo CARA BARRIONUEVO, Rosario MORALES SANCHÉZ, José GARCIA LÓPEZ, “Arqueología urbana e historia de la ciudad. El caso de Almería Medieval” in *Ciudad y territorio en Al-Andalus*, Berja, Athos-Pérgamos, 2000, p. 172); o “zoco grande” de Córdoba também se situava entre a mesquita maior e o Alcácer após a intervenção de al-Hakam I que para ali o trasladou a partir do arrabalde de Saqunda, após a revolta de 806 (cf. *Guía Arqueológica de Córdoba*, Desiderio VAQUERIZO GIL (dir.), Córdoba, Plurabelle, 2003, p. 162.); o caso de Sevilha é bem ilustrativo da profunda ligação topográfica entre mesquita e o mercado, pois a mudança urbanística realizada em época almóada ao alterar a localização da mesquita maior, trasladou também o principal centro comercial da urbe para junto da nova mesquita aljama (cf. Enrique DOMINGUÉZ BERENJENO, “La remodelación urbana de *Ishbilla* a través de la historiografía Almohade”, *Anales de arqueología cordobesa*, nº12, Cordova, Universidad de Córdoba, 2001, p. 182). Importa também traçar um paralelo mais longínquo com Damasco, pois esta foi a cidade modelar para os Omíadas, que governaram o al-Andalus durante século. Uma planta de Damasco no século XII, feita a partir da descrição de Ibn Asakir, revela que os principais *aswaq* (pl. de *suq*) se localizavam ou no antigo cardo romano, em ligação com a Mesquita Grande, ou no decumano, caso do as-Suq al-Kabir, o “mercado grande” (cf. Pedro CHALMETA, *El Zoco Medieval: contribución al estudio de la historia del mercado*, Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2010, p. 269). Sobre a localização, estrutura e funções do *suq* no mundo islâmico em geral ver a entrada “*suk*”, na *Encyclopaedia of Islam: New Edition*, vol. IX, 1997, pp. 786-801 e Pedro CHALMETA, *El Señor del zoco en España*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1973; Pedro CHALMETA, *El Zoco Medieval: contribución al estudio de la historia del mercado*, Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2010.

⁴⁰⁶ Cf. ANTT. *Forais Antigos*, Maço XII, nº 3, fl. 37 (1217).

⁴⁰⁷ Gérard PRADALIÉ, *Lisboa: Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas editores, 1975, p. 41.

Rodrigo Soares, uma referência aos *brancos*, que não são descritos e por isso não é possível perceber exactamente a sua tipologia, mas a sua localização é referida: *quos habuimos super ecclesiam Sedis Sce Marie Ulixbone*⁴⁰⁸. O segundo momento de que temos notícia sobre os Brancos ocorre no final do reinado de Afonso III, em 1276, quando são realizadas centenas de cartas de composição inseridas numa vasta operação de iniciativa régia sobre propriedades urbanas em Lisboa, onde são referidas três composições sobre tendas nos Brancos, onde é possível constatar pelas confrontações que existia nesse local um aglomerado de tendas e também uma propriedade descrita como a “*quintã dos cónegos*”⁴⁰⁹. Durante o reinado do lavrador, dos cinco documentos que nos chegaram referentes aos Brancos, três são aquisições efectuadas pelo monarca entre 1283 e 1295, um consiste num aforamento de uma casa pelo rei a Pedro Eanes seleiro, em 1301, e o último documento consiste no inventário dos bens reais concebido entre 1299 e 1303, onde se confirma a propriedade da coroa de todas as propriedades referidas nos documentos anteriores⁴¹⁰. Nesta documentação nota-se a persistência da propriedade em algumas famílias até ao reinado de D. Dinis, momento em que o monarca adquire as metades de tendas que ainda não lhe pertenciam, tornando-se assim no único proprietário dessas tendas. Em breve este núcleo comercial iria provavelmente desaparecer, pois são escassas ou praticamente nulas as referências que se encontram na documentação posterior ao reinado de D. Dinis de tendas nos

⁴⁰⁸ Cf. ANTT, *Forais Antigos*, Maço XII, nº 3, fl. 37 (1217).

⁴⁰⁹ Em 26 de Julho 1276, regista-se uma composição sobre uma tenda com sobrado, entre Afonso III e Domingas Garrida, nas confrontações surgem outras tendas, e uma quinta dos canónicos (cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, cod. 314, fl. 57-58v; publicado em *Documentos para a História da Cidade da Lisboa*, 1954, pp. 354-355); exactamente no mesmo dia foi também celebrada uma outra composição sobre uma tenda entre Afonso III e Domingas Diaz, que foi mulher de Bartolomeu Pires. Nas confrontações desta composição surgem: a oriente, via publica; a ocidente Domingos Pires seleiro; a Norte, adega de Elvira Migueis; a sul via pública. (cf. ANTT, *Direitos Reais*, Livro 2, fl. 92 e 92v). Em 27 de Agosto 1276, regista-se composição sobre uma tenda com sobrado, entre Afonso III e Vicente Anes toneleiro e sua mulher Auroana Martins, nas confrontações refere-se outra tenda que foi de D. Vivaldo e uma casa que foi de João Eanes Moçarave (cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, cod. 314, fl. 23-23v; publicado em *Documentos para a História da Cidade da Lisboa*, 1954, pp. 356-357).

⁴¹⁰ Em 9 de Junho de 1283, regista-se a venda de metade de uma tenda com seu sobrado pertencente a Estevão Lourenço, Domingas Diaz e Margarida Bartolomeu, filha de Domingas Diaz, em favor de D. Dinis, (ANTT, *Direitos Reais*, livro 2, fl. 116 e 116v.); Em 18 de Junho de 1283, ocorre a venda de metade de uma tenda, por Vicente Eanes tanoeiro, Ouroana Martins, Gonçalo Eanes tanoeiro e Dona Margarida, vendendo a D. Dinis (ANTT, *Gaveta XI*, maço 2, nº 24); Em 1 de Junho de 1295, regista-se a venda de metade de uma tenda com seu sobrado, por Afonso Fernandes “neto da Garrida”, e Domingas Lourenço a D. Dinis (ANTT, *Direitos Reais*, livro 2, fl. 82 e 82v.); Em 1 de Julho de 1301, regista-se o aforamento de uma casa pertencente a D. Dinis a Pero Eanes seleiro, surgindo nas confrontações, Maria Garrida, uma casa de S. Jorge e vias públicas (ANTT, *Núcleo Antigo*, cod. 314, fl. 105v-106 publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*, Lisboa, CML, 1954, pp. 358-359); o *Reportório das casas e tendas que D. Dinis possuía em Lisboa*, elaborado entre 1299 e 1303, confirma a posse da coroa em todas as propriedades anteriormente referidas: “*Também possui o senhor Rei na freguesia da Sé aos Brancos duas casas livres e desimpedidas para si com os seus chãos e sótãos. Também possui metade de outra casa nos Brancos da Sé da qual têm a outra metade os herdeiros de Garrida, metade que depois o senhor Rei comprou. É toda do Rei. Também possui o senhor Rei nos Brancos da Sé três partes de oito quinhões de uma casa com o seu sótão e seu chão que foi de Domingos Peres seleiro.*” (tradução nossa) (cf. ANTT, *Núcleo antigo*, cód 314, antº 90, fl. 3v.; sobre a datação e produção deste documento ver: Mário Alberto Costa, *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991, pp. 29-50).

Branços⁴¹¹. Assim, se o principal *suq* da cidade em época de domínio islâmico realmente se situava nesta zona, podemos afirmar que a gradual transferência do centro comercial da cidade para a margem litoral do arrabalde ocidental levou a uma clara alteração funcional nesta zona da urbe, alterando-se a sua função de zona comercial para um espaço maioritariamente habitacional.

⁴¹¹ Numa análise à propriedade régia registada nas chancelarias de Afonso IV, D. Pedro e D. João I apenas verificámos uma única referência a “*casas aos bracos (sic) da Sé, que partem com Martim Anes, com casas que traz Gomes Anes escrivão que foi da câmara de Lisboa e com ruas públicas, a Gonçalo Anes pintor e sua m.*” de 1394 (cf. *Chancelaria de D. João I*, vol. II, tomo 2, doc. 696, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 44).

CAPÍTULO 4: O PATAMAR INFERIOR

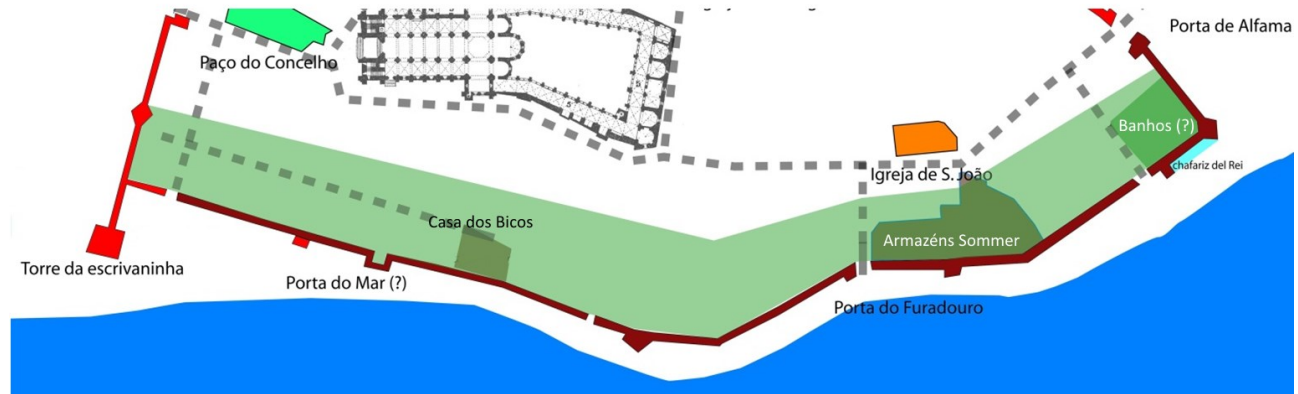
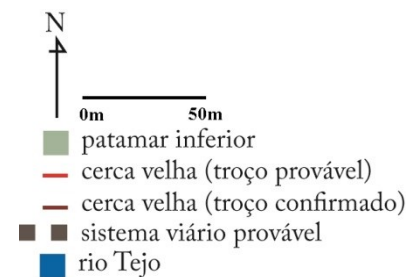


Figura 21. O Patamar Inferior



4.1 A MURALHA, O RIO E A PORTA DO MAR

Ao longo do lanço ribeirinho da muralha importa analisar outros três pontos específicos: o local onde está actualmente a Casa dos Bicos, o local conhecido como armazéns Sommer e o Chafariz del Rei. No interior da Casa dos Bicos, um edifício quinhentista, foi verificado que a muralha medieval seguia um traçado muito semelhante ao traçado da muralha tardo romana (finais séc. III/inícios do séc. IV) e também foi confirmada a substituição de uma torre semicircular dessa época por outra quadrangular já de época medieval⁴¹². Outro factor relevante que a arqueologia permitiu observar é que do lado externo da muralha não houve qualquer urbanização ou construção até meados do século XV e inícios do século XVI, ao contrário da urbanização verificada em inícios do século XIV junto da Torre da escrivãzinha⁴¹³. Deste modo, constata-se que a margem do rio, influenciado pelas marés oceânicas,

⁴¹² Cf. Clementino AMARO, “Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica”, *Arqueologia, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*, Porto, nº6, 1982, pp.96-111; “Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História” in *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994, pp. 110-111; Eurico de SEPÚLVEDA e Clementino AMARO, “Casa dos Bicos, 25 anos depois”, *Al-Madan*, 2ª série, nº 15, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. VIII – 1-9.

⁴¹³ Cf. Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 73.

se situou junto da face externa da muralha até ao século XV⁴¹⁴. Esta informação significa que, neste preciso local, o limite meridional da cidade em relação ao Tejo teve uma perenidade assinalável, praticamente milenar, se tivermos em conta os séculos que passaram entre a construção da muralha tardo romana, em finais do século III ou inícios do século IV e o século XV, quando começam a surgir aterros neste local.

No lanço ribeirinho da Cerca Velha existiram duas portas de acesso à medina. A mais ocidental era a Porta do Mar, referida pelos geógrafos árabes, como o *Bab al-Bahr*:

*“Tem uma porta meridional chamada Porta do Mar, por onde entram as ondas do mar quando da maré cheia, a qual sobe na sua muralha três pés.”*⁴¹⁵

Augusto Vieira da Silva sugeriu que a Porta do Mar tivesse correspondência com o actual Arco Escuro, no entanto a sua localização exacta não é ainda hoje conhecida, pois as escavações arqueológicas aí realizadas não confirmaram a sua localização exacta⁴¹⁶. Deste modo, parece-nos possível que a Porta do Mar referida pelos geógrafos árabes correspondesse ao posterior Arco das Portas do Mar, mas esta proposta apenas poderá ser confirmada após a realização de escavações arqueológicas nesse local. A outra porta do lanço ribeirinho, o *Bab al-Madik*, e mais tarde Porta do Furadouro situava-se mais a oriente.

4.2 DO BAB AL-MADIK AO ARCO DE JESUS

Nos armazéns Sommer verificou-se uma situação análoga à da casa dos Bicos, mas ainda mais significativa, pois, neste local foi arqueologicamente comprovada a coincidência do traçado da cerca urbana em três momentos construtivos diferentes: a muralha romana do século I, a muralha tardo

⁴¹⁴ Facto também corroborado pelos geógrafos árabes, em época de domínio islâmico (Cf. Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 45: “há umas termas perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as”; p. 47: “Tem uma porta meridional chamada Porta do Mar, por onde entram as ondas do mar quando da maré cheia, a qual sobe na sua muralha três pés”).

⁴¹⁵ Cf. Al-Bakri traduzido em: Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e seu termo...”, p. 47.

⁴¹⁶ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 112; Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 72: “A Arqueologia detetou apenas a coincidência do traçado da muralha romana tardia com o da muralha medieval.”

romana de final do século IV ou inícios do V, e a muralha de época medieval⁴¹⁷. Este local adquire ainda maior relevância porque a arqueologia confirmou também aqui a continuidade de uma porta da cerca urbana entre a época tardo romana e a actualidade, tendo havido uma remodelação muito significativa no século XVI com as remodelações urbanas realizadas a mando de D. Manuel⁴¹⁸. Com efeito, no local do atual arco de Jesus existiu uma porta de época tardo romana que fazia o acesso entre o exterior da urbe e umas das principais vias da cidade que tinha uma orientação Sul-Norte, a qual daria possivelmente acesso ao decumano que percorria a urbe entre a Porta de Alfama e a Porta do Ferro⁴¹⁹. Esta porta manteve-se em funcionamento durante toda a época medieval, possivelmente correspondendo ao *Bab al-Madik* de época islâmica, referido pelos geógrafos árabes⁴²⁰, e conhecida em época cristã como Porta do Furadouro⁴²¹. Trata-se portanto de mais um caso de continuidade milenar, entre a cidade romana e a urbe medieval que ocorre devido à perenidade do traçado da cerca urbana e dos seus acessos. Tal como no local da casa dos Bicos, as escavações arqueológicas que decorrem no presente momento parecem demonstrar que não foram realizados aterros significativos que permitissem construções perenes no lado exterior da muralha. No lado interior da muralha foram observadas fossas de armazenamento e outras estruturas variadas de época medieval, possivelmente de cariz habitacional, mas ainda não totalmente identificadas. Como observámos presencialmente, a vasta área dos antigos armazéns Sommer detém um potencial arqueológico elevadíssimo, mas visto que os relatórios das escavações arqueológicas que decorrem neste momento não se encontram disponíveis, pouco mais podemos referir sobre este espaço que será futuramente um dos pontos arqueológicos mais importantes de Lisboa⁴²².

⁴¹⁷ Tal como nos informam os resultados das escavações arqueológicas realizadas em 2004: Alexandra GASPARG, Ana GOMES, “As muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo”, in *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Império – Lucus Augusti como paradigma*, Diputación Provincial, Lugo, 2007, pp.687-697

⁴¹⁸ Cf. Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 73.

⁴¹⁹ *Ibidem*.

⁴²⁰ Cf. Al-Bakri e *Dikr Bilad al-Andalus*, traduções em: Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 47,65 e 71.

⁴²¹ Tal como observou Augusto Vieira da Silva na *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes e num documento do fundo de Chelas de 1426 (maço 3, nº 41). Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 134-135.

⁴²² As escavações arqueológicas nos Armazéns Sommer foram parcialmente realizadas em 2004 por Ana Gomes e Alexandra Gaspar (alguns resultados foram publicados em: Alexandra GASPARG, Ana GOMES, “As muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo”, in *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Império – Lucus Augusti como paradigma*, Diputación Provincial, Lugo, 2007, pp.687-697). Em 2014 iniciou-se uma nova campanha arqueológica a cargo da empresa Neoépica, dirigida por Nuno Neto, Paulo Rebelo, Ricardo Ávila e Miguel Rocha, muito mais vasta que abrange os 5900 m2 onde se implantava o antigo palácio dos Condes de Cocolim. Os dados aqui referidos foram registados numa visita guiada realizada, enquanto decorriam as escavações arqueológicas e por isso não foi possível obter dados mais concretos, pois o estudo das estruturas e materiais não foi ainda divulgado. A visita ocorreu em 27 de Janeiro de 2015.

4.3 O CHAFARIZ DEL REI

Relativamente ao chafariz del Rei, localizado no vértice sudeste da cerca velha, é muito provável que corresponda ao “*achafarizem sancti iohannis*” referido nas inquirições de 1220, como sugere Augusto Vieira da Silva⁴²³. Se assim for, a proximidade da igreja de S. João da Praça poderá explicar o antigo topónimo. Segundo este olisipógrafo, a alteração toponímica para “chafariz del Rei”, poderá corresponder a uma remodelação feita em época de D. Dinis, hipoteticamente uma “mudança para o exterior da muralha”⁴²⁴. Esta afirmação terá por base o sumário de um documento proveniente dos *Apontamentos dos Brandões*, onde se refere que, em Outubro de 1308, D. Dinis isentou o clero lisboeta de contribuir para a construção de uma fonte que estava a ser erigida a mando do próprio monarca⁴²⁵. A falta de documentação que corrobore solidamente as sugestões dos olisipógrafos obrigamos a avançar com prudência. No entanto, é seguro afirmar que no último quartel do século XIV já existia um chafariz denominado “del Rei”, pois Fernão Lopes, na crónica de D. Fernando refere “o chafariz del Rei, que é uma mui grande e mui fermosa fonte, abastança de grande abundança de água que continuamente corre”, descrição que se enquadra no referido chafariz⁴²⁶. Além disso, na chancelaria de D. João I, encontra-se uma referência a um documento de 1384 que menciona “os banhos da cidade de Lisboa que stam sobre o chafariz del Rey”⁴²⁷. Esta referência a “banhos da cidade” perto do Chafariz del Rei permitem-nos considerar que o chafariz referido no *Livro dos bens Próprios dos Reis e Rainhas*, onde se inventaria a propriedade de D. Dinis em Lisboa, entre 1299 e 1300, é a mesma fonte pública posteriormente denominada Chafariz del Rei, pois nesse inventário é referido que, na freguesia da Sé, “também possui o senhor Rei uns banhos ao Chafariz e uma casa por cima do mesmo chafariz”⁴²⁸. Deste modo, considerando toda a documentação referida, é possível consolidar as

⁴²³ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 148: “*Este chafariz era designado no reinado de D. Afonso II ou III, por achafariz Sancti Johannis (da Praça), e é por ventura a mais antiga fonte pública de Lisboa, já existente com certeza no tempo do domínio romano e do muçulmano, mas provavelmente no lado interior da cerca moura, bem que não haja documento a confirmá-lo*”. A edição latina do texto do *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo* foi editada pelo IEM para o projecto *Regnum Regis – As inquirições de 1220 e a génese da memória documental do reino medieval português*: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades.pdf.

⁴²⁴ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 148.

⁴²⁵ Cf. BNP, *Códice Alcobacense* 114, fl. 339 v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 296.

⁴²⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975, Cap. LXXX. Num outro capítulo da mesma crónica encontra-se mais uma referência ao Chafariz del Rei: “...a cerca velha, que he des a porta do Ferro até a porta d’Alfama e des o chafariz d’el-rrei até a porta de Martim Moniz...” (cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Cap. LXXIII, pp. 258).

⁴²⁷ ANTT, *Chancelaria de D. João I*, I-1, doc. 25 de 20 de Fevereiro de 1384.

⁴²⁸ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 3v.

suposições dos olisipógrafos e afirmar com mais solidez que o chafariz del Rei já existia no reinado de D. Dinis, e que poderá corresponder ao chafariz de S. João mencionado na inquirição de 1220. Relativamente aos banhos citados nos dois últimos documentos referidos, estes continuavam em funcionamento no reinado de Afonso V, revelando uma expressiva perenidade desta estrutura, a qual continuou sempre na posse do rei, pois apesar de serem referidos como “*banhos da cidade*” no documento de 1384, o modelo de controle régio seria possivelmente semelhante ao caso dos açougues que pertenciam ao rei mas eram para uso público⁴²⁹.

4.4 OS BANHOS PÚBLICOS EM ÉPOCA ISLÂMICA

O documento da chancelaria de D. João I e o inventário de D. Dinis referem duas estruturas aparentemente desligadas, os banhos da cidade e o chafariz, no entanto supomos que ambas poderão ter feito parte dos banhos públicos de época islâmica que deram o nome à porta de Alfama e posteriormente a todo o bairro⁴³⁰. A mais antiga notícia sobre os banhos islâmicos em Lisboa encontra-se no texto de al-Udhri⁴³¹:

Numa das portas de Lisboa, conhecida por Porta das Termas (Bab al-Hamma, há umas termas (hamma) perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as...

Esta descrição situa claramente as termas públicas da cidade perto da já referida porta de Alfama, e junto à margem do rio, aqui identificado como mar. Os banhos de Lisboa eram portanto célebres e relevantes o suficiente para serem um dos tópicos recorrentes dos geógrafos árabes⁴³².

⁴²⁹ Chancelaria de D. Afonso V, livro XXVIII, fl. 85: “*umas casas para banhos que estão na dita cidade na freguesia de S. João da Praça sobre o chafariz do dito Sr. [o rei] Que partindo com o dito chafariz e com o muro da dita cidade e com Rua pública...*”. Sobre a história do Chafariz del Rei até ao século XX ver: Rui MATOS, “Cronologia histórica do nascimento e morte de um aparelho de abastecimento de água (século XIII-XX): O Chafariz de El-Rei e a área urbana envolvente” in *Actas das sessões do IV Colóquio Temático As Escalas de Lisboa: Morfologias, População Identidades*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 269-286. Disponível on-line a 2 de Março de 2016: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/ficheiros/56/21/ficheiro2156_dkjujetqybv.pdf

⁴³⁰ Como vimos anteriormente já Augusto Vieira da Silva tinha feito esta proposta (ver nota 424).

⁴³¹ A etimologia do topónimo Alfama é confirmada na descrição dos geógrafos árabes que referem “*a porta das termas*”, o *bab al-hammam*. Cf. Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 45.

⁴³² Al-Bakri repete as palavras já citadas de Al-Udri (Cf. Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e o seu termo...” p. 47); Idrisi refere que “*no centro da cidade há termas, quentes no Inverno como no Verão*” (Cf. *Ibidem*, p. 49); Al-Himari repete a fórmula de Al-Udri (Cf. *Ibidem*, p. 58); Al-Wardi, escreve em meados do séc. XV que Lisboa possui “*muitos banhos públicos*” (Cf. *Ibidem*, p. 64); A obra anónima *Dikr Bilad Al-Andalus*, repete a informação de Al-Udri. (Cf. *Ibidem*, p. 65).

Pensamos que estamos perante os principais banhos públicos da cidade, visto que são excecionalmente referidos pelos geógrafos, o que não invalida que existissem outros banhos, quer públicos, quer privados tal como acontecia em outras cidades do al-Andalus⁴³³.

Uma outra notícia informa-nos que a cidade possuía fontes de água junto da cerca urbana em meados do século IX, as quais foram aproveitadas pelos habitantes durante um cerco feito por atacantes normandos, o qual acabou por não ter sucesso exatamente por os habitantes manterem o seu abastecimento de água. A informação é vaga e não nos permite relacionar diretamente as termas públicas com o posterior chafariz del Rei, mas trata-se, pelo menos, de uma coincidência bastante relevante⁴³⁴.

Em 1147, o cruzado que escreve o *De expugnatione Lyxbonensi* refere a certa altura que Lisboa possui banhos quentes⁴³⁵, uma informação relevante pois estabelece uma ponte entre a notícia de al-Udhri e o chafariz referido na inquirição de 1220, tornando-se assim ainda mais plausível que se tratem de estruturas relacionadas, sobretudo se tivermos em conta a documentação posterior, já referida, que estabelece claras ligações entre o chafariz del Rei e banhos termais.

Diferentes motivos levaram à localização dos banhos públicos em época medieval. Desde as pré-existências de épocas anteriores, à proximidade a um ponto de acesso a água, a proximidade a artérias e portas pertencentes ao sistema viário primário, todos estes factores nos conduzem para a localização que aqui sugerimos: entre as traseiras do actual chafariz del Rei e antiga Porta de Alfama. Antes de mais, devemos considerar a hipótese de uma pré-existência de época romana. Pequenas sondagens arqueológicas realizadas no interior dos edifícios a Oeste do Largo Júlio Pereira, revelaram vestígios de um grande edifício público romano, com estruturas revestidas com *opus signinum*, um material usado para impermeabilizar revestimentos, muitas vezes usado em estruturas de armazenamento de água⁴³⁶. Se este edifício fazia ou não parte de um complexo de banhos públicos

A passagem de Idrissi permite-nos considerar com maior segurança que os principais banhos públicos da cidade se localizavam no interior da medina e não no arrabalde oriental, apesar de o topónimo ter ficado posteriormente intimamente ligado a esse arrabalde da urbe. Além disso a passagem de Al-Wardi aponta para a existência de vários banhos públicos na totalidade da cidade, o que seria de esperar dada a dimensão da totalidade da urbe, em época islâmica.

⁴³³ Cf. Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Arqueologia del baño andalusi: notas para su comprensión y estudio” in *Actas de los XIX Cursos monográficos sobre el Patrimonio Histórico*, Reinos, 2008, p. 336.

⁴³⁴ Cf. António Borges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2008, p.171: “Reinando Abderramão II, pelo mês de Março de 846 (...), vieram os ingleses a Espanha com uma grossa armada. E o primeiro porto em que saíram foi Lisboa. E tiveram-na cercada e fizeram muito dano no seu termo. E romperam o muro sobre o mar. E porque tiravam a água das fontes que estavam junto ao muro, os cercados levantaram engenhos e meteram-na por canos em muitos lugares da cidade”.

⁴³⁵ Cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires A. NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 77: “Tem, por outro lado, esta cidade banhos quentes”.

⁴³⁶ “Por razões de segurança não foi possível concluir a sondagem facta que permitiu identificar apenas parte de um muro de grande qualidade construtiva, cuja face visível se encontra revestida a *opus signinum*. Poderá corresponder a uma

romanos, não é possível neste momento saber, pois as sondagens efetuadas foram demasiado exíguas para se poder chegar a uma conclusão, no entanto, dado todo o enquadramento do local essa possibilidade torna-se mais sólida e plausível. Ora, se em época romana ali existiu um grande edifício público possivelmente relacionado com os banhos públicos da urbe, é bem possível que essa estrutura, se chegou minimamente preservada ao século VIII, fosse mantida pelos habitantes da cidade e até pelo poder islâmico, pois a ida regular ao *hamam* fazia parte do quotidiano dos muçulmanos⁴³⁷. Além disto devemos também ter em consideração as termas provavelmente privadas de época romana que surgiram em escavações arqueológicas no Beco do Marquês de Angeja, comprovando a longa tradição de aproveitamento das águas da zona de Alfama para fins termais⁴³⁸.

Deste modo, resta-nos aguardar pelos resultados de escavações arqueológicas mais amplas e conclusivas para ser possível localizar e caracterizar com mais precisão os banhos públicos da cidade em época islâmica. Apesar de não haver evidências conclusivas da presença de banhos públicos romanos perto do chafariz del Rei, naquela parte da cidade, está presente o principal aspecto necessário para a sua existência: águas termais. Foi esta característica que levou a que, desde época romana, até

estrutura ou infra-estrutura hidráulica, articulada, ou não, com um edifício termal.” Informação oral cedida pela arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa, Dr.^a Manuela Leitão, responsável pelas escavações a quem agradecemos a entrevista que onde nos possibilitou estas informações. A intervenção foi realizada entre Outubro de 2004 e Janeiro de 2005 no âmbito da obra municipal - Consolidação Estrutural e Reforço das Fundações: edifícios (Rua de S. João da Praça e Travessa do Chafariz d'El Rei, nºs 19-25; 27 e 29-39) e Mãe de Água do Chafariz d'El Rei. Unidade Projecto de Alfama / Direcção Municipal de Conservação e Reabilitação Urbana / CML. Coordenadores da intervenção arqueológica: Victor Filipe e Manuela Leitão. Relativamente à aplicação do *opus signinum* em estruturas de retenção de água ver Vitruvius, *De architectura*, IV, 14. Mais recentemente ocorreu uma segunda fase do projecto de obra (2014-2015) que originou as referidas sondagens após a qual foi publicado um artigo sobre as relações entre a arqueologia e o projecto de obra, onde os arqueólogos responsáveis afirmam a “*expectativa de poderem via a ser exumados vestígios de um edifício ou equipamento de época romana, relacionado com o aproveitamento das condições hidrogeológicas do local*” cf. Manuela LEITÃO, Sandra GUERRA, Victor FILIPE, “A arqueologia e a sua convivência com o projecto de estruturas: o exemplo da intervenção na Mãe de Água do Chafariz D’El Rei e edificado envolvente”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 6, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2016, p. 75.

⁴³⁷ Na Península Ibérica sobressaem dois casos em que foi possível detectar uma continuidade entre termas romanas e banhos de época islâmica. Em Múrcia, onde termas romanas em uso nos séculos I e II, foram redescobertas e recuperadas em finais do séc. XI ou princípios do séc. XII (cf. Juan RAMÍREZ ÁGUILA, “«Baraka» y Termalismo en al-Andalus y el Magreb” in *Termalismo Antiguo*, María Jesus Agorreta (ed.), Madrid, Casa de Velázquez, 1997, p. 551). Também em Milreu, no Algarve, foi possível notar uma ligação entre termas romanas e o registo do topónimo Alfama, nomeadamente em inscrições funerárias, numa coluna de um templo romano, onde se registou uma família que se identificava com a nisba *al-Hammi*, “de Alfama”. Tratar-se-ia não da Alfama de Lisboa, mas sim de uma Alfama, um “bairro das termas” situado no povoado algarvio, local onde existiram comprovadamente termas romanas (cf. Adel SIDARUS, Felix TEICHNER, “Termas Romanas no Gharb al-Andalus”, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 1997, pp. 177-189).

⁴³⁸ Cf. Vítor FILIPE, Marco CALADO, “Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama: evidências de estruturas termais junto da porta Nascente de Olisipo”, *Al-Madan online*, nº 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. 9: “...provavelmente nos últimos anos do século I ou inícios do século II d.C., foi edificado nesta zona um complexo termal (...) Não é claro se se trata de um edifício de carácter público ou privado. Embora as suas modestas dimensões possam sugerir um ambiente privado, este complexo poderá pertencer a um edifício público de pequenas dimensões”.

praticamente ao século XX, fossem aproveitadas as águas quentes de Alfama em estruturas termais que se foram adaptando às realidades culturais e históricas de cada época⁴³⁹.

A localização das estruturas termais públicas, quer em época romana como em época medieval obedecia a um outro critério que se observa no Chafariz de El-Rei, a proximidade a uma artéria pertencente ao sistema viário primário que já aqui referimos - trata-se do antigo decumano de época romana que fazia a ligação entre as principais portas da cidade: a porta de Alfama e a porta do Ferro. O Chafariz del Rei localiza-se pouco a Sul desta via, e parece-nos que a localização dos banhos públicos islâmicos seria entre esta via e a margem do rio, pois a ação das marés seria sentida nas reservas aquíferas desses banhos⁴⁴⁰. Assim, a facilidade de acesso para a população seria um fator muito relevante na escolha da localização dos mais importantes banhos públicos da cidade. É evidente que o espaço localizado entre a referida via e o Chafariz del Rei se encaixa perfeitamente neste enquadramento. As descrições dos geógrafos árabes, a informação arqueológica, os dados documentais de época cristã, a riqueza em águas termais, a localização próxima em relação à principal artéria da cidade, o topónimo Alfama, todos estes fatores, observados em conjunto, permitem-nos supor que os banhos públicos da cidade em época islâmica se situassem algures entre a via que realizava a ligação entre a porta de Alfama e a porta do Ferro e o atual Chafariz del Rei. Com a tomada da cidade pelos cristãos estes banhos públicos terão passado para a posse da coroa, uma realidade que observamos na documentação posterior, já no reinado de D. Dinis. É muito provável que a utilização desta estrutura tenha conhecido menor afluência após 1147, e a estrutura tenha sofrido alterações relevantes, mas não podemos deixar de observar que continuarão a existir, neste local, “banhos” na posse da coroa até estar bem avançado o séc. XV, além do próprio chafariz del Rei que abasteceu a cidade até ao século XX.

Uma breve menção de Al-Idrissi sobre o urbanismo da cidade informa-nos sobre a existência de uma rua denominada “dos aventureiros” num sítio não especificado “em lugar próximo das termas”, sobre a qual nada mais se conhece além do topónimo, “Darb al-Magrurîn”⁴⁴¹. Pensamos que as termas referidas por Al-Idrissi fossem as principais termas públicas da cidade e as mesmas que deram o nome à Porta de Alfama, no entanto não é possível localizar qual a rua que o autor árabe se referia.

⁴³⁹ Sobre a história das águas de Alfama ver: Elsa RAMALHO, Maria LOURENÇO, “As Águas de Alfama como património hidrogeológico de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.lneg.pt/download/3822/39.pdf>; “As Águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.lneg.pt/download/3834/23.pdf>; Carlos de OLIVEIRA, *Memória das Águas de Alfama*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

⁴⁴⁰ Cf. Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 45: “há umas termas perto do mar, onde correm [duas águas]: água quente e água fria. Quando a maré sobe, encobre-as”.

⁴⁴¹ Cf. *Ibidem*, p. 50: “É da cidade de Lisboa que saíram os Aventureiros, navegando o Mar Tenebroso, para conhecerem o que nele havia e onde eram os seus limites, como referimos antes. Têm na cidade de Lisboa, em lugar próximo das Termas, uma rua com o seu nome, conhecida por Rua dos Aventureiros, até ao fim dos tempos.”.

CAPÍTULO 5: ALGUNS ASPECTOS GLOBAIS DO ESPAÇO INTRAMUROS

5.1 ALTERAÇÕES NO URBANISMO APÓS 1147

São muito escassas as nossas informações sobre a forma do parcelário urbano da medina em época islâmica, contudo é legítimo supor que a estrutura da maioria das habitações não diferia muito da do casario da alcáçova, nem das habitações já verificadas em escavações arqueológicas tanto no arrabalde ocidental como no oriental⁴⁴². Referimo-nos à estrutura mediterrânica da casa-pátio, que muito provavelmente também ocorria na habitação de época islâmica encontrada no claustro da Sé, e que seria a forma mais comum nas habitações em toda a cidade durante a época islâmica. Se assim era, no interior da medina deve ter ocorrido a mesma alteração gradual e progressiva do urbanismo que ocorreu em toda a cidade, após a tomada da cidade pelos cristãos, com a substituição da casa-pátio pelo lote godo, ou seja, com o fechamento dos pátios e a abertura de janelas e o aumento da relevância das fachadas habitacionais⁴⁴³. Esta alteração causou mudanças no sistema viário terciário e no secundário, pois os anteriores acessos que não privilegiavam as fachadas e que se abriam por intrincados conjuntos de casas-pátio, foram gradualmente desaparecendo e sendo substituídos por vias ladeadas de lotes godos onde, nas fachadas, se abriam portas e janelas. Um exemplo destes acessos pode ser observado no acesso à casa islâmica encontrada nas escavações do claustro da Sé. Este processo terá sido, tal como no resto da urbe, um processo lento e gradual, pois na cartografia anterior ao terramoto ainda é possível observar vários becos sem saída, que poderão ser um vestígio de antigos acessos a grupos de casas-pátio, cujos acessos se mantiveram após o desaparecimento dessas casas.

Relativamente ao sistema viário primário, o traçado das principais vias que ligavam as portas da cerca velha, passando pelos templos que pontuavam o interior da medina, manteve-se, pois, as alterações no parcelário habitacional não tiveram aí tanto impacto, pois as principais estruturas continuavam no mesmo local, como o principal templo da cidade, os banhos públicos, e, provavelmente, algumas igrejas que foram implantadas no local de antigas mesquitas. Apesar de não ser possível perceber com exatidão quando e como ocorre a transformação dessas mesquitas em igrejas,

⁴⁴² Ver: Parte II, Subcapítulo 3.3 - O bairro residencial da Praça Nova; Parte III, Subcapítulo 31. - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”; Parte IV, Subcapítulo 31. - Continuidades e roturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão.

⁴⁴³ Sobre as implicações do processo de substituição da casa-pátio pelo lote godo a nível nacional, ver Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 41-94. A autora define o “lote godo” em oposição ao sistema da casa pátio do seguinte modo: “Se reduzirmos a aplicação dos termos ao elemento base dos dois modelos urbanos – a parcela tendencialmente quadrangular encerrada ao exterior e aberta por um pátio central versus o lote estreito e comprido aberto nos topos – a oposição mediterrânico/godo torna-se mais clara.” *Ibidem*, p. 41.

exceptuando o caso da catedral, nem sequer distinguir quais foram os casos de novos templos e quais os casos onde ocorreu essa transformação⁴⁴⁴.

5.2 A TIPOLOGIA DA PROPRIEDADE INTRAMUROS (1147-1325)⁴⁴⁵

A análise da documentação que chegou até nós, produzida entre a segunda metade do século XII e 1325, evidencia dados relevantes para o conhecimento da cidade medieval. Notando todas as referências a propriedades localizadas no espaço interior da cerca velha, apresentamos alguns gráficos que nos indicam a tipologia dessas propriedades⁴⁴⁶. Devemos ressaltar que estes dados assinalam as ocorrências registadas na documentação, o que nos oferece uma visão filtrada da propriedade urbana, pois com certeza existiria propriedade urbana que não foi alvo de produção documental, ou se foi, pode não ter chegado até nós. Tendo em conta esta ressalva, devemos, ainda assim, considerar que essa visão filtrada tem como base dados reais e, sem outras opções, será a fonte mais relevante para uma reconstituição da realidade urbana medieval.

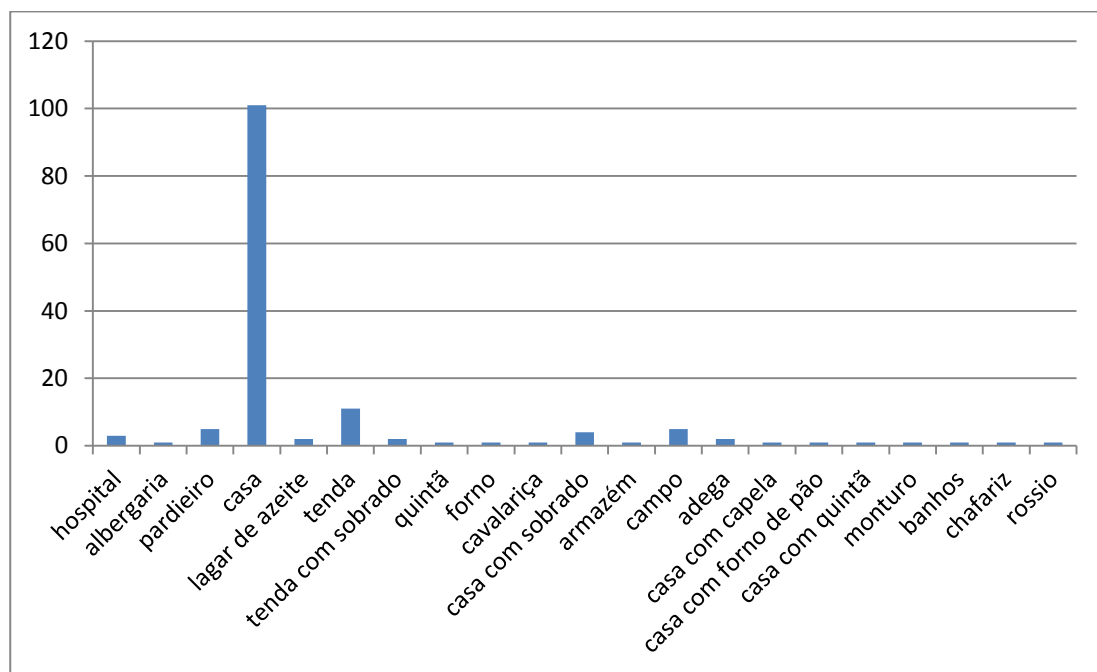


Gráfico 1. Tipologia da Propriedade Intramuros

⁴⁴⁴ Sobre a implantação da estrutura paroquial ver: Prólogo, Capítulo 3 – A implantação da rede paroquial.

⁴⁴⁵ Neste gráfico contabilizam-se todas as referências sobre as propriedades localizadas intramuros registadas na documentação.

⁴⁴⁶ Estes gráficos têm como base documentação dos seguintes fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: as chancelarias régias de todos os monarcas até D. Dinis; São Vicente de fora; Santa Cruz de Coimbra; Mosteiro de Chelas, Leitura Nova (Livro de Reis I; Livro II de Direitos Reais), Forais Antigos, Gavetas (I, XI, XII, XVI), Núcleo Antigo, Convento de S. Bento de Avis, Mosteiro de Santos, Colegiada de Santa Marinha de Lisboa, Mosteiro de Alcobaça, Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa.

Observando o gráfico 1, referente à tipologia da propriedade urbana no espaço intramuros, não incluindo aqui os dados referentes à alcáçova, que serão analisados no capítulo respectivo, notamos claramente a predominância da “casa” nas referências registadas na documentação. Podemos assim considerar que o espaço intramuros se caracterizava pela prevalência da função habitacional, sendo também assinalável a grande variedade de tipologia da propriedade neste espaço. Além disso, foi possível constatar que todas as tendas contabilizadas no gráfico referente à zona intramuros se localizavam na paróquia da Sé, mais precisamente perto da catedral, nos Brancos, evidenciando a existência de um núcleo comercial, já aqui referido, que poderá ser herdeiro de um *suq* de época islâmica, dada a sua localização próxima do local onde terá existido a mesquita principal da cidade.

São também notórias as referências a estruturas de natureza assistencial como uma albergaria e três hospitais, mais exactamente, a albergaria do monturo da Orta⁴⁴⁷, localizada num sítio indefinido da paróquia de S. Martinho, e os hospitais já aqui referidos, instituídos por D. Domingos Eanes Jardo, por D. João Soares Alão, bispo do Algarve⁴⁴⁸ e por Bartolomeu Joanes⁴⁴⁹, localizados os dois primeiros na paróquia de S. Bartolomeu e o último na paróquia da Sé. De todos estes hospitais, apenas o de Bartolomeu Joanes parece ter sido construído especificamente para funcionar como tal, constituindo uma excepção no enquadramento medieval onde normalmente estas instituições funcionavam em casas de habitação que eram muitas vezes propriedade dos seus instituidores.

Sobre os espaços de armazenamento, além do armazém e das adegas referidas na documentação era também usual a existência de covas no interior e no exterior de propriedades privadas, tal como a arqueologia veio a verificar tanto no claustro da catedral como no teatro romano⁴⁵⁰. Estas covas, muitas vezes concebidas originalmente em época islâmica, foram utilizadas até ao final início do século XIV, revelando a permanência do modo de armazenar alimentos durante vários séculos, uma realidade que a arqueologia permitiu observar também na alcáçova e nos arrabaldes da cidade⁴⁵¹.

⁴⁴⁷ ANTT, *Gaveta II*, maço 9, nº 14.

⁴⁴⁸ Sobre estes dois hospitais ver: Parte I, Subcapítulos 2.4.1 - O Hospital de Domingos Eanes Jardo; 2.4.2 – O Hospital de S. Eutrópio.

⁴⁴⁹ Ver: Parte I, subcapítulo 3.8 - A capela e o hospital de S. Bartolomeu.

⁴⁵⁰ Veja-se também um documento de 1261, onde se refere a existência de “*seis covas no interior, três outras diante da porta, na praça pública*” de uma casa na freguesia de S. Estevão (cf. *Livro D. João de Portel*, doc. CXVI, publicado em *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, p. 462- 463).

⁴⁵¹ Sobre os silos encontrados na Alcáçova ver: Parte II, subcapítulo 2.4 - A densidade urbana no topo da colina; Sobre os silos encontrados no Arrabalde Ocidental ver: Parte III, subcapítulo 3.2 - De área de armazenamento a paróquia: o caso de S. Lourenço; Sobre os silos encontrados no Arrabalde Oriental ver: Parte IV, Subcapítulo 3.3.1 - A Cruz e a Lapa: a propriedade régia no extremo oriental do arrabalde.

5.3 CRESCIMENTO VERTICAL

Relativamente à ocupação do espaço em altura, a existência de casas e tendas com sobrado é residual no espaço intramuros, registando-se apenas quatro referências a casas com sobrado e duas sobre tendas sobradadas, em toda a documentação analisada, onde se verificaram cento e uma referências a casas não caracterizadas e onze a tendas⁴⁵². Esta informação permite-nos afirmar que o edificado no espaço intramuros seria maioritariamente constituído por pisos térreos, havendo alguns edifícios com pisos superiores, estando os últimos em clara minoria. Esta realidade poderá ser fruto da herança do edificado anterior a 1147 que se poderá ter mantido, pelo menos na sua estrutura, em boa parte da medina. Um facto que é corroborado pela reutilização até finais do século XIII, ou inícios do XIV dos edifícios de época islâmica existentes no claustro da catedral, tanto o edifício público como a habitação de carácter privado. O relato do cruzado é consentâneo com esta suposição pois não nos informa sobre a destruição de edifícios no espaço intramuros. O edificado terá sido progressivamente alterado de acordo com as necessidades e hábitos culturais dos novos habitantes, um processo que pôde ser observado numa escavação realizada no lado externo do lanço oriental da muralha, no actual pátio da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, que analisaremos no capítulo respectivo ao arrabalde oriental.

5.4 OS ESPAÇOS NÃO EDIFICADOS INTRAMUROS

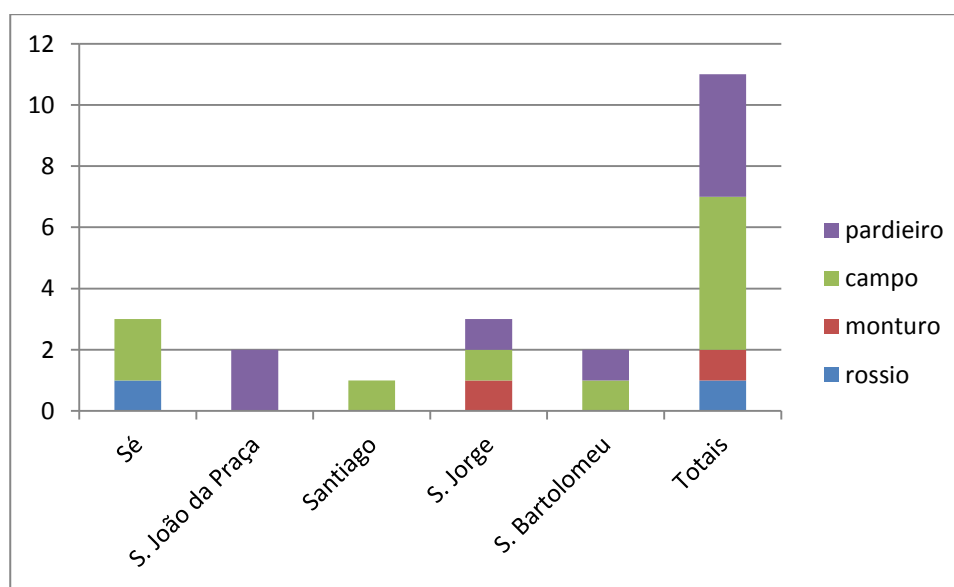


Gráfico 2. Espaço não edificado intramuros

⁴⁵² Sobre a questão do crescimento vertical em Lisboa ver: Gérard PRADALIÉ, *Lisboa: Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 36.

Tal como se pode observar no gráfico 2, entre os finais do século XII e o primeiro quartel do século XIV existiram, intramuros, vários espaços sem edificado urbano⁴⁵³, ou mesmo em ruínas, uma notícia reveladora de que a densidade urbana intramuros não seria muito elevada⁴⁵⁴. Esta informação, contrária àquilo que até aqui se tem dito⁴⁵⁵, levanta algumas questões sobre a evolução da densidade urbana da cidade. Será que a medina da cidade em época de domínio islâmico possuía já zonas vazias de edificado? Ou, pelo contrário, será que esta realidade se deve a uma parcial desertificação da medina após a tomada da cidade pelos cristãos, em 1147?

Mesmo não sendo possível responder a estas questões de forma conclusiva, é importante notar que os espaços vazios no interior da medina não tinham lugar na concepção tradicional da cidade *hispanomusulmana* descrita por Torres Balbás⁴⁵⁶. No entanto, estes espaços são actualmente incluídos pela historiografia mais recente como um dos componentes que definem as cidades do al-Andalus, caracterizados como espaços verdes, normalmente de cariz agrário, progressivamente ocupados por edificações urbanas com a intensificação da densificação da malha urbana⁴⁵⁷. Contudo convém ter em

⁴⁵³ Não nos referimos aqui ao quintal e a espaços semelhantes anexos a casas, dedicados ao cultivo de produtos hortícolas, ou à plantação de poucas árvores de fruto, ou até à criação de animais, que faziam parte integrante da propriedade habitacional que perduraram e perduram por todo o país (cf. Luísa TRINDADE, *A casa urbana em Portugal – séculos XIV a XVI*, texto policopiado, Coimbra, 2000, pp. 18-20). Referimo-nos antes a propriedades que não dependem de habitações e que por esse facto são transaccionadas autonomamente, como é o caso dos pardieiros, campos, monturos e rossio aqui referidos.

⁴⁵⁴ Tal como nos revelam vários documentos referentes a paróquias inseridas na zona interior da Cerca Velha: Na paróquia de Santa Maria Maior surge referência a um pardieiro doado por Afonso II, em 1217 (cf. ANTT, *Regimento de Afonso II*, ff. 37-37v; *Forais antigos*, Maço XII, nº3, fl. 37), em 1276 documenta-se a já referida “quintã dos canónicos” (cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 57-58v), em 1324 surge uma doação feita por D. Dinis a Martim Martins de Messejana, escrivão da chancelaria real em que é referido “*um campo que e em lixboa acima da Se indo para a alcáçova jazia em monturo junto covas casas de Martim Pires de Coruche...*” (cf. *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 161); também na freguesia de S. Jorge surgem, em 1185, um campo (*Inventário S. Vicente*, doc. 10), em 1260 referência a pardieiros (cf. ANTT, *Chancelaria Afonso III*, liv. 1, fl. 45v) e, em 1315, o monturo da Orta (cf. ANTT, *Mosteiro de Alcobaca*, 2ª Incorporação, maço 6, nº 160); na paróquia de Santiago surge um campo de pardieiros, doado por D. Dinis a um seu escrivão em 1289 (*Chancelaria D. Dinis*, liv. I, fl. 268 v.); na paróquia de S. Bartolomeu verifica-se, em 1220, um pardieiro pertencente aos frades de Oia (cf. ANTT, *Gaveta I*, maço. 2, nº 18); na paróquia de S. João da Praça surge, em 1251, um pardieiro (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 62, nº 1235).

⁴⁵⁵ Cf. Gérard PRADALIÉ, *Lisboa: Da reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 40: “*Por seu turno, a Almedina não apresenta espaços livres*”.

⁴⁵⁶ Torres Balbás apenas aceita a existência de pequenos espaços vazios com funções comerciais: “*En el interior del recinto murado de las ciudades hispanomusulmanas no existían grandes espacios libres. En la red de calles y callejuelas tortuosas y desiguales que las cortaban, el frecuente y caprichoso ensanchamiento o el cambio de dirección de una calle formaban como pequeñas plazoletas y rinconadas de reducida superficie. Junto a la mezquita mayor y al lado de las secundarias, como se verá en las páginas siguientes, solía haber una plaza algo más amplia, ocupada en parte por comercios. Los patios de las mezquitas suplían, salva en las horas destinadas a las oraciones rituales, el escaso tamaño de las plazas. Las gentes se repartían, además, por las calles y zocos próximos, y por la alcaicería, cercana también a la gran mezquita.*” (cf. Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, p. 295.)

⁴⁵⁷ Julio NAVARRO PALAZÓN e Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Proximo, 2007, pp. 96-100. É notável que a construção da cerca fernandina de Lisboa, em 1373, irá manter esta lógica urbana e preservar espaços verdes, em tudo semelhantes aos espaços agrários intramuros referidos por Julio Palazón e Pedro Castillo existentes nas urbes do al-Andalus.

conta que, segundo a documentação da época, estes espaços vazios constituem exceções a uma regra que demonstra claramente a persistência de um edificado urbano maioritariamente composto por “casas”⁴⁵⁸. No caso de Lisboa, as causas da existência e também as funcionalidades destes espaços não habitados, registados na documentação, eram variadas. Relativamente às propriedades classificadas na documentação como “campos”, é verossímil que algumas possam ser uma herança da urbe islâmica, mas sem mais dados concretos não podemos confirmar esta afirmação. É também possível que a presença de campos no interior do recinto murado possa estar relacionada com a necessidade de acolher pessoas e gado em momentos de perigo, mas se existiam para esse efeito, tal não é visível na documentação⁴⁵⁹. O único campo cuja função está seguramente documentada é o campo anteriormente referido existente na freguesia de S. Bartolomeu, localizado junto ao muro da alcáçova, onde se realizava uma feira semanal, que existiria pelo menos desde o reinado de Sancho II⁴⁶⁰.

Relativamente aos proprietários destes espaços vazios intramuros apenas a referência mais antiga não tem qualquer ligação com a coroa. Referimo-nos ao campo localizado na paróquia de S. Jorge, vendido por um clã familiar ao prior de S. Vicente de Fora, em 1185⁴⁶¹. Todas as outras referências têm alguma ligação à coroa: em 1289, D. Dinis doa um “campo dos pardieiros”, localizado na paróquia de Santiago, a Durão Pires seu escrivão⁴⁶²; em 1317 surge uma referência a um campo, localizado na paróquia de S. Bartolomeu, na posse de Estevão Domingues que foi saquiteiro do rei⁴⁶³; em 1319, D. Dinis doa a João Pires seu cozinheiro, um campo no Chão da Feira, junto à porta da alcáçova, para construção de uma casa⁴⁶⁴; em 1324, D. Dinis revoga a Clara Pires o aforamento de um campo que “jazia em monturo”, localizado “acima da Sé indo para a alcáçova”, para o poder doar a Martim Martins de Messejana, escrivão da chancelaria régia⁴⁶⁵. Ou seja, a posse dos “campos” localizados no interior da muralha é maioritariamente da coroa, possivelmente devido ainda ao momento da tomada da cidade em 1147, quando o rei se torna senhor da cidade. Estes espaços vão

⁴⁵⁸ Sobre a casa e a habitação ver em época medieval no território português ver: Santiago MACIAS, "Casas urbanas e quotidiano no *Gharb al-Andalus*" in *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, 1998, pp. 109-120; António OLIVEIRA MARQUES, “A Casa” in *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos de vida quotidiana*, 6ª ed., A esfera dos Livros, Lisboa, 2010, pp. 89-113.

⁴⁵⁹ Cf. Amélia ANDRADE, Walter ROSSA, “La plaza portuguesa: acerca de una continuidade de estructuras y funciones” in *La Plaza en España e Iberoamérica: Es escenario de la ciudad*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid, 1998, p. 101.

⁴⁶⁰ Ver: Parte I, Subcapítulo 2.4.3 - O Chão da Feira.

⁴⁶¹ Cf. *Inventário de S. Vicente*, doc. 10. Vendem este campo Auroana Pires, sua filha Auroana Eanes, sua filha Maria Eanes, Justa Pires com seus filhos e filhas, Pedro Vermudes, Diogo Vermudes, Fernando Vermudes, Urraca Vermudes, Ana Vermudes. É interessante notar a substituição do mais comum esquema unifamiliar, registado na maior parte da documentação, por um autêntico clã familiar.

⁴⁶² ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro I, fl. 268 v.

⁴⁶³ *Ibidem*, livro III, fl. 113v.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, livro IV, fl. 86.

⁴⁶⁵ *Ibidem*, livro III, fl. 161.

sendo progressivamente privatizados, passando da posse da coroa, para a de pessoas próximas ao rei, alguns para serem urbanizados, através da construção de casas. Sobre o rossio assinalado na paróquia da Sé, não foi possível localizá-lo nem compreender a sua função, sabemos apenas que pertencia à coroa entre o final do século XIII e o início do XIV⁴⁶⁶. Podemos apenas supor sem qualquer confirmação documental ou arqueológica, e baseados apenas no que se conhece sobre os “rossios” em época medieval que este se localizasse fora de muros, a Sul do lanço ribeirinho da cerca, talvez com uma função maioritariamente comercial, junto a uma das portas da muralha viradas ao rio⁴⁶⁷.

É importante clarificar que os espaços vazios existentes nas cidades sob o controlo político islâmico diferem substancialmente daquilo que conhecemos como “praça”, uma realidade urbana mais tardia⁴⁶⁸. O centro social e religioso da cidade muçulmana localizava-se fisicamente na mesquita e no seu pátio, sendo que os principais espaços económicos da cidade lhe ficavam próximos⁴⁶⁹. O adro da igreja cristã tinha uma diferença drástica relativamente ao pátio da mesquita, que consistia na sua função como necrópole, uma função que os pátios das mesquitas apenas cumpriam em situações especiais e nunca com a abrangência social que os adros cristãos permitiam⁴⁷⁰. Esta função verificou-se em Lisboa, junto da fachada ocidental da catedral, provavelmente entre o início da sua construção em meados do século XII e a construção do claustro em finais do século seguinte, tal como já foi referido. Relativamente a todas as outras igrejas paroquiais intramuros, também os seus adros muito provavelmente cumpriam uma função de cemitério. Esta foi possivelmente uma das mais relevantes alterações na forma urbana da cidade que decorreu directamente da mudança do domínio político islâmico para o cristão.

⁴⁶⁶ ANTT, *Núcleo Antigo*, códice 314, fl. 19v.: “Também possui o senhor Rei outro rossio na freguesia da Sé junto das casas de Estêvão Eanes, advogado, e junto das casas de Gonçalo Bento, clérigo do coro [da Sé] de Lisboa.” (tradução nossa).

⁴⁶⁷ Sobre o rossio em época medieval ver: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 722-727; Maria Ângela BEIRANTE, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora” in *O ar da cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 177-191.

⁴⁶⁸ Cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, p. 687: “É algures entre essas balizas, o século XIII e o XVI, que se assiste ao surgimento e consolidação da praça nas cidades portuguesas”; Amélia ANDRADE, Walter ROSSA, “La plaza portuguesa: acerca de una continuidad de estructuras y funciones” in *La Plaza en España e Iberoamérica: Es escenario de la ciudad*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid, 1998, p. 102: “Como resultado de un proceso que todavía no es posible explicar en el conjunto de sus ritmos, cronologías y causas, a partir de finales del siglo XIII y comienzos del XIV, empiezan a aparecer tímidamente en la documentación, referencias a la existencia de plazas...”.

⁴⁶⁹ Cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, p. 60. Sobre a funcionalidade do pátio da mesquita ver também: Pedro CHALMETA, “Les fonctions de l’agora-forum dans la cité arabo-musulmane” in *Plazas et sociabilite en Europe et Amerique Latine*, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velazquez, Serie Recherches en Sciences Sociales IV, Paris, Diffusion de Bocard, 1982.

⁴⁷⁰ Sobre as necrópoles em período medieval cristão ver: Adelaide Millán da COSTA, “O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da baixa idade média” in *O reino dos mortos na idade média peninsular*, José MATTOSO (dir.), Lisboa, Edições Sá da Costa, 1996, pp. 177-186.

5.5 A CERCA VELHA E OS SEUS RESPONSÁVEIS

Uma cidade intramuros só existe devido à existência do próprio muro que a circunda, neste sentido, ao delimitar o perímetro urbano, a muralha definia a própria existência da cidade, como Afonso X refere na sua definição de cidade, nas *Siete Partidas*: “*todo aquel lugar que es cercado de los muros, com los arrabaldes et los edificios que se tienen com ellos*”⁴⁷¹. Se a cidade medieval era o local do exercício do poder, como notou José Mattoso, a muralha era o seu símbolo mais marcado e evidente⁴⁷². Em época medieval a muralha detinha várias funções na vida urbana. Além da mais óbvia função defensiva enquanto estrutura militar, também não podem deixar de ser referidas as funções económicas, nomeadamente a aplicação de impostos sobre o que entrava e saía da zona murada. Deste modo, a cerca velha de Lisboa é um dos elementos mais relevantes para o estudo da morfologia urbana da cidade, pois configura os limites físicos da medina, estabelece os arrabaldes e a alcáçova, desenhando a própria forma da cidade⁴⁷³.

O traçado da “cerca velha”, assim chamada por Fernão Lopes⁴⁷⁴, em época medieval foi estabelecido com bastante exactidão por Augusto Vieira da Silva ainda na primeira metade do século XX⁴⁷⁵. Mais recentemente, têm sido realizadas algumas escavações arqueológicas que têm permitido na sua maioria, confirmar os dados do olisipógrafo ou corrigir alguns pormenores e desvios mínimos⁴⁷⁶.

⁴⁷¹ *Partida VII*, tit. XXXIII, ley VI, *Del entendimiento e del significamiento de otras palabras escuras*.

⁴⁷² José MATTOSO, "Introdução à história urbana portuguesa. A cidade e o poder", *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, p. 16.

⁴⁷³ O traçado da cerca urbana medieval foi estudado por Augusto Vieira da Silva entre os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte. A perenidade dos seus estudos pode ainda ser observada nas mais recentes reconstituições que usam o seu trabalho como base e que guiam a arqueologia contemporânea. O traçado proposto por este autor constituirá a base do nosso trabalho, com as actualizações decorrentes das últimas informações proporcionadas pelos recentes trabalhos arqueológicos⁴⁷³. Não seguiremos no entanto a estrutura de análise do referido olisipógrafo, que divide a muralha em três lanços (Oriental, Ocidental e Meridional). Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa: estudo histórico descritivo*, Lisboa, Câmara Municipal, 1939²;1987³. A primeira edição de *A Cerca Moura de Lisboa* data de 1899 pela *Typographia do Commercio*, em Lisboa. Posteriormente, a obra foi refundida, ampliada pelo autor em 1939. A Câmara Municipal de Lisboa comprou os direitos da obra e publicou-a nesse ano. Uma terceira edição, sem alterações, foi ainda publicada pela Câmara Municipal de Lisboa em 1987.

⁴⁷⁴ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, ed. Crítica por Giuliano Macchi, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975, Cap. LXXIII, p. 258.

⁴⁷⁵ Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

⁴⁷⁶ Referimo-nos às escavações realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa, conduzidas por Manuela Leitão, arqueóloga do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), no âmbito do “Projecto Integrado de Estudo e Valorização da “Cerca Velha”, que se iniciou em 2009 (cf. Manuela Leitão, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 66-79). Várias outras escavações que decorreram entre as décadas finais do século passado e a primeira década do actual têm também confirmado a exactidão da reconstituição da cerca medieval feita por Augusto Vieira da Silva (cf. Alexandra GASPARGAS, Ana GOMES, “As muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo”, in *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – Lucus Augusti como paradigma*, Diputación Provincial, Lugo, 2007, pp.687-697; VV. AA., "Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, nº 2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 313-

Sabe-se actualmente que os lanços ribeirinho e oriental da cerca medieval coincidiam em grande medida com muralhas anteriores de época romana e tardo-romana⁴⁷⁷. O traçado do lanço ocidental da muralha medieval também é bem conhecido, mas mantém-se ainda em aberto o traçado das muralhas anteriores à cerca medieval⁴⁷⁸. A permanência do traçado da cerca urbana desde época romana até à época medieval, e em alguns casos até à actualidade, não nos deve surpreender, pois este facto está directamente ligado à permanência do sistema viário que por sua vez depende em grande medida da orografia do terreno. Tem sido afirmado que a muralha defensiva de Lisboa terá sido substancialmente reparada ou até mesmo reconstruída no séc. X devido a uma suposta tentativa de conquista da cidade por Ordonho III de Leão⁴⁷⁹. Todavia, consultando o texto que supostamente suporta esta ideia não encontramos qualquer referência a danos físicos feitos às estruturas da cidade, nem sequer a uma tentativa de conquista, apenas a um bem sucedido saque levado a cabo por esse rei leonês.

Mais do que perceber a origem ou estabelecer um traçado exacto da cerca medieval, interessamos sobretudo perceber o modo como esta estrutura afectava a malha urbana e como era gerida e vivenciada pelos habitantes da cidade. Neste sentido um interessante documento produzido em 1261, informa-nos que os alvazis da cidade, Gil Durão e Fernando Gonçalves, receberam dos sacadores de dinheiro, Martim Pires Bulhão, Domingo Pires Cavaleiro e de Sueiro, escrivão jurado trezentas e sessenta e nove libras destinadas “*per ad muros ulixbon construendos*”, ou seja, para a construção de muros em Lisboa. Além disso, ficamos a saber que esta soma foi contribuída pelas seguintes igrejas paroquiais da cidade: Santa Maria Madalena, S. Martinho, S Jorge, S. Mamede, Santa Maria de

334; Clementino AMARO, “Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História” in *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994).

⁴⁷⁷ Tal como se observou na rua de S. João da Praça, nos armazéns Sommer e na Casa dos Bicos, situações já aqui analisadas.

⁴⁷⁸ Esta questão, que tem sido repetidamente referida, deve-se sobretudo à posição das termas dos Cássios, renovadas em 336 d.C., que se situariam na parte exterior do traçado da cerca medieval, o que tem levado a que fossem sugeridos traçados mais amplos que incluíssem esta estrutura nas muralhas romana e tardo-romana. A ausência de evidências arqueológicas sobre o lanço ocidental das muralhas romana e tardo-romana não permitiu até ao momento fechar esta questão, que se mantém totalmente em aberto. Tudo isto impossibilita-nos de perceber, ou sequer de tentar analisar, os factores que levaram a que a cerca medieval fosse, possivelmente, menos abrangente do que as estruturas defensivas anteriores (cf. Rodrigo Banha da SILVA, “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2011, p. 205: “*A exceção dos troços ribeirinhos do Tejo e oriental, é duvidoso que a totalidade do traçado medieval se sobreponha ao tardo-romano, dado que a ocidente implicaria deixar extra-muros as Thermae Cassiorum, renovadas pelo Praeses lusitano em 336 d.C.*”; Adriaan De MAN, *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008: “*As termas dos Cássios, inteiramente reconstruídas em 336 (CIL II 191), ficavam fora da Cerca Moura, e por isso não parece verosímil que esta se tenha sobreposto à muralha tardo-romana*”; Vasco Gil MANTAS, “Olisipo e o Tejo”, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41).

⁴⁷⁹ Carlos Guardado da SILVA, “Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383” *Revista Férula*, nº3, Lisboa, 2013, p.3 : “*Lisboa era uma cidade cercada, cujas muralhas remontavam ao Baixo Império, erigidas em inícios do século IV e reedificadas entre finais do século X e inícios do séc. XI, na sequência da conquista e saque da cidade por Ordoño III, rei de Leão, em 953, procurando reconquistar a cidade, sob domínio islâmico desde 714.*”

Alcamin, S. Julião, S. João, Sé, S. Lourenço, S. Nicolau e Santa Justa. Infelizmente, é praticamente impossível perceber a que obras exactas se refere o documento. No entanto este documento informa-nos sobre a gestão concelhia do processo da obra, pois, além de a referida carta ter um selo do concelho, são os oficiais concelhios, neste caso, dois alvazis, que recebem a soma por parte dos sacadores. Trata-se provavelmente de uma obra de iniciativa concelhia, revelando, mais uma vez a intervenção do concelho como um actor na forma da cidade, gerindo o processo de manutenção das estruturas defensivas da cidade, e colectando os habitantes directamente pelos custos dessas obras. Segundo parece, o processo de manutenção podia também ser financiado por outros modos, pois o concelho seguia o costume de responsabilizar os donos das propriedades contíguas à muralha quando ocorriam danos ocasionais, tal como nos revela uma carta de confirmação feita por D. Dinis, em Julho de 1296⁴⁸⁰. Nessa carta, o rei confirma a penhora por parte do concelho de uma “adega cheia de vinho com suas cubas” que pertencia à ordem do Hospital, porque num local indeterminado da cidade, a dita ordem possuía casas contíguas a uma parte do muro que ruiu, e não efectuou nem financiou as necessárias obras de recuperação. Neste caso, foi o próprio prior da ordem do Hospital que pediu a intervenção régia, tentando anular a penhora, mas o monarca não cedeu, e acabou mesmo por multar o prior, além de confirmar a penhora feita pelo concelho. Revela-se portanto, que certas pessoas ou instituições não tinham intenção de colaborar facilmente na manutenção da cerca urbana, e que o concelho não se coibia penhorar quem não participasse financeiramente nesse esforço. Seja como for, devemos destacar o papel do monarca como juiz em última instância sobre a actividade dos alvazis do concelho no que respeita ao urbanismo da cidade.

Uma das formas aplicadas para obter mão-de-obra para a reparação das cercas urbanas era a anúduva, onde se chamavam os habitantes de determinada cidade, vila, ou local para participarem no esforço de construir ou reparar estruturas defensivas⁴⁸¹. Não há qualquer dúvida de que a anúduva era aplicada em Lisboa em meados do século XIII, pois Afonso III regulamenta a sua aplicação, aparentemente devido a alguns abusos por parte do concelho e dos seus oficiais, estabelecendo várias exceções a esta participação obrigatória na reparação das estruturas defensivas da urbe⁴⁸². Apesar de não conhecermos muito bem como ocorria este processo nas cidades do al-Andalus, é possível que se

⁴⁸⁰ AML, *Livro dos Pregos*, fl. 31 v. - 32, doc. 22.

⁴⁸¹ Sobre a anúduva em Portugal ver: Miguel MARTINS, «*PARA BELLUM*». *Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, dissertação de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 478-479: “*Ainda que em Castela o termo possa ter uma interpretação diversa, não temos quaisquer dúvidas que em Portugal a anúduva era um serviço de carácter obrigatório devido ao rei e prestado por indivíduos leigos e não-nobres – ou seja, pelo elemento popular – que consistia na participação pessoal nas obras de construção e/ou conservação de estruturas fixas de defesa, mas que, gradualmente foi sendo substituído por uma prestação pecuniária*”.

⁴⁸² AML, *Livro dos Pregos*, doc. 52, de Julho de 1265.

trate duma herança do funcionamento das urbes islâmicas, pois o significado de *an-nudba*, palavra documentada em textos latinos ibéricos, desde o séc. IX, era o de “servicio que consistia en vigilar los lugares expuestos a los enemigos”⁴⁸³. Tal como no exemplo anterior, sobre a adega penhorada pelo concelho à ordem do Hospital, também o serviço de anúduva depende da supervisão régia, apesar de ser implementado na prática pelo concelho da cidade, que por vezes ia mais longe do que era suposto como se verifica na referida carta de Afonso III ao concelho⁴⁸⁴. Já não relacionado com a muralha da cidade, mas sobre uma propriedade não localizável, na cidade de Lisboa, observámos um outro documento de Dezembro do mesmo ano onde se observa um papel idêntico por parte do rei, como juiz de último recurso sobre um acesso a umas casas situadas numa rua, que tinha sido impedido por Martim Dade, cónego da Sé, com a aprovação do concelho⁴⁸⁵. Um outro particular lesado pela situação, um tal Gonçalo Fernandes, clérigo do rei, solicita ao monarca que intervenha para repor o acesso às suas casas situadas na referida rua. D. Dinis toma uma posição neutra e pede ao concelho que volte a avaliar a situação e que cumpra a lei da melhor forma possível⁴⁸⁶. Verifica-se assim, tal como nos exemplos anteriores, o papel do monarca como árbitro das actividades de gestão urbana conduzidas por parte do concelho, quer fosse na convocação de mão-de-obra para as reparações na muralha, ou no caso de penhoras por falta de colaboração de entidades com propriedades vizinhas à muralha, ou até mesmo no caso de desimpedir um acesso a uma propriedade. Em todos estes exemplos é claro que acima da intervenção directa do concelho, podiam ainda os habitantes da cidade, recorrer ao rei como elemento ordenador das práticas urbanas, e, simultaneamente, é bem notório que cabe ao rei e ao concelho estabelecer e manter as estruturas defensivas da cidade, um facto bem visível na carta de D. Dinis com o concelho sobre a construção da cerca que defenderia o arrabalde ocidental da cidade, onde o rei divide responsabilidades com o concelho para a construção da referida muralha⁴⁸⁷.

⁴⁸³ Cf. Fr. Joaquim Viterbo, *Elucidário das palavras, termos, e frases antiquadas*, vol. I, Lisboa, Typographia do Panorama, 2ª ed., 1865, pp. 36-37; Eero K. NEUVONEN, *Los Arabismos del español en el siglo XIII*, Imprensa da Sociedade de Literatura Finlandesa, 1941, p. 54.

⁴⁸⁴ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 52, de Julho de 1265.

⁴⁸⁵ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 23: “hũa rua que era desse concelho”.

⁴⁸⁶ *Ibidem*: “...e esto nom tenho eu por bem se assy he porque vos mando que logo vista esta carta façades esse Martim Dade que se chama parte perante vos viir e ouviide esse procurador com ell sobr’essa rua a qual esse Martim Dade tem tapada e se achardes que o fecto assy he veede esse stormento em que he conthudo o juizo que sobr’esto foy dado e sabede qual esse juizo foy e fazede-o logo comprir e aguardar per todalas cousas que achardes ao dicto Martim Dade salvo se a outra parte perante vos poser razom com direto per que se esse juizo nom deva comprir em parte ou en todo e de guisa fazede que eu e esse concelho ajamos todo comprimento de direto e que xe me corregam e emmendem as perdas e os dapnos que achardes que per esta razom reçebi, unde al nom façades senom tornar-m’iia porem a vos e pectar-m’iades quinhentos soldos.”

⁴⁸⁷ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20. Sobre a construção desta muralha ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.1 - A muralha da Ribeira.

CAPÍTULO 6: O ESPAÇO INTRAMUROS EM SÍNTESE

A observação do espaço intramuros, assenta numa análise estruturada na orografia que marca hoje, e marcava ainda mais, no passado, a lógica urbana deste espaço. Do mesmo modo que as curvas de nível estabelecem o sistema viário e este estabelece os acessos abertos na cerca tardo romana, que irá perdurar como a principal defesa da cidade até 1373, também o traçado da muralha que desenha os limites do espaço murado é determinada pela orografia. Ou seja, o aspecto mais marcante para o desenho urbano da cidade intramuros é exactamente a topografia do terreno. Apenas algumas intervenções de carácter excepcional conseguiram desequilibrar esta muito longa relação directa entre a cidade e a própria Colina do Castelo. Esses momentos devem ser destacados como momentos de relevo no desenho da forma urbana da cidade intramuros.

O primeiro desses momentos, apenas sucintamente referido, pois está muito afastado do período que nos importa tratar, consiste na obra de execução do teatro romano e da zona urbana envolvente. Esta obra impressionante obra de engenharia criou patamares artificiais que moldaram, nesse local preciso, a topografia da Colina do Castelo. O segundo momento, também por nós abordado, consistiu na construção de uma cerca urbana, em período tardo romano, que terá seguido, parcialmente, o traçado de uma estrutura defensiva anterior, delimitando o espaço intramuros que se tornaria na medina em período de domínio muçulmano. O terceiro momento fulcral, que aqui analisámos detalhadamente, ocorreu na segunda metade do século XII, após a conquista cristã, com a construção da Sé Catedral, no lugar onde anteriormente existia a mesquita maior, que já seria uma estrutura considerável, com as suas hipotéticas oito naves. O quarto e último momento, que nos importa aqui destacar, consiste na construção do grande terraço do claustro da Sé, que ocorreu durante o reinado de D. Dinis e levou a um nivelamento substancialmente diferente do que existia anteriormente nessa parte da cidade. Outras alterações de relevo terão sido realizadas, mas não nos são tão bem conhecidas como estas.

Após a divisão da face sul da Colina do Castelo em três patamares, iniciámos o nosso estudo no patamar superior, sobre o qual elaborámos algumas observações sobre essa parte da cerca urbana, as suas portas e também o sistema viário. Notámos também como várias ordens militares se instalaram neste patamar, mais especificamente na paróquia de Santiago, após a tomada da cidade em 1147. Observámos também, com especial atenção, a evolução urbana na paróquia de S. Bartolomeu, local onde se implantaram os Hospitais de Domingos Eanes Jardo e de S. Eutrópio, estruturas que serão o embrião do posterior convento dos Lóios, a mais relevante formação urbana do patamar superior, que aqui não analisámos por ter sido erguida fora das nossas balizas cronológicas.

Relativamente ao patamar intermédio, após a respectiva análise aos seus acessos viários, a porta de Alfama e a porta Ocidental, dedicámos a nossa atenção à análise da evolução urbana que ocorreu no local onde a Sé substituiu a Mesquita-maior, e onde depois se ergueu o claustro da Sé. Ainda neste patamar realçamos a hipotética existência de um *suq* intramuros, situado entre a Mesquita-maior e o *Bab al-Gharb*, a porta Ocidental, do qual terão sobrevivido alguns vestígios nos espaço conhecido em época cristã como os Brancos.

O patamar inferior revela uma relação indissociável com o rio Tejo, pois os seus limites meridionais foram desenhados pelo próprio rio, resultando numa configuração ribeirinha, em alguns pontos, estabilizada durante séculos. Propusemos a existência dos principais banhos públicos de época islâmica neste patamar, no extremo oriental da zona intramuros, local onde posteriormente a Coroa estabeleceu o Chafariz del Rei.

Abordámos também alguns aspectos globais do espaço intramuros, destacando algumas alterações no urbanismo deste espaço após a alteração de poder de 1147. Sobressaindo as mudanças nos sistemas viários secundário e terciário devido ao abandono do modelo habitacional da casa-pátio, em benefício do lote godo. Notámos também como o sistema viário primário não terá sofrido alterações de relevo com a transição do poder islâmico para o cristão. Em seguida, analisámos a tipologia da propriedade urbana intramuros, com base na documentação medieval produzida entre 1147 e 1325, destacando-se claramente a “casa” como a tipologia dominante no espaço intramuros. Notámos que o edificado no espaço intramuros seria, na sua maioria, constituído por pisos térreos, possivelmente uma herança do urbanismo anterior a 1147. A análise à documentação medieval demonstrou ainda a existência de espaços não edificados na área intramuros, levantando-se a questão sobre a densidade urbana intramuros, e sobre as causas que poderão explicar estes espaços. Estudos recentes incluem espaços verdes, de cariz agrário, progressivamente ocupados por edifícios, em áreas intramuros de outras cidades do al-Andalus. Por último elaborámos alguns comentários sobre a cerca urbana que criava o espaço intramuros, analisando as suas funções e tentando perceber como esta estrutura afectava o tecido urbano intramuros.

Para concluir, importa considerar que todo o espaço intramuros é marcado pelos desníveis topográficos causados pela orografia do terreno, e pela intervenção humana em se adaptar a estes desníveis, e, por último, também com o rio Tejo.

PARTE II - A ALCÁÇOVA

CAPÍTULO 1: MODELOS E TIPOLOGIAS

A alcáçova islâmica é tradicionalmente definida como um espaço fortificado, erguido na zona mais alta da cidade e delimitado por uma cerca que protege o espaço onde reside o poder⁴⁸⁸. Durante o século XI, este modelo foi aplicado nas várias capitais de taifa do al-Andalus⁴⁸⁹, verificando-se de forma exemplar em Almería⁴⁹⁰, Málaga⁴⁹¹ e Granada⁴⁹². No caso de Lisboa, este cenário urbano também se concretizou, com a construção de um espaço fechado e murado, ocupando uma área de 4,33ha, no topo da colina onde se desenvolvia a cidade⁴⁹³.

A palavra *qasaba*, que está na origem do étimo português alcáçova, ocorre especialmente no ocidente do Islão, designando, no âmbito urbano, a cidadela do poder⁴⁹⁴. No al-Andalus, esta cidadela caracterizava-se pela sua autonomia defensiva relativamente à *madina*, funcionando como último reduto contra ameaças externas ou internas ao poder urbano⁴⁹⁵. Uma definição abrangente de alcáçova pode incluir locais muito distintos, quer no que respeita à sua dimensão física, quer à sua relevância simbólica e política. Nesta categoria poderíamos incluir espaços de poder como as alcáçovas de Mérida, Sevilha, Málaga, Almería, Badajoz ou de Silves e de muitas outras cidades⁴⁹⁶. No entanto, estes espaços podem ser diferenciados em dois grandes grupos, quer pela cronologia e pelo contexto

⁴⁸⁸ Cf. Leopoldo TORRES BALBAS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, vol. I, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1985, p. 128; André BAZZANA, “Approche d’une typologie des édifices castraux de l’ancien Sharq al-Andalus” in *Chateau Gaillard – Etudes de Castellologie Médiévale*, Caen, Centre de Recherches Archeologiques Médiévales, 1982, p. 306; Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d’al-Andalus: L’Espagne et le Portugal à l’époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996, p. 95.

⁴⁸⁹ Cf. Christophe PICARD, “Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-andalus (X-XIIe siècle): les signes d’une dynamique”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coordenação de Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 138.

⁴⁹⁰ Lorenzo CARA BARRIONUEVO, *La Almería islámica y su Alcazaba*, Almería, Editorial Cajal, 1990.

⁴⁹¹ Fanny CARRANZA SELL, “La alcazaba de Málaga. Historia a través de su imagen”, *Péndulo: revista de ingeniería y humanidades*, N.º. 22, 2011, p. 56.

⁴⁹² Não nos referimos à estrutura palatina da Alhambra, mas sim à *Alcazaba Vieja*, situada no monte *Albaicin*, na margem direita do rio Darro, e edificada pela dinastia Zirida, no século XI (Cf. Antonio MALPICA CUELLO, *Poblamiento y castillos en Granada*, Madrid, Lunweg Editores, 1996, p. 61).

⁴⁹³ Esta área foi calculada através do sítio da internet: <http://www.daftlogic.com/projects-google-maps-area-calculator-tool.htm>.

⁴⁹⁴ Para evitar equívocos devemos esclarecer sucintamente as diferenças entre alcáçova e alcácer. A etimologia destas palavras é elucidativa: alcáçova tem origem no étimo árabe *al-qaçba*, significando cidadela fortificada e alcácer tem origem no étimo árabe *al-qaçr*, significando castelo ou palácio (cf. David LOPES, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, José Pedro MACHADO (org.), Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1968, p. 24; 162).

⁴⁹⁵ Cf. *E.I.* vol. 4. pp. 684-686.

⁴⁹⁶ Cf. Francisco JUEZ JUARROS, *Símbolos de Podes en la Arquitectura de al-Andalus*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História, 1999, pp. 257-277.

político em que foram edificados, quer pela extensão das funções que cumpriam na lógica urbana da cidade, permitindo assim uma melhor compreensão dos processos que levaram à sua criação⁴⁹⁷.

Numa primeira fase, as alcáçovas erguidas na Península Ibérica tiveram como principal matriz o alcácer de Córdoba que estabeleceu o modelo posteriormente implantado em algumas cidades. Neste grupo, incluímos as alcáçovas omíadas de Toledo (797 e 932)⁴⁹⁸, Mérida (835)⁴⁹⁹, Sevilha (914)⁵⁰⁰ e Beja (929)⁵⁰¹, cidades que ofereceram resistência ao poder central e que por esse motivo exigiram uma ação vigorosa de controle efetivo por parte desse poder. A construção destes espaços fortificados, que incluíam muitas vezes uma área palatina destinada à residência dos representantes do emir ou do califa, revela uma imposição clara do poder central perante as tentativas autonómicas dos centros urbanos. Além deste propósito de consolidação da autoridade central patente na construção destas alcáçovas, devemos também notar que todas partilhavam características físicas comuns, no que respeita à sua planta e localização. Todas estas alcáçovas dominavam pontos estratégicos da cidade: o alcácer de Córdoba controlava a principal ponte sobre o Guadalquivir; o *Alhicén* de Toledo vigiava a ponte de Alcântara sobre o Tejo; a alcáçova de Mérida foi erguida exatamente entre a medina e a ponte sobre o

⁴⁹⁷ Naturalmente, muitas alcáçovas do al-Andalus não podem ser facilmente incluídas nestes dois grandes grupos, mas não é nosso objetivo realizar um estudo global sobre a evolução das estruturas urbanas do poder islâmico no al-Andalus. Importa-nos sim, perceber de forma geral como ocorreu a implantação das alcáçovas, no sentido de compreender melhor o caso de Lisboa. Christophe Picard, concentrando-se exclusivamente no território do *Gharb*, estabelece uma evolução dos locais de poder, da *dar al-imara* à *qasaba*, que aqui seguimos parcialmente, pois o autor não chega a apontar claramente os dois grandes grupos de alcáçovas (cf. Christophe PICARD, *Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe siècle): L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 235-236). O esquema geral que aqui apresentamos aproxima-se mais do esquema proposto por Christine Mazzoli-Guintard onde se elabora uma criteriosa tipificação das alcáçovas do al-Andalus, criando sete categorias distintas. Das sete categorias de Mazzoli-Guintard, optámos por considerar os dois primeiros tipos, pois parecem-nos corresponder às alcáçovas urbanas mais relevantes do ponto de vista político e militar (cf. Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d’al-Andalus: L’Espagne et le Portugal à l’époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996, p. 114-119). Para um estudo global sobre os edifícios castrais do Levante do al-Andalus, desde simples torres de atalaia até a complexas alcáçovas urbanas ver: André BAZZANA, “Approche d’une typologie des édifices castraux de l’ancien Sharq al-Andalus” in *Chateau Gaillard – Etudes de Castellologie Médiévale*, Caen, Centre de Recherches Archeologiques Médiévales, 1982.

⁴⁹⁸ A primeira data, 797, refere-se à revolta toledana debelada por ‘Amrous, sob as ordens do emir al-Hakam I, altura em que foi construída uma fortificação junto à principal ponte da cidade (cf. IBN IDARI, *Al-Bayano’ l-Mogrib*, tomo II, trad. E. FAGNAN, p. 112). A segunda data, 932, marca a submissão definitiva de Toledo a Abd al Rahman III, que ordeou a remodelação completa da alcáçova e reconstruiu a ponte de Alcântara, de modo a que “*fuera sus gobernadores y caides, moradores del alcázar, los únicos que controlasen el puente y la puerta, no la población, que quedó entronces en manos del sultán y bajo su cerrojo, pues no se podía entrar ni salir de la ciudad sino com su permiso.*” (Cf. Eduardo MANZANO MORENO, *Conquistadores emires y califas*, Barcelona, Crítica, 2ª ed., 2011, p. 256.)

⁴⁹⁹ Neste ano, o emir Abd al-Rahman II ordenou a construção de uma alcáçova que repete exatamente o esquema do alcácer de Córdoba, com um recinto fortificado que controla a principal entrada na cidade e a antiga ponte romana. (cf. Eduardo MANZANO MORENO, *Conquistadores emires y califas*, p. 255; Miguel ALBA CALZADO, Santiago FEIJOO MARTÍNEZ, Bruno FRANCO MORENO, “Mérida islâmica (s. VIII-IX): El proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina” in *Xelb 9: Actas do 6º encontro de arqueologia do Algarve*, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 204.)

⁵⁰⁰ Cf. Miguel TABALES RODRÍGUEZ, “La transformación palatina del Alcázar de Sevilla, 914- 1366”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, nº 12, 2001, p. 196.

⁵⁰¹ Cf. IBN IDARI, *Al-Bayano’ l-Mogrib*, tomo II, trad. E. FAGNAN, p. 332. O episódio da construção da alcáçova de Beja foi datado por Cristophe Picard em 929 (*Le Portugal Musulman...*, p. 55).

Guadiana; a alcáçova de Sevilha localizava-se junto à principal saída meridional da cidade, nas imediações do antigo *cardus maximus*⁵⁰². Estas alcáçovas localizavam-se junto da medina, por vezes no limiar desta, próximas da mesquita maior, mas não se situavam necessariamente num ponto alto relativamente à medina. No que respeita à planta, todas estas estruturas tinham uma planta quadrangular e eram delimitadas por muralhas que eram, por sua vez, defendidas por torres.

O segundo momento decisivo consiste no período de taifas do século XI, quando ocorre a edificação e remodelação de alcáçovas em múltiplas cidades do al-Andalus. Mais uma vez, a principal motivação é de carácter político, mas nesta ocasião já não se trata de uma força centrífuga exercida pelo poder central, com o objetivo de manter o seu domínio político sobre o território do al-Andalus, muito pelo contrário, trata-se de uma força centrípeta exercida pelos vários régulos de taifas que pretendem marcar a sua autoridade através da construção de locais de poder, nas principais urbes que governavam.

Neste segundo grupo incluem-se as várias alcáçovas edificadas pelos reis de taifas nas cidades do al-Andalus. Admitamos a proposta de Christine Mazzoli-Guintard que apresenta sete tipos de cidadelas do al-Andalus, inserindo Lisboa no segundo tipo de alcáçova⁵⁰³. A tipologia em que a alcáçova de Lisboa melhor se insere caracteriza-se por diferentes fatores. Em primeiro lugar, trata-se de um local com uma habitação permanente de tipo palatino onde é possível decorrer uma vida quotidiana autónoma relativamente à medina. Em segundo, este espaço está afastado fisicamente da mesquita aljama da cidade. Em terceiro, considera-se a ausência de albacar⁵⁰⁴. Em quarto, a autora refere a localização periférica em relação ao centro urbano. Com efeito, Lisboa, insere-se perfeitamente nestas características, aliás, tal como outras cidades do al-Andalus citadas pela autora: Carmona, Balaguer, Daroca, Toledo, Badajoz, Almeria, Granada, Palma de Maiorca e Saragoça⁵⁰⁵.

A localização topográfica das alcáçovas do século XI afigura-se como outra questão que merece algumas considerações. Na sua grande maioria, estas cidadelas situavam-se numa posição de acrópole relativamente à medina, aproveitando uma topografia escarpada e isolando fisicamente o poder político do resto da urbe, um cenário urbano que se podia observar em Almería, Málaga, Granada e, como veremos, também em Lisboa. Esta imagem constituiu o paradigma tradicional das alcáçovas do al-

⁵⁰² Cf. Miguel TABALES RODRÍGUEZ, “La transformación palatina...”, p. 198.

⁵⁰³ Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d'al-Andalus: L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996, p. 114-119.

⁵⁰⁴ O albacar consiste num espaço amuralhado, normalmente livre de construções, localizado junto da muralha da alcáçova ou da cerca urbana (Cf. Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d'al-Andalus...*, p. 103).

⁵⁰⁵ Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d'al-Andalus...*, pp. 114-119.

Andalus, mas a verdade é que outros tipos de alcáçovas produziram cenários urbanos diferentes, como aconteceu nas alcáçovas edificadas pelo poder omíada, como vimos anteriormente.

Concentremos agora a nossa atenção apenas na Alcáçova de Lisboa, a qual poderá ter sido contemporânea das alcáçovas da época das taifas.

CAPÍTULO 2: ANTES DA ALCÁÇOVA

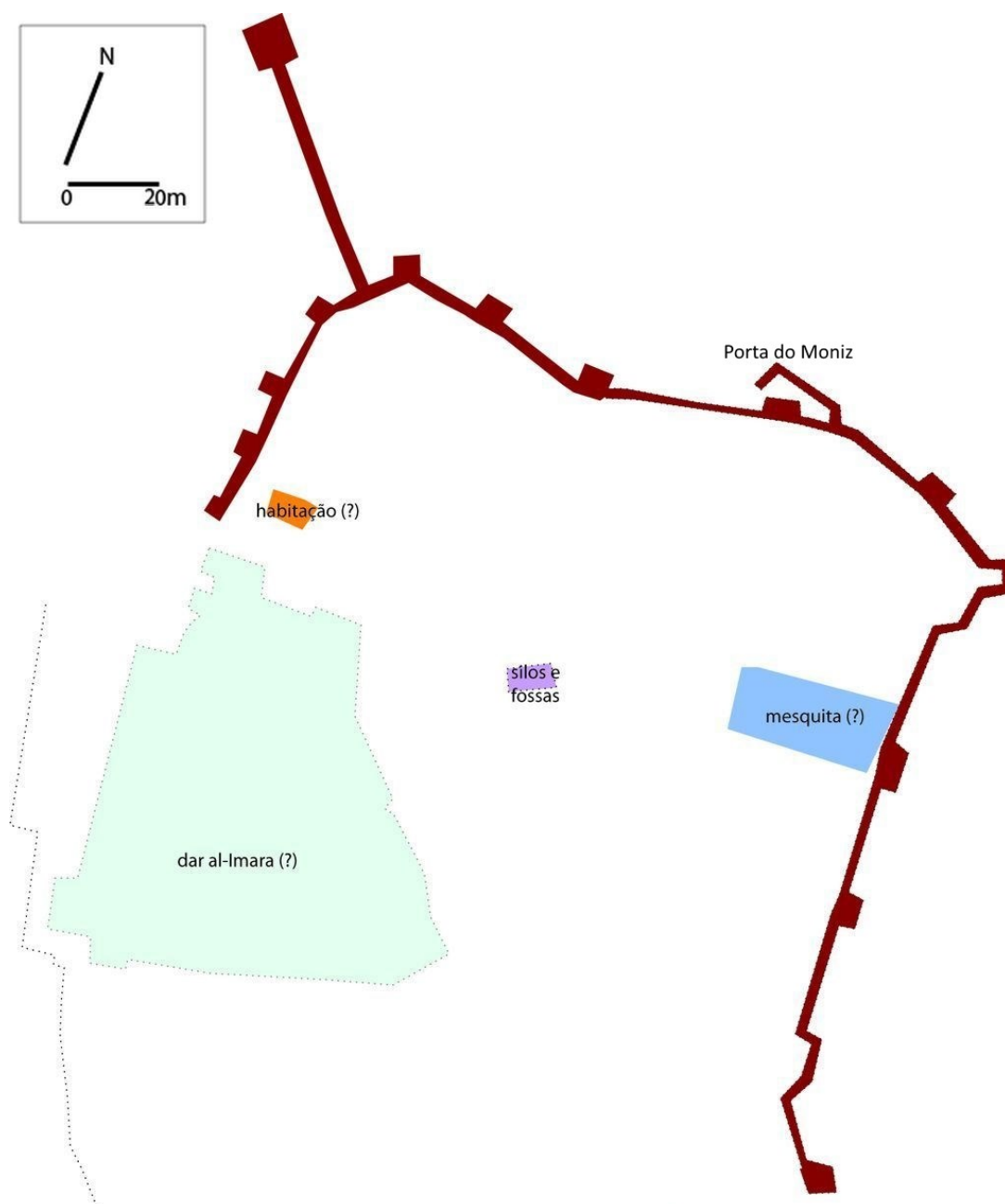


Figura 22. A Alcáçova de Lisboa no início do séc. XI

2.1 O CENÁRIO URBANO NO TOPO DA COLINA NO INÍCIO DO SÉC. XI

As escavações arqueológicas que têm sido realizadas junto aos vários troços da muralha da alcáçova não permitiram ainda estabelecer uma cronologia precisa quanto ao seu momento fundador. A única pista concreta que existe relativamente à cronologia da muralha da Alcáçova é relativa às torres do lanço oriental, cujas sapatas apresentam um escalonamento em degraus, e cujo aparelho “é constituído por silhares de calcário esquadriados de dimensões regulares dispostos em fiadas”, afirmando as arqueólogas responsáveis por várias escavações na Alcáçova, que esta solução construtiva, em escalonamento em degraus é típica do período emiral⁵⁰⁶. Ou seja, levanta-se a possibilidade de a muralha da Alcáçova ter sofrido uma remodelação relevante entre os meados do século VIII e os meados do século X. Todavia, só quando se procederem a mais escavações, tanto no exterior, como sobretudo, no interior do espaço murado, se poderá perceber a cronologia da sua construção e de possíveis reconstruções.

A recente leitura de uma placa epigráfica encontrada em 1940, durante as obras de remodelação e restauro efectuadas nessa altura, levou a que a investigadora que realizou a muito aguardada tradução dessa epígrafe, propusesse que a data de fundação do castelejo remontasse ao último quartel do século X, visto que a referida placa epigráfica é dessa época⁵⁰⁷. Parece-nos que a interpretação realizada pela autora deve ser reavaliada, pois duas questões fundamentais impedem-nos de aceitar a sua proposta. Em primeiro lugar, no texto traduzido por Carmen Barceló não se refere em momento algum a *qasaba*, como seria normal se as obras patrocinadas por Almançor visassem especificamente essa parte da cidade. Pelo contrário, é referida a restauração da cidade de Lisboa, “*madinat al-Lixbunā*”. Além disso, devemos considerar um aspecto que parece ter sido, por lapso, ignorado pela investigadora: a placa epigráfica foi encontrada não no local para o qual foi concebida, mas sim como “*pedra de enchimento do muro*”. Ou seja, a referida placa terá sido colocada, em algum momento posterior à sua realização, num segundo local para servir como material de construção⁵⁰⁸. Esta última questão altera

⁵⁰⁶ Cf. Ana GOMES e Alexandra GASPAR, “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão” in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I., Lisboa, Edições Colibri / Campo arqueológico de Mértola, 2013, p. 395.

⁵⁰⁷ Cf. Carmen BARCELÓ, “Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d.C.)”, *Conimbriga*, nº 52, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 165-194. A tradução da placa epigráfica por Carmen Barceló é a seguinte: “*En el nombre de Dios, Clemente Miseri[cordioso]. Ha ordenado el Príncipe de los Creyentes Hisām al-Mu’ayyad bi-llāh ¡haga larga Dios su existencia! Restaurar la ciudad de Al-ašbūna a través de su servidor, Hāyib y Espada de su dinastia Abi ‘Amir Muhammad bn Abī ‘Āmir ¡Dios le proteja! Se acabo la restauración (de Hišām) por manos de Naým bn al-Hakam y Jalīd bn Abī sulaymān, en el mês de dū-l-qa’d a del año setenta y cuatro y trescientos (=abril 985).*”

⁵⁰⁸ Cf. Augusto Vieira da SILVA, “Algumas descobertas no Castelo de S. Jorge” in *Dispersos*, vol. 2, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1985, p. 362: “Durante os trabalhos de reconstrução da quadrela demolida entre

totalmente a plausibilidade da interpretação de Carmen Barceló, já que a referida placa terá sofrido uma deslocação do seu local original, pois uma tal inscrição não poderia ter sido concebida para ser apenas “enchimento” de um muro, sendo apenas possível uma tal acção quando o poder de Almançor já nada significava, talvez já em época cristã. Parece-nos então mais plausível que a placa tenha sido colocada originalmente em algum lugar da Cerca Velha, talvez até no topo da Colina do Castelo, o que não implica que a Alcáçova já existisse como tal, em 985, a data que consta na placa. É mais admissível que, em 985, Almançor tenha dado ordens para reconstruções na cidade, possivelmente, na cerca urbana da cidade, talvez também em mesquitas ou até em banhos, estruturas muitas vezes relacionadas com o poder central, como veremos. A verdade é que não sabemos quais as estruturas urbanas que foram afectadas pela reconstrução ordenada por Almançor, pois a placa não as especifica. Além disso, o local em que esta foi encontrada, como enchimento de um dos muros do castelejo, não nos pode ajudar a resolver essa questão.

Ainda, sobre a cronologia da construção da alcáçova temos a certeza que as muralhas que desenham os limites setentrionais e orientais da alcáçova já existiam em meados do século XI, quando o bairro residencial é implantado no interior do espaço murado, visto que a orientação do próprio bairro, que segue escrupulosamente o traçado da muralha, revela de forma bastante clara a antecedência cronológica da muralha relativamente ao bairro. Além disso, é importante considerar que a urbe se encontrava, desde época romana, sob a proteção de uma muralha que esteve em pleno funcionamento durante toda a fase de domínio político islâmico⁵⁰⁹. Esta cerca urbana, que se estendia pela colina do castelo em direção ao rio, com certeza não deixaria desprotegido e vulnerável o topo da colina que defendia, muito pelo contrário, o topo deveria estar bem fortificado, aproveitando a orografia do local. O traçado deste sistema defensivo anterior à alcáçova seria sempre decisivamente condicionado pela orografia do terreno e não podia ser muito diferente do traçado posterior da alcáçova que ainda se consegue reconhecer nos troços norte e Nascente. Perante isto, será plausível propor que, em inícios do século XI, o topo da colina do castelo estivesse integrado na cerca da cidade e que só numa fase posterior tivesse sido fechado, tornando-se então numa alcáçova. Relativamente ao troço ocidental, as várias obras posteriores de terraplanagem e acrescento não nos permitem avançar com qualquer

as torres, e de restauro da torre, encontraram-se, como pedras de enchimento do muro, respectivamente os dois cipos romanos...”.

⁵⁰⁹ A muralha romana foi arqueologicamente confirmada em diferentes locais, nomeadamente no troço sul, no local dos antigos armazéns Sommer, onde foi possível verificar uma cintura de defesa com diferentes momentos construtivos: uma primeira muralha da primeira metade do séc. I d. C. e outra de finais do séc. IV/V. A coincidência do traçado meridional e oriental das muralhas romana e tardo-romana com a muralha medieval é consensual. (cf. Alexandra GASPARG, Ana GOMES, “As Muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo” in *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Imperio – Actas del Congreso Internacional en Lugo*, Lugo, Servicio de Publicaciones de la diputación provincial de Lugo, 2007, p.695.)

proposta rigorosa. No vértice noroeste da alcáçova, incluímos a torre albarrã, atualmente denominada torre de S. Lourenço, pois esta pode ter feito parte da estrutura defensiva inicial, unida ao topo da colina por um pano de muralha que descia a encosta. Na verdade, não há dados arqueológicos que confirmem esta questão, mas o tipo de construção é muito semelhante a certos troços da cerca velha e da cerca da alcáçova⁵¹⁰.

O traçado da muralha que defendia o topo da colina do Castelo que aqui propomos é desenhado sobre a planta de João Nunes Tinoco de 1650, a qual, deve ser tomada apenas como uma referência aproximada ao traçado que existiria em inícios do século XI⁵¹¹. A ausência de reconstituições com referências cronológicas válidas não nos permite ir mais longe nesta questão⁵¹².

Quanto aos acessos do topo da colina, nesta fase inicial do século XI, supomos que esta zona estivesse aberta à medina do lado sul, e que possivelmente já existisse, no lado norte, a porta posteriormente denominada do Moniz. Segundo as sondagens arqueológicas realizadas neste local, esta porta da muralha dava acesso a uma calçada que fazia a ligação a um suposto arrabalde localizado a norte da cidade, no local onde posteriormente se implantou a Mouraria⁵¹³. A outra porta, que surge na cartografia de 1650, localizada no troço norte da muralha, a chamada porta da traição (*bab al-ghadr*), não existia nesta fase porque o castelejo ainda não havia sido construído e esta porta só ganha sentido para posteriormente abrir o acesso entre a zona do castelejo e a escarpa a norte da cidade⁵¹⁴. Sobre o lanço ocidental, o nosso desconhecimento do seu estado original não nos permite formular qualquer proposta relativamente aos acessos. O estado do conhecimento do lanço oriental, apesar de possibilitar uma reconstituição mais segura do traçado da muralha original, não nos permite reunir informações suficientes para apontar a localização de qualquer acesso.

⁵¹⁰ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 398-400.

⁵¹¹ João Nunes TINOCO, *Planta da cidade de Lisboa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. M[a]g[esta]de anno 1650*. - Escala [ca 1:3100], mil palmos = [7,20 cm]. - Lisboa : Lith[ographia] da Imp[rensa] Nac[ional], 1853.

⁵¹² A obra de referência sobre as muralhas, portas e torres da alcáçova de Lisboa continua a ser o texto de Augusto Vieira da Silva, *O Castelo de S. Jorge. Estudo Histórico-Descriptivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1937. A única atualização assinalável ao trabalho do olisipógrafo consiste no artigo de Ana Gomes e Alexandra Gaspar, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001.

⁵¹³ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica...”, p. 399. Sobre a ocupação da área a norte da Alcáçova antes de 1147 ver: parte V - O Arrabalde dos Mouros.

⁵¹⁴ Referimo-nos à chamada “porta da traição” que surge na planta de João Nunes Tinoco.

2.2 UMA MESQUITA NO TOPO DA COLINA

Uma outra questão que teremos que deixar em aberto consiste na provável existência de uma mesquita no topo da colina do castelo. Na verdade, as informações arqueológicas sobre um eventual templo islâmico neste espaço são nulas e as informações documentais não permitem precisar com exatidão a cronologia da sua fundação. A base documental mais antiga que refere a presença de uma mesquita na alcáçova, relacionando-a com a posterior igreja de Santa Cruz, é a obra *Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa: Imporio do Mundo e Princeza do mar Oceano*, da autoria de António Coelho Gasco, escrita, segundo Júlio de Castilho, entre 1627 e 1633 (p. 285)⁵¹⁵:

“Tomada Lix.^a o virtuoso e s. Rey se foi aposentar nos Paços delRey mouro q são hoje os da Alcaceva, nome corrupto de Alcacer, q quer dizer em lingoa Arabia, Castello. E a mesquita dos mouros q estava dentro nesta Alcaceva a mandou santificar e alimpar, e chamo-lhe Santa Crus por amor do dia da tomada desta Cidade. Depois q a santificarão, ficou nella o Bispo Dom Gilberto a q. o mesmo Rey tinha dado o Bispado, onde ficou o Bispo residindo ate se reparar a see q era a mesquita mor po estar ainda immunda dos Barbaros. A este Bispo lhe deu huãs nobres cazas iunto com o Priorado de Sancta Crus q. fora Mesquita, as quaes estão cercadas de hu alto muro com suas ameyas como os Mouros edificão, tem hu pátio, e recebim.to muy grande em q assistem hoje alguns soldados castelhanos por guarda.”

Infelizmente, ao contrário do que acontece em outros passos desta obra, o autor não nos fornece qualquer pista sobre a fonte desta informação⁵¹⁶. Apesar desta escassez de dados concretos sobre a existência de uma mesquita na alcáçova, a historiografia atual tem seguido a notícia de Coelho Gasco, normalmente sem identificar o autor, referindo apenas a “tradição”⁵¹⁷. Efetivamente, apesar da aparente

⁵¹⁵ Cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Segunda Parte – Bairros Orientais*, vol. III, 1895, p. 65. A obra de António Coelho Gasco foi editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1924.

⁵¹⁶ Em outros momentos desta obra, o autor refere frequentemente as suas fontes (Crónicas de Fernão Lopes, p. 280; *Monarchia Lusitana* de António Brandão, p. 282, etc...), transcreve e refere documentação coeva (p. 279, p. 288, etc...) e, além disso, transcreve monumentos epigráficos medievais (p. 277).

⁵¹⁷ Augusto Vieira da SILVA, *O Castelo de S. Jorge de Lisboa. Estudo Histórico Descritivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1937, p. 14; Alexandra GASPAS, Ana GOMES, “Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge”, *Arqueologia Medieval* 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 96. Uma referência de Clementino Amaro a um suposto documento de 1191 que levaria a crer que “a igreja de Stª Cruz da Alcáçova foi fundada por D. Afonso Henriques, no local de uma antiga mesquita” parece ter levado a equívocos posteriores, mas essa fonte, que Clementino Amaro não explicita, só pode ter como origem um equívoco com a referência a um sínodo que terá ocorrido nesse ano (cf. *Chronica da Ordem dos Cónegos regrantes do Patriarca S. Agostinho*, Lisboa, Officina de Joam da Costa, 1648, 2ª parte, p. 145). A menção da igreja neste sínodo foi considerada durante muito tempo a primeira referência documental à igreja de Santa Cruz de Lisboa. Em todo o caso, nessa passagem, não há qualquer referência a uma mesquita. (Cf. Clementino

fragilidade desta fonte tardia, pensamos que há motivos válidos para se considerar a existência de mesquitas de bairro em Lisboa, e, mais concretamente, parece-nos realmente possível que poderá ter existido uma mesquita na alcáçova. As informações deste autor do século XVII têm realmente alguma coerência. Antes de mais, como referimos no capítulo anterior, o processo de transformação de mesquitas em igrejas após a tomada de cidades do al-Andalus está já bem documentado e estudado⁵¹⁸. A doação ao bispo de Lisboa de propriedades urbanas próximas da Igreja de Santa Cruz também pode ser confirmada, não na doação afonsina que se perdeu, mas na existência posterior de propriedades do bispo de Lisboa, neste local da Alcáçova⁵¹⁹. Além disso, apesar de se encontrar relativamente perto da mesquita aljama, consideramos que a alcáçova de Lisboa poderia perfeitamente possuir uma mesquita de bairro. Neste sentido, é importante traçar paralelos com as redes de mesquitas de outras cidades do al-Andalus. As mesquitas de bairro estão confirmadas documentalmente para pelo menos quatro cidades: Córdova, Sevilha, Granada e Valência⁵²⁰. Não vemos qualquer razão para que não existissem mesquitas de bairro em outras cidades do al-Andalus, tanto nas cidades de maior dimensão, como também nos núcleos urbanos de média dimensão, como ocorria em Valência e muito possivelmente em Lisboa.

AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 63).

⁵¹⁸ O caso de Valência, em 1238, é paradigmático: “fecit X ecclesias parrochiales in civitate Valentie de decem locis que fuerunt meçquite sarracenorum” (*Ordinatio ecclesiae valentinae*, em: José SANCHIS Y SIVERA, *La diócesis valentina. Nuevos estudios históricos. Anales del instituto general y técnico de Valencia*, Valencia: La Voz valenciana, 1921. p. 233). Para Córdova, Toledo e Palma de Maiorca ver: Amy REMENSNYDER, “The colonization of Sacred Architecture: The Virgin Mary, Mosques, and Temples in Medieval Spain and Early Sixteenth-Century Mexico” in *Monks and Nuns, Saints and Outcasts: Religious Expression and Social Meaning in the Middle Ages*, ed. Sharon Farmer and Barbara Rosenwein, New York, Cornell University Press, 2000, pp. 189-219.

⁵¹⁹ Documentação dos séculos XV e XVI, tratada por Ferreira de Andrade, situa claramente as propriedades do bispado de Lisboa junto à igreja de Santa Cruz da Alcáçova (Cf. Ferreira de ANDRADE, *A Freguesia de Santa Cruz*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 91-93).

⁵²⁰ Carmen TRILLO SAN JOSÉ, “Mezquitas en al-Andalus: Un espacio entre las comunidades y el poder”, *Studia historica: Historia medieval*, nº 29, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, p. 87.

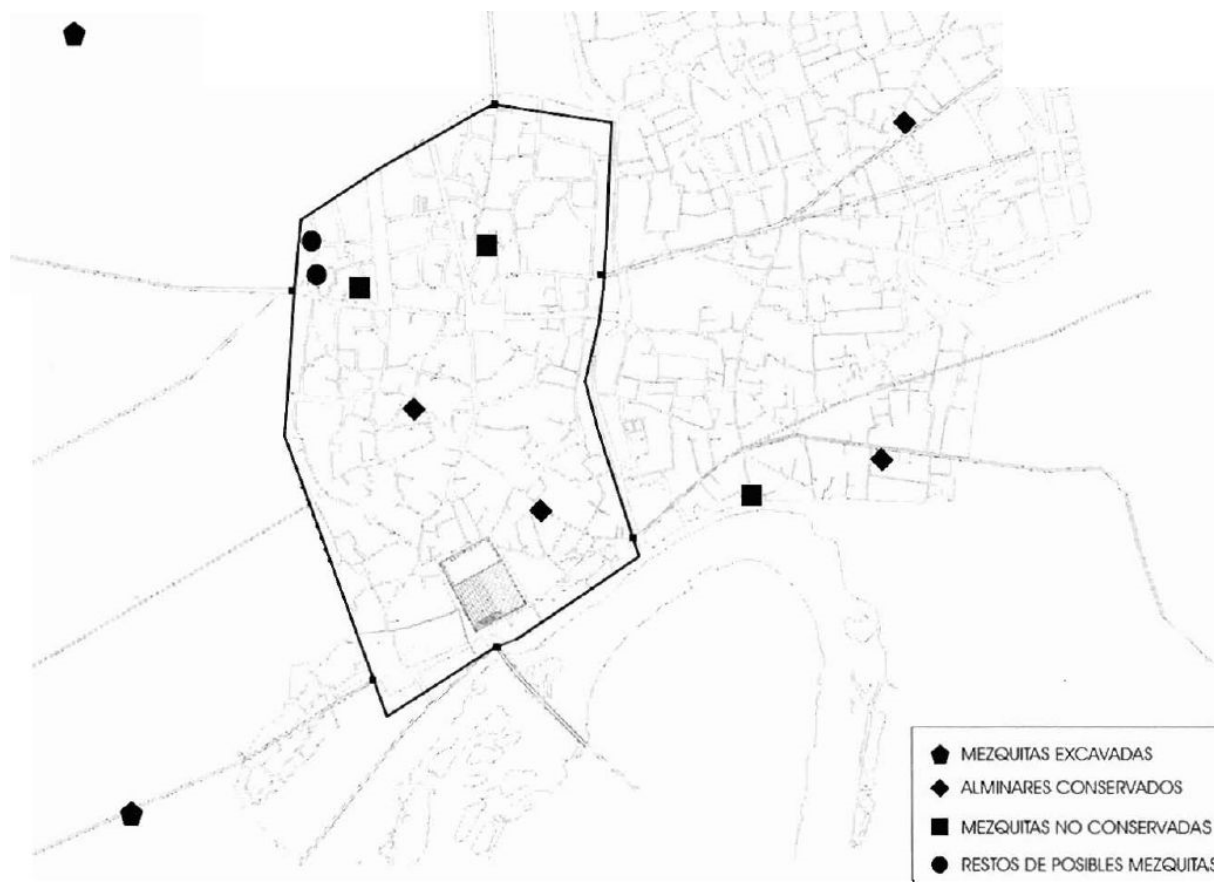


Figura 23. Rede de Mesquitas de Córdoba⁵²¹

Ao observar a planta com a distribuição das mesquitas de bairro da Córdoba islâmica notamos que junto de uma das portas ocidentais da cidade, a *bab 'Amir*, se situavam pelo menos três mesquitas num espaço muito próximo. Se acrescentarmos a isto a informação de *al-Maqqari* de que Córdoba teria 490 mesquitas, no período emiral e, mais ainda, lembrarmos que Valência teria pelo menos dez mesquitas no momento da tomada cristã, percebemos que as redes de mesquitas das urbes do al-Andalus podiam ser bastante densas e numerosas⁵²².

⁵²¹ Planta publicada em: Ana VALDIVIESO RAMOS, Rosa LÓPEZ GUERRERO, “Las Mezquitas de Barrio en Córdoba: Estado de la cuestión y nuevas líneas de investigación”, AAC, nº 12, 2001, p. 222.

⁵²² Sobre a rede de mesquitas de bairro em Córdoba ver: Ana VALDIVIESO RAMOS, Rosa LÓPEZ GUERRERO, “Las Mezquitas de Barrio en Córdoba...”, p. 222. Sobre as mesquitas de Valência ver nota 519.

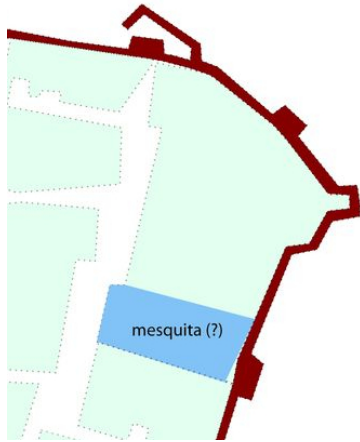


Figura 24. Pormenor da Planta da Alcáçova com provável localização da mesquita.

Perante estes dados, a existência de uma mesquita na alcáçova de Lisboa referida por Coelho Gasco vai-se tornando cada vez mais plausível. Um último dado, retirado da observação da planta atual da alcáçova, poderá ainda contribuir para dar solidez a esta ideia. Sabemos que a atual igreja de Santa Cruz consiste numa reconstrução pós-pombalina que não deixou vestígios visíveis da igreja medieval, e, muito menos, da suposta mesquita. Ainda assim, conhecendo a orientação da rua que ligava a chamada porta do Moniz à referida igreja, uma via cujo traçado original foi arqueologicamente confirmado como sendo de época islâmica, ficamos com a ideia de que a orientação das paredes da igreja atual não se poderá afastar muito da orientação das paredes da igreja medieval, nem da provável mesquita que aí se situaria (ver figura 24)⁵²³. A orientação da igreja de Santa Cruz da Alcáçova para sul é de 168°, bastante próxima da orientação da Sé de Lisboa que é de 175°⁵²⁴. Ora, como se sabe, a catedral foi erguida sobre a mesquita maior, e poderá ainda reter uma orientação aproximada da que teve o templo muçulmano. Como vimos no capítulo anterior, ambas as orientações encontram paralelo na Catedral de Toledo, que, por sua vez, também se ergueu sobre a mesquita aljama dessa cidade no século X, e também, em duas mesquitas de bairro da mesma cidade, que foram erguidas no início do século XI, a mesquita de *Jabal Barid* e a de *al-Dabbagin*. Este dado leva-nos a supor que a orientação da mesquita da alcáçova poderá ter tido como modelo a principal mesquita da cidade, que, por sua vez, poderá ter seguido o modelo de Toledo. Todavia, devemos admitir que a falta de dados arqueológicos sobre as mesquitas que estariam no lugar das atuais igrejas impossibilitam-nos de prosseguir esta linha

⁵²³ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAR, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 403: “A planta anterior ao terramoto apresenta a existência de um eixo este que já referimos para a época islâmica, que será repavimentado em época medieval e ainda posteriormente.”

⁵²⁴ Ambas as medidas foram recolhidas através do sítio <http://googlecompass.com>.

de investigação. Concluindo a questão da mesquita da alcáçova, aceitemos, com inevitável cautela, que terá existido e que se situava no local onde depois se ergueu a igreja de Santa Cruz.

2.3 A POSSIBILIDADE DE UMA DAR AL-IMARA

Perante a questão do local onde habitava o alcaide ou governador muçulmano, a *dar al-Imara*, ou seja, a casa do poder, as interrogações são diversas e devemos admitir prontamente que a maior parte delas continuará sem resposta. Será que já existia em inícios do séc. XI? Será que se situava no local onde depois se desenvolveu o paço real? Na verdade, estas questões não terão resposta conclusiva enquanto não forem realizadas escavações arqueológicas de relevo na área ocidental da alcáçova, mais especificamente, no local conhecido como “jardim das ruínas”. Mais uma vez, teremos de voltar ao texto de Coelho Gasco, pois é exatamente na passagem que citámos acima que surge pela primeira vez uma relação clara e direta entre o paço real cristão e a residência do poder islâmico⁵²⁵:

“Tomada Lix.^a o virtuoso e s. Rey se foi aposentar nos Paços delRey mouro q são hoje os da Alcaceva...”

Alguns especialistas têm vindo a defender que o paço real foi construído sobre a residência do governador muçulmano da cidade, naquilo que seria uma solução de continuidade, que não seria nada surpreendente⁵²⁶.

O caso de Toledo ilustra, mais uma vez, uma realidade semelhante ao que poderá ter ocorrido em Lisboa. Após a conquista da cidade em 1085, o *al-Hizám*, a antiga estrutura palatina situada na

⁵²⁵ António Coelho GASCO, *Das Antiguidades da Muy Nobre Cidade de Lisboa: Imporio do Mundo e Princeza do mar Oceano*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924, p. 285.

⁵²⁶ Augusto Viera da Silva, segue esta linha: “Nesse sítio, dos quartéis levantava-se, desde remotos tempos, segundo é tradição, o palácio do alcaide ou governador mouro de Lisboa, mais tarde, depois da conquista da cidade, acrescentado e reformado em várias épocas...” (*O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1937, 2ª ed., p. 95). Ferreira de Andrade, apoiado numa carta de proteção concedida por Sancho I (*Chancelaria D. Dinis*, Livro II, fl. 139), em 1176, aos moradores da alcáçova, argumenta: “Estas regalias que os habitantes da Alcáçova usufruíram através dos tempos, e enquanto os reis de Portugal residiram junto deles, são, talvez, a prova de que a residência do alcaide mouro fosse desde logo transformada nos paços dos primeiros monarcas, onde estes, até à transferência da corte para Lisboa, se vinham aposentar nas várias visitas a esta cidade” (*Palácios Reais de Lisboa*, Vega, Lisboa, 1990, 2ª ed., p. 110). Oliveira Marques assume esta ideia sem sequer argumentar: “Edificado no local da residência do alcaide muçulmano, dela aproveitando talvez as fundações, o paço real de Lisboa, o Paço da Alcáçova como passou à História, foi habitado por quase todos os monarcas portugueses até aos fins do século de Quinhentos. Resultado de acrescentamentos e arranjos de muitas épocas, não exibia por fora qualquer interesse arquitetónico. Consistia antes numa massa de edifícios, de dimensões variadas, dispostos sem regularidade, ao sabor dos diferentes monarcas e das necessidades práticas de aproveitamento do terreno” (cf. *A Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974, 3ª ed. pp. 68-69).

alcáçova e pertencente ao rei da taifa de Toledo, passou integralmente para a posse de Afonso VI, rei de Leão e Castela, que converteu boa parte do local no seu alcácer. Mas as semelhanças não se ficam por aqui, pois Afonso VI concedeu partes significativas da antiga alcáçova islâmica a várias instituições eclesiásticas, algo que nos recorda a já referida doação de propriedades da alcáçova de Lisboa ao recém-criado bispado, logo após a reconquista⁵²⁷. O mesmo se passou em Sevilha, após a tomada da cidade, em 1248, durante o reinado de Fernando III, quando este rei decidiu habitar na alcáçova islâmica, exatamente na área palatina que tinha pertencido aos governantes almóadas⁵²⁸. Não estaríamos portanto, perante uma situação anómala se o mesmo tivesse ocorrido em Lisboa. No entanto, devemos admitir que a documentação medieval não é explícita quanto à localização da casa do alcaide islâmico. Uma das poucas referências à casa do governador da cidade, e também, a mais antiga, é exatamente uma breve menção ao saque efetuado pelos cruzados colónienses e flamengos, logo após a tomada da cidade, em 1147⁵²⁹. Além de não existirem referências na documentação medieval relativas à localização do *dar al-Imara*, também não existe qualquer planta precisa do posterior paço real da alcáçova. A única informação textual que podemos considerar pertinente sobre o paço real medieval consiste numa descrição tardia, já do século XVI. Nesta descrição, João Baptista Venturino, que, em 1571, acompanhava o legado papal de visita a Portugal, tece alguns comentários sobre o paço real de D. Sebastião, afirmando que este “não tem forma alguma de arquitetura por ter sido feito aos poucos em diversas épocas”, frase que não nos parece desprovida de sentido. Na descrição de Venturino é notória a complexidade da estrutura palatina, que parece se desenvolver em várias salas, salões e quartos organizados em torno de pátios, sobressaindo também a interessante presença de um miradouro⁵³⁰. A descrição de Venturino remete-nos invariavelmente para as estruturas palatinas de

⁵²⁷ Cf. Fabiola Moya e Concepción Morales, “El antiguo convento de Santa Fe de Toledo”, *Bienes Culturales*, nº 6, Madrid, 2006, p. 63.

⁵²⁸ Rafael Cómez, “El Alcázar Bajomedieval”, *Apuntes del Real Alcazar de Sevilla*, nº 14, Sevilla, Patronato del Real Alcazar, 2013, p. 120.

⁵²⁹ *A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, p. 139: “Aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa.”

⁵³⁰ Alexandre HERCULANO, *Opúsculos*, vol. VI, Lisboa, Viúva Bertrand & C.^a, 1884, pp. 84-87: “*Sobe-se por uma grande escada a um átrio que gira em volta, o que dá entrada para diversas quadras, ficando à mão esquerda da entrada uma porta, que dá para outra escada ingreme e estreita, pela se sobe a alguns quartos bem ornados, nos quais se alojaram vários prelados. Tomando por outra escada, subimos a uma varanda, que dá passagem para as câmaras de el-Rei, por cima das quais fica uma grande sala, que tem quarenta e oito passos de comprido e dezoito de largo, dividida em naves, com um tecto pintado de brutescos e forrada toda de belos razes da Flandres e de lhama de oiro. Seguiu-se um quarto feito a modo de escada, por ser em degraus, onde os gentis-homens dos prelados comiam. O tecto deste quarto era feito à maneira de pinha e de muito mau gosto. De aqui subia outra escadinha de madeira para um aposento, ao lado do qual ficava outro, onde estavam os aparadores com a copa, assaz copiosa de peças de oiro e prata, mas não tanto como a do duque de Bragança. Desta casa se passava para uma sala forrada dos mesmos panos de Flandres, na qual os prelados comiam. No fundo desta sala se descia para outra varanda feita de novo, em cujo topo havia um bellissimo pano de Flandres, com uma imagem da Virtude, que segurava pelo colo e pelos cabelos uma Fortuna com um letreiro latino, que significava: não sabe escapar, nem pode fugir à Fortuna, quando a Virtude com sua força a retém. Do meio desta varanda se desce para uma*

Madinat al-Zahra, Córdova, Sevilha, Toledo, que, tal como o Paço real, se organizavam em torno de pátios abertos, de diferentes dimensões que davam acesso a várias salas e salões. Como vimos anteriormente, em *Madinat al-Zahra*, Málaga e Almeria, a casa do poder era privilegiada com miradouros estrategicamente posicionados, possibilitando paisagens extraordinárias aos seus residentes. Será por acaso que o Paço real se localizava exatamente no melhor ponto de observação sobre a cidade e o rio? Parece-nos que não é ocasional, pois este seria também o local ideal para a localização da casa do poder islâmico. Deste modo, apesar de não podermos confirmar com certeza que o paço real dos reis portugueses era herdeiro direto do alcácer islâmico de Lisboa, essa proposta afigura-se-nos cada vez mais provável.

Um outro documento que traz informações relevantes sobre a questão do paço real da alcáçova data também do século XVI e consiste numa gravura existente na biblioteca da Universidade de Leiden.

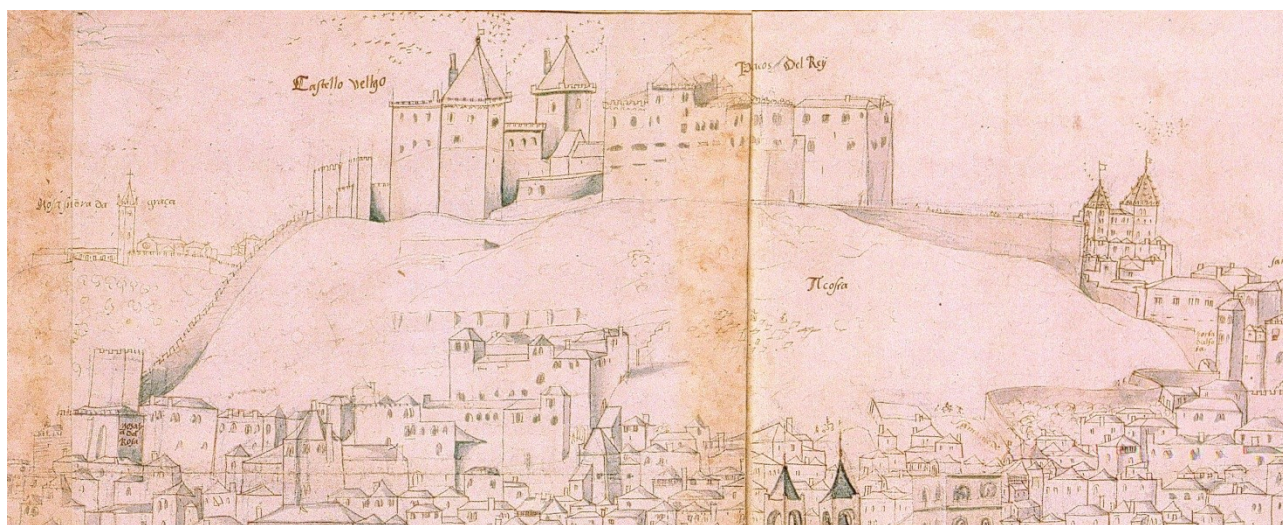


Figura 25. Pormenor da Alcáçova na vista de Leiden, Biblioteca da Universidade de Leiden.⁵³¹

sala forrada de lhama de oiro com um docel de brocado, debaixo do qual está um estrado com três degraus coberto de pano verde. De aqui se entra em uma camara ornada do mesmo modo, onde está um grande leito de brocado de oiro com travesseiro e duas almofadinhas de rogo carmezim ricamente bordadas de oiro. Fica imediata outra, onde estava um leito para dormir o legado, cuja armação era de finíssimas razes de seda e de oiro, com bem lavradas figuras poéticas, e franjas subtilíssimas. Havia também aí uma mesa pequena de coiro preto da Índia, mais belo que o ébano, todo lavrado ao redor de folhagem de oiro. Ao pé desta camara estava um oratório armado de razes semelhantes aos da camara, com a diferença de serem as figuras ao devoto. Destas camaras sai-se por uma porta secreta para um terrado, de onde se descobre uma extensa vista, tanto de mar como de terra. Os quartos de el-Rei ficam por baixo destes, em tudo lhe são semelhantes, salvo em alguma pequena diversidade nos estrados e docéis, e em serem bordados a panos de raz com historia do Testamento Velho.”

⁵³¹ Sobre a autoria e datação deste desenho ver: Irisalva MOITA, “Vista panorâmica de Lisboa existente na Biblioteca da Universidade de Leyde” *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 95, tomo I, 2009, pp. 27-57.

Nesta gravura, reconhecida pelo seu rigor, podemos notar claramente a presença de estruturas distintas no topo da colina do castelo que se dividem em dois grupos: o castelejo, aqui denominado “Castello velho”, localizado a Ocidente e que surge representado por três torres ameiadas, duas delas com telhados em pináculo e com as respectivas chaminés, e a Oriente os “Paços del Rey”. Este último era o paço de D. Sebastião descrito por Venturino, onde se diferenciam três edifícios, um mais a oriente, coberto com dois telhados simples e ligeiramente recuado, um segundo edifício onde se abre um portal e que é coberto por um terraço ameiado, com merlões arredondados, e por fim, a ocidente, um terceiro edifício, também ameiado, mas este com merlões quadrangulares, e constituído por um torreão central com dois corpos laterais com menos um andar. Segundo Irisalva Moita, este terceiro edifício seria o mais antigo, e os outros dois acrescentos posteriores, talvez relacionados com as obras de D. João I e de D. Manuel⁵³². Sobressai ainda, em todos os três edifícios, a ausência de vãos inferiores que pode significar que estes aproveitavam a orografia do terreno, arrancando diretamente do substrato rochoso. É também digna de nota a ligação desenhada na gravura entre o paço real e o castelejo, uma possível comunicação entre o alcácer islâmico e o castelejo, que será mantida no paço real lisboeta, e onde se desenvolverá, segundo Vieira da Silva, parte do arquivo da Torre do Tombo⁵³³.

Perante estes dados, pensamos estar em condições de afirmar que o *dar al-Imara* de Lisboa se localizava provavelmente no local do posterior paço da alcáçova e que este terá aproveitado a construção de época islâmica. No entanto, ainda não temos dados suficientes para conseguir perceber a cronologia deste edifício, muito menos o momento da edificação original. Podemos pensar na sua existência e localização aproximada com algum grau de confiança, mas enquanto não forem realizadas escavações arqueológicas no local, nada mais poderemos avançar. Por este motivo inserimos, na nossa reconstituição da alcáçova, uma representação meramente aproximada do local onde se situaria o *dar al-Imara* em inícios do século XI. Mais uma vez, devemos ter em conta que os limites do *dar al-Imara*, que apresentamos a pontilhado na nossa reconstituição, são meramente indicativos, pois estes foram desenhados com base na planta de João Nunes Tinoco, de 1650, que se refere ao espaço ocupado pelo Palácio dos Marqueses de Cascais e pelas suas dependências, o qual tinha sido, anteriormente, o paço real da alcáçova⁵³⁴.

⁵³² Irisalva MOITA, “Vista panorâmica...”, p. 39.

⁵³³ Augusto Vieira da SILVA, *O Castelo de S. Jorge. Estudo Histórico-Descriutivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1937, pp. 61-69.

⁵³⁴ Os marqueses de Cascais habitaram o Paço da Alcáçova desde pelo menos 1719. Cf. Ferreira de ANDRADE, *A freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 123. Ver também: Augusto Vieira da SILVA, *O Castelo de S. Jorge: Estudo...*, p. 106.

2.4 A DENSIDADE URBANA NO TOPO DA COLINA

A gravura anónima de Leiden dá-nos mais uma preciosa informação, que aliás pode ser confirmada em praticamente todas as representações quinhentistas da cidade e também na planta de Tinoco de 1650. Referimo-nos à total ausência de construções na chamada “Costa”, a área que circunda o castelejo e o paço real (ver figuras 26, 27 e 28).



Figura 26. Pormenor da Vista de Lisboa de Simão de Miranda, c. 1575.⁵³⁵



Figura 27. Pormenor da iluminura atribuída a António de Holanda, no frontispício da Crónica de D. Afonso Henriques de Duarte Galvão

⁵³⁵ O desenho encontra-se no *Archivo di Stato*, Turim.

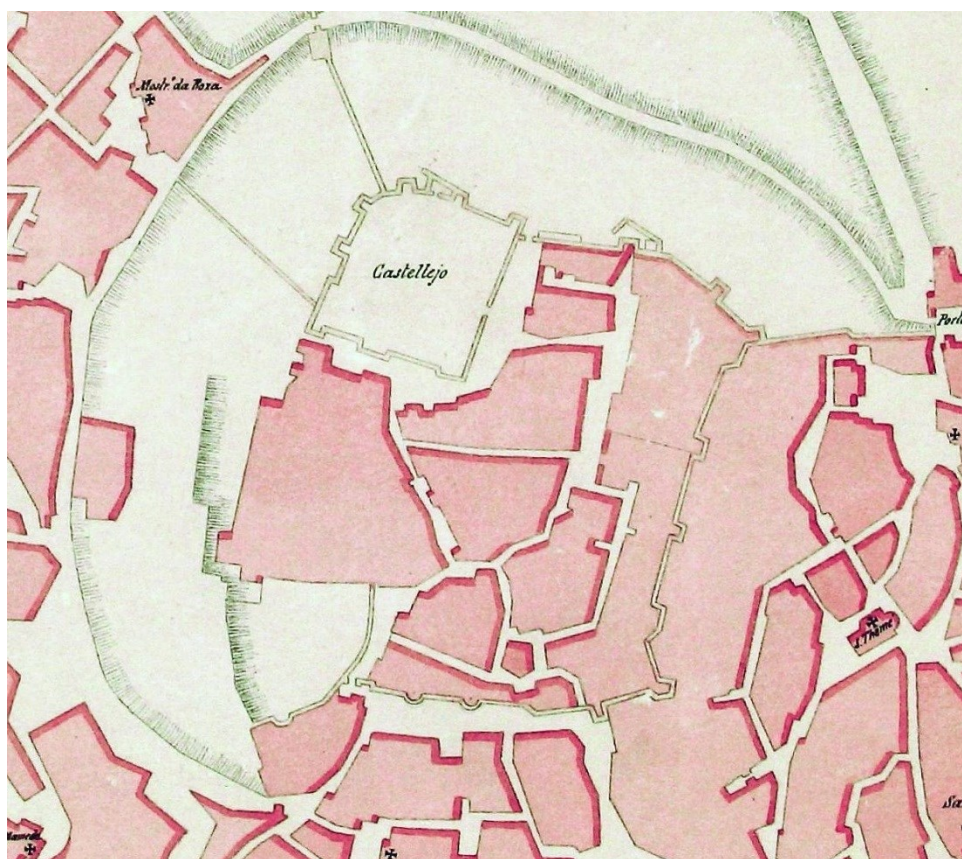


Figura 28. Pormenor com o Castelejo na Planta de João Nunes Tinoco, c. 1650

Esta ausência construtiva na Costa do Castelo, visível nas representações quinhentistas de Lisboa, constitui um dado relevante, pois, se considerarmos que a cidade no século XVI tinha uma densidade e dimensão urbana superior à cidade islâmica, somos levados a acreditar que, no século XI, esta zona circundante da alcáçova muito provavelmente também estaria livre de edificações urbanas. Como se pode verificar mais facilmente na gravura de Tinoco, o espaço que está desprovido de construções situa-se no lado ocidental da alcáçova, sendo essa a face que se pode observar nas representações quinhentistas, pois, apenas olhando desse ângulo se pode avistar simultaneamente o castelejo e o paço real. Ainda assim, trata-se de um espaço considerável, que não estaria urbanizado no século XI, e que nos leva a questionar o nível de urbanização no interior da alcáçova. Segundo os dados arqueológicos, aparentemente toda a zona da Praça Nova estava também desprovida de construções⁵³⁶. Algumas escavações, situadas em outros locais da alcáçova, revelaram, para esta cronologia, sobretudo silos ou fossas, ou seja, estruturas de armazenamento, tal como aliás ocorre na alcáçova de Santarém,

⁵³⁶ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 401: “Esta área, designada atualmente como Praça Nova, encontrava-se abandonada desde a Idade do Ferro, se excetuarmos a utilização de várias zonas como fossas detriticas no século II-I a.C.”.

onde o número de silos se tem revelado bastante elevado⁵³⁷. Um dos locais onde se verificou a presença de silos ou fossas de época islâmica, utilizados pelo menos até aos meados do século XI, foi exatamente na zona do castelejo, sob a muralha desta estrutura defensiva. Ou seja, toda a estrutura que posteriormente foi denominada como castelejo não existia em inícios do século XI, e parte desta área era nessa altura usada para funções de armazenamento ou lixeira⁵³⁸. Também na atual rua das Flores, no logradouro do edifício do Grupo Desportivo do Castelo, foi verificada a existência de silos ou fossas que terão sido abandonados em meados do século XI, ou seja, muito provavelmente estariam em funcionamento nos inícios desse século⁵³⁹.

Quer isto dizer que, durante uma primeira fase da época de domínio islâmico, prévia ao século XI, e até mesmo anteriormente, pois os vestígios de estruturas urbanas de época romana são escassos, o topo da colina do Castelo seria uma área com fraca densidade urbana, defendida por uma cerca possivelmente de época romana, caracterizada mais por funcionalidades defensivas e logísticas do que por uma função habitacional, excetuando, talvez, o palácio do governador⁵⁴⁰.

O topo da colina do Castelo, em inícios do século XI, tratava-se portanto, segundo podemos supor, conjugando todas as informações referidas até agora, de um espaço murado, muito provavelmente aberto para a medina, escassamente urbanizado, onde poderia existir uma mesquita de bairro e também o palácio do alcaide ou governador da cidade, e onde se situavam algumas estruturas de armazenamento. A presença de silos num local de difícil acesso, como era o topo da colina não nos pode surpreender, nem em Lisboa nem em Santarém. Os bens alimentares constituíam obviamente importantes mais-valias produzidas nos termos destas cidades, sendo natural que o poder vigente destas urbes tivesse necessidade de manter estas estruturas em zonas bem defendidas da cidade.

⁵³⁷ Cf. Ana Margarida ARRUDA, Catarina VIEGAS, “A alcáçova” in AAVV, *Catálogo da exposição De Scallabis a Santarém*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 73-81: “...as estruturas mais significativas deste período são o conjunto de fossas ou silos islâmicos que se encontram, com maior ou menor intensidade, um pouco por toda a área da Alcáçova.”

⁵³⁸ Ana GOMES, Alexandra GASPAR, *Relatório das escavações arqueológicas do Castelejo*, Processo S 18113, Arquivo de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, 2001, pp. 7-10.

⁵³⁹ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAR, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua das Flores, (n.ºs 13 a 19)*, Processo S 18114, Arquivo de Arqueologia do DGPC, Palácio da Ajuda, 2001, pp. 11-15.

⁵⁴⁰ A exceção da ausência de estruturas de época romana ocorreu numa escavação na propriedade no Grupo Desportivo do Castelo, na Rua das Flores, n.ºs 13 – 19, onde foram encontradas estruturas possivelmente pertencentes a um edifício público dessa época. Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAR, *Relatório das Escavações Arqueológicas na Rua das Flores*.

2.5 OS AGENTES QUE MODELARAM A FORMA URBANA

Importa ainda colocar uma última questão sobre o topo da colina do Castelo, relativa a este período de inícios do século XI. Quem era o poder instalado na cidade, que geria as referidas estruturas de armazenamento neste espaço ainda pouco urbanizado? Para se poder responder a esta questão é necessário tecer algumas considerações sobre os destinos políticos da cidade nesta época.

O início do século XI foi marcado, em todo o al-Andalus, por um rápido processo de desagregação que conduziu ao final do poder central omíada. Entre 1009 e 1031, Córdova mergulhou num caos político que levou à rotura da unidade política e ao fracionamento do antigo território califal em várias dezenas de reinos menores que ficaram conhecidos como taifas. Neste panorama, entre 1015 e 1022/1027, Lisboa, inserida na taifa de Badajoz, foi governada por Sabur al-Amiri, um liberto de al-Mansur de origem eslava⁵⁴¹. Quando Sabur morre em 1022 ou 1027, o seu *wazir* ‘Abd Allah b. Maslama b. al-Aftas, pertencente à elite local, toma as rédeas do poder em Badajoz e os filhos de Sabur são forçados ao exílio em Lisboa. Estes descendentes de Sabur al-‘Amiri eram ‘Abd al-‘Aziz, que reinou em primeiro lugar em Lisboa, morrendo pouco tempo depois, e ‘Abd al-Malik, que foi tão mau governante que os habitantes entregaram a cidade da foz do Tejo aos aftássidas, levando ao exílio deste último em Córdova, onde permaneceu até morrer⁵⁴². Esta capacidade das elites de Lisboa em conseguir alterar e conduzir os destinos da cidade indica a sua eficácia e o seu evidente poder autónomo. Infelizmente, Ibn Idari não refere datas concretas para estes factos. Todavia, é possível perceber que a retirada do último Sabur para Córdova não ocorreu antes de 1031 nem depois de 1043, pois, no texto, há referência a um pedido de entrada em Córdova a Ibn Jawar, que deteve o poder nessa cidade durante exatamente este período⁵⁴³. Deste modo, parece-nos que o governo de Abd al-Malik em Lisboa se terá estendido entre 1022/1027 e os meados da década de trinta, altura em que surge mais uma notícia sobre Lisboa. Em 1034, Lisboa estaria aparentemente sob a influência dos abádidas de Sevilha, pois, nesse ano a cidade

⁵⁴¹ María Jesus VIGUERA MOLÍNS, *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebies*, Mapfre, 1992, p. 45; António REI, “Os rostos do poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) – novas leituras”, in *Lisboa Medieval – Os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 60-70. O epitáfio de Sabur regista a data de 1027, mas a data de 1022 é referida por quase todos os autores que tocam a questão. Cf. E. LEVÍ-PROVENÇAL, *Inscriptions arabes d’Espagne*, Londres-Paris, Brill/E. Larose, 1931, pp. 53-54.

⁵⁴² Cf. *Historia de Espana – Menéndez Pidal vol. VIII.1: Los Reinos de Taifas – Al-Andalus en el siglo XI*, coord. Maria Jesús VIGUERA MOLÍNS, Madrid, Espasa Calpe S. A., 1994, p. 69; Hady Roger IDRIS, “Les Aftasides de Badajoz”, *Al-Andalus* XXX, 1965, pp. 278-279; IBN IDARI al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib*, III parte, Trad. Felipe MAÍLLO SALGADO, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1993, pp. 197-198.

⁵⁴³ María Jesús VIGUERA MOLÍNS, *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebies*, Mapfre, 1992, p. 132. Esta informação é inconciliável com a proposta de Carlos Guardado da Silva, onde ‘Abd al-Malik b. Sabur teria tentado alcançar a autonomia em Lisboa durante o reinado de al-Muzaffar b. al-Aftas (1045-1065) (cf. Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições colibri, 2008, p. 95).

da foz do Tejo serviu de refúgio a Ismail, filho de Muhammad ibn ‘Abbad al-Qadi, primeiro rei de Sevilha, que fugia de um ataque traiçoeiro por parte dos aftássidas, quando regressava de uma expedição ao reino de Leão⁵⁴⁴. O facto de Lisboa servir de refúgio ao abádida Ismail não significa *per se* que a cidade fosse governada pela dinastia sevilhana, contudo, segundo o texto *al-Bayan al-Mugrib*⁵⁴⁵, de Ibn ‘Idari, Ismail "se refugió en la ciudad de Lisboa, en los confines de sus dominios, a orillas del mar océano", não restando espaço a muitas dúvidas sobre quem predominava na cidade em 1034. Ainda assim, devemos esclarecer que esta influência abádida sobre os destinos políticos da cidade poderia ser directa ou indirecta. A influência indirecta pode ter ocorrido através de dois cenários: ou através dos filhos de Sabur, se estes ainda detivessem a cidade em seu poder, tal como Christophe Picard afirma⁵⁴⁶, ou então, através de uma influência abádida sobre as elites da cidade, que já poderiam, nesta altura, ter expulsado o último Sabur de Lisboa, o que, como vimos, ocorreu entre 1031 e 1043. Para adensar ainda mais a complexidade da situação política de Lisboa, neste período, não podemos esquecer que o último Sabur foi expulso para dar lugar a um representante do poder aftássida, o qual desconhecemos quem seria, nem temos conhecimento por quanto tempo governou realmente a cidade.

Portanto, durante as primeiras décadas do século XI, encontramos a cidade de Lisboa, numa primeira fase, sob a influência de uma família de eslavos, e, numa segunda fase, numa situação de aparente autonomia, em que as elites locais parecem ter um papel muito relevante, mas difícil de perceber os contornos, pois, se, por um lado, conseguem expulsar o último Sabur e pedir auxílio aos aftássidas, por outro lado, parecem encontrar-se sob um mal definida influência abádida, em 1034. Deste modo, os dados documentais não nos permitem compreender os contornos desta autonomia lisboeta, nem perceber se a questão da influência abádida se trata de uma situação pontual ou não. Há sim, sem qualquer dúvida, dois poderes em ação na Lisboa de inícios do século XI: a dinastia Sabur e as elites locais. Isto responde à questão que colocámos anteriormente sobre quem seriam os responsáveis pela forma urbana do topo da colina do castelo, em inícios do século XI. Na situação urbanística que se encontrava este espaço, ou seja, na ausência de uma alcáçova, faria sentido que qualquer um destes poderes governasse a cidade. Pela lógica, o espaço de encontro das elites locais não

⁵⁴⁴ Cf. R. DOZY, *Scriptorum Arabum Loci de Abbadidis*, Lugduni Batavorum, S. J. Luchtmans, 1846, vol. I, p. 240: "*Suam vitam periculo eripuit, se Lisbonam, ultimum eius ditionis oppidum in litore Oceani...*", traduzindo uma citação de Ibn Haijan. Segundo a nota na edição espanhola do *Bayan III*, poderia haver uma confusão entre al-Luxbuna e al-Ocsonoba, que Hady Idris (1965, p. 279) mantém, mas a cidade algarvia só entra nas mãos abáidas em 1057/1058. IBN IDARI al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib*, III parte, Trad. Felipe MAÍLLO SALGADO, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1993; Hady R. IDRIS, "Les Aftasides de Badajoz", *Al-Andalus* XXX, 1965; Christophe PICARD, *Le Portugal Musulman (VIIIe – XIIIe siècle): L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, p. 82, n. 73.

⁵⁴⁵ Este autor é considerado uma das fontes mais fiáveis para o estudo do al-Andalus no século XI. IBN IDARI al-Marrakushi, *Al-Bayan al-Mugrib*, III parte, pp. 172.

⁵⁴⁶ Cf. Christophe PICARD, *Le Portugal Musulman...*, p. 82.

seria no topo da colina, seria antes na mesquita maior, local onde se congregava a comunidade para ouvir as decisões comunicadas pelos líderes religiosos⁵⁴⁷. Isto significa que as elites locais não teriam interesse em alterar o cenário urbano que descrevemos, caracterizado pela ausência de proeminentes estruturas defensivas e pela pouca densidade urbana. Pode também ter sido este o panorama encontrado pelos filhos Sabur, ao chegarem a Lisboa, mas, como veremos em seguida, é muito possível que preferissem alterá-lo.

⁵⁴⁷ Sobre o papel político das mesquitas no al-Andalus ver: Carmen TRILLO SAN JOSÉ, “Mezquitas en al-Andalus: un espacio entre las comunidades y el poder”, *Studia historica - Historia medieval*, 29, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, pp. 73-98.

CAPÍTULO 3: REMODELAÇÕES EM MEADOS DO SÉCULO XI

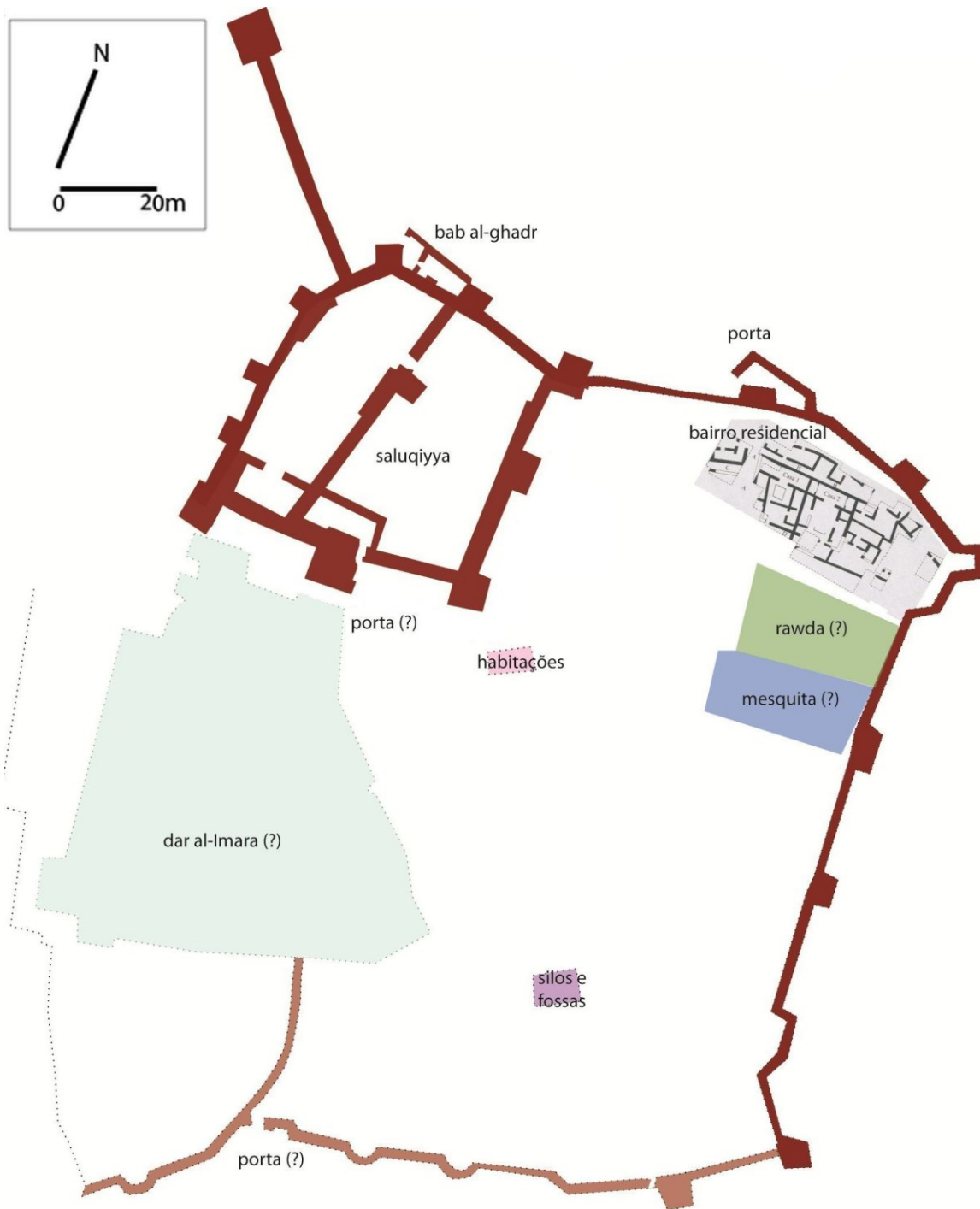


Figura 29. A Alcáçova em meados do século XI.

Em meados do século XI ocorreu uma profunda remodelação da forma urbana do topo da colina do Castelo que implicou a construção de diversas estruturas com diferentes funcionalidades. As escavações arqueológicas, que ocorreram entre a última década dos anos noventa e o final da primeira

década deste século, ofereceram dados valiosos que nos permitiram conhecer esta grande reforma urbanística.

3.1 A CRIAÇÃO DA ALCÁÇOVA

Em nossa opinião, foram realizadas, talvez num mesmo momento em meados do século XI, três grandes obras, que se articulam e complementam entre si. Destas três, duas foram arqueologicamente confirmadas e a terceira ainda não foi possível esclarecer. As duas situações confirmadas são as edificações do castelejo e do bairro residencial localizado na Praça Nova⁵⁴⁸. A terceira situação, que poderá também ter ocorrido, consiste no fecho a sul do topo da colina, efetuado através de um muro ou muralha que condicionava o acesso entre a medina e o topo da colina, ou seja, trata-se da concretização de uma alcáçova no topo da colina do Castelo. O aparelho e a técnica construtiva do muro atualmente existente a norte da rua do Chão da Feira não têm qualquer similitude com as características dos lanços oriental e meridional, e terá sido erguido numa fase muito posterior, mas anterior a 1650, pois já surge representado na planta de Lisboa de João Nunes Tinoco⁵⁴⁹. Apesar de não conhecermos o traçado que esta muralha teria, esta não se poderia afastar muito do traçado do muro que atualmente subsiste, sobretudo, devido às condicionantes orográficas. Por esse motivo, optámos por representar, na nossa reconstituição da alcáçova de meados do século XI, o traçado do muro atual, pois, até este momento, não foram divulgados dados arqueológicos que nos permitam recuperar o traçado original.

São várias as evidências que nos induzem a supor que a criação da alcáçova data desta época. Em primeiro lugar, como já vimos, é sobretudo durante a época de taifas, que são construídas, por todo o al-Andalus, as alcáçovas dos diversos régulos. Em segundo lugar, devemos ter em conta o grande dinamismo construtivo que se verifica nesta altura, no topo da colina do Castelo, quando são erguidos o castelejo e o bairro residencial da Praça Nova. Em terceiro, a primeira referência documental à

⁵⁴⁸ Cf. Alexandra GASPAR, Ana GOMES, “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, nº4, IPPAR, 2003, p. 219: “Na Praça Nova a presença islâmica é muito intensa, tendo sido nos meados do século XI adaptada a área residencial, com um conjunto de casas organizadas e ruas bem definidas.”; p. 222: “Uma pequena intervenção realizada no Castelejo permitiu identificar uma fossa sob o pano da muralha; os materiais exumados apontam para uma construção desta fortificação em meados do século XI, contemporânea, portanto, do bairro islâmico, o que parece consolidar a ideia de grande atividade construtiva nesta época”.

⁵⁴⁹ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *O Castelo de S. Jorge. Estudo Histórico-Descriptivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1937, pp. 79-80: “O seu traçado em planta, a sua construção de alvenaria ordinária, perfeitamente distinta da dos cubelos ainda existentes da cerca dos mouros, que têm secção quadrada ou rectangular e paramentos verticais, formados por enxilhares dispostos em fiadas horizontais, faz supor que esta frente sul da alcáçova é de construção mais recende do que a das muralhas e torres caracteristicamente mouras”. Segundo Mafalda Dias e Rui Matos, “A muralha que ficava sobranceira ao Chão da Feira terá sido destruída nos finais do séc. XIV por ordem de D. João I” (cf. Mafalda DIAS, Rui MATOS, “(Re)Construção de um castelo - A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa” in *Actas das sessões do IV Colóquio Temático: As escalas de Lisboa – Morfologias, população e identidades*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, p. 234.

alcáçova de Lisboa surge na obra *Nuzhat al-mushtaq fi 'khtiraq al-afaq*, “o livro das agradáveis viagens por terras longínquas” do geógrafo al-Idrisi, também conhecido como *o Livro de Rogério*, por ter sido escrito para Rogério II, o rei normando da Sicília. Esta obra, produzida em 1154⁵⁵⁰, conjuga informações recolhidas antes de 1147, como foi o caso da notícia sobre Lisboa onde surge, pela primeira vez, a palavra *qasaba*⁵⁵¹. Segundo César E. Dubler, Idrissi terá recolhido pessoalmente as informações sobre a cidade da foz do Tejo em inícios do séc. XII, o que nos aproxima mais do referido período de grande remodelação urbanística da alcáçova da cidade⁵⁵².

3.2 A CONSTRUÇÃO DO CASTELEJO

Uma das maiores alterações de meados do século XI, na face urbana da alcáçova, foi a construção da estrutura defensiva que posteriormente se denominou como castelejo⁵⁵³. Tal como já referimos não nos parece plausível que o castelejo tenha sido erguido em 985, data que se encontra registada numa placa epigráfica escrita em árabe, encontrada como pedra de enchimento do muro ocidental do Castelejo, nas obras de restauro de 1939, e recentemente traduzida⁵⁵⁴.

Como vimos, no início do século XI, o canto noroeste da alcáçova estava ocupado, não só por estruturas de armazenamento ou por uma lixeira, mas talvez também por estruturas habitacionais, no entanto, a exiguidade da sondagem realizada nesse local não permitiu verificar mais que alguns silos ou fossas e vestígios de um muro que talvez possa ter feito parte de uma habitação⁵⁵⁵. Seja como for, foi nesta área pouco urbanizada, caracterizada predominantemente por uma funcionalidade de armazenamento, que foi erguida a mais relevante estrutura defensiva da cidade. Com efeito, esta estrutura aproveitou o vértice noroeste da muralha da alcáçova, ficando-lhe adossada, sendo apenas necessário erguer os dois panos de muralha a sul e a este para criar este espaço defensivo. Além destes

⁵⁵⁰ S. MAQBUL AHMAD, “Cartography of al-Sharif al-Idrisi” in *The History of Cartography*, vol II, livro 1, Chicago, The University of Chicago Press, 1992, p. 156. Disponível na internet a 23/08/2013: http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V2_B1/HOC_VOLUME2_Book1_chapter7.pdf

⁵⁵¹ Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, n.7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 49. Segundo Maribel Fierro, Idrissi terá visitado a região de Lisboa na primeira metade do séc. XII. Cf. Maribel FIERRO “Os Ulemas de Lisboa” in *Lisboa Medieval – Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 49.

⁵⁵² César E. DUBLER, “Idrisiana Hispanica I”, *Al-Andalus*, XXX, 1965, pp. 89 – 137.

⁵⁵³ Alexandra GASPAS, Ana GOMES, “Castelo de São Jorge – balanço e perspetivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, n.º4, IPPAR, 2003, p. 222: “Uma pequena intervenção realizada no Castelejo permitiu identificar uma fossa sob o pano da muralha; os materiais exumados apontam para uma construção desta fortificação em meados do século XI, contemporânea, portanto, do bairro islâmico, o que parece consolidar a ideia de grande actividade construtiva nesta época”.

⁵⁵⁴ Sobre esta questão ver: Parte II, Capítulo 2 - Antes da Alcáçova (início do século XI).

⁵⁵⁵ Ana GOMES e Alexandra GASPAS, *Relatório das escavações arqueológicas do Castelejo*, Processo S 18113, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Palácio da Ajuda, 2001, pp. 7-10; VV. AA., “Castelo de São Jorge – balanço e perspetivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, n.º4, IPPAR, 2003, p. 222.

troços de muralha, foram também erguidas algumas torres, significativamente maiores que as torres da muralha da alcáçova. este facto, tomado em conjunto com a comparação entre o aparelho das torres e dos panos de muralha do castelejo e o aparelho da muralha da alcáçova, que revela diferenças significativas, induz-nos a pensar que realmente o castelejo foi edificado aproveitando a cerca pré-existente⁵⁵⁶.

Acrescendo aos panos meridional e oriental, foi também edificado um muro interior parcialmente diagonal, que criou dois recintos diferentes, um ocidental e outro oriental. A existência deste pano de muralha, no interior do Castelejo, pode suportar uma outra hipótese, em que este muro faria parte de uma construção anterior, talvez contemporânea das remodelações de Almançor⁵⁵⁷, e que teria sido remodelada em grande medida no século XI. Infelizmente não foram ainda publicados dados arqueológicos referentes ao espaço interior destes dois recintos, e por esse motivo não podemos compreender a sua funcionalidade original, nem compreender com exactidão a cronologia do muro diagonal.

Relativamente ao pano de muralha meridional, este era defendido por três torres quadrangulares, sendo que o acesso principal ao recinto do castelejo se faria junto à face oriental da torre central, posteriormente conhecida como torre do Haver, e mais tarde ainda por torre de Ulisses e que foi identificada como a torre que guardava o tesouro da coroa. A torre que defendia o vértice Sudeste do castelejo foi identificada por Augusto Vieira da Silva como sendo a torre de menagem. Merece ainda referência a torre do vértice Nordeste do castelejo que teve uma cisterna no seu interior. A falta de estudos atualizados sobre a funcionalidade e cronologia destas torres não nos permite mais do que repetir as observações de Augusto Vieira da Silva⁵⁵⁸. Na face norte do castelejo poderá, nesta altura, ter sido aberta a porta que dava acesso direto ao exterior, a *bab al-ghadr*, uma comunicação característica das alcáçovas islâmicas medievais, que permitia o acesso externo à alcáçova de reforços ou provisões e também uma evacuação rápida para o exterior, sem depender da medina⁵⁵⁹.

Na verdade, não é simples encontrar analogias entre a Alcáçova de Lisboa, onde uma estrutura defensiva (castelejo) se insere dentro do espaço da alcáçova, e outras alcáçovas do al-Andalus. Deste

⁵⁵⁶ Cf. Ana GOMES e Alexandra GASPAR, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 400: “o aparelho identificado no interior das muralhas e torres do castelejo parece corresponder a uma construção recente que nada tem a ver com o aparelho das cercas”.

⁵⁵⁷ Sobre as remodelações de Almançor ver páginas XX-XX, parte II, capítulo 2.1 - O cenário urbano no topo da Colina no início do séc. XI.

⁵⁵⁸ A descrição detalhada das torres e dos panos de muralha do castelejo foi já realizado por Augusto Vieira da Silva em *O Castelo de S. Jorge. Estudo Histórico-Descriutivo*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1937.

⁵⁵⁹ Besim Selim HAKIM, *Arabic-Islamic Cities: Building and Planning Principles*, Londres, 1986, p. 57; *EI*, vol. IV, entrada *Kasaba*, p. 685.

modo, merece reflexão uma descoberta recente em Onda, um centro urbano localizado a norte de Valência, que teve uma história política conturbada durante o século XI, pois em 1016 pertencia à taifa de Valência, em 1021 a Tortosa, em 1038 estava de volta ao poder valenciano, em 1065 pertencia à taifa de Toledo, em 1076 a Saragoça, em 1081 a Lérida e em 1086 novamente a Valência⁵⁶⁰. No interior da alcáçova de Onda foi descoberta uma estrutura defensiva, que aproveitou o troço oriental da muralha da alcáçova, de um modo muito semelhante ao que aconteceu na alcáçova lisboeta. A cronologia proposta pela arqueologia localiza a edificação desta estrutura na primeira metade do século XI, durante a época de taifas. A principal diferença entre ambas as estruturas é a forma das torres, que no caso de Onda é defendida por torres ultra semicirculares enquanto que as torres do castelejo de Lisboa são quadrangulares. No entanto, não nos parece evidente que a simples forma das torres permita uma leitura cronológica, simbólica ou de qualquer outra natureza. O que é realmente importante é que esta estrutura palatina foi construída no interior de uma alcáçova, tal como ocorreu em Lisboa, e, muito possivelmente, numa época contemporânea à edificação do castelejo, deixando assim o caso de Lisboa de ser excepcional, mas, mesmo assim, mantendo-se bastante raro.



Figura 30. Planta geral da cidade de Onda (Castellón).⁵⁶¹

⁵⁶⁰ Julio NAVARRO PALAZÓN, “El palacio de Onda: un enigma para la historia de al-Andalus en el siglo XI” in *Le Plaisir de l’art du moyen âge*, Paris, Editions a. et J. Picard, 2012, p. 310.

⁵⁶¹ Planta publicada em: Julio NAVARRO PALAZÓN, Vicent ESTALL Y POLES, “La alcazaba de Onda”, *Legado Andalusi*, nº 44, 2011, p. 77.

Nesta mesma altura, ocorreu também a edificação do bairro residencial, obra que iria alterar drasticamente a face urbana da alcáçova e que conhecemos com um pormenor singular devido às escavações arqueológicas que decorreram na Praça Nova⁵⁶².

3.3 O BAIRRO RESIDENCIAL DA PRAÇA NOVA

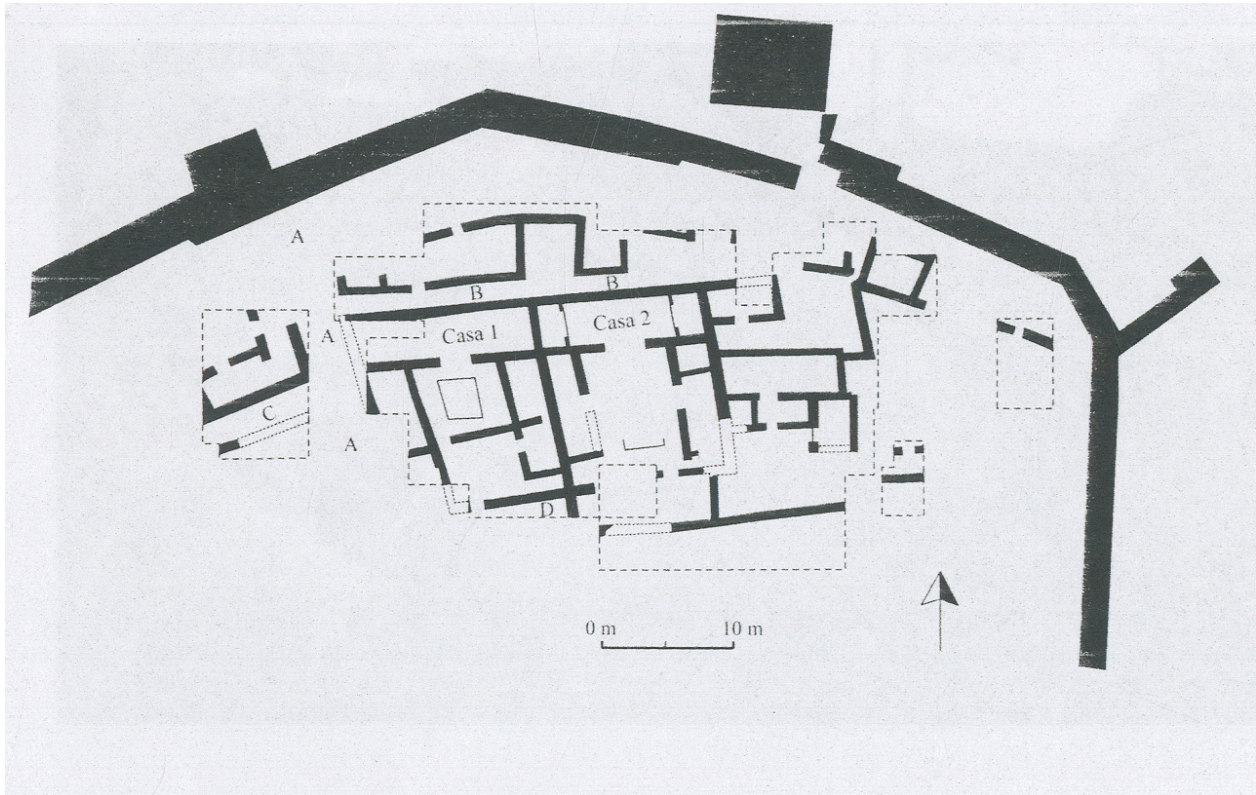


Figura 31. Planta das escavações do Bairro Islâmico (segundo A. Gomes e A. Gaspar).⁵⁶³

Antes de mais, devemos considerar a profunda alteração da morfologia urbana que ocorre na alcáçova, com a construção deste bairro residencial, pois, segundo os resultados arqueológicos, toda esta vasta área que ocupa o vértice Nordeste da alcáçova estava livre de estruturas urbanas desde a

⁵⁶² Alguns resultados das escavações arqueológicas, dirigidas pelas arqueólogas do IGESPAR, Ana Gomes e Alexandra Gaspar, entre 1997 e 2010, foram publicados nos seguintes artigos: Ana GOMES e Alexandra GASPARG, “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, nº4, IPPAR, 2003; Ana GOMES e Alexandra GASPARG, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001.

⁵⁶³ Planta publicada em: Ana GOMES e Alexandra GASPARG, “Castelo de São Jorge – balanço...”, p. 218.

idade do ferro⁵⁶⁴. Portanto, foi escolhida uma área livre de construções para aí se efetuar uma importante expansão urbana, onde foi primeiramente realizado um aterro para regularizar o terreno e posteriormente foi levantado um bairro residencial elaborado de acordo com um projeto urbanístico⁵⁶⁵.

Observando a planta deste bairro, constatamos que foi cuidadosamente planejado, desde as vias de acesso à localização das casas e até à própria situação dos compartimentos dessas mesmas habitações. Neste caso, podemos dizer, ao contrário do que é banal supor sobre o urbanismo islâmico, que, aqui, nada foi deixado ao acaso. Para este efeito, note-se como a parede das estruturas mais próximas da muralha, entre a porta do Moniz e o primeiro cubelo para este, acompanham com precisão a curvatura da muralha, um detalhe que nos dá a certeza de que o troço norte da muralha da alcáçova é anterior à construção do bairro residencial.

A estrutura viária do bairro residencial era relativamente simples, respeitando os princípios usuais do urbanismo islâmico. Uma importante via (A) abria um acesso na muralha, dividindo duas áreas residenciais, uma a oriente e outra a ocidente. Esta consistia numa calçada que daria acesso a um primitivo arrabalde localizado na colina da Graça. Uma sondagem no exterior desse acesso, posteriormente denominado porta do Moniz, revelou sucessivas calçadas sobrepostas, sendo a mais antiga de época islâmica. Uma outra via (B) possibilitava o acesso às estruturas provavelmente habitacionais mais próximas da muralha. Além disto, duas ruas secundárias realizavam o acesso exclusivo às habitações (C e D)⁵⁶⁶.

A zona habitacional a ocidente da via posteriormente conhecida como rua do Moniz (A) é de difícil compreensão, pois terá sido muito perturbada por construções subsequentes. A situação das casas a ocidente desta via é bastante diferente, pois foi possível reconstitui-las integralmente. A estrutura destas habitações, organizada em torno de um pátio central, segue o modelo tipológico herdado do padrão habitacional romano, helenístico e persa, já verificado em várias cidades do al-Andalus, por exemplo⁵⁶⁷: Córdoba⁵⁶⁸, Dénia⁵⁶⁹, Murcia⁵⁷⁰, Málaga⁵⁷¹, Ciesa⁵⁷², Pechina, Mértola⁵⁷³ e ainda Silves⁵⁷⁴.

⁵⁶⁴ Ana GOMES e Alexandra GASPAS, “Castelo de São Jorge – balanço...”, p. 218-219.

⁵⁶⁵ Ana GOMES e Alexandra GASPAS, “Castelo de São Jorge – balanço...”, p. 219; Ana GOMES e Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica...”, p. 401.

⁵⁶⁶ Ana GOMES e Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica...”, pp. 399 - 400.

⁵⁶⁷ Cf. Júlio NAVARRO PALAZÓN e Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, nº 22, 2007, p. 266.

⁵⁶⁸ Cf. VV. AA., *Guía Arqueológica de Córdoba: Una visión de Córdoba en el tiempo a través de su patrimonio arqueológico*, Desiderio VAQUERIZO GIL (dir.), Cordova, Plurabelle, 2003, pp. 171-177.

⁵⁶⁹ VV. AA., *La cerâmica de Daniya (Dénia) – alfares y ajuares domésticos de los siglos XII-XIII*, Valencia, Ministerio de Cultura, 1992.

⁵⁷⁰ Julio NAVARRO PALAZÓN, *Una casa islámica de Murcia – estudio de su ajuar (siglo XIII)*, Murcia, Centro Ibn Arabi, Ayuntamiento de Murcia, 1991.

⁵⁷¹ Rafael PUERTAS TRICAS, “El Barrio de viviendas de la Alcazaba de Málaga”, *Mainake*, nº. 11-12, Málaga, Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 1989-1990, p. 217.

A planta das duas casas que estão atualmente musealizadas (casas 1 e 2) denota também um planeamento prévio e algum cuidado em manter uma organização funcional semelhante. Ambas têm uma área entre os 160m² e os 190m² o que configura habitações de alguma relevância, não se tratando porém de qualquer tipo de estrutura palatina. Apercebemo-nos melhor da sua dimensão relativa se compararmos a sua dimensão média (175m²) com a das casas do bairro islâmico da Praça da Figueira, cuja média se situa cerca dos 50m². Deste modo, as habitações da alcáçova caracterizam-se pela sua dimensão bastante considerável, ambas com seis divisões, organizadas em redor de um pátio central, que alojariam funções bem diferenciadas (salão, átrio, cozinha, alcovas, latrina). Pela sua dimensão elevada e também pela posição topográfica que ocupavam na cidade, parece-nos possível que estas habitações tenham pertencido a famílias próximas da elite governativa da cidade⁵⁷⁵. Se for esse o caso, não estamos perante uma situação inovadora ou original, pois também em Málaga a arqueologia revelou casas não muito diferentes das encontradas em Lisboa. Estas casas da alcáçova de Málaga merecem ser observadas em conjunto com as da cidade do Tejo sobretudo porque a cronologia da fundação destas habitações é muito semelhante e também porque a própria dimensão e relevância das cidades tinha afinidades muito consideráveis. Ambas eram cidades de segunda linha, na hierarquia das urbes do al-Andalus, embora Málaga tenha tido mais relevância política por ter sido capital de uma taifa importante. Além disso, ambas eram cidades portuárias pontuadas por uma orografia que possibilitava a construção de uma alcáçova num local sobranceiro ao porto e à parte baixa da cidade. Apesar de a cronologia inicial proposta para as habitações de Málaga ter sido a segunda metade do século XII, atualmente as propostas recuaram até meados do século XI, época em que foi construído o bairro residencial na alcáçova de Lisboa⁵⁷⁶. As casas de Málaga, tal como as de Lisboa, são estruturadas em volta de um pátio central rodeado por divisões que podiam ter utilização diversa, e

⁵⁷² Júlio NAVARRO PALAZÓN, “La casa andalusí en Siyasa: ensayo para una clasificación tipológica”, in *La casa Hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*, Granada, Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, 1990, pp. 177-198.

⁵⁷³ Cf. Santiago MACIAS, *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da alcáçova*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996.

⁵⁷⁴ Rosa Varela GOMES, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, pp. 51-111.

⁵⁷⁵ Alexandra GASPAR, Ana GOMES, “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, nº4, IPPAR, 2003, p. 220.

⁵⁷⁶ Rafael PUERTAS TRICAS, “El Barrio de viviendas de la Alcazaba de Málaga”, *Mainake*, nº 11-12, Málaga, Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 1989-1990, p. 221; Maria Isabel CALERO SECALL, “Málaga: Un Escenario Urbano Andalusi”, in *Actas del Primer Congreso Internacional “Escenarios Urbanos de Al-Ándalus y El Occidente Musulmán”*, Ayuntamiento de Vélez-Málaga, 2012, p. 226.

também por alcovas e salões⁵⁷⁷. Convém referir que as casas de Málaga, também se localizavam dentro do espaço intra-muros da alcáçova, mas tinham dimensões muito mais variadas do que as de Lisboa, com duas casas com mais de 180m², três cerca de 80m², e mais três com menos de 53m². Acrescendo ainda uma outra diferença, é que as casas de Málaga, excetuando as de maior área, teriam dois pisos, o que, no fundo, aproximaria o espaço habitável ao das casas da alcáçova de Lisboa⁵⁷⁸. A variedade das áreas e a existência de pisos superiores em Málaga, parece dever-se, sobretudo, às necessidades de economia do espaço que foi necessário aplicar, pois a área construtiva era realmente muito menor do que em Lisboa.

Todas estas semelhanças levam-nos a considerar que ambos os bairros residenciais de Lisboa e de Málaga acolhiam a *hassa*, a aristocracia urbana, revelando uma organização social que se refletia na própria forma da cidade, com as habitações de melhor qualidade arquitetónica situadas junto das próprias estruturas palatinas e das sedes do poder urbano⁵⁷⁹. Com efeito, observando a morfologia do bairro residencial da alcáçova de Lisboa, revela-se uma sociedade extremamente islamizada e totalmente inserida no contexto urbanístico e social do al-Andalus.

Importa ainda analisar o impacto que a escolha do modelo urbanístico habitacional centrado em redor do pátio central teve na face urbana da alcáçova, neste período. É relativamente bem conhecida e estudada a relevância dada à preservação da intimidade doméstica pelos muçulmanos, resultando na prática numa limitação da visualização do exterior para o interior, que se deve sobretudo à organização patrilinear e endogâmica que estruturava a sociedade islâmica medieval⁵⁸⁰. Porém, as consequências que esta especificidade da arquitetura doméstica tem na forma das cidades islâmicas merecem ainda ser referidas. Ao abandonar o conceito de fachada as habitações viram-se para o seu próprio interior, deixando as vias da cidade cercadas por paredes destituídas de aberturas. A ausência de janelas e também a necessidade de os acessos às casas serem feitos por meio de ruas secundárias complexificavam intensamente a malha urbana, e levavam ao desinteresse pela própria via pública que

⁵⁷⁷ Alejandro PÉREZ-MALUMBRES LANDA, Juan Antonio MARTÍN RUIZ, “Arqueología de una ciudad: de Malaca a Malaqa”, *Catálogo da exposição Malaqa entre Malaca y Málaga*, Málaga, Servicio de Publicaciones Universidad de Málaga, 2009, p. 65.

⁵⁷⁸ Rafael PUERTAS TRICAS, “El Barrio de viviendas...”, págs. 197-224.

⁵⁷⁹ Sobre os habitantes das casas de Málaga: Alejandro PÉREZ-MALUMBRES LANDA, Juan Antonio MARTÍN RUIZ, “Arqueología de una ciudad: de Malaca a Malaqa”, *Catálogo da exposição Malaqa entre Malaca y Málaga*, Málaga, Servicio de Publicaciones Universidad de Málaga, 2009, p. 70. Sobre a questão das classes sociais no *gharb* al-Andalus e o conceito de *hassa* ver Christophe PICARD, *Le Portugal Musulman*, Paris, Maisonneuve et Larose, 2000, pp. 263-264.

⁵⁸⁰ Yousssef KHIARA, “Propos sur l’urbanisme dans la jurisprudence musulmane”, *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Edições Afrontamento, 1995, pp. 33-41; Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico”, *Artigrama*, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, nº 22, 2007, p. 266; Alejandro PÉREZ ORDÓÑEZ, “Arquitectura Doméstica Tardoandalusí y Morisca: Aproximación al modelo de Familia y a su plasmación en la arquitectura y el urbanismo de los siglos XIII al XVI”, Repositório Institucional Digital CSIC, Granada, 2008, pp. 381-388.

devia permitir apenas a passagem de pessoas e animais carga. O resultado destas condicionantes do urbanismo islâmico são as célebres ruas apertadas e com poucas referências que aparentam uma ilusória ausência de lógica urbanística. O caso das habitações da alcáçova de Lisboa é exemplar neste aspeto, pois, se por um lado, o plano urbanístico está inequivocamente espelhado na planta das casas, por outro lado, a ausência de fachadas e o acesso por meio de ruas secundárias, levaria, a que, observando um quadro geral, e não apenas considerando duas habitações, o panorama fosse bastante complexo⁵⁸¹.

A Sudoeste do bairro residencial, na atual rua das Flores, no logradouro do Grupo Desportivo do Castelo, foi encontrada uma área residencial, erguida possivelmente em meados do século XI, e que será contemporânea do bairro residencial. Esta área residencial foi erguida sobre um espaço previamente ocupado por silos ou fossas, ocorrendo uma clara modificação da sua funcionalidade, bem reveladora do aumento da densidade urbana na alcáçova neste período. Ao contrário do que ocorreu na Praça Nova, a exiguidade dos vestígios das habitações desta área residencial não permitem uma caracterização detalhada, importando apenas referir que foram verificados aproveitamentos de fragmentos arquitetónicos de época romana, como uma inscrição epigrafada em ambas as faces que serviu de encaixe de um gonzo⁵⁸².

3.4 O RAWDA DA ALCÁÇOVA

Na nossa reconstituição da alcáçova em meados do século XI, junto da mesquita, surge uma área assinalada como *rawdā* (pl. *riyad*), a qual consiste num jardim cemiterial exclusivo das elites governativas da urbe⁵⁸³. A nossa proposta deve ser tomada com cautela, pois os dados arqueológicos que a sustentam não são conclusivos. Há duas informações, que nos levam a considerar que existiu um

⁵⁸¹ Sobre o impacto da estrutura habitacional na complexidade do urbanismo islâmico ver: Luísa TRINDADE, “From Islam to Christianity: Urban Changes in Medieval Portuguese Cities” in *Religion and power in Europe : Conflict and Convergence*, Joaquim Carvalho (ed.), Pisa, Pisa University Press, 2007, pp. 29-51.

⁵⁸² Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPARG, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua das Flores, (n.ºs 13 a 19)*, Processo S 18114, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Palácio da Ajuda, 2001, pp. 11-15.

⁵⁸³ Cf. Francisco JUEZ JUARROS, *Símbolos de Poder en la Arquitectura de al-Andalus*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História, 1999, p. 793: “*La palabra rawda (pl. riyad)*, que como vimos significa jardín, era el término que se utilizaba en la Edad Media islámica, también en al-Andalus, para designar a los cementerios de las dinastías gobernantes; igualmente se aplicaba a a los mausoleos que se hallaban dentro de los mismos, rodeados generalmente de jardines”. Há *riyad* confirmados, ou por fontes documentais ou arqueológicas, nas seguintes cidades do al-Andalus: Córdoba (cf. VV. AA, *Guía Arqueológica de Córdoba*, Desiderio VAQUERIZO GIL (dir.), Córdoba, Plurabelle, 2003, p. 147); Múrcia (cf. Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, Julio NAVARRO PALAZÓN, “El Urbanismo Islámico y su transformación después de la conquista cristiana: el caso de Múrcia”, in *La ciudad Medieval: de la casa al Tejido urbano*, coord. Jean Passini, Cuenca, Universidad de Castilla La Mancha, 2001, p. 85); Sevilha, Málaga, Badajoz e Almeria (cf. Francisco JUEZ JUARROS, *Símbolos de Poder...*, vol. III, pp. 801-804).

rawdā na alcáçova de Lisboa. Em primeiro lugar, durante as escavações que ocorreram na Praça Nova, no espaço situado entre o bairro residencial e a Igreja de Santa Cruz, que, como vimos, poderia ocupar o espaço de uma mesquita pré-existente, foi descoberta uma área delimitada por um muro, aparentemente ajardinada e livre de construções, onde foi verificada a existência de uma necrópole islâmica, cujas sepulturas foram assim identificadas quer pela orientação E-O, quer pela posição do indivíduo em decúbito lateral direito, com a face do esqueleto virada para sul⁵⁸⁴. As sepulturas foram realizadas tanto no interior de simples fossas rectangulares escavadas na rocha como em construções rectangulares construídas com pedras e tijoleiras, tendo sido registados alguns pequenos muros na superfície que marcavam os espaços de sepultura. Neste espaço foram verificados até ao momento sepulturas de 14 indivíduos, dos quais apenas dois são adultos. Além disso foi verificado que a grande maioria dos indivíduos não tinham problemas dentários, pois não tinham cáries associadas⁵⁸⁵. Em segundo lugar, também durante as mesmas escavações da Praça Nova, foram encontradas dois fragmentos de estelas funerárias de época islâmica, infelizmente ainda não traduzidas, nem devidamente analisadas⁵⁸⁶. Ora, estes dois elementos parecem-nos suficientes para se considerar a existência de uma pequena necrópole de carácter privado, neste caso preciso, de um *rawdā*. Um dos argumentos que se poderia opor à existência de um espaço funerário pertencente às elites urbanas da cidade, seria a ausência de uma *qubba*, ou seja, a ausência de uma estrutura funerária que, deste modo, constituiria uma marca social do indivíduo inumado. Todavia, segundo apurou Maribel Fierro, na sua análise às fátuas andaluzas sobre tumbas e cemitérios, “las construcciones en los cementerios eran desaprobadas sobre todo porque ocupaban espacio, porque quitaban homogeneidade y hacían que algunos musulmanes tuviesen privilegios frente a otros, convirtiéndose así en símbolos de pompa mundana considerados una innovación”⁵⁸⁷. Quer isto dizer que a construção de *qibab* (pl. de *qubba*)

⁵⁸⁴ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão” in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I., Lisboa, Edições Colibri / Campo arqueológico de Mértola, 2013, p. 402.

⁵⁸⁵ Cf. Ana GOMES, “As Necrópoles medievais do Castelo de S. Jorge”, comunicação oral apresentada no *I Workshop sobre a Alcáçova e Castelo de Lisboa*, organizada pelo Instituto de Estudos Medievais FCSH/NOVA, 24 de Junho de 2015.

⁵⁸⁶ Uma das lápides referidas figura no catálogo da exposição do Núcleo Museológico do Castelo de S. Jorge (cf. Susana SERRA, Joana AMARAL, *Castelo de S. Jorge: Núcleo Museológico*, Lisboa, EGEAC, 2008, p. 41). Segundo as responsáveis das escavações, essa estela estava associada a uma sepultura, e estará “em estudo”, sugerindo estas autoras uma cronologia almorávida, no entanto, enquanto as estelas não forem devidamente analisadas por especialistas na área da epigrafia islâmica, a única observação possível é notar a alta qualidade estética da estela que consta no catálogo da exposição (cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão” in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I., Lisboa, Edições Colibri / Campo arqueológico de Mértola, 2013, p. 402).

⁵⁸⁷ Maribel FIERRO, “El espacio de los muertos: fetuas andalusíes sobre tumbas y cementerios” in *Urbanisme musulman*, Madrid, Casa de Velázquez – CSIC, 2000, p. 157; no mesmo sentido vão Cláudio Torres e Santiago Macias, quando se referem às necrópoles islâmicas no al-Andalus: “*A argamassagem de sepulturas, embora fosse prática corrente no mundo romano, era proibida pelo rito malikita (seguido no Islão peninsular), o qual preconizava que o corpo devia estar em*

não era obviamente uma regra convencional nos cemitérios públicos do al-Andalus, nem sequer nos *riyad* (pl. de *rawda*) encontrados até agora. Por exemplo, nos *riyad* de Badajoz e Málaga não foram encontradas estruturas funerárias, mas apenas lápides, tal como aconteceu na Praça Nova, como já referimos⁵⁸⁸. Portanto, será possível, perante a existência de sepulturas num contexto ajardinado e próximo de uma mesquita, e, mais ainda, com o achado de uma lápide funerária não muito longe, que tenha existido um *rawda* pertence às elites governativas da urbe, localizado a norte da Mesquita. A cronologia em que inserimos este *rawda* – meados do século XI – deve-se apenas a evidências circunstanciais. Referimo-nos a uma possível contemporaneidade construtiva entre o bairro residencial e esta necrópole, mas como referimos, não possuímos quaisquer dados arqueológicos que nos permitam fechar esta questão. Além disso, os cemitérios privados localizados em alcáçovas parecem ser um fenómeno associado à desagregação do poder califal, e à época de taifas, o que também nos leva a esta proposta. Na alcáçova de Badajoz, o reino de taifa a que pertenceu Lisboa e de onde são originários os filhos de Sabur, deverá ter existido um *rawda*, pois aí foram encontradas as lápides de Sabur e de al-Mansur, o primeiro régulo aftássida⁵⁸⁹. Com efeito, parece-nos que ter havido uma motivação política da parte dos filhos de Sabur, que, recordemos, tentaram estabelecer uma taifa sediada na cidade da foz do Tejo, em construírem um *rawda* na alcáçova de Lisboa, seguindo o exemplo do pai que concretizou exatamente esse cenário em Badajoz.

Deste modo, é importante considerar a presença de um *rawda* na alcáçova em meados do século XI, pois além dos dados arqueológicos existem factos políticos que oferecem uma explicação e motivação lógica, tornando esta proposta, no mínimo, verosímil. A hipótese de esta necrópole estar relacionada com o momento do cerco de 1147 afigura-se como de explicação mais difícil. Pois, nesse cenário, como se explicaria a existência de uma lápide tumular de grande qualidade artística no interior da alcáçova?⁵⁹⁰

contacto directo com a terra. As sepulturas, de acordo com os preceitos em uso no mundo islâmico medieval, não deviam ser mais profundas que a cintura de um homem. As fossas deviam ser abertas na terra, sem qualquer obra de gesso ou fábrica que usasse barro. A cobertura seria de ladrilhos ou pedra. Na cabeceira podia colocar-se uma pedra lavrada com inscrição.” (cf. Cláudio TORRES e Santiago MACIAS, “Rituais funerários paleocristãos e islâmicos” in *O reino dos mortos na idade média peninsular*, José MATTOSO (dir.), Lisboa, Edições Sá da Costa, 1996, p. 32).

⁵⁸⁸ Cf. Francisco JUEZ JUARROS, *Símbolos de Podes en la Arquitectura de al-Andalus*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História, 1999, p. 802-803.

⁵⁸⁹ Cf. Francisco JUEZ JUARROS, *Símbolos de Poder...*, p. 803.

⁵⁹⁰ A hipótese desta necrópole estar relacionada com o cerco de 1147 é avançada pelas responsáveis das escavações na Praça Nova (cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão” in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I., Lisboa, Edições Colibri / Campo arqueológico de Mértola, 2013, p. 402): “Se tivermos em conta que este tipo de necrópoles não são comuns em espaços urbanos, não possuindo dados que nos permitam propor uma cronologia, uma vez que não foi identificado qualquer espólio associado a qualquer dos enterramentos e que apenas se identificaram dois fragmentos de estelas com inscrição e que o mais completo se encontrava associado a uma sepultura – e que embora se encontre em estudo – foi datado como

3.5 OS RESPONSÁVEIS PELAS REMODELAÇÕES

Para terminar a análise à remodelação urbanística da alcáçova que ocorreu no século XI, não podemos deixar de examinar as circunstâncias e motivações políticas que poderão estar na origem do desligamento físico entre o topo da colina do castelo e o resto da cidade. Neste sentido, é lógico considerar que apenas um poder externo carente de afirmação política teria interesse em criar uma alcáçova em Lisboa, circunstâncias que se aplicariam tanto aos filhos de Sabur, que, como vimos, governaram os destinos da cidade entre 1022/1027 e 1031/1043, como à dinastia aftássida, que deteve o domínio sobre a cidade entre, pelo menos, meados da década de setenta e 1094⁵⁹¹. Com efeito, há motivações políticas claras para se erguer uma alcáçova em Lisboa, não exatamente nos meados do século XI, como apontam os resultados arqueológicos, mas muito próximo dessa época, pouco anos antes, ou depois. A dúvida sobre os autores da construção da alcáçova de Lisboa será de muito difícil resolução, por isso parece-nos que devemos equacionar ambas as soluções: os filhos de Sabur e a dinastia aftássida.

O maior problema com que nos deparamos é a ausência de dados historiográficos relativos a acontecimentos políticos em Lisboa entre a saída do último filho de Sabur e a instalação efetiva do poder aftássida. A explicação proposta por Maribel Fierro para este silêncio das fontes merece ser considerada. Segundo a autora, “o anonimato dos dirigentes muçulmanos locais poderia interpretar-se como indício de um tipo de governo coletivo de inspiração tribal”⁵⁹². Teríamos assim, um governo de homens sábios que faziam parte da população local e que respondiam perante as necessidades da cidade, ganhando especial peso e autoridade nos momentos em que o poder político externo perdia força, tal como aconteceu em Lisboa entre os finais da década de trinta e o início da década de setenta. Para conseguir sobreviver ao caos político dos meados do século XI este tipo de governo de inspiração tribal teria de ser bastante maleável e flexível no que respeita a alianças e acordos com os poderes

pertencente ao período almorávida e se tivermos em conta a proximidade do espaço da mesquita, pensamos que esta necrópole poderá estar relacionada com o período do cerco da cidade, em 1147, e com a necessidade de encontrar espaços não construídos para enterrar os mortos”. No entanto parece-nos muito difícil aceitar que em contexto de cerco se tenha concebido um espaço funerário delimitado através de muros, precisamente junto da mesquita da alcáçova, e, além disso, mais difícil ainda de compreender é que se tenham concebido, durante o cerco, estelas funerárias como a que consta no catálogo da exposição do Núcleo Museológico do Castelo de S. Jorge, a qual encontrada precisamente sobre uma sepultura no referido local (cf. Susana SERRA e Joana AMARAL, *Castelo de S. Jorge: Núcleo Museológico*, Lisboa, EGEAC, 2008, p. 41).

⁵⁹¹ Uma das primeiras referências ao domínio aftássida de Lisboa, nesta segunda fase, verifica-se na notícia do *Mu'jib* que afirma que al-Mutawakkil (1072-1095) governava sobre Badajoz, Évora, Santarém e Lisboa. ‘Abd AL-WAHID AL-MARRAKUSHI, *Histoire des Almohades*, trad. E. Fagnan, Alger, Adophe Jourdan, 1898, p. 63. Disponível on-line em: <https://archive.org/stream/histoiredesalmo00margooog#page/n20/mode/2up>.

⁵⁹² Maribel FIERRO, “Os Ulemas de Lisboa” in *Lisboa Medieval – Os rostos da Cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 49.

externos à cidade, o que poderá ter ocorrido em 1034, quando um membro da dinastia abádida parece refugiar-se na cidade, como vimos anteriormente. Será também, provavelmente, um vislumbre destes homens sábios e anónimos, destas “gentes de Lisboa”, como lhes chama Ibn Idhari, que observamos quando o último Sabur acaba por sair da cidade, trocado por um governador aftássida, a pedido da própria população da cidade. Além disso, não pudemos deixar de notar que quando Afonso Henriques e os cruzados negoceiam com o poder muçulmano instalado na cidade, em 1147, fazem-no com um alcaide, possivelmente nessa altura de filiação almorávida, e com os anciãos da cidade, que mais uma vez surgem de forma coletiva e anónima⁵⁹³. Seja como for, estes homens tiveram inevitavelmente que ceder a sua autoridade aos governadores aftássidas, que surgem na documentação durante a década de setenta.

Relativamente à questão da responsabilidade das obras de remodelação da alcáçova, datada pelos resultados arqueológicos de meados do século XI, não nos parece realmente plausível que as influentes elites urbanas da cidade tenham tido um papel de relevo na remodelação urbanística que levou à existência de uma alcáçova e à edificação do castelejo. A construção de uma alcáçova bem fortificada, dotada de um sistema defensivo como o castelejo, não poderá ser obra de uma elite urbana anónima, fazendo muito mais sentido que esta obra tenha sido realizada segundo a vontade de um poder externo à cidade, que necessitaria de defesas contra a própria cidade, as quais se materializaram no fecho da alcáçova e na construção do castelejo.

Parece-nos mais plausível, se os meados do século XI oferecidos pelos dados arqueológicos se puderem estender para a década de trinta ou para a década de setenta, que esta obra tenha sido realizada sob a direção dos filhos de Sabur, ou, algumas décadas mais tarde, pelos próprios governadores aftássidas que criaram uma autêntica corte palatina em Lisboa. Com efeito, até surgirem novo dados arqueológicos ou documentais que nos permitam perceber melhor os acontecimentos políticos deste período mal conhecido, somos forçados a reconhecer que não é possível excluir qualquer destas duas hipóteses.

Sintetizando, a informação arqueológica que possuímos indica que terá ocorrido uma importante remodelação da morfologia urbana do topo da colina do castelo, algures em meados do século XI. A alcáçova de Lisboa, enquanto espaço distinto e autónomo em relação à medina, terá possivelmente surgido nesta época, acompanhada pela edificação do castelejo, obras que foram provavelmente fruto de uma intervenção externa à cidade. Além destas obras de carácter militar, a

⁵⁹³ *A Conquista de Lisboa aos Mouros: relato de um cruzado*, ed.e trad. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, p. 92 e 96. Ver também: Inês LOURINHO, *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.

relevância da funcionalidade residencial aumentou consideravelmente no topo da colina do Castelo, pois, foi edificado o bairro residencial numa área previamente desprovida de construções urbanas, e, além disso, na Rua das Flores verificou-se uma alteração da funcionalidade do espaço, visto que uma antiga zona de armazenamento ou lixeira se tornou, nesta altura, numa zona habitacional. Tudo isto indica que terá sido em redor dos meados do século XI, um pouco antes, ou depois, segundo nos parecem apontar os dados históricos, que a alcáçova de Lisboa ganhou as funcionalidades militar e residencial que a iriam caracterizar durante todo o resto da idade média.

CAPÍTULO 4: A OCUPAÇÃO ALMORÁVIDA DA ALCÁÇOVA

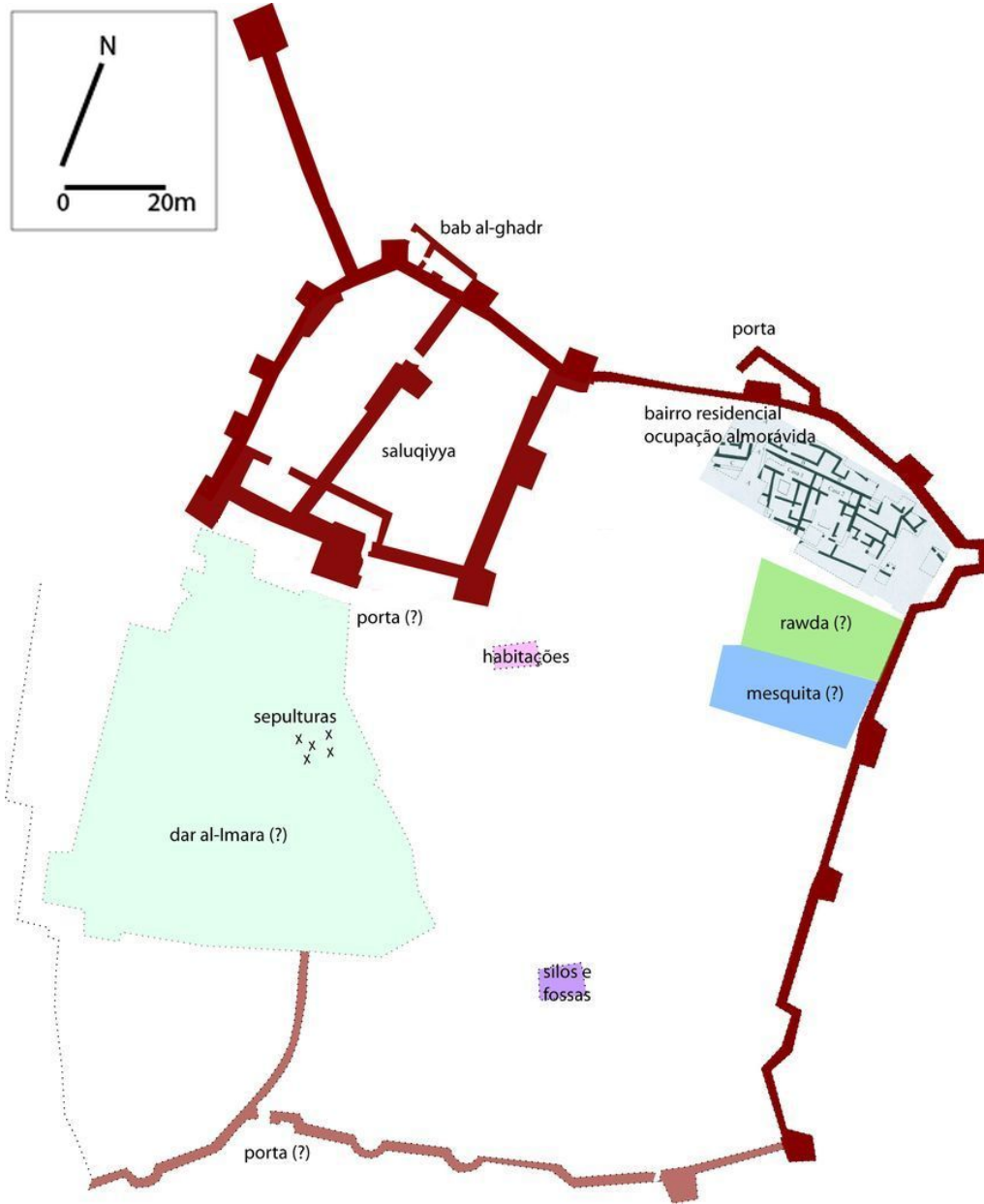


Figura 32. A Alcáçova em 1147.

No ano em que Afonso Henriques consegue tomar Lisboa, com a fundamental ajuda dos cruzados, a forma urbana da alcáçova não seria muito diferente do que era após a reforma urbanística do século XI. Na realidade, apenas encontramos dois factores directamente relacionados com a última fase de ocupação islâmica da alcáçova. Esses dois factores consistem, por um lado, nos enterramentos

encontrados na atual rua do Espírito Santo, e, por outro, em algumas marcas da ocupação almorávida no bairro residencial da Praça Nova.

4.1 UMA NECRÓPOLE E PINTURAS MURAIIS NO BAIRRO RESIDENCIAL

Em 1997, durante escavações arqueológicas na atual rua do Espírito Santo foi descoberto um enterramento com vestígios osteológicos humanos “*provavelmente do final da ocupação islâmica da cidade*”⁵⁹⁴. Mais de uma dezena de anos mais tarde, na mesma rua, noutra edificação, foram encontradas três prováveis valas de sepultura, sem vestígios osteológicos humanos, que “*pela orientação e pela sequência estratigráfica podem ter pertencido a sepulturas islâmicas*”⁵⁹⁵. Estaríamos, portanto, perante vestígios aparentes de uma necrópole de época islâmica, que, apesar de não haver indícios estratigráficos precisos, foi relacionada com “*o final da ocupação islâmica da cidade*”, ou seja, com o período almorávida. Esta aparente necrópole levanta alguns problemas que devemos analisar. Como vimos anteriormente, estas não são as únicas sepulturas de época islâmica existentes na alcáçova. No entanto, ao contrário da sepultura localizada a Sul do bairro residencial, junto da mesquita que aí existiria e enquadrada num espaço ajardinado, não nos parece que as sepulturas da rua do Espírito Santo se possam configurar como um *rawda*, pois não se encontravam num espaço ajardinado, nem junto de nenhum templo islâmico.

Se estas sepulturas são realmente de época almorávida, é possível que tenham sido feitas em contexto de cerco, durante os quatro meses em que os habitantes deixaram de ter acesso ao grande cemitério público da cidade, pois este foi rapidamente tomado pelos cruzados⁵⁹⁶. Seja como for, é necessário considerar a existência desta necrópole islâmica da alcáçova com toda a cautela, e manter a questão em aberto, sobretudo no que toca à sua cronologia, pois os dados são muito escassos e as datações não são seguras. Inevitavelmente, coloca-se a seguinte questão: se não se trata de um *rawda* nem de uma necrópole de época almorávida, relacionada com o cerco da cidade, então em que outro período faria sentido existir uma necrópole no topo da colina do Castelo, e porquê?

⁵⁹⁴ Ana GOMES e Alexandra GASPAR, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo II*, Processo 2004/1(424), Arquivo de Arqueologia da DGPC, 1997, Intervenção na rua do Espírito Santo n.ºs 16 e 18.

⁵⁹⁵ Victor FILIPE, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo*, Processo 2004/1(424), Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Projeto de ampliação e alterações para a rua do Espírito Santo n.ºs 31 a 35, 2011.

⁵⁹⁶ *A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 103-105.

Se tivermos em conta apenas a visão clássica das cidades hispano-muçulmanas que considera que os cemitérios “*en terre d’Islâm, sont généralment placés en dehors de l’enceinte*”⁵⁹⁷, somos forçados a rejeitar qualquer outra interpretação para as sepulturas islâmicas da rua do Espírito Santo. Todavia, ultimamente têm surgido propostas que tentam explicar as mais recentes evidências arqueológicas de necrópoles localizadas no interior dos espaços murados das cidades do al-Andalus e que nos podem sugerir pistas válidas⁵⁹⁸. A proposta de Julio Navarro Palazón e Pedro Jiménez Castillo sobre a evolução urbanística das cidades hispano-muçulmanas defende a existência de diferentes fases evolutivas da medina, desde uma fase de dispersão urbana até a uma fase de saturação⁵⁹⁹. Com efeito, durante a fase inicial caracterizada pela dispersão, afirmam os autores que seria natural que em algumas áreas junto às muralhas da medina fossem reservados espaços livres para fins funerários, para a implantação de oficinas de olaria ou até mesmo como espaços agrários. O topo da colina do Castelo, previamente à remodelação urbana de meados do século XI, era, como vimos, uma zona pouco urbanizada, caracterizada por uma funcionalidade de armazenamento e lixeira, ou seja, uma zona erma da cidade, e, por isso mesmo, com potencial para acolher um espaço funerário. Com efeito, não se deve descartar a hipótese de esta necrópole ter sido um cemitério privado numa fase anterior à urbanização da alcáçova que ocorreu em meados do século XI. Esta proposta não invalida de modo nenhum a possível presença de um grande cemitério público fora das muralhas da cidade, que, aliás, parece realmente ter existido, a Norte da Alcáçova⁶⁰⁰.

Mas, na verdade, devemos admitir que ambas as hipóteses sobre as sepulturas da rua do Espírito Santo, quer fossem um pequeno cemitério privado, quer fossem uma necrópole efêmera relacionada com o cerco da cidade, não poderão ser confirmadas nem refutadas, enquanto a datação das sepulturas de época islâmica não for cronologicamente mais exata.

A outra marca de ocupação almorávida na alcáçova é muito menos incerta. As pinturas murais das habitações do bairro residencial, reveladas nas escavações na Praça Nova, das quais sobressaem sobretudo as da parede do pátio central da casa 2, que apresenta um reboco pintado com motivos

⁵⁹⁷ Esta versão clássica, amplamente difundida por Georges Marçais (autor da frase citada) e por Leopoldo Torres Balbás, parece ter por base as posições topográficas que os espaços funerários ocupavam nas cidades do Norte de África durante a época colonial (Georges MARÇAIS, “L’urbanisme musulman”, in *Mélanges d’histoire et d’archéologie de l’Occident musulman*, t.1, Alger, 1957; Leopoldo Torres Balbás, *Ciudades hispanomusulmanas*, Madrid, 1985, 2ª ed). Visões mais actualizadas podem ser encontradas em: Alberto LEÓN MUÑOZ e M. Teresa CASAL, “Los Cementerios de Madinat Qurtuba” in *Monografías de Arqueología Cordobesa*, nº 19, vol II, Cordova, Universidade de Córdoba, 2010, pp. 651-684; Julio NAVARRO PALAZÓN e Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Sobre la ciudad Islámica y su evolución” in *Estudios de Arqueología dedicados a la Profesora Ana Maria Muñoz Amilibia*, Murcia, Universidad de Murcia, 2003, pp. 346-350.

⁵⁹⁸ Sobre esta questão ver: Prólogo, Capítulo 2, Urbanismo Islâmico.

⁵⁹⁹ Julio NAVARRO PALAZÓN e Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, “Sobre la ciudad Islámica...”, pp. 319-381.

⁶⁰⁰ Ver: Parte V, Capítulo 1- Pré existências a norte da cidade; Subcapítulo 3.2 - A reconstituição possível da mouraria no final do reinado de D. Dinis.

decorativos geométricos a vermelho almagre sobre um fundo branco e a parede do salão da casa 1, onde se verificaram rebocos com motivos geométricos pintados a branco sobre um fundo vermelho almagre⁶⁰¹. A comparação, ainda que superficial, entre as pinturais murais do bairro residencial da alcáçova com as pinturais murais das habitações encontradas no Palácio de Orive em Córdoba, revela grandes semelhanças. A cronologia das pinturas do Palácio de Orive está associada à primeira fase da época de domínio almóada da cidade, mais precisamente à época da urbanização deste bairro, possivelmente no segundo terço do século XII⁶⁰². No caso das pinturas da alcáçova de Lisboa, perante estas semelhanças, é muito provável que tenham sido realizadas na última fase de domínio islâmico da cidade, ou seja, em época almorávida. Se assim for, considerando que as pinturais murais do bairro almóada do Palácio Orive são posteriores às das habitações da alcáçova de Lisboa, ambas parecem partilhar uma mesma matriz norte africana, o que não nos pode espantar, pois as ligações entre a pintural mural das duas dinastias berberes são muito próximas como pôde verificar Basílio Pavon Maldonado⁶⁰³. Isto pode significar que os almorávidas adaptaram as habitações que haviam sido erguidas em meados do século XI, antes da sua chegada, às suas necessidades e modo de vida. Deste modo, podemos propor que o processo sofrido no bairro residencial da alcáçova de Lisboa, tenha sido semelhante ao que aconteceu na mesquita maior de Granada, onde a ocupação almorávida afectou apenas a decoração e manteve as estruturas intactas⁶⁰⁴.

4.2 A RELEVÂNCIA DA OCUPAÇÃO ALMORÁVIDA NA FORMA URBANA DA ALCÁÇOVA

A historiografia tem repetido uma hipótese, que quanto a nós carece de fundamentação documental, segundo a qual Lisboa é tomada militarmente pelo general almorávida Sir Abu Bakr, primo do Emir Yusuf bin Tashufin, em Novembro de 1094⁶⁰⁵. No entanto, não há uma única fonte árabe

⁶⁰¹ Alexandra GASPAR, Ana GOMES, “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, nº4, IPPAR, 2003, pp. 219-221.

⁶⁰² Cf. Álvaro CÁNOVAS UBERA, Silvia CARMONA BERENGUER, Román RIVERA JOFRÉ, “Las pinturas almohades del Palacio de Orive”, in *Circulación de temas y sistemas decorativos en la pintura mural antigua*, Saragoça, Governo de Aragão, 2007, p. 491; VV. AA., “Resultados de la intervención arqueológica realizada en el Palácio de Orive de Córdoba (1996-1998)”, *Anuario arqueológico de Andalucía*, Vol. 3, Tomo 1, 2003, págs. 299-321.

⁶⁰³ Basilio PAVON MALDONADO, “Miscelanea de Arte Hispanomusulman: decoración almorávide-almohade: geométrica, zócalos pintados, y floral, yeserías talladas”, site pessoal do autor: <http://www.basiliopavonmaldonado.es/documentos/miscelanea.pdf>; descarregado em 12/12/2013.

⁶⁰⁴ María Teresa PÉREZ HIGUERA, “El arte”, in *El retroceso territorial de Al-Andalus. Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII, Historia de España Menéndez Pidal*, t. VIII/2. Madrid, Espasa Calpe, 1997, p. 646; Leopoldo TORRES BALBÁS, “La Mezquita Mayor de Granada”, *Al-Andalus*, X, 1945, pp. 409-481.

⁶⁰⁵ Esta hipótese parece ter sido apresentada originalmente por Herculano, em 1875, que usa como fontes uma passagem da *Historia Compostelana* e um “historiador árabe” não nomeado (*História de Portugal*, tomo II, pp. 18-19), no entanto Herculano não propõe uma conquista militar almorávida de Lisboa, mas antes que “os sarracenos, unindo forças de todos os

que refira a conquista de Lisboa pelos almorávidas em 1094, o que se afigura muito estranho. Na verdade, a única fonte que serve de base a esta hipótese é uma passagem da *Historia Compostelana* onde se refere uma batalha perto de Lisboa, na qual estiveram presentes o Conde Raimundo e Diego Gelmirez, não surgindo quaisquer referências, quer à tomada da cidade, quer a almorávidas e nem sequer a datas⁶⁰⁶. Parece-nos mais verosímil, que, após a tomada almorávida de Badajoz e a consequente morte do clã aftássida, tal como é referido nas fontes árabes⁶⁰⁷, todo o resto da taifa se tenha submetido nominalmente aos almorávidas, mas em graus de sujeição diferentes conforme a proximidade física do exército almorávida, que só terá chegado em números consideráveis a Lisboa em 1111, o ano da tomada de Santarém⁶⁰⁸.

A efetiva ocupação almorávida de Lisboa parece resumir-se a trinta e seis conturbados anos, pois a ameaça cristã estaria muito presente na cidade da foz do Tejo. Deste modo, não nos parece que o domínio almorávida possa ter afetado muito a estrutura urbana da alcáçova de Lisboa, que, como vimos, se formou, sobretudo, em meados do século XI. Muito provavelmente, foram realizadas obras de manutenção nas torres e panos de muralha da alcáçova, tal como nas outras estruturas defensivas da cidade, mas não há dados arqueológicos nem documentais que nos permita corroborar estas questões. Uma notícia do *Bayan* de Ibn Idari confirma a existência de trabalhos de fortificação urbana no al-Andalus durante a época almorávida, visto que refere o estabelecimento de um imposto, em 1125, denominado *ta'tib*, destinado à construção e reparação das cercas urbanas de Córdoba, Sevilha e

lados e, porventura, ajudados por algumas tropas almorávidas, que lhes houvesse enviado Seyr, cercaram o conde e rompendo-lhe o campo o desbaratarem...”. Posteriormente, a tomada militar de Lisboa pelo general almorávida Sir foi tomada como um facto comprovado por Menendez Pidal, *Espana del Cid*, vol II, Madrid, Editorial Plutarco, 1929, p. 536, no que foi seguido por Bosh Vilá em 1956 (Los Almorávidas, Tétuan). Em 1988, mantendo a mesma linha, Bernard Reilly (*The Kingdom of León-Castilla Under King Alfonso VI*, p. 244) refere a passagem da *Historia Compostelana*. Posteriormente, José Mattoso (*Hist. Port.*, vol. II, 1993, pp. 30-31) segue a mesma fonte e, finalmente, Maria Jesus Viguera Molíns, retoma a mesma interpretação sem referir qualquer fonte (Viguera Molíns, 1992, p. 176).

⁶⁰⁶ *Espana Sagrada*, Vol. XX, p. 360: “Cum igitur idem Archiepiscopus ante Episcopatum post primam videlicet honoris B. Jacobi praeposituram, in procinctu cum Comite R. & cum optimatibus Gallaeciae ad extirpandam tenderet perfidiam Gentilium, Sarraceni collectis undique viribus, Christicolarum Castra prope Olisbonam circumdantes, imensa obsederunt bellatorum multitudinem.”

⁶⁰⁷ Cf. ABD ALLAH, Muzaffar ibn Buluggin, *El siglo XI en 1ª persona: Las “Memorias de ‘Abd Allah...”, trad. LÉVI-PROVENÇAL e Emilio GARCÍA GOMEZ*, Madrid, Alianza Editorial, 2005, pp. 339-340; R. DOZY, *Histoire des Musulmans d’Espagne*, IV, Leyde, Brill, 1861, p. 338-342.

⁶⁰⁸ Para fundamentar a conquista de Lisboa em 1094, e notando o silêncio nas fontes árabes, em nota, Menendez Pidal afirma que o *Rawd al-Qirtas* confunde a tomada de Santarém em 1111, com a de Lisboa, mas não vemos razão para tal, quando não há qualquer informação sobre uma tomada de Lisboa anterior à tomada de Santarém nem na documentação árabe nem na cristã, apenas à referência a uma batalha perto de Lisboa no episódio da *Historia Compostelana* (Cf. Ramón MENENDEZ PIDAL, *La Espana del Cid*, vol II, Madrid, Editorial Plutarco, 1929, p. 536). Todavia devemos ter em conta que o *Rawd al-Qirtas* é uma obra com problemas graves no que respeita às datações, pois, segundo Dozy: “l’authorite d’Ibn Abi Zar’ est bien faible, car pour l’époque dont il s’agit, il est, sans contredit, l’auteur le plus mal informé de tous ceux que nous possédons (cf. R. DOZY, *Recherches sur l’histoire politique et littéraire de l’Espagne pendant le moyen-âge*, vol. I, Leiden, Brill, 1849, p. 121). Deste modo, a questão sobre a data da tomada de Lisboa pelos almorávidas deverá permanecer ainda em aberto, pois, se para 1094, não temos confirmação de qualquer fonte, para 1111, temos apenas a certeza de que Santarém foi tomada.

Granada⁶⁰⁹. Além disso, as alcáçovas de Niebla e de Jerez de la Frontera também parecem ter sofrido importantes intervenções em época almorávida. Deste modo, demonstra-se que as obras de reforço das estruturas defensivas urbanas se estenderam também a cidades secundárias, o que ganha ainda mais razão de ser quando estas estavam muito expostas a ataques dos cristãos, tal como era o caso de Lisboa, que, como sabemos, sofreu o ataque realizado pela frota do rei norueguês Sigurd, em 1109, já referido no capítulo anterior⁶¹⁰.

De qualquer modo, a intervenção almorávida na face urbana da alcáçova de Lisboa parece ter tido uma mais relevante influência sobre a decoração estética, do que propriamente sobre as estruturas que marcavam a organização urbana da alcáçova, que se mantêm, na maioria, tal como estavam durante a época de taifas.

⁶⁰⁹ IBN IDARI AL-MARRAKUSHI, Al-Bayan al-Mugrib. Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades, Trad. Ambrosio Huici MIRANDA, Valencia, Textos Medievales, 1963, pp. 170-172.

⁶¹⁰ *The Heimskringla: Chronicle of the Kings of Norway*, trad. Snorro STURLESON, vol. III, London, Longman, 1844, pp. 150-151.

CAPÍTULO 5: A ALCÁVOVA DE LISBOA ENTRE 1147 E MEADOS DO SÉCULO XIII

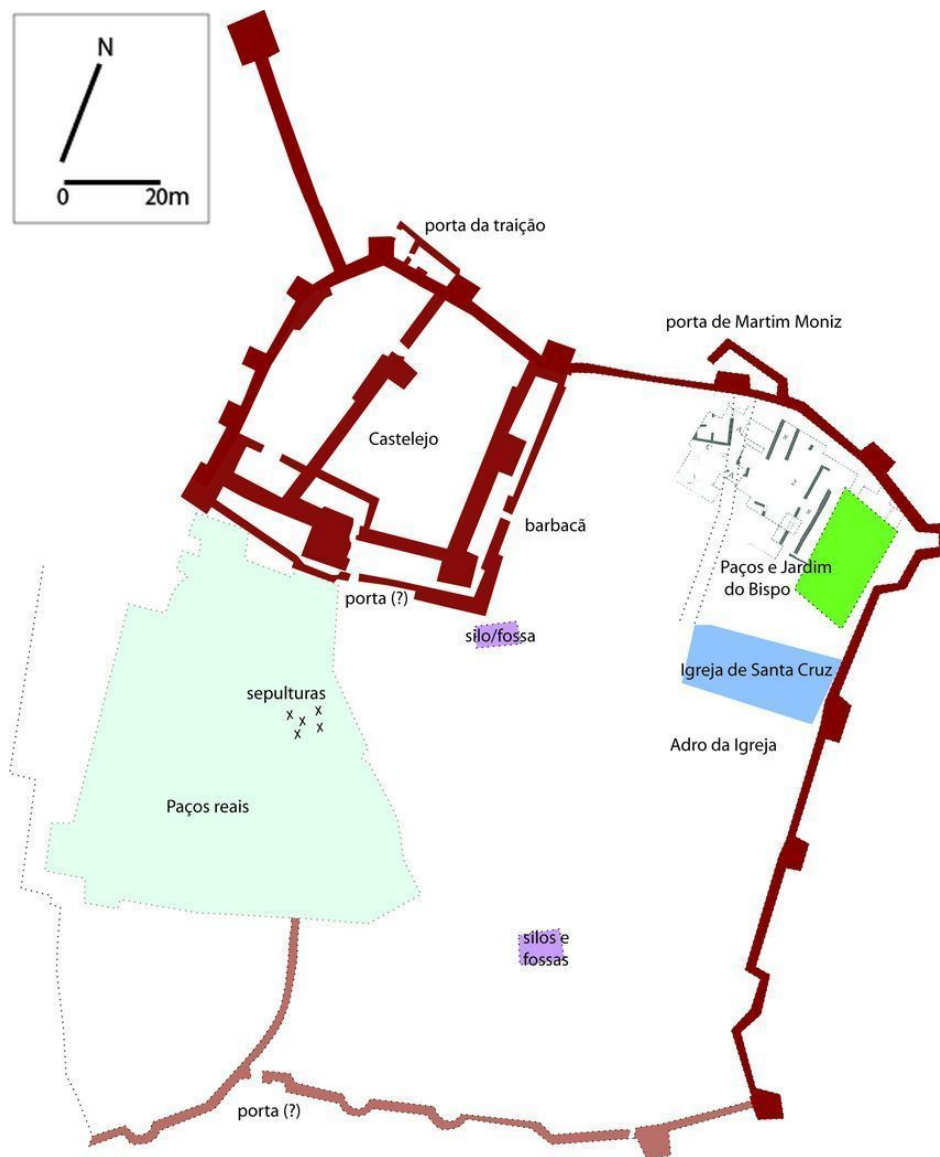


Figura 33. A Alcáçova entre 1147 e 1250.

5.1 A TRANSIÇÃO PÓS 1147: CONTINUIDADES E ROTURAS

A evolução da face urbana da alcáçova entre o momento da tomada da cidade por Afonso Henriques e os cruzados, em 1147, e os meados do século XIII está envolta numa densa névoa, que se deve, em grande parte, à ausência de dados documentais e à exiguidade dos dados arqueológicos, factos que dificultam bastante a nossa percepção desses primeiros cem anos de domínio político cristão.

Ainda assim, é possível, analisando ao detalhe as escassas informações que nos chegaram, desenhar uma alcáçova que é, quase paradoxalmente, muito diferente da alcáçova islâmica, e que mantém, ao mesmo tempo, a mesma estrutura de base, especialmente, no que se refere às funcionalidades das suas principais construções.

A escolha desta periodização, para esta parte da análise da evolução urbanística da alcáçova deve-se sobretudo a dois factores. Por um lado, a documentação sobre a alcáçova, aliás tal como acontece com toda a cidade, conhece uma autêntica explosão após a entronização de Afonso III, o que nos possibilita uma análise muito mais detalhada do que ocorre em termos urbanísticos. Por outro lado, a história política da cidade, que está, como seria de esperar, estreitamente ligada à do reino, inicia exactamente na mesma altura uma nova fase após os turbulentos anos em que o reino tinha mergulhado desde a morte de Sancho I.

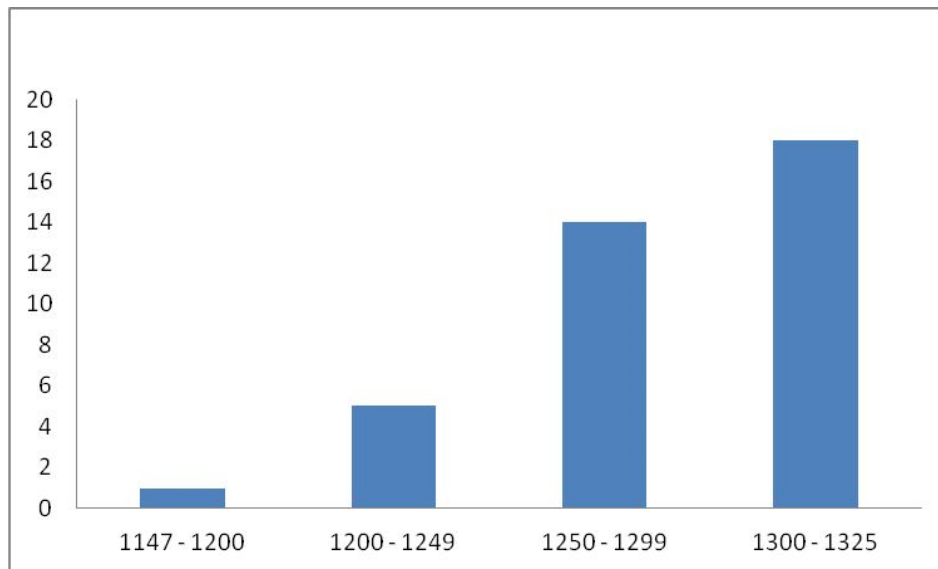


Gráfico 3. Referências documentais relativas à Alcáçova de Lisboa.⁶¹¹

Em Outubro de 1147, no dia em que os cristãos tomam definitivamente a cidade, o local escolhido para levantar o estandarte da cruz é, segundo o relato do cruzado, no local “mais alto da fortaleza”, presumivelmente, uma torre do castelejo, e logo nesse momento “o rei dá a volta a pé pelas

⁶¹¹ As fontes que revelaram informação referente à alcáçova foram as *Chancelarias Régias* (ANTT), o fundo de *S. Vicente de Fora* (ANTT), as *Gavetas da Torre do Tombo* (ANTT), a *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova* (ANTT), o *Livro de bens de D. João de Portel* (editado no *Arquivo Histórico*) e o *Livro dos Pregos* (Arquivo Municipal). As referências contabilizadas verificam-se sobretudo em contratos de aforamento, ou venda de propriedades.

muralhas do castelo cimeiro”⁶¹². Este acto indica a principal função da alcáçova na lógica urbana da cidade durante todo o resto do século XII e até meados do seguinte. A alcáçova era e continuaria a ser, antes de mais, uma estrutura militar de características defensivas onde se abrigava o poder. O texto revela ainda a tomada de posse por parte do rei do “castelo cimeiro”, o qual nos parece corresponder ao Castelejo, um local absolutamente estratégico para o domínio militar da urbe.

Sobre as consequências da conquista da cidade na forma urbana da alcáçova há duas questões de extrema relevância sobre as quais devemos reflectir. Em primeiro lugar, a cidade não caiu devido a um ataque fulminante e destruidor, pelo contrário, Lisboa entregou-se numa rendição com condições⁶¹³. Em segundo lugar, de acordo com o pacto firmado entre Afonso Henriques e os cruzados, a cidade, após o respectivo saque, pertenceria ao rei que em seguida procederia à repartição dos bens imóveis como bem desejasse⁶¹⁴. Ambas estas questões revelam-se fundamentais para compreendermos o que sucedeu com a forma urbana da alcáçova após a mudança do domínio político islâmico para o cristão. Além disso, a isto devemos ainda somar o facto de o autor do *De expugnatione Lyxbonensi* não referir danos de monta nem nas muralhas nem no interior da alcáçova. Relativamente aos dados arqueológicos, a informação decorrente das escavações do bairro residencial da Praça Nova indica uma ausência de incêndios ou destruições fraturantes, logo após a tomada cristã, revelando antes um abandono progressivo e sobretudo alterações das funcionalidades dos compartimentos das casas do bairro residencial, no período imediato à reconquista⁶¹⁵.

Tudo isto nos leva a considerar que a alcáçova de Lisboa foi entregue a Afonso Henriques com as suas estruturas praticamente intactas, mas muito provavelmente esvaziada pela fuga dos muçulmanos, que com certeza levaram consigo tudo o que puderam e, pelo imediato saque dos

⁶¹² *A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, p. 139: “...todos viram colocar no mais alto da fortaleza o estandarte da Cruz salvífica em sinal de sujeição da cidade, para louvor e glória de Deus e da santíssima Virgem Maria...”.

⁶¹³ Já Maria João Branco notou a relevância deste facto (cf. Maria João BRANCO, “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 221).

⁶¹⁴ *A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado*, trad. Aires A. NASCIMENTO, Lisboa, Vega, 2001, p. 91: “Quanto à cidade, se porventura a tomarem, tenham-na e mantenham-na até se fazer o escrutínio e ser saqueada, tanto para constituírem resgate de tudo como para outro efeito; e assim, finalmente, ma entreguem, depois de terem procedido segundo a sua vontade. Depois, porém, a cidade e as terras conquistadas serão repartidas de acordo com as suas condições, sob a minha orientação e tal como a cada um eu melhor conhecer, e deverão elas ser mantidas segundo os costumes e liberdades respeitabilíssimas dos Francos, para mim revertendo nelas apenas o direito de convocação.”

⁶¹⁵ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 403: “A evolução da ocupação do espaço, após a conquista, caracteriza-se pelo recurso a soluções diversas: alguns compartimentos são reutilizados; outros muros são construídos sobre derrubes de telhados; outros ainda constroem-se sobre camadas de abandono de compartimentos de época islâmica”.

cruzados que, como notámos anteriormente, não deixou sequer incólume a casa do alcaide⁶¹⁶. Já no referido pacto com os cruzados, é notória a vontade do rei em se assumir como principal organizador da gestão e distribuição da propriedade urbana durante a transição para o domínio cristão. Ora, será exatamente isso que Afonso Henriques irá fazer.

Uma das modificações à forma da alcáçova que poderá ter ocorrido neste período, e que terá sido uma opção régia, consiste na inserção da barbacã no sistema defensivo do Castelejo. A poucos metros dos panos de muralha meridional e oriental, uma barbacã defenderia o acesso ao castelejo. Observando a estrutura que hoje se conserva, a qual apresenta um alambor, um tipo de edificação que só terá surgido na Palestina no terceiro quartel do séc. XII e que só posteriormente terá chegado à península, somos levados a pensar que esta barbacã tenha sido construída nessa altura⁶¹⁷.

Visto que as informações disponíveis para este período são extremamente lacónicas, é forçoso regressarmos ao texto de António Coelho Gasco para compreendermos os passos tomados por Afonso Henriques na distribuição das várias estruturas que compunham a alcáçova. Coelho Gasco afirma que “*o Rey se foi aposentar nos Paços delRey mouro q são hoje os da Alcaceva*”, sendo óbvio que este rei mouro se trata do representante do poder islâmico na cidade⁶¹⁸. Vimos anteriormente que a ocupação dos espaços de poder foi uma constante nos processos de reocupação da propriedade urbana, logo após a tomada das cidades do al-Andalus pelos reis cristãos, e observámos como em Lisboa provavelmente o rei terá tomado a mesma opção. Como já referimos anteriormente, parece-nos consequente a afirmação de Coelho Gasco de que Afonso Henriques terá tomado imediatamente as habitações do poder muçulmano que se situariam na alcáçova e também do próprio castelejo, uma das principais estruturas defensivas da urbe.

Mas é necessário aguardar até 1206, para se observar uma referência, ainda assim indireta, à posse régia de propriedades na alcáçova, na seguinte carta de privilégios passada aos moradores da alcáçova⁶¹⁹:

Dom Sancho per graça de Deus rei de Portugal e do Algarve a todos aquelles que destas letras ouverem conhecimento e noticia fazemos saber que os moradores da alcaçova de Lixboa ssi

⁶¹⁶ Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato...*, p. 139: “*Os colonienses e flamengos... ..Aprisionam o próprio alcaide da cidade, depois de lhe terem tirado tudo de casa*”.

⁶¹⁷ Sobre a introdução do alambor no território nacional ver: Mário BARROCA, “D. Dinis e a Arquitectura Medieval Portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letra, História*. II série, tomo XV-1, Porto, 1998, p. 802.

⁶¹⁸ António Coelho GASCO, *Primeyra parte das antiguidades da muy Nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princesa do Mar Oceano*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

⁶¹⁹ Cf. *Documentos de Sancho I*, eds. Rui de Azevedo e Padre Avelino de Jesus da Costa, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, doc. 236, vol 1, p. 348, de uma confirmação de D. Dinis.

cavalleiros como cleliguos e piaaes me saam muito fiees e me fazem sempre muito serviço de dia e de noite. E porem lhes outorgo que elles nam sejam costramgidos a hiir em minha oste nem em minha adua. E esto otorgo assi a estes que aguora hii moram com a todollos outros que hii vierem morar e esto seja firme e valha para todo o sempre. E mando aimda que se o meu veador da fazemda emtemder aver direito em algum delles que lhe nam faça penhora nem entre em sua cassa mais quando esto ouver de seer sejam penhorados pollo alcaide e alguaziis da dita cidade de Lixboa E estes nam lhes façam penhoras nem huuas em suas cassas, se de fora acharem penhores per que compridamente entrega seja feita. E mamdo mais aos sobreditos alcaide e alguaziis que sempre os julguem favoravelmente e os deffendam de toda a peioria.

Feita foi esta carta em Lisboa a III d’Abril Era de mil e duzentos e quoremta e IIII° annos.

Baseado na menção ao serviço diurno e noturno prestado ao rei pelos moradores da alcáçova, Ferreira de Andrade afirma a existência dos paços reais nesta altura, o que se afigura correto, pois estes cavaleiros, clérigos e peões parecem estar directamente relacionados com o serviço ao monarca que assegurava a sua estadia na Alcáçova⁶²⁰. Com efeito, estes privilégios serão sucessivamente confirmados até ao reinado de Afonso V⁶²¹.

A acreditar em Coelho Gasco, ainda durante o reinado de Afonso Henriques o Bispo Gilberto estabeleceu-se na alcáçova, muito possivelmente fruto de uma doação régia. Infelizmente, não há documentação sobre essa doação e, como já vimos, a documentação que alude concretamente aos paços do Bispo é bastante tardia (séc. XV). No entanto, um documento de 1313, situa claramente casas e um jardim, pertencentes ao bispo exactamente no local onde depois encontramos os paços do Bispo na documentação do século XV⁶²². Portanto, mais uma vez a hipótese de Coelho Gasco afigura-se como bastante provável. Se assim for, não pode constituir surpresa, pois, como notou Maria João Branco, o primeiro Bispo de Lisboa, Gilberto de Hastings (1147-1163/1164), um cruzado que participou na conquista da cidade escolhido com a aprovação do próprio rei, foi um homem que esteve sempre, em termos de decisões políticas, ao lado do primeiro monarca português, aliás, tal como o seu sucessor D.

⁶²⁰ Cf. Ferreira de Andrade, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, Vega, 1990, 2ª ed., p. 110: “*Estas regalias que os habitantes da Alcáçova usufruíram através dos tempos, e enquanto os reis de Portugal residiram junto deles, são, talvez, a prova de que a residência do alcaide mouro fosse desde logo transformada nos paços dos primeiros monarcas, onde estes, até à transferência da corte para Lisboa, se vinham aposentar nas várias visitas a esta cidade*”.

⁶²¹ Cf. Ferreira de Andrade, *A Freguesia de Santa Cruz*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 175-182.

⁶²² ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 25: “*in domibus sitis prope porta Martini dicti Moniz et contiguus nostro viridario eiusdem loci quas domos olim tenebat et habebat in feudum sive perpetua voluntatem Dominicus Fernandi quoddam portionarius per dicte Ecclesie a dono Dominico quondam Episcopus Ulixbona predecesore nostro tum quibusdam conditionibus que in quiddam sua libera plenius continetit*”.

Álvaro (1164-1184)⁶²³. Tratavam-se com certeza de homens em quem Afonso Henriques confiava e que, por isso, apesar de não fazerem parte da corte, se inserem na esfera régia, habitando junto da corte, na alcáçova.

Este documento de 1313, oferece um dado que coincide perfeitamente com os resultados das escavações arqueológicas que, por sua vez, sugerem uma área de cultivo do lado oriental da rua do Moniz, denominada no documento como *viridarium*⁶²⁴. Além disso, o documento confirma a proximidade entre o bispado e o priorado de Santa Cruz, reportando o contrato ao bispado de D. Domingos Jardo (1289-1293). É particularmente relevante notar que este jardim do Bispo se localizava numa zona muito próxima e até mesmo parcialmente coincidente com o *rawda* de época islâmica. Não nos parece que este facto tenha sido uma coincidência. Pois, se o *rawda* era, como provavelmente seria, propriedade da mesquita que lhe era contígua, a sua posse passou, tal como todas as propriedades das mesquitas da cidade, directamente para as mãos da Sé, segundo uma doação régia que nos chegou⁶²⁵. Temos então aqui o exemplo de uma estrutura que provavelmente transitou directamente da posse das mesquitas para as igrejas, alterando-se a sua funcionalidade, de um espaço funerário para um espaço de cultivo. Relativamente à ocupação do espaço no paço do Bispo, as soluções tomadas pelo novo proprietário foram muito diversas: “*alguns compartimentos e suas coberturas são reutilizados; outros muros são construídos sobre derrubes de telhados; outros ainda constroem-se sobre camadas de abandono de compartimentos de época islâmica*”⁶²⁶. É importante também notar que tanto a orientação do paço dos Bispos como a funcionalidade dos compartimentos reaproveitados sofre alterações relativamente às habitações islâmicas que aí se localizavam, revelando uma lógica habitacional completamente diferente entre o domínio político islâmico e o cristão⁶²⁷.

⁶²³ Cf. Maria João BRANCO, “Reis, Bispos e cabidos: a diocese de Lisboa no primeiro século da sua restauração”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, 10, 1998, pp. 55-66.

⁶²⁴ Alexandra GASPAR, Ana GOMES, “Castelo de São Jorge – balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, nº4, IPPAR, 2003, pp. 221-222: “*Na área a Este entre o palácio e a muralha, a ausência de estruturas medievais e a boa preservação das islâmicas e respectivos níveis de abandono levam-nos a colocar a hipótese de corresponder a uma área de cultivo*”.

⁶²⁵ *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios*, doc. 232, p. 284, 8 de Dezembro de 1149.

⁶²⁶ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAR, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 403.

⁶²⁷ Alexandra GASPAR, Ana GOMES, “Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de S. Jorge”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, pp. 99-102.

5.2 A IGREJA DE SANTA CRUZ DE LISBOA

Relativamente à Igreja de Santa Cruz, a referência documental mais antiga à sua existência data de 1165, mas com certeza já existiria antes desse momento. Como vimos anteriormente, Coelho Gasco refere que a igreja se instalou numa mesquita, e aparentemente, mais uma vez, a proposta do autor seiscentista tem razão de ser. Há ainda uma informação que Coelho Gasco oferece que pode ser confirmada com a documentação posterior – o seu padroado. Afirma este autor que “*a este Bispo lhe deu huãs nobres cazas junto com o Priorado de Sancta Crus*”, o que é coerente, não só com o documento exarado pelo Bispo em 1313, já aqui referido, onde o próprio Bispo afirma “*nostre ecclesia Sancte Crucis Ulixbone*”, mas também com outra documentação medieval⁶²⁸. Infelizmente não sobreviveu qualquer documentação que nos elucide sobre o modo como foi realizada a transição do templo islâmico para o templo cristão, mas podemos supor que a igreja terá numa primeira fase funcionado no edifício da mesquita que progressivamente foi sofrendo obras até se tornar numa igreja que não conhecemos praticamente qualquer vestígios. Sabemos apenas que a igreja pré-pombalina sofreu obras de remodelação nos séculos XVI e XVII, o que nada nos ajuda para percebermos como seria a igreja nos primeiros séculos da sua existência⁶²⁹. A arqueologia poderá, no futuro, oferecer algumas respostas sobre esta questão.

⁶²⁸ Em 1241, o rei D. Sancho II confirma o padroado da igreja à Sé de Lisboa, e, numa visitação de 1342, o padroado de Santa Cruz ainda pertence ao Bispo. Cf. Mário FARELO, “O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média”, *Fragmenta Historica*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2013, p. 64.

⁶²⁹ Ferreira de ANDRADE, *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova*, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1954, pp. 21-26.

5.3 A PROPRIEDADE URBANA: OS ACTORES E O CENÁRIO URBANO

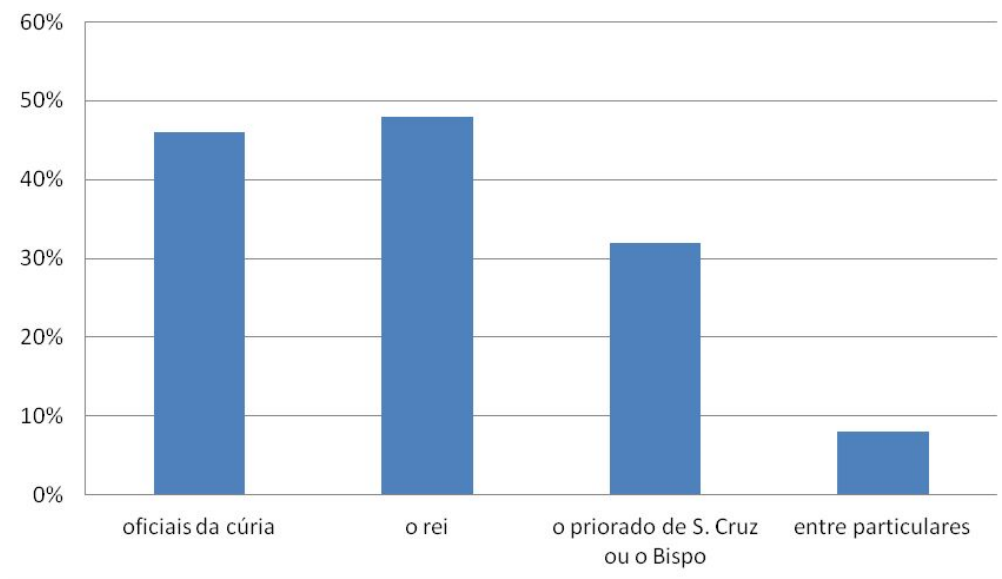


Gráfico 4. Intervenientes na documentação relativa à Alcáçova.⁶³⁰

Em toda a documentação relativa à alcáçova de Lisboa até 1325, observámos trinta e seis documentos que como se pode ver dizem respeito, sobretudo a transações régias ou de funcionários da cúria ou ainda do priorado de Santa Cruz que, como vimos, pertencia ao Bispado. Nesta documentação é notório que as transações entre particulares constituem uma minoria. Ora devemos atribuir esta discrepância, a duas razões principais. Em primeiro lugar, a origem da documentação que sobreviveu até aos nossos dias é em grande parte das chancelarias régias ou da colegiada de Santa Cruz da Alcáçova, o que explica parcialmente que os documentos que dizem respeito a transações régias e do priorado tenham chegado até aos nossos dias. Em segundo lugar, e o que nos importa mais aqui destacar, analisando a documentação observa-se que inicialmente a composição da propriedade urbana da alcáçova estaria sobretudo na posse da coroa e que os monarcas foram progressivamente doando parcelas da alcáçova a pessoas da sua confiança, notoriamente, a oficiais da cúria e, como vimos, num primeiro e, possivelmente, único momento ao Bispo que também detinha o priorado de Santa Cruz. Vejamos como tudo isto aconteceu.

A opção régia em introduzir homens de confiança dentro dos muros da alcáçova surge muito cedo, pois, além da carta de privilégios de Sancho I (1206), a documentação mais antiga que refere concretamente propriedade régia na alcáçova consiste em três doações de Afonso II, de Junho de 1218,

⁶³⁰ Sobre as fontes usadas para a concepção deste gráfico ver nota 612.

onde é, aparentemente, repartido por três casais exatamente o mesmo conteúdo⁶³¹. João Peres, cevadeiro mor e sua mulher Orvelido, Dom Geraldo e sua mulher Maria Gonçalves e ainda Roolim e sua mulher Elvira recebem de Afonso II, cada um, um terço das casas da alcáçova de Lisboa, e também de várias propriedades rurais em Salzedas, Queluz e Barouca. O que levaria o rei a agir desta forma, repartindo estas propriedades pelos três casais? Mais uma vez, não temos uma resposta cabal para esta questão, mas, seja como for, a intenção do rei revela-se com clareza – estabelecer homens da sua confiança na alcáçova de Lisboa. Aliás, já a carta de privilégios de Sancho I distingue os moradores da alcáçova como “cavalleiros como cleliguos e piaaes me saam muito fiees”, ou seja, os oficiais da corte régia⁶³². Afonso II parece seguir esta mesma lógica ao doar ao seu cevadeiro mor a referida terceira parte das casas da alcáçova, relativamente a Dom Geraldo, não conseguimos apurar qualquer informação, mas sobre Roolim a informação é bastante interessante⁶³³. Segundo a *Crónica dos sete primeiros reis de Portugal*, um dos líderes dos cruzados é exatamente Childe Roolim. Posteriormente, tal como Frei António Brandão notou, a este Roolim ou a um seu filho, foi doada a Vila Franca, depois conhecida como Azambuja, por Sancho I, em 1200⁶³⁴. Nessa doação ficamos também a saber que Roolim, fosse o pai ou filho, é oriundo da Flandres e que nessa altura já uma comunidade dessa origem povoava Vila Franca, aliás, como a própria toponímia indica. Provavelmente, o Roolim que em 1218 recebe de Afonso II casas na alcáçova será já um parente do primeiro Roolim que chegou com a frota de cruzados que participou na conquista de Lisboa. O *livro de linhagens do conde D. Pedro*, apesar de referir Roolim como primeiro alcaide e senhor da Azambuja, não presta grande auxílio para o nosso caso pois apenas se concentra na linhagem dos Roolim que descende de uma filha do cruzado, Maria Roolim, que terá vindo posteriormente da Flandres⁶³⁵. Seja como for, o mais relevante é que Afonso II considerava, muito provavelmente, Roolim, D. Geraldo e o seu cevadeiro-mor, João Peres, e as respectivas esposas, pessoas da sua confiança que mereciam estar sob a protecção da alcáçova de Lisboa. É também importante notar que Afonso II não permaneceu regularmente nem demoradamente

⁶³¹ ANTT, *Reg. Afonso II*, fls. 41-41v; ANTT, *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 2, doc. 6 e doc. 7.

⁶³² Sobre a composição e estrutura da corte régia ver: Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vol., Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.

⁶³³ Não nos parece impossível uma ligação de Roolim à *fratria* Raolis, que encontramos em vários cargos eclesiásticos da Lisboa de duzentos, e, possivelmente, destes aos Rol que surgem em vários cargos concelhios no século seguinte, tal como sugere Mário Farelo (cf. Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, Anexo 1, pp. 516 – 517). Sobre os irmãos Pedro e João Rol ver: Hermenegildo FERNANDES, *Sancho II: Tragédia*, Lisboa, Temas e Debates, 2010, pp. 74-75.

⁶³⁴ Cf. *Monarchia Lusitana*, III parte, vol. X, 173-174; *Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, Ed. Carlos Tarouca, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 2009, 2ª ed., vol. I, p. 77.

⁶³⁵ *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Nova Série, Vol. II/2, ed. José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, 70A, pp. 162-164.

em Lisboa, preferindo ainda uma itinerância pelo eixo Guimarães, Coimbra e Santarém, uma realidade que se alterará definitivamente com a preferência de Afonso III pelo eixo Lisboa, Coimbra, Santarém⁶³⁶. Convém ainda reflectir um pouco sobre o momento escolhido por Afonso II para dividir por estes três casais parte da sua propriedade na alcáçova de Lisboa. Recordemos que até 1217, mais exactamente até ao momento em que se dá a conquista de Alcácer do Sal, Lisboa era sobretudo uma insegura cidade de fronteira, aliás, tal como Santarém, sobre a qual José Mattoso admite “que não atraísse muito a alta nobreza até ao ano de 1217”⁶³⁷. Lisboa, mais exposta, mais comercial e menos agrícola que Santarém, atrairia ainda menos a alta nobreza, tal como não atraia o próprio monarca, como acabámos de perceber. Esta doação de Afonso II, realizada no Verão de 1218, deve ser entendida num momento em que o monarca geria a recente vitória militar de Alcácer, e recebia, com certeza, com agrado, em Janeiro de 1218 o apoio do papado contra as suas problemáticas irmãs, e ainda, nesse mesmo mês, uma nova confirmação da famosa bula *Manifestis Probatum*. Tratava-se portanto de um momento de “pacificação interna” e de “apaziguamento de tensões externas”, como afirma Maria João Branco⁶³⁸, e em que importava gerir melhor a não muito visitada alcáçova de Lisboa, agora finalmente mais segura em relação ao perigo muçulmano.

Além desta documentação, a única outra referência documental, anterior ao reinado de Afonso III, sobre a alcáçova consiste numa breve menção à igreja de Santa Cruz na lista de igrejas de Lisboa citadas na inquirição de 1220⁶³⁹.

Infelizmente, não nos chegou um único documento produzido durante o reinado de Sancho II que nos ajudasse a reconstituir a evolução urbanística da alcáçova de Lisboa. Ainda assim, devemos referir que se tratou de uma época de conflito entre o rei, a sua família e o bispo da cidade, que se inicia logo no primeiro ano do reinado, com a morte de familiares do bispo Soeiro de Lisboa. Conflito esse que conhece mais um pico após a morte do bispo Soeiro II, em 1233, gerando-se então um conflito centrado na eleição de um novo bispo, que terá oposto o rei ao papa e também provavelmente às elites

⁶³⁶ Cf. Hermínia Vilar, *Afonso II, um rei sem tempo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 154-155; sobre a contextualização política do reino de Afonso II neste período, e as consequências da conquista de Alcácer do Sal ver: Maria João BRANCO, *Poder Real e eclesiásticos. A evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, vol. I, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta (policopiada), 1999, pp. 495-502.

⁶³⁷ José MATTOSO, “Os nobres nas cidades portuguesas da idade média” in *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p. 282..

⁶³⁸ Maria João BRANCO, *Poder Real e eclesiásticos. A evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, vol. I, Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta (policopiada), 1999, p. 501; ver também: Hermínia VILAR, *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2008.

⁶³⁹ ANTT, *Gaveta I*, maço 2, doc. 18; Publicado em: *Memórias para a História das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal*, Lisboa, 1815, doc. 2, pp. 9-16.

urbanas da cidade⁶⁴⁰. Quer isto dizer que Lisboa não era, propriamente, uma cidade acolhedora e amiga de Sancho II. No entanto, é possível que o rei tivesse também realizado obras no paço real, que tivesse realizado doações de propriedades na alcáçova a homens da sua confiança, mas a documentação que nos poderia iluminar sobre estas questões nunca nos chegou, se é que chegou a ser produzida. Justifica-se assim o vazio e dúvida insanável sobre o que terá ocorrido na alcáçova de Lisboa durante o reinado de Sancho II⁶⁴¹.

As escavações no logradouro do edifício do grupo desportivo do Castelo na Rua das Flores, indicam que a habitação que estava ocupada em época islâmica terá sido abandonada durante os séculos XII ou XIII, ou seja, muito provavelmente após a tomada da cidade⁶⁴². Este dado, em conjunto com as informações que já referimos sobre o bairro residencial da Praça Nova, levam-nos a crer que a densidade de ocupação urbana terá baixado significativamente após a tomada da cidade pelos cristãos. Facto que não pode constituir surpresa pois as elites governativas da cidade, que habitavam este espaço não teriam grande interesse em permanecer na cidade em condições muito diferentes das em que viviam anteriormente. Além disso, é bem possível que estas pessoas tivessem ainda meios para sair da zona de controlo cristão e recomeçar a sua vida em outra cidade do que ainda restava do al-Andalus, ou no Norte de África ou até noutra zona mais remota do Islão.

Relativamente às áreas de armazenamento da alcáçova, as escavações arqueológicas revelaram que alguns silos/fossas, nomeadamente no Beco do Forno, foram usados continuamente desde época islâmica até época cristã, mais exactamente entre os meados do século XI e o século XIV⁶⁴³. Esta informação revela uma continuidade indesmentível no que se refere à vida quotidiana da cidade, o que aliás tem sido a interpretação geral dos resultados arqueológicos sobre produção de cerâmica da fase de transição da época islâmica para cristã, na cidade de Lisboa⁶⁴⁴.

⁶⁴⁰ Sobre os conflitos entre Sancho II, os bispos de Lisboa e a oligarquia urbana dessa época, ver: Hermenegildo FERNANDES, *Sancho II: Tragédia*, Lisboa, Temas e Debates, 2010, pp. 67-75, 256-259 e 305-307.

⁶⁴¹ Sobre o vazio documental deste reinado ver: Hermenegildo FERNANDES, *Sancho II...*

⁶⁴² Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPARGAS, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua das Flores, (n.ºs 13 a 19)*, Processo S 18114, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Palácio da Ajuda, 2001, p. 16: “A terceira fase deste período medieval corresponde ao registo do abandono de algumas estruturas habitacionais; nesta camada foram encontradas cerâmicas da transição (meados XII-XIII) cujas peças melhor conservadas correspondem a um cântaro e a um tacho já típicas desta época”.

⁶⁴³ Cf. VV. AA. “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades e rupturas” in *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário BARROCA e Isabel FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2005, p. 222.

⁶⁴⁴ Cf. VV. AA. “Cerâmicas medievais de Lisboa – continuidades...”, p. 226: “Na produção da transição verificam-se continuidades formais embora se registem algumas evoluções nomeadamente nas jarrinhas que no essencial passam a ter um pé que vai ser uma característica desta forma no séc. XIII e sobretudo no séc. XIV. Os cântaros também mantêm no essencial a forma e a decoração pintada, características do período islâmico, continuando a ser uma das formas mais comuns neste período.”; Rita SALOMÉ e Marco CALADO, “Um Pequeno Conjunto Cerâmico de Época Medieval da rua de São Mamede (Lisboa)”, *Al-Madan online*, II série, n.º 17, 2012, p. 23: “Mas a nossa motivação é a de que, tendo presente

Já referimos aqui a possível necrópole islâmica da rua do Espírito Santo, importa agora notar que sobre essa necrópole se sobrepôs uma necrópole cristã, exactamente no mesmo local e que terá funcionado, possivelmente, entre os séculos XII e XIII, ou seja, num primeiro período após a conquista da cidade⁶⁴⁵. A falta de documentação não nos pode impedir de aceitar as evidências sobre a existência de uma necrópole cristã neste local algo inesperado, sobretudo porque os espaços de culto cristão mais próximos se tratam da capela real de S. Miguel, e da Ermida do Espírito Santo, sendo que esta última, terá sido fundada, aparentemente, no tardio século XVI⁶⁴⁶. Perante esta realidade, fica levantada a questão sobre a origem deste estranho local onde a uma necrópole islâmica se seguiu uma necrópole cristã. A única hipótese que podemos aqui avançar, que, desde já, admitimos consistir em mera especulação, seria a de estas sepulturas estarem de algum modo associadas com a capela real de S. Miguel, a qual temos notícia desde o reinado de D. Dinis, mas que já funcionaria anteriormente⁶⁴⁷. Não sendo, aparentemente, enterramentos de indivíduos da nobreza, poder-se-á tratar de clérigos afectos à capela real. Seja como for esta inesperada necrópole existiu realmente e não pode ser, de modo nenhum, omitida.

Contudo esta continuidade ao nível da cultura material e também desta inesperada necrópole não nos pode iludir e levar a considerar que tudo na vida da cidade permaneceu intocável após a alteração no poder político causada pela tomada da cidade em 1147. Na verdade, o que parece ocorrer é uma situação mais complexa, onde ocorrem continuidades, tanto na persistência da cultura material como na funcionalidade das estruturas mais relevantes, como os locais de culto religioso, ou o espaço privilegiado do poder político, mas também ocorrem alterações profundas, não propriamente no momento imediato à conquista, mas ao longo do tempo, tal como pudemos observar nas alterações das funcionalidades dos compartimentos das habitações da Praça Nova, e na própria estrutura do paço do

*a convicção de uma segurança estratigráfica segura, podermos reforçar a ideia de sobrevivência tipológica e decorativa de formas islâmicas em Lisboa durante a segunda metade do século XII, e mesmo durante as primeiras décadas do século seguinte.”; Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde Ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento, 2001, p. 125: “A produção oleira na cidade prolongou-se após a reconquista afigurando-se como muito provável a continuidade dos locais especializados de produção já existentes na cidade islâmica, não se verificando rupturas fortes a nível da produção e, logo, da cultura material”.*

⁶⁴⁵ Victor FILIPE, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo*, Processo 2004/1(424), Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Projecto de ampliação e alterações para a rua do Espírito Santo nºs 31 a 35, 2011, p. 36: “Durante a época medieval cristã o local conheceu pelo menos duas fases de ocupação. Uma primeira como necrópole, centrada nos séculos XII/XIII, e uma segunda, entre os séculos XIII e XV, marcada pela construção de silos, não se tendo registado qualquer estrutura positiva deste período.”

⁶⁴⁶ Ferreira de ANDRADE, *A Freguesia de Santa Cruz*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 71: “Baptista de Castro informa laconicamente que fora fundada no reinado de D. Manuel pelos navegantes da carreira da Índia. Nada mais elucidada e nada mais se sabe”.

⁶⁴⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3. fol. 6: “esguardando que na nossa capela de Sam Miguel das nossas casas de Lisboa no avia capelao assi como devia a ser en capela de Reis a serviço de Deus e a prol de nossas almas quero e estableco e mando pola alma de meu padre e de mha madre e dos Reys... que a dita capela aia capelã seu proprio para todo o sempre ... e faça hy continuadamente rezidência...”.

bispo. Além destes factores é importante ter em conta o vazio populacional que o espaço da alcáçova terá provavelmente conhecido após a tomada da cidade pelos cristãos. Não restam dúvidas de que as profundas alterações, que então tiveram lugar na governação da cidade, tiveram impacto nas elites que habitavam na alcáçova que com certeza a abandonaram por completo. Permaneceram as estruturas que foram parcialmente aproveitadas, sobretudo as estruturas militares, as estruturas de armazenamento, os espaços de culto, obviamente transformados e adaptados à nova religião que albergavam, e ainda, possivelmente, a habitação do representante do poder político. Após 1147, tudo o resto na alcáçova se alterou, sobretudo porque as pessoas que ocuparam o espaço murado do topo da colina do castelo eram oriundas de uma realidade bastante diferente do mundo islâmico que substituíram. Com efeito, a transição entre o domínio político islâmico e o cristão, revela-se, em Lisboa, um momento marcado por uma situação complexa, que não é possível reduzir apenas a uma continuidade ou uma rutura, mas onde ambas ocorrem de formas diferentes, consoante o objeto que se observa. Face ao vazio populacional a que a alcáçova foi submetida, após a tomada cristã da urbe, a atitude dos primeiros monarcas portugueses revela-se com clareza. Com efeito, ao escolher a alcáçova de Lisboa como um dos locais onde habitariam temporariamente, seria importante que nela habitassem também os seus mais próximos, tal como observámos na carta de privilégios de Sancho I e nas posteriores doações de Afonso II. Esta situação viria a aprofundar-se nos reinados de Afonso III e D. Dinis, situação que se relaciona indubitavelmente com a escolha de Lisboa como a primeira cidade do reino.

CAPÍTULO 6: A ALCÁÇOVA EM MEADOS DO SÉCULO XIII

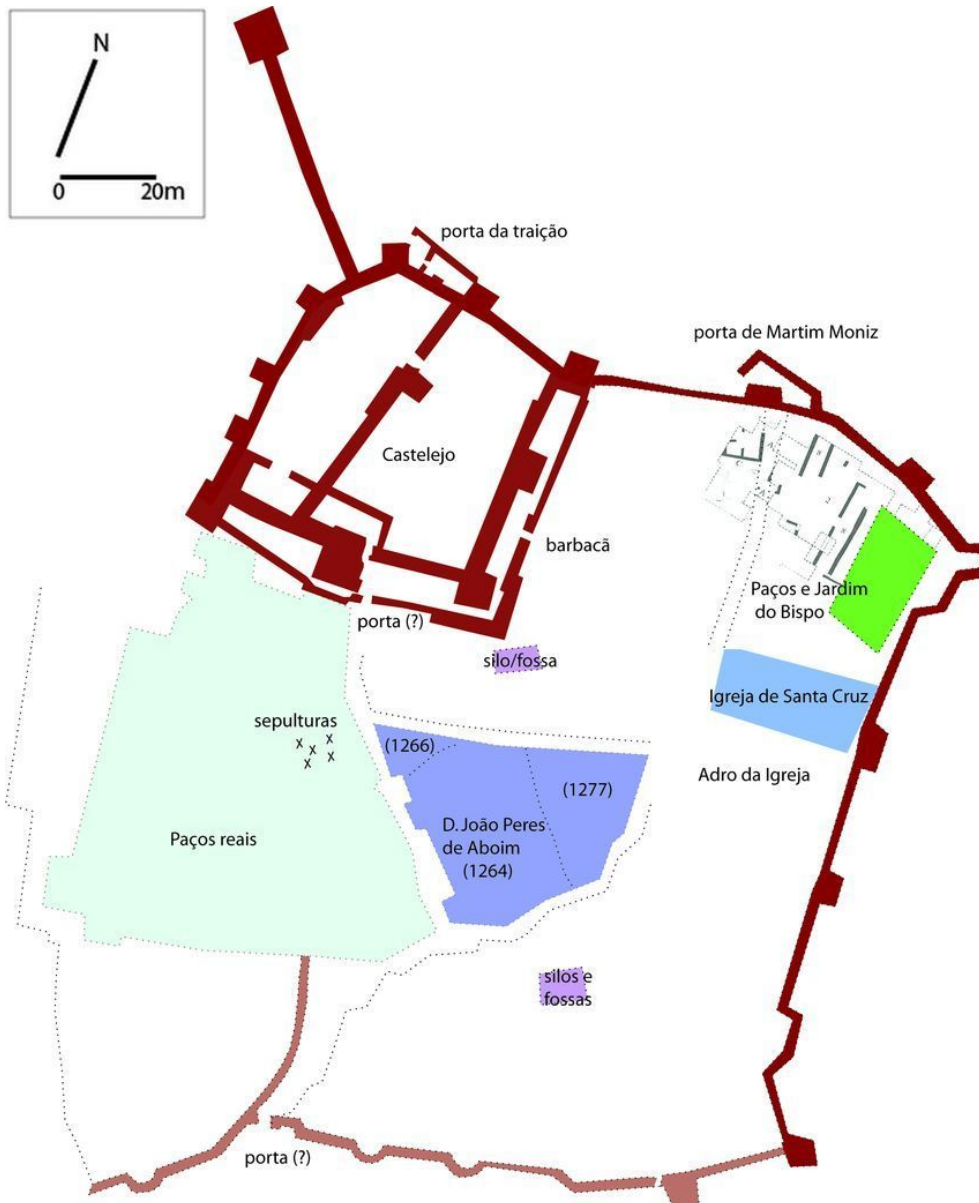


Gráfico 5. A Alcáçova de Lisboa durante o reinado de Afonso III

Desde Alexandre Herculano, que a historiografia afirma que Afonso III foi o primeiro monarca português a escolher Lisboa como capital do seu reino⁶⁴⁸. Ao longo do seu reinado este rei foi tornando as cidades portuguesas em elementos cada vez mais fundamentais para o funcionamento da monarquia.

⁶⁴⁸ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Livro VI, 8ª ed., Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1875, tomo V, p. 145; António de Oliveira MARQUES, “Lisboa Medieval: uma visão de conjunto”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 81; Ferreira de ANDRADE, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, Vega, 1990, 2ª ed., p. 111; José MATTOSO, *Identificação de um País: Oposição*, vol I, Lisboa, 5ª ed., Editorial Estampa, 1995, pp. 73-74; Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, pp 35-37.

O seu objectivo era simples e claro: aumentando a força política, social e económica das urbes estas bloqueariam o avanço dos senhorios e, ao mesmo, tempo, quanto maior fosse o seu desenvolvimento maiores seriam os ganhos económicos provenientes das rendas urbanas. Nesta perspectiva, é natural, durante este período marcado pela sedentarização do poder régio, que Lisboa, então a maior urbe do reino, fosse olhada com especial atenção por Afonso III. O percurso da economia da cidade desde 1217 até aos meados do século XIII, caracterizado por um afastamento da economia de guerra, baseada no saque, e por uma aproximação a uma economia suportada tanto no comércio como na produção agrária do termo da cidade, tornava a cidade da foz do Tejo muito atractiva para o rei, um dos principais proprietários da urbe, levando-o a aí permanecer cada vez mais tempo, trazendo consigo a corte e toda a burocracia régia⁶⁴⁹.

Deste modo, não se pode considerar uma surpresa o facto de a primeira referência explícita aos paços reais ocorram exactamente numa doação deste monarca de uma sua propriedade na alcáçova, onde refere, em 1264, a propósito de umas confrontações: “palatijis meis”, ou seja, “os meus paços”⁶⁵⁰.

6.1 D. JOÃO PERES DE ABOIM: ACÇÃO PRIVADA NA FORMA URBANA DA ALCÁÇOVA

A documentação que diz respeito à alcáçova, produzida durante o reinado de Afonso III revela duas situações que, após uma merecida análise, nos ajudam a compreender melhor o que ocorria no topo da colina do Castelo durante este período. Em primeiro lugar, surge um novo actor na gestão da propriedade urbana da alcáçova: D. João Peres de Aboim (c. 1210 - c. 1287), segundo as palavras de Frei António Brandão, “hum dos mais ricos senhores que ouve em Portugal naquelle tempo”. Em segundo, a gestão do património do priorado de Santa Cruz localizado na alcáçova.

Comecemos por analisar a intervenção de D. João Peres de Aboim na alcáçova de Lisboa. A ligação entre D. João Peres de Aboim e o monarca era muito estreita, pois já em França e em Espanha havia servido o rei, e a confiança que o rei depositou neste homem espelha-se nos vários cargos que desempenhou na cúria portuguesa: sub-signifer (1250-1255); mordomo da rainha (1254-1259); mordomo-mor (1264-1279); tenente de Ponte de Lima (1259); tenente de Évora (ou do Alentejo)

⁶⁴⁹ Mário FARELO, “Lisboa nas cortes da primeira dinastia (1254-1383)” in *As Cortes e o parlamento em Portugal: 750 Anos das cortes de Leiria de 1254*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004, pp. 130-131.

⁶⁵⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, fl. 70; *Livro de Bens de D. João de Portel*, doc XXX.

(1270-1279)⁶⁵¹. Na verdade, segundo Leontina Ventura, João Peres de Aboim foi “o mais fiel dos fiéis de Afonso III”⁶⁵².

A sua actividade na alcáçova de Lisboa inicia-se a oito de Março de 1264, pouco mais de oito meses antes de se tornar mordomo-mor da cúria, em que Afonso III lhe doa, as *domos meas in quibus solebant tenere meum panem quas habeo in allcaçoua ueteri Vlixbone in parrochia sancte Crucis*, ou seja, o monarca cede ao seu privado algumas casas que detinham uma funcionalidade relacionada com a conservação de alimentação⁶⁵³. Observando as confrontações mencionadas no documento, é possível localizar aproximadamente estas casas. Infelizmente, não conseguimos perceber se o privado de Afonso III mantém ou não, neste primeiro momento, a mesma funcionalidade destas propriedades, que parecem ser armazéns de pão, ou se as torna em habitações⁶⁵⁴. Sabemos sim é que o interesse do mordomo-mor pela alcáçova de Lisboa vai continuar. Isso evidencia-se na compra de um campo ou monturo, dois anos depois, que se localizava a par das suas casas, as quais presumimos que sejam as que Afonso III lhe havia doado. Em seguida, no último dia de Janeiro de 1277, João Peres de Aboim, acompanhado de sua mulher D. Marinha Afonso, compram umas casas com seu curral, a Vicente Fernandes, reitor da Igreja de S. Tomé, as quais, mais uma vez, confrontavam com propriedades suas⁶⁵⁵. A tipologia das propriedades adquiridas por D. João de Aboim, um monturo e casas com seus currais, revela que a alcáçova estava, em meados do século XIII, ainda não muito urbanizada, e provavelmente as propriedades ainda teriam uma dimensão considerável, e não estariam totalmente aproveitadas, em termos urbanos. Mas esta situação, fruto da já referida desurbanização após a conquista da cidade, iria alterar-se rapidamente durante os reinados de Afonso III e D. Dinis. Regressando, à actividade de João Peres de Aboim na alcáçova, nas operações de compra referidas sobressai claramente um movimento de expansão da propriedade por parte do privado do rei, um padrão que não lhe é inédito, pois já em Santarém este tinha começado por receber, em 1249, após a conquista de Faro, uma doação régia de casas no termo de Santarém, em Alprão, às quais posteriormente agregou, através de compra outras casas contíguas àquelas. O *modus operandi* era simples, após uma primeira doação régia, o privado do rei adquiria propriedades contíguas, aumentando assim a sua propriedade numa lógica aparentemente territorial. É importante perceber que o património

⁶⁵¹ Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, vol II, pp. 565.

⁶⁵² Cf. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 111.

⁶⁵³ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, fl. 70; *Livro de Bens de D. João de Portel*, doc XXX.

⁶⁵⁴ O facto de se referir aqui um armazém de pão não é dispiciendo, pois como notou António Ravara, do mesmo modo que Afonso III geria grande parte do pão produzido em Santarém, muito provavelmente também o faria em Lisboa (cf. António RAVARA, *A propriedade urbana régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Lisboa, Dissertação de licenciatura em História apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1967, p. 9).

⁶⁵⁵ *Livro de D. João de Portel*, doc. CCLVI, *Archivo Historico Português*, vol. XX, p. 473.

imobiliário deste poderoso homem da corte de Afonso III não se limitava a bens urbanos em Lisboa e Santarém, possuindo também um razoável senhorio no Norte do reino (Ponte da Barca e Vila Verde), acrescido de mais uma vasta quantidade de bens rústicos e urbanos nas cidades e respectivos termos de Coimbra, Caldas da Rainha, Óbidos, Ourém, Sintra, Mafra, Torres Vedras, Elvas, Moura, Beja, Torres Novas, Cartaxo, Alcanena, Montemor-o-Novo, Portel, Reguengos de Monsaraz e finalmente Estremoz⁶⁵⁶. Tratava-se portanto de um grande proprietário, tanto de bens urbanos como rústicos, localizados em várias partes do reino, e que operou na alcáçova de Lisboa, exactamente do mesmo modo que já havia feito noutros locais. No entanto, não podemos deixar em claro que este homem merecia a maior confiança de Afonso III, um monarca que segue a mesma direcção que os seus antecessores, reunindo na alcáçova pessoas da sua maior confiança e intimidade. Analisando a documentação referente ao património de D. João Peres de Aboim na alcáçova de Lisboa, é também possível notar uma agradável surpresa, pois é possível compreender a topografia em que as suas casas se inserem e perceber a lógica das suas compras. Nestes documentos, as confrontações são bastante claras, e através delas podemos perceber que a doação régia, de 1264, deixa o privado de Afonso III numa posição muito central na alcáçova. As compras posteriores de 1266 e 1277 dotam a património de D. João Peres de um espaço muito considerável que se estendia entre o paço do rei e o adro da igreja de Santa Cruz, sendo possível já desenhar aproximadamente as três ruas que delimitavam a sua propriedade. Apesar de as fontes não serem exactas nem possuírem medições, e devido a isso não podemos confirmar a localização exacta destas propriedades, conseguimos, ainda assim, combinar as confrontações destas propriedades com as ruas visíveis na planta de Tinoco, de 1650. Ou seja, perante estes dados podemos afirmar que a estrutura viária da alcáçova parece não se ter alterado significativamente entre o século XIII e o XVII, uma realidade que as escavações arqueológicas da praça Nova já haviam confirmado, no eixo viário que ligava a igreja de Santa Cruz à Porta do Moniz⁶⁵⁷.

⁶⁵⁶ Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, vol II, pp. 565-572; “João Peres de Aboim: da Terra da Nóbrega à corte de Afonso III”, *Revista de História Económica e Social*, nº 18, Lisboa, Sá da Costa, 1986, 57-73.

⁶⁵⁷ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, p. 403: “A planta anterior ao terramoto apresenta a existência de um eixo entre a Igreja de S. Cruz e a Porta do Moniz, denominada rua do Moniz, eixo este que já referimos para a época islâmica, que será repavimentado em época medieval e ainda posteriormente.”

6.2 ACÇÃO URBANA NA ALCÁÇOVA: A IGREJA DE SANTA CRUZ E A COROA

Fora do espectro da acção régia, a igreja de Santa Cruz da também geria as suas propriedades na alcáçova. O documento mais antigo da colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, datando de 1258, diz respeito a um aforamento de um figueiral e ferragial, portanto um campo de cultivo, localizado dentro da alcáçova, perto da Porta do Moniz, feito a Vicente Vivas e sua mulher, Dona Sancha⁶⁵⁸. É muito provável que esta propriedade estivesse relacionada com o já referido Jardim do Bispo, que surge num documento de 1313, pois talvez lhe fosse contígua, ou até, constituísse parte dela, porquanto seria muito possível que o Bispo a entregasse ao seu priorado de Santa Cruz para este a subarrendar, gerindo-a como lhe conviesse. A localização desta propriedade parece ser exactamente a mesma da do Jardim do Bispo, mas a falta de exactidão das fontes não nos permite ir mais longe do que localizar aproximadamente esta área de cultivo. Relativamente a Vicente Vivas, parece ser uma data muito precoce para este ser o irmão de João Vivas, procurador do concelho na segunda e terceira década do século XIV, mas pode ter sido seu familiar⁶⁵⁹. De qualquer forma o título de Dona dado à sua mulher parece indiciar uma categoria social elevada, mas é muito difícil caracterizar socialmente a família Vivas do século XIII, pois este nome surge em vários indivíduos aparentemente com ocupações muito diferentes, e provavelmente pertencendo a classes sociais também muito diferentes⁶⁶⁰.

Após a análise da documentação, devemos reflectir também sobre algumas evidências arqueológicas que não encontram reflexo na documentação e que levantam muitas questões. Já referimos anteriormente a inesperada necrópole islâmica que foi sucedida por uma necrópole cristã, devemos agora notar que, nesse mesmo local, em algum momento do século XIII, foram construídas estruturas de armazenamento, revelando-se uma alteração de funcionalidade bastante relevante. Possivelmente estes silos estariam relacionados com o armazenamento de alimentos do paço real, mas a falta de evidências arqueológicas e documentais não nos deixa afirmá-lo com segurança.

⁶⁵⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 1.

⁶⁵⁹ Sobre o João Vivas que foi procurador do concelho no século XIV ver: Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, Anexo 1, pp. 531-533.

⁶⁶⁰ Num documento de 1254, um Vicente Vivas prior de Sesimbra testemunha e não é impossível que este seja o mesmo Vicente Vivas que celebra o contrato de aforamento do ferragial e figueiral na alcáçova de Lisboa (cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 253). Outros Vivas na documentação ducentista de Lisboa: Vivas Martins testemunha uma doação de rendas de casas na Madalena ao Convento de Chelas, em 1237 (cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 9, 175); talvez o mesmo Vivas Martins possui umas casas na freguesia da Madalena em 1269 (cf. *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 94v); João Vivas, em 1240, doa uma vinha com casa, pomar e horta, que tinha sido doação régia ao Convento de Chelas (cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 10, nº 192; Dom Vivas e sua mulher Dona Sol vendem uma casa na freguesia de S. Pedro, em 1272 (cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 12, nº 225); Domingos Vivas, mercador, testemunha uma venda de adega em S. Julião, em 1262 (cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 251); Em 1281, Bartolomeu Vivas, clérigo é testemunha de uma doação de portais de casas ao Mosteiro de Santos (cf. ANTT, *Gaveta 21*, maço 3, doc. 8).

Uma outra questão sobre a qual a documentação não fornece dados alguns são as obras realizadas na alcáçova por ordem de Afonso III. Sabemos que este rei realizou uma verdadeira “política de amuralhamento”, reformando fortificações por todo o território do reino, desde Caminha, Melgaço até Estremoz e Castro Marim⁶⁶¹. Todas estas obras ficaram marcadas por inscrições epigráficas e por escudos com as armas nacionais, sendo isto o que encontramos na alcáçova de Lisboa, mais exactamente no Portão do Espírito Santo, no limite Norte da rua com esse nome, no acesso entre a área palatina e a alcáçova, onde se acha um brasão com as armas do reino, do reinado deste rei⁶⁶². Além deste brasão, devemos também lembrar um imposto colectado em 1261 em várias freguesias da cidade, “pro ad muros construendo”, ou seja, para a construção de muros⁶⁶³. Com efeito, é muito provável que durante este reinado tenham sido reparados não só os muros interiores, como é o caso do muro onde se encontra o brasão, mas também os muros exteriores da alcáçova.

Portanto, temos a certeza que Afonso III realizou obras, com algum significado na alcáçova, mas não podemos perceber exactamente se foram obras de remodelação, conservação, das estruturas militares, ou se também os paços reais sofreram intervenção nesta altura. Com os dados actuais apenas sabemos com certeza que houve acção régia sobre a forma urbana da alcáçova de Lisboa, durante o reinado de Afonso III, mas infelizmente não podemos saber qual foi⁶⁶⁴.

⁶⁶¹ Cf. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 139; Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, FCG-FCT, inscrições nº. 351, 352, 360 e 385.

⁶⁶² Augusto Vieira da SILVA, *O Castelo de S. Jorge em Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 2ª ed., 1937, p. 104.

⁶⁶³ A referência feita por Alexandre Herculano não indica o número do documento pertencente ao fundo do Mosteiro de Chelas (cf. Alexandre HERCULANO, *História de Portugal*, Livro VI, 8ª ed., Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1875, p. 146, nota 2).

⁶⁶⁴ Sobre esta questão, Pedro Dias argumenta o seguinte (*A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 181): “Os nossos reis foram introduzindo benfeitorias nas suas moradas, não sendo crível que um homem como D. Afonso III, habituado ao luxo das refinadas cortes europeias, se sujeitasse a viver nos modestos ambientes dos paços do seu irmão ou do seu pai”.

CAPÍTULO 7: A ALCÁÇOVA DE LISBOA DURANTE O REINADO DE D. DINIS



Figura 34. A Alcáçova em inícios do séc. XIV.

7.1 A GESTÃO DA PROPRIEDADE DA COROA NA ALCÁÇOVA

Observando a documentação sobre propriedades da freguesia de Santa Cruz, produzida durante o reinado de D. Dinis, podemos observar sobretudo duas mãos que desenham a forma urbana, gerindo as suas propriedades na alcáçova: o rei e o priorado de Santa Cruz. Se já na documentação de Afonso III se observa a referência aos paços reais da alcáçova, a documentação produzida durante o reinado de D. Dinis não deixa quaisquer dúvidas sobre a questão. No Livro dos Bens próprios, refere-se com clareza: “*Item habet domnus Rex in Alcaçoba domos seu placija de sua morada cum suo currally et cum suijs audiencijs*”. Ou seja, os paços reais da alcáçova eram constituídos pelos compartimentos privados do rei, espaços para aprovisionamento dos seus bens alimentícios, de gado, de cereais, de vinho e outros e também salas de audiência. Infelizmente não nos chegaram mais descrições dos paços reais, nem mesmo notícias sobre quaisquer obras aí feitas por ordem deste rei. No entanto, a historiografia tem atribuído a D. Dinis obras de vulto nos paços reais da Alcáçova, uma situação que tem toda a lógica, mas, tal como aconteceu com o seu antecessor, não se consegue precisar com exactidão os contornos da sua intervenção⁶⁶⁵. A nosso ver, a ausência de documentação que refira obras, ou novas estruturas, no paço não pode implicar que estas não tenham acontecido, no entanto, não nos parece seguro afirmar categoricamente que D. Dinis reformulou o paço da Alcáçova sem qualquer fundamentação documental ou arqueológica. É uma questão, tal como outras já aqui referidas, que deverá permanecer em aberto até se efectuarem escavações arqueológicas no local onde existiu o paço real, e mesmo essas escavações possivelmente podem não oferecer resultados que permitam compreender totalmente a intervenção de D. Dinis no paço real da alcáçova.

A propriedade régia na alcáçova não se limitava aos paços reais, tal como comprova o inventário composto no final do século XIII, o rei possuía no interior da alcáçova estrebarias e uma casa da moeda⁶⁶⁶. É relevante notar que estas estrebarias parecem ser fruto de uma intervenção recente por parte do rei, que terá aqui, sem qualquer dúvida, realizado algumas transformações para acomodar

⁶⁶⁵ António Caetano de Sousa afirma conclusivamente que “a rua nova de Lisboa, o Palácio da Alcáçova e outras semelhantes” são obra de D. Dinis, no entanto não indica a fonte para esta afirmação (Cf. António de SOUSA, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I, Coimbra, Atlântica Editora, 1946, p. 129). Posteriormente tem-se repetido que D. Dinis terá realizado obras na alcáçova, com alguns autores notando a ausência de fontes e outros omitindo-a (Cf. José Vieira da SILVA, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 2ª ed., 2002, pp. 87-88.; José Augusto PIZARRO, *D. Dinis*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 316).

⁶⁶⁶ “*Item habet domnus Rex intus in Alcaçoba allijas domos circa ruam que dicitur dos Penesinhos uby modo este strabarija cabalorum et bestiarum domny Regis. / Item habet domnus Rex circa domos de sua morada intus in Alcaçoba allijas domus uby modo est Moneta de duplijs*”. Cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, códice 314, fls. 1-20; publicado em *Cabido da Sé; Sumários de Lousada, Apontamentos dos Brandões; Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 333-353.

os seus animais⁶⁶⁷. Além disto, a referência a esta casa da moeda não pode ser levada em conta sem notarmos que neste mesmo documento, e em outros, é referida uma outra casa da moeda na Lapa ou na Cruz. Teria Lisboa duas casas da moeda? Não é simples responder a esta questão, mas a designação *moneta de duplijs* pode estar ligada a um tipo de moeda diferente da que era produzida no arrabalde oriental da cidade. Infelizmente a referência é demasiado lacónica para percebermos a localização exacta desta casa da moeda da alcáçova, tal como também não nos é possível localizar com precisão as referidas estrebarias régias.

O filho de Afonso III e de Beatriz de Castela segue, tal como, de resto, já notámos, a mesma política de organização urbana que o seu pai já tinha realizado, estabelecendo homens da sua confiança junto dos seus paços da alcáçova. Neste caso, como a documentação é mais generosa, do que a dos reinados anteriores, foi possível elencar uma interessante lista de indivíduos directamente pertencentes à casa do rei que, ou recebem doações régias, ou adquirem, ou aforam as suas propriedades localizadas na Alcáçova de Lisboa.

Quadro 3. Homens da casa do Rei com propriedades na Alcáçova.

Data	Oficial régio	Fonte
Agosto de 1291	Martim Esteves, porteiro	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 8
Agosto de 1291	João Pais, açoreiro de D. Afonso III	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 8
Dezembro de 1294	Martim Esteves, porteiro	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 10
Janeiro de 1299	capelão da capela real de S. Miguel	ANTT, Chancelaria de D. Dinis, liv. 3. fol. 6
Setembro de 1299	Maria Esteves, viúva de Aires Martins, escrivão	ANTT, Gaveta 11, maço 3, doc. 9
Setembro de 1305	Martim Esteves, porteiro	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 19
Setembro de 1307	Martim Martins, cavaleiro vassalo	ANTT, Gaveta 12, maço 5, doc. 8
Setembro de 1319	Bernal Martins, alfajame	ANTT, Gaveta 12, m.5, nº 24
Setembro de 1319	João Domingues de Portel, escrivão	ANTT, Gaveta 12, m.5, nº 24
Setembro de 1319	Afonso Anes, arinteyro	ANTT, Gaveta 12, m.5, nº 24

⁶⁶⁷ A expressão latina *ubi modo est*, traduz-se por “onde recentemente está...”.

Setembro de 1319	Bernal Martins, alfajame	Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 126.
Setembro de 1319	Mestre Martinho, físico	Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 126.
Outubro de 1319	João Pires, cozinheiro	Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 86.
Dezembro de 1320	Frei João, confessor	Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 89
Setembro de 1320	Bartolomeu Vicente, sapateiro	Chancelaria D. Dinis, liv. 4, fl. 86.
Agosto de 1321	João Pires, cozinheiro	Chancelaria D. Dinis, liv. 3, fl. 140v.
Julho de 1325	Martim Esteves, porteiro de D. Dinis	ANTT, Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa, doc. 48

Perante esta tabela torna-se evidente que durante o reinado de D. Dinis uma parte significativa da população da alcáçova pertencia à casa do rei. Alguns destes homens vivem na alcáçova claramente porque o rei assim deseja. Este foi o caso do capelão da capela de S. Miguel, cuja existência prévia já aqui referimos, instituída por D. Dinis em Janeiro de 1299, o qual refere abertamente que o capelão deve fazer “hy cotinaadamente rezidença”⁶⁶⁸. Será também este o caso de Bernal Martins, alfajame do rei, que, em Setembro de 1319, escamba com o monarca duas propriedades na rua do Padelo, revelando um aumento da sua propriedade à semelhança do que João Peres de Aboim havia feito anos antes, mas em menor escala. Em Outubro desse mesmo ano, João Pires, cozinheiro do rei, recebe de D. Dinis um campo para fazer uma casa, fora da alcáçova, junto à entrada desta, no chão da feira. Esta doação será acrescida por outra, de Agosto de 1321, em que são doadas outras casas, também no chão da feira, que serviam de armazém de pão, um processo que também já vimos anteriormente com a doação de Afonso III a D. João Peres de Aboim, demonstrando uma sucessiva deslocalização dos armazéns régios de cereais em benefício de membros da cúria régia. Em Setembro de 1320, Bartolomeu Vicente, sapateiro do rei, recebe um campo para construir uma casa localizado perto da porta da alcáçova, que pelas confrontações percebemos estar junto à muralha do lado de fora do espaço murado. Frei João, confessor do rei, recebe do rei, em Dezembro de 1320, casas no interior da alcáçova.

Nesta documentação destaca-se ainda um porteiro do rei, Martim Esteves, que realiza três compras de propriedades na alcáçova. Em Agosto de 1291, o porteiro de D. Dinis adquire sete quinhões de uma casa a Domingo Moniz carpinteiro; em Dezembro de 1294, compra seis quinhões de metade de uma casa, que pelas confrontações parece ser o que restava da casa já anteriormente parcialmente

⁶⁶⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3. fol. 6.

adquirida; em Setembro de 1305, adquire um quinhão de casa que, pelas confrontações, parece ser contígua às propriedades anteriores. Ou seja, mais uma vez, observa-se um comportamento semelhante ao de D. João Peres de Aboim, de expansão territorial do património urbano, mas numa escala muito menor, revelando uma vontade, por parte deste oficial da cúria, de conseguir uma propriedade de maior dimensão através da compra de várias propriedades contíguas. Provavelmente já perto do final da vida, já após a morte de D. Dinis, em Julho de 1325, Martim Esteves doa várias casas de morada ao vigário e raçoeiros de Santa Cruz, mas mantendo o usufruto das casas enquanto for vivo⁶⁶⁹. O percurso do património de Martim Esteves é bastante interessante, sobretudo porque seria um percurso comum, revelando como após a aquisição de um considerável património imóvel, realizado ao longo de uma vida, acaba por reverter para a instituição religiosa com maior influência no local.

Além disso, nos dados observáveis nesta documentação, estão bem patentes as alterações à forma urbana da alcáçova que D. Dinis proporcionou, sobretudo através de doações de terrenos vazios para construção de casas. Tal acontece com os terrenos régios que ficam já fora da proteção da muralha da alcáçova, mas contíguos a esta, casos que se inserem na mesma lógica de distribuição de propriedades régias por membros da cúria, e que, por isso mesmo, achámos por bem incluí-los aqui.

É importante nesta altura fazer uma distinção entre os membros da cúria régia, pois não podemos incluir na mesma categoria social homens como o cozinheiro ou o sapateiro do rei e D. João Peres de Aboim, que possivelmente manteve a sua propriedade na alcáçova até falecer em 1284, durante o reinado do *lavrador*. Por um lado, para os cargos mais importantes da cúria régia, como mordomo-mor ou alferes-mor, eram designados nobres, até mesmo membros da família real, como foi o caso de Afonso Sanches e João Afonso, filhos bastardos de D. Dinis⁶⁷⁰. Por outro lado, os *domestici* do rei, as pessoas que respondiam às necessidades diárias do monarca, eram membros da baixa nobreza ou nem sequer pertenciam a esta⁶⁷¹. Tendo isto em consideração é interessante notar que Afonso III parece mais preocupado em ter junto de si, na alcáçova, o seu maior privado, e que, D. Dinis, tem outras opções, pois não temos notícia de doações aos seus privados na alcáçova de Lisboa, e apenas possuímos várias notícias dos seus oficiais menores da cúria vivendo na alcáçova. Na verdade, devemos entender esta ausência de doações à alta nobreza da corte num panorama mais abrangente, onde se insere a política de centralização do poder real e uma vontade muito consciente, por parte do

⁶⁶⁹ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 48.

⁶⁷⁰ José Augusto PIZARRO, *D. Dinis*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 355.

⁶⁷¹ Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. II, Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, p. 126.

rei, em não facilitar a implantação da nobreza nas cidades⁶⁷². Ou seja, não nos parece ocasional que D. Dinis não realize doações de propriedades a nobres na alcáçova da principal cidade do reino, pois o topo da colina era o local da cidade que lhe pertencia, e, com certeza não desejaria sentir, em sua casa, qualquer tipo de interferência por parte das famílias da alta nobreza.

A documentação dionisia demonstra-nos o surgimento da rua como espaço individual. Pela primeira vez, para o espaço da alcáçova, surgem o nome de três ruas, que conseguimos localizar. Num documento realizado em 1307⁶⁷³, surge um casal morador na rua dos Penesinhos, na alcáçova, nome esse que se mantém em 1551⁶⁷⁴, e que Ferreira de Andrade identificou como parte da actual rua do recolhimento⁶⁷⁵. No escambo entre D. Dinis e Bernal Martins, seu alfajame, realizado em 1319, é referida “a rua do Padelo”, que não volta a surgir na documentação quinhentista, nem posteriormente⁶⁷⁶. Num documento produzido cinco dias antes deste escambo, que se refere a uma propriedade contígua com a do escambo surge a menção às “casas do padelo em que pousa Mestre Martinho eleyto da guarda meu físico”, confirmando que se trata da mesma artéria⁶⁷⁷. Numa doação de 1324, a localização da propriedade é feita usando a expressão “a par da padelo, junto de Bernal Martins, alfageme do Rei”, confirmando tanto o local do escambo como a toponímia da rua⁶⁷⁸. Ferreira de Andrade identifica esta rua com a actual rua das Flores, pois ficaria “a par de os paaços do dito senhor Rey”, o que se nos afigura como verdadeiro⁶⁷⁹. A primeira referência à “rua do Jardim”, que segundo Ferreira de Andrade, correspondia à actual rua do recolhimento, surge num documento de 1325⁶⁸⁰.

O facto de esta configuração viária poder ser transferida sem grandes dificuldades para o sistema viário da alcáçova actual leva-nos, mais uma vez, à inevitável conclusão que a morfologia urbana esta parte da cidade manteve uma extraordinária perenidade desde a época medieval até aos nossos dias. De facto, a freguesia de Santa Cruz não parece ter sido das mais afectadas pelas reconstruções e remodelações urbanas que se seguiram aos terramotos de 1531 e de 1755.

⁶⁷² Sobre a relação de D. Dinis com a nobreza portuguesa ver: José Augusto PIZARRO, “A nobreza portuguesa no período dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)”, *En la España Medieval*, nº 22, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 1999, pp. 61-176.

⁶⁷³ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 20.

⁶⁷⁴ Cristóvão Rodrigues de OLIVEIRA, *Sumario em que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, , ca. 1554, fl. 14.

⁶⁷⁵ Ferreira de ANDRADE, *A Freguesia de Santa Cruz*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 73-74.

⁶⁷⁶ ANTT, *Gaveta 12*, m.5, nº 24.

⁶⁷⁷ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 3, fl. 126.

⁶⁷⁸ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 45.

⁶⁷⁹ Ferreira de Andrade, *A Freguesia de Santa Cruz*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 87.

⁶⁸⁰ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 48; Ferreira de ANDRADE, *A Freguesia de Santa Cruz*, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 74: “A esta via-pública chamou-se também o forte dos cães, como se lê numa outra citação dos documentos da Irmandade do Santissimo: ruas dos Penozinhos ou Forte do Cães que antigamente era a Rua do Jardim e agora do Recolhimento.”

7.2 A GESTÃO DA PROPRIEDADE DA IGREJA DE SANTA CRUZ NA ALCÁÇOVA

Observando a documentação relativa ao priorado de Santa Cruz da alcáçova, notamos que alguns dos clérigos raçoeiros da colegiada pertenciam ao cabido da cidade, o que aprofunda a ligação já aqui referida entre o bispado e o priorado de Santa Cruz, cujo padroado pertencia ao Bispo, aparentemente desde 1147⁶⁸¹. Por exemplo, na lista de clérigos raçoeiros de Santa Cruz, que, em 1324, recebem uma doação de casas localizadas a par da cavalaria da rainha, surge um tal João Martins que havia sido capelão do bispo⁶⁸². Em 1303, João Pedro Remígio, chantre da Sé, surge como parte interessada, associado com os vigários e porcionários de Santa Cruz, numa contenda sobre um ferragial localizado na alcáçova, contra Gonçalo Domingues, vizinho de Lisboa⁶⁸³. Entre os nove documentos que recolhemos sobre propriedades localizadas na alcáçova, produzidos entre 1280 e 1325, em que o priorado de Santa Cruz é interveniente, seis são doações de casas. Desta informação retiramos duas conclusões. Em primeiro lugar, a principal tipologia das propriedades do priorado na alcáçova eram a casa urbana, exceptuando-se apenas uma referência a um ferragial, e também ao já referido “jardim do bispo”. Em segundo lugar, indica-nos que a doação foi a principal via de aquisição de património por parte do priorado de Santa Cruz, aliás tal como acontece com a maioria das instituições religiosas, sobretudo após as leis contra a desamortização iniciadas por Afonso II (1211) e prosseguidas por D. Dinis (1286; 1291; 1309)⁶⁸⁴.

Relativamente à composição social dos membros do priorado, esta documentação, atentando à antroponímia, parece indicar tratarem-se ou de membros da baixa nobreza, ou até de cavaleiros vilãos, ou de simples cidadãos da cidade⁶⁸⁵. João Eanes “caballarius” constitui o caso mais flagrante de um muito provável cavaleiro vilão, que foi vigário desta colegiada, em 1285⁶⁸⁶. Outro dos membros da colegiada igreja de Santa Cruz cuja actividade ficou registada na documentação que chegou até nós é

⁶⁸¹ Ver: Parte II, Subcapítulo 5.2 - A igreja de Santa Cruz de Lisboa.

⁶⁸² ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 42.

⁶⁸³ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 13.

⁶⁸⁴ Ana Maria RODRIGUES, “Património, direitos e rendimentos eclesiásticos”, in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2004, p. 269; Amélia CAMPOS, *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. I, 2012, pp. 311-312.

⁶⁸⁵ Alguns exemplos de listas com os clérigos raçoeiros de Santa Cruz: “João Eanes dito *caballarius* vigario da Igreja de S. Cruz de Lisboa, com ... Martins, Sueiro Eanes, Sueiro Soares, Domingos Fernandes, Saturnino Pires, clerigos porcionarios da dita igreja” (cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 5); “Afonso Peres, vigário, Estevão Leonardes, Pedro Eanes, Afonso Peres, prior de Zagala, João Martins que foi capelão do Bispo e André Domingos, raçoeiros da Igreja de S. Cruz.” (cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 42); “Afonso Peres, vigário de S. Cruz, e raçoeiros, Pedro Anes, Afonso Peres prior de Zagala, Vasco Lourenço e Fernão Eanes” (cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 45).

⁶⁸⁶ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 5.

Saturnino Pires, porcionário da igreja entre pelo menos 1273⁶⁸⁷ e 1285⁶⁸⁸, que foi também público tabelião de Lisboa, produzindo documentos não só para Santa Cruz⁶⁸⁹, mas também para o Mosteiro de Santos⁶⁹⁰, e que foi também proprietário individual de uma casa fora da alcáçova, em S. Nicolau, vendida a um ouvíres de Lisboa, em 1221⁶⁹¹.

Deste modo, desenha-se uma composição social heterogênea na alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Dinis. Por um lado, uma parte significativa dos proprietários de edifícios urbanos parecem estar associados à cúria, nomeadamente ao oficialato régio menor, os *domestici* do monarca. Por outro lado, os membros do priorado de Santa Cruz destacam-se pelas várias propriedades urbanas que também possuíam no topo da colina do Castelo. Alguns nomes precedidos por “Dom” ou “Dona” surgem pontualmente como proprietários na documentação, sobretudo nas confrontações, é este o caso de Dona Gontinha⁶⁹², Dona Guiomar emparedada⁶⁹³ e Dom Savarigo⁶⁹⁴. Acrescendo ainda, Gonçalo Anes Bocharo, identificado diretamente pelo nome, e que surge numas confrontações de uma doação a Santa Cruz, de 1302⁶⁹⁵. Por último, são vários os nomes de proprietários que não conseguimos classificar socialmente, e que o mais provável é que fossem peões, “a massa anónima” dos habitantes das cidades, tal como os descreve José Mattoso⁶⁹⁶ (Luzia Dias⁶⁹⁷, João Bastos e Rodrigo Asnos⁶⁹⁸, Teresa Moniz e João Pais⁶⁹⁹, Domingos Eanes⁷⁰⁰, Gonçalo Domingues vizinho de Lisboa⁷⁰¹, Fernando Peres, freguês de S. Cruz⁷⁰², Pedro Mendes vizinho de Lisboa⁷⁰³).

Ainda observando a documentação, não podemos deixar de referir a “cavaliariça da rainha”, que surge como elemento localizador numa doação realizada em 1324 e que indica que muito

⁶⁸⁷ *Ibidem*, doc. 2.

⁶⁸⁸ *Ibidem*, doc. 5.

⁶⁸⁹ *Ibidem*.

⁶⁹⁰ ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 37.

⁶⁹¹ ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 3, nº 60.

⁶⁹² ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 19; doc. 10.

⁶⁹³ *Ibidem*, doc. 31.

⁶⁹⁴ ANTT, *Gaveta 11*, maço 11, doc. 16.

⁶⁹⁵ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 12. Sobre os Bochardos ver: *Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Nova Série, Vol. II/2, ed. José MATTOSO, Lisboa, Academia das Ciências, 1980, 26 L5, Q6.

⁶⁹⁶ José MATTOSO, *Identificação de um País: Oposição*, vol. I, Lisboa, 5ª ed., Editorial Estampa, 1995, p. 366.

⁶⁹⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 3.

⁶⁹⁸ *Ibidem*, doc. 5.

⁶⁹⁹ *Ibidem*, doc. 10.

⁷⁰⁰ *Ibidem*, doc. 12.

⁷⁰¹ *Ibidem*, doc. 13.

⁷⁰² *Ibidem*, doc. 42.

⁷⁰³ *Ibidem*, doc. 45.

provavelmente a rainha teria o seu paço individual num local da alcáçova que não conseguimos determinar⁷⁰⁴.

Relativamente aos dados arqueológicos, há uma informação já referida que devemos relembrar. Os silos/fossas encontrados no actual beco do forno continuaram a funcionar até ao século XIV, revelando uma prolongada continuidade na sua utilização, desde meados do século XI até pelo menos ao reinado de D. Dinis. Este facto indica-nos também que esta área da alcáçova manteve uma funcionalidade ligada ao armazenamento até pelo menos a esta altura, apesar de a expansão da construção urbana que então ia tomando os espaços vazios.

E quanto a alterações e remodelações efetuadas sob ordem de D. Dinis na alcáçova? A resposta a esta questão é muito semelhante à resposta correspondente ao reinado anterior. Não sabemos a extensão, a localização de obras realizadas por D. Dinis no seu paço, ou em qualquer outra parte da alcáçova. A já referida casa da moeda, e também, as novas cavaliariças reais, parecem ser novas estruturas que surgem neste reinado, mas não conseguimos perceber onde se localizavam nem quando foram feitas, apenas sabemos que existiam na alcáçova no final do século XIII. Relativamente a obras de remodelação no paço real, normalmente consideradas como certas pelos que se têm dedicado a esta questão, não sabemos absolutamente nada⁷⁰⁵. Neste caso, nem um brasão de armas sobreviveu que pudesse confirmar alguma intervenção régia no paço da alcáçova. É provável que tenham realmente ocorrido remodelações no paço da alcáçova sob a ordem de D. Dinis, baseando-se o principal argumento no facto de que este rei permanecia longas e frequentes temporadas em Lisboa, e, ao mesmo tempo, realizou relevantes obras de remodelação em outros paços régios do reino, alguns que até se localizavam bem perto de Lisboa, como Frielas e Sintra⁷⁰⁶. Devemos aceitar estes argumentos, porque são de facto irrefutáveis, mas devemos aceitar também a nossa ignorância total sobre essas remodelações que não deixaram rasto nem na documentação nem, pelo menos, por enquanto, nos dados arqueológicos.

⁷⁰⁴ *Ibidem*, doc. 42

⁷⁰⁵ Ferreira de ANDRADE, *Palácios Reais de Lisboa*, Lisboa, Vega, 1990, 2ª ed., p. 112: “*Obras de vulto, grandes adaptações, estamos certos as tenha mandado executar D. Dinis. Rei artista, poeta de agudíssima sensibilidade, não podiam ser-lhe indiferentes as casas onde habitava.*”

⁷⁰⁶ José Augusto PIZARRO, *D. Dinis*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 315-318.

CAPÍTULO 8: A ALCÁÇOVA EM SÍNTESE

Esta é a nossa proposta sobre a evolução urbanística do topo da colina do castelo, desde o início do século XI até ao início do XIV, um período em que este espaço adquire a sua face urbana que perduraria, em grande medida, até aos nossos dias. Observámos as condições que levaram ao surgimento de uma alcáçova no topo da colina do castelo, em meados do século XI, tentando compreender melhor um contexto político ainda muito mal conhecido. Apresentámos algumas propostas sobre a localização e cronologia das estruturas que existiriam, ou não, no topo da colina, nomeadamente, a possível existência de uma mesquita e do palácio do governador muçulmano. Ao mesmo tempo, observámos o parco nível de urbanização existente no topo da colina, antes do estabelecimento da alcáçova, e constatámos a presença de estruturas de armazenamento de bens alimentares e fossas detriticas. Avançando cronologicamente, analisámos a grande remodelação de meados do século XI, com a criação da Alcáçova, do Castelejo e do bairro residencial. Neste sentido, tentámos perceber quem poderiam ser os responsáveis por esta remodelação, chegando à conclusão que apenas um poder externo, como a dinastia Sabur ou o poder aftássida, teria interesse em realizar esta obra que alteraria profundamente a morfologia urbana deste espaço e, também, da própria cidade. Em seguida, verificámos como a presença almorávida não parece ter realizado grandes alterações na estrutura urbanística herdada da época de taifas, apenas modificando superficialmente alguns aspectos da vivência urbana perceptíveis no bairro residencial da Praça Nova. Com a tomada da cidade pelos cristãos, a Alcáçova parece ter sido entregue ao rei português sem grandes alterações, e, sobretudo, aparentemente sem grandes destruições que poderiam ter sido causadas pelo cerco. As alterações aconteceram posteriormente, com a alteração do poder político, e com a acção modificadora dos novos habitantes parcialmente oriundos de uma civilização exterior ao mundo mediterrânico, os edifícios alteraram-se, os pátios centrais perderam a sua função, como centro estrutural da habitação, e abriram-se novas portas e janelas. No entanto, as principais estruturas conservaram a sua funcionalidade. O Castelejo manteve a sua função militar, ainda para mais, porque a cidade deteve uma posição fronteiriça, inserida num quadro de guerra, pelo menos até 1217, momento em que é conquistada Alcácer do Sal e a fronteira desce para Sul, permitindo que Lisboa retome com todo o vigor a sua função comercial. Na Alcáçova, a mesquita deu lugar a uma igreja, numa transferência directa entre o clero muçulmano e o clero cristão, neste caso, para um bispo com origem no norte europeu. Nesse mesmo momento, o palácio do alcaide tornou-se no paço real, ganhando uma nova importância em meados do século XIII, com a estabilização da fronteira e com o aumento do relevo da cidade na

economia e política do reino. Como vimos, Lisboa vai-se tornando progressivamente a sede do poder régio, destacando-se a alcáçova como o local privilegiado pelo monarca e pela sua corte. Vimos como durante os reinados de Afonso III e D. Dinis, o poder régio desenha de forma indelével a face urbana do topo da colina através de uma proeminente presença de funcionários da casa real no tecido urbano, sobressaindo a presença de D. João Peres de Aboim. Percebemos também como o bispo, através do priorado de Santa Cruz, mantém uma presença na alcáçova, desde o período imediatamente posterior à conquista até ao nosso limite cronológico, o reinado de D. Dinis.

Deste modo pudemos acompanhar a evolução urbanística do topo da colina do castelo, que seria em inícios do século XI um espaço com baixa densidade urbana, aumentando significativamente, durante esse século, a sua funcionalidade habitacional, e o modo como, posteriormente, a forma urbana da alcáçova foi afectada pela renovação completa dos seus habitantes, após a alteração de poder causada pela tomada da cidade pelos cristãos, em 1147. A alcáçova foi, durante toda a Idade Média, a sede do poder, papel que ganha progressiva relevância, pois, a urbe cresce em dimensão política desde, em meados do século XI, cabeça de uma pequena taifa, que, aliás, não teve futuro, até se tornar, em meados do século XIII o centro do reino português.

PARTE III - O ARRABALDE OCIDENTAL

Na terceira parte deste trabalho iremos dedicar a nossa atenção ao Arrabalde Ocidental da cidade medieval. Como veremos, este espaço teve dimensões variáveis conforme a cidade se expandia e contraía. Os seus limites máximos entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis oscilaram de forma complexa, ocorrendo uma natural retracção urbana de dimensão considerável, após a conquista de 1147. Ao longo de todo o século XIII, o arrabalde, bem como a própria cidade, foi-se recompondo e a área urbana recuperou significativamente, mas a verdade é que algumas partes deste arrabalde só voltariam a ser urbanizadas em períodos bastante mais tardios, como explicaremos ao longo dos capítulos seguintes.

A nossa análise demonstrará que o Arrabalde Ocidental se configurava como o sector mais complexo da cidade medieval, já desde época de domínio islâmico. Para compreender os vários factores e, simultaneamente, identificar os vários agentes que desenharam a forma urbana deste arrabalde, optámos por reconstituir a sua evolução observando os pontos nucleares que estiveram no cerne das amplas transformações que ocorreram neste espaço. Após um capítulo dedicado à influência da geografia e às pré-existências de época romana, tentaremos compreender a dimensão e densidade urbana deste espaço, bem como a sua funcionalidade, durante a época de domínio islâmico. No terceiro capítulo desta parte tentaremos compreender o processo de regressão urbana que ocorreu neste espaço após a conquista de 1147. Em seguida, concentraremos a nossa atenção nas duas judiarias que existiram na cidade até 1325, a Velha e a Nova, também denominadas Grande e Pequena, respectivamente, observando as drásticas diferenças entre o urbanismo de uma e outra. O quinto capítulo é o mais longo, complexo e relevante de toda esta dissertação, pois nele abordamos a questão fulcral da alteração do eixo económico mais importante da cidade em direcção à Ribeira e analisamos todo o processo de reestruturação urbana ocorrida junto à margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental na segunda metade do século XIII. O capítulo seguinte explorará as questões relacionadas com o porto da cidade em época islâmica, e o modo como este deu lugar a uma das mais relevantes estruturas urbanas da cidade: as tercenas régias. Nos dois capítulos posteriores consideraremos, em primeiro, a Pedreira, um espaço na fronteira entre o urbano e o periurbano, e, em segundo, a implantação dos três conventos que se fixaram neste arrabalde. No último capítulo efectuaremos uma visão panorâmica sobre toda a investigação produzida nesta parte da nossa investigação, identificando os vários processos urbanos e os agentes que estabeleceram, durante a Idade Média, o centro económico, político e social da cidade, no Arrabalde Ocidental.

CAPÍTULO 1: O CENÁRIO TOPOGRÁFICO E A MARCA DO PASSADO

1.1 A INFLUÊNCIA DA OROGRAFIA E DAS RIBEIRAS DA BAIXA NA FORMA DA CIDADE

O espaço que aqui denominamos Arrabalde Ocidental engloba toda a área urbanizada que se situava a ocidente da cidade murada⁷⁰⁷. Este espaço estendia-se para oeste até ao esteiro que corria a meio do vale da actual Baixa, chegando mesmo a ultrapassá-lo, e alcançava a norte os locais das atuais Praça da Figueira e Rossio.

Para se compreender a forma urbana da cidade medieval no espaço que aqui consideramos é necessário reconhecer que a orografia desta parte da urbe medieval diferia bastante da orografia actual. Inúmeros terremotos têm alterado indelevelmente esta zona da cidade ao longo dos séculos, sendo relativamente bem conhecido o terramoto de 1531, o qual causou grande destruição na cidade, e também o famoso terramoto de 1755, estando este último na origem das mais relevantes alterações urbanísticas da história da cidade⁷⁰⁸. Com efeito, foram sobretudo os grandes aterros pós pombalinos que formaram a actual Baixa, substituindo o anterior vale pelo espaço nivelado que agora se observa na Baixa Pombalina. A forma urbana da Baixa lisboeta antes do terremoto de 1755 era caracterizada por um vale definido por uma linha de água que corria para o Tejo, o qual era limitado por três colinas: a colina de Sant’Ana a norte, a colina de S. Francisco a ocidente e a colina do Castelo a oriente. O desaparecimento de grande parte da pendente que existia na vertente oriental do referido vale é a principal grande alteração que as obras pombalinas causaram na orografia da Baixa. Além disso, devemos também ter em conta duas questões que causaram este fenómeno. Em primeiro, a acção humana exercida sobre a encosta ocidental da Colina do Castelo, realizada com o objectivo de permitir

⁷⁰⁷ Sobre o conceito de arrabalde nas cidades medievais ver: Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Tomo I, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, pp. 169-174; Christine MAZZOLI-GUINTARD, *Villes d’al-Andalus: L’Espagne et Portugal à l’époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996, pp. 145-147; Julio NAVARRO PALAZÓN, Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islâmicos y del oriente Próximo, 2007, pp. 119-123.

⁷⁰⁸ Sobre os vários terremotos que assolaram a cidade no período medieval veja-se: Marisa COSTA, João FONSECA, “Sismicidade Histórica em Portugal no Período Medieval” in *Actas do 7º Encontro Nacional sobre Sismologia e Engenharia Sísmica*, Porto, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 2007, pp.383-397; João José Alves DIAS, “Principais sismos em Portugal Anteriores ao de 1755” in *1755: O Grande Terramoto de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Público, 2005, pp. 123-142. Sobre o terramoto de 1531 ver: M.C. HENRIQUES *et alii.*, *Sismicidade de Portugal, O Sismo de 26 de Janeiro de 1531*, Lisboa, Ministério do Planeamento e Administração do Território, 1988; J. MIRANDA *et alii.*, “The 1531 Lisbon earthquake and tsunami” in *Proceedings of the 15th World Conference on Earthquake Engineering 2012*, vol. 5, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, 2015, pp. 3993-4002; sobre o terramoto de 1755 a bibliografia é muito vasta e não nos compete aqui enumerá-la exaustivamente, por isso, remetemos apenas para a obra de Francisco L. Pereira de SOUSA, *O Terramoto do 1º de novembro de 1755 em Portugal*, vol. III, Lisboa, 1922, e para a mais recente coletânea de artigos *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Ana ARAÚJO *et alii* (orgs.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

estabilidade construtiva, levou ao nivelamento dos solos. Em segundo, a acumulação de sedimentos, um processo contínuo e progressivo ao longo dos séculos, também contribuiu decisivamente para o nivelamento homogêneo de toda a Baixa, atenuando a inclinação do vale. Por último, devemos também considerar os aterros propositadamente levados a cabo para ir ganhando, paulatinamente, terreno ao rio, os quais foram determinantes na transformação da forma urbana desta parte da cidade⁷⁰⁹.

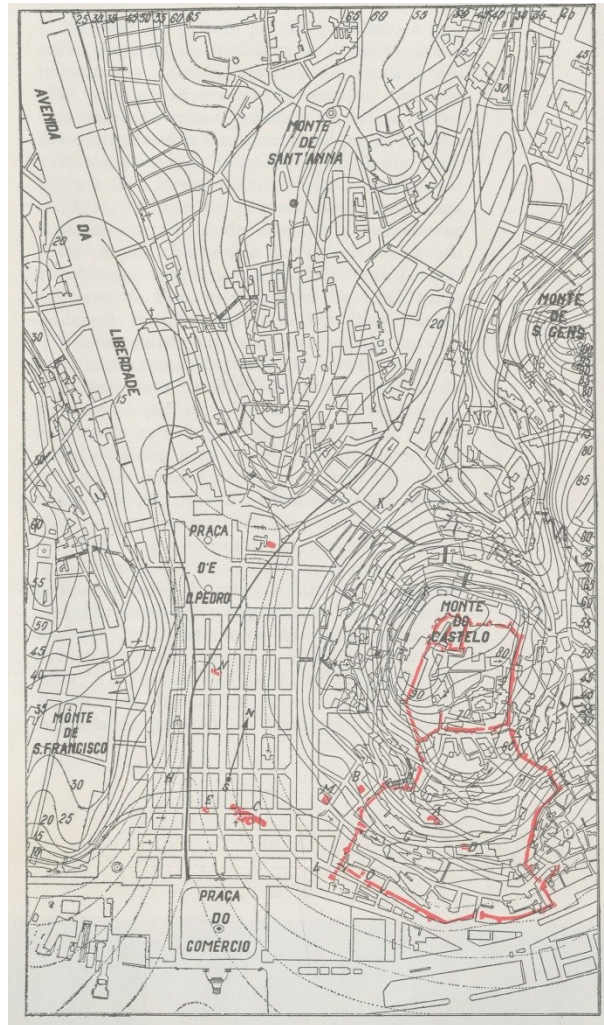


Figura 35. Fragmento da Planta Topográfica de Lisboa Mostrando a Cerca Moura e o Esteiro do Rio Tejo que Penetrava pelo Vale da Baixa (Escala original 1:10000)⁷¹⁰

⁷⁰⁹ O espaço musealizado no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros demonstra de forma exemplar as várias camadas de sedimentação que a zona da Baixa foi submetida ao longo do tempo, neste âmbito consulte-se: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001. Sobre os aterros na Baixa de Lisboa ver Vítor DURÃO, “Análise Urbana de Territórios Construídos: Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal”, *Revista da Gestão Costeira Integrada*, nº 12, Lisboa, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2012, pp. 17-30.

⁷¹⁰ Planta publicada em Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, 3ª ed. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Estampa I.

A existência de um esteiro do rio Tejo na baixa pombalina tem sido confirmada por vários estudos científicos, desde os finais do século XIX até à actualidade⁷¹¹. Contudo o traçado desse esteiro tem sido objecto de propostas divergentes que importa analisar. Em 1939, Augusto Vieira da Silva, publicou, na segunda edição da sua obra *a Cerca Moura de Lisboa*, um “Fragmento da planta topográfica de Lisboa mostrando a Cerca Moura e o esteiro do rio Tejo que penetrava pelo vale da Baixa” (figura 35). Esta planta apresenta um esteiro que coincide em grande medida com a leitura topográfica que é possível fazer sobre as poucas plantas da cidade anteriores ao terramoto de 1755, e sobretudo coincide com a realidade que os vários achados arqueológicos têm vindo a revelar no subsolo da Baixa de Lisboa. No entanto, uma proposta de reconstituição do esteiro mais recente difere bastante daquela que foi feita por Vieira da Silva em 1939. Referimo-nos especificamente à planta “Curvas de nível do fundo do vale do esteiro e traçado do talvegue interpretativo”, publicada por Isabel Moitinho de Almeida em 2004, onde o traçado da linha por onde passaria o esteiro se localiza muito mais a oriente do que na proposta de Vieira da Silva. Esta proposta causa-nos alguma perplexidade pois se assim fosse, os achados arqueológicos registados ao longo da Rua Augusta e na Rua dos Correiros localizar-se-iam na margem ocidental do esteiro, quando, na verdade, as várias escavações arqueológicas demonstraram que estes locais se situavam na margem oriental, afigurando-se deste modo a proposta de Vieira da Silva mais coerente com a realidade verificada pelas escavações arqueológicas⁷¹².

⁷¹¹ Destacam-se entre os vários estudos sobre o esteiro da Baixa os estudos geológicos de Paul Choffat (1889) e de Berkeley Cotter (1956), e a primeira proposta de reconstituição do esteiro por Augusto Vieira da Silva (1939). Mais tarde, surge a Carta Geológica do Concelho de Lisboa por Fernando Moitinho de Almeida (1986) onde são desenhados os aluviões que existem sob o esteiro. Em 1989 é publicado um estudo com base em sondagens geotécnicas (J. S. Brazão FARINHA, “O metropolitano e a Baixa de Lisboa. Condições geotécnicas e históricas”, *Os Cadernos do Metropolitano*, 1, Lisboa, Metropolitano de Lisboa, 1989). Já no século atual, um trabalho de Isabel Moitinho de Almeida (2004) apresenta uma planta com as “Curvas de nível do fundo do vale do esteiro e traçado do talvegue interpretativo”, com base no trabalho de Fernando Moitinho de Almeida. (Paul CHOFFAT, “Étude géologique du tunnel du Rocio. Contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne”. *Memórias*. Lisboa: Comissão de Trabalhos Geológicos de Portugal, 1889; J. C. Berkeley COTTER, “O Miocénico Marinho de Lisboa”, *Comunicações*, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1956, tomo XXXVI; Augusto Vieira da SILVA, “A Cerca Moura e o esteiro do Tejo na Baixa” in *A Cerca Moura de Lisboa*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 2ª ed., 1939; Isabel Moitinho de ALMEIDA, “Caracterização geológica do esteiro da Baixa”, *Monumentos*, nº 21, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 152-157.

⁷¹² Os arqueólogos têm vindo a publicar plantas com a reconstituição do esteiro, relativos a cronologias desde a Idade do Ferro até à época medieval, onde as estruturas encontradas na rua Augusta e na rua dos Correiros se localizam sempre na margem Oriental do esteiro. Nesse sentido, servem de referências as seguintes plantas: a “planta topográfica da colina do castelo de Lisboa, com a reconstituição hipotética do esteiro do tejo do vale da Baixa e com a localização das intervenções onde se detetou estruturas e sequências estratigráficas do século II a.C” publicada em: João PIMENTA, “Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Junio Bruto”, *Cira Arqueologia On-Line*, nº 3, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014, p. 48; a planta das unidades de transformação e conserva de peixe de Olisipo, onde se apresenta uma reconstituição do esteiro em: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001, p. 53; a planta com os sítios arqueológicos islâmicos de Lisboa em: Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma

A principal fonte para uma possível reconstituição do traçado do esteiro, é, para nós, a própria configuração da malha urbana pré-pombalina, conjugada com as informações possibilitadas tanto pela arqueologia como pela documentação. Uma ordenação do século XV identifica claramente o rego, numa fase em que estaria a ser encanado, nas traseiras da Rua das Esteiras: “nam seja pessoa nenhua tam ousada que mande lançar agooa çuja (sic) nem linpa nem esterco nem outra sujidade no cano que ora cobrem detrás da rrua das esteiras asy no que esta cuberto como no por cobrir...”⁷¹³. Tudo indica que a proposta de Augusto Vieira da Silva seja ainda aquela onde os dados provenientes de várias fontes se conjugam de forma mais precisa com os dados mais recentes, sendo apenas necessário realizar alguns acertos.

Um artigo assinado por Jacinta Bugalhão e André Teixeira sobre o sistema de saneamento básico da cidade, no século XVI, inclui uma proposta de reconstituição do traçado do Cano Real nessa época, o qual coincidiria em grande medida com o antigo Rego que correu aberto até ao século XV (figura 36)⁷¹⁴. A ser assim, será lógico supor que o traçado do Cano Real realizado no século XV não se afastaria muito do traçado que o Rego teria nos séculos anteriores.

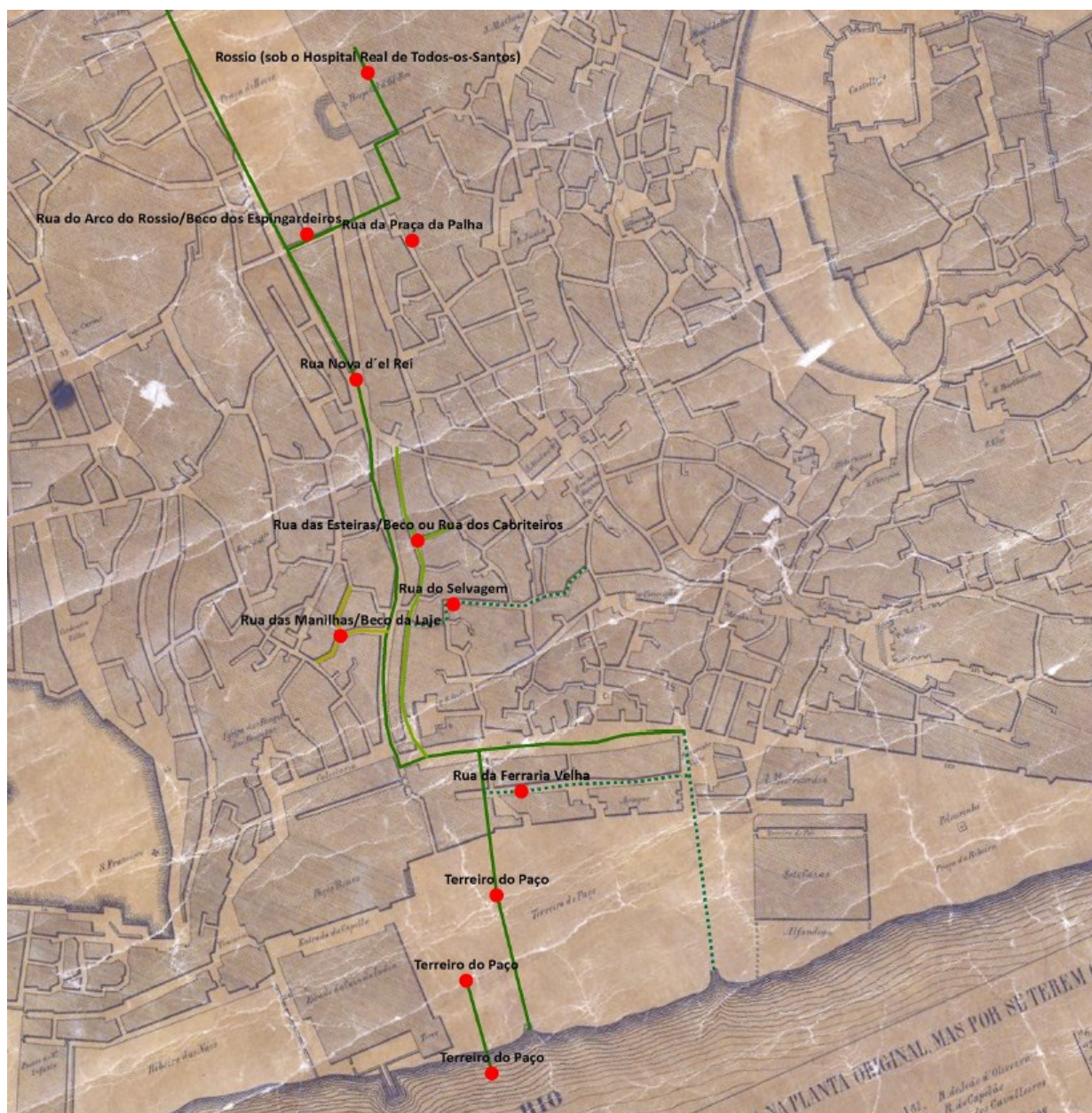
Deste modo a nossa proposta de reconstituição do traçado do Esteiro tem em conta, tanto a proposta de Augusto Vieira da Silva, como a reconstituição do Cano Real, e também, a cartografia pré-pombalina. A nossa base de trabalho não consiste na planta de 1650, feita por Tinoco, visto que esta planta apresenta bastante mais distorções e problemas de escala do que apresenta a planta que usamos como base, a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa*, existente no Instituto Português de Cartografia e Cadastro com o número 356⁷¹⁵.

realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 - Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 383.

⁷¹³ AML, *Livro das Posturas Antigas*, fl. 8, publicado em *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974, p. 19.

⁷¹⁴ Jacinta BUGALHÃO, André TEIXEIRA, “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 4, 2ª série, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2015.

⁷¹⁵ Uma miniatura desta planta, cuja autoria se desconhece, encontra-se publicada em VV. AA., *Catálogo da Exposição Cartografia de Lisboa: Séculos XVII a XX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 46. Ver Anexo 2.



- Cano Real (conduta pública de 1.ª ordem)
- Conduta pública de 2.ª ordem

Figura 36. Os canos da Baixa lisboeta no século XVI: contributo da arqueologia

(segundo Jacinta Bugalhão e André Teixeira)⁷¹⁶

⁷¹⁶ Planta publicada em Jacinta BUGALHÃO, André TEIXEIRA, “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 4, 2ª série, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2015, p. 107.



Figura 37. Reconstituição do Esteiro de Lisboa cerca de 1250.

O esteiro da Baixa de Lisboa era alimentado por duas ribeiras: a ribeira de Valverde, que ainda corre actualmente, devidamente canalizada por baixo da rua das Portas de Santo Antão, e, a ribeira de Arroios, que seguia aproximadamente o traçado das actuais Avenida Almirante Reis e Rua da Palma. Estes dois cursos de água foram de grande relevância na produção agrícola da zona periurbana de Lisboa, pois estruturavam-se em torno destes cursos de água, ao longo dos vales que ambos desenhavam, locais com condições para a prática de agricultura intensiva baseada em sistemas irrigados que provavelmente foram aí implantados pelo menos a partir do século X. Considerando que o assoreamento progressivo do esteiro se regista desde época romana imperial, é bastante provável que

já desde essa época existissem áreas importantes dedicadas à agricultura intensiva junto destas ribeiras⁷¹⁷.

O esteiro marcou indelevelmente a forma urbana do Arrabalde Ocidental até à grande reforma urbanística que ocorreu após o terramoto de 1755, tal como se pode constatar pela simples observação de qualquer uma das plantas que representam a forma urbana desta parte da cidade anterior a esse grande desastre natural. Neste sentido observe-se uma reconstituição do Esteiro tendo como base a Planta de Tinoco (figura 38).



Figura 38. Pormenor do Arrabalde Ocidental com uma reconstituição aproximada do esteiro e ribeiras em época medieval na Planta de Tinoco (1650).

⁷¹⁷ Sobre os sistemas de irrigação nestes dois vales da periferia da Lisboa medieval ver: Luís GONÇALVES, *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, disponível on-line: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>. O assoreamento progressivo do esteiro desde época romana imperial foi detectado na escavação realizada no Banco de Portugal, pois eram dessa época os vestígios mais antigos de cultura material, arrastada até esse local pelo próprio esteiro, indicando deste modo a acção antrópica que ocorria junto às margens das ribeiras de Valverde e de Arroios (Cf. Artur ROCHA, *Edifício Sede do Banco de Portugal – Lisboa: Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 2010 e 2011*, Lisboa, Arqueohoje, 2012, Processo CNS 31018, consultável no arquivo da DGPC, p. 25).

Relativamente à referida inclinação do vale da Baixa que desapareceu com o terramoto de 1755 é possível ter uma noção da sua pendente através da análise das várias cotas de níveis de pavimento que as escavações arqueológicas têm revelado para a época islâmica. Observando a tabela em baixo é possível verificar um desnível de cerca de um metro entre os pavimentos encontrados no lado oriental da actual Rua Augusta (NARC, Hotel de S. Justa e Rua da Conceição) e os encontrados a ocidente dessa mesma artéria (Mandarim Chinês), o que revela dois dados relevantes. Em primeiro lugar, os edifícios localizados no Mandarim Chinês situavam-se ainda na margem oriental do esteiro. Em segundo, a vertente mantinha-se aparentemente constante ao longo de toda a baixa. Sobre a constância das cotas verificadas na margem oriental do esteiro (NARC, Hotel de S. Justa e Rua da Conceição) devemos ter em conta que estas poderão reflectir modificações urbanísticas de época romana. Essas alterações urbanas efectuadas em época romana, nomeadamente a construção do criptopórtico, estão na origem das cotas do edifício de época islâmica que se encontrou na Rua da Conceição, pois este edifício foi parcialmente erguido sobre o criptopórtico, ou seja, as cotas do pavimento do edifício islâmico correspondem ao piso tinha sido erguido séculos antes, aquando da construção do criptopórtico⁷¹⁸.

⁷¹⁸ Cf. Ana CAESSA, Cristina NOZES, Nuno MOTA, *Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77*, Processo 2007/1(790), CAL, 2015, consultável no arquivo da DGPC: “O edifício era dotado de um pavimento de terra batida com uma aguada de cal muito destruído, nivelado inferiormente com o revestimento de parede. No quadrante Oeste, entre este pavimento e o criptopórtico existia um depósito muito bem compactado que teve como função vencer a diferença altimétrica verificada no quadrante Este.”

Quadro 4. Cotas de pavimentos de época islâmica no arrabalde ocidental de Lisboa.

Local	Cronologia	Cota	Referência
NARC	Séc. X-XII	4, 59m (Pavimento do contexto A [N21 e O219] – compartimento interior de edifício habitacional construído no séc. XI)	Jacinta BUGALHÃO; Ana GOMES; Maria SOUSA, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios e Mandarin Chinês)”, <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i> , vol. 10-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp. 317-344; cotas na planta : Jacinta BUGALHÃO, <i>A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios. Trabalhos de Arqueologia</i> , nº 15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2001, p. 26.
Mandarim Chinês	XI-XII	3,50m (pavimento do corredor de acesso à olaria) / 3,73m (área de laboração da olaria)	Jacinta BUGALHÃO <i>et alii</i> , “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”, <i>Arqueologia Medieval</i> , nº 10, 2008, p. 116; Jacinta BUGALHÃO; Ana GOMES; Maria SOUSA, “Vestígios de produção oleira no Mandarin Chinês, Lisboa”, <i>Revista Portuguesa de Arqueologia</i> , vol. 7-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 237-262.
Hotel de S. Justa	XI-XII	As cotas dos pavimentos marcados no perfil oeste são entre os 4m e os 4,5m	Victor FILIPE, <i>Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correios nº 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa nº 42 a 48</i> , Lisboa, perfil oeste, Processo S 33825, 2012, consultável no arquivo da DGPC.
Rua da Conceição	VIII-XII (?)	Pouco mais de 4,63m (é a cota do pavimento de época romana que em época islâmica teve um outro pavimento pouco espesso que desapareceu)	Ana CAESSA, Cristina NOZES, Nuno MOTA, <i>Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77</i> , Processo 2007/1(790), CAL, 2015, consultável no arquivo da DGPC.

1.2 AS PRÉ-EXISTÊNCIAS ROMANAS

Em época romana, a maior parte do espaço que aqui consideramos como arrabalde ocidental situava-se fora da zona muralhada conhecida de *Olisipo*. No entanto, visto que não se conhece o traçado da muralha fundacional no seu lanço ocidental, persistem dúvidas consideráveis sobre os limites ocidentais da urbe em época romana. Uma das poucas formas de supor os limites da urbe romana a ocidente é através da localização de estruturas que, tendo em conta a lógica do urbanismo

romano, deveriam situar-se dentro do espaço amuralhado, como as termas públicas, ou de estruturas que, inversamente, se situariam fora da urbe, como as necrópoles. A localização de uma necrópole de época romana (*circa* 50 a.C. – *circa* 50 d.C.) na Rua dos Correeiros, no mesmo local onde depois funcionou uma fábrica de conserva de peixe, em época imperial (50 d.C. – III d.C.) indicia que essa área estaria fora dos limites urbanos de Olisipo⁷¹⁹. A descoberta de cetárias romanas no local do posterior Convento *Corpus Christi*, entre as atuais ruas dos Fanqueiros e dos Douradores, transporta os limites de Olisipo para uma zona ainda mais interior relativamente à Colina do Castelo e próxima a um edifício público que poderia já estar dentro da zona amuralhada, as termas dos Cássios⁷²⁰. Seria entre estas duas estruturas romanas, as termas dos Cássios, que se situavam provavelmente dentro da urbe romana, e as cetárias da Rua dos Fanqueiros, que se localizariam os limites ocidentais de Olisipo até à construção da cerca tardo-romana⁷²¹. São várias as estruturas romanas identificadas no espaço do arrabalde ocidental da cidade medieval: o criptopórtico da rua da Prata, cuja funcionalidade parece ter

⁷¹⁹ Sobre a necrópole do NARC ver: Jacinta BUGALHÃO *et alii*, "Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2013, pp. 243-275; sobre a unidade fabril romana ver: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001.

⁷²⁰ O relatório sobre os trabalhos de arqueologia realizados no antigo Convento de Cristo, na rua dos Fanqueiros n.º. 113-117, ainda não está acessível ao público, mas a notícia destes achados foi entretanto divulgada. Cf. <http://ocorvo.pt/2013/06/17/vestigios-da-lisboa-romana-encontrados-entre-a-rua-dos-douradores-e-a-rua-dos-fanqueiros/> (consultado em 29-10-2015). As termas dos Cássios foram identificadas em 1772 durante as obras de reconstrução da rua das Pedras Negras (cf. D. Thomaz Caetano de BEM, *Notícia das Thermas ou Banhos Cassianos e Outros Monumentos Romanos Modernamente Descobertos na Cidade de Lisboa*, s. d) e foram escavadas entre 1991 e 1994 sob a direcção do arqueólogo António Manuel Dias DIOGO (cf. *Relatório da Intervenção Arqueológica no Palácio dos Condes de Penafiel*, Lisboa, 1993, CNS 13833, Arquivo da DGPC.) Sobre as termas dos Cássios ver: José D'ENCARNAÇÃO, "As Termas dos Cássios em Lisboa - Ficção ou realidade?", in *Lusitânia Romana - Entre o mito e a realidade: Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2009, pp. 481-493.

⁷²¹ A datação do lanço ocidental da cerca medieval, conhecida como Cerca velha ou Cerca Moura, deve ter em conta o achado arqueológico de um fosso em "V" que corre paralelo à cerca no local do Palácio dos Condes de Penafiel, fosso esse que, segundo Rodrigo Banha da Silva e Adriaan de Man, parece ter uma funcionalidade defensiva e foi datado *terminus post quem* da segunda metade ou terceiro terço do século VI. Segundo os mesmos autores as termas dos Cássios "*foram provavelmente abandonadas no século V*". Ou seja, num momento indeterminado, após o abandono das termas dos Cássios no século V, e antes do aterro do fosso em "V", hipoteticamente associado à muralha, poderá ter sido erguido o troço ocidental da muralha que perdurou até época medieval. Sobre o fosso encontrado no Palácio dos Condes de Penafiel ver: Rodrigo Banha da SILVA, Adriaan De MAN, "Palácio dos Condes de Penafiel: *A significant late antique context from Lisbon*", comunicação apresentada na *X Edição do Congresso Internacional "A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo"*, Silves, 22 a 27 de Outubro de 2012. É também no resumo desta publicação que surge uma das escassas referências publicadas sobre a data de desactivação das termas dos Cássios: "*De um ponto de vista topográfico, o sítio representa uma área-chave no povoamento imperial tardio e alto-medieval, entre as termas romanas, provavelmente abandonadas no século V, e a muralha defensiva de época medieval*". Num outro artigo, publicado em 1997, Rodrigo Banha da Silva afirmava, sobre as termas dos Cássios: "*Nos finais do século IV-inícios do V d.C. a parte escavada do edifício parece ter sido abandonada*" (cf. Rodrigo Banha da SILVA, "Urbanismo de Olisipo: A Zona Ribeirinha", in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, CML, 1997, pp. 43-67). O arqueólogo Rodrigo Banha da Silva elucidou-nos pessoalmente, em entrevista realizada em Outubro de 2015, que terá chegado a esta conclusão através da análise ao registo de um *corpus* de numismas encontrados nas escavações ocorridas entre 1992-1993, nas termas dos Cássios, sendo que esse registo foi por ele feito nessa época, nas escavações então dirigidas por António Dias DIOGO. Agradecemos a disponibilidade do arqueólogo Rodrigo Banha da Silva para responder a esta e outras questões.

sido a de um fórum corporativo⁷²², a necrópole da Praça da Figueira⁷²³, o circo⁷²⁴ que abrangia parte da área do actual Rossio, e várias unidades de conservação e produção de preparados de peixe⁷²⁵, entre as quais se destaca a fábrica localizada no Núcleo arqueológico da rua dos Correiros⁷²⁶.

Entre estas várias estruturas importa considerar com especial atenção tanto o circo como o criptopórtico da Rua da Prata. Relativamente ao circo, importa considerar que, em época medieval, esta zona da cidade não estava urbanizada, pois tratava-se de um reguengo régio, coincidindo, deste modo, a administração do poder central sobre este espaço tanto em época medieval como em época romana. Nada se sabe sobre a administração deste espaço durante o período islâmico, mas o facto de estarmos face a um reguengo, em época de domínio cristão, atestado em 1220, pode indiciar que também estaria na esfera pública durante o período muçulmano, mas tal não pode ser cabalmente afirmado, por falta de dados. No que respeita ao criptopórtico da Rua da Prata interessa referir a sua relevância no desenho urbano da cidade, dada a sua permanência como infra-estrutura que sustenta a malha urbana que se desenvolve sobre ela e, simultaneamente estabelecendo limites que nunca mais serão ultrapassados para a linha de praia da margem ribeirinha do Tejo.

Todas as estruturas romanas que aqui referimos já tinham perdido a sua funcionalidade original quando se deu a chegada dos muçulmanos no século VIII, embora, o sistema viário romano, tenha

⁷²² Sobre a interpretação do criptopórtico da rua da Prata ver: Carlos FABIÃO, “O monumento romano da rua da Prata”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa/Milão: Lisboa 94/Electa, 1994, pp. 67-69; José Cardim RIBEIRO, “Breve nota acerca do criptopórtico de Olisipo e da possível localização do «fórum corporativo»”, *Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1994, pp. 191-198.

⁷²³ Sobre a necrópole romana da Praça da Figueira ver: Rodrigo Banha da SILVA, “Marcas de oleiro” em terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.), Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga (Texto Policopiado), 2005.

⁷²⁴ Sobre o circo romano de Olisipo ver: Ana VALE, Lídia FERNANDES, “Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa”, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Câmara Municipal de Almada, Almada, 1997, pp. 109 -121; Eurico Sepúlveda *et alii*, “A cronologia do circo de Olisipo: a Terra Sigillata”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2002, pp. 245-275; Ana VALE, V. SOUSA, “A Barreira do Circo de Olisipo, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10 a 12 de Novembro de 2000)*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora - Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, 2003, pp. 177 -186.

⁷²⁵ Além da unidade de preparados de peixe encontrada no NARC considerem-se as estruturas de transformação de peixe encontradas na loja Napoleão, na rua dos Fanqueiros nº 68-76: António Dias DIOGO, Laura TRINDADE, “Vestígios de uma unidade de transformação de pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, nº1, 2000, pp. 181-206. Considere-se também as duas cetárias encontradas na rua dos Douradores, junto aos números 10 e 12 (cf. Eurico SEPÚLVEDA *et alii*, “A Intervenção Arqueológica urbana da Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau (Lisboa): 1- A terra sigillata”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2003, pp.401-414.) e a unidade fabril de transformação de peixe encontrada na rua Augusta (Mandarim Chinês) (cf. Jacinta BUGALHÃO, “Mandarim Chinês, Lisboa - Contextos Romanos”, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana - Amadora 10 a 12 de Novembro de 2000*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, 2003).

⁷²⁶ Sobre a unidade fabril encontrada no NARC ver, por todos: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001.

mantido alguma influência no sistema viário da cidade em época islâmica. As principais vias de acesso, exteriores à urbe de Olisipo, mantiveram-se em época medieval, e, em alguns casos, ainda se mantêm cristalizadas no sistema viário da Lisboa actual⁷²⁷. No que respeita às vias periurbanas e urbanas do arrabalde ocidental, podemos apontar dois casos relevantes. Em primeiro lugar, a artéria que fazia a ligação da Porta do Ferro ao termo da cidade, seguindo até junto da posterior igreja de S. Nicolau e depois para norte na direcção da actual Praça da Figueira, possui um traçado aproximadamente paralelo ao traçado da via romana, mantendo assim uma direcção idêntica⁷²⁸. Os resultados das escavações arqueológicas realizadas na Praça da Figueira revelaram que esta via, em época islâmica, se localizava cerca de 18m a ocidente da antiga via romana, mantendo, ainda assim, uma orientação muito semelhante⁷²⁹. O traçado desta via perdurou desde época islâmica até ao terramoto de 1755 e subsistiu até à remodelação urbanística realizada após o terramoto, visto que está assinalada na documentação cartográfica pré-pombalina⁷³⁰. Em segundo lugar, é possível apontar como caso exemplar de uma via

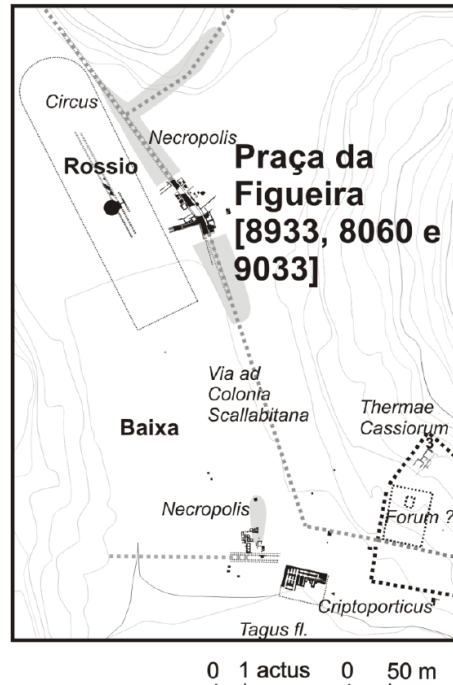
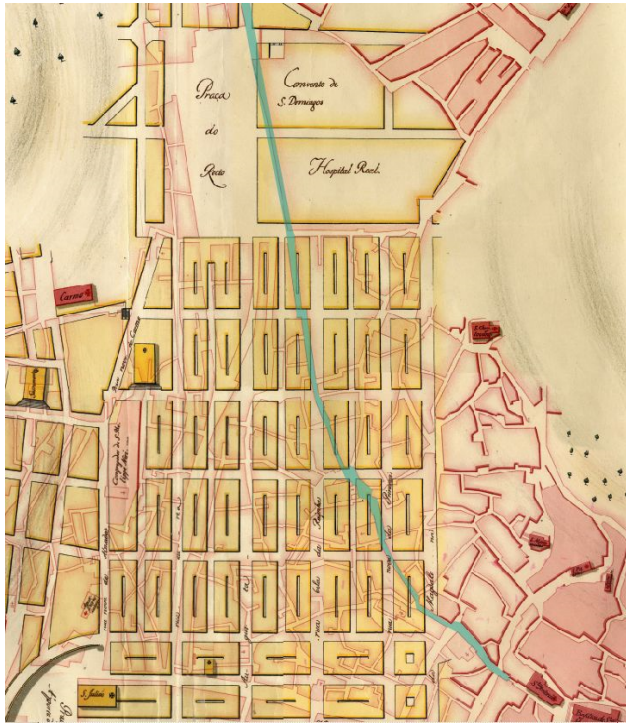
⁷²⁷ Sobre as vias de comunicação de Lisboa em época romana ver os seguintes artigos: Cf. José Cardim RIBEIRO, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, Especial Arqueologia na Região de Lisboa, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp.75-95.; Vasco Gil MANTAS, “Olisipo e o Tejo”, in *Atas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha»* (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de julho de 1997), Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41; Rodrigo Banha da SILVA, “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira”, *Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Scallabis – A rede viária romana no Vale do Tejo*, Museu do Neorealismo, Vila Franca de Xira, 2009, pp. 98 – 116. Sobre a permanência das vias exteriores à urbe, Rodrigo Banha da Silva afirma que “o traçado de uma das principais vias romanas de acesso a Olisipo permanece fossilizado no caminho actual que vai desde S. Sebastião até ao Rossio” cf. comunicação oral, “Leitura arqueológica do espaço periurbano de Lisboa entre meados do século XI e o século XII: as estruturas viárias e agrárias na Praça da Figueira” Rodrigo Banha da SILVA *et alii*, apresentada em 19 de Novembro de 2015 no Colóquio *Nova Lisboa Medieval*, realizado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

⁷²⁸ Referimo-nos à artéria que conhecida em época medieval como Rua da Correaria, no troço entre a Porta do Ferro e a Igreja de S. Nicolau, e conhecida como Corredoura no troço entre a Igreja de S. Nicolau e o Rossio. Esta via foi encontrada em escavações arqueológicas na Praça da Figueira (cf. Rodrigo Banha da SILVA, “Arqueologia Viária Romana em Lisboa...”, pp. 98-116; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015: https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf).

⁷²⁹ Tal como informou Rodrigo Banha da Silva em resposta à nossa questão sobre a relação entre a via romana e a via medieval após a comunicação oral, “Leitura arqueológica do espaço periurbano de Lisboa entre meados do século XI e o século XII: as estruturas viárias e agrárias na Praça da Figueira” de Rodrigo Banha da Silva *et alii*, apresentada em 19 de Novembro de 2015 no Colóquio *Nova Lisboa Medieval*, realizado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa. A planta com a via romana inserida na malha urbana actual encontra-se em: Rodrigo Banha da SILVA, “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC), 2011.

⁷³⁰ O topónimo “corredoura” ocorre com ligeiras alterações gráficas em vários documentos medievais, veja-se por exemplo: na inquirição régia de 1220 surgem várias propriedades localizadas na “Corredoria” (ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18, publicada em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fesh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades.); num aforamento de uma almoinha em 1283, localizada “*cima da Corredoyra*” (ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 1605); numa composição de 1301 surge uma “*vinha de cima da corredoyra*” (ANTT, *Colegiada de S. Marinha de Lisboa*, Maço 2, nº 67); num emprazamento de 1321 onde uma almuinha e casarias são localizadas “*sobre a Corredeyra perto do Mosteiro de S. Domingos*” (ANTT, *S. Vicente*, 1ª Inc. Maço 6, doc. 31); em 1350, uma casa térrea é vendida na “*corredoira*” (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Inc., Maço 12, doc. 9).

localizada na área periurbana de Lisboa, que mantém o seu traçado desde época romana até época islâmica, o caminho romano verificado em escavações realizadas na Encosta de Sant’Ana, no lado ocidental da actual Praça do Martim Moniz. Segundo as referidas escavações este “caminho romano de cronologia genérica atribuível ao período Júlio-Cláudio” terá estado activo até época islâmica, sofrendo um pequeno desvio de cerca de dois metros relativamente ao eixo original⁷³¹.



À direita: *Via ad Colonia Scallabitana* (segundo Rodrigo Banha da Silva)⁷³²

À esquerda:

Figura 39. Planta Topographica da cidade de Lisboa: arruinada, também segundo o novo alinhamento dos Architetos Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, João Pedro Ribeiro.

Associadas a esta continuidade na orientação do sistema viário primário tanto em vias urbanas como em vias periurbanas, detectámos também continuidades claras nas orientações das estruturas urbanas reveladas pelas escavações arqueológicas. É possível observar essa continuidade das

⁷³¹ Cf. Marco CALADO, Vasco LEITÃO, “A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 8-2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, p. 463: “Este caminho foi sendo continuamente repavimentado (tendo-se detectado cinco níveis), através da compactação de areão e saibro, o que provocou um desvio progressivo do eixo original que atinge cerca de 2 m em período islâmico”.

⁷³² Planta publicada em: Rodrigo Banha da SILVA, “O “Facies” cerâmico de Olisipo (Lisboa) no Período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados.”, [trabalho apresentado para publicação das actas do workshop internacional *La Configuración de los facies Cerámicos Altoimperiales en el sul de la Peninsula Ibérica-Proyecto I+D "Ex Officina Hispana:tecnología, producción, difusión y comercialización de cerámicas finas de origen bético en el Sur peninsular durante el Alto Imperio"* (HAR2010-17507), Granada, Universidad de Granada-Facultad de Filosofía y Letras, 28 de Novembro de 2013.

orientações com particular evidência nas escavações do NARC, onde, apesar de se terem confirmado alterações relevantes nas plantas dos vestígios dos edifícios que aí existiram, as orientações dessas estruturas mantêm-se ao longo de uma vasta cronologia, nomeadamente, desde época romana até ao terremoto de 1755, um facto que associamos a três factores principais. Em primeiro, a perenidade da orientação do sistema viário principal, patente na via que romana que atravessava todo o vale da Baixa, e que em época medieval se denominava Corredoura. Em segundo, a existência do esteiro que constituía a principal linha orientadora do urbanismo do arrabalde ocidental. Em terceiro, e talvez o mais importante, o facto de as construções de época islâmica se alicerçarem frequentemente sobre construções romanas, as quais provavelmente ainda seriam reconhecíveis em época islâmica⁷³³.

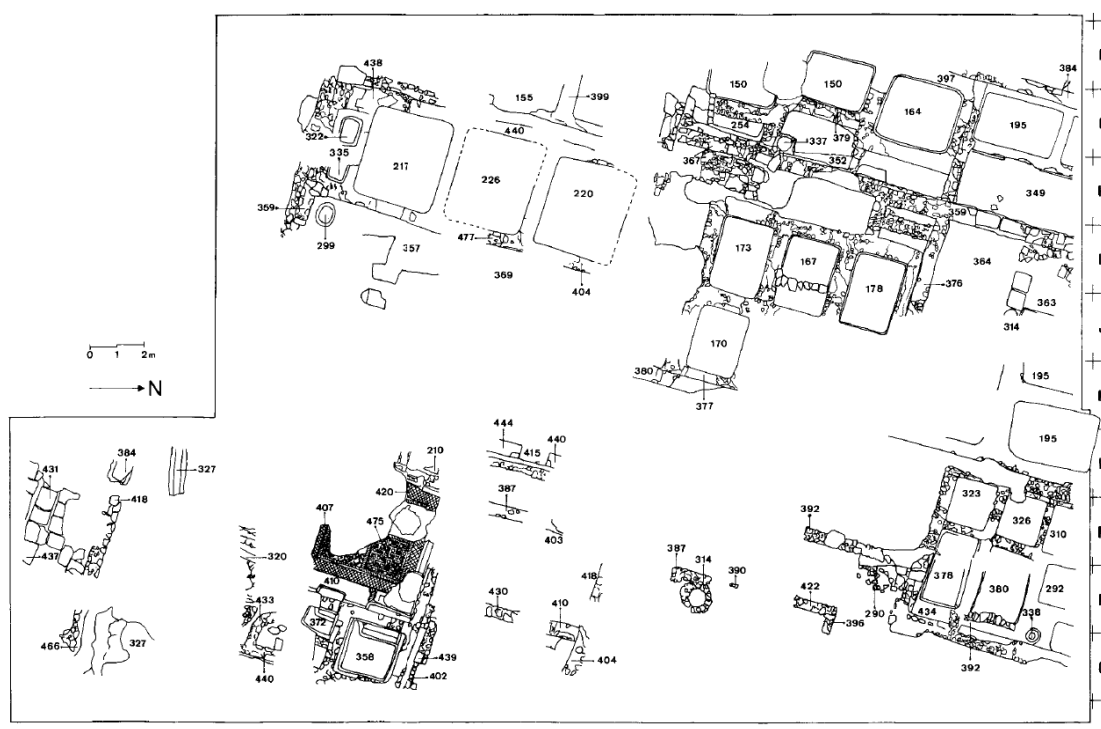


Figura 40. NARC – Estruturas de Época Romana (segundo Jacinta Bugalhão).⁷³⁴

⁷³³ Tal como notaram Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado, que, referindo-se às construções de época islâmica encontradas no NARC e no Mandarin Chinês afirmam: “As construções identificadas orientam-se pelo esteiro do Tejo em função da qual existem e funcionam, alicerçando-se frequentemente, em substratos estruturais romanos, que devido à sua solidez e dimensão, seriam ainda neste período perceptíveis.” (Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 124).

⁷³⁴ Planta publicada em: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. *Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001, p. 63.

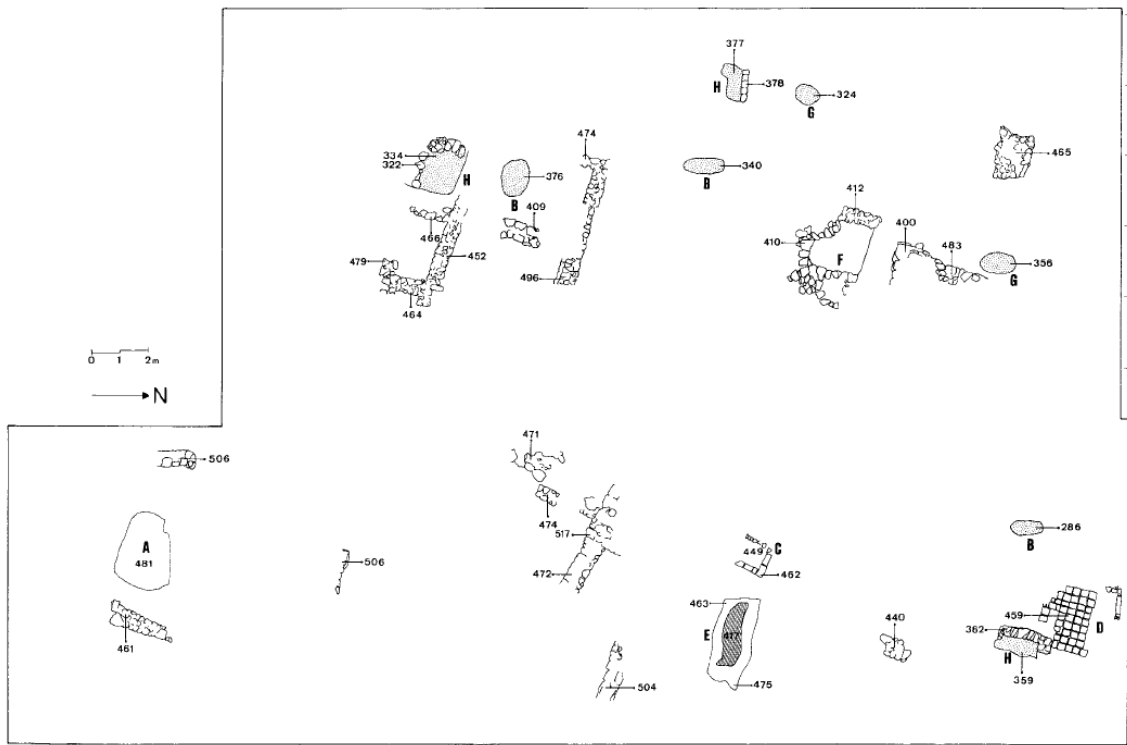


Figura 41. NARC – Estruturas de Época Islâmica (segundo Jacinta Bugalhão).⁷³⁵

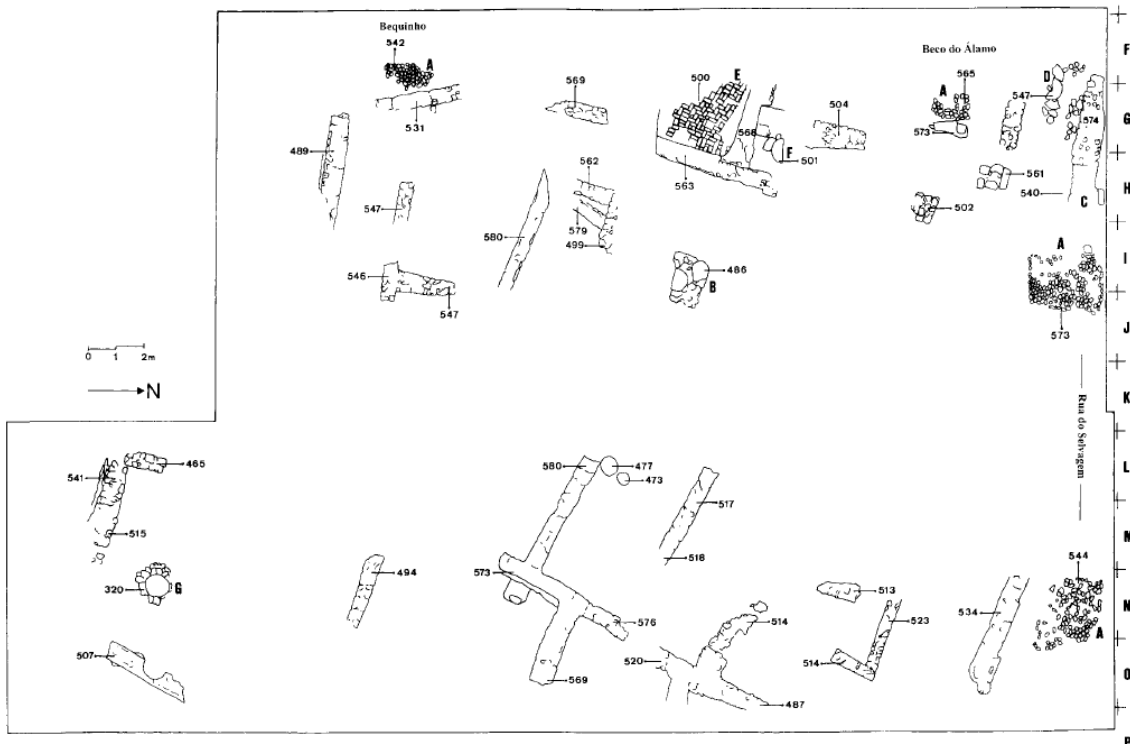


Figura 42. NARC – Estruturas de Época moderna e pré-pombalina (segundo Jacinta Bugalhão).⁷³⁶

⁷³⁵ Planta publicada em: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana...*, p. 26.

⁷³⁶ Planta publicada em: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana...*, p. 23.

Não é apenas no sistema viário ou nas orientações dos edifícios que encontramos continuidades entre época romana e a época medieval islâmica, pois, tal como se verifica no NARC, algumas estruturas romanas foram reaproveitadas, nomeadamente um dos tanques de salga de época romana foi reaproveitado para depositar um subproduto gerado pela produção de conservas de frutos, e, além disso, algumas cetárias romanas foram aproveitadas para fossas em época medieval islâmica⁷³⁷.

Como vimos, o conhecimento sobre o arrabalde ocidental em época romana beneficia dos achados arqueológicos de várias estruturas que se localizavam nesta parte de Olisipo. Porém, infelizmente, é muito deficitário o conhecimento do urbanismo, e até, da própria história da cidade, desde o desmoronamento do império romano do ocidente até à chegada dos muçulmanos no século VIII, pois além de as fontes documentais serem vagas e escassas, os achados arqueológicos sobre esta época são igualmente muito ocasionais e reduzidos⁷³⁸.

As evidências arqueológicas que se verificaram em dois pontos-chave do arrabalde ocidental elucidam-nos sobre o que pode ter acontecido na cidade da foz do Tejo nesse mal conhecido período da história da cidade. Tanto no NARC, como na Praça da Figueira, as duas escavações arqueológicas com maior extensão e cujos resultados são melhor conhecidos desta parte da cidade, as evidências arqueológicas apontam para uma diminuição do registo da actividade humana entre o século VI e a época de domínio islâmico mais tardia, mais exactamente até ao século XI. No que respeita à via romana da Praça da Figueira, denominada pela olisipografia como “via norte”, sabe-se que a necrópole romana deixou de funcionar durante o século IV, havendo evidência do funcionamento de um casal agrícola no século V, seguindo-se um prolongado hiato de evidências arqueológicas até ao século XI, quando a Corredoura é pavimentada cerca de 18 metros a ocidente da via romana⁷³⁹. Relativamente ao

⁷³⁷ Cf. Jacinta BUGALHÃO, Paula QUEIROZ, *Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico, in Al-Andaluz espaço de mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais: Homenagem a Juan Zozia Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 195-212. Sobre a unidade fabril do NARC ver nota 727.

⁷³⁸ Os escassos achados relativos a esta época referem-se sobretudo a elementos arquitectónicos recolhidos em escavações realizadas na cidade. Neste sentido, um artigo recente conjuga oito peças encontradas em contexto arqueológico que permitem algumas interpretações sobre a cidade durante a antiguidade tardia: Paulo Almeida FERNANDES, Lídia FERNANDES, “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 17, Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, 2014, pp. 225–243.

⁷³⁹ Sobre este período de tempo as escavações realizadas na Praça da Figueira, na referida “Via norte”, Rodrigo Banha da Silva afirma: “Após esta última ocupação [séc. IV], os vestígios são por demais escassos, e resumem-se a um fragmento de “sigillata cinzenta paleocristã”, oriunda da Gália, um pequeno fragmento de inscrição funerária mencionando um “Vicentius”, e um poço de apreciáveis dimensões, a que se acedia por um pequeno pátio, instalado acima do local onde jazia a via. Não parece crível que o itinerário tivesse sido abandonado nesta época (sécs.V-VI d.C.), sendo antes provável que fosse percorrido agora sem uma estrutura formal, justificando-se assim as flutuações de implantação que iria sofrer até aos dois séculos finais da dominação islâmica, quando retoma clara expressão arquitectónica. Cobrindo as últimas ocupações de cronologia tardo-antiga, depositaram-se dois potentes estratos (c. 50 cm) que ocupavam toda a extensa área

NARC, apenas foi encontrada uma única sepultura que reaproveitava as estruturas industriais romanas, notando-se uma escassez de dados estratigráficos referentes à referida época⁷⁴⁰. Além destas duas escavações, algumas sondagens pontuais na Rua de S. Nicolau, realizadas em 1997, permitiram reconhecer uma necrópole de crianças que funcionou durante o séc. VI e que pode estar associada com a via que atravessava o vale da baixa em direcção à Praça da Figueira onde foi arqueologicamente identificada, ou com a existência de um hipotético templo não localizado até agora⁷⁴¹. Portanto, verifica-se um abandono do espaço do Arrabalde Ocidental que viria a ser densamente ocupado já em época medieval islâmica, nomeadamente durante o século XI, como veremos. O panorama visual do arrabalde ocidental durante a época tardo-romana seria aproximadamente o seguinte: a norte, na zona da Praça da Figueira, existiria uma zona predominantemente rural, mais a sul, entre o extremo oriental da atual rua de São Nicolau, e a rua dos Correeiros, localizar-se-ia uma necrópole, hipoteticamente associada a um templo não conhecido, possivelmente situado junto da principal via que saia da cidade em direcção a norte. Durante a época tardo-romana, o cenário urbano no arrabalde ocidental era marcado pelo abandono, devido à regressão urbana que teve lugar nessa época⁷⁴².

escavada da praça (c.4500 m2). Argilosos, de granulometria fina, contendo raríssimas inclusões cerâmicas datáveis sobretudo de momentos anteriores, poderão ser interpretados como correspondentes a um episódio de maior insalubridade do local? E será este o resultado de um longo episódio de degradação climática? O estádio actual dos nossos conhecimentos paleoambientais para a zona de Lisboa entre os séculos VI e X d.C. são demasiado limitados, e só a investigação posterior o poderá esclarecer.” (cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015:https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf).

⁷⁴⁰ Sobre o período tardo-romano, Jacinta Bugalhão afirma: “*Integrável neste horizonte cronológico e reaproveitando estruturas industriais romanas, é a isolada sepultura de inumação a que nos referiremos adiante. Nesta fase, a área baixa da cidade terá tido uma ocupação mais esporádica, reflectindo-se esta realidade na escassez de estratigrafia.*” (cf. Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001, p. 29).

⁷⁴¹ Assim revelaram as escavações arqueológicas que decorreram em 1997, na rua de S. Nicolau, na zona da esquina Nordeste do cruzamento da Rua de São Nicolau com a Rua dos Douradores (cf. Sílvia CASIMIRO, Rodrigo Banha da SILVA, “Enterramentos Infantis Tardo-antigos na rua de S. Nicolau (Lisboa), in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 859-863).

⁷⁴² Cenário que corresponde à opinião de vários autores, por ex: “*A cidade vive, ao longo do período tardo – romano e essencialmente após a sua tomada definitiva pelos povos do norte, um momento de regressão urbana que se reflecte, não só na sua extensão e densidade populacional, como na intensidade das suas funções económicas de mercado e polo redistribuidor de produtos de natureza vária. Assim, o urbanismo regride, as transacções comerciais diminuem de intensidade, o «poder» no sentido lato da palavra, decresce.*” (Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 111.) No mesmo sentido afirma José MATTOSO: “*Podemos começar por observar que o fenómeno da construção de muralhas, desde há muito apontado pelos historiadores do Baixo Império como um indício seguro do atrofamento urbano e da necessidade de defesa das cidades a partir do século III, se verifica também na Península Ibérica, e concretamente em Leão, Astorga, Lugo, Cáceres, Conímbriga, Lisboa, Idanha, Mérida, Évora, Mértola, Beja, Ossónoba – para mencionar só exemplos do Ocidente.*” (*História de Portugal: Antes de Portugal*, dir. José MATTOSO, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 323-324).

CAPÍTULO 2: O ARRABALDE OCIDENTAL EM ÉPOCA ISLÂMICA

2.1 CRONOLOGIA, DIMENSÃO E DENSIDADE URBANA DO ARRABALDE OCIDENTAL EM ÉPOCA ISLÂMICA

Não se conhecem informações documentais específicas sobre o momento em que se iniciou a ocupação do arrabalde ocidental de Lisboa em época islâmica. No entanto, os resultados das escavações arqueológicas permitem supor que a ocupação deste espaço, em época medieval islâmica, se tenha iniciado nos finais do século IX ou nos inícios do século X e crescido progressivamente a partir desse período⁷⁴³.

Deste modo, a estas evidências arqueológicas é possível fazer corresponder o amplo movimento de operações urbanas ocorrido no al-Andalus, durante a segunda metade do século X. Terá sido nesta época que foi erguida a mesquita aljama de Santarém⁷⁴⁴. Aproximadamente na mesma altura, o alcácer de Toledo terá sido totalmente reconstruído, e também terá sido erguida de raiz, nessa cidade, uma ponte sobre o Tejo⁷⁴⁵. No que respeita a Lisboa, foi recentemente conhecido que al-Mansur, em 985, ordenou obras na cidade, operação que ficou registada numa lápide encontrada na muralha do castelo de S. Jorge⁷⁴⁶.

Entre o início do século XI e 1147, supomos que o arrabalde terá tido um aumento dos seus limites e, simultaneamente, um incremento da sua densidade urbana. No que se refere ao aumento da densidade urbana no arrabalde ocidental, os resultados das escavações arqueológicas apontam para um acréscimo entre o século XI e os meados do XII. Este facto é observável no contraste entre as poucas informações relativas ao século X obtidas pelas escavações arqueológicas e as mais profusas e,

⁷⁴³ Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 123-125: “O arrabalde ocidental de Lisboa é um fenómeno urbanístico de formação datável de cerca do século X (ou finais do IX), constituindo expressão de uma tendência de descompartimentação da cidade para o exterior marítimo, sentida na generalidade das cidades mediterrânicas andaluzas. (...) Consideramos como hipótese provável que a sua construção [fornos de cerâmica] se situe durante o século X, uma vez que parece evidente que estes laboravam já no século XI. Esta cronologia inicial aproxima-se da própria formação do arrabalde.”

⁷⁴⁴ Uma notícia da obra anónima, *Dikr Bilad al-Andalus*, refere que a mesquita congregacional de Santarém foi erguida pelo califa al-Hakam II (961-976) Cf. *Dikr bilad al-Andalus*, Trad. Luis MOLINA, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, Vol. II. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 58: “Santarem es una ciudad grande y antigua, posee una gran mezquita aljama ordenada construir por el imán al-Hakam, baños esplendidos y zocos amplios y ordenados”

⁷⁴⁵ Cf. Clara DELGADO, “La estructura urbana de Toledo en época islámica” in *Regreso a Tulaytula: guía del Toledo islámico: siglos VIII-XI*, Toledo, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999, 39-70.

⁷⁴⁶ A referida lápide, que, infelizmente não esclarece a que obras se refere, foi recentemente traduzida e publicada no seguinte artigo: Carmen BARCELÓ, “Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d.C.)”, *Conimbriga*, nº 52, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 165-194. Sobre esta recente tradução ver: Parte II, Subcapítulo 2.1 - O cenário urbano no topo da Colina no início do séc. XI.

simultaneamente, mais detalhadas informações relativas aos séculos seguintes. No que respeita ao consumo/utilização de recipientes cerâmicos no NARC e no Mandarim Chinês, o catálogo publicado em 2007 por Jacinta Bugalhão, Sofia Gomes e Maria João Sousa demonstra claramente que os contextos enquadráveis no século XI, ou entre o XI e o XII, são em muito maior número do que os enquadráveis no século X⁷⁴⁷. Terá sido esta informação que levou as autoras a supor que o arrabalde tenha sido “fundado” no século X⁷⁴⁸. Existe portanto, nos séculos XI e XII, uma ocupação mais acentuada que deverá resultar de um aumento da densidade de ocupação do arrabalde, realidade que se verifica num maior número de vestígios registados nos resultados das escavações arqueológicas. A observação das plantas das escavações arqueológicas realizadas no NARC⁷⁴⁹, no Mandarim Chinês⁷⁵⁰, no Hotel de Santa Justa⁷⁵¹ e na Praça da Figueira⁷⁵² aponta para uma densidade urbana considerável, pois as estruturas conservadas justapõem-se umas às outras, independentemente da sua função. No NARC, por exemplo junto a uma olaria, encontraram-se vestígios estruturais que muito provavelmente pertencem a habitações. Na Praça da Figueira a organização das várias habitações também sugere uma densidade urbana bastante considerável, tal como acontecia no local do Hotel de Santa Justa, onde se verificou a existência de várias habitações adossadas umas às outras e onde foi localizada uma via secundária com pavimento em calçada, o que também pode indiciar uma densidade urbana considerável⁷⁵³.

⁷⁴⁷ O referido catálogo sumariza os resultados sobre o consumo e utilização de recipientes cerâmicos em duas escavações que ocorreram na Baixa, uma no Mandarim Chinês (Rua Augusta 137-145 e Rua dos Sapateiros 82-86), e outra no NARC. Este catálogo foi publicado como anexo no seguinte artigo: Jacinta BUGALHÃO; Ana Sofia GOMES e Maria João SOUSA, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp. 338-340.

⁷⁴⁸ No artigo referido em cima afirmam as autoras: “Embora, a maioria dos contextos remontem ao século XI e primeira metade do século XII, verificou-se a presença de alguns estratos com cronologia mais antiga (século X), relacionados eventualmente com a fundação do arrabalde”. (cf. Jacinta BUGALHÃO; Ana Sofia GOMES e Maria João SOUSA, “Consumo e utilização...”, p. 334. Concordamos com a proposta destas autoras, acrescentando apenas que “reocupação”, talvez seja uma escolha mais exacta do que “fundação”, pois, como é conhecido, está confirmada no arrabalde ocidental a presença humana desde a idade do ferro.

⁷⁴⁹ Planta publicada em: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2001, p. 26.

⁷⁵⁰ Planta publicada em Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 113.

⁷⁵¹ Planta consultável em: Victor FILIPE, *Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correeiros nº 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa nº 42 a 48*, Lisboa, perfil oeste, Processo S 33825, 2012, consultável no arquivo da DGPC.

⁷⁵² Planta publicada em: Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011.

⁷⁵³ Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira ver: Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico...”; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em

Esta alta densidade urbana é também perceptível na carta do cruzado que descreve a tomada da cidade em 1147. Segundo o cruzado, “os arrabaldes ficam albergados sob as muralhas, a modo de bairros recortados nas rochas, de tal forma que cada bairro se toma por castelo bem fortificado, tais são os obstáculos de que está rodeado”, acrescentando sobre a cidade em geral que “os edifícios formam aglomeração tão apertada que dificilmente se conseguirá encontrar ruas com mais de oito pés de largura a não ser nas dos mercadores”⁷⁵⁴. A estreiteza das ruas é uma característica que tem sido notada e relacionada com o modelo tipo das cidades muçulmanas, e que deve ser associada a um trânsito maioritariamente pedonal ou realizado com a assistência de um quadrúpede, não havendo tráfego rodado de relevância⁷⁵⁵. A largura das ruas referida pelo cruzado parece dizer respeito aos *azikak*, eixos secundários que articulam entre si os vários sectores urbanos, ligando-se aos eixos primários⁷⁵⁶.

Posteriormente, no mesmo relato, descrevendo a tomada do arrabalde ocidental, o cruzado afirma:

*“e a pouco e pouco, os nossos pegam em armas enquanto os inimigos se vão infiltrando nos arrabaldes, travando aos nossos a entrada com pedras atiradas do telhado das casas que formavam uma cerca à maneira de muralha em toda a extensão. Os nossos, por sua parte, procuravam por todos os lados aberturas acessíveis, se é que as havia por algum sítio, e rechaçam os inimigos até meio do arrabalde no lugar em que ele se cinge ao declive do monte na muralha. (...) Finalmente, à hora do sol posto, servindo-se de uns carreiros por onde mal passava gente mesmo desarmada, os nossos, no auge da refrega foram ocupar uma parte da colina. Ao darem-se conta do sucedido, os inimigos puseram-se em fuga, pois estavam longe da fortificação da cidade mais alta.”*⁷⁵⁷

publicação), disponível on-line em 1/11/2015: (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf). Sobre as habitações e estruturas viárias encontradas no local do Hotel de Santa Justa ver: Victor FILIPE, *Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correeiros n.º 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa n.º 42 a 48*, Lisboa, perfil oeste, Processo S 33825, 2012, consultável no arquivo da DGPC.

⁷⁵⁴ Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 79.

⁷⁵⁵ Sobre o trânsito nas cidades muçulmanas da Península Ibérica, Torres Balbás afirma categoricamente: “no existia tráfico rodado” (cf. Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Tomo I, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, p.129).

⁷⁵⁶ Sobre a tipologia da rede viária da cidade islâmica ver: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 66-68.

⁷⁵⁷ Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros...*, p. 101.

Sabemos que esta descrição é relativa ao arrabalde ocidental pois o acampamento inglês, no qual se inseriria o cruzado, localizava-se no lado ocidental, sendo que foram os ingleses que tomaram este arrabalde⁷⁵⁸. É interessante notar como a densidade urbana estava de tal modo desenvolvida, ao ponto de o cruzado afirmar que as “casas formavam uma cerca à maneira de muralha” e que não existiam “aberturas acessíveis”. Verifica-se também o reforço da ideia da estreiteza das ruas, “por onde mal passava gente mesmo desarmada”. Note-se também como o centro do arrabalde é considerado “o lugar em que ele se cinge ao declive do monte na muralha”, apesar de o texto não ser muito claro, percebe-se que o meio do arrabalde se situava no local onde se se iniciava o declive do monte. Estamos em crer que o traçado da principal via que atravessava o arrabalde ocidental, a “Corredoura”, que partia desde a porta do Ferro em direcção a norte, marcava aproximadamente o ponto em que se acentuava mais o declive da colina do castelo, facto que se pode observar na sobreposição da cartografia da Lisboa pré-pombalina com as curvas de nível.

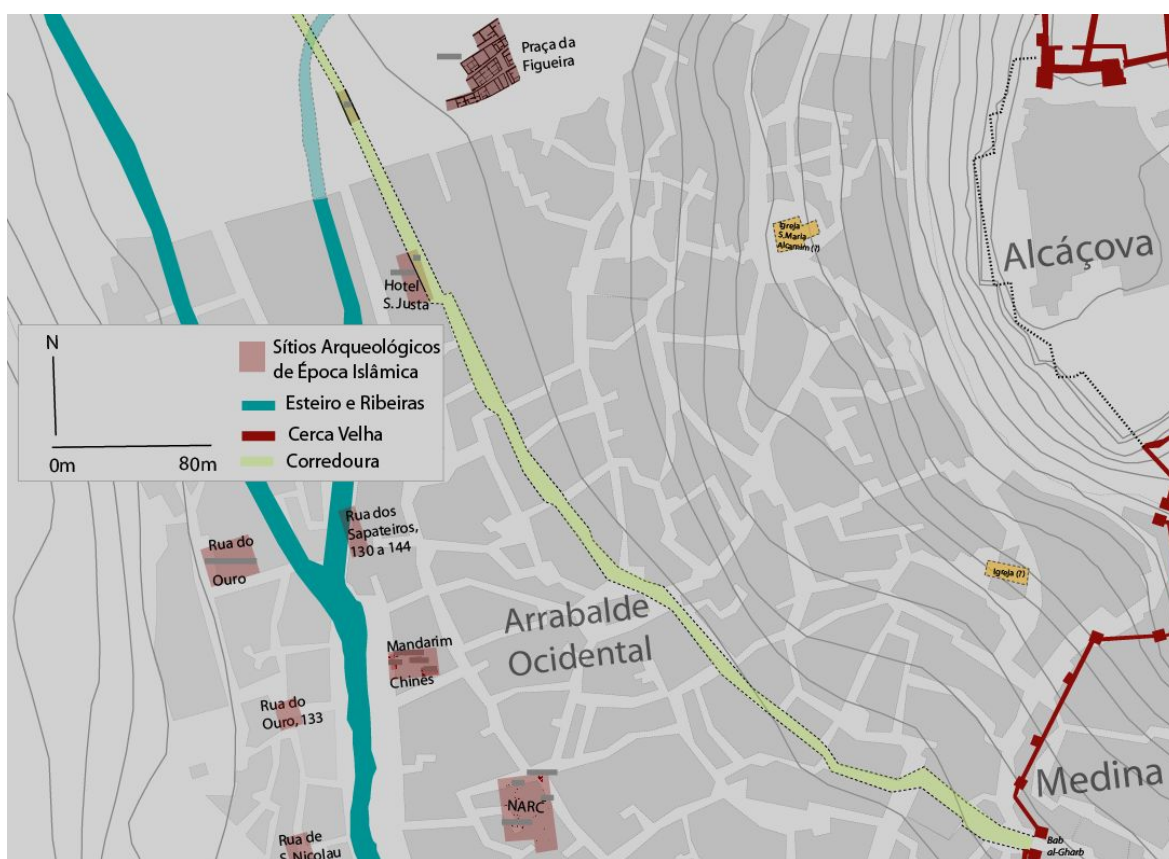


Figura 43. Pormenor do Arrabalde Ocidental, indicando a Corredoura e as curvas de nível.

⁷⁵⁸ Sobre os detalhes militares da tomada da cidade em 1147 ver: Pedro Gomes BARBOSA, *Conquista de Lisboa 1147: A Cidade Reconquistada aos Mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004; Miguel Gomes MARTINS, *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011, pp. 77-101.

Relativamente à dimensão concreta do arrabalde ocidental em época islâmica, apesar de não ser possível reconhecer a sua evolução exacta ao longo do tempo, é possível identificar os limites máximos que o arrabalde terá tido no seu auge, durante época de domínio islâmico, num momento já muito próximo de 1147.

A sul e a este, a margem do rio e a muralha da medina desenhavam os limites óbvios do arrabalde. O traçado ocidental da cerca, já aqui referida, existiria talvez desde a antiguidade tardia, e corresponderia em grande medida ao traçado reconstituído por Augusto Vieira da Silva. A norte, a descoberta de um bairro de época islâmica na Praça da Figueira⁷⁵⁹ aponta para que o arrabalde tenha tido um crescimento urbano notável nesta direcção, crescimento esse só viria a ser retomado com o aglomerado urbano que se desenvolveu em torno do Convento de S. Domingos, e que ainda assim, permaneceria com um cariz predominantemente rural até ao século XV⁷⁶⁰.

O ponto mais problemático no que respeita aos limites do arrabalde Ocidental é a definição dos seus limites máximos a ocidente. A questão que se coloca consiste em perceber se o arrabalde ultrapassava, ou não, a margem do esteiro que dividia a baixa. Os resultados das escavações arqueológicas realizadas no NARC e no Mandarim Chinês permitem-nos afirmar sem qualquer dúvida que o arrabalde se desenvolvia pelo menos até à margem oriental do esteiro, pois aí foram encontradas habitações e olarias de época islâmica. Relativamente à margem ocidental, do lado da Encosta de S. Francisco, também aí se registaram relevantes estruturas de época islâmica, nomeadamente numa escavação que ocorreu entre os números 197 e 203 da rua do Ouro⁷⁶¹. Além disso verificaram-se

⁷⁵⁹ Sobre este bairro islâmico ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”. Os dois artigos com informação arqueológica sobre este bairro: Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015: (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf).

⁷⁶⁰ Tal como Luís Gonçalves demonstrou na sua descrição daquilo que chama o “*sistema de S. Domingos*”, com base numa doação de um campo e reguengo realizada em 16 de Fevereiro de 1434. (cf. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, livro 1, fl. 85v.) (Luís GONÇALVES, *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 109-112, disponível on-line: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>)

⁷⁶¹ Infelizmente os resultados dessa escavação não foram publicados, nem o seu relatório se encontra acessível no Arquivo da DGPC, existindo apenas uma notícia secundária que refere uma comunicação e uma informação oral dos arqueólogos responsáveis pela escavação, António Marques e Lídia Fernandes. (Cf. Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 385). Em Fevereiro de 2016, informações orais de António Marques, assistidas com fotografias da referida escavação, corroboraram a existência de estruturas de época islâmica, que terão funcionado entre o século XI e os meados do século XII, constituídas por um pátio central de grande dimensão, ao redor do qual se

materiais de época islâmica em intervenções arqueológicas que decorreram na Rua de S. Nicolau⁷⁶², e na Rua do Ouro, 133⁷⁶³. Relativamente às estruturas encontradas na Rua do Ouro 197-203, a dimensão muito significativa de um pátio central pavimentado e rodeado por estruturas, infelizmente, não reconhecíveis, apontam, na nossa opinião, para duas hipóteses: ou um armazém associado a uma unidade rural, que poderia ter, ou não, estruturas habitacionais associadas, ou, uma estrutura habitacional de grandes dimensões pertencente a um membro da elite lisboeta. Qualquer que fosse a funcionalidade das estruturas encontradas neste local da Rua do Ouro, a sua localização junto à margem ocidental do esteiro, a menos de cem metros de distância das estruturas habitacionais e oleiras encontradas no Mandarim Chinês, parecem indicar que a cidade realmente ultrapassava a margem ocidental do esteiro. No que respeita os vestígios de época de domínio muçulmano verificados na Rua de S. Nicolau, os arqueólogos responsáveis afirmam que “segundo os materiais, este sítio já se encontrava ocupado numa fase tardia do período islâmico de Lisboa”⁷⁶⁴. Também na Rua do Ouro, mas no número 133, escavações arqueológicas decorridas em 2014 revelaram a existência de “uma área de despejo de detritos domésticos de cronologia islâmica, sensivelmente do séc. XI”⁷⁶⁵. Estas várias evidências arqueológicas levam-nos a concordar e a reforçar a proposta de que o Arrabalde Ocidental ultrapassava realmente a margem ocidental do esteiro, uma hipótese sugerida por Jacinta Bugalhão em 2008⁷⁶⁶. Deste modo é possível calcular aproximadamente uma área urbana de 16,7 hectares para o Arrabalde Ocidental em época islâmica no expoente máximo, imediatamente antes da conquista em 1147.

Neste momento não é possível estabelecer um faseamento rigoroso do crescimento urbano do arrabalde ocidental, pois, se por um lado não possuímos dados documentais que o permitam, por outro lado, os resultados das escavações arqueológicas são ainda muito dispersos para nos permitem perceber

desenvolviam outras estruturas não reconhecíveis. As dúvidas sobre a funcionalidade desta estrutura mantêm-se, infelizmente, sem solução. Um trabalho sobre as cerâmicas islâmicas encontradas nesse local encontra-se no Centro de Arqueologia de Lisboa: Bárbara CASTIÇO, *Cerâmicas Islâmicas de tradição islâmica da Intervenção Arqueológica da Rua do Ouro (Lisboa) – Trabalho final de Seminário*, Universidade de Évora, Évora, 2005.

⁷⁶² Cf. António Dias DIOGO e Laura TRINDADE, “Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, nº 107/111 (Lisboa), *Arqueologia e História*, vol. 52, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2000, pp. 231-253.

⁷⁶³ Cf. António VALONGO, *Relatório dos trabalhos arqueológicos: Rua do Ouro 133*, Lisboa, 2014, Processo S 35338, consultável no arquivo da DGPC.

⁷⁶⁴ Cf. António Dias DIOGO, Laura TRINDADE, “Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, nº 107/111 (Lisboa), *Arqueologia e História*, vol. 52, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2000, p. 233.

⁷⁶⁵ Cf. António VALONGO, *Relatório dos trabalhos arqueológicos: Rua do Ouro 133*, Lisboa, 2014, Processo S 35338, consultável no arquivo da DGPC, p. 9.

⁷⁶⁶ Esta autora afirma: “o arrabalde ocidental que ocuparia toda a área disponível entre a Muralha, o esteiro (desde pelo menos a actual Praça da Figueira), podendo eventualmente extravasar para a margem direita deste, e a margem do Tejo.” (Cf. Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 383).

com exactidão como se desenvolveu o arrabalde ocidental. Deste modo, tendo como base os dados das escavações arqueológicas é apenas possível supor de forma genérica como decorreu o crescimento urbano deste arrabalde.

As escavações no Mandarim Chinês e no NARC indicam que os fornos de olaria mais antigos terão sido provavelmente construídos durante o século X⁷⁶⁷. Relativamente à provável mesquita encontrada sobre o criptopórtico romano, não foram ainda avançadas cronologias específicas sobre a sua construção original⁷⁶⁸. Na Rua do Ouro 133, verificou-se a existência de uma área de despejo de detritos domésticos com uma cronologia do séc. XI. No que respeita aos vestígios habitacionais encontrados no local do Hotel de Santa Justa, estes apontam para que esta zona tenha sido urbanizada no século XI⁷⁶⁹. Por último, as estruturas habitacionais encontradas na Praça da Figueira indicam que a urbanização deste espaço terá ocorrido numa fase posterior, já durante a época de domínio almorávida, durante a primeira metade do século XII⁷⁷⁰.

A observação destes dados parece apontar para que o arrabalde ocidental se tenha desenvolvido de sul para norte, ou melhor, desde a margem ribeirinha para o interior, possivelmente acompanhando a principal via que partia da Porta do Ferro na direcção noroeste, ao redor da qual é possível que se tenha desenvolvido o *suq* do arrabalde, como veremos posteriormente⁷⁷¹. Note-se também que os materiais encontrados na Rua do Ouro 133 pertencem a uma cronologia do século XI, o que pode indicar que a margem ocidental do esteiro pode ter sido urbanizada ainda nessa época, ou seja, um século depois dos

⁷⁶⁷ Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 124-125: “Os fornos 2, 3, 4 [Mandarim Chinês] e 5 [NARC] assentam sobre depósitos heterogéneos romano – islâmicos, ou mesmo sobre estruturas romanas (fornos 2, 3 e 4). Consideramos como hipótese provável que a sua construção se situe durante o século X, uma vez que parece evidente que estes laboravam já no século XI. Esta cronologia inicial aproxima-se da própria formação do arrabalde. A construção do forno 1, terá sido mais tardia, eventualmente já no século XI, uma vez que o forno 4 é desactivado pela sua construção. A necessidade de diversificação de produções poderá ser a explicação para esta ocorrência, assim como as vantagens de produzir peças de consumo generalizado. Por sua vez, a construção do forno 3, terá desactivado o forno 2.”

⁷⁶⁸ A cronologia do edifício de época islâmica encontrado na Rua da Conceição, sobre o criptopórtico romano, deverá ser apurada em futuras escavações em área que aí se realizarem. No relatório das escavações realizadas em 2015, os arqueólogos responsáveis não avançaram com cronologias para a construção deste edifício, referindo-se apenas de forma genérica a “época islâmica”. Ana CAESSA, Cristina NOZES, Nuno MOTA, *Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77*, Processo 2007/1(790), CAL, 2015, consultável no arquivo da DGPC.

⁷⁶⁹ Cf. Victor FILIPE, *Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correiros nº 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa nº 42 a 48*, Lisboa, p. 10, Processo S 33825, 2012, consultável no arquivo da DGPC: “...as cerâmicas recolhidas nos contextos associados à construção das estruturas habitacionais do bairro – que se sobrepõem estratigraficamente à estrutura [34] apontam, de igual forma, para o século XI.”

⁷⁷⁰ Cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015: (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf): “...uma instalação sincrónica, ou próximo disso, ocorrida num momento que se pode situar, em função da observação das cerâmicas recolhidas naqueles contextos, algures durante a primeira metade do séc. XII, mais provavelmente durante o período de domínio Almorávida da cidade (1111-1147)”.

⁷⁷¹ Ver: Parte III, Subcapítulo 5.1 - O suq do arrabalde.

vestígios do Mandarim Chinês, antes do Bairro da Praça da Figueira, e no mesmo século que os vestígios habitacionais encontrados no Hotel de Santa Justa.

O sentido Norte-Sul do crescimento urbano do arrabalde ocidental que parece iniciar-se na margem ribeirinha em direcção ao interior poderá vir a ser confirmado, ou não, em posteriores escavações arqueológicas. Assim, devemos esclarecer que esta proposta assenta apenas nas cronologias dos vestígios arqueológicos, as quais podem vir a ser revistas, após análises mais detalhadas.

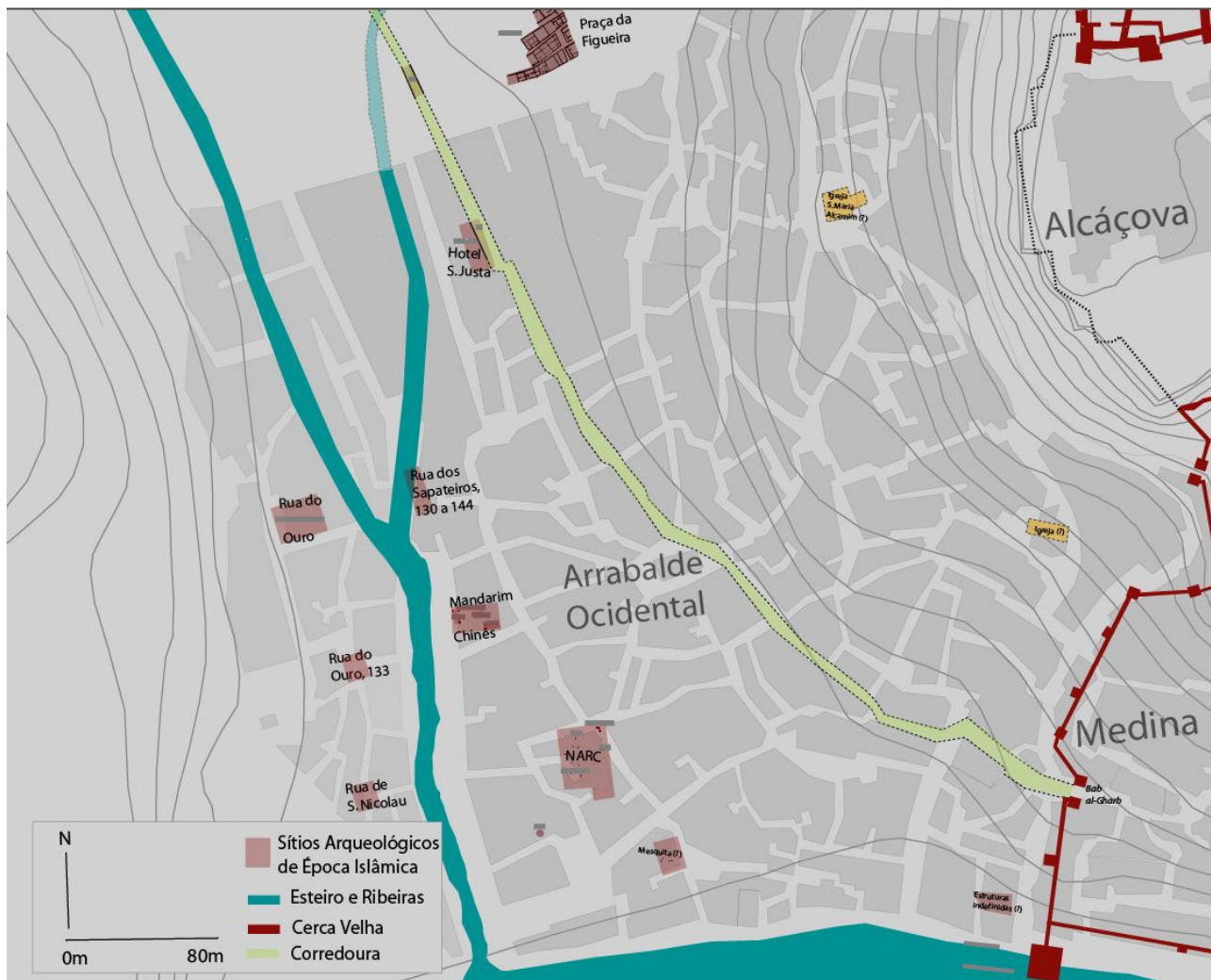


Figura 44. Arrabalde Ocidental cerca de 1147

(Os sítios arqueológicos estão identificados de acordo com a toponímia actual)

2.2 UM ARRABALDE MULTIFUNCIONAL ANTES E DEPOIS DE 1147

Na década de noventa do século passado, foram encontradas na baixa lisboeta estruturas pertencentes a olarias que aí laboraram em época islâmica⁷⁷². No local conhecido como Mandarin chinês verificou-se a existência de quatro fornos pertencentes a uma mesma olaria, que laborou entre o século XI e a primeira metade do século XII. No NARC encontrou-se um forno pertencente a uma outra olaria que terá laborado num período semelhante à anterior. Importa ainda salientar a presença de um conjunto cerâmico num dos fornos do Mandarin Chinês que marca o momento de abandono do último forno pertencente à olaria aí localizada, o qual poderá ter ocorrido no momento da conquista da cidade, em 1147⁷⁷³.

A localização destas olarias no arrabalde ocidental não nos deverá surpreender, pois, além desta localização periférica relativamente à medina constituir uma situação comum nas cidades do al-Andalus⁷⁷⁴ e também nas cidades medievais em geral⁷⁷⁵, o arrabalde ocidental de Lisboa desde há

⁷⁷² Referimo-nos às olarias encontradas nas escavações realizadas em duas intervenções de arqueologia urbana: no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC) e no Mandarin Chinês (MC), que decorreram entre 1991 e 1996 (NARC: 1991-95; MC: 1992-96). Sobre as referidas olarias ver: Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 111-146; Jacinta BUGALHÃO, Ana GOMES e Maria João SOUSA, “Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”, *Arqueologia Medieval*, nº 8, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2004, pp. 129-192; Jacinta BUGALHÃO, Ana GOMES e Maria João SOUSA, “Vestígios de produção oleira no Mandarin Chinês, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 237-262; Jacinta BUGALHÃO, Ana Sofia GOMES e Maria João SOUSA, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp. 317-344; Jacinta BUGALHÃO *et alii*, “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”, *Arqueologia Medieval*, nº 10, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2008, pp. 113-134.

⁷⁷³ Este conjunto de peças cerâmicas parece ter sido abandonado no interior do forno num momento de rotura possivelmente relacionável com a conquista da cidade. (Cf. Jacinta BUGALHÃO *et alii*, “Produção e consumo de cerâmica...”, p. 116: “O momento de abandono do forno 1 terá ocorrido, de forma abrupta, na 1ª metade do século XII, talvez aquando da reconquista cristã da cidade.”).

⁷⁷⁴ Em Córdoba, no Arrabalde de la Carretera de Trassierra, localizado na zona Noroeste da cidade, já bastante afastado da medina (cerca de 2 Km), encontrou-se uma zona multifuncional de produção oleira, habitacional e também de exploração agro-pecuária: “La aparición de los diferentes vestigios localizados en el sector noroeste ha puesto al descubierto unidades negativas y positivas correspondientes a época medieval islámica: desde finales del s. X a inicios del XI d. C. Los restos documentados apuntarían a un uso del espacio de carácter residencial a la par que agropecuario así como un sector alfarero importante al oeste de la vía principal, y que iría estrechamente relacionado o vinculado con uno de los arrabales situados al noroeste de la ciudad amurallada, como consecuencia de la gran expansión califal.” (cf. Santiago RODERO PÉREZ, Juan Antonio MOLINA MAHEDERO, “Un sector de la expansión Occidental de la Córdoba Islámica: El arrabal de la Carretera de Trassierra (I)”, *Romula*, nº 5, Sevilha, Universidad Pablo de Olavide de Sevilla: Seminario de Arqueología, 2006, p. 267). Com base na toponímia, Torres Balbás informa-nos que existiam bairros ou arrabaldes denominados “dos oleiros” (al-Fajjarin) em Sevilha, Granada e Córdoba (cf. Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*. Tomo I, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, p. 173). Em Saragoça também se conhece um bairro dos oleiros, localizado a ocidente da medina, que terá tido origem no séc. X e cuja morfologia foi bastante alterada, após a conquista cristã, já no séc. XIII, altura em que foi aí implantado um bairro cristão formado por quarteirões rectangulares, compostos por parcelas estreitas e profundas (cf. Ramon BETRAN ABADÍA, “Continuidad, proyecto y evolución urbana en Saraqusta (714-1118)” in *Zaragoza, espacio histórico*, Saragoça, Centro de Historia de Zaragoza, 2005, p. 53-54).

muito tempo se havia caracterizado por abranger estruturas de carácter fabril e artesanal, tal como se verificou nas escavações realizadas no NARC, onde foi encontrada uma unidade de processamento e conserva de peixe que esteve em funcionamento entre o séc. I e os meados do séc. V d.C.⁷⁷⁶, além de várias outras escavações também localizadas no espaço do arrabalde ocidental, onde se verificaram cetárias romanas, como o já referido Mandarim Chinês onde esteve em funcionamento uma unidade de processamento de peixe até ao século V d.C.⁷⁷⁷. Recuando ainda mais no tempo, também no NARC foi encontrado um forno de olaria da II idade do ferro, confirmando a longa tradição desta actividade neste local específico e no arrabalde em geral⁷⁷⁸.

Tal como foi já anteriormente referido, além das olarias, as escavações arqueológicas realizadas neste arrabalde revelaram a existência de várias estruturas de funcionalidade habitacional, nomeadamente, na Praça da Figueira⁷⁷⁹, no Hotel de S. Justa⁷⁸⁰, no NARC⁷⁸¹ e na Rua dos Sapateiros, nº 130-144⁷⁸². Deste modo podemos afirmar sem qualquer reserva que o Arrabalde Ocidental de Lisboa não estava limitado à produção artesanal pois também os resultados arqueológicos revelam uma relevante componente habitacional, a par da componente artesanal.

Em época de domínio político cristão, o carácter artesanal do arrabalde ocidental não desapareceu, pelo contrário, esta actividade continuou a existir, como se pôde observar na escavação arqueológica do NARC, onde se registaram vestígios detriticos de uma olaria que terá laborado no séc. XIII, a qual não foi possível, todavia, localizar⁷⁸³. Além disso, a documentação é inequívoca,

⁷⁷⁵ Tal como afirma Amélia Andrade, referindo-se à paisagem urbana medieval portuguesa: “*Para fora do recinto urbano, expulsavam-se, com efeito, os maus cheiros dos pelames, as excessivas poeiras das olarias ou os ruídos agudos e agressivos dos ferreiros. E o temor do fogo, que a todo o momento se podia tornar incontrolável e destruidor, fazia remeter, sempre que possível, para o exterior as forjas e os fornos que acompanhavam certas actividades artesanais.*” (cf. Amélia Aguiar ANDRADE, “A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação” in: *Universo urbanístico português: 1415-1822*, coord. Helder CARITA e Renata ARAUJO. - Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 21).

⁷⁷⁶ Sobre esta unidade de processamento e conserva de peixe ver: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2001.

⁷⁷⁷ Cf. Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação...*, p. 52.

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p. 33.

⁷⁷⁹ Sobre as estruturas habitacionais da Praça da Figueira ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”.

⁷⁸⁰ Sobre as estruturas habitacionais do Hotel de S. Justa ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”.

⁷⁸¹ Sobre as estruturas habitacionais no NARC ver: Parte III, Subcapítulo 2.1 - Cronologia, dimensão e densidade urbana do arrabalde ocidental em época islâmica.

⁷⁸² Cf. Inês SIMÃO, Alexandre SARRAZOLA, *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos na Rua dos Sapateiros nº 130 a 144 e Rua da Assunção, n.º 73 a 77*, Lisboa, Processo CNS 34851, consultável no Arquivo da DGPC.

⁷⁸³ Cf. Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação...*, p. 25. O facto de algumas peças apresentarem defeitos de fabrico, e outras nunca terem sido utilizadas indicia que se deveria de tratar de uma fossa de despejo de uma olaria, que, contudo não foi localizada. Este conjunto de cerâmicas foi já estudado e publicado (cf. Alexandra GASPAS, Clementino AMARO, “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa”, in *La Céramique Médiévale en*

registando-se vários fornos, infelizmente, na sua grande maioria não caracterizados, localizados no arrabalde ocidental, entre os séculos XIII e XIV. É possível que alguns destes fornos estivessem associados à fabricação de pão, pois entre as várias referências a fornos não caracterizados destaca-se uma única referência a uns fornos de pão pertencentes à Ordem de Santiago, que se localizavam na freguesia de S. Julião, em 1220⁷⁸⁴. Apesar de não ser possível conhecer a funcionalidade da maioria dos fornos referidos pela documentação é possível localizar aproximadamente alguns fornos e saber quem eram os seus proprietários. Em 1276, na Ferraria Velha, que se localizava na freguesia da Madalena, a poente e a sul do portal desta igreja, encontramos um forno de um Pedro Martins dito Boto, no entanto, a funcionalidade deste forno não é referida no documento⁷⁸⁵. No ano seguinte, é possível identificar provavelmente o mesmo forno, desta vez referido como “*forno e casa que foi de Pedro Martinho*”, também localizado na Ferraria Velha⁷⁸⁶. O mesmo forno é ainda referido num documento produzido em 1300, momento em que Sancha Pires, filha de Pedro Martins Boto, então casada com um Gil Eanes, vende três tendas anexas ao referido forno, as quais são situadas junto a uma porta da Judiaria, provavelmente a porta que Augusto Vieira da Silva denomina *Porta da Ferraria dos Judeus*⁷⁸⁷. Em 1284, perto da Fivelaria, algures na freguesia da Madalena, encontramos um forno pertencente a um João Pires, neto do Prior de Guimarães⁷⁸⁸. Em 1309, no lado ocidental do esteiro, surge um forno no Morraz “a par dos banhos”, o qual é deixado em testamento por D. Margarida Mendes, criada de Dona Sancha Palhavã, ao Convento de S. Vicente⁷⁸⁹. Em 1317, uma contenda sobre umas casas localizadas no Morraz refere um “*forno que foi de Lourenço Scola*”.

Importa sublinhar que estes dois últimos casos remetem para duas famílias pertencentes às elites olisiponenses já relativamente conhecidas: os Palhavã⁷⁹⁰ e os Escola⁷⁹¹. No que respeita a Lourenço

Méditerranée: Actes du VI^e Congrès de L’AIECM2 (13-18 Novembro 1995), Aix-en-Provence, Narration Éditions, 1997, p. 337).

⁷⁸⁴ Na inquirição de 1220 é referido um forno de pão, localizado em S. Julião, e que seria propriedade da Ordem de Santiago em 1220. “*umas casas e um forno de pão*”. (ANTT, Gaveta I, maço 2, nº 18).

⁷⁸⁵ Trata-se de um aforamento de três tendas localizadas na Ferraria Velha, onde o forno de Pedro Martins surge a sul, de duas dessas tendas (cf. ANTT, *Gaveta 11*, maço 11, nº 24).

⁷⁸⁶ Num aforamento de uma tenda por Afonso III a um Pedro Zarco e sua esposa Domingas Eanes, em Dezembro de 1277, (cf. ANTT, *Extremadura, Livro 12*, fl. 117v-118).

⁷⁸⁷ Cf. Uma venda de três tendas a par da porta da Judiaria, em 1300, por Gil Eanes e sua mulher Sancha Pires a Domingos Domingues cunhado do Bispo de Coimbra. ANTT, *Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis*, Maço 2, doc. 210: “*as quaes tendas acaeceram a Sancha Pires da parte de Pedro Martins Boto meu padre... .. a oriente o forno...*”. Augusto Vieira da Silva na sua reconstituição dos limites da Judiaria velha de Lisboa, localiza uma porta que nomeia de “*Porta da Ferraria dos Judeus*” (cf. Augusto Vieira da SILVA, “A Judiaria Velha de Lisboa: Estudo topographico sobre a antiga Lisboa”, *O Archeologo Português*, vol. V, nºs 11-12, Lisboa, Museu Ethnologico Português, 1899-1900, p.325).

⁷⁸⁸ Na venda de parte de uma tenda, adquirida pelo rei D. Dinis (cf. ANTT, *Gaveta 11*, maço 11, nº 25).

⁷⁸⁹ O testamento encontra-se em: ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1^a Incorporação. Maço 5, doc. 26.

⁷⁹⁰ Sobre os Palhavã família ver: Miguel MARTINS, “A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXII, Coimbra, Instituto de História Económica e social da Universidade de Coimbra, 1997-1998, p. 35-93.

Escola, podemos acrescentar aos conhecidos factos de ter sido porteiro-mor do reino e alcaide de Lisboa, que este homem de confiança do monarca era também proprietário de “casarias” na Pedreira, localizadas perto das casas onde D. Dinis tentou implantar a Universidade, além do forno que aqui referimos. Além disso Lourenço Escola foi também mordomo-mor, pelo menos entre 1287 e 1289⁷⁹², cargo que será tomado pelo seu genro Gonçalo Peres Ribeiro, entre 1326 e 1327, demonstrando uma ligação prolongada entre a família dos Escola e a Rainha Isabel de Aragão, por via tanto de Lourenço de Escola como da sua filha Constança Lourenço Escola⁷⁹³.

Também a coroa possuía fornos no arrabalde ocidental, mais precisamente na Pedreira, tal como revelam duas doações de casas feitas por D. Dinis, uma em 1317⁷⁹⁴ e outra em 1318⁷⁹⁵, onde se refere nas confrontações um forno de posse régia neste local, o qual deve ser o mesmo forno, pois a descrição das confrontações é exactamente a mesma.

Além da propriedade destes vários fornos foi possível detectar a localização aproximada de alguns deles, nomeadamente os que se situam no Morraz, pois, num documento pouco posterior aos limites da cronologia que aqui estudamos, localiza uma Rua dos Fornos de Morraz⁷⁹⁶. Esta informação aponta para que os fornos de Lourenço Escola e de Margarida Mendes aqui referidos constituíssem um núcleo industrial, que relembra o núcleo industrial de época islâmica que se verificou no NARC e no Mandarim Chinês. A localização deste núcleo de fornos em inícios do século XIV, já no lado oposto do esteiro, relativamente ao local onde foram encontradas as olarias de época islâmica, evidencia o crescimento da urbe para ocidente. Infelizmente não é possível perceber se estes fornos se tratam de fornos de oleiro ou de qualquer outro tipo de forno.

A detecção destes fornos em época medieval cristã não pode deixar de ser contextualizada com a sua envolvente, pois em torno destes fornos existiam diversos tipos de estruturas urbanas, desde

⁷⁹¹ Sobre a família Escola, numa síntese compilada por Mário Farelo destaca-se o papel de Lourenço Escola, da sua mulher Maria [Mendes] Escola, que instituiu uma capela na Sé de Lisboa em 1316, e do seu neto, Lourenço Eanes Escola, cônego pertencente ao Cabido de Lisboa. Nessa síntese, Mário Farelo inclui esta família na denominada “*elite olisiponense*”. (cf. Mário FARELO, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cônegos: 1277-1377*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003, p.98).

⁷⁹² Cf. Maria Filomena ANDRADE, *Rainha Santa, mãe exemplar: Isabel de Aragão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p.278.

⁷⁹³ Sobre a relação entre Isabel de Aragão e Gonçalo Peres Ribeiro, genro de Lourenço Escola, ver Maria Filomena ANDRADE, *Rainha Santa, mãe exemplar: Isabel de Aragão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 131.

⁷⁹⁴ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 102: “*como partem essas casas com outras minhas casas que eu ey na Pedreira e com casas da Sé de Sam Vicente e per ruas publicas e com Vicente Pires bolhão e com um meu forno que hy a na pedreira...*”.

⁷⁹⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 120v: “*como partem essas casas com outras minhas casas que eu ey na pedreira e com casas da See de Sanvicente e por Ruas publicas e com Vicente Pais Bolhom e com huum meu forno que hy a na pedreira.*”.

⁷⁹⁶ Cf. Aforamento de casas sótão e sobrado no Rego, na “*Rua dos Fornos de Morraz*” por Dona Senhorinha Martins comendadeira do Mosteiro de Santos a Rui Gonçalves vinhateiro, morador na dita cidade e a Margarida sua mulher em 21 de Outubro de 1372. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 282.

tendas, como se verifica no caso do forno de Pedro Martins Boto, que, em 1283, se situava junto a uma das portas da judiaria⁷⁹⁷, a habitações ou até banhos, como revela o caso do forno, localizado no Morraz⁷⁹⁸. Além disso, também o forno pertencente à coroa, localizado na Pedreira, confrontava com casas⁷⁹⁹.

Se o arrabalde ocidental tinha realmente um conteúdo funcional específico, tal como foi afirmado para a época de domínio político islâmico, essa especialização não se verifica em época cristã, pois a documentação revela um arrabalde multifuncional⁸⁰⁰. Em época medieval cristã, mais precisamente entre os finais do século XIII e o início do XIV continuam, de facto, a existir fornos em alguns pontos do arrabalde ocidental, mas tal como foi notado numa estatística respeitante à freguesia de S. Julião⁸⁰¹, a componente habitacional mantém-se predominante, ao longo do século XIII, sendo acompanhada de outras estruturas diversas, como adegas, almuinhas, quintãs, albergarias e estruturas de apoio à construção naval, as quais serão posteriormente mais detalhadamente estudadas⁸⁰². No que respeita à componente comercial, esta adquire cada vez mais relevância como veremos no capítulo sobre o pólo comercial e político que se vai desenvolver junto à Ribeira durante o século XIII⁸⁰³.

Neste capítulo, após uma análise aos vários vestígios arqueológicos de ocupação urbana em época islâmica, revelados por diferentes escavações dispersas por toda a área do Arrabalde Oriental, foi possível compreender a existência de uma densidade urbana bastante considerável neste arrabalde. Além disso foi também possível elaborar uma proposta sobre os limites urbanos deste espaço, os quais incluem a norte o Bairro islâmico da Praça da Figueira, a ocidente o espaço junto da margem ocidental do esteiro da Baixa, a sul o rio, e a oriente a Cerca Velha que separava a Medina do arrabalde. Importa

⁷⁹⁷ Cf. ANTT, *Estremadura 12*, fls. 148, 148 v.

⁷⁹⁸ Em 1309, Margaria Mendes, criada de D. Sancha Palhavã doa no seu testamento um quarto de forno “no Morraz a par dos Banhos” ao Mosteiro de S. Vicente (cf. ANTT, *S. Vicente*, 1ª Incorporação. Maço 5, doc. 26).

⁷⁹⁹ Em 1319, D. Dinis doa duas casas na Pedreira a Fernando Dias seu vassalo, em cujas confrontações se verificam um forno do rei e várias casas (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis, Livro 3*, fl. 120v.).

⁸⁰⁰ Em 2001, Jacinta Bugalhão e Deolinda Folgado afirmavam sobre a época de domínio islâmico: “O arrabalde terá possuído um conteúdo funcional específico, expresso pela sua localização ribeirinha: as actividades portuárias, artesanais e comerciais seriam predominantes.” (cf. Jacinta BUGALHÃO, Deolinda FOLGADO, “O Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p.124).

⁸⁰¹ Cf. Manuel Fialho SILVA, “São Julião: Uma Freguesia Marítima de Lisboa (1147-1294)”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, 2012, disponível on-line em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/DOCS/Publicacoes/publicacoes-digitais/Revista_Rossio/rossio_estudos_de_lisboa_n_0.pdf.

⁸⁰² Sobre as estruturas portuárias ver: Parte III, Capítulo 6 - As estruturas portuárias.

⁸⁰³ Ver: Parte III, Capítulo 5 - A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

assinalar que este vasto espaço só voltaria a ser urbanizado em pleno no século XVI, nos limites setentrionais⁸⁰⁴, e nos finais do século XIII nos limites ocidentais.

Foi também aqui proposta uma lógica para a evolução da ocupação urbana deste arrabalde, que, tendo também em conta os resultados das escavações arqueológicas, parece ter ocorrido gradualmente da margem ribeirinha para o interior, tendo a margem ocidental do esteiro um desfasamento cronológico compreensível, pois essa margem deverá ter sido ocupada apenas depois de se ter atingido uma densidade urbana considerável no Arrabalde Oriental.

Foi também constatada, tanto através dos resultados arqueológicos como da análise aos fundos documentais medievais, a permanência de um espaço multifuncional no Arrabalde, pois tanto em época de domínio político islâmico como cristão, mantém-se a coexistência de estruturas de carácter artesanal e residencial, além de outras realidades que a documentação transparece, mas que a arqueologia ainda não registou, ou não conseguiu registar.

⁸⁰⁴ Sobre a regressão urbana no Arrabalde Ocidental ver: Parte III, Capítulo 3 - Regressão urbana no Arrabalde Ocidental.

CAPÍTULO 3: REGRESSÃO URBANA NO ARRABALDE OCIDENTAL

3.1 DO BAIRRO ISLÂMICO DA PRAÇA DA FIGUEIRA ÀS “HORTAS DE S. DOMINGOS”

No momento em que os almorávidas detinham o domínio político de Lisboa, ou seja, durante a primeira metade do século XII, o arrabalde ocidental de Lisboa continuava em expansão e crescimento. A maior evidência deste crescimento urbano revelou-se com a descoberta do Bairro islâmico que terá sido erguido nessa época e que foi encontrado em escavações arqueológicas que decorreram na Praça da Figueira entre 1999 e 2001 conduzidas por Rodrigo Banha da Silva⁸⁰⁵. O “Bairro islâmico da Praça da Figueira”, tal como foi denominado pelo arqueólogo responsável pela sua descoberta, localizava-se na zona sudoeste da actual Praça da Figueira e era constituído por cerca de duas dezenas de pequenas unidades habitacionais, alinhadas em cinco quarteirões, os quais eram separados por ruas estreitas. Importa aqui colocar algumas questões sobre este conjunto de edifícios, para se compreender o seu papel na estrutura urbana da cidade medieval. Em primeiro lugar, é importante entender se o “Bairro islâmico da Praça da Figueira fazia realmente parte do arrabalde ocidental ou se seria antes um aglomerado habitacional de cariz periurbano. Em segundo, tentar perceber quando, como, por quem e porquê foi erguido este “Bairro”. Em terceiro tentar vislumbrar o perfil de quem lá habitou. Em quarto e último lugar, tentar perceber o que sucedeu ao “Bairro” após a conquista de 1147.

Sobre a primeira destas questões, não é possível dar uma resposta cabal. No entanto, o facto de as construções se prolongarem para além da área escavada quer para sul, quer para oriente, indiciam que não se tratava de um pequeno núcleo isolado de habitações⁸⁰⁶. Além disso, a descoberta de vestígios habitacionais aglomerados em redor da Corredoura, apenas cerca de 80 metros a sudoeste do Bairro da Praça da Praça da Figueira, também aponta para que o “Bairro” da Praça da Figueira fizesse

⁸⁰⁵ Todas as informações aqui descritas sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira foram recolhidas nos seguintes artigos: Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011; Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015: (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf).

⁸⁰⁶ Tal como afirma Rodrigo Banha da Silva, este bairro tratava-se de “*um edificado instalado nos finais da época de dominação islâmica que se prolongava para sul, para o coração da Baixa, e para oriente, em direcção ao Poço do Borratém e Encosta da Mouraria.*” (cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período...”).

realmente parte do arrabalde ocidental da cidade⁸⁰⁷. Deste modo, parece-nos plausível que a mancha urbana do arrabalde ocidental da cidade, em meados do século XII, tivesse o seu limite setentrional não muito longe deste aglomerado de habitações.

Relativamente à cronologia da edificação do “Bairro islâmico da Praça da Figueira”, foram detectadas duas fases construtivas na área da escavação. Uma primeira, mais antiga, mas também de época islâmica, em que se constatou a presença de uma vivenda, da qual se conservaram vestígios do salão principal e do pátio. Numa segunda fase, terá sido construído o Bairro propriamente dito, composto por cinco artérias e pelos vários edifícios, que teriam, muito provavelmente, uma função habitacional. A cronologia da primeira fase, não é referida nos artigos do responsável das escavações, mas a segunda fase, pelo contrário, é balizada em período almorávida, mais exactamente “*durante a primeira metade do séc. XII, mais provavelmente durante o período de domínio Almorávida da cidade (1111-1147)*”⁸⁰⁸.

O Bairro parece ter sido construído num momento preciso, quase integralmente de forma sincrónica, tal como revelam os resultados da escavação arqueológica onde foi notório que “alguns dos quarteirões partilhavam o mesmo muro de limite, que a evidência arqueológica mostrava de forma categórica ter sido construído num primeiro momento, ao qual as paredes de compartimentação interna iriam ser adossadas posteriormente, significando assim uma primeira erecção de recintos só depois subdivididos”⁸⁰⁹. Aliando a este facto o carácter semiortogonal de todo o Bairro constituído por quarteirões separados por vias estreitas, é possível concluir que o Bairro teve uma construção organizada, planeada e sincrónica⁸¹⁰.

⁸⁰⁷ Uma proposta avançada pelo arqueólogo responsável pela escavação de 1999-2001, “...a presença do casario, de época islâmica, que damos a conhecer e que integrava o arrabalde ocidental da grande cidade...” cf. Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico...”, p. 18.

⁸⁰⁸ Cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período...”.

⁸⁰⁹ Cf. *Ibidem*.

⁸¹⁰ Tal como afirma o arqueólogo responsável pelas escavações: “...o bairro detectado em nada tem a ver com o crescimento orgânico de cidade islâmica, antes bem pelo contrário, ele denuncia, embora sugerindo dois programas algo diversos, planeamento urbano preciso, constituído por fiadas de quarteirões providos da mesma largura e separadas por longas mas estreitas vias longitudinais, ligadas por outras transversais.” cf. Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico...”, p. 23.



Figura 45. Bairro islâmico da Praça da Figueira e envolvente cerca de 1147.

É no entanto uma tarefa mais complexa afirmar quem esteve por trás da construção deste Bairro. Podemos apenas supor que uma construção desta dimensão, que albergaria, no mínimo, cerca de uma centena e meia de indivíduos, terá tido o patrocínio do poder almorávida, no entanto não se conhecem ainda os contornos desse mesmo poder almorávida, nem quais seriam os seus interesses e objectivos em erguer um novo Bairro, que expandia a norte o arrabalde ocidental. Neste caso, é apenas possível conjecturar que durante a primeira metade do século XII a cidade de Lisboa foi acolhendo uma população cada vez maior, que fugiria tanto dos cristãos que iam tomando o território a norte do termo da cidade, como das guerras civis que assolavam o *Gharb al-Andalus* nessa época⁸¹¹. Se assim foi, é possível que o acréscimo demográfico causado pela instabilidade política vivida tanto no interior do *Gharb*, como na fronteira com os territórios controlados pelos cristãos, a norte, tenha levado a um aumento da pressão urbana que, por sua vez, levou a uma expansão dos limites urbanos da cidade, neste caso do arrabalde ocidental.

Neste ponto será útil considerar a informação arqueológica do Bairro islâmico da Praça da Figueira em paralelo com a informação proveniente do Bairro almóada de Silves, localizado no

⁸¹¹ Sobre os vários conflitos que eclodiram no *Gharb al-Andalus* na primeira metade do século XII ver: Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve, 2000, pp. 87-129.

extremo nordeste do arrabalde oriental da cidade algarvia⁸¹². As semelhanças entre o Bairro almóada de Silves e o Bairro islâmico da Praça da Figueira são múltiplas e ocorrem a vários níveis. Em primeiro lugar ambos os Bairros são fruto de um planeamento prévio, muito provavelmente sob ordem do então poder dominante, almorávida no caso de Lisboa, almóada no caso de Silves⁸¹³. Deste planeamento prévio resultou um urbanismo semiortogonal, marcado por quarteirões que eram delimitados por vias pavimentadas e organizadas numa estrutura hierárquica clara. Em segundo lugar, as dimensões médias e a organização interna das habitações são muito semelhantes em ambos os casos⁸¹⁴.

Quadro 5. Dimensões das casas do Bairro Almóada de Silves⁸¹⁵

Casas do Núcleo Urbano c/Planimetria Total (Áreas)

Casa	Comprimento	Largura	Área total	N.º divisões
Casa 1	8,90 m	7,94 m	71,00 m ²	6
Casa 2	9,30 m	6,80 m	63,26 m ²	5
Casa 3	8,36 m	6,90 m	57,70 m ²	5
Casa 6	9,00 m	6,00 m	54,00 m ²	4
Casa 7	8,60 m	7,30 m	62,00 m ²	5
Casa 9	(a)	(a)	55,60 m ²	3
Casa 10 (b)	8,90 m	5,60 m	49,85 m ²	3
Casa 11	(a)	(a)	68,30 m ²	5

(a) Planta irregular

(b) Pode ter sido destruída uma divisão com a implantação do depósito de Gás

⁸¹² Referimo-nos ao Bairro Almóada encontrado em Silves, no denominado “Empreendimento do Castelo” entre 2005 e 2007, cuja cronologia parece não apresentar dúvidas aos arqueólogos: “*Os materiais exumados acima, ou ao nível dos pavimentos, reportam para uma cronologia de ocupação deste espaço, em termos residenciais, para os finais do século XII, inícios do século XIII, prolongando-se até perto da definitiva conquista cristã da Cidade de Silves.*” Cf. José SANTOS, Paula ABRANCHES, “O Arrabalde da Silves Islâmica: a intervenção arqueológica do Empreendimento do Castelo”, *Arqueologia Medieval*, nº 11, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2010, p. 91. Agradecemos a Rodrigo Banha da Silva a sugestão de investigar este paralelo.

⁸¹³ Tal como afirmam os arqueólogos responsáveis pela escavação do Bairro Almóada de Silves: “*No local de intervenção, a construção e implantação das estruturas habitacionais e das infra-estruturas que lhe dão apoio (viárias, saneamento e de fruição pública ou comunitária), terá sido precedida por uma limpeza de todos os detritos existentes à superfície procedendo-se ao seu enterramento em fossas de dimensões diversas. De seguida, o solo terá sido preparado e nivelado para poder receber as construções. Esta preparação e subsequente implantação de infra-estruturas básicas implicou, não temos dúvidas, a laboração de um plano prévio de ordenação do espaço, com delineamento da rede viária e de saneamento, e, em função desse traçado, a construção das estruturas habitacionais.*” (cf. José SANTOS, Paula ABRANCHES, “O Arrabalde da Silves Islâmica...”, p. 93).

⁸¹⁴ Sobre o Bairro almóada de Silves os arqueólogos responsáveis pelas escavações afirmam: “*As casas são do tipo pluricelular, com um pátio que dá acesso a dois, três, quatro, cinco ou seis compartimentos. A área ocupada pelas habitações é variável, situando-se entre 54 e 71 m², nas casas onde foi possível obter a planimetria total.*” Cf. José SANTOS, Paula ABRANCHES, “O Arrabalde da Silves Islâmica...”, p. 96.

⁸¹⁵ Publicado em José SANTOS, Paula ABRANCHES, “O Arrabalde da Silves Islâmica...”, p. 96.

Quadro 6. Dimensões das habitações do Bairro islâmico da Praça da Figueira⁸¹⁶

	forma	comp.	larg.	área	PC/PL
Casa 1	rectangular ?	8	?	?	?
Casa 2	quadranqular ?	8	?	?	?
Casa 3	quadranqular	8	8	64	PC
Casa 4	quadranqular	8	8	64	PC ?
Casa 5	rectangular	6	7	42	?
Casa 6	rectangular	6	7	42	PL
Casa 7	?	?	7	?	?
Casa 8	?	?	8	?	?
Casa 9	rectangular	6	8	48	?
Casa 10	rectangular	5	8	40	?
Casa 11	trapezoidal	8	8	64	PL
Casa 12	trapezoidal	?	9	?	PC
Casa 13	rectangular	5	?	?	PL
Casa 14	rectangular	9	6	54	PC
Casa 15	trapezoidal	5	6	30	PC
Casa 16	trapezoidal	6	7	42	?
Casa 17	trapezoidal	6	8	48	?
Casa 18	quadranqular ?	?	8	?	PC

Quadro I. Casas islâmicas do bairro da Praça da Figueira (PC = com pátio central; PL = com pátio lateral) (todas as medidas são em metros e aproximadas).

Estamos portanto perante “*habitações muito simples, muito longe da opulência dos sumptuosos palácios da elite governante ou de abastados proprietários*”⁸¹⁷, no caso de Silves, e, no caso de Lisboa, as habitações pertencem “a famílias nucleares, com membros pouco numerosos e com posses reduzidas”. Deste modo, ganha força a hipótese de que o Bairro da Praça da Figueira tenha sido construído sob a supervisão do poder local para albergar famílias que se refugiavam em larga escala, escapando aos conflitos político-militares da época.

Relativamente ao destino do Bairro da Praça da Figueira, após a conquista de 1147, os resultados das escavações arqueológicas apontam para “*um generalizado abandono a partir dos meados, e que se prolongaria ao longo da segunda metade do séc. XII*”⁸¹⁸. Sendo assim, o bairro parece ter tido um período de vida curto, salvo algumas excepções⁸¹⁹. Seja como for, quando os Dominicanos se instalam em Lisboa, nos meados do século XIII, já muito pouco restaria desta outrora

⁸¹⁶ Publicado em: Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira...”, p. 21.

⁸¹⁷ Cf. José SANTOS, Paula ABRANCHES, “O Arrabalde da Silves Islâmica...”, p. 96.

⁸¹⁸ Cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação...”.

⁸¹⁹ Afirma Rodrigo Banha da Silva que “*Parece, contudo, que algumas das unidades encerraram mais alguma longevidade, que nos surge documentada por reformulações dos espaços internos das habitações ou reparações em muros meeiros.*” (cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação...”).

vigorosa urbanização⁸²⁰. A opção, provavelmente tomada pelos próprios Dominicanos, de recobrir toda esta área com uma espessa camada de calco-arenitos, salvo a via da Corredoura, revela uma rotura clara com o passado⁸²¹. Esta acção teve o objectivo de criar um isolamento hídrico destes terrenos, onde se iriam implantar as chamadas “Hortas de S. Domingos”, ou seja, um espaço irrigado pertencente ao Convento de S. Domingos. Segundo Luís Gonçalves, também o monarca, provavelmente Afonso III, terá tido um papel relevante no investimento necessário a esta vasta operação de isolamento, explicando-se o interesse da coroa com a existência de um reguengo, contíguo aos terrenos de S. Domingos, que se estendia desde Valverde até à Corredoura e desde aí até perto do Poço do Borratém⁸²².

Ao observar a documentação da época sobre o espaço próximo ao Convento de S. Domingos revela-se uma vocação rural que se mantém durante todo o último reinado que aqui estudamos. Em 1286, D. Dinis efectua um escambo com os hospitalários sobre um olival que se situava na Corredoura, a par do Convento de S. Domingos⁸²³. Dois anos depois, o mesmo monarca realizou uma provisão sobre a posse de um olival e pedreira que pertenciam ao Convento de S. Domingos e que se localizariam perto do Convento⁸²⁴. Em 1322, o Convento de S. Vicente emprazou uma “uma casaria inteira” que tinha na “Corredeyra de S. Domingos”, onde as confrontações revelam apenas, uma outra almuinha pertencente “aos gafos”, ou seja a S. Lázaro, e vias públicas⁸²⁵. Com efeito, ocorreu neste local um processo de ruralização de um espaço anteriormente urbanizado e de uma consequente regressão dos limites urbanos da cidade. Note-se que a reurbanização deste local só se iniciará no século XV, quando é finalmente desmembrado o reguengo, através de um processo progressivo que culminará na construção do Hospital Real de Todos-os-Santos, em 1492⁸²⁶ (ver figura 85).

⁸²⁰ Sobre a implantação dos Dominicanos em Lisboa ver: Parte III, Subcapítulo 8.3 - S. Domingos – um Convento no Vale da Baixa.

⁸²¹ Cf. Rodrigo Banha da SILVA, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015: (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf)

⁸²² Luís Gonçalves concebe a sua proposta das dimensões do reguengo com base em vários documentos, desde a inquirição régia de 1220 até a uma descrição do referido Reguengo registado numa doação feita por D. Duarte a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, em 1434 (ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fl. 85v. (16-2-1434) (cf. Luís GONÇALVES, *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, pp. 109-112, disponível on-line: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>).

⁸²³ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 1, fl. 171v, de 18 de Julho de 1286.

⁸²⁴ Cf. *Sumários de Lousada*, parte II, fl. 34 v, publicado em *Documentos para a Historia da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 228.

⁸²⁵ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 6, doc. 41, de 10 de Dezembro de 1322.

⁸²⁶ Sobre a construção do Hospital Real de Todos-os-Santos afirma Ana Cristina LEITE: *Hospital Real de Todos-os-Santos: Séculos XV a XVIII*, Catálogo da Exposição, Paulo PEREIRA (dir.), Lisboa, Museu Rafael Bordalo Pinheiro, 1993, p. 5: “Dificuldades várias (reunir verbas e anexação dos pequenos hospitais) levaram a que só em 15 de Maio de 1492 fosse

A documentação sobre a transmissão de propriedade localizada na freguesia de S. Justa é muito escassa, sendo que as informações resultantes das fontes narrativas pouco ajudam a perceber a forma urbana desta paróquia, no entanto podemos afirmar que o cenário provavelmente não era muito diferente do que ocorria junto ao Convento de S. Domingos. Apenas encontramos um único documento referente a uma transacção de propriedade, nomeadamente, um testamento, realizado em 1290, onde se referem muito genericamente “casas” localizadas nesta freguesia⁸²⁷. Esta escassez de referências documentais sobre propriedades urbanas em Santa Justa até ao final da cronologia que nos importa (1325) ganha ainda mais expressão ao observar o contraste evidente com as múltiplas referências a propriedades urbanas nas freguesias de S. Nicolau e S. Julião, freguesias onde as referências a propriedades urbanas revelam não só um conjunto urbano de dimensões sólidas mas também tipologias muito diversas⁸²⁸.

Os dados arqueológicos que surgiram na escavação realizada no local do actual Hotel de S. Justa são coerentes com um cenário de abandono após 1147, pois, além do espólio islâmico recolhido no bairro muçulmano, que parece ter estado activo até meados do século XII, não se encontraram materiais do século XIII, nem XIV, que pudessem confirmar a ocupação do bairro nesses períodos⁸²⁹. Deste modo, tal como ocorreu na área junto ao Convento de S. Domingos, podemos também supor com alguma certeza que, no local do Hotel de S. Justa, terá ocorrido um abandono das propriedades urbanas após a conquista de 1147, que levou à ruralização do território e que a recuperação do crescimento urbano só terá regressado muito tardiamente às áreas mais a norte do arrabalde.

lançada a primeira pedra do «Espiral Grande de Lisboa na orta de Sam Domingos». O local de escolha para a construção deste edifício compreendia a área de uma horta que pertencia ao Convento de S. Domingos situada entre o Rossio, o Poço do Borratém e a Rua da Betesga.” Note-se também as afirmações de Iria Gonçalves sobre a urbanização do Rossio, tendo como base dois róis da propriedade régia elaborados em meados do século XV: “*O Rossio estava já em vias de urbanização, as suas almuíνας eram pequenas e a constante associação destas às casas, com o respectivo foro a pagar por umas e outras, mostra quanto estas eram mais importantes, como propriedade rendível, do que as hortas adjacentes*”. Os dois róis que Iria Gonçalves refere como fonte para estas afirmações são os códices nº 285 e 319, localizados em ANTT, *Núcleo Antigo*, produzidos em 1458 e 1465, respectivamente (cf. Iria GONÇALVES, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, p. 23).

⁸²⁷ ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 6, de 12 de Agosto de 1290.

⁸²⁸ Sobre uma análise à propriedade urbana nas freguesias de S. Nicolau e S. Julião ver: António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967; Manuel Fialho SILVA, “São Julião: Uma Freguesia Marítima de Lisboa (1147-1294)”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

⁸²⁹ Sobre a escavação arqueológica no Hotel de S. Justa ver: Victor FILIPE, *Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correiros nº 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa nº 42 a 48*, Lisboa, Processo S 33825, 2012, consultável no arquivo do IGESPAR; Victor FILIPE *et alii*, “A cerâmica de importação no arrabalde ocidental de Luxbuna (Lisboa): dados preliminares da intervenção realizada no Hotel de Santa Justa”, in *Actas do X Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves e Mértola, 22 a 27 de Outubro de 2012 (no prelo). Agradecemos ao arqueólogo Victor Filipe a disponibilidade com que nos facultou o relatório e nos esclareceu sobre algumas questões relativas a esta escavação.

3.2 DE ÁREA DE ARMAZENAMENTO A PARÓQUIA: O CASO DE S. LOURENÇO

Não muito longe de S. Domingos, encontrava-se a Igreja de S. Lourenço, a qual terá sido erguida em inícios do século XIII, ou nos finais do século anterior⁸³⁰. Em época de domínio islâmico o local onde depois foi construída a igreja detinha uma funcionalidade clara de armazenamento, pois foi aí encontrado um conjunto estruturado de silos que terá estado em funcionamento entre o século XI e os meados do século XII⁸³¹. A escolha deste espaço para armazenamento através do sistema de silos é explicada pelo cruzado inglês que nos descreveu a conquista da cidade em 1147. Segundo o cruzado Raul, “*efectivamente, junto das muralhas, a exiguidade do espaço e a quantidade de habitações familiares bem como a dureza da rocha firma ou também, no vale, a abundância de águas impediam que se abrissem covas*”⁸³². É também muito provável que o conjunto de estruturas de armazenamento ou de acumulação de detritos encontrados sob a igreja de S. Lourenço façam parte do sistema de armazenamento também descrito pelo cruzado Raul: “...foi encontrada, na nossa parte do arrabalde, dentro de covas rasgadas na encosta do monte, uma quantidade de perto de umas cem mil cargas de trigo e de cevada, de milho e de legumes, provisões que eram para a maior parte da cidade”⁸³³.

As palavras do cruzado parecem apontar para que esta face da encosta da Colina do Castelo estaria pouco urbanizada em 1147. Além disso, a própria construção deste templo num local onde as únicas estruturas existentes eram silos ou fossas parece também indiciar que esta parte da encosta não estaria, pelo menos, densamente urbanizada. É possível que se tratasse de uma zona de armazenamento ou de acumulação de desperdícios, ou, mais provavelmente, com ambas as funções, tal como indica a presença dos catorze silos ou fossas. Se assim for, poderemos estar perante uma expansão urbana na encosta, que contrasta com a regressão que se constata ter ocorrido em uma cota mais baixa, nomeadamente junto ao local das Hortas de S. Domingos.

⁸³⁰ A primeira referência documental conhecida a esta igreja consta na inquirição realizada em 1220 (ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18, publicada em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades). No entanto, como já referimos, Mário Farelo refere que recentemente se encontrou um documento, datado de 1191, onde se verifica a existência de toda a rede paroquial da cidade que existirá até ao séc. XVI (ver nota (a) em Quadro 2 - Antiquidade das Igrejas de Lisboa).

⁸³¹ Sobre as escavações arqueológicas que decorreram na Igreja de S. Lourenço ver: Clementino AMARO, *Palácio da Rosa – Igreja de São Lourenço (Mouraria – Lisboa). Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Processo S – 13790, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, IP; “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71; Teresa COELHO, “Trabalhos de recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa” *Revista Pedra & Cal*, 0, 1998, pp. 38-41.

⁸³² *A Conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 105.

⁸³³ *Ibidem*.

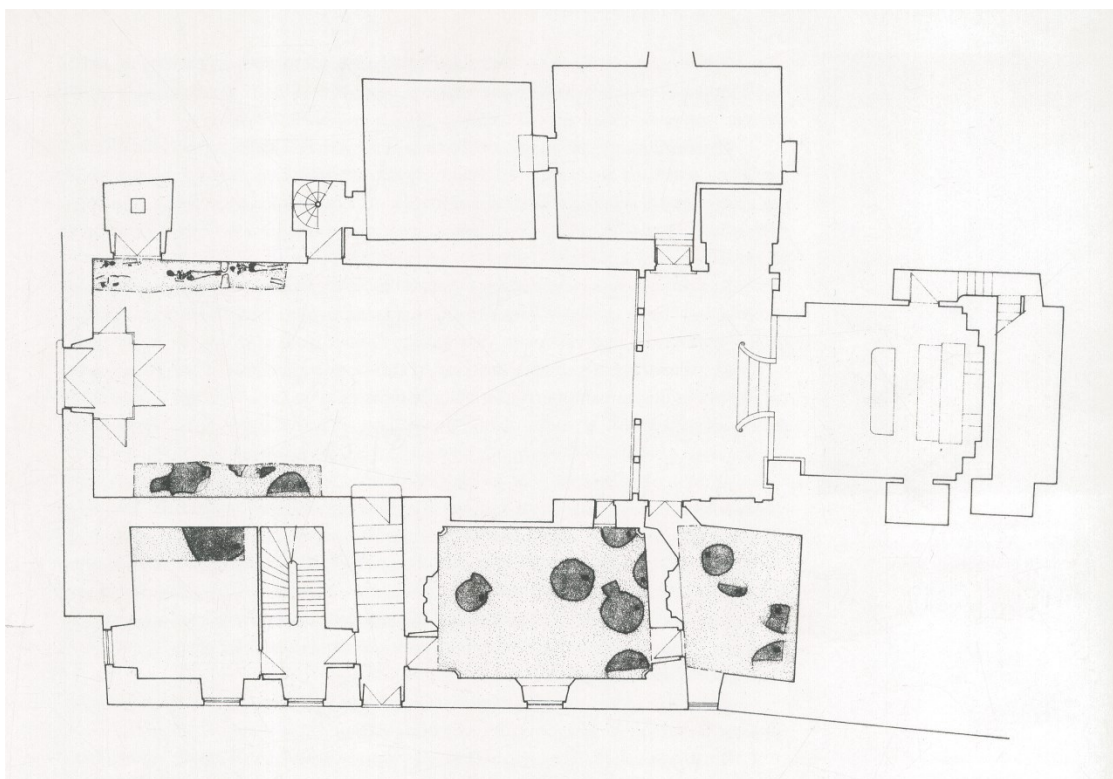


Figura 46. A Igreja de S. Lourenço com os silos/fossas (segundo Clementino Amaro)⁸³⁴

Sobre os motivos desta aparente contradição podemos apenas supor que, num momento não muito distante da conquista, talvez se tenha considerado mais seguro erguer uma nova igreja na encosta, num local mais elevado e vago de construções para aí fundar uma nova paróquia. A necessidade de segurança sentida durante toda a segunda metade da centúria de Duzentos prolongou-se até 1217, momento da tomada definitiva de Alcácer do Sal, era uma realidade indiscutível, pois tal como afirma Gérard Pradalié, “até então [1217] a sorte da cidade dependia quase exclusivamente, dos sucessos e recuos da guerra”⁸³⁵. Outros motivos para a escolha desta localização poderão estar relacionados com uma provável ausência de espaço livre mais abaixo, pois, como vimos, é bem provável que as igrejas de S. Maria de Alcamim, posteriormente denominada de S. Cristóvão e a igreja de S. Mamede já existissem em período de domínio islâmico, e já teriam portanto a sua respectiva área de influência paroquial solidamente estabelecida⁸³⁶.

⁸³⁴ Planta publicada em: Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 67.

⁸³⁵ Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, Edições Palas, 1975, p. 21.

⁸³⁶ Sobre este assunto ver: Prólogo, Capítulo 3 - A implantação da rede paroquial.

A igreja de S. Lourenço esteve, desde muito cedo, intimamente ligada a uma família pertencente às elites dirigentes: os Nogueira⁸³⁷. Em 1296, Mestre Pedro, físico de D. Dinis, cónego do Porto e da Guarda e reitor de Santiago de Óbidos fundou nessa igreja uma capela dedicada a Santa Ana, a qual será gerida pela sua família, a qual chegará a obter o direito de padroado da igreja em 1338, doado a Miguel Vivas por Afonso IV⁸³⁸. Deste modo, a igreja tornou-se na sede dos morgados dos Nogueira e simultaneamente o seu panteão familiar. Uma inscrição dá-nos conta que em 1271 foi erguida, nesta igreja, uma capela dedicada a Santa Vitória sob o patrocínio de um vigário do rei e alvazil da cidade, Vicente Martins, o qual foi também vigário do reguengo do Rei, reguengo este que se situava exactamente no Arrabalde Ocidental, envolvendo o complexo igreja-convento de S. Domingos, espaço bem visível do adro da igreja de S. Lourenço (ver figura 85)⁸³⁹.

Sobre o núcleo paroquial de S. Lourenço, a sua visibilidade urbanística na documentação é muito reduzida para o período que nos importa. Na verdade, apenas encontramos um único documento que localiza um ferragial “na Costa”, doado por um Vicente Martins ao Convento de Alcobaça em 1321⁸⁴⁰. Apesar de o silêncio documental não poder ser considerado uma prova da ausência de urbanização, este facto não pode ser ignorado, sobretudo se comparado com outras freguesias em que a densidade urbana é sobejamente evidente, como os casos de S. Nicolau e S. Julião ou S. Maria da Madalena.

⁸³⁷ Sobre os Nogueira, a sua presença em Lisboa e a sua influência na administração da igreja de S. Lourenço ver: Mário FARELO, “Ao serviço da Coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa os «Nogueiras»”, in Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA e João Luís FONTES (coords.), *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168; Gonçalo SILVA, *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.

⁸³⁸ Sobre a capela fundada por Mestre Pedro ver: Mário FARELO, “La vocation scolaire de la chapelle de maître Pierre de Lisbonne au XIVE siècle”, *Medievalista online*, 7, 2009, pp. 1-44. O testamento feito em 1296 por Mestre Pedro que descreve a fundação da capela está editado nesse mesmo artigo (cf. ANTT, *Arquivo do Hospital de S. José*, livro 62, fl. 73).

⁸³⁹ A inscrição referida foi publicada em: José Custódio Vieira da SILVA, “Da Galilé à Capela-Mor: O percurso do Espaço Funerário na Arquitectura Gótica Portuguesa”, in *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59; Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 970, nota 170. Na leitura de Mário Barroca observa-se o seguinte texto: “...*Aqueste Altar Edificou Vicente Martinz Vigario delRei e Alvazil de Lixbona a Honra da Been(d)ita Virgem Santa Vitoria...*”. A referência a Vicente Martins como vigário do reguengo pode ser observada no seu testamento: “*Testamento de Vicente Martinz, vigário do Reguengo de ElRey em que deixa uma cappella, de missa quotidiana, na igreja de São Lourenço desta cidade, feito em 22 de Mayo de 1303, Era de 1341, e a cappella tem a invocação de Sancta Vitoria...*” publicado em *Documentos para História da Cidade de Lisboa...*, 1954, p. 45). Não se trata portanto da inscrição comemorativa da fundação da igreja de S. Lourenço, como refere Mário Barroca (*Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 969), mas sim da inscrição comemorativa da fundação da capela de Santa Vitória, a qual foi edificada por Vicente Martinz, como o próprio alvazil refere no seu testamento.

⁸⁴⁰ Cf. ANTT, *Mosteiro de Alcobaça*, 2ª Incorporação, Maço 3, nº 87, 1321.

3.3 DO OUTRO LADO DO ESTEIRO – RUA DO OURO

Segundo António Marques, a escavação arqueológica que decorreu no quarteirão delimitado pelas actuais ruas do Ouro (197 a 203), Assunção (95 a 107) e Crucifixo (126 a 136), em 2002, detectou estruturas arqueológicas de época de domínio islâmico, que indicam que esta área estaria ocupada com edifícios no final época de domínio muçulmano⁸⁴¹. Esta ocupação terá sofrido um abandono, talvez relacionado com as alterações no poder político da cidade, e só terá sido reocupada no século XIV. A falta de informação publicada sobre esta escavação não nos permite perceber com mais exactidão a tipologia e funcionalidade dos edifícios que existiram neste local, tanto em época de domínio islâmico, como no século XIV, quando este espaço volta a ser ocupado. No entanto, a informação de António Marques permite-nos perceber que, tal como ocorreu noutros locais do arrabalde ocidental, nomeadamente, na actual Praça da Figueira e no Hotel de S. Justa, após a conquista de 1147, ocorreu uma regressão urbana que levou ao abandono das várias estruturas edificadas anteriormente. Este abandono causou diferentes hiatos ocupacionais que só foram colmatados posteriormente, e de modo não uniforme. Pois, se no caso do quarteirão da Rua do Ouro, a reocupação ocorreu no século XIV, no caso do bairro da Praça da Figueira, a recuperação urbana só ocorreu no final do século XV, como já observámos⁸⁴². Outras evidências de ocupação urbana em época islâmica, nomeadamente vestígios materiais, foram também encontrados em outros locais da margem ocidental do esteiro, no entanto dada a exiguidade das amostras não nos foi possível perceber uma evolução ocupacional para esses locais⁸⁴³.

⁸⁴¹ Informação oral de António Marques, em Fevereiro de 2016, assistida com fotografias de uma escavação ocorrida em 2002, conduzida por António Marques e Lídia Fernandes. Agradecemos a disponibilidade de António Marques em nos fornecer informações sobre esta importante escavação arqueológica.

⁸⁴² Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira, o seu abandono e reocupação ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”

⁸⁴³ Referimo-nos às escavações arqueológicas que ocorreram na Rua do Ouro, nº 133 e Rua de S. Nicolau, nº 107-111. (Ver: Parte III, Subcapítulo 3.3 - Do outro lado do esteiro – Rua do Ouro. Para a localização destes sítios arqueológicos ver figura 43.

CAPÍTULO 4: AS JUDIARIAS DE LISBOA

Lisboa teve em época medieval três judiarias e um núcleo judaico. Dessas três judiarias uma delas não será aqui considerada – a judiaria de Alfama – por ter surgido num momento posterior ao final do reinado de D. Dinis, limite cronológico deste trabalho. As outras duas judiarias, a Velha e a Nova, também conhecidas como a Grande e a Pequena, respectivamente, situavam-se no Arrabalde Ocidental, tendo a primeira surgido num momento anterior a 1147 que não podemos indicar, e a segunda durante o reinado de D. Dinis. O núcleo judaico da Pedreira teve uma existência curta, durante o reinado do Lavrador, mas relevante para o desenvolvimento urbanístico dessa área.

4.1 A JUDIARIA VELHA / GRANDE: DEFINIÇÃO DE UM ESPAÇO E PROBLEMÁTICAS⁸⁴⁴

A mais antiga referência conhecida sobre uma comunidade judaica em Lisboa é a elegia relativa à tomada da cidade em 1147, um poema escrito por Abraham Ibn Ezra, conhecido polímata judeu, nascido em Toledo em 1092 ou 1093, e falecido em 1167⁸⁴⁵. A elegia retrata a conquista de 1147 como um momento catastrófico para a comunidade judaica, que marca o final de uma época “livre de perseguições”. Segundo Ibn Ezra, “*o Talmud ficou ermo, por carência de discípulos/ Houve assassinatos, e gente esfomeada a gemer por toda a parte/ A casa das orações e louvores, foi vilmente profanada / E gente estranha, hoste feroz, rasgou de Deus a lei verdadeira.*”⁸⁴⁶. Esta informação confirma a existência, em Lisboa, de uma comunidade judaica e da respectiva sinagoga, em época de domínio islâmico. Trata-se de uma fonte documental que descreve um acontecimento histórico, mas em que a parte ficcional não deve ser minimizada, pois sabemos que a comunidade judaica não foi totalmente erradicada. A primeira referência documental a uma estrutura urbana relacionável com a

⁸⁴⁴ Os mais relevantes estudos sobre a Judiaria Velha de Lisboa foram realizados por Augusto Vieira da SILVA: “A Judiaria Velha de Lisboa: Estudo topographico sobre a antiga Lisboa”, *O Archeologo Português*, vol. V, nºs 11–12, Lisboa, Museu Ethnológico Português, 1899-1900; artigo que foi reformulado e actualizado em “A Judiaria Velha” in *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1940, pp. 203-239. Também Maria José Ferro Tavares alude à comunidade judaica de Lisboa nas seguintes obras: *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; *Os Judeus em Portugal no séc. XV*, Universidade Nova: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1982; *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010. Na sua dissertação de doutoramento também Luísa Trindade dedica um capítulo às judiarias de Portugal: *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 619-664.

⁸⁴⁵ O mesmo autor escreveu também uma elegia sobre a destruição de várias comunidades judaicas no al-Andalus pela mão dos almóadas, como foi o caso de Almeria, Lucena, Córdoba, Jaen, Maiorca e Málaga (Cf. Enrique MONTENEGRO, “Abraham Ibn Ezra en las Crónicas HispanoHebreas”, *Kakalorikos*, nº 9, 2004, p. 246).

⁸⁴⁶ Samuel Schwartz realizou um estudo e tradução desta elegia em: “Elegia de Rabi Abraham ibn Ezera (1092-1167) sobre a tomada de Lisboa”, *Revista Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, nº 55, 1952, pp. 35-44.

judiaria, uma “*aljazaria de Judeos*”, surge numa venda de umas casas realizada em 1205 que se guarda no fundo documental do Mosteiro de Chelas⁸⁴⁷. Jorge de Alarcão, no seu estudo sobre a evolução do urbanismo de Coimbra, verificou algumas “*aljazarias*” nessa cidade⁸⁴⁸, afirmando que este étimo teria o significado de “carniçaria, açougue ou talho”, o que realmente parece ser coerente com a *aljazaria* referida na Madalena pois, no documento do Convento de Chelas são referidos uns “bancos da carne”. Além disso, a compatibilidade deste étimo com a palavra árabe “*jazzar*”, “carniceiro”, ou “*majzir*”, “matadouro”, ambas procedentes da raiz “*jazr*”, “matar”, parece também suportar essa proposta. Consideramos, portanto, ser muito provável que esta “*aljazaria*” dos judeus se refira a uma carniçaria situada na judiaria grande, pois o documento localiza-a na freguesia de S. Maria da Madalena, a qual era contígua aos limites meridionais e orientais da referida judiaria. Deste modo, parece-nos haver uma continuidade espacial entre a comunidade referida pelo polímata Ibn Ezra, na sua elegia composta após 1147, e a judiaria onde existiriam as referidas carniçarias dos judeus⁸⁴⁹.

Apesar da muito provável continuidade no local onde se situava a judiaria de Lisboa no domínio muçulmano e no cristão, devemos relembrar uma diferença substancial entre ambas as épocas. Nas cidades medievais islâmicas era comum ocorrer um agrupamento de grupos étnicos de origens tribais diferentes em bairros específicos de forma voluntária e generalizada⁸⁵⁰. A segregação obrigatória e forçada das comunidades judaicas não era um facto normal nas cidades do al-Andalus, sobretudo antes

⁸⁴⁷ “...*hec est Karta venditionis... ..de unas nostras casas quam habuimus ulixbone in collatione Sancta Maria Madganela ubi vocant aljazaria de Judeos...*” ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço VII, nº 142. Publicado em Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, Edições Palas, 1975, p. 147. Este autor atribui-lhe a data de 1175, mas aparentemente, não tomou em conta um X aspado que nos leva aqui a considerar o ano de 1205. Deve também ser tomada em conta a referência não a uma judiaria, mas apenas a judeus, no foral dos mouros forros de Lisboa, feito em 1170 por Afonso Henriques: “*Et nullus meus christianus neque iudeus super vos habeat nocendi potestatem...*” cf. *PMH, Leges I*, 396-397.

⁸⁴⁸ Jorge Alarcão, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, p. 90.

⁸⁴⁹ Esta tem sido a proposta da maioria dos estudiosos desta matéria. Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 203: “...*somos de opinião que esta Judiaria, ou Judaria, como se encontra escrito nos documentos mais antigos, já desde antes a conquista de Lisboa em 1147 estava destinada para os judeus, conquanto alguns destes vivessem isoladamente entre os cristãos, à semelhança do que aconteceu depois com os muçulmanos, que tendo as suas Mourarias, moravam também nas ruas da cidade destinadas aos cristãos*”; José Luís de MATOS, “Lisboa Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 84: “*Existiam judeus em Lisboa em época islâmica e provavelmente na área da Judiaria Grande junto ao antigo Porto Romano*.”; Maria José Ferro TAVARES, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p. 59: “*A referência às portas da Judiaria Velha remontava, pelo menos, ao reinado de D. Dinis, talvez reminiscências ainda do arrabalde judaico da cidade muçulmana*.”; Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 620: “*Os judeus não se instalam, por isso, depois de organizado o espaço cristão. Pelo contrário. Se a nova ordem política trouxe consigo uma nova ordem do espaço, determinando logo após a conquista a troca dos locais estratégicos entre vencidos e vencedores, aos judeus terá sido possível, em muito casos, manter a sua anterior implantação... .. Foi essa a situação ocorrida em Lisboa servindo, certamente, de indicador para outros tantos casos análogos*.”

⁸⁵⁰ Mark COHEN, *Under Crescent and Cross: The Jews in the Middle Ages*, Princeton, Princeton University Press, 1994, pp. 125-127.

do século XII⁸⁵¹. Durante os primeiros reinados dos reis portugueses, esta situação ter-se-á mantido, mas a progressiva degradação das relações entre cristãos e judeus levou a que os judeus fossem obrigatoriamente segregados em judiarias⁸⁵². Deste modo, não devemos estranhar o tom lacrimoso em que Ibn Ezra se despede da judiaria de Lisboa onde “*sem mágoa e em sossego, aí vivia a Nação exilada / livre de perseguições...*”.

Antes de avançarmos para a nossa proposta de reconstituição da Judiaria Velha importa perceber alguns aspectos que a definem. Seria a judiaria um espaço fechado por uma muralha e portas? Estariam os judeus obrigados a viver apenas dentro desse espaço? Qual a configuração urbana da Judiaria Velha? Qual a posição desta judiaria na lógica urbana da cidade?

Relativamente à primeira questão, Christophe Picard afirma que as judiarias existentes em época de domínio islâmico, que eram uma herança de época visigótica, não teriam fronteiras estritas com o resto da cidade⁸⁵³. Maria José Ferro Tavares considera que as judiarias, em época de domínio cristão, só se tornaria um espaço obrigatório e segregante com o decorrer dos séculos XIV e XV⁸⁵⁴. Um dos momentos decisivos, apontado por vários autores como o início de um movimento de segregação dos judeus ocorre com o concílio de Latrão, em 1215, quando é imposto aos judeus que usem sinais distintivos no seu vestuário⁸⁵⁵. No reino português, apenas no reinado de D. Pedro, mais precisamente durante as cortes de Elvas de 1361, a pedido dos procuradores dos concelhos, é criada uma ordenação jurídica que constitui mourarias e judiarias “*nas vilas grandes e nos outros lugares onde houver até dez judeus ou mouros*”, afirmando ainda o monarca nessas cortes: “*mandamos às justiças que lhes dêem*

⁸⁵¹ A chegada das dinastias berberes ao poder no al-Andalus degradou em larga escala as relações entre muçulmanos e judeus nas cidades do al-Andalus, tal como afirma José Lacave: “*Con la llegada de los almorávides en 1090 acabaría el esplendor judío de Granada. Aquella comunidad que tanta gloria había alcanzado quedó en pocos años desmantelada. El temor que les inspiró la nueva dinastía gobernante provocó la huida de la inmensa mayoría de los judíos de Granada, Almería, Málaga, etc., hacia los reinos cristianos de la Península, y algunos, como la familia Ibn Tibbón, llegaron a la Provenza*” cf. “Las Juderías del Reino de Granada”, *Chronica Nova*, nº 20, Granada, Universidad de Granada, 1992, p. 246.

⁸⁵² Sobre a progressiva alteração das relações sociais entre cristãos e judeus no reino português ver: Maria José Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970; *Os Judeus em Portugal no séc. XV*, Universidade Nova: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1982.

⁸⁵³ Christophe PICARD, *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve, 2000, p.263.

⁸⁵⁴ Maria José Ferro TAVARES, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p. 57: “*Mais tarde com o decorrer do século XIV e nos inícios do XV, passou a ser obrigatório os judeus viverem no interior da judiaria, embora as exceções continuassem a existir como a fixação da família Negro em Valverde, hoje Bairro Alto*”.

⁸⁵⁵ Cf. Maria José Ferro TAVARES, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p.20; Flocel SABATÉ, “L’Espace des minorités ethniques et religieuses: Les Juifs dans les Villes Catalanes au Bas Moyen Âge” in *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, Savoia, Université de Savoie, 2012, p. 235: “*Le IV^e concilie du Latran en 1215 instaure le fait qu’il faut singulariser les Juifs dans leur façon de se vêtir, ainsi que limiter leurs activités usuraires et les séparer des offices publics, ce qui conduit à les reléguer au second plan dans la société*”.

lugares apropriados para a sua morada”⁸⁵⁶. Em 1366, o mesmo rei ordena o fecho das portas da Judiaria Velha de Lisboa, incumbindo guardas régios sobre o cumprimento dessa tarefa⁸⁵⁷.

A segregação tanto de judeus como de muçulmanos em espaços delimitados das cidades foi então um processo progressivo que se iniciou no século XIII, decorrendo por todo o século XIV. No entanto, as exceções e resistências à segregação espacial duraram até ao século XV, altura em que D. João I promulga uma ordenação semelhante, pois os judeus continuavam a habitar entre os cristãos⁸⁵⁸.

Seja como for, a Judiaria Velha de Lisboa possuía portas que a delimitavam, estivessem ou não os judeus obrigados a viver no seu interior. A primeira referência documental a uma porta da judiaria surge quase um século antes de D. Pedro I ordenar o fecho da judiaria, num aforamento realizado por Afonso III, em 1276, sobre metade de três tendas em S. Nicolau⁸⁵⁹. A existência destas portas, muito anteriores à legislação de D. Pedro I, levanta a questão da sua origem. Terão sido impostas por algum monarca português, ou seriam ainda herança da judiaria de época islâmica? Neste momento não podemos responder a esta questão de modo concludente, podemos apenas afirmar a plausibilidade de ambas as hipóteses⁸⁶⁰.

Em toda a documentação que consultámos não foi encontrada qualquer referência a uma muralha que delimitasse a Judiaria Velha, o que nos leva a aceitar que não existiria qualquer “*muro especial divisório entre as habitações dos cristãos e dos hebreus, sendo naturalmente os próprios muros das propriedades que fariam a separação*”, tal como afirma Augusto Vieira da Silva⁸⁶¹. O isolamento das judiarias através do entaipamento dos edifícios contíguos parece mesmo ter sido a opção mais comum no reino português, tal como notou Luísa Trindade⁸⁶².

⁸⁵⁶ Cortes Portuguesas, *Reinado de D. Pedro I*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 52.

⁸⁵⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Pedro*, Livro I, fl. 124.

⁸⁵⁸ Cf. Maria José Ferro TAVARES, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p.23. Encontrámos alguns exemplos de judeus que talvez habitassem fora do espaço da judiaria, ou pelo menos, teriam propriedades fora desse espaço: em 1289 surge um Anson Judeu, nas confrontações de uma doação de um campo de pardieiros na freguesia de Santiago, no interior da medina (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 1, fl. 268 v.); em 1303 D. Dinis cria o núcleo judaico da Pedreira (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 25v., 26).

⁸⁵⁹ ANTT, *Livro da Extremadura 12*, fl. 114 v.

⁸⁶⁰ Maria José Ferro Tavares supõe que a existência destas portas se deve prender com a herança da judiaria de origem islâmica: “*Isto não significava que nas judiarias mais antigas de origem islâmica não encontrássemos já a existência de uma separação do espaço do arrabalde judaico do território onde residia a maioria de crença islâmica, através de portas. (...) De facto, a separação dos territórios dos crentes e dos não crentes era uma realidade que os reinos peninsulares herdaram e mantiveram, mesmo antes das leis impositivas que a tal obrigavam. Daí que encontremos a sua menção, ainda no século XIII, às portas das judiarias de Lisboa e de Coimbra.*” *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p.22.

⁸⁶¹ *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 214.

⁸⁶² Cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 627.

Relativamente à configuração urbana da Judiaria Velha, é importante considerar que esta comunidade estava bastante arabizada quando Afonso Henriques e os cruzados tomam a cidade em 1147, um facto que se revela na antroponímia dos membros dessa comunidade, como é o caso de Salomão Alboriqui⁸⁶³, que possuía uns pardieiros na judiaria nos meados do século XIII ou de um Zoleyma, que surge nas confrontações de umas casas na Madalena, em 1205⁸⁶⁴, ambos identificados como judeus e marcados por uma arabização onomástica. Esta arabização da comunidade judaica de Lisboa, pode ser observada em paralelo com outras cidades, onde existiam importantes comunidades judaicas, tomadas pelos cristãos na mesma época, Lérida (1149) e Tortosa (1148). Tal como notou Flocel Sabaté, o facto de as comunidades judaicas destas cidades do levante do al-Andalus estarem bastante arabizadas permitiu que servissem de mediadores entre muçulmanos e cristãos, e, sobretudo, que mantivessem uma influência preponderante no comércio e economia da cidade, um peso que as comunidades muçulmanas perderam definitivamente após a chegada ao poder dos cristãos⁸⁶⁵. No caso específico da judiaria grande de Lisboa esta manutenção da influência das elites judaicas na estrutura social do reino pode e deve ser considerada em conjunto com a sobrevivência da forma urbana da própria judiaria durante toda a época de domínio cristão⁸⁶⁶. Na verdade, não conhecemos intervenções de cristãos na forma urbana da judiaria enquanto esta existiu até à expulsão da comunidade na última década do século XV⁸⁶⁷. Nem tal seria equacionável, visto que os judeus, bem como o local onde

⁸⁶³ Este nome surge em dois documentos. Nas confrontações de uma doação de pardieiros, em 1260, pertencentes ao referido Salomão Alboriqui encontra-se também uma “*tenda de Salomão Alboriqui que foi Judeu*” (cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, livro 1, fl. 46). Em 1269, talvez os mesmos pardieiros tenham sido aforados por Afonso III a um Issac, filho de Pardo, (cf. ANTT, *Chancelaria Afonso III*, livro I, fl. 92 v.: “*pardieiros que foram de alboriqui*”). Sobre a arabização da antroponímia moçárabe e judaica em Lisboa ver: Manuel Fialho SILVA, Inês LOURINHO comunicação apresentada no colóquio internacional Moçárabes Cultura e acultura, em Silves, Outubro de 2010, “O hibridismo na sociedade olisiponense pós-1147”, 2011, disponível em: https://www.academia.edu/22285169/O_Hibridismo_na_Sociedade_Olisiponense_pós-1147

⁸⁶⁴ *Zoleyma* é a forma romanceada de *Sulayman*, que, por sua vez é uma arabização da forma hebraica *Shlomo*. Cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 8, doc. 142, de 1205.

⁸⁶⁵ Flocel SABATÉ, “L’Espace des minorités ethniques et religieuses: Les Juifs dans les Villes Catalanes au Bas Moyen Âge” in *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, Savoia, Université de Savoie, 2012, p. 232: “...il y a une population juive qui vit le changement de façon tout à fait différente: tout en étant mélangée avec la population musulmane et s’exprimant même en arabe, elle peut s’adapter aux nouveaux seigneurs, pour lesquels elle exerce une fonction de médiateur avec les vaincus, comme la traduction, maintient une puissance économique et occupe d’importants poste de responsabilité, comme celui de bailli.” No caso da comunidade judaica de Lisboa a sua influência junto de D. Dinis adquire proporções ainda maiores, como demonstra o caso de D. Juda, arrabi-mor do reino, que realizou obras relevantes na sinagoga de Lisboa em 1307 (cf. Maria José Ferro TAVARES, *Os Judeus em Portugal no séc. XIV*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970. p. 36).

⁸⁶⁶ Ainda sobre a diferença entre a posição social da comunidade judaica e da muçulmana no período subsequente à conquista de 1147 é importante considerar a posição de poder em que são colocados os judeus no foral dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcacer de 1170: “*Et nullus meus christianus neque iudeus super vos habeat nocendi potestatem sed ille quem vos de gente et fide vestra super vos pro alcaide elegeritis ipsemet iudicet vos.*” cf. PMH, *Leges* I, 396–397.

⁸⁶⁷ Sobre o processo de desmantelamento da judiaria de Lisboa ver: Amélia Aguiar ANDRADE, “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Faculdade de Letras, 2006, vol. I, 143-163. Maria José Ferro

habitavam, pertenciam à coroa, constituindo uma comunidade com um certo nível de independência dentro da cidade, escrevendo o seu próprio papel no jogo de poderes disputado entre as elites urbanas, o concelho, as entidades eclesiásticas e tendo como último protector o monarca⁸⁶⁸. O nosso total desconhecimento de vestígios arqueológicos pertencentes à Judiaria Velha de Lisboa permite-nos apenas propor, com base na cartografia pré-pombalina e nas escassas referências documentais, que este espaço se deveria caracterizar por um urbanismo mediterrânico/islâmico dominado por casas estruturadas num pátio, o que terá resultado na presença de múltiplos adarves de acesso ao interior dessas casas, os quais são visíveis na cartografia pré-pombalina (figura 47)⁸⁶⁹. Se assim foi, terá sido a Judiaria Velha de Lisboa um exemplo que foge à regra do que parece ocorrer em quase toda a cidade⁸⁷⁰, e também, na maior parte do território do reino português, tal como observou Luísa Trindade⁸⁷¹, em que o modelo urbano mediterrânico/islâmico foi substituído por um modelo cuja matriz provém do norte europeu? A verdade é que a mera observação da cartografia pré-pombalina não nos permite afirmar a sobrevivência do modelo habitacional da casa-pátio na Judiaria Velha, apenas perceber que esse modelo ficou fossilizado na sua morfologia urbana, sobretudo através da configuração da estrutura viária secundária e terciária que, com certeza sofrendo alterações, manteve um “sabor” mediterrânico até ao terramoto de 1755. Um aspecto que não ocorre apenas no espaço da Judiaria, mas que talvez tenha congregado condições que permitiram um prolongamento do modelo habitacional mediterrânico até ao final do século XV, quando a comunidade judaica é forçada a abandonar o reino.

Tavares refere uma tentativa frustrada da parte do concelho da cidade em deslocar a judiaria para Valverde nas cortes de Lisboa de 1439 (cf. *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p. 24). A destruição

⁸⁶⁸ Tal afirma Maria José Ferro Tavares, “*os reis de Portugal tinham uma relação muito estreita com os judeus, de quem eram o único senhor, senhor dos seus bens e das suas pessoas. Ou seja, pertencia ao soberano permitir-lhes, ou não, a permanência no reino como judeus*” cf. *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p. 24.

⁸⁶⁹ Sobre o processo de formação do urbanismo mediterrânico/islâmico ver: Prólogo: de *Olisipo a Lixboa*.

⁸⁷⁰ Ver o abandono que ocorreu no Bairro Islâmico da Praça da Figueira e no conjunto urbano localizado no Hotel de S. Justa, muito provavelmente, ocorrido após a tomada da cidade em 1147 (cf. Parte III, Capítulo 3 - Regressão urbana no Arrabalde Ocidental), ou o desaparecimento, após 1147, do pátio central da habitação localizada nas traseiras da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (cf. Parte IV, Subcapítulo 3.1 - Continuidades e roturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão). Todos estes exemplos parecem apontar para o desaparecimento generalizado do modelo urbano mediterrânico/islâmico que se estrutura na casa com pátio central ou lateral.

⁸⁷¹ Cf. Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 69-95.

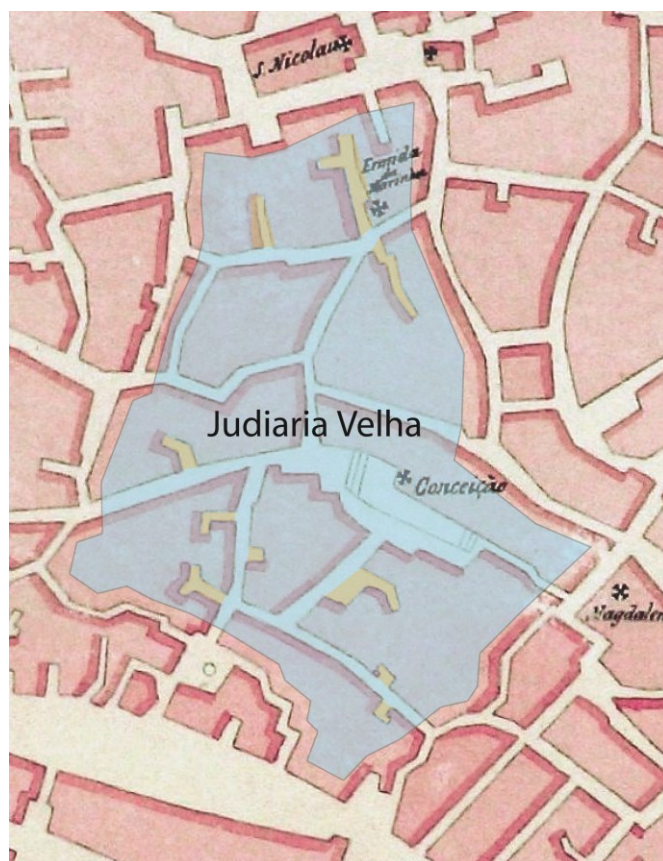


Figura 47. Adaptação de pormenor da planta de João Nunes Tinoco (1650) com o espaço da Judiaria Velha e respectivos adarves assinalados

A circunscrição espacial da judiaria suporia um precoce crescimento em altura no interior do espaço da judiaria, no entanto, não encontramos referências, na documentação produzida até 1325, a sobrados ou casas sobradadas na Judiaria Velha⁸⁷². A pequena dimensão do grupo documental encontrado, respeitante à Judiaria Velha, não nos permite tirar conclusões sobre a ocorrência ou não de um crescimento em altura durante a época que aqui analisamos.

Sobre a posição que a Judiaria Velha ocupava na lógica urbana da Lisboa medieval podemos afirmar, sem qualquer dúvida, que compreendia um espaço central, não só, relativamente ao arrabalde ocidental, mas também, na própria dinâmica económica e comercial de toda a cidade. Se a nossa suposição sobre a existência de um *suq* no arrabalde, ao longo da via da corredoura estiver correta, a

⁸⁷² Foram apenas oito os documentos encontrados que se referem directamente a transferências de propriedades localizadas na judiaria até 1325: doação de uma casa em 1217 (ANTT, *Forais Antigos*, Maço 12, nº 3, fl. 37); doação de uns pardieiros em 1260 (ANTT, *Chancelaria Afonso III*, liv. 1, fl. 46); escambo de um sótão em 1286 (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 1, fl. 166v.); aforamento de uma casa em 1294 (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 2, fl. 85v.); venda de três tendas em 1300 (ANTT, *Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis*, maço 2, nº 210); venda de duas casas em 1308 (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 27, nº 536); partição de herança em 1309 (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 23, nº 459); composição sobre contenda em 1319 (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 24, nº 474).

centralidade da posição da judiaria não terá ocorrido apenas em época de domínio cristão, mas também em época de domínio muçulmano. A posição de centralidade junto do principal eixo económico da cidade em época cristã irá manter-se, tanto numa primeira fase, até ao reinado de Afonso III, quando o centro comercial da cidade se situava na via que ia do adro da Sé, passando pela porta do Ferro, pela igreja da Madalena, até à igreja de S. Nicolau, como numa segunda fase, após a abertura da Rua Nova, e depois da deslocalização para a Ribeira do centro económico e político da cidade, que irá ocorrer no reinado de D. Dinis⁸⁷³. Em ambos estes momentos a Judiaria Velha permaneceu numa posição privilegiada sempre próxima às principais artérias comerciais da urbe. Este posicionamento não é original de Lisboa, pelo contrário, podemos encontrar várias cidades dos reinos ibéricos onde as judiarias posicionavam junto a importantes vias comerciais dessas cidades, tal como era o caso de Tortosa e Lérida⁸⁷⁴, no levante da Península, e também o caso de muitas cidades do reino português⁸⁷⁵. Salienta-se entre as cidades portuguesas com judiaria o caso de Coimbra, onde, até à segunda metade do século XIV, a judiaria se localizava junto ao exterior das muralhas, ao longo da principal via norte, que seguia em direcção ao Porto, numa posição muito semelhante à que tinha a Judiaria Velha de Lisboa⁸⁷⁶.

4.2 A RECONSTITUIÇÃO DA JUDIARIA VELHA

A sinagoga grande localizava-se no centro do bairro judaico, no local onde depois existiu a igreja da Conceição Velha, tal como comprova a doação que D. Manuel fez, em 1502, *“da igreja de N. S. da Conceição, que se fez na casa grande da esnoga dos judeus, ao mestrado de Nosso Senhor Jesus*

⁸⁷³ Sobre a evolução do centro económico, comercial e político da cidade ver: Parte III, capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

⁸⁷⁴ Cf. Flocel SABATÉ, “L’Espace des minorités ethniques et religieuses: Les Juifs dans les Villes Catalanes au Bas Moyen Âge” in *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, Savoia, Université de Savoie, 2012, p. 233: “Le quartier juif est toujours situé dans un endroit importante de la ville: dans les deux capitales, Tortosa et Lérida, il se trouve à côté de l’ancienne muraille, sur une des voies principales romaines d’entrée à la ville et non loin des centres du pouvoir d’abord musulmans et ensuite chrétiens”.

⁸⁷⁵ Sobre o posicionamento das judiarias no reino de Portugal, Maria José Ferro Tavares afirma: “Dedicando-se a população judaica ao comércio e à produção artesanal, não é de admirar que a rua, onde começaram a instalar-se, fosse escolhida em função das suas actividades económicas, as quais interessavam também directamente à população cristã que serviam com o seu trabalho e o seu dinheiro. Daí a proximidade da “rua dos judeus” com as designadas Rua Direita ou Rua da Corredoura, vias especialmente vocacionadas para o negócio e caracterizadas pelas tendas e lojas de porta larga, como em Torre de Moncorvo, Viseu, Guarda, Coimbra, Óbidos, Arraiolos, Silves ou Lagos, ou daquelas e da feira/mercado, como em Trancoso e na Guarda, ou da Praça, como em Évora, Elvas, Lamego ou Viseu, e inicialmente, em Braga.” cf. Maria José Ferro TAVARES, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p. 24.

⁸⁷⁶ A comunidade judaica de Coimbra está documentada desde o século X. Esta judiaria foi deslocalizada num momento impreciso, entre 1360 e 1379, quando foi transferida para a Rua Direita, talvez por motivos de estratégia militar. Cf. Jorge ALARCÃO, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, pp. 151-153.

Christo”⁸⁷⁷. A sinagoga grande era o principal templo judaico da cidade onde se congregava a comunidade. Na reconstrução pombalina que se seguiu ao terramoto de 1755 foi encontrada uma lápide hebraica que pertencia a uma das sinagogas da comunidade, muito provavelmente à sinagoga grande, visto que a lápide terá sido encontrada perto da desaparecida igreja da Conceição Velha⁸⁷⁸. Na lápide afirma-se que a sinagoga foi construída em 1306 com o financiamento do rabi Judah filho de Guedaliah⁸⁷⁹. É muito provável que a sinagoga construída pelo rabi mor de D. Dinis tenha substituído uma outra anterior, talvez ainda anterior a 1147. Neste sentido, uma doação de D. Dinis feita em 1302 ao mesmo arrabi-mor Judah, de um curral das tendas, localizado na Sapataria, indica a existência de uma sinagoga a ocidente desse curral, várias tendas do monarca a oriente e a norte, e a sul, casas que foram de um rabi Joseph “*escrivão dos judeus*”⁸⁸⁰. A situação descrita por este documento do “*curral das tendas*”, localizado na Sapataria, tem causado alguns equívocos que importa esclarecer. Este curral das tendas localizava-se nas traseiras de uma via onde existiam várias tendas régias, que se situava a nordeste do referido curral, enquanto a sul existiam casas pertencentes a um judeu, ou seja, integradas em uma judiaria, e a ocidente situava-se uma sinagoga. Ora, esta localização não se ajusta a um curral das tendas que pudesse existir na judiaria pequena como foi já proposto, mas sim a um curral de tendas que existia nas traseiras da fachada ocidental da Rua da Correaria, onde realmente existiam inúmeras tendas régias, e que estava próxima à localização atribuída à sinagoga grande⁸⁸¹. O equívoco é causado pela localização da Sapataria, a qual se refere à parte da Rua da Correaria que tinha este nome e não à Rua da Sapataria que se situava a norte da Judiaria Pequena, pois em 1302, os judeus provavelmente ainda não habitavam nesse local, apesar de os lotes estarem já provavelmente construídos⁸⁸². Além

⁸⁷⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 4, fl. 24 v.

⁸⁷⁸ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 215.

⁸⁷⁹ A tradução está publicada por Maria José Ferro TAVARES, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p.66: “*Esta é a porta do Senhor pela qual os justos / entrarão. Entrai pelas suas portas com graças / e em seus átrios com louvor. Vós que ides / no caminho do Senhor acorrei à casa do culto. / Três vezes por dia, vinde a suas portas em acção / de graças. E tomai nas vossas mãos cítaras / e cantai um cântico de graças. Edifício formoso / e belo construiu o opulento rabi Yahudah, / filho de Guedaliah, que tem o seu assento nas / assembleias dos justos e da congregação. / Ao nome do Senhor levantou e construiu esta / obra magnífica. E acabou a obra do nosso Deus, / no primeiro dia do nosso famoso mês de Atanim, / no ano cinco mil e sessenta e sete do nosso / cômputo.*” Desde o primeiro artigo publicado com o texto e tradução desta lápide em 1889 (*Revista Archeologica*, vol. III, Lisboa, Typographia de Adolpho Modesto, 1889, p. 115.) até à mais recente tradução que aqui reproduzimos, publicada em 2010, que é aplicada a datação de 1307 para esta lápide, no entanto, se tivermos em conta que o mês referido é *Atanim*, ou seja, *Tishrei*, o sétimo mês, a data converte-se em 18 de Setembro de 1306.

⁸⁸⁰ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 3, fl. 21 v.: “*curral das minhas tendas de Lisboa que esta en a testa com a Sinagoga a par da Çapataria...*”.

⁸⁸¹ Maria José Ferro Tavares afirma sobre a Judiaria Pequena: “*Pertencia à freguesia de S. Julião. Seria conhecida por Judaria das Taracenas ou da Sapataria. Perto da Sapataria ficava a sua sinagoga, mencionada numa carta régia de 1302.*” (*As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010, p.68)

⁸⁸² Sobre a construção e ocupação da Judiaria Pequena ver: Manuel Fialho SILVA, “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”, *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*, Guimarães,

disso, no início do século XIV, o topónimo Sapataria surge várias vezes localizado na freguesia da Madalena, claramente um segmento da Rua da Correaria, entre a Igreja da Madalena e a igreja de S. Nicolau⁸⁸³, e não ainda na freguesia de S. Julião, a norte da Judiaria Pequena, local que é referenciado nesta época apenas como Morraz⁸⁸⁴, sendo que a designação de Sapataria para a rua localizada a norte da Judiaria Pequena ocorre apenas em final do século XV, tal como observou Augusto Vieira da Silva⁸⁸⁵.

Regressando à sinagoga grande, é possível que D. Judah, arrabi-mor do reino tenha recebido a doação do curral das tendas, em 1302, justamente para poder realizar obras relacionadas com a sinagoga grande que terminaram em 1306, como indica a já referida lápide. Sobre esta questão, as possibilidades multiplicam-se, pois não há dados concretos sobre o que realmente aconteceu. O arrabi-mor pode ter erguido uma nova sinagoga no local da anterior, talvez expandindo-a, com recurso ao espaço do curral das tendas que dispunha desde 1302, o qual era contíguo à antiga sinagoga. Pode também simplesmente ter realizado obras de remodelação na sinagoga grande e ter disposto do espaço do curral para outra finalidade. São questões de difícil resposta pois, os termos patentes na lápide de 1306 são muito laudatórios para o arrabi e pouco esclarecedores sobre a real natureza das obras. Seja como for, importa referir que as obras no “edifício formoso e belo” que “*construiu o opulento rabi Yahudah*”, revelam uma clara correspondência com as obras que então decorriam no mesmo momento, no claustro da Sé, onde algumas famílias das elites lisboetas financiavam a construção de capelas, alterando a forma arquitectónica do principal templo cristão, tal como o arrabi-mor fazia na sinagoga grande de Lisboa⁸⁸⁶. Há registo de outras sinagogas na Judiaria Velha, mas até ao final do reinado do lavrador não há qualquer notícia da sua existência⁸⁸⁷.

Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 181-193; Artur ROCHA, Manuel Fialho SILVA, “A Génese da Judiaria Pequena no século XIV”, in *Actas do colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, 20-22 de Novembro de 2013 (no prelo).

⁸⁸³ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 57: aforamento de uma casa na “Rua dos Çapateiros” na Freguesia da Madalena, em 1310; ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 88: aforamento de uma tenda na “Çapataria da linha” na Freguesia da Madalena, em 1320; ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 93 - 93v.: aforamento de meia tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1321; ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 97v.: aforamento de metade de uma tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1323; ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 102: aforamento de três quartos de tenda na “Çapataria da linha” na freguesia da Madalena, em 1318.

⁸⁸⁴ Cf. ANTT, *S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 5, doc. 26: testamento de um quarto de forno no “Morraz a par dos Baynhos”, em 1309; ANTT, *Colegiada de S. Marinha de Lisboa*, Maço 7, nº 269: partição de herança em 1268 de adega localizada no Morraz; ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 319: contenda sobre casas no Morraz, em 1317.

⁸⁸⁵ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 6: “Esta denominação conservou-se até ao fim do século XV, e foi trocada em rua da Sapataria. Um documento de 1506 diz: “... a rua de morraz, que se agora chama sapataria” (Livro dos Próprios das Casas e Heranças d’ el Rei Nosso Senhor, nº de ordem, 93, ano 1506, fl. 15v)”.

⁸⁸⁶ Sobre o processo de construção do claustro da Sé ver: Parte I, Subcapítulo 3.7 - A construção do claustro.

⁸⁸⁷ Sobre as outras sinagogas da Judiaria Velha ver: Augusto Vieira da SILVA, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 216-217.

Até 1325 temos notícia apenas de uma porta pertencente à judiaria, possível de localizar. Em 1294, é aforada uma casa por D. Dinis, que se situa na Judiaria Velha “sobre a porta da Rua do Chancudo” que confronta com uma adega do rei a norte, e com uma outra adega da confraria do Espírito Santo a ocidente⁸⁸⁸. É muito provável que existissem outras portas, mas as referências que surgem na documentação não permitem que sejam devidamente identificadas e localizadas⁸⁸⁹.

Perto do Poço da Fótea, entrando para a Judiaria Velha, à esquerda encontrava-se as carniçarias da judiaria, que, em 1300, pertenciam à coroa⁸⁹⁰, e que só deixaram de ali funcionar aquando do ataque à cidade por Henrique II de Castela, em 1373, altura em que terão sido queimadas⁸⁹¹. Talvez perto destas carniçarias existissem outras, ou talvez sejam as mesmas que são referidas na venda de umas casas na “aljazaria dos judeus”, em 1205⁸⁹².

Aí perto, provavelmente já fora da área da judiaria, terão existido uns banhos que surgem na localização de uma casa sobradada, num escambo, realizado, em 1312, entre um Fernando Dias e Benta Reynel, dona do Convento de Chelas, a qual descendia de uma família judaica⁸⁹³. Os mesmos banhos foram identificados por Vieira da Silva, possivelmente no local da igreja da Conceição Nova, ou lá perto⁸⁹⁴. Esta localização é ainda conciliável com a localização de um “banho da Foteya” que surge numa contenda ocorrida em 1345 entre Dona Joana Lourenço, comendadeira do Convento de Santos e

⁸⁸⁸ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 2, fl. 85v.

⁸⁸⁹ No inventário da propriedade régia composto entre 1299 e 1300 é referido que “o senhor Rei possui junto à porta da Judiaria do outro lado da sua adega uma casa junto às casas de Domingos Eanes Alvardam” (*Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 16v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954); em 1300, são vendidas três tendas “a par da porta da judiaria” (ANTT, *Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis*, maço 2, nº 210); na partição de herança da família Reinel, em 1309, é também referida uma “porta da judiaria hu seen as tendeyras e os mouros carpenteyros ” (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 23, nº 459);

⁸⁹⁰ “Também o senhor Rei possui nas Carniçarias na Judiaria junto ao poço da Foteya” (*Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 16v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954).

⁸⁹¹ ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fl. 193, ano 1436: “casas sotão e sobrado que são na Judiaria Velha da dita cidade onde em outro tempo soyam de ser as carniçarias velhas as quais partiam com o dito Josepe Romão e com Salamon Romão e com Rua publica e as quais pela vinda del Rei Dom Henriques foram queimadas...”. Augusto Vieira da SILVA refere mais alguns documentos que identificam as carniçarias da Judiaria Velha neste local (*As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 232-233).

⁸⁹² ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço VII, nº 142. Publicado em Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, Edições Palas, 1975, p. 147. Sobre a “Aljazaria” ver: Parte III, Subcapítulo 4.1 - A Judiaria Velha / Grande: definição de um espaço e problemáticas.

⁸⁹³ Sobre os Reinel e a sua presença na judiaria velha de Lisboa ver: Cf. Manuel Fialho Silva, “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”, *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 181-193.

⁸⁹⁴ Augusto Vieira da Silva, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 236: “...pardieiro que soia de ser casas, na rua nova junto com o toldado, que partem com casas que foram banho, e com a rua nova, e com rua que vae da dita rua nova para o poço da foteya (1396); talvez fossem no local onde se construiu a antiga Igreja Paroquial da Conceição Nova...”.

um Pedro Esteves de Guimarães mercador de Lisboa⁸⁹⁵. Apenas com estas escassas informações, não é possível perceber se estes banhos pertenceram em alguma altura à comunidade judaica, ou se teriam surgido em época de domínio muçulmano ou cristão.

4.3 JUDIARIA NOVA: UM EXEMPLO DE URBANISMO PLANEADO

Esta judiaria surge no final do século XIII, talvez construída em simultâneo com o lanço da muralha da Ribeira que ficava a poente do Esteiro, em 1294, ou pouco antes quando se edificaram as tercenas régias, num momento que não conseguimos precisar⁸⁹⁶. Quer tenha sido construída em conjunto com a muralha da Ribeira, quer num momento anterior, associado à edificação das tercenas, a erecção da Judiaria Nova insere-se num plano urbanístico elaborado sob ordem de D. Dinis que alterou profundamente a forma da Ribeira de Lisboa. Este plano levou à construção das tercenas régias, posteriormente, ao levantamento muralha da Ribeira, e à abertura da Rua da Ferraria, locais onde foram erguidos um número muito considerável de edifícios, os quais permaneceriam na posse da coroa, para esta os rentabilizar⁸⁹⁷.

Inserida no plano que reestruturou totalmente a Ribeira, a configuração urbana da Judiaria Pequena ou Nova mostra uma regularidade e ortogonalidade muito diferentes do urbanismo que caracterizava a Judiaria Grande. Feita de raiz, sob ordem do próprio D. Dinis, junto às Tercenas do rei, esta judiaria iria albergar uma população judaica, provavelmente pertencente a uma camada social com pouco poder económico, dadas as dimensões da habitação que aí foi encontrada, e que pode servir como modelo para uma possível reconstituição.

⁸⁹⁵ ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 338: “...banho da Foteya, pela rua Nova, com casas vossas doutra parte...”.

⁸⁹⁶ Sobre o processo de construção e da instalação da comunidade judaica na Judiaria Pequena ver: Artur ROCHA, Manuel Fialho SILVA, “A Génese da Judiaria Pequena no século XIV”, in *Actas do colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, 20-22 de Novembro de 2013 (no prelo).

⁸⁹⁷ Sobre o plano urbanístico de D. Dinis para a construção da fachada sul da Rua Nova, da Judiaria Pequena e da Rua da Ferraria ver: Parte III, Subcapítulo 5.5 - A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis. Sobre a génese das Tercenas régias ver Parte III, Subcapítulo 6.3 - As Tercenas régias de Lisboa.

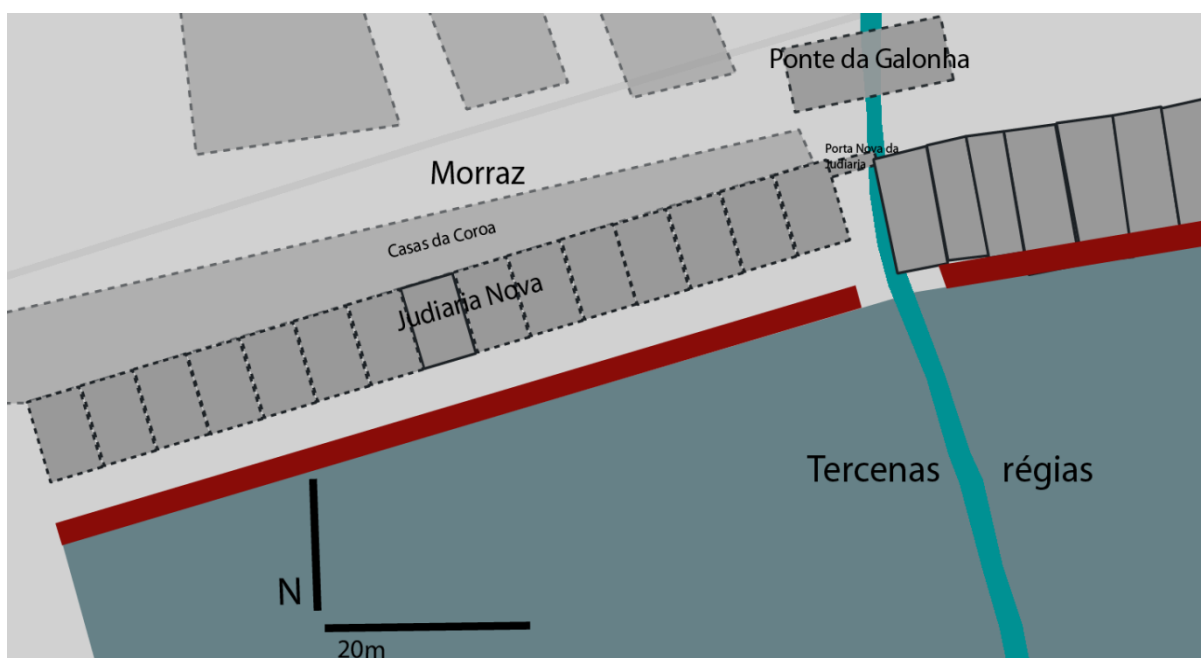


Figura 48. Proposta de reconstituição para a Judiaria Nova

Esta reconstituição foi feita com base na planta das escavações realizadas no quarteirão do Banco de Portugal, onde se verificou a existência de um edifício pertencente à Judiaria Nova, a muralha das tercenas e a via que separava os edifícios do muro⁸⁹⁸. A partir da planta do edifício descoberto propomos a existência de quinze lotes, porque o *Livro dos Bens Próprios* assim o parece indicar: “*Também possui o senhor Rei na rua que é chamada rua Nova, ligada de um lado com as galés face a ocidente e da outra parte com as galés face a oriente, trinta [propriedades] nomeadamente, quinze chãos e quinze sótãos todos ligados em conjunto, livres para si.*”⁸⁹⁹. A referência à Rua Nova não nos deve confundir, pois a zona do Morraz estava exactamente na continuação dessa rua, e, além disso, a referência às “*galés face a ocidente e da outra parte com as galés face a oriente*” localiza estes quinze chãos junto às tercenas. A questão da divisão das “*galés*”, ou seja, das tercenas régias, em ocidentais e orientais deve relacionar-se com o Rego, referindo-se não à extensão total da Rua Nova, mas sim às tercenas que realmente abrangiam ambas as margens do Rego, a oriente e ocidente. Também a cartografia pré-pombalina sugere quinze chãos contíguos uns aos

⁸⁹⁸ Sobre os resultados das escavações arqueológicas no quarteirão do Banco de Portugal ver: Artur ROCHA, “Uma muralha, vários percursos”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 80-87.

⁸⁹⁹ A tradução é nossa. Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352: “*Item habet domuns Rex in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeys contra occidentem et de alia parte cum galeis contra orientem XXX scilicet XV sollis et XV sotanos totos in simull coniuotos liberos pro ad se*”.

outros, na Judiaria Nova, pois o total da largura desses quinze chãos é muito semelhante à dimensão do quarteirão que ali se situava, aplicando as medidas do lote encontrado nas escavações.



Figura 49. Proposta de reconstituição da Judiaria Nova com base na Planta Topográfica da cidade de Lisboa⁹⁰⁰

As casas da Coroa que assinalámos a norte da Judiaria Nova, adossadas às traseiras dos edifícios da judiaria, estão patentes em vários documentos, onde é possível perceber a existência de várias propriedades pertencentes ao monarca⁹⁰¹. Talvez estas casas do rei sejam aquelas a que se refere o *Livro dos Bens Próprios*: “Também possui o senhor Rei nos chãos por cima das galés defronte do Convento de S. Francisco oito sobrados e oito sótãos livres para si.”⁹⁰². É possível que também estas casas tenham feito parte do plano urbanístico referido, efectuado nos finais do século XIV, mas não temos informação para o afirmar com mais certeza.

⁹⁰⁰ *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos [...]*, [s.l: s.n., s.d.], mantida no Instituto Português de Cartografia e Cadastro, planta nº 356. Segundo Augusto Vieira da Silva será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela (cf. *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, nº43).

⁹⁰¹ Vários aforamentos de sótãos e sobrados feitos em 1327, por Afonso IV, indicam nas confrontações, a norte, “*casas del Rey que tem João Domingues Mercador a foro*” ou “*casas del Rey que son en Morraz*” e a sul, “*a taracena*” ou, “*Rua das taracenas*” (ANTT, *Chancelaria Afonso IV*, livro 3, fl. 11 v.).

⁹⁰² Tradução nossa. Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 351-352: “*Item habet domuns Rex in sollis de super galeis contra monasterium Santcus Franciscus viii sobratos et viii sotanos liberos pro ad se*”.

A forma urbana das Judiarias Nova e Velha distingue-se, não só pela dimensão que era muito maior na última, mas sobretudo pela ortogonalidade que caracterizava a Judiaria Nova, contrastando com o urbanismo mediterrânico/islâmico que terá sobrevivido na Judiaria Velha. A génese destas duas judiarias foi muito diferente, residindo aí a principal causa na diferença da forma urbana destes espaços. A Judiaria Velha terá tido origem, muito provavelmente, numa época anterior à conquista de 1147, ocorrendo a sua implantação sem supervisão por parte de um qualquer poder executivo, pois o mais provável é que se tenha desenvolvido gradualmente, com o crescimento da comunidade judaica. Pelo contrário, a criação da Judiaria Nova, claramente sob a supervisão do monarca D. Dinis, permitiu uma configuração regular, inserindo-a num plano urbanístico de grandes dimensões, cuja construção esteve associada à existência de outras estruturas, neste caso, as tercenas régias.

CAPÍTULO 5: A RIBEIRA DE LISBOA: UM NOVO PÓLO COMERCIAL E POLÍTICO

5.1 O SUQ DO ARRABALDE

A forma urbana do arrabalde ocidental da Lisboa medieval estava plenamente vinculada às actividades económicas, sobretudo ao comércio urbano, um dos principais agentes no desenvolvimento urbano da cidade. Esta vinculação do arrabalde ocidental às actividades económicas e comerciais não é uma inovação do período medieval. Pelo contrário, em época romana já aí se localizava o criptopórtico sobre o qual provavelmente funcionou como um fórum corporativo da urbe⁹⁰³. Relativamente à época islâmica, a arqueologia comprovou a existência de olarias e habitações, nas quais se poderia também praticar o comércio, mas até ao momento não foram ainda encontradas estruturas associadas a espaços unicamente destinados ao comércio, o que poderá estar relacionado com a indissociação entre os espaços habitacionais e artesanais e os espaços comerciais, pois muitas vezes todas estas actividades ocorriam no mesmo local, ou também com a sua natureza mais efémera, ou até com as intensas reestruturações urbanas associadas aos terramotos que assolaram a cidade⁹⁰⁴. Seja como for, a análise à documentação medieval cristã pode permitir algumas suposições. Como vimos no capítulo destinado à medina, é possível que o *Suq* intramuros de Lisboa se localizasse entre a mesquita principal da cidade e a porta do ferro, denominada em época islâmica como a porta grande, *Bab al-Kabir*, pois é nesse espaço que surgem as únicas tendas documentadas no interior do espaço murado da cidade no século XIII⁹⁰⁵. Do mesmo modo, seguindo a mesma lógica, presente no urbanismo das cidades

⁹⁰³ Sobre o criptopórtico da rua da Prata ver: Carlos FABIÃO, “O monumento romano da rua da Prata”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa/Milão, Lisboa 94/Electa, 1994, pp. 67-69; José Cardim RIBEIRO, “Breve nota acerca do criptopórtico de *Olisipo* e da possível localização do «forum corporativo»”, *Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1994, pp. 191-198.

⁹⁰⁴ Sobre as evidências arqueológicas de época islâmica no arrabalde ocidental ver figura 43. Toda a parte da antiga rua da correaria entre a igreja da Madalena e a igreja de S. Nicolau onde supomos ter existido um dos mercados da cidade em época islâmica sofreu uma total reestruturação urbana após o terramoto de 1755, pois toda essa zona foi desaterrada e o piso foi rebaixado, uma realidade que tem sido comprovada com as escavações arqueológicas realizadas nessa parte da cidade, em que é recorrente passar dos níveis estratigráficos de época pombalina ou moderna para os níveis romanos, havendo poucos vestígios de ocupação medieval. Tal como afirmam Laura TRINDADE e António Dias DIOGO, responsáveis pela intervenção arqueológica ocorrida nos números 68-76 da rua dos Fanqueiros: “Ao contrário do que geralmente aconteceu com a reurbanização pombalina na Baixa de Lisboa, em que o nivelamento do solo foi efectuado através do depósito de entulhos para aumentar a cota das soleiras (Diogo e Trindade, no prelo), no presente caso, pelo facto de a cota pré-pombalina ser relativamente elevada, o nivelamento foi efectuado através de escavação e remoção de terras, o que destruiu o Coroamento dos muros da cetária, que assim apenas conservou uma altura máxima de 1,90 m.” cf. António Dias DIOGO, Laura TRINDADE, “Vestígios de uma unidade de transformação de pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, nº1, 2000, p. 182.

⁹⁰⁵ Ver: Parte I, Subcapítulo, 3.11 - Os Brancos: vestígios do *suq* da medina?.

muçulmanas⁹⁰⁶, supomos que poderá ter existido, em época islâmica, uma zona de carácter mercantil que se desenvolvia ao longo da principal via do arrabalde ocidental, que partia desde a porta do Ferro até ao local onde depois se implantou a igreja de S. Nicolau.

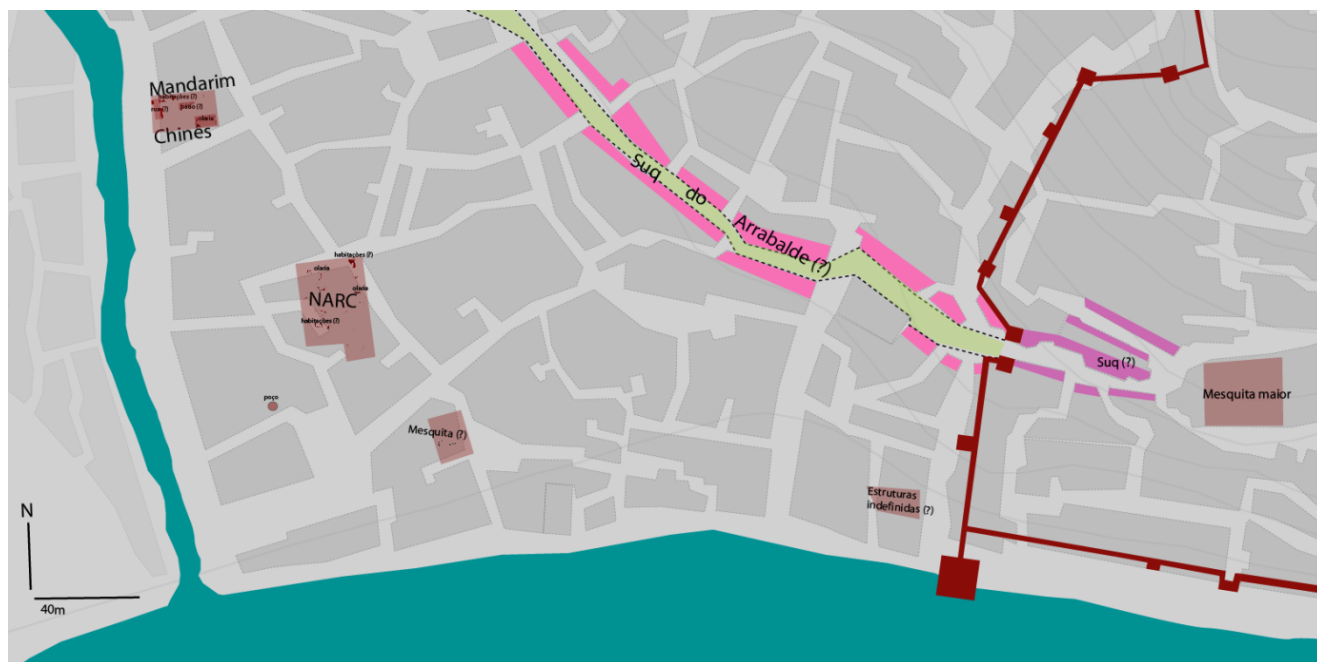


Figura 50. *Suq* do arrabalde ocidental (séc. XI - meados do XII)

Neste sentido, notámos que as escassas referências a tendas em toda a cidade, anteriores ao último quartel do século XIII, se resumem a seis referências a tendas que podemos localizar no arrabalde ocidental, cinco delas localizadas junto ou no interior da Judiaria velha⁹⁰⁷, a qual era limitada a Nordeste pela Rua da correaria, e uma outra tenda perto da porta do Ferro⁹⁰⁸, acrescentando apenas três referências a tendas dispersas pelo arrabalde oriental, uma em Alfama outra em S. Tomé e outra em S.

⁹⁰⁶ Besim Hakim, tendo como base de trabalho a medina de Tunes, considera que a cidade arábico-islâmica possui diferentes modelos de *suq*, entre os quais um que se desenvolve de forma linear ao longo das vias principais, tanto no exterior como no interior das portas da cidade. A nossa proposta para o *suq* de Lisboa em época de domínio muçulmano coincide com esse modelo, o qual ainda sobrevive na medina de Tunes (Cf. Besim Selim HAKIM, *Arabic-islamic Cities: Building and Planning Principles*, Londres, KPI Limited, 1986, pp. 80-83).

⁹⁰⁷ As referências a tendas na Judiaria velha são as seguintes: em 1205, surge nas confrontações de uma venda de casas na freguesia da Madalena, na “*Aljazaría de Judeos*” umas tendas do Almojarife (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 8, doc. 142); em 1217, numa doação de Afonso III a Rodrigo Soares, surgem duas referências a tendas diferentes localizadas “*circa Juiaria*”, ou seja, perto da Judiaria (ANTT, *Forais Antigos*, Maço 12, nº 3, fl. 37); em 1258, surge uma tenda nas confrontações de uma venda de uma casa na Judiaria (ANTT, *S. Vicente de fora*, 1ª Incorporação, Maço 3, doc. 32); em 1260, surge referência à tenda de “*Salomão Alboriqui que foi judeu*”, localizada na judiaria (ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, livro 1, fl. 46).

⁹⁰⁸ Em 1225, D. Dordia doa uma tenda perto da porta do Ferro à Sé de Lisboa (*Livro das Calendas da Sé*, fl. 334 v.; publicado no “*Livro das Calendas, Apontamentos dos Brandões*”, *Documentos para a Historia da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 312).

Estêvão. Nos últimos anos do reinado de Afonso III o volume de informação aumenta drasticamente pois, entre 1276 e 1278, surgem cento e vinte cinco referências a tendas, das quais uma grande parte se situava na freguesia da Madalena, uma situação que se deve à vasta operação de aforamentos feita por Afonso III no arrabalde ocidental que iremos analisar posteriormente⁹⁰⁹. Muitas destas referências a tendas no arrabalde ocidental documentadas no último quartel do século XIII indicam três estruturas que são adjectivadas de “velhas”: as “Fangas Velhas”⁹¹⁰, “Carniçarias Velhas”⁹¹¹ e “Ferraria Velha”⁹¹². Estas indicações permitem colocar a hipótese de ter existido, em época islâmica, um mercado que se desenvolvia pela principal via de acesso à cidade, a mesma via, onde, entre a mesquita maior e a porta principal, existiria o principal *suq* intramuros⁹¹³. Este mercado semi-rural, que talvez tivesse começado por ter uma existência semanal, com o adensamento da urbanização do arrabalde ocidental que ocorre sobretudo a partir do século XI, tornou-se num mercado de tendas fixas, uma evolução que encontra paralelo em Almeria, uma cidade marítima do al-Andalus, onde um mercado temporário que existia no exterior de uma das portas da cidade se terá tornado num mercado permanente⁹¹⁴. Na verdade, numa

⁹⁰⁹ Esta grande operação de aforamento de tendas no arrabalde ocidental de Lisboa foi já estudada por António Pinto Ravara, sendo o seu trabalho a nossa fonte para estes dados estatísticos. Afirma António Ravara sobre a rua da Correaria: “*A artéria, atrás citada, que da Porta do Ferro, passando pela igreja da Madalena, levava para a de S. Nicolau, bem como as suas imediações, permanece, ao longo dos dois reinados [Afonso III e D. Dinis], a zona onde se situa um maior volume de propriedades transaccionadas*” cf. António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967, pp. 38-39.

⁹¹⁰ Em 29 de Julho de 1276 são aforadas duas metades de tenda localizadas nas “*Fangas Velhas*” ANTT, *Leitura Nova, Estremadura 12*, fl. 127 v; Em 1 de Agosto de 1276 é aforada uma tenda régia localizada nas “*Fangas Velhas*” ANTT, *Gaveta 13*, maço 3, nº 14; Em 12 de Fevereiro de 1278 são aforadas duas tendas régias localizadas “*ad Fangas Velhas*” ANTT, *Gaveta 11*, maço 4, nº 29; Em 3 de Fevereiro de 1283 é vendida uma oitava parte de tenda ao rei localizada nas “*Fangas Velhas*” ANTT, *Leitura Nova, Estremadura 12*, fls. 148, 148 v. No *Livro 12 da Estremadura* surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “*Fangas Velhas*”. Segundo Armando Castro, na entrada “*Fanga*” do DHP, “*Chamou-se fanga, na Idade Média, ao local dos centros urbanos – uma praça, uma rua, um edifício – em que se vendia pão, cereais e farinha e por vezes também outros géneros de alimentação, como frutos, legumes, etc.*” cf. DHP, vol. II, p. 185.

⁹¹¹ Em 22 de Julho de 1276 são aforadas três tendas régias localizadas na Freguesia de S. Nicolau na “*carniçaria velha*” ANTT, *Gaveta 12*, maço 6, nº 3; em 8 de Setembro de 1276 é feita uma composição sobre uma tenda localizada na freguesia de S. Nicolau nas “*Carniçarias Velhas*”; em 15 de Fevereiro de 1278 são vendidas três tendas a Afonso III localizadas na “*carniçaria velha*” ANTT, *Livro II dos Direitos Reais*, fl. 59. No *Livro II de Direitos Reais* multiplicam-se os exemplos de referências às “*Carniçarias Velhas*”.

⁹¹² Em 28 de Julho de 1276 são aforadas três tendas na “*Ferraria Velha*” ANTT, *Gaveta 11*, maço 11, nº 24; em Dezembro de 1277 é aforada uma tenda régia localizada na freguesia da Madalena na “*Ferraria Velha*” ANTT, *Leitura Nova, Estremadura 12*, fl. 117v-118; em 16 de Setembro de 1281 é feita uma composição sobre uma tenda localizada “*in colatione sancte Marie Magdalene coram porta occidentalis ipsius ecclesie in loco seu rua qui dicitur ferraria vetus*” ANTT, *Gaveta 12*, maço 8, nº 15. No *Livro 12 da Estremadura* e no *Livro II de Direitos Reais* surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “*Ferrarias Velhas*”.

⁹¹³ A existência deste tipo de mercados no al-Andalus foi alvo de estudo por Pedro Chalmeta: “*Se advierte inmeditamente un fenómeno, difundido por todo el ámbito peninsular: las ciudades, aparte de sus zocos internos, celebran otro, extramuros, en determinado día de la semana*” cf. Pedro CHALMETA, *El Zoco Medieval: contribución al estudio de la historia del mercado*, Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2010, p. 361.

⁹¹⁴ Tal como refere J. García López: “*en la ciudad de Almería se há propuesto la evolución de un mercado temporal, en el exterior de una de las puertas, a uno de tendas fijas, ya en el interior, a consecuencia del crecimiento y nuevo amurallamiento del sector*” cf. J. GARCÍA LOPEZ, “La organización de espacios públicos”, in Jean PASSINI (coord.), *La*

das principais cidades do al-Andalus, *Qurtuba*, o principal *suq* da cidade localizava-se originalmente no arrabalde de *Saqunda*. Só posteriormente à revolta da população do arrabalde contra a autoridade do emir al-Hakam I, em 806, é que o *suq* foi trasladado para o interior da medina, para junto do Alcácer e perto da Mesquita Maior. É importante notar que o arrabalde de *Saqunda* teve origem junto a uma das principais vias de época romana, a via Augusta⁹¹⁵.

No caso de Lisboa, a nossa proposta aponta para que o *suq* extra-muros também se tenha formado ao longo da principal via de época romana que partia da mais importante porta ocidental da cidade, onde terminava o decumano, e seguia para norte, em direcção ao vale de Valverde, a actual Avenida da Liberdade⁹¹⁶.

Além deste paralelo, que nos aponta para uma hipótese plausível, a própria dimensão do arrabalde ocidental, que já abrangia todo o vale da Baixa, como foi notado anteriormente, propiciava a existência de um núcleo comercial ao longo da sua via principal, a posterior Rua da Correaria. A própria existência da judiaria em época islâmica, que provavelmente se situaria aproximadamente no mesmo espaço que ocupa após 1147, aliada a referências anteriores a 1275, sobre tendas próximas à essa mesma judiaria, indicia a possível existência de um núcleo comercial instalado junto do principal eixo viário do arrabalde. Perante estas evidências é possível propor a existência de um mercado de tendas fixas que se prolongava desde a Porta do Ferro até ao local onde depois se ergueu a igreja de S. Nicolau, no final da época de domínio islâmico, e serão essas tendas que a documentação posterior refere abundantemente no último quartel do século XIII como “*Fangas Velhas*”, “*Carniçarias Velhas*” e a “*Ferraria Velha*”.

A propriedade destas tendas em época islâmica é nos completamente desconhecida, mas é possível que os alcaides das cidades do *Gharb a-Andalus* gerissem algumas destas tendas em nome do poder central e que os reis das taifas tenham seguido a mesma política, pois é isso que transparece do múltiplo foral de Silves, Tavira, Loulé e Faro feito por Afonso III em 1266, onde se referem “*omnes tendas quas reges sarraceni tenebant*”, ou seja, “*todas as tendas que os reis sarracenos tinham*”⁹¹⁷.

No período posterior a 1147 a documentação que chegou aos nossos dias possibilita um conhecimento muito maior não só da propriedade, mas também da configuração urbana desta parte do arrabalde ocidental.

ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval, Cuenca, Universidad de Castilla-la-Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, p. 30.

⁹¹⁵ Cf. *Guía Arqueológica de Córdoba*, Desiderio VAQUERIZO GIL (dir.), Córdoba, Plurabelle, 2003, pp. 162-166.

⁹¹⁶ Sobre esta questão ver: Parte III, Subcapítulo 5.1 - O *suq* do arrabalde.

⁹¹⁷ Tal como notou Henrique da Gama Barros, o qual compila alguns dados sobre a propriedade da Coroa nos açougues, tendas, fangas, alfândegas e estalagens das cidades do reino (cf. Henrique Gama BARROS, *História da Administração pública em Portugal: séculos XII a XV*, 2ª ed., vol. V, Lisboa, Sá da Costa, s.d., p. 99.

5.2 AS TENDAS DOS REIS

O potencial comercial de Lisboa não passou despercebido ao primeiro monarca português, facto que se constata no primeiro foral da cidade, feito por Afonso Henriques em 1179, onde são várias as referências aos ganhos que o rei teria com a colecta dos diversos impostos relacionados com a actividade comercial: o relego, a açougagem, o julgado, a alcavala, a portagem, a alcaidaria e vários outros impostos específicos a determinadas profissões⁹¹⁸. Além disso, uma passagem do foral revela o interesse do primeiro monarca em possuir tendas na cidade, para as rentabilizar através de aforamentos aos mesteiros que aí laboravam e comerciavam:

*“Dos ferreiros e sapateiros – ferreiro, sapateiro, ou piliteiro que tiver casa em Lisboa e trabalhar nela, não pague por ela nenhum tributo. E aquele que possuir mouro que seja ferreiro ou sapateiro e que trabalhar em sua casa, não pague tributo por ele. Porém aqueles que sendo mesteiros, ferreiros ou sapateiros viverem dos seus ofícios e não tiverem casas, venham para as minhas tendas e paguem-me tributo”*⁹¹⁹.

A atenção da Coroa relativamente aos rendimentos das tendas de Lisboa nunca desapareceu, havendo notícia também no reinado de Sancho I sobre as tendas régias na cidade: *“Seiras ficuum faciatis dari in meis tendis sicut ibi fuerant date in diebus patris mei”*⁹²⁰. Ainda no reinado de Sancho I, em 1205, surge uma notícia de tendas localizadas na *“aljazaria dos judeus”*, ou seja, nas carniçarias dos judeus, pertencentes ao almoxarife, um funcionário da administração régia⁹²¹. No reinado de Afonso II, está documentada a doação de duas tendas do rei a Rodrigo Soares, localizadas na

⁹¹⁸ O foral de 1179 foi traduzido e estudado por Marcelo Caetano (cf. Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Livros horizonte, 1990, pp. 93-103; sobre o regime de impostos vigente em Lisboa até ao final do século XIII ver Gérard PRADALIÉ, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, Edições Palas, 1975, pp. 53-57.

⁹¹⁹ Cf. Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Livros horizonte, 1990, p. 100.

⁹²⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 9: 1361, Abril, 12, Lisboa – Traslado em pública-forma e tradução do latim, elaborado pelo tabelião Lopo Gil, do foral de 1179 e confirmações de D. Sancho I e de D. Afonso II e dos privilégios concedidos por D. Sancho I. Marcelo Caetano data esta carta de 7 de Dezembro de 1210 e faz uma tradução com algumas falhas, nomeadamente nesta passagem: *“Mandai entregar as ceiras de figos nos meus armazéns como se fazia no tempo de meu Pai”*. Não se trata obviamente do armazém do rei, mas sim das tendas do rei, tal como o texto latino do *Livro dos Pregos* refere sem ambiguidades cf. Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Livros horizonte, 1990, p. 108.

⁹²¹ Numa venda entre privados de umas casas na freguesia da Madalena, na *“aljazaria dos judeus”*, surgem nas confrontações a ocidente as tendas do almoxarife, ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 8, doc. 142.

judiaria⁹²², além disso, neste reinado também se documentam algumas tendas régias numa inquirição realizada em 1220, mas que infelizmente não se conseguem localizar⁹²³.

No reinado de Sancho II não há notícia sobre a movimentação da propriedade das tendas régias em Lisboa, chegando apenas até nós uma doação de uma tenda perto da porta do Ferro, feita em 1225, por uma Dona Dordia à Sé de Lisboa⁹²⁴. No reinado de Afonso III, o nosso conhecimento da propriedade régia na cidade de Lisboa adquire uma nova dimensão, pois o volume de informação aumenta extraordinariamente.

Em resumo, podemos afirmar que os primeiros monarcas portugueses, até aos meados do século XIII, tinham noção da importância do comércio urbano, mais exactamente, rentabilizavam a sua propriedade urbana, aforando as tendas régias aos mesteirais que aí produziam e comerciavam os seus produtos. No entanto, só com o reinado do bolonhês se demonstra irrefutavelmente uma política de rentabilização da propriedade urbana pela Coroa.

5.3 A DESLOCALIZAÇÃO DO CENTRO ECONÓMICO POR AFONSO III

Entre os meados e o final do século XIII a forma urbana do arrabalde ocidental de Lisboa sofreu algumas alterações, as quais podem ser observadas na análise à documentação. A mais relevante é, na verdade, pouco conhecida pois a documentação não a refere explicitamente, apesar de constituir um facto incontornável para a evolução urbana da cidade. Referimo-nos à acção de Afonso III sobre a morfologia urbana do arrabalde ocidental de Lisboa⁹²⁵. Como veremos, no estado actual do nosso

⁹²² Afonso II doa a Rodrigo Soares as duas tendas "*per multo servicio quam tu Rodericus Suarii nobis fecisti et facis...*" ANTT, *Forais Antigos*, Maço 12, nº 3, fls. 37.

⁹²³ Cf. *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), p. 4. IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades: "*Hec est fintum de Reganego accepto. In primis <in> ulixbona. Furnum V tritizendiz cum una tenda. De uizefe de Leirena et priujnis suis .v. tendas. De abolfazem unam tendam. De Michael petri unam botecam et três tendas. De regina iudea três tendas*".

⁹²⁴ *Livro das Calendas, Apontamentos dos Brandões*, publicado em *Documentos para a História da Cidade de Lisboa*, p. 312: "*donna Dordia fretrissa Hospitalis dedit unam tendam circum Portam Ferream pro se et pro marito suo Joanne Benedicti*".

⁹²⁵ António Pinto Ravara, na sua dissertação de licenciatura, realiza um amplo estudo sobre a propriedade urbana régia durante os reinados de Afonso III e D. Dinis. É desse estudo, colmatado com mais alguma documentação, que retiramos grande parte dos dados sobre a vasta operação de aquisição e rentabilização de tendas feita por Afonso III, durante os últimos anos do seu reinado e que seria prosseguida depois pelo seu herdeiro. António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967. Jorge Gaspar, seguindo a análise de António Ravara, notou que ocorreu uma alteração no eixo comercial da cidade, mas refere apenas a mudança da Rua dos Mercadores para a Rua Nova, atribuindo esta alteração apenas à acção de D. Dinis, não referindo o papel de Afonso III proposto por nós: "*a partir de meados do século XIII, o rei Afonso III intervém activamente no mercado imobiliário da que se tornava a capital do reino, mostrando particular interesse pela área central de comércio, o arrabalde da Baixa. O seu sucessor, D. Dinis, activa este processo, promovendo a expansão dessa área central com novas orientações. O arrabalde burguês desenvolvia-se a partir da porta da Cerca Moura para o interior, na direcção do Rossio (para onde Afonso IV deslocara a feira das terças-feiras, que se realizava à porta da Alcáçova), tendo a Rua dos*

conhecimento sobre esta questão não é possível afirmar com certeza se a acção do monarca foi fruto de um planeamento prévio ou não. Seja como for, das suas várias acções sobre as estruturas urbanas resultou um arrabalde ocidental diferente do que seria o arrabalde anterior.

O primeiro documento aqui analisado que coloca em evidência a acção deste monarca sobre a forma da cidade é um documento realizado no reinado de D. Dinis, em que o concelho se queixa ao rei sobre as acções do seu pai, pedindo ao “Lavrador” que as revertesse em seu favor.

“Pedimos merçee a el rei que nos correga feito das jugadas e que nos torne a aquell estado em que eramos em tempo de seu padre quando nos ende forçaram. (...) Item que nos correga feito dos açougues. (...) assi per razom dos resios de Lixboa em que el rei dom Afonso seu padre ou elle ou seus antecessores fizeram açougues, tendas, ferrarias, taraçanas e cassas ou outras quer cousas ataa este presente dia come das liziras come dos frutos e das rendas de todallas dictas cousas e de cada hũa dellas e que el rey nom se estendesse des aquy adeante chus pellos outros resios da villa.”⁹²⁶

A leitura desta passagem não nos deixa dúvidas de que Afonso III, ou talvez outros monarcas anteriores, realizaram alterações na estrutura urbana da cidade que entraram em rotura com os interesses do concelho, nomeadamente, através da apropriação indevida de rossios⁹²⁷ pertencentes ao

Mercadores como eixo principal, afastando-se assim do porto (a Ribeira), por certo devido aos perigos da pirataria. D. Dinis, com o município decide a construção de uma muralha para defesa do arrabalde mercantil do lado do rio ao mesmo tempo que promove a ocupação urbana do terreno agora protegido pela nova muralha, a nova extensão terá na Rua Nova (ou Rua Nova dos Mercadores, mais tarde Rua Nova dos Ferros) o seu eixo fundamental, que desenvolvendo-se paralelamente ao rio (ao contrário da Rua dos Mercadores) dará uma nova orientação ao crescimento e à estruturação funcional da cidade.” (cf. Jorge GASPAS, “A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional”, in *La Ciudad Hispanica durante los siglos XIII al XVI*, vol. I, Madrid, 1982, pp. 141-143).

⁹²⁶ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287. 1423, Fevereiro, 10, Lisboa – D. João I envia ao concelho de Lisboa o traslado de uma composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa, em 7 de Agosto de 1285, relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho.

⁹²⁷ Sobre o significado de rossio ver: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 722-727, onde são definidos como espaços abertos, normalmente planos e amplos e sem edificações, maioritariamente localizados fora do recinto urbano e junto dos principais eixos de circulação. Os rossios detinham várias funcionalidades: “*serviam de prado e logradouro comunitário, mas também para a realização do alardo, de treinos militares, justas e torneios, para correr touros ou como carreira de cavalos. Desde há muito que eram sobretudo utilizados para a realização da feira anual ou do mercado sazonal. (...) Porque no interior da cerca não havia espaço para tal e porque a proximidade às vias de comunicação terrestres e fluviais era uma questão fundamental no abastecimento e transporte de mercadorias...*” (cf. *ibidem*, p. 724). No caso de Lisboa seria natural que existissem rossios dedicados tanto às vias terrestres, o caso do posterior Rossio (actual Praça D. Pedro IV) como às vias fluviais. Uma carta régia, de Sancho II confirma que o concelho de Lisboa possuía rossios na cidade e em redor dela: “*et mando quod habeatis vestros terminos et vestros risios ultra Tagum et cetra...*” (cf. AML, *Livro dos Pregos*, fl. 28v. Traslado de 12 de Abril de 1361, em pública-forma e tradução do latim do foral de 1179 e confirmações e privilégios de Sancho I e Afonso II. A carta régia de Sancho II está datada de 1227). Note-se também a menção aos rossios da Ribeira do Porto numa carta-sentença endereçada por D. Dinis ao concelho do Porto, em 13 de Maio de 1316, em que o rei responde a várias queixas feitas pelo concelho sobre a acção do bispo: “*...agravom embargando e tapandolhys os Ressayos da Ribeyra hu carregam as barcas... çarrando na villa as uehellas e as fontes que fazem na villa gram myngua...*” cf. *Corpus codicum latinorum et portugalensium eorum qui in archivo municipali*

concelho. Com a chegada ao trono de D. Dinis, o concelho procurou reverter estas acções, mas a resposta de D. Dinis não foi favorável e o concelho acabou por retirar as queixas. O documento informa-nos que foram construídas diferentes estruturas urbanas como “açougues, tendas, ferrarias, tاراçanas e casas” em rossios concelhios, ou seja, espaços não urbanizados cuja propriedade pertencia ao concelho. Esta composição só por si não permite perceber a localização desses rossios, mas através da análise a outros documentos é possível supor a sua localização e também perceber com mais detalhe as acções da Coroa que causaram tanto prejuízo ao concelho.

A relação entre Afonso III e o concelho de Lisboa tem uma história longa que foi maioritariamente positiva⁹²⁸. Em Fevereiro de 1246, “*Alfonsus filius illustris reges Portugaliae et procurator regni eiusdem et Dei gracia comes Bolonie*”, ou seja, Afonso, conde de Bolonha e filho do rei de Portugal, confirma os privilégios da cidade anteriormente concedidos pelos monarcas portugueses⁹²⁹. Em Janeiro de 1248, antes de se assumir como rei, repetindo o acto um ano meio depois já como rei de Portugal, o bolonhês doa ao concelho o rissio onde se realizava o mercado de peixe da cidade⁹³⁰. O local deste mercado de peixe é conhecido através de vários documentos posteriores, tendo-se mantido no mesmo local até pelo menos ao século XV⁹³¹, no posterior Largo do Pelourinho, aproximadamente no actual quarteirão entre as Ruas do Comércio, Alfândega, Fanqueiros e Madalena.

portucalensi..., Porto, Typis Officinae Graphicae Portucalensis, vol. I, 1891-1978, p. 55. Esta carta-sentença de D. Dinis de 1316 foi já considerada, relativamente ao Porto, como um “o primeiro sinal de ordenamento urbanístico pois que contrariou todos os aspectos em que na construção o domínio privado ofendia o público” (cf. J.M. Pereira de OLIVEIRA, *O espaço urbano do porto – Condições naturais de desenvolvimento*, vol. I, Coimbra, Instituto Alta Cultura - Centro de estudos geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973, p. 224). Um estudo mais recente sobre a evolução urbana do Porto medieval pode ser encontrado em: Helena TEIXEIRA, *Porto, 1114 – 1518: A Construção da cidade medieval*, dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

⁹²⁸ Sobre a relação entre o rei e os concelhos do reino em geral ver: José MATTOSO, *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, vol. II, 5ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995, pp. 165-174.

⁹²⁹ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 12. 1246, Fevereiro, Lisboa – O conde de Boulogne, D. Afonso, confirma á cidade de Lisboa todos os privilégios e foros anteriormente concedidos.

⁹³⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 16. 1249, Agosto, 8, Coimbra – D. Afonso III, doa ao concelho de Lisboa o terreno onde se realiza o mercado de peixe da cidade.: “...do et concedo concilium Ulixbonensis in perpetuum locum illum de mercatuo de piscato qui est situs in rissio eiusdem ville circa lucus mariis quod concilium teneat et habeat ipsum locum et ... illo ad utilitatem suam”.

⁹³¹ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20. 4 de Junho de 1294 – Contrato entre D. Dinis e o concelho de Lisboa para a construção da muralha da Ribeira de Lisboa: “e os açougues do pescado do comcelho starem assi como stam.”; ANTT, *Chancelaria de Afonso IV*, Livro I, doc. 130. 1328, Maio, 6: Aforamento de Sótão e sobrado “ante a Alfândega, a par do Açougue do Pescado, que parte a leste com casas do rei, a oeste com o Açougue do Pescado...”; ANTT, *Chancelaria de Afonso IV*, III, doc. 260. 1341, Fevereiro, 17: Aforamento de casas, sótão e sobrado à Porta da Alfândega, que estiveram na posse de Domingas Domingues a Raimunda, que partem a leste com casas do rei que tem Meimão Judeu e o Açougue do Pescado, a oeste com casas do rei que tem Maria Anes filha de João Domingues alface, a norte com a Alfândega; AML, *Livro das Posturas Antigas*, fl. 8v. publicado em *Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974. pp. 20-21: “...alguma pessoa tam ousada de qualquer estado e comdiçom que seja que andar em barquas ou batees que tome pom de nenhumaas pessoas pera levarem per mar a nenhumaas partes que o vaao tomar a outras partes salvo na ribeira ante o Açougue do Pescado des a portajem ate em direito da fonte nova da dita ribeira...” (1434, Fevereiro, 9).

Um espaço que, como veremos no capítulo sobre as estruturas portuárias do arrabalde ocidental, estaria já anteriormente associado a uma área portuária, talvez desde a época de domínio islâmico⁹³².



Figura 51. Açogue do pescado e sua envolvente cerca de 1248 (localização aproximada)

Além do interesse do monarca pelo desenvolvimento económico da cidade revelado na doação do mercado do peixe, também é bem conhecido que Afonso III vai prolongar e aumentar em número, cada vez mais, as suas estadias e da corte na cidade da foz do Tejo, algo que exponenciou o desenvolvimento das actividades comerciais e urbanas e que é o principal reflexo do processo de sedentarização do poder régio que se inicia neste reinado⁹³³.

Na década seguinte, a relação entre o monarca e o concelho de Lisboa mudou definitivamente de rumo. Sabemos pouco sobre as causas e consequências do conflito que parece surgir entre o rei e o concelho, sendo apenas conhecido, tal como observou Gérard Pradalié⁹³⁴, que este conflito se iniciou

⁹³² Sobre esta questão ver: Parte III, Subcapítulo 6.1 - O porto de Lisboa em época islâmica.

⁹³³ Sobre a sedentarização do poder régio em Lisboa ver: Gérard PRADALIÉ, *Lisboa. Da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 29. Leontina Ventura afirma sobre esta questão: “Sem abandonar de todo a itinerância, aumenta o número de presenças régias em Santarém e Lisboa. O rei e a corte estabilizam-se numa zona central e litoral – uma baixa Estremadura polarizada em Lisboa. A pouco e pouco a cúria deixa de ser uma corte feudal itinerante e transforma-se em organismo de governo tendente à estabilidade. A chancelaria começa a organizar-se em Lisboa. A memória jurídica e administrativa do reino, numa palavra, o poder régio, sedentariza-se.” Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, p. 137.

⁹³⁴ Cf. Gérard PRADALIÉ, *Lisboa. Da Reconquista ao Fim do Século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975, p. 29.

na década de 50, durante o período da alcaidaria de Martim Anes⁹³⁵, irmão de estevão Anes, o qual foi colação do rei e chanceler durante todo o reinado do bolonhês, pois, segundo as queixas, feitas décadas depois, pelo concelho a D. Dinis, “...D. Martim era tão forte alcaide que se algum do concelho de Lisboa queria contradizer o que ele dissesse que o matava porem ou lhe fazia porem mal no corpo e no haver...”⁹³⁶. Martim Anes, que pouco tempo depois subiu a porteiro-mor do reino, era portanto uma figura mal-amada pelo concelho por defender os interesses do rei, e provavelmente os seus próprios, colidindo com os interesses do concelho de Lisboa. Além destas referências, outros três documentos revelam intervenções conflituosas entre os oficiais régios e o concelho, desrespeitando os privilégios e as isenções sobre a colecta fiscal régia, que haviam sido concedidos aos moradores de Lisboa, no foral de 1179: “os moradores de Lisboa podem livremente ter tendas, e fornos de pão e louça”⁹³⁷, “Ferreiro, sapateiro ou piliteiro que tiver casa em Lisboa e trabalhar nela, não pague por ela nenhum tributo”⁹³⁸. O primeiro documento consiste numa carta régia, feita em 1261, em que Afonso III ordena que os seus oficiais não forcem os mesterais a morar nas tendas régias, uma acção que o próprio rei admite ser “contra carta de foro” e que por isso devia cessar imediatamente⁹³⁹. Portanto, da leitura deste documento podemos concluir que, antes de 1261, os oficiais régios forçaram mesterais a morar em tendas régias. Nesse mesmo ano, Afonso III regulamenta a venda de fruta em Lisboa, admitindo, mais uma vez, que os funcionários régios compeliavam aqueles que vendiam fruta da parte do concelho a venderem no mercado do rei, “in meo mercato de vila”, uma situação muito semelhante à questão dos

⁹³⁵ Tal como indica um selo do alcaide Martim Anes de 1250, reproduzido por Alexandre Herculanó, e que infelizmente não foi possível localizar (cf. Alexandre HERCULANO, *História de Portugal: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, Livro VI, 8ª ed., Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, p. 103). Esta data é plausível visto que é imediatamente anterior ao período em que o mesmo Martim Anes foi porteiro-mor de Afonso III, entre 1254 e 1272 (cf. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, p. 339). O mesmo Martim Anes é citado por Afonso III num documento posterior como tendo sido no passado alcaide da terra e do mar: “me mandarom dizer que Martim Eanes que foy irmão do chanceler quando era alcaide do mar e da terra...” ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 46v- 47, uma carta régia dirigida ao concelho de Tavira para manter alcaide do mar “segundo como usam os de Lisboa” de 1282. Sobre a estreita ligação entre Afonso III e os seus colaços ver Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, pp. 50-51.

⁹³⁶ AML, *Livro do Alqueidão*, doc. 4, de 5 de Fevereiro de 1292. Trata-se de uma acusação já posterior ao reinado de Afonso III, tal como a acusação que recai sobre Afonso III e os seus antecessores que é respondida na carta de D. Dinis ao concelho em 1285, onde são referidos os rossios do concelho (AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287).

⁹³⁷ *Foral de Lisboa de 1179*, PMH, *Leges*, p. 411. A tradução utilizada é de Marcelo Caetano, em *A Administração Municipal durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 96.

⁹³⁸ *Ibidem*, p. 100.

⁹³⁹ “Alfonsus dei gratia Rex Port. Vobis pretori et alvaziliis et almoxariffó et scribanus ulixbon. Salutam et gram. Sciatis quam dem em mihi quod vos almoxariffe et alii mihi officiales ulixbon. Constrangitis multos hoies venire ad moradum in tendis miis de ulixbona contra carta de foro ulixbon. Et illos hoies quos invenitis in ipsa. Carta de foro ulixbon. Quam debent venire morari in tendis niis illos solorum constringatis quam veniant morari in mis. Tendis et non alios. Et alii hoies morent in ipsam villa hberere. Ubi cumque voluerint, vn. Aliter non faciatis. Et mando quod concilium ulixbonen teneat istam cartam in testimonium. Dant in Vimarnn. Iii die fecrii. Rege mandante per donun Egidium et per cancelarium et per donum Johnem de avoyno et per Johnem Perti corrigia subsigniferum et poms alios de consilio Reg. Dnicus Petri fecit. E. M. CC. LX”. VIII.” ANTT, *Chancelaria Afonso III*, Livro 1, fl. 49 v, de 1261.

mesteirais serem forçados a morar e laborar nas tendas régias⁹⁴⁰. O terceiro documento consiste numa carta de Afonso III dirigida em Novembro de 1264 ao concelho e alvazis de Lisboa, onde se compromete a reprimir vários abusos cometidos pelos seus pretores em Lisboa: “*vos sentitis vos gravatos de multis causis quas vobis faciunt pretores mihi...*”⁹⁴¹. Através destes documentos é possível afirmar que entre as décadas de cinquenta e sessenta do século XIII a relação entre o concelho e os pretores e alcaides do monarca foi marcada por um período de conflito que prejudicou sobretudo os interesses do concelho. Importa também notar que os oficiais régios forçaram mesteirais a morar nas tendas régias, com o objectivo óbvio de lhes cobrarem impostos que de outra maneira seria difícil, pois devido à isenção de imposto que lhes era concedida pelo foral de 1179, se eles habitassem em casa própria.

Em algum momento anterior a 1260, Afonso III mandou erguer fangas régias em Lisboa, que se situavam na Rua dos Asteeiros, num espaço que, segundo o rei, lhe havia sido doado pelo próprio concelho⁹⁴². A partir de 1276 começam a surgir as referências às “*Fangas Velhas*”⁹⁴³ que se localizavam na Rua da Correaria, o que demonstra que as fangas construídas por Afonso III deslocaram as “*Fangas Velhas*” da Rua da Correaria para o quarteirão localizado a poente da Rua dos Asteeiros e nascente da Rua das Carniçarias⁹⁴⁴, um local onde também irão surgir os novos

⁹⁴⁰ “[A]lfonsus⁹⁴⁰ Dey gratia rex Portugaliae vobis pretori et almozarifo et scribanis Ulixbonensis salutem. Sciatis quod comçilium Ulixbonensis mandavit ... arrencurare quod quod compelebatur vendere fruitam suam in meo mercato de vila pro ipsa nunquam facere consueverit. Unde mando quod unus ... de concilio qui fruitam vendere volverit vendat eam per vilam ubicunque volverit sedim? pro consueverit eam vendere in tempore patris et avi mei ... aliter non sit in cujus rey testimonium dedit? dicto concilio Ulixbonensis istam miam cartam⁹⁴⁰ apertam. Dante Colimbrien XVII^a die Aprilis. Rege mandante per cancelarius. Erveus fecit, E^a M^a CC^a LX^a VIII^a” cf. AML, Livro dos Pregos, doc. 10, 17 de Abril de 1261.

⁹⁴¹ AML, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I, doc. 33, publicado em *Documentos para a história da cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis e Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947, doc. 33, p. 237.

⁹⁴² É possível extrair esta informação de uma carta régia feita em 28 de Janeiro de 1260, em que se manda filhar uma casa de João Eanes, carpinteiro da Ribeira de Lisboa, que este havia construído entre a barbacã e as Fangas do rei: “...*sciatis quam ego mandavi filiare Joanes Iohanis carpentario d' riparia ulixbonem casam quam ipsem fecit super portale quam est inter barbacanam et palatium ubi ego mandavi fieri meas fanegas quem locum pretor et alvazilis et concilium ulixbonem sibi dedit. et concessit ut faceret ipsam casam in eodem loco per ad defensione ville...*” ANTT, Chancelaria de Afonso III, Livro 1, fl. 42.

⁹⁴³ Em 29 de Julho de 1276 são aforadas duas metades de tenda localizadas nas “*Fangas Velhas*” ANTT, *Leitura Nova, Estremadura 12*, fl. 127 v; Em 1 de Agosto de 1276 é aforada uma tenda régia localizada nas “*Fangas Velhas*” ANTT, *Gaveta 13*, maço 3, nº 14; Em 12 de Fevereiro de 1278 são aforadas duas tendas régias localizadas “*ad Fangas Velhas*” ANTT, *Gaveta 11*, maço 4, nº 29; Em 3 de Fevereiro de 1283 é vendida uma oitava parte de tenda ao rei localizada nas “*Fangas Velhas*” ANTT, *Leitura Nova, Estremadura 12*, fls. 148, 148 v. No *Livro 12 da Estremadura* surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “*Fangas Velhas*”.

⁹⁴⁴ O *Livro dos Bens próprios*, escrito entre 1299 e 1300, localiza as fangas régias na rua dos Asteeiros: “*Item habet in dicta colatione [Madalena], faangas ubi venditur panis... Item habet domnus Rex in rua de Astiarijs arredor de Fanagis x domos...*” *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 15v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347. Um aforamento de uma tenda em 1320, feito por D. Dinis a *Maffoma de Arangoes esteireiro* e a sua mulher *Aziza*, ambos identificados como “*mouros moradores em Lisboa*” informa-nos que existiam tendas régias entre as fangas e a rua dos Asteeiros, pois a referida tenda confronta a

açougues da cidade, substituindo as antigas “Carniçarias Velhas”⁹⁴⁵, que também se localizavam na Rua da Correaria. Pela mesma altura, nas várias composições celebradas entre o rei e particulares surgem também várias referências à “Ferraria velha”⁹⁴⁶, a qual podemos relacionar com a criação de novas ferrarias na Ribeira, ou seja, um local que provavelmente seria um dos rossios pertencentes ao concelho, referidos na já mencionada carta de D. Dinis ao concelho, de 1285⁹⁴⁷. As ferrarias da Ribeira são referidas num tomo de propriedades do Convento de Alcobaça, escrito em 1262, o que comprova a existência destas estruturas na Ribeira, já durante o reinado de Afonso III⁹⁴⁸.

A deslocalização das carniçarias, ferrarias e fangas para estruturas que estavam na posse da Coroa trazia largos benefícios ao rei, pois nas novas estruturas régias os mesteirais e os comerciantes tinham forçosamente que pagar os impostos na totalidade ao rei, não se podendo escudar no foral de 1179, confirmado pelos monarcas seguintes, pois a isenção era aplicável apenas a quem tivesse casa em Lisboa e trabalhasse nela. Esta deslocalização parece ter sido em alguns casos forçada pelos oficiais régios, tal como se refere na carta régia de 1261, o que é natural, pois estes mesteirais não teriam grande interesse em deixar a sua casa e loja, pois nesta época os mesteirais viviam e trabalhavam

ocidente com as fangas, a oriente com rua pública e a norte com propriedades régias (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 87v). Vieira da Silva refere ainda outros documentos medievais, posteriores aos nossos limites cronológicos, que referem a localização de fangas e carniçarias régias no quarteirão a ocidente da “Rua dos Asteiros”, ou das “Astes”, como também era chamada, posteriormente conhecida como “Rua da Padaria” (cf. Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 166-170). Relativamente à etimologia do topónimo “Asteiros”, surge pela primeira vez na referida passagem do *Livro dos Bens Próprios*, parece-nos plausível que o topónimo tenha uma relação com “*hasta, haste ou hasteda*”, étimos portugueses provenientes do latim *hasta*, que significava “lança ou pique”, tal como informa o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* de António de Moraes Silva, vol. V, p. 650. Possivelmente, a “Rua dos Asteiros”, ou “das Astas” seria o local onde se localizavam os artesãos que faziam as referidas lanças, hipótese que se reforça se tivermos em conta a proximidade do Paço da Madeira, localizado fora de muros, a oriente da Torre da Escrivania (sobre o Paço da Madeira ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.5 - Os mercados de D. Dinis: as Carniçarias da Ribeira e o Paço da Madeira). Reforçando esta nossa proposta para a etimologia do topónimo “Asteiros” encontramos a seguinte referência numa carta de arrendamento sobre a Portagem de Lisboa, feita por D. Afonso IV a Martim de Rates e Vasco Gonçalves escrivães da Alfândega do rei: “*E vendej lhjs a dizima das astas das lanças e de dardos que entrarem pola dicta foz do Reino de Portugal*” (Cf. *Chancelaria de Afonso IV*, livro 4, fl. 11v. de 2 Abril, 1336. Publicado em: *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, vol. II, INIC, Lisboa, 1992, p. 81).

⁹⁴⁵ Em 22 de Julho de 1276 são aforadas três tendas régias localizadas na Freguesia de S. Nicolau na “*carniçaria velha*” ANTT, *Gaveta 12*, maço 6, nº 3; em 8 de Setembro de 1276 é feita uma composição sobre uma tenda localizada na freguesia de S. Nicolau nas “*Carniçarias Velhas*”; em 15 de Fevereiro de 1278 são vendidas três tendas a Afonso III localizadas na “*carniçaria velha*” ANTT, *Livro II dos Direitos Reais*, fl. 59. No *Livro II de Direitos Reais* multiplicam-se os exemplos de referências às “*Carniçarias Velhas*”.

⁹⁴⁶ Em 28 de Julho de 1276 são aforadas três tendas na “*Ferraria Velha*” ANTT, *Gaveta 11*, maço 11, nº 24; em Dezembro de 1277 é aforada uma tenda régia localizada na freguesia da Madalena na “*Ferraria Velha*” ANTT, *Leitura Nova, Estremadura 12*, fl. 117v-118; em 16 de Setembro de 1281 é feita uma composição sobre uma tenda localizada “*in colatione sancte Marie Magdalene coram porta occidentalis ipsius ecclesie in loco seu rua qui dicitur ferraria vetus*” ANTT, *Gaveta 12*, maço 8, nº 15. No *Livro 12 da Estremadura* e no *Livro II de Direitos Reais* surgem múltiplos exemplos de tendas régias aforadas nas “*Ferrarias Velhas*”.

⁹⁴⁷ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287.

⁹⁴⁸ Segundo o *Tomo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc...* escrito em 1262, os monges de Alcobaça teriam aí perto uma casa onde vendiam sal: “*Item in ribeiro ante ferrarias. unam domum de sale.*” (cf. ANTT, *Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça*, 2ª Incorporação, Maço 32, nº 808).

normalmente no mesmo local, onde estavam protegidos pela isenção de impostos do foral de 1179, para terem de habitar e trabalhar nas tendas régias onde teriam de pagar o imposto devido ao monarca.

Observando o local onde foram construídas as referidas estruturas, nas plantas que revelam a cidade anterior ao terramoto de 1755, notamos que a forma urbana deste quarteirão é totalmente diferente da forma urbana da parte do arrabalde ocidental que já estava urbanizada no final da época de domínio político islâmico, nomeadamente do urbanismo da judiaria, a poente do referido quarteirão. (ver figura 53)

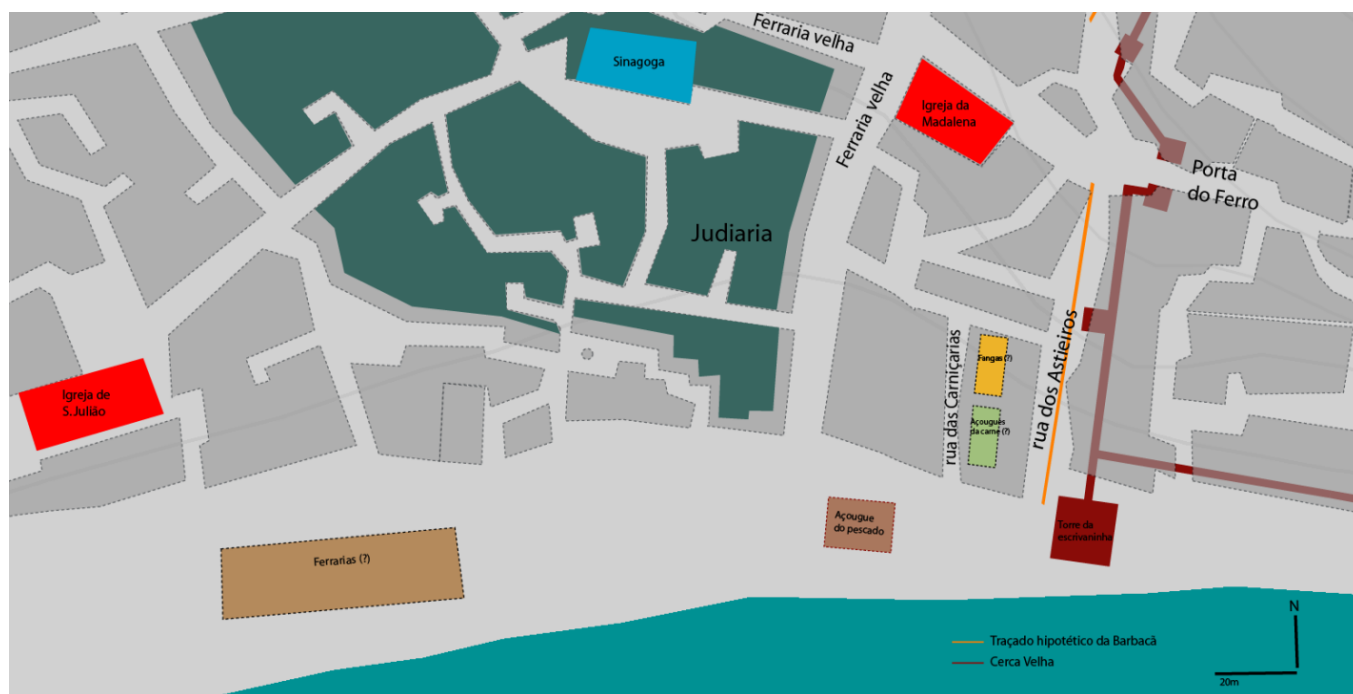


Figura 52. Zona ribeirinha do Arrabalde ocidental (cerca de 1260).

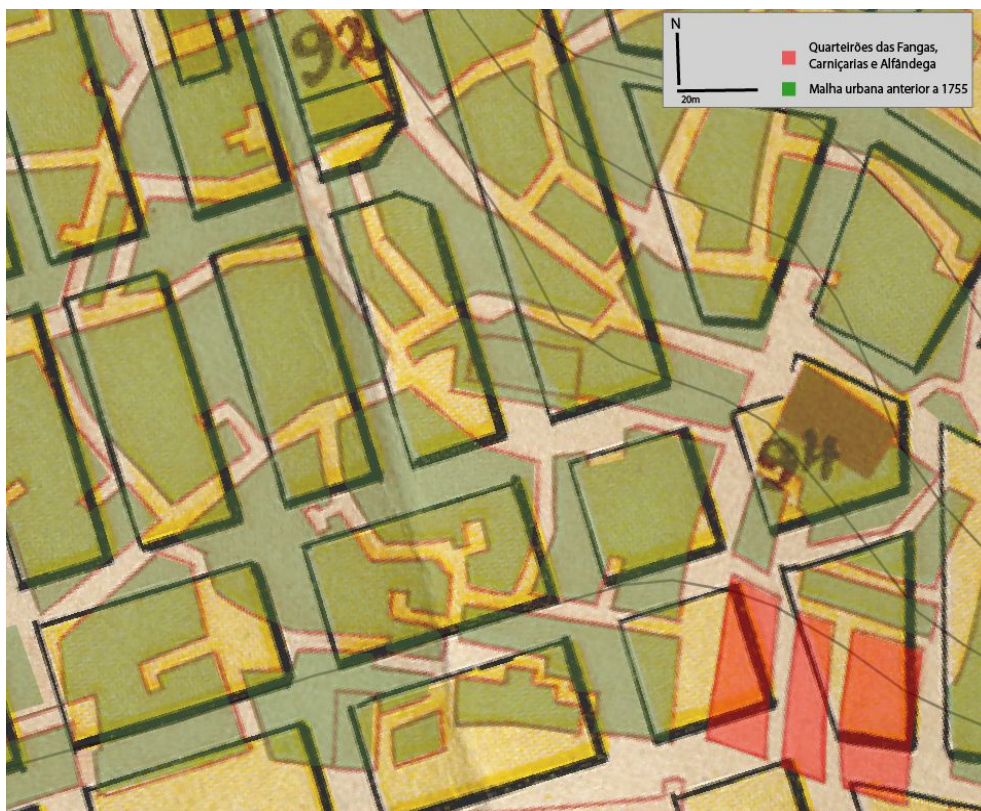


Figura 53. Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega e envolvente urbana anterior a 1755⁹⁴⁹

A representação desta parte da cidade nas plantas que se referem à cidade pré-pombalina, revela a existência de um urbanismo não linear, aparentemente com uma matriz viária de época islâmica (ver figuras 52 e 53). Pelo contrário, o quarteirão onde se localizavam as fangas e as carniçarias feitas por Afonso III, e também o quarteirão da alfândega, a qual não sabemos quando terá sido feita, mas apenas que já existia em 1288⁹⁵⁰, tem a sua forma marcada por um urbanismo linear marcado por quarteirões cuja unidade base é constituída por lotes compridos e estreitos, os chamados “lotes godos”⁹⁵¹. A forma dos quarteirões a poente da Rua dos Asteeiros e a nascente da Ferraria Velha parece-nos muito semelhante à forma de outros quarteirões que se encontram em povoações onde Afonso III teve uma intervenção directa, e que constituem algumas das primeiras operações urbanísticas onde se revela

⁹⁴⁹ A planta usada como base é a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos* [...], [s.l: s.n., s.d.], mantida no Instituto Geográfico Português, planta nº 356. Segundo Augusto Vieira da Silva será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela (cf. *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, nº43).

⁹⁵⁰ ANTT, *Direitos Reais*, Livro 2, fl. 67 v., de 1288: “*apud Ulixbona in alfandegas domini regis*”.

⁹⁵¹ Sobre a definição de “lote godo” ver Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 41-43. Sobre uma descrição da história do lote alongado ver, da mesma autora: *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, pp. 25-30.

planeamento urbanístico ortogonal da responsabilidade da Coroa portuguesa⁹⁵². Parece-nos então muito provável que toda a área localizada entre a Rua da Mafalda, a norte, a Rua da Ferraria Velha, a ocidente, a Rua dos Asteeiros, a oriente, e o Largo do Açougue do Pescado, a sul, tenham sido alvo de uma remodelação urbanística nas décadas de 50 e 60 do século XIII, para a implantação das fangas, dos açougues da carne e, possivelmente, também da alfândega.

Relativamente à alfândega medieval de Lisboa, não sabemos quando nem por quem foi construída, pois as primeiras notícias documentais não referem a sua construção, referindo-a como existente no reinado de D. Dinis, mas não se deve eliminar a hipótese de a alfândega já existir no final do reinado do bolonhês⁹⁵³. O urbanismo destes quarteirões será analisado de forma mais detalhada posteriormente, enquadrado no conjunto das operações urbanísticas que ocorreram no reinado seguinte, época em que se conhece melhor a sua configuração⁹⁵⁴.

A esta deslocalização do mercado permanente que se realizava nas fangas, carniçarias e na ferraria é importante acrescentar a tentativa por parte de Afonso III em adquirir novas fontes de rendimento através da imposição de um mercado semanal que deveria ter lugar “*nas suas casas da Alcáçova*”. Contudo, esta imposição não prevaleceu, tendo o monarca sido forçado a consentir que o concelho pudesse realizar essa feira semanal, que o documento denomina curiosamente como “*mercatum*”, onde lhe aprouvesse, tal como acontecia no tempo do seu pai, Afonso II, e do avô, Sancho

⁹⁵² Referimo-nos com mais certeza a Contrasta, depois conhecida como Valença, e a Viana da Foz do Lima, posteriormente conhecida como Viana do Castelo, as quais estão especialmente bem estudadas. No entanto é natural que outras vilas do reino português tenham tido uma marca urbana deixada por durante o reinado de Afonso III, no entanto a falta de documentação dificulta a percepção da cronologia. Sobre Contrasta/Valença ver: Margarida VALLA, “A estrutura urbana: da «Bastide» do século XIII à «Praça Forte» seiscentista”, *Monumentos*, nº 12, Lisboa DGEMN, 2000, pp. 25-31; Amélia Aguiar ANDRADE, “De Contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval”, *Monumentos*, nº12, Lisboa, DGEMN, 2000. Sobre Viana da Foz do Lima/Viana do Castelo ver: Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp.559-577; Manuel TEIXEIRA, Margarida VALLA, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 31-34. Neste sentido, note-se também que Luísa Trindade refere vários povoamentos onde não foi possível distinguir se a acção urbanizadora inicial foi de Afonso III ou de D. Dinis (cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009.). Uma obra da autoria de Alexandra Paio, Henrique Albergaria, Ana Madalena e Lusitano dos Santos, descreve sessenta e três vilas portuguesas de fundação medieval, cuja estrutura urbana original terá sido implantada durante o período 1250-1325, ou seja, durante os reinados de D. Afonso III ou D. Dinis. A principal conclusão dos autores desta obra é que “*nos reinados de Afonso III e de D. Dinis se encontram regras urbanísticas uniformizadoras e núcleos urbanos com traçados de características geométricas*” (cf. Alexandra PAIO, *et alii*, *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra, 2007, p. 82).

⁹⁵³ A primeira referência documental data de 1288 (cf. nota 951), a segunda referência consta no *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 15v.: “*habet dominus rex alfandegas cum suis sotanis et cum suis soliis et cum suo puteo, in collatione Sancte Mariae Magdalene, ubi decimant panem*” o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347).

⁹⁵⁴ Ver Parte III, Subcapítulo 5.5.3 - Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega.

I⁹⁵⁵. No documento do *Livro dos Pregos* é notória alguma desilusão da parte do monarca por o concelho objectar contra os interesses da Coroa:

“...*Sciatis quod dictum fuit mihi quod vos agravabatis ... quod ego fetarem fieri feira per unam diem im qualibus ebdomada im nostris casis de apud alcacevam ipsius ville et pro renda quam ibi ponere mandavam et ego intendebam quod faciebam ibi meam utilitatem et vestram ... pro vos inde agravatis et nom intenditis pro vestram utilitate mando quod ipsa feira nom fiat de cetero in ipsis meis casis...*”⁹⁵⁶.

Neste caso, após uma imposição por parte do rei, o concelho reagiu e neste caso parece ter conseguido que o rei recuasse na sua decisão.

Não muito longe da Torre da Escrivaninha terá existido uma cerca secundária, ou seja, uma barbacã, já parcialmente identificada por Augusto Vieira da Silva⁹⁵⁷, cuja construção poderá corresponder ao reinado de Afonso III, tal como observou Miguel Martins⁹⁵⁸. Apesar de não ser possível precisar a sua localização exacta, a documentação informa-nos que a barbacã existia no lanço ocidental da cerca, perto do quarteirão das fangas⁹⁵⁹ e também no lanço meridional, perto da porta do mar⁹⁶⁰. Esta barbacã sofreu muito rapidamente os usuais processos de urbanização, pois serviu de sustentação para construções privadas. É interessante notar a acção de Afonso de III, tentando de algum modo regular uma prevista actividade construtiva ilegal sobre a sua barbacã. Em Julho de 1255, o bolonhês doa a Martinho Roolis a sua barbacã da porta do mar na condição que o acesso de entrada e

⁹⁵⁵ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 53. 1273, Maio, 7, Santarém – D. Afonso III estipula a realização de uma feira na alcáçova de Lisboa: “sicut consuevit in tempore patris et avi mei”.

⁹⁵⁶ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 53. 1273, Maio, 7, Santarém – D. Afonso III estipula a realização de uma feira na alcáçova de Lisboa.

⁹⁵⁷ Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Lisboa, Publicações culturais da C.M.L., 1987, 3ª ed., pp. 72-73 e 191-192.

⁹⁵⁸ Miguel Martins argumenta que um documento de Fevereiro 1261 sobre a quitação de 369 libras para a construção de muros da cidade se refere a obras na barbacã (Cf. comunicação oral apresentada no Gabinete de Estudos Olisiponenses, a 10 de Julho de 2014, intitulada *Obra de restauros na Cerca Velha de Lisboa durante a idade média*: De facto, as evidências documentais apontam nesse sentido, pois as freguesias que são citadas como tendo participado na carta de quitação de 1261 (S. Mamede, S. Nicolau, Madalena, S. Julião, Santa Justa, Santa Maria de Alcamim, S. Lourenço, Sé, S. Jorge, S. João da Praça e S. Martinho) são as mesmas freguesias onde, na documentação, surge a existência de uma barbacã. (cf. *Mosteiro de Chelas*, maço 89, doc. 1; *Chancelaria de Afonso III*, livro 1, fl. 42 e fl. 8v.; *Chancelaria de Afonso III*, livro 1, fl. 8 v; *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 2, fl. 97 v.).

⁹⁵⁹ Em 1260 regista-se uma referência à barbacã, junto à zona Sudoeste da cerca urbana, perto das fangas construídas por Afonso III, cf. “*casa que ele fez sobre o portal que está junto da barbacã. E o paço onde eu mandei fazer as minha fangas, local que o Pretor, os alvazis e o Conselho de Lisboa deram*”, ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 42. (tradução nossa).

⁹⁶⁰ Em 10 de Julho de 1255 Afonso III doa a sua barbacã da Porta do Mar a Martim Roolis (cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 8v: “*meam barvacanam de porta de mari pro sua hereditate propria*”).

saída permaneça livre e desimpedido⁹⁶¹. Assim, observa-se neste documento que o rei doa a sua barbacã já com o presuposto que esta terá como fim a construção de edifícios privados, tentando, ainda assim, manter a função de controlo de entrada e saída da porta do Mar. Em um outro documento da chancelaria régia, elaborado apenas cinco anos depois, é possível verificar um caso em que o monarca se vê obrigado a mandar filhar uma construção aparentemente ilegal localizada junto da barbacã a um João Anes, carpinteiro⁹⁶². Tratam-se portanto de acções levadas a cabo pela Coroa que tentam ordenar a evolução urbana em redor da barbacã de modo a que esta não perdesse totalmente a sua funcionalidade. Este é um exemplo claro no qual se observa uma tentativa de planeamento num espaço dominado por um crescimento urbano que aproveitava todas as estruturas possíveis.

Observada toda esta informação em conjunto, é possível vislumbrar uma intensa actividade construtiva e de reordenamento de algumas das principais estruturas do arrabalde ocidental, nomeadamente, as fangas, as carniçarias, a ferraria e a barbacã que terá ocorrido entre as décadas de cinquenta e sessenta do século XIII. Referimos também como o rei deslocou, provavelmente de modo forçado, muitos mesteiros para as novas estruturas por ele construídas, e os benefícios monetários que a Coroa ganhava com essa deslocalização, restando agora perceber o que aconteceu aos espaços que ficaram vagos, que se situavam na principal artéria do arrabalde, a Rua da Correaria.

5.4 A RUA DA CORREARIA: UMA OPERAÇÃO DE AQUISIÇÃO RÉGIA

Durante a década de setenta do século XIII, Afonso III realizou compras e composições sobre um grande número de tendas que se agrupavam ao longo da Rua da Correaria e em algumas Ruas secundárias que atravessavam a artéria mais importante do arrabalde ocidental até à abertura da Rua Nova⁹⁶³. Tal como observou António Ravara, esta acção parece ter sido planeada, pois o volume de transacções é tão numeroso que apenas pode resultar de uma vontade expressa do monarca em realizar esta vasta operação que ocupou alguns oficiais régios durante os três últimos anos do reinado do bolonhês. Neste curto espaço de tempo, atinge-se um auge no volume de movimentação da propriedade régia urbana em Lisboa, a qual se situa maioritariamente nas freguesias da Madalena, e em S. Nicolau,

⁹⁶¹ Na mesma doação de 10 de Julho de 1255 (cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 8v: “*et do eam sibi taliter que porta de ipsa barvacana e de muro habeat semper suam intradam et sua exidam cum suo luminaria expeditam*”).

⁹⁶² ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, liv. 1, fl. 42: “*casa que ele fez sobre o portal que está junto da barbacã*”.

⁹⁶³ Sobre estas compras e composições ver: António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967.

mais precisamente ao longo da Rua da Correaria⁹⁶⁴: são feitas composições sobre sessenta tendas, oito fracções de tenda e uma casa em 1276, dez tendas e quatro quinhões em 1277, dez tendas e sete quinhões em 1278⁹⁶⁵, além disso a documentação regista ainda a compra de dezassete tendas em 1278⁹⁶⁶. Segundo António Ravara, a composição não é “*um tipo específico de contrato sobre a propriedade mas antes, segundo cremos, um acordo entre duas partes litigantes*”⁹⁶⁷. Mais à frente, este autor apresenta as razões que lhe parecem estar na raiz deste conjunto incomum de composições, afirmando que “*o soberano, desejando modificar a maneira da exploração das suas tendas de Lisboa – nas quais, segundo a carta de foral de 1179, deviam residir os mesteirais que não tivessem casa própria, pagando determinado foro – decide conceder, a quem prove os ditos direitos (baseados na habitação?), o domínio útil e a faculdade de o alienar...*”⁹⁶⁸.

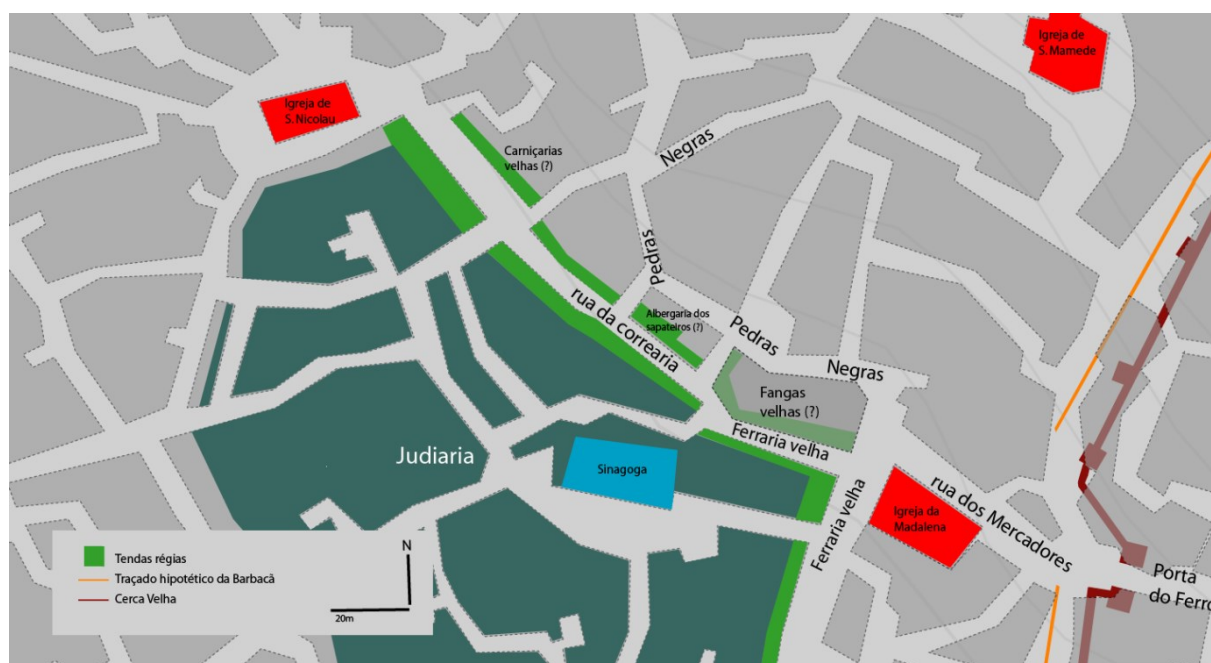


Figura 54. As tendas régias da Rua da Correaria (cerca de 1278)

⁹⁶⁴ Confirmando a nossa hipótese de que a rua da Correaria era um dos principais núcleos comerciais da cidade, o *Livro dos Bens próprios*, onde se documenta um cadastro da propriedade régia em 1300, assinala setenta e três tendas na rua da Correaria (Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fls. 8-13v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 338-345).

⁹⁶⁵ Cf. António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana...*, pp. 38-39. Afirma este autor que “*o número registado para o ano de 1276, sobretudo, ímpar no seu valor, sugere uma decisão tomada pela Coroa, o enveredar numa política nova face à propriedade urbana.*” *Ibidem*, p. 39.

⁹⁶⁶ Cf. António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana ...*, p. 94.

⁹⁶⁷ *Ibidem*, pp. 88-90.

⁹⁶⁸ *Ibidem*, pp. 91-92.

Comentário à Figura 54: Analisando a documentação produzida durante os reinados de Afonso III e D. Dinis foi possível localizar aproximadamente as “Fangas Velhas”, a “Ferraria Velha” e “as Carniçarias Velhas”, através dos topónimos que a documentação associa a estes locais, nomeadamente, a Rua da Correaria, a Judiaria, a Rua das Pedras Negras, a igreja da Madalena e a igreja de S. Nicolau⁹⁶⁹.

António Ravara compreendeu que estas movimentações de propriedades régias, sobretudo concentrada nas tendas localizadas nas freguesias da Madalena e de S. Nicolau reflectem uma posição clara por parte do monarca sobre a propriedade urbana, vendo como causa de todo o processo a vontade do rei em querer alterar o modo como explorava as suas tendas de Lisboa⁹⁷⁰. Além da conclusão a que chegou António Ravara, é também fundamental compreender que estas tendas formavam o núcleo comercial da cidade antes de Afonso III o ter alterado profundamente, através da deslocalização das fangas, carniçarias e ferrarias, que aqui referimos anteriormente e que terá ocorrido alguns anos antes destas composições. Trata-se portanto do culminar de um processo que levou a que o anterior centro comercial da cidade tivesse quase toda a sua propriedade transferida para a Coroa, uma realidade patente no cadastro da propriedade régia feita no *Livro dos Bens próprios dos Reis e Rainhas*, realizado no reinado posterior, entre 1299 e 1300, onde as composições e aquisições feitas pelo bolonhês são parte relevante⁹⁷¹. Apesar de não ser explícito no texto, as dezenas de composições realizadas entre

⁹⁶⁹ Numa composição entre D. Dinis e privados, em 1281, uma tenda é localizada: "...in colatione sancte Marie Magdalene coram porta occidentalis ipsius ecclesie in loco seu rua qui dicitur ferraria vetus..." ANTT, *Gaveta 12*, maço 8, nº 15; No *Livro dos bens próprios*, escrito entre 1299 e 1300, é referido: “In Çapataria de Corrigija contra Judariam ubi fuerunt Fanges veteres in colacione Santa Marie Madanele” *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 10v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 341; no mesmo *Livro dos bens próprios*, fl. 12 v., na edição publicada p. 343, é também referido: “Ad açougues veteres in colatione Santi Nicolay contra Judiariam”; numa venda de metade de uma tenda, em 1295 é referida a “rua que ora e na correaryya en logo que forom as Fangas Velhas” ANTT, *Gaveta 11*, maço 5, nº 11; Augusto Vieira da Silva, baseado em outros documentos posteriores, localiza aproximadamente a Ferraria Velha, as Carniçarias Velhas e as Fangas Velhas, também na rua da Correaria (cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 113-114; 156-163).

⁹⁷⁰ Um das questões referidas por Ravara implicadas nesta alteração do modo como eram exploradas as propriedades urbanas régias em Lisboa, consiste na reforma fiscal e administrativa realizada durante o reinado de Afonso III a que está associado um incremento da circulação monetária no reino, que se havia iniciado no século XII, mas que se acentua sobretudo no reinado do bolonhês, época em que o fim da reconquista portuguesa e o final desta como fonte de receita para a Coroa, coincide com a entrada do reino na corrente comercial europeia. Os aforamentos e composições sobre tendas e casas urbanas realizados pela Coroa estipulam maioritariamente pagamentos feitos em moeda, um facto que corrobora esta hipótese. Além da referida obra de António Ravara, sobre estas questões ver: Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, pp. 114-140.

⁹⁷¹ Cremos que muitas das propriedades registadas na rua da Correaria, talvez a sua grande maioria, já pertencessem à Coroa quando D. Dinis inicia o seu reinado, em 1279, pois as referências a composições entre 1276 e 1278, a locais situados nessa mesma rua, são muito avultadas. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 10v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e*

1276 e 1278 são fruto de um conflito entre o monarca e os mesteirais e comerciantes da cidade, conflito em que o concelho também esteve envolvido, tal como se reflecte nas já aqui referidas cartas enviadas pelo monarca ao concelho⁹⁷². Após o rei ter construído as novas fangas, carniçarias e ferrarias, o passo seguinte foi a apropriação da rentabilização do espaço onde existiam as antigas estruturas. O resultado é semelhante em todas as composições: os anteriores proprietários aceitam pagar ao rei metade do rendimento anual da referida tenda, tivessem sido essas tendas anteriormente de propriedade régia, ou não, trazendo assim um acréscimo considerável aos rendimentos da Coroa sobre a propriedade urbana na cidade.

5. 5 A RESTRUTURAÇÃO URBANA DA RIBEIRA NO REINADO DE D. DINIS

Após o movimento de rotura realizado por Afonso III ao deslocalizar o centro económico e comercial da cidade para junto da Ribeira, centro esse que se localizava junto à principal via que atravessava o arrabalde ocidental em direcção a Noroeste, o monarca seguinte irá prosseguir esta tendência, implantando estruturas urbanas pertencentes à Coroa na Ribeira e participando activamente no mais relevante processo de urbanização da cidade, nesta época, que irá ter lugar, precisamente, na parte ocidental da margem ribeirinha da cidade.

5.5.1 A muralha da Ribeira

D. Dinis realizou várias intervenções urbanas em Lisboa, destacando-se entre estas a construção da muralha da Ribeira por ser, não só a estrutura mais emblemática erguida de raiz por este monarca na cidade, mas também a que teve maiores consequências no urbanismo do arrabalde ocidental e até da própria cidade. O impacto urbanístico causado pela construção desta muralha levou a alterações significativas em toda a margem ribeirinha do arrabalde ocidental, permitindo que aterros sucessivos fossem ganhando terreno ao rio, os quais possibilitaram um importante crescimento urbano, e, simultaneamente, consolidou a implantação de um urbanismo diferente do urbanismo de matriz islâmica que até então predominava na cidade.

Em 4 de Junho de 1294, D. Dinis e o concelho estabelecem um contrato, onde ambas as partes se comprometem com a construção de uma nova muralha na Ribeira de Lisboa, a edificar entre a Torre

Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 333-353. Ver também: António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967.

⁹⁷² Sobre esta questão ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III.

da Escrivaninha e casas do rei, localizadas na Rua Nova⁹⁷³. O financiamento da construção da muralha ficou a cargo do rei e do concelho, respectivamente sobre cada parte da muralha que lhes cabia construir. Segundo é possível apurar neste contrato sobre a construção da muralha, a estrutura defensiva deveria partir da Torre da Escrivaninha, paralelamente à margem do rio, em direcção a ocidente até a umas casas do rei na Rua Nova, as quais são identificadas no início do documento como “*as minhas casas das Galés de contra o mar*”⁹⁷⁴. O contrato estabelece que uma parte seja construída pelo monarca, “*de la casas dos pesos do conçelho ata a Rua Nova*”⁹⁷⁵, e outra pelo concelho, “*dello canto da torre da escrivaninha descontra o mar ata as casas dos pesos*”⁹⁷⁶. O traçado desta muralha, bem como a localização das portas que nela foram abertas, foi já estudado e bem estabelecido por Augusto Vieira da Silva na sua obra *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*⁹⁷⁷. O olisipógrafo baseou o seu trabalho em algumas evidências arqueológicas, sustentando também a sua proposta numa cuidada análise da documentação medieval, e sobretudo fundamentou a sua reconstituição do traçado da muralha com um estudo detalhado do *Tombo da Cidade de Lisboa, Bairro da Rua Nova, 1755*, um registo do cadastro de grande parte da cidade, mandado organizar num decreto de 29 de Novembro de 1755, ou seja, menos de um mês após o terramoto de 1 de Novembro, onde se documenta com exactidão o cadastro urbano imediatamente anterior ao terramoto⁹⁷⁸. A proposta do olisipógrafo para o traçado da muralha constituiu a base de trabalho para a nossa proposta.

⁹⁷³ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29.

⁹⁷⁴ As nossas citações são feitas com base no documento nº 20 do *Livro dos Pregos*, que está no Arquivo Municipal de Lisboa.

⁹⁷⁵ *Ibidem*.

⁹⁷⁶ *Ibidem*.

⁹⁷⁷ Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., 2 vols, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987. A primeira edição de 1900 foi amplamente revista numa segunda edição feita entre 1940-1941, sendo a terceira edição uma mera reimpressão da segunda.

⁹⁷⁸ Augusto Vieira da Silva realizou a sua análise com base numa cópia do *Tombo* feita por José Valentim de Freitas, também por nós consultada, a qual se encontra actualmente no Gabinete de Estudos Olisiponenses, organismo pertencente à Câmara Municipal de Lisboa que acolheu parte do espólio deste olisipógrafo. Cota: MS-Lv 11. Os tombos originais estão localizados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, no fundo *Juízo da Inspecção de Bairros de Lisboa*, o qual está dividido em várias repartições: *Bairro Alto, Castelo, Ribeira, Alfama, Santa Catarina, Remolares, Rossio, Rua Nova, Limoeiro*.

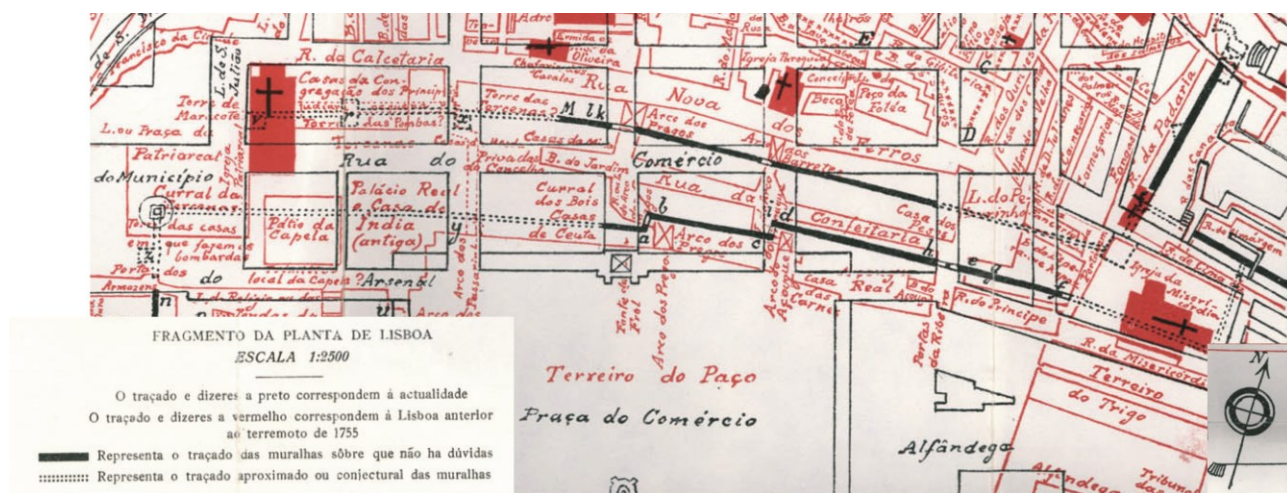


Figura 55. Fragmento da Estampa I de Augusto Vieira da Silva⁹⁷⁹

(A muralha de D. Dinis situa-se a norte da Cerca Fernandina)

A historiografia tem apelidado a muralha erguida nos finais do século XIV na Ribeira de Lisboa como “*muralha de D. Dinis*”. Todavia esta denominação relega para a sombra um outro interveniente determinante no processo da construção da muralha: o concelho. O contrato celebrado entre D. Dinis e o concelho em 1294 para a construção da estrutura defensiva dá-nos alguma informação sobre o processo que levou D. Dinis e o concelho a realizarem este empreendimento:

*como a cidade de Lixboa stevesse em perigoo della mha torre da scrivania ataa mhas casas das galees de comtra o mar per razom do muro que hi nom avia nem forteleza nenhũa e que recebiia per hi o comcelho muito mal e muyto dapno per razom daquelles que viinham pello mar de fora parte tyve por bem con o alcaide e con os allvaziis e con o comcelho da dicta villa d’aver comsselho como fosse villa mais defesa e mais homrrada e mais fortelegada. Porende eu e o comçelho tevemos por bem de se fazer huum muro della torre da mha escrivanya ataa as minhas casas da Rua Nova e porque o conçelho teve ca lhe seeria gram custa de o averem a fazer todo pediom-me <por> merçee que fezesse eu huum muro*⁹⁸⁰

Numa primeira leitura, sobressai o facto de Lisboa estar vulnerável a ataques externos que podiam aproveitar a ausência de estruturas defensivas na margem do rio, resultando daí “*muito mal e*

⁹⁷⁹ Publicada como *Estampa I* por Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

⁹⁸⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29. O sublinhado é nosso.

*muito dano*⁹⁸¹ para o concelho. Após a constatação deste facto, o monarca reúne com o concelho, os alvazis e o alcaide da cidade para resolver o problema da vulnerabilidade de Lisboa perante os ataques marítimos. A dupla responsabilidade sobre a construção da muralha está bem patente no texto: “*eu e o comçelho tivemos por bem de se fazer huum muro*”⁹⁸². Perante isto não nos podem restar dúvidas de que o rei e o concelho decidiram em conjunto construir a muralha e não se trata aqui de uma simples iniciativa régia. É até bem possível que a ideia de construir a muralha na Ribeira não tenha partido do rei mas sim do próprio concelho, todavia o documento não nos esclarece sobre essa questão, pois não há referência a um pedido prévio por parte do concelho. Seja como for, o concelho não tinha capacidades financeiras para suportar o custo de uma obra desta dimensão e por isso o acordo prevê que os custos financeiros da maior parte do “muro” sejam suportados pelo monarca.

Importa também referir que, associado à construção da muralha, foi também realizado um processo de urbanização da zona ribeirinha do arrabalde ocidental que trouxe relevantes proventos financeiros tanto ao rei como ao concelho. Isto significa que, além da motivação em colmatar a debilidade defensiva desta parte da cidade, existiu também uma motivação económica relacionada com a construção da muralha e sobretudo com a urbanização do espaço urbano que a rodeava⁹⁸³. Esta motivação económica pode ser observada nas condições e obrigações do monarca no contrato de 1294:

so tal comdiçom que dellas casas dos pesos ataa o quanto das mhas ferrarias alargasem contra o mar duas braças e fundar-se per hi o muro e do quanto das mhas ferrarias ata a Rua Nova ha-d'hir o muro direto pelas divisões que hi som postas en tal guisa que dellas divisões ata a parede da Rua aja catorze braças e se eu hi quiser fazer casas eyas a poer sobrelo muro en tal guisa que fique ho andaymo do muro que posam per elle andar quando for mester e quanto ora stam as mhas ferrarias deve ficar a Rua tam [fl. 31v] ancha como ora sta e do canto das mhas ferrarias ata a Rua Nova deve ficar a Rua

⁹⁸¹ Ver nota 981. (As nossas citações são feitas com base no documento n° 20 do *Livro dos Pregos*, que está no Arquivo Municipal de Lisboa).

⁹⁸² *Ibidem*.

⁹⁸³ Além da defesa militar ou da motivação económica que aqui focamos relativamente à construção da muralha da ribeira de Lisboa, Amélia Andrade refere também, sobre o amuralhamento das cidades medievais portuguesas em geral, a valorização e reconhecimento por parte da Coroa do papel das cidades na política do reino, resultando “*não só na consolidação da autoridade real frente aos poderes concorrentes mas também na divulgação de quadros mentais uniformizadores, que a partir do intramuros se foram espalhando, com maior ou menor sucesso, pelas áreas rurais circundantes*” (cf. Amélia Aguiar Andrade, “*A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação*” in: *Universo urbanístico português : 1415-1822* / coord. Helder CARITA, Renata ARAUJO, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 18). O exemplo de Aveiro é paradigmático, pois nessa cidade constrói-se uma cerca onde a função simbólica tem muito mais relevância do que a função defensiva (cf. Maria João BRANCO, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991, pp. 27-31).

*d'oyto braças e devo derribar da mha casa que sta a par da Ponte de Galonha tanta que fique a Rua d'oito braças e estas casas todas que eu fezer devem seer minhas livremente e de meus suscessores*⁹⁸⁴.

O contrato indica claramente a vontade do monarca em aproveitar todo o espaço disponível para construir casas que pertencerão à Coroa. Esta vontade urbanizadora do monarca deve ser considerada como vindo na linha do interesse régio, que já Afonso III tinha demonstrado, em possuir e rentabilizar propriedades urbanas diversas, tanto casas de habitação como tendas associadas à produção e comércio de bens. No caso de D. Dinis, além de o monarca prosseguir a política de rentabilização da propriedade urbana que o seu pai havia iniciado, há também uma vontade em organizar o espaço para o ordenar e rentabilizar, tendo como parceiro o concelho, uma entidade que comunga dos mesmos objectivos que o rei em ordenar e rentabilizar a propriedade urbana.

Ainda assim, apesar de a construção da muralha prever a urbanização dos terrenos contíguos à muralha, a função militar da muralha ficou também assegurada no contrato de 1294, pois tanto o rei como o concelho se comprometem a preservar o caminho de ronda da muralha que conferia à estrutura defensiva uma utilidade real em caso de ocorrer uma ameaça externa à cidade:

e se eu [o rei] hi quiser fazer casas eyas a poer sobrelo muro en tal guisa que fique ho andaymo do muro que posam per elle andar quando for mester...

*...e se [os membros do concelho] quisermos fazer casas devemos-las fazer sobr'esse muro en tal guisa que fique ho andaymo do muro que posam per elle amdar quando for mester*⁹⁸⁵

Regressando às causas e motivos que levaram à construção da muralha, é bem possível que a ameaça a que estava sujeita a cidade pela ausência de muralha no arrabalde ocidental fosse um factor real e preocupante sobretudo para o concelho, tal como é referido no contrato celebrado entre o rei e o concelho sobre a construção da muralha, em 1294⁹⁸⁶. Sendo a construção da muralha uma necessidade para a cidade, era também uma necessidade defendida pelo concelho, no entanto este não tinha capacidade para financiar uma obra dessa extensão. O concelho possuía, no entanto, os terrenos onde

⁹⁸⁴ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29. O sublinhado é nosso.

⁹⁸⁵ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29. A nossa transcrição tem como base o doc. 20 do *Livro dos Pregos*.

⁹⁸⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29: “per razom do muro que hi nom avia nem forteleza nenhũa e que recebiia per hi o comcelho muito mal e muyto dapno per razom daquelles que viinham pello mar de fora parte”.

essa muralha iria ser construída, os quais serviram de moeda de troca com o rei para que este financiasse a construção da muralha. Os terrenos da Ribeira, ou seja, os rossios do concelho, que ao contrário do seu pai, D. Dinis se compromete a respeitar na composição de 1285⁹⁸⁷, são terrenos de grande valor devido à sua situação estratégica junto da margem do rio e à sua proximidade ao centro económico, social e comercial da cidade, construído por Afonso III entre a Torre da Escrivanhinha e a Judiaria. Tinha sido nestes terrenos que Afonso III havia construído as suas ferrarias, e neles irão decorrer as duas intervenções urbanísticas feitas sob a orientação de D. Dinis que marcaram profundamente a morfologia urbana da margem ribeirinha da cidade: a reestruturação da Rua Nova e a abertura da Rua da Ferraria.

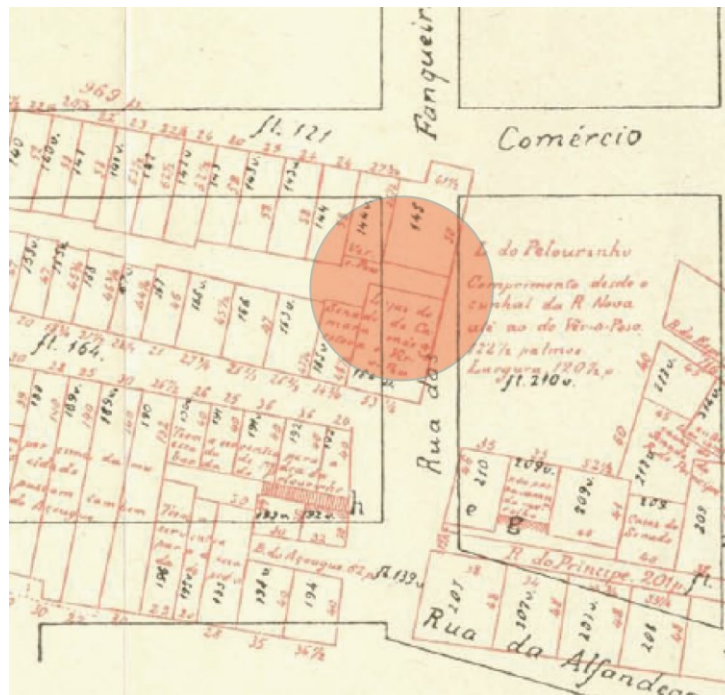


Figura 56. Excerto da Estampa III com o desvio da muralha de D. Dinis assinalado⁹⁸⁸

⁹⁸⁷ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287, traslado de composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho em 7 de Agosto de 1285: “...E por esta merçee que el rei fez ao comçelho logo todo o comçelho a hũa voz sem outra proma (sic) e sem costringimento e sem engano mais de sa boa e livre vontade por si e por todos seus soçessores perdoarom e quitarom a noso senhor el rey e a todos seus suçesures pera todo senpre todallas demandas e auções e quastões que elles aviam e de dereito devyam o emtendiam aver comtra ell ataa o sobre dicto dia per quallquer maneira assi per razom dos resiios de Lixboa em que el rei dom Afonso seu padre ou ell ou seus antecessores fizerom açougues, tendas, ferrarias, tاراçanas e cassas ou outras quer cousas ataa este presente dia come das liziras come dos frutos e das rendas de todallas dictas cousas e de cada hũa dellas e que el rey nom se estendesse des aquy adeante chus pello outros resiios da villa...” (sublinhado nosso).

⁹⁸⁸ Adaptado de: *Estampa III* in Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

Relativamente à parte da muralha que deveria ser construída pelo concelho, não há certeza de que tenha sido construída, pois exceptuando um único documento, não encontramos referências à existência concreta de qualquer estrutura defensiva entre a Casa dos Pesos e a Torre da Escrivaninha. O único documento que poderia fazer referência a um muro nesse espaço é uma doação de D. Dinis a Domingos de Gaya de um campo para este último aí construir casas⁹⁸⁹, no qual se refere o muro, no entanto, o muro referido pode ser interpretado como sendo o do próprio Açougue do Pescado, tal como propôs Augusto Vieira da Silva⁹⁹⁰. Não podemos, no entanto, deixar de notar uma alteração na orientação no muro que separava os lotes das propriedades adossadas à muralha, neste caso, a casa dos Pesos, a sul e os Cambos a norte, na reconstituição feita por Augusto Vieira da Silva, com base no *Livro do Tombo de Lisboa, Bairro da Rua Nova, 1755*⁹⁹¹.

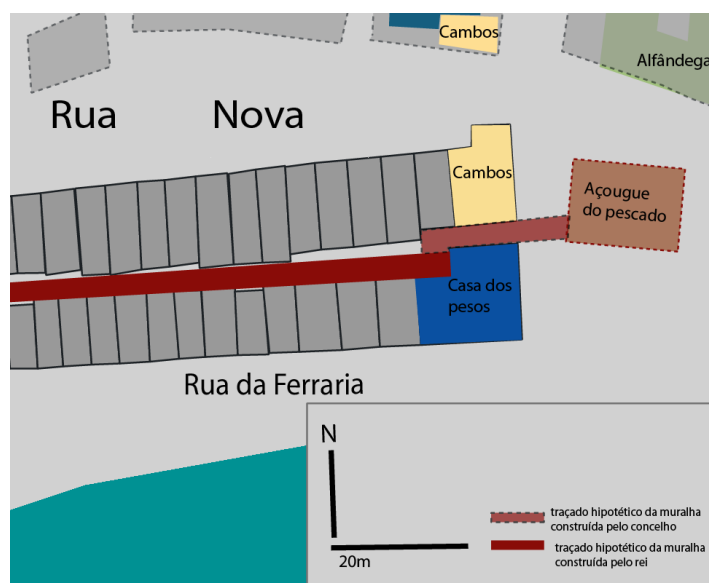


Figura 57. Parte ocidental da Muralha da Ribeira até ao Açougue do Pescado

A proposta que consideramos como hipotética na nossa planta é que o concelho tenha realmente construído a pequena parte da muralha, que estava adossada à casa dos Pesos, local referido no contrato

⁹⁸⁹ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 21, de 28 de Setembro de 1302: “doação a Domingos de Gaya mercador, de 10 braças em ancho e 10 em longo, do campo que cobre a maré, desde o muro dante o açougue de Lisboa, e mais contra o mar, se elle o filhar quizer, em o logar que é entre a Torre da Escrivaninha e a porta do Açougue do Pescado que elle faça em o dito lugar casas”.

⁹⁹⁰ Cf. Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 146: “este muro não pode ser o da muralha de D. Fernando, que ainda não estava construída; nem o da muralha de D. Diniz, que nesse ponto cremos que não chegou a ser levantada pelo Concelho em 1294, como se comprometera; presumimos por isso que seria o muro do recinto do mercado; a porta do açougue seria portanto apenas a porta do mercado”. Um outro documento, que será analisado mais à frente, refere a intenção de se construir um muro neste local, mas a sua real edificação não é de modo algum confirmada (Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425, uma partição de portais de casa junto ao Açougue do Pescado, em 1305).

⁹⁹¹ Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, Estampa III.

como a linha divisória entre o que a cada parte cabia construir, e talvez a tenha prolongado até ao muro do Açougue do Pescado, mas é muito provável que a ligação até à Torre da Escrivaninha nunca tenha sido completada.

Vejam, em seguida, como o reordenamento da Rua Nova e a abertura da Rua da Ferraria, acções realizadas em simultâneo com a construção da muralha da Ribeira, alteraram decisivamente a forma urbana da frente ribeirinha da Lisboa medieval.

5.5.2 A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval

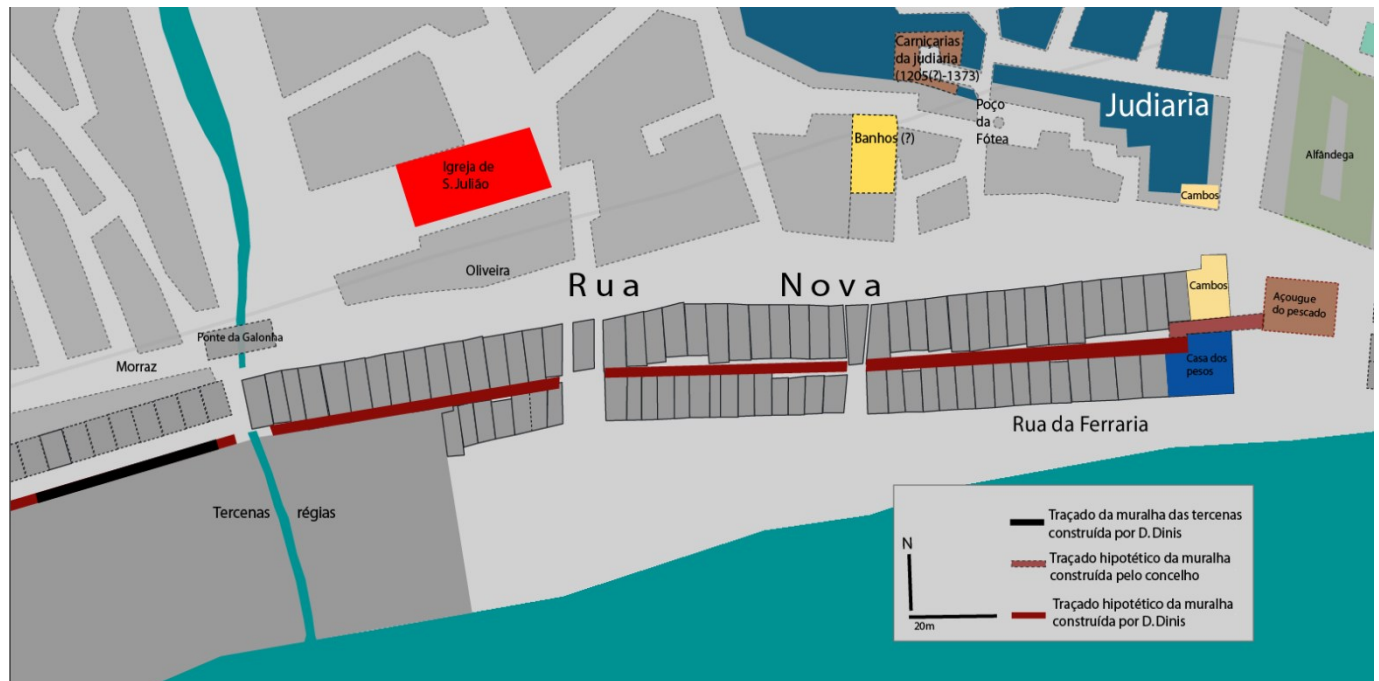


Figura 58. Hipótese de Reconstituição da frente ribeirinha ocidental em finais do séc. XIII

Antes de mais, importa compreender que o alinhamento da fachada norte da Rua Nova correspondia à frente ribeirinha que aí existia nos séculos anteriores à construção da muralha de D. Dinis. Infelizmente, não é neste momento possível perceber a processo de origem e a evolução desta linha de praia, pois não existe nenhum estudo sobre esta matéria, e não é possível incluir um tal estudo nesta nossa investigação. Neste sentido, podemos apenas afirmar que a frente ribeirinha no local do vale da Baixa estaria intimamente relacionada com as importantes infra-estruturas que existiam neste

local desde época romana, sobressaindo o criptopórtico da Rua da Prata como uma das estruturas mais relevantes na forma urbana deste espaço⁹⁹².

É bem conhecida a primeira menção documental à Rua Nova patente no contrato de construção da muralha da Ribeira, de 1294⁹⁹³. Alguns autores têm sugerido que esta Rua já existia no reinado anterior a D. Dinis sem qualquer fundamentação documental sólida⁹⁹⁴. Quanto a nós, se é certo que a Rua Nova já existia em 1294, não vemos motivo para que esta artéria não tenha sido uma concretização de D. Dinis, provavelmente com autorização e concordância do concelho da cidade, tal como a posterior construção muralha. Frei Francisco Brandão atribui a D. Dinis a abertura da Rua Nova, mas fá-lo com base numa carta de doação de um campo pelo concelho para o monarca aí construir casas, datada de 1295, que se refere à Rua da Ferraria e não à Rua Nova, um equívoco repetido por Carlos Guardado da Silva⁹⁹⁵.

O contrato sobre a construção da muralha estabelece, através da utilização de medidas-padrão, algo muito pouco comum para a época, o local preciso onde o monarca deveria construir as suas

⁹⁹² Sobre o criptopórtico da Rua da Prata ver: Parte III, Subcapítulo 1.2 - As pré-existências romanas.

⁹⁹³ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20: “*Porende eu e o comçelho tivemos por bem de se fazer huum muro della torre da mha escrivanya ataa as minhas casas da Rua Nova... ..pedirom-me <por> merçee que fizesse eu huum muro dellas casas dos pesos do conçelho ata a Rua Nova so tal comdiçom que dellas casas dos pesos ataa o quanto das mhas ferrarias alargassem contra o mar duas braças e fundar-se per hi o muro e do quanto das mhas ferrarias ata a Rua Nova ha-d’hir o muro direto pelas divisões que hi som postas... ..e do canto das mhas ferrarias ata a Rua Nova deve ficar a rua d’oyto braças... .. e se eu rey nom fezer muro dellas casas dos pesos ata a Rua Nova...*” (ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29).

⁹⁹⁴ Augusto Vieira da Silva afirma que “*Mas o que já existia sem dívida antes de 1294 era a rua Nova, que naturalmente era anterior ao reinado de D. Diniz.*” (Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 31) Afirmando posteriormente, na mesma obra: “*É atribuída geralmente a D. Diniz a abertura desta rua, não porque isso venha mencionado em algum documento, mas porque antes deste rei não se acha citada, pelo menos com a designação de rua Nova. Vimos a carta de contrato para a feitura do muro, datada de 1394(sic), que é talvez o mais antigo documento que a mencione. Mas parece que já existia antes desta data, como se depreende dos próprios termos da carta de contrato. Tinha já certamente casas, aqui e acolá...*” (p. 94); Hélder Carita não sendo tão explícito, afirma: “*...quando D. Dinis realiza grandes obras nesta área, os documentos referem já a existência da Rua Nova, que, como o próprio nome indica teria sido reformulada havia pouco tempo, coincidindo com a compra de grande quantidade de casas e lojas por D. Afonso III.*” (Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 27).

⁹⁹⁵ Frei Francisco Brandão afirma, na *Quinta parte da Monarchia Lusytana*, 1650, fl. 229: “*Neste dia [12 de Abril de 1295] lhe deu o Concelho desta Cidade o terreiro aõnde elle mandou fazer a Rua nova, que he hoje a principal da Cidade...*”. Carlos Guardado da Silva segue a mesma interpretação deste documento: “*A Rua Nova, foi obra do reinado de D. Dinis. Em 12 de Abril de 1295, vários individuos doaram a D. Dinis certas propriedades entre a Rua Nova e as Casas dos Pesos para que o rei fizesse uma rua nova organizando o espaço junto do muro que estava a construir, desde o ano anterior. Na mesma altura, o Concelho doou a D. Dinis um terreno onde estavam os ferreiros para que construísse mais casas na Rua Nova*” (Cf. Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A Organização e a estruturação do espaço urbano*, p. 231). O documento realizado em 12 de Abril de 1295 refere-se, segundo nos parece, não à Rua Nova, pois esta já era uma realidade em 1294, sendo também referida no documento de 1295 como uma realidade existente (“*elRey fazia aquel muro que se começava nas casas dos pesos e vay iuntar nas casa da Rua nova*”) mas sim à rua da Ferraria, que se encaixa perfeitamente na descrição do local, e que também foi fruto de uma urbanização programada, como veremos posteriormente (ANTT, *Direitos Reais* 2, fls. 131 v. e 132; *Chancelaria D. Dinis*, Liv. 2, fl. 99v).

casas⁹⁹⁶. Apesar de ser complicada a identificação deste espaço, pois não conhecemos com exactidão a localização das ferrarias régias e apenas sabemos a localização aproximada da Casa dos Pesos, conseguimos observar alguns dados relevantes sobre este processo através da análise do contrato de 1294. Em primeiro lugar, foi realizado um aterro que aumentou a área urbanizável para se construir a muralha: “*so tal comdiçom que dellas casas dos pesos ataa o quanto das mhas ferrarias alargasem contra o mar duas braças [3,68m] e fundar-se per hi o muro*”. Em segundo lugar, note-se a menção às “*divisões que aí são postas*”⁹⁹⁷, uma referência a um método de planeamento urbanístico que muito provavelmente corresponde ao método descrito num documento do ano seguinte: “*e fezerom no logo medir p cordas dancho e de longo*”⁹⁹⁸. Ou seja, trata-se da prática de cordeamentos, uma técnica que aqui surge, tal como Hélder Carita notou, pela primeira vez na história do urbanismo de Lisboa e que se tornaria gradualmente uma prática normal⁹⁹⁹. O cordeamento consistia no alinhamento de parcelas feitas através de uma corda, do qual resultava uma forma ortogonal desde que as larguras e comprimentos fossem constantes. Este procedimento é normalmente considerado como um dos marcos da concepção urbanística moderna, mas que como aqui vimos já ocorria no final do século XIII¹⁰⁰⁰.

É certo que a Rua Nova já existia antes da construção da muralha, pois o contrato de construção da Ribeira de 1294, é claro sobre a sua existência, mas a verdade é que a sua configuração foi profundamente alterada pela construção da muralha, sobretudo pela urbanização feita em simultâneo com a construção da estrutura defensiva. Na verdade, toda a fachada sul da Rua Nova foi reconfigurada e planeada sob o pretexto da construção da muralha da Ribeira. O próprio contrato de 1294, feito antes de se iniciarem as obras de construção da muralha estipula desde logo demolições, não com o objectivo de se construir a muralha, mas sim, para permitir um reordenamento urbano nesse local:

⁹⁹⁶ No contrato estabelecido entre D. Dinis e o concelho, em 1294, a braça é usada como medida-padrão. Sobre as medidas-padrão usadas em época medieval ver: Mário Jorge BARROCA, “Medidas-Padrão Medievais Portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª Série, vol. 9, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1992, pp. 53–85.

⁹⁹⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29: “*e do quanto das mhas ferrarias ata a Rua Nova ha-d'hir o muro direto pelas divisões que hi som postas en tal guisa que dellas divisões ata a parede da rua aja catorze braças [25,76m]*”.

⁹⁹⁸ Cf. ANTT, *Direitos Reais Livro II*, fls. 131 v. e 132; ANTT, *Chancelaria D. Dinis, Livro II*, fl. 99v. *Doação que fez a Camara a El-Rei de Chão na Ribeira junto à muralha do Mar em 12 de Abril de 1295*.

⁹⁹⁹ Cf. Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 33.

¹⁰⁰⁰ Por exemplo Hélder CARITA considera sobre o regimento do *Castelo da Cidade de Cepta* (c.1509): “*esta preocupação das fachadas das casas de cordearem, isto é, alinharem entre si numa frente contínua, vê-la-emos divulgar-se posteriormente na legislação urbana do período moderno afirmando-se aqui numa forma claramente precursora.*” (Cf. Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 171).

*“e devo [o rei] derribar da mha casa que sta a par da Ponte de Galonha tanta que fique a Rua d’oito braças [14,72m] e estas casas todas que eu fezer devem seer minhas livremente e de meus sucessores”*¹⁰⁰¹.

Além do reordenamento da Rua Nova, a construção da muralha da Ribeira levou à abertura de uma via no lado exterior da muralha, entre a estrutura defensiva e a margem do rio, esta artéria foi chamada de Rua da Ferraria¹⁰⁰². O topónimo Ferraria está quase de certeza associado às ferrarias régias erguidas por Afonso III na Ribeira, as quais tiveram de ser deslocizadas com a construção da muralha. Neste caso o local das ferrarias permaneceu quase o mesmo, ocorrendo uma reordenação da malha urbana. A abertura da rua que se localizava a sul da muralha ficou registada numa carta de doação de um chão na Ribeira feita pelo concelho ao rei, em 12 de Abril de 1295, onde se afirma:

*“...entendendo que poys nosso senhor elRey fazia aquel muro que se começava nas casas dos pesos e vay iuntar nas casa da Rua nova que se podia aly fazer huua Rua aa honra da villa e aproveytamento da terra; teverom por bem daquellas casas que ElRey hy tija em que moravam ferreyros e outros mesteyraaes delly darem outra tamanha Praça junta com esse muro contra o mar e fezerom no logo medir p cordas dancho e de longo per ante mim davi(?) dicto tabelliom e per dante o dicto concelho e posserom hy divisoes e sinais de quanto davam a ElRey pa todo o sempre e a todos seus sucessores: e fyca pa fazer ElRey hy hu essas ferrarias sijam outras casas quaes ele por bem tever...”*¹⁰⁰³

O texto não nos deixa dúvidas de que se trata de uma operação urbanística planeada, usando a prática de cordeamentos, e cujo objectivo é a construção de casas em terrenos ganhos ao rio através de aterros. O facto de a Rua ser feita para “aa honra da villa e aproveytamento da terra”¹⁰⁰⁴ também nos aponta para que se trate de uma acção estruturada para benefício da cidade e, simultaneamente, da Coroa através da rentabilização “da terra”. Neste documento o concelho assume-se como proprietário

¹⁰⁰¹ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29.

¹⁰⁰² A primeira menção à rua da Ferraria surge no inventário régio escrito entre 1299 e 1300, o *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352: “*tendas in rua de Ferraria...*”.

¹⁰⁰³ Cf. Doação que fez a Camara a El-Rei de um Chão na Ribeira junto à muralha do Mar em 12 de Abril de 1295, ANTT, *Direitos Reais 2*, fls. 131 v. e 132; *Chancelaria D. Dinis, Liv. 2*, fl. 99v. (transcrição nossa).

¹⁰⁰⁴ *Ibidem*.

de uma “*outra tamanha Praça junta com esse muro contra o mar*”¹⁰⁰⁵, doando-a ao rei para ele aí construir casas, tal como havia sido também acordado no contrato de 1294 para a construção da muralha.

Até este momento não se sabia exactamente que casas o monarca tinha construído. Na verdade, para a historiografia da cidade produzida até agora a urbanização da Rua Nova e da Rua da Ferraria foi sempre um assunto menor relativamente à construção da estrutura defensiva¹⁰⁰⁶. No entanto, é possível, através da comparação de dados de diversas fontes, não só documentais, mas também através da análise do cadastro setecentista desta rua, observar a dimensão e a relevância do plano urbanístico desenhado em finais do século XIII.

É sabido que o cadastro das propriedades, ou seja o registo da sua delimitação, constitui uma das realidades mais duradouras quer da paisagem urbana quer da rural, constituindo-se como um fóssil da maior relevância para o estudo do território e da cidade. No caso do cadastro urbano, o tecido urbano altera-se, os prédios renovam-se, as paredes reconstroem-se, mas o cadastro permanece, tal como comprovam vários exemplos referidos por Luísa Trindade, na sua obra *Urbanismo na composição de Portugal*¹⁰⁰⁷. Ainda assim, nas cidades de maior dimensão onde interesses vários agem sobre a forma da cidade, e sobretudo naquelas que foram alvo de vários terremotos, tal como é o caso de Lisboa, a sobrevivência do cadastro medieval é uma realidade menos evidente¹⁰⁰⁸. Contudo, conjugando fontes escritas, onde neste caso se identificam medidas exactas, com a cartografia e toponímia posterior, conseguem-se por vezes resultados inesperados. Tendo como base o *Tombo da cidade de Lisboa, Bairro da Rua Nova, 1755*, Augusto Vieira da Silva elaborou um minucioso trabalho de reconstituição da fachada sul da Rua Nova, e também das duas fachadas da Rua dos Ferreiros, mais tarde conhecida como Rua da Confeitaria, sendo assim possível observar o cadastro dessa parte da

¹⁰⁰⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁰⁶ Hélder Carita constitui uma excepção neste panorama, pois considera o reordenamento da rua Nova um aspecto essencial da reestruturação urbana ocorrida em Lisboa, no reinado de D. Dinis, não se limitando a referir a construção da muralha (cf. Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 27-43).

¹⁰⁰⁷ Para esta autora os levantamentos cadastrais “*desempenham no âmbito disciplinar da história do urbanismo um papel idêntico ao que o documento escrito tem para o historiador, exigindo, da mesma forma, todo o processo de “decifrar e transcrever”*. Na realidade, o teor da informação que fornecem é único não podendo ser substituído por qualquer outro tipo de fonte. Para determinados níveis da análise morfológica, (...) os levantamentos cadastrais constituem, em rigor, o único suporte possível.” Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 98-99.

¹⁰⁰⁸ Sobre os vários terremotos que assolaram Lisboa durante a época medieval ver: Marisa COSTA, João FONSECA, “*Sismicidade Histórica em Portugal no Período Medieval*” in *Actas do 7º Encontro Nacional sobre Sismologia e Engenharia Sísmica*, Porto, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 2007, pp.383-397.

Ribeira, tal como existia antes do terramoto de 1 de Novembro de 1755¹⁰⁰⁹. Esta informação por si só, não nos seria útil, pois seria muito difícil comprovar que este cadastro tivesse ainda alguma relação com a sua formação original, cerca de quatrocentos e sessenta anos antes. Todavia, o cruzamento do cadastro reconstituído por Augusto Vieira da Silva com o inventário de bens régios elaborado por ordem de D. Dinis entre 1299 e 1300¹⁰¹⁰ por um lado, e com a análise da documentação avulsa medieval por outro, permite-nos afirmar, sem qualquer dúvida, que o cadastro desta pequena parte da cidade em Outubro de 1755 era espantosamente semelhante àquilo que tinha sido nos finais do século XIII¹⁰¹¹.

Neste sentido, note-se que no já referido *Livro dos Bens Próprios dos reis e Rainhas* se afirma que a Coroa possuía quarenta e sete lotes de propriedades, dos quais quarenta e três tinham dois pisos:

“...na Ribeira junto à Praça quarenta e três sótãos unidos mantidos todos livres para si. Também possui o senhor Rei quarenta e sete chãos ligados e mantidos na dita Praça todos livres em quartos para si.”¹⁰¹².

¹⁰⁰⁹ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, Estampa III.

¹⁰¹⁰ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fls. 1-20, publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 333-353.

¹⁰¹¹ O argumento de que a reforma urbanística realizada no reinado D. Manuel teria reconfigurado a Rua Nova foi recentemente refutado na análise de uma pintura realizada entre 1570 e 1619, realizada por um autor anónimo, existente na Kelmscott Manor, no Reino Unido, onde se representa a fachada sul da Rua Nova. Nessa pintura confirma-se, sem qualquer margem de dúvida, que as ordens dadas por D. Manuel para a demolição de todos os balcões da cidade num prazo de seis meses, tanto na Rua Nova, como em todas as artérias da cidade, não foram executadas. Isto significa que as evidências sobre o alcance da reforma urbanística realizada no reinado de D. Manuel na Lisboa edificada em época medieval devem ser objecto de uma análise crítica. Na verdade, a cidade medieval deve ser distinguida das partes da cidade que são urbanizadas nessa época, como o Bairro Alto ou os quarteirões do Cata-que-Farás, construídos *ab initio*, e onde obviamente não existiam as resistências aos planos de D. Manuel que, com certeza, existiriam na artéria onde habitavam e trabalhavam figuras relevantes da burguesia lisboeta de quinhentos. O estatuto da Rua Nova como um espaço privilegiado confirma-se numa das cartas régias sobre as remodelações urbanísticas tentadas no reinado de D. Manuel: “*determinamos que todolos Balcons e sacadas de todolas Ruas desta cidade tirando os da Rua Nova dos Mercadores sejam derribados...*” (AML, *Livro de Reis, Livro I de D. Manuel*, doc. 75, fl. 58v. publicado em Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 219). Sobre as várias remodelações urbanísticas tentadas por D. Manuel em Lisboa e também sobre as suas acções urbanizadoras *ab initio* ver: Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999; Hélder CARITA, “Reforma Urbanística da Lisboa Manuelina. Início da Escola Moderna de Arquitectura”, *História*, nº 26, 2000, pp. 36-45. A pintura da Rua Nova existente na Kelmscott Manor comprova também que os lotes existentes na maior parte da fachada Sul da Rua Nova no último quartel do século XVI sobreviveram até ao terremoto de 1755, pois o número de casas existentes na pintura é exactamente o mesmo que regista o *Tombo de 1755: Bairro da Rua Nova*, para o espaço localizado entre o Largo do Pelourinho e o Arco dos Pregos. Sobre a pintura da Rua Nova ver: Annemarie JORDAN, “Reconstructing The Rua Nova: The Life of a Global Street in Renaissance Lisbon” in *The Global City: On the streets of Renaissance Lisbon*, Annemarie JORDAN e K.J.P. LOWE (eds.), Verona, Paul Holberton, 2015, pp. 101-119.

¹⁰¹² A tradução é nossa. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 19. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352: “*In primo domnus*

A Ribeira a que se referiam os funcionários régios dionisinos era, tal como percebeu Vieira da Silva, todo espaço correspondente “à praia ou salgado que ia de lado a lado do vale da Baixa, desde a nossa Praça do Município, até ao sítio da actual igreja da Conceição Velha”, sendo que só muito mais tarde “a designação de Ribeira estendeu-se a todo o aterro entre esta igreja e o Arco de Jesus, e nele acabou por se fixar”¹⁰¹³. Tendo presente o número de quarenta e sete chãos que D. Dinis possuía na Ribeira, não pode ser coincidência constatar que são exactamente quarenta e sete as propriedades registadas no cadastro de 1755 e na reconstituição da fachada sul da Rua Nova feita por Vieira da Silva¹⁰¹⁴.

O olisipógrafo, mais preocupado em perceber o traçado da muralha, não considerou a possibilidade de este cadastro remontar à época de D. Dinis, possibilidade essa que ganha ainda mais força, fazendo o mesmo exercício com o cadastro da fachada norte da Rua da Ferraria¹⁰¹⁵. Sobre esta

Rex in Riparija ad plateam quadraginta et três sotanos in symul se tenentes totos liberos pro ad se. Item habet domnus Rex quadraginta et septem solija in simul se tenência in dicta platea totos liberos in quartos pro ad se.”

¹⁰¹³ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 9-10. Sobre a evolução do topónimo Ribeira em Lisboa ver: Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa : séculos XV a XVIII*, Lisboa, Pandora, 2004, pp. 51-59. Iria Gonçalves, seguindo Vieira da Silva, localiza a Ribeira: “...entre a igreja da Conceição Velha e a Praça do Município.” (cf. Iria GONÇALVES, “Na Ribeira de Lisboa em finais da idade média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 62).

¹⁰¹⁴ A primeira propriedade a ocidente é de uma dimensão muito reduzida, mas o espaço para um lote de dimensões semelhantes aos outros está presente na reconstituição de Vieira da Silva.

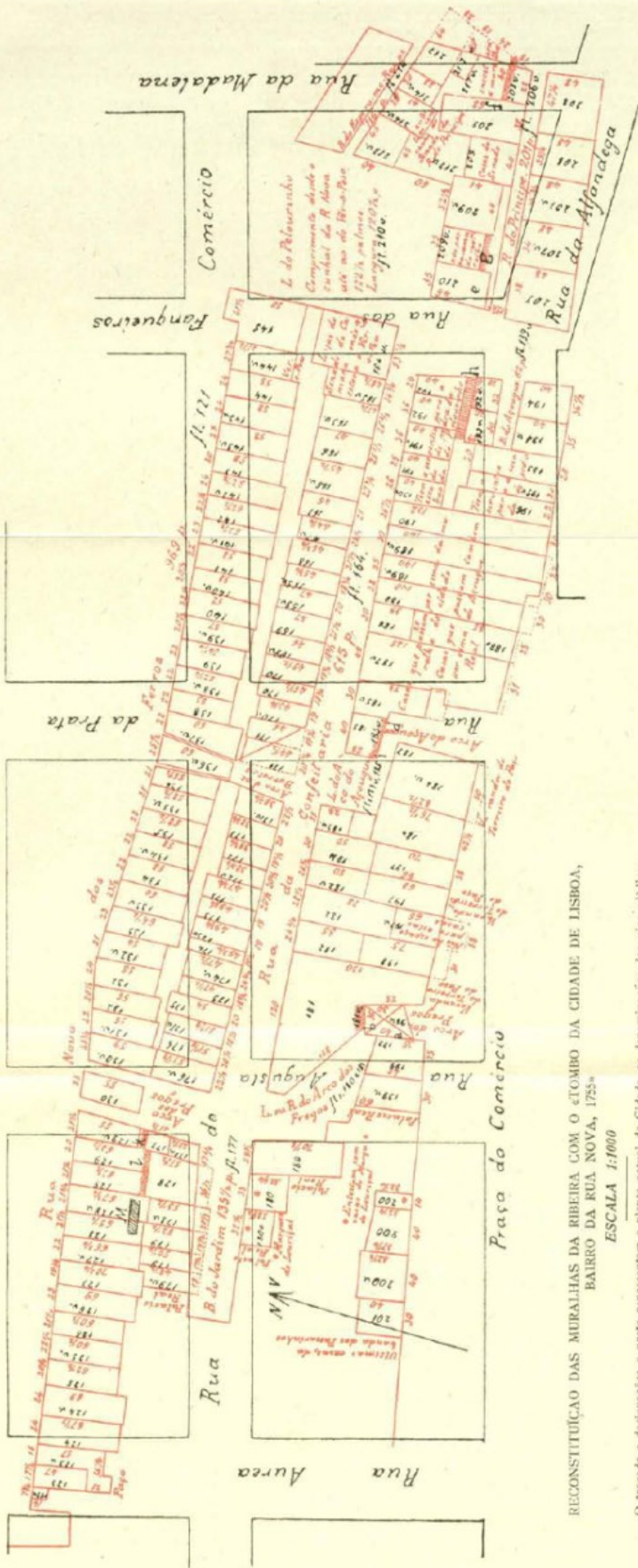
¹⁰¹⁵ Esta coincidência entre o número de propriedades régias registadas no *Livro dos Bens próprios* na Ribeira e a reconstituição do cadastro baseada no *Tombo de 1755* passou despercebida aos olhos dos estudiosos, entre outros motivos, pelo seguinte facto. No *Livro dos Bens Próprios*, além da referência aos quarenta e sete chãos que o monarca possuía na Ribeira, surge também uma referência a casas na Rua Nova: “*Item habet donus Rex in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeys contra occidentem et de allija parte cum galeijs contra orientem xxx scilicet xv solijs et xv sotanos todos in simul conijuntos liberos pro ad se.*” *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352. Aparentemente estas seriam todas as casas que o rei D. Dinis possuía na Rua Nova, mas dois motivos apontam para que estas trinta propriedades, divididas em quinze chãos com os seus respectivos quinze sôtãos, ou seja, estes quinze lotes digam respeito às casas da posterior Judiaria Nova (sobre a Judiaria Nova/Pequena ver: Parte III, Subcapítulo 4.3 - Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado). Em primeiro lugar, o topónimo Rua Nova que surge no *Livro dos Bens próprios* deve ser considerado em analogia com a “*Rua Nova*” que é referida no contrato feito entre o monarca e o concelho em 1294 sobre a construção da muralha: “*Porende eu e o comçelho tivemos por bem de se fazer huum muro della torre da mha escrivanya ataa as minhas casas da Rua Nova e porque o conçelho teve ca lhe seeria gram custa de o averem a fazer todo pedirom-me merçee que fizesse eu huum muro dellas casas dos pesos do conçelho ata a Rua Nova*”. Também na doação de um campo da Ribeira pelo concelho ao rei, realizado em 1295 se afirma: “*elRey fazia aquel muro que se começava nas casas dos pesos e vai juntar nas casas da Rua nova*”. Notemos também que a “*Rua Nova*” referida no *Livro dos Bens Próprios* se situava junto às “*Galés*”, provavelmente as tercenas régias. Ou seja, tanto no contrato de 1294 como na doação de 1295 e também como no *Livro dos Bens Próprios* a “*Rua Nova*” parece limitar-se a um local situado no extremo ocidental da baixa, pois só assim poderá ser considerada como um dos limites para a construção da muralha, não se trata portanto da “*Rua Nova*” que irá abranger toda a margem ribeirinha do vale da Baixa, a qual só se materializará após a construção da muralha e da urbanização que a construção da muralha permitirá. A “*Rua Nova*” referida nestes documentos refere-se sim à parte mais ocidental desta via, pois apenas essa parte poderia ter sido construída antes de 1294, o que explica o facto de o topónimo “*Rua Nova*” não surgir em nenhum dos muitos documentos produzidos nos reinados de Afonso III, nem no reinado seguinte, antes de 1294. Em segundo lugar, não existe outro local na Ribeira da Lisboa medieval, em que

artéria, localizada imediatamente a sul da Rua Nova, no lado exterior da muralha, o *Livro dos Bens próprios dos reis e rainhas* refere que “também possui o senhor Rei trinta e quatro tendas na Rua da Ferraria, livres para si”¹⁰¹⁶. No cadastro encontramos assinaladas trinta e sete propriedades, sendo que uma delas, a segunda a poente do Arco dos Pregos, resulta claramente da união de duas propriedades, pela sua dimensão acumulada equivaler à soma dos dois lotes a norte, o que demonstra existir uma clara relação entre a largura das propriedades nos dois lados da muralha. Note-se que a relação entre a largura dos lotes de ambos os lados da muralha também aponta para que este cadastro tenha sido realizado no momento de construção da estrutura defensiva. Contabilizam-se, portanto, trinta e oito propriedades no cadastro de 1755, havendo uma discrepância de quatro propriedades entre o cadastro e o inventário composto em 1299-1300. Por felicidade, um documento de 1424, pertencente à chancelaria de D. João I, explica detalhadamente a causa desta discrepância¹⁰¹⁷. As quatro propriedades que não estão contabilizadas no *Livro dos Bens Próprios* não pertenciam à Coroa mas sim ao concelho. Uma destas propriedades era a Casa dos Pesos, no extremo oriental da Rua, e as outras três eram-lhe contíguas, tal como demonstra a referida contenda de 1424 entre a Coroa e o concelho. As outras quatro estavam dispersas entre o restante casario da fachada norte dessa mesma Rua, regressando em 1424 à posse da Coroa, juntando-se às outras trinta casas e perfazendo o total de trinta e quatro, o mesmo número de casas arroladas no cadastro. Mais uma vez, não pode ser uma coincidência que a propriedade régia registada em 1299-1300 tenha um número exactamente igual àquela que encontramos no cadastro de 1755, sobrando as quatro propriedades, que, como percebemos pela contenda de 1424, pertenciam ao concelho.

possam ter existido “*quarenta e sete chãos em conjunto*” tal como informa o *Livro dos Bens Próprios*, e além disso, o número de quinze lotes referidos para a “Rua Nova” coincide tanto com o número de lotes que têm lugar a norte do muro das tercenas, ou seja os quinze lotes onde se instalou posteriormente a judiaria nova como com os quinze lotes que surgem entre o Arco dos Pregos e o final da rua, o local onde o rego corria em direcção ao rio, e onde se situava a ponte da Galonha. O aparecimento dos posteriores topónimos Sapataria e Calcetaria que individualizaram a Rua Nova não ajudaram a que se considerasse que esta rua poderia ter tido origem no seu extremo ocidental, local onde já existiam as tercenas régias que também surgem no contrato de 1294 como uma realidade já existente (Sobre as Tercenas régias ver: Parte III, Subcapítulo 6.3 As Tercenas régias de Lisboa). As primeiras referências à Rua Nova após os três documentos que aqui referimos (o contrato entre o rei e o concelho para construção da muralha, em 1294; a doação do concelho ao rei de um campo na Ribeira em 1295; o *Livro dos Bens próprios*, escrito entre 1299 e 1300) ocorrem já em 1320, altura em que a urbanização feita por D. Dinis já possibilitava que a Rua Nova se estendesse até ao extremo oriental do vale da Baixa, passando, por exemplo, pelo Poço da Fótea (cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 342, de 1320 “*na Rua nova a par de hu corre a agua do poço de Foteya*”).

¹⁰¹⁶ A tradução é nossa. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 19. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352: “*Item habet domnus Rex xxxiiij tendas in rua de Ferrarija liberas pro ad se*”.

¹⁰¹⁷ Numa sentença régia sobre uma contenda entre a Coroa e o concelho de Lisboa sobre casas na rua da Ferraria de 1424 afirma-se: “...*nós [o rei] temos uma somma de casas, que são trinta, que estão da parte do mar encostadas às nossas casas da rua nova, e porque pelas ditas escrituras se mostra que aquelle chão fora dado ao dito rei D. Dinis para nelle fazer um muro e casas...*” ANTT, *Chancelaria D. João I, Livro 4*, fl. 70, de 1424.



RECONSTITUIÇÃO DAS MURALHAS DA RIBEIRA COM O EÍTOMO DA CIDADE DE LISBOA,
BAIRRO DA RUA NOVA, 1755^a

ESCALA 1:1000

O traçado e designações a preto representam a planta actual da Cidade, as denominações das vias públicas,
e as folhas do Tombo de 1755 em que se acham as medições e confrontações das casas

O traçado e designações a vermelho mostram a reconstituição das casas e vias públicas, em 1755,
e as suas medições expressas em palmos

Figura 59. Reconstituição da Rua Nova e da Rua da Ferraria (segundo Augusto Vieira da Silva)

Em: *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, Estampa III.

Além destas relações claras entre a propriedade régia registada no *Livro dos Bens Próprios* com o cadastro reconstituído por Vieira da Silva, da fachada sul da Rua Nova e da fachada norte da Rua da Ferraria, existem vários documentos dispersos que comprovam que D. Dinis aforou várias propriedades nessas mesmas ruas¹⁰¹⁸. Num grupo de aforamentos, todos realizados em 1323, surge uma cláusula em que o monarca condiciona o aforamento à realização de obras:

“...devedes logo fazer benfeitoria nas ditas casas em fazer boas paredes e sobrados para que mais valham e para que eu e os meus sucessores ajamos melhor parado o dito foro a qual benfeitoria devedes fazer até...”¹⁰¹⁹.

Esta cláusula demonstra que o monarca pretendia, ainda em 1320, já mais de vinte e cinco anos depois da construção da muralha e do início da urbanização da fachada sul da Rua Nova, aumentar o seu rendimento através da construção em altura, obrigando os aforadores a suportarem os encargos da construção de novos sobrados.

Importa analisar o cadastro segundo o tipo de urbanismo que ele apresenta e realizar algumas analogias com outras localidades do reino português. Se aplicarmos a tipologia proposta por Luísa Trindade, aos planos urbanísticos da Rua Nova de Lisboa e da Rua da Ferraria, concebidos por ordem de D. Dinis, o que resulta é um urbanismo de “*tipo linear de duas ou mais ruas*”. Esta organização concorda em absoluto com a proposta de Luísa Trindade que refere que “*o eixo principal é bordejado por uma série de quarteirões estreitos e rectangulares, dispostos com o lado maior paralelo à via*”, o

¹⁰¹⁸ Em 1320 encontrámos três aforamentos, dois feitos pelo rei a privados: um sótão e sobrado na Rua Nova, freguesia de S. Julião, aforado a Pedro Fernandes açagador e sua família, que confrontava a sul com o “*muro*” (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 93.) e um sobrado, sobre a “*Porta da rua Nova*” que confrontava com o “*muro*” a norte, a Afonso Pires e sua família (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 88). O outro aforamento deste ano refere-se a umas casas aforadas por Dona Dordia Pais, comendadeira do Mosteiro de Santos, a um Bartolomeu Martins cambador, sendo que estas casas se localizavam na fachada norte da rua Nova “*na Rua nova a par de hu corre a agua do poço de Foteya*” (ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 342). Em 1321, Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e então mordomo-mor do rei e senhor de Albuquerque, doa casas na rua Nova a estevão da Guarda, que foi Eichão mor e conselheiro do rei, ambos reconhecidos trovadores (sobre ambos estas duas relevantes figuras do reino ver: José Augusto Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas: genealogias e estratégias 1279-1325*, Porto, edição de autor, 1997 (cf. *Sumários de Lousada*, parte II, fl. 9v e 10 publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 220). Entre Junho e Novembro de 1323 registam-se nove aforamentos, todos feitos por D. Dinis a várias figuras da emergente burguesia lisboeta, nomeadamente três mercadores, um besteiro, um corretor, sendo que todos se localizavam na rua Nova e confrontavam a sul com o “*muro*” (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro. 4, fls. 94 a 96v. e 98 e 100v. a 101). Em 1324, registámos ainda um aforamento de casas na rua Nova por D. Dinis a um tal João Pires que tinha sido amo de estevão Soares (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 99).

¹⁰¹⁹ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 4, fl. 95v. A cláusula surge com pequenas diferenças mas o seu conteúdo é basicamente o mesmo nos nove aforamentos feitos por D. Dinis em 1323 (ver nota anterior).

qual tem paralelo em Caminha, Valença, Chaves, Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Salvaterra de Magos, Monsaraz, Sines e Lagos¹⁰²⁰. De entre estes vários exemplos, compare-se o cadastro das propriedades construídas por D. Dinis na Ribeira de Lisboa e o cadastro medieval analisado por Luísa Trindade em Salvaterra de Magos e Miranda do Douro, localidades que Ruy de Pina afirma terem sofrido obras importantes no reinado do “Lavrador”¹⁰²¹. Começando pela última, esta vila recebeu a sua carta de foral por D. Dinis em Setembro de 1286, e cerca de dez anos depois, foi alvo de trabalhos urbanísticos, mais precisamente entre Julho de 1294 e Abril de 1298¹⁰²². Destes trabalhos resultou um urbanismo de tipo linear, onde a artéria principal era rodeada por quarteirões rectangulares, cujos lotes eram estreitos e alongados, não muito diferentes dos que encontramos no cadastro das Ruas da Ribeira de Lisboa. Ou seja, realizou-se em Miranda do Douro uma operação de urbanização muito semelhante à que ocorreu em Lisboa exactamente no mesmo período de tempo, entre o Verão de 1294 e os anos seguintes.

No caso de Salvaterra de Magos, vila que recebeu carta de foral por D. Dinis em 1295, foi possível a Luísa Trindade reconstituir de forma mais precisa o plano urbanístico que aí foi posto em prática, muito provavelmente por este monarca. Verificou-se nesta vila, mais uma vez, um urbanismo de tipo linear, neste caso organizado em duas ruas ao longo das quais se dispõem três blocos de quarteirões. Luísa Trindade constatou que os quarteirões possuíam uma distribuição de lotes iguais, com trinta palmos de largura por sessenta palmos de comprimento¹⁰²³.

¹⁰²⁰ Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 170. Já anteriormente Jorge Gaspar tinha notado que “*D. Dinis é um rei planeador de aglomerações*”, comparando algumas localidades do reino português que sofreram intervenções urbanísticas no reinado de D. Dinis com a formação das *bastides* francesas. Jorge Gaspar propõe que D. Dinis tenha aberto a rua Nova, adquirindo os terrenos de construção através de “*troca de terras reais por courelas particulares*”, ou seja, por escambos, contudo como aqui vimos não foi assim que o monarca teve permissão do concelho para edificar na Rua Nova. Jorge Gaspar não considera o parcelamento dionisino da Rua Nova, afirmando sobre Lisboa que “*um desenvolvimento num espaço maior e em que as formas rectangulares se definem só aparece no século XVI, com o Bairro Alto*”, focando a sua atenção nas vilas alentejanas de Monsaraz, Redondo, Vila Viçosa e Alegrete (cf. Jorge GASPARGASPAR, “A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média”, *Finisterra*, vol. IV, 8, 1969, pp.198-215).

¹⁰²¹ Cf. Rui de PINA, *Crónica de D. Dinis*, cap. XXXII, p. 94-95.

¹⁰²² Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p.371.

¹⁰²³ *Ibidem*, pp. 457-469.

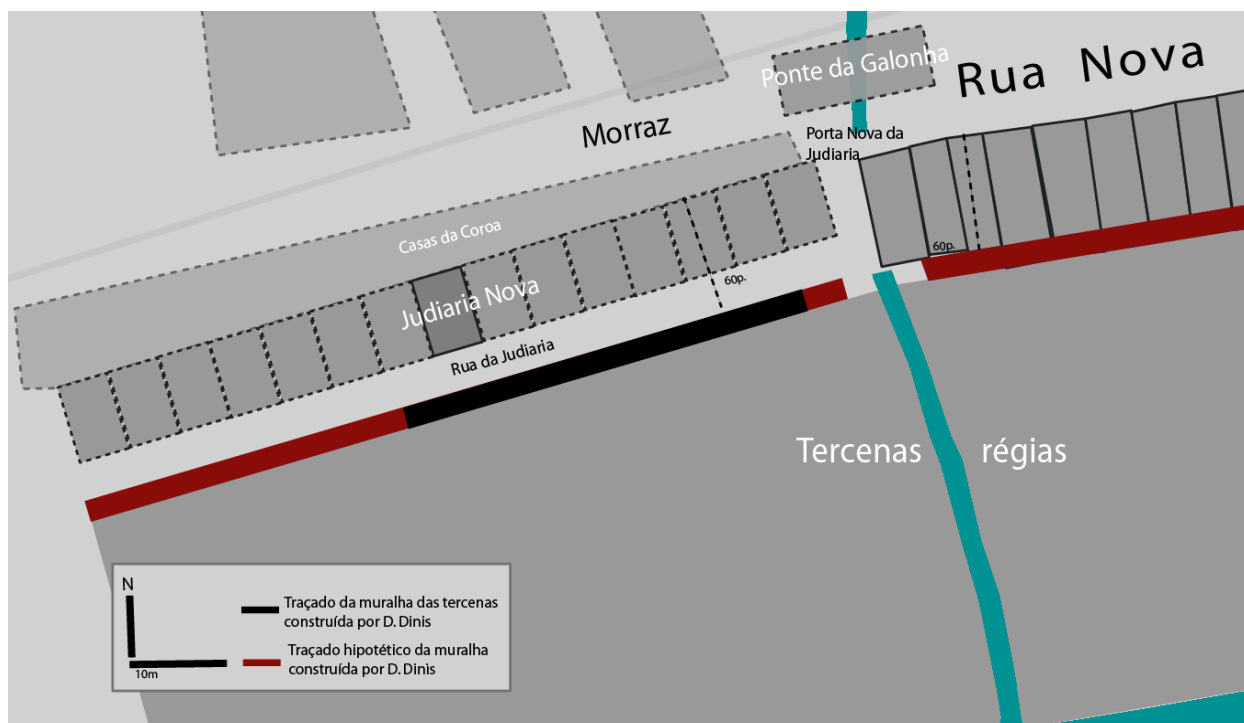


Figura 60. Judiaria Nova e envolvente urbana

Na Ribeira de Lisboa, é possível observar uma constância muito grande nas dimensões dos lotes registados no cadastro de 1755, o que nos permite supor que os lotes originais na fachada sul da Rua Nova tivessem em média, vinte palmos de largura e sessenta de comprimento, e, no caso da Rua da Ferraria, vinte palmos de largura e cinquenta de comprimento, aproximadamente. É natural que os lotes lisboetas sofressem adaptações devido às várias condicionantes que a construção numa cidade de grande densidade urbana impunham, a começar pela construção da própria muralha. Sessenta palmos de comprimento (13,2m) é também a medida, arqueologicamente comprovada, que existia entre a parede da muralha e o limite norte dos lotes da Judiaria Nova, construída também neste momento, ou num momento muito próximo à construção da muralha¹⁰²⁴. No caso da Judiaria Nova, a existência de uma rua de acesso às casas entre a muralha e os lotes levou a que o comprimento dos lotes da Judiaria Nova fosse menor do que os lotes da Rua Nova.

¹⁰²⁴ Sobre a judiaria Nova, ou judiaria das Tercenas, como também conhecida, ver: Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 5-35; Manuel Fialho SILVA, “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”, *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães*, de 24 a 26 de Outubro de 2012, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 181-193; Artur ROCHA, “Uma muralha, vários percursos”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 80-87; Artur ROCHA, Manuel Fialho SILVA, “A Gênese da Judiaria Pequena no século XIV”, in *Actas do colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, 20-22 de Novembro de 2013 (no prelo).

No contrato para a construção da muralha da Ribeira, realizado em 1294, é referido o seguinte: “e do quanto das mhas ferrarias ata a Rua Nova ha-d’hir o muro direto pelas divisões que hi som postas en tal guisa que dellas divisões ata a parede da Rua aja catorze braças [25,76m]”¹⁰²⁵. Observando o cadastro de 1755, tendo em conta esta passagem do contrato de 1294, é possível perceber que esta distância consiste aproximadamente na que existiria entre a fachada dos lotes da Rua da Ferraria, adossados a norte com a muralha, e a fachada dos lotes que davam para a Rua Nova, adossados a sul com a muralha¹⁰²⁶.

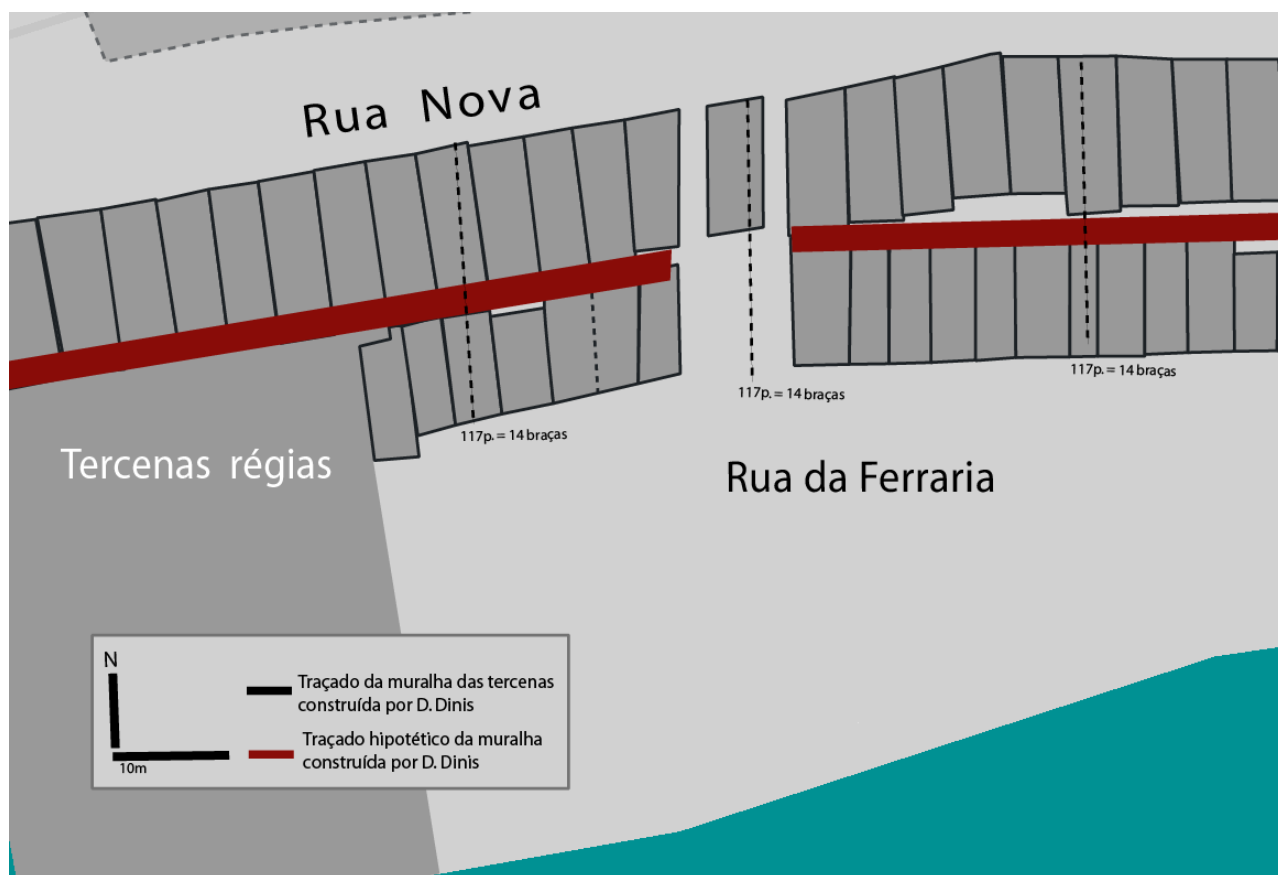


Figura 61. Pormenor da Rua Nova e Rua da Ferraria: as medidas-padrão.

É importante notar que as dimensões do lote não correspondiam obrigatoriamente às dimensões do edifício que o ocupava. Pelo contrário, era muito comum o comprimento do lote ser dividido entre o

¹⁰²⁵ Augusto Vieira da Silva, atribui uma distância diferente às 14 braças: “A segunda medição, ou distância da muralha até a parede da Rua, isto é, até às fachadas das casas do lado norte da rua Nova, corresponde a 30,8m, e essa distância, medida na nossa estampa I, vê-se que é igual a 27,5m, que daquela pouco diverge.” (cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., 2 vols, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 43).

¹⁰²⁶ A distância marcada por Augusto Vieira da Silva na sua estampa III varia entre os 110 e os 120 palmos, ou seja entre os 24,2m e os 26,4m, o que dá uma média de 25,3m muito próxima às catorze braças referidas no contrato de 1294 (cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira...*, estampa III).

edifício que ocupava a frente do lote e um quintal que ocupava a parte traseira do mesmo lote¹⁰²⁷. Estes quintais existiam não só nos arrabaldes das cidades pré-industriais, mas também nas zonas de maior centralidade, como ocorria, por exemplo, em Coimbra, onde, ainda no século XVI, vários quintais encostavam à barbacã, nas traseiras dos edifícios da Rua da Calçada, a artéria comercial mais relevante da cidade do Mondego¹⁰²⁸. É muito provável que acontecesse o mesmo com os lotes divididos em finais do século XIII por D. Dinis, na Rua Nova, pois, além de ser uma realidade constante nas cidades medievais, o Tombo de 1755 apresenta vários edifícios cujos fundos não pertenciam claramente ao lote inicial, pois ocupavam o espaço traseiro do lote que lhe é contíguo, o que significa que, muito provavelmente os edifícios originais não ocupavam todo o espaço até junto da muralha¹⁰²⁹. A ausência de dados documentais e arqueológicos não nos permite especificar as medidas dos edifícios nem dos quintais traseiros que terão existido em finais do século XIII.

O contrato de 1294 especifica ainda a medida da largura planeada para a Rua Nova, a qual consistia em oito braças¹⁰³⁰. Esta largura (14,74m) é realmente excepcional para a época, sendo assinalável que pouco mais de um século depois, a Rua Nova do Porto irá mesmo ultrapassá-la com as suas quase nove braças de largura¹⁰³¹. Esta extraordinária amplitude da Rua Nova de Lisboa, tal como acontecia com sua homónima do Porto, revela que estas artérias foram planeadas não apenas para albergar edifícios de rendimento da Coroa, mas também para funcionarem como eixos estruturantes das respectivas cidades. A largura da Rua Nova de Lisboa, aliada à sua localização estratégica, convidava os lisboetas a usarem esta rua como local, não só de passagem, mas também de negócio, situação que ganhava ainda mais expressão com a existência dos Cambos no lado oriental desta rua.

Relativamente à fachada norte da Rua Nova, a forma urbana que apresenta na cartografia que se refere à cidade pré pombalina evidencia uma irregularidade que pode ser atribuída ao facto de esta

¹⁰²⁷ Cf. Luísa TRINDADE, *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, pp. 28-30.

¹⁰²⁸ Sobre a Rua da Calçada de Coimbra, Luísa Trindade afirma que “*embora datada de 1532, a realidade descrita no Tombo remete um período cronológico de âmbito mais vasto*” (cf. “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, *Separata de Media Aetas: Revista de Estudos Medievais*, 2ª série, nº 1, Ponta Delgada, Patrimonia, 2004/2005, p. 3). Sobre os quintais nas traseiras dos edifícios da Rua da Calçada ver também, da mesma autora: *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 30.

¹⁰²⁹ *Tombo de Lisboa*, fl. 43, (fl. 126 do original), “*Casas de D. Fernando de Almeida e Silva. Partem pelo poente com as do dito Gouvea. Tem de frente 21 e 1/2 p., de fundo as lojas e sobrelojas 50 e 1/2p. e os 4 andares 60 e 1/2p., tendo os últimos 3 andares continuação para traz dos 3 últimos das casas do dito Sousa Gouvea, que não tinham tanto de fundo*”.

¹⁰³⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29: “*do canto das mhas ferrarias ata a Rua Nova deve ficar a rua d’oyto braças e devo derribar da mha casa que sta a par da Ponte de Galonha tanta que fique a rua d’oito braças*”.

¹⁰³¹ Walter ROSSA, *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, p. 754.

fachada ter tido uma origem marcada pela linha ribeirinha da praia fluvial¹⁰³². Na fachada norte, a ausência de um loteamento regular e linear na cartografia seiscentista e setecentista, ao contrário do que acontecia na fachada sul da Rua Nova, demonstra que o “projecto de renovação da Rua Nova” levado a cabo no início do século XVI por iniciativa de D. Manuel não terá alterado substancialmente a forma urbana da fachada norte da principal artéria da cidade nessa época¹⁰³³. Este último facto leva-nos a questionar se a intervenção urbanística de época Manuelina terá tido grande impacto sobre a forma urbana tanto ao nível da estrutura viária como do parcelamento urbano, na cidade já edificada, apesar de o ter tido, sem qualquer dúvida a nível arquitectónico, tal como Hélder Carita o demonstrou¹⁰³⁴. Esta questão adquire relevo quando tentamos perceber as origens da morfologia urbana apresentada na cartografia seiscentista e setecentista, pois afigura-se provável que, no que respeita ao arrabalde ocidental, as reformas de D. Manuel tenham permitido que o urbanismo medieval sobrevivesse até às reformas pombalinas pós-terramoto, com algumas excepções¹⁰³⁵. Se assim for, estaria melhor explicada a persistência de um traçado viário caracterizado por ruas sem saída, e por formas irregulares, no espaço do arrabalde ocidental tal como é representado na cartografia da cidade pré-pombalina, ou seja, um traçado viário com características herdeiras do urbanismo de época islâmica, o qual não é compatível com o esquema de urbanismo linear normalmente associado ao lote comprido e estreito que se observa em pontos-chave da cidade, como na Rua Nova e Rua da Ferraria, ou no quarteirão das Fangas que aqui observámos.

Uma clara reincidência do modelo aqui demonstrado sobre a fachada sul da Rua Nova e a fachada norte da Rua da Ferraria ocorre, cerca de um século depois, na Rua Nova do Porto. A artéria portuense, erguida no reinado de D. João I, através de um processo de urbanização que implicou a construção de casas, tem um aspecto fundamental análogo ao que ocorreu no final do século XIII, em Lisboa, na urbanização que ocorreu na fachada sul da Rua Nova e na Rua da Ferraria¹⁰³⁶. Esse aspecto consiste no facto de que a urbanização foi realizada em primeiro lugar e só depois foram feitos os

¹⁰³² Walter Rossa afirma sobre a rua Nova: “*Na realidade, aquela muito glosada artéria lisboeta era mais bem uma platea do que uma rua, correspondendo o seu lado norte ao alinhamento da velha mole edificada sobre a primitiva praia fluvial e o sul ao alinhamento da nova muralha.*” Cf. Walter ROSSA, *Diversidade...*, p. 440.

¹⁰³³ Sobre as reformas urbanísticas e arquitectónicas feitas em Lisboa por D. Manuel ver: Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999. Sobre o referido projecto de renovação da rua Nova ver pp. 66-68.

¹⁰³⁴ Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação...*

¹⁰³⁵ As excepções a que nos referimos são o realinhamento de fachadas em algumas artérias da cidade como a rua da Tanoaria e a rua dos Ferreiros e o prolongamento da rua Nova d’El-Rei, no seu troço norte, junto ao Rossio, e também a construção do Hospital de todos os Santos que levou à reestruturação de toda a fachada oriental desta praça (cf. Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação...*, pp. 53-79).

¹⁰³⁶ Sobre o processo de urbanização da Rua Nova do Porto ver: Luís Carlos AMARAL, Luís Miguel DUARTE, “Os homens que pagaram a Rua Nova : fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista”, *Separata da Revista de História*, vol. 6, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1985.

aforamentos, o que, tal como Walter Rossa percebeu, permitiu a D. João I “garantir uniformidade e maior lucro”¹⁰³⁷. Consideramos que o que ocorreu, tanto na Rua Nova de Lisboa, como na artéria homónima do Porto, revela importantes semelhanças na capacidade de planeamento urbano demonstrada pelos respectivos monarcas, não no âmbito estrito da execução do plano, pois desconhecemos como se realizou esse processo, mas sim no conhecimento real e concreto destes monarcas sobre as consequências da concretização desse plano.

¹⁰³⁷ Walter ROSSA, *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001, p. 756.



Figura 62. Hipótese de Reconstituição da Rua Nova e envolvente urbana (c. 1300)

5.5.3 Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega

Apesar de a documentação produzida durante o reinado de Afonso III ser clara quanto à construção das fangas por este monarca ter ocorrido num momento anterior a 1260, como vimos anteriormente¹⁰³⁸, esta não nos revela quaisquer detalhes sobre a configuração deste quarteirão, a qual pode ser melhor entendida recorrendo à análise da documentação produzida no reinado de D. Dinis. A estrutura viária era simples e encontra-se ainda parcialmente preservada nas plantas pré-pombalinas. Os dois quarteirões eram delimitados pelas seguintes ruas, na toponímia setecentista: a Rua da Mafalda a norte, o Largo do Pelourinho a sul, a Rua da Padaria a este (chamada Rua dos Asteeiros no séc. XIV) e a Rua dos Ourives da Prata a oeste, entre os dois quarteirões situava-se a Rua das Carniçarias. A Rua de D. Julianes, terá sido aberta apenas no século XVI, possivelmente aproveitando o pátio central da alfândega, como propõe Augusto Vieira da Silva¹⁰³⁹.



Figura 63. Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega na Planta de Poppe.

Excerto adaptado da *Planta intitulada: Configurações de partes das fortificações da cidade...* verificada e assinada por Guilherme Joaquim Paes de Menezes e Sebastião Elias Poppe. Escala 7044 palmos = [1:2500], 1761. Lisboa, Museu da Cidade, MC. DES. 10

¹⁰³⁸ Ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III.

¹⁰³⁹ Cf. Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 136: “A rua de D. Julianes, aberta talvez pelo segundo quartel do século XVI, representa porventura o pátio central da antiga Alfândega, e próximo do seu extremo sul devia portanto ser a porta principal”. O autor fundamenta esta afirmação na carta de venda da alfândega realizada em 1562, por D. Sebastião a um D. Gilyanes da Costa, nome a partir do qual terá surgido a corruptela que se verifica no topónimo rua de *Julianes* (*Ibidem*, p.139).

A primeira referência documental conhecida à alfândega de Lisboa data de 1288, mas não nos oferece informações sobre o edifício ou o urbanismo onde este estava inserido¹⁰⁴⁰. Observando o quarteirão da alfândega nas plantas pré-pombalinas sobressai a grande dimensão que este ocupa, mesmo descontando o facto de que existiam casas nas faces a sul, este e oeste do edifício da alfândega. A descrição feita no *Livro dos bens próprios* refere uma estrutura complexa, composta por sótãos e chãos, ou seja, com mais do que um andar, e com uma cisterna ou fossa¹⁰⁴¹. Descrições posteriores indicam que a alfândega medieval de Lisboa tinha uma porta para o Largo do Pelourinho e era rodeada a sul e a oriente por uma arcada sob a qual se localizavam tendas pertencentes ao monarca¹⁰⁴². Escavações arqueológicas realizadas no local do edifício que faz esquina entre a Rua do Comércio (n^{os} 1-13) e a Rua da Madalena revelaram estruturas de época medieval, nomeadamente entre o século XIII e XIV que poderão pertencer à Alfândega medieval de Lisboa, possivelmente à entrada Sul deste edifício¹⁰⁴³.

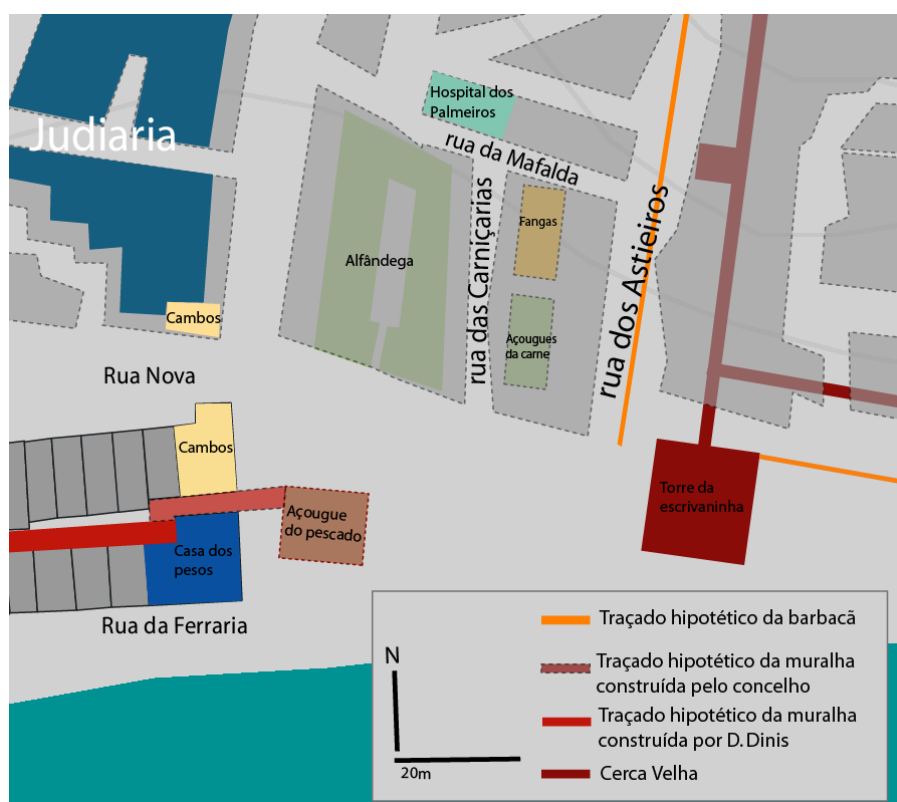


Figura 64. Quarteirão das Fangas e Açougues da Carne (c.1290)

¹⁰⁴⁰ ANTT, *Direitos Reais*, Livro 2, fl. 67 v., de 1288: “*apud Ulixbona in alfandegas domini regis*”.

¹⁰⁴¹ cf. nota 954..

¹⁰⁴² “*tendas do dito senhor (o rei) sob os arcos da nossa alfândega, da parte descontra o mar, que partem de uma parte com arcos descontra onde estão as enxerqueiras, da outra com arco e escada de pedra por que sobem às casas de cima dos ditos arcos, e por detraz com casas do arcebispo de Braga, e por diante com rua pública*” ANTT, *Livro da Extremadura*, Livro 4, fl. 160 v., de 1470.

¹⁰⁴³ Cf. informação oral prestada pelos arqueólogos responsáveis Alexandra Krus e Márcio Martingil, em Fevereiro de 2016, aos quais agradecemos a partilha de informações.

Como já foi referido, é possível que a alfândega de Lisboa tivesse um pátio central que depois terá dado origem à Rua de D. Julianes, aberta posteriormente¹⁰⁴⁴. Ou seja, configura-se para a alfândega medieval de Lisboa uma estrutura com dois andares, delimitada por fachadas apoiadas em arcos, organizando-se em volta de um vasto pátio central. Um exemplo cronologicamente próximo à alfândega de Lisboa é o da alfândega medieval do Porto, actual Casa do Infante, cuja construção se terá iniciado em 1325 sob ordem de Afonso IV¹⁰⁴⁵. A alfândega portuense tinha uma configuração diferente da sua congénere lisboeta pois era constituída por três corpos arquitectónicos: um pátio central que separava duas torres, sendo que a torre norte possuiria cinco pisos e a torre sul um número menor de pisos¹⁰⁴⁶. Apesar de serem estruturas arquitectónicas diferentes note-se que ambas as estruturas se organizavam em torno de um pátio central e possuíam vários andares. A posição da Alfândega do Porto na lógica da cidade também encontra alguns paralelos com Lisboa, pois está junto da Ribeira, e perto também da Rua Nova do Porto, pólo agregador das actividades comerciais. Do mesmo modo, a alfândega de Lisboa posiciona-se junto ao centro comercial da cidade, num claro exemplo da afirmação da autoridade régia, não com as mesmas implicações que a implantação da alfândega do Porto teve, pois Lisboa, ao contrário do Porto, não pertencia ao Bispo era já uma cidade do rei.

Duas informações documentais indicam que durante o reinado do “Lavrador” a alfândega já possuía tendas régias na sua fachada virada para a Rua das Carniçarias. Em primeiro lugar afirma-se no *Livro dos Bens próprios*: “Também possui o senhor Rei diante das ditas carniçarias seis sôtãos com os seus chãos.”¹⁰⁴⁷. Note-se que as referidas seis tendas têm dois pisos, tal como as que são referidas no mesmo inventário como pertencentes à alfândega, sendo possível que fizessem parte do mesmo conjunto arquitectónico. Em segundo lugar, um aforamento de um número indeterminado de tendas na

¹⁰⁴⁴ Ver nota 1040.

¹⁰⁴⁵ O início da construção da alfândega do Porto é atestado num documento de 10 de Outubro de 1325 em que o Bispo daquela cidade denuncia a actividade de obras régias na construção do referido edifício cf. AHMP, *Autos e Sentença de dúvidas e jurisdição entre o Bispo e a Cidade*, fls. 183-185; e também por uma inscrição comemorativa da construção do edifício assinalando o autor da Alfândega: “João Anes Melacho, mestre da obra da Alfândega Velha”, datada de 1325 (cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1442)*, vol. II *Corpus Epigráfico Medieval Português*, Tomo 2, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, n°723, pp.2036-2039).

¹⁰⁴⁶ Cf. Alexandra de SOUSA, *Casa do Infante / Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004, p. 4: “Inicialmente, no século XIV, o edifício do Almazem régio era constituído por uma planta rectangular, com três corpos associados. Duas torres cujos pisos térreos destinavam-se a funções alfandegárias e os pisos superiores a habitação. Entre ambas, um pátio exterior que ainda hoje se mantém na mesma área espacial.” Sobre as intervenções arqueológicas na Casa do Infante ver: Paulo Dordio GOMES, Ricardo TEIXEIRA, “Intervenção arqueológica na Casa do Infante. Dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto”, *Almadan*, 2ª sér., n°9, Almada, 2000, pp.132-134.

¹⁰⁴⁷ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 15v.: “Item habet domnus Rex ante dictas Carniçarias vi sôtãos cum suis solis” o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347).

Rua das carniçarias feito por D. Dinis às “*tendeiras*” não nos deixa dúvidas de que esta Rua tinha tendas régias em ambas as frentes:

“...querendo fazer graça e merçe as *tendeiras* que teem as minhas tendas entre a minha alfandega de lisboa e os açougues da carne tambem da uma parte da Rua como da outra tenho por bem e mando que elas e as que depois elas vierem que ajam essas tendas em sua vida...”¹⁰⁴⁸.

Documentação posterior indica que estas tendas estiveram em funcionamento até ao início do século XVI altura em que foram mandadas demolir “casas com sobrados que estavam sobre os arcos apar da alfandega”¹⁰⁴⁹. Ao contrário do que se pode verificar na Rua Nova, estas demolições indicam que os lotes descritos no *Tombo de 1755* foram realizados num período posterior à venda da alfândega e por isso optámos por não realizar uma reconstituição destes lotes com base nessa fonte.

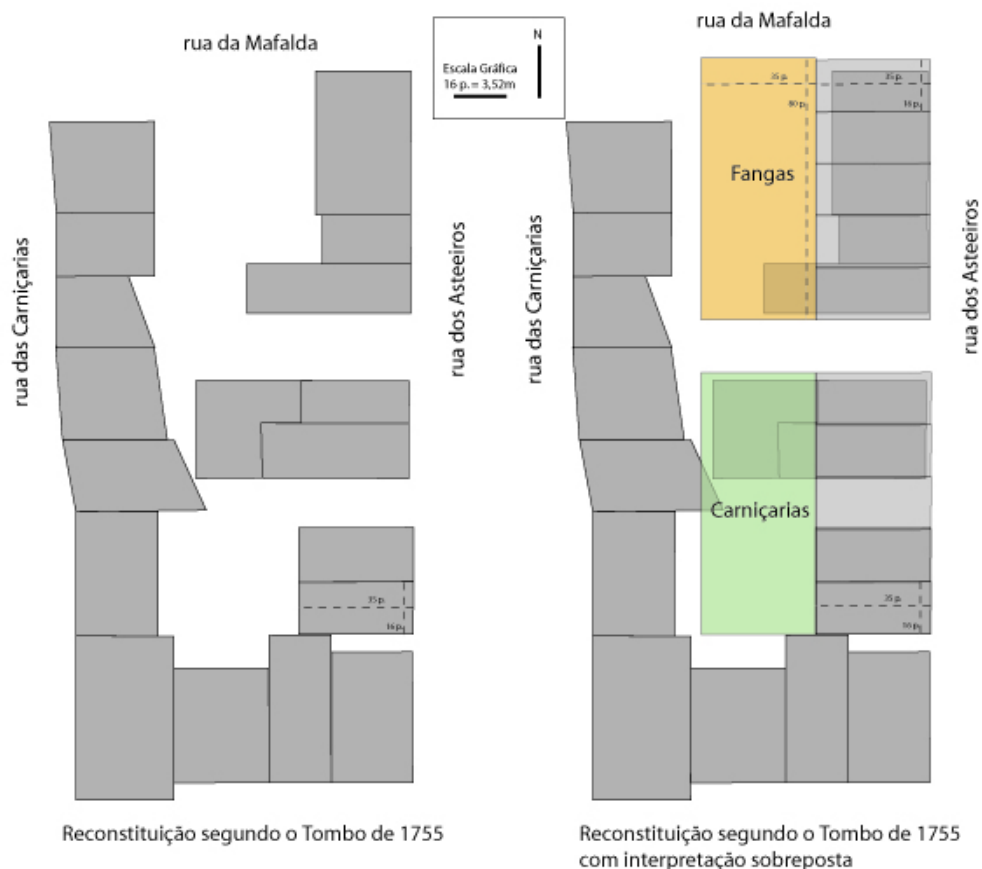


Figura 65. O Quarteirão das Fangas segundo o Tombo de 1755

¹⁰⁴⁸ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 3, fl. 127.

¹⁰⁴⁹ ANTT, *Livro da Extremadura*, livro 2, fl. 129 v. de 1501. Transcrito em Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 138.

Relativamente ao quarteirão das fangas e das carniçarias o *Livro dos Bens próprios* revela que a Coroa possuía, em cerca de 1300, na Rua dos Asteeiros “ao redor das fangas dez casas, e começam junto à porta do Açouge e vão terminar junto à Albergaria dos Palmeiros”¹⁰⁵⁰. É também conhecido que algumas destas tendas, localizadas na Rua dos Asteeiros, confrontavam a poente com as fangas como indica o aforamento de uma tenda em 1320, feito por D. Dinis a *Maffoma de Arangoes esteireiro* e a sua mulher *Aziza*, ambos identificados como “mouros moradores em Lisboa”, onde a referida tenda confronta a poente com as fangas e a nascente com Rua pública, a Rua dos Asteeiros.

Tendo em conta estas informações foi possível proceder a uma interpretação de reconstituição do parcelamento deste quarteirão, tendo como base as medidas registadas no *Tombo de 1755 – Bairro da Rua Nova* (ver figura 65). A constância de medidas das frentes dos lotes aproximadamente de 16 palmos e com um fundo de 35 palmos permitiu estabelecer um lote padrão que serviu de base para a nossa interpretação tal como demonstramos nas figuras 65 e 66. Note-se também o acesso feito às fangas e carniçarias pelo interior do quarteirão, o qual poderá ter dado origem a um dos becos aí existentes em 1755, tal como se comprova tanto na cartografia como no *Tombo de 1755*.

Relativamente às tendas que D. Dinis possuía na fachada direita da Rua da Carniçarias, e que foram aforadas em 1319 a tendearas¹⁰⁵¹, é provável que tenham sido erguidas em materiais mais frágeis como madeira, e até que nem tenham tido cordeamentos prévios, ao contrário do que sucedeu na Rua Nova¹⁰⁵², e provavelmente na fachada ocidental da Rua dos Asteeiros visto que os lotes revelam medidas constantes de 16 palmos de largura e 35 palmos de comprimento. Se assim foi, é natural que as medidas dos lotes apresentadas no *Tombo de 1755 – Bairro da Rua Nova* indiquem lotes irregulares e não ortogonais para a fachada da Rua das Carniçarias, os quais provavelmente não foram fruto de um planeamento prévio.

¹⁰⁵⁰ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 15v.: “Item habet Domnus Rex in rua de Astiariis arredor de Fanachis x. domos et incipiunt apud portam de Açougue et vadunt se finire ad Albergariam de Palmaris, liberas pro ad se” o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347).

¹⁰⁵¹ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 127.

¹⁰⁵² Sobre a génese da Rua Nova ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.2 - A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.



Figura 66. Hipótese de Reconstituição do Quarteirão das Fangas e envolvente (c. 1300)

Além da cartografia pré-pombalina, das fontes documentais medievais e do cadastro de 1755 também escavações arqueológicas realizadas entre 2005 e 2006 na esquina da Rua da Padaria com a Rua dos Bacalhoeiros confirmam a nossa proposta de que as Carniçarias se localizavam neste quarteirão. Apesar de não permitirem elaborar uma planta das estruturas medievais, o que nos impossibilitou de fixar os limites precisos das Carniçarias, os resultados publicados sobre as referidas escavações revelaram que “*a quase totalidade dos níveis escavados e relacionáveis com estruturas de época medieval-moderna apresentaram abundante espólio osteológico, pertencente sobretudo a animais de grande porte*”¹⁰⁵³. A escavação permitiu também perceber que o edifício medieval “*terá permanecido até ao terramoto de 1755*”¹⁰⁵⁴, apesar de ter sofrido várias remodelações arquitectónicas que alteraram a sua estrutura original, como os verificados “*entaipamentos de portas e janelas*”¹⁰⁵⁵. O facto de o edifício medieval sobreviver até ao terremoto de 1755 constitui uma evidência física de que o cadastro de 1755 é uma fonte relevante para o estudo da cidade medieval. Para além do mais, observando a planta geral das estruturas modernas publicada pelos arqueólogos responsáveis é possível notar uma coincidência nas orientações dos principais muros aí encontrados com a orientação dos muros que propomos para as tendas a nascente dos Açougues¹⁰⁵⁶.

Imediatamente a Norte do quarteirão das Fangas encontrava-se o Hospital dos Palmeiros, do qual é conhecida a data de fundação através de uma inscrição, actualmente desaparecida, que indicaria o ano de 1292¹⁰⁵⁷. Segundo a mesma inscrição, esta albergaria, tal como é nomeada no documento mais antigo que o refere, teria uma ligação com o Hospital de Cacilhas, o qual terá sido fundado no século XII por cruzados¹⁰⁵⁸.

¹⁰⁵³ Lídia FERNANDES *et alii.*, “Intervenção Arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros”, *Al-Madan*, nº14, série II, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2006, p. 61.

¹⁰⁵⁴ *Ibidem*, p. 62.

¹⁰⁵⁵ *Ibidem*.

¹⁰⁵⁶ Cf. a planta publicada no artigo: Lídia FERNANDES *et alii.*, “Intervenção Arqueológica...”, p. 62.

¹⁰⁵⁷ Mário Barroca faz a seguinte leitura desta inscrição: “*ESTE HOSPITAL HE DOS POBRES PALMEYROS E PEREGRINOS E RESGATADO QUE VEM A ELLE E DE OUTRO HOSPITAL DE CACILHAS PERTO DE ALMADA. OS HONRADOS CONFRADES DESTA CIDADE DE LISBOA HO ADMINISTRAM. HERA DE M.CCC.XXX. ANNO DE CHRISTO DE 1292*” Cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 1078-1080.

¹⁰⁵⁸ O documento mais antigo que refere esta instituição é o *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas*. Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 15v.: “*item habet dominus rex in rua de Astiarijs arredor de Fanachiis X. domos et incipiunt apud portam de Açouge et vadunt se finire ad Albergarijam de Palmarijs...*” o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347). Mário Barroca propõe a fundação do Hospital de Cacilhas por Cruzados no século XII (*Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 1080).

5.5.4 Da Torre da Escrivaninha ao Açougue do Pescado: a intervenção de privados na forma da cidade

No vértice Sudoeste da cerca velha situava-se uma torre defensiva que teve uma história singular porque pode ser parcialmente reconstituída, desde uma primeira fase em que tinha uma funcionalidade meramente militar, em meados do século XII, até ao início do século XIV quando serve de moradia a um grupo social que emergia na altura - a burguesia urbana.

A primeira notícia sobre esta torre chega-nos por via de um dos textos que relatam a tomada de Lisboa, em 1147¹⁰⁵⁹. No *De Expugnatione Lyxbonensi*, a sua localização é precisa e não deixa margem de erro: *turrin quae est in angulo civitatis contra fluvium*¹⁰⁶⁰. Sabemos que se trata do lanço ocidental da muralha, pois o autor refere-se neste passo a um ataque realizado pelos cruzados ingleses que tinham o seu acampamento a jusante da cidade, ou seja, a ocidente, e era, naturalmente, por esse lado que realizavam os seus ataques. Deste modo, não nos restam dúvidas da sua existência em 1147, tendo sido esta torre albarrã construída numa época anterior que não é possível precisar¹⁰⁶¹. A notícia seguinte sobre a Torre da Escrivaninha pertence já ao reinado de D. Dinis, quase século e meio depois, em 1287, surgindo num escambo entre o monarca e a confraria dos clérigos de Lisboa, sobre casas do rei localizadas junto à torre. Neste documento é possível perceber que este monarca possuía, além da referida torre, várias outras propriedades urbanas aforadas a habitantes da cidade¹⁰⁶². Os terrenos junto à Torre da Escrivaninha são claramente uma zona onde a influência régia está bem presente, o que poderá resultar da tomada da cidade em 1147, quando todas as estruturas defensivas da urbe terão passado à posse do rei. No mesmo documento, verifica-se a existência um açougue nas proximidades, o qual deve ser o espaço oferecido por Afonso III ao concelho para o mercado do pescado, em 1248¹⁰⁶³.

O facto de esta torre se denominar na documentação medieval como “*Torre da Escrivaninha*” levou a que fosse sugerido por alguns olisipógrafos que aí tivesse funcionado “*alguma repartição*”

¹⁰⁵⁹ A correspondência entre esta torre e a Torre da Escrivaninha foi feita em primeiro lugar por Augusto Vieira da Silva (cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Publicações Culturais da CML, Lisboa, 1987, 3ª ed., pp. 103-105).

¹⁰⁶⁰ *A Conquista de Lisboa ao Mouros: relato de um cruzado*, tradução de Aires NASCIMENTO, introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 126.

¹⁰⁶¹ Sobre as torres albarrãs ver: Mário BARROCA, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo BARATA, Nuno Severiano TEIXEIRA, Vol. 1, coord. José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 115-116

¹⁰⁶² ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 1, fl. 195v.: “*a minha casa que é a par da porta das minhas casas da Torre da Escrivaninha de Lisboa, na qual casa ora mora Iria Fernandes, a qual casa jaz entre a outra minha casa que e contra o Açouge e outra de Martim Perez tonoeyro...*”.

¹⁰⁶³ AML, *Livro dos Pregos*, fl. 30 v., AML: “*concedo vobis in perpetuum locum illum de mercato de piscato qui est in ressiio Ulixbonensis circa lictus(?) maris quod vos teneatis et habeatis illum locum ad utilitatem concilii*”.

pública importante”¹⁰⁶⁴, “porventura da chancelaria régia, ou embrião da Torre do Tombo”¹⁰⁶⁵. Apesar das sugestões dos olisipógrafos, apenas é possível afirmar com certeza a posse da Coroa sobre esta torre desde 1287, não havendo qualquer notícia concreta sobre qualquer função extra militar além do nome. Tal como já foi referido, em 1294, a torre, então na posse da Coroa, é usada como limite oriental da nova muralha da Ribeira¹⁰⁶⁶.

Em 1324, um outro documento refere que a Torre da Escrivaninha foi o local de moradia do mercador Bartolomeu Joanes até à sua morte nesse mesmo ano¹⁰⁶⁷. Como já referimos, a relevância desta figura ficou bem marcada na catedral de Lisboa, erguendo aí uma capela lateral onde seria sepultado, dedicada ao seu homónimo, São Bartolomeu¹⁰⁶⁸. O facto de Bartolomeu Joanes escolher a Torre da Escrivaninha como habitação é coerente com o que é conhecido sobre as elites da época, que nesta altura reaproveitavam as torres de cercas urbanas como moradias¹⁰⁶⁹. Nesta época, pode-se atestar que, além do rei, também a confraria dos clérigos de Lisboa possuía propriedades urbanas perto da Torre da Escrivaninha, confirmando o interesse e presença de diferentes poderes urbanos nesta zona da cidade¹⁰⁷⁰. É também notório que durante o reinado do Lavrador esta zona da cidade é marcada pela presença dos grandes mercadores da cidade, sendo reconhecíveis na documentação os nomes de Bartolomeu Joanes e Domingos de Gaia, sendo que este último teve um papel relevante na urbanização do espaço entre a Torre da Escrivaninha e o Açogue do Pescado.

Hélder Carita afirma que durante o reinado de D. Dinis terá ocorrido uma “*remodelação e aumento do Largo dos Açougues*”, suportando esta afirmação no documento, já aqui referido, feito em 1295, sobre a urbanização da Rua da Ferraria¹⁰⁷¹. No entanto, na leitura do referido documento não se encontra qualquer referência ao Largo dos Açougues, sendo apenas nele afirmado que o concelho doa

¹⁰⁶⁴ Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, vol. VI, 2ª ed., Lisboa, Sociedades Industriais da CML, 1936, p. 252.

¹⁰⁶⁵ Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Moura de Lisboa*, Publicações Culturais da CML, Lisboa, 1987, 3ª ed., p. 108.

¹⁰⁶⁶ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. II, fl. 81 v.; *Livro dos Pregos*; Arquivo Municipal de Lisboa, Doc. 20; publicado em Silva, A. V., *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol I, 1987, pp. 27-29: “*Que como a Cydade de Lixboa stevesse em perygoo de La mha Torre da escrivanya ata as mhas Casas das Galees de cõtra o mar...*”

¹⁰⁶⁷ Cf. *Chancelaria D. Dinis*, liv. 3, fl. 162.

¹⁰⁶⁸ Sobre a capela de S. Bartolomeu ver: Parte I, Subcapítulo 3.8 - A capela e o hospital de S. Bartolomeu.

¹⁰⁶⁹ Cf. Adelaide Millán da COSTA, “Espaço Urbano”, in *História da Vida Privada em Portugal: a Idade Média*, Temas e Debates, 2011, p. 29. Como exemplo concreto veja-se o caso das duas torres em Beja, doadas por D. Dinis ao judeu Guedelha, futuro arrabi-mor do reino, doadas explicitamente para este aí fazer casas. (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 3, fl. 49).

¹⁰⁷⁰; Em 1287 D. Dinis realiza um escambo com a Confraria dos Clérigos Ricos sobre uma casa perto da Torre da Escrivaninha (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 1, fl. 195v); em 1319 surge nas confrontações de um escambo, entre o rei e o prior e raçoeiros da igreja da Madalena, uma casa da Confraria dos Clérigos. (ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 3, fl. 127.)

¹⁰⁷¹ Cf. Doação que fez a camara a El-Rei de Chão na Ribeira junto à muralha do Mar em 12 de Abril de 1295, ANTT, *Direitos Reais*, Livro 2, fls. 131 v. e 132; *Chancelaria D. Dinis*, Livro 2, fl. 99v; cf. Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna : 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 33.

uma “*praça junta com esse muro [a muralha] contra o mar*” para o rei aí abrir uma “*Rua aa honra da villa e aproveitamento da terra*”, ou seja, a rua que coincide com o local descrito é a Rua da Ferraria, topónimo muito possivelmente ligado à existência das ferrarias régias¹⁰⁷², que possivelmente Afonso III mandou erguer num rossio concelhio, tal como vimos anteriormente¹⁰⁷³. O que realmente se verifica é que durante o reinado de D. Dinis irá ocorrer uma importante intervenção urbanística na parte oriental da Ribeira, a qual não teve uma intervenção directa do monarca, mas sim de um importante mercador então estabelecido em Lisboa, Domingos de Gaya.

Um documento da chancelaria de D. Dinis, datado de Setembro de 1302, informa-nos sobre uma doação régia de um amplo terreno (cerca de 338m²) localizado algures entre a Torre da Escrivaninha e o Açougue do Pescado¹⁰⁷⁴. Este campo foi doado por D. Dinis a Domingos de Gaia, aqui identificado como “*mercador de Lisboa*”, para este aí construir habitações. Não é possível localizar com precisão os limites deste terreno pois permanecem desconhecidas as localizações precisas e dimensões quer do Açougue do Pescado, como da própria Torre da Escrivaninha, as estruturas urbanas usadas como referência topográfica no documento para situar o referido campo.

Um outro documento, três anos posterior a esta doação, descreve detalhadamente a partição de uma urbanização realizada pelo mesmo mercador¹⁰⁷⁵. Nesse documento de 1305, observa-se a partição de vários portais de casas entre três famílias: o próprio Domingos de Gaya e sua mulher¹⁰⁷⁶, os quais aí irão habitar, a família de Pedro Esteves da Guarda¹⁰⁷⁷ e a família de um Marcos Eanes¹⁰⁷⁸, sobre o qual não conseguimos descortinar nenhuma outra informação.

¹⁰⁷² ANTT, *Direitos Reais*, Livro 2, fls. 131 v. e 132; *Chancelaria D. Dinis*, Livro 2, fl. 99v.: “*e fica para fazer El Rey hy onde essas ferrarias sejam outras casas quaes el por bem tener*”.

¹⁰⁷³ Ver Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III.

¹⁰⁷⁴ ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 21: “*Don Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve a quantos esta carta virem faço saber que querendo fazer graça e merce a Domingos de Gaya mercador de Lixboa pelo serviço que fez dou a ele e a todos seus sucessores per herdade pa todo o sempre dez braças em ancho e dez en longo do Campo que cobre a marea delo muro dante o açougue de Lixboa e mais contra o mar se o ele filhar quizer en o logar que e antre a torre da Escrivaninha e a aporta do Açougue hu vende o pescado que ele faça en o dito lugar casas e que as aja sem contenda para todo o sempre ele e todos seus sucessores en testemunho desta coisa dei ao ditco Domingos de Gaya esta carta. Dante em Lixboa xxviii dias de Setembro. El Rey o mandou . Martim Lourenço a fez. E. M. CCC. XL anos.*”

¹⁰⁷⁵ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.: “*nos quaes ora mora Domingos de Gaya en outros quatro portaes, sotões e sobrados...*”.

¹⁰⁷⁶ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.: “*que Domingos de Gaya e a sua mulher ficaram nos quatro portaes que são contra as fangas de la azinhaga a suso e com dois portais na rua descontra o mar sotao e sobrado como partem com nas outras casas que ouveram Marcos Eanes e sua mulher da uma parte e com Pedro Esteves e com sua mulher da outra e com outra casa casa sótão e sobrado descontra o Açougue do Pescado que parte com as casas que foram de Pedro Domingues Alfageme da outra parte e com Marcos Eanes e sua mulher*”.

¹⁰⁷⁷ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.: “*e item ficou Pedro Esteves e sua mulher nos quatro portaes sotaos e sobrado contra o mar da parte do açougue do pescado delo arco da rua a fundo nos quaes ora mora Domingos de Gaya e en outros quatro portaes sotaos e sobrados em essa rua dos quaes os dictos portaes estam com Domigos de Gaya e com sua mulher descontra o mar da uma parte e com no dicto Pedro Esteves e com sua mulher da outra e outros dois portaes descontra çyma como partem com Domigos de Gaya e com sua mulher da uma parte e com Marcos Eanes e com sua mulher da outra.*”. Algumas propostas de relação familiar entre Pedro Esteves da Guarda e

Não nos restam quaisquer dúvidas que Domingos de Gaia realmente urbanizou uma ampla zona situada entre o Açougue do Pescado e a Torre da Escrivaninha, pois, além do documento que realiza o loteamento em 1305, também se encontram referências posteriores às propriedades que tinham pertencido ao mercador, perto do Açougue do Pescado, em documentação do reinado de Afonso IV¹⁰⁷⁹. Quem seria então, Domingos de Gaya, um ilustre desconhecido que tem um papel de relevo na expansão urbana da cidade, no início do século XIV? É muito provável que o mercador de Gaia fosse um homem da confiança do monarca pois, além desta importante doação, encontramos uma carta de obrigação feita por D. Dinis em que Domingos de Gaya e sua mulher se comprometem a construir e a explorar azenhas no reguengo de Frielas, em 1298¹⁰⁸⁰. Além disso, dois anos mais tarde, o mesmo mercador surge como enfiteuta das referidas azenhas na doação feita por D. Dinis dos foros dessas azenhas ao convento de S. Dinis de Odivelas¹⁰⁸¹.

Estevão da Guarda foram até agora colocadas. Mário Farello propõe que Pedro Esteves da Guarda fosse irmão de Estevão da Guarda, o conhecido privado de D. Dinis, com base no facto, documentalmente atestado, de que Lourenço Esteves da Guarda foi irmão de Estevão da Guarda, o que indicia que Pedro Esteves da Guarda pudesse ter sido um outro irmão (Cf. Mário FARELO, *A oligarquia camarária de Lisboa (1325-1433)*, Tese de Doutoramento em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, Anexo 1, p. 383). O documento que atesta a relação de Lourenço Esteves da Guarda com Estevão da Guarda é um treslado de 9 de Janeiro 1428, sobre uma carta régia de D. Dinis, de 10 de Janeiro de 1320, onde se afirma: “*Eu [D. Dinis] querendo fazer graça e mercê a Lourenço da Guarda meu reposteiro, irmão de Estevão da Guarda...*” (ANTT, *Ordem dos Pregadores, Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, liv. 8 fl. 5). Miguel Martins considera duas hipóteses: Pedro Esteves da Guarda ser irmão ou tio de Estevão da Guarda (cf. Miguel MARTINS, «Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estevão da Guarda», *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999, p. 18).

¹⁰⁷⁸ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.: “*e ficou Marcos Eanes e sua mulher nos quatro portaes descontra o mar da parte das fangas de lo arco da rua a fundo e com uma casa de dois portaes sotao e sobrado em essa rua com a casa do canto sotao e sobrado sobre o arco dessa rua contra o açougue do pescado as quais casas partem com Domingos de Gaya e com sua mulher da uma parte e com Pedro Esteves e com sua mulher da outra*”.

¹⁰⁷⁹ ANTT, *Chancelaria de Afonso IV*, Livro 4, doc. 303, de 6 de Julho de 1341: “*E ao avrego outrossy caminho pubrico que vay ao Açougue do pescado e as casas que foram de Domingos de Gaya*”.

¹⁰⁸⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 6.

¹⁰⁸¹ ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, Livro 1, fl. 36 (treslado de 1336).

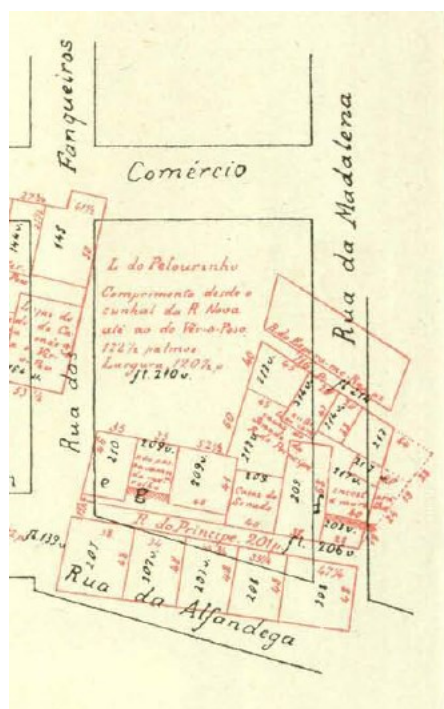


Figura 67. Pormenor do Largo do Pelourinho (segundo Augusto Vieira da Silva)¹⁰⁸²

O documento que estabelece as partições da urbanização feita por Domingos de Gaya coloca-nos várias questões para as quais não é possível, neste momento, ter uma resposta concreta. No documento de 1305 é referido que o concelho deverá passar, desde essa altura, a receber uma renda, que aparenta ser igual para todas as três partes¹⁰⁸³, se retirarmos da equação o lote que se situava “*fora das partições*”, que estava na posse do mercador de Gaya. Esta situação não encontra eco na doação régia feita em 1302, quando é doado pelo rei, sem qualquer contrapartida, um campo com “*dez braças em ancho e dez em longo do campo que cobre a mare de lo muro dante o Açougue de Lixboa e mais contra o mar*”¹⁰⁸⁴. Se o terreno onde foi realizada a urbanização realmente pertencesse na totalidade ao monarca, não seria possível ao concelho exigir o pagamento de um foro por parte dos proprietários das casas aí construídas. Perante esta questão, colocam-se duas hipóteses, que não se excluem mutuamente. Em primeiro, é possível que à doação de D. Dinis, Domingos de Gaya tenha acrescentado mais terreno,

¹⁰⁸² Cf. Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol I., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, estampa III.

¹⁰⁸³ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.: “*das quaes casas deve pagar Pedro Esteves e sua mulher trinta Libras e quinze soldos e cinco dinheiros delo tempo de suso dito em diante ao dito concelho em cada um ano assy cada um de vos ou dos vossos sucessores trinta libras quinze soldos e cinco dinheiros das quatro casas e da uma que a sem partição o dito Domingos de Gaya deve pagar sete libras treze soldos nove dinheiros e todos em sembra cada um de nos queremos e louvamos e outorgamos que cada um de nos faça na sua partição e em nas suas casas o que quizer e por bem tiver que nenhum de nos não possa o outro embargar nem estorvar a qual que o outro embargar deve peitar ao outro que embargar cem libras e valerem os instrumentos.*” (sublinhado nosso).

¹⁰⁸⁴ ANTT. *Chancelaria de D. Dinis*, liv. III, fl. 21.

pertencente ao concelho para expandir a área a urbanizar, e que a negociação com o concelho, sobre a qual não temos qualquer notícia, obrigasse ao pagamento da renda que surge na partição de 1305. Em segundo, é também possível que o monarca tenha doado um terreno que na verdade não lhe pertencia¹⁰⁸⁵, e que o concelho o tenha reclamado depois de 1302, e que já em 1305 o concelho tivesse chegado a acordo com o mercador de Gaia sobre a renda que os proprietários das fracções da urbanização teriam de pagar ao concelho. A comparação entre o espaço construído com a doação de D. Dinis, que refere um quadrado de dez braças de largura por dez braças de comprimento delimita um espaço que não é compatível com a descrição dos vários portais de casas que surgem no documento de 1305, o qual parece desenhar não um quadrado, mas sim uma urbanização linear ao longo da margem da Ribeira, pois são referidos vários portais “contra o mar” que têm nas suas confrontações outros lotes.

A nossa proposta de reconstituição tem como principal fundamento o facto de estar explícito no contrato de partição que as referidas três partes, Domingos de Gaya, Marcos Eanes, Pedro Esteves da Guarda e respectivas mulheres, deverão erguer, à sua custa, a parte do muro da cidade que lhes couber, sendo notório que Domingos de Gaya não levantou qualquer parte do muro quando construiu as parcelas da sua urbanização¹⁰⁸⁶. Este muro só pode ser a muralha da Ribeira que o concelho se tinha responsabilizado por construir no contrato de 1294¹⁰⁸⁷. Deste modo, a nossa proposta supõe que a urbanização tenha o muro como elemento organizador, tal como já havia ocorrido na parte que ficou sob a responsabilidade da Coroa. Segundo parece, o concelho, tentou desta forma, libertar-se, mais uma vez, da responsabilidade de custear a construção do muro, desta vez entregando a privados essa incumbência. De algum modo que o documento não revela, o próprio Domingos de Gaya, apesar de assumir a construção dos vários lotes, desvinculou-se da obrigação de levantar o muro da cidade.

Esta aparente ausência de vontade em financiar a construção da estrutura, supostamente defensiva, revela que talvez a sua funcionalidade principal não fosse tanto a de proteger militarmente a margem ribeirinha, mas talvez mais de funcionar como um elemento organizador da expansão urbana de uma cidade próspera e segura do seu valor, como parece ser Lisboa, na dobragem do século XIII para o XIV. A este argumento podemos juntar outro, talvez ainda mais sólido, que consiste, na questão da necessidade de D. Fernando erguer uma nova muralha, menos de oitenta anos depois? A verdade é

¹⁰⁸⁵ A ingerência do monarca sobre a posse dos rossios do concelho tem antecedentes, que conhecemos pelas queixas do concelho a D. Dinis, em 1285, sobre o comportamento de monarcas anteriores, e sobre o qual D. Dinis se compromete a respeitar daí em diante. Sobre esta questão ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III.

¹⁰⁸⁶ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.: “*Nos partes de suso ditas queremos e temos por bem que aqueles que caeçerem contra o mar as suas partições que façam sa parte do muro cada um quanto lha caeçer de na testeira da sua casa as quais partições feitas e outorgadas entre nos partes de suso ditas.*”

¹⁰⁸⁷ Cf. Parte III, Subcapítulo 5.5.1 - A muralha da Ribeira.

que toda a margem ribeirinha da já então milenar Cerca Velha não foi substituída por qualquer muralha, mas, pelo contrário, a muito mais jovem muralha de D. Dinis foi totalmente ignorada no plano da estrutura defensiva de D. Fernando, rei que realmente necessitava de uma cidade bem defendida, ao contrário de D. Dinis, que na última década de duzentos não tinha ameaças de relevo na Península Ibérica. Além de tudo isto, a abertura da Rua da Ferraria, exactamente do lado de fora da muralha, logo no ano posterior ao início da construção da muralha levanta grande dúvidas relativamente às reais necessidades defensivas de Lisboa, pois esta nova artéria ficaria assim totalmente exposta a “*muito mal e muito dano*”, se ele realmente existisse. A única possibilidade que podemos considerar seriam os ataques de piratas do norte da Europa, ou do mediterrâneo muçulmano, no entanto, a existência de tercenas, uma armada, e sobretudo a presença de mercadores de longo trato¹⁰⁸⁸, na Lisboa de finais de duzentos, não parece demonstrar uma cidade que tema particularmente aqueles que vêm “*pelo mar de fora parte*”.

Na nossa reconstituição tomámos cada “*portal de casa*” como um lote, pois este parece ter sido a noção adoptada pelo tabelião que compôs o documento, onde a cada família é atribuído um determinado número de “*portaes*”: “*Domingos de Gaya e a sua mulher ficaram nos quatro portaes*”; “*Marcos Eanes e sua mulher nos quatro portaes*”; “*Pedro Esteves e sua mulher nos quatro portaes sótãos e sobrado*”. A referência a uma “*casa de dois portaes sótão e sobrado*” parece indicar que, pontualmente, dois lotes foram absorvidos numa só propriedade, ou seja, a excepção que contraria a regra.

¹⁰⁸⁸ Em 10 de Maio de 1293, D. Dinis confirma posturas feitas entre mercadores portugueses onde se referem várias cidades marítimas europeias: “*Dom Dinis, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve. A quantos esta carta virem faço saber que como os mercadores do meu Reino entendessem fazer uma postura entre si que era de muito serviço de Deus e meu aproveitamento da minha terra (...) que todas as barcas acima de cem tonéis que carregassem nos portos dos meus Reinos para a Flandres, Inglaterra, Lombardia, Bretanha ou La Rochelle, que paguem 20 soldos no frete. E as outras barcas abaixo de cem tonéis pagassem 10 soldos. E outrossim que se alguma barca for fretada aos mercadores da minha terra para além-mar, para Sevilha ou lugares acima ditos, cada barca pague o que é costume.*” (Cf. ANTT, Gaveta 3, Maço 5, doc. 5, de 10 de Maio de 1293.

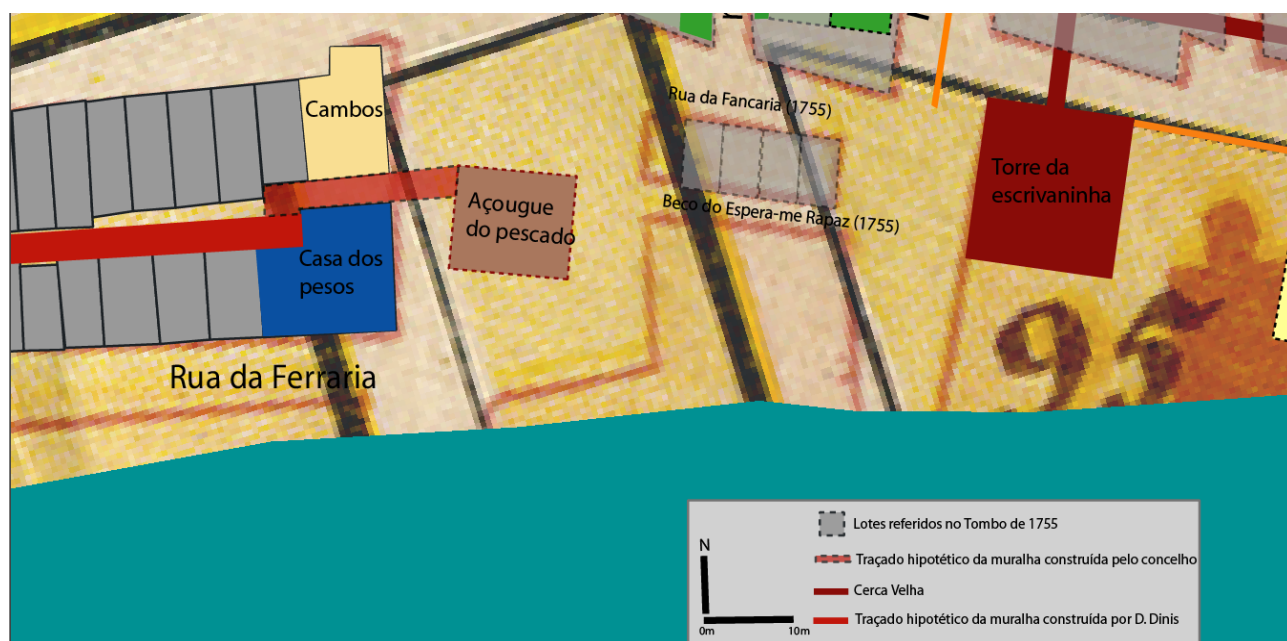


Figura 68. Os lotes referidos no Tombo de 1755, inseridos na cartografia pré-pombalina e no contexto urbano do início do séc. XIV.¹⁰⁸⁹

Após a individualização de cada portal, foram localizados alguns lotes alinhados, ainda existentes em 1755, cuja largura, registada no Tombo de 1755¹⁰⁹⁰, coincidia muito aproximadamente com a largura dos lotes da Rua Nova (20 palmos) e cuja situação, nas plantas que apresentam a cidade pré-pombalina, corresponde exactamente à localização referida na documentação medieval, ou seja, entre a Torre da Escrivadinha e o Açougue do Pescado¹⁰⁹¹. Referimo-nos a quatro lotes situados entre a Rua da Fancaria, para onde tinham a sua fachada norte, e a o Beco do Espera-me Rapaz, a Sul (ver figura 68). Note-se também como o alinhamento do Beco do Espera-me Rapaz é semelhante ao alinhamento da Cerca Velha e da artéria que ficava entre a Torre da Escrivadinha e a Cerca Velha, a manutenção deste alinhamento pode indiciar uma relação com as estruturas defensivas, mesmo que o muro nunca aí tenha sido construído, tal como supomos. O alinhamento do Beco do Espera-me Rapaz, nas plantas pré-pombalinas está exactamente no local onde estaria um hipotético muro que ligaria a

¹⁰⁸⁹ A planta usada como base é a *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos* [...], [s.l.: s.n., s.d.], mantida no Instituto Geográfico Português, planta nº 356. Segundo Augusto Vieira da SILVA será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela (cf. *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, nº43).

¹⁰⁹⁰ *Tombo de Lisboa: Bairro da Rua Nova*, fl. 74, (fls. 215v. e 216 do original).

¹⁰⁹¹ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425. Contrato de partições de 1302: “partições das casas que os ditos Domingos de Gaya e Maria Anes fizeram em um campo do concelho da dita vila o qual e na Ribeira a par da venda do pescado”; Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 3, fl. 21, doação régia a Domingos de Gaya de um campo, em 28 de Setembro de 1302: “ Campo que cobre a marea delo muro dante o açougue de Lixboa e mais contra o mar se o ele filhar quiser en o logar que e antre a torre da Escrivadinha e a aporta do Açougue hu vende o pescado que ele faça en o dito lugar casas...”.

muralha da Ribeira, a sul da Rua Nova, com a Torre da Escrivantina. Se esse muro nunca foi construído, é possível que o Beco do Espera-me Rapaz tenha fossilizado o traçado de um muro que nunca existiu, pois os lotes foram realmente delimitados tendo em conta o levantamento de um muro, tal como confirma a partição dos “portaes” construídos por Domingos de Gaya, feita em 1305.

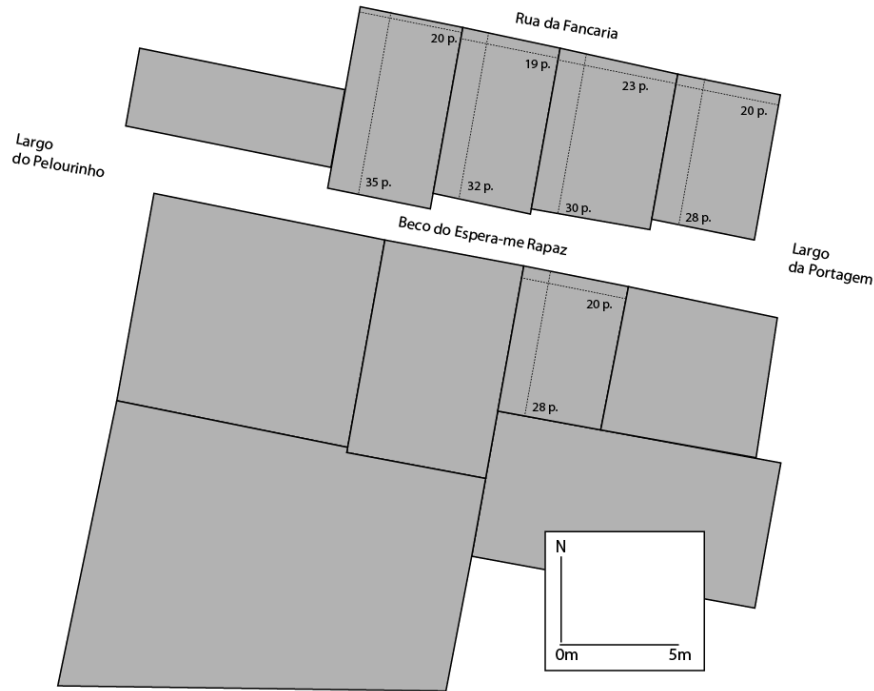


Figura 69. Reconstituição do quarteirão entre o Largo do Pelourinho e o Largo da Portagem segundo o Tombo de 1755

Deste modo, a nossa proposta é que os lotes medidos no Tombo de 1755 tenham resultado originalmente da urbanização de Domingos de Gaya, realizada poucos anos após a edificação de toda a fachada sul da Rua Nova e da Rua da Ferraria, não só pela semelhança da largura com os lotes da Rua Nova, mas sobretudo pela sua posição e localização, que coincide com as descrições feitas no referido contrato de partição de 1305. Projectando lotes semelhantes para este e o oeste, obtemos catorze lotes, os quais são referidos na partição de 1305. Através das confrontações registadas no documento foi também possível atribuir aos lotes a propriedade das três famílias referidas no documento, Domingos de Gaya, Pedro Esteves da Guarda, Marcos Eanes e respectivas mulheres, e ainda, de um Pedro Domingues Alfageme também referido nas confrontações¹⁰⁹². A nossa reconstituição apresenta também

¹⁰⁹² As confrontações de todas as partições referidas no documento de 1305 estão transcritas neste capítulo, nas notas 1077, 1078, e 1079.

a localização aproximada de outros lotes referidos no documento, os quais se situavam “fora das partições”¹⁰⁹³, ou seja, fora do alinhamento com a Rua Nova.

¹⁰⁹³ Cf. ANTT, *Mosteiro S. Dinis de Odivelas*, livro 26, fl. 425.

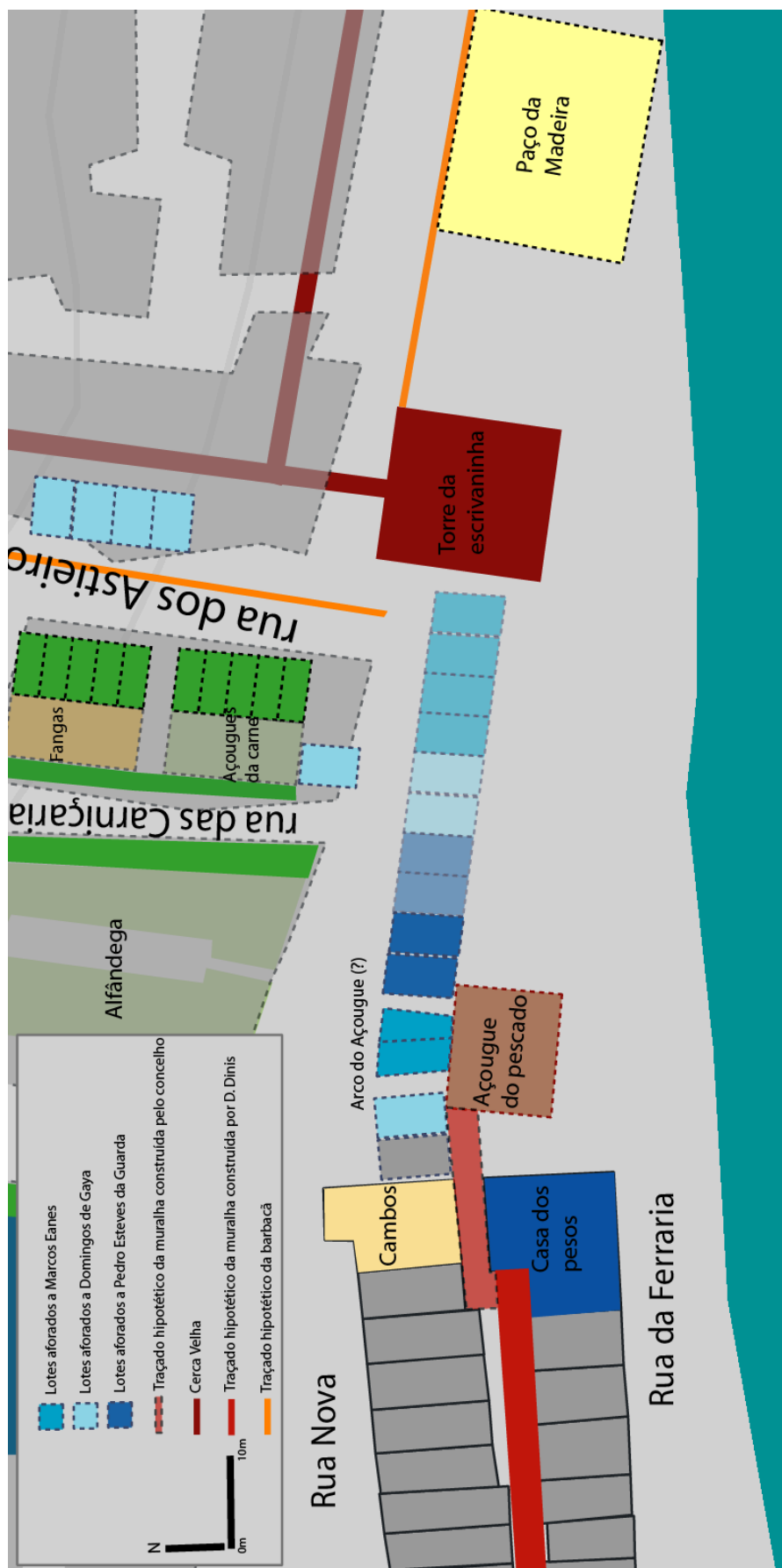


Figura 70. Hipótese de reconstituição da urbanização feita por Domingos de Gaya (1305)

O documento que regista as partições das casas já então construídas por Domingos de Gaya testemunha um processo de urbanização na Lisboa medieval que não foi fruto da intervenção da Coroa nem do concelho. Neste caso, um mercador pertencente à emergente burguesia lisboeta, Domingos de Gaya, foi responsável por uma pequena parte da morfologia da cidade, num local de imensa importância económica, política e social, pois a sua intervenção na forma da cidade situava-se entre a margem do Tejo, a sul, tendo a ocidente, a Casa dos Pesos, os Cambos e o Açougue do Pescado, a norte, a Alfândega da cidade, as Carniçarias e as Fangas e a oriente, a Torre da Escrivantina e o Paço da Madeira. Tratava-se portanto do centro nevrálgico da Lisboa do final de trezentos, local cuja morfologia foi marcada pelos monarcas, sobretudo, D. Afonso III e D. Dinis, e também pela intervenção do concelho, e, como agora conhecemos, também pelas elites da cidade. Um outro facto que merece a nossa atenção é a atribuição a privados do encargo sobre construção do muro da cidade, tenha este sido ou não realmente construído. Neste caso, estamos perante uma transferência de competências para privados pouco usual, mas não totalmente inédita, pois, por exemplo, está documentada a construção das torres que defendiam a Porta do Sol, na muralha de Coimbra, por um Gonçalo Alvão, tendo sido recompensado entre 1121 e 1128 pela condessa D. Teresa¹⁰⁹⁴. Contudo, não era este o procedimento mais comum, pois, na grande maioria dos casos, o financiamento e a responsabilidade sobre a construção das estruturas defensivas recaía sobre o rei, o bispo, ou o próprio concelho, os quais asseguravam normalmente esse esforço financeiro através da recolha de impostos entre as populações das respectivas cidades e povoados¹⁰⁹⁵.

A ausência desta urbanização, na sua totalidade, nas plantas pré-pombalinas poderia constituir um obstáculo à proposta que aqui fazemos. No entanto, devemos considerar que esta parte da cidade conheceu alguns episódios históricos que poderão ter contribuído para alterações profundas da sua forma urbana. Os principais suspeitos são dois incêndios que ocorreram em Lisboa, um em 1369 e outro em 1373, dos quais temos notícia na Crónica de D. Fernando, de Fernão Lopes. O primeiro destes incêndios terá tido início na Rua da Ferraria e daí alastrou para a Rua Nova, não se conhecendo

¹⁰⁹⁴ Cf. Jorge ALARCÃO, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008, pp. 113-114; Miguel Martins, *Guerreiros de Pedra*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016, pp. 96-98. Ambos os autores referem a doação feita por D. Teresa a Gonçalo Alvão ou Alvane de uma herdade em Lordemão. DMP DR, 1/I, doc. 59, pp. 74-74 de 1121-1128.

¹⁰⁹⁵ Sobre a recolha de impostos para suporte financeiro da construção de muralhas urbanas medievais ver: Arnaldo MELO, Maria do Carmo RIBEIRO, "Construction financing in Late Medieval Portuguese Towns" in *Nuts & Bolts of Construction History, Proceedings fo the fourth International Congress on Construction History*, Paris, 3-7 July 2012, vol. 2, Picard, 2012, pp. 307 e seguintes.

exactamente o nível da destruição causada por este incêndio¹⁰⁹⁶. O segundo incêndio foi provocado pelo cerco de Henrique II de Castela entre Fevereiro e Março de 1373 que terá, segundo o cronista, causado grande destruição no arrabalde ocidental:

*“...entom lhe poserom o fogo em mjtas partes, e ardeo toda a rua nova, e a freguesia da Madanella, e de Som Giãoo, e toda a judiaria, a melhor parte da cidade; (...) E tomarom pera levar por memoria aa hida, quamdo se forom, huumas muj fremosas portas da alfamdega dessa cidade...”*¹⁰⁹⁷

Recorde-se que as portas da Alfândega se situavam exactamente a Norte do local onde estava implantada a urbanização feita por Domingos de Gaya, no seguimento da Rua Nova. Parece-nos então possível que parte dos edifícios que constituíam a urbanização de Domingos de Gaya tenham sido afectada por algum destes incêndios, talvez até por ambos, e que não tenha sido reconstruída, dando a sua demolição lugar aos posteriores Largos do Pelourinho e da Portagem, os quais não são referidos na documentação por nós consultada, até ao final do reinado de D. Dinis, subsistindo ainda assim alguns lotes, cujos limites aproximados poderão ter persistido até ao terramoto de 1755, como aqui notámos (ver figuras 70 e 71).

5.5.5 Os mercados de D. Dinis: as Carniçarias da Ribeira e o Paço da Madeira

Tal como o seu pai havia feito no quarteirão das fangas já aqui analisado, D. Dinis também ergueu as suas carniçarias em Lisboa. Neste caso fê-lo onde haveria ainda algum terreno livre, mais perto ainda da margem do rio, e junto à Torre da Escrivaninha, a qual lhe pertencia. Em 1319, um escambo realizado entre o rei e o prior da igreja da Madalena e os seus raçoeiros, nomeadamente, o mercador Vicente Peres da Grã e sua família, informa-nos que o rei cede duas casas sobradadas, uma na freguesia da Sé, junto à Torre da Escrivaninha e outra na freguesia da Madalena, em troca de um campo “junto da Torre da Escrivaninha onde agora são feitos os Açougues da Carne”¹⁰⁹⁸. Fica assim documentado que em 1319 se construíam os Açougues da Carne, junto à Torre da Escrivaninha.

¹⁰⁹⁶ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, 4ª edição, Porto, Livraria Civilização, s.d., cap. xxxix, p. 104: “...huuma terça feita ao seraão, se alçou fogo na ferraria da parte do mar, e arderom todallas casas daquela rua, e muj gram parte da rua novam e foi grande queima, e mujto aver perdido e furtado, e durou o fogo per grande espaço...”.

¹⁰⁹⁷ Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, 4ª edição, Porto, Livraria Civilização, s.d., cap. lxxvii, p. 204.

¹⁰⁹⁸ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 3, fl. 127.

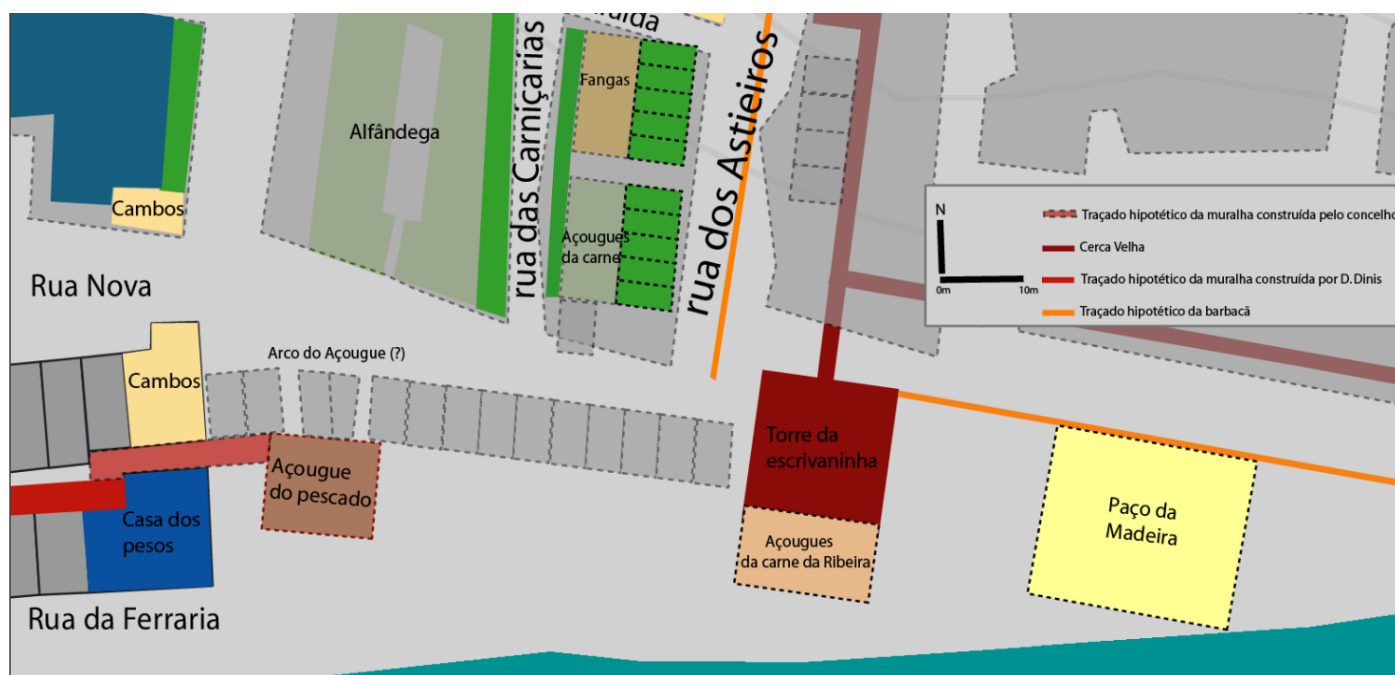


Figura 71. Paço da Madeira na sua envolvente cerca de 1325

Note-se, no entanto, que em 1319, esta parte do campo não pertencia ao monarca nem ao concelho, como aconteceu no campo urbanizado por Domingos de Gaia, mas sim ao prior da igreja da Madalena e aos seus raçoeiros, o mercador Vicente Peres da Grã e a sua família¹⁰⁹⁹. Deste modo, para poder prosseguir a construção dos seus Açougues da Carne, D. Dinis viu-se obrigado a ceder uma casa sobradada localizada ali perto, junto à Torre da Escrivadinha, e outra, também sobradada, localizada algures na freguesia da Madalena. A posse régia destes Açougues da Carne é confirmada por um documento da chancelaria de Afonso IV, composto em 1326¹¹⁰⁰.

Os Açougues da Carne erguidos por vontade de D. Dinis situavam-se num local difícil de precisar, junto da Torre da Escrivadinha, e do posterior edifício da Portagem¹¹⁰¹. Augusto Vieira da Silva identificou estes Açougues no *Livro dos Bens Próprios*¹¹⁰², mas é mais provável que as Carniçarias referidas no *Livro dos Bens Próprios*¹¹⁰³ sejam na realidade as Carniçarias que Afonso III

¹⁰⁹⁹ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 127: A posse do referido campo é negociada entre D. Dinis e “Ramodelana(?) prior de Igreja da Madalena, raçoeiros dessa igreja, Vicente Pires da Grã mercador de Lisboa, Maria Pires sua mulher, Sancha, Madalena, Constança, Teresa filhas de Maria Pires...”

¹¹⁰⁰ Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso IV*, Livro 3, fl. 7 de 1326.

¹¹⁰¹ A sua localização apenas pode ser feita através de documentação posterior e que ainda assim nos deixa algumas dúvidas sobre a sua dimensão e localização precisa, sobretudo porque toda esta área sofreu uma grande remodelação urbanística no século XVI com a construção da Igreja da Misericórdia.

¹¹⁰² Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol I., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 190.

¹¹⁰³ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 15v.: “habet dominus rex in dicta collatione carniçarias ubi scinditur carnes et venduntur et ultra ipsas habet dominus rex unum palatium pro ad

tinha erguido no quarteirão das Fangas e não o Açougue de Carne da Ribeira aqui referido, pois este ainda não teria sido construído quando o inventário foi composto. Estas carniçarias saíram provavelmente da posse da Coroa apenas em 1384, quando D. João I as doa à “*cidade de Lisboa*”¹¹⁰⁴.

Não muito longe destas carniçarias existiu também um Paço da Madeira, provavelmente também construído por ordem de D. Dinis, pois a primeira referência a esta estrutura consta no *Livro dos Bens Próprios*, onde se afirma que “...*habet dominus rex unum palatium pro ad madeiram*” na freguesia da Madalena¹¹⁰⁵. A localização deste paço apenas pode ser feita através da análise a documentação posterior ao reinado do Lavrador, pois a referência do *Livro dos Bens Próprios* foi a única que encontramos anterior a 1325¹¹⁰⁶. Por falta de dados, nada mais se pode afirmar sobre esta importante estrutura da cidade em época dionisina além de que a sua posse pertencia à Coroa e que se localizava perto da Torre da Escrivantina. As dimensões e localização aproximada poderão ser revistas com mais detalhe, com recurso a documentação de épocas posteriores que saem fora dos limites cronológicos deste trabalho.

5.6 CONCLUSÃO: UM NOVO PÓLO COMERCIAL E POLÍTICO NO ARRABALDE OCIDENTAL

Neste capítulo propusemos que o centro económico e comercial da cidade, no final da época de domínio islâmico, se localizasse no centro do Arrabalde Ocidental, mais exactamente, na parte ocidental da principal via que percorria toda a cidade no sentido este-oeste. Detectámos em seguida como esse centro económico e comercial sofreu uma alteração substancial na sua posição, acção que teve como primeiro impulsionador D. Afonso III, que, em divergência com o concelho da cidade, iniciou uma tendência que o seu sucessor iria prosseguir e ampliar, estabelecendo a Ribeira, ou seja, a margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental, como principal pólo aglutinador das estruturas mais relevantes para o funcionamento económico e comercial da cidade: o Açougue do Pescado, as

madeiram” o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347).

¹¹⁰⁴ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol I., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 190. O olisipógrafo suporta esta afirmação numa doação régia feita por D. João I, contudo na referida doação não é possível perceber se são exactamente as carniçarias da Ribeira que são doadas ou outras carniçarias régias (cf. ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro 1, fl. 45v. de 1384).

¹¹⁰⁵ Cf. nota 1104.

¹¹⁰⁶ Uma carta régia ao almoxarife de Lisboa regulamentando o local de desembarque de madeira em Lisboa determina que madeira seja descarregada: “*em nenhum lugar dessa cidade, salvo ante a porta do dito paço até à porta do mar e por ante o açougue até à porta do ferro*” (cf. ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, livro 2, fl. 77v.) Vieira da Silva refere vários documentos medievais que localizam o Paço da Madeira a nascente da Torre da Escrivantina e a Sul da cerca velha (Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira...*, vol I, pp. 194-199).

Ferrarias, as Fangas, as Carniçarias, a Alfândega, a Casa dos Pesos, os Cambos e o Paço da Madeira. Além disso, verificámos a introdução de uma cultura urbanística na cidade distinta do modelo mediterrânico, a qual ocorre em simultâneo com o processo de deslocalização do centro comercial e económico da cidade, decorrente da construção de novas estruturas como as Fangas, as Ferrarias e as Carniçarias. Não nos deve surpreender a introdução, na cidade cabeça de reino, de um modo de “fazer cidade”, caracterizado por um planeamento prévio, pois este já existia em várias vilas de fundação medieval disseminadas por todo o espaço do reino exactamente no mesmo período¹¹⁰⁷. Em seguida foi analisado o processo de formação daquela que se viria a tornar a principal artéria do centro comercial e económico da cidade, a Rua Nova. Notámos as causas que levaram a uma acção concertada entre D. Dinis e o concelho para reestruturar a margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental, através da construção de uma estrutura defensiva e, simultaneamente, aplicando o que poderia apelidar de um “plano de especulação imobiliária”, *avant la lettre*, em que um espaço livre de construções, na margem ribeirinha, deixa de funcionar como um rossio da cidade, ou seja, um espaço de benefício público gerido pelo concelho, para se tornar num espaço dominado pela propriedade régia, a qual foi eficientemente rentabilizada através da construção de um quarteirão de edifícios habitacionais estruturado por duas novas artérias: a Rua Nova e a Rua da Ferraria. Finalmente, observámos, como posteriormente à consolidação da operação urbana da Rua Nova, também outros actores intervieram no processo de urbanização da margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental, mais especificamente, na operação levada a efeito por Domingos de Gaya, um mercador inserido na emergente burguesia urbana de Lisboa.

A relevância das operações urbanísticas realizadas por Afonso III e D. Dinis teve um impacto indelével na forma da cidade, fazendo-se sentir durante longos séculos. Neste sentido observe-se o “Quadro II” de Iria Gonçalves no seu estudo sobre os “*Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia*” onde se indicam os “*rendimentos provenientes de casas*” pertencentes à Coroa, com base em dois róis de propriedades régias de 1458 e 1465. Neles, o eixo Ribeira (54,8%), Pelourinho (10%) e Correaria (22,4%) representam a esmagadora base de rendas ganhas pela Coroa, cerca de dois séculos após a constituição desta propriedade régia pelos referidos monarcas da primeira dinastia¹¹⁰⁸. Como se sabe, a Ribeira irá permanecer numa posição privilegiada de principal núcleo económico e político da cidade durante os séculos seguintes, até 1755. Isto significa que a maior e mais relevante fonte de rendimento da Coroa, na principal cidade do reino, se estabeleceu durante o século XIII, prolongando-se a relevância económica dos núcleos urbanos então estruturados

¹¹⁰⁷ Sobre esta questão ver nota 953.

¹¹⁰⁸ Cf. Iria GONÇALVES, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, in *Um Olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 29.

ao longo dos séculos seguintes, marcando decisivamente a face urbana da cidade até ao terramoto de 1755, momento em que uma reestruturação profunda alterou toda a lógica urbana até aí existente na principal cidade do reino português.

Este capítulo também demonstra que, ao contrário do que já foi afirmado por autores especialistas nas dinâmicas urbanas da cidade quinhentista, a cidade medieval não estava de modo nenhum de costas para o rio, nem a muralha impedia a relação da cidade com o Tejo¹¹⁰⁹, e, além disso, fica também evidenciado que a Ribeira era, já na segunda metade do século XIII, um “ponto de referência nuclear e central”, muito antes de ter sido realizado o programa de reordenamento de Lisboa por D. Manuel, monarca a quem tem sido atribuído o estabelecimento da Ribeira como ponto central na estrutura urbana da cidade¹¹¹⁰. Muito pelo contrário, desde D. Afonso III, e ainda mais com D. Dinis, é notória a preocupação da Coroa em criar um pólo económico e político na Ribeira, através da implantação não só de propriedade régia que irá ser rentabilizada, mas também com a implantação de estruturas urbanas que marcam a presença da autoridade régia nesse espaço, tal como é o caso das tercenas régias, na extremidade ocidental, ou da Alfândega no outro extremo do Vale da Baixa, estruturas ligadas pelas ruas Nova e da Ferraria. A construção da estrutura palatina, realizada por ordem de D. Manuel, no início do século XVI, no extremo ocidental do Vale da Baixa, teve antecedentes que não devem ser ignorados sob pena de se imaginarem movimentos pontuais de rotura, quando, na verdade, a cidade sempre esteve virada para o rio. Nem poderia ser de outra maneira¹¹¹¹. O próprio local escolhido por D. Manuel para implantar o seu palácio da Ribeira, não é outro senão o local já então pertencente à Coroa, o local das tercenas régias de D. Dinis, entretanto desactivadas, acrescentando um novo corpo que se prolonga na direcção do rio, uma repetição do mesmo movimento de fazer cidade, ganhando terreno ao Tejo, tal como D. Dinis havia feito nas ruas Nova e da Ferraria.

¹¹⁰⁹ Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa...*, p. 33.

¹¹¹⁰ Cf. Hélder Carita, *Lisboa Manuelina...*, pp. 53-55.

¹¹¹¹ Lembre-se a *Olisipo* romana cuja principal fonte de riqueza era, como se sabe, a indústria de produção preparados de peixe (Parte III, Subcapítulo 1.2 - As pré-existências romanas), ou ainda as descrições da Lisboa muçulmana sempre “rica em peixe” (Parte III, Subcapítulo 6.1 - O porto de Lisboa em época islâmica).

CAPÍTULO 6: AS ESTRUTURAS PORTUÁRIAS

A literatura recente dedicada à evolução da Ribeira de Lisboa não tem olhado o passado medieval com bons olhos. Note-se por exemplo a passagem de Carlos Caetano na qual o autor se refere à Ribeira nesta época: “*Localizada nas traseiras da cidade medieval, a Ribeira era um espaço não edificado onde, face à cerca muralhada da cidade, a presença da natureza era dominante, com a praia estreita e sobretudo o rio, muito mais largo que hoje*”¹¹¹². Ao ler esta passagem ficamos com a errónea ideia de que, em época medieval, Lisboa esteve de costas viradas para o rio e para todo o seu potencial, presumindo-se nesta visão que não existiriam estruturas navais de interesse no espaço da Ribeira. Nada poderia estar mais longe da verdade. Como iremos demonstrar, a Lisboa medieval esteve sempre ligada ao rio, e através deste, ao mar, aliás como esteve a cidade romana, e, até mesmo, a cidade da idade do ferro¹¹¹³. Se conhecemos mal o desenvolvimento da cidade ao longo da Ribeira em época islâmica, tal não acontece após o reinado de Afonso III, durante o qual a cidade, por vontade do rei e sob o olhar aprovador do concelho se concentra definitivamente no seu potencial marítimo. Esta natureza marítima da cidade ficou plasmada na forma urbana, sobretudo com as profundas alterações urbanísticas promovidas por Afonso III e, ainda mais, por D. Dinis, que reformularam definitivamente a Ribeira, através da edificação quer de estruturas de apoio à construção naval, quer estruturas defensivas, que permitiram um crescimento urbano ímpar exactamente na Ribeira de Lisboa.

¹¹¹² Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa : séculos XV a XVIII*, Lisboa, Pandora, 2004, p. 33.

¹¹¹³ Sobre a ligação da cidade ao rio em época romana e épocas anteriores ver: Augusto Vieira da SILVA, *Epigrafia de Olisipo: subsídios para a história da Lisboa Romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944; Jorge ALARCÃO, “Lisboa romana e visigótica” in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, 1994, p. 58-63; Carlos FABIÃO, “O monumento romano da rua da Prata”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa/Milão: Lisboa 94/Electa, 1994, pp. 67-69; Vasco Gil MANTAS, “Olisipo e o Tejo”, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41; José Cardim RIBEIRO, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, Especial Arqueologia na Região de Lisboa, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95; Rodrigo Banha da SILVA, “Urbanismo de Olisipo: A Zona Ribeirinha”, in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, pp. 43-67; Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros. Trabalhos de Arqueologia*, n.º 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001; Clementino AMARO, *De Olisipo a Lisboa: a Casa dos Bicos*, Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002; Rodrigo Banha da SILVA, *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa, FCSH - UNL, 2012 (policopiado). Sobre a navegação no litoral atlântico do al-Andalus ver, por todos, Christophe PICARD, *L'océan Atlantique musulman : de la conquête arabe à l'époque almohade: navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental : Portugal-Espagne-Maroc*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1997.

6.1 O PORTO DE LISBOA EM ÉPOCA ISLÂMICA

As informações sobre o porto de Lisboa em época islâmica são praticamente nulas. Os geógrafos árabes referem repetidamente a pesca como uma das grandes potencialidades da cidade, mas não nos revelam dados sobre o porto da cidade¹¹¹⁴. Não se conhecem mais referências sobre a existência de estruturas portuárias em época de domínio islâmico. É certo que a abundante pesca feita no Tejo, repetidamente referida pelos geógrafos árabes¹¹¹⁵, levava à construção de barcos de pesca. Além disso, a possibilidade de ter existido uma armada militar baseada na cidade em época de domínio islâmico foi recentemente colocada¹¹¹⁶. Se de facto, existiu uma armada naval sediada em Lisboa, ou, pelo menos, se a cidade era usada como ponto de passagem regular de tais frotas, seria natural que existissem estruturas de apoio à reparação dessas mesmas frotas. No que respeita à existência de uma marinha mercante, é possível afirmar que um intenso comércio marítimo e fluvial ligava Lisboa a todo o al-Andalus, sobretudo ao resto do *Gharb*, durante a época de domínio muçulmano, facto que se pode observar nos mais recentes estudos sobre cerâmicas encontradas na cidade¹¹¹⁷. Além destes dados arqueológicos, também o célebre episódio dos aventureiros parece indicar a presença de actividade

¹¹¹⁴ São vários os geógrafos árabes que referem a pesca, por exemplo, Al-Garnati, Al-Qazwini e o anónimo que escreveu o *Dikr Bilad al-Andalus*. Estes geógrafos repetem aparentemente uma mesma notícia onde, pelas suas palavras, Lisboa se destaca “pelas potencialidades que dispõe para a caça e para a pesca” (cf. Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, 2001, pp. 42, 43, 55, 65). Acrescente-se às notícias etimológicas relacionadas com a actividade pesqueira, o facto de o étimo “tercena” ser também proveniente do árabe *dar-ar-sina*, a “casa do trabalho”, origem essa que partilha com o étimo “arsenal”. Segundo Leopoldo TORRES BALBÁS a tradução literal “casa do trabalho”, aplicava-se não só a uma oficina naval mas também a qualquer tipo de fábrica (Leopoldo TORRES BALBÁS, “Atarazanas hispanomusulmanas”, *Al-Andalus*, v. XI, 1946, Instituto Miguel Asín, p. 175-209).

¹¹¹⁵ Sobre a relevância da pesca em Lisboa durante a época de domínio islâmico, Cláudio Torres afirma que “*seria muito intensa a actividade pesqueira, dada a variedade de barcos, apetrechos e artes da pesca ajustadas a estas águas e que ficaram na nomenclatura da construção naval e no vocabulário marítimo. Da língua árabe provêm, entre tantas outras os vocábulos xávega, tarrafa, fateixa, e arrais.*” (cf. Cláudio TORRES, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, p. 74).

¹¹¹⁶ Inês Lourinho, baseando-se na *Historia Compostelana*, afirma: “*Pelas descrições da Historia Compostelana, assim como de al-Idrisi, Ibn Sahib al-Salah e Ibn Idari, podemos apontar para que, em 1147, ano da conquista de Santarém e Lisboa, existissem esquadras de guerra, no que ao actual território português diz respeito, em Cacula, Silves e Lisboa*” cf. Inês LOURINHO, 1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p. 61. Na passagem da *Historia Compostelana* que a autora tem como base refere-se que na época do arcebispo Diego Gelmírez (c. 1068-1140) Santiago de Compostela sofria ataques realizados pelos sarracenos de Sevilha, Saltes, Castella (Cacula-a-Velha), Silves e Lisboa. Cf. *Historia Compostelana*, Trad. Fr. Manuel SUAREZ, Santiago de Compostela, Editorial Porto, 1950, pp. 192-195.

¹¹¹⁷ Sobre esta questão ver: VV. AA., “A cidade e o seu território no Gharb al Andalus através da cerâmica” in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo em Silves*, 22 A 27 de Outubro de 2012, Silves, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2015, pp. 19-50; VV. AA. “Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição”, *O Arqueólogo Português*, nº 3, Série V, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2015, pp. 349-380. Nos estudos mais recentes sobressai o Projecto CIGA (cf. VV. AA. CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica do Gharb al-Andalus, *Xelb*, nº 10, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, 2010 pp. 455-476).

comercial marítima de longo curso e permite-nos supor que a cidade possuiria, no início do século XII, meios para construir navios de médio ou longo curso¹¹¹⁸.

Seja como for, com base nas fontes documentais e narrativas não podemos ir mais longe do que afirmar que a Lisboa islâmica teria, com certeza, estruturas portuárias de apoio à actividade piscatória, ao comércio fluvial de curta distância, ao comércio e guerra marítimos. As dúvidas que permanecem sobre a existência, ou não, de uma frota naval sedeadada na cidade, ou perto dela, não nos permitem supor se a margem ribeirinha da cidade teria ou não estruturas de apoio à reparação, ou até construção de embarcações de cariz militar. No entanto note-se que nesta época as embarcações construídas originalmente para a pesca podiam ser convertidas em embarcações militares, facto que torna esta questão ainda mais complexa.

O local onde se situariam as estruturas de apoio à construção e reparação de barcos em época de domínio muçulmano é impossível de precisar com exactidão. Pois, além de podermos afirmar que toda a margem ribeirinha da cidade reunia as condições necessárias para ser utilizada no apoio à construção e reparação de embarcações de pequeno porte, não é possível sequer perceber se, onde ou sequer quando dispôs a cidade de estaleiros para embarcações de grande porte durante a época de domínio islâmico. A única linha de investigação que podemos, neste caso, seguir é supor onde se localizaram as estruturas de apoio à construção e reparação de naus nessa época através da combinação da informação possibilitada pela arqueologia e pela documentação posterior.

¹¹¹⁸ O episódio dos aventureiros encontra-se vertido para português em: Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e seu termo...”, pp. 49-50. O texto original está patente na descrição da cidade feita por Al-Idrissi, em meados do século XII, e foi traduzido para português por António Borges Coelho (cf. António Borges COELHO, *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2008, pp. 54-56).

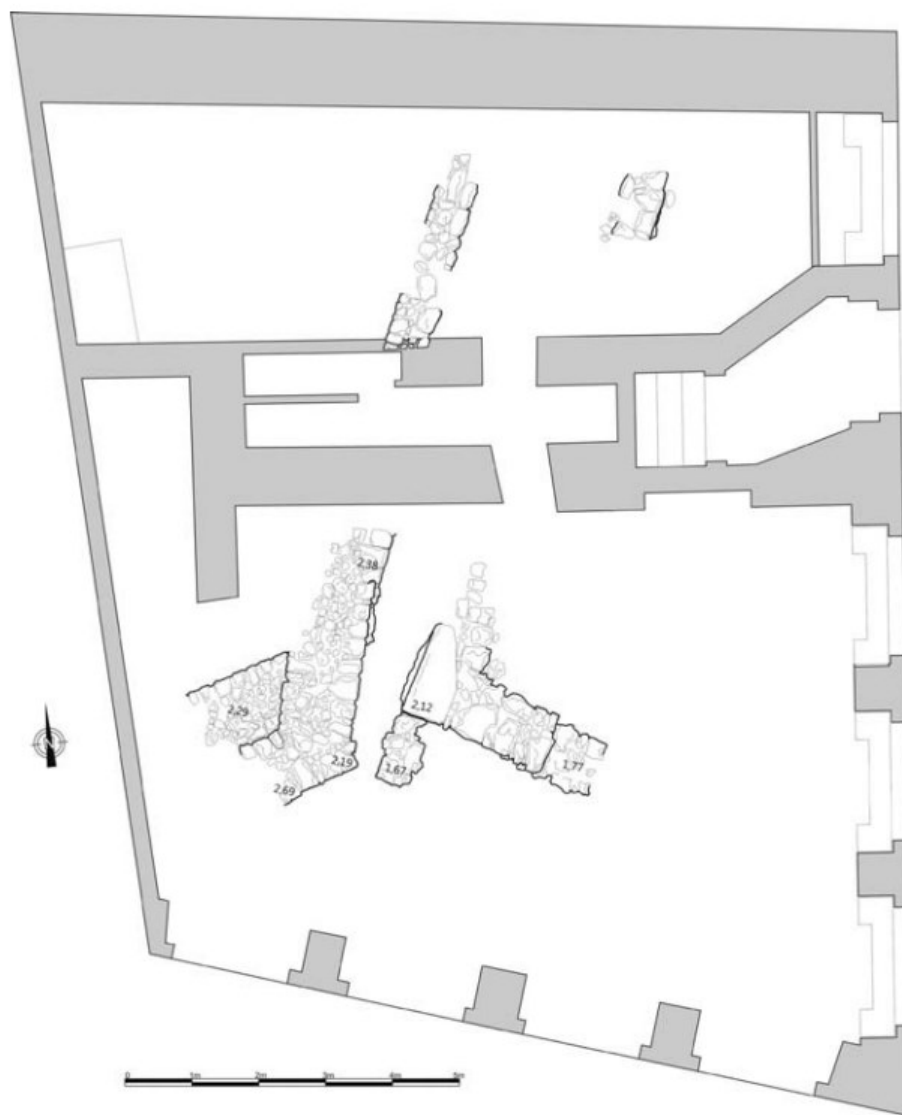


Figura 72. Estruturas hipoteticamente portuárias de época medieval islâmica¹¹¹⁹

No que respeita ao contributo dado pela arqueologia, é conhecida apenas uma única possibilidade não confirmada de “estarmos perante uma estrutura de funcionalidade portuária (não necessariamente um porto), ou mesmo uma estrutura delimitativa da linha fluvial do arrabalde ocidental”¹¹²⁰, a qual foi encontrada numa escavação que se realizou na esquina ocidental da actual Rua

¹¹¹⁹ Planta publicada em: Lídia FERNANDES *et alii*, “A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em *Olisipo*: o núcleo da Rua dos Bacalhoiros (Lisboa), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 14, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2011, p. 245.

¹¹²⁰ Lídia FERNANDES *et alii*, “Intervenção arqueológica na rua dos Bacalhoiros”, *Al-Madan*, IIª série, nº 14, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2006, p. 63. Num artigo sobre a mesma escavação, publicado em 2011 os arqueólogos responsáveis pela escavação já não referem sequer a possibilidade de se tratar de uma estrutura de funcionalidade portuária (cf. Lídia FERNANDES *et alii*, “A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em *Olisipo*: o núcleo da

da Padaria com a Rua dos Bacalhoeiros. Os vestígios encontrados não permitiram aos arqueólogos responsáveis uma interpretação concreta da sua funcionalidade. Foram encontrados dois muros com uma orientação sudoeste/nordeste, sendo que um deles inflecte para oeste, sendo reforçado a sua largura no local dessa inflexão (ver figura 72). A cronologia atribuída a estas estruturas pelos arqueólogos responsáveis oscila entre os finais do século XI e a segunda metade do século XII¹¹²¹.

A localização destes vestígios, perto da hipotética margem ribeirinha por nós assinalada na nossa reconstituição desta parte da cidade, torna plausível a hipótese de estas estruturas estarem relacionadas com a linha de costa ribeirinha, mas perante a incerteza dos arqueólogos sobre a sua funcionalidade e a falta de dados documentais não podemos confirmar ou infirmar esta suposição (ver figura 73).



Figura 73. Reconstituição da margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental (1ª metade do séc. XII)

Relativamente à informação documental posterior sobre a mesma questão, sobressai a veiculada por uma doação ao Convento de Chelas sobre o aniversário da alma de um João Eanes Carpinteiro e sua mulher, Ouroana Ricardes, realizada em 1237, onde se referem umas casas localizadas “in

Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 14, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2011).

¹¹²¹ Cf. Lídia FERNANDES *et alii*, “A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em *Olisipo*: o núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 14, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2011, p. 245.

parochia Sct. Marie Magdalene circa palatium navigatorum regis”, ou seja, “na paróquia de S. Maria Madalena cerca do paço das naus do rei”¹¹²². Este paço das naus foi já interpretado por diversos autores como sendo a mais antiga referência documental a umas tercenas régias que terão existido na freguesia da Madalena, durante o reinado de Sancho II¹¹²³. Augusto Vieira da Silva localiza, sem base documental sólida, este Paço das naus perto do posterior Largo do Pelourinho, associando o *palatium* onde Afonso III construiu as suas Fangas¹¹²⁴ com o referido *palatium navigatorum regis*¹¹²⁵. Esta associação parece-nos no mínimo arriscada, pois *palatium* significa simplesmente “paço”, e não nos parece que o “*paço das naus reais*” tenha forçosamente que corresponder ao paço onde foram construídas as Fangas. Contudo a presença das já referidas hipotéticas estruturas de carácter portuário detectadas na escavação arqueológica que decorreu na Rua dos Bacalhoiros podem indiciar que realmente o espaço a ocidente da muralha, junto à margem ribeirinha, pode ter funcionado como um ponto de apoio à construção e reparação de naus. Todavia, sem mais evidências documentais ou arqueológicas não podemos apresentar qualquer proposta de reconstituição concreta sobre as estruturas portuárias da cidade em época de domínio islâmico. Teremos que aguardar que resultados de novas escavações arqueológicas possam um dia esclarecer se realmente nesta zona da cidade existiu ou não um ponto de apoio às actividades marítimas durante a época de domínio muçulmano.

Relativamente à extremidade ocidental do vale da Baixa sabemos actualmente, devido às escavações ocorridas no quarteirão do Banco de Portugal, que esta zona estaria ainda sob a influência directa das marés do Tejo, o que impossibilitaria a construção de estruturas urbanas nesse local durante a época de domínio islâmico da cidade, uma situação que se iria alterar na centúria seguinte à tomada da cidade pelos cristãos¹¹²⁶.

¹¹²² ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 9, doc. 175, de Outubro de 1237.

¹¹²³ José de Vasconcellos e Menezes, seguindo a interpretação de Júlio de Castilho, atribui a este Paço das Naus o significado de um mero “armazém de aprestos navais” (cf. José de Vasconcellos e MENEZES, “Tercenas de Lisboa I, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 16, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986, p. 6; Júlio de CASTILHO, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p. 14: “o paço dos navios d’el-rei seria o armazém dos petrechos náuticos, o deposito de velame, cordame e outras alfaias, víveres, e armas”).

¹¹²⁴ Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, Livro 1, fl. 42, 1260: “*portale que est inter barbacanam et palatium ubi ego mandavi fieri meas fanegas...*”. Sobre a construção das Fangas régias ver: Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III; e 5.5.3 - Os quarteirões das Fangas, Carniçarias e Alfândega.

¹¹²⁵ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira...*, pp. 25-26.

¹¹²⁶ Cf. Artur ROCHA *et alii*, “Edifício sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos” in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, p. 1013: “*Apesar da abundância de evidências materiais e do seu implícito carácter doméstico, a urbanização observada efectivamente mais a Norte (Bugalhão: 2001; 2008) não se terá aqui concretizado. Pese embora a deposição sucessiva de sedimentos aluvionares tenha criado uma praia com cotas progressivamente mais altas, toda esta zona estaria ainda no raio de acção das flutuações do Tejo, o que inviabilizaria qualquer tipo de construção perene*”.

6.2 DO FORAL DE 1179 AO PAÇO DAS NAUS DE SANCHO II

Em Maio de 1179, Afonso Henriques concede a Lisboa, Santarém e Coimbra cartas de foral semelhantes. No final das três cartas de foral o monarca atribui a alguns membros da tripulação de um navio o foro de cavaleiro: ao alcaide, o qual será o comandante, dois espadeleiros, ou seja remadores, dois proeiros, portanto dois pilotos, e um petintal, ou seja, um carpinteiro especializado em construção naval¹¹²⁷. Através desta cláusula do tríplice foral o monarca incentiva claramente a existência de uma marinha no reino. Uma marinha só poderia existir com navios, por sua vez os navios têm de ser construídos em algum lado, e desde 1147 que o primeiro rei português dispunha de um dos melhores portos naturais da Península Ibérica, o Estuário do Tejo, em especial a zona ribeirinha de Lisboa, cujo castelo e muralhas constituíam uma relevante estrutura de controlo e defesa. Além do mais, sabemos que, entre 1179 e 1181, D. Fuas Roupinho participou em várias batalhas navais onde chegou a comandar mais de cinco dezenas de embarcações, facto que confirma a existência de uma frota militar portuguesa nesse período¹¹²⁸.

Esta política de incentivo à expansão da marinha do reino, com especial ênfase em Lisboa, deverá ter tido continuidade, pois, em 1204, é referido, numa carta régia de Sancho I, um “*alcaide dos navios*”¹¹²⁹. Além disso, em 1227, numa carta régia de Sancho II, é mais uma vez referido o alcaide do mar e os marinheiros em geral são admoestados a responder perante os alvazis sobre as demandas que lhes sejam feitas¹¹³⁰. Complementando estas referências, numa inquirição feita durante o reinado de D. Dinis, algumas testemunhas afirmam que, já desde o reinado de Sancho II, os judeus da cidade tinham a obrigação de colaborar na construção naval, referindo-se especificamente que estes teriam que “*el Rei Don Sancho mandara o mestre Joane fazer umas debadoyras para sacar os navios e para mete los que os Judeus davam um muy bom calavre novo e muy forte para tirar e para sacar as Galés*”¹¹³¹.

¹¹²⁷ Cf. DMP-DR, doc. 336, pp. 442-446: “*De navigio vero mando ut alchaide et duo spadelarij et duo pronarij et unus petintal, habeant forum militum...*”.

¹¹²⁸ Sobre as batalhas navais de D. Fuas Roupinho ver Maria João BRANCO, *Sancho I: o filho do fundador*, Lisboa, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2006, p. 89; M. A. HUICI MIRANDA, *Historia Política del Imperio Almohade*, vol. I, Granada, 2000, pp. 105, 109-115.

¹¹²⁹ Cf. AML, *Livro dos Pregos*, fl. 28v. Traslado de 12 de Abril de 1361, em pública-forma e tradução do latim do foral de 1179 e confirmações e privilégios de Sancho I e Afonso II. O privilégio de Sancho I está datado de 1204.

¹¹³⁰ Cf. AML, *Ibidem*. A carta régia de Sancho II está datada de 1227.

¹¹³¹ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1º, fl. 141 e seguintes. Publicado em *Descobrimientos portugueses*, ed. João Martins da Silva MARQUES, vol. I, Lisboa, Instituto para a alta cultura, 1944, pp. 46-48.



Figura 74. Desenho de galés inserido num fólio da Chancelaria de D. Dinis

Inserto na margem do documento sobre a participação dos Judeus de Lisboa na construção naval¹¹³²

Observando esta documentação é possível afirmar que terá existido uma marinha do reino, que tinha uma base em Lisboa, cidade onde existia um alcaide do mar. Marinha essa que teria como principal objectivo proteger a frota mercantil cujo principal impulsionador e beneficiário era também a coroa¹¹³³. Assim sendo, haveria, durante os primeiros reinados, motivos concretos para a existência de estruturas fixas para construção e reparação das naus, contudo não conhecemos onde funcionavam essas estruturas até ao reinado de D. Sancho II, momento em que, como já referimos, uma doação de 1237 refere a existência de um “Paço das naus do rei” na freguesia da Madalena, sem especificar onde se situava, nem a sua dimensão, nem a forma arquitectónica¹¹³⁴. Parece-nos então possível que este *palatium navigorum regis* seja, de facto, uma das bases de apoio à marinha, e que estaria, possivelmente, sob o comando do referido alcaide do mar. A possibilidade de a estrutura mencionada na doação de 1237 ser herdeira de uma outra estrutura de época de domínio islâmico, com base nas evidências arqueológicas da escavação da Rua dos Bacalhoeiros é aliciante, mas, a verdade é que o documento de 1237 apenas refere a freguesia da Madalena e não localiza com mais precisão o referido “Paço das Naus”, e além disso, a interpretação da funcionalidade das evidências arqueológicas mantém um alto grau de incerteza. Por ambos estes motivos não podemos afirmar com certeza que estas

¹¹³² Os desenhos estão nas margens do seguinte fólio: ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro I, fl. 141.

¹¹³³ Sobre a frota mercante de Sancho II, Hermenegildo Fernandes afirma que: “Sabemos ainda que essa actividade comercial em que o rei funcionava como armador era uma prática continuada, tendo acontecido, pelo menos por cinco ou seis vezes armarem-se novos navios, e apoiada em infra-estruturas que o próprio Sancho mandara instalar...” cf. Hermenegildo FERNANDES, *Sancho II: Tragédia*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2006, p. 305.

¹¹³⁴ ANTT, *Mosteiro de Chelas*, maço 9, doc. 175, de Outubro de 1237.

estruturas tinham algum tipo de ligação. Neste caso, é apenas possível afirmar que em 1237 existia algures na margem ribeirinha da freguesia da Madalena um local que servia de apoio à construção e reparação das galés do rei e que, talvez, cerca um século antes, possam também ter existido estruturas portuárias na mesma área.

Augusto Vieira da Silva, apoiado na referência patente na doação de 1237 e num excerto do *Livro dos Bens Próprios*, escrito entre 1299 e 1300, afirma que as tercenas da freguesia da Madalena funcionaram durante todo o século XIII¹¹³⁵. Recordemos o que está escrito nesta fonte:

*Item habet domnus Rex in rua que dicitur rua Nova que continet se de una parte cum galeys contra occidentem et de allija parte cum galeis contra orientem xxx scilicet xv sollis et xv sotanos totos in simul coniuntos líberos pro ad se.*¹¹³⁶

O problema reside na interpretação do excerto. A referência a “galés” a ocidente e a oriente tem sido interpretada como evidência da existência de duas tercenas na margem ribeirinha ocidental. Uma, a ocidente, em S. Julião, a qual é referida por centenas de documentos medievais, desde o reinado de D. Dinis até ao seu desaparecimento no final do século XV, e outra na Madalena, a oriente, que apenas surge em duas supostas menções, a doação de 1237 e o *Livro dos Bens Próprios*, escrito entre 1299 e 1300. Relativamente à primeira não há qualquer dúvida da sua existência, pois, como afirmámos está documentada em centenas de documentos. Mas a suposta tercenal oriental, não é certo que esteja mencionada no *Livro dos Bens Próprios*, pois além de o título desta secção do inventário régio se referir à freguesia de S. Julião, consideramos que a menção a ocidente e oriente esteja relacionada com a posição das propriedades relativamente ao Rego e não com os limites da Rua Nova, tal como explicamos no capítulo que diz respeito à génese urbana da Rua Nova¹¹³⁷. Além disso, se realmente existissem tercenas no local do posterior Largo do Pelourinho, no final do século XIII, como se explicaria a sua ausência no contrato de construção da muralha, realizado entre D. Dinis e o concelho em 1294? Nesse documento são referidas apenas as tercenas que se situavam no extremo ocidental do

¹¹³⁵ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. 2, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 25, 35.

¹¹³⁶ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 10v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 351-352.

¹¹³⁷ Cf. Parte III, Subcapítulo 5.5.2 - A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

vale da Baixa, e no local onde supostamente existiam as tercenas da Madalena, o contrato de 1294 refere apenas o Açougue do Pescado¹¹³⁸.

Ainda assim, o facto de as tercenas da Madalena terem apenas uma referência singular não significa que nunca tivessem existido, significa sim que esta estrutura não terá tido continuidade, pois não encontra qualquer eco na abundante documentação dos reinados de Afonso III e de D. Dinis, cujas chancelarias são especialmente generosas nas referências topográficas a esta parte da cidade, facto que nos permitiu elaborar reconstituições fundamentadas na documentação¹¹³⁹. A referida passagem do *Livro dos Bens Próprios* não nos parece constituir prova suficiente para se supor que o Paço das Naus de Sancho II tenha efectivamente sobrevivido até ao final do século XIII. Em algum momento entre 1237 e o final de trezentos, de algum modo que não é possível perceber, o Paço das Naus desapareceu e foram construídas tercenas no limite ocidental do vale da Baixa.

6.3 AS TERCENAS RÉGIAS DE LISBOA

O documento conhecido mais antigo que refere a construção de tercenas por parte dos monarcas portugueses é a composição feita por D. Dinis em 1285 sobre agravos apresentados pelo concelho¹¹⁴⁰. Uma das queixas é que D. Afonso III ou os seus antecessores construíram ilegalmente tercenas nos rossios do concelho, prejudicando assim o próprio concelho. Infelizmente o documento não é claro quanto a quem foi realmente o monarca que ordenou a construção dessas tercenas nem o local onde se situavam. Seria uma referência às ilusivas tercenas da Madalena, que surgem apenas numa doação de 1237, ou tratar-se-ia já das tercenas de S. Julião, as tercenas régias da cidade durante todo o resto da idade média? Não podemos responder a esta questão, podemos apenas afirmar que antes de 1285, algum monarca tomou a iniciativa de se apropriar de espaço concelhio na Ribeira para aí construir estruturas de apoio à construção naval. A primeira referência directa às tercenas que se situavam no extremo ocidental do vale da Baixa é o contrato para a construção da muralha da Ribeira celebrado

¹¹³⁸ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis, Livro 2*, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29.

¹¹³⁹ A nossas reconstituições da Ribeira de Lisboa encontram-se em: Parte III, Capítulos 5 e 6, A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político e As estruturas portuárias, respectivamente.

¹¹⁴⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287, traslado de composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho em 7 de Agosto de 1285: “*per razom dos resios de Lixboa em que el rei dom Afonso seu padre ou ell ou seus antecessores fizerom açougues, tendas, ferrarias, taraçanas e cassas ou outras quaisquer cousas*”

entre D. Dinis e o concelho em 1294¹¹⁴¹. Nesse documento, nada ficamos a saber sobre a configuração desta estrutura, apenas que marcava o limite ocidental da muralha que então o rei acordava construir em parceria com o concelho.

O inventário da propriedade régia composto entre 1299 e 1300, o Livro dos Bens Próprios traz nova luz sobre as tercenas da cidade. Nesse documento, além de várias referências a propriedades régias “*ao redor das galés*”, “*sobre as galés*”, aí se afirma o seguinte:

*Item habet domuns Rex Xiii Taracenas cum Xii galeis apud Riparium*¹¹⁴²

O que seriam então estas treze tercenas que albergavam, em 1300, doze galés? Qual seria a sua configuração e qual seria o seu impacto na forma urbana da cidade? Não existem plantas, que nos elucidem sobre as estruturas existentes em Lisboa. Ainda assim, podemos, em primeiro lugar, perceber de que se tratavam, através da comparação com estruturas que teriam a mesma funcionalidade¹¹⁴³.

Em 2011, foi descoberto em *Portus*, um sítio arqueológico localizado a norte de Óstia, junto à actual localidade de Fiumicino, em Itália, um edifício dedicado à construção naval pertencente a um extraordinário complexo portuário que dominou a foz do rio Tibre em época antiga, desde o seu estabelecimento pelo imperador Cláudio até ao século IV d.C¹¹⁴⁴.

¹¹⁴¹ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da Silva, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29: “*de la minha Torre da escrivanya ata as minhas Casas das Galees de contra o mar...*”

¹¹⁴² *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352.

¹¹⁴³ O conhecimento da funcionalidade das tercenas tem sido alvo de alguma confusão por parte da investigação histórica em geral. Tais dificuldades devem-se ao facto de que as tercenas de Lisboa, com certeza as mais relevantes do reino português, terem sido gradualmente transformadas em armazéns, atingindo essa função em pleno com a instalação da Casa da Índia por D. Manuel, no início do século XVI. As tercenas de Lisboa funcionaram realmente como armazéns, mas essa não era a sua função original. A sua função original era a de albergar as embarcações de grande porte, sendo, por isso mesmo o local privilegiado para a sua manutenção. Sobre a instalação da Casa da Índia o trabalho de Carlos Caetano constitui a bibliografia de referência (Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa: Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Lisboa, Pandora, 2004, pp. 207-215). Este autor realizou uma aturada e bem conseguida pesquisa que lhe permitiu reconstituir a configuração arquitectónica da Casa da Índia e perceber a sua funcionalidade no século XVI, todavia sobre a estrutura que ali existia antes, as tercenas medievais, é o próprio autor a admitir que “*nada sabemos que então foi adaptado, alargado ou construído de novo...*”, seguindo à letra a seguinte afirmação de Damião de Góis, Carlos Caetano parece supor que tudo terá sido feito de raiz: “[D. Manuel] fez de novo as casas da contratação de Guiné, e da Índia, debaixo do aposento destes paços da Ribeira”. No entanto, observando a sua reconstituição da Casa da Índia encontramos uma estrutura arquitectónica em tudo semelhante às tercenas medievais de Sevilha e de Barcelona, como aqui referimos. O artigo escrito em 2013 por Fernando Gomes Pedrosa esclarece claramente a funcionalidade das tercenas medievais, colocando questões que até aqui não haviam sido colocadas, sobretudo por falta de entendimento da funcionalidade e relevância destas estruturas (cf. Fernando Gomes PEDROSA, “As Terçenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique” in *Memórias 2013*, vol. XLIII, Academia da Marinha, Lisboa, 2015, pp.95-120).

¹¹⁴⁴ Sobre as escavações em *Portus* consultar o site oficial da responsabilidade da Universidade de Southampton, que divulga os resultados dessas escavações. O director das escavações é Simon Keay. <http://www.portusproject.org/>



Figura 75. Reconstituição virtual dos estaleiros navais encontrados em *Portus*¹¹⁴⁵

Não é aqui possível, nem ajustado percorrer toda a história da arquitectura dos estaleiros navais desde época romana até à época medieval, no entanto a configuração arquitectónica das estruturas encontradas em *Portus* é de tal modo análoga às tercenas medievais erguidas na Península Ibérica que nos parece ser possível afirmar que este edifício está na base do modelo aplicado posteriormente. A sua posição, estrutura e funcionalidade pode ser descrita de modo simples: naves alongadas, apoiadas em pilares, sucedem-se umas às outras, permitindo às embarcações espaço suficiente para a sua construção ou reparação num recinto protegido, localizado junto à margem costeira de modo a que as embarcações pudessem ser recolhidas ou lançadas no mar consoante fosse necessário. Convém portanto sublinhar que estas estruturas não só davam apoio à construção e reparação naval, mas também tinham uma muito importante função de abrigar as embarcações num recinto fechado e protegido.

Relativamente às tercenas medievais construídas na Península Ibérica, é importante notar que Abd al-Rahman III tinha, segundo Torres Balbás, estrategicamente espalhadas pelo al-Andalus estruturas desse tipo, nomeadamente, em Alcácer do Sal, Almeria e Tortosa, e talvez também em Sevilha e Algeciras¹¹⁴⁶. Estas tercenas califais são conhecidas sobretudo através de fontes documentais, e por isso não se conhece com rigor a sua configuração arquitectónica, contudo tal como as tercenas

¹¹⁴⁵ A imagem foi recolhida no site oficial onde se divulgam os resultados das escavações em *Portus*. <http://www.portusproject.org/>.

¹¹⁴⁶ Leopoldo TORRES BALBÁS, “Atarazanas hispanomusulmanas”, *Al-Andalus*, v. XI, 1946, Instituto Miguel Asin, p. 179.

que foram construídas no século XIII, as tercenas califais teriam, plausivelmente, na sua raiz o modelo do estaleiro marítimo romano¹¹⁴⁷.

No século XIII, foram construídas tercenas em duas cidades de grande relevância no mapa político da Península: Sevilha e Barcelona.

Afonso X de Castela, avô de D. Dinis, iniciou em 1252 a construção de tercenas em Sevilha, sendo muito provável que estas tercenas tenham sido erguidas sobre as de época almóada, que tinham sido construídas no terceiro terço do século XII¹¹⁴⁸. A arquitectura das tercenas de Sevilha apresenta paralelos com a mesquita maior almóada da mesma cidade que foram já notados, ambos edifícios “estructurándose a base de acueductos paralelos sobre arcadas y cubieros de modo independiente por lo que su relación mudéjar es más que evidente”¹¹⁴⁹. A edificação da estrutura erguida durante o reinado do rei Sábio teria, segundo a hipótese de reconstituição apresentada pelos arqueólogos responsáveis, catorze naves, que tinham uma largura média de nove metros cada uma, um comprimento máximo de setenta metros e um alçado com cerca de doze metros de altura desde o piso até ao tecto. Na estrutura original, o espaço interior teria apenas pilares que suportavam a cobertura e separavam as naves à semelhança do que acontece, por exemplo, no interior da mesquita-catedral de Córdoba, da mesquita maior almóada de Sevilha, ou da mesquita maior de Cairuan, actual Tunes.

¹¹⁴⁷ Corroborando uma provável matriz comum entre as tercenas de época islâmica e cristã na Península Ibérica, especialistas nas Terceiras de Sevilha afirmam que “el modelo medieval de atarazana es bastante homogéneo (Málaga islámico y Barcelona cristiano por ejemplo” cf. Fernando AMORES CARREDANO, Cruz QUIRÓS ESTEBAN, “Las Atarazanas: el Tiempo y los Usos” in *Recuperando las Atarazanas: Un monumento para la cultura*, Sevilla, Junta de Andalucía, 1999, p. 47.

¹¹⁴⁸ A inscrição fundacional das tercenas de Afonso X em Sevilha, datada de 1252, chegou incólume até aos nossos dias cf. Fernando AMORES CARREDANO, Cruz QUIRÓS ESTEBAN, “Las Atarazanas: el Tiempo...”, p. 36.

¹¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 44.



Figura 76. Reconstituição parcial da planta das tercenas de Sevilha nos séculos XIII-XIV integrando um sistema defensivo de época almóada e almorávida¹¹⁵⁰

Se as relações entre as referidas mesquitas e as tercenas de Sevilha são meramente fruto do acaso ou se existiu alguma relação objectiva entre estes espaços, não nos cabe a nós aqui perceber, mas a verdade é que ambas as estruturas, mesquita maior e tercenas, tiveram um impacto muito considerável na forma da cidade, ainda que tendo ambas, claramente, funcionalidades indiscutivelmente distintas.

Relativamente à posição na cidade das tercenas de Sevilha, construídas por Afonso X, estas encontravam-se adossadas ao exterior da muralha de época almorávida e da barbacã almóada, na zona sudeste da cidade, junto à margem do Guadalquivir, não muito longe da zona palatina da Alcáçova, numa situação que não é dispcienda relativamente ao caso de Lisboa, como veremos.

¹¹⁵⁰ cf. Fernando AMORES CARREDANO, Cruz QUIRÓS ESTEBAN, “Las Atarazanas: el Tiempo...”, p. 49.



Figura 77. Terças Régias de Barcelona em meados do séc. XIV (segundo Iñaki Moreno e Esteve Nadal)¹¹⁵¹

A azul: fase I (final séc. XIII)

A verde: fase II (primeiro terço séc. XIV)

A cheio estruturas arqueologicamente verificadas; A vazio estruturas propostas

(Escala original da planta 1:1500)

Pedro III de Aragão, cognominado o grande, pai de Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, inicia, entre 1282 e 1285, a construção das terças de Barcelona¹¹⁵². A estrutura erguida nessa época consistia num recinto rectangular sem cobertura, fortificado em três lados, resultando num grande pátio aberto para o mar, cujas naves ficaram estabelecidas no momento construtivo inicial através de um sistema de pórticos. As dimensões totais teriam cerca de 102m de comprimento, no eixo mar-terra e 81m de amplitude no eixo paralelo ao mar. No lado interno do edifício situavam-se, adossados aos

¹¹⁵¹ Planta da responsabilidade dos arqueólogos responsáveis pelas escavações que decorreram entre 2010 e 2012, publicada em: Iñaki MORENO, Esteve NADAL, "La Reial Drassana de Barcelona: de l'apogeu medieval al fals declivi en època moderna" in *Actas do V Congrès d'Arqueologia medieval i moderna a Catalunya*, vol. I, Barcelona, Ajuntament de Barcelona, 2015, pp. 575-588.

¹¹⁵² As mais recentes informações sobre as terças de Barcelona devem-se a escavações arqueológicas realizadas entre 2010 e 2011, onde se verificou a existência da terça medieval do século XIII e se pode, finalmente, realizar a história do edifício segura, complementando os dados das fontes documentais com os resultados das escavações arqueológicas. Albert ESTRADA I RIUS, *La Drassana Reial de Barcelona a l'edat mitjana: organització institucional i cosntrucció naval a la Corona d'Aragó*, Barcelona, Museu Marítim, 2004; Albert CUBELES *et alii*, "Noves descobertes arqueològiques a la Drassana Reial de Barcelona", *Revista de Catalunya*, nº 278, Barcelona, Generalitat de Catalunya, 2012, pp. 117-139; Esteve NADAL I ROMA, "La Drassana Reial de Barcelona. Evolució d'una edificació cabdal del litoral barceloní", *Barcelona Quaderns d'Historia*, 21, 2014, pp. 95-112; Iñaki MORENO, Esteve NADAL, "La Reial Drassana de Barcelona...", pp. 575-588.

muros, pórticos que albergavam várias lojas, as quais funcionavam como local de armazenamento e como oficinas. Os vértices da estrutura eram protegidos por torres de planta rectangular, e talvez existisse uma quinta torre a meio do pano de muralha a sul¹¹⁵³. A entrada da estrutura seria pelo lado Norte, ficando frente a frente com a Porta de *Framenors*, revelando a estreita ligação entre as tercenas e a cidade, apesar de estas se situarem fora da cerca urbana, erguida cerca de 1250¹¹⁵⁴. As escavações arqueológicas permitiram perceber que tanto o alinhamento da estrutura como os limites meridional e setentrional se mantém ainda no edificio actual. A cobertura das tercenas de Barcelona só terá tido início em 1328, sob as ordens de Afonso IV de Aragão¹¹⁵⁵. As tercenas tiveram acrescentos ao longo do século XIV, e no século XVI a maioria das naves estavam já cobertas tal como se pode observar nos desenhos de Anton van den Wyngaerde, realizados em 1563. A estrutura tinha capacidade para albergar nove galés de grande porte, as quais tinham acesso ao edificio através das nove entradas porticadas abertas para o mar.



Figura 78. Vista de Barcelona. Desenho de Anton van den Wyngaerde (1563)¹¹⁵⁶

¹¹⁵³ Iñaki MORENO, Esteve NADAL, "La Reial Drassana de Barcelona..." pp. 575-576.

¹¹⁵⁴ Tal como se pode observar na planta *Barcelona Medieval* concebida pelo *Taedium*, Grup de Recerca d'Historia Medieval i Innovació Docent Universitària da Universidade de Barcelona, disponível on-line em: http://www.ub.edu/contrataedium/bcn_medieval/grup_recerca4_web.swf (consultado em 29 de Março de 2016)

¹¹⁵⁵ Cf. "Nos Alfonsus Dei gracia Rex Aragonum, Valencie, Sardinie et Corsice ac comes Barchinone: Considerantes quod propter defectum operis necessarii in Daraçanali nostro civitatis Barchinone plura dampna fuerunt Regie Curie subsequuta tam in destructionibus galearum et aliorum apparatusum earum quam in necessariis abtacionibus earundem, et propterea ordinaverimus pro evitandis dampnis huiusmundi et ut continue possint etiam atque inveniantur dicte galee parate ut opus dicti Daraçanalis tam in cohoperiendo ipsum quam alias fiat et totaliter compleatur..." (Francesc de Bofarull I Sans, *Antigua marina catalana*, Barcelona, Hijos de Jaime Jepús, 1898, pp. 80-81, doc. 13, de 1328)

Esteve NADAL ROMA, "La Drassana Reial de Barcelona. Evolució d'una edificació cabdal del litoral barceloní", *Barcelona Quaderns d'Historia*, 21, 2014, pp. 95-112.

¹¹⁵⁶ Vista de Barcelona em 1563 por Anton van den Wyngaerde, disponível on-line em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Barcelona_el_1563,_Anthonis_van_den_Wyngaerde.jpg

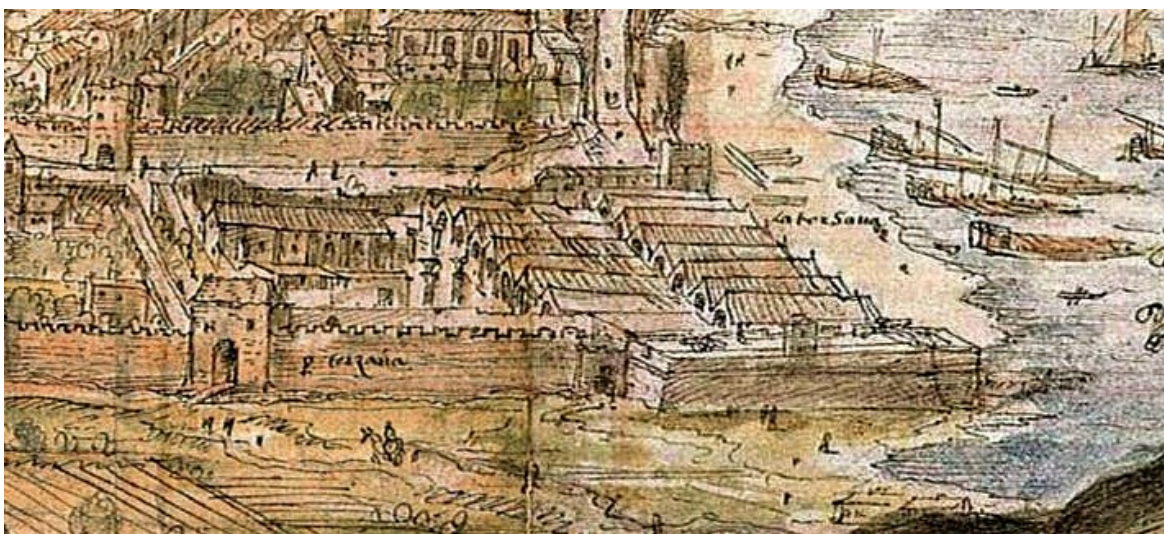


Figura 79. Vista de Barcelona. Desenho de Anton van den Wyngaerde (1563)¹¹⁵⁷

As relações de parentesco entre Afonso III e D. Dinis e os monarcas que estiveram na origem das estruturas navais de Sevilha e Barcelona e também o momento em que estas foram construídas, a de Sevilha, algumas décadas anterior, e a de Barcelona, talvez simultânea relativamente à construção das tercenas de Lisboa, são factores que, conjugados, revelam uma relação que devemos aqui sublinhar¹¹⁵⁸. O século XIII é um momento em que se observa um claro interesse por parte das coroas dos reinos ibéricos em renovar as estruturas de apoio à construção naval das principais cidades marítimas dos seus reinos, e, conseqüentemente em incentivar as actividades marítimas em geral. Não seria portanto estranho que D. Dinis ou Afonso III tivessem tomado uma iniciativa semelhante às dos referidos monarcas de Castela e Aragão, construindo tercenas régias na cidade cabeça de reino, Lisboa, pretendendo, desse modo, fortalecer a marinha da Coroa e, simultaneamente incentivar todas as múltiplas actividades que com ela se relacionavam: o transporte e tratamento da madeira, as ferrarias, os calafates, a produção de velas, cordas e a produção de pão para os marinheiros se alimentarem¹¹⁵⁹.

¹¹⁵⁷ Vista de Barcelona em 1563 por Anton van den Wyngaerde, disponível on-line em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Wyngaerde_Barcelona_1563.jpg

¹¹⁵⁸ Afonso X de Castela era o pai de Beatriz de Gusmão, que desposou Afonso III de Portugal e foi mãe de D. Dinis. Pedro III de Aragão foi pai de Isabel de Aragão, a qual desposou D. Dinis.

¹¹⁵⁹ Apesar de não sabermos exactamente a situação de todas estas actividades, temos notícias de algumas delas na documentação. Por exemplo um aforamento feito por Afonso IV em 1329 revela uma “padaria das tercenas” nas confrontações (cf. ANTT, *Chancelaria Afonso IV*, Livro 3, fl. 19; publicado em *Chancelaria de Afonso IV*, vol I, INIC, pp. 183-184). A tanoaria encontra-se referida em documentos posteriores, mas a sua situação junto das tercenas indica uma relação óbvia: “... os tanoeiros, moradores à porta d’Oura, em a nossa cidade de Lisboa, se agravaram a nós e nos disseram que a eles eram dito que nós eramos requeridos por algumas pessoas, que lhes aforassemos parte do chão da praça que esta à dita porta d’Oura e ao longo das nossas tercenas, para em elle haverem de fazer casas, e porquanto o dito chão e praça lhes era muito necessário para haverem de ter e lavar a sua madeira...” (cf. traslado de 1670, de uma

Todas estas indústrias artesanais se iriam desenvolver junto do pólo das tercenas, mantendo sempre a sua ligação à cidade, mas dependendo em grande medida da actividade de construção e reparação naval que acontecia nas tercenas.

A mais antiga notícia sobre as tercenas de Lisboa que se referem, sem qualquer dúvida, às estruturas navais régias localizadas no extremo ocidental do vale da Baixa é o contrato para a construção da muralha da Ribeira feito entre D. Dinis e o concelho em 1294. O documento refere sem qualquer ambiguidade as estruturas navais pertencentes ao rei, como uma estrutura já existente no momento da elaboração do contrato em 1294, localizando-as em oposição à Torre da Escrivantina, ou seja, no extremo ocidental do vale da Baixa¹¹⁶⁰. Além desta referência encontrámos uma outra, que indica que já antes da construção das tercenas régias existiam, pelo menos, ancoradouros na freguesia de S. Julião, ou seja, no lado ocidental do vale da Baixa, nomeadamente, a referência a “*unam barcam coutadam*”, ou seja, “*uma embarcação abrigada*”, que em 1220, pertencia ao Convento de S. Vicente-de-Fora¹¹⁶¹. As estruturas que albergavam a embarcação pertencente ao Convento de S. Vicente não se tratavam obviamente de tercenas régias, pois a posse por parte do Convento elimina essa hipótese, e não se tratariam de estruturas amuralhadas com a dimensão que tiveram depois as tercenas régias. No entanto esta referência revela a existência de actividades navais que poderão ter estado na origem da escolha do local onde iriam depois ser erguidas as tercenas régias.

Visto que o contrato de 1294 não nos permite perceber quem esteve por trás da construção das tercenas régias, e que, tal como já referimos, a composição entre D. Dinis e o concelho feita em 1285 refere a construção de tercenas por parte dos monarcas portugueses, sem especificar quais, não é possível afirmar com certeza se as tercenas régias localizadas no extremo ocidental do vale da Baixa foram erguidas por D. Dinis ou por Afonso III¹¹⁶².

Seja como for, o monarca português que esteve na origem da construção das tercenas régias de Lisboa terá tido em consideração as tercenas de Sevilha, e talvez também as tercenas de Barcelona, dependendo da cronologia da construção das tercenas de Lisboa que não podemos aqui estabelecer com

carta régia de 20 de Maio de 1463, em ANTT, *Extremadura*, Livro 10, fl. 126v.; publicado em Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a história do município de Lisboa*, vol. X, Lisboa, Typographia Universal, 1899, p. 114).

¹¹⁶⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29: “*como a cidade de Lixboa stevesse em perigoo della mha torre da scrivania ataas mhas casas das galees de comtra o mar*”.

¹¹⁶¹ Esta referência encontra-se na inquirição de 1220, (ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18), que se encontra disponível on-line em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), p. 4. IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades.

¹¹⁶² AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287, traslado de composição efectuada entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho em 7 de Agosto de 1285, analisado em: Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III.

precisão. É assim possível tentar reconstituir a estrutura das tercenas de Lisboa tal como existiam em 1300, quando são descritas como sendo treze tercenas que albergavam doze galés¹¹⁶³. Conhecendo a estrutura arquitectónica das tercenas de Sevilha e de Barcelona, é possível supor que as tercenas de Lisboa teriam uma forma arquitectónica aproximada à forma destas estruturas. Documentação posterior ao reinado de D. Dinis informa-nos ainda sobre a existência de algumas torres que pertenceriam às tercenas, as quais não podemos afirmar com certeza que integravam a estrutura inicial, mas podemos ainda assim supor a sua existência na estrutura de 1300, dado o paralelo existente com as tercenas de Barcelona¹¹⁶⁴. A localização de algumas torres do muro setentrional das tercenas foi feita de modo aproximado por Augusto Vieira da Silva, contudo o olisipógrafo, talvez não tendo conhecimento da estrutura das tercenas medievais, não reconstituiu o edifício¹¹⁶⁵.

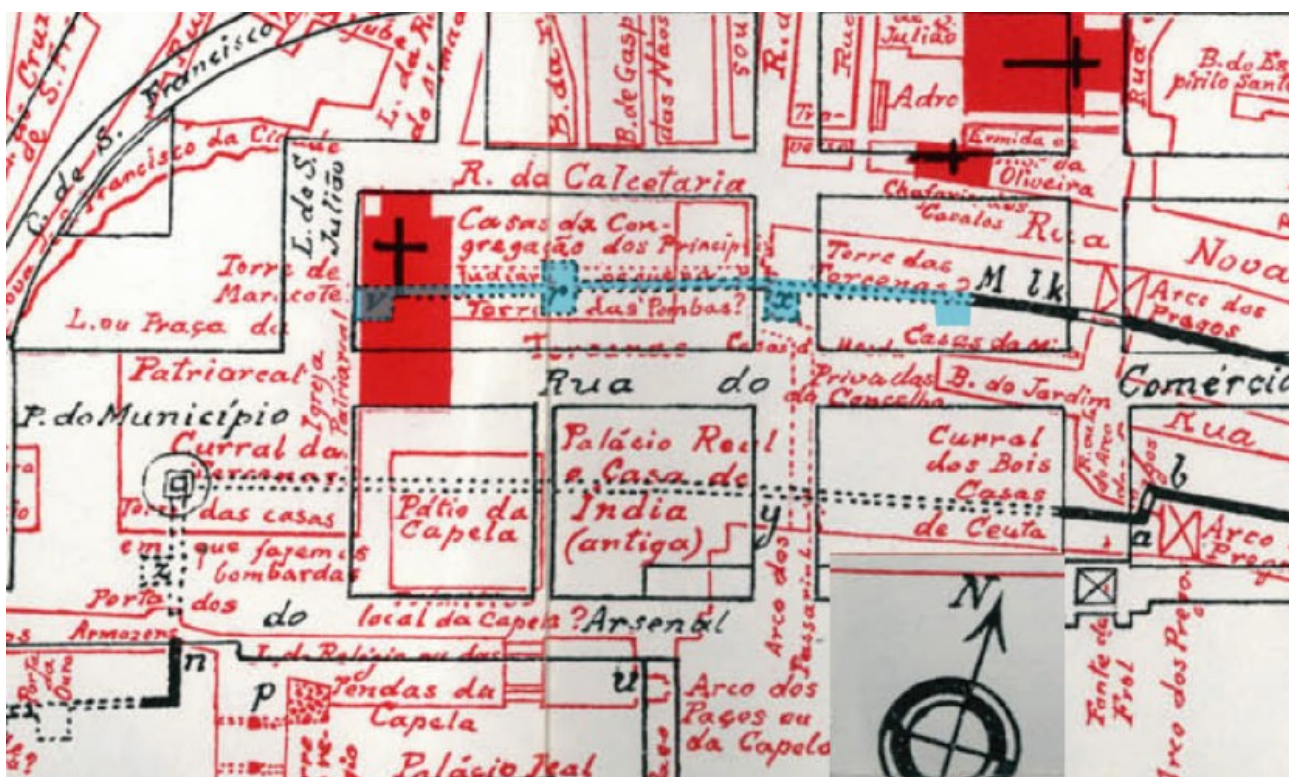


Figura 80. O muro das Terceiras num excerto da Estampa I de Augusto Vieira da Silva com as torres e muro norte das terceiras assinalado a azul¹¹⁶⁶

¹¹⁶³ Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352.

¹¹⁶⁴ Cf. Aforamento de um sobrado na Judiaria Nova, em 22 de Julho de 1328 "o qual sobrado he sso a torre que esta em meyo das dictas tarçenas." ANTT, *Chancelaria Afonso IV*, Livro 3, fl. 14 v; publicado em, *Chancelaria de Afonso IV*, vol I, INIC, pp. 143-144; ANTT, *Chancelaria de D. Pedro I*, Livro 1, fl. 16, de 1357: "uma torre das tercenas"; ANTT, *Chancelaria de D. João I*, Livro 2, fl. 17, de 1389: "uma torre das tercenas".

¹¹⁶⁵ Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. I, 3ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 21-24.

¹¹⁶⁶ Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira...*, vol. I, Estampa I.

Na nossa proposta de reconstituição decidimos acrescentar uma torre no vértice oriental, relativamente à proposta de Vieira da Silva, visto que alguns documentos referem uma torre localizada perto da Ermida de Nossa Senhora da Oliveira¹¹⁶⁷. O olisipógrafo interpretou estas menções a uma torre junto a esta ermida como sendo referentes à torre x, da sua estampa I, todavia parece-nos mais provável que se trate de uma outra torre, em analogia com a configuração das torres nas tercenas de Barcelona, e com as dimensões prováveis das tercenas de Lisboa. É também importante notar que a reconstituição das muralhas da Ribeira de Augusto Vieira da Silva, exposta na Estampa I reproduzida em cima, manteve todo o espaço abrangido pelas tercenas régias num plano bastante dubitativo pois o olisipógrafo não parece ter reconhecido a organização interna deste tipo de estruturas navais.

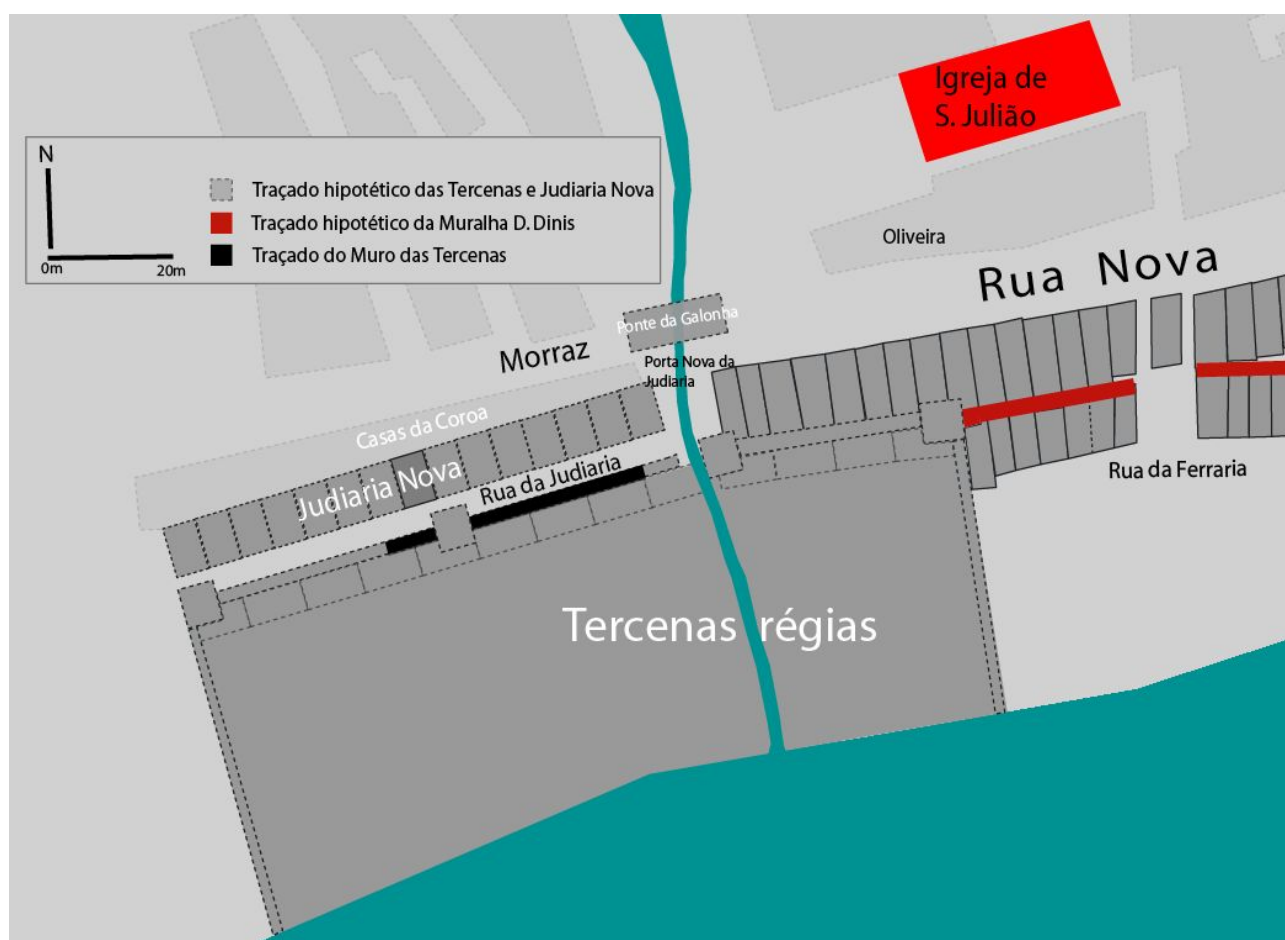


Figura 81. Proposta de Reconstituição das Terceiras Régias em 1300

¹¹⁶⁷ Segundo Vieira da Silva, a Ermida da Oliveira apenas surge no reinado de D. Fernando (Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira...*, vol. I, p. 102), o que nos parece plausível visto que na documentação compulsada surge apenas referência ao lugar da Oliveira e não à Ermida (cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 247, de 30 de Junho de 1267. Um pacto sobre rendas de uma adega situada no lugar que chama “Oliveira”). Por este motivo, assinalámos na nossa reconstituição apenas o lugar da Oliveira.

Na nossa reconstituição propomos uma estrutura fortificada onde, à semelhança do que ocorria nas tercenas de Barcelona, existiriam vários pórticos adossados à parede interior do edifício paralela à margem. Estes pórticos, treze no caso de Lisboa, permitiam receber treze naus, tal como é referido no *Livro dos Bens Próprios*¹¹⁶⁸. Cada pórtico teria cerca de 9,5m de largura, uma largura média muito semelhante à largura média das naves das tercenas de Barcelona (9m). Deste modo, as tercenas de Lisboa teriam uma dimensão próxima às tercenas erguidas por Afonso X em Sevilha, visto que as de Sevilha acolhiam catorze embarcações de grande porte e as de Lisboa treze, sendo que as de Barcelona acolhiam apenas nove. Esta estrutura, que provavelmente teria na sua forma original um grande pátio aberto, foi posteriormente parcialmente coberta, tal como ocorreu em Barcelona. No caso da cidade da foz do Tejo, é possível que a cobertura só tenha sido colocada bastante mais tarde, talvez apenas no século XV, pois alguns documentos referem que algumas naves do lado oriental ainda estariam a céu aberto, nomeadamente as naves situadas junto ao local onde se veio a instalar a Casa de Ceuta¹¹⁶⁹. A organização interna deste edifício em naves mantinha-se ainda no século XVI, quando a construção naval já aí havia cessado, momento em que se instalam nas antigas tercenas medievais os Armazéns reais¹¹⁷⁰, a Casa da Índia, a Casa de Ceuta, a Armaria¹¹⁷¹ e o próprio Paço Real¹¹⁷². Neste sentido, note-se as reconstituições realizadas por Ricardo Laranjeira na obra de Carlos Caetano (ver figura 82), onde é possível observar uma configuração arquitectónica em tudo semelhante com as tercenas de

¹¹⁶⁸ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 352.

¹¹⁶⁹ Em 1449, Afonso V doou ao infante D. Henrique duas casas situadas nas tercenas junto das Casas de Ceuta: “as duas casas das nossas tarçenas da cidade de Lixboa que a em ambas duas naves que estam Junto com as casas de Çepta...” Cf. Pedro de AZEVEDO, *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 349; Em 1471, o mesmo rei cedeu a Fernão Gomes uma “nave das casas das nossas tarecenas (...) que esta antre as dictas tarecenas É o celleiro da nossa cidade de Çepta, que ora esta descuberta (...) com condiçom que elle a cubra de telhado...” cf. *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, pp. 90-91.

¹¹⁷⁰ Em 1536, já após a construção do Paço da Ribeira, refere-se, numa carta de aforamento publicada por Sousa Viterbo, o “almazém e tercenas do Regno que estam na cydade de Lixboa na rrua da Tenoaria junto da porta que ffoy da Judaria que esta pegada há moeda da dita cydade e parte de huuma parte cõ ha Torre e da outra com o muro da casa do almazém e por diante com rrua publica que vay pera a Tenoaria...” (cf. ANTT, *Chancelaria de D. João III*, livro 21, fól. 62 v.; publicado em Sousa VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a Serviço de Portugal*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 373-374).

¹¹⁷¹ Em 27 de Setembro de 1505, Gonçalo Oliveira almoxarife das tercenas de Lisboa recebe uma determinada quantia “para despesa da sala das armas que ora faz nas dictas tercenas...” cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 10, doc. 39.

¹¹⁷² Já em 2002, Nuno Senos afirmava que “em rigor, aquilo que podemos chamar Paço da Ribeira corresponde a um conjunto diversificado de edifícios, confinantes, justapostos, sobrepostos, uns mais antigos e depois ampliados ou anexados, outros de feitura nova; conjunto que inclui a Casa de Ceuta, o Almazem, a Casa da Mina a que se juntou (mesmo do ponto de vista administrativo) a da Índia, a capela de S. Tomé, o baluarte, a ponte e as zonas propriamente residenciais” (cf. Nuno SENOS, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 70). Sobre a instalação destas várias estruturas é imprescindível considerar a obra de Carlos Caetano, a qual é bastante esclarecedora, pecando apenas pela ausência do passado medieval que marcou decisivamente a Ribeira de Lisboa (cf. Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa : séculos XV a XVIII*, Lisboa, Pandora, 2004).

Barcelona, e simultaneamente, compatível com a nossa proposta de matriz medieval para estas construções.

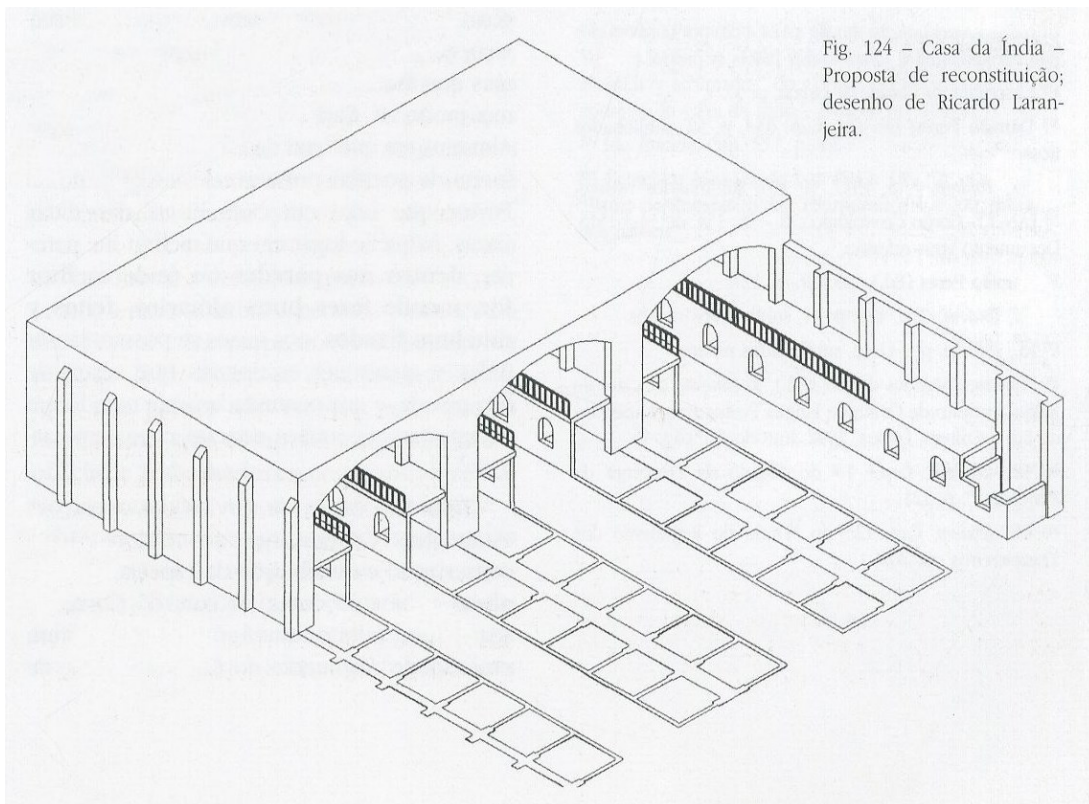


Figura 82. Proposta de Reconstituição da Casa da Índia (segundo Carlos Caetano)¹¹⁷³

A nossa reconstituição beneficia dos recentes trabalhos arqueológicos que vieram descobrir uma considerável parte do muro norte das tercenas, o qual tem sido denominado como “muralha de D. Dinis” e que assinalámos a negro (ver figura 81)¹¹⁷⁴. Esta denominação levanta uma questão complexa, pois consideramos que não está totalmente correcta, nem totalmente errada. Por um lado, o pano de muralha encontrado na escavação do quarteirão do Banco de Portugal não se deve tratar do pano de muralha que seria construído após a celebração do contrato entre o rei e o concelho, em 1294, pois nesse momento as tercenas já existiam, como testemunha o próprio contrato, tal como já referimos. Além disso, este muro é referido múltiplas vezes na documentação medieval como sendo “*o muro das*

¹¹⁷³ Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa...*, p. 211.

¹¹⁷⁴ Sobre a escavação no Banco de Portugal ver: Artur ROCHA *et alii*, “Edifício sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos” in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013; Artur ROCHA, “Uma muralha, vários percursos”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 80-87; Artur ROCHA, Manuel Fialho SILVA, “A Gênese da Judiaria Pequena no século XIV”, in *Actas do colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, 20-22 de Novembro de 2013 (no prelo).

tercenas”, localizado a sul da Rua da Judiaria Nova, o que não deixa margem para dúvida sobre a sua identificação¹¹⁷⁵. Por outro lado, trata-se de uma construção fortificada provavelmente feita em época de D. Dinis, o que está de acordo com a designação “muralha de D. Dinis”, sobretudo se tivermos em conta a provável associação entre o momento de edificação dessa muralha e momento da construção da Judiaria Nova¹¹⁷⁶. Além disso, a estrutura defensiva planeada por D. Dinis e pelo concelho incluía justamente como parte essencial, o muro das *tercenas*¹¹⁷⁷. Ou seja, a partir do momento em que é erguido o pano de muralha na Ribeira, o muro das *tercenas* torna-se parte dessa estrutura defensiva, exactamente do mesmo modo que as cercas conventuais se inserem nas cercas urbanas. Note-se o caso exemplar da cerca conventual do Convento da Graça de Lisboa que, com a construção da muralha fernandina se torna parte da cerca urbana sem contudo deixar de ser uma cerca conventual¹¹⁷⁸. Relativamente ao que aqui nos importa, observa-se um processo de integração de uma estrutura defensiva, o muro das *tercenas*, num sistema defensivo, a muralha da Ribeira. Deste modo, podemos afirmar que a designação “muralha de D. Dinis” para o troço encontrado nas escavações do quarteirão do Banco de Portugal não é incorrecta, pois de facto o muro das *tercenas* passou a fazer parte dessa estrutura a partir do momento em que foi construída a muralha da Ribeira, mas uma descrição mais rigorosa pode também considerar a designação “*muralha das tercenas régias*”.

Não incluímos na nossa reconstituição o Cais da Oyra, uma estrutura edificada por D. Dinis antes de 1305, a qual estaria inserida no conjunto urbano *Tercenas-Judiaria Nova*, porque não temos dados suficientes para perceber quer a sua configuração, dimensão ou sequer a sua localização. Em 1305, D. Dinis realiza a seguinte doação ao guarda do porto de Lisboa:

¹¹⁷⁵ Um aforamento de Afonso IV, em 1327, de um sótão e sobrado localizado na Judiaria Nova surge nas confrontações a sul o “*muro da mha taracena*” (cf. ANTT, *Chancelaria Afonso IV*, livro 3, fl. 11; publicado em *Chancelaria de Afonso IV*, vol I, INIC, p. 114); Um outro aforamento de Afonso IV, em 1327, de um sobrado na Judiaria Nova, é referido nas confrontações a sul uma via “*pulvega e o Muro da taracena*” (cf. ANTT, *Chancelaria Afonso IV*, livro 3, fl. 11; publicado em *Chancelaria de Afonso IV*, vol I, INIC, p. 116); Um outro aforamento de Afonso IV de um sótão localizado na Judiaria Nova refere nas confrontações a sul “o muro da dicta taracena” (cf. ANTT, *Chancelaria Afonso IV*, livro 3, fl. 11; publicado em: *Chancelaria de Afonso IV*, vol I, INIC, p. 116).

¹¹⁷⁶ Sobre a relação entre a Judiaria Nova e o troço de muralha encontrado, o arqueólogo responsável pela escavação no quarteirão do Banco de Portugal considera o seguinte: “*sobre a Judiaria foi coligido um conjunto de dados substancial, identificando-se o seu limite Sul, a Rua da Judiaria Nova, uma pequena artéria com cerca de 4 metros de largura que, paralela à muralha, a utilizava como limite meridional, bem como os alicerces de uma banda de prédios a Norte. Nestes, a semelhança entre os aparelhos com o da muralha atrás descrito reforça a possibilidade de todo este conjunto resultar de um projecto prévio de urbanização da frente ribeirinha.*” Cf. Artur ROCHA, “Uma muralha, vários percursos”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, p. 85.

¹¹⁷⁷ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 20; ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 2, fl. 81v.; transcrito parcialmente em: Augusto Vieira da SILVA, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 27-29: “*como a cidade de Lixboa stevesse em perigoo della mha torre da scrivania ataas mhas casas das galees de comtra o mar*”.

¹¹⁷⁸ Sobre a cerca do Convento da Graça e a sua transformação em cerca urbana ver: Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed., vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 47-52.

“...Abril Eanes guarda do meu porto de Lixboa por muyto Serviços que vos a mim fezestes e fazedes tenho por bem i mando que vos façades sobre aquela travanca da pedra do Cays da Oira de Lixboa que eu hy mandei fazer humas casas de morada e que vos e vossa molher e vossa gente morades ou que vos por bem teverdes...”¹¹⁷⁹

Trata-se portanto de uma doação régia no sentido específico de o guarda do porto erguer casas no local do cais que tinha sido anteriormente edificado pela Coroa. Não foi possível contudo perceber do que se tratava na realidade, pois o documento não nos informa de mais qualquer dado sobre esta urbanização. Podemos apenas supor que estaria implantada talvez perto do local onde depois vai surgir a Porta da Oyra, a ocidente das tercenas, junto à qual D. Afonso IV irá doar, em 1329, um campo para a câmara construir casas¹¹⁸⁰. Este campo, segundo apurou Vieira da Silva, terá sido devolvido à posse da Coroa para a expansão das tercenas feita por Afonso IV já na década de cinquenta¹¹⁸¹. O Cais erguido por D. Dinis não será mais referido na documentação inserida nos limites da cronologia que aqui estudamos, o que nos impossibilita de fazer a sua identificação e de inserir esta estrutura na nossa reconstituição. Ainda assim, a área imediatamente a ocidente das tercenas régias, tal como aqui as reconstituímos, terá sido usada como um espaço dedicado à construção naval, ou ainda durante o reinado de D. Dinis, ou nos reinados imediatamente posteriores, talvez inseridas na ampliação das tercenas feita por Afonso IV¹¹⁸².

A construção das estruturas de apoio à actividade naval veio a alterar profundamente a forma urbana da margem ribeirinha do arrabalde ocidental, contribuindo para o estabelecimento de uma malha urbana distinta da malha urbana que caracterizava a maior parte da cidade em finais do século XIII. A regularidade arquitectónica das tercenas extravasava o próprio edifício, visto que a Judiaria

¹¹⁷⁹ ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 40.

¹¹⁸⁰ AML, *Livro dos Pregos*, doc. 43, de 31 de Agosto de 1329; AML, *Livro II de D. Dinis, D. Afonso IV e D. Pedro I*, doc. 24: “...me disserom per essa creença foi que aquel canpo que sta a cabo d’Oira em que secam o pescado he desse conçelho e que as cousas que se em el fazem som mui daninhas a essa villa... .. Eu veemdo o que me sobr’esto disserom tenho por bem e mando-vos que catedes huun lugar desse conçelho que seja convinhavil e aguisado em que se seque esse pescado assi como virdes que compre a esses que o ante hi secavam e o comcelho faça desse quampo aquello que entender e mais he proll dessa villa. E porque me disserom que quieriam hi fazer casarias se as hi quiserem fazer trabalhade que se façam en tall guisa que sejam as ruas bem spaçosas que possam as gentes per ellas amdar e cavalgar sem embargo e que leixen grande spaço amtre as casas e as taracenas. Outrosi fazede que leixem comtra o mar spaço tam grande per que possam andar as gentes e folgar assi commo virdes que compre aa tal lugar como esse...”.

¹¹⁸¹ Cf. ANTT, *Direitos Reais*, Livro 2, fl. 272 v., de 1352: “um campo que o dito concelho há na dita cidade, no lugar que chamam a Oyra, em o qual campo nosso senhor elRei D. Afonso o 4º soe de ter suas galés, pelas divisões que ahi são postas, de guisa que possam ai fazer taracena para estarem quatro galés”, transcrição por Augusto Vieira da SILVA, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, vol. II, 3ª ed. Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 66-67.

¹¹⁸² José Menezes localizou as tercenas de Afonso IV a ocidente das tercenas régias de D. Dinis com base no documento citado na nota anterior. (Cf. José MENEZES, “Tercenas de Lisboa II, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 17, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986, pp. 3-14).

Nova, a qual terá sido construída ou no mesmo momento que as tercenas, ou então erguida durante a construção da fachada sul da Rua Nova após 1294, seguia o alinhamento imposto pelo edifício das tercenas, mantendo uma ortogonalidade que se inseria dentro dos parâmetros de regularidade patentes no plano de D. Dinis e do concelho para a Ribeira de Lisboa que se demonstra de forma excepcional nas formas urbanas dos quarteirões alongados das ruas Nova e da Ferraria. Não sabemos, e provavelmente nunca se saberá, se, no momento em que foram construídas as tercenas, o plano para a construção da fachada sul da Rua Nova e da Rua da Ferraria já estaria a ser preparado ou não, no entanto é inegável a ligação entre estes dois blocos urbanos, os quarteirões alongados organizados em volta da muralha de D. Dinis, e o conjunto tercenas-judiaria nova¹¹⁸³.

Também importa realizar uma última comparação entre as tercenas régias de Sevilha, Barcelona e Lisboa no que respeita à posição que estas estruturas ocupavam na cidade. Em todas as três cidades, as tercenas foram implantadas inicialmente fora da protecção das cercas defensivas, mas não muito longe delas. Neste aspecto as tercenas régias de Lisboa foram erguidas, na sua fase primordial, bastante mais afastadas das muralhas da cidade. As tercenas de Sevilha posicionavam-se adossadas à muralha de época de domínio islâmico e as tercenas de Barcelona junto às muralhas erguidas em meados do século XIII, como vimos anteriormente. A posição excêntrica das tercenas de Lisboa pode ser explicada se o responsável pela sua edificação já tivesse planeado a construção de uma muralha que fizesse a ligação entre o vértice sudeste da Cerca Velha e as referidas estruturas navais. Não podemos afirmar se foi esse realmente o plano de D. Dinis, mas podemos supô-lo.

¹¹⁸³ Sobre a implantação da muralha da Ribeira e da urbanização organizada em torno da estrutura defensiva ver PARTE III, Subcapítulo 5.5 - A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis. Sobre a Judiaria Nova ver: Parte III, Subcapítulo 4.3 - Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado.

CAPÍTULO 7: A PEDREIRA: CRESCIMENTO URBANO NOS LIMITES DO ARRABALDE OCIDENTAL

Em época medieval, o local da Pedreira constituiu um dos principais eixos de crescimento urbano da cidade de Lisboa. Localizada a ocidente do vale da baixa, a Pedreira estava nas mãos de diferentes atores que promoveram o crescimento da cidade neste espaço, que teve início no século XIII. Este topónimo abrangia aproximadamente, em época medieval, o espaço que se encerra entre as atuais Rua Garret, Rua do Carmo, Rua da Misericórdia e a Calçada do Duque.



PERSPECTIVA CONJECTURAL DO TERRITÓRIO DA PEDREIRA, NOS FINS DO SÉCULO XIII

Vê-se no primeiro plano, ao centro, o Convento do Espírito Santo da Pedreira (Armazéns do Chiado), à margem do declive para o vale, já povoado de casas; em frente, em direcção ao Poente a estrada de Santos, depois «rua pública da Pedreira» (a Rua Garrett de hoje); à esquerda o Convento de S. Francisco e os Mártires; mais ao longe, o paço que foi dos Condes de Ourem (Escritórios da Companhia do Gás); à direita, o Estudo Geral (liceu) e, mais ao fundo, o Convento da Trindade.

(Desenho de Alberto Sousa).

Figura 83. O sítio da Pedreira (segundo Matos Sequeira)¹¹⁸⁴

O documento mais antigo que refere o topónimo da Pedreira é o testamento de Gonçalo Calvo, realizado em Dezembro de 1211, em que este doa três moinhos na Pedreira ao Convento de S.

¹¹⁸⁴ Desenho publicado em: Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, vol. 1, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 17.

Vicente¹¹⁸⁵. Na década seguinte, a inquirição régia de 1220, refere uma “*boa vinha*” pertencente aos frades de Santa Cruz “*in Petrais*”, topónimo que supomos corresponder à Pedreira¹¹⁸⁶. Cerca de meio século depois, a Priora do Convento de Chelas realizou um aforamento de uma vinha na Pedreira a Domingos Martins, alvazil de Lisboa¹¹⁸⁷. A tipologia rural destas propriedades, registada na documentação do início do século XIII, revela que a Pedreira estava pouco urbanizada até à última década do século XIII, mantendo-se, como um espaço periurbano, em tudo semelhante ao espaço ocupado pelos franciscanos, mais a sul.

A tradição afirma que o local da pedreira tinha como principal proprietário o cabido da Sé, facto que se confirma num documento onde D. Dinis compensa o cabido da Sé por lhe ter anteriormente *filhado* terrenos¹¹⁸⁸. Um facto coerente com a escolha do primeiro bispo de Lisboa, que logo após a conquista da cidade aos muçulmanos terá optado pela posse de Santa Maria aos Mártires situado no cimo da elevação que limitava a ocidente o vale da Baixa, em detrimento do local onde se ergueu o Convento de S. Vicente, por o Templo dos Mártires se encontrar, nessa época, mais perto da cidade¹¹⁸⁹. Se assim foi, é natural que o Cabido possuísse, ainda no último quartel de duzentos, propriedades consideráveis nos limites ocidentais da cidade, onde se desenvolvia a paróquia de S. Maria dos Mártires.

Os anos finais da primeira década do século XIII iriam trazer alterações de relevo à Pedreira. Em 1217 os Franciscanos instalam-se nos limites sul desta área, e, em 1218, os Trinitários implantam-se nos limites ocidentais deste espaço¹¹⁹⁰. A chegada destas duas instituições monásticas iria alterar definitivamente a forma urbana do Arrabalde Ocidental, sobretudo através da posição topográfica

¹¹⁸⁵ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 1, doc. 43.

¹¹⁸⁶ ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18, publicada em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: [http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades.](http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades)) Os frades de Santa Cruz referidos nesta inquirição devem provavelmente ser os frades de Santa Cruz de Coimbra, pois o Mosteiro de S. Vicente também administrado por frades cruzios, surge noutra parte desse mesmo documento. A propriedade de Santa Cruz de Coimbra no topo do morro de S. Francisco está registada, na doação do cruzado Raul, momento muito precoce, em 1148 (cf. ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, Maço 3, doc. 18, publicado em: *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 202-205).

¹¹⁸⁷ ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 10, doc. 188, de 17 de Setembro de 1274.

¹¹⁸⁸ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 16. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 348: “...*et cum duobus domibus in Rua quas dedit dominus rex pro escambium Capitulo Ulixbonensi pro campo et pro vinea quae dictum Capitulum habuit in Petraria ubi fuit Studium Escolariorum*”; D. Rodrigo da Cunha transcreve um documento onde se refere que a Pedreira pertencia originalmente ao Cabido da Sé, tendo D. Dinis filhado um campo aí situado para construir casas para o Estudo Geral (cf. D. Rodrigo da CUNHA, *História eclesiástica...* 1642, fl. 213 v.).

¹¹⁸⁹ Tal como refere o *Indiculum fundationes monasterii Beati sacnti Vicentii ulixbone* (ANTT, CF, ms 152), publicado em: *A conquista de Lisboa...*, pp. 190-191.

¹¹⁹⁰ Sobre a implantação destas instituições religiosas ver: Parte III, Capítulo 8 - Os Conventos no exterior do Arrabalde Ocidental.

assumida na demarcação dos limites urbanos da cidade a ocidente. A Pedreira situava-se exactamente entre estas instituições e o vale da Baixa, onde a cidade se ia recuperando do choque momentâneo causado pelas alterações do poder político muçulmano para o cristão. Num momento impreciso dos meados do século XIII instala-se neste espaço a casa e hospital do Espírito Santo, ou seja, o futuro Convento do Espírito Santo da Pedreira, numa posição dominante dos limites orientais da área central da Pedreira¹¹⁹¹.



Figura 84. A Pedreira (finais do séc. XIII inícios séc. XIV)

Este espaço, de carácter maioritariamente periurbano e rural até ao reinado de D. Dinis, seria efectivamente inserido no perímetro urbano da cidade no reinado deste monarca, em grande parte, devido à intervenção urbanizadora do rei. Tal como percebeu Gustavo Matos de Sequeira, o desenvolvimento do núcleo urbano da Pedreira esteve intimamente relacionado com a criação do Estudo Geral, efectuado por D. Dinis no final do século XIII. Uma carta régia produzida no Verão de 1291 informa-nos sobre uma doação do rei a um tal D. Martim Gil onde se declara, sem qualquer

¹¹⁹¹ Gustavo de Matos Sequeira refere a doação de uma vinha no termo de Lisboa à Casa e Hospital do Santo Espírito realizada em 1279, através da qual é possível considerar a existência prévia desta instituição (cf. Gustavo Matos de Sequeira, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, vol. 1, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 18).

margem para dúvida, que o monarca havia construído casas para o funcionamento do Estudo Geral na Pedreira¹¹⁹². Além disso, também no *Livro dos Bens Próprios* é referida a localização do Estudo, na Pedreira¹¹⁹³. Este local foi portanto o escolhido por D. Dinis para implantar originalmente a primeira instituição escolar de nível superior do reino português. As motivações para a escolha deste local como sede do Estudo devem contextualizar-se com a ampla intervenção que a Coroa realizava no final do século XIII na margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental, nomeadamente através da construção da muralha da Ribeira e da construção dos lotes da face sul da Rua Nova e também da Judiaria Nova e a consolidação das Tercenas como espaço de construção e manutenção naval¹¹⁹⁴.

Até agora, tem passado despercebido o facto de que as casas erguidas na Pedreira pelo monarca para o Estudo teriam um desenho urbano preciso, o qual ficou registado na carta régia de 1291, pois esse documento refere que estas tinham “*em longo viii braças e v em andu*”, ou seja, 14,72m de comprimento por 9,20m de largura¹¹⁹⁵. Este lote era portanto diferente do lote de 13,20m por 4,4m registado em grande escala na Rua Nova, pois os lotes da Pedreira são bastante mais largos, ainda assim, possuindo um comprimento maior do que a largura, o que lhes conferia o aspecto característico dos “lotes godos” dominantes no urbanismo da Europa Ocidental nesta época¹¹⁹⁶. Infelizmente, não é possível situar com exactidão os lotes medievais na Cartografia posterior. Por motivos mal conhecidos, a instalação do Estudo na Pedreira não teve sucesso. Pois, no derradeiro ano do século XIII já o Estudo Geral não estaria provavelmente no primeiro local pensado por D. Dinis¹¹⁹⁷, sendo em 1303 as “*casas novas na pedreira as quaes foram escolas*” aforadas pelo monarca à família Navarro¹¹⁹⁸.

¹¹⁹² Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 1, fl. 283v., de 22 de Julho de 1291; doação régia de “*duas casarias em aquele terreno meu da par da padreyra hu eu mandey faer as casas paas scolas e em cada huma dessas casarias a em longo viii braças e v em andu as quaes casarias partem ao aguiom com as casarias de Lourenço Scola e ao avrego e ao oriente e oucidente som carreyras pulvegas dou a esse Dom AMrtim e a todos os seus sucessores essas casarias... livre e quites de toda a renda... pa todo o sempre... nem faça ende outro foro como mi fazem das outras casarias desse logar mays façam delas o que lhys puguer...*”.

¹¹⁹³ Cf. nota 1189.

¹¹⁹⁴ Sobre estas várias intervenções de D. Dinis na forma urbana do Arrabalde Ocidental ver: Parte III, Subcapítulo 5.5 - A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis.

¹¹⁹⁵ Ver nota 1193.

¹¹⁹⁶ Sobre o lote godo, e a sua denominação mais clássica lote “gótico”, ver Luísa Trindade, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 41-42. Sobre a urbanização da Rua Nova por D. Dinis ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.2 - A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

¹¹⁹⁷ Sobre as divagações topográficas do Estudo Geral em Lisboa ver: Augusto Vieira da Silva, “Locais onde funcionou em Lisboa a Universidade dos Estudos”, *Boletim da 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XII, 1919, pp. 742-753; Mário Alberto Costa, *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991; Armando Martins, “Lisboa, a cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência, in *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, Hermenegildo Fernandes (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 41-88; Rui Lobo, “As quatro sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537)”, in *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, Hermenegildo Fernandes (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 267-304.

¹¹⁹⁸ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 4, fls. 25v.- 26, de 21 de Agosto de 1303. Sobre a família Navarro e a sua implantação em Lisboa ver: Manuel Fialho Silva, “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”, *Atas do I Congresso*

Um registo nítido da urbanização da Pedreira no final de duzentos é perceptível no *Livro dos Bens Próprios*, onde se enumera uma vasta propriedade régia na “*Populla de Petraria*”, sendo bastante notória a urbanização em curso desta zona anteriormente rural:

“Também o senhor Rei possui no povoado da Pedreira casas que foram de Pedro Fernando. Em primeiro tem aí casas de morada e uma casa com o seu chão onde está o lagar e [também] com as suas câmaras e duas casas na rua, e nestas está, não há muito tempo, o Armazém do senhor Rei e nestas morou o Mestre Cernotus.

Também o senhor Rei possui nesta rua um forno com a sua casa e com o seu chão junto ao mesmo forno.

Também na dita rua possui o senhor Rei um sótão e um chão para si.

Também o senhor Rei possui duas casas livres na rua do supradito forno.

Também o senhor Rei possui três casas no campo que foi de Pedro Paio.

Também o senhor Rei possui na rua junto ao forno na rua Gayeto três sótãos com quatro chãos.”¹¹⁹⁹

As referências a fornos, casas de morada, lagares, campos e armazéns do rei, bem como às estruturas viárias que davam acesso aos vários locais, desenham no seu conjunto uma área multifuncional, onde o poder régio estava solidamente instalado.

Neste sentido, em 1295¹²⁰⁰, D. Dinis aforou a Estevão Tomé, pedreiro, e seus sucessores, várias vinhas, olivais e campos que a alcaidaria de Lisboa possuía em vários locais do termo, destacando-se entre eles a Pedreira. Este pedreiro, pelo vulto das propriedades que lhe são concedidas (Concha, Chelas, Alfundão, Çafarbar, Lecea, Veirolas, Arroios e Pedreira) seria muito provavelmente uma personagem com algum relevo social e teria com certeza muitas obras para se ocupar, na Lisboa de finais de duzentos, pois, além das constantes obras na Sé, ocorriam ainda na cidade, entre outras, obras

Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 185-186.

¹¹⁹⁹ Tradução nossa. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 17. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 349: “*Item domnus rex habet in populla de Petrarija domos que fuerunt de Petro Fernandy. In primo habet iby domos de morada et cum una domo uby stent lagare et cum ssuo solijo et cum suis camarijs et cum duabus domibus in rua et in istis stat modo o almazém domny regi set in istis morata fuit magister Cernotus. Item domnus Rex habet in ista rua furnum cum sua domo et cum uno solio apud ipsum furnum. Item in dicta rua habet domuns rex unum sotanum et unum solium pro ad se. Item domnus rex habet ij. Domos in allia rua super dictum furnum liberas. Item domnus rex habet iij. Domos in campo quod fuit de Petro Pelagi. Item domnus rex habet in alia rua de sub surno in rua Gayeto tres sotanans cum quatuor solis.*”

¹²⁰⁰ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 2, fl. 95 v. de 7 de Maio de 1295.

de remodelação no Convento da Trindade, a construção das casas para o Estudo Geral, a construção do Cais da Oura, a edificação da cerca da Ribeira e dos lotes urbanos da Rua Nova. No final do século XIII, Lisboa era verdadeiramente uma cidade em expansão construtiva, facto que possibilitaria que um mestre pedreiro conseguisse estabelecer uma relação privilegiada com a Coroa e se inserisse no seio das elites económicas da época, tal é a dimensão do referido aforamento realizado pelo rei.

A propriedade régia na Pedreira era realmente extensa, pois além do aforamento ao pedreiro Estêvão Tomé, em 1295¹²⁰¹, e o aforamento realizado ao Arrabi-mor do reino, Judas Navarro e à sua família, do local erguido para o Estudo, em 1303¹²⁰², surgem outras referências a propriedades régias na Pedreira. Em 1307, Catarina Pascoal, moradora na Pedreira, vende a Domingas Afonso, uma criada das Donas de Santos uma casa, que confronta a sul com casa do rei¹²⁰³. Em 1317, D. Dinis doa várias casas a um Fernão Diaz seu vassalo, nas quais tinha morado Pedro Fernandes da Pedreira, que foi Almojarife do rei em Lisboa¹²⁰⁴. Tal como foi observado, as propriedades onde viveu Pedro Fernandes são referidas no *Livro dos Bens Próprios*. Nesse mesmo ano, as casas que tinham sido erguidas para o Estudo, e que haviam sido aforadas aos Navarro são finalmente doadas em conjunto com todos os terrenos “*que foram dos judeus*” ao Almirante Miçer Manuel Pessanha, natural de Génova, e aos seus sucessores¹²⁰⁵. A família Pessanha irá manter a posse destes terrenos, que serão conhecidos como Bairro do Almirante, até meados do século XV, tal como afirma Gustavo Matos de Sequeira¹²⁰⁶.

A Coroa não era a única grande proprietária na Pedreira, pois também o Convento de Santos e pessoas relacionadas com esta instituição, possuíam propriedades de relevo neste local. Em 1301, Clara Esteves realizou uma doação testamentária de umas casas que possuía na Pedreira à Comendadeira e ao Convento de Santos¹²⁰⁷. Em 1307, Domingas Afonso, uma criada das Donas de Santos, adquire uma casa na Pedreira¹²⁰⁸. Em 1318, ocorre uma entrega de “*onze portais de casas que foram de Sancha Nunes dona que foy de Santos*”, por Pedro Álvares que foi marido de Sancha Nunes a Dordia Pais

¹²⁰¹ *Ibidem*.

¹²⁰² Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 4, fls. 25v. e 26, de 21 de Agosto de 1303.

¹²⁰³ Cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 372, de 11 de Maio de 1307.

¹²⁰⁴ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fl. 120v. e 121, de 9 de Setembro de 1317: “...casas que foram da morada de Pedro Fernandes da Pedreira que foi meu almojarife dessa vila e quanto he dos sotãos que tem a foro Afonso Vasco Domingues... ..como partem essas casas com outras minhas casas que eu ey na Pedreira e com casas da Sé de Sam Vicente e per ruas publicas e com Vicente Pires bolhão e com um meu forno que hy a na Pedreira...”.

¹²⁰⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 3, fls. 108 a 109, de 1 de Fevereiro de 1317: “...o meu lugar da pedreira para a qual lugar por onde foy devisado para os judeos com casas e com terrenos livre e quites e eixento assim como eu ey. E se alguns cristãos la têm casas ou terrenos ou covas que as ajam seus donos que ajades vos hy aquele direito que eu en elas avya enquanto he as casas e o terreno que eu hy avya q de mi tinham os judeus seer todo vosso e dos vossos sucessores...”.

¹²⁰⁶ Cf. Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, vol. 1, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 158-160.

¹²⁰⁷ Cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 374, de 20 de Outubro de 1301.

¹²⁰⁸ Cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 372, de 11 de Maio de 1307.

comendadeira do Convento de Santos, os quais se situavam na parte da Pedreira que descia para o vale da Baixa¹²⁰⁹. O Convento de Santos manterá a rentabilização de várias propriedades na Pedreira até pelo menos ao século XV¹²¹⁰. Nos reinados posteriores ao de D. Dinis, a Pedreira manterá um elevado ritmo de urbanização onde se destacam dois momentos cruciais: a instalação do Convento do Carmo em 1389, e o “caseamento” da Vila Nova, realizado por D. João I nas primeiras décadas do século XV¹²¹¹.

¹²⁰⁹ ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 373, de 2 de Maio de 1318: “no canal soa Pedreira”. Esta entrega de propriedades não foi simples, pois em 1321 ocorreu uma contenda entre o viúvo de Sancha Nunes e o Mosteiro de Santos sobre estes onze portais de casas, que só então passaram realmente para a posse da instituição monástica (cf. ANTT, *Mosteiro de Santos*, doc. 303, de 2 de Maio de 1321).

¹²¹⁰ Cf. Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade...*, vol. 1, p. 65.

¹²¹¹ Sobre estes processos que alteraram drasticamente a forma urbana desta parte da cidade ver: Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, vol. 1, Câmara Municipal de Lisboa, 1939.

CAPÍTULO 8: OS CONVENTOS NO EXTERIOR DO ARRABALDE OCIDENTAL

Os três conventos fundados na primeira metade do século XIII, no arrabalde ocidental de Lisboa constituíram uma estrutura conventual sólida, configurando um arco em torno do espaço urbano.

No topo sul da colina que ladeava a ocidente o vale da Baixa, a curta distância da margem do Tejo, mas num local cimeiro, de difícil acesso a quem chegava pelo rio, implantaram-se em 1217 os franciscanos. No ano seguinte, chegaram os trinitários, que se instalaram na mesma colina, mais a norte, fora do alcance da vista de quem passava no Tejo, e também já bastante afastados dos limites urbanos da cidade. Em meados da década de quarenta os dominicanos fecharam o arco conventual em torno do Arrabalde Ocidental, implantando-se nos antigos limites da cidade em época de domínio islâmico, mas que em meados de duzentos se tinha tornado numa zona periurbana de cariz rural, dominada pelo reguengo de Valverde. Estes três Conventos definiam os limites da cidade, situando-se numa primeira fase, fora da influência directa da urbe, na sua periferia rural, não tanto onde acabava a cidade, mas sim, onde começava o espaço rural.

A posição que os três conventos referidos ocuparam na cidade correspondeu exactamente ao que seria esperado. Todos eles se implantaram junto às principais vias que serviam a cidade, em locais estratégicos do ponto de vista do acesso à urbe e com amplas possibilidades de exploração agrícola. Nenhum dos três conventos se instalou junto da muralha, como seria o procedimento mais comum, porque esta tinha sido há muito absorvida pela malha urbana da cidade e todo o espaço junto da cerca estava já ocupado, impossibilitando a implantação dos conventos¹²¹².

O seu efeito como pólo de atracção do desenvolvimento urbano foi ganhando cada vez mais intensidade, e o que seriam muito provavelmente construções simples e precárias ganharam durante o decorrer dos séculos XIII e XIV uma posição progressivamente mais sólida e marcante, agindo cada vez mais sobre a forma urbana da cidade, que, num primeiro momento era apenas observada de longe, e que posteriormente acabou por absorver os espaços conventuais. Este processo de inserção na malha urbana de Lisboa culminou com a assimilação das cercas conventuais pela muralha erguida em 1373 por D. Fernando, integrando todos os principais conventos da cidade. Um dos principais contributos dos complexos conventuais no que respeita à morfologia cidade foi a criação e consolidação de largos e terreiros, tal como observou Walter Rossa, sobressaindo, nos três casos aqui referidos, o papel decisivo

¹²¹² Sobre a posição da implantação dos conventos nas cidades portuguesas, veja-se o caso das cidades algarvias particularmente bem estudado na tese de doutoramento de Catarina Almeida Marado: Catarina MARADO, *Patrimonio conventual y periferia: la salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*, dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Sevilha ETSArquitectura, Sevilha, 2007.

dos dominicanos na consolidação de uma das principais praças do reino, a qual mantém, ainda hoje, uma importância incontornável – o Rossio¹²¹³.

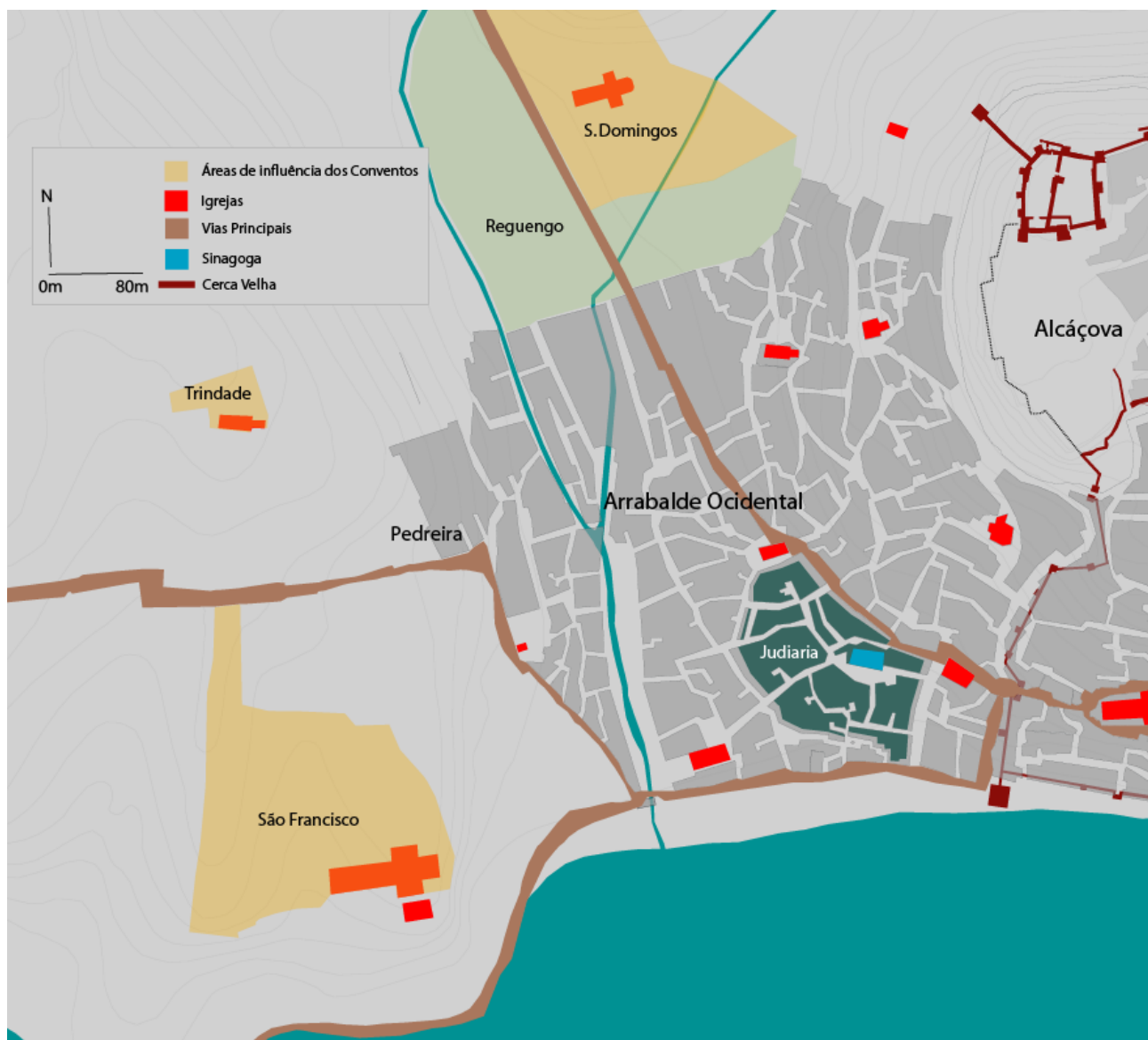


Figura 85. Os conventos no Arrabalde Ocidental (c. 1250)

8.1 O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO: NO TOPO DA COLINA

Em 1217, os franciscanos instalaram-se no topo da colina que fechava a ocidente o vale Baixa, um local privilegiado não só pela favorável situação defensiva que dispunha¹²¹⁴, mas também pela

¹²¹³ Walter ROSSA, *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002, p. 227-228: “A sua importância urbanística deve-se fundamentalmente ao facto de normalmente darem origem a largos ou terreiros, funcionando como pólos de atracção e de densificação do tecido urbano.”

situação de domínio sobre o arrabalde ocidental da cidade que estava em pleno desenvolvimento e expansão demográfica, urbana e comercial¹²¹⁵. O ano da sua instalação na cidade coincide com um acontecimento relevante para a consolidação da cidade de Lisboa no ainda jovem reino português: a conquista definitiva de Alcácer do Sal¹²¹⁶. Com a tomada do bastião muçulmano que dominava a foz do Sado, Lisboa pôde finalmente ter a estabilidade necessária para se desenvolver urbanisticamente em todas as direcções. O arrabalde ocidental será exactamente o local da cidade em que a dinâmica de expansão urbana e consolidação das actividades comerciais e marítimas mais se irá sentir, durante toda a idade média, atraindo assim pessoas de todo o reino em seu redor¹²¹⁷. De facto, os franciscanos tiveram a possibilidade de escolher o melhor local possível para instalar o seu templo, pois quando chegaram à cidade da foz do Tejo em 1217, o único convento que existia na cidade era o Convento de S. Vicente de Fora, o qual ocupava uma posição muito semelhante àquela que os franciscanos iriam ocupar, mas situado no arrabalde oriental da cidade. Não se tratou portanto de uma escolha ocasional, bem pelo contrário. A escolha da localização da sede monástica dos franciscanos relacionou-se em grande medida com duas questões de difícil conciliação que reflectem os fundamentos religiosos da ordem monástica: por um lado a pobreza e o isolamento, e, por outro lado, a necessidade de relação com o outro. Desta aparente ambiguidade resulta o posicionamento na zona periurbana de Lisboa, no topo do Monte Fragoso, perto da cidade mas suficientemente afastado desta para permitir o isolamento necessário aos franciscanos¹²¹⁸. Um último factor que devemos sublinhar, na escolha do topo do Monte

¹²¹⁴ A posição onde se implantou o Convento de S. Francisco sobressai na lógica da estratégia militar da cidade em dois momentos preponderantes: 1147, quando os cruzados ingleses escolhem este local para o seu acampamento, e em 1373, quando Henrique II de Castela cerca Lisboa, e, mais uma vez escolhe o mesmo local para o seu acampamento. Sobre a posição estratégica de S. Francisco nestes episódios militares ver: Miguel MARTINS, *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 68.

¹²¹⁵ Devido aos vários incêndios e destruições que ocorreram na igreja e no convento de S. Francisco de Lisboa no início e meados do século XVIII, em 1707, em 1741 e 1755, que causaram o desaparecimento dos fundos documentais medievais, a história desta instituição é feita através do recurso a fontes narrativas entre as quais se destacam as seguintes obras: Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, 2 tomos, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950. Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito nº 145, secção XIII. Uma síntese da história do edificio foi realizada por Margarida Calado em *O Convento de S. Francisco da Cidade, Biblioteca d'Artes*, nº 1, Lisboa, Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa, 2000.

¹²¹⁶ Sobre o contexto histórico no momento da conquista de Alcácer do Sal, em 1217, ver: Hermínia VILAR, *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2008, pp. 167-173.

¹²¹⁷ Sobre o desenvolvimento do Arrabalde Ocidental como centro comercial, social e político da cidade ver Parte III, Capítulo 9 – O Arrabalde Ocidental em síntese.

¹²¹⁸ Um posicionamento urbano semelhante ao dos franciscanos na Lisboa ducentista pode ser encontrado e verificado em várias cidades medievais onde esta ordem religiosa se instalou nesta época, como notou Catarina Marado (cf. *Patrimonio conventual y periferia: la salvaguardia de los antiguos espáacios conventuales del Algarve*, dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Sevilha ETSArquitectura, Sevilha, 2007, p. 256). Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, p. 186: “Chegado pois a Lisboa o sãto F. Zacharias, os moradores, q muito o desejavam, lhe fizeram

Fragoso para a implantação dos franciscanos, consiste no facto de estes terem instalado a sua sede junto à Ermida de Nossa Senhora dos Mártires¹²¹⁹. Em 1217, é provável que ainda existisse o cemitério que os cruzados ingleses tinham aí feito durante o cerco de Lisboa de 1147, sobre o qual há uma notícia documental feita pelo cruzado Raul¹²²⁰. Segundo Frei Manuel da Esperança, Afonso II terá participado activamente na construção das estruturas originais¹²²¹, sobre as quais nada sabemos, mas sobre as quais é plausível supor que fossem estruturas precárias e muito pouco sumptuosas, pois, tal como afirma Paulo Pereira, “*estas comunidades de frades mendicantes eram efectivamente pobres, sendo os seus edifícios de grande precariedade*”¹²²².

Em 1246 terá tido início a construção de “*hua igreja maior*”, cujo financiamento teve a participação do papado, o qual concedeu quarenta dias de isenção a quem ajudasse nesta construção¹²²³. Não temos conhecimento sobre as características arquitectónicas deste edifício, no entanto Frei Manuel da Esperança transcreveu uma inscrição, que estaria no século XVII localizada no claustro da igreja, numa peça de bronze, datada de 1272¹²²⁴. Segundo a transcrição de Frei Manuel da Esperança, a inscrição refere-se à sepultura de um João Moniz, clérigo e tesoureiro do rei, que “*fez este claustro, a capela e o capítulo*”¹²²⁵. A transcrição de Frei Manuel parece realmente ser plausível visto que encontrámos, na documentação de meados de trezentos, referências a um João Moniz tesoureiro do rei, testemunhando a doação de uma herdade em Paradela, em 1263¹²²⁶.

a vótade inclinada a solidão em a escolha do sitio. E foi este mesmo, onde agora estamos, despovoado nesse tempo, & apartado da cidade sobre hua eminencia, da banda do occidete, chamado Tem Fragoso, por rezão dos precepicios, q hoje ficão encobertos co as casas.”

¹²¹⁹ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, p. 186: “*Achamos aqui a venerada ermida de Nossa Senhora dos Martyres, junto da qual fizemos casa...*”

¹²²⁰ Referimo-nos à doação feita pelo cruzado Raul a Santa Cruz de Coimbra, em 1148 (ANTT, *Santa Cruz de Coimbra*, maço 3, nº 18), publicada e traduzida em: *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 202-205.

¹²²¹ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, p. 187: “*O mesmo rei que conçedeo a licença, inculcandonos o sittio, deu abudante ajuda pera correrem as obras... ...começarão os edificios todos co aquella estreiteza, & humildade, q então se usavão na nossa Religião...*”

¹²²² Cf. *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, dir. Paulo PEREIRA, Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 370.

¹²²³ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, p. 188.

¹²²⁴ Margarida Calado data esta inscrição de 1310, contudo essa é a data da “Era Cristã”, ou seja, do calendário Juliano, à qual é necessário retirar 38 anos para a compatibilizar com o calendário gregoriano (cf. Margarida CALADO, *O Convento de S. Francisco da Cidade, Biblioteca d’Artes*, nº 1, Lisboa, Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa, 2000, p. 13).

¹²²⁵ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, p. 188: “*Ad : honorem : Summi : Regis : & beatissime : eius : Matris : & beatoissimi : Nuncij : Gabrielis : Archangeli : Ioannes : Muniz : Clericus : & Thesaurarius : illustrissimi : Regis : Portug : fecit : hoc : clastrum : capellam : & capitulum : cuius : anima : requiescat : in : pace : E : M : CCC : X :*”

¹²²⁶ Cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 3, nº 56, de 22 de Abril de 1263, doação de uma herdade em Paradela, por Paio Afonso e sua mulher ao Mosteiro de Alcobaça.

É possível que a obra feita no claustro, capela e sala do capítulo, tenha sido realizada numa segunda fase da construção do conjunto igreja-convento, mas sem mais dados, podemos apenas supor essa hipótese. Apesar de não termos conhecimento desta primeira estrutura podemos supor que não seria muito diferente da estrutura de conventos franciscanos erguidos no mesmo período, como o Convento de S. Francisco de Santarém¹²²⁷, fundado por Sancho II em 1242, ou o Convento de S. Francisco de Portalegre¹²²⁸, provavelmente fundado em meados do século XIII, entre o reinado de D. Sancho II e o de D. Dinis. Tal como muitas outras igrejas mendicantes da época é muito possível que a igreja pertencente ao complexo conventual de S. Francisco tivesse originalmente três naves e um transepto com três ou cinco capelas na cabeceira¹²²⁹. Temos também conhecimento de que a igreja gótica teria a sua fachada virada a ocidente, porque, segundo Frei Manuel Esperança, D. Manuel terá invertido a posição da igreja quando empreendeu importantes obras de remodelação no séc. XVI¹²³⁰.

Relativamente ao espaço abrangido pela cerca conventual original, a cartografia pré-pombalina revela no topo do Monte Fragoso um amplo espaço ocupado pelo complexo conventual que era constituído por vários claustros e edifícios que o compunham (ver figura 87). A primeira planta conhecida de Lisboa (1650), da autoria de João Nunes Tinoco mostra-nos, no local do Convento de S. Francisco, uma área sem qualquer detalhe, agregando num amplo espaço, a igreja de S. Francisco, toda a conhecida área conventual, o Paço dos Duques de Bragança e também um quarteirão situado entre a Rua do Outeiro e a Rua da Cordoaria Nova (ver figura 86.). Este espaço seria com certeza exagerado para representar a propriedade dos franciscanos em 1650, mas talvez não o fosse tanto em meados do século XIII, pois é provável que quase toda esta área pertencesse nessa época aos franciscanos.

¹²²⁷ Sobre o Convento de S. Francisco de Santarém ver: Carlos Ferreira de ALMEIDA, Mário BARROCA, *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 48-49.

¹²²⁸ Sobre o Convento de S. Francisco de Portalegre ver: Nuno SENOS, "A igreja do convento de São Francisco de Portalegre: história de um edifício" in *A requalificação da igreja do Convento de São Francisco*, Publicações da Fundação Robinson, nº 10, Portalegre, Fundação Robinson, 2009, pp. 39-57.

¹²²⁹ Tal como sugerem Carlos Ferreira de Almeida e Mário Barroca para a generalidade dos conventos mendicantes (cf. *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002, pp. 46-47) e Margarida Calado especificamente para o Convento de S. Francisco de Lisboa (cf. *O Convento de S. Francisco da Cidade, Biblioteca d'Artes*, nº 1, Lisboa, Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa, 2000, p. 13)

¹²³⁰ Frei Manuel da ESPERANÇA, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, p. 192: "... [D. Manuel] no lugar da antiga fez a nova, virando só dos pés para a cabeça o corpo do edificio, de modo que tendo d'antes a porta de bãda do Occidente, hoje a tem, & serventia melhor a parte do Oriente".



Figura 86. São Francisco num excerto da Planta de João Nunes Tinoco (1650)

Partindo do princípio que os edifícios conventuais visíveis nas plantas pré-pombalinas (ver figura 87) foram erguidos numa área que estava na posse dos franciscanos desde o século XIII, e interpretando, à luz da planta de Tinoco, três informações fundamentais, concebemos a nossa proposta de traçado da cerca conventual original, tendo em conta que se trata apenas da aproximação possível, pois não há dados arqueológicos conhecidos sobre o seu traçado concreto. Observemos, através de um exercício regressivo estes três pontos cruciais. O primeiro consiste num emprazamento feito, em 1502, pelos franciscanos ao tabelião Afonso Eanes e a um outro Afonso Eanes piloto de um local onde se abriu então a Rua do Saco e as suas travessas¹²³¹. A segunda destas informações consiste numa

¹²³¹ Frei Manuel da Esperança relata do seguinte modo a fragmentação do espaço anteriormente abrangido pela cerca conventual (*Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, tomo I, Lisboa, na Oficina Craesbeckiana, 1656, pp. 186-187): “Toda a horta, chamada hoje do Duque, se dismembrou da nossa cerca nos annos de 1500 & 1502. à instancia do serenissimo Duque de Bragança, D. Jaimes, o qual o soube agradecer muito bem.

cedência de propriedades feita pelos franciscanos ao Duque de Bragança, D. Jaime, cerca de 1500, que terá incluído a chamada Horta do Duque, local já identificado por Augusto Vieira da Silva¹²³². Por último devemos considerar a urbanização da Vila Nova de Santa Catarina feita por D. João I e o concelho, a qual não foi, com certeza, como já se afirmou, a primeira “operação urbanística de larga escala”¹²³³ em Lisboa, pois um processo idêntico já havia acontecido nas Ruas Nova e da Ferraria em finais do século XIII, como tivemos oportunidade de observar anteriormente¹²³⁴. Segundo Hélder Carita, o processo de urbanização da Vila Nova de Santa Catarina decorreu durante as primeiras duas décadas do século XV, concentrando-se nos quarteirões definidos pelas Ruas da Cordoaria Velha, do Outeiro, da Ametade e da Figueira¹²³⁵. Na documentação existente no Arquivo Municipal de Lisboa, sobre este processo de urbanização não encontramos qualquer referência sobre propriedade pertencente aos franciscanos na referida urbanização¹²³⁶. Nesta documentação é possível observar que todo espaço

No dito ano de 1502 emprazarão os frades, sendo ainda Claustreaes, que o podião fazer, outro pedaço della a Afons'Eanes tabelião, & a outro Afonso Eannes piloto, pera nelle se fazer assi a rua do Sacco, como as suas travessas, mettendo por cõdição no cõtrato, que nas casas não averia janella, nem fresta da parte do nosso quinta, & horta. Cõdição tão mal guardada, q as molestias presentes nos diminuem o gosto da caridade passada. E com esta noticia se poderá desterrar o rumor falso, que diz que pera se estender a dita horta, tapamos, & cortamos a mesma rua do Sacco. O assento dos edificios, que cingem toda a nossa clausura por hua, & outra parte, como tambem d'algvas casas nas ruas da Figueira, & Ametade, retalhos forão cortados das mangas de São Francisco, que a todos agazalha.”

¹²³² O Manuscrito anónimo da Biblioteca Nacional intitulado *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, possivelmente seguindo a citada obra de Frei Manuel da Esperança (ver nota anterior), também refere a doação, que aqui surge quase como que imposta, do local do antigo adro da igreja ao Duque de Bragança, local que se transformaria na Horta do Duque (*História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 51. Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito nº 145, secção XIII: “...E bem mostraram eles a sua prudencia, modéstia, em escolher hum sitio tam solitário pera que nam houvesse quem se desacomodasse com nova fabrica, e por isso nam houve quem embargasse a liberalidade da doaçam do sitio que se fez com tanta larguesa aos novos hospedes, como se deyx a bem ver na que inda hoje ocupa a igreja e a fabrica do convento e cêrca, ainda que esta se vê hoje muyto diminuída pello gosto que aos religiosos, que inda eram chamados Claustreaes, significou o duque de Bragança Dom Jaymes, pedindo-lhe quisessem partir com elle de parte da ditta cerca, o que elesobrigados do respyto devido a tam grande principe e senhor fizeram, nam só sem mostras de repugnância mas com evidentes sinais de complacência que tinham de lhe dar gosto, concedendo.lhe aquella parte, que era a melhor que a cerca tinha e a mays convenientemente pera o Passo que era a morada da casa de Bragança. Teve efeyto esta doaçam nos principios do anno 1500. E o sitio do adro, soberbo com se ver já no dominio de tam grande senhor, pera de todo se esquecer dos pobres e humildes de quem tinha sido, se começou logo a nomear com o titulo que ainda hoje conserva, chamando-se Horta do Duque”). Esta informação não oferece certeza sobre a eventual posse franciscana, anterior ao século XVI, do local dos Paços do Duque de Bragança. Contudo esta referida doação de 1500 é a primeira vez que surgem documentados. Augusto Vieira da Silva propõe, sem base documental, que este paço seja o mesmo que D. Nuno Álvares Pereira tinha adquirido em 1385, herdado das propriedades do Conde de Andeiro, então morto. Não nos parece, no entanto, muito segura a relação proposta por Vieira da Silva, visto que o primeiro documento que refere sem ambiguidade um Paço dos Duques de Bragança no Monte Fragoso é exactamente esta doação de 1500. Cf. Augusto Vieira da SILVA, *Dispersos*, vol. III, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1960, p. 107-118.

¹²³³ Hélder CARITA, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna : 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, p. 39.

¹²³⁴ Sobre o processo de urbanização das Ruas Nova e da Ferraria ver: Parte III, Subcapítulo 5.5.2 - A Rua Nova e a Rua da Ferraria: exemplos de planeamento urbanístico medieval.

¹²³⁵ Hélder CARITA, *Lisboa manuelina...*, pp. 37-41.

¹²³⁶ AML, *Chancelaria Régia: Livro I de D. João I*, doc. 1, g, h, i; *Livro II de D. João I*, doc. 14; docs. 21, 23, 34. Todos estes documentos estão publicados em *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: Livros I e II de D. João I (1384-*

onde se irá erguer a Vila Nova em inícios do século XV pertence à Coroa, ao concelho ou ao Almirante do reino com quem o mestre de Avis negociava directamente a aquisição de uma parcela de terreno¹²³⁷. Se o local onde se abriram, no século XV, as Ruas do Outeiro, da Ametade e da Figueira esteve alguma vez na posse dos franciscanos, não encontramos qualquer evidência documental que o comprove. Deste modo, a aparentemente estranha forma atribuída por Tinoco em 1650 ao complexo conventual e à igreja de São Francisco pode realmente ter correspondido aproximadamente ao traçado de uma primeira cerca conventual dos franciscanos, a qual terá sofrido as referidas fragmentações no início do século XVI.



Figura 87 - Excerto de Planta anónima com a hipotética área abrangida pela cerca do convento de S. Francisco (Museu de Lisboa: MC DES.1407)

1433), *Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa*, nº1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2010, docs., 1 (g,h,i), 90, 97, 99, 110.

¹²³⁷ Uma carta régia de 10 de Novembro de 1410 dá-nos conta do negócio realizado entre a Coroa e o almirante Calrro Peçanha sobre um “*chãao que he a par da Porta de Santa Catalina pera se fazer em el casas*” cf. AML, *Chancelaria Régia: Livro II de D. João I*, doc. 23, publicado em *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: Livros I e II de D. João I (1384-1433)*, *Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa*, nº1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2010, doc. 99, p. 197.

O Convento de S. Francisco era, na Lisboa de trezentos, uma estrutura marcante na paisagem periurbana da cidade, surgindo no *Livro dos Bens Próprios* como um elemento de referência na localização da propriedade régia¹²³⁸. No entanto, são escassíssimas as referências documentais ao convento dos franciscanos até ao final do reinado de D. Dinis, tornando-se impossível reconstituir a morfologia do convento e da sua envolvente¹²³⁹. Observa-se que, até ao reinado de D. Dinis, a zona de influência do convento franciscano se manteve realmente dissociada da malha urbana da cidade, provavelmente desenvolvendo-se ao longo do século XIII, e dos séculos seguintes, um núcleo urbano dentro do amplo espaço delimitado pela cerca conventual. É possível que a própria cerca conventual se tenha tornado um elemento descontinuador da relação urbana entre a cidade e convento, contribuindo para que a “cidade de São Francisco” fosse crescendo à margem da própria cidade de Lisboa¹²⁴⁰.

8.2 O CONVENTO DA TRINDADE

Em 1218, os trinitários instalam-se na Ermida de S. Catarina, um pequeno templo, cuja data de fundação se desconhece, sabendo-se apenas que provavelmente o seu local coincidiria com o fundo do Pátio da actual Cervejaria Trindade, tal como refere Gustavo Matos Sequeira, o olisipógrafo que estudou esta parte da cidade¹²⁴¹. A ligação entre a conquista de Alcácer do Sal, em Outubro do ano anterior, e o momento da instalação dos trinitários em Lisboa foi sendo feita ao longo dos séculos com a colaboração activa de todos os cronistas da ordem, todavia não há documentação coeva que nos informe sobre o modo como decorreu o processo de instalação dos trinitários em Lisboa¹²⁴². Segundo a

¹²³⁸ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 18v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 351-352: “*Item habet domnus rex in solio de super galeis contra monasterium Santy Franciscy viii sobratos et viii sotanos líberos pro ad se*”.

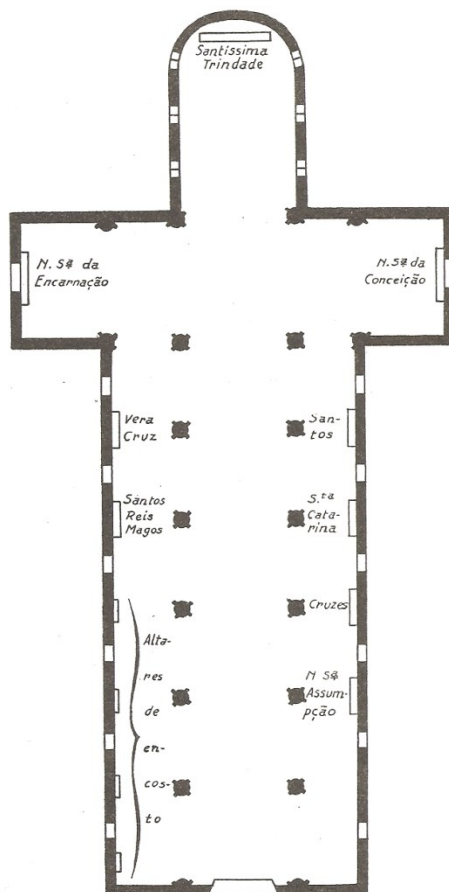
¹²³⁹ Além da referência feita no *Livro dos Bens Próprios*, a única outra referência documental que encontramos é uma carta de partilhas feita em 16 de Maio de 1284, em que Urraca Pais minorissa da Ordem de Santa Clara do mosteiro de Santarém faz partilhas com Rodrigo Pais seu irmão, sua mulher, Sancha Martins, Vasco Lourenço e sua mulher Maria Pais, nas quais se referem: “*domibus qui sunt sub beato Francisco in Civitate Ulixbone...*” (cf. ANTT, *Mosteiro de Santa Clara de Santarém*, Maço 12, nº 866).

¹²⁴⁰ Júlio de Castilho, sem mencionar a fonte, atribui ao Marquês de Pombal a designação de “cidade de São Francisco” para o Convento e toda a sua área de influência (cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*, Segunda Parte. *Bairros Orientais*, vol. 8, 2ª edição Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1937, p. 167).

¹²⁴¹ Cf. Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 335.

¹²⁴² O próprio Matos Sequeira não deixou de fazer uma narrativa romanceada de todo o processo de instalação dos trinitários na Pedreira, com base nas fontes narrativas, de entre as quais se destaca a obra de Frei Jerónimo de São José, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santissima Trindade*, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789-1794 (Cf. Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, pp. 5 e seguintes). Uma recente bibliografia sobre os trinitários na Península Ibérica pode ser

tradição, Afonso II terá doado aos trinitários a Ermida de Santa Catarina, que seria de padroado régio, como recompensa do seu papel milagroso na tomada de Alcácer¹²⁴³. O local onde se instalaram, que no caso dos trinitários, se a tradição estiver correta, parece ter sido escolhido pelo monarca, situava-se fora dos limites da cidade, junto de uma das principais vias de acesso à urbe, um pouco a norte do espaço onde os franciscanos se tinham implantado no ano anterior. A documentação medieval designa este local como Pedreira, sem contudo haver qualquer estrutura desse género documentada no local¹²⁴⁴.



PLANTA BAIXA DA PRIMEIRA IGREJA DA TRINDADE.
FUNDADA PELA RAINHA SANTA ISABEL.
(Desenho de Rocha Vieira).

Figura 88. Planta Baixa da Primeira Igreja da Trindade (segundo Matos Sequeira)¹²⁴⁵

encontrada do seguinte artigo: Eduardo ROMO, “Trinitarios entre Portugal y España: Textos e Contextos”, feito no âmbito do Projecto “*Arcadia Babilónica: usos del castellano, competencias plurilingües y cambio de paradigmas identitarios en las academias portuguesas del Antiguo Régimen*” disponível on-line, em 9 de Abril de 2016 em: <http://www.lusoesp.com/aulabinigue/aulaaeduardo.pdf>

¹²⁴³ O episódio é descrito por Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade*, vol. 1, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789, p. 173.

¹²⁴⁴ Sobre o local da Pedreira ver: Capítulo 7: A Pedreira - crescimento urbano nos limites do Arrabalde Ocidental.

¹²⁴⁵ Planta publicada em: Gustavo Matos SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade...*, vol. I, p. 124.

O nosso desconhecimento sobre as primeiras estruturas onde se instalaram os trinitários é praticamente total, o que nos leva a repetir o que referimos sobre as primeiras estruturas que albergaram os franciscanos, supondo que fossem precárias e muito humildes. A ausência de qualquer propriedade pertencente quer aos franciscanos, quer aos trinitários na inquirição de 1220 reforça a ideia de que, numa primeira fase, estas duas ordens mendicantes eram realmente despojadas de bens¹²⁴⁶. Situação que se alteraria no final do século XIII, pois, segundo a tradição, entre 1289 e 1325, o convento e a igreja da Trindade foram construídos, sob a supervisão de Frei Estevão Soeiro, confessor da Rainha Isabel, conselheiro de D. Dinis, catedrático dos estudos de Lisboa e primeiro mestre da ordem de Cristo, com o investimento financeiro da Rainha Santa Isabel, esposa de D. Dinis¹²⁴⁷. O referido olisipógrafo apresenta uma planta com a reconstituição desta igreja, feita a partir das medidas apresentadas por Frei Jerónimo de S. José¹²⁴⁸, onde se pode observar uma regular igreja gótica de três naves¹²⁴⁹.

Doações de um mercador de Lisboa, Francisco Domingues e sua mulher Constança Esteves, respectivamente, em 1362¹²⁵⁰ e 1363¹²⁵¹, parecem indicar que os trinitários não tiveram, no momento da sua chegada, acesso a uma parcela territorial tão vasta como tinham tido os franciscanos no ano anterior, pois estas propriedades situavam-se, segundo apurou Matos Sequeira, junto dos edifícios conventuais¹²⁵². Provavelmente, os trinitários aumentaram gradualmente a sua zona de influência ao longo do tempo, num processo inverso ao que ocorreu em S. Francisco. A falta de dados, na escassa documentação conhecida, sobre os edifícios conventuais, e também sobre a hipotética cerca conventual que encerrava a igreja e o Convento dos trinos não nos permite uma reconstituição segura desta área.

¹²⁴⁶ ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18, publicada em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropriedades.)

¹²⁴⁷ Tal como se pode observar no epitáfio de Frei Estevão Soeiro citado por Frei Jerónimo de S. José: “*Hic Jacet magnus vir Fr. Stephanus de Santarem, / Homo Dei perfectus, & Sanctus; / fuit Magister Theologus, fuit Praedicator, & Confessarius / nostrae Reginae Elizabeth. Fuit Primus Magister, Legislatur, & documentarius / Ordinis Christi; per Regem nostrum Dyonisium; / fuit minister hujus Conventus S. Trinitaris, cujus / Aedificium perfecit ex-mandato, & infirmorum; / Fecit sacellum peregrinorum; / Redemit sexcentus captivos, per octo Redempciones generales / A mauris, & Turcis; / Fecit bona omnibus diebus vitae suae, & post octoginta sex anos / Translata est in coelum anima ejus / Corpus hic requiescit, Decimo Kal Octobris. Era MCCCCLIX.*” (seguimos a transcrição de Gustavo Matos SEQUEIRA: *O Carmo e a Trindade: Subsídios para a História de Lisboa*, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939, p. 14).

¹²⁴⁸ Frei Jerónimo de SÃO JOSÉ, *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade*, vol. 1, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789, pp. 176-177.

¹²⁴⁹ Cf. Gustavo Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade...*, vol. I, pp. 51, 124.

¹²⁵⁰ Em troca de cinco missas anuais por sua alma, Francisco Domingues doou ao Convento da Trindade uma herdade contígua ao Convento composta por doze pés de oliveira (Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade*, Maço 2, doc. 77, em 1362).

¹²⁵¹ Constança Esteves, viúva de Francisco Domingues legou aos trinitários “um olival com seu campo”, em troca de uma missa por sua alma. (Cf. ANTT, *Convento da Santíssima Trindade*, Maço 2, doc. 78, em 1363).

¹²⁵² Cf. Gustavo Matos SEQUEIRA: *O Carmo e a Trindade...*, vol. I, p. 57.

Podemos apenas assinalar aproximadamente a dimensão da propriedade dos trinitários antes das doações do mercador Francisco Domingues, em 1362 e da sua mulher, no ano seguinte (ver figura 85).

A expansão máxima da posse territorial contígua à sede dos trinitários parece ter ocorrido no final do reinado de D. Dinis, quando os frades entram em contenda com o Almirante Manuel Pessanha, sobre uma parte do “Campo da Pedreira”¹²⁵³. Esta contenda revela uma estratégia de ocupação territorial por parte dos frades trinitários através do enterramento de mortos. Contudo o monarca não foi flexível, apesar de o próprio Almirante Pessanha o ter sido, pois, mesmo depois de o genovês ter resolvido ceder o campo aos trinitários, o rei ordenou que fossem colocados marcos que dividissem as propriedades do Almirante das do Convento da Trindade. Quer isto dizer que até à ordem de D. Dinis os limites do convento não eram claros. Levantam-se sobre esta questão duas hipóteses. Talvez o convento dos trinitários não tivesse ainda nesta época uma cerca conventual que delimitasse o território que estava sob a sua influência. Recorde-se que as obras para a construção da igreja e do convento só terminaram em 1325, se assim foi, talvez não estivesse ainda totalmente construída a cerca conventual em 1320. Também é possível que, em 1320, os trinitários tivessem já extrapolado os limites de uma hipotética cerca conventual original e procuravam manter ou até alargar a sua zona de influência penetrando no espaço que D. Dinis tinha doado ao Almirante Peçanha em 1317, na Pedreira¹²⁵⁴. A acção dos trinitários, sepultando mortos no campo da Pedreira, três anos após a doação régia ao Almirante, pode ser exactamente uma reacção a esta doação, mas a qual, como vimos não foi bem sucedida.

Tal como o convento franciscano o Convento da Trindade manteve-se fora do perímetro urbano até ao final do século XIV, isolado quer pelo seu olival, como pelas propriedades pertencentes ao

¹²⁵³ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, Livro 4, fl. 86, de 25 de Setembro de 1320: “*Dom Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarve a vos alcayde e alvaziis de Lixboa saúde Sabede que miçer Manuel meu almirante xemi querelou q os frades da Trindade lhy tomam o sseu Campo da pedreira qlheu dei. Soterrando hy os homens pa lho alhearem e fazerem perder o sseu dereito. E eu mandey hy pa partir esto. E que assinaassem algum logar certo para o mosteiro e que di adeante non tendesse os frades mays pelo campo de miçer Manuel E aqueles que eu hy mandei partirom essa contenda e derom medida certa pu fosse do mosteiro. E tomarom hy peça do Campo de miçer Manuel asi come conteúdo em huum stromento quos el mostrara feito p Tabaliom de como entom ficou partido. Agora o dito almirante diz qsse trabalhom ainda esses frades develhy meter pelo seu Campo e soterrar hy os mortos. E esto non tenho eu por bem. Por que vos mando que vaades hy e veede esse stromento e que he contehudo como aqueles que eu hy mandei ... esa contenda e fazedeo assi mantee e agradar E deffendede da mha parte a esses frades que lho non passem nem lho consentades vos que o passem nem que soterrem os mortos no campo de miçer Manuel e poede pi boas divisões e marcos pu deve seer partido o sseu do mosteiro E aguisa que non aia hy depois contenda.*”

¹²⁵⁴ Cf. A doação da Pedreira por D. Dinis ao Almirante Miçer Manuel Pessanha de Génova e aos seus sucessores, em 1 de Fevereiro de 1317 (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, liv. 3, fls. 108 a 109).

almirante do reino, cargo cujo contrato inicial, realizado por D. Dinis em 1317, referia a doação régia das “casas e o terreno da pedreira”¹²⁵⁵.

8.3 S. DOMINGOS – UM CONVENTO NO VALE DA BAIXA

O Convento de S. Domingos foi fundado na década de quarenta do séc. XIII por Sancho II ou por Afonso III. Frei Luís de Sousa, o cronista-mor da Ordem atribuiu a sua fundação a Sancho II, mas outros autores, tanto no séc. XVII como no XX, preferem atribuir esta fundação a Afonso III¹²⁵⁶. Seja como for, é certo que nos anos finais da década de quarenta o Convento estaria ainda em construção, sendo plausível, quanto a nós, que a sua construção se tivesse iniciado no reinado de Sancho II e terminado apenas no de Afonso III, o que explicaria tanto os documentos aduzidos por Frei Luís de Sousa, supostamente produzidos nos anos iniciais dessa década, como a epígrafe que indica uma data mais tardia.

A posição urbana escolhida pelos frades pregadores para a implantação da sua sede em Lisboa segue o modelo regular do estabelecimento das ordens mendicantes nas cidades europeias no séc. XIII, ou seja, junto de uma via relevante, na periferia da cidade, preferindo a parte Baixa da cidade e

¹²⁵⁵ Doação da Pedreira por D. Dinis a Miçer Manuel Peçagno e seus sucessores, cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis*, livro 3, fls. 108 a 109, de 1 de Fevereiro de 1317.

¹²⁵⁶ Frei Luís de Sousa suporta a sua argumentação num documento que transcreve e traduz na íntegra. Este documento consiste numa carta de autorização por parte do Cabido da Sé de Lisboa para os dominicanos construírem o seu convento, datada de 1241, onde está inserta uma outra certidão onde se confirma que a construção do templo decorria no ano seguinte: “*Capitulum Ulisbonense damvs licentiam Fratribus Praedicatoribus construendi Monasterium apud Ulisbonam... ..in praedicto loco primarium lapidem imposuimus ad Monasterium Fratrum dicti Ordinis construendum.*” Cf. Frei Luís de SOUSA, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. 1, 3ª ed. Lisboa, Typographia do Panorama, Lisboa, 1866, p. 362. É o próprio Frei Luís de Sousa que refere uma epígrafe que existiria no acesso da igreja para o claustro, numa Porta das Graças, que atribuíra a fundação do templo a Afonso III. Com base nesta inscrição, já no séc. XVII, alguns autores afirmavam que teria sido o bolonhês o fundador da igreja e convento dos dominicanos em Lisboa, tal como refere Frei Luís de Sousa: “...*não faltão escritores, que queirão dar esta fundação a seu irmão, e successor no Reino o Conde de Bolonha, que foi dom Afonso III, dos Reis d'este nome. A rezão que tiveram huns foi tirada da pedra, que hoje vemos sobre a porta das graças do mesmo Convento...*” cf. *Ibidem* p. 361. Em 1967, Fortunato de Almeida é algo dúbio na sua entrada sobre a Ordem de S. Domingos, pois afirma que “*pertenceu a D. Sancho II a iniciativa da fundação do convento de S. Domingos em Lisboa. Começou a obra em 1242... ..foi El-Rei D. Afonso III quem começou em 1249 a construção da igreja do mesmo convento, a qual só dez anos depois foi concluída*” (cf. Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, p. 141). Em 1971, Manuel Lourinho argumentava que teria sido Afonso III o fundador do Convento de S. Domingos em Lisboa, com base na já referida inscrição da Porta das Graças, argumentando que os documentos aduzidos por Frei Luís de Sousa poderiam ser falsos, e que as boas relações entre Sancho II e os dominicanos seriam duvidosas, pois “foram eles que juntamente com vários elementos da Igreja, promoveram a deposição de D. Sancho II...” (cf. Manuel LOURINHO, “A Igreja e o Convento de S. Domingos de Lisboa”, *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, nº 133, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1971, p. 120). Note-se no entanto que o mais recente biógrafo de Sancho II considera que “desde os anos 30 que vinha sendo notório o favor concedido por Sancho aos seguidores de São Domingos...” (cf. Hermenegildo FERNANDES, *Sancho II: Tragédia*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2006, p. 22). Leontina Ventura não hesita em considerar Afonso III como o fundador de São Domingos de Lisboa (Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, p. 234).

aproveitando pequenos templos pré-existent¹²⁵⁷. Importa considerar que, quando os pregadores chegam a Lisboa em meados do século XIII, já vários conventos cercavam parcialmente a cidade, e por isso, os frades não dispunham de muitas hipóteses na escolha de local para a sua sede, ao contrário dos Agostinhos de S. Vicente que tinham chegado no século XII, ou mesmo dos franciscanos e trinitários que se implantaram na cidade na segunda década do século XIII. Deste modo, a compreensão da geografia conventual da Lisboa de meados de duzentos ajuda a explicar porque os dominicanos se instalaram num local com problemas de cheias, amplamente reportadas pelo cronista-mor da Ordem¹²⁵⁸.

Segundo Frei Luís de Sousa, Afonso III terá feito as primeiras doações que constituíram o núcleo original das propriedades de S. Domingos ao redor do Convento¹²⁵⁹. Apesar de se terem perdido os registos escritos das doações originais, pois não encontrámos qualquer traço destes nos fundos documentais das chancelarias régias nem nas gavetas da Torre do Tombo, a descrição feita pelo cronista-mor dos dominicanos em conjugação com um documento da chancelaria de D. Manuel¹²⁶⁰, permite-nos desenhar o espaço abrangido numa reconstituição hipotética do que seria a área de influência do Convento de S. Domingos (ver figuras 85 e 89). Note-se que não se afirma aqui que esta vasta área estaria abrangida por uma cerca conventual, pois o cronista refere que o muro erguido em torno das propriedades dos frades pregadores foi erguido posteriormente.

¹²⁵⁷ Cf. Jacques Le GOFF, “Ordres mendiants et urbanisation dans la France Médiévale: état de l'enquête”, *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, nº4, 1970, pp. 924-946; Catarina MARADO, “Sharing the City: The establishment of mendicant Houses in Medieval Portuguese Towns”, *Journal of Medieval Monastic Studies*, vol 4., Brepols, 2015, pp. 47-76. Veja-se também a posição urbana do Convento da Graça que se implantou no Arrabalde Oriental de Lisboa, nos séculos XIII, (sobre esta questão ver: Parte IV, Subcapítulo 4.2 - Nossa Senhora da Graça: no último limite). Note-se que os dominicanos se implantaram junto da Ermida de Nossa Senhora da Escada, que ficava imediatamente a norte da igreja do Convento.

¹²⁵⁸ Cf. Frei Luís de SOUSA, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. 1, 3ª ed. Lisboa, Typographia do Panorama, Lisboa, 1866, p. 367: “Era a causa, que nos primeiros anos antes de haver edificios a roda, todas as agoas, que corrião do monte, e campo de Santa Anna, e do grande valle, que ainda hoje se chama da Mouraria, vinhão demandar os muros da Igreja, e Convento, como a huma barreira: e tanto que as invernadas passavão do termo ordinário, o que muitas vezes acontecia, fazião n'elle grandes danos: principalmente succedendo descer a força das agoas da terra em conjunção de alguns estos maiores do mar, porque então não só ficava impedida a «vazante ás da terra, mas ajudavão-se suas enchentes com o crescimento do mar, e do Rio que também sahia de madre: e toda esta fúria vinha a cair, e quebrar sobre o Convento”.

¹²⁵⁹ Cf. *Ibidem*: “...huma doação, que el Rei dom Afonso lhes fez depois da Igreja levantada, dos chãos, e terras, que cercavão o Convento, começando das que se estendião, até onde agora he a porta de Santo Antão: por onde corria a estrada, que chamavão a Corredoura : e voltando sobre a mão direita assi como agora sobe o muro até o postigo de Santa Anna, e descendo com elle até o baixo, onde são os canos da Mouraria : e d'alli correndo pêra a Igreja de S. Matheus, por onde hia outra estrada, e dando volta polo que agora he a rua da Betesga, ficando dentro d'esse circuito, e como em Ilha a Ermida de São Matheus com as casas do Convento de Monsanto, e tudo o que toma o hospital del Rei, até tornar ajuntar com o Convento. N'aquelle tempo erão terras devolutas de que o povo se servia sem haver dono particular d'ellas, em telhaes, e fornos de tijolo por huma parte, e por outra em sementeiras de ferregeais, e hortaliças. O muro, que hoje as cinge, se lançou longos anos depois, como a cidade foi em crescimento.”

¹²⁶⁰ O documento refere-se a um escambo realizado entre D. Manuel e o Convento de S. Domingos, em que o último entrega ao monarca, para ser integrado no Hospital de Todos-os-Santos, uma horta, um celeiro e respectivo campo de pasto (cf. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 4, fl. 35).

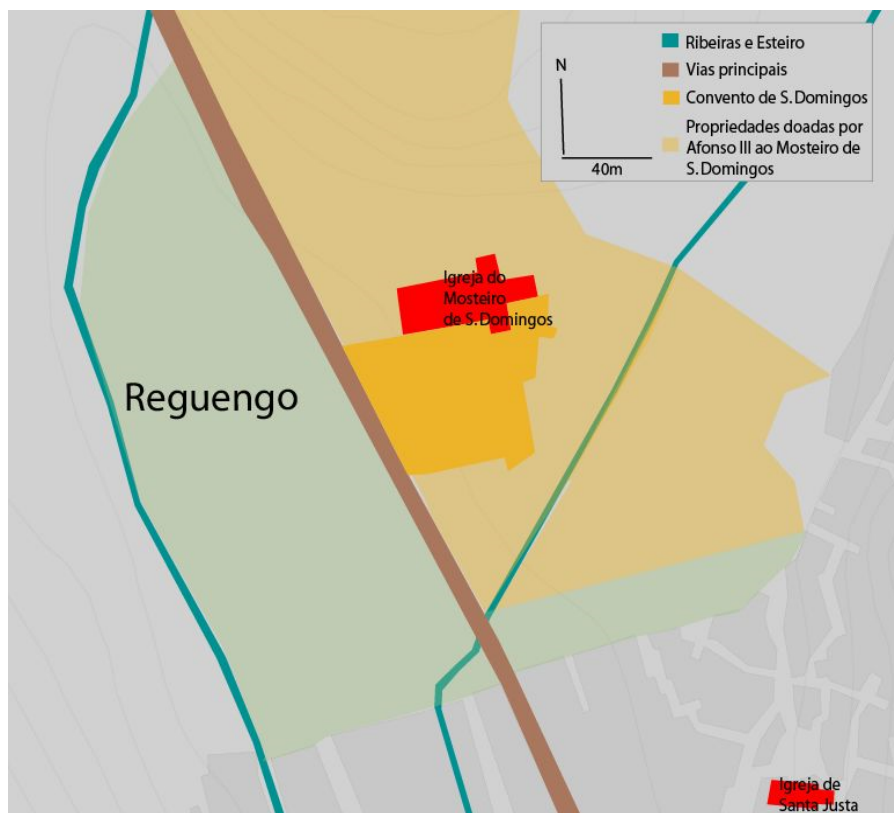


Figura 89. São Domingos e envolvente c. 1250

Anteriormente, foi já referido que os dominicanos se implantaram numa zona que se inseria, em época de domínio islâmico, no perímetro urbano do Arrabalde Ocidental, mas que, em meados do século XIII já não se encontrava nessa situação devido à regressão urbana que aí ocorreu¹²⁶¹. Foi também mencionada a existência de um reguengo junto do Convento, a partir do qual terão sido desmembradas as propriedades que Afonso III terá doado aos dominicanos. O local onde se implantaram os frades pregadores era uma zona onde a propriedade régia tinha um peso muito significativo, e que foi sendo privatizada através de doações, entre as quais se destacam as realizadas pelo bolonhês para a implantação do Convento de S. Domingos.

A posição urbana da sede dos dominicanos manteve-se na periferia da cidade até à inclusão do Convento e de boa parte das suas hortas no interior da Cerca Fernandina em 1373, e mesmo assim, toda esta zona só iria ser envolvida pela malha urbana da cidade apenas no século XVI, como já foi referido. A relevância do complexo de S. Domingos, que incluía a igreja, o convento e as vastas propriedades em redor deve ser observada em conjunto com a relevância social que esta ordem monástica tem desde

¹²⁶¹ Sobre este assunto ver: Parte III, Capítulo 3: Regressão urbana no Arrabalde Ocidental.

muito cedo. Neste sentido é importante lembrar que Afonso III é primeiro sepultado no Convento de S. Domingos de Lisboa, e só apenas uma década depois é trasladado para o Convento de Alcobaça¹²⁶². Também as elites lisboetas escolheram S. Domingos como panteão, sobressaindo o caso dos Palhavã que no século XIV escolheram a igreja dos pregadores para seu panteão familiar¹²⁶³.

Importa ainda referir que à frente da fachada ocidental da igreja de S. Domingos irá surgir, já fora dos limites cronológicos a que nos propusemos, um dos principais espaços de comércio e sociabilidade da cidade: o Rossio. Este facto não terá sido uma mera coincidência, pois a implantação de conventos dominicanos em relação directa com rossios ou praças era uma realidade no século XIII, nomeadamente, nas cidades da Península Itálica, como Parma e Florença¹²⁶⁴.

Sintetizando, durante a primeira metade do século XIII instalaram-se no Arrabalde Ocidental três instituições monásticas que iriam marcar indelevelmente a forma urbana desta parte da cidade, funcionando, por um lado, como pólos de atracção urbana nos limites da cidade, e por outro lado, mantendo as propriedades rurais que administravam. Estas propriedades, situadas em áreas contíguas aos espaços conventuais, foram urbanizadas em larga escala apenas no século XVI, tanto no caso de S. Francisco, com a abertura da rua do Saco e das suas travessas e também com a cedência da Horta do Duque à Casa de Bragança, como no caso de S. Domingos com a cedência de propriedades para a construção do Hospital de Todos-os-Santos.

¹²⁶² Cf. Leontina VENTURA, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009, p. 192.

¹²⁶³ Sobre este assunto ver: José NETO, Hugo SILVA e Luís GONÇALVES, “Os túmulos medievais da Igreja de São Domingos (Lisboa) – Contributo para a História da Arte Medieval Portuguesa”, *Olisipo*, IIª série, nº 8, Lisboa, Grupo de Amigos de Lisboa, 1999, pp. 21-27.

¹²⁶⁴ Tal como afirma Caroline Bruzelius em: “Friars in the Medieval City: Preaching, Building and Burying” in *Cescontexto*, nº 6, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2014, p. 14: “*In 1233, for example, the citizens of Parma created a plaza for the Dominicans, a gesture repeated in many cities, most notably at Sta. Maria Novella in Florence, where two piazzas were created, one in 1244 and one in 1287*”.

CAPÍTULO 9: O ARRABALDE OCIDENTAL EM SÍNTESE

Nesta parte do nosso estudo concentrámos a atenção na evolução urbana do Arrabalde Ocidental. Entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis, esta parte da cidade conheceu transformações muito significativas na sua forma urbana que tentámos aqui compreender. Após delimitarmos aproximadamente este espaço, observámos como a orografia do vale da Baixa seria diferente da actual, com pendentes de inclinação nos dois limites do vale que se atenuaram substancialmente devido às várias alterações causadas quer pelo homem quer pelos desastres naturais. Notámos como um esteiro do rio Tejo, alimentado pelas duas ribeiras, de Valverde e de Arroios, marcava profundamente a orografia e a forma urbana deste arrabalde até ao terramoto de 1755. Do mesmo modo, foi também assinalada a presença das grandes estruturas públicas romanas que imprimiram traços de grande duração na imagem urbana do Arrabalde Ocidental, sobressaindo a norte o circo, espaço que em época medieval pertencia à Coroa, situando-se nesse local um reguengo, e a sul, o criptopórtico, estrutura que em época medieval sustentava uma malha urbana provavelmente densa, e que sustenta ainda, na actualidade, alguns edifícios da Baixa Pombalina. Referimos uma muito relevante permanência na orientação do urbanismo deste arrabalde, que é identificável na escavação do NARC, e que em conjunto com outros pontos arqueológicos, como a Praça da Figueira permitiu observar uma relevante continuidade na orientação do sistema viário da cidade desde época romana até à época medieval. Ainda no capítulo inicial considerámos o abandono de grande parte do Arrabalde Ocidental entre o séc. VI e a época de domínio islâmico, um factor que se observa na diminuição drástica de vestígios arqueológicos durante esse autêntico hiato temporal.

Acompanhando a tendência geral das cidades da Península Ibérica, durante a época de domínio político islâmico, a ocupação urbana do Arrabalde Ocidental intensifica-se, aumentando substancialmente os dados arqueológicos desse período, o que possibilita a elaboração de uma proposta sobre evolução da forma urbana. Nos finais do séc. IX ou nos inícios do século seguinte, iniciou-se um processo de crescimento urbano do arrabalde que se reflectiu, tanto no aumento da densidade urbana, como no incremento dos limites urbanos. Relativamente à dimensão da área urbana em finais do domínio islâmico, importa considerar que as evidências arqueológicas indicam um grande espaço urbanizado que se estendia entre a cerca velha a oriente, a sul o Tejo, a norte, pelo menos até à actual Praça da Figueira e a ocidente ultrapassaria mesmo a margem ocidental do esteiro. A configuração destes limites urbanos máximos revela um arrabalde com 16,7 hectares de área urbana, no período imediatamente anterior à conquista de 1147.

No interior do Arrabalde Ocidental existia, muito provavelmente desde época islâmica, uma judiaria, ou seja, um bairro onde habitava uma comunidade judaica de livre vontade e não propriamente devido a uma segregação imposta a esta comunidade. Nas cidades medievais muçulmanas era frequente existirem agrupamentos de diversos grupos étnico-religiosos em bairros específicos, situação que se manteve durante os primeiros reinados dos monarcas portugueses. A criação de um espaço deliberadamente segregante apenas ocorre durante os séculos XIV e XV, portanto num momento já fora dos limites cronológicos deste estudo. Durante o reinado de Afonso III, existia, pelo menos, uma porta na Judiaria Grande de Lisboa, no entanto não é possível afirmar se esta porta, e outras que existiriam nessa época, seriam uma herança da judiaria de época muçulmana ou já uma criação posterior. Provavelmente a Judiaria Grande não possuía um muro que a isolasse, pois seriam as próprias propriedades que delimitariam o bairro. Observámos como a comunidade judaica de Lisboa estaria profundamente islamizada, facto que se reflecte na antroponímia de alguns judeus, patente na documentação da época. Esta judiaria, a mais antiga da cidade caracterizava-se, muito provavelmente, por um urbanismo mediterrânico/islâmico dominado por casas estruturadas em redor de um pátio central, o que terá marcado a forma urbana deste bairro, nomeadamente através da criação dos necessários adarves que possibilitavam o acesso a estas casas, factor que ainda se observa na cartografia pré-pombalina. Este “sabor mediterrânico” ter-se-á mantido até ao terramoto de 1755, mas nessa altura apenas fossilizado no sistema viário, pois o modelo habitacional mediterrânico terá desaparecido no final do século XV, quando a comunidade é forçada a abandonar este bairro. A posição urbana da judiaria de Lisboa era bastante privilegiada, situada numa posição nuclear, junto à principal via comercial da cidade, a Rua da Correaria, numa primeira fase, e junto da Ribeira, numa segunda fase, pois como veremos o centro comercial da cidade sofre uma alteração na sua posição durante os reinados de Afonso III e D. Dinis. É precisamente no reinado deste último monarca que se implanta, sob a direcção da Coroa, a Judiaria Nova, junto das Tercenas régias, no extremo ocidental da Ribeira. Esta judiaria tinha uma forma urbana totalmente diferente da Judiaria Grande, pois esta foi erguida inserida no plano de urbanização que acompanhou a construção da muralha da Ribeira que alterou profundamente toda a margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental. Deste modo, a Judiaria Nova caracterizava-se por um urbanismo regular, dispondo-se os lotes ao longo de uma rua, à semelhança do que ocorria na contemporânea fachada sul da Rua Nova e na Rua da Ferraria, mas com uma configuração diferente pois aqui as fachadas frontais estavam viradas para a muralha, resultando um núcleo urbano fechado entre a muralha e os edifícios. A génese das duas judiarias explica a suas grandes diferenças na forma urbana, sendo uma, a Judiaria Velha ou Grande, resultado de um

crescimento orgânico, desenvolvido ao longo dos tempos, concebido em vários momentos por vários responsáveis, e tendo como unidade a casa de pátio central, e a outra, fruto de um momento único, em que foi concebido sob a supervisão da Coroa, um plano urbanístico preciso, onde os lotes com um comprimento maior do que a largura se impõem na totalidade do urbanismo.

No capítulo sobre a regressão urbana do Arrabalde Ocidental focámos a nossa atenção no momento de transição entre o domínio político muçulmano e o cristão, e em alguns pontos-chave nos limites deste arrabalde, onde é possível observar um significativo abandono das propriedades urbanas. Neste sentido, constatámos a existência e posterior abandono do Bairro islâmico da Praça da Figueira, o qual se irá inserir nas Hortas de S. Domingos e que só regressará à esfera urbana, acompanhando a edificação do Hospital de Todos os Santos, no final do século XV. Notámos também como a escavação arqueológica realizada no Hotel de Santa Justa forneceu dados semelhantes, ou seja, atestando um largo período de abandono entre os meados do século XII e o século XV. Um outro ponto fulcral para entendermos este fenómeno de regressão urbana após a alteração de poder em 1147 é o quarteirão situado entre as actuais Rua do Ouro, Rua do Crucifixo e Rua da Assunção, local onde foi realizada uma escavação arqueológica em 2002, cujos resultados são ainda mal conhecidos. Ainda assim, foi possível perceber que este espaço, ocupado com estruturas mal definidas em finais da época de domínio muçulmano, só voltou a ser verdadeiramente reocupado no século XIV.

Em sentido contrário, observámos o caso da paróquia de S. Lourenço, situada a uma cota mais alta, onde a igreja foi erguida de origem num local onde antes existiam apenas várias estruturas de armazenamento ou despejo. Para tentar explicar esta aparente contradição entre a regressão urbana e a implantação de um templo no local anteriormente não urbanizado, apontámos, para este caso, uma possível relação com as necessidades defensivas que prevaleceriam em finais do século XII ou inícios do XIII, período em que o primeiro templo terá sido erguido. Seja como for, a visibilidade urbanística desta paróquia na documentação revelou-se muito reduzida face a outras paróquias do mesmo arrabalde, o que parece indicar uma fraca densidade urbana no extremo nordeste do Arrabalde Ocidental.

No capítulo seguinte centrámos a nossa análise na criação e administração de um novo pólo comercial e político, um processo que decorreu durante os reinados de Afonso III e D. Dinis. Em primeiro lugar elaborámos uma proposta para a localização de um *suq* do arrabalde, uma realidade comum em outras cidades do al-Andalus ou do Magreb (Almeria, Tunes, Córdova). Em segundo lugar, sublinhamos o modo como os primeiros monarcas portugueses rentabilizavam a sua propriedade urbana, integrando as tendas régias na gestão dos seus interesses urbanos. Em terceiro lugar

descrevemos a deslocalização do centro económico da cidade, que se situava na rua da Correaria, a principal via do Arrabalde Ocidental, para junto da Ribeira, nomeadamente para o quarteirão das Fangas e Carniçarias, um processo que terá sido realizado sob a determinação de Afonso III, com largos benefícios para as finanças da Coroa. Este quarteirão foi destacado pela sua forma urbana regular, original no conjunto urbanístico do Arrabalde Ocidental, o qual se caracterizava por um urbanismo orgânico, factor que reforça a proposta de que esta parte da cidade sofreu uma remodelação urbana durante o reinado do Bolonhês, pois são vários os exemplos de urbanismo regular com mão deste rei em várias cidades e povoados do reino. Observámos o modo como este processo de deslocação do centro económico e comercial da cidade implicou a execução de uma vasta operação de aquisição régia de tendas no local do anterior centro comercial, a Rua da Correaria.

Durante o reinado de D. Dinis decorreu uma reestruturação urbana na Ribeira que iria marcar indelevelmente a forma da cidade. O Lavrador irá prosseguir a política urbana do seu pai, implantando estruturas urbanas pertencentes à Coroa junto à margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental. A muralha da Ribeira, erguida segundo um acordo em que o concelho disponibilizava o solo para a Coroa erguer a estrutura defensiva, terá sido construída não só com uma funcionalidade defensiva mas sobretudo para permitir a edificação de duas ruas que rapidamente se constituíram como eixos fundamentais da vida económica e social da cidade: a Rua Nova e a Rua da Ferraria. A inserção destes dois eixos viários alterou profundamente a imagem urbana da margem ribeirinha, ganhando terreno ao Tejo, implantando um considerável número de lotes, estabelecidos através da utilização de medidas-padrão, reveladores de um planeamento urbanístico executado através de cordeamentos, uma técnica que surge no território português aqui, pela primeira vez. Compreende-se assim que a fachada norte da Rua Nova configurava a anterior linha ribeirinha do Arrabalde Ocidental, posicionando-se, depois da operação de construção da muralha e dos lotes de edifícios adjacentes a esta, num plano muito mais interior relativamente à margem do Tejo. Esta acção urbanizadora obrigou à demolição de edifícios para regularizar a largura da Rua Nova numas impressionantes oito braças (14,72m). Através do cruzamento de informações entre o *Tombo de 1755* e o *Livro dos Bens Próprios* (c. 1300) foi possível elaborar uma proposta de reconstituição da forma urbana dos lotes delineados no plano de D. Dinis, pois a coincidência entre o número de lotes mencionados no inventário da propriedade régia com o número de propriedades referidas no Tombo de 1755 é absolutamente igual no que respeita à fachada sul da Rua Nova e ligeiramente diferente no que concerne aos lotes da Rua da Ferraria, pois, ocorreram algumas mudanças de propriedade entre o concelho e a Coroa, nesta última rua.

Foi também observado como a acção urbanística de D. Dinis se estendeu também para ocidente, com a construção da Judiaria Nova. Além disso, através da análise a documentação inédita, foi possível perceber a acção de entidades privadas no prolongamento do processo de urbanização do eixo da Rua Nova para oriente, nomeadamente a de Domingos de Gaya, que, em harmonia com a Coroa e com o concelho, urbanizou vários lotes no espaço situado entre a Torre da Escrivaninha e o Açougue do Pescado. Este mercador de Gaya, mas sediado em Lisboa, pertencente à então emergente “burguesia” da cidade, foi responsável por modificações relevantes na forma da cidade, pois o local onde decorreu a sua urbanização era absolutamente estratégico para a vida económica, política e social da cidade, situando-se junto aos principais equipamentos da época: a ocidente, a Casa dos Pesos, os Cambos e o Açougue do Pescado, a norte, a Alfândega da cidade, as Carniçarias e as Fangas e a oriente, a Torre da Escrivaninha e o Paço da Madeira.

O impacto das várias operações urbanísticas realizadas durante o reinado de D. Dinis deve ser amplamente realçado como um dos momentos fulcrais do desenho da forma urbana, não só do Arrabalde Ocidental mas de toda a cidade, pois este local foi precisamente o centro nevrálgico da cidade desde este momento até ao terramoto de 1755. Este é um aspecto que terá de ser tido em conta, a par das reestruturações urbanísticas ocorridas durante o reinado de D. Manuel que incidiram sobretudo sobre a expansão da cidade para ocidente, com a criação do Bairro Alto, na transformação das antigas tercenas medievais na principal estrutura palatina da corte, e na regularização de alguns troços viários como a Rua Nova del Rei. Deste modo, consideramos que a acção urbanística do Lavrador, prosseguindo um movimento que D. Afonso III já tinha iniciado, posicionando as principais estruturas urbanas para o funcionamento comercial, social e político da cidade junto da Ribeira, deverá estar presente quando se considera as acções urbanísticas de monarcas posteriores.

No capítulo sobre as estruturas portuárias deste arrabalde considerámos, em primeiro lugar, o porto da cidade em época islâmica. Sobre esta questão é possível afirmar que se, por um lado, a cidade teria estruturas portuárias de apoio à actividade piscatória, ao comércio fluvial de curta distância e também ao comércio marítimo de média e talvez longa distância, por outro lado, não conseguimos situar com precisão onde se localizavam essas estruturas portuárias. Algumas evidências documentais, parecem indicar que num local não especificado da margem ribeirinha da paróquia da Madalena terá existido um paço das naus reais, durante o reinado de Sancho II, contudo esta evidência é frágil e não nos permite uma proposta concreta.

A situação topográfica das tercenas régias situadas no extremo ocidental da margem ribeirinha do vale da Baixa está bastante bem documentada, sendo certo que já existiriam em 1294, momento em

que são referidas na documentação medieval, pela primeira vez. Conjugando todas as referências documentais destas tercenas até ao final do reinado de D. Dinis com os casos já estudados de tercenas medievais que foram contemporâneas destas foi possível apresentar uma proposta de reconstituição das tercenas régias de Lisboa. Neste sentido estabelecemos comparações com as tercenas medievais de Sevilha, iniciadas em 1252, e com as tercenas medievais de Barcelona, erguidas no final do século XIII que nos permitiram elaborar a referida reconstituição das tercenas de Lisboa. Esta estrutura teria várias torres fortificadas que protegeriam um espaço muito amplo onde se guardavam as naus e onde estas eram sujeitas a trabalhos de manutenção. Segundo o *Livro dos Bens Próprios* as tercenas de Lisboa teriam capacidade para receber treze naus, o que indica que esta estrutura teria uma dimensão muito aproximada às de Sevilha, erguidas pelo avô de D. Dinis, Afonso X, e seriam mais amplas do que as de Barcelona que acolhiam nove naus. Aparentemente, a posição urbana das tercenas régias de Lisboa, situadas no extremo ocidental do vale da Baixa, insere-se perfeitamente no plano urbanístico delineado por D. Dinis, tendo sido esta estrutura fortificada sido incorporada na estrutura defensiva edificada no final do século XIV, a chamada muralha de D. Dinis.

No capítulo seguinte, dedicado à evolução urbana da Pedreira, acompanhámos o modo como D. Dinis deu o primeiro passo para a urbanização deste local, com a construção de casas para o funcionamento do Estudo Geral. Todavia, como é conhecido, o Estudo não permaneceu neste local por muito tempo, tendo sido transferido para o Arrabalde Oriental, ainda em finais do século XIII. Em 1303, as propriedades régias na Pedreira, onde tinha estado implantado o Estudo são então aforadas à importante família judaica dos Navarro, mas também não por muito tempo, pois em 1317, as vastas propriedades régias da Pedreira são doadas ao Almirante Pessanha e aos seus sucessores que irão administrar este espaço até meados do século XV. A urbanização da Pedreira, que tinha dado os primeiros tímidos passos com D. Dinis irá então prosseguir num ritmo mais acentuado, quando a família Pessanha perde a posse destas propriedades.

No último capítulo desta parte, sobre a implantação dos conventos junto ao Arrabalde Ocidental, tentámos compreender as lógicas que operaram neste processo. Durante a primeira metade do século XIII, implantaram-se três conventos em posições periféricas, já fora dos limites urbanos do Arrabalde Ocidental: S. Francisco (1217), Trindade e S. Domingos. Todos se implantaram junto a acessos importantes que serviam a cidade, e, simultaneamente, em locais com amplas possibilidades de exploração agrícola. No final do reinado de D. Dinis, todos os três conventos permaneciam ainda fora dos limites urbanos deste arrabalde mas afirmavam-se já como elementos agregadores de desenvolvimento urbano, e ao mesmo tempo, cercavam os limites da cidade com as propriedades rurais

que administravam, sendo que a urbanização destas propriedades em larga escala ocorreu apenas no século XVI.

Concluindo, o Arrabalde Ocidental de Lisboa, revelou-se como um espaço pleno de alterações e mudanças na forma urbana entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis. Nesta longa cronologia destacamos três períodos. Num primeiro, o crescimento urbano, tanto na densidade como em área, decorre entre o século X e o final do domínio islâmico. Num segundo, a regressão urbana ocorre nos limites do arrabalde após a alteração de poder de 1147, em territórios que o crescimento da malha urbana irá recuperar progressivamente. Finalmente, sublinhamos as alterações na forma urbana da margem ribeirinha do arrabalde promovidas após a segunda metade do século XIII, num momento inicial por D. Afonso III e depois aprofundadas por D. Dinis, monarca que teve uma visão global da cidade e compreendeu o seu vasto potencial no que respeita ao comércio marítimo, incentivando-o sistematicamente, dotando a Ribeira de Lisboa de vários equipamentos fundamentais para a sua evolução para uma cidade de grande vocação comercial e marítima.

PARTE IV - O ARRABALDE ORIENTAL

CAPÍTULO 1 - O CENÁRIO TOPOGRÁFICO E A MARCA DO PASSADO

1.1 A OROGRAFIA E A PRESENÇA ROMANA

O Arrabalde Oriental desenvolvia-se, de forma geral, num espaço circunscrito a ocidente pela Colina do Castelo, a nordeste pela Colina de S. Vicente, a norte pela Colina da Graça e a sul pelo rio Tejo. Estas três colinas marcaram indelévelmente a forma do arrabalde oriental, pois, nas suas cumeadas estabeleceram-se posições estratégicas, o Castelo e os Mosteiros da Graça e de S. Vicente, enquanto nos vales definidos pela passagem da água se desenharam vias, ao longo das quais se desenvolveu a ocupação humana, como se pode observar nos traçados da Rua da Regueira e da Calçada de S. Vicente.

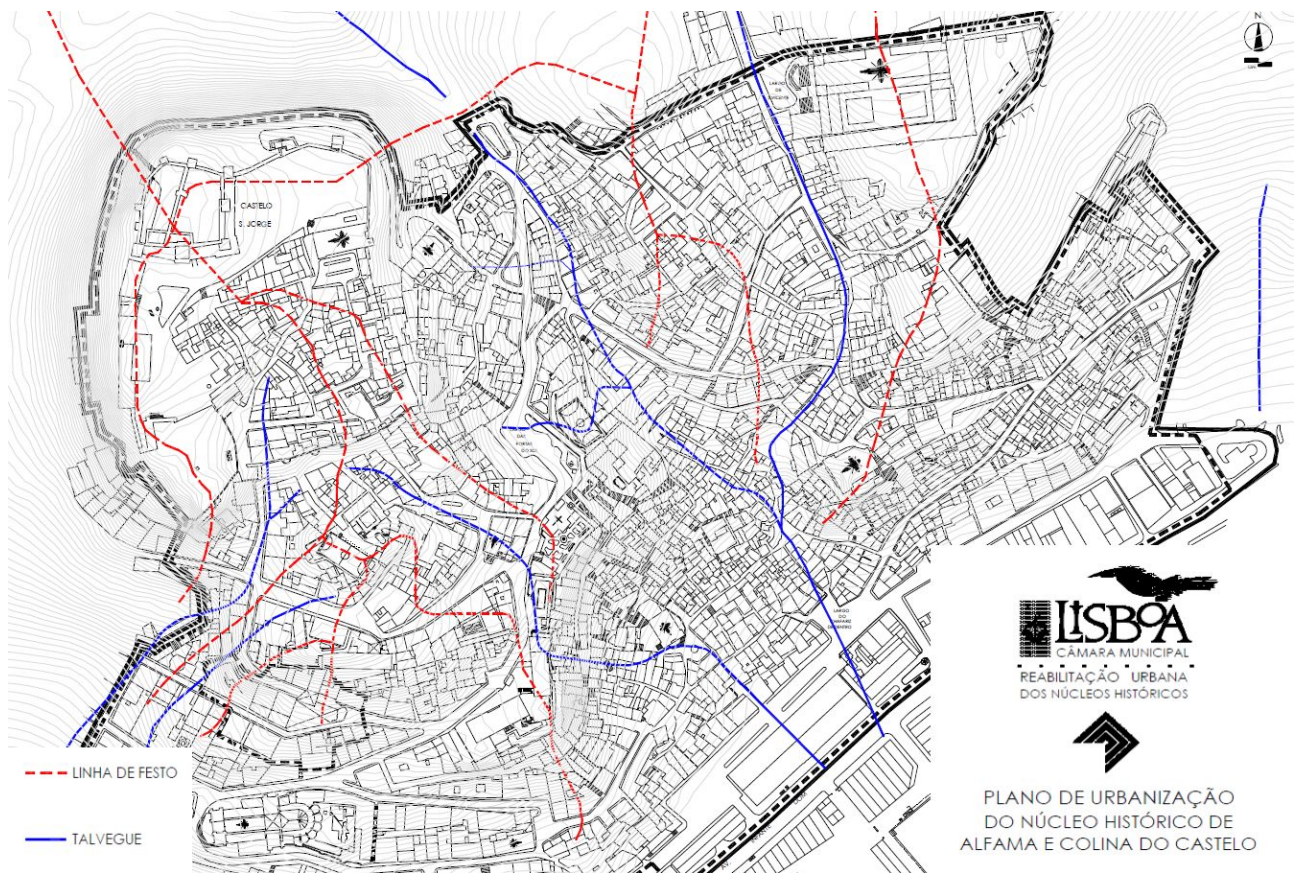


Figura 90. Caracterização Física e Morfologia de Alfama e Colina do Castelo

Os desníveis causados, por um lado, pelas vertentes das referidas colinas e, por outro lado, pela acção niveladora do Tejo, junto à margem, levaram a que este arrabalde se desenvolvesse em dois

níveis diferentes: um nível superior, próximo das cotas mais altas, e um nível inferior, junto à margem do Tejo¹²⁶⁵. O nível inferior foi, desde época islâmica, até à actualidade, denominado como Alfama¹²⁶⁶. O nível mais alto não conheceu, até hoje, uma denominação própria, o que não nos deve impedir de tentar compreender a sua evolução. A fronteira entre estes dois níveis pode ser situada de forma aproximada, nas curvas de nível dos 30/35m, altura a que se situa o topo norte da Rua da Regueira, em que se implanta a igreja de S. Estevão e também os quarteirões da fachada norte da Rua dos Remédios. Em cada um destes níveis desenvolvia-se uma importante via de acesso à cidade. A via existente no nível inferior deixava a Cerca Velha pela porta de Alfama, atravessando o arrabalde em direcção às Portas da Cruz, seguindo ao longo da margem ribeirinha através de Xabregas e Portela, atravessando o Trancão perto de Sacavém, continuado paralela à margem na direcção de Alverca, seguindo por Vila Franca de Xira em direcção de Santarém¹²⁶⁷. A via do nível superior deixava a cidade pela porta do Sol,

¹²⁶⁵ Esta classificação em dois níveis não pretender seguir a ideia de Norberto de Araújo que propõe, para a época medieval, uma “Alfama do Alto”, mais aristocrática, em contraste com uma “Alfama do Mar”, mais popular. A proposta deste olisipógrafo tem como base uma passagem do *Monge de Cister*, de Alexandre Herculano. Sobre este assunto ver: Parte IV, Subcapítulo 2.1 - Alfama aristocrática e a invenção de um mito.

¹²⁶⁶ A localização da área compreendida pelo do topónimo “Alfama”, durante toda a época medieval, é clara na documentação produzida nessa época. Todas as referências que coligimos do topónimo, entre o início do domínio político cristão e o final do reinado de D. Dinis, que situam propriedades em Alfama onde é referida respectiva a paróquia, circunscrevem-se a três paróquias do Arrabalde Oriental: S. Miguel, S. Pedro e S. Estevão. Numa venda de uma casa realizada em 1182, surge referência ao topónimo Alfama na freguesia de S. Pedro (cf. *Inventário S. Vicente*, doc. 8); num aforamento realizado em 1321 é referido um Giralde Anes raçoeiro de S. Miguel de Alfama (BN, Reservados, *Titulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clerigos Ricos da Charidade*, vol III, fl. 23, publicado em *Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa*, 1ª serie, séculos XIII a XV, 1935, pp. 5-6); um aforamento realizado em 1313 documenta a Igreja de S. Miguel de Alfama (BN, Reservados, *Titulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clerigos Ricos da Charidade*, vol IV, fl. 3, publicado em *Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa*, 1ª serie, séculos XIII a XV, 1935, pp. 3-4); em 1327 o Mosteiro de S. Vicente de Fora recebe a doação de uma casa situada no adro da igreja de S. Miguel, em Alfama (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 7, doc. 25, de 29 de Outubro de 1327); vários documentos referem a paróquia de S. Pedro de Alfama (cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de fora*, 1ª Incorporação, Maço 3, doc. 43, de Setembro de 1260; ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de fora*, 1ª Incorporação, Maço 4, doc. 7, de 10 de Abril de 1280; ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 8, nº 149, de 8 de Setembro de 1293; ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 5, doc. 39, de 10 de Julho de 1313; num emprazamento de casas é referida a igreja de S. Estêvão de Alfama (ANTT, *Colegiada de S. Estevão*, Maço 12, doc. 230); num emprazamento de propriedades agrárias situadas no termo de Lisboa é referida a Igreja de S. Estêvão de Alfama (ANTT, *Colegiada de S. Estevão*, Maço 15, doc. 300, de 1286). Apesar de não ser possível realizar a circunscrição precisa destas freguesias nesta época, as circunscrições paroquiais realizadas em 1770, as quais foram desenhadas em planta, quando comparadas com registos documentais anteriores (Cristóvão Rodrigues de OLIVEIRA, *Sumario e[m] que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, c. 1554, etc..) permitem ter a certeza que a circunscrição destas três freguesias não se alterou muito entre os séculos XVI e XVIII, e muito provavelmente também não terão tido grandes alterações entre o início do século XIV e o XVI (Ver anexos 4 a 9). Sobre a etimologia de Alfama tomamos por certa a proposta de David Lopes, ou seja, este topónimo ter origem na palavra árabe *al-Hamma*, “fonte térmica” (cf. David LOPES, *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1963, p. 153). A proposta de David Lopes tem como argumento principal o texto de al-Idrissi, pois este geógrafo refere na sua descrição sobre Lisboa “No centro da cidade há nascentes de água quente, d’inverno como de verão”, segundo a tradução do arabista português. O topónimo está atestado em outros locais da Península Ibérica, como Almeria, Granada, Múrcia e Pechina (cf. *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1968, p. 31).

¹²⁶⁷ Uma descrição do traçado pode ser encontrada no seguinte artigo: João PIMENTA, Henrique MENDES, “Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*”, *Cira – Arqueologia*, nº1, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012, pp. 41-64.

passando junto da igreja de S. Tomé local onde bifurcava, para norte e sul. Na direcção norte passava pelo adro de Santo Tomé no caminho do Mosteiro da Graça, abandonando nessa direcção a área urbana. Na direcção sul, outra via acompanhava a vertente da colina da Graça em direcção a S. Vicente de Fora de onde seguia para Santa Clara para posteriormente entroncar na estrada da margem ribeirinha. Estas vias podem ser observadas em todas as plantas pré-pombalinas, sendo que a escolha destes traçados reside sobretudo no nível de urbanização que detectamos nas plantas e gravuras anteriores ao terramoto de 1755. A proposta do traçado da via que parte da Porta do Sol para o Convento de S. Vicente-de-Fora poderia, numa primeira análise, ser mais curta, seguindo directamente de São Vicente para S. André. Contudo, o fraco grau de urbanização ainda observável nas plantas de inícios do século XX, e também o desnível a que esse percurso obrigaria, leva-nos a considerar que a Rua Direita de S. Vicente, referida em meados do século XVI por Cristóvão Rodrigues de Oliveira¹²⁶⁸, provavelmente apenas foi aberta nos séculos XV ou XVI¹²⁶⁹.

O desenvolvimento urbano nestes dois níveis do Arrabalde Oriental foi, como veremos, diferente, tanto ao nível do ritmo da urbanização, como também da forma que resultou dessa mesma urbanização.

No nível mais elevado, a relação muito próxima entre a orografia e o traçado urbano foi sendo estabelecida ao longo dos séculos, parecendo indiciar um desenvolvimento urbano mais lento e progressivo, onde a malha urbana mantém parcialmente, ainda no século XXI, os caminhos desenhados pelos acidentes naturais. Até ao final da Idade Média, não foram implantadas estruturas, nas vertentes que descem para Alfama, que organizassem os desníveis do terreno em patamares, como foi por exemplo o caso do Teatro Romano de *Olisipo*, que reorganizou a morfologia urbana de parte significativa da Colina do Castelo¹²⁷⁰, ou também o caso do claustro da Catedral, já em época medieval¹²⁷¹.

¹²⁶⁸ Cf. Cristóvão Rodrigues de OLIVEIRA, *Sumario e[m] que breuemente se contem alguas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, c. 1554, fl. 8v.

¹²⁶⁹ Note-se que o conhecimento da evolução urbana do arrabalde oriental de Lisboa, tanto no interior como no exterior da cerca fernandina, é muito menor, relativamente ao arrabalde ocidental, que beneficiou, em grande medida, do estudo de Hélder Carita (cf. *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna: 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999; *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990.)

¹²⁷⁰ Ver a bibliografia sobre a construção e impacto do Teatro Romano de *Olisipo* em: Parte I, Subcapítulo 3.10 - Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano.

¹²⁷¹ Sobre a construção do claustro da catedral de Lisboa ver: Parte I, Subcapítulo 3.7 - A construção do claustro.

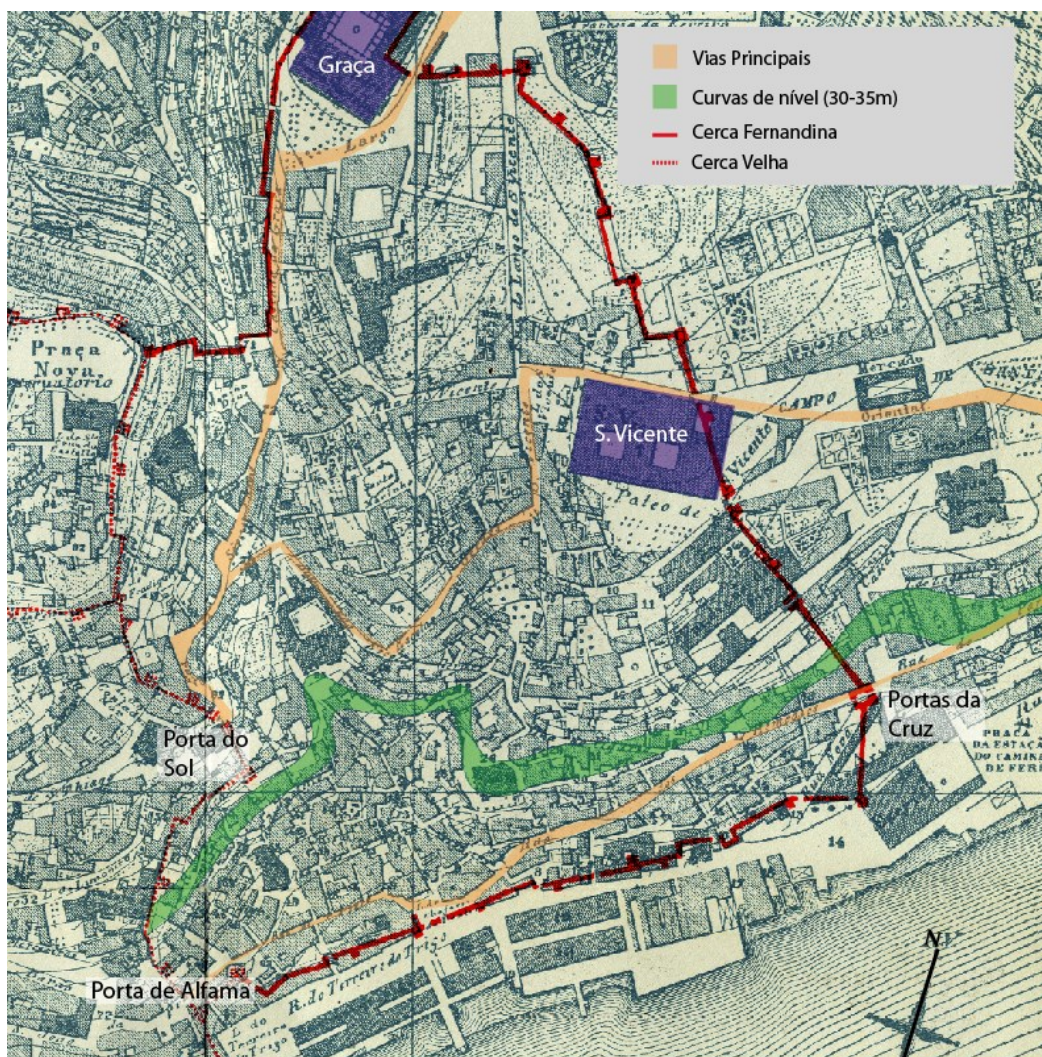


Figura 91. Os dois níveis do Arrabalde Oriental e vias principais

(escala original 1:5000)¹²⁷²

No nível mais baixo, o terreno mais plano pode ter sido mais propício para a implantação de uma malha urbana organizada, em época romana, tal como foi já proposto por Rodrigo Banha da Silva¹²⁷³, e arqueologicamente confirmado¹²⁷⁴, aguardando-se ainda a publicação dos resultados

¹²⁷² Planta adaptada a partir da planta “Redução à escala 1:5000 de um trecho da *Planta da Cidade de Lisboa levantada em 1856/58 na escala 1:1000 e publicada em 1884* publicada em: Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

¹²⁷³ Cf. Rodrigo Banha da SILVA, *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa, FCSH-UNL, 2012 (policopiado).

¹²⁷⁴ É o próprio Rodrigo Banha da Silva que afirma a confirmação da sua proposta referindo resultados arqueológicos inéditos: “o reconhecimento da existência de uma trama ortogonal com métrica romana, fossilizada no tecido urbano actual de Alfama, abrangendo todo o sector meridional compreendido entre a desaparecida «Porta de Alfama» e a parte mais ocidental da Rua dos Remédios. Esta última, de hipótese passou a constatação, porque corroborada pela identificação de vestígios murários romanos que se inscrevem nesse mesmo desenho e métrica, todavia ainda maioritariamente inéditos”

arqueológicos que confirmem esta proposta, a qual foi seguida por Pedro Martins, que a apresenta na figura 92.



Figura 92. Interpretação da malha ortogonal existente em Alfama (segundo Pedro Martins)¹²⁷⁵

A urbanização desta zona ribeirinha fora de muros, desenvolveu-se ao longo do troço inicial da via *Olisipo-Scallabis*, anteriormente referida, desde a Porta de Alfama até, possivelmente, ao limite natural imposto pelo vale onde depois se abriu a Rua da Regueira, ou talvez desenvolvendo-se até perto das medievais Portas da Cruz. Neste momento, visto que os dados arqueológicos que confirmam esta proposta não são públicos, não é possível estabelecer uma cronologia para a implantação desta hipotética malha ortogonal romana em Alfama. No entanto, o processo gradual de transformação de uma malha urbana ortogonal romana numa cidade islâmica, o qual ocorreu em várias cidades do sul ibérico e do norte de África, pode realmente ter culminado na Alfama que Afonso Henriques e os

(cf. Rodrigo Banha da SILVA, “O Contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maira Maior, Lisboa): Vidros, Cerâmicas e Análise Contextual”, in *Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses*, n.º 1, 2015, p. 42).

¹²⁷⁵ Publicada em Pedro MARTINS, “O Anfiteatro Romano de Lisboa. Hipótese de localização através de uma leitura Tipo-Morfológica do Tecido Urbano” in *Rossio: Estudos de Lisboa*, n.º 4, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp.162-173. A planta está publicada sem escala, o norte é coincidente com a orientação da impressão da imagem.

cruzados tomaram em 1147. Ao observar o modelo proposto por Spiro Kostoff para este processo de transformação urbana, comparando-o com a malha urbana actual de Alfama, é possível reconhecer algumas semelhanças e supor que ocorreu em Lisboa um processo semelhante (figura 93).

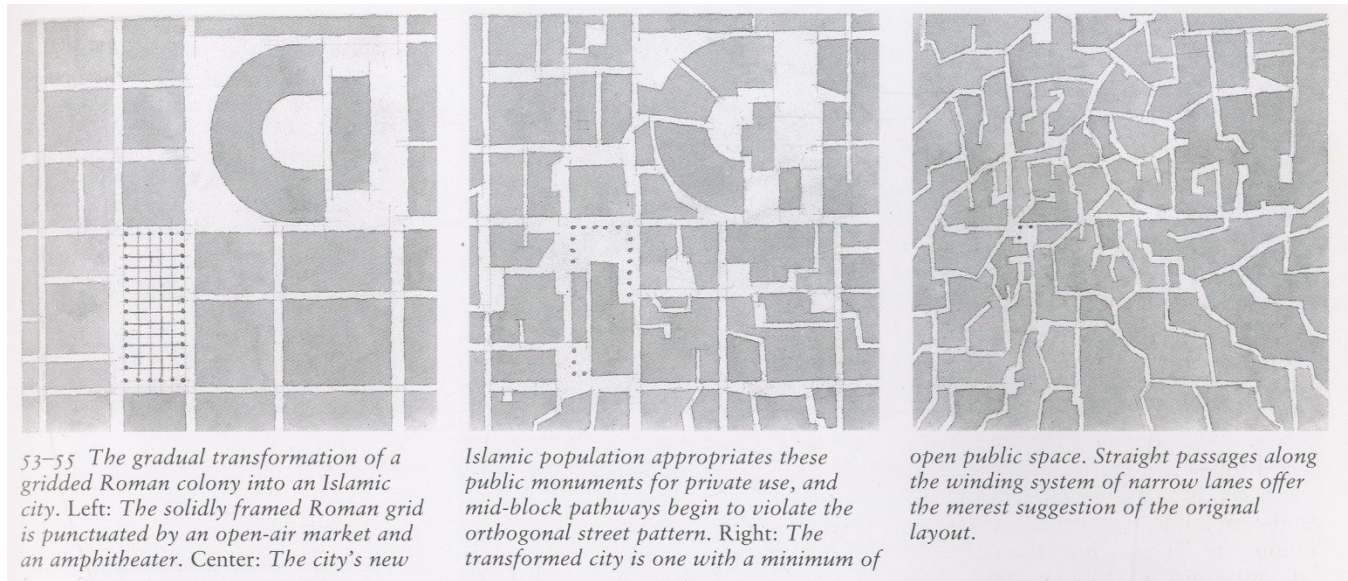


Figura 93. Modelo conceptual da transformação de uma colónia romana numa cidade islâmica (segundo Spiro Kostof)¹²⁷⁶

O modelo de Kostoff reflecte a apropriação do espaço público para uso privado e o surgimento de adarves no esquema ortogonal de quarteirões, desaparecendo no modelo final (à direita) a existência de espaços públicos, perdendo-se assim quase totalmente a ortogonalidade da matriz romana. Parte da Alfama lisboeta parece ter sofrido um processo semelhante, contudo não podemos ignorar os séculos que a cidade viveu após a queda do império romano do ocidente (séc. V) e a chegada do poder muçulmano (c. 711), momento relevante, mas infelizmente, quase totalmente desconhecido na história quer do urbanismo quer até da história política da cidade¹²⁷⁷. A Alfama que os primeiros habitantes muçulmanos de Lisboa conheceram, no século VIII, não era já, com toda a certeza, um espaço marcado pela ortogonalidade romana, pelo contrário, devemos supor que a pilhagem aos elementos arquitectónicos dos edifícios públicos e a desagregação parcial do sistema viário romano ocorreram, não só durante o domínio político muçulmano mas também durante o longo período que o antecedeu. Um argumento de peso para esta proposta consiste na construção do lanço oriental da Cerca Velha no

¹²⁷⁶ Imagem publicada em: Spiro KOSTOF, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, Londres, Thames & Hudson, 1991, p. 49.

¹²⁷⁷ Sobre a relevância da época tardo-antiga na destruturação das malhas urbanas ortogonais ver: Prólogo, Capítulo 1 – De Olisipo a al-Lusbuna.

século III, ou até antes, deixando a zona de Alfama no seu exterior, mais vulnerável a ataques externos o que indica que as preocupações de carácter urbanístico com esta parte da cidade teriam já sido suplantadas pela segurança da cidade¹²⁷⁸.

No extremo ocidental do nível inferior, ou seja, de Alfama, é possível que tenha sido implantada, em época romana, uma estrutura que aproveitava a pendente da colina do Castelo para se erguer: o hipotético anfiteatro de *Olisipo*¹²⁷⁹. Esta estrutura não foi ainda arqueologicamente confirmada, o que não permite a afirmação cabal da sua existência. Se realmente o anfiteatro de *Olisipo* existiu no local proposto, será talvez necessário, dependendo das cronologias, conciliar a sua posição topográfica com a posição da estrutura termal encontrada em escavações recentes na esquina entre a Rua da Adiça e a Rua de S. João da Praça¹²⁸⁰.

A presença de estruturas termais romanas em Alfama é um facto previsível pois esta área é geologicamente propícia à sua existência devido às milenares nascentes de águas quentes que se mantêm ainda na actualidade, apesar de se encontrarem desaproveitadas¹²⁸¹. O próprio topónimo Alfama provém do árabe *al-hammam*, “os banhos”, demonstrando assim uma relação inequívoca entre a existência de fontes termais e a zona ribeirinha do arrabalde oriental¹²⁸². A questão que se coloca é se o espaço entre as portas de Alfama e da Cruz, o qual estaria muito provavelmente já urbanizado em

¹²⁷⁸ Escavações arqueológicas confirmaram que o momento inicial de construção do troço da Cerca Velha localizado no Pátio da Senhora de Murça corresponde ao século III. Cf. Manuela LEITÃO, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 66-79. Informações mais recentes, mas ainda inéditas, apontam para que o troço de muralha que se encontrou no tardo dos prédios da facha norte da rua de Norberto Araújo (n.ºs 21-29) possa ter elementos erguidos no período “alto-imperial” (sécs. I-IV) (Cf. comunicação oral de Marina CARVALHINHOS, Nuno MOTA (Centro de Arqueologia de Lisboa – DPC/DMC/Câmara Municipal de Lisboa), *Muralhas, torres e aproveitamentos hidráulicos: novas leituras da “Cerca Velha” a partir da intervenção arqueológica na Rua Norberto Araújo, 21-29 (Santa Maria Maior, Alfama, Lisboa)*, em 16 de Setembro de 2015, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

¹²⁷⁹ A hipótese de existência deste anfiteatro e respectiva localização foi proposta por dois investigadores, aparentemente de forma dissociada. Pedro de Melo Martins, primeiramente, na sua dissertação de Mestrado (A Persistência das Formas Urbanas: Leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em Fevereiro de 2013, pp. 129-133) e posteriormente em “O Anfiteatro Romano de Lisboa. Hipótese de localização através de uma leitura Tipo-Morfológica do Tecido Urbano” in *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 4, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp.162-173. Rodrigo Banha da Silva apresenta uma reconstituição de *Olisipo* onde localiza um anfiteatro sensivelmente no mesmo local, atribuindo a origem da ideia a Octávio da Veiga Ferreira (cf. Estampa 1, em Rodrigo Banha da SILVA, “O Contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maira Maior, Lisboa): Vidros, Cerâmicas e Análise Contextual”, in *Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses*, n.º 1, 2015, pp. 42-45).

¹²⁸⁰ Os resultados arqueológicos destas escavações foram publicamente apresentados na comunicação oral de Vanessa FILIPE, “As termas romanas às portas de Alfama”, no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, 26-27 de Novembro de 2015, em Lisboa. Uma nota técnica da empresa de arqueologia Neoépica sobre estas escavações encontra-se disponível no Arquivo do IGESPAR: *Intervenção Arqueológica Edifício entre Rua da Adiça e Rua São João da Praça: Alfama –Lisboa*, Setembro 2014, Processo S – 35083.

¹²⁸¹ Cf. Elsa RAMALHO, Maria LOURENÇO, “As Águas de Alfama como património hidrogeológico de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.ineg.pt/download/3822/39.pdf>; Elsa RAMALHO e Maria LOURENÇO, “As Águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.ineg.pt/download/3834/23.pdf>.

¹²⁸² Cf. David LOPES, “Toponymia Árabe de Portugal” in *Revue Hispanique: Recueil consacré à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais*, vol. 9, Paris, Klincksieck, 1902, pp. 35-74.

época romana, fazia parte da cidade, ou se seria um *suburbia* desta, ou seja, se estaria ou não incluído na área definida pela muralha fundacional. As evidências sobre estruturas defensivas “alto-imperiais” no tardoz dos prédios da fachada norte da rua Norberto Araújo parecem indicar que este espaço estaria realmente fora dos limites definidos por essa muralha fundacional, no entanto, enquanto esses resultados arqueológicos não forem publicados, a questão mantém-se em aberto¹²⁸³.

No que respeita ao nível superior do arrabalde oriental não se conhecem vestígios de qualquer estrutura de época romana, o que nos leva a considerar que muito provavelmente esse espaço não estaria provavelmente urbanizado nesse período, concentrando-se o desenvolvimento urbano junto à margem do rio, tal como seria de esperar numa cidade produtora de preparados piscícolas como era *Olisipo*¹²⁸⁴. A ausência de estruturas urbanas no nível superior do arrabalde ocidental foi arqueologicamente comprovada, pelo menos no local do antigo Convento das Mónicas, onde sondagens arqueológicas revelaram que o espaço contido na antiga cerca conventual nunca teve estruturas urbanas relevantes. O Convento das Mónicas foi erguido apenas no último quartel do século XVI, o que parece indicar que toda a área que estrutura monástica veio a ocupar seria anteriormente usada como espaço de cultivo ou jardins¹²⁸⁵. O único vestígio de época romana conhecido que foi encontrado no nível superior consiste numa inscrição lapidar, referida por Augusto Vieira da Silva, que foi encontrada na primeira metade do século XVII, servindo de laje tumular no pavimento da antiga igreja de S. Tomé, entretanto demolida¹²⁸⁶. Esta inscrição, visto que se encontrou já descontextualizada relativamente à sua função original, não pode constituir argumento para a existência de estruturas de época romana no local onde foi encontrada.

Existem também notícias históricas de achados relativos a espaços funerários de época romana no arrabalde ocidental, tanto no nível superior como no inferior, possivelmente estruturados em torno das principais vias de acesso a *Olisipo*, já aqui referidas. Marinho de Azevedo refere que quando se realizava a construção de um palácio situado a sul do Campo de Santa Clara, no século XVII, se

¹²⁸³ Cf. Comunicação oral de Marina CARVALHINHOS, Nuno MOTA (Centro de Arqueologia de Lisboa – DPC/DMC/Câmara Municipal de Lisboa), *Muralhas, torres e aproveitamentos hidráulicos: novas leituras da “Cerca Velha” a partir da intervenção arqueológica na Rua Norberto Araújo, 21-29 (Santa Maria Maior, Alfama, Lisboa)*, em 16 de Setembro de 2015, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

¹²⁸⁴ Sobre a produção, preparação e conserva de preparados piscícolas em *Olisipo* ver: Jacinta BUGALHÃO, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2001.

¹²⁸⁵ Sondagens arqueológicas realizadas em 2010, sob a direcção da arqueóloga Catarina Quinteira revelaram que “Do ponto de vista arqueológico, nomeadamente das intervenções em negativo, não se detectam estruturas de interesse arqueológico ou relevância patrimonial, concluindo-se que o espaço sempre foi utilizado como área de cultivo e jardins.” Cf. *Relatório do Projecto de Reversão e ampliação do antigo Convento das Mónicas – Lisboa*, processo CNS 32917, disponível no Arquivo do IGESPAR.

¹²⁸⁶ Inscrição nº 79, publicada em: Augusto Vieira da SILVA, *Epigrafia de Olisipo: subsídios para a história da Lisboa Romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944, pp. 189-190.

encontraram estruturas e evidências de que aí teria existido um espaço funerário romano¹²⁸⁷. Júlio de Castilho registou que, antes de 1884, surgiram “algumas sepulturas romanas, muitas delas cobertas de tijolo, e contendo urnas funerárias com ossos carbonizados...” quando se procedia à escavação de uma rotunda para as locomotivas da Estação de Caminhos de Ferro de Santa Apolónia, na esquina entre a Travessa Lázaro Leitão e a Travessa da Cruz da Pedra¹²⁸⁸.

Concluindo, é possível observar dois níveis diferenciados no arrabalde oriental, os quais se distinguem quer pelo nível de urbanização ao longo do tempo, quer pela cota altimétrica. O nível superior acima dos 30/35 metros parece ter uma ocupação urbana mais tardia, pois não se registam evidências concretas de ocupação urbana até ao período medieval. No nível inferior, apesar de os dados arqueológicos se manterem pouco conhecidos, podemos afirmar que há evidências de ter existido uma malha urbana ortogonal que se desenvolvia entre a porta de Alfama e a Rua da Regueira, possivelmente estendendo-se até às medievais Portas da Cruz. A localização dos cemitérios permite-nos também perceber os limites máximos da urbanização em época romana, pois os romanos sepultavam, em regra, os seus mortos fora da área urbana.

Em seguida viramos a nossa atenção para o interior do arrabalde ocidental durante os séculos finais de domínio político islâmico.

¹²⁸⁷ Tal como supostamente descreve Luís Marinho de Azevedo: “*muitas abobedas feitas de argamassa, e dentro algumas urnas de vidro grosso escuro, e outras de chumbo, cheias de carvões e cinzas, em que se devião guardar as cinzas dos defuntos; que os gentios queimavão, conforme a seus ritos; e os mais notáveis destes vasos erão dous, que ainda se conservão inteiros em casa do Monteiro-Mór Francisco de Mello: os quais parecem de porcelana grossa da India...Também se achou nele hum ídolo de bronze de dous meninos abraçados, na forma, que os Astrólogos figurão a Castor, e Pollux filhos de Iupiter e Leda (...)*”; Cf. citação de Irisalva Moita em *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 54-55. Após exaustiva consulta à obra citada por Irisalva Moita não encontrámos as referidas passagens, podendo ter ocorrido uma troca com outro autor na citação de Irisalva Moita.

¹²⁸⁸ Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga*, Segunda Parte. *Bairros Orientais*, 2ª edição Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1935, p. 117.

CAPÍTULO 2 - O ARRABALDE ORIENTAL EM ÉPOCA ISLÂMICA

2.1 ALFAMA ARISTOCRÁTICA E A INVENÇÃO DE UM MITO

A existência de um nível superior do Arrabalde Oriental que se caracterizava por uma população “aristocrática” em época de domínio islâmico é um mito que urge desconstruir. A ideia da Alfama aristocrática parece ter surgido da escrita de um dos maiores vultos da historiografia nacional, Alexandre Herculano. Na sua obra de ficção, usualmente categorizada como romance histórico, *O Monge de Cister, Época de D. João I* escreve a seguinte passagem: “*Alfama fora no tempo do domínio sarraceno o arrabalde da Lisboa gótica; fora o bairro casquilho, aristocrático, alindado, culto, quando a Medina-Aschbouna pousava enroscada tristemente no seu ninho de pedra, no que depois se chamou alcáçova e hoje o castelo*”¹²⁸⁹. O maior problema que este pequeno excerto de uma obra literária originou tem como raiz o facto de ter sido, e ainda ser interpretada, hoje em dia, como uma obra histórica, como mais um fruto dos amplos conhecimentos de Herculano, obviamente indiscutíveis. Todavia, neste caso em particular, as afirmações do historiador oitocentista têm como principal base a sua imaginação, como é natural, pois o *Monge de Cister* é, afinal, uma obra de ficção literária. Por mais bem documentado que Alexandre Herculano estivesse, o seu conhecimento real sobre Alfama em período de domínio islâmico não poderia ser muito diferente do conhecimento que possuímos actualmente, na verdade, muito provavelmente seria menor, pois a arqueologia urbana não existia no século XVIII. Além disso, há também um outro problema na interpretação do topónimo, pois quando Herculano refere o “bairro casquilho, aristocrático” abrange no topónimo Alfama, espaços como a Alcáçova e o Castelo, o que nos parece uma opção insustentável no que respeita à história da cidade, mas, mais uma vez, perfeitamente válida numa obra literária.

¹²⁸⁹ Esta passagem de Herculano encontra-se repetida directa ou indirectamente em obras tão diversas como as *Peregrinações em Lisboa* de Norberto Araújo, escrita nos últimos anos da década de 30 do século XX (Cf. Norberto ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa: livro X*, 2ª ed., Lisboa, Editora Veja, 1993, p. 32) até a uma dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico realizada em 2007 (Carlos Ribeiro da SILVA, *Caracterização Construtiva do Edificado de Alfama*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada na Universidade de Évora, 2007, p. 17) ou ainda na entrada “Alfama” do *Dicionário da História de Lisboa*, onde Eduardo Sucena refere uma “Alfama do Alto, onde vivera a nata da população mourisca...” (Francisco SANTANA, Eduardo SUCENA (dirs.), *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994, p. 40). Outros ecos da Alfama aristocrática imaginada por Herculano podem ser encontrados em outras obras escritas entre o século XVIII e o XXI, as quais não pretendemos aqui enumerar na totalidade. Devemos no entanto referir que esta obra de Herculano é um excelente ponto de partida para se entrar na Lisboa medieval, pois o historiador estava realmente muito bem documentado e a sua obra reflecte os seus conhecimentos, como não podia deixar de acontecer, mas não devemos perder a noção de que se trata de uma obra literária onde a criação sem base documental é perfeitamente legítima e espetável.

A verdade é que a aristocracia muçulmana da cidade poderia habitar em qualquer parte do termo da cidade, na alcáçova, na medina, nos arrabaldes, ou até mesmo em propriedades rurais situadas fora dos limites urbanos da cidade, tal como acontecia em Córdova¹²⁹⁰. Tentar localizar esta população especificamente na zona superior do Arrabalde Oriental, sem outro fundamento além da obra literária de Herculano é um risco que não pretendemos correr, mesmo que a reiteração sucessiva da historiografia o tenha envolvido numa falsa legitimidade. Os dados arqueológicos conhecidos publicamente até hoje não localizam qualquer estrutura que contivesse características que nos permitam aceitar esta proposta de forma acrítica. Além disso não existe qualquer evidência na documentação medieval cristã dos séculos XII e XIII, nem sequer nas descrições dos geógrafos árabes, que nos permitam considerar esta hipótese como válida ou inválida. O único local onde podemos afirmar sem qualquer dúvida que foi habitado por camadas sociais com maior capacidade económica é a Alcáçova da cidade, nomeadamente nas habitações encontradas na Praça Nova¹²⁹¹. Além disso, podemos apenas imaginar, como fez Herculano, que as elites “aristocráticas” muçulmanas da cidade poderiam viver em qualquer outra parte da cidade, tendo em conta que a falta de dados históricos não deve ser substituída pela ficção.

2.2 CRONOLOGIA, DIMENSÃO E DENSIDADE URBANA

Ao contrário do arrabalde ocidental, o arrabalde oriental tem revelado menos evidências de estruturas arqueológicas de época islâmica, ou, quando estas têm surgido, são mal conhecidas e parcamente divulgadas ao público, facto que cria obstáculos relevantes à investigação sobre a história da cidade. Ainda assim, algumas evidências arqueológicas têm sido divulgadas, as quais, quando conjugadas com as fontes documentais e narrativas, contribuem para a reconstituição possível deste arrabalde da cidade, durante o domínio político islâmico.

A descrição de Idrissi, que retrata a cidade nas décadas finais do domínio político islâmico, fornece uma informação relevante para a reconstituição das dimensões do arrabalde oriental, localizando no centro da cidade os *hammam* de água quente de Lisboa. É muito provável que os *hammam* referidos por Idrissi sejam os principais banhos públicos da cidade localizados pelos

¹²⁹⁰ Referimo-nos especificamente às *almunyas* cordovesas por serem as propriedades deste género mais bem estudadas no al-Andalus. Sobre este assunto ver: Fernando LÓPEZ CUEVAS, “La Almunia Cordobesa, Entre las Fuentes Historiográficas y arqueológicas” in *Revista Onoba*, nº 1, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2013, pp. 243-260.

¹²⁹¹ Sobre estas habitações ver: Parte II, Subcapítulo 3.3 - O bairro residencial da Praça Nova.

geógrafos Al-Udri, Al-Bakri, e Al-Himari, junto do *Bab al-Hammam*, a Porta de Alfama¹²⁹². Idrissi afirma também, na sua descrição da cidade da foz Tejo, que “é uma cidade primorosa, que se estende ao longo do rio”. Ambas as informações indiciam que o arrabalde oriental se desenvolveria ao longo do rio, sobretudo para montante, na direcção das Portas da Cruz, considerando que o seu centro aproximado se localizaria não muito longe das Portas de Alfama, perto das quais existiriam os principais banhos públicos da cidade, pois só assim é possível situar o centro da cidade perto da Porta de Alfama¹²⁹³. Portanto, quando Idrissi descreve Lisboa, no século XII, antes da tomada do poder pelos cristãos em 1147, o arrabalde oriental teria uma forma alongada, estendendo-se pela margem do rio numa extensão que não é possível reconstituir os limites exactos, mas que talvez alcançasse o local depois chamado das Portas da Cruz.

Corroborando em parte a nossa interpretação da descrição de Idrissi, os resultados das escavações arqueológicas registaram vestígios de ocupação islâmica em locais variados do arrabalde oriental, desde a Porta de Alfama até à Rua das Escolas Gerais (ver quadro 8 – Sítios Arqueológicos do Arrabalde Oriental em Época de Domínio Islâmico)

¹²⁹² Cf. Adel SIDARUS, António REI, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, 2001, pp. 37-72.

¹²⁹³ Sobre a localização dos banhos públicos no interior da medina ver: Parte I, Subcapítulo 4.4 - Os banhos públicos em época islâmica.



Figura 94. Arrabalde Ocidental no final da época de domínio muçulmano

Esta imagem urbana do arrabalde oriental em época islâmica é perfeitamente conciliável com a hipotética existência de uma urbanização em época romana, que talvez estivesse ocupada em toda a sua extensão no final do domínio político islâmico. Sobre esta questão, o mesmo que foi afirmado relativamente ao crescimento urbano no arrabalde ocidental, nos séculos XI e XII, pode ser também aqui tomado em conta¹²⁹⁴. É possível que os mesmos motivos, não bem conhecidos, que causaram uma expansão do arrabalde ocidental nos séculos finais de domínio islâmico tenham também beneficiado a ocupação urbana do arrabalde oriental, contudo visto que os dados arqueológicos sobre o arrabalde oriental são muito mais mal conhecidos, não é possível estabelecer uma proposta concreta desta evolução urbana. A favor desta proposta note-se que todos os dados arqueológicos sobre vestígios da ocupação urbana do arrabalde ocidental em época de domínio islâmico se enquadram nos séculos XI e XII (ver Quadro 8 – Sítios Arqueológicos do Arrabalde Oriental em Época de Domínio Islâmico).

¹²⁹⁴ Ver Parte III, Subcapítulo 2.1 - Cronologia, dimensão e densidade urbana do arrabalde ocidental em época islâmica.

Note-se também como a ocupação urbana em época de domínio islâmico ocorre sobretudo no nível inferior do arrabalde, ao longo da antiga via romana que saía da Porta de Alfama para oriente, na direcção de Sacavém. Deste modo, é possível afirmar que a ocupação urbana em época islâmica se desenvolveu ao longo desta via, a qual, por sua vez, se desenvolvia em paralelo à margem do rio. Um quadro semelhante ao que supomos ter ocorrido no Arrabalde Ocidental, onde o eixo Corredoura/rua da Correaria teve um papel preponderante no desenvolvimento urbano, e também como pólo económico. Todavia, no caso da via oriental o fraco conhecimento dos vestígios arqueológicos aliado à escassez das fontes documentais tanto na época islâmica como no período inicial da ocupação cristã não nos permite supor a existência de um núcleo comercial em época islâmica. O único dado que pode apontar para a hipotética existência de um núcleo comercial é o topónimo “Alçaçaria” que surge numa posição urbana adequada à localização de um centro comercial fora de muros, junto da principal via de acesso à cidade, contudo a evolução semântica deste topónimo para significados associados a banhos ou curtumes, levanta algumas dúvidas sobre esta hipótese¹²⁹⁵.

Baseado na escassez de vestígios arqueológicos de época islâmica, Rodrigo Banha da Silva propôs que a densidade urbana de Alfama, fosse, no final da época de domínio político muçulmano, reduzida¹²⁹⁶. Esta proposta não nos parece suficientemente fundamentada pois as adversidades enfrentadas pela arqueologia urbana constituem condicionantes que dificultam sobremaneira o conhecimento científico e público dos vestígios arqueológicos, factor que nos leva a considerar que a ausência da prova não pode, sobretudo neste caso, constituir prova da ausência¹²⁹⁷. A existência de “*um*

¹²⁹⁵ Sobre a complexa evolução semântica do topónimo “Alçaçaria” em português, ver Parte IV, Subcapítulo 3.4 - As Alçaçarias de Alfama. No norte de África e no Al-Andalus a *Kaysariyya* significava um espaço fechado dedicado ao comércio de tecidos e outros bens de luxo (cf. Besim Selim HAKIM, *Arabic-islamic Cities: Building and Planning Principles*, Londres, KPI Limited, 1986, p. 84, nota 72); Com base no significado árabe deste topónimo, Hermenegildo Fernandes propôs uma provável localização de um centro de comércio, em época de domínio muçulmano, no actual Largo das Alçaçarias, “junto ao rio, localização que se justificaria pela maior comodidade no transporte de mercadorias” (Cf. Hermenegildo FERNANDES, “Uma Cidade no Imaginário: Lisboa Muçulmana nas Descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville”, *Estudos Medievais*, n.º 7, Porto, 1986, p. 7).

¹²⁹⁶ Rodrigo Banha da Silva, “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro: Um Contributo para o Conhecimento da Actividade Oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico”, trabalho académico para o Seminário de Arqueologia Medieval, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2007/2008.

¹²⁹⁷ Sobre os problemas e vicissitudes da arqueologia urbana em Lisboa, em geral, ver: Carlos Fabião, “Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, n.º 13, Lisboa, Ed. Cosmos, 1994, pp. 147-162; Alexandra Gaspar *et alii*, “Arqueologia Urbana em Lisboa?”, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular: “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica*, vol. 8, Porto, ADECAP, 2000, pp. 55-70; Jacinta Bugalhão, *Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança*, Era Arqueologia, n.º 8, Lisboa, ERA Arqueologia, 2008, pp. 217-230. Relativamente à investigação científica sobre a Lisboa islâmica, infelizmente o quadro descrito por Jacinta Bugalhão em 2009 não conheceu melhorias significativas até 2016, mantendo-se na actualidade muito do que esta investigadora afirmava: “O problema estrutural no que respeita à evolução do conhecimento sobre Lisboa islâmica reside nas graves lacunas da investigação científica: reduzido número de investigadores (pouca massa crítica), falta de projectos de investigação (excessiva preponderância de intervenções arqueológicas de natureza preventiva), falta de projectos académicos (não foi finalizado qualquer grau académico de mestrado ou doutoramento sobre o tema), excessiva preponderância dos estudos de materiais, sobre os estudos de contexto e sínteses, défice crónico de publicação (em alguns

celeiro com poço associado” verificada no Beco do Azinhal, por si só não nos parece um indicador suficientemente sólido para se afirmar que a densidade urbana em Alfama fosse reduzida¹²⁹⁸. No entanto, a escassez do conhecimento das evidências arqueológicas e a ausência de dados documentais não nos permitem considerar o contrário, ou seja, que ocorria uma densidade urbana elevada no nível inferior do arrabalde oriental. Deste modo, esta questão terá de se manter em aberto até que novos dados permitam uma reinterpretação desta matéria.

2.3 UM ARRABALDE MULTIFUNCIONAL (HABITAÇÕES, OLARIAS, CEMITÉRIO)

O arrabalde oriental não seria, durante a época de domínio político islâmico um espaço monofuncional, pelo contrário, as evidências arqueológicas, indicam a presença de diferentes tipos de estruturas com funcionalidades distintas, realidade que também se observava no arrabalde ocidental.

A componente habitacional seria decerto uma componente importante na constituição urbana deste arrabalde. As evidências arqueológicas conhecidas de estruturas habitacionais estão disseminadas pelo arrabalde, concentrando-se no nível inferior (Largo das Alcaçarias, Rua S. Miguel 43, Rua dos Remédios, 7 a 9), ou seja, em Alfama, com excepção da estrutura habitacional encontrada, no nível superior do arrabalde, mais precisamente no pátio da FRESS¹²⁹⁹, local marcado pela proximidade à Cerca Velha e à porta que nela se abria¹³⁰⁰. No pátio da FRESS verificou-se uma habitação construída entre os meados do século XI e os meados do XII, sobre um local onde anteriormente se situavam estruturas de armazenamento, ou seja, silos, que foram então abandonados. Esta habitação insere-se no modelo comum das cidades mediterrânicas, tendo sido identificados alguns dos seus compartimentos:

casos muito grave), escasso conhecimento do território envolvente à cidade” cf. Jacinta Bugalhão, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 388.

¹²⁹⁸ Rodrigo Banha da SILVA, “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro: Um Contributo para o Conhecimento da Actividade Oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico”, trabalho académico para o Seminário de Arqueologia Medieval, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2007/2008. A existência de equipamentos rurais dentro das cidades medievais era comum, não podendo por esse motivo ser tomada como um factor para uma fraca densidade urbana. A este respeito afirma Luísa Trindade: “*Até essa data [séc. XIX] e, principalmente ao longo de toda a Idade Média, eram raras as casas que não possuíam hortas ou pomares, celeiros, adegas, palheiros ou currais. Existiam mesmo nas zonas de maior centralidade, onde o solo era um bem escasso e precioso.*” (cf. Luísa TRINDADE, *A casa urbana em Portugal – séculos XIV a XVI*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 28).

¹²⁹⁹ Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, onde se situa o Museu de Artes Decorativas Portuguesas no antigo Palácio Azurara localizado no Largo das Portas do Sol.

¹³⁰⁰ A escavação identificou vestígios de uma habitação de época islâmica numa área denominada Pátio Superior (cf. Ana GOMES, Maria José SEQUEIRA, “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001, pp. 103-110).

uma cozinha com pavimento lajeado, um pátio central também lajeado, um eventual salão com um pavimento de argamassa pintada a vermelho ocre almagre, e um acesso em cotovelo. Visto que os resultados das escavações arqueológicas permitem apenas compreender a largura da habitação e não o seu comprimento, é apenas possível comparar a largura desta habitação (8m) com a largura das outras habitações conhecidas desta época¹³⁰¹.

Quadro 7. Dimensões dos Pátios centrais das habitações de época islâmica em Lisboa

	Largura total da casa	Largura do pátio da casa
Casa no Pátio da FRESS	7,70m	3,5m
Casa 6 Praça da Figueira	6,5m	3m
Casa 14 Praça da Figueira	7m	4m
Casa 10 Praça da Figueira	6m	5m
Casa 2 Praça Nova	13,5-14m	6-6,5m
Casa 1 Praça Nova	14,5m	6m

Ao compararmos tanto a largura total da habitação, como a largura da área útil do pátio percebemos claramente que a habitação situada no actual pátio da FRESS, seria uma habitação modesta cujas dimensões estariam muito mais próximas das dimensões das habitações encontradas na Praça da Figueira¹³⁰² do que das casas pertencentes às elites urbanas encontradas na Praça Nova da Alcáçova de Lisboa¹³⁰³. Isto significa que a camada social que habitaria este ponto do arrabalde oriental pertenceria a estratos mais baixos da sociedade, tal como se supõe sobre os habitantes do bairro islâmico da Praça da Figueira¹³⁰⁴. Infelizmente, nem os dados arqueológicos, nem as fontes documentais actualmente conhecidas nos permitem elaborar qualquer proposta sobre as características morfológicas da generalidade das habitações de todo o restante Arrabalde Oriental, nem supor o nível social dos seus habitantes.

¹³⁰¹ Cf. Ana GOMES, Maria José SEQUEIRA, “Continuidades e discontinuidades...”, p. 103-110.

¹³⁰² As informações aqui apresentadas sobre as casas da Praça da Figueira foram retiradas da planta das escavações que se encontra publicada, foram consideradas as casas cujos vestígios dos pátios são apresentados como existentes e não como putativos (Rodrigo Banha da SILVA, Rosa Varela GOMES, Mário Varela GOMES, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011, p. 20).

¹³⁰³ As informações aqui apresentadas sobre as casas da Praça Nova da Alcáçova de Lisboa foram retiradas da planta das escavações que se encontra publicada cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAS, “Castelo de São Jorge – Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, n.º4, IPPAR, 2003.

¹³⁰⁴ Sobre o bairro islâmico da Praça da Figueira ver: Parte III, Subcapítulo 3.1 - Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”.

No edifício do actual Largo das Alcaçarias foram encontrados, em escavações arqueológicas realizadas em 2003, dirigidas pela arqueóloga da Câmara Municipal de Lisboa, Manuela Leitão, dois fornos para produção cerâmica, contudo os resultados arqueológicos destas escavações não foram até ao momento publicados, sendo conhecidos através de fontes indirectas que apontam a arqueóloga responsável como fonte oral¹³⁰⁵. Segundo o resumo de um artigo que não foi possível localizar, assinado pela responsável pelas escavações e por outros autores, este forno terá sido datado do século XII¹³⁰⁶. Aparentemente, no mesmo local foram encontradas estruturas de banhos pertencentes a uma casa quinhentista, erguida sobre o local onde funcionou a olaria islâmica ou lá muito perto¹³⁰⁷. A falta de informação sobre este importante ponto arqueológico não nos permite mais do que localiza-lo e tecer algumas considerações sobre a sua posição urbana. A olaria localizava-se junto à margem do Tejo que, tal como se observou nas escavações realizadas no Largo do Chafariz de Dentro, se situava aproximadamente ao nível da actual rua do Jardim do Tabaco e em alguns pontos, talvez até mesmo mais interiormente (ver figura 94). Esta localização é análoga à localização das olarias encontradas no Arrabalde Ocidental, as quais se situavam próximas ao esteiro, enquanto as olarias do Arrabalde Oriental se situavam numa posição de proximidade ao rio. Esta situação topográfica servia três propósitos evidentes. O primeiro consistia em os referidos cursos de água facilmente arrastarem os despejos das olarias. O segundo propósito consiste na posição privilegiada para escoar produtos através de via fluvial. O terceiro e último, na reconhecida necessidade de água no fabrico de produtos oleiros que assim poderia ser suprida com facilidade.

No Beco do Azinhal, local onde foram realizadas escavações arqueológicas conduzidas por Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes e Pedro Miranda, em 2005, foi encontrada uma realidade diferente dos contextos de olarias e habitações que já haviam surgido no Arrabalde Ocidental da

¹³⁰⁵ Cf. Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, pp. 377-395; Rodrigo Banha da SILVA, “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro: Um Contributo para o Conhecimento da Actividade Oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico”, trabalho académico para o Seminário de Arqueologia Medieval, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2007/2008.

¹³⁰⁶ No referido *abstract* é afirmado o seguinte: “The first structure corresponds to the Largo das Alcaçarias Islamic pottery production workshop located in the eastern suburb Luxbona (current Alfama) and its abandonment has been dated as the 12th century AD”. Este *abstract* encontra-se *on-line*, e refere-se ao seguinte artigo que não foi possível localizar: Miriam GOMEZ-PACCARD, Evdokia TEMA, Gregg MCINTOSH, Manuela LEITÃO, Marco CALADO, Paulo BOTELHO, “Full-vector archeomagnetic and rock-magnetic results from Portuguese kilns”, *Geophysical Research Abstracts*, Vol. 16, EGU2014-7069-1, 2014, disponível *on-line* em 15/05/2016: https://www.researchgate.net/publication/281861860_Full-vector_archeomagnetic_and_rock_magnetic_results_from_Portuguese_kilns

¹³⁰⁷ Os resultados sobre a descoberta dos banhos quinhentistas foram recentemente publicados, a localização parece coincidir com a localização dos fornos de cerâmica, apesar de não haver referência escrita a este facto (cf. Manuela LEITÃO, Marco CALADO, “Banhos termais no século XVI: Um exemplo em Alfama” in *Lisboa 1415 Ceuta: história de duas cidades*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2015, pp. 123-125).

cidade. Neste local, situado a noroeste do Largo do Chafariz de Dentro, verificou-se a existência de “*um poço, um espesso muro em pedra vã e uma estrutura complexa, interpretada como correspondente a um espaço de armazenamento que conteria originalmente um piso em tabuado*”¹³⁰⁸. Segundo Rodrigo Banha da Silva, esta estrutura complexa parece corresponder a um celeiro, cujo piso em tabuado isolaria os bens aí armazenados da humidade existente no solo¹³⁰⁹. A posição desta estrutura de armazenamento junto de uma das principais artérias que davam acesso à medina pode indiciar uma hipotética existência de um ponto de armazenamento e distribuição de bens que tanto poderiam ser produzidos no exterior do espaço urbano, como no seu interior, ou até, dada a proximidade da margem do rio, ser trazidas por via fluvial para esse local.

Na Rua dos Remédios, em plena via pública, em frente aos actuais números 5 a 9 e 11 a 13 foram encontradas duas estruturas de condução de água erguidas em época islâmica¹³¹⁰. Contudo não foi possível compreender a funcionalidade destas estruturas de condução de água. Estas estruturas estavam orientadas na direcção do rio, paralelas entre si, e transversais às fachadas dos prédios contíguos. Relativamente a estas estruturas será importante relembrar o esgoto de época romana que funcionou até pelo menos aos meados do século XII, encontrado no claustro da Sé de Lisboa.

No Mosteiro de S. Vicente de Fora, bem como nas Escolas Gerais encontraram-se estruturas de armazenamento de época islâmica¹³¹¹. Os primeiros provavelmente situavam-se fora da área urbana da cidade, sendo que os últimos talvez ainda se inserissem nos limites da área urbana do Arrabalde Oriental. A presença destas estruturas de armazenamento deveria relacionar-se com a produção agrícola que se praticava nas imediações da cidade.

Por último, devemos considerar a localização de um cemitério, recentemente arqueologicamente comprovado, cuja existência havia sido já antes proposta por Cláudio Torres em 1994¹³¹². Este cemitério seria possivelmente um dos maiores da cidade, e estaria implantado ao longo

¹³⁰⁸ Rodrigo Banha da SILVA, *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa* (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Lisboa, FCSH-UNL, 2012 (policopiado), p. 314.

¹³⁰⁹ Informação oral do arqueólogo Rodrigo Banha da Silva em 5 de Maio de 2016.

¹³¹⁰ *Ibidem*.

¹³¹¹ Sobre as estruturas de armazenamento encontradas no Mosteiro de S. Vicente de Fora ver: Fernando E. Rodrigues FERREIRA, “Os silos medievais de São Vicente de Fora”, *Arqueologia e História*, n.º 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 49-66; Sobre o silo islâmico encontrado na Rua das Escolas Gerais ver: Nuno NETO, Tiago FONTES, *Intervenção Arqueológica nas Escolas Gerais*, Lisboa, Neoépica, Lisboa, 2006, Processo S 12713, IGESPAR.

¹³¹² Cf. Cláudio TORRES, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa-Milão, 1994, pp. 80-85. A referência à Porta do Cemitério foi também notada por Adel Sidarus e António Rei (cf. Adel SIDARUS e António REI, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, 2001, pp. 37-72). As escavações que encontraram algumas sepulturas realizadas segundo o rito islâmico na Calçadinha do Tijolo foram conduzidas por Vanessa Filipe (cf. Vanessa FILIPE, “Perspectivas arqueo-

da via que saía da medina pela *Bab al-Maqbara*, a porta do cemitério, e que passava no local do posterior Mosteiro de S. Vicente. Não é possível actualmente estabelecer os limites concretos desta necrópole islâmica, pois os resultados arqueológicos sobre a sua existência são ainda escassos, mas a sua existência é irrefutável.

Esta multiplicidade de estruturas indica que o Arrabalde Oriental, tal como o Ocidental, não seria um espaço monofuncional, pelo contrário, pois os vestígios arqueológicos indicam a existência de estruturas com funcionalidades bem distintas. É possível, ainda assim, supor uma lógica no posicionamento das estruturas urbanas. Tal como observámos as olarias situavam-se junto à margem do Tejo, pois, esta posição era-lhes benéfica em vários sentidos. A uma cota ligeiramente superior, existiria provavelmente um núcleo residencial, onde se concentravam os habitantes do Arrabalde, o qual teria, como observámos no capítulo anterior, uma matriz urbana de época romana, a qual foi progressivamente alterada pela introdução de uma lógica urbana mais orgânica, que se terá iniciado antes do estabelecimento do domínio político islâmico na cidade. Nos limites, ou até, em dimensões menores, no interior do Arrabalde, mas sobretudo no seu exterior, existiriam espaços de produção agrícola, que, como veremos se manterão em funcionamento durante a época medieval cristã.

Deste modo, parece-nos razoável que, em época islâmica, a categorização que propusemos, entre um nível inferior do Arrabalde Oriental, abaixo da curva de nível dos 30-35m, mais densamente urbanizado, e um nível superior menos urbanizado, se adequa à realidade que as escavações arqueológicas têm vindo a desenhar nas últimas décadas.

Em seguida será observado como esta realidade se irá manter durante o período medieval de domínio político cristão, factor que se revela de forma indubitável na documentação dessa época.

Quadro 8. Sítios Arqueológicos do Arrabalde Oriental em Época de Domínio Islâmico ¹³¹³

Local	Responsável	Cronologia	Tipo de Contexto
Largo das Alcaçarias	Manuela Leitão ¹³¹⁴	Sécs. XI-XII	Habitacional; olaria
Rua de S. Miguel, 43	Rodrigo Banha da Silva ¹³¹⁵	Séc. XII	Habitacional
Largo do Chafariz de Dentro	Rodrigo Banha da Silva; Cristina Nozes; Pedro Miranda ¹³¹⁶	Séc. XI-XII	Despejo; olaria
Rua dos Remédios, 7 a 9	Rodrigo Banha da Silva ¹³¹⁷	Séc. XI-XII	Habitacional
Rua dos Remédios, na via em frente a 5 -9 e 11-13	Rodrigo Banha da Silva ¹³¹⁸	Séc. XI-XII	Estruturas de condução de água
Rua da Regueira	Rodrigo Banha da Silva ¹³¹⁹	Sécs. XI-XII(?)	Evidência Estratigráfica
Beco do Azinhal, 13	Rodrigo Banha da Silva, Cristina Nozes e Pedro Miranda ¹³²⁰	Sécs. XI-XII(?)	Poço e Celeiro (?)
Largo de S. Miguel	Rodrigo Banha da Silva ¹³²¹	Sécs. XI-XII(?)	estrutura de funcionalidade desconhecida
Beco da Cardoso	Nuno Ribeiro ¹³²²	Sécs. XI-XII	Lixeira (?)
Pátio da FRESS	Ana Gomes; Maria José Sequeira ¹³²³	Séc. XI-XII	Habitacional
Calçadinha do Tijolo, 37 a 43	Vanessa Filipe ¹³²⁴		Necrópole
Rua das Escolas Gerais, 15 a 23	Nuno Neto e Tiago Fontes ¹³²⁵	Séc. XI-XII	Silo (armazenamento de alimentos)
M. S. Vicente de Fora	Fernando Rodrigues Ferreira ¹³²⁶	Séc. XII	Armazenamento

¹³¹³ Para a georreferenciação destes sítios ver a figura 94.

¹³¹⁴ Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9...*, 2009, p. 387. A fonte original consiste na informação oral da arqueóloga responsável.

¹³¹⁵ *Ibidem*.

¹³¹⁶ *Ibidem*; Rodrigo Banha da SILVA *et alii*, Largo do Chafariz de Dentro/Rua dos Remédios (Alfama, Lisboa), 2007, Processo S – 30148, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR.

¹³¹⁷ Jacinta Bugalhão, “Lisboa Islâmica: uma realidade...”, p. 387; Rodrigo Banha da SILVA *et alii*, Largo do Chafariz de Dentro/Rua dos Remédios (Alfama, Lisboa), 2007, Processo S – 30148, Arquivo de Arqueologia do IGESPAR.

¹³¹⁸ Informação oral de Rodrigo Banha da Silva..

¹³¹⁹ Rodrigo Banha da SILVA, “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro ...”, 2007/2008.

¹³²⁰ *Ibidem*.; Rodrigo Banha da SILVA, *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa, FCSH-UNL, 2012 (policopiado), p. 314; Informação oral de Rodrigo Banha da Silva.

¹³²¹ Rodrigo Banha da SILVA, “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro ...”, 2007/2008.

¹³²² *Relatório Final: Beco da Cardoso – Ramais 33 e 35 – Projecto de Implantação de Gás Natural*, Processo S 33868, IGESPAR.

¹³²³ Ana GOMES, Maria José SEQUEIRA, “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico...”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001, pp. 103-110.

¹³²⁴ Comunicação oral de Vanessa FILIPE, Alice TOSO, Ana ANASTÁCIO, "Perspectivas Arqueobiológicas sobre duas necrópoles islâmicas de Lisboa: Castelo de S. Jorge e Alfama" no I Encontro de Arqueologia de Lisboa, Centro de Arqueologia de Lisboa, 26 a 28 de Novembro de 2015, Lisboa.

¹³²⁵ Nuno NETO, Tiago FONTES, *Intervenção Arqueológica nas Escolas Gerais*, Lisboa, Neoépica, Lisboa, 2006, Processo S 12713, IGESPAR.

CAPÍTULO 3 - O ARRABALDE ORIENTAL ENTRE 1147 E 1325: PÓLOS E PERIFERIAS

3.1 CONTINUIDADES E ROTURAS URBANÍSTICAS NA TRANSIÇÃO DO DOMÍNIO MUÇULMANO PARA O CRISTÃO

No Pátio interior da FRESS, escavações arqueológicas realizadas em 1996-1997 e em 2001, trouxeram à luz uma habitação construída de raiz em época de domínio político islâmico, que se manteve com a mesma funcionalidade após a transição para o domínio cristão¹³²⁷. Como já foi referido, trata-se de uma pequena habitação, estruturada em torno de um pátio central, cujas dimensões indicam que os seus habitantes pertenceriam a camadas sociais menos elevadas e que foi construída em meados do século XI, segundo os resultados das escavações arqueológicas. Durante o reinado de Afonso Henriques, a habitação sofreu remodelações que se podem resumir à transformação do pátio central num compartimento interior e à alteração do acesso à casa através da desactivação do anterior acesso e a abertura de um novo¹³²⁸.

Esta informação revela, por um lado, que, após a alteração do poder político, ocorreu uma continuidade na funcionalidade da estrutura, pois esta continuou a ser aproveitada para habitação e, por outro lado, ocorreu uma rotura na organização da habitação, deixando o pátio central de existir e com a alteração do acesso exterior. As remodelações na habitação devem muito possivelmente estar relacionadas com uma provável alteração na posse da propriedade, após 1147, deixando os seus novos proprietários de considerar útil a existência de um pátio central. A alteração do acesso denota uma opção que terá consequências relevantes ao nível do urbanismo, pois revela a desactivação de um adarve, em benefício de um novo acesso externo, aberto na fachada sul da habitação, a qual possivelmente daria acesso directo à via hierarquicamente mais relevante. Se considerarmos que esta

¹³²⁶ Fernando E. Rodrigues FERREIRA, “Os silos medievais de São Vicente de Fora”, *Arqueologia e História*, n.º 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 49-66.

¹³²⁷ Sobre esta habitação em época islâmica ver: Parte IV, Subcapítulo 2.3 - Um arrabalde multifuncional (habitações, olarias, cemitério). Os resultados desta escavação foram publicados em 2001. Ana GOMES, Maria José SEQUEIRA, “Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001, pp. 103-110.

¹³²⁸ Cf. Ana GOMES, Maria José SEQUEIRA, “Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001, p. 107: “O antigo pátio lajeado é coberto por uma camada de nivelamento onde vai assentar um pavimento com tijoleira e transforma-se num compartimento interior com o entaipamento das antigas entradas e com a construção de um muro que vai desactivar o antigo acesso à casa que se passa a fazer por um átrio construído a sul da casa junto ao primitivo salão... ...Esta remodelação foi efectuada no reinado de Afonso Henriques já após a conquista da cidade de Lisboa. A cronologia é-nos dada por uma mealha de Afonso Henriques”.

realidade poderá ter ocorrido em parte considerável das habitações da cidade, após a alteração do poder político da cidade, as alterações urbanísticas terão sido bastante significativas, com o desaparecimento tanto dos pátios centrais como sobretudo com o desaparecimento e privatização de muitos dos acessos às habitações.

Ao observar a malha urbana da Alfama actual, a qual se mantém com poucas modificações, comprovadamente desde pelo menos 1650¹³²⁹, verifica-se a existência de um urbanismo diferente do urbanismo implantado por Afonso III e D. Dinis em várias cidades do reino, e também na margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental de Lisboa, como observámos anteriormente¹³³⁰ (ver figura 95).



Figura 95. Ortofotomapa da área da Alfama actual com vias primárias, secundárias e adarves¹³³¹

¹³²⁹ Uma análise atenta à planta realizada por João Nunes Tinoco em 1650 e à malha urbana actual, permite chegar a esta conclusão, mesmo tendo em conta os vários problemas apresentados pelas incorrecções e distorções presentes na planta seiscentista. João Nunes Tinoco, *Planta da cidade de Lisboa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar / Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. M[a]g[esta]de anno 1650.* - Escala [ca 1:3100], mil palmos = [7,20 cm]. - Lisboa, Lith[ographia] da Imp[rensa] Nac[ional], 1853. Cota cc-1081-a da Biblioteca Nacional de Portugal. Note-se que o edificado actual não pertence obviamente ao século XVII, e ainda menos a épocas anteriores, salvo alguns casos pontuais, consideramos que a maior parte do edificado desta zona da cidade insere-se nos séculos XVIII e XIX, todavia não encontramos quaisquer estudos que confirmassem ou infirmassem esta nossa suposição. Alguns edifícios que revelam modos construtivos do período entre os séculos XV e XVI foram objecto de uma dissertação de mestrado (cf. Carlos Silva, *Caracterização construtiva do edificado de Alfama*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura/Património Arquitectónico apresentada na Universidade de Évora, 2007).

¹³³⁰ Referimo-nos às urbanizações realizadas por estes monarcas na margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental. Sobre este assunto ver Parte III, Capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

¹³³¹ A fonte do ortofotomapa é a plataforma digital Lisboa Interactiva: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> disponível em 15 de Maio de 2016.

Em Alfama, ou seja, nas antigas freguesias de S. Pedro, S. Miguel e S. Estêvão não se encontram os quarteirões longos, constituídos por lotes onde o comprimento é maior do que a largura. Pelo contrário, neste espaço do Arrabalde Oriental encontramos, ainda cristalizado na malha urbana actual, a presença de lotes quadrangulares, os quais se aglomeram junto uns dos outros, o que leva obrigatoriamente à utilização de adarves para o acesso aos lotes que se situam no interior destes aglomerados. Deste modo, parece-nos possível que os adarves ainda existentes em Alfama sejam um vestígio urbanístico de um momento em que aqui existiram aglomerados de edifícios estruturados em torno de pátio central, entretanto desaparecidos, os quais possivelmente foram erguidos durante o período de domínio político islâmico¹³³². A "sobrevivência" destes adarves e, sobretudo, deste parcelamento singular, ao longo dos últimos oito séculos e meio, deve-se ao facto de, durante este longo período de tempo, não ter ocorrido em momento algum uma reestruturação urbana sistemática que contemplasse este espaço de um modo realmente transformador, ao contrário do que aconteceu no Arrabalde Ocidental, nomeadamente na Baixa Pombalina. Importa, ainda assim, salientar que a malha actual de Alfama não se manteve incólume nos últimos oito séculos e meio, pelo contrário, sofreu alterações importantes que a ausência de dados documentais e de estudos arqueológicos sistemáticos e abrangentes nos impedem de descrever. Por exemplo, é natural que algumas das actuais vias secundárias fossem anteriormente adarves sem saída que, após a instalação do poder cristão, se tornaram, gradualmente, em vias com continuidade, um fenómeno comum no processo de cristianização das cidades islâmicas¹³³³. O que aconteceu em Alfama, caso pontual no território português, foi a já referida ausência de remodelações extensas na malha urbana, a qual se prende com vários factores: o desinteresse da aristocracia urbana em habitar esta parte da cidade, a ausência de instalações fabris, que apenas se situaram na zona ribeirinha em espaços ganhos ao Tejo, a existência de um espaço livre de edificado a norte desta zona, o qual, como vimos, perdurou até tempos recentes, por último, a resistência do edificado às catástrofes naturais que assolaram a cidade neste longo período. Todos estes factores tornaram Alfama um caso singular na história do urbanismo português, o qual é pautado pela ausência de vestígios da matriz urbana de época islâmica, a qual se definia por um

¹³³² Sobre a relevância e implicações no urbanismo de casas estruturadas em torno de pátio central ver Prólogo, Subcapítulo 2.2 - As lógicas do urbanismo islâmico; Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, pp. 69-95.

¹³³³ Sobre o processo de cristianização das cidades islâmicas ver: Pedro JIMÉNEZ CASTILLO, Júlio NAVARRO PALAZÓN, "El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista Cristiana" in *La Ciudad Medieval: de la casa al tejido urbano*, Jean Passini (coord.), Universidad de Castilla-La Mancha, 2001.

urbanismo marcado pelos adarves que davam acesso a edifícios estruturados em torno de pátio-central¹³³⁴.

Importa também compreender que em toda a zona ribeirinha a oriente do Chafariz del Rei e a ocidente das Tercenas da Porta da Cruz, erguidas no reinado de D. Manuel, a praia medieval se manteve praticamente inalterada, desde a construção da Cerca Fernandina, em 1373, até à construção do Terreiro do Trigo em 1766¹³³⁵, tal como demonstram a gravura de Leiden, realizada no último quartel do século XVI (ver figura 97), a planta realizada por Tinoco em 1650 (ver figura 96) e a planta da margem ribeirinha da cidade realizada em 1727¹³³⁶. Assim sendo, podemos afirmar que a evolução da frente ribeirinha do Arrabalde Oriental se diferencia em absoluto da evolução urbana que ocorreu no Arrabalde Ocidental, a qual foi muito mais precoce e profunda, como já foi observado. Esta diferença deve-se em grande medida à ausência de um núcleo de estruturas urbanas com relevância social e económica, durante toda a idade média, que se concentravam no Arrabalde Ocidental e não no Oriental, uma decisão que iria marcar indelevelmente a forma da cidade, e que, como referimos anteriormente foi em grande parte atribuível a Afonso III e a D. Dinis.

¹³³⁴ Esta ausência de vestígios do urbanismo islâmico que caracteriza o território do português e a sua divergência relativamente a várias cidades meridionais espanholas foi percebida de forma notável por Luísa Trindade. Contudo, a investigadora, que estudou um vasto território, abrangendo um muito significativo número de cidades, não fez considerações sobre o caso de Alfama, notando ainda assim a existência de “*uma rede viária imbricada, onde os adarves assumem um peso significativo*” na cartografia relativa ao desaparecido Arrabalde Ocidental (cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 86 e segs.).

¹³³⁵ Tal como nos informa uma inscrição inserta na fachada norte do corpo central do edifício: *José I. Augusto Invicto Pio Rei e Pai Clementíssimo dos seus vassallos para assegurar a Abundancia de pão aos moradores da sua nobre e leal cidade de Lisboa e a desterrar dela a impiedosa dos monopólios debaixo da inspecção do senado da Câmara sendo presidente dele Paulo de Carvalho Mendonça mandou edificar desde os fundamentos este celeiro público ano MDCCLXVI.*

¹³³⁶ Referimo-nos à *Planta Topographica das Marinhas das Cidades de Lisboa Ocidental e Oriental*, Lisboa, Museu da Cidade, cota MC. DES. 1403. Não nos foi possível ter acesso a uma cópia digital desta planta com qualidade suficiente para aqui ser inserida.

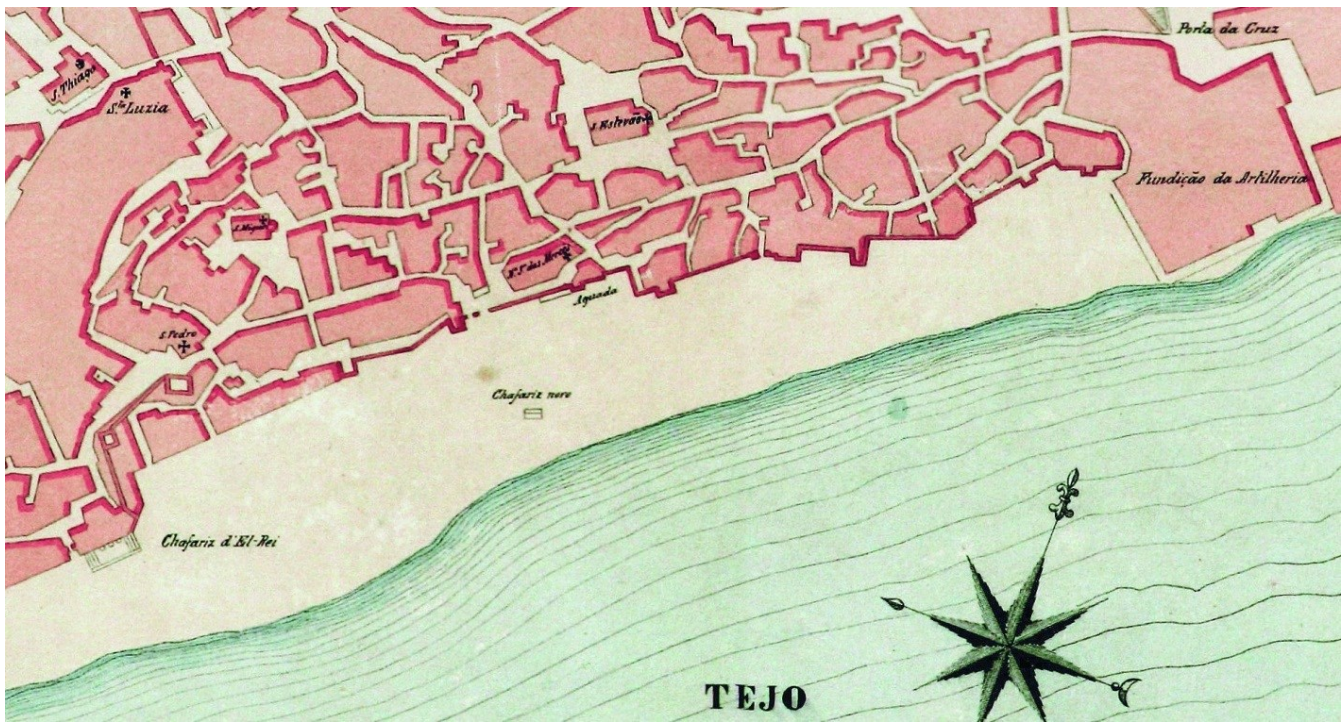


Figura 96. Margem Ribeirinha de Alfama em excerto da Planta de João Nunes Tinoco (1650)

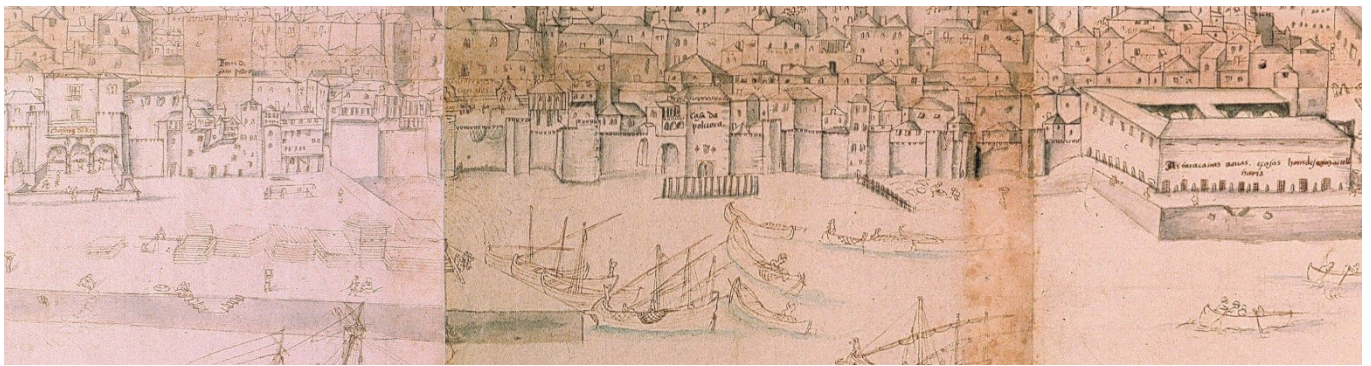


Figura 97. Margem Ribeirinha de Alfama em excerto do desenho de Leiden (último quartel séc. XVI)

3.2 DENSIDADE E TIPOLOGIA DA PROPRIEDADE URBANA DO ARRABALDE ORIENTAL

A análise à documentação produzida a partir do último quartel do século XII permite-nos observar as tendências gerais da tipologia da propriedade que aí existia. Visto que a origem dos dados documentais se restringe aos cartórios eclesiásticos e aos documentos régios que chegaram aos nossos dias, os quais se referem sobretudo à transferência de propriedade relativa aos interesses dessas instituições, não seria correto projectar os dados extraídos da documentação directamente para uma reconstituição exacta da forma urbana do Arrabalde Oriental medieval, pois isso induziria a interpretações afastadas da realidade. Ainda assim, o estudo atento da documentação permite perceber alguns aspectos que de outra forma nos escapariam irremediavelmente. A análise à documentação permitiu identificar a tipologia das propriedades, a paróquia em que estas se encontravam, a data da transacções e as identidades envolvidas nas transacções. Tendo como base de trabalho estes dados, elaborámos alguns gráficos que agrupam a informação recolhida em três momentos cronológicos distintos¹³³⁷. O primeiro dos intervalos cronológicos refere-se ao momento inicial, até aos meados do século XIII, altura que coincide aproximadamente com o início do reinado de Afonso III, época em que a cidade passa a ser definitivamente preferida como cabeça do reino e em que desaparece das fronteiras terrestres portuguesas a ameaça muçulmana. O segundo momento abrange toda a segunda metade do século XIII, época em que a cidade conhece um período de consolidação demográfica, social e económica. O terceiro momento é já posterior às grandes alterações conduzidas por Afonso III e D. Dinis, e serve de indicador do caminho que a cidade tomará nos reinados seguintes. No entanto, devemos salientar que a análise a esta documentação não permite uma reconstituição espacial do Arrabalde Oriental precisa, pois, devido à falta de medidas e referências exactas não é possível estabelecer, dentro da paróquia referida no documento, o local exacto onde se situavam as propriedades.

¹³³⁷ Para a elaboração destes gráficos foram tidas em conta as referências da propriedade transaccionada e as outras propriedades referidas nas confrontações, o que permite em determinados casos contabilizar, por exemplo uma casa numa determinada freguesia, num documento, e em outro documento contabilizar quatro casas, uma tenda e um forno. A documentação que permitiu a produção deste gráfico foi recolhida nos seguintes fundos documentais: *Chancelaria Afonso III*, Livros 1, 3; *Chancelaria D. Dinis*, Livros 1, 2, 3, 4; ANTT, *Gavetas 1 e 11*; ANTT, *Mosteiro de Chelas*; ANTT, *Mosteiro de São Vicente de Fora*, 1ª e 2ª Incorporações; *Inventário de Compras*; *Livro D. João de Portel*; *Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas* (ANTT, *Núcleo Antigo*); ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova*; ANTT, *Colegiada de Santa Marinha*, ANTT, *Colegiada de S. Estêvão*; ANTT, *Colegiada de S. Pedro de Alfama*; ANTT, *Ordem de Cister - Mosteiro de Alcobaça*; Reservados da Biblioteca Nacional.

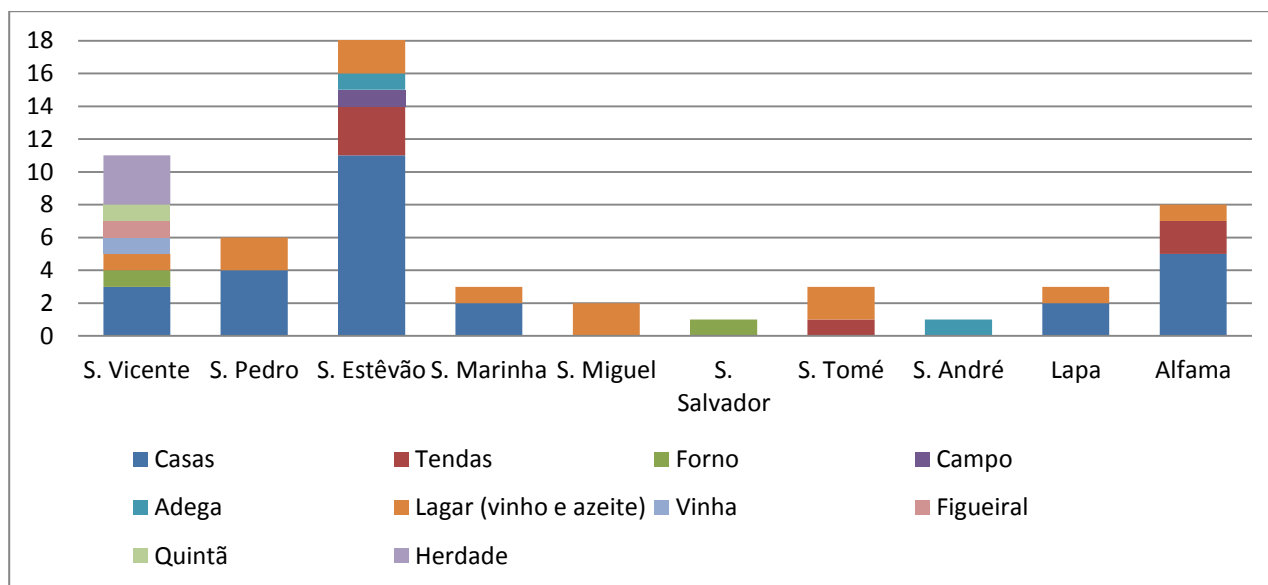


Gráfico 6. Tipologia da Propriedade no Arrabalde Oriental entre 1147-1249

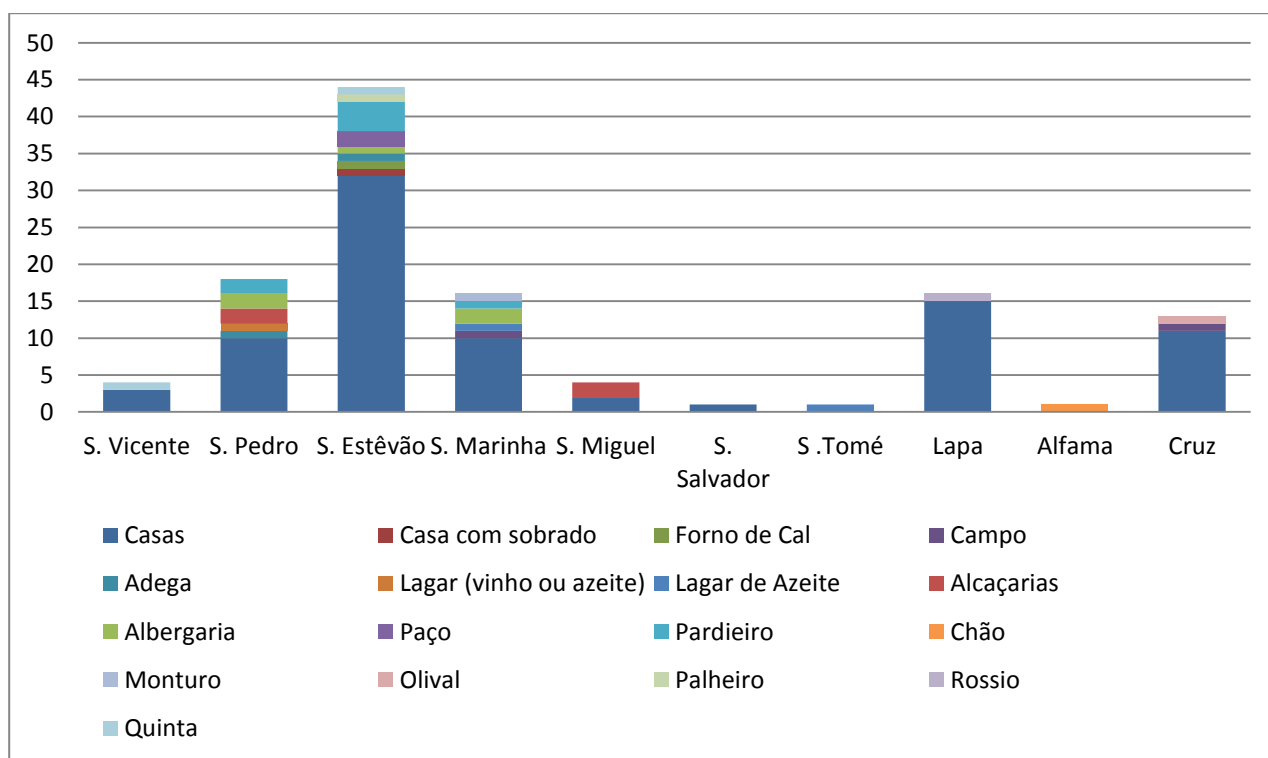


Gráfico 7. Tipologia da Propriedade no Arrabalde Oriental entre 1250-1300

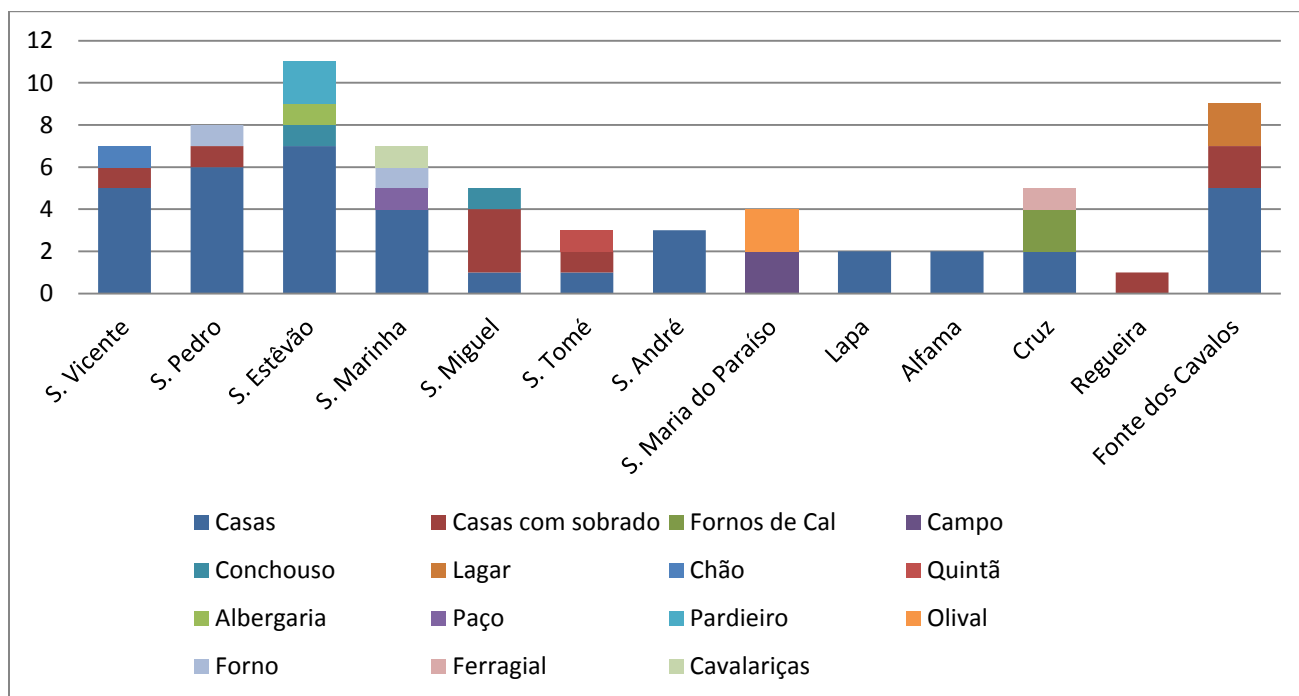


Gráfico 8. Tipologia da Propriedade no Arrabalde Oriental entre 1301-1325

Apesar de não existirem circunscrições paroquiais para o período que é aqui analisado, as plantas mais antigas das freguesias de Lisboa permitem perceber aproximadamente os limites das freguesias medievais, tendo em conta que a sua demarcação não sofreu grandes alterações no seu perímetro urbano, entre a época medieval e o século XVIII, tal como é possível observar na comparação entre estas plantas e a documentação¹³³⁸.

Note-se, antes de mais, a evolução da tipologia da propriedade ao longo dos três períodos cronológicos, com o decaimento gradual das referências a propriedades de tipo rural em todas as freguesias (vinha, herdade, lagar, campo, quintã, figueiral, adega e olival) mas, sem que algumas tipologias nunca desaparecessem totalmente (lagar, campo, quintã, olival). Este dado estatístico é congruente com a crescente urbanização que decorre gradualmente desde a data dos primeiros documentos até ao final do reinado do Lavrador. Ao logo dos três períodos, constata-se que as tipologias de carácter mais rural ocorrem sobretudo nas freguesias mais setentrionais do Arrabalde Oriental (S. Tomé, S. André, S. Vicente, S. Marinha do Outeiro), um facto que reforça a nossa proposta

¹³³⁸ Referimo-nos às plantas concebidas no levantamento topográfico conduzido pelo Sargento-Mor José Monteiro de Carvalho entre 1756 e 1768 existente na Torre do Tombo em Lisboa (ANTT, *Códices e Documentos de Proveniência Desconhecida*, nº 153, *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*). Ver anexos 4 a 9.

de ter existido uma diferença relevante na densidade urbana dos dois níveis deste arrabalde, onde o nível meridional teria uma rede urbana mais densa e, conseqüentemente, menos ruralizada¹³³⁹.

De entre as várias freguesias referenciadas na documentação, a freguesia de S. Estêvão sobressai como a mais referida, em todos os três períodos. Esta informação reforça a possibilidade de que esta freguesia tenha conhecido uma maior expansão urbana relativamente às outras freguesias, o que terá levado a uma maior transacção de propriedades. A localização desta freguesia, na orla do Arrabalde Oriental da cidade, ao longo de uma das mais importantes vias de acesso a Lisboa, a via que deixava a cidade murada através da Porta de Alfama e seguia paralela ao rio em direcção a Sacavém seguindo para Santarém, era propícia ao crescimento urbano e à consolidação da sua malha urbana, facto que se esclarece através da análise aos dados documentais.

Outro factor que estes gráficos revelam sem ambigüidade é o crescimento em altura, sobretudo após o final do século XIII, uma realidade em evolução que aqui observamos apenas no seu momento inicial, e que terá alterado em grande medida a forma urbana do Arrabalde Oriental. Neste sentido, note-se a evolução do gráfico que entre 1250-1300 apresenta apenas uma casa sobradada em S. Estêvão, para o gráfico do período seguinte (1301-1325) em que as casas sobradadas surgem em várias freguesias de todo o arrabalde, com maior incidência na zona de Alfama: S. Miguel (3), Fonte dos Cavalos (2), S. Pedro (1), Regueira (1), S. Tomé (1), S. Vicente (1). Esta informação vem também reforçar a ideia de que o nível meridional do Arrabalde Oriental teria uma densidade urbana maior do que o nível setentrional.

Um documento regista o incremento da densidade urbana de Alfama com especial relevo. Trata-se de uma doação, realizada em 1263, por D. Afonso III a um Estêvão Azo, homem do rei, e Maria Sanches sua mulher, de um local vago para a construção de casas¹³⁴⁰. O local doado por Afonso III é relevante pois trata-se de um espaço aparentemente não edificado situado entre a torre que defende a Porta de Alfama, ou seja a Torre de S. Pedro, e o cubelo que lhe é mais próximo. Este seria um dos últimos espaços a ser urbanizado pois em caso de ataques externos a sua demolição seria bastante provável. Além disso, as confrontações deste espaço vago revelam já a presença de várias outras

¹³³⁹ Sobre esta questão ver Parte IV, Capítulo 1: O cenário topográfico e a marca do passado.

¹³⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, Livro I, fl. 67, de 14 de Abril de 1263: “*per multo servicio quem facitis et fecistis illum locum qui est super portam q vocat de alfama scilicet illum locum qui est inter turrem et cubelum qui stant super eandem portam de alfama et habet in latitudine a muro ...? Ad turrem tres bracias et dimidia (6,44m) et similiter habet in longitudine super eandem portam de alfama super viam publicam quinq bracias et dimidia (10,12m) et habet de cubello per murum supra quator bracias et dimidiam. cuius loci isti sunt termini uso orientem a dextris finis muritus ...?... a sinistris sic dividit cum domo petrus de frenellis usum occidentem sic dividit cum domo Marie Iohanes quandam uxor Martini Ara et cum domo Dominicus Martini Budel usus aquillone sicut dividit cum domo Orrace de Covvaria que e circa murum usus africanum sicut dividit per via publica cum domo Gontine Plagii. do vobis in quem predictum locum q vos faciatis ibi domos et habeatis igitur vos et filli et filie vostre et omnes sucessores vestri predictas casas quas feceritis in supradicto loco...*”.

propriedades nesse espaço. Esta torre estaria ainda visível no último terço do século XVI, sendo facilmente reconhecível, a oriente do Chafariz de El-Rey, na gravura anónima de Lisboa existente que se encontra na Biblioteca de Leiden (ver figura 98).

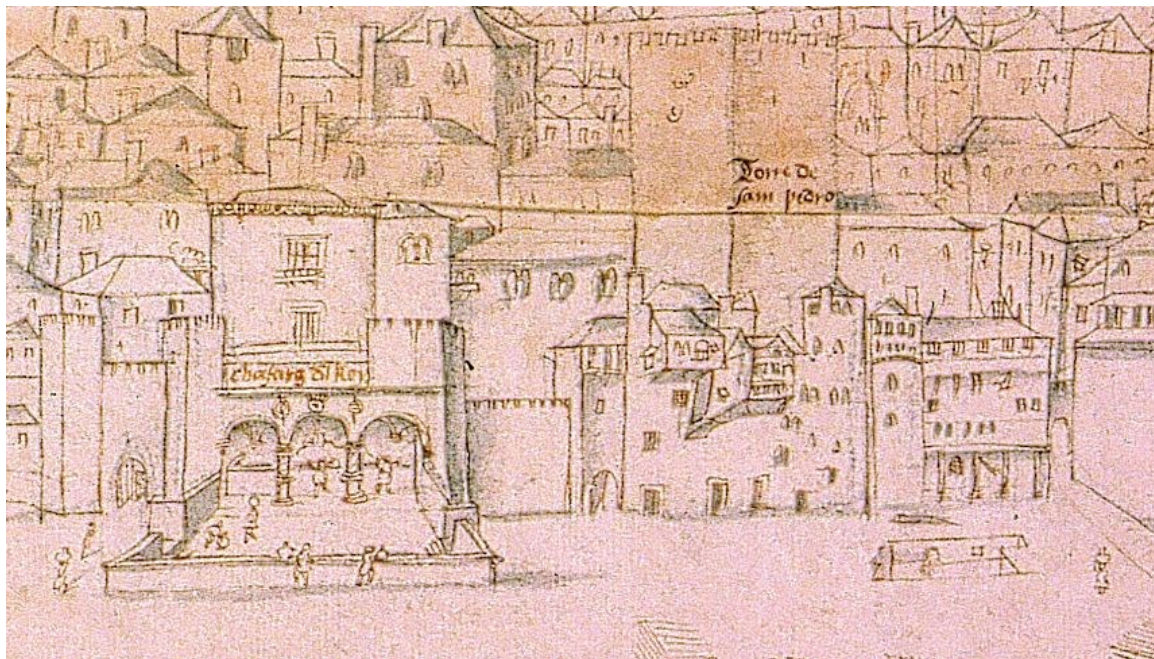


Figura 98. Pormenor da Gravura de Lisboa da Biblioteca de Leiden com a Torre de S. Pedro e o Chafariz del Rei.

Um outro tema que a análise a estes gráficos revela consiste no desaparecimento de referências a tendas no Arrabalde Oriental. Note-se que as referências a tendas apenas surgem no primeiro período (1147-1249) aqui analisado, período em que a documentação é mais escassa e por isso esta informação se torna ainda mais relevante. Nos períodos seguintes, bastante melhor documentados, a referência a tendas desaparece totalmente da documentação. A nossa proposta de interpretação destes dados é que possa ter existido um ou dois núcleos comerciais, possivelmente com raízes no período de domínio político muçulmano, e que terão decaído até desaparecerem totalmente. A proposta de terem existido dois núcleos comerciais reflecte o facto de a documentação referir tendas em Santo Estêvão e em Alfama, provavelmente situadas junto da via que saía da cidade no sentido oriental, em direcção a Santarém, e também surgir uma tenda na freguesia de S. Tomé, que possivelmente se situava não muito longe deste templo que, como vimos anteriormente se situava no local da bifurcação da principal via do

nível superior do Arrabalde Oriental¹³⁴¹. Sobre os factores que poderão ter estado na origem do desaparecimento destes núcleos comerciais podemos apenas sugerir que poderão ter uma relação com o desinteresse da Coroa e do concelho em que estes núcleos comerciais existissem e florescessem. Talvez esse desinteresse se relacione com o interesse que a Coroa mostra em investir e fomentar o núcleo comercial do Arrabalde Ocidental e também do Chão da Feira, como notámos anteriormente, ou talvez estes núcleos comerciais tenham decaído naturalmente devido à concorrência de outros pontos comerciais, mas sem mais dados não é possível ir mais longe do que realizar estas sugestões¹³⁴².

3.3 PÓLOS DE ATRACÇÃO URBANA

3.3.1 A Cruz e a Lapa: a propriedade régia no extremo oriental do arrabalde

O topónimo Cruz surge no reinado de Afonso III em alguns documentos associado a uma enigmática porta e respectivos muros. O primeiro destes documentos, datado de 1263, consiste numa autorização deste monarca a Martinho Pires e sua mulher, Constança Afonso, seus criados, para a construção de casas entre os muros da Porta Cruz, mais precisamente sobre estes muros¹³⁴³. A localização deste sítio não é difícil de situar, visto que é assinalado na Planta de Lisboa de João Nunes Tinoco, realizada em 1650.

¹³⁴¹ Ver figura 91.

¹³⁴² Sobre a evolução do núcleo comercial do Arrabalde Ocidental ver Parte III, Capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

¹³⁴³ Cf. ANTT, Chancelaria de Afonso III, *Livro 1*, fl. 94, de 27 de Agosto de 1269: "*ego Alfonsus dei gratia Rex Portugaliae et Algarbij mando et concedo Martino Petri et uxori sue Constancie Alfonsi mee criate quod ipsi faciant casas inter Muros de Porta illius loci qui vocatur Crux. Scilicet super ipsis Muris...*".

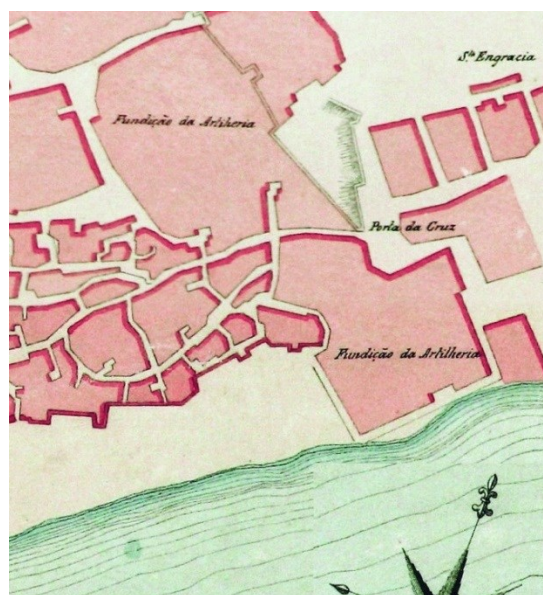


Figura 99. Porta da Cruz em excerto da Planta de Tinoco (1650)

O que torna esta porta enigmática é o facto de que não temos conhecimento de uma muralha defensiva em 1263, onde pudesse a referida porta estar instalada. A verdade é que a porta existia e os muros que lhe davam sentido também existiam, mais de um século antes da construção da cerca fernandina. As hipóteses da sua origem são naturalmente múltiplas, sendo que, neste momento, a inexistência de dados arqueológicos ou documentais não nos permite conhecer melhor esta estrutura. Podemos afirmar que se tratariam de vestígios de um sistema defensivo de época islâmica, que tanto poderiam consistir numa cerca do Arrabalde Oriental, como numa estrutura isolada de controlo do acesso à cidade, instalada na principal via de acesso pelo lado oriental da cidade¹³⁴⁴. Também é possível considerar qualquer cenário em que esta estrutura tenha sido construída entre 1147, a tomada da cidade pelos cristãos, e 1263, a primeira referência documental. Talvez um dia a arqueologia permita esclarecer esta questão, mas neste momento podemos apenas colocar estas hipóteses, sem sequer podermos determinar a nossa preferência por qualquer uma. Ainda assim, notámos, tal como já havia notado Augusto Vieira da Silva, que João Nunes Tinoco desenhou, na planta mais antiga de Lisboa, um muro que não pertence à cerca fernandina, e que poderá estar, ou não, relacionado com as Portas da Cruz. Se a sugestão dada pela planta de Tinoco é de algum modo, aparentemente tentadora, a verdade é que nos parece pouco provável aceitar que uma estrutura defensiva, que tinha perdido qualquer propósito militar em 1373, existisse ainda em 1650 (ver figura 99).

¹³⁴⁴ Augusto Vieira da Silva afirma, sem qualquer base documental ou arqueológica que “*Antes da construção da cerca de D. Fernando parece que neste sítio havia uma obra avançada da linha de defesa mourisca da cidade, em cujos muros se abria uma Porta da Cruz...*” Cf. *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 73.

Seja como for, existisse ou não uma muralha, a Porta da Cruz tinha como propósito controlar o acesso à cidade através da principal via oriental. Seria naturalmente um local onde os oficiais do concelho fiscalizavam e taxavam pessoas e produtos que entravam e saíam da cidade. Tratava-se portanto de um ponto nevrálgico onde o controlo militar era um factor decisivo e que, do ponto de vista da lógica urbana, marcava o limite oriental da cidade. Não constitui por isso surpresa, que perto do local da Cruz, mais precisamente, entre a Cruz e o Mosteiro de S. Vicente, existisse, em 1286, um olival e campo onde estavam situadas covas, ou seja silos “para ter pão”¹³⁴⁵. Este olival entrou na posse da Coroa através de um escambo efectuado por D. Dinis com os Hospitalários, ao que parece, já depois de o monarca aí ter mandado abrir as referidas estruturas de armazenamento. Uma outra estrutura de armazenamento sugere-nos uma relação com este olival régio, nomeadamente um palheiro pertencente ao rei localizado na Freguesia de S. Estêvão, a freguesia mais oriental da cidade¹³⁴⁶. As covas que D. Dinis mandou fazer ficaram profundamente ligadas ao local, tal como revela o facto de ainda no século XVI aí existir o Postigo do Coval del-Rei¹³⁴⁷. Importa também relacionar as documentadas covas de D. Dinis com os vários silos encontrados em escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de S. Vicente de Fora, alguns dos quais terão sido abertos em época de domínio islâmico, e que se terão sido progressivamente entulhados até ao século XIV, momento em que terão sido definitivamente colmatados¹³⁴⁸. A existência de um conjunto organizado de silos abertos em época de domínio islâmico, perto do local onde depois D. Dinis ira mandar abrir as suas covas para ter pão, não é obviamente uma coincidência. A continuidade da funcionalidade de armazenamento verificada nesta área, desde época islâmica até, pelo menos, ao século XIV indicia uma transição entre o domínio político islâmico e o cristão onde se mantiveram os modos de exploração do território, bem patentes, neste caso, nos limites urbanos da cidade.

¹³⁴⁵ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis, Livro 1*, fl. 171v., de 18 de Julho de 1286 : “e dou-lhe em escambo por outro olival e campo que essa ordem avia a sob la Cruz cabo do Mosteiro de S. Vicente de fora em o qual eu mandey fazer covas para teer o meu pão...”

¹³⁴⁶ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 3v., escrito entre 1299 e 1300, publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 333: “Item habet domnus Rex in dicta rua unam domum ubi solet tenere paleam”.

¹³⁴⁷ Cf. Augusto Vieira da SILVA *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 65.

¹³⁴⁸ A datação das cerâmicas de época islâmica encontrada no interior destes silos tem sido fruto de alguma controvérsia, pois enquanto o responsável pela escavação data estas cerâmicas do séc. X ou XI, Jacinta Bugalhão data os mesmos materiais do séc. XII (Cf. Fernando E. Rodrigues FERREIRA, “Os silos medievais de São Vicente de Fora”, *Arqueologia e História*, n.º 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 49-66; Jacinta BUGALHÃO, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, p. 386).

A Cruz era um local onde a presença da Coroa era preponderante, tanto através do controlo da estrutura defensiva da Porta como das propriedades agrárias já referidas, como por várias outras propriedades referidas em documentos da década seguinte¹³⁴⁹. Além disso, imediatamente a sul da Porta da Cruz, ainda nos limites paroquiais de S. Estêvão, situava-se um local denominado em época medieval como Lapa (ver figura 102). No final do século XIII este era um local onde existiam algumas estruturas relevantes pertencentes à Coroa. Referimo-nos às Casas da Moeda e ao Estudo Geral, instituições que talvez tenham partilhado um mesmo espaço, como veremos.

Antes de avançarmos para a nossa análise à instalação destas duas instituições medievais, o Estudo e a Casa da Moeda, retornemos ao reinado de Afonso III, mas precisamente a Fevereiro de 1264. Num dia não determinado desse mês o pai de D. Dinis adquire onze ou mais casas e dois pardieiros, situados na freguesia de S. Estêvão, na Lapa, a vários proprietários privados, numa clara acção conjunta e planeada¹³⁵⁰. A documentação não esclarece quais os objectivos do monarca, facto que nos obriga à elaboração de suposições plausíveis sobre as intenções deste rei. A compra generalizada e sistemática de propriedade urbana em Lisboa não constitui novidade, pois já foi por nós analisada a sua acção sobre o centro comercial que existia na Corredoura e nas vias contíguas a esta, no último quartel do século XIII¹³⁵¹. No caso do Arrabalde Ocidental, foi, desse modo, possível elaborar uma proposta fundada sobre os objectivos do monarca ao realizar essa grande operação de aquisição de propriedade urbana comercial. No entanto, no que respeita à operação de aquisição régia, comparativamente menor, mas inquestionavelmente sistemática e planeada, ocorrida em S. Estêvão na Lapa, não será tão simples perceber os objectivos últimos de Afonso III. Podemos, ainda assim, afirmar sem qualquer dúvida que o rei pretendia estabelecer, ou talvez, incrementar a propriedade urbana da Coroa neste local ribeirinho do limiar oriental de Lisboa. A dimensão da aquisição, apesar de ser muito menor do que a que ocorreria cerca de uma década depois no Arrabalde Ocidental, não deixa por isso de ser considerável. Deste modo, somos levados a crer que esta operação de aquisição de propriedade régia esteja de algum modo relacionada com as posteriores estruturas régias que surgirão nesse mesmo local, a Lapa. É possível que as casas e pardieiros adquiridos por Afonso III em 1264 sejam as mesmas

¹³⁴⁹ Alguns documentos referem propriedades régias no local da Cruz sem especificarem a natureza dessa propriedade. Numa venda, feita em 1297, de uma casa, “*na Crux eno Outeyro*”, surgem nas confrontações a ocidente “*casas do rei*” (cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 8, nº 152, de 29 de Maio de 1297); Num aforamento de casas, na Freguesia de S. Estêvão, na Cruz, feito em 1298, surge nas confrontações a sul “*o Rei*” (cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 57, nº 1133, de 28 de Abril de 1298).

¹³⁵⁰ A documentação que se refere a esta operação de aquisição régia encontra-se em dois fundos documentais: ANTT, *Gaveta 11*, maço 2, nº 20, e ANTT, *Chancelaria D. Afonso III, Livro 3*, fl. 18.

¹³⁵¹ Sobre este assunto ver Parte III, Subcapítulo 5.4 - A Rua da Correaria: uma operação de aquisição régia.

que o *Livro dos Bens Próprios* refere como um grupo de propriedades que o D. Dinis então possuía: *ad Lapam x domos sub Moneta*¹³⁵².

Relativamente às Casas da Moeda em S. Estêvão, à Lapa, são referidas pela primeira vez num escambo realizado, em 1287, entre o rei e a confraria dos clérigos ricos, onde o monarca cede casas junto à Torre da Escrivanhina, para ganhar a posse de umas “*casas que a dicta confraria avia ena Cruz hu fezerom a moeda, as quaes lhy deu Estevam Anes que foy Chanceler*”, atestando deste modo a sua existência anterior¹³⁵³. Estevão Eanes foi de facto chanceler de Afonso III e terá realmente possuído umas casas neste local, nas quais Mário Costa supõe ter existido uma escola capitular de gramática¹³⁵⁴. A relação entre esta *scole de grammatica* e o Estudo é difícil de esclarecer, pois tanto pode ter sido apenas uma escola capitular de gramática, como pode ter tido alguma relação com o Estudo. Se esta última hipótese for a correcta, note-se que repertório régio refere as escolas de gramática no passado. Sendo assim, onde estaria então instalado o Estudo Geral nos primeiros anos do século XIV?

Tal como já observámos no capítulo sobre o Arrabalde Ocidental¹³⁵⁵, o objectivo de D. Dinis em instalar o Estudo Geral na Pedreira não teve sucesso, pois, passado poucos anos, por algum motivo que desconhecemos, o mesmo monarca viu-se obrigado a mudar a localização do Estudo para o Arrabalde Oriental, provavelmente para perto das Portas da Cruz, na freguesia de S. Estêvão, à Lapa¹³⁵⁶. Não é possível perceber o momento exacto em que ocorreu a transferência do Estudo de um arrabalde da cidade para o outro, sendo apenas possível perceber que provavelmente este já teria abandonado a Pedreira entre 1299 e 1301, período em que foi escrito o *Livro dos Bens Próprios*, o qual

¹³⁵² Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 3., escrito entre 1299 e 1300, publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 333: “*In primis habet domuns Rex ad Lapam x domos sub Moneta*”.

¹³⁵³ Cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis, Livro I*, fl. 195v., de 2 de Abril de 1287.

¹³⁵⁴ Cf. Mário Alberto COSTA, *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991, p. 53. Mário Costa tem como base para esta afirmação o facto de serem referidas no *Livro dos Bens Próprios*, casas da Moeda “*uby fuerunt scole de grammatica*” (Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 3., o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 333).

¹³⁵⁵ Sobre a efémera implantação do Estudo Geral da Pedreira ver: Capítulo 7: A Pedreira - crescimento urbano nos limites do Arrabalde Ocidental.

¹³⁵⁶ Até à publicação do estudo de Matos de SEQUEIRA, *O Carmo e a Trindade*, a localização da Pedreira permaneceu um tópico confuso e mal compreendido, sobretudo devido à não diferenciação entre as referências que situavam o Estudo neste local e outras que o situavam em S. Estêvão à Lapa, nomeadamente no *Livro dos Bens Próprios* (Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fls. 3 e 16, escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 333). Matos Sequeira resolveu definitivamente esta questão em 1939 localizando a Pedreira no Arrabalde Ocidental. Certamente por lapso, Carlos Guardado da Silva situa a Pedreira em Alfama (cf. Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 258-259). Sobre a evolução urbana na Pedreira ver Capítulo 7: A Pedreira - crescimento urbano nos limites do Arrabalde Ocidental.

registra a presença do Estudo nesse local como uma realidade pretérita¹³⁵⁷, e que em 1303 já não estaria, com toda certeza, instalado nas casas do rei na Pedreira, pois estas são então aforadas à família Navarro¹³⁵⁸. Durante alguns anos da primeira década do século XIV, a sede do Estudo terá provavelmente ocupado as antigas Casas da Moeda, ou alguma propriedade da Coroa junto a estas, mas a sua permanência neste local foi também efémera, pois em 1308 o Estudo foi transferido para Coimbra, tal como se verifica na bula do Papa Clemente V *Profectibus publicis ex debito*, de 26 de Fevereiro, onde este autoriza a transferência do Estudo Geral para Coimbra¹³⁵⁹. A única referência à presença do Estudo perto das Casas da Moeda da Porta da Cruz, no início do século XIV é uma carta de D. Fernando realizada em 1377 onde se afirma que o Estudo iria regressar a Lisboa para a “*moeda velha hu ante soya de estar*”. Deste modo, a localização do Estudo em Lisboa nos inícios do século XIV, após abandonar a Pedreira, permanece, por falta de documentação esclarecedora, um assunto ainda em aberto.

Sobre a estrutura arquitectónica das Casas da Moeda nada é conhecido, tal como nada se conhece sobre o edifício, ou edifícios, onde se instalou o Estudo Geral. A verdade é que o estabelecimento do Estudo neste local fez tradição, pois, em 1377, quando o Estudo regressa a Lisboa, este é instalado na “*moeda velha hu ante soiya de estar*”¹³⁶⁰. A fundação dionisina do Estudo de Lisboa é um acto de grande relevância que se prende, segundo Hermenegildo Fernandes, com a construção simbólica de um centro político, tendo como primeiro autor D. Dinis, monarca que traça as principais linhas orientadoras do funcionamento desta instituição no período medieval, nomeadamente, “*o estrito controlo régio que sempre se irá exercer sobre o Estudo, ditando tanto as condições como o local da sua actividade*”¹³⁶¹.

¹³⁵⁷ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 16., o qual foi escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 348: “...in rua quas dedit dominus Rex pro escanbium Capitulo ulixbonensi pro campo et pro vinea quae dictum Capitulum habuit in Petraria ubi fuit Studium Escollarium”.

¹³⁵⁸ Tal como revela o aforamento feito em 21 de Agosto de 1303, das “...casas novas na Pedreira as quaes foram escolas com seu campo...” a vários membros da família Navarro (cf. ANTT, *Chancelaria D. Dinis, Livro 4*, fl. 25v., 26). Sobre a família Navarro e a criação do núcleo judaico da Pedreira ver: Manuel Fialho SILVA, “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”, *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 185-186.

¹³⁵⁹ Cf. *Livro Verde da Universidade de Coimbra*, António Gomes Rocha MADAÍL (ed.), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1940, p. 10.

¹³⁶⁰ Arquivo da Universidade de Coimbra, *Livro Verde*, fl. 34-36 v., de 3 de Junho de 1377: Carta de D. Fernando, a transferir o Estudo Geral de Coimbra para Lisboa, regulamentando a sua instalação e confirmando-lhe os privilégios que tinha recebido, publicado em Mário Alberto COSTA, *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991, pp. 113-119.

¹³⁶¹ Cf. *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, Hermenegildo FERNANDES (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2013, p. 30. Sobre a instalação do Estudo Geral em Lisboa e o seu complexo percurso medieval, ver também: Augusto Vieira da SILVA, “Locais onde funcionou em Lisboa a Universidade dos Estudos”, *Boletim da 2ª Classe da*

Na Cruz, local onde terminava o perímetro urbano de Lisboa, existiam fornos de cal, desde, pelo menos do início do século XIV, tal como atesta do *Livro dos Bens Próprios*¹³⁶². A produção de cal estava directamente associada à construção urbana, tal como demonstram inúmeros documentos medievais produzidos em Lisboa onde é explícito que os edifícios deveriam ser feitos com “*de pedra, de cal, de madeira, de telha*”¹³⁶³. As unidades de produção de cal eram uma vizinhança pouco desejada para quem vivia perto destes fornos devido à poluição que causavam¹³⁶⁴. Neste caso específico, apesar de se situarem provavelmente fora do perímetro urbano, estas unidades teriam casas na sua proximidade, tal como atesta uma doação de casa e ferragial em 1322¹³⁶⁵. Os fornos de cal consumiam uma grande quantidade de lenha, e necessitavam também de acesso facilitado a grandes quantidades de água, factores que a localização junto do Tejo permitiam assegurar, pois o transporte fluvial de madeira e as águas do rio seriam a melhor maneira de assegurar estas necessidades¹³⁶⁶. Note-se a longa continuidade da produção de cal perto da Porta da Cruz, pois, no século XVI, funcionavam ainda unidades deste tipo nesse mesmo local¹³⁶⁷.

Academia das Ciências de Lisboa, vol. XII, 1919, pp. 742-753; Armando MARTINS, “Lisboa, a cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência, in *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, pp. 41-88; Rui LOBO, “As quatro sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537)”, in *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, pp. 267-304.

¹³⁶² *Livro dos Bens Próprios*, “*Item habet iby Vij domos et j paredenarium sub furnis de calçe*” (Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., Núcleo Antigo, cód. 314, fl. 3., o qual foi escrito entre 1299 e 1300; publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 333).

¹³⁶³ Os documentos que fazem referência a estes materiais são inúmeros. Veja-se por exemplo os seguintes: Um aforamento de casas na Cruz em 1297: “...por tal preyto e por tal condição que vos façades as ditas casas de pedra, de cal, de madeira, de telha aquela que ouver mester...” (ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 6, nº 105); um aforamento de casas, sótão e sobrado em S. Miguel, em 1302: “*sotal condiçom que vos adubedes e refaçades asditas casas de Pedra e de cal e de telha e de madeira Edetodaldas Cousas que lhes comprir...*” (Cf. *Titulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clerigos Ricos da Charidade*, vol IV fl. 146 (Reservados da BN); uma doação de lagares a par da Fonte dos Cavalos, em S. Estêvão, em 1310: “...de pedra e cal, madeira e telha...” (Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 5, doc. 30); etc...

¹³⁶⁴ Os problemas da produção de Cal chegaram mesmo a incomodar a própria Casa Real, pois, no século XVI, o Paço Real de Santos tinha uma unidade de produção de cal na sua vizinhança (Cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, PI, 73 – 100, de 7 de Junho de 1543, publicado em Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa : séculos XV a XVIII*, Lisboa, Pandora, 2004, pp. 273-274).

¹³⁶⁵ Uma doação documenta na Cruz uma casa e um ferragial, em 1322, junto aos fornos de Cal (Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 6, doc. 39, de 16 de Julho de 1322: “...casa que foi de Martins Raez Piteyra e ferragial que perto dos fornos da cal...”).

¹³⁶⁶ Veja-se em analogia, por exemplo, o caso dos fornos de cal da área Leiria referidos por Saúl António GOMES, “Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais”, in *História da Construção: Os Materiais*, Braga, CITCEM/LAMOP, 2012, p. 175. Veja-se também a localização ribeirinha dos vários fornos de cal de Lisboa no século XVI em Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa: séculos XV a XVIII*, Lisboa, Pandora, 2004, pp. 238-241.

¹³⁶⁷ Referimo-nos ao Forno da Viúva da Porta da Cruz, sobre o qual é referido que “he verdade que nesta cydade não há outro forno, que tenha cal senão ho da vyuva da porta da cruz” (cf. ANTT, *Corpo Cronológico*, P II, 241, 56, de 6 de Fevereiro de 1548, publicado em Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa...*, pp. 274-275).

Apesar da existência dos fornos de cal, e também da fundição de moeda, indústrias pouco atractivas para os moradores mais próximos, a verdade é que o local da Cruz funcionava como um pólo de atracção urbana nos finais do século XIII. Tal pode ser comprovado nos aforamentos realizados por Dona Estevainha Peres, Priora do Mosteiro de Chelas, um em 1297¹³⁶⁸ e outro no ano seguinte¹³⁶⁹, onde se refere explicitamente, em ambos os documentos, a obrigação de um tal Fernando Domingues em construir as casas que iria aforar.

Em finais do século XIII existiam, na margem ribeirinha, perto do sítio da Lapa, outras estruturas pertencentes à Coroa que devemos considerar. Trata-se de estruturas de apoio e manutenção às actividades navais, sobre as quais a única informação que nos chegou consta no *Livro dos Bens Próprios*, onde se refere que D. Dinis aí tinha “*duo palatia in quibus possuit galeones*”, ou seja, “*dois paços nos quais possui galeões*”. Apenas com esta breve referência torna-se arriscado afirmar no que consistiriam estes dois paços, no entanto, não podemos deixar de assinalar que será exactamente neste local que D. Manuel irá construir umas tercenas, as quais já não servem o propósito que serviriam as tercenas medievais, de alojar navios e apoiar a manutenção e construção naval, mas sim “*para nellas guardar e fundir artelharia*”, tal como afirma Damião de Góis, no século XVI. Note-se que este local não é denominado como tercenas em época medieval mas apenas como “*dois paços*” com galeões, o que nos leva a considerar que seriam estruturas comparativamente menos relevantes do que as tercenas régias do Arrabalde Ocidental onde se gaurdavam, pelo menos, doze galés¹³⁷⁰.

Apesar de as tercenas manuelinas da Porta da Cruz terem uma funcionalidade diferente do que tinham as tercenas medievais, a verdade é que a sua configuração arquitectónica tem analogias relevantes com outras tercenas medievais, nomeadamente com as tercenas de Sevilha e de Barcelona (ver Parte III, subcapítulo 6.3, figuras 76 e 77). Para este efeito note-se a bem conseguida reconstituição das tercenas manuelinas realizada por Carlos Caetano e Ricardo Laranjeira onde se observam várias naves longitudinais dispostas num conjunto sólido (ver figura 100).

¹³⁶⁸ Cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 6, nº 105, de 15 de Maio de 1297: “...por tal preyto e por tal condição que vos façades as ditas casas de pedra, de cal, de madeira, de telha aquela que ouver mester” e é condição ainda que as casas estejam terminadas desde este S. Miguel de Setembro até um ano...”.

¹³⁶⁹ Cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 57, nº 1133, de 28 de Abril de 1298: “...que vos façades a casa deanteyra com quintaa toda de pedra e de cal que a cobrades de telha e de madeyra e a adubedes bem assim como é mester e que as covas que são dentro na casa fiquem para nos livremente...”. No caso desta propriedade é interessante notar a referência a estruturas de armazenamento, provavelmente semelhantes às que a Coroa possuía entre as Portas da Cruz e o Mosteiro de S. Vicente, como já observamos.

¹³⁷⁰ Sobre as tercenas régias do Arrabalde Ocidental ver: Parte III, Subcapítulo 6.3 - As Tercenas régias de Lisboa.

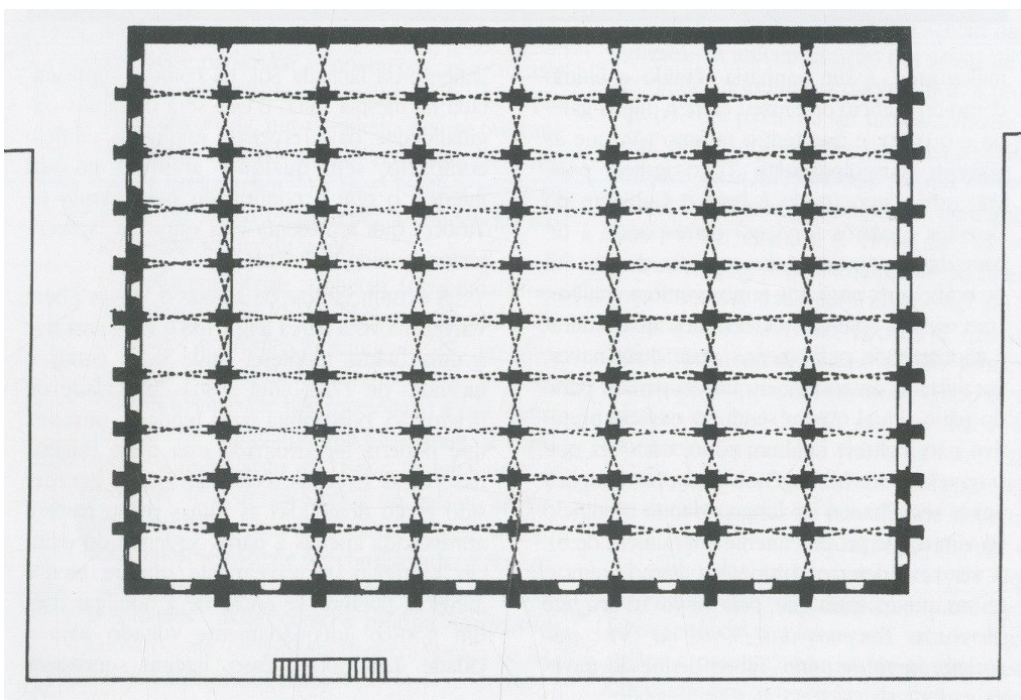


Figura 100. Terceiras de D. Manuel – Proposta de reconstituição da planta do 1º piso
 escala original 1:500¹³⁷¹

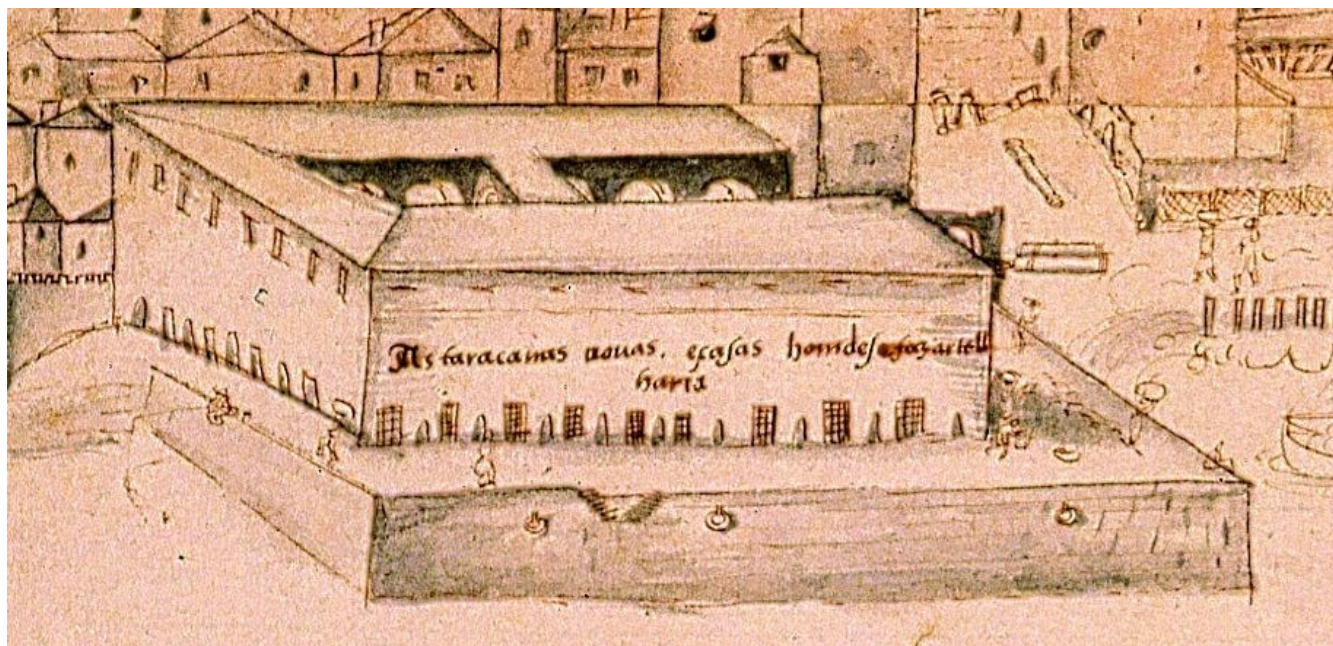


Figura 101. Terceiras de D. Manuel – Pormenor da gravura existente na Biblioteca de Leiden (meados séc. XVI)

¹³⁷¹ Planta publicada em: Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa...*, p. 185.

Se os arquitectos de D. Manuel aproveitaram estruturas de apoio à construção naval aí existentes dois séculos antes, não o podemos afirmar com certeza. No entanto, a coincidência na localização e a própria forma arquitectónica destas tercenas, apelidadas como “uma espécie de “mesquita” industrial” por Carlos Caetano, levam-nos a suspeitar uma relação entre as ambas as estruturas¹³⁷². Seja como for, é certo que os arquitectos manuelinos aproveitaram a ideia arquitectónica das tercenas medievais para erguerem as tercenas manuelinas, tal como intuiu o próprio Carlos Caetano¹³⁷³.

Além de todas estas estruturas, o rei possuía ainda na Freguesia de S. Estêvão, segundo o *Livro dos Bens Próprios*, além de outras casas, um rossio na Lapa perto das Casas da Moeda¹³⁷⁴. Este rossio poderá estar relacionado com algum pequeno porto que provavelmente existiria no extremo oriental da cidade, relacionado com os paços régios com galeões, já referidos. Se assim era, tratava-se de um rossio situado numa posição duplamente estratégica: a situação ribeirinha e junto de uma das principais vias de acesso à cidade e a uma estrutura de controlo de entrada na urbe, as Portas da Cruz¹³⁷⁵.

¹³⁷² Cf. Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa...*, pp. 185-186.

¹³⁷³ Carlos Caetano supõe “associações formais” entre as Terceiras da Porta da Cruz e o Hospital de Todos os Santos ou com “ancestrais estruturas semelhantes de origem árabe”, referindo o exemplo da *Atarazana* de Barcelona, sem no entanto realizar uma comparação arquitectónica com esta última estrutura. Comparação essa que seria ainda mais relevante quando colocada em paralelo com a reconstituição feita pelo autor sobre a Casa da Índia, ou seja, com as tercenas medievais da Ribeira (sobre este assunto ver Parte III, Subcapítulo 6.3 - As Terceiras régias de Lisboa) (cf. Carlos CAETANO, *A Ribeira de Lisboa...*, p. 187).

¹³⁷⁴ Cf. *Livro dos Bens Próprios* (Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 19v., escrito entre 1299 e 1300 (publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 347): “*Item habet domnus rex unum resium ad Lapam ssuper domos arredor contra monetam.*”

¹³⁷⁵ Sobre as várias funcionalidades dos rossios medievais ver Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III, nota 928.



Figura 102. O arrabalde Oriental (c. 1325)

O tríplice conjunto “Paços com galeões”, Casa da Moeda, Estudo Geral, complementado ainda por propriedades agrícolas a norte e pelo Rossio da Lapa, indica uma forte presença régia no extremo oriental da cidade, nomeadamente, desde os limites do Mosteiro de S. Vicente até ao rio Tejo. As informações documentais não nos permitem uma reconstituição precisa destas várias propriedades régias, ainda assim elaborámos uma planta conjectural onde assinalámos as localizações aproximadas destas estruturas (ver figura 102).

3.3.2 A Fonte dos Cavalos: o centro na periferia

Um outro pólo de atracção urbana no Arrabalde Oriental durante o século XIII foi o local então chamado Fonte dos Cavalos, o qual se situava no actual Largo do Chafariz de Dentro¹³⁷⁶ (ver figura 102). A etimologia desta fonte pública relaciona-se, segundo Fernão Lopes, com a forma equídea que as bicas deste chafariz teriam¹³⁷⁷. A referência documental mais antiga a esta estrutura encontra-se num *Tombo de propriedades do Mosteiro de Alcobaça* de 1262 onde se refere que o dito mosteiro possuía então “*in alfama in collatione Sci Michaelis ad fontem de caballis unas domos cum suas alcazarias*”¹³⁷⁸. Em 1280 um João Martins dito Eycha, e sua mulher Ousenda Pais doam casas na freguesia de S. Estêvão, a par do Chafariz dos Cavalos, à sacristia de S. Vicente de Fora¹³⁷⁹. Cinco anos depois, identifica-se um Paio Fernandes da Fonte dos Cavalos, numa composição entre o rei e o concelho¹³⁸⁰.

No primeiro quartel de trezentos surgem ainda vários outros documentos que referem várias propriedades situadas na Fonte dos Cavalos. Nessa documentação sobressaem as referências a propriedades do Mosteiro de S. Vicente neste local, o qual aí possui casas indiferenciadas¹³⁸¹, lagares¹³⁸² e uma adega¹³⁸³. Recorde-se que o Mosteiro de S. Vicente foi o primeiro mosteiro a se instalar em Lisboa, logo após a tomada da cidade em 1147. Por esse facto, os monges de S. Vicente

¹³⁷⁶ Augusto Vieira da Silva, que identificou correctamente a Fonte dos Cavalos com o Chafariz de Dentro assinala como referência mais antiga a composição entre D. Dinis e o concelho de 1285 (Sobre este documento ver Parte III, Subcapítulo 5.3 - A deslocalização do centro económico por Afonso III, nota 927), (cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 198, p. 103).

¹³⁷⁷ Cf. Fernão LOPES, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975, cap. LXXVII.

¹³⁷⁸ ANTT, *Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça*, 2ª Incorporação, Maço 32, nº 808. *Tombo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc...*, de 1262.

¹³⁷⁹ ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 4, docs. 7 e 8, doações de casas a par do Chafariz dos Cavalos em 10 de Abril de 1280.

¹³⁸⁰ Trata-se da composição realizada entre o rei e o concelho sobre os problemas que Afonso III e os seus antecessores teriam causado na gestão da cidade (cf. AML, *Livro dos Pregos*, doc. 287, traslado de Fevereiro, 10 de Fevereiro de 1423). D. João I envia ao concelho de Lisboa o traslado de uma composição efectuada, em 1285, entre D. Dinis e o concelho de Lisboa relativa a diversos agravos apresentados pelo concelho.

¹³⁸¹ Em 1323, o Mosteiro de S. Vicente de Fora realiza um emprazamento de “*casas na Fonte dos Cavalos*” com M. Peres, carpinteiro, sendo que nas confrontações a ocidente surgem ainda outras “*casas do dito Mosteiro*” (Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 7, doc. 3, de 15 de Junho de 1323).

¹³⁸² Em 1310, o Mosteiro de S. Vicente de Fora confirma o aforamento de lagares “*a par da Fonte dos Cavalos*” a um Geraldo Alfaiate e sua esposa, Marina Pais (Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 5, doc. 30, de 14 de Maio 1310).

¹³⁸³ Já em 1280, se registava, numa doação de casas, a par do Chafariz dos Cavalos, à Sacristia de S. Vicente de Fora (ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 4, doc. 7) se registava uma adega dos frades de S. Vicente nas confrontações destas casas a oriente. Será muito provavelmente a mesma adega, situada na Fonte dos Cavalos, que será aforada em 1334, pelo Prior do Mosteiro de S. Vicente de Fora a um Bartolomeu Afonso e sua mulher Domingas Martins, sendo que nesse aforamento se registam ainda propriedades do Mosteiro de S. Vicente nas confrontações a oriente e ocidente (cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 8, doc. 32, de 2 de Maio de 1334).

estiveram desde muito cedo numa posição privilegiada no que respeita ao incremento da sua propriedade urbana, sobretudo quando esta se situava em posições estratégicas no Arrabalde Oriental, no qual se situava a sede monástica¹³⁸⁴. Infelizmente, a documentação consultada não nos permitiu reconstituir a localização exacta destas propriedades, sendo apenas possível perceber que se situavam nas imediações da Fonte dos Cavalos. Sobressaem entre esta documentação dois documentos em que o Mosteiro de S. Vicente realiza aforamentos onde é colocada a condição de os ocupantes suportarem os custos de construções significativas nessas propriedades. No aforamento realizado em 1310, relativo aos lagares de S. Vicente situados a par da Fonte dos Cavalos, uma das condições contratuais obriga à construção por parte dos ocupantes de sobrados "*de pedra e cal, madeira e telha*" sobre os próprios lagares¹³⁸⁵. Também no emprazamento realizado em 1323, pelo mesmo Mosteiro se obriga os ocupantes a realizar obras consideráveis de acrescentos, nomeadamente duas casas sobradadas, à custa dos próprios ocupantes num prazo fixo de dez anos¹³⁸⁶. As informações existentes nos contratos de aforamento do Mosteiro de S. Vicente de Fora devem ser consideradas em conjunto com o crescimento urbano em altura e o aumento da densidade urbana, já aqui referidos, que se registam sobretudo no início do século XIV¹³⁸⁷.

A posição topográfica da Fonte dos Cavalos coloca-a na margem ribeirinha, mais precisamente no centro do Arrabalde Oriental. Como observámos anteriormente, a margem ribeirinha foi urbanizada de forma mais densa e precoce. Deste modo, a situação deste equipamento urbano, no centro ribeirinho do Arrabalde, favorecia a existência de um relevante pólo de atracção urbana, facto que se veio a manter até à actualidade. Note-se também que o local ocupado pela Fonte dos Cavalos, cristalizado no actual Largo do Chafariz de Dentro, coincide com o talvegue mais relevante de Alfama, cuja parte setentrional corresponde ao eixo Rua da Regueira – Rua do Salvador, revelando a preponderância dos elementos topográficos na forma urbana do Arrabalde Oriental (ver figura 90).

¹³⁸⁴ Sobre a propriedade urbana do Mosteiro de S. Vicente de Fora ver: Carlos Guardado da SILVA, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa, Edições Colibri, 2002.

¹³⁸⁵ Ver nota 1383.

¹³⁸⁶ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 7, doc. 3, de 15 de Junho de 1323: "*E vos as ditas casas as devedes fazer e refazer de pedra, de cal, de madeira, de telha e de todas as outras coisas que lhe for mester... ...e vos devedes afazer uma casa que esta dentro uma quintaa duas moradas sobradadas em tal Guysa que foram feitas e acabadas desta dita data em diante dez anos passados ser tudo a vossa custa...*"

¹³⁸⁷ Sobre o crescimento urbano no Arrabalde Oriental ver Parte IV, Subcapítulo 3.2 Densidade e tipologia da propriedade urbana do Arrabalde Oriental.

3.4 AS ALÇAÇARIAS DE ALFAMA

Um tombo que inventaria a propriedade do Mosteiro de Alcobaça, em meados do século XIII, informa-nos que este mosteiro possuía, em Alfama, na freguesia de S. Miguel, perto da Fonte dos Cavalos, casas com as suas *alcazarias*¹³⁸⁸. Entre 1299 e 1300 a Coroa possuía, segundo o *Livro dos Bens Próprios*, na freguesia de São Pedro, em Alfama, algumas casas com as suas alcaçarias, algures “entre o muro e o mar”¹³⁸⁹. Perceber o significado de alcaçaria, nessa época, é uma questão complexa, pois, ao longo do tempo a palavra teve significados diversos na língua portuguesa¹³⁹⁰, sobressaindo dois: curtumes¹³⁹¹ ou banhos¹³⁹². Obscurecendo ainda mais a questão, este termo, tal como o espanhol *alcaicería*, deriva do árabe *al-qaysariyya*, que significa em árabe “bazar, mercado fechado ou bloco de edifícios públicos”¹³⁹³. Inserido no campo semântico do árabe, em grande parte do *al-Andalus* o termo

¹³⁸⁸ *Tombo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc.*, datado de 1262, cf. ANTT, *Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça*, 2ª Incorporação, Maço 32, nº 808, fl. 1: “*Item in alfama in collatione Sci Michaelis ad fontem de caballis unas domos cum suas alcazarias*”.

¹³⁸⁹ *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, ANTT, *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 3v. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 334-353: “*Item habet domuns Rex in colacione Santi Petrij quasdam domos com suis Alcaçarijs quae sunt inter murum et marem*”.

¹³⁹⁰ “Alcaçaria” significa actualmente: Paço, fábrica de curtumes, arruamento de lojas, alcácer, ou ainda, lugar onde os judeus podiam comprar ou vender géneros (cf. “alcaçaria”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/alcaçaria> [consultado em 15-04-2016]).

¹³⁹¹ Um documento de 1307, citado por Viterbo, estabelece uma ligação clara entre alcaçaria e curtumes: “*Emplazamos huns pelames, ou alcaçarias, que avemos na dita Villa (de Coimbra) na rua, que chamam da ponte*” (cf. ANTT, *Colegiada S. Pedro de Coimbra*, ex. 3, maço 6, nº 17; seguimos a transcrição publicada em: Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, vol. I, edição crítica de Mário FIÚZA, Porto Civilização, 1983, p. 46). Augusto Vieira da Silva atribui a alcaçaria o significado de “lugar onde se curte e prepara toda a qualidade de pele e courames” Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 105. Na mesma obra, o olisipógrafo descreve as várias estruturas de curtumes, lavadouros e banhos que existiram nesta zona da cidade (*ibidem* pp. 105-117).

¹³⁹² Luiz Marinho de Azevedo referindo-se às águas de Alfama escreve: “*este he hum banho de agua quente, que está em huma alcaçaria de Alfama nas casas de Francisco Estudenduli, que foi mercador Veneziano, junto ao arco da lavagem...*” cf. Luís Marinho de AZEVEDO, *Primeira parte da fundação, antiguidades, grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, Livro I, Lisboa, 1652, cap. XXVIII, p. 112. Júlio de Castilho, refere várias alcaçarias, ainda existentes em Alfama, quando escreveu a sua primeira edição de *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*: “*Vários estabelecimentos termais existem ainda no perimetro da Lisboa moirisca, e todos à beira-Tejo: defronte do Terreiro do Trigo, as alcaçarias chamadas do Duque de Cadaval, e as de D. Clara; ao Chafariz de Dentro os dominados (sic) banhos do Doutor Fernando.*” (cf. Júlio de CASTILHO, *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*, 2ª edição, vol. I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1935, p. 301).

¹³⁹³ Tal como é referido no *Dictionary of Modern Written Arabic*, ed. J. Milton COWAN, 3ª ed., New York, Spoken Language Services, Inc., 1976, p. 805: “*qaisariya: large block of public buildings with stores, workshops, etc., roofed market place, bazaar*”. Roberto Berardi descreve a actual *qaisariya* de Tunes do seguinte modo: “*the kaisariyye is a large, completely self-enclosed building covered by a single vaulted roof, similar to a bazaar and distinct from the rest of the suqs, despite being composed of the same elements*” cf. Roberto BERARDI, “The spatial organization of Tunis Medina and Other Arab-Muslim Cities in North Africa and the Near East”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, p. 275. Sobre as várias *alcaicerias* medievais situadas em território espanhol ver o estudo de Leopoldo TORRES BALBÁS, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, Vol. I. Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971, pp. 345-368. Oliveira Marques segue esta interpretação do termo, considerando que “os têxteis, formando o grupo imediato, guardavam-se em regra num armazém separado e fechado à noite, a *qaisariya* – alcaçaria em português – onde também se

al-qaysariyya era sobretudo aplicado para designar o local onde era vendida a seda¹³⁹⁴. Se, num primeiro olhar, o significado de curtumes parece ser mais plausível no que respeita às alcaçarias de Alfama, visto que esse significado está atestado num documento do início do século XIV¹³⁹⁵, a verdade é que Alfama foi, desde época romana, um local caracterizado pela existência de estruturais termais, tal como já foi referido¹³⁹⁶. Além disso, a noroeste do actual Largo das Alcaçarias escavações arqueológicas encontraram banhos termais quinhentistas¹³⁹⁷, permitindo supor uma continuidade, nesta parte da cidade, entre os banhos de época medieval¹³⁹⁸ e os banhos que Luiz Marinho de Azevedo refere em meados do século XVII¹³⁹⁹. Deste modo, torna-se difícil afirmar com segurança que as alcaçarias pertencentes a Alcobaça e à Coroa, nos séculos XIII e XIV, fossem curtumes ou banhos. Com o conhecimento actual torna-se impossível excluir totalmente qualquer uma destas hipóteses. É possível sim considerar mais remota a hipótese de estas alcaçarias se tratarem de estruturas comerciais fechadas, ou de locais para se vender seda, tal como poderia sugerir o significado do étimo árabe, pois não se conhecem tendas ou qualquer outro género de estrutura comercial pertencentes quer à Coroa, quer ao Mosteiro de Alcobaça, nos locais onde se encontravam as alcaçarias. Também a hipótese de as alcaçarias estarem relacionadas com a venda de seda será menos verosímil, visto que a documentação medieval dessa época não refere este tipo de venda em Lisboa. Além disso, Vieira da Silva refere várias estruturas que aproveitavam as águas da Alfama para curtimento de peles ou fins terapêuticos, situadas na zona ribeirinha ocidental de Alfama, entre o actual Beco do Penabuquel e o Chafariz del Rei, que classifica como alcaçarias (ver figura 103)¹⁴⁰⁰.

vendiam artigos preciosos e de luxo” (cf. António de Oliveira MARQUES, “Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 22).

pp. 13-42..

¹³⁹⁴ Cf. “Alcaicería”, in *Diccionario General Etimológico de la Lengua Española*, Madrid, José María FAQUINETO (ed.), 1887, p. 193. Disponível *on-line* em: <https://archive.org/stream/diccionariogener01echeuoft>.

¹³⁹⁵ Cf. nota 1392.

¹³⁹⁶ Sobre este assunto ver Parte IV, Capítulo 1: O cenário topográfico e as marcas do passado.

¹³⁹⁷ Manuela LEITÃO, Marco CALADO, “Banhos Termais no século XVI: Um exemplo em Alfama” in *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades*, Ceuta/Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Ciudad Autonoma de Ceuta, 2015, pp. 123-125.

¹³⁹⁸ Estão documentados, perto do local das alcaçarias, os banhos pertencentes ao rei sob o Chafariz del Rei, nos reinados de D. Fernando e de D. Afonso V, em época islâmica, é provável que no mesmo local tenham funcionado banhos públicos (cf. Parte I, Subcapítulo 4.3 - O Chafariz del Rei). Sobre os banhos públicos no reino português na idade média em geral ver: Luisa Trindade, “Corpo e Água: Os banhos públicos em Portugal na Idade Média”, *digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, nº 2, Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2015, pp. 206-221.

¹³⁹⁹ Ver nota 1393.

¹⁴⁰⁰ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 105-106.

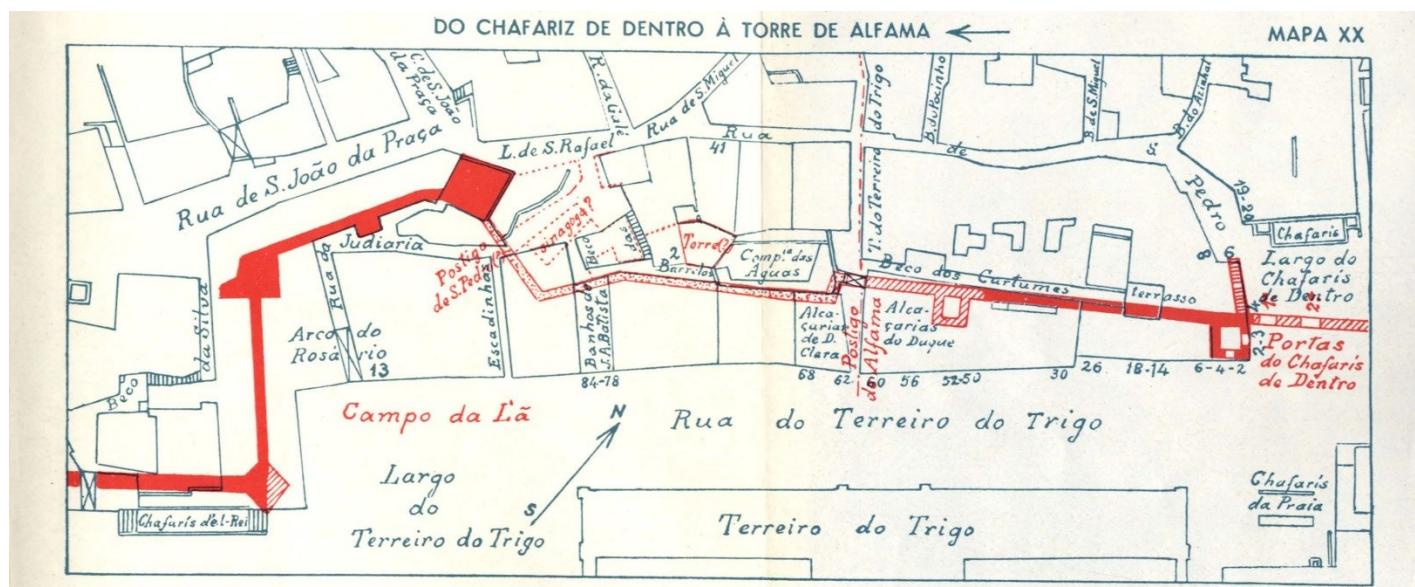


Figura 103. Do Chafariz de Dentro à Torre de Alfama (segundo Vieira da Silva)¹⁴⁰¹

Seja como for, é óbvio que, quer fossem banhos ou curtumes, as alcaçarias medievais aproveitavam o potencial aquífero desta parte da cidade¹⁴⁰² no seguimento de uma tradição que é possível remontar à época romana¹⁴⁰³, que estava ainda activa em época de domínio islâmico¹⁴⁰⁴ e que só desapareceu no século XX¹⁴⁰⁵.

Atendendo ao já aqui referido significado original da palavra “alcaçaria” em árabe, e aos significados que a palavra tomou na língua portuguesa é possível compreender que ocorreram alterações relevantes no seu significado ao longo do tempo. Não sendo este um estudo sobre etimologia, é relevante para a nossa análise compreender que as palavras que podem, num determinado momento, designar um determinado tipo de equipamento urbano, podem, noutro momento, designar algo bastante diferente, tal como ocorreu com a palavra “aljube”, cujo étimo árabe significa “cisterna”,

¹⁴⁰¹ Planta Publicada em: Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, vol. 2, 2ª ed, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, Mapa XX.

¹⁴⁰² O potencial das águas de Alfama foi recentemente alvo de estudos científicos: Elsa RAMALHO, Maria LOURENÇO, “As Águas de Alfama como património hidrogeológico de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.lneg.pt/download/3822/39.pdf>; Elsa RAMALHO, Maria LOURENÇO, “As Águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.lneg.pt/download/3834/23.pdf>; Carlos de OLIVEIRA, *Memória das Águas de Alfama*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

¹⁴⁰³ A noroeste do Largo das Alcaçarias, mais exactamente no edifício que faz a esquina poente entre a Rua da Adiça e a Rua de S. João da Praça, foram realizadas escavações arqueológicas que revelaram a presença de termas romanas que terão funcionado entre o séc. II d.C. e os inícios do séc. IV. (cf. Vanessa FILIPE, “As Termas Romanas às portas de Alfama”, comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação*, que decorreu em Lisboa entre 26 e 28 de Novembro de 2015).

¹⁴⁰⁴ Sobre os banhos públicos de época islâmica ver: Parte I, Subcapítulo 4.4 - Os banhos públicos em época islâmica.

¹⁴⁰⁵ Sobre a tradição de aproveitamento de águas termais em Alfama ver nota 1403.

significado que se manteve na língua castelhana, mas que em português se alterou, provavelmente devido à existência de um local específico, o aljube de Lisboa, para hoje em dia significar em português “prisão escura, cárcere ou caverna”¹⁴⁰⁶. No caso das “alcaçarias” não é completamente despropositado considerar que, em época de domínio islâmico este termo estivesse associado a um local preciso de Lisboa, onde poderá ter existido uma *al-qaysariyya*, ou seja, um mercado coberto, junto do qual funcionavam banhos e curtumes, que aproveitariam as águas de Alfama, mas com o desaparecimento desse hipotético mercado fechado, o topónimo terá permanecido, associando-se às actividades de banhos e de curtumes que perduraram até bastante mais tarde. No entanto, não é possível afirmar a existência de um mercado fechado, existente em Alfama, em época de domínio islâmico, tendo como base apenas a etimologia de uma palavra, mesmo que a situação topográfica do actual Largo das Alcaçarias se enquadre perfeitamente com uma hipotética posição de um mercado fechado, situado no exterior das muralhas, junto de uma das principais vias de acesso à urbe, e junto de um local com óptimas condições para receber mercadorias por via fluvial. Por mais apelativas e sugestivas que estas suposições sejam, não poderão ir além disso mesmo, enquanto não ocorrerem escavações arqueológicas mais extensas.

Infelizmente, na documentação medieval produzida até ao final do reinado de D. Dinis não foi possível encontrar qualquer outra referência a alcaçarias em Lisboa, além das duas mencionadas, pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça e à Coroa.

Em 1392, alguns anos após a construção da Cerca Fernandina, ocorreu uma contenda entre o Mosteiro de Alcobaça e o concelho de Lisboa sobre os direitos do troço de muralha contíguo às propriedades de Alcobaça¹⁴⁰⁷. Nessa contenda foram os abades de Alcobaça autorizados a erguer um “eirado ou balcão” sobre a muralha, apoiado nas ameias da estrutura defensiva. Augusto Vieira da Silva, que aparentemente, não conhecia a referência a alcaçarias no *Tombo de Alcobaça* realizado em 1262, localizou as alcaçarias pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça num local próximo ao actual Largo do Chafariz de Dentro, local que coincide com a posição referida no Tombo, *in collatione Sci Michaelis ad fontem de caballis*¹⁴⁰⁸. Além disso, Segundo Vieira da Silva e Paulo Soromenho, o eirado ou balcão referido no documento do século XIV ainda se encontrava no mesmo local, com a função de

¹⁴⁰⁶ Cf. “aljube”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/aljube> [consultado em 15-04-2016].

¹⁴⁰⁷ Cf. ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Livro 3, fl. 47 v., de 1392. Augusto Vieira da Silva publicou excertos deste documento (cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 109).

¹⁴⁰⁸ *Tombo das casas, herdade, vinhas, moinhos, olivais e outros bens que o mosteiro de Alcobaça possui em Lisboa, Sintra, Ribeira da Ota, Aldeia Galega, etc.*, datado de 1262, cf. ANTT, *Ordem de Cister – Mosteiro de S. Maria de Alcobaça*, 2ª Incorporação, Maço 32, nº 808, fl. 1.

balcão, nos meados do século XX¹⁴⁰⁹. A fotografia aérea disponibilizada pelo GoogleMaps em 2016, revela ainda o mesmo balcão no local identificado na figura 103 de Augusto Vieira da Silva como “*terrasso*”, nas traseiras dos números 18-14 da Rua do Terreiro do Trigo.



Figura 104. Terraço possivelmente erguido pelo Mosteiro de Alcobaça no século XIV (Google Maps)¹⁴¹⁰

A perenidade das alcaçarias de Alcobaça pode ainda ser verificada num documento produzido em 1691, onde o Mosteiro de Alcobaça conferiu “*o domínio útil de um prazo de livre nomeação, em três vidas, denominado Alcaçarias, situado ao Largo do Chafariz de Dentro, freguesia de S. Miguel de Alfama, para casa de habitação*”, contra o pagamento de um foro anual¹⁴¹¹. Infelizmente não é possível confirmar se as alcaçarias ainda funcionavam como termas ou curtumes no final do século XVII, sendo apenas verificável que o topónimo que surge pela primeira vez no tombo das propriedades do Mosteiro

¹⁴⁰⁹ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. II, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 108-109; Paulo SOROMENHO, “Um casa de Alfama (Largo do Chafariz de Dentro, nºs 8, 9, 9-A), *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, nº 104, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1963, pp. 188-196.

¹⁴¹⁰ Adaptação de fotografia por satélite do Google: Cf. <http://www.google.pt/maps/@38.7109971,-9.1282992,54m/data=!3m1!1e3>

¹⁴¹¹ Não tivemos acesso directo a este documento, no entanto um excerto e resumo do mesmo foi publicado pelo detentor deste documento, o qual elaborou uma narrativa histórica sobre este edifício, sobre o qual a sua família tinha posse em meados do século XX (cf. Paulo SOROMENHO, “Um casa de Alfama (Largo do Chafariz de Dentro, nºs 8, 9, 9-A), *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, nº 104, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1963, p. 193.

de Alcobaça em 1262, e também a posse por parte de Alcobaça, se mantinha ainda no século XVII¹⁴¹². As alcaçarias de Alcobaça, que se registam na documentação desde o século XIII até ao XVII, e o seu ainda existente balcão, revelam um caso exemplar de continuidade de estruturas fundadas em época medieval que permanecem ainda no século XX, com a sua funcionalidade original entretanto perdida, mas ainda marcando presença, ainda que discreta, na imagem urbana da cidade.

O conhecimento da posição provável das “casas com alcaçarias” pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça de meados do século XIII, indica, mais uma vez, que a zona ribeirinha de Alfama não conheceu grandes modificações até 1766, momento da construção do Terreiro do Trigo, pois os limites urbanos ribeirinhos já eram muito semelhantes no século XIII, como revela a posição topográfica destas propriedades do Mosteiro de Alcobaça (ver figura 102).

¹⁴¹² A relação entre banhos e curtumes neste local específico da cidade é realmente complexa, bastando lembrar a ocorrência do topónimo Beco dos Curtumes praticamente no mesmo local onde funcionaram várias alcaçarias como banhos no século XVIII (Cf. Norberto ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa: livro X*, 2ª ed., Lisboa, Editora Veja, 1993, p. 66: “Quanto a estas alcaçarias do Duque, prédio nº 56 – mais antigas que as de D. Clara (Xavier de Aguiar), datadas de 1759, e cuja existência, nº 62-64, findou há pouco – remontam a 1716; foram organizadas pelo 1º Duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo, remodeladas no seu interior em 1864, e objecto de um estudo para novas captagens em 1938.”

CAPÍTULO 4 – AS ESTRUTURAS CONVENTUAIS DO ARRABALDE ORIENTAL

4.1 SÃO VICENTE DE FORA: O PRIMEIRO MOSTEIRO



Figura 105. O Arrabalde Oriental e o complexo de S. Vicente de Fora (c. 1325)

O Mosteiro de S. Vicente de Fora foi uma das primeiras instituições eclesíásticas cristãs a se implantar na cidade, após a tomada por Afonso Henriques e os cruzados em 1147¹⁴¹³. Segundo Manuel

¹⁴¹³ As principais fontes para a história da génese do Mosteiro de S. Vicente de Fora são as seguintes: *Indiculum fundationes monasterii Beati sacnti Vicentii ulixbone* (ANTT, CF, ms. 152), publicado em *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 178-197; Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Cónegos Rebrantes do Patriacha S. Agostinho*, 2ª Parte, Livro 8, Cap. III, Lisboa, 1668; *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 5.

Luís Real, as obras de construção do convento tiveram início no terceiro quartel do século XII, época em que também a catedral da cidade estaria em construção¹⁴¹⁴.

A escolha do local onde a Igreja e o Mosteiro de S. Vicente de Fora foram erguidos está intimamente ligada ao cerco ocorrido em 1147, visto que corresponde ao ermitério onde flamengos e colonenses sepultavam os seus mortos durante os longos meses que durou o cerco¹⁴¹⁵. Escavações arqueológicas encontraram sepulturas antropomórficas que alojavam esqueletos masculinos que “possuem vestígios que permitem concluir a sua morte violenta”¹⁴¹⁶. Deste modo, não nos parece restar dúvidas que F. Rodrigues Ferreira encontrou não um cemitério visigótico, mas sim, muito provavelmente a necrópole referida nas fontes narrativas sobre a conquista de Lisboa¹⁴¹⁷. Como se observou anteriormente, escavações arqueológicas encontraram neste local a presença de estruturas de armazenamento abertas em época de domínio islâmico¹⁴¹⁸. Neste lugar, situado na orla da cidade, foi erguida, após o final do cerco de 1147, uma ermida que, segundo a tradição, teve como responsável pela sua fundação o primeiro monarca português, Afonso Henriques¹⁴¹⁹. Este monarca teve um papel decisivo, tanto no apoio à construção do templo primitivo como na própria gestão da instituição pois, após ter permitido, num primeiro momento, que o templo fosse entregue a cónegos Premonstratenses, num segundo momento decidiu entregá-lo a Cónegos Agostinhos, com fortes ligações com o Mosteiro

¹⁴¹⁴ Cf. Manuel Luís REAL, “O convento Românico de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, p. 15.

¹⁴¹⁵ No *De Expugnatione Lyxbonensi* refere-se que “...para sepultar os que iam morrendo foram levantadas pelos francos duas igrejas: uma na parte oriental, pelo colonenses e flamengos... outra, no lado ocidental, por ingleses e normandos”. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 107. O *Indiculum foundationes* relata a ligação entre o cemitério oriental e a construção do Mosteiro de S. Vicente de modo mais desenvolvido. Nessa narrativa mostra-se um Afonso Henriques preocupado com a fundação dos cemitérios para ingleses e normandos a ocidente, e teutónicos a oriente, prometendo construir, após o final do cerco mosteiros no local dos referidos cemitérios (cf. *Indiculum foundationes monasterii Beati sacnti Vicentii ulixbone* (ANTT, CF, ms 152), publicado em *A conquista de Lisboa aos mouros*, pp. 181-185).

¹⁴¹⁶ Cf. Fernando E. Rodrigues FERREIRA, “Escavação do Ossário de S. Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa”, *Revista Municipal de Lisboa*, 2.ª série n.º 4, Lisboa, p. 17.

¹⁴¹⁷ Seguimos aqui a interpretação de Manuel Luís Real (cf. Manuel Luís REAL, “O convento Românico de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, p. 14-15) Sobre este assunto ver Prólogo, Subcapítulo 3.2 - Três cenários na fundação paroquial, nota 169.

¹⁴¹⁸ Cf. Fernando E. Rodrigues FERREIRA, “Os silos medievais de São Vicente de Fora”, *Arqueologia e História*, n.º 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 49-66.

¹⁴¹⁹ Frei Nicolau de Santa Maria afirma que quando se demoliu o templo românico de S. Vicente de Fora, terá surgido perto do altar-mor, a pedra fundacional deste templo. Essa pedra teria a seguinte epígrafe: “*Hoc templum aedificauit Rex Portugalliae Alphonsus I in honorem Beatae Mariae Virginis et Sãcti Vicenti Martyris XI Calend. Dezembris sub era MLXXXV (sic)*” Cf. Nicolau de SANTA MARIA, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriacha S. Agostinho*, 2ª Parte, Lisboa, Oficina de Ioam da Costa, 1668, p. 112. Mário Barroca considera que a lição transmitida por Frei Nicolau de Santa Maria “*apresenta evidentes indícios de ter sofrido alterações de forma, se é que não se trata de uma insc. inventada ou forjada. É possível que fosse um original posterior à Era indicada (1147), embora ainda pudesse ser uma insc. medieval*” Cf. Mário BARROCA, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. II, tomo I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 228. Também o *Indiculum Foundationis...* refere com clareza a participação do primeiro monarca português na fundação do Mosteiro de São Vicente de Fora (Cf. *Indiculum Foundationis Monasterii Beati Vincentii Vlixbone*, in *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 178-179 e 196-197).

de Santa Cruz de Coimbra, o qual funcionou como um instrumento de legitimação do reino, na sua fase inicial¹⁴²⁰.

Os primeiros monarcas portugueses mantiveram uma ligação estreita com o Mosteiro de São Vicente de Fora apoiando-o a vários níveis, sendo notórias as doações testamentárias dos primeiros monarcas portugueses, exceptuando-se Afonso Henriques que não faz qualquer doação testamentária a este mosteiro¹⁴²¹.

Importa também sublinhar a posição privilegiada de que o Mosteiro de São Vicente de Fora beneficiou desde a sua fundação no que respeita às isenções episcopais que obteve em primeiro lugar por D. Gilberto e pelo seu sucessor D. Álvaro. Contudo, as relações entre o Mosteiro de São Vicente e o bispado de Lisboa sofreram posteriormente de problemas relacionados com estas isenções, pois os bispos seguintes não mostraram interesse em aceitar uma situação de quase total independência por parte dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho¹⁴²². A relutância do cabido e bispado da cidade é compreensível, pois o Mosteiro de São Vicente, a sua paróquia e as várias paróquias do termo que estavam sob a influência dos Cónegos Regrantes constituíam um conjunto muito relevante na economia eclesiástica do bispado. Este estatuto de quase independência por parte Mosteiro em relação ao bispado teria muito possivelmente reflexos na estrutura urbana da paróquia de S. Vicente de Fora, a qual era administrada pelo próprio Mosteiro. Não é possível perceber com exactidão o impacto que este estatuto privilegiado da paróquia de São Vicente terá tido na evolução urbana da cidade, contudo é interessante cruzar esta informação com uma referência que surge nas inquirições realizadas em 1220, onde se faz a seguinte afirmação sobre as posses do Mosteiro na cidade: "...in primis locum ipsum in quo situm est

¹⁴²⁰ Sobre a história da gestão do Mosteiro de S. Vicente de Fora e a influência de Afonso Henriques nesta instituição ver: Carlos Guardado da SILVA, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 61-74. Sobre o papel de Santa Cruz de Coimbra nos primeiros reinados portugueses ver: Armando MARTINS, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 834-845; Saul António GOMES, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Editora Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2007.

¹⁴²¹ Segundo Carlos Guardado da Silva, Sancho I terá deixado, no seu testamento de 1209, quinhentos morabitinos, Afonso II terá doado uma quantia semelhante no seu testamento, Sancho II terá doado trezentos morabitinos, Afonso III, também no seu testamento deixou ao mosteiro mil libras para obras e paramentos e D. Dinis terá deixado, no seu testamento, duzentas libras (cf. Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, p. 209)

¹⁴²² Note-se que os dois primeiros bispos de Lisboa estavam sob a influência de Afonso Henriques, tal como observou Maria João Branco, e que os seguintes bispos estavam já mais independentes face ao poder régio (cf. Maria João BRANCO, "Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração", *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 10, 1998, pp. 55-94). Sobre o contencioso entre S. Vicente e o bispado de Lisboa ver: Carlos Guardado da SILVA, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 74-80.

monasterium cum parochia sua sicut fuit determinata a principio..."¹⁴²³. Recordemos que a delimitação sistemática das paróquias de Lisboa só ocorreu em meados do século XV, como observou José Manuel Vargas, o que contrasta com a precoce delimitação paroquial de São Vicente de Fora, a qual terá sido do interesse da instituição eclesiástica, que poderia efectivar os seus privilégios num território devidamente delimitado¹⁴²⁴.



Figura 106. O complexo de São Vicente de Fora na planta de João Nunes Tinoco (1650)

Bem perceptível na forma urbana do Arrabalde Oriental é o impacto do conjunto Igreja-Convento-Cerca de São Vicente de Fora. A manutenção de um considerável espaço não urbanizado até ao início do século XX, quando a construção da “secção oriental do Liceu Passos Manuel”, o futuro

¹⁴²³ ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18. Que se encontra disponível on-line em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolproppropriedades.

¹⁴²⁴ Cf. José Manuel Vargas, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na idade média”, *Olisipo : boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, Lisboa, Série 2, nº 17, 2002, p. 54: “A demarcação sistemática das freguesias de Lisboa só ocorreu entre 1468-1477, por iniciativa do Cardeal D. Jorge da Costa que para esse efeito nomeou dois «limitadores», como se prova pela “*Carta de Demarcação e Limite de Santo Estêvão*”, de 25 de Outubro de 1476”. O mapeamento mais antigo da freguesia de São Vicente de Fora é a planta realizada em 1770 pelo Sargento mor José Monteiro de Carvalho (Ver Anexo 6).

Liceu Gil Vicente, iria finalmente romper com o multiseccular espaço agrícola que ali se manteve no interior da cerca do Mosteiro. Infelizmente as fontes não nos informam sobre o momento em que foi erguida a cerca conventual de São Vicente, nem sequer sobre o seu traçado exacto. Ainda assim é possível reconstituir o traçado hipotético da cerca medieval com base na planta de João Nunes Tinoco (1650), cruzando essa informação com a gravura impressa na obra de Braunio (terceiro quartel do século XVI). O facto de a nossa reconstituição da Cerca de S. Vicente se basear em fontes cartográficas e iconográficas tardias leva-nos a manter esta reconstituição apenas como conjectural¹⁴²⁵.

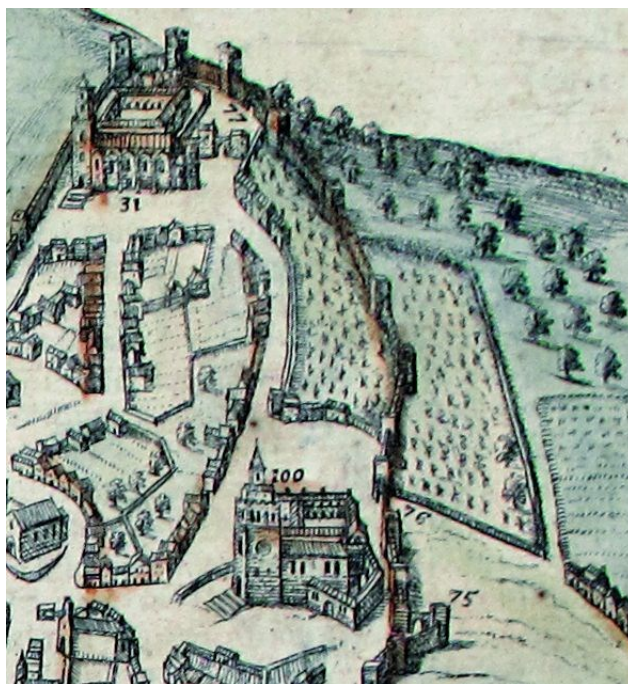


Figura 107. Pormenor com o complexo de S. Vicente de Fora na gravura publicada na obra de Braunio (c. 1598 com base em desenho de c. 1565)

É também interessante notar que a Cerca Fernandina quando é erguida, em 1373, secciona o espaço abrangido pela cerca conventual de São Vicente em duas partes distintas, tal como se pode observar na gravura impressa na obra de Braunio (ver figura 107). Os motivos que levaram ao não aproveitamento da cerca conventual não são claros, mas a verdade é que, apesar da cisão causada pela cerca fernandina, o espaço abrangido pela cerca conventual se manterá coeso e uniforme como se pode observar na *Carta Topográfica* de Filipe Folque realizada em meados do século XIX (ver figura 108).

¹⁴²⁵ Uma reconstituição mais exacta do traçado da cerca medieval é de facto possível, mas a sua realização ultrapassa os objectivos deste trabalho, pois obrigaria a uma pesquisa documental aturada a épocas cronológicas onde a produção documental do cartório de S. Vicente é muito vasta. Dadas a relevância do tema preferimos apresentar uma reconstituição hipotética baseada em fontes tardias do que deixar omissa esta temática.

A influência da cerca conventual do Mosteiro na malha urbana do nível superior do Arrabalde pode mesmo explicar a menor densidade urbana que aí perdurou até períodos muito tardios e, simultaneamente, a ausência de desenvolvimento urbano nesta direcção, a qual se pode confirmar na cartografia oitocentista.

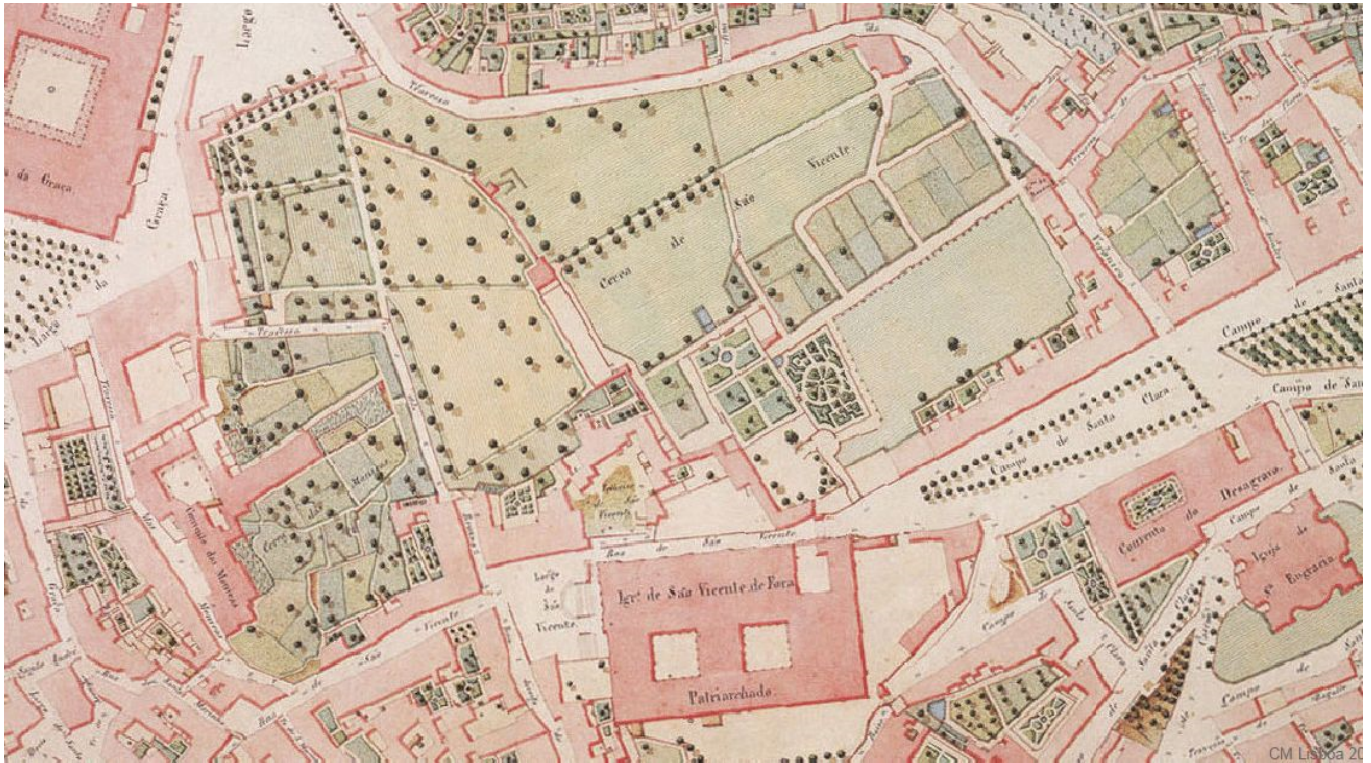


Figura 108. A Cerca de São Vicente na Carta Topográfica de Lisboa de Filipe Folque (1856-1858)

Apesar de grande parte da paróquia de São Vicente de Fora ser abrangida pela cerca conventual e por esse motivo não ter sido urbanizada, a documentação medieval produzida até ao final do reinado de D. Dinis revela a existência de um núcleo urbano relevante. Por exemplo, em 1189, momento em que o Convento possivelmente estaria ainda em construção, o Prior e o Convento de São Vicente adquirem metade de um forno situado na paróquia de S. Vicente, o qual confronta a ocidente e a sul com outras casas¹⁴²⁶; em 1232, um Pedro Eanes vende a um Pedro Mendes metade de uma casa, situada na mesma paróquia que confronta a ocidente com propriedades de D. Álvaro e norte com um lagar de azeite pertencente à rainha¹⁴²⁷; em 1298 o Mosteiro de São Vicente realiza um escambo onde toma posse de casas na sua paróquia, as quais confrontam com propriedades de um João Martins a

¹⁴²⁶ Cf. *Inventário S. Vicente*, doc. 30, de Julho de 1189.

¹⁴²⁷ Cf. ANTT, *Mosteiro de Chelas*, Maço 10, nº 197, de Abril de 1232.

ocidente, e de um João Tostão a Sul¹⁴²⁸; em 1305 é doada uma casa a uma Maria criada de uma D. Susana que confrontava a oriente e norte com casas de uma Maria Jarda, a ocidente com propriedades de um Pedro¹⁴²⁹; em 1318 o Mosteiro de São Vicente afora algumas casas, também situadas na mesma paróquia que confrontam a norte com propriedades de um João da Romeira e com uma azinhaga estreita a ocidente¹⁴³⁰; e por último, surge uma primeira referência a uma casa sobradada, em 1319¹⁴³¹, reveladora da evolução urbana em altura que então ocorria tanto no centro da cidade como também neste extremo do Arrabalde Oriental, apesar da sua situação periférica.

A existência de um núcleo urbano activo numa posição tão periférica da cidade explica-se, naturalmente, com a presença do Mosteiro de São Vicente de Fora, instituição que teve um papel fulcral no desenho urbano desta parte da cidade, funcionando de um modo quase paradoxal, simultaneamente como um pólo de atracção urbana e como um elemento de estabilidade antiurbanizante, através da sua cerca conventual.

A relevância do tríptico conjunto Igreja-Convento-Cerca de São Vicente de Fora é observável pela simples dimensão que todo o conjunto ocupava no Arrabalde Oriental da cidade. Mesmo tendo em conta que a área da cerca conventual é apenas conjectural, consideramos provável que a cerca quinhentista não seria muito diferente relativamente à cerca conventual de 1325, o ano final do reinado de D. Dinis. Se assim era, note-se que a área total do complexo de S. Vicente abrangeria 6.88 hectares, ou seja, uma área mais vasta do que a alcáçova (4.41ha) e até mesmo maior do que metade da área interior da Cerca Velha (11.09ha). Deste modo é lícito afirmar que o conjunto de S. Vicente de Fora era inegavelmente um factor primordial na lógica urbana da Lisboa dos primeiros reinados portugueses.

4.2 NOSSA SENHORA DA GRAÇA: NO ÚLTIMO LIMITE

Segundo a *História dos Mosteiros e Conventos...*, os eremitas de Santo Agostinho tiveram duas sedes no Monte de S. Gens, anteriores à sua mudança para o local onde depois se ergueu o Convento da Nossa Senhora da Graça¹⁴³². Estas duas sedes eram construções de pequena dimensão que se situavam já fora do perímetro urbano da cidade, tendo sido talvez erguidas no local próximo ao sítio onde

¹⁴²⁸ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 2ª Incorporação, Cx. 31, pasta III, doc. 21, de 30 de Novembro de 1298.

¹⁴²⁹ Cf. ANTT, *Colegiada de S. Marinha de Lisboa*, Maço 4, nº 153, de 3 de Novembro de 1305.

¹⁴³⁰ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 6, doc. 9, de 20 de Abril de 1318.

¹⁴³¹ Cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente*, 1ª Incorporação, Maço 6, doc. 13, de 11 de Abril de 1319.

¹⁴³² Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 109. Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito nº 145, secção XIII.

Afonso Henriques tinha feito o seu acampamento durante o cerco de 1147¹⁴³³. Em 1271, a mesma fonte de que os religiosos Agostinhos se mudaram para o local chamado Almofala¹⁴³⁴, iniciando-se a construção do novo convento em Fevereiro desse ano, obras que terão sido financiadas por “*muytas pessoas devotas, com que se foy promovendo a fabrica e se fez capaz de dar habitação a quarenta ou sincoenta religiosos*”¹⁴³⁵.

Praticamente nada se conhece sobre o primitivo conjunto igreja-convento construído no final do reinado de Afonso III. Duas grandes reconstruções da igreja e do convento levaram ao total desaparecimento dos edifícios medievais. A primeira reconstrução ocorreu em meados do século XVI e terá sido dirigida por Frei Luís de Montoya¹⁴³⁶, e a segunda deveu-se ao terramoto de 1755, arrastando-se as obras por um longo período¹⁴³⁷. No final do século XIX uma parte do edifício conventual foi transformada em quartel do Exército.

Sobre esta instituição eclesiástica, no período que nos concerne, podemos apenas afirmar que obteve uma carta de protecção por parte de D. Dinis em 1302¹⁴³⁸, e três anos depois terá alterado a sua designação oficial para Santa Maria da Graça¹⁴³⁹.

Segundo o *Mappa de toda a renda que tem o Convento de Nossa Senhora da Graça desta cidade de Lisboa*, os terrenos que iriam configurar a cerca conventual apenas foram anexados pelo

¹⁴³³ O *De Expugnacione Lyxbonensi* refere explicitamente que Afonso Henriques e os portugueses tinham o seu acampamento a norte da cidade (cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, p. 99: “*O rei com todos os seus retira-se para norte da cidade, onde fica no cimo de um monte, distante de nós uns quinhentos passos*”). As hipóteses mais prováveis para a localização do acampamento de Afonso Henriques em 1147 são: ou o monte de Santana, mais a ocidente, ou a dupla elevação de Nossa Senhora do Monte de S. Gens / Graça. Parecendo-nos esta última mais bem colocada do ponto de vista estratégico.

¹⁴³⁴ O topónimo Almofala surge numa venda de um campo ao Prior e Convento do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1209, e surgindo classificado como estando no termo da cidade (cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 1, doc. 38); surge também numa doação de um figueiral feita ao Mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1267, caracterizado como “*circa villam*”, ou seja, fora do perímetro urbano, mas junto a este (cf. ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de fora*, 1ª Incorporação, Maço 3, doc. 48).

¹⁴³⁵ Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 112. Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito nº 145, secção XIII.

¹⁴³⁶ Cf. Norberto de ARAÚJO, *Peregrinações em Lisboa*, 2ª edição, vol. XIII Lisboa, Vega, 1993, p. 42.

¹⁴³⁷ Sobre a evolução do conjunto da Igreja e Convento de Nossa Senhora da Graça até ao século XXI ver: Mário de Sampayo RIBEIRO, *A Igreja e o Convento de Nossa Senhora da Graça, de Lisboa*, Lisboa, Amigos de Lisboa, 1939; Sílvia FIGUEIREDO, *A Arquitectura nas ordens de S. Francisco e Santo Agostinho na Região de Lisboa*, Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2002/2003.

¹⁴³⁸ Cf. *História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Tomo I, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, p. 112. Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito nº 145, secção XIII.

¹⁴³⁹ Cf. Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, p. 47.

Convento de Nossa Senhora da Graça em meados do século XVI¹⁴⁴⁰. Deste modo, observando o traçado da Cerca Fernandina proposto por Augusto Vieira da Silva, é possível propor que a cerca conventual desta instituição tenha sido agregada pela construção da estrutura defensiva fernandina (ver figura 109). Se assim foi, supomos que o traçado da cerca conventual não terá diferido muito durante os cinquenta anos, entre o final do reinado de D. Dinis e a construção da Cerca Fernandina (1373). Deste modo, propomos um traçado da cerca conventual da Nossa Senhora da Graça muito semelhante ao traçado proposto por Augusto Vieira da Silva para esta parte da Cerca Fernandina (ver figura 105).

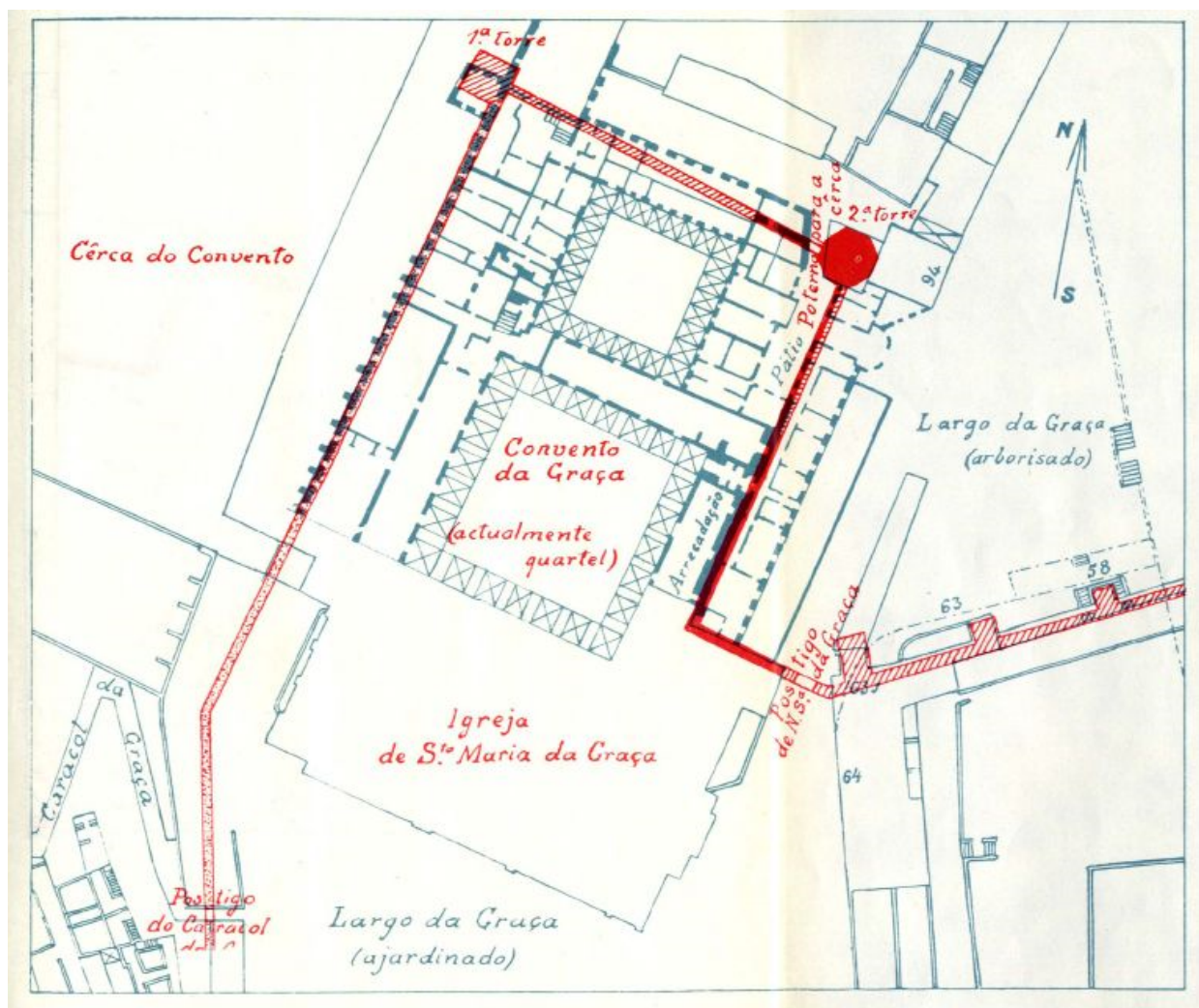


Figura 109. Do Adro da Graça ao Postigo de N. S.ª da Graça (segundo Augusto Vieira da Silva)¹⁴⁴¹

¹⁴⁴⁰ ANTT, *Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa*, Livro 8, fls. 14v e 15, realizado em 1770.

¹⁴⁴¹ Esta planta encontra-se publicada em: Augusto Vieira da SILVA, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, mapa XVI.

O impacto urbano do conjunto Igreja-Convento de Nossa Senhora da Graça era muito menor do que outros complexos conventuais que se posicionavam na periferia da cidade em finais do reinado de D. Dinis, como S. Francisco no Arrabalde Ocidental, ou o complexo de S. Vicente a sul da Igreja de Nossa Senhora da Graça. A posição urbana escolhida pelos Agostinhos insere-se também dentro do normal esquema de implantação das instituições monásticas urbanas: um local na periferia da cidade, junto a uma via relevante, num sítio alto (ver figura 105). Na verdade os Agostinhos não tinham muitas opções, pois os outros pontos estratégicos da periferia urbana já haviam sido anteriormente tomados por outras instituições monásticas, encontrando-se a cidade, no final do reinado de Afonso III, momento em que os Agostinhos se implantam na Graça, já praticamente cercada pelas principais instituições conventuais da época.

CAPÍTULO 5 – O ARRABALDE ORIENTAL EM SÍNTESE

Nesta parte, dedicada à análise da evolução urbana do Arrabalde Oriental, uma das primeiras premissas colocada consistiu na divisão deste espaço em dois níveis: um nível superior, a cota mais alta e mais afastado das margens do Tejo, e um nível inferior, ribeirinho e a cotas inferiores. Tal como foi observado, uma divisão entre dois níveis topográficos do Arrabalde Oriental já havia sido realizada, mas com base em argumentos diferentes, os quais levaram a resultados consequentemente distintos dos nossos¹⁴⁴². Destes dois níveis do Arrabalde Oriental, o nível inferior, mais ribeirinho, corresponde ao espaço que foi denominado, em época medieval, Alfama. Foi também observado que a diferença fundamental entre estes dois níveis do Arrabalde consiste na densidade de urbanização, aspecto que se evidencia de várias formas, destacando-se nas diferenças de densidade urbana observáveis na cartografia histórica, nas tipologias mais ruralizantes do nível superior patentes na documentação medieval e na maior frequência de vestígios arqueológicos de épocas romana e islâmica no nível inferior. Foi também referida a existência de uma malha urbana estruturada de origem romana situada na Alfama medieval e o modo como esta terá sido progressivamente transformada, estando já muito modificada em época medieval.

A cronologia, dimensão e densidade urbana do Arrabalde Oriental em época de domínio islâmico foram aspectos considerados, tendo como base tanto as descrições dos geógrafos árabes como os resultados das escavações arqueológicas efectuadas neste espaço. As referidas fontes de informação indiciam que o Arrabalde Oriental, em época de domínio muçulmano, se estendia ao longo do rio Tejo para montante, com certeza até à actual Rua da Regueira, e muito provavelmente até mesmo às imediações do local da Portas da Cruz. Observou-se como a densidade urbana do Arrabalde nesta época seria mais acentuada no nível inferior. Possivelmente, a urbanização romana pré-existente estaria na base da forma urbana da zona ribeirinha do arrabalde, sofrendo alterações que a terão indubitavelmente transformado. Relativamente à expressão dessa densidade urbana em Alfama, ou seja, no nível inferior, não nos parece seguro, no estado actual do conhecimento sobre este tema, ir além de considerar que o nível inferior estaria mais urbanizado do que o nível superior.

Relativamente às funções do Arrabalde Oriental, em época de domínio islâmico, constatou-se que não seriam muito diferentes das que seriam cumpridas no Arrabalde Ocidental no mesmo período. Ou seja, tratava-se de um arrabalde multifuncional, onde as funcionalidades habitacionais e artesanais se mesclavam sem grandes obstáculos. Neste sentido, à semelhança do Arrabalde Ocidental, também

¹⁴⁴² Referimo-nos ao mito da Alfama do Alto e da Alfama do Mar veiculado por Norberto de Araújo que analisámos em: Parte IV, Subcapítulo - 2.1. Alfama aristocrática e a invenção de um mito.

no Oriental se verificou a existência de olarias numa posição urbana muito similar, onde o esteiro ocidental é substituído pelo rio Tejo. Outro tipo de estruturas, como espaços de armazenamento (celeiro e silos), estruturas de condução de água e espaços habitacionais, que funcionaram durante o período de domínio muçulmano, foram também arqueologicamente verificados no Arrabalde Oriental, configurando o referido arrabalde multifuncional.

No que respeita à transição entre o período de domínio político muçulmano e o cristão, escavações arqueológicas permitiram observar um exemplo relevante no Arrabalde Oriental: a habitação encontrada na FRESS. Neste espaço singular é possível verificar algumas alterações fundamentais na estrutura da habitação, que, transpostas para o urbanismo da cidade em geral, permitem compreender como a extinção dos pátios centrais e a substituição dos acessos através de adarves por acessos nas fachadas causou transformações significativas na forma urbana da cidade. Uma análise ao actual urbanismo de Alfama demonstrou a presença de uma morfologia distinta da que é normalmente produzida pelo urbanismo medieval posterior à reconquista, caracterizada por lotes compridos e estreitos que originam quarteirões longos. A forma urbana do espaço denominado, em época medieval, Alfama, é um autêntico palimpsesto causado pelas várias alterações que foi sofrendo ao longo do tempo. Contudo, importa salientar que se trata de um palimpsesto muito particular, pois, ao contrário de outras zonas da cidade, Alfama não parece ter sofrido, ao longo do vasto período de tempo que medeia entre a implantação do urbanismo romano e a actualidade, intervenções urbanas sistemáticas e programadas que tenham alterado a sua morfologia de forma drástica, ocorrendo antes um longo e constante processo de adaptação a novas formas de viver a cidade.

Dados estatísticos extraídos da análise da documentação produzida desde os meados do século XII e o final do reinado de D. Dinis permitiram compreender melhor a realidade urbana que então existia no Arrabalde Oriental. O estudo das diversas tipologias permite, mais uma vez, afirmar um crescimento urbano em todas as paróquias do arrabalde, pois observou-se um decaimento gradual e generalizado de referências a propriedades de tipo rural. Além disso, constatou-se que as tipologias ruralizantes ocorriam sobretudo no nível superior do arrabalde, evidenciando-se uma urbanização mais densa no nível inferior. Também o crescimento em altura se revelou, sobretudo a partir do final do século XIII, como um aspecto modificador da forma urbana do Arrabalde Oriental, aspecto confirmado pelo surgimento na documentação desse período de casas sobradadas.

Os locais da Cruz e da Lapa, topónimos medievais, situados no extremo do arrabalde foram investigados com especial cuidado. O factor mais relevante neste espaço limiar da cidade é a presença de propriedade régia que aqui se registou com diversas tipologias, desde uns “Paços com galeões”, a

Casa da Moeda, o Estudo Geral, um Rossio, e ainda propriedades agrícolas que separavam este núcleo urbano da Coroa das propriedades do Mosteiro de São Vicente de Fora.

No centro do Arrabalde Oriental examinou-se o local da Fonte dos Cavalos, confirmando-se a sua acção como pólo de atracção urbana, notando-se também a sua posição topográfica privilegiada, na área ribeirinha do arrabalde, coincidindo com o talvegue mais significativo de Alfama. Perto deste espaço situavam-se, desde meados do século XIII, as alcaçarias do Mosteiro de Alcobaça. Aprofundou-se o conhecimento sobre estas estruturas, nomeadamente, tentando compreender aquilo que realmente seriam, eliminando hipóteses menos prováveis, foi possível afirmar que quer fossem banhos ou curtumes, estariam intimamente relacionadas com o potencial aquífero de Alfama.

No nível superior deste arrabalde instalou-se logo após a alteração do poder político em 1147, uma instituição eclesiástica que teria um papel de relevo na cidade da foz do Tejo. O Mosteiro de São Vicente de Fora foi implantado, sob influência régia, junto a uma das principais vias de saída da cidade sobre o ermitério dos cruzados colonienses e flamengos. Foi sublinhada a vasta ocupação em área da cerca conventual de São Vicente e o modo como esta instituição funcionou como uma força de bloqueio do crescimento urbano que aqui teve um obstáculo muito significativo. Relativamente ao Convento da Graça, uma das últimas instituições monásticas a se implantar na cidade em época medieval, o seu impacto na forma urbana da cidade e do Arrabalde Oriental foi muito menor, pois a posição periférica e a provável ausência de uma cerca conventual significativa não proporcionava que tal ocorresse.

No final do reinado de D. Dinis, o Arrabalde Oriental estava delimitado por propriedades pertencentes a duas instituições que tinham um interesse muito considerável na cidade de Lisboa. Em primeiro lugar, note-se o posicionamento das propriedades da Coroa, situadas entre o olival contíguo aos limites sul do Mosteiro de S. Vicente de Fora e o rio Tejo, possibilitando ao lugar da Cruz um papel estratégico no controle de um dos principais acessos à cidade pelo oriente. Em segundo lugar, note-se o complexo de São Vicente de Fora posicionado a norte do referido olival do monarca, cuja extraordinária dimensão cercava o nível superior do Arrabalde Oriental. Neste arrabalde também outras instituições rentabilizavam as suas propriedades, destacando-se as Alcaçarias do Mosteiro de Alcobaça.

PARTE V – O ARRABALDE DOS MOUROS

CAPÍTULO 1: PRÉ EXISTÊNCIAS A NORTE DA CIDADE

Antes de iniciarmos a nossa análise da mouraria propriamente dita, importa tentar perceber qual a relevância deste espaço para a lógica urbana da cidade, durante a época de domínio político islâmico. As questões que se levantam são várias e, apesar de não ser possível dar resposta a todas, é possível, pelo menos, apresentar algumas possibilidades.

As referências documentais são quase nulas, pois os geógrafos árabes não nos informam sobre esta parte da cidade. De facto a área a norte da cidade não seria o melhor espaço habitável em torno da colina que deu origem à cidade, muito pelo contrário, a encosta norte detinha uma muito menor exposição solar, uma maior exposição a ventos frios de norte e, além disso, o declive era aí ainda mais acentuado do que nas encostas sul, oriental ou ocidental da Colina do Castelo. O local onde se ergueu a mouraria era, portanto, o pior sítio para se desenvolver a cidade. Ainda assim, é certo que não se tratava de uma área totalmente abandonada. Duas evidências arqueológicas levam-nos a crer que esta área já estaria, de algum modo, ocupada antes de 1147. Em primeiro lugar, escavações arqueológicas da responsabilidade da equipa do Centro de Arqueologia de Lisboa realizadas no Largo da Severa verificaram a existência de uma estrutura de funcionalidade não determinada de cronologia possivelmente anterior a 1147¹⁴⁴³. Em segundo lugar, recordemos que, junto à Porta do Moniz, ou seja, no acesso a uma das portas do troço norte do recinto da Alcáçova se verificou a existência uma calçada de época islâmica que daria acesso à zona a norte da cidade¹⁴⁴⁴, sendo óbvio que não se iria abrir este acesso, ou realizar o calcetamento de uma via que não tivesse tráfego, ou que desse acesso a um espaço irrelevante.

Não sendo um espaço irrelevante, qual seria então a constituição deste espaço a norte da cidade? Pedro de Azevedo propõe que um dos cemitérios de Lisboa, em época de domínio muçulmano se situasse a norte da Colina do Castelo, o mesmo local que posteriormente serviu para os cemitérios das comunidades muçulmana e judaica, “nos terrenos situados entre a Rua de Bemfornoso, Largo das Olarias e Ruas de Bella Vista do Monte e do Terreirinho até o largo do Intendente ou travessa da

¹⁴⁴³ Estes vestígios estruturais são de difícil interpretação funcional e também de difícil enquadramento cronológico, percebendo-se apenas que são anteriores às estruturas do século XIV. (cf. Ana CAESSA, António MARQUES, Nuno MOTA, “Casa da Severa, Memórias arqueológicas de um Espaço (Largo da Severa nº 2, Lisboa, mouraria”, Comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação*, que decorreu em Lisboa entre 26 e 28 de Novembro de 2015).

¹⁴⁴⁴ Cf. Ana GOMES, Alexandra GASPAR, “O Castelo de S. Jorge – da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo” in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelo*. Lisboa, Edições Colibri /Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 399 - 400.

cruz”¹⁴⁴⁵. Além disso, uma referência documental em um dos livros do Convento da Graça, refere um *Almocovar*, perto do Ermitério de S. Gens¹⁴⁴⁶. Não há dúvida que a etimologia de *Almocavar* provém do árabe *al-maqbar*, significando cemitério¹⁴⁴⁷. As referências ao cemitério da mouraria na documentação dos séculos XV e XVI não deixam dúvidas sobre a sua localização ao longo da rua que vai da mouraria para S. Maria do Monte, ou seja a actual Calçada do Monte¹⁴⁴⁸. A carta do cruzado Raul refere um cemitério, que seria talvez o principal cemitério público da cidade muçulmana, em vários momentos, mas infelizmente não o localiza com exactidão, sendo apenas possível perceber que se encontrava “*in medio montis*”, ou seja, “a meio do monte”¹⁴⁴⁹.

A hipótese lançada por Pedro de Azevedo parece-nos plausível, pois tratava-se realmente de uma zona com fracas condições de habitabilidade, como já observámos, e, além disso, tal como o mesmo autor propôs, não se trataria com certeza do único cemitério da cidade, pois outra necrópole de época muçulmana foi já encontrada no Arrabalde Oriental¹⁴⁵⁰. Escavações arqueológicas na mouraria, mais precisamente, em vários locais na Rua dos Lagares, Largo das Olarias e Travessa do Jordão têm vindo a revelar várias sepulturas muçulmanas, no entanto até ao momento os dados disponíveis ao público ainda não referem as cronologias destas sepulturas, mantendo-se por isso em dúvida se todas estas sepulturas islâmicas serão anteriores ou posteriores a 1147¹⁴⁵¹. Um documento produzido em 1280 refere um “*Almocavara dos Judeus*”, a sul do Monte de S. Gens, situação que nos leva a considerar a possibilidade de existir, a norte da Colina do Castelo, um espaço com uma muito longa

¹⁴⁴⁵ Cf. Pedro de AZEVEDO, “Do Areeiro à mouraria (Topografia Histórica de Lisboa)”, *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, p. 276.

¹⁴⁴⁶ ANTT, *Convento de Nossa Senhora da Graça*, Livro 8, fl. 3, *Mappa de toda a renda que tem o Convento...*: “No anno de 1147 em que o Sr. Rey D. Afonso Henriquez tomou aos Mouros a cidade de Lisboa principiou logo a fundação dos ermitas de Santo Agostinho na mesma cidade no Ermiterio de S. Gens no anno de 1148 no Almocovar por dous Augustinianos Ermitas...”

¹⁴⁴⁷ David LOPES, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, José Pedro Machado (org.), Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1968, p. 164.

¹⁴⁴⁸ Sobre esta questão Sousa Viterbo publicou vários documentos da Chancelaria de D. Manuel I, onde se confirma a existência do cemitério da judiaria ao longo da rua que “vai da mouraria para Santa Maria do Monte” (cf. Sousa VITERBO, “Occorrencias da vida Mourisca”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp. 247-251).

¹⁴⁴⁹ Cf. *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 100-103.

¹⁴⁵⁰ Sobre o cemitério islâmico do Arrabalde Oriental ver: Parte IV, Subcapítulo 2.3. Um arrabalde multifuncional (habitacional, olarias, cemitério).

¹⁴⁵¹ Neste momento decorrem ainda escavações arqueológicas na Rua dos Lagares e na Travessa do Jordão onde têm surgido números impressionantes de sepulturas islâmicas e não islâmicas. As sepulturas não muçulmanas, ou seja, cuja deposição do ossário não está de acordo com os preceitos islâmicos, são também em grande número, pertencendo possivelmente ao cemitério da comunidade judaica, ou até a um cemitério paleocristão, tal como pudemos verificar numa visita ao local em 20 de Abril de 2016. Agradecemos às arqueólogas Anabela Castro e Mónica Ponces por nos permitirem a visita a ambos os locais e à arqueóloga Jacinta Bugalhão por nos ter chamado a atenção para esta situação. Noutra escavação arqueológica já terminada, na Rua dos Lagares 23, e Travessa dos Lagares 3 a 23 também foram identificadas seis sepulturas individuais em decúbito lateral, com o crânio voltado para Sul e a face virada a Este, o que poderá indicar o seu tratamento segundo o ritual islâmico (cf. Inês Mendes da SILVA, *Relatório Necrópole dos Lagares*, ERA Arqueologia, Processo S 35576, consultável no Arquivo da DGPC).

tradição funerária, possivelmente anterior a 1147, pois como sabemos a comunidade judaica de Lisboa é anterior a essa data, e talvez mesmo anterior à chegada dos muçulmanos à cidade¹⁴⁵².

Seja como for, a hipótese proposta por Pedro de Azevedo, no primeiro ano do século XX, parece-nos bastante válida no momento actual, pois é muito provável que um ou talvez vários cemitérios, pertencentes às diferentes comunidades religiosas da cidade, se situassem no local que oferecia menores condições de habitabilidade e, ao mesmo tempo, se encontrava relativamente próximo à cidade, e junto a importantes vias de comunicação, entre a estrada que seguia ao longo da Ribeira de Arroios e a estrada que seguia pelo topo das cumeadas de S. Gens e Graça, situando-se assim, “*in medio montis*”, como refere o cruzado¹⁴⁵³.

Devemos também considerar a possibilidade de aí existirem, a par dos referidos cemitérios, alguns núcleos de povoamento directamente relacionados com actividades agrícolas que abasteceriam a cidade e que beneficiavam, em alguns pontos, da exposição solar suficiente para a produção agrícola¹⁴⁵⁴. Reforçando esta hipótese, considere-se o importante conjunto de silos datáveis dos séculos XI e XII encontrados não muito longe do espaço depois ocupado pela mouraria, sob a Igreja de S. Lourenço¹⁴⁵⁵. Estes pequenos núcleos populacionais de carácter agrícola iriam possivelmente constituir-se como pólos de atracção urbana que seriam, posteriormente, os alicerces do posterior desenvolvimento urbano do arrabalde dos Mouros.

¹⁴⁵² Cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 4, escambo realizado a 7 de Maio de 1280 entre os Clérigos porcionários de S. Cruz e um João Eanes dito “*Cabalario*”.

¹⁴⁵³ Cf. nota 1450.

¹⁴⁵⁴ Sobre esta questão ver o cenário periurbano proposto por Luís Gonçalves, onde se destacariam no topo dos Montes da Graça (Almofala) e de S. Gens (Senhora do Monte) pequenos povoados orientados para a exploração dos recursos naturais do vale (cf. Luís GONÇALVES, *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, disponível on-line: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>, pp. 84-90.

¹⁴⁵⁵ Cf. Clementino AMARO, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 66; *Palácio da Rosa – Igreja de São Lourenço (mouraria – Lisboa). Relatório dos trabalhos arqueológicos*, Lisboa, Arquivo de Arqueologia da DGPC, 2000. Processo S – 13790.

CAPÍTULO 2: A ORIGEM DA MOURARIA: DA TRADIÇÃO AO ARRABALDE NOVO

Tem sido aceite, muitas vezes sem qualquer análise crítica, o facto de que a comunidade muçulmana de Lisboa se terá instalado na mouraria, imediatamente depois da alteração de poder ocorrida em 1147. Esta posição não nos parece tão segura e indiscutível quanto tem parecido na historiografia recente. Luís Filipe Oliveira e Mário Viana apresentam a questão do momento da origem da mouraria como um facto consumado “*pouco depois da conquista de Lisboa*”, seguindo autores como Pedro de Azevedo, Marcelo Caetano e Oliveira Marques¹⁴⁵⁶. Contudo, estes autores não foram tão categóricos na consideração desta questão, pois, Pedro de Azevedo deixa a questão em aberto, afirmando que “*pouco a pouco ou de golpe, mas em todo caso sistematicamente, os mouros que viviam espalhados na cidade foram afastados para a encosta do monte em que se levanta o castello...*”¹⁴⁵⁷. Marcelo Caetano também é bastante vago sobre o momento concreto em que se formou o arrabalde dos Mouros, dando a entender que tal terá acontecido no reinado de Afonso Henriques, mas sem especificar como, ou porquê¹⁴⁵⁸. Oliveira Marques, afirmava que “*quando Lisboa foi definitivamente conquistada pelos exércitos cristãos de D. Afonso Henriques, em 1147, a população moura que quis ou foi forçada a ficar sem se achar escravizada, recebeu alojamento fora dos muros da cidade*”¹⁴⁵⁹, não referindo fontes, nem especificando qualquer local fora de muros onde se teria alojado essa população. Filomena Lopes de Barros, considerando a formação da mouraria de Lisboa, afirma que, após a conquista da cidade, a população muçulmana que nesta quis permanecer se terá imediatamente fixado no arrabalde, usando dois argumentos para suportar esta posição¹⁴⁶⁰. Em primeiro lugar, socorre-se do facto de ser assim que “*sucedida noutras partes da Península Ibérica*”. Em segundo, do facto de em 1170, Afonso Henriques ter atribuído um “foral” de instituição da comuna muçulmana¹⁴⁶¹. Sobre o primeiro

¹⁴⁵⁶ Luís Filipe OLIVEIRA, Mário VIANA, “A mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, p. 192.

¹⁴⁵⁷ Cf. Pedro de AZEVEDO, “Do Areeiro à mouraria (Topografia Histórica de Lisboa)”, *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, p. 269.

¹⁴⁵⁸ Cf. Marcelo CAETANO, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Livros horizonte, 1990, p. 18: “*O recém-formado concelho não compreendia os mouros forros (ou livres) que tinham ficado a viver no bairro extra-muros que lhes foi destinado – o arrabalde – e nas hortas dos subúrbios.*”

¹⁴⁵⁹ Cf. António de Oliveira MARQUES, “*A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a «Reconquista». O exemplo da cidade de Lisboa*”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 97.

¹⁴⁶⁰ Maria Filomena Lopes de BARROS, *A comuna muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998, p. 20.

¹⁴⁶¹ O conhecido “foral” de 1170, concedido aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer foi publicado em *PMH, Leges I*, pp. 396-397, edição a partir da qual transcrevermos o excerto em baixo. Quanto a nós este texto não deve ser considerado um foral, apesar de estar inserido na secção de forais dos *PMH*, e de ser intitulado como tal nessa recolha, pois a sua leitura revela que se trata de uma carta de protecção aos referidos mouros forros, onde se estabelece os seus direitos e deveres perante o rei. “*In dei nomine. Ego Rex Alfonsus portugalis una cum filio meo Rege Sancio facio cartam fidelitatis et firmitudinis vobis mauris qui estis forri in vlixbona et in almadana et in palmela et in Alcazar ut in mea terra nullum malum*

argumento, devemos notar que o procedimento tomado pelos monarcas ibéricos após a conquista de cidades onde habitava uma maioria muçulmana foi bastante diverso, ocorrendo, talvez na maioria dos casos, a criação imediata de bairros segregados, mas noutros casos a questão foi resolvida de forma diferente. Com efeito, note-se os casos concretos de algumas cidades do al-Andalus tomadas pelos cristãos durante a idade média. No caso de Toledo, Afonso VI, após tomar a cidade em 1085, permitiu que a população muçulmana permanecesse na posse das suas propriedades, ou seja, nas suas habitações¹⁴⁶². Em Saragoça (1118), Tudela (1119) e Tortosa (1148) os habitantes muçulmanos foram autorizados a permanecer, pelo menos por um ano, dentro do recinto amuralhado, nos locais onde viviam antes da conquista, e após esse tempo passaram a habitar em arrabaldes extramuros¹⁴⁶³. Nas condições estabelecidas na rendição de Valência em 1238, entre Jaime I e Ibn Mardanish, o rei Lobo, foi concedido o direito de permanência na cidade à população muçulmana, num local determinado, onde não habitassem cristãos nem judeus¹⁴⁶⁴. Situação totalmente diferente ocorreu em Sevilha, e na maioria das cidades andaluzas, quando, após a conquista de 1248, a população muçulmana foi em grande parte expulsa da cidade e substituída por população cristã¹⁴⁶⁵. No caso de Múrcia a situação foi bastante diferente, pois, após um período em que a cidade se manteve como um protectorado de Castela e Leão entre 1243 e 1266, a cidade foi dividida por Jaime I de Aragão em duas partes, entre muçulmanos e cristãos¹⁴⁶⁶. No território do reino português¹⁴⁶⁷, sobressai o caso de Faro, conquistada em 1249, onde quase quatro décadas depois, se refere um terreno que teria sido atribuído para a implantação de uma

iniuste recipiatis. Et nullus meus christianus neque iudeus super uos habeat nocendi potestatem sed ille quem uos de gente et fide uestra super uos pro alcaide elegeritis ipsemet iudicet uos. Et hoc facio ut uos reddatis mihi in unoquoque anno singulos morabitanos ex singulis capitibus uestris ex quo tempore uictui necessaria ganare potueritis. Et ut detis mihi alfitria et azoque et totam decimam de universo labore uestro. Et omnes uineas meas preparetis et uendatis meos ficus et meum oleum quomodo uendiderint hatitatores uille tercia parte de meis minus. Hec igitur carta sempre firmum habeat robur et nullus eam uobis audeat frangere neque foros uestros. Facta carta mense Marcio apud Colimbriam Era M.^a CC.^a VIII.^a ...”.

¹⁴⁶² Cf. Joaquín NÚÑEZ FUSTER, "Toledo y Sevilla en la Baja Edad Media. Urbanismo y Sociedad." in *Ars longa , vita brevis:homenaje al Dr. Rafael Sancho de San Román*, Toledo, Real Academia de Bellas Arte y Ciencias Históricas, 2006, pp. 347-348; Miguel LADERO QUESADA, "Los Mudejares de Castilla en la Baja Edad Media", *Historia. Instituciones. Documentos*, nº 5, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1978, p. 266.

¹⁴⁶³ Leopoldo TORRES BALBÁS, *Algunos Aspectos del Mudejarismo Urbano Medieval*, Madrid, Imprenta y Editorial Maestre, 1954, p. 21.

¹⁴⁶⁴ Cf. J. Rodrigo PERTEGAZ, "La morería de Valencia. Ensayo de descripción topográfico-histórica de la misma", *BAH*, vol. LXXXVI, 1925, pp. 229-251.

¹⁴⁶⁵ Cf. Joaquín NÚÑEZ Fuster, "Toledo y Sevilla en la Baja Edad Media. Urbanismo y Sociedad." in *Ars longa , vita brevis:homenaje al Dr. Rafael Sancho de San Román*, Toledo, Real Academia de Bellas Arte y Ciencias Históricas, 2006, pp. 347; 351-352. Antonio Collantes Sánchez afirma que este processo levou à expulsão de boa parte da população muçulmana das cidades na maioria das cidades andaluzas conquistadas pelo reino de Castela no século XIII (cf. Antonio COLLANTES SANCHÉZ, "De la Ciudad Andalusi a la Castellana: el espacio urbano en la Andalucía Bajomedieval", *Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae*, nº 37, Sevilha, 2009, p. 165).

¹⁴⁶⁶ Cf. V. ROSSELLÓ, G. CANO, *Evolucion urbana de Murcia*, Murcia, Ayuntamiento de Murcia, 1975, p. 53.

¹⁴⁶⁷ Para uma análise exaustiva das comunas do reino português ver: Maria Filomena Lopes de BARROS, "As Comunas muçulmanas em Portugal: subsídios para o seu estudo", *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. 7, Porto, 1990, pp. 87-98.

mouraria, mas que ainda jazia vazio, habitando a comunidade muçulmana ainda no interior da cerca urbana¹⁴⁶⁸.

Tendo em conta estes vários casos, é possível considerar que a constituição de mourarias em arrabaldes não foi um acontecimento obrigatório, e que, quando ocorreu nem sempre foi efectuado imediatamente após a alteração de poder numa cidade, pois outras opções foram aplicadas ao longo do vasto período histórico da reconquista cristã na Península Ibérica¹⁴⁶⁹. Relativamente ao segundo argumento de Filomena Lopes de Barros, a atribuição do foral de 1170 concedido aos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer, é importante notar que em momento algum o texto desse documento refere a presença de uma mouraria em qualquer das quatro cidades referidas¹⁴⁷⁰. Além disso, importa também considerar a diferença entre mouraria e Comuna, instituições que não devem ser confundidas, pois enquanto a primeira é constituída por um espaço físico, a segunda não implica obrigatoriamente a existência da primeira, tal como Filomena Barros admite¹⁴⁷¹. Deste modo, consideramos que o “foral” de 1170 não deve ser interpretado como uma carta de instituição da mouraria de Lisboa, mas sim como uma carta de protecção às comunidades muçulmanas das quatro cidades referidas.

As primeiras referências inequívocas, na documentação medieval, à mouraria de Lisboa ocorrem apenas em 1263 e em 1280. A referência mais antiga ao “Arrabalde dos Mouros” consiste numa doação de casas por Afonso III, ao pretor dos mouros, Galibo, realizada em 16 de Março de 1263, onde se refere que essas casas estavam na posse do anterior pretor, um tal Omar¹⁴⁷². É assim seguro afirmar que antes de 1263 existia uma mouraria administrada por oficiais régios, os quais seriam provavelmente muçulmanos. Em 1280, num escambo entre os clérigos porcionários de S. Cruz e um João Eanes dito “*Cabalarío*”, é referido um ferragial e seu herdamento situado no “*arravalde novum de*

¹⁴⁶⁸ Cf. Maria Filomena Lopes de BARROS, “mourarias e Cidade: Discursos e Espaços” in *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*, Maria RIBEIRO, Arnaldo MELO (coords.), Braga, CITCEM/IEM, 2014, p. 275.

¹⁴⁶⁹ Deste modo, concordamos totalmente com o que Filomena Lopes de Barros afirma sobre esta questão em geral: “*A matriz das mourarias levanta ainda, bastantes problemas, apontando, contudo para uma plasticidade de soluções diferenciadas em função dos contextos concretos e dos diferentes processos de colonização do território*” (cf. Filomena Lopes de BARROS, “mourarias e Cidade: Discursos e Espaços” in *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*, Maria Ribeiro e Arnaldo Melo (coords.), Braga, CITCEM/IEM, 2014, p. 278).

¹⁴⁷⁰ Ver nota 1461.

¹⁴⁷¹ Maria Filomena Lopes de BARROS, *A comuna muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998, p 20: “*Os conceitos de comuna e de mouraria aplicam-se a entidades perfeitamente diferenciáveis que, contudo, se justapõem no contexto nacional. Assim, pelo último, entende-se o espaço físico em que habitam os mouros, correspondendo a comuna ao conjunto de todos os órgãos religiosos, administrativos e legais que permitem, por mercê régia (...) uma identidade própria dentro da sociedade cristã, embora sujeita à lei geral do reino*”.

¹⁴⁷² Cf. ANTT, *Chancelaria de Afonso III*, livro 1, fl. 66v, de 16 de Março de 1263: “*...do et concedo vobis Galibo pretori de Mauris de Arravalde Ulixbone et uxori vestre Eyxe pro servicio quod Mihi fecitis et facitis illas meas casas Pretorie de Arravalde de Mauris ulixbone in quibus morauint que case fuerunt de Omar mauro quondam pretore de Mauris de dicto Arravalde ulixbone...*”

mauris ulixbon...", ou seja, no Arrabalde novo dos mouros de Lisboa¹⁴⁷³. Poderia ser afinal "novo" o Arrabalde dos mouros de Lisboa, no início do reinado de D. Dinis, tendo sido talvez fundado pelo seu pai, visto que a primeira referência documental é precisamente do reinado de Afonso III¹⁴⁷⁴. Ou seria apenas uma referência a uma parte "nova" do velho arrabalde, fundado pouco depois de 1147? Infelizmente, os dados documentais são demasiado escassos para se escolher sem reserva qualquer destas hipóteses. Todos os outros documentos que referem o Arrabalde dos Mouros até ao final do reinado de D. Dinis não mencionam qualquer "Arrabalde novo", apenas o "Arrabalde de Lisboa", ou o "Arrabalde dos Mouros"¹⁴⁷⁵.

A Carta do Cruzado refere, em dois momentos diversos, informações diferentes. Em primeiro lugar, no discurso, registado pelo Cruzado, do bispo de Braga, D. João Peculiar, dirigido à população da cidade no momento do cerco, é prometido que esta poderá permanecer na cidade, pois segundo este bispo: "*não vimos a esta cidade, que está na vossa posse, para vos lançar fora daqui nem para vos espoliar... (...) ...não queremos, efectivamente, expulsar-vos dos vossos assentamentos tão antigos; viva cada um segundo os seus costumes, a não ser que espontaneamente queira vir aumentar a Igreja de Deus*"¹⁴⁷⁶. Em segundo lugar, tal como o cruzado também nos informa, os termos propostos pelos cristãos foram recusados e o cerco levou a uma ocupação total da alcáçova e da medina, pois, tal como o próprio cruzado refere, uma vasta população muçulmana saiu pelas três portas da cidade, sem, no entanto, ser especificado se esta partiu definitivamente ou apenas temporariamente para se realizar o saque, ou se foi ou não realojada em qualquer outro local¹⁴⁷⁷. Sobre a mouraria, nada nos diz o cruzado, porque talvez nada houvesse para dizer, pois possivelmente o arrabalde dos mouros não foi instituído imediatamente após a alteração de poder de 1147. Neste sentido, note-se que os exemplos citados de outros reinos ibéricos onde a população é expulsa ou imediatamente realojada numa mouraria, são, na sua maioria, mais tardios, como é o caso das cidades andaluzas que foram tomadas em meados do

¹⁴⁷³ Cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 4, de 7 de Maio de 1280.

¹⁴⁷⁴ Um outro "Arrabalde novo" irá surgir na mouraria de Lisboa cerca de dois séculos depois, não sendo provável que tenha alguma relação com o "*arrabalde novo dos mouros de Lisboa*" referido no documento de 1280, pois não se encontra qualquer outra referência a este topónimo até 1464 (cf. Luís Filipe OLIVEIRA, Mário VIANA, "A mouraria de Lisboa no século XV", *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, p. 199).

¹⁴⁷⁵ Cf. ANTT, *Gaveta 12*, maço 2, nº 9, de 3 de Outubro de 1285: "*em Benfica no arrabalde de Lisboa*"; ANTT, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Incorporação, Maço 8, doc. 28, de 11 de Junho de 1303: "*a par do poço do arrabalde dos Mouros*"; ANTT, S. Vicente de Fora, 1ª Incorporação, Maço 6, doc. 16, de 16 de Novembro de 1319: "*...mouras forras do arrabalde de Lisboa*".

¹⁴⁷⁶ *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de Maria João BRANCO, Lisboa, Vega, 2001, pp. 93-95.

¹⁴⁷⁷ *A conquista de Lisboa aos mouros...*, p. 141: "*Espoliados, pois, os inimigos na cidade, foram vistos a sair, sem despegar, pelas três portas, desde o início da manhã de sábado até à quarta-feira subsequente, em tão grande multidão de gente que era como se nela tivesse confluído a Espanha inteira*".

século XIII. Em meados do século XII, estaria talvez ainda por definir um modelo global para a resolução da questão da população muçulmana, sendo o modelo de Toledo, talvez, já considerado obsoleto, mas não havendo ainda qualquer interesse em afastar uma população que seria necessária à reconstrução e reposição funcional da cidade. Neste aspecto, a atenção do primeiro rei português pela população muçulmana é bem notória na já referida carta de protecção concedida em 1170, a qual não se refere apenas a uma cidade ou povoado específico, mas sim a todo um vasto território que abrangia a foz dos rios Tejo e Sado, dominado pelos quatro centros urbanos: Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer.

Deste modo, parece-nos possível que a comunidade muçulmana de Lisboa tenha de facto abandonado a medina e a alcáçova, tal como foi presenciado e relatado pelo cruzado, tendo possivelmente permanecido dispersa pelos arrabaldes e pelo termo da cidade, reagrupando-se depois gradualmente nos arrabaldes da cidade. Se esse reagrupamento ocorreu pouco tempo após a tomada da cidade, concentrando-se essa população na face norte da Colina do Castelo, ou se a concentração nesse local só aconteceu um século depois da conquista, não podemos precisar. Contudo, a já referida menção de um “*Arrabalde novo dos Mouros*”, em 1280, não deve ficar ausente desta problemática. Neste sentido, concebemos uma proposta sobre a evolução urbana da mouraria que contempla dois momentos que marcaram a forma do Arrabalde da minoria muçulmana, tal como será exposto no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: O URBANISMO DA MOURARIA

3.1 O ARRABALDE DOS MOUROS: SITUAÇÃO TOPOGRÁFICA E LIMITES URBANOS

Em algum momento entre 1147 e os meados do século XIII uma comunidade mudéjar instalou-se na vertente norte da Colina do Castelo, um local com más condições de habitabilidade, mas, ainda assim, bastante próximo da cidade, perto de uma das principais vias de acesso à urbe, e sobretudo, sob o controlo visual e efectivo da Alcáçova, sede da Coroa, e também neste caso, símbolo da autoridade que administrava a vida da população muçulmana, pois esta pertencia ao Rei. Esta posição de uma manifesta submissão hierárquica ao espaço palatino da Coroa, foi também notada para a mouraria Nova de Évora, e a mouraria de Elvas¹⁴⁷⁸.

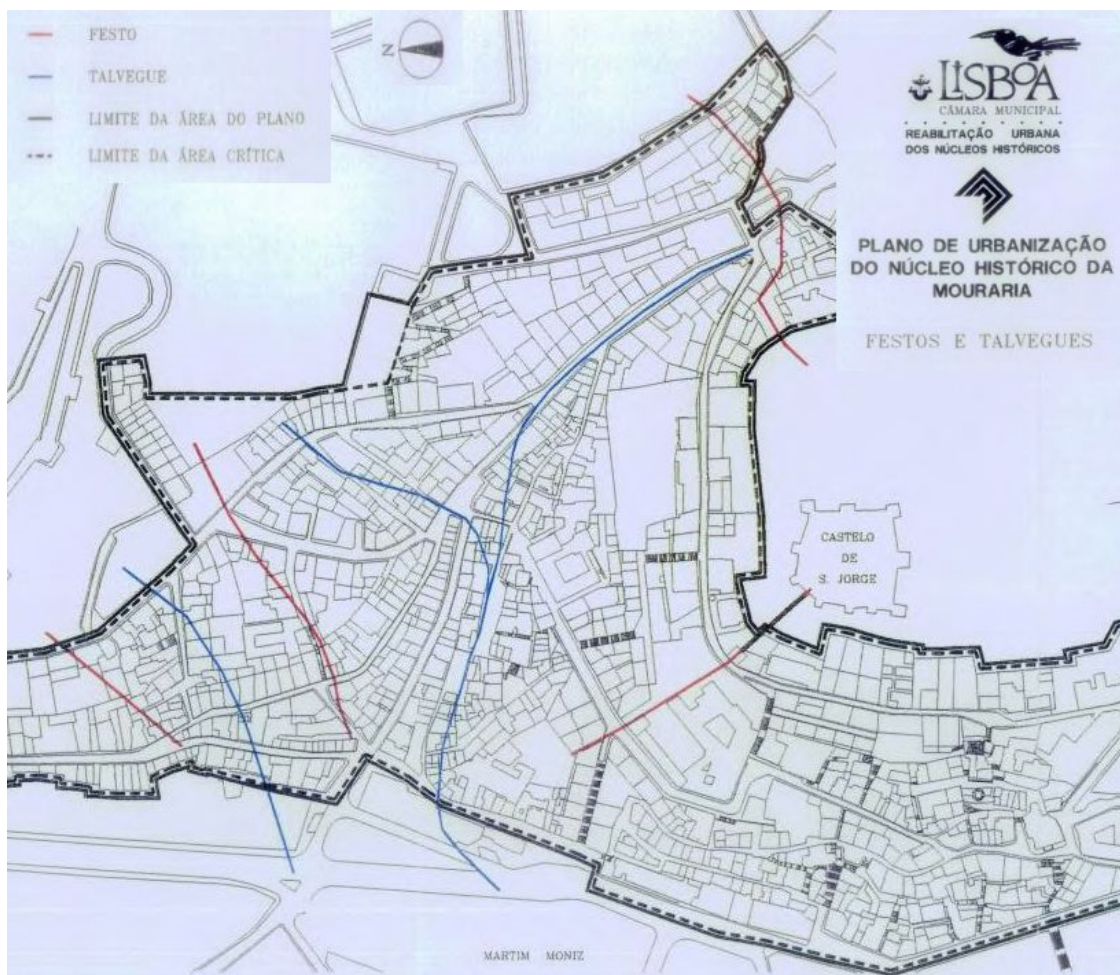


Figura 110. Festos e Talvegues na Mouraria¹⁴⁷⁹

¹⁴⁷⁸ Cf. Maria Lopes de BARROS, “mourarias e Cidade: Discursos e Espaços” in *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*, Maria RIBEIRO e Arnaldo MELO (coords.), Braga, CITCEM/IEM, 2014, p. 281.

¹⁴⁷⁹ Planta publicada no *Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da mouraria*, disponível no *Diário da República*, 2ª Série, nº 239 de 15 de Outubro de 1997.

A observação da Planta com as linhas de festos e talvegues desta parte da cidade permite constatar que a forma urbana está intimamente ligada com a orografia, sobretudo no grande talvegue que desce do Monte da Graça para a actual Praça do Martim Moniz, definindo a orientação das actuais Calçada de Santo André, Rua dos Cavaleiros, Rua da Guia e Rua do Capelão e, simultaneamente, marcando a posição destes eixos viários. À semelhança do que ocorre em Alfama, a transposição entre a cartografia actual e a malha urbana medieval é possível devido à ausência de acções urbanísticas, até agora desconhecidas, entre essa época e a actualidade, que tenham alterado a fisionomia urbana deste espaço. A comparação entre a mais antiga planta da cidade (1650) e a actual é esclarecedora.



Figura 111. Pormenor da implantação da Mouraria na Planta de João Nunes Tinoco (1650)

Relativamente à dimensão e limites urbanos da mouraria na época que aqui nos importa, a informação documental é bastante escassa, sendo necessário recorrer a uma comparação exaustiva com a informação posterior, sobretudo com a documentação produzida em finais do século XV e inícios do XVI, correspondente à reorganização interna deste espaço após a expulsão das minorias decretada por

D. Manuel¹⁴⁸⁰. A Ocidente fechava a mouraria, o lugar de Benfca, topónimo atestado em 1285¹⁴⁸¹, e que daria nome à Rua de Benfca, referida como tal na documentação, pela primeira vez, apenas em 1391¹⁴⁸². Este local era, no início do século XIV, marcado por explorações agrícolas de pequena dimensão, ou seja, por propriedade alodial muçulmana e por almuinhas¹⁴⁸³, cuja natureza agrícola perdurou ao longo dos tempos, até, pelo menos, ao século XVIII, pois, apesar de a via se encontrar então urbanizada, ainda estão patentes na cartografia pré-pombalina propriedades agrícolas situadas nas traseiras dos prédios dessa via, para ocidente, ou seja, junto à Ribeira de Arroios (ver figura 112). Esta via ganhará um carácter artesanal e comercial em finais do séc. XIV, através da fixação de oleiros muçulmanos e cristãos. As almuinhas que existiam nas traseiras desta via, que estendiam para ocidente, acompanhando a Ribeira de Arroios, pertenciam a diferentes instituições eclesíásticas, identificadas por Luís Gonçalves: a Ordem do Hospital, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e o Mosteiro de São Vicente de Fora. Estas instituições possivelmente tomaram posse destas propriedades ainda no século XII, visto que já surgem identificadas na inquirição de Afonso II, em 1220¹⁴⁸⁴ (ver figura 113). Parece-nos plausível que, além de manterem alguma propriedade alodial, parte da população muçulmana trabalhasse nestas almuinhas.

¹⁴⁸⁰ Parte substancial desta documentação foi identificada por Pedro de Azevedo (“Do Areeiro à Mouraria (Topografia Histórica de Lisboa)”, *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, pp. 212-224 e 257-279.) e publicada por Sousa Viterbo (“Occorrencias da vida Mourisca”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp. 81-93; 161-170; 247-265.).

¹⁴⁸¹ Cf. ANTT, *Gaveta 12*, maço 2, nº 9, de 3 de Outubro de 1285, venda de metade de uma tenda na Madalena por um “João Pais dito da Prata, morador em Benfca no arrabalde de Lisboa” a D. Dinis.

¹⁴⁸² Um estudo exaustivo da evolução social e urbana desta rua entre os séculos XIV a XVI foi realizado por Filomena BARROS: “A Rua de Benfca da mouraria (actual Rua do Benfmoso) – sécs. XIV-XVI”, *Olisipo*, II série, nº 8, Lisboa, Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, 1999, pp. 28-38.

¹⁴⁸³ Cf. *Ibidem*, pp 29-31.

¹⁴⁸⁴ ANTT, *Gaveta 1*, maço 2, nº 18, publicada em *Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo*, 1220(?), IEM: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rolpropropriedades.

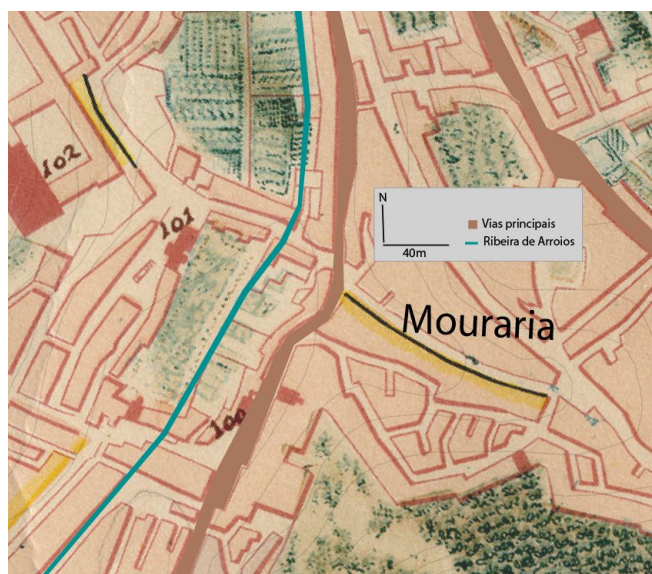


Figura 112. Mouraria e área agrícola no séc. XVIII¹⁴⁸⁵

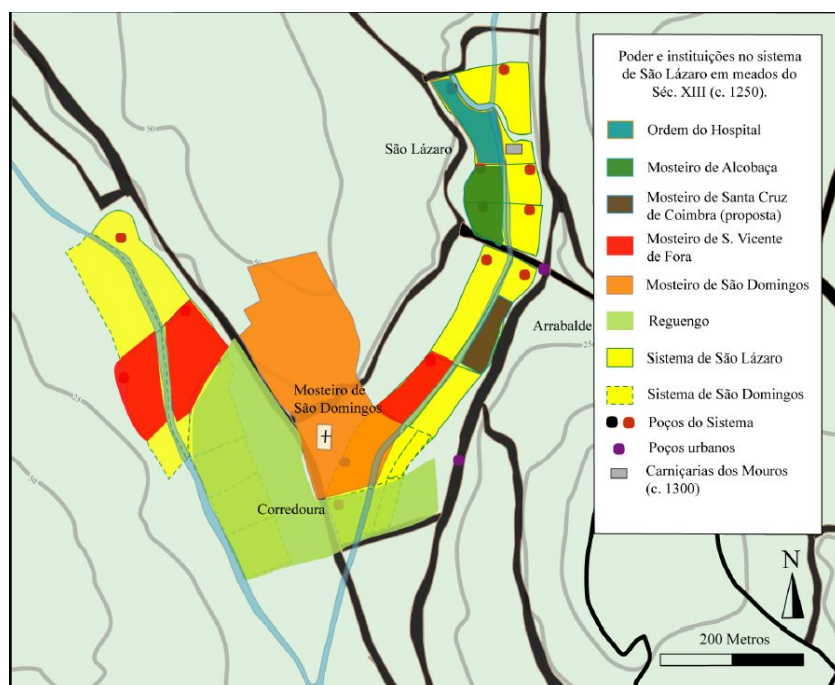


Figura 113. Poder e Instituições no Sistema de S. Lázaro em meados do século XIII (c. 1250) (segundo Luís Gonçalves)¹⁴⁸⁶

¹⁴⁸⁵ Pormenor adaptado da *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa compreendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos* [...], [s.l: s.n., s.d.], Instituto Geográfico Português, planta nº 356.

¹⁴⁸⁶ Planta da autoria de Luís Gonçalves (cf. Luís GONÇALVES, *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, p. 142, disponível on-line: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>).

A sul, a mouraria era dominada pela Alcáçova, numa posição de submissão ao controlo régio, que, como foi observado, não seria original no reino português. A oriente e a norte a mouraria era fechada pelo antigo almocávar, que se situava ao longo da via que descia de Santo André em direcção à Ribeira de Arroios¹⁴⁸⁷.

3.2 A RECONSTITUIÇÃO POSSÍVEL DA MOURARIA NO FINAL DO REINADO DE D. DINIS

Analisando os dados documentais patentes na documentação produzida até ao final do reinado de D. Dinis e considerando os estudos sobre a mouraria referentes aos séculos XIV e XV, foi possível conceber uma reconstituição deste espaço, assinalando as estruturas existentes, mencionadas na referida documentação (ver figura 115). Entre a nossa proposta de reconstituição e a proposta realizada por Luís Filipe Oliveira e Mário Viana verifica-se apenas uma discrepância assinalável: a posição da Mesquita Maior¹⁴⁸⁸. Na verdade os argumentos que estes autores usaram para deslocar a Mesquita Maior do local que outros autores haviam definido, não nos pareceram suficientemente convincentes. A Mesquita Maior da mouraria de Lisboa foi localizada no local do posterior Convento da Anunciada por Sousa Viterbo, no princípio do século passado, publicando este autor vários documentos onde é possível aferir que no local do referido Convento funcionou, sem qualquer dúvida, uma mesquita¹⁴⁸⁹.

¹⁴⁸⁷ É possível que esta necrópole fosse na verdade constituída por diferentes cemitérios, e que talvez os mais antigos remontem a épocas anteriores à chegada dos muçulmanos à cidade. Sobre esta questão ver: Parte V, Capítulo 1: Pré existências a norte da cidade.

¹⁴⁸⁸ A reconstituição de Mário VIANA, Luís Filipe OLIVEIRA constitui a investigação mais completa sobre a mouraria na sua fase final (cf. Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, “A mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993).

¹⁴⁸⁹ Cf. Sousa VITERBO, “Occorrencias da vida Mourisca”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp.84-93; 161-162. Este autor segue a pista proposta por Frei Luís de Sousa: “...começou o Mosteiro da Anunciada huma vida celestial, na casa que fora cova de ladroes, quero dizer, morada de Mafamede, escola de infidelidade.” (cf. *Terceira Parte da Historia de S. Domingos*, Lisboa, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1767, p. 11). Também Pedro de Azevedo havia seguido a ideia do cronista dominicano, mas sem argumentar ou citar fontes (cf. Pedro de AZEVEDO, “Do Areeiro à mouraria (Topografia Histórica de Lisboa)”, *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, p. 224, nota 2).

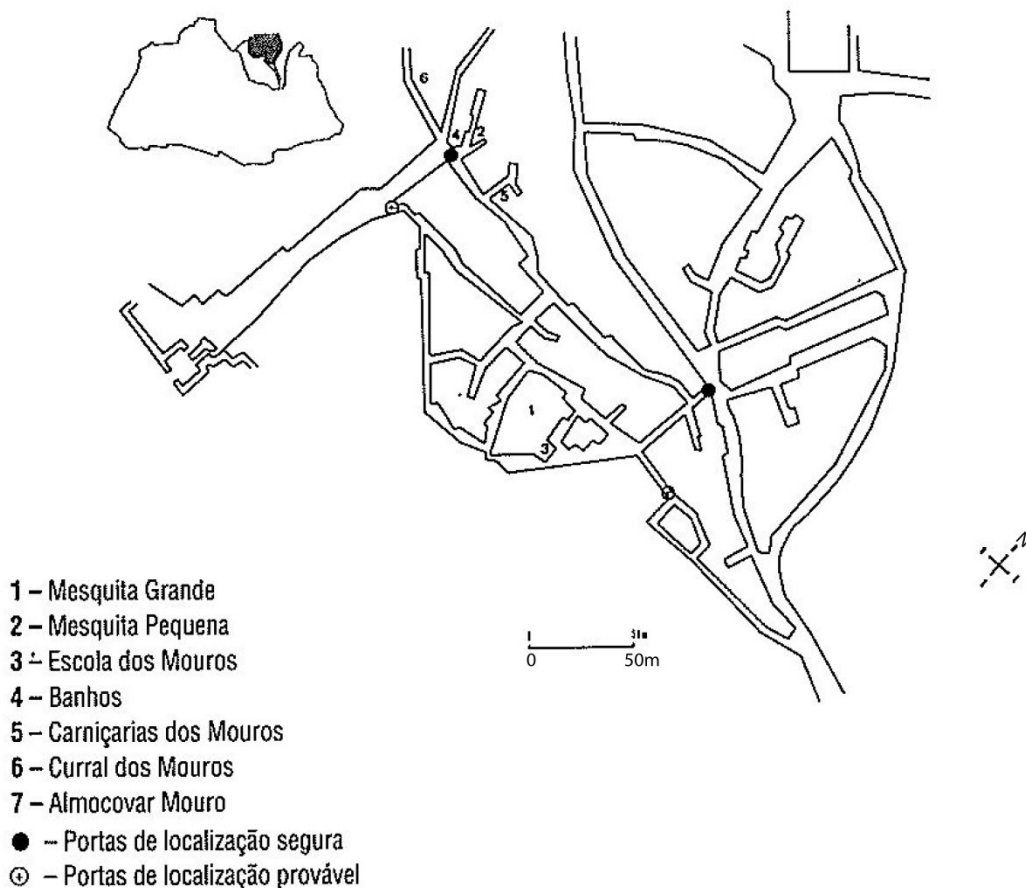


Figura 114. Espaços públicos da Mouraria (séc. XV) (segundo Mário Viana e Luís Oliveira)¹⁴⁹⁰

Neste sentido, note-se a referência inequívoca patente na doação de D. Manuel a Catarina de Christos e suas irmãs, freiras da terceira ordem de S. Francisco, para estas erguerem um oratório a Nossa Senhora da Anunciada, em 5 de Setembro de 1511:

“...a nossa senhora nos praz por esta presente carta fazer doaça e esmola a nossa senhora pera todo sempre das casas que forã mesqyta dos mouros com todo seu asentamento e casas e quyntaes e poço asy como o tínhamos dito a o pesoya o espiritall de todollos samtos desta cidade de Lixboa a que de todo o dto asentamento e casas e quymtaes e poço asy como o tínhamos dito asentamento de mezquita tínhamos feita esmola e asy como anos pertemce na qual casa e asemtos nos praz que posam estar e morar Catherina de Christos e suas Irmãs freiras da terceira hordem da Regra de sam francisquo...”¹⁴⁹¹

¹⁴⁹⁰ Planta publicada em: Luís Filipe OLIVEIRA, Mário VIANA, “A mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, p. 194.

¹⁴⁹¹ ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 8, fl. 84, de 5 de Setembro de 1511. Seguimos aqui a transcrição feita por Sousa VITERBO (cf. “Occorrencias da vida Mourisca”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp. 87-88).

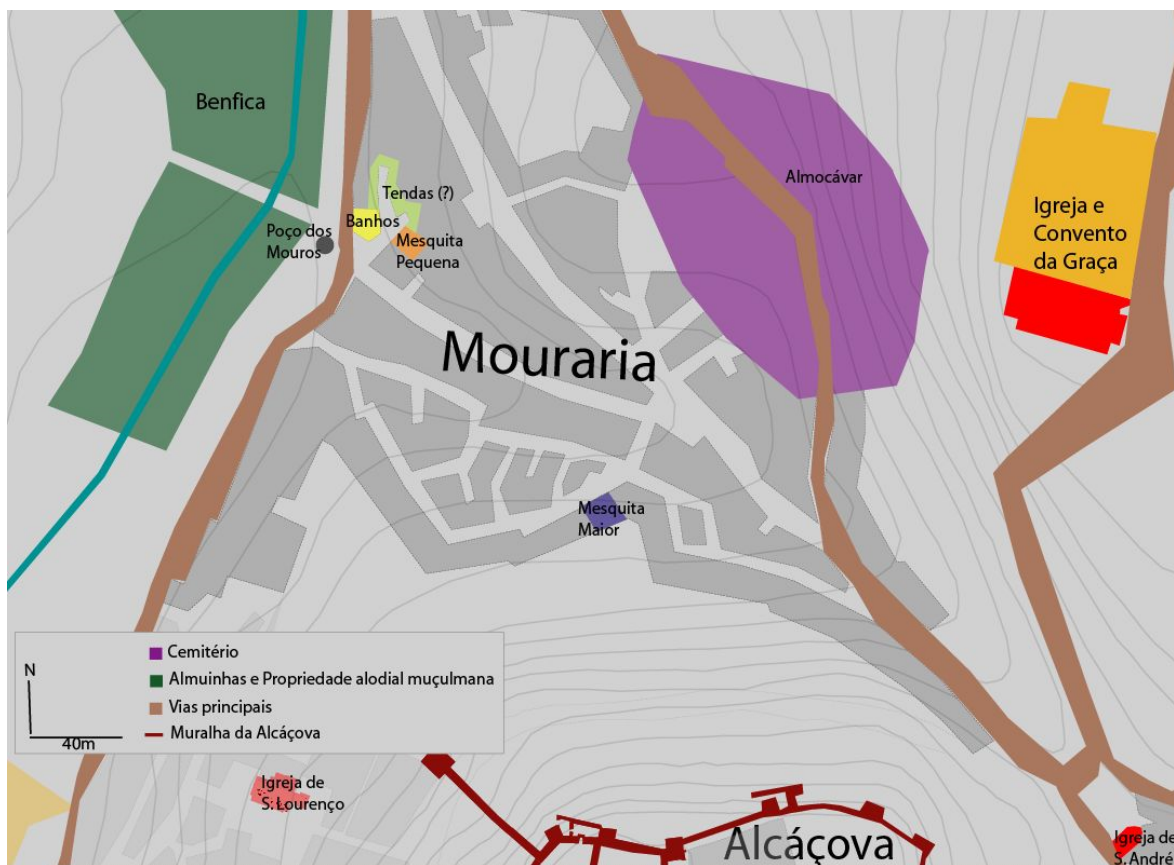


Figura 115. Reconstituição da mouraria (c. 1325)

A única informação que fica por esclarecer, nesta doação régia, é se esta mesquita era de facto a Mesquita Maior da mouraria, ou outro templo muçulmano desse espaço. Essa questão é respondida pelo teor de um documento, anterior à doação de 1511, no qual o provedor-mor do Hospital Real de Todos-os-Santos afora, por mandado do rei, as casas da mesquita grande:

“...como elRey e príncipe nosso senhor manda em seu regimento vinte dias e muyto mais a mizquita grande que foy dos mouros que he no arrabalde da dita cidade onde soiã de chamar a mouraria... (...) ...as quaes casas e mizquita lhe asy aforou com todas suas Entradas saídas direitos e pertenças logradouroiros e serventias asy e pola guisa que as o dito espiritall há e melhor se as eles ditos poderem aver as quaes casas partem de duas partes com Ruas publicas e entestam com casas que foram de mangana que ora sam de Aldonça Fernandez e da outra parte com casas que forã da dita

mizquita que ora traz emprazadas o espateiro as quaes casas sam duas. Uma grande e outra pequena de três quynas e dois quintaes...”¹⁴⁹²

O elo de ligação entre ambos documentos é, como observou Sousa Viterbo, o Hospital Real de Todos-os-Santos, a quem o rei incumbiu a administração da Mesquita Maior e dos seus bens¹⁴⁹³. Contudo, neste primeiro aforamento algo correu mal, para o monarca ter realizado, treze anos depois, a doação das “*casas que foram mesquita*” às referidas irmãs da Ordem terceira de S. Francisco. Perante estas evidências documentais não nos parece que o facto de as freiras serem contratualmente obrigadas a fazerem um oratório com altar, o qual não poderia existir na sala de orações de uma mesquita, nem que a “*grande densidade de construções junto da mesquita*” sejam motivos suficientes para se deslocar a posição da Mesquita Maior, do posterior Convento da Anunciada para outro local, ligeiramente mais central, tal como propuseram Luís Filipe Oliveira e Mário Viana¹⁴⁹⁴.

Além da Mesquita Maior, a documentação revela ainda a existência de uma mesquita pequena, que Filomena Barros considera já existir, pelo menos, desde finais do século XIII, visto que encontrou referência à existência, no reinado de D. Dinis, a dois capelões e dois muezins¹⁴⁹⁵. A localização desta Mesquita Pequena pode ser inferida através de documentação posterior, na Rua de Dentro da mouraria, junto a uma das posteriores portas do arrabalde¹⁴⁹⁶.

Outra diferença entre a nossa proposta de reconstituição e a de Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, a ausência de portas na nossa proposta deve-se ao facto de estas muito provavelmente ainda não existirem até ao final do reinado de D. Dinis. Como é conhecido, a segregação das minorias étnico-religiosas foi um processo gradual, e que ainda não tinha atingido o seu auge neste período. A segregação física destas comunidades desenvolver-se-á progressivamente, e sobretudo, após momentos cruciais desse processo, como as Cortes de Elvas de 1361, onde se legisla a obrigatoriedade de judiarias e mourarias, ou quando D. João I ordena que as portas das mourarias sejam encerradas ao toque das Trindades¹⁴⁹⁷.

¹⁴⁹² ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 16, fl. 109, de 4 de Abril de 1498. Seguimos aqui a transcrição feita por Sousa Viterbo (cf. “Occorrencias da vida Mourisca”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp. 89-90).

¹⁴⁹³ Sobre o papel do Hospital Real de Todos-os-Santos no processo de cristianização da mouraria após o édito de expulsão de D. Manuel ver: Maria Filomena Lopes de BARROS, “Conviver na Cidade: Muçulmanos na mouraria de Lisboa nos séculos XV e XVI”, in Flocel Sabaté (ed.), *Formes de convivència a la Baixa Edat Mitjana*, Lleida, Pagès editors, 2015, pp. 136-140.

¹⁴⁹⁴ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, Mário VIANA, “A mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, p. 203.

¹⁴⁹⁵ Cf. Filomena Lopes de BARROS, “mouraria (Sécs. XII a XV)”, in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994, pp. 590-591.

¹⁴⁹⁶ Cf. ANTT, *Extremadura Livro 2*, fl. 106 v.

¹⁴⁹⁷ Sobre a evolução da segregação das comunidades muçulmanas no reino português ver: Filomena Lopes de BARROS, “Conviver na Cidade: Muçulmanos na mouraria de Lisboa nos séculos XV e XVI”, in Flocel Sabaté (ed.), *Formes de convivència a la Baixa Edat Mitjana*, Lleida, Pagès editors, 2015, pp. 127- 142.

O tríplice conjunto urbano mesquita-banhos-*sug*, surge no extremo ocidental da mouraria, espaço de fronteira entre a comunidade islâmica e a cristandade, local onde terminava a área de influência muçulmana. Esta organização urbana, que surge patente no *Livro dos Bens Próprios*, constitui o núcleo do sistema urbano muçulmano, encontrando-se aqui deslocada do seu sítio natural: o centro¹⁴⁹⁸. Apesar de não ser especificada a posição destes banhos na documentação produzida até 1325, foi possível, recorrendo a estudos baseados em documentação mais tardia, assinalar os banhos na esquina entre as posteriores Rua de Benfica e Rua Grande Direita, artérias que não são referidas até 1325, mas que com certeza já existiriam¹⁴⁹⁹. A reconstituição que propomos para a posição das tendas é totalmente conjectural, tendo como base a cartografia pré-pombalina e a referência do *Livro dos Bens Próprios*, que indica especificamente quatro tendas em volta dos banhos¹⁵⁰⁰. Além destas quatro tendas, a mesma fonte revela quatro casas que o rei tinha recebido de um tal Açem, revelando um núcleo urbano na posse da Coroa que assim exercia uma influência de relevo num local estratégico, onde confluía um eixo dominante do sistema viário da mouraria com a principal via de acesso ao espaço da comunidade muçulmana. A presença régia em estruturas comerciais não constitui novidade, se tivermos em conta a longa relação entre a Coroa e o comércio urbano de Lisboa¹⁵⁰¹. Também o controlo régio de banhos não é propriamente uma novidade, pois como vimos anteriormente, D. Dinis possuía banhos na paróquia da Sé, junto do Chafariz¹⁵⁰².

A posse dos banhos, do núcleo comercial em torno destes banhos e também de um núcleo habitacional não só reforçava a presença e autoridade régia na mouraria, como também constituía uma fonte de rendimento para a Coroa, pois todas estas estruturas assim eram rentabilizadas, uma realidade que encontra paralelos em outros locais da Península Ibérica¹⁵⁰³. Note-se nesse sentido o aforamento dos banhos da mouraria e de “*quatro portaes de casas*”, possivelmente as quatro casas referidas no *Livro dos Bens Próprios*, a Domingos Pires e sua mulher, para que estes administrassem esta estrutura

¹⁴⁹⁸ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 4. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, p. 335: “*Item habet iby in arravaldo domnus rex iii^{or} tendas circa balnea / Item habet iby rex in arravaldo balnea / Item habet domnus rex iii^{or} domos ultra balnea quas iam dedit filio de Açem*”.

¹⁴⁹⁹ Cf. Luís Filipe OLIVEIRA, Mário VIANA, “A mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, p. 198; ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Livro 1, fl. 235.

¹⁵⁰⁰ Cf. nota 1499.

¹⁵⁰¹ Sobre esta questão ver: Parte III, Capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político.

¹⁵⁰² Referimo-nos ao conhecido Chafariz del Rei, junto ao qual D. Dinis possuía banhos no início do século XIV, ver: Parte I, Subcapítulo 4.3 - O Chafariz del Rei.

¹⁵⁰³ Sobre a rentabilização de estruturas balneares por cristãos em mourarias na Península Ibérica ver: Josep TORRÓ, “El Urbanismo mudéjar como forma de resistência. Alquerías y morerías en el Reino de Valencia (siglos XIII-XVI)”, in *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 535-598.

em troca de um pagamento anual de quarenta libras à Coroa¹⁵⁰⁴. O aforamento dos banhos e das casas em simultâneo revela que se tratava de um aglomerado urbano que era considerado em conjunto pela Coroa, e como tal deveria ser administrado por um mesmo aforador. A Coroa possuía também umas carniçarias que não foi possível até ao momento localizar, mas cuja existência remete para a mesma lógica de exploração económica por parte desta instituição, que transparece quando são referidas no *Livro dos Bens Próprios*¹⁵⁰⁵.

Relativamente ao cemitério da comunidade muçulmana, este encontra-se bastante bem documentado, sendo possível localizá-lo com bastante segurança, apesar de não se conhecerem bem os seus limites máximos¹⁵⁰⁶. Além disso, parece-nos razoável considerar que a população islâmica terá continuado a usar, pelo menos parte de uma das necrópoles em actividade antes da alteração de poder de 1147. Apesar de não o termos assinalado na nossa reconstituição, o cemitério da comunidade judaica também se inseria num espaço contíguo ao cemitério da comunidade muçulmana, tal como está patente numa referência ao “*Almocovara judeorum*” num escambo de 1280, sendo mesmo possível que esta necrópole judaica seja anterior a 1147¹⁵⁰⁷. No entanto, por falta de dados que nos permitam uma distinção espacial entre ambas as necrópoles, optámos por não distinguir ambas as necrópoles na nossa reconstituição da mouraria.

Retomando a questão da posição deste núcleo urbano, devemos ter em consideração que, no caso da mouraria, estamos na presença de uma criação de uma estrutura urbana condicionada por factores externos e preponderantes às normais condicionantes no desenvolvimento urbano de uma cidade muçulmana. Trata-se de uma distinção relevante, que Josep Torró definiu entre urbanismo islâmico e urbanismo mudéjar, os quais partilham um matriz comum, mas devido às várias condicionantes que afectam o urbanismo concebido nas cidades politicamente dominadas pelos cristãos, devem ser considerados como realidades distintas¹⁵⁰⁸. No caso específico deste núcleo urbano, no extremo ocidental da mouraria de Lisboa, estamos perante um claro exemplo de urbanismo mudéjar,

¹⁵⁰⁴ Cf. ANTT, *Núcleo Antigo*, Códice 314, fl. 21, traslado e sumario do aforamento por D. Dinis dos “*banhos do arrabalde dos mouros com quantos portaes de casas que se com eles conteem*” a Domingos Pires e sua mulher, em 1311.

¹⁵⁰⁵ Cf. *Livro dos bens Próprios de Reis e Rainhas*, A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, cód. 314, fl. 18. publicado em: *Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954, pp. 351: “*Domuns rex debet habere ius suum de carniçariis de aravaldo maurorum...*”

¹⁵⁰⁶ Sousa Viterbo transcreve vários documentos produzidos entre 1491 e 1510 que referem a necrópole da comunidade muçulmana (cf. Sousa VITERBO, “*Occorrencias da vida Mourisca*”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, p. 277.

¹⁵⁰⁷ Cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 4, de 7 de Maio de 1280. Sobre esta questão ver: Parte V, Capítulo 1: Pré existências a norte da cidade.

¹⁵⁰⁸ Cf. Josep TORRÓ, “*El Urbanismo mudéjar como forma de resistência. Alquilerías y morerías en el Reino de Valencia (siglos XIII-XVI)*”, in *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 535-598.

onde, apesar de a documentação não o registar, a Coroa terá tido, muito provavelmente, um papel relevante no processo de edificação deste núcleo. Esta interferência da Coroa poderá explicar a posição do tríptico conjunto urbano mesquita-banhos-*suq* no extremo ocidental, junto a uma via de acesso, e não numa posição central como seria natural se não existisse essa intervenção por parte do monarca.

3.3 URBANISMO ISLÂMICO E URBANISMO MUDÉJAR NA MOURARIA DE LISBOA

Considerando que o parcelário da malha urbana da mouraria não terá sofrido modificações profundas desde a sua formação medieval, analisámos o cadastro actual no sentido de verificar a ocorrência de diferenças urbanísticas que pudessem indiciar vestígios da evolução urbana deste espaço. Na nossa análise notámos três zonas onde o parcelário se distribui de forma diferente na malha urbana e que podem indiciar três momentos evolutivos da malha urbana da Mouraria (ver figura 116).



Figura 116. Proposta de interpretação da evolução urbana da mouraria¹⁵⁰⁹

¹⁵⁰⁹ Esta planta tem como base uma planta disponibilizada na plataforma digital Lisboa Interactiva: <http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/> acedido em 21 de Maio de 2016.

A distinção que observámos prende-se com a forma dos lotes, mais quadrangulares, numa primeira fase, mais rectangulares, na segunda fase, e de forma mista na terceira. Neste sentido, adaptamos à nossa proposta o modelo de trabalho apresentado por Luísa Trindade, onde a forma dos lotes indicia a matriz do urbanismo em que esses lotes foram desenhados no parcelário¹⁵¹⁰. Deste modo, consideramos, por um lado, que uma forma quadrangular pode ser herdeira de um lote que, na sua origem, albergou uma casa de pátio central, ou seja, se insere no modelo urbanístico mediterrânico, e, por outro lado, que uma forma rectangular denuncia a presença de um lote “godo”. Como podemos explicar a presença destes diferentes tipos de urbanismo na mouraria?

Relativamente à primeira fase, poderá ter tido origem num período em que a população muçulmana se reorganizou na face norte da Colina do Castelo, gozando ainda de uma autonomia relativa, quando os níveis de tolerância relativamente às minorias eram maiores, entre 1147 e os meados do século XIII. Nesse momento primordial, terá sido erguido o primeiro templo da mouraria, que se tornaria na Mesquita Maior, que, tendo em conta a esta configuração faseada, se encontrava numa posição central na comunidade muçulmana original. Muito provavelmente, a comunidade muçulmana, nesta primeira fase, não se concentrava na totalidade neste espaço, estando dispersa pelos arrabaldes da cidade. A forma deste aglomerado urbano, nesta primeira fase, seria possivelmente marcada por casas de pátio central que foram aumentando em número junto da Mesquita Maior, muito provavelmente sem controlo urbanístico por parte da Coroa, a única entidade que poderia reger o urbanismo que aí se desenvolvia. Apesar de essas casas-pátio já não existirem no século XXI, parece-nos plausível que a sua presença, nesse momento fundacional, tenha marcado a forma urbana desta parte específica da actual mouraria, onde os lotes actuais não apresentam a configuração regular de comprimento maior do que a largura, ao contrário do que acontece na parte da actual mouraria que consideramos ter feito parte de uma segunda fase evolutiva do urbanismo deste espaço.

A segunda fase terá tido origem no reinado de D. Afonso III, o que explicaria a ocorrência das primeiras referências documentais ao Arrabalde dos Mouros nesta época, altura em que a população muçulmana se terá concentrado de forma mais sistemática neste espaço¹⁵¹¹. Note-se também a referência ao "*arravalde novum de mauris ulixbon...*", num documento produzido em 1280, ou seja, no

¹⁵¹⁰ Sobre a forma dos lotes urbanos e a sua relação com a matriz urbanística ver Prólogo, Capítulo 2: O Urbanismo Islâmico: do preconceito à lógica. Cf. Luísa TRINDADE, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, p. 41: “*Se reduzirmos a aplicação dos termos ao elemento base dos dois modelos urbanos – a parcela tendencialmente quadrangular encerrada ao exterior e aberta por um pátio central versus o lote estreito e comprido aberto nos topos – a oposição mediterrânico/godo torna-se mais clara.*”

¹⁵¹¹ Sobre as primeiras referências documentais ao Arrabalde dos Mouros, ver: Parte V, Capítulo 2: A origem da mouraria: da tradição ao Arrabalde novo.

segundo ano do reinado do Lavrador, o que aponta para que possivelmente esse arrabalde novo já existisse quando este rei foi coroado¹⁵¹². É quase certo que Afonso III terá tido um papel relevante na delimitação da mouraria de Faro¹⁵¹³, mesmo que esta não tenha sido ocupada durante o seu reinado, tal como também teve no estabelecimento da mouraria de Elvas¹⁵¹⁴, onde doou aos seus mouros forros um campo para estes fazerem casas. Além disso, a forma urbana nos lotes dispostos na segunda fase, alinhados com uma fachada estreita para os arruamentos e com um comprimento sempre maior do que a largura, configura a típica malha urbana medieval concebida no reinado do Bolonhês¹⁵¹⁵.

A terceira fase apresenta os dois tipos de urbanismo, tanto lotes quadrangulares como lotes rectangulares. Incluímos nesta fase o aglomerado urbano constituído por banhos, tendas e casas, patente no *Livro dos Bens Próprios*¹⁵¹⁶, património da Coroa no reinado de D. Dinis, pois consideramos que possivelmente estes edifícios terão sido erguidos nesse período. A nossa proposta de localização destas estruturas carece de confirmação arqueológica, tendo como base apenas fontes documentais e os estudos sobre a mouraria nos seus séculos finais, por esse motivo, estas localizações deve ser considerada apenas como uma hipótese de trabalho que poderá ou não ser arqueologicamente confirmada em futuras escavações. O *Livro dos Bens Próprios* refere sem qualquer ambiguidade que o rei possuía banhos, junto dos quais possuía também a Coroa tendas e casas¹⁵¹⁷. A posição dos banhos da Coroa foi situada neste local, a esquina entre a Rua Grande Direita com a Rua de Benfica, através de documentação posterior, tal como a Mesquita Pequena¹⁵¹⁸. Os dois tipos de urbanismo verificados nesta terceira fase, onde se verificam tanto lotes quadrangulares como rectangulares, explicam-se por um lado por um possível crescimento urbano não controlado nos lotes imediatamente contíguos aos lotes pertencentes à segunda fase, e, por outro lado, pela presença das tendas e casas pertencentes à Coroa que parecem indiciar um urbanismo planeado, marcado pelo lote godo.

¹⁵¹² Cf. ANTT, *Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, doc. 4, de 7 de Maio de 1280.

¹⁵¹³ Cf. Filomena Lopes de BARROS, “mourarias e Cidade: Discursos e Espaços” in *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*, Maria RIBEIRO, Arnaldo MELO (coords.), Braga, CITCEM/IEM, 2014, p. 275: “Em Faro, um documento régio, datado de 1287, refere “illo terreno quod iaci uidoo quod fuit diuisus pro ad mourariam” e “illo meo terreiro quod jaze in cerco qui fuit diuiissus pro ad mourariam”. A delimitação de uma área específica, fora dos muros, para a constituição de uma mouraria havia sido realizada, possivelmente sob D. Afonso III, mas o terreno ainda não tinha sido ocupado no reinado seguinte, o que remete para a permanência dessa população no interior do núcleo urbano.” O documento citado por Filomena Barros é o seguinte: ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, Livro 1, fl. 32 v.

¹⁵¹⁴ Cf. Hermenegildo FERNANDES, “Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética”, *Monumentos: Revista semestral de edifícios e monumentos*, nº 28, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2008, pp. 76-81.

¹⁵¹⁵ Sobre a intervenção urbana de Afonso III no reino português ver nota 953.

¹⁵¹⁶ Cf. nota 1499.

¹⁵¹⁷ *Ibidem*.

¹⁵¹⁸ Cf. nota 1497.

A restante área, assinalada por Mário Viana e Luís Filipe Oliveira como sendo parte da Mouraria no século XV, terá sido ocupada, até 1325, sobretudo pelas necrópoles, e apenas terá sido urbanizada a partir de finais do século XIV, não sendo, devido às nossas balizas cronológicas, objectivo do nosso estudo (ver figuras 114 e 116).

A constatação destes diferentes tipos de urbanismo indica que o Arrabalde dos Mouros terá tido momentos evolutivos, em que diferentes interesses terão supervisionado, ou não o crescimento urbano deste espaço. Neste sentido, note-se que podemos estar perante um caso particular onde poderá ter existido tanto um urbanismo islâmico, de tradição mediterrânea, implantado na primeira fase da nossa proposta, como também um urbanismo de colonização, implantando pela autoridade central na segunda fase da nossa proposta, como também ainda de um urbanismo mudéjar, marcado por uma resistência à inserção do lote “godo”, característico do urbanismo de colonização, através da persistência de formas urbanas desalinhasdas com os lotes realizados sob a supervisão do poder central¹⁵¹⁹. Para concluir, sublinhamos mais uma vez que esta proposta de evolução da malha urbana da mouraria consiste numa hipótese de trabalho que poderá ser aperfeiçoada mediante uma análise mais exaustiva aos fundos documentais de épocas posteriores, e simultaneamente, através da interpretação de resultados de escavações arqueológicas que venham a decorrer no espaço do antigo Arrabalde dos Mouros.

¹⁵¹⁹ Sobre os conceitos de urbanismo islâmico versus urbanismo de colonização e ainda de urbanismo mudéjar ver: Josep TORRÓ, “El Urbanismo mudéjar como forma de resistência. Alquerías y morerías en el Reino de Valencia (siglos XIII-XVI)”, in *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 535-598.

CAPÍTULO 4: A MOURARIA EM SÍNTESE

O nosso estudo sobre o arrabalde da comunidade muçulmana de Lisboa iniciou-se com algumas considerações sobre a realidade deste espaço durante a época de domínio islâmico. Neste sentido, propusemos, para este período, várias funcionalidades distintas para este espaço, possivelmente então periurbano. Em primeiro lugar, as referências documentais parecem indicar a existência de um, ou mais cemitérios neste espaço, ainda no período anterior à alteração de poder de 1147. A possibilidade de terem coexistido, nas encostas ocidentais dos Montes de S. Gens, e da Graça, necrópoles pertencentes às diferentes camadas étnico religiosas da cidade é neste momento muito plausível. Na verdade, têm sido identificados, em escavações recentes, e também em algumas intervenções arqueológicas que ainda decorrem neste momento, várias formas diferentes de inumação que sugerem uma área de necrópole complexa, vasta, e cujos dados certamente fornecerão, no futuro, um importante contributo para o estudo da cidade medieval. Além das necrópoles, propusemos que o espaço imediatamente a norte da Alcáçova seria também pontuado por alguns núcleos de povoamento relacionados com actividades agrícolas que teriam o mercado urbano como principal consumidor.

No segundo capítulo desta parte abordámos uma questão que a historiografia recente tem considerado praticamente fechada, tentando assim reabrir a discussão sobre os momentos iniciais da mouraria de Lisboa, nomeadamente, a cronologia do momento da sua origem. Para tal, realizámos uma análise crítica aos principais argumentos que têm sido aduzidos pelos autores que afirmam que o arrabalde dos Mouros terá tido origem imediatamente após a conquista da cidade pelos cristãos em 1147. Esses argumentos têm como base duas questões que tentámos aprofundar. Em primeiro lugar, a realidade ibérica do processo de génese das comunidades urbanas muçulmanas posteriores às conquistas das cidades do al-Andalus. Em segundo, a interpretação do “foral” dos mouros forros de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer. Relativamente ao primeiro argumento verificámos que, além da criação de mourarias em espaços externos à cidade, imediatamente após as alterações de poder nas cidades ibéricas (Sevilha e cidades andaluzas), também ocorreram outras situações, desde a permissão temporária para a comunidade ficar no espaço intramuros (Saragoça, Tudela, Tortosa e Faro), à permissão absoluta para permanecer nas suas próprias habitações (Toledo e Múrcia). Sobre o “foral” de 1170, considerámos que não é possível interpretar este documento como uma carta de instituição da Mouraria, visto que esta nem sequer é remotamente referida. Tendo presente esta multiplicidade de hipóteses ocorrida nos reinos ibéricos e também os dados que as fontes nos oferecem, reavaliámos o que poderá ter ocorrido na cidade da foz do Tejo, propondo que terá realmente ocorrido uma

deslocação da população muçulmana imediatamente após 1147, pois, tal como o cruzado refere, a população muçulmana abandonou as suas habitações na medina, mas não se terá imediatamente concentrado no Arrabalde dos Mouros, tendo-se antes dispersado por todos os arrabaldes da cidade, e também pelo termo. É necessário aceitar que não há dados documentais, nem narrativos, nem arqueológicos que permitam, neste momento perceber com exactidão a génese da Mouraria de Lisboa. Deste modo, não é possível afirmar se a comunidade muçulmana de Lisboa já estava agrupada na Mouraria em 1170, pois a primeira referência documental inequívoca é apenas de 1263¹⁵²⁰.

No terceiro capítulo abordámos a questão da situação topográfica e dos limites urbanos do Arrabalde dos Mouros, salientando-se as fracas condições de habitabilidade deste espaço, a norte da Alcáçova, relativamente aos outros espaços urbanos da cidade. Do mesmo modo, realçámos a posição hierarquicamente inferior da mouraria relativamente à Alcáçova, o símbolo da autoridade régia que tinha um papel determinante na administração do espaço da comunidade muçulmana. Constatámos que a forma urbana está intimamente ligada com a orografia deste espaço, definindo a orientação dos principais eixos viários do arrabalde. Em seguida, com o objectivo de estabelecer os limites urbanos aproximados da Mouraria, verificámos a funcionalidade do *limes* ocidental, o lugar de Benfica, espaço marcado uma funcionalidade agrícola que albergava tanto propriedade alodial muçulmana como almuinhas pertencentes a algumas das mais poderosas instituições eclesiásticas da cidade. A sul dominava a Alcáçova e a oriente o almocávar da comunidade.

Tendo como base a documentação produzida até 1325, e considerando os estudos já realizados sobre o Arrabalde dos Mouros, elaborámos uma reconstituição, onde assinalámos as estruturas mencionadas na documentação, dentro do referido período. O trabalho de Mário Viana e de Luís Filipe Oliveira sobre a Mouraria dos séculos XIV e XV revelou-se fundamental, tendo apenas sido feito um ajustamento no que respeita à posição da Mesquita Maior, que consideramos coincidir aproximadamente com o espaço actualmente ocupado pela Igreja de Nossa Senhora do Socorro. Propomos, na nossa reconstituição, a ausência de um sistema de controlo no acesso a este arrabalde, pois a documentação não refere qualquer porta até 1325 e também porque os fundamentos políticos que levarão à obrigatoriedade da existência de bairros segregados só será instituída em períodos posteriores. Elaborámos também uma proposta para a localização aproximada do conjunto mesquita pequena-banhos-suq, que existia no extremo oriental da mouraria, evidenciando a autoridade da Coroa, pois os banhos e, pelo menos, algumas tendas pertenciam ao monarca. O almocávar da comunidade muçulmana também foi assinalado na nossa proposta de reconstituição, num local onde também se

¹⁵²⁰ Ver Parte V, capítulo 2 – A origem da mouraria: da tradição ao Arrabalde novo, nota 1473.

situaria a necrópole judaica da cidade, não sendo possível distinguir espacialmente ambas as necrópoles.

Por último, elaborámos uma proposta de faseamento da evolução urbana da mouraria até 1325, tendo como base a forma do parcelário actual e as referências documentais até esse período. A nossa proposta define três fases marcadas por diferentes tipos de urbanismo que terão permanecido fossilizados na malha urbana actual, visto que esta parte da cidade não conheceu intervenções urbanísticas sistemáticas que tivessem tornado a sua origem medieval irreconhecível. Deste modo, postulámos uma primeira fase inicial que terá tido origem num largo período entre 1147 e os meados do século XIII, onde o urbanismo era marcado pela persistência do modelo mediterrânico, ou seja, pela casa-pátio, cujos lotes aproximadamente quadrangulares definiram a forma dessa parte da Mouraria, até à actualidade. O segundo momento poderá ter tido origem no reinado de Afonso III, altura em que se verifica a primeira referência documental ao “Arrabalde dos Mouros” (1263), e sobre o qual considerámos que se refere a menção ao “*arravalde novum de mauris*”, documentada em 1280. Além disso a forma urbana actual parece ainda evidenciar características em tudo semelhantes ao urbanismo implantado por este monarca em várias cidades do reino: um urbanismo linear, cujo parcelário revela lotes com maior comprimento do que largura. A terceira e última fase de urbanização da mouraria, por nós considerada, terá ocorrido durante o reinado de D. Dinis, visto que é nesse reinado que surgem as primeiras referências ao património régio sito no extremo ocidental do arrabalde, e também porque se verifica um urbanismo misto que pode revelar uma situação contemplada pelo urbanismo mudéjar, onde aglomerados de urbanismo de cariz mediterrânico, disputam a ocupação do espaço com um urbanismo colonizador, ou seja, os lotes godos, típicos das formações urbanas cristãs dos século XIII. Esta nossa proposta deverá, no entanto, ser considerada como uma ferramenta de trabalho a confirmar ou infirmar de forma simples e transparente, sobretudo através de potenciais resultados de escavações arqueológicas que venham a ocorrer neste espaço.

CONCLUSÃO

Se fosse necessário resumir, numa única frase, a principal conclusão que este trabalho produziu, poderíamos referir a nova percepção da importância que a evolução urbana da cidade medieval teve na formação do tecido urbano de Lisboa (ver as plantas gerais em anexo: Lisboa c. 1140, 1250, 1325). Esta nova percepção tomou forma sobretudo porque considerámos a cidade medieval à luz de duas contribuições fundamentais: uma análise da documentação medieval que repousa, maioritariamente, nos fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e os, muitas vezes pouco conhecidos, resultados de escavações arqueológicas. Ambos estes aspectos já tinham, obviamente, sido objecto de estudo pela abundante historiografia lisiponense, no entanto, a conjugação destes dois campos científicos, com o objectivo, também pouco abordado, de produzir um trabalho de síntese, englobante e inclusivo, constitui um caminho ainda poucas vezes percorrido.

Após um prólogo que nos preparou para uma efectiva análise à forma da cidade, considerámos a sua evolução, através de um olhar topográfico, fragmentando-a em sectores, para assim efectuarmos uma análise mais rigorosa do que seria possível numa análise global. No entanto, estas divisões não devem ser observadas apenas de uma forma autónoma, mas também devem ser consideradas no seu conjunto, pois é este conjunto que forma a cidade propriamente dita. Deste modo, a concepção desta conclusão contribuirá decisivamente para se compreender o panorama global da evolução da forma urbana da cidade entre o século XI e o final do reinado de D. Dinis. Para tal, esta conclusão foi configurada num plano cronológico e não topográfico, ao contrário do corpo do nosso texto, para assim conjugarmos as nossas reflexões acerca das partes num resultado global.

Sobre a forma urbana da cidade em época romana, concluímos que as reconstituições de *Olisipo* devem tomar em conta, não só uma suposta vocação romana para erguer cidades ortogonais, mas também outros dois aspectos fulcrais: a topografia acidentada do terreno e as pré-existências anteriores à implantação romana. Assim sendo, reconstituímos o sistema viário da cidade na antiguidade tardia tendo em conta sobretudo essas duas realidades.

Uma das vias que faria possivelmente parte do sistema viário tardo-romano, saindo pela principal porta ocidental da cidade em direcção a norte, poderá ter integrado, durante o período de domínio muçulmano, um *suq* fora de muros, o qual se prolongava a partir do *suq* intramuros, situando-se este último entre a Mesquita-maior e a referida porta da cidade. Até este momento, não existem dados sobre registos arqueológicos que confirmem a existência deste *suq*, mas as indicações da documentação produzida no século XIII apontam para a presença de um mercado linear, ao longo desta

estrutura viária, que não nos pareceu que tivesse surgido nessa época, e que deverá ser, na realidade, um vestígio do referido *sug* extramuros. Não é possível neste momento atribuir uma cronologia precisa a esta estrutura urbana, nem mesmo confirmar cabalmente a sua existência, no entanto consideramos que a sua provável presença anuncia, de algum modo, a relevância que o Arrabalde Ocidental na estrutura urbana da cidade em períodos posteriores.

A cidade da foz do Tejo sofreu alterações importantes entre o início e o final do século XI. Começando pelas obras de construção de um bairro residencial no topo da Colina do Castelo, local que parece ter estado desocupado de edificações por um vasto tempo, que terão tido lugar, segundo os resultados das escavações arqueológicas, em meados do século XI. Como vimos, é também possível, segundo propomos, que a Alcáçova tenha sido criada como tal nesse momento, ou seja, que se tenha erguido um muro que configurou um espaço delimitado no topo da Colina do Castelo. Na medina da cidade, as escavações arqueológicas no claustro da Sé também testemunharam obras relevantes em meados do século XI, como a construção do edifício público que se encontra na área sul do pátio do claustro. É também possível, tal como propôs Clementino Amaro, ter ocorrido uma grande campanha de obras para a construção ou ampliação da mesquita aljama em meados do século XI. No Arrabalde Ocidental, também no mesmo período, ocorreu uma importante repavimentação da via que depois se denominará Corredoura, tal como revelaram os resultados das escavações ocorridas na Praça da Figueira. Nesse momento, já laboravam os fornos de cerâmica situados no centro do vale da Baixa, mais precisamente no Mandarim Chinês, ocorrendo um cenário idêntico mais a sul, tal como revelaram as escavações arqueológicas realizadas no NARC. Também, nessa época, terá sido urbanizada a zona onde hoje se situa o Hotel de Santa Justa, como se verifica nos resultados das escavações arqueológicas aí efectuadas. Na actual Rua do Ouro, ou seja, já na margem ocidental do esteiro medieval, verificou-se a existência de uma área de despejo de detritos domésticos aos quais se atribuiu uma cronologia do séc. XI. No Arrabalde Oriental, foi erguida, na mesma época, a habitação encontrada na FRESS, sobre uma área onde anteriormente se encontravam apenas silos. Uma rápida consulta ao nosso Quadro 8, com informação sobre os sítios arqueológicos do Arrabalde Oriental em época de domínio islâmico, permite-nos perceber facilmente que a grande maioria dos sítios arqueológicos desse arrabalde abrange vestígios cuja cronologia se inicia no século XI, significando que esse arrabalde terá tido nesse período um aumento considerável da sua densidade urbana. Todas estas evidências não devem ser ignoradas. Devemos ressaltar, no entanto, que é possível que a interpretação de todos estes vestígios como pertencentes ao século XI, pode, em alguns casos, não ser totalmente precisa, sendo possível que alguns destes vestígios sejam anteriores, dadas as dificuldades em os distinguir de vestígios

pertencentes aos séculos imediatamente precedentes. Ainda assim, mesmo tendo esta ressalva em consideração, a observação conjunta de todos estes dados arqueológicos indicia que algo importante ocorreu em meados do século XI. Toda esta vasta informação procedente de escavações arqueológicas permite que afirmemos que, neste período, a cidade sofreu alterações relevantes à sua forma urbana, tanto na Alcáçova, como na medina e também em ambos os arrabaldes. Além de alterações procedentes de reconstruções de edifícios, como pode ter sido o caso da Mesquita-maior, e também da construção de raiz de bairros residenciais, como ocorreu na Alcáçova e no local do Hotel de Santa Justa, a dimensão da cidade terá conhecido um aumento importante nesse período, e, do mesmo modo, terá ocorrido um incremento significativo da sua densidade urbana. Será importante que estudos futuros considerem esta realidade, e se observe a realidade política desse período com a atenção devida, para se perceber porque é que a cidade teve as referidas alterações na sua forma urbana e porque é que cresceu desta forma nesse momento. A verdade é que muito pouco se sabe sobre a realidade política da cidade neste período, sabendo-se apenas que o seu domínio político oscilava entre a taifa aftássida de Badajoz e a taifa abádida de Sevilha, sendo também possível uma posição autonómica, a qual não tem sido considerada como muito viável, mas que talvez, perante a realidade revelada pelos resultados das escavações arqueológicas, deva ser reanalisada. Na nossa opinião, apenas um poder forte e relevante, não necessariamente encabeçado por uma só pessoa ou dinastia, poderia conceber tantas alterações à forma urbana e conseguir um crescimento urbano tão relevante. Neste sentido, consideramos válida a ideia de António Borges Coelho, que apresentou a possibilidade de Lisboa se configurar, nesse período, como uma cidade-estado que mantinha a sua autonomia, através de um complexo jogo de equilíbrios entre os principais poderes da época: Sevilha, Badajoz, Afonso VI de Leão e Castela, o Conde Henrique e os Almorávidas¹⁵²¹.

Até ao final do domínio islâmico da cidade, ou seja, durante o período de domínio almorávida, a cidade continuou a crescer, tal como indicam os resultados da escavação realizada na Praça da Figueira, onde se encontrou um relevante núcleo habitacional pautado por um esquema urbano regular, com arruamentos paralelos, revelando-se um planeamento urbano que não deve ser ignorado. Nesse mesmo período, as habitações da Alcáçova terão sido adaptadas ao gosto dos oficiais almorávidas que aí terão residido. É provável, dado o contexto de guerra, que durante o domínio almorávida tenham sido efectuadas reparações e remodelações nos sistemas defensivos da cidade, quer na Cerca Velha quer na Alcáçova, mas até ao momento os resultados das escavações arqueológicas ainda não permitiram perceber que estruturas foram realmente intervencionadas nesse período.

¹⁵²¹ António Borges COELHO, “O Domínio Germânico e Muçulmano” in *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, p. 84.

A alteração de poder político que decorre da tomada da cidade por Afonso Henriques e os cruzados em 1147 veio trazer importantes alterações à forma urbana da cidade que podemos perceber tanto através de resultados arqueológicos como através da documentação medieval. Relativamente às consequências da conquista de Lisboa na forma urbana da cidade, importa considerar duas questões de extrema relevância. Em primeiro lugar, a cidade não caiu devido a um ataque fulminante e destruidor, pelo contrário, Lisboa entregou-se numa rendição mediante determinadas condições. Em segundo lugar, de acordo com o pacto firmado entre Afonso Henriques e os cruzados, após o respectivo saque, a cidade foi entregue ao rei. Por estes motivos é natural que, pelo menos, tanto a medina como a Alcáçova tivessem mantido o seu tecido urbano praticamente intacto quando o primeiro monarca português toma posse da cidade. Em sentido oposto, é provável que o edificado então existente nos arrabaldes tenha sofrido alguma destruição durante os longos meses de cerco. Após o final do cerco, a movimentação na cidade, tanto de recém-chegados como de gentes que partiam definitivamente, ou mudavam de local, deve ter sido impressionante, pois, tal como descreve o cruzado, a população demorou cinco dias e quatro noites para abandonar a medina. O que sabemos então sobre quem partia e quem chegava à cidade da foz do Tejo, e os locais onde se implantaram?

O monarca e o recém-eleito bispo da cidade, instalaram-se, numa primeira fase, no edificado já existente. No caso do bispo sabemos que, algum tempo após a conquista, ocorreu uma reestruturação considerável dos edifícios pré-existentes e que a construção do novo Paço do Bispo alterou a malha urbana do local onde este conjunto de edifícios se inseria. A população muçulmana ter-se-á dividido entre aqueles que partiram definitivamente, os que se alojaram temporariamente no termo da cidade, e os que se instalaram nos vários arrabaldes da cidade. Tal como observámos na parte deste trabalho sobre o Arrabalde dos Mouros, consideramos que este espaço não terá sido constituído como uma Mouraria imediatamente após a conquista, mas terá sido paulatinamente e progressivamente ocupado, até meados do século XIII, quando surge referido, pela primeira vez, na documentação. Os cruzados que decidiram permanecer na cidade alojaram-se provavelmente no espaço intramuros, constituindo paróquias, que tal como Luís de Matos propôs poderão talvez ser identificadas pelos hagiónimos correspondentes: os teutões em S. Martinho, os ingleses em S. Jorge, e os homens oriundos do Norte do território ibérico em Santiago. A permanência de parte da comunidade moçárabe na cidade parece-nos um fenómeno inegável, mesmo que esta tenha sido culturalmente absorvida ao longo do século XIII. Possivelmente permaneceram em torno dos templos de S. Cristóvão, S. Mamede e S. Justa, onde talvez já existissem núcleos populacionais, em época de domínio muçulmano. Relativamente aos judeus, é muito provável que, tal como os muçulmanos, alguns tenham partido definitivamente, pois a conquista

da cidade não foi então tomada como um acontecimento feliz, pelo contrário, tal como refere Ibn Ezra na sua elegia sobre a queda de Lisboa para os cristãos. Mas parte muito significativa da comunidade judaica permaneceu sem dúvida na cidade, possivelmente aglomerada em torno da Sinagoga grande, mas também um pouco dispersa por toda a cidade, numa primeira fase, seguindo a realidade urbana de época islâmica. Posteriormente, a comunidade judaica, aliás tal como a muçulmana, confinou-se gradualmente ao espaço da judiaria, conforme a segregação e a intolerância face às minorias religiosas aumentava, durante os séculos XIII e XIV.

Relativamente às alterações de funcionalidade, ocorridas por toda a cidade, algumas estruturas urbanas sofreram alterações, e outras mantiveram-se. No caso das estruturas militares e defensivas a sua funcionalidade manteve-se, tal como aconteceu com algumas estruturas religiosas, pois, como observámos, a transformação de mesquitas em igrejas era um processo comum neste contexto. Mas também ocorreram alterações funcionais em determinados espaços, como por exemplo o antigo *rawda* das elites muçulmanas, situado na Alcáçova, transformou-se no *viridarium* do bispo, ou seja, no seu jardim, provavelmente utilizado com uma função agrícola para consumo interno do Paço episcopal. Algumas estruturas deixaram simplesmente de funcionar, tal como aconteceu na olaria encontrada por Jacinta Bugalhão no sítio do Mandarin Chinês que aparentemente deixou de laborar em meados do século XII, talvez devido à conquista de 1147. As estruturas de função indeterminada, encontradas por Lídia Fernandes e António Marques na Rua do Ouro, ou seja, na margem ocidental do Esteiro, também foram abandonadas em meados do século XII, provavelmente em consequência da alteração de poder. Relativamente aos núcleos habitacionais encontrados no Hotel de Santa Justa e na Praça da Figueira, também estes espaços foram abandonados em meados do século XII, no caso da Praça da Figueira de forma mais progressiva, mas no caso do Hotel de Santa Justa, de forma, aparentemente, mais abrupta. Sobre o Arrabalde Oriental, os resultados arqueológicos conhecidos não nos informam sobre os momentos de abandono dos sítios arqueológicos, mas é plausível supor um cenário semelhante ao que registámos no Arrabalde Ocidental, ou seja, que terá ocorrido uma importante regressão urbana em meados do século XII, decorrente da conquista de 1147.

Esta significativa regressão urbana resultou do abandono parcial da população muçulmana, moçárabe e judaica, que habitava os cerca de 45 hectares de área urbana que a cidade teria em 1147. A chegada de novos habitantes, vindos maioritariamente do norte do reino, terá ocorrido de forma progressiva, e como é natural, algumas partes dos arrabaldes, parcialmente destruídas pelo longo cerco, ficaram parcialmente ao abandono. Após 1147, o processo de recuperação da densidade urbana da cidade terá ocorrido de forma paulatina, sendo que após a conquista de Alcácer (1217) é provável que a

cidade se tenha tornado mais atractiva para a população recém-chegada do norte do jovem reino português. A rápida e numerosa reconstituição paroquial de Lisboa poderia ser considerada um sinal de uma rápida recuperação demográfica, pois, no início do século XIII, Lisboa já contava com uma estrutura paroquial, constituída por vinte e três paróquias, que só seria aumentada no século XVI. Contudo não nos parece que assim tenha sido. Tanto os resultados arqueológicos, como a análise documental, indicia que partes consideráveis da cidade se mantiveram abandonadas até meados do século XIII. Segundo os dados arqueológicos, a recuperação urbana das franjas do arrabalde ocidental só ocorre mesmo em inícios do século XIV (Rua do Ouro), ou até mesmo no final do século XV (Praça da Figueira). Segundo os dados documentais, as freguesias de Santa Justa e S. Lourenço não teriam, até 1325, uma densidade urbana elevada. Pelo contrário, as freguesias ribeirinhas (S. Maria Madalena e S. Julião), e, do mesmo modo, a freguesia de S. Nicolau que abrangia parte significativa do núcleo económico da cidade, parecem ter sido as primeiras a recuperar densidade urbana, não sendo fortuito que fossem justamente essas freguesias que iriam participar mais activamente na importante reconfiguração que a cidade irá conhecer nos reinados de D. Dinis e Afonso III.

Importa também referir as implicações urbanísticas que a conquista da cidade causou na forma urbana da cidade. O lote maioritariamente quadrangular derivado do modelo habitacional da casa-pátio não fazia sentido para a nova população, sendo preterido pelo lote comprido e estreito, chamado “godo”, de acordo com a tipologia estabelecida por Luísa Trindade. Esta alteração trouxe, com toda a certeza, alterações muito importantes ao urbanismo da cidade, pois muitos dos adarves, que eram anteriormente imprescindíveis, deixaram simplesmente de existir, por não serem necessários no novo modelo habitacional, pois os acessos passaram a ser abertos directamente para os arruamentos, um factor que veio a simplificar parcialmente o sistema viário. Esta alteração terá sido progressiva e não realizada num momento preciso ou controlado por uma autoridade, pois a substituição dos modelos habitacionais, terá decorrido do mesmo modo que decorreu a já referida recuperação urbana, de forma gradual, à medida que as antigas casas iam sendo reocupadas. É natural que este fenómeno tenha ocorrido mais rápida e intensamente no espaço intramuros, pois, como vimos, terá sido aí que se terão instalado os primeiros novos ocupantes da cidade, um facto que se coaduna com a realidade do parcelário actual, pois poucos os vestígios de lotes que se afastam do modelo imposto pelo “lote godo”. Outros espaços da cidade terão tido uma evolução diferente, destacando-se a zona ribeirinha do Arrabalde Oriental, Alfama, onde os lotes quadrangulares ainda marcam o parcelário actual, uma forma urbana que poderá ter sido estabelecida pelo uso do modelo habitacional da casa-pátio por parte da população que o habitou, antes, e talvez, até depois, de 1147. Esta população poderá ter mantido esse

modelo habitacional, sendo gradualmente substituído, nos principais arruamentos, de uma forma mais lenta e menos intensa do que terá ocorrido no espaço intramuros, pelas casas com acesso directo à rua, mantendo-se assim a actual Alfama como um caso especial na história do urbanismo português. A ocupação do Arrabalde Oriental por essa população, que já habitava a cidade antes de 1147 e que seria provavelmente socialmente menos considerada pelos novos habitantes, também poderá explicar a escolha do Arrabalde Ocidental, tanto pelo rei, como pelo concelho, para palco privilegiado do grande desenvolvimento urbano e económico que irá ocorrer a partir de meados do século XIII.

Os reinados do Bolonhês e do Lavrador foram absolutamente estruturais para a configuração da forma urbana da cidade medieval, que, como se sabe, perdurou até ao terramoto de 1755. O desconhecimento da acção urbanizadora destes monarcas na cidade cabeça de reino tem impedido a compreensão do papel da cidade medieval na forma urbana da Lisboa moderna. Temos esperança que o nosso trabalho venha pelo menos a inserir a acção destes dois monarcas na discussão sobre a evolução urbana da cidade. Geralmente, a historiografia afirma que Afonso III foi o primeiro monarca responsável pela escolha de Lisboa para cidade cabeça de reino. Contudo a sua acção urbana sobre esta cidade não tem sido tema central para a historiografia lisiponense. O mesmo se poderia dizer do estudo da própria dinâmica da economia urbana da Lisboa medieval, que também não tem sido suficientemente abordado pela historiografia. Ainda assim, dois autores produziram investigação relevante sobre estes dois temas que, por algum motivo não foi continuada: António Pinto Ravara e Iria Gonçalves¹⁵²². O trabalho destes autores demonstra cabalmente a importância da economia urbana da Lisboa medieval relativamente a todo o reino. Ravara foca-se na intervenção de Afonso III e D. Dinis no mercado imobiliário do reino, onde sobressai claramente o papel de Lisboa, como principal interesse da Coroa. Iria Gonçalves, estudando um período posterior, compreendeu a relevância da acção destes monarcas, pois compreendeu que a Lisboa do século XV era já uma cidade adulta, onde os rendimentos sobre a propriedade urbana régia eram um aspecto de grande relevância para a economia do reino e da Coroa.

No nosso trabalho, constatámos que a acção de organização urbana realizada por Afonso III iniciou um processo de aproximação do centro económico em direcção à Ribeira, pois este centro económico situava-se anteriormente na estrutura viária que saía da Porta do Ferro, e abrangia a Rua da Correaria até à igreja de S. Nicolau, possivelmente herdeiro do *suq* fora de muros, de época de domínio

¹⁵²² António Pinto RAVARA, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967; Iria GONÇALVES, “Na Ribeira de Lisboa em finais da idade média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 61-75; “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, in *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, pp. 11-60.

muçulmano. Afonso III, através de um colossal processo de aquisição de propriedade urbana na área correspondente ao anterior centro económico da cidade, conjugado com a fixação de várias estruturas na Ribeira (doação do Açougue do Pescado ao Concelho, a construção de novas Fangas, Carniçarias e Ferrarias régias), deslocou o centro económico da cidade para a margem ribeirinha do Arrabalde Ocidental, local já então denominado Ribeira. A nossa proposta considera ainda que esta deslocação do centro económico foi acompanhada por um processo de urbanização, formalmente semelhante a outros que ocorreram no reino pelas mãos deste mesmo monarca (por ex.: Valença, Viana do Castelo), que alterou drasticamente a forma urbana do local onde se ergueram as novas Fangas, as novas Carniçarias e talvez a Alfândega régia. Deste modo, é possível compreender como o investimento da Coroa em estruturas relacionadas com o comércio urbano, muito provavelmente executado através de um urbanismo planeado, está intimamente ligado aos interesses económicos da Coroa na cidade cabeça de reino. Note-se também que se inicia aqui a predominância da Ribeira como ponto fulcral do desenvolvimento económico de Lisboa.

D. Dinis irá continuar o processo iniciado pelo seu pai, ampliando ainda mais a relevância da Ribeira como novo centro económico da cidade, através de um muito hábil plano de urbanização que teve a construção da muralha como principal móbil, mas cujo alcance foi muito para além da simples construção de uma estrutura defensiva. A muralha da Ribeira, erguida através de um acordo em que o concelho disponibilizava o solo para a Coroa erguer a estrutura defensiva, foi construída, não só para uma funcionalidade defensiva, mas sobretudo para possibilitar a edificação de dois eixos fundamentais da vida económica e social da cidade: a Rua Nova e a Rua da Ferraria. Estes dois eixos viários alteraram indelevelmente a forma urbana da Ribeira, ganhando terreno ao Tejo e implantando um considerável número de lotes, determinados por medidas-padrão, indicadores de um planeamento urbanístico onde foi aplicada a técnica do cordeamento, que aqui surge no território português, pela primeira vez. A análise à forma urbana da fachada sul da Rua Nova e da Rua da Ferraria revelou que os lotes do parcelário setecentista, não o edificado, foram desenhados em finais do século XIII. Deste modo, a “lei da persistência do plano” elaborada por Pierre Lavedan, em 1926, pode ser aplicada a este caso concreto, pois, apesar de o parcelário medieval já não existir, visto que foi totalmente erradicado pela remodelação urbanística que criou a Baixa pombalina, o *Tombo de 1755*, permitiu a elaboração de uma reconstituição em planta.

Além da urbanização da Ribeira, uma outra estrutura urbana de grande relevância para a forma da cidade surgiu durante os reinados de Afonso III e de D. Dinis: as tercenas régias. Importa referir que as tercenas medievais eram estruturas erguidas para guardar e construir os navios e não meros

armazéns como serão posteriormente. A estrutura, que aqui tentámos reconstituir, fechava o extremo ocidental do vale da Baixa, impondo uma regularidade arquitectónica que extravasava o próprio edifício, pois a construção da Judiaria Nova, contemporânea do processo de urbanização da fachada sul da rua Nova e da construção da muralha da Ribeira, pode ser entendida como um prolongamento da forma urbana projectada pelas tercenas régias. Vimos também como as tercenas régias de Lisboa possuíam uma dimensão Ibérica, ao nível de cidades marítimas como Sevilha ou Barcelona. Parece-nos realmente importante de vários pontos de vista, entre os quais, o simbólico, que seja sobre uma estrutura medieval, erguida para apoiar a construção naval que, no início do século XVI, que D. Manuel irá erguer o Paço da Ribeira, revelando que já muito antes deste monarca a cidade estava plenamente virada para o Tejo e conseqüentemente para o mar onde este desagua.

ANEXOS



Anexo 1. Planta da cidade de Lisboa em q se mostram os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar / Delineada por João Nunes Tinoco, Architecto de S. M[a]g[esta]de anno 1650. - Escala [ca 1:3100], mil palmos = [7,20 cm]. - Lisboa : Lith[ographia] da Imp[rensa] Nac[ional], 1853. - 1 planta : litografia; 52,70x69,50 cm, em folha de 58,00x75,00 cm.

Planta Topographica da Cidade de Lisboa comprehendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras dos Santos, e sua largura da Real Praça do Commercio ate ao Collegio dos Religiosos.
 Agente da cidade na Rua dos Saldos da Ribeira. Deste desenho vermelho he que se conservou antigo, e vermelho novo de notas as Igrejas. Chão amarello, e do que de novo se comarço mais visto as Igrejas novas.



Anexo 2. *Planta Topográfica da Cidade de Lisboa comprehendendo na sua extensão abeira mar da Ponte de Alcantara até ao Convento das Comendadeiras de Santos [...]*, [s.l: s.n., s.d.], mantida no Instituto Português de Cartografia e Cadastro, planta nº 356. Segundo Augusto Vieira da Silva será anterior a 1780, por não estar nela representada a Igreja da Estrela (cf. *Plantas Topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950, nº43).

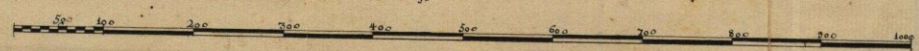


Anexo 3. Configurações de partes das fortificações da cidade... verificada e assinada por Guilherme Joaquim Paes de Menezes e Sebastião Elias Poppe. Escala 7044 palmos = [1:2500], 1761. Lisboa, Museu da Cidade, MC. DES. 10

PLANTA DA FREGUEZIA DE S. MIGUEL.

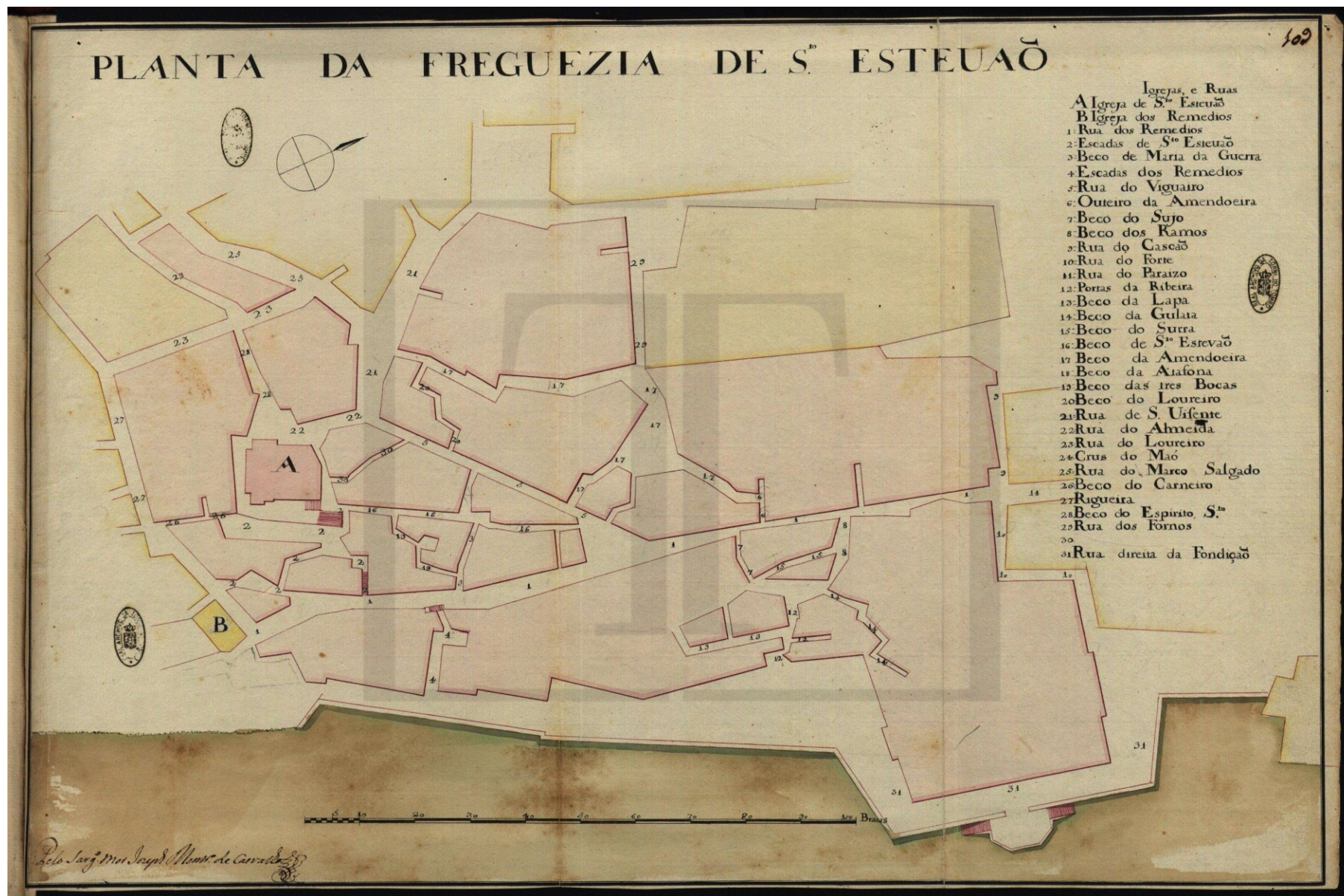
Nomes das Igrejas, e Ruas

- A Igreja do Salvador
- B Igreja de S Miguel
- C Igreja de S Pedro
- D Igreja de N. S.ª dos Remedios
- E Chafaris de dentro
- 1 Praça de S Miguel
- 2 Rua de S Miguel
- 3 Beco da Bicha
- 4 Pasço do Almutacé
- 5 Beco do Captivo
- 6 Beco do Cego
- 7 Beco da Formosa
- 8 Beco das Cruzes
- 9 Rua da Cruz do Mão
- 10 Rua do Loureyro
- 11 Beco do Gracés
- 12 Beco de S Helena
- 13 Monturo do Salvador
- 14 Travessa do Monturo do Salvador
- 15 Rua da Adiffa
- 16 Castello Picão
- 17 Rigueira do Salvador
- 18 Largo do Salvador
- 19 Beco da Figueira
- 20 Beco da Corvina
- 21 Beco do Alegrete
- 22 Rua da Galé
- 23 Rua do Chafaris de dentro
- 24 Becos dos Mortos
- 25 Beco do Focinho
- 26 Beco do Mel
- 27 Beco de Melo
- 28 Beco do Azinhal
- 29 Beco do Mexia
- 30 Beco do Espirito Santo
- 31 Rua dos Remedios
- 32 Rua das Alcasarias
- 33 Praça do Chafaris da Praya



Pelo Sarg. mor Joseph Monteiro de Carvalho

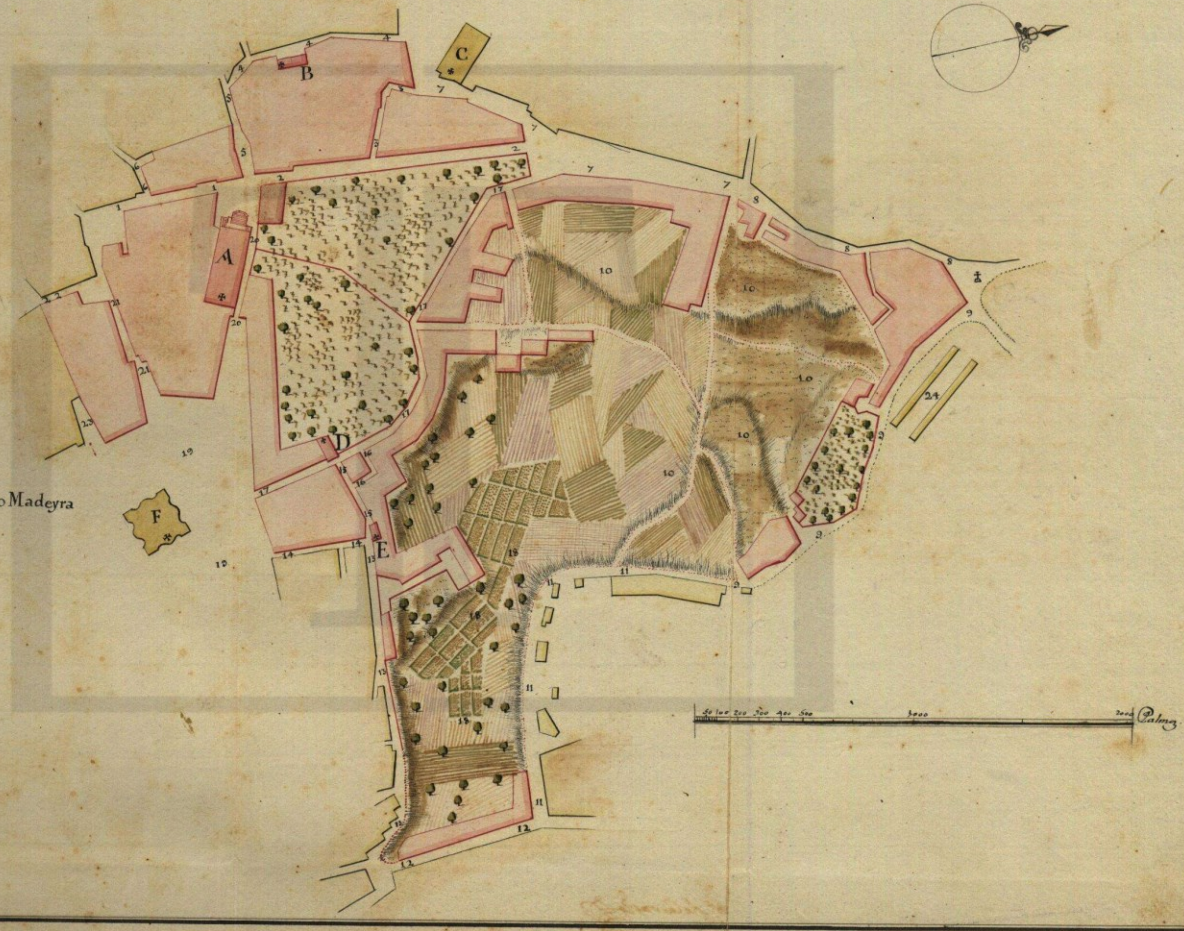
Anexo 4. Planta da Freguezia de S. Miguel in Livro das Plantas das Freguezias de Lisboa. Plantas são da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho [1756-1768?]. ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153, fl. 106.



Anexo 5. Planta da Freguezia de S. Estevão in *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*. Plantas são da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho [1756-1768?]. ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 153, fl. 109.

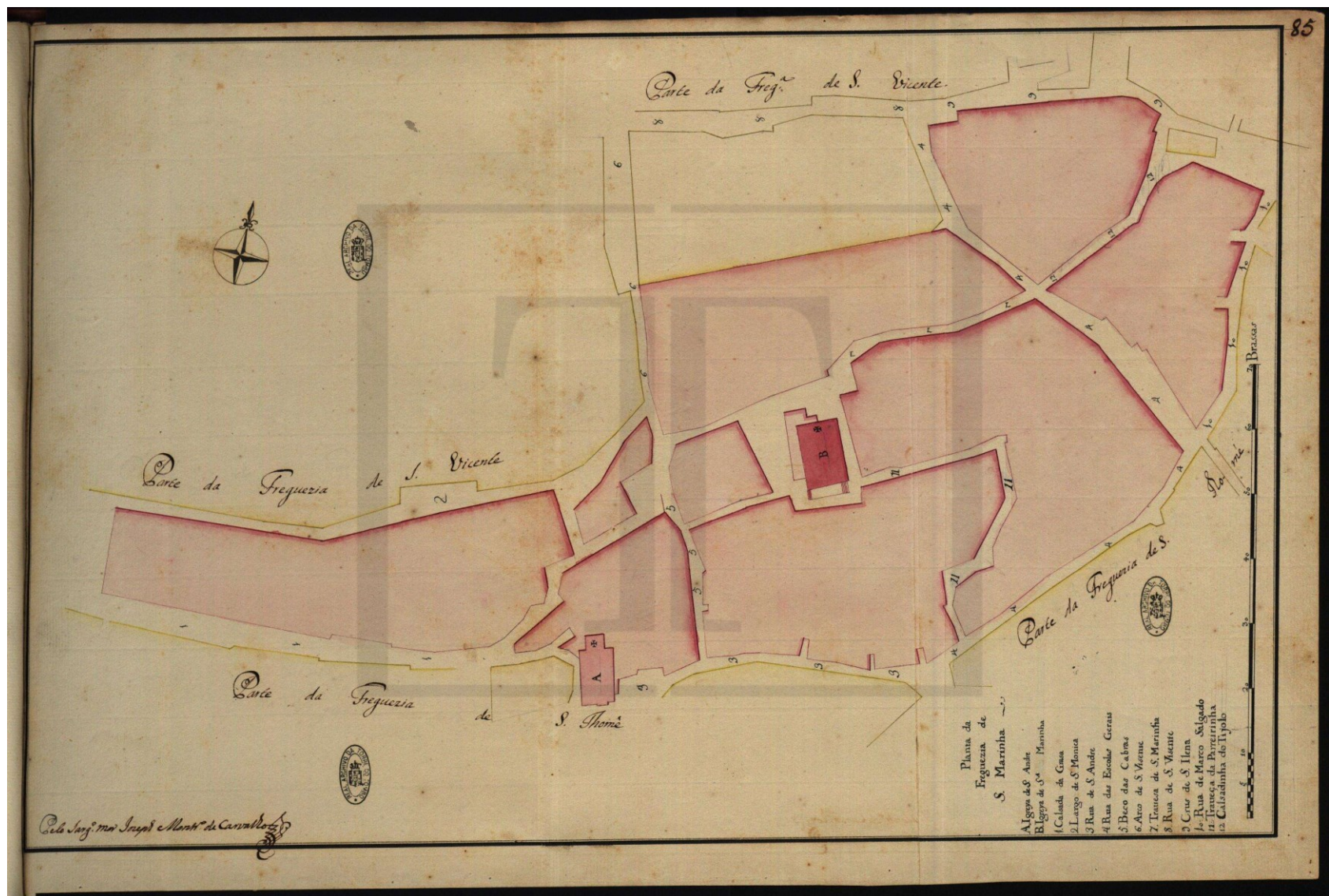
PLANTA DA FREGUEZIA DE S. VICENTE

- Igrejas**
- A. S. Vicente
 - B. S. Monica
 - C. Conv.^{to} de N. S.^a da Graça
 - D. N. S.^a do Rozario
 - E. S. Jezu do Rozario
 - F. S. Engracia
- Ruas**
- 1. Rua de S. Vicente
 - 2. Rua novamente projectada
 - 3. Travessa das Bruxas
 - 4. Travessa de S. Monica
 - 5. Rua do Arco de S. Monica
 - 6. Rua das Escollas geraes
 - 7. Rua nova da Graça
 - 8. Rua da Cruz dos quatro caminhos
 - 9. Caminho q^o vem da Cruz dos 4 cam. p.^a a quinta do Madeyra
 - 10. Cardal da Graça
 - 11. Rua da Quinta do Madeyra
 - 12. Rua do Valle de S. Antonio
 - 13. Rua de Villa Galega
 - 14. Travessa do Conde de Avintes
 - 15. Travessa do Rozario
 - 16. Travessa dos Mouroens
 - 17. Travessa da Veronica
 - 18. Horta da Cera
 - 19. Campo de S. Clara
 - 20. Arco de S. Vicente
 - 21. Fundição de Sima
 - 22. Crus de S. Elena
 - 23. Fundição de Sima
 - 24. Abarracamentoda Cruz dos 4 Cam.

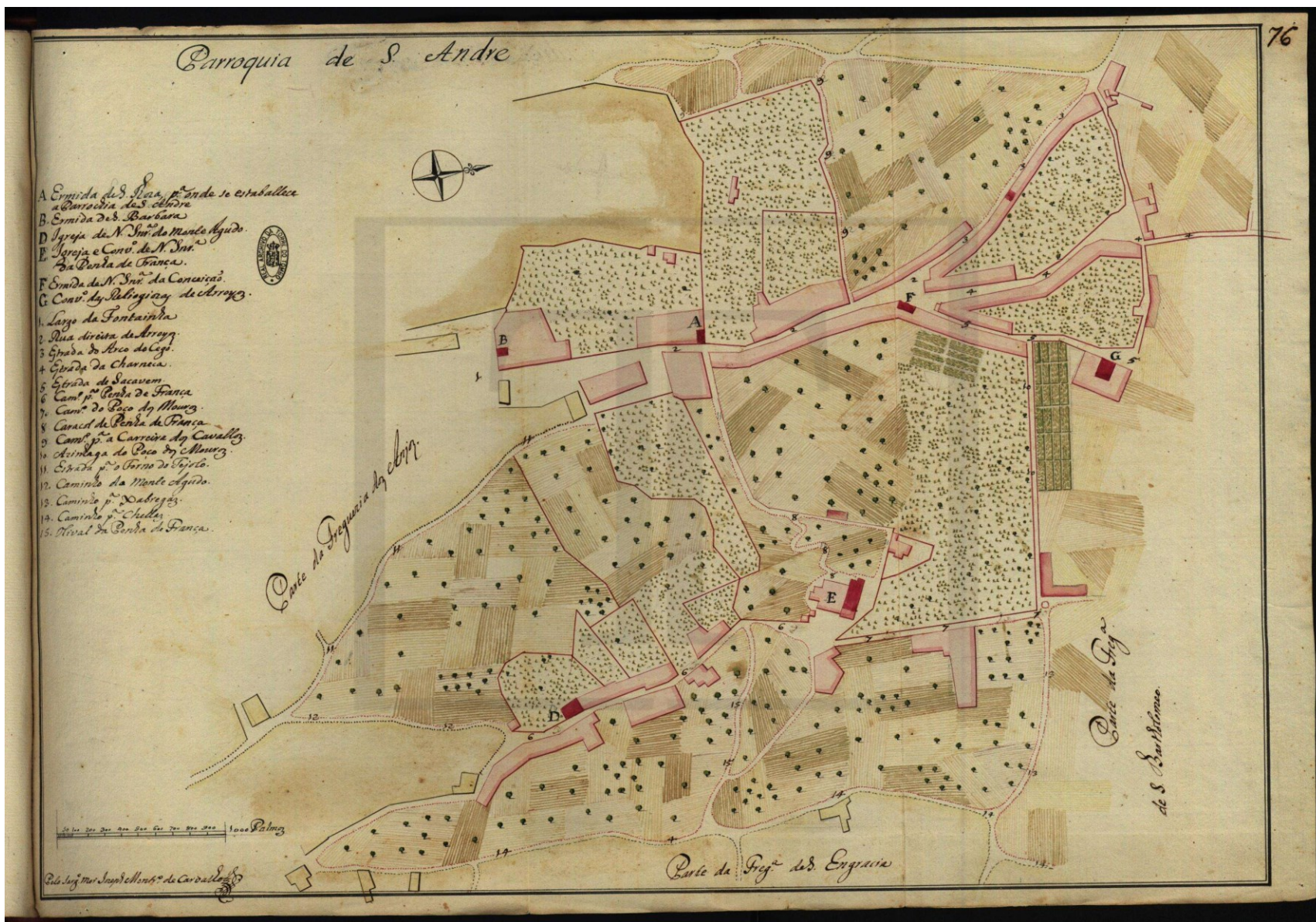


José Monteiro de Carvalho

Anexo 6. Planta da Freguezia de S. Vicente in Livro das Plantas das Freguezias de Lisboa. Plantas são da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho [1756-1768?]. ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153, fl. 82.



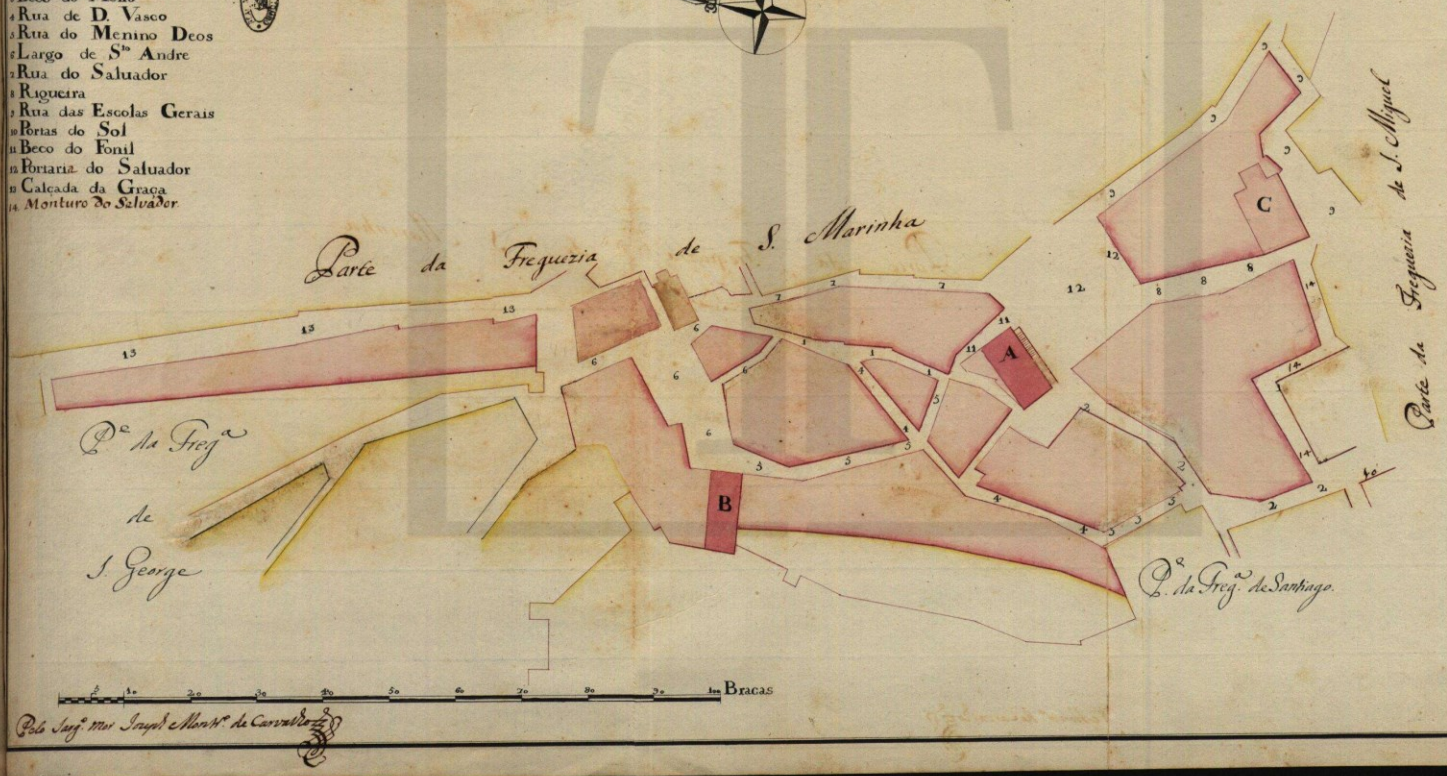
Anexo 7. Planta da Freguesia de S. Marinha in *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*. Plantas são da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho [1756-1768?]. ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 153, fl. 85.



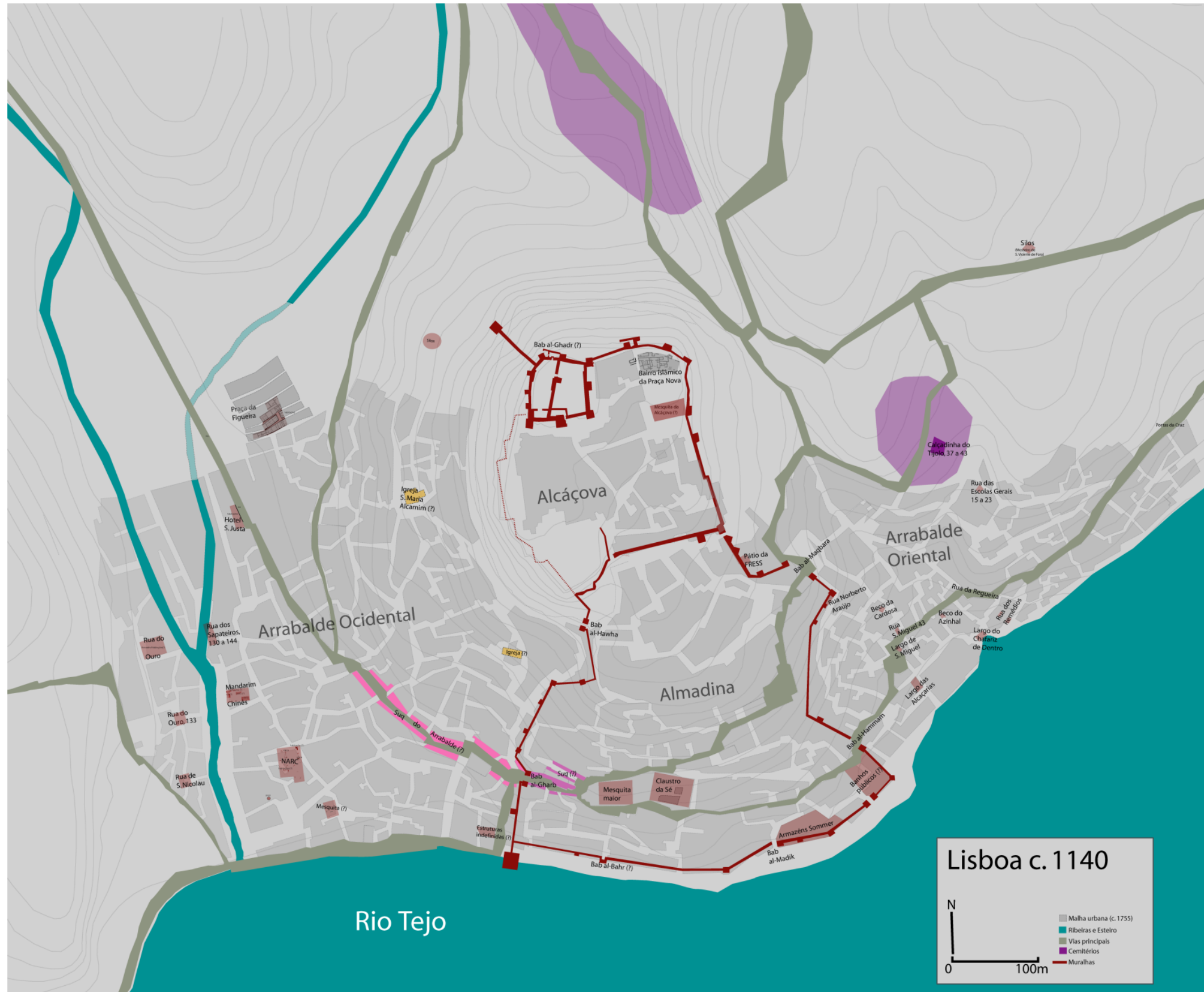
Anexo 8. Planta da Parroquia de S. Andre in *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*. Plantas são da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho [1756-1768?]. ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 153, fl. 76.

PLANTA DA FREGUEZIA DE S. TOME

- A Igreja de S. Tomé
- B Igreja do Menino Deos
- C Igreja do Salvador
- 1 Rua dos Segos
- 2 Rua das Brias do Sol
- 3 Beco do Mello
- 4 Rua de D. Vasco
- 5 Rua do Menino Deos
- 6 Largo de S.º Andre
- 7 Rua do Salvador
- 8 Riquetra
- 9 Rua das Escolas Gerais
- 10 Brias do Sol
- 11 Beco do Fozil
- 12 Fontaria do Salvador
- 13 Calçada da Graça
- 14 Monturo do Salvador



Anexo 9. Planta da Freguezia de S. Marinha in *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*. Plantas são da autoria do sargento-mor José Monteiro de Carvalho [1756-1768?]. ANTT, *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 153, fl. 88.



Anexo 10. Reconstituição de Lisboa c. 1140



Anexo 11. Reconstituição de Lisboa c. 1250



Anexo 12. Reconstituição de Lisboa c. 1325

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. Fontes manuscritas

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa (AHPL)

Título da Capela de Maria Esteves
Tomos – I e II

Arquivo Municipal de Lisboa – Arquivo Histórico (AML-AH)

Livro dos Pregos
Docs. 18, 20, 21, 22, 23, 29, 33, 53, 287, 518

Livro de Aniversários da Colegiada de Sta. Cruz do Castelo

Livro I de Místicos de Reis

Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Chancelarias Régias

Chancelaria de Afonso II
Registo da Chancelaria de D. Afonso II

Chancelaria de Afonso III
Livros 1, 3

Chancelaria de D. Dinis
Livros 1, 2, 3, 4

Chancelaria de Afonso IV
Livro 3

Chancelaria de D. João I
Livro 3

Chancelaria de D. Duarte
Livro 1

Chancelaria de Afonso V
Livro 28

Chancelaria de D. Manuel I

Livro 4

Casa Real

Bens dos Próprios

Livro 1

Gavetas

Gaveta 1, maço 2, docs. 15, 18; maço 5, doc. 9

Gaveta 5, maço 1, doc. 14

Gaveta 8, maço 2, doc. 10

Gaveta 11, maço 1, docs. 5, 14, 17, 18, 23, 30; maço 2, docs. 19, 20, 21, 24, 31; maço 3, doc. 9; maço 4, docs. 29, 33; maço 5, doc. 11; maço 7, doc. 21; maço 9, docs. 14, 19; maço 10, doc. 8; maço 11, docs. 16, 17, 19, 24, 25, 27

Gaveta 12, maço 2, docs. 9, 16; maço 5, docs. 8, 24; maço 6, doc. 3; maço 8, doc. 15, maço 9, doc. 5; maço 12, docs. 3, 12, 26, 27

Gaveta 13, maço 3, doc. 14

Gaveta 16, maço 1, doc. 22

Gaveta 19, maço 14, doc. 7

Gaveta 21, maço 3, doc. 8

Dourados de Alcobaça

Livro 2

Núcleo Antigo

Códice 314

Mosteiro de S. Dinis de Odivelas

Livro 1

Ordem de Avis, Convento de S. Bento de Avis

Maço 1, docs. 48, 57

Maço 2, docs. 72, 89, 104, 124, 126, 210, 237

Maço 3, docs. 323, 328, 339, 351

Mosteiro de São Vicente de Fora

Primeira Incorporação

Maço 1, docs. 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43

Maço 2, docs. 5, 6, 7, 8, 9, 9A, 15, 19, 21, 22, 25, 26, 31, 41, 44, 45, 46, 48

Maço 3, docs. 5, 8, 9, 10, 14, 15, 25, 26, 28, 30, 31, 32, 34, 36, 37, 43, 45, 47, 48, 52, 54

Maço 4, docs. 1A, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 24, 28, 29, 33, 34, 37, 40, 42, 45

Maço 5, docs. 4, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 21, 22, 24, 26, 26, 27, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 39

Maço 6, docs. 3, 5, 7, 9, 11, 13, 16, 20, 21, 22, 26, 27, 30, 31, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Maço 7, docs. 2, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 19, 22, 24, 25, 27, 30, 34, 35, 39

Maço 8, doc. 5, 17, 19, 28, 31, 32

Maço 9, doc. 8, 12, 35

Maço 11, docs. 7, 33, 39
Maço 12, doc. 7, 9, 18, 26
Maço 14, doc. 17, 32, 40
Maço 15, doc. 14

Segunda Incorporação

Caixa 2, doc. 9
Caixa 4, doc. 131
Caixa 6, doc. 10
Caixa 16, doc. 72
Caixa 19, doc. 52
Caixa 31, Pasta 3, docs. 2, 5, 16, 18, 21

Mosteiro de Chelas

Maço 1, doc. 14
Maço 2, doc. 34, 40
Maço 3, docs. 49, 51, 55, 56, 57, 58, 60
Maço 4, docs. 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75
Maço 5, docs. 88, 89, 95, 96, 97, 99
Maço 6, docs. 101, 105, 103, 113, 114, 116, 117, 118
Maço 7, docs. 121, 122, 123, 125, 126, 130, 132, 135, 136 137, 139
Maço 8, docs. 141, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160
Maço 9, docs. 161, 163, 166, 168, 170, 175, 176, 177, 178, 179
Maço 10, docs. 181, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 192, 197
Maço 11, docs. 202, 204, 205, 208, 211, 213, 215
Maço 12, docs. 222, 223, 225, 226
Maço 13, docs. 244, 248, 249, 258
Maço 14, docs. 267, 280
Maço 15, docs. 281, 284, 285, 286, 288, 292
Maço 17, docs. 335, 338, 340
Maço 19, doc. 378
Maço 20, docs. 382, 384, 387, 388, 395, 399, 400
Maço 22, doc. 435
Maço 23, docs. 446, 447, 450, 459
Maço 24, docs. 463, 474, 480
Maço 25, docs. 484, 490, 495, 499
Maço 27, doc. 536
Maço 28, docs. 541, 548, 555
Maço 33, doc. 655
Maço 34, doc. 661
Maço 36, doc. 720
Maço 41, doc. 815
Maço 51, doc. 1015
Maço 56, docs. 1102, 1106
Maço 57, docs. 1125, 1133, 1140
Maço 61, docs. 1202, 1212
Maço 62, docs. 1231, 1235, 1237
Maço 64, doc. 1278

Mosteiro de Santos-o-Novo de Lisboa

Documentos diversos

Docs. 37, 56, 74, 76, 178, 192, 223, 231, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 260, 276, 277, 282, 289, 298, 299, 300, 303, 308, 316, 317, 319, 320, 323, 325, 338, 341, 342, 372, 373, 374, 457, 465, 470, 520, 525, 528, 529, 541, 542, 548, 549, 554, 555, 571, 750, 788, 848, 906B, 1605

Caderno de Diversos Emprazamentos e Aforamentos de Propriedades pertencentes ao Mosteiro de Santos-o-Novo

Caderno 2

Convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa

Livro 8

Colegiada de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa

Docs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 19, 20, 25, 31, 35, 42, 45, 48, 49

Colegiada de Santo Estêvão

Maço 12, doc. 230

Maço 13, doc. 246

Maço 14, docs. 270, 277

Maço 15, docs. 281, 295, 300

Maço 16, docs. 317, 320

Maço 18, doc. 357

Maço 19, docs. 370, 372, 375, 378, 384

Colegiada de Santa Marinha do Outeiro de Lisboa

Maço 1, docs. 22, 24

Maço 2, docs. 55, 56, 60, 67, 73, 74, 75

Maço 3, docs. 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111

Maço 4, docs. 148, 150, 153

Maço 5, docs. 171, 193

Maço 6, docs. 214, 228

Maço 7, docs. 242, 269

Maço 8, docs. 283, 284, 293, 313, 314, 319

Maço 9, docs. 352, 367

Colegiada de São Lourenço de Lisboa

Maço 2, doc. 35

Colegiada de São Tiago e São Martinho de Lisboa

Maço 1, doc. 8

Colegiada de São Pedro de Alfama

Maço 1, doc. 19

Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Documentos Régios

1ª Incorporação

Maço 3, doc. 11

Documentos Particulares

2ª Incorporação

Maço 1, docs. 3, 7, 28

Maço3, doc. 87

Maço 4, docs. 118, 435, 467

Maço 6, doc. 160

Maço 15, docs. 335, 340

Maço 19, doc. 434

Maço 20, doc. 465

Maço 32, doc. 808

Maço 35, doc. 834, 835

Maço 48 doc. 1300

Maço 59, doc. 6

Mosteiro de S. Dinis de Odivelas

Livros 1, 26

Mosteiro de Santa Clara de Santarém

Maço 12, doc. 866

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra

Maço 11, doc. 36

Leitura Nova

Livro 1 da Estremadura

Livro 12 da Estremadura

Livro 2 dos Direitos Reais

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Fundo Geral

Códice 139

Códice Alcobacense 114

Códice 8952

Códice 10623: *Indiculum fundationes monasterii Beati sacnti Vicentii ulixbone*

Reservados

Títulos e Escrituras dos prazos Foreiros da Irmandade dos Clérigos Ricos da Charidade

Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)

Tombo de Lisboa (Ms Lv -11)

[cópia do Tombo da cidade de Lisboa em 1755, que está no ANTT, feita sobre uma cópia do mesmo tomo, da letra de José Valentim de Freitas, que está na Associação dos Arqueólogos, por João Marques da Silva, em Junho de 1894]

2. Fontes impressas

- A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, edição, tradução e notas de Aires NASCIMENTO; introdução de BRANCO, Maria João Lisboa, Vega, 2001.
- ABD ALLAH, Muzaffar ibn Buluggin, *El siglo XI en 1ª persona: Las “Memorias de ‘Abd Allah...”,* trad. LÉVI-PROVENÇAL e Emilio GARCÍA GOMEZ, Madrid, Alianza Editorial, 2005.
- AL-WAHID AL-MARRAKUSHI, ‘Abd, *Kitab al-Mu’yb fi Taljis Ajbar al-Magrib, Histoire des Almohades*, trad. E. Fagnan, Alger, Adophe Jourdan, 1898.
- ACABADO, Maria Teresa, *Inventário de compras do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora: cartulário do séc. XIII*, Coimbra, ed. do autor, 1967. (= *Inventário de S. Vicente*)
- AL-HIMIARI, *Kitab ar-Rawd al-Mi’tar fi Habar al-Akhtar*, trad. M^a Pilar Maestro GONZÁLEZ, Valencia, Anubar, 1963.
- BERNARDINO, Sandra, *Sancius Secundus Rex Portugalensis. A Chancelaria de D. Sancho II (1223-1248)*, dissertação de Mestrado em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003.
- Cabido da Sé. Sumários de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos bens próprios dos Reis e Rainhas. Documentos para a história da Cidade de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954.
- CATARINA, Frei Lucas de Santa, *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, tomo I, Lisboa, Joseph António da Sylva, 1734.
- Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*, edição de Leontina VENTURA e António Resende de OLIVEIRA, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, organização de António de Oliveira MARQUES, 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990-1992.
- Chartularium Universitatis Portugalensis*, edição de Artur Moreira de SÁ, 15 vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1961-2006.
- COELHO, António Borges, *Portugal na Espanha Árabe*, 3.^a ed., Lisboa, Editorial Caminho, 2008.
- Conquista de Lisboa aos mouros em 1147: carta de um cruzado inglês que participou nos acontecimentos*, trad. José Felicidade ALVES, 2.^a ed., Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- Conquista de Lisboa aos Mouros: 1147*, trad. José Augusto de OLIVEIRA; pref. Augusto Vieira da SILVA, 2.^a ed, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1936.
- Corpus codicum latinorum et portugalensium eorum qui in archivo municipalis portugalensi...*, 6 vols., Porto, Typis Officinae Graphicae Portucalensis, 1891-1978.

- Cortes Portuguesas, Reinado de D. Pedro I*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986.
- Crónica dos Sete primeiros reis de Portugal*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2009.
- De expugnatione Lyxbonensi = The conquest of Lisbon*, trad. Charles Wendell DAVID, New York, Columbia University Press, 2001.
- Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*, João Martins da Silva MARQUES (ed.), 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1944-1971.
- Dikr bilad al-Andalus*, Trad. Luis Molina, *Una Descripción Anónima de al-Andalus*, Vol. II. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983.
- “*Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa: 1ª série: séculos XIII a XV*”, in *Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*, nº 6, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1932, pp. 12-40.
- Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, Pedro de AZEVEDO (ed.), tomo I, Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.
- Documentos de Sancho I*, Rui de AZEVEDO e Padre Avelino de Jesus da COSTA (eds.), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.
- Documentos Medievais Portugueses: documentos particulares*, Rui de AZEVEDO (org.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.
- Documentos Medievais Portugueses: documentos régios*, Rui de AZEVEDO (org.), 3 tomos, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1962.
- Documentos para a História da Cidade de Lisboa: Livro I de Místicos de Reis, Livro II dos Reis D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.
- DOZY, Reinhart, *Scriptorium Arabum Loci de Abbadidis, Lugduni Batavorum*, S. J. Luchtman, 1846.
- España Sagrada, vol. XIV, Cronicon Sampiro*, Madrid, Oficina de Pedro Marin, 1786.
- España Sagrada, vol. XX, Historia Compostelana*, Madrid, Oficina de Pedro Marin.
- FIGUEIREDO, José Anastásio de, *Nova História da Militar Ordem de Malta...*, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1800.
- ESPERANÇA, Frei Manuel da, *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na provincia de Portugal*, 2 tomos, Lisboa, Officina Craesbeckiana, 1656.
- GALVÃO, Duarte, *Crónica de D. Afonso Henriques*, Lisboa, Officina Ferreyriana, 1721.

- História dos Mosteiros, Conventos e Casas religiosas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1950. [Edição do manuscrito anónimo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, escrito entre 1704 e 1708, manuscrito nº 145, secção XIII.]
- IBN ‘ABDUN, *Risala fi al-Qada wa al-Hisba, Sevilla a comienzos del siglo XII el tratado de Ibn ‘Abdun*, trad. E. Levi-PROVENÇAL e Emilio Garcia GOMEZ, Madrid, Moneda y Crédito, 1948.
- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI, *Al-Bayan al-Mugrib. Nuevos Fragmentos Almorávides y Almohades*, Trad. Ambrosio Huici MIRANDA, Valencia, Textos Medievales, 1963.
- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI, *Al-Bayano’ l-Mogrib*, Trad. E. FAGNAN, tomo II, Alger, Imprimerie Orientale Pierre Fontana, 1904.
- IBN IDARI AL-MARRAKUSHI, *Al-Bayan al-Mugrib*, III parte, Trad. Felipe MAÍLLO SALGADO, *La Caída del Califato de Córdoba y los Reyes de Taifas*. Salamanca, Universidad de Salamanca, 1993.
- Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*, J. M. Cordeiro de SOUSA (ed.), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.
- Inventário da Biblioteca de D. Manuel II: manuscritos, século XII a 1917*, Gualdino BORRÕES (ed.), Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1982.
- Lei de Almoçaria 26 de Dezembro de 1253*, intr., trad. e notas Aristides PINHEIRO, Abílio RITA, 3ª ed., Lisboa, Banco Pinto e Sotto Mayor, 1988.
- LEVÍ-PROVENÇAL, E., *Inscriptions arabes d’Espagne*, Londres-Paris, Brill/E. Larose, 1931.
- Livro das Lezírias d’el Rei D. Dinis*, transcrição, estudo introdutório e notas por Bernardo Sá NOGUEIRA, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- Livro das Posturas Antigas*, leitura paleográfica e transcrição de Maria Teresa Campos RODRIGUES, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1974.
- Livro dos bens de D. João de Portel. Cartulário do século XIII*, publicação de Pedro A. de AZEVEDO, precedido de uma notícia histórica por Anselmo Braamcamp FREIRE. Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Portel, 2003 (edição fac-símile).
- Livro Preto: Cartulário da Sé de Coimbra*, Manuel Augusto RODRIGUES e Avelino de Jesus da COSTA (dirs.), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.
- Livro Verde da Universidade de Coimbra*, António Gomes Rocha MADAÍL (ed.), Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1940.
- LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, ed. crítica por Giuliano MACCHI, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.

Monumenta Henricina, vol. I, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de, *Sumario em que breuemente se contem algumas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa*, Lisboa, c. 1554.

Ordenações Afonsinas, Livro II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Título primeiro, artº VIII.

Portugaliae Monumenta Historica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Nova Série, Vol. II/2, ed. José MATTOSO, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

Posturas do Concelho de Lisboa, Francisco José VELOZO, leitura paleográfica, nótula e vocabulário de José Pedro MACHADO, Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1974.

Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta: Livros I e II de D. João I (1384-1433), *Documentos do Arquivo Municipal de Lisboa*, nº1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2010.

Rol das propriedades, bens e igrejas da Coroa e das instituições religiosas em Lisboa e no seu termo, 1220(?), IEM, disponível on-line em: http://iem.fcsh.unl.pt/imagens/files/regnumregis_rol_propriedades

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano*, tomo VII, 1711.

SANTA MARIA, Nicolau de, *Chronica da Ordem dos Cónegos Regrantas do Patriacha S. Agostinho*, 2ª Parte, 2 vols. Lisboa, Oficina de Ioam da Costa, 1668.

SOUSA, Frei Luís de, *Primeira Parte da História de S. Domingos*, vol. 1, 3ª ed., Lisboa, Typographia do Panorama, 1866.

The Heimskringla; or Chronicle of the Kings of Norway, Snorri STURLUSON (ed.), Trad. por Samuel LAING, vol. III, London, Longman Brown Green and Longmans, 1844.

3. Obras de referência

- ALMEIDA, Carlos Ferreira de Almeida e Mário BARROCA, *História da Arte em Portugal: O Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.
- ALMEIDA, Carlos Ferreira de, *História da Arte em Portugal: O Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967.
- AZEVEDO, Luís Marinho de, *Primeira parte da fundação, antiguidades, grandezas da mui insigne cidade de Lisboa*, Lisboa, 1652.
- BARROS, Henrique Gama, *História da Administração pública em Portugal: séculos XII a XV*, 2ª ed., 10 vols., Lisboa, Sá da Costa, s.d.
- BRANCO, Fernando Castelo, *Breve História da Oisipografia*, Amadora, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- BRANDÃO, Frei Francisco, *Sexta parte da Monarchia Lusitana*, Lisboa, Oficinas de Joam da Costa, 1672.
- CARDOSO, João Carlos Feo, *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses do século XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883.
- CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 1758.
- CONCEIÇÃO, Frei Apolinário da, *Demonstração Histórica da Parochia de Nossa Senhora dos Martyres*, 1750.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e descriçam...*, Lisboa, 1712.
- CUNHA, D. Rodrigo da, *História Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Manoel da Sylva, 1642.
- Diccionario General Etimológico de la Lengua Española*, Madrid, José María FAQUINETO (ed.) 1887, p. 193. Disponível *on-line* em: <https://archive.org/stream/diccionariogener01echeuft>
- Diccionário Histórico e Documental dos Architecto, Engenheiros e Constructores Portuguezes*, 2 vols. Sousa VITERBO (coord.), Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.
- Dicionário da História de Lisboa*, Francisco SANTANA e Eduardo SUCENA (dirs.), Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994.
- Dicionário da História de Portugal*, Joel SERRÃO (dir.), 6 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971. (= DHP)

- Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Carlos Moreira AZEVEDO (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001.
- Dicionário Histórico das Ordens, Institutos Religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal*, José Eduardo FRANCO (dir.), Lisboa, Gradiva, 2010.
- Dictionary of Modern Written Arabic*, J. Milton COWAN (ed.), 3ª ed., New York, Spoken Language Services, Inc., 1976.
- Documentos Medievais (1179-1383). Arquivo Municipal de Lisboa, Catálogo*, Inês VIEGAS e Miguel MARTINS (coords.), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2003.
- DOZY, Reinhardt, *Histoire des Musulmans d'Espagne*, vol. IV, Leiden, Brill, 1861.
- GASCO, António Coelho, *Primeyra parte das antiguidades da muy Nobre Cidade de Lisboa, Imporio do Mundo e Princesa do Mar Oceano*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.
- HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal: desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, VIII tomos, 8ª ed., Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand.
- HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, vol. VI, Lisboa, Viúva Bertrand & C.ª, 1884.
- História da Vida Privada em Portugal: a Idade Média*, Bernardo Vasconcelos e SOUSA (coord.), Lisboa, Temas e Debates, 2011.
- História de Portugal: A monarquia Feudal (1096-1480)*, dir. José MATTOSO, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- História de Portugal: Antes de Portugal*, dir. José MATTOSO, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- Historia de España – Menéndez Pidal vol. VIII.1: Los Reinos de Taifas – Al-Andalus en el siglo XI*, coord. Maria Jesús VIGUERA MOLÍNS, Madrid, Espasa Calpe S. A., 1994.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.
- Medieval Islamic Civilization: an Encyclopedia*, Josef W. MERI (ed.), vol. 2, Nova Iorque, Routledge, 2006.
- Nova História de Portugal*, Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES (eds.), vol. 4: A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal na crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- Nova História de Portugal*, Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES (eds.), vol. 3: A. H. de Oliveira MARQUES, *Portugal em definição de fronteiras*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.

- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Typographia Universal, 1882-1911.
- OLIVEIRA, Frei Nicolau de, *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, Impressão Régia, 1804.
- PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos Sacros em Lisboa em 1833*, Prefácio por Augusto Vieira da SILVA, Biblioteca Nacional, 1927.
- SANTA CATARINA, Frei Lucas de, *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, Tomo I, Lisboa, 1735.
- SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de. *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da Santissima Trindade*, vol. 1, Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, 1789.
- SILVA, António de Moraes, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, 10ª ed., Lisboa, Editorial Confluência, 1953.
- SOUSA, D. António Caetano de, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo I-I, Coimbra, Atlântida-Livraria Editora Lda., 1946.
- The Encyclopaedia of Islam*, 2ª ed., 12 vols., Leiden, Brill, 1960-2005. (= *E.I.*)
- VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa*, Lisboa, Of. de Luys Estupinan, 1608.
- VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2 vols., edição crítica de Mário FIÚZA, Porto Civilização, 1983.

4. Estudos

- ABEL, Marília, “Memórias de pedra : escultura tumular medieval da Sé de Lisboa” in *Olisipo : boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, nº 17, Lisboa, 2002, pp. 207-208.
- ACIÉN ALMANSA, Manuel, “La formación del tejido urbano en Al-Andalus”, in *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, Jean PASSINI (coord.), Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, pp. 11-32.
- AILLET, Cyrille, *Les Mozarabes: Christianisme, islamisation et arabisation en Péninsule Ibérique (Ixe-XIe siècle)*, Madrid, Casa de Velázquez, 2010.
- ALARCÃO, Jorge, “Lisboa romana e visigótica” in *Lisboa subterrânea*, Lisboa, Lisboa Capital Europeia da Cultura 94, 1994, p. 58-63.
- ALARCÃO, Jorge, *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2008.
- ALBA CALZADO, Miguel, FEIJOO MARTÍNEZ, Santiago, FRANCO MORENO, Bruno, “Mérida islâmica (s. VIII-IX): El proceso de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina”, *XELB nº 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarbe. El Gharb en al-Andalus: síntesis y perspectivas de estudio. Homenaje a José Luís de Matos*, Silves, pp 191-228.
- ALMEIDA, Justino Mendes de, *De Olisipo a Lisboa*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.
- ALVES, Adalberto, *Em busca da Lisboa árabe*, Lisboa, CTT Correios de Portugal, 2007.
- AMARAL, Luís Carlos, DUARTE, Luís Miguel, “Os homens que pagaram a Rua Nova : fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista”, *Separata da Revista de História*, vol. 6, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1985.
- AMARO, Clementino, MATOS, José Luís de, “Trabalhos arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa – Notícia preliminar”, in *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 215-224.
- AMARO, Clementino, “A Arqueologia Urbana em Lisboa – Balanço e Reflexão”, in *Actas das V Jornadas Arqueológicas* (Lisboa, 1993), Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 219-221.
- AMARO, Clementino, “Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível”, in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71.
- AMARO, Clementino, “Arqueologia Urbana de Lisboa: sua evolução”, em *Al-Madan*, nº 1 (II.^a série), Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro de 1992, pp. 19-22.
- AMARO, Clementino, “As pontes de Lisboa num percurso milenar”, *Pedra & Cal*, nº 14 Abril Maio Junho, 2002, pp. 7-11.

- AMARO, Clementino, “Casa dos Bicos. Notícia histórico-arqueológica”, *Arqueologia, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto*, Porto, nº6, 1982
- AMARO, Clementino, “Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História” in *Lisboa Subterrânea*, Museu Nacional de Arqueologia, Electa, Lisboa, 1994, pp. 110-111.
- AMARO, Clementino, “Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa – três contextos com cerâmica islâmica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, pp. 165-197.
- AMARO, Clementino, “Urbanismo tardoromano no Claustro da Sé de Lisboa”, in *Actas da 4ª Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, pp. 337-342.
- AMARO, Clementino, *De Olisipo a Lisboa : a Casa dos Bicos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, D.L. 2002.
- AMARO, Clementino, BUGALHÃO, Jacinta, RAMALHO, Maria, “A Baixa Pré-Pombalina: Alguns Aspectos Urbanísticos”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 227- 237.
- AMARO, Clementino, *Palácio da Rosa – Igreja de São Lourenço (Mouraria – Lisboa). Relatório dos trabalhos arqueológicos*, Lisboa, Arquivo de Arqueologia da DGPC, 2000. Processo S – 13790.
- AMORES CARREDANO, Fernando, QUIRÓS ESTEBAN, Cruz, “Las Atarazanas: el Tiempo y los Usos” in *Recuperando las Atarazanas: Un monumento para la cultura*, Sevilla, Junta de Andalucía, 1999.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, “De Contrasta a Valença: a formação de uma vila medieval”, *Monumentos*, nº12, Lisboa, DGEMN, 2000.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, “A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação” in *Universo urbanístico português : 1415-1822*, Hélder CARITA e Renata ARAÚJO (coords.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 11-38.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, “La dimensión urbana de un espacio atlántico: Lisboa”, in *Mercado Inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente europeo (siglos XIXV)*, *Actas da XXXIII Semana de Estudios Medievales*, Estella 17-21 de Julio 2006, Pamplona, Gobierno de Navarra/Institución Príncipe de Viana, 2007, pp. 347- 376.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 2006, pp. 143-163.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, COSTA, Adelaide Millán (eds.), “Medieval portuguese towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”, in José MATTOSO (dir.), Lurdes ROSA, Bernardo Vasconcelos e SOUSA e Maria João BRANCO (eds.), *The historiography of*

medieval Portugal c.1950-2010, Lisboa, IEM, 2011, pp. 283-301.

ANDRADE, Amélia Aguiar, ROSSA, Walter, “La plaza portuguesa: acerca de una continuidade de estructuras y funciones” in *La Plaza en España e Iberoamérica: Es escenario de la ciudad*, Madrid, Ayuntamiento de Madrid, 1998, pp. 99-109.

ANDRADE, Ferreira de, “A Igreja de S. Domingos: fastos gloriosos e fatais da sua história”, in *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, Lisboa, nº 88, 1959, pp. 172-225.

ANDRADE, Ferreira de, *A Freguesia de S. Cristóvão : subsídios para a história das suas ruas, palácios e igreja paroquial*, 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1944-1945.

ANDRADE, Ferreira de, *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1954.

ANDRADE, Ferreira de, *A Freguesia de Santiago: subsídios para a história das suas ruas, edifícios e igreja paroquial*, 2 vols., Lisboa, 1948-1949.

ANDRADE, Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa: os dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o da Alcáçova*, Lisboa, 1949.

ANDRADE, Maria Filomena, “Opções religiosas das elites lisboetas: o convento de Chelas no século XV” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 221-231.

ANDRADE, Maria Filomena, *O Mosteiro de Chelas. Uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e Gestão*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1996.

ANDRADE, Maria Filomena, *Rainha Santa, mãe exemplar: Isabel de Aragão*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

ARAÚJO, Norberto de, *Castelo de S. Jorge*, Lisboa, Sep. do *Inventário de Lisboa*, fasc. 1, Câmara Municipal de Lisboa, 1959.

ARAÚJO, Norberto de, *Pequena Monografia de S. Vicente*, Lisboa, s.d.

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, 15 vols., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1939 -1940.

ARCO Y GARAY, Ricardo del, "La mezquita mayor y la catedral de Huesca", *Argensola: Revista de Ciencias Sociales del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, nº 5, 1951, pp. 35-42.

ARRUDA, Ana Margarida, VIEGAS, Catarina, “A alcáçova” in AAVV, *Catálogo da exposição De Scallabis a Santarém*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 73-81.

ARRUDA, Ana Margarida, “A Península de Lisboa entre o Norte atlântico e o Oriente mediterrânico nos inícios do Iº Milénio a.C.”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Electa e Museu Nacional de Arqueologia, 1994, pp. 52-57.

- Atlas histórico de Ciudades Europeas*, Manuel GUÁRDIA *et alii.* (dir.), Barcelona, Salvat, 1994.
- AZEVEDO, Pedro de, “Do Areeiro à Mouraria (Topografia Histórica de Lisboa)”, *O Archeologo Português*, vol. V, 1899-1900, pp. 212-224 e 257-279.
- AZEVEDO, Ruy de, “A Carta ou Memória do Cruzado Inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147”, *Revista Portuguesa de História*, nº 7, 1957, 343-370.
- AZEVEDO, Ruy de, “Período de formação territorial”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. I, dir. de António Baião, Hernâni Cidade e M. Múrias, Lisboa, Ática, 1937, pp. 7-64.
- BANGO TORVISO, Isidro, “El arte mozárabe”, *Historia*, nº 16, Madrid, 1991.
- BARBOSA, Inácio de Vilhena, “Paços dos Arcebispos de Lisboa” in *Archivo pittoresco*, Lisboa, vol. 6, nº 8, 1863, pp. 57-58.
- BARBOSA, Pedro Gomes, “A Toponímia e a cidade medieval”, *I Jornadas de Toponímia de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, pp. 53-57.
- BARBOSA, Pedro Gomes, “Mouros e Cristãos no relato da Conquista de Lisboa” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 84-92.
- BARBOSA, Pedro Gomes, “Uma Metodologia para o estudo da Toponímia Medieval”, em *II Jornadas de Toponímia de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997, p. 173-178.
- BARBOSA, Pedro Gomes, *Conquista de Lisboa 1147: A Cidade Reconquistada aos Mouros*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.
- BARBOSA, Pedro Gomes, *O Tejo, A Terra e O Mar (e outros estudos)*, Lisboa, Edições Colibri, 1995.
- BARCELÓ, Carmen, “Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d.C.)”, *Conimbriga*, nº 52, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, pp. 165-194.
- BARROCA, Mário, “D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras, História*. II série, tomo XV-1, Porto, 1998.
- BARROCA, Mário, “Da Reconquista a D. Dinis”, in *Nova História Militar de Portugal*, dir. de Manuel Themudo BARATA e Nuno Severiano TEIXEIRA, Vol. 1, coord. de José MATTOSO, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.
- BARROCA, Mário, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras*, nº 9, Porto, 1992, pp. 53-85.
- BARROCA, Mário, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, 3 vols., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “As Comunas muçulmanas em Portugal: subsídios para o seu

- estudo”, *Revista da Faculdade de Letras*, II Série, vol. 7, Porto, 1990, pp. 87-98.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Conviver na Cidade: Muçulmanos na Mouraria de Lisboa nos séculos XV e XVI”, in Flocel SABATÉ (ed.), *Formes de convivência a la Baixa Edat Mitjana*, Lleida, Pagès editors, 2015, pp. 127- 142.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Mouraria (Sécs. XII a XV)”, in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, Carlos Quintas e Associados, 1994, pp. 590-591.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, "O discurso da infracção na comuna muçulmana de Lisboa" in *Olisipo*, nº 5, Lisboa, Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, 1997, pp. 27-34.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “A comuna muçulmana da Lisboa: paradigma institucional”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 243-247.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “A mouraria medieval de Lisboa”, in *Patrimonia*, nº 6, Lisboa, 2001, pp. 22-26.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “A Rua de Benfica da Mouraria (actual Rua do Benfornoso) – sécs. XIV-XVI”, *Olisipo*, II série, nº 8, Lisboa, Boletim do Grupo “Amigos de Lisboa”, 1999, pp. 28-38.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Exploração agrícola muçulmana no termo de Lisboa”, in *Olisipo* II série, nº 17, Lisboa, do Grupo “Amigos de Lisboa”, 2002, pp. 39-45.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “Os Láparos: uma família muçulmana da elite comunal lisiponense” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 322-334.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, *A comuna muçulmana de Lisboa. Sécs. XIV e XV*, Lisboa, Hugin, 1998.
- BARROS, Maria Filomena Lopes de, “mourarias e Cidade: Discursos e Espaços” in *Evolução da Paisagem Urbana: Cidade e Periferia*, Maria Ribeiro e Arnaldo Melo (coords.), Braga, CITCEM/IEM, 2014.
- BAZZANA, André, “Approche d’une typologie des édifices castraux de l’ancien Sharq al-Andalus” in *Chateau Gaillard – Etudes de Castellologie Médiévale*, Caen, Centre de Recherches Archeologiques Médiévales, 1982.
- BAZZANA, André, *Maisons d’al-Andalus. Habitat Médiéval et Structures du Peuplement dans l’Espagne Orientale*, Madrid, Casa de Velazquez, 1992.
- BEIRANTE, Maria Ângela, “Espaços de sociabilidade nas cidades medievais portuguesas” in *O ar da cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições Colibri, 2008, pp. 53-63.
- BEIRANTE, Maria Ângela, “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora” in *O ar da cidade: ensaios de História Medieval e Moderna*, Lisboa, Edições

Colibri, 2008, pp. 177-191.

BENEVOLO, Leonardo, *A Cidade na História da Europa*, Editorial Presença, Lisboa, 1995.

BERARDI, Roberto, “The spatial organization of Tunis Medina and Other Arab-Muslim Cities in North Africa and the Near East”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008.

BETRÁN ABADÍA, Ramon, "Mutación y permanencia: el plano de Zaragoza en la Edad Media", *Tecnología y Sociedad: las grandes obras públicas en la Europa Medieval*, XXII Semana de Estudios Medievales. Estela, 17 a 21 de Julio de 1995, Pamplona, Gobierno de Navarra, 1996.

BETRÁN ABADÍA, Ramon, “Continuidad, proyecto y evolución urbana en Saraqusta (714-1118)” in *Zaragoza, espacio histórico*, Saragoça, Centro de Historia de Zaragoza, 2005, pp. 35-73.

BETRÁN ABADÍA, Ramon, *La Forma de la ciudad. Las ciudades de Aragon en la Edad Media*, Zaragoza, Delegación en Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 1992

BIANQUIS, Thierry, “A família no Islão árabe”, in *História da Família. Tempos Medievais: Ocidente, Oriente*, vol. II, Lisboa, Terramar, 1997.

BOISSELIER, Stéphane, “Organisation sociale et altérité culturelle dans l'hagyonimie médiévale du Midi portugais”, *Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo XVII, Lisboa, 2005, pp. 255-298.

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz, “El paisaje urbano en la Europa medieval”, *III Semana de Estudios Medievales de Nájera*, Logroño, 1993.

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz, *La imagen de la ciudad medieval. La recuperación del paisaje urbano*, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, Santander, 2002.

BORIE, Alan, MICHELONI, Pierre, PINON, Pierre, *Forme et Déformation des objets architecturaux et urbains*, Paris, Édition Parenthèses, 1978.

BRANCO, Fernando Castelo, “O feito de Martim Moniz” in *Revista Municipal*, Lisboa, nº 84, 1959, pp. 5-18.

BRANCO, Maria João, “A “inquirição de Lisboa e seu termo, de 1220: contextos e datações, comunicação apresentada à Mesa redonda “As inquirições no reinado de Afonso II: reflexões e, torno de alguns textos, promovida no âmbito do Projecto Regnum Regis (Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4 de Dezembro de 2006).

BRANCO, Maria João, “A conquista de Lisboa revisitada”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 17-34.

BRANCO, Maria João, “Reis, bispos e cabidos: a diocese de Lisboa durante o primeiro século da sua restauração”, *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº 10, 1998, p. 55-94.

- BRANCO, Maria João, *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991.
- BRANCO, Maria João, *Poder Real e eclesiásticos. A evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I e Afonso II*, 2 vols., Lisboa, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Aberta (policopiada), 1999.
- BRANCO, Maria João, *Sancho I: o filho do fundador*, Lisboa, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2006.
- BRANQUINHO, Isabel, “As Sorores de São Vicente de Fora: uma primeira abordagem” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 239-258.
- BRANQUINHO, Isabel, “Estratégias de composição do património do Mosteiro de S. Vicente de Fora – Priorado de D. Paio Gonçalves (1172-1205)” in *A Nova Lisboa Medieval: actas do I encontro*, coord. Núcleo Científico de Estudos Medievais e Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, Colibri, 2005, pp. 75-88.
- BRÉA, M. M. de, *A Igreja e o Convento de S. Domingos em Lisboa*, Lisboa, 1964.
- BRITO, José Joaquim Gomes de, *Ruas de Lisboa. Notas para a história das vias públicas lisboenses*, 3 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1935.
- BRITO, Mário Xavier de, “Lisboa de outros tempos, Lisboa de hoje: arruamentos”, in *Revista Municipal*, Lisboa, nº 55, 1952, pp. 9-28; nº 56, 1953, pp. 37-56; nº 57, 1953, pp. 21-30.
- BROCHADO, Costa, *A conquista de Lisboa aos mouros*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1952.
- BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Ana Sofia, SOUSA, Maria João, “Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa”, *Arqueologia Medieval*, nº 8, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2004, pp. 129-192.
- BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Ana Sofia, SOUSA, Maria João, “Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarim Chinês)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 10-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2007, pp. 317-344.
- BUGALHÃO, Jacinta, GOMES, Ana Sofia, SOUSA, Maria João, “Vestígios de produção oleira no Mandarim Chinês, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7-1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 237-262.
- BUGALHÃO, Jacinta, TEIXEIRA, André, “Os canos da Baixa de Lisboa no século XVI: leitura arqueológica”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, nº 4, 2ª série, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2015.
- BUGALHÃO, Jacinta, FOLGADO, Deolinda, “O Arrabalde ocidental da Lisboa Islâmica: urbanismo e produção oleira”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 111-146.

- BUGALHÃO, Jacinta, QUEIROZ, Paula, “Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico em Lisboa”, *Colóquio Al-Andaluz espaço de Mudança – Balanço de 25 anos de História e Arqueologia Medievais. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2006, pp. 195-212.
- BUGALHÃO, Jacinta, GOMEZ MARTÍNEZ, Susana, “Lisboa uma cidade do Mediterrâneo islâmico”, em *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de 2003*, Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES (coords.), Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 237-262.
- BUGALHÃO, Jacinta, "Mandarim Chinês, Lisboa - Contextos Romanos", in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana - Amadora 10 a 12 de Novembro de 2000*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, 2003.
- BUGALHÃO, Jacinta, “Lisboa Islâmica: uma realidade em construção”, em *Xelb 9 – Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve: O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, 23, 24 e 25 de Outubro de 2008 Homenagem a José Luís de Matos, Silves, Câmara Municipal de Silves, 2009, pp. 377-395.
- BUGALHÃO, Jacinta, *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo: Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Trabalhos de Arqueologia*, nº 15, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2001.
- BUGALHÃO, Jacinta, *et alii*, “Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação”, *Arqueologia Medieval*, nº 10, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2008, pp. 113-134.
- BUGALHÃO, Jacinta, *et alii*, "Uma necrópole na praia: o cemitério romano do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (Lisboa)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 16, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural, 2013, pp. 243-275.
- BUGALHÃO, Jacinta, *Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança*, Era Arqueologia, nº 8, Lisboa, ERA, 2008, pp. 217-230.
- BURCKHARDT, Titus, Fez, *Ciudad del Islam*, trad. Esteve Serra, Barcelona, José J. de Olaneta, 1999.
- BURNS, Robert, *The crusader kingdom of Valencia: Reconstruction on a Thirteenth-Century Frontier*, Harvard University Press, 1967.
- CAEIRO, Francisco da Gama, *Santo António de Lisboa*, vol. I, Lisboa, 1967.
- CAESSA, Ana, NOZES, Cristina, MOTA, Nuno, *Relatório final da intervenção arqueológica na Rua da Conceição, 75-77*, Processo 2007/1(790), CAL, 2015, consultável no arquivo da DGPC.
- CAESSA, Ana, MARQUES, António, MOTA, Nuno, “Casa da Severa, Memórias arqueológicas de um Espaço (Largo da Severa nº 2, Lisboa, Mouraria)”, Comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação*, que decorreu em Lisboa

entre 26 e 28 de Novembro de 2015.

- CAETANO, Carlos, *A Ribeira de Lisboa na época da expansão portuguesa : séculos XV a XVIII*, Lisboa, Pandora, 2004.
- CAETANO, Carlos, SILVA, Rodrigo Banha da, BETTENCOURT, José, “O comércio e a vida marítima de Lisboa nos séculos XV e XVI” in *Lisboa 1415 Ceuta: historia de dos ciudades*, Ceuta/Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa/Ciudad Autonoma de Ceuta, 2015, pp. 149-155.
- CAETANO, Marcelo, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Livros horizonte, 1990.
- CALADO, Marco, LEITÃO, Vasco, “A ocupação islâmica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 8-2, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2005, pp. 459-470.
- CALADO, Marco, *Olisipo pré-romana: Um ponto da situação*, Lisboa, Apenas Livros, 2008.
- CALADO, Margarida, *O Convento de S. Francisco da Cidade*, Biblioteca d’Artes, n.º 1, Lisboa, Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa, 2000.
- CALERO SECALL, Maria Isabel, “Málaga: un escenario urbano andalusí” in *Actas del primer Congreso Internacional Escenarios Urbanos de Al-Ándalus y el Occidente musulmán*, Ayuntamiento de Vélez-Málaga, 2012.
- CALVO CAPILLA, Susana, "La ampliación califal de la Mezquita de Córdoba," *Goya: Revista de arte*, nº323, Madrid, Fundación Lázaro Galdiano, 2003, pp. 89-106.
- CALVO CAPILLA, Susana, "La Mezquita de Bab al.Mardum y el proceso de consagración de pequeñas mezquitas en Toledo (S.XII-XIII)", *Al-Qantara*, nº 20, Madrid, CSIC, 1999.
- CAMPOS, Amélia, *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.
- CÁNOVAS UBERA, Álvaro, CARMONA BERENGUER, Silvia, RIVERA JOFRÉ, Román, “Las pinturas almohades del Palacio de Orive”, in *Circulación de temas y sistemas decorativos en la pintura mural antigua*, Saragoça, Governo de Aragón, 2007, 491-494.
- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo, "La remodelacion de una fortaleza musulmana medieval: La alcazaba de Almeria En Epoca cristiana (siglos XV y XVI)", in *Coloquio Almeria entre culturas*, Instituto de Estudios Almerienses, 1990, pp. 453-485.
- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo, *La Almería islámica y su Alcazaba*, Almeria, Editorial Cajal, 1990.
- CARA BARRIONUEVO, Lorenzo, GARCIA LÓPEZ, José, MORALES SANCHÉZ, Rosario, “Arqueología urbana e historia de la ciudad. El caso de Almería Medieval” in *Ciudad y territorio en Al-Andalus*, Berja, Athos-Pérgamos, 2000.

- CARITA, Hélder, “Reforma Urbanística da Lisboa Manuelina. Início da Escola Moderna de Arquitectura”, *História*, nº 26, 2000, pp. 36-45.
- CARITA, Hélder, *Bairro Alto: Tipologias e Modos Arquitectónicos*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1990.
- CARITA, Hélder, *Lisboa manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna : 1495-1521*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- CARRAZ, Damien, “Templars and Hospitallers in the Cities of the West and the Latin East (Twelfth to Thirteenth Centuries)”, *Crusades*, nº 12, Ashgate, 2013, pp. 103-120.
- CARRANZA SELL, Fanny, “La alcazaba de Málaga. Historia a través de su imagen”, *Péndulo : revista de ingeniería y humanidades*, Nº. 22, 2011.
- CARVALHO, Sérgio Luís de, *Assistência e medicina no Portugal medieval*, Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.
- CARVALHO, Sérgio Luís de, *Cidades Medievais Portuguesas: Uma introdução ao seu Estudo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- CASIMIRO, Augusto, *Lisboa Mourisca: 1147-1947*, Vila Nova de Famalicão, Oficinas Cráticas Minerva, 1947.
- CASIMIRO, Sílvia, SILVA, Rodrigo Banha da, "Enterramentos Infantis Tardo-antigos na rua de S. Nicolau (Lisboa), in *Arqueologia em Portugal: 150 anos*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 859-863.
- CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: o Bairro Alto*, 3ª edição dirigida, revista e anotada por Gustavo de Matos SEQUEIRA, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954-1966, 5 volumes.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga: Segunda Parte. Bairros Orientais*, 2ª edição Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1934-1938. 12 Volumes.
- CHALMETA, Pedro, “Les fonctions de l’agora-forum dans la cité arabo-musulmane”, Plazas et sociabilite en Europe et Amerique Latine, Colloque des 8 et 9 mai 1979, Publications de la Casa de Velazquez, Serie Recherches en Sciences Sociales, IV, Paris, Diffusion de Bocard, 1982.
- CHALMETA, Pedro, *El Señor del zoco en España*, Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1973.
- CHALMETA, Pedro, *El Zoco Medieval: contribución al estudio de la historia del mercado*, Fundación Ibn Tufayl de Estudios Árabes, 2010.
- CHAVES, Luís, Instituições dos homens do mar : confrarias e hospitais deles in *Lisboa nas auras do povo e da história : ensaios de etnografia*, Lisboa, Câmara Municipal, 1969, Vol. 4, p.

197-208.

- CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 3ª ed., 1981.
- CHUECA GOITIA, Fernando, *Breve História do Urbanismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, 6ª ed.
- Ciudad y Arqueología Medieval*, Antonio Malpica Cuello (ed.), Granada, Alhulia, 2006.
- COELHO, António Borges, “Lisboa nos dois primeiros séculos após a «Reconquista», *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 277-287.
- COELHO, António Borges, “O Domínio Germânico e Muçulmano”, *O Livro de Lisboa*, Irisalva MOITA (coord.), Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 75-88.
- COELHO, Teresa, “Trabalhos de recuperação da Igreja de S. Lourenço de Lisboa”, *Revista Pedra & Cal*, 0, 1998, pp. 38-41.
- COHEN, Mark, *Under Crescent and Cross: The Jews in the Middle Ages*, Princeton, Princeton University Press, 1994.
- COLLANTES DE TERÁN SANCHÉZ, Antonio, “De la Ciudad Andalusí a la Castellana: el espacio urbano en la Andalucía Bajomedieval”, *Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras: Minervae Baeticae*, nº 37, Sevilha, 2009, pp. 163-192.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, “Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média”, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Ed. Afrontamento, 1997, pp. 243-265.
- CORRALES AGUILAR, Pilar, “Aportaciones de la arqueología urbana para el conocimiento de la Málaga romana”, *Mainake*, nº 27, 2005, pp.113-140.
- CORREIA, Fernando da Silva, “Os velhos hospitais da Lisboa antiga”, *Sep. de Revista Municipal*, nº 10, Lisboa, Câmara Municipal, 1941, pp. 3-13.
- CORREIA, Vergílio, “Arte visigótica”, *História de Portugal*, dir. Damião PERES, vol. I, Barcelos, Portucalense Editora, 1928.
- COSTA, Adelaide Millán da, “O espaço dos vivos e o espaço dos mortos nas cidades da baixa idade média” in *O reino dos mortos na idade média peninsular*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Edições Sá da Costa, 1996, pp. 177-186.
- COSTA, António, “O autor da «Vita Prima» de S. António e seus informadores portugueses. Revisão crítica das opiniões sobre a idade do santo” in *Colóquio Antoniano*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1982, pp. 25-48.
- COSTA, Avelino de Jesus, “Os mais antigos documentos escritos em português: revisão de um problema histórico-linguístico”, in *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da

Universidade de Coimbra, [s.d.].

COSTA, Maria Luz Veloso da, *Lisboa islâmica*, Madrid, Comunidad de Madrid, Dirección General de Patrimonio Cultural, Asociación española de Arqueología Medieval, 1987.

COSTA, Mário Alberto, *Reflexão Acerca dos Locais Ducentistas Atribuídos ao Estudo Geral*, Coimbra, Coimbra Editora, 1991.

COSTA, Mário, “A Igreja de S. Julião e o seu patrono: uma freguesia que Lisboa perdeu”, in *Revista Municipal*, Lisboa, nº 88, 1961, p. 5-21; nº 89, 1961, p. 5-22.

COSTA, Marisa, FONSECA, João, “Sismicidade Histórica em Portugal no Período Medieval” in *Actas do 7º Encontro Nacional sobre Sismologia e Engenharia Sísmica*, Porto, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 2007, pp.383-397.

CRUZ VILLALÓN, Maria, “La Mezquita-Catedral de Badajoz”, *Norba: Revista de arte*, nº 12, 1992.

CUBELES, Albert *et alii*, “Noves descobertes arqueològiques a la Drassana Reial de Barcelona”, *Revista de Catalunya*, nº 278, Barcelona, Fundació Revista de Catalunya, 2012, pp. 117-139.

Da cidade medieval à cidade da razão: acontecimentos urbanos, Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico (Planta de Lisboa medieval a p & b de 28,5 x 40 cm.), in *Lisboa : morfologias urbanas: 1850-1950*, Lisboa, Câmara Municipal, Direcção de Projecto de Planeamento Estratégico, 1993, pp. 10-11.

DANTAS, Júlio, “O arquivo do cabido de Lisboa”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, Vol. I, nº 2, 1914, p. 76-81.

DAVID, Pierre, “Sur la relation de Lisbonne (1147) rédigée par un clerc anglo-normand », in *Bulletin des Études Portugaises*, n. s. 2, 1947, 241-254.

DELGADO, Clara, “La estructura urbana de Toledo en época islámica” in *Regreso a Tulaytula : guía del Toledo islámico : siglos VIII-XI*, Toledo, Junta de Comunidades de Castilla-La Mancha, 1999, 39-70.

D'ENCARNAÇÃO, José, "As Termas dos Cássios em Lisboa - Ficção ou realidade?", in *Lusitânia Romana - Entre o mito e a realidade: Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 2009, pp. 481-493.

DGEMN, (1941), *Castelo de São Jorge*, *Boletim da direcção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 25/26, 1941.

DIAS, Isabel, “De como o Mosteiro de S. Vicente foi refundado”, in *O Género do Texto Medieval*, Cristina Almeida RIBEIRO e Margarida MADUREIRA (coords.), Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 139-144.

DIAS, Isabel, *et alii*, “Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séc. XI – XII – Castelo de São Jorge”, *VIII Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo*, 27

de Fevereiro a 3 de Março de 2006, Ciudad Real, 2006.

- DIAS, Isabel, PRUDÊNCIO, Maria Isabel, GOUVEIA, Maria Ângela, “Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica”, in *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta de Extremadura, 2001, pp. 257-267.
- DIAS, João José Alves, “Principais sismos em Portugal Anteriores ao de 1755” in *1755: O Grande Terramoto de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento e Público, 2005, pp. 123-142.
- DIAS, Mafalda, MATOS, Rui, “(Re)Construção de um castelo - A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova de Lisboa” in *Actas das sessões do IV Colóquio Temático: As escalas de Lisboa – Morfologias, população e identidades*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.
- DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- DIOGO, António Dias, TRINDADE, Laura, “Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa), *Arqueologia e História*, vol. 52, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2000, pp. 231-253.
- DIOGO, António Dias, TRINDADE, Laura, “Estudos arqueológicos efectuados pelo GTTRL no Martim Moniz e sua envolvente”, em *Olisipo*, II série, Lisboa, n.º 8 Maio 1999, pp. 44
- DIOGO, António Dias, TRINDADE, Laura, “Intervenção arqueológica de emergência na Rua dos Correeiros em Lisboa. As sondagens n.os 2, 6, 7, 9 e 10.”, em *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º 4-1, 2001, pp. 187-204.
- DIOGO, António Dias, TRINDADE, Laura, “Intervenção arqueológica na Rua do Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa”, em *Actas das segundas Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, Tondela, Câmara Municipal de Tondela, 1997, pp. 257-265.
- DIOGO, António Dias, TRINDADE, Laura, “Vestígios de uma unidade de transformação de pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º1, 2000, pp. 181-206.
- DOMINGUES, José Domingos Garcia, “Aspectos geográficos da Lisboa Muçulmana”, *Portugal e o al-andaluz*, Lisboa, Hugin, Biblioteca de Estudos Árabes, 2, 1997, pp. 117-130.
- DOMINGUES, Mário, “Lisboa no Reinado de D. Dinis”, in *Lisboa no passado e no presente*, Jorge SEGURADO (dir.), Lisboa, Excelsior, 1971, vol. 1, pp. 185-216.
- DOMINGUÉZ BERENJENO, Enrique, “La remodelación urbana de *Ishbilla* a través de la historiografía Almohade”, *Anales de arqueología cordobesa*, n.º12, Cordova, Universidad de Córdoba, 2001, 177-194.
- DORNELAS, A., “Crónicas da fundação do mosteiro de S. Vicente de Fora”, *Academia Portuguesa de História*, vol. II, Lisboa, 1940, pp. 147-196.

- DOZY, Reinhart, *Recherches sur l'histoire politique et littéraire de l'Espagne pendant le moyen-âge*, vol. I, Leiden, Brill, 1849.
- DUBLER, César E., “Idrisiana Hispanica I”, *Al-Andalus*, XXX, 1965, pp. 89 – 137.
- DURAND, Robert, *Les Campagnes Portugaises Entre Douro e Tage aux XIIe et XIII siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1983.
- DURÃO, Vítor, “Análise Urbana de Territórios Construídos: Os Aterros na Baixa e na Frente Ribeirinha de Lisboa, Portugal”, *Revista da Gestão Costeira Integrada*, nº 12, Lisboa, Associação Portuguesa de Recursos Hídricos, 2012, pp. 17-30.
- EDGINTON, Susanne B., “The Lisbon Letter of the Second Crusade”, *Historical Research*, 170, 1996, 328-339.
- ENNEN, Edith, *The Medieval Town*, Amsterdão, North Holland, 1979.
- EPALZA, Mikel, “Espacios y sus Funciones en la Ciudad Árabe”, *Separata de: Simpósio Internacional sobre la Ciudad Islâmica*, Zaragoza, Institucion Fernando el Católico, 1991, pp. 9-30.
- ESQUIEU, Yves, «La cathédral et son quartier: problèmes de topographie dans les cités méridionales» in *Cahiers de Fanjeaux*, vol. 30: *La Cathédrale*, Toulouse, Privat, 1995, p. 17-29.
- Evolução da paisagem urbana: Sociedade e Economia*, Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO (coord.), Braga, CITCEM, 2012.
- Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO (coord.), Braga, CITCEM/IEM, 2013.
- FABIÃO, Carlos, “Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, *Penélope: Fazer e Desfazer a História*, nº 13, Lisboa, Ed. Cosmos, 1994, pp. 147-162.
- FABIÃO, Carlos, “O monumento romano da rua da Prata”, in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa/Milão: Lisboa 94/Electa, 1994, pp. 67-69.
- FABIÃO, Carlos, “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o *pentanumium* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da Casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa”, *Era - Apontamentos de Arqueologia e Património*, nº 4, ERA, Lisboa, 2009, pp. 25-50.
- FAGUNDES, Mário, “A Sé” in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 115-128.
- FARELO, Mário, “Ao serviço da coroa no século XIV: o percurso de uma família de Lisboa: os «Nogueiras»” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 145-168.
- FARELO, Mário, “Lisboa numa rede Latina? Os escolares em movimento”, in *A Universidade*

Medieval em Lisboa: séculos XIII-XVI, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

FARELO, Mário, “Lisboa nas cortes da primeira dinastia (1254-1383)” in *As Cortes e o parlamento em Portugal: 750 Anos das cortes de Leiria de 1254*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2004.

FARELO, Mário, “O direito de Padroado na Lisboa Medieval”, *Promontoria*, nº 4, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, 2006, pp. 267-289.

FARELO, Mário, “O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média”, *Fragmenta Historica: Revista do centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa*, nº 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 2013.

FARELO, Mário, *A Oligarquia Camarária de Lisboa (1325-1433)*, dissertação de doutoramento apresentado a Universidade de Lisboa, 2008.

FARELO, Mário, *O Cabido da Sé de Lisboa e o direito de padroado: fontes e processo de aquisição (sécs. XIII-XIV)*. Trabalho realizado no âmbito do seminário de mestrado intitulado *Economia e Estruturas Sociais Medievais: teoria e métodos* a cargo da Prof. Doutora Manuela Santos Silva, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Fevereiro 2002.

FARELO, Mário, *O Cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos: 1277-1377*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003.

FARINHA, J. S. Brazão, “O metropolitano e a Baixa de Lisboa. Condições geotécnicas e históricas”, *Os Cadernos do Metropolitano*, 1, Lisboa, Metropolitano de Lisboa, 1989.

FERNANDES, Carla Varela, *Memórias de Pedra. Escultura tumular medieval da Sé de Lisboa*, Lisboa, IPPAR, 2001, pp. 99-110.

FERNANDES, Hermenegildo, REI, António, “Islam and Mozarabs” in José Mattoso (dir.), Lurdes ROSA, Bernardo Vasconcelos e SOUSA e Maria João BRANCO, *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 547-569.

FERNANDES, Hermenegildo, VILAR, Hermínia, “O urbanismo de Évora no período medieval”, *Monumentos*, nº 26, Lisboa, IGESPAR, 2007, pp. 6-15.

FERNANDES, Hermenegildo, “Os mouros e a mouraria em Elvas: alguns problemas de topografia genética”, *Monumentos*, 28, Lisboa, IGESPAR, 2008, pp. 76-81.

FERNANDES, Hermenegildo, “Uma Cidade no Imaginário: Lisboa Muçulmana nas Descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville”, *Estudos Medievais*, n.º 7, Porto, 1986.

FERNANDES, Hermenegildo, *Entre Mouros e Cristãos. A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII-XIII)*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2000.

FERNANDES, Hermenegildo, *Sancho II: Tragédia*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2006.

- FERNANDES, Hermenegildo, “The Gharb al-Andalus – three decades of historiographical renewal”, in José Mattoso (dir.), Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco, *The Historiography of Medieval Portugal c.1950-2010*, Lisboa, IEM, 2011, pp. 547-561.
- FERNANDES, Isabel Cristina, “Aspectos da Litoralidade do Gharb al-Andalus: os portos do baixo Tejo e do baixo Sado”, *Arqueologia Medieval*, nº9, Edições Afrontamento, Porto, 2005.
- FERNANDES, Lídia *et alii*, “A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em *Olisipo*: o núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 14, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2011, pp. 239-261.
- FERNANDES, Lídia, “Alguns Dados Acerca do Dique da Ribeira das Naus”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 253-256.
- FERNANDES, Lídia, “Museu do Teatro Romano (2001-2013): Balanço de uma década de intervenção e novos projectos para o espaço museológico”, *Al-Madan*, Centro de Arqueologia de Almada, IIª série, 18, 2013, pp. 51-62.
- FERNANDES, Lídia, *et alii*, “Ocupação medieval islâmica no Teatro Romano de Lisboa: o caso do aproveitamento do *postcaenium* no decurso do século XII”, In *X Congresso Internacional Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 2012 (no prelo).
- FERNANDES, Lídia, “Teatro Romano de Lisboa. Os caminhos da descoberta e os percursos de investigação arqueológica”, *Al-Madan*, 2ª série, n.º 15, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, Dezembro, 2007, pp. 28-39.
- FERNANDES, Lídia, “Teatro Romano de Lisboa: Novos elementos para a sua história no período medieval”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 239-241.
- FERNANDES, Lídia, “Teatro romano de *Olisipo*: a marca do novo poder romano” in *Arqueologia em Portugal. 150 anos* (coord. J.M. Arnaud, A. Martins, C. Neves), Associação dos Arqueólogos Portugueses: Lisboa, 2013, pp. 765-773.
- FERNANDES, Lídia, MARQUES, António, TORRES, Andreia, “Ocupação baixo-medieval do teatro romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas”, *Arqueologia Medieval*, nº 10, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2008, pp. 159-184.
- FERNANDES, Lídia, *et alii*, “Intervenção arqueológica na rua dos Bacalhoeiros”, *Al-Madan*, IIª série, nº 14, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2006, pp. 60-65.
- FERNANDES, Paulo Almeida, “A marginalidade do lado cristão: o breve exemplo dos moçárabes de Lisboa”, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Humberto Carlos Baquero Moreno*, Coord. de Luis Adão da FONSECA, Luis Carlos AMARAL e Maria Fernanda Ferreira SANTOS, Porto, Livraria Civilização Editora, 2003, 3 vols.

- FERNANDES, Paulo Almeida, “Iconografia do apocalipse: uma nova leitura do portal ocidental da Sé de Lisboa” *Revista Património Estudos*, nº 7, 2004.
- FERNANDES, Paulo Almeida, “O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições”, *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, nº 1, Universidade de Coimbra, 2006, pp. 18-69.
- FERNANDES, Paulo Almeida, “O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista”, *Artis*, nº1, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Os moçárabes de Lisboa e a sua importância para a evolução das comunidades cristãs sob domínio islâmico” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 71-83.
- FERNANDES, Paulo Almeida, “Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da Alta Idade Média na cidade de Lisboa”, in José ARNAUD, Carla Varela FERNANDES (eds.), *Construindo a memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos portugueses, 2005, pp. 264-283.
- FERNANDES, Paulo Almeida, Lídia FERNANDES, “Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 17, Lisboa, Direcção-Geral do Património Cultural, 2014, pp. 225-243.
- FERREIRA, Fernando Rodrigues, "Ensaio para uma leitura económica e social do contexto arqueológico de S. Vicente de Fora", em *Olisipo*, II série, Lisboa, n.º 6 Junho de 1998, pp. 11-38.
- FERREIRA, Fernando Rodrigues, “Escavações do ossário de S. vicente de Fora”, *Revista Municipal*, nº4, 2ª série, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1983, pp. 5-36.
- FERREIRA, Fernando Rodrigues, “O cemitério dos Cruzados de São Vicente de Fora – contributo da arqueologia”, *Monumentos*, Lisboa, IPPAR, n.º 2, pp. 8-13.
- FERREIRA, Fernando Rodrigues, “O cemitério dos cruzados de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 8-13.
- FERREIRA, Fernando Rodrigues, “O Mosteiro de S. Vicente de Fora. Subsídios para a reconstituição da sua fisionomia”, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 4, 1985, pp. 3-12.
- FERREIRA, Fernando Rodrigues, “Os silos medievais de São Vicente de Fora”, *Arqueologia e História*, nº 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 49-66.
- FERREIRA, Seomara da Veiga, “Alguns elementos pré-românicos reutilizados nos paramentos exteriores da Sé de Lisboa”, *Revista Municipal de Lisboa*, 7, Lisboa, 1984.
- FIERRO, Maribel, “Os Ulemas de Lisboa” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 33-59.
- FIERRO, Maribel, “El espacio de los muertos: fetuas andalusíes sobre tumbas y cementerios” in

Urbanisme musulman, Madrid, Casa de Velázquez/CSIC, 2000, pp. 153-190.

FIGUEIREDO, César, “Relatório de Projecto: Reconstituição de Olisipo e de um navio romano de tipo Corbita”, 2014, disponível em: https://www.academia.edu/16742787/Relat%C3%B3rio_de_projecto_de_Arqueologia_Virtual_para_o_document%C3%A1rio_Fundeadouro_Romano_em_Olisipo_Reconstitui%C3%A7%C3%A3o_de_Olisipo_e_de_um_navio_romano_d_o_tipo_corbita, acedido em Dezembro de 2015.

FILIFE, Vanessa, "Perspectivas arqueo-biológicas sobre duas necrópoles islâmicas de Lisboa: Castelo de São Jorge e Alfama", comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*, em 26-27 de Novembro de 2015, Centro de Arqueologia de Lisboa.

FILIFE, Victor, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo*, Processo 2004/1(424), Arquivo de Arqueologia do IGESPAR, Projeto de ampliação e alterações para a rua do Espírito Santo n.ºs 31 a 35, 2011.

FILIFE, Victor, *Relatório Final do Projecto de alterações para a Rua dos Correeiros n.º 194 a 208, esquina com a Rua de Santa Justa n.º 42 a 48*, Lisboa, perfil oeste, Processo S 33825, 2012, consultável no arquivo da DGPC.

FILIFE, Vítor, CALADO, Marco, “Ocupação Romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama: evidências de estruturas termais junto da porta Nascente de Olisipo”, *Al-Madan online*, n.º 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007.

FILIFE, Vanessa “As Termas Romanas às portas de Alfama”, comunicação oral apresentada no *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: uma cidade em escavação*, que decorreu em Lisboa entre 26 e 28 de Novembro de 2015.

FONTES, João Luís Inglês, “Reclusão, ermitismo e espaço urbano: o exemplo de Lisboa na Idade Média” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 259-277.

FOURNIER, António, “A Crónica da fundação do Mosteiro de S. Vicente: memória e ideologia”, in *O Género do Texto Medieval*, coord. de Cristina Almada RIBEIRO e Margarida MADUREIRA, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 173-188.

FRANÇA, José Augusto, *Lisboa: História Física e Moral*, Lisboa, Horizonte, 2008.

FREITAS, Vera Teixeira de, Juan SANCHEZ, Ana Margarida ARRUDA, “As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 3, n.º 2, 2000, pp. 25-60.

FUSCHINI, Augusto, “A Sé de Lisboa”, in *Ilustração Portuguesa*, Lisboa, A. 2, n.º 81, 22 Mai. 1905, pp. 454-455.

GARCÍA-BELLIDO, Antonio, *Urbanística de Las Grandes Ciudades Del Mundo Antiguo*, Madrid, CSIC, 2009.

GARCÍA-BELLIDO y GARCÍA DE DIEGO, Javier, “Morfogénesis de la ciudad islámica: algunas cuestiones abiertas y ciertas propuestas explicativas”, in Maribel FIERRO, Jean-Pierre Van STAËVEL, Patrice CRESIER (eds.), *L'urbanisme dans l'Occident musulman au Moyen*

Áge: aspects juridiques, Madrid, Casa de Velázquez, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2000, pp. 243-283.

GARCÍA LOPEZ, J., “La organización de espacios públicos”, in Jean PASSINI (coord.), *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval*, Cuenca, Universidad de Castilla-la-Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

GARNIER, Jacqueline Beaujeu, *Geografia Urbana*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª ed., 1997.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana, “As muralhas de Olisipo – O troço junto ao Tejo”, in *Murallas de Ciudades Romanas en el Occidente del Império – Lucus Augusti como paradigma*, Diputación Provincial, Lugo, 2007, pp.687-697.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana, “Castelo de São Jorge – Balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos”, *Estudos Património*, n.º4, IPPAR, 2003.

GASPAR, Alexandra, GOMES, Ana, “Resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos do castelo de S. Jorge”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Lisboa, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 95-102.

GASPAR, Alexandra *et alii*, “Arqueologia Urbana em Lisboa?”, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular: “Terrenos” da Arqueologia da Península Ibérica*, vol. 8, Porto, ADECAP, 2000, pp. 55-70.

GASPAR, Alexandra, AMARO, Clementino, “Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa”, in *La Céramique Médiévale en Méditerranée: Actes du VI^e Congrès de L’AIECM2* (13-18 Novembro 1995), Aix-en-Provence, Narration Éditions, 1997, pp. 337-345.

GASPAR, Alexandra, *et alii*, “A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de S. Jorge”, em *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa, IPPAR / Junta da Extremadura, 2001, pp. 119-163.

GASPAR, Jorge, “A cidade portuguesa na Idade Média: aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional”, in *La Ciudad Hispanica durante los siglos XIII al XVI*, vol. I, Madrid 1982.

GASPAR, Jorge, “A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média”, in *Finisterra*, vol. IV, nº 8, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1969, pp.198-215.

GASPAR, Jorge, “Lisboa, o sítio: a ocupação e organização do território” in *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, 1994, 13-19.

GASPAR, Jorge, “O desenvolvimento do Sítio de Lisboa”, in *O Livro de Lisboa*, coord. de Irisalva MOITA, Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

GASPAR, Jorge, “Os portos fluviais do Tejo”, *Finisterra*, Lisboa, n.º 10, 1970.

- GASPAR, Jorge, *A Dinâmica Funcional do Centro de Lisboa*, 2.^a Ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1985, pp. 20-29.
- GASPAR, Maria Armanda, *Interpretação do Foral de Lisboa e das Cartas Régias de 1204 e 1210, separata de Revista Municipal de Lisboa*, n.º 84, 1960, pp. 9-34.
- GLICK, Thomas F., *Paisajes de Conquista*, Valência, Publicacions de la Universitat de València, 2007.
- GOFF, Jacques Le, “Ordres mendiants et urbanisation dans la France Médiévale: état de l'enquête”, *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, nº4, 1970, pp. 924-946.
- GOMES, Ana, “As Necrópoles medievais do Castelo de S. Jorge”, comunicação oral apresentada no *I Workshop sobre a Alcáçova e Castelo de Lisboa*, organizada pelo Instituto de Estudos Medievais FCSH/NOVA, 24 de Junho de 2015.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, “O Castelo de S. Jorge na transição do mundo islâmico para o cristão” in *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri / Campo arqueológico de Mértola, 2013, pp. 393-404.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, “O Castelo de S. Jorge: da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo”, em *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina Fernandes, Lisboa, Edições Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2001, pp. 397-404.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, “Ocupação medieval na Sé de Lisboa”, *Colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, Novembro de 2013, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (no prelo).
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, *Relatório das escavações arqueológicas do Castelejo*, Processo S 18113, Arquivo de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, 2001.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua das Flores, (n.ºs 13 a 19)*, Processo S 18114, Arquivo de Arqueologia da DGPC, Palácio da Ajuda, 2001.
- GOMES, Ana, GASPAR, Alexandra, *Relatório das escavações arqueológicas na Rua do Espírito Santo II*, Processo 2004/1(424), Arquivo de Arqueologia da DGPC, 1997, Intervenção na rua do Espírito Santo n.ºs 16 e 18.
- GOMES, Ana, SEQUEIRA, Maria José, “Continuidades e discontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo do Espírito Santo”, *Arqueologia Medieval*, n.º 7, Lisboa, Edições Afrontamento, 2001, pp. 103-110.
- GOMES, Armando Carlos de Sousa, “Uma igreja do século XI em Lisboa?”, in *Revista Municipal*, Lisboa, N.º 54, 1952, pp. 36-38.
- GOMES, Paulo Dordio, TEIXEIRA, Ricardo, “Intervenção arqueológica na Casa do Infante. Dezassete séculos de História na zona ribeirinha do Porto”, *Al-madan*, 2.^a série, n.º9, Almada,

- Centro de Arqueologia de Almada, 2000, pp.132-134.
- GOMES, Rosa Varela, “A Cidade Muçulmana”, *A Cidade: Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, coord. Maria José Ferro Tavares, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 27-54.
- GOMES, Rosa Varela, *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a Alcáçova*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2003, pp. 51-111.
- GOMES, Saul António, *In limine conscriptionis. Documentos, chancelaria e cultura no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (Séculos XII a XIV)*, Viseu, Editora Palimage – Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2007.
- GOMES, Saul António, “Materiais de construção na região de Leiria em tempos medievais” in *História da Construção: Os Materiais*, Braga, CITCEM/LAMOP, 2012, pp. 167- 191.
- GOMES, Saul António, "Organização paroquial e jurisdição eclesiástica no priorado de Leiria nos séculos XII a XV", *Lusitânia Sacra*, 2.ª série, nº4, 1992.
- GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana, MACIAS, Santiago, TORRES, Cláudio, “Las ciudades del Garb al-Andalus”, in *Al-Andalus: país de ciudades*, Toledo, Diputación Provincial de Toledo, 2007, pp. 115-132.
- GONÇALVES, Iria, “Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, pp. 11-60.
- GONÇALVES, Iria, “Defesa do consumidor na cidade Medieval: os produtos alimentares (Lisboa – séculos XIV-XV)”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, pp. 100-101.
- GONÇALVES, Iria, “Na Ribeira de Lisboa em finais da idade média”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 61-75.
- GONÇALVES, Iria, “Posturas Municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, 1996, p.85.
- GONÇALVES, Iria, “Regateiras, padeiras e outras mais na Lisboa medieval” in *Lisboa medieval : os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 11-29.
- GONÇALVES, Luís, *Sistemas de povoamento e organização territorial: Dois vales na periferia de Lisboa (séculos IX – XIV)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011, disponível on-line: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6873>
- GONÇALVES, Maria José, “Novas problemáticas relacionadas com a topografia da cidade islâmica de Silves”, *Arqueologia Medieval*, nº 11, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2010, pp. 121-140.
- GONZALEZ, Julio, *Repartimiento de Sevilla*. ed. fac-similada, Sevilha, Fundacion Aparejadores, 1993.

GONZÁLES PALÊNCIA, Angel, *Los Mozarabes de Toledo en los siglos XII y XIII*, vol. Preliminar, Madrid, Instituto de Valencia de D. Juan, 1930.

GRILO, Carolina, FABIÃO, Carlos, BUGALHÃO, Jacinta, “Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC), Lisboa”, in *Arqueologia em Portugal. 150 anos*, coord. J.M. ARNAUD, A. MARTINS, C. NEVES), Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2013, pp.849-857.

GUERRA, Amílcar, “Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. IX, nº 2, Lisboa, IGESPAR, 2006, pp. 271-297.

HAKIM, Besim Selim, *Arabic-islamic Cities: Building and Planning Principles*, Londres, KPI Limited, 1986.

HANEDA, Masashi, MIURA, Toru, *Islamic Urban Studies: Historical Review and perspectives*, Londres e Nova Iorque, Paul Kegan International, 1994.

HAUSCHILD, Theodor, “Arte visigótica”, *História de Arte em Portugal*, vol. I, dir. Jorge ALARCÃO, Lisboa, Alfa, 1986.

HAVERFIELD, F., *Ancient Town Planing*, Oxford, Clarendon Press, 1913.

HEERS, Jacques, *La Ville au Moyen Âge en Occident. Paysages, pouvoirs et conflits*, Fayard, Paris, 1990.

HENRIQUES, António de Castro, MENDES, Tiago de Sousa, “Coerências Heráldicas nas famílias de Lisboa (séculos XIII e XIV)” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 406-412.

HENRIQUES, M.C., et alii., *Sismicidade de Portugal, O Sismo de 26 de Janeiro de 1531*, Lisboa, Ministério do Planeamento e Administração do Território, 1988.

Histoire de la France Urbaine, Georges DUBY (dir.), vol. 2, *La ville médiévale des Carolingiens à la Renaissance*, Jacques Le GOFF, SEUIL, 1980.

História dos mosteiros, conventos e casas religiosas de Lisboa na qual se dá notícia da fundação e fundadores das instituições religiosas..., Lisboa, Câmara Municipal, 1950-1972 (1º ed. 1704), 2 vols.

Hospital Real de Todos-os-Santos: 500 Anos, Catálogo da Exposição, Paulo PEREIRA (dir.), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

HÜBNER, E., *Notícias Archeologicas de Portugal*, 1871.

HUICI MIRANDA, M. A., *Historia Politica del Imperio Almohade*, 2 vols., Granada, 2000.

IDRIS, Hady Roger, “Les Aftasides de Badajoz”, *Al-Andalus* XXX, 1965.

JASEN, Harry, *The construction of an urban past: narrative and system in urban history*, Oxford,

Berg, 2001.

JIMÉNEZ MARTÍN, Alfonso, “Notas sobre la mezquita mayor de la Sevilla almohade”, *Artigrama*, nº. 22, 2007.

JORDÃO, Levy Maria, CORREA, José, *Historia da Real Casa de Santo António*, Lisboa, Imprensa União-Typographica, 1857.

JUEZ JUARROS, Francisco, *Símbolos de Poder en la Arquitectura de al-Andalus*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid, Faculdade de Geografia e História, 1999.

JÚNIOR, Henrique Marques, A casa de Santo António, *Olisipo: boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, Lisboa, nº 22, 1943, pp. 95-97.

KENNEDY, Hugh, “From Polis to Madina: Urban change in late antique and early islamic Syria”, *Past and Present*, nº 106, Oxford, The Past and Present Society, 1985.

KENNEDY, Hugh, “Inherited Cities” in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, pp. 93-113.

KHIARA, Youssef, “Propos sur l’urbanism dans la jurisprudence musulmane”, *Arqueologia Medieval*, nº 3, Porto, Afrontamento/CAM, 1994, pp. 33-46.

KOSTOF, Spiro, *The City Shaped: Urban Patterns and Meanings Through History*, Londres, Thames & Hudson, 1991.

KRÜGER, Mário, VALSASSINA, Teresa, TOSTÕES, Ana, *A Morfologia da Cidade de Lisboa: Da Época Medieval à Cidade Actual*, Lisboa Departamento de Eng. Civil do I.S.T., 1995.

La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano. Actas del Primer Curso de Historia y Urbanismo Medieval, Jean PASSINI (coord.), Cuenca, Universidad de Castilla-la-Mancha, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001.

La Ciudad y las Murallas, Cesare de SETA e Jacques le GOFF (eds.), Madrid, Cátedra, 1991.

LACAVE RIAÑO, José, "Las Juderías del Reino de Granada", *Chronica Nova*, nº 20, Granada, Universidad de Granada, 1992, p.243-251.

LADERO QUESADA, Miguel, "Los Mudejares de Castilla en la Baja Edad Media", *Historia. Instituciones. Documentos*, nº 5, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1978, pp. 257-304.

LADERO QUESADA, Miguel, “Toledo en época de la frontera”, *Anales de la Universidad de Alicante. Historia Medieval*, nº 3, 1984.

LAMAS, José M. Ressano Garcia, *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LAMBERT, E., “Les anciens quartiers musulmans dans le plan de la ville de Lisbonne”, *Comptes*

rendus du Congrès International de Géographie, Lisboa, III, 1951, pp. 397-399.

LAVEDAN, Pierre, *Histoire de l'Urbanisme: Antiquité, Moyen Âge*, vol. I, Paris, Henri Laurens, 1966.

LEGUAY, Jean-Pierre, *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest France, 1984.

LEITÃO, André de Oliveira, SANTOS, Filipa, “Presenças moçárabes em Al-Usbuna e seu Alfoz (até 1147): um estado da questão”, *Rossio – Estudos de Lisboa*, nº 1, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2013.

LEITÃO, Manuela, CALADO, Marco, “Banhos termais no século XVI: Um exemplo em Alfama” in *Lisboa 1415 Ceuta: história de duas cidades*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2015, pp. 123-125.

LEITÃO, Manuela, “Muralhas de Lisboa”, *Revista Rossio*, nº 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 66-79.

LEITÃO, Manuela, GUERRA, Sandra, FILIPE, Victor, “A arqueologia e a sua convivência com o projecto de estruturas: o exemplo da intervenção na Mãe de Água do Chafariz D’El Rei e edificado envolvente”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 6, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2016, pp. 68-85.

LEÓN MUÑOZ, Alberto, CASAL GARCÍA, M. Teresa, “Los Cementerios de Madinat Qurtuba” in *Monografias de Arqueologia Cordobesa*, nº 19, vol II, Cordova, Universidade de Córdoba, 2010, pp. 651-684.

LIMA, Henrique Linhares de, “Bartolomeu Joannes e o seu tempo: achegas para um estudo histórico-genealógico” in *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, Lisboa, A. 11, nº 43, 1948, pp. 117-128; nº 44, 1948, pp. 204-226; A. 12, nº 45, Jan. 1949, pp. 44-62; nº 46, Abr. 1949, pp. 134-142; nº 47, Jul. 1949, pp. 172-196; nº 48, Out. 1949, pp. 233-262.

Lisboa medieval: os rostos da cidade, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

Lisboa. Oito séculos de história, Gustavo de Matos SEQUEIRA (dir.), Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1947.

LIVERMORE, Harold, “The “Conquest of Lisbon” and its Author”, *Portuguese Studies*, 6, 1990, 1-16.

LOBO, Rui, “As quatro sedes do Estudo Geral de Lisboa (1290-1537)”, in *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, Hermenegildo FERNANDES (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 267-304.

LOBREGAT CONESA, “De La Ciudad Visigótica a la ciudad islámica en el este peninsular” in *Simposio Internacional sobre la ciudad islámica: Ponencias y comunicaciones*, Zaragoza, Institucion Fernando el Católico, 1991.

LOPES, David, “O Domínio Árabe”, in Damião PERES (dir.), *História de Portugal. Edição*

- Monumental comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade*, Barcelos, Portucalense Editora, 1928, vol. 1, pp. 391-431.
- LOPES, David, “Toponymia Arabe de Portugal” in *Revue Hispanique: Recueil consacré à l'étude des langues, des littératures et de l'histoire des pays castillans, catalans et portugais*, vol. 9, Paris, Klincksieck, 1902, pp. 35-74.
- LOPES, David, *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*, José Pedro MACHADO (org.), Lisboa, Sociedade de Língua Portuguesa, 1968.
- LOPES, David, *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1963.
- LOPES, Fernando Félix, “Das actividades políticas e religiosas de D. Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa”, *Lusitania Sacra*, VI (1962-1963), p. 25-90.
- LOPÉZ-CUERVO, Serafín, *Medina Az-Zahra, Ingeniería y formas*, Ministério de Obras Públicas y Urbanismo, Madrid, 1985.
- LOURINHO, Inês, *1147: uma conjuntura vista a partir das fontes muçulmanas*, dissertação de mestrado em História Medieval apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.
- LUDOVICE, Nuno de Drummond, “O Chafariz de El-Rei”, in *Revista Municipal*, Lisboa, S. 2, nº 17, 3º trim. 1986, pp. 15-22.
- LYNCH, Kevin, *A Theory of Good City Form*, London, Cambridge, 1981.
- MACEDO, Luís Pastor de e Norberto ARAÚJO, *Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1951.
- MACEDO, Luís Pastor, *Lisboa de Lés-a-lés. Subsídios para a História das vias públicas da cidade*, 5 vols., 2ª ed., Lisboa, Publicações culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1955-68.
- MACHADO, Luís Saavedra, *Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurdo da Noruega: 1109*, Coimbra, 1948.
- MACIAS, Santiago, “Casas urbanas e quotidiano no Gharb al-Ândalus” in *Portugal Islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 109-120.
- MACIAS, Santiago, *Mértola islâmica. Estudo histórico-arqueológico do bairro da alcáçova*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 1996.
- MALPICA CUELLO, Antonio, "Arqueologia de los paisajes medievales granadinos: medio físico y territorio en la Costa de Granada", in *Arqueologia y Territorio Medieval*, vol. 2. 1995.
- MALPICA CUELLO, Antonio, *Poblamiento y castillos en Granada*, Madrid, Lunwerg Editores, 1996.

- MAN, Adriaan de, *Defesas urbanas tardias da Lusitânia*, Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.
- MANSO, Cláudia, CARVALHINHOS, Marina, *Lisboa – Escadinhas de São Crispim, n.º 26. Relatório dos trabalhos arqueológicos*. Processo S – 34849, Arquivo de Arqueologia da DGPC, IP, 2009.
- MANTAS, Vasco Gil, “As primitivas Formas de Povoamento Urbano em Portugal”, *Povos e Culturas: n.º 2 – A Cidade em Portugal: Onde se Vive*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 13-55.
- MANTAS, Vasco Gil, “Olisipo e o Tejo”, in *Actas das Sessões do II Colóquio Temático «Lisboa Ribeirinha» (Padrão dos Descobrimentos, 2 a 4 de Julho de 1997)*, Lisboa, Divisão de Arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, 1999, pp.15-41.
- MANZANO MORENO, Eduardo, *Conquistadores emires y califas*, 2ª ed., Barcelona, Crítica, 2011.
- MAQBUL AHMAD, S., “Cartography of al-Sharif al-Idrisi” in *The History of Cartography*, vol II, livro 1, Chicago, The University of Chicago Press, 1992, p. 156. Disponível na internet a 23/08/2013: http://www.press.uchicago.edu/books/HOC/HOC_V2_B1/HOC_VOLUME2_Book1_chapter7.pdf
- MARADO, Catarina, “Sharing the City: The establishment of mendicant Houses in Medieval Portuguese Towns”, *Journal of Medieval Monastic Studies*, vol 4., Brepols, 2015, pp. 47-76.
- MARADO, Catarina, *Património conventual y periferia: la salvaguardia de los antiguos espácos conventuales del Algarve*, dissertação de doutoramento apresentada na Universidade de Sevilha ETSArquitectura, Sevilha, 2007.
- MARÇAIS, Georges, “L’urbanisme musulman”, in *Mélanges d’histoire et d’archéologie de l’Occident musulman*, vol.I, Alger, 1957.
- MARÍN, Manuela, *Indiviuo y sociedade en al-Andalus*, Madrid, Mapfre, 1992.
- MARQUES, António de Oliveira *et alli*, *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- MARQUES, António de Oliveira, “A Cidade na Baixa Idade Média”, in *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 89-114.
- MARQUES, António de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3ª ed, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.
- MARQUES, António de Oliveira, “A persistência do elemento muçulmano na História de Portugal após a «Reconquista». O exemplo da cidade de Lisboa”, in *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 96-107.
- MARQUES, António de Oliveira, *Introdução à História da Cidade Medieval Portuguesa*, sep. de *Bracara Augusta*, Volume XXXV – Fasc. 79 (92), Janeiro-Dezembro de 1981; in *Novos*

Ensaio de História Medieval Portuguesa, Editorial Presença, Lisboa, 1988, pp. 13-42.

MARQUES, António de Oliveira, “Lisboa Medieval: uma visão de conjunto”, in *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

MARQUES, António de Oliveira, *Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

MARTINS, Armando Alberto, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

MARTINS, Armando Alberto, “Lisboa, a cidade e o Estudo: a Universidade de Lisboa no primeiro século da sua existência”, in *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, Hermenegildo FERNANDES (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 41-88.

MARTINS, Miguel Gomes, *A alcaidaria e os alcaides de Lisboa durante a Idade Média: 1147 – 1433*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2006.

MARTINS, Miguel Gomes, “A família Palhavã (1253-1357). Elementos para o estudo das elites dirigentes da Lisboa medieval”, *Revista Portuguesa de História*, nº 32, Coimbra, Instituto de História Económica e social da Universidade de Coimbra, 1997-1998, p. 35-93.

MARTINS, Miguel Gomes, “O concelho de Lisboa durante a Idade Média: homens e organização municipal”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 7, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2004, pp. 64-110.

MARTINS, Miguel Gomes, “Para mais tarde regressar. Percursos na administração municipal da Lisboa medieval” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 278-287.

MARTINS, Miguel Gomes, “Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda”, *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 3, 1999, p. 10-60.

MARTINS, Miguel Gomes, «Os Alvernazes: Um percurso familiar e institucional entre finais de Duzentos e inícios de Quatrocentos», *Cadernos do Arquivo Municipal*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 6, 2002, p. 10-43.

MARTINS, Miguel Gomes, «*PARA BELLUM*». *Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, dissertação de Doutoramento em História Medieval, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

MARTINS, Miguel Gomes, *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.

MARTINS, Miguel Gomes, *Guerreiros de Pedra*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2016.

MARTINS, Miguel Gomes, *Lisboa e a Guerra. 1367-1411*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

MARTINS, Pedro, “O Anfiteatro Romano de Lisboa. Hipótese de localização através de uma leitura

Tipo-Morfológica do Tecido Urbano” in *Rossio: Estudos de Lisboa*, nº 4, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp.162-173.

MARTINS, Pedro, *A Persistência das Formas Urbanas: Leitura das pré-existências romanas na morfologia da cidade portuguesa*, apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa em Fevereiro de 2013.

MATOS, José Luís de, “António de Lisboa. Fernando de Bulhões”, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento, pp. 303-308.

MATOS, José Luís de, “As escavações no interior dos claustros da Sé e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa”, in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa, Livros Horizonte, 1994, pp. 32-34.

MATOS, José Luís de, “Escavações arqueológicas nos claustros da Sé de Lisboa”, *Al-Madan*, nº 3 (II.ª série), Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1993, pp. 108-109.

MATOS, José Luís de, “Lisboa Islâmica”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 79-88.

MATOS, José Luís de, *Lisboa islâmica*; trad. Badr Younis Youssef Hassanein, Lisboa, Instituto Camões, 1999.

MATOS, José Sarmiento de, *A Invenção de Lisboa livro I, As Chegadas*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

MATOS, José Sarmiento de, *A Invenção de Lisboa livro II, As Vésperas*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

MATOS, Rui, “Cronologia histórica do nascimento e morte de um aparelho de abastecimento de água (século XIII-XX): O Chafariz de El-Rei e a área urbana envolvente” in *Actas das sessões do IV Colóquio Temático As Escalas de Lisboa: Morfologias, Poulção Identidades*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001, pp. 269-286. Disponível on-line a 2 de Março de 2016: http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/ficheiros/56/21/ficheiro2156_dkjujctqyb.pdf

MATOS, Rui, DIAS, Mafalda, BRITO, Carla, *Um olhar sobre o Castelo de São Jorge. Século VII a.C. – século XX*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2001.

MATOSO, Inês, *Um apontamento de tumulária medieval [Texto policopiado] : o conjunto da igreja de São Cristóvão: Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2000.

MATTOSO, José, "Introdução à história urbana portuguesa. A cidade e o poder", *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

MATTOSO, José, “No 850º aniversário de conquista de Lisboa”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 11-14.

- MATTOSO, José, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- MATTOSO, José, *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., 5ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- MATTOSO, José, “Os nobres nas cidades portuguesas da idade média” in *Portugal Medieval: novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine, *Villes d’al-Andalus: L’Espagne et Portugal à l’époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 1996.
- MELO, Arnaldo, RIBEIRO, Maria do Carmo, “Construction financing in Late Medieval Portuguese Towns” in *Nuts & Bolts of Construction History, Proceedings of the fourth International Congress on Construction History*, vol. 2, Paris, Picard, 2012, pp. 305-312.
- MELO, Arnaldo, RIBEIRO, Maria do Carmo, (coords.), *História da Construção: Os Materiais*, Braga, CITCEM/LAMOP, 2012.
- MENENDEZ PIDAL, Ramón, *La Espana del Cid*, vol II, Madrid, Editorial Plutarco, 1929.
- MENEZES, José de Vasconcellos e, “Tercenas de Lisboa I”, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 16, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986, pp. 3-17.
- MENEZES, José de Vasconcellos e, “Tercenas de Lisboa II”, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 17, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986, pp. 3-14.
- MENEZES, José de Vasconcellos e, “Tercenas de Lisboa III”, *Revista Municipal*, 2ª série, nº 19, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987, pp. 3-14.
- MESTRE, Victor, GASPAR, António, GOMES, António, “Reabilitação do troço Sul – nascente do caminho de ronda do Castelo de São Jorge”, *Monumentos*, nº 17, 2002, pp. 132-139.
- MIRANDA, J. *et alii*, “The 1531 Lisbon earthquake and tsunami” in *Proceedings of the 15th World Conference on Earthquake Engineering 2012*, vol. 5, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Engenharia Sismica, 2015, pp. 3993-4002
- MOITA, Irisalva, “Cemitério Cristão no Largo do Salvador”, *Revista Municipal*, nº 64, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1955, pp. 47-50.
- MOITA, Irisalva, “Lápide funerária proveniente dum Almocavar de Lisboa”, *Revista Municipal*, nº 114/115, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1967, pp. 81-86.
- MOITA, Irisalva, LEITE, Ana, “Recuperar *Olisipo* a partir de Lisboa. Possibilidades e Limitações”, I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal 1985), *Trabalhos de Arqueologia 3*, IPPC, Lisboa, 1986, p. 55-67.
- MOITA, Irisalva, “Vista panorâmica de Lisboa existente na Biblioteca da Universidade de Leyde” *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 95, tomo I, 2009, pp. 27-57.
- MOITA, Irisalva, *VIII Centenário da Trasladação das Relíquias de S. Vicente (1173-1973)*.

Catálogo da Exposição Iconográfica e Bibliográfica Comemorativa da Chegada das Relíquias de S. Vicente a Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1973, pp. 15-109.

MONTENEGRO, Enrique, "Abraham Ibn Ezra en las Crónicas HispanoHebreas", *Kakalorikos*, Calahorra, Amigos de la Historia de Calahorra, nº 9, 2004, p. 241-255.

MONTERO VALLEJO, Manuel, *Historia del Urbanismo en España I: del Eneolítico a la Baja Edad Media*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1996.

MORENO, Iñaki, NADAL, Esteve, "La Reial Drassana de Barcelona: de l'apogeu medieval al fals declivi en època moderna" in *Actas do V Congrès d'Arqueologia medieval i moderna a Catalunya*, vol. I, Barcelona, Ajuntament de Barcelona, 2015, pp. 575-588.

MORRIS, A.E.J., *Historia de la Forma Urbana: desde sus Origenes hasta la Revolution Industrial*, Barcelona, Gustavo Gili, 1984.

MOTA, João, "A conquista de Lisboa aos mouros – Possíveis relações textuais entre as cartas dos cruzados" in *A Nova Lisboa Medieval: actas do I encontro*, coord. Núcleo Científico de Estudos Medievais e Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, Colibri, 2005, pp. 43-49.

MUMFORD, Lewis, *The City in History*, Londres, Harcourt, 1961.

MUNNTAÑOLA, Robert, *Les Drassanes de Barcelona: La geometria, La traça i l'Estructura com a Garants de la Identitat de L'Edifici*, Tese de doutoramento em Arquitectura apresentada na Universidade Ramon Llull, Barcelona, 2008. Disponível on-line em <http://www.tesisenred.net/handle/10803/9131>

NADAL I ROMA, Esteve, "La Drassana Reial de Barcelona. Evolució d'una edificació cabdal del litoral barceloní", *Barcelona Quaderns d'Historia*, nº 21, 2014, pp. 95-112.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, "El palacio de Onda: un enigma para la historia de al-Andalus en el siglo XI" in *Le Plaisir de l'art du moyen âge*, Paris, Editions a. et J. Picard, 2012, pp. 300-312.

NAVARRO PALAZÓN, Júlio, "La casa andalusí en Siyasa: ensayo para una clasificación tipológica", in *La casa Hispano-musulmana. Aportaciones de la arqueología*, Granada, Publicaciones del Patronato de la Alhambra y Generalife, 1990, pp. 177-198.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, *Una casa islámica de Murcia – estudio de su ajuar (siglo XIII)*, Murcia, Centro Ibn Arabi, Ayuntamiento de Murcia, 1991.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, ESTALL Y POLES, Vicent, "La alcazaba de Onda", *Legado Andalusí*, nº 44, 2011, pp. 78-87.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, "Algunas reflexiones sobre el urbanismo islámico", *Artigrama*, nº 22, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 2007.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, "Arqueología del baño andalusí: notas para su comprensión y estudio" in *Actas de los XIX Cursos monográficos sobre el*

Patrimonio Historico, Reinosa, 2008.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, “El urbanismo islámico y su transformación después de la conquista Cristiana..” in *La Ciudad Medieval: de la casa al tejido urbano*, Jean PASSINI (coord.), Universidad de Castilla-La Mancha, 2001.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, “Un ejemplo de saturación del parcelario andalusí: la excavación del solar de la calle organistas de Murcia”, *Memorias de Arqueología de la región de Murcia*, nº 15, Murcia, Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, 2000-2003, pp. 781-802.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, *Las Ciudades de Alandalús: Nuevas perspectivas*, Zaragoza, Instituto de Estudios Islámicos y del Oriente Próximo, 2007.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, “Evolution of the andalusí urban landscape: from the dispersed to the saturated Medina”, in *Revisiting Al-Andalus. Perspectives on the Material Culture of Islamic Iberia and Beyond*, Ed. De Glaire Anderson e Mariam Rosser Owen, Leiden, BRILL, 2007, pp. 115-142.

NAVARRO PALAZÓN, Julio, JIMÈNEZ CASTILLO, Pedro, "Sobre la ciudad Islámica y su evolución" in *Estudios de Arqueología dedicados a la Profesora Ana María Muñoz Amilibia*, Murcia, Universidad de Murcia, 2003, pp. 346-350.

NAVASCUÉS PALACIO, Pedro, “Historia breve de la fábrica de la Catedral de Toledo”, in *La Catedral de Toledo, obra y fábrica*, Lunwerg, Barcelona, 2011.

NEUVONEN, Eero K., *Los Arabismos del español en el siglo XIII*, Imprensa da Sociedade de Literatura Finlandesa, 1941.

NIETO CUMPLIDO, Manuel, *La Catedral de Córdoba*, Córdoba, Publicaciones Obra Social y Cultural CajaSur, 1998.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “Intervenção da corte régia no enquadramento do comércio lisboeta (1276-1279), documentada por instrumentos notariais de composição” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp.112-128.

NORTE, Armando, *Letrados e Cultura letrada (sécs. XII-XIII)*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

NÚÑEZ FUSTER, Joaquín, "Toledo y Sevilla en la Baja Edad Media. Urbanismo y Sociedad." in *Ars longa , vita brevis: homenaje al Dr. Rafael Sancho de San Román*, Toledo, Real Academia de Bellas Arte y Ciencias Históricas, 2006, pp. 339-363.

OLIVEIRA, Carlos de, *Memória das Águas de Alfama*, Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Aberta, Lisboa, 2008.

OLIVEIRA, J.M. Pereira de, *O espaço urbano do porto – Condições naturais de desenvolvimento*, 2 volumes, Coimbra, Instituto Alta Cultura - Centro de estudos geográficos da Faculdade de

Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

OLVEIRA, José Augusto, “Atravessar o Tejo: mercadores entre Lisboa e a Outra Margem” in *Lisboa medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 214-220.

OLVEIRA, Luís Filipe, VIANA, Mário, “A Mouraria de Lisboa no século XV”, *Arqueologia Medieval*, nº2, Edições Afrontamento, 1993, pp. 191-210.

PAIO, Alexandra, *et alii*, *Vilas Medievais Planeadas de Portugal*, Coimbra, Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra, 2007.

PAVON MALDONADO, Basilio, *Ciudades Hispanomusulmanas*, Madrid, Mapfre, 1992.

PAVON MALDONADO, Basilio, *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana: Mezquitas*, vol. 4, Madrid, CSIC, 2009.

PAVON MALDONADO, Basilio, “Miscelanea de Arte Hispanomusulman: decoración almorávide-almohade: geométrica, zócalos pintados, y floral, yaserías talladas”, site pessoal do autor: <http://www.basiliopavonmaldonado.es/documentos/miscelanea.pdf>; descarregado em 12/12/2013.

PEDROSA, Fernando Gomes, “As Tercenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique” in *Memórias 2013*, vol. XLIII, Academia da Marinha, Lisboa, 2015, pp.95-120.

PEREIRA, Gabriel, *Lisboa e arredores: inquirições do reinado de D. Afonso III / G. P.*, Lisboa, Typographia Lallemand, 1902.

PEREIRA, Isaiás da Rosa, *Livro de aniversários da igreja de Sta. Marinha de Lisboa. Separata de Revista Municipal de Lisboa*, 100 (1964).

PEREIRA, Paulo, “Arqueologia na grande cidade”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 7-10.

PEREIRA, Teresa Sancha, “Toponímia de Lisboa de Origem Árabe” in *I Jornadas sobre toponímia de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1994, pp. 59-67.

PÉREZ, Maria Isabel, “Desarrollo urbano de las ciudades de Aragón (siglos XI-XIV)” in *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, Savoia, Université de Savoie, 2012, pp. 69-96.

PÉREZ HIGUERA, María Teresa, “El arte”, in *El retroceso territorial de Al-Andalus. Almorávides y Almohades. Siglos XI al XIII, Historia de España Menéndez Pidal*, t. VIII/2. Madrid, Espasa Calpe, 1997, 635-699.

PÉREZ ORDÓÑEZ, Alejandro, “Arquitectura Doméstica Tardoandalusí y Morisca: Aproximación al modelo de Familia y a su plasmación en la arquitectura y el urbanismo de los siglos XIII al XVI”, Repositório Institucional Digital CSIC, Granada, 2008, pp. 381-388.

PÉREZ-MALUMBRES LANDA, Alejandro, MARTÍN RUIZ, Juan Antonio, “Arqueología de una

ciudad: de Malaca a Malaqa”, *Catálogo da exposição Malaqa entre Malaca y Málaga*, Málaga, Servicio de Publicaciones Universidad de Málaga, 2009, pp. 59-82.

PERTEGAZ, J. Rodrigo, “La morería de Valencia. Ensayo de descripción topográfico-histórica de la misma”, *BAH*, vol. LXXXVI, 1925, pp. 229-251.

PICARD, Christophe, “A islamização do Gharb al-Andalus” in *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 25-34.

PICARD, Christophe, “La fondation de Badajoz par Abd al-Rahman ibn Yunus al-Jilliki (fin IX^e siècle)”, *Revue des études islamiques*, XLIX-2. 1981, pp. 215-229.

PICARD, Cristophe, “Le changement du paysage urbain dans le Gharb al-andalus (X-XIIIe siècle): les signes d’une dynamique”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII)*, coordenação de Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

PICARD, Christophe, “Les mozarabes de Lisbonne: le problème de l’assimilation et de la conversion des chrétiens sous domination musulmane à la lumière de l’exemple de Lisbonne”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, CAM/Edições Afrontamento, 2001, pp. 89-94.

PICARD, Christophe, *L’océan Atlantique musulman : de la conquête arabe à l’époque almohade : navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental : Portugal-Espagne-Maroc*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1997.

PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII-XIII siècle). L’Occident d’al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve, 2000.

PICOITO, Pedro, “A Trasladação de S. Vicente: Consenso e Conflito na Lisboa do Século XII”, *Revista Medievalista Online*, nº 4, IEM, 2008.

PIMENTA, João, SILVA, Marco CALADO, Rodrigo Banha da, “Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo: a I.A.U. da Rua de São Mamede ao Caldas n.º15” in *Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, Lisboa, 2005.

PIMENTA, João, MENDES, Henrique, “Sobre o povoamento romano ao longo da via de Olisipo a Scallabis”, *Cira – Arqueologia*, nº1, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2012, pp. 41-64.

PIMENTA, João, “Os Contextos da conquista: Olisipo e Decimo Jvnio Bruto”, *Cira Arqueologia On-Line*, nº 3, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2014.

PIMENTA, João, *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*, Instituto Português de Arqueologia, *Trabalhos de Arqueologia*, 41, 2005

PIMENTA, João, CALADO, Marco, LEITÃO, Manuela, “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º2 da Rua de S. João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 8, nº 2, 2005, pp. 313-334.

- PINA, Luís de, *O Porto na conquista de Lisboa*, Porto, Câmara Municipal, 1947.
- PINA, Luís de, “Pedro Julião ou Pedro Hispano: Papa João XXI”, in *Arquivo histórico de Portugal*, Lisboa, Vol. 1, 1932, pp. 27-46.
- PINON, Pierre, “La transición desde la ciudad antigua a la ciudad medieval: permanência y transformación de los tejidos urbanos en el Mediterráneo Oriental”, in *La ciudad medieval: de la casa al tejido urbano*, coord. Jean PASSINI, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha, 2001, pp. 194-194.
- PINTO, Sandra, *As interações no sistema das operações urbanísticas nos espaços urbanos portugueses até meados de Oitocentos*, Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitectura, Coimbra, 2012.
- PIRES, Hélio, *Incursões Nórdicas no Ocidente Ibérico (844-1147): Fontes, História e Vestígios*, dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- PIZARRO, José Augusto, “A nobreza portuguesa no periodo dionisino. Contextos e estratégias (1279-1325)”, *En la España Medieval*, nº 22, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 1999, pp. 61-176.
- PIZARRO, José Augusto, *D. Dinis: um génio da Política*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.
- PIZZARO, José Augusto, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna (Porto), 1999.
- POWERS, David, “*waqf*” in Josef W. Meri (ed.), *Medieval Islamic Civilization: an Encyclopedia*, vol. 2, Nova Iorque, Routledge, 2006, p. 858.
- PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa, Edições Palas, 1975.
- PUERTAS TRICAS, Rafael, “El Barrio de viviendas de la Alcazaba de Malaga”, *Mainake*, nº. 11-12, Málaga, Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 1989-1990, pp. 197-224.
- RAMALHO, Elsa, LOURENÇO, Maria, “As Águas de Alfama como património hidrogeológico de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.ineg.pt/download/3822/39.pdf>
- RAMALHO, Elsa, LOURENÇO, Maria, “As Águas de Alfama: memórias do passado da cidade de Lisboa”, Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, em <http://www.ineg.pt/download/3834/23.pdf>
- RAMALHO, Maria de Magalhães, VIEGAS, Catarina, “Intervenção Arqueológica nos Armazéns do Museu do Chiado (Lisboa)”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 243.
- RAMÍREZ ÁGUILA, Juan, “«Baraka» y Termalismo en al-Andalus y el Magreb” in *Termalismo*

- Antiguo*, María Jesus AGORRETA (ed.), Madrid, Casa de Velázquez, 1997, pp. 545-554.
- RAVARA, António Pinto, *A Propriedade Urbana Régia (D. Afonso III e D. Dinis)*, Dissertação para licenciatura em História, Lisboa, texto policopiado, 1967.
- RAYMOND, André, “The Spatial Organization of the city”, in *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008, pp. 47-70.
- REAL, Manuel Luís, “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente peninsular”, in *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica* (Lisboa, 1992), Barcelona, Institut d’Estudis Catalans, Universitat de Barcelona / Lisboa, Universidade Nova, 1995, pp. 17-68.
- REAL, Manuel Luís, “O convento Românico de São Vicente de Fora”, *Monumentos*, nº 2, Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1995, pp. 14-23.
- REAL, Manuel Luís, “O românico português na perspectiva das relações internacionais” in *Românico em Portugal e na Galiza*, Lisboa, Gulbenkian, 2001.
- REAL, Manuel Luís, “Os moçárabes do Gharb português” in Cláudio TORRES e Santiago MACIAS (coords.), *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.
- REAL, Manuel Luís, “Perspectivas sobre a flora românica da «escola» lisbonense. A propósito de dois capitéis desconhecidos de Sintra no Museu do Carmo”, *Sintria*, vol. I-ii, Sintra, 1983.
- REI, António, “As Portas da Cerca de Lisboa no período islâmico”, *Arqueologia e História*, vol. 53: *Actas do II Colóquio Temático – Estudos de Lisboa, (Séculos VIII-XV)*, Lisboa, Associação de Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 35-43.
- REI, António, “Ocupação humana no alfoz de Lisboa durante o período islâmico” in *A nova Lisboa medieval : actas do I encontro*, coord. Núcleo Científico de Estudos Medievais e Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, Colibri, 2005. – pp. 25-42.
- REI, António, “Os rostos do poder na Lisboa das Taifas (1009-1093) – novas leituras”, in *Lisboa Medieval – Os rostos da cidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 60-70.
- REILLY, Bernard, *Cristãos e Muçulmanos: a luta pela Península Ibérica*, Lisboa, Teorema, 1996.
- REMENSNYDER, Amy, “The colonization of Sacred Architecture: The Virgin Mary, Mosques, and Temples in Medieval Spain and Early Sixteenth-Century Mexico” ” in *Monks and Nuns, Saints and Outcasts: Religious Expression and Social Meaning in the Middle Ages*, ed. Sharon Farmer and Barbara Rosenwein, New York, Cornell University Press, 2000, pp. 189-219.
- RENOUARD, Yves, *Les Villes d’Italie de la Fin du X Siècle au Début du XIV Siècle*, t.I, Paris, Société d’Édition d’Enseignement Supérieur, 1969.
- RIBEIRO, José Cardim, “Breve nota acerca do criptopórtico de *Olisipo* e da possível localização do

- «forum corporativo», *Encontro de Arqueologia Urbana*, Braga, 1994, pp. 191-198.
- RIBEIRO, José Cardim, “Felicitas Iulia Olisipo – Algumas considerações em torno do Catálogo Lisboa Subterrânea”, in *Almadan*, II Série, n.º 3, Especial Arqueologia na Região de Lisboa, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 1994, pp. 75-95.
- RIBEIRO, Orlando, “As Cidades de Portugal”, *Opúsculos Geográficos*, vol. V – *Temas Urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, pp. 141-154.
- RIBEIRO, Orlando, “O Crescimento de Lisboa”, em *Opúsculos Geográficos*, vol. V, - *Temas Urbanos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, p. 15.
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico: Esboço de Relações Geográficas*, Lisboa, Sá da Costa, 1998.
- RIBEIRO, Maria do Carmo, MELO, Arnaldo Sousa, “O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (séculos XIII-XVII)” in *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*, Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.), Braga, CITCEM e IEM, 2013, pp. 183-221.
- ESTRADA I RIUS, Albert, *La Drassana Reial de Barcelona a l’edat mitjana: organització institucional i cosntrucció naval a la Corona d’Aragó*, Barcelona, Museu Marítim, 2004.
- ROBLES FERNÁNDEZ, Alfonso, *et alii*, “Influencia de las mentalidades en el urbanismo andalusí: la interacción funcional de baños y cementerios en Murcia”, in *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II, Valladolid, 1993, pp. 95-101.
- ROCHA, Artur, SILVA, Manuel Fialho, “A Génese da Judiaria Pequena no século XIV”, in *Actas do colóquio internacional Nova Lisboa Medieval III*, 20-22 de Novembro de 2013 (no prelo).
- ROCHA, Artur, “Uma muralha, vários percursos”, *Rossio: Estudos de Lisboa*, n.º 3, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2014, pp. 80-87.
- ROCHA, Artur, *Edifício Sede do Banco de Portugal – Lisboa: Relatório dos Trabalho Arqueológicos de 2010 e 2011*, Lisboa, Arqueohoje, 2012, Processo CNS 31018, consultável no arquivo da DGPC.
- RODERO PÉREZ, Santiago, MOLINA MAHEDERO, Juan, "Un sector de la expansión Occidental de la Córdoba Islámica: El arrabal de la Carretera de Trassierra (I)", *Romula*, n.º 5, Sevilha, Universidad Pablo de Olavide de Sevilla: Seminario de Arqueología, 2006, pp.219-294.
- RODRIGUES, Ana Maria, “Património, direitos e rendimentos eclesiásticos”, in Carlos Moreira AZEVEDO (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2004.
- RODRIGUES, Jorge, “A arquitectura românica” in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1995, pp. 183-264.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século*

XV, Separata da Revista Municipal, nº 101 a 109, Lisboa, C.M.L., 1968.

ROSSA, Walter, TRINDADE, Luísa, “Questões e antecedentes da cidade portuguesa: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica”, *Murphy. Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, Coimbra, Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2005, pp. 70-109.

ROSSA, Walter, “A Cidade Portuguesa”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, vol. I, Lisboa, Temas e Debates, 1995, pp. 233-275.

ROSSA, Walter, *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*, Coimbra, Almedina, 2002.

ROSSA, Walter, *Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade*, Dissertação de doutoramento em Arquitectura apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2001.

ROSSELLÓ, V. CANO, G., *Evolucion urbana de Murcia*, Murcia, Ayuntamiento de Murcia, 1975.

SABATÉ I CURRUL, Flocel, “L’Espace des minorités ethniques et religieuses: Les Juifs dans les Villes Catalanes au Bas Moyen Âge” in *Morphologie et identité sociale dans la ville médiévale hispanique*, Savoia, Université de Savoie, 2012, pp. 231-286.

SALGUEIRO, Teresa Barata, “A Espacialidade no Tempo Urbano”, *Penélope: Fazer e Desfazer História*, nº 7, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, pp. 7-25.

SALGUEIRO, Teresa Barata, *A Cidade em Portugal: uma Geografia Urbana*, Porto, Afrontamento, 1992.

SALOMÉ, Rita, CALADO, Marco, “Um Pequeno Conjunto Cerâmico de Época Medieval da rua de São Mamede (Lisboa)”, *Al-Madan online*, II série, nº 17, 2012.

SALTA, Ana Maria, “Igreja de S. Domingos”, in *75 anos: conhecer, inovar, conservar, informar*, coord. Margarida ALÇADA, Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, pp. 120-123.

SALVATIERRA CUENCA, Vicente, "Las Huertas de Jaén Islâmico", in *Arqueologia y Territorio Medieval*, vol. 5, Jaen, 1998.

SALVATIERRA CUENCA, Vicente, “Formación y complejidad de una ciudad omeya: Jaén entre los siglos VIII y XI” in *El espacio urbano en la Europa medieval : Nájera*. Encuentros Internacionales del Medioevo, Nájera, 2006.

SAMPAYO, Mafalda, *O Modelo urbanístico de tradição muçulmana nas cidades portuguesas*, 2 vols., dissertação de Mestrado em desenho Urbano, ISCTE, 2001.

SANCHIS y SIVERA, José, *La diócesis valentina. Nuevos estudios históricos. Anales del instituto general y técnico de Valencia*, Valencia, La Voz valenciana, 1921.

- SANTOS, José, ABRANCHES, Paula, “O Arrabalde da Silves Islâmica: a intervenção arqueológica do Empreendimento do Castelo”, *Arqueologia Medieval*, nº 11, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2010.
- SANTOS, Vítor, MARQUES, J., "Intervenção de Emergência num Edifício da Baixa de Lisboa – CNN- Companhia Nacional de Navegação”, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Almada, Câmara Municipal de Almada - Divisão de Museus, 1997, pp.145- 159.
- SARAIVA, José Cunha, *A capela da Misericórdia na Sé de Lisboa*, Lisboa, 1934.
- SCHWARTZ, Samuel, “Elegia de Rabi Abraham ibn Ezra (1092-1167) sobre a tomada de Lisboa”, *Revista Municipal de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, nº 55, 1952, pp. 35-44.
- SEGURADO, Jorge, *Da obra filipina de S. Vicente de Fora*, Lisboa, 1976.
- SENOS, Nuno, "A igreja do convento de São Francisco de Portalegre: história de um edifício" in *A requalificação da igreja do Convento de São Francisco*, Publicações da Fundação Robinson, nº 10, Portalegre, Fundação Robinson, 2009, pp. 39-57.
- SENOS, Nuno, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.
- SEPÚLVEDA, Eurico de, AMARO, Clementino, “Casa dos Bicos, 25 anos depois”, *Al-Madan*, II Série, nº 15, adenda electrónica, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2007, p. VIII – 1-9.
- SEPÚLVEDA, Eurico, *et alii*, “A cronologia do circo de Olisipo: a Terra Sigillata”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 5, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2002, pp. 245-275.
- SEPÚLVEDA, Eurico, *et alii*, “A Intervenção Arqueológica urbana da Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau (Lisboa): 1- A terra sigillata”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 6, nº 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2003, pp.401-414.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, “Lisboa, dos seus primórdios até ao Quinhentismo”, in *Vinte cinco anos na vida de uma capital: 1928-1953*, Lisboa, Neogravura, 1953, pp. 23-30.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *1147: reportagem retrospectiva da conquista de Lisboa*, Lisboa, Sá da Costa, 1947.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a História de Lisboa*, 3 vols., Câmara Municipal de Lisboa, 1939-1941.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Sé de Lisboa*, Porto, Litografia Nacional, 1930.
- SERRA, Joaquim Bastos, *A Colegiada de Santo Estêvão de Alfama nos finais da Idade Média: os homens e a gestão da riqueza patrimonial*, Cascais, Patrimonia Histórica, 2003.
- SERRA, Pedro Cunha, “Da hagiionímia e hagiotoponímia portuguesa (a propósito de um livro

- recente)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VIII, Lisboa, 1957, pp. 39-59.
- SERRA, Susana, AMARAL, Joana, *Castelo de S. Jorge: Núcleo Museológico*, Lisboa, EGEAC, 2008.
- SIDARUS, Adel, REI, António, “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, 2001, pp. 37-72.
- SIDARUS, Adel, TEICHNER, Felix, “Termas Romanas no Gharb al-Andalus”, *Arqueologia Medieval*, nº 5, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 1997, pp. 177-189.
- SILVA, Augusto Vieira da, “A cristianização de Lisboa” in *Dispersos*, vol. III, Lisboa, Publicações Culturais da CML, 1960.
- SILVA, Augusto Vieira da, “A evolução paroquial de Lisboa”, *Revista Municipal*, ano III, n.ºs 13 e 14, 1942, pp. 3-5; in *Dispersos*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal Lisboa, 1968, pp. 171-215.
- SILVA, Augusto Vieira da, “A Judiaria Velha de Lisboa: Estudo topographico sobre a antiga Lisboa”, *O Archeologo Português*, vol. V, nºs 11–12, Lisboa, Museu Ethnologico Português, 1899-1900.
- SILVA, Augusto Vieira da, “Algumas descobertas no Castelo de S. Jorge” in *Dispersos*, vol. 2, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1985, pp. 361-368.
- SILVA, Augusto Vieira da, “Inscrições lapidares da Porta do Ferro: excerto de um trabalho em preparação sobre epigrafia olisiponiana”, *Olisipo*, nº 25, 1944, pp. 3-21.
- SILVA, Augusto Vieira da, “Locais onde funcionou em Lisboa a Universidade dos Estudos”, *Boletim da 2ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. XII, 1919, pp. 742-753.
- SILVA, Augusto Vieira da, “Notícias Históricas das freguesias de Lisboa”, *Revista Municipal*, ano IV, n.º 15 e 16, 1943, pp. 3-24 e pp. 7-28; in *Dispersos*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal Lisboa, 1968, pp. 217-299.
- SILVA, Augusto Vieira da, “Santa Catarina: terceira freguesia de Lisboa” in *Revista Municipal*, Lisboa, nº 39, 1948, pp. 16-18.
- SILVA, Augusto Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2ª ed, 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.
- SILVA, Augusto Vieira da, *A Cerca Moura de Lisboa. Estudo histórico descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1939.
- SILVA, Augusto Vieira da, *As Freguesias de Lisboa (estudo histórico)*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1943.
- SILVA, Augusto Vieira da, *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, 3ª ed., 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

- SILVA, Augusto Vieira da, *Dispersos*, 3 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1954-1960.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Epigrafia de Olisipo: subsídios para a história da Lisboa Romana*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1944.
- SILVA, Augusto Vieira da, *O Castelo de S. Jorge de Lisboa. Estudo histórico-descritivo*, 2ª ed., Lisboa, Tip. Da Empresa Nacional de Publicidade, 1937.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Os limites de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1941.
- SILVA, Augusto Vieira da, *Plantas topográficas de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal, 1950.
- SILVA, Carlos Guardado da, “O Mosteiro de S. Vicente de Fora: fundação, organização interna e património rural: séculos XII-XIII”, *Olisipo*, II Série, 13, 2000, pp. 29-40.
- SILVA, Carlos Guardado da, *Lisboa Medieval: A organização e estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.
- SILVA, Carlos Guardado da, *O Mosteiro de S. Vicente de Fora. A comunidade regrante e o património rural (séculos XII-XIII)*. Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- SILVA, Carlos Guardado da, “Lisboa: da cidade de fronteira à afirmação da capital do reino: 1147-1383”, *Revista Férula*, nº3, Lisboa, 2013.
- SILVA, Carlos Ribeiro da, *Caracterização Construtiva do Edificado de Alfama*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico apresentada na Universidade de Évora, 2007.
- SILVA, Gonçalo, *Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515)*, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- SILVA, Inês Mendes da, *Relatório Necrópole dos Lagares*, ERA Arqueologia, Processo S 35576, consultável no Arquivo da DGPC.
- SILVA, José Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 2ª ed., 2002.
- SILVA, José Custódio Vieira da, “Da Galilé à Capela-Mor: O percurso do Espaço Funerário na Arquitectura Gótica Portuguesa”, in *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.
- SILVA, Manuel Fialho, LOURINHO, Inês, apresentada no colóquio internacional Moçárabes Cultura e acultura, em Silves, Outubro de 2010, “O hibridismo na sociedade olisiponense pós-1147”, 2011.
- SILVA, Manuel Fialho, “A população judaica da Lisboa de D. Dinis”, *Atas do I Congresso Histórico Internacional realizado em Guimarães, de 24 a 26 de Outubro de 2012*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 181-193.
- SILVA, Manuel Fialho, “São Julião: Uma Freguesia Marítima de Lisboa (1147-1294)”, *Rossio:*

Estudos de Lisboa, nº 0, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, 2012.

SILVA, Manuela Santos, “A administração municipal de Lisboa”, em, *História de Portugal, Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. III, Portugal Medieval, por João MEDINA (dir.), Amadora, Ediclube, 2004, pp. 324-328.

SILVA, Manuela Santos, “As Cidades (Séculos XII-XV)” in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Dirigida por João Medina, Volume III – *Portugal Medieval*, Ediclube, Edição e Promoção do Livro, Alfragide-Amadora, 1993.

SILVA, Manuela Santos, *Estruturas urbanas e Administração Concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais, Patrimonia, 1997.

SILVA, Rodrigo Banha da, “Arqueologia Viária Romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira”, *Actas da Mesa Redonda De Olisipo a Scallabis – A rede viária romana no Vale do Tejo*, Museu do Neorealismo, Vila Franca de Xira, 2009, pp. 98 – 116.

SILVA, Rodrigo Banha da, “A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa”, *Cira Arqueologia*, nº 2, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 2013, pp. 40-62.

SILVA, Rodrigo Banha da, “A ocupação do período da dominação islâmica na Praça da Figueira (Lisboa)”, *Actas do Congresso Afonso Henriques e a sua época*, Lisboa, Associação dos amigos de Lisboa, (em publicação), disponível on-line em 1/11/2015: (https://www.academia.edu/3992035/A_ocupacao_do_periodo_de_dominacao_islamica_na_Praca_da_Figueira_Lisboa_pdf)

SILVA, Rodrigo Banha da, “*Marcas de oleiro*” em *terra sigillata da Praça da Figueira (Lisboa): contribuição para o conhecimento da economia de Olisipo (séc. I a.C. - séc. II d.C.)*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Arqueologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga (Texto Policopiado), 2005.

SILVA, Rodrigo Banha da, “O “Facies” cerâmico de Olisipo (Lisboa) no Período Júlio-Cláudio: uma primeira aproximação a partir de contextos suburbanos seleccionados.”, *Actas do workshop internacional La Configuración de los facies Cerámicos Altoimperiales en el sul de la Peninsula Ibérica*, Granada, Universidad de Granada-Facultad de Filosofía y Letras, 28 de Novembro de 2013.

SILVA, Rodrigo Banha da, “O Contexto [913] da I.A.U. do Largo do Chafariz de Dentro: Um Contributo para o Conhecimento da Actividade Oleira na área de Alfama (Lisboa) durante o período islâmico”, trabalho académico para o Seminário de Arqueologia Medieval, Lisboa, FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2007/2008.

SILVA, Rodrigo Banha da, “O Contexto Alto-Imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maira Maior, Lisboa): Vidros, Cerâmicas e Análise Contextual”, in *Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses*, n.º 1, 2015, pp. 41-67.

SILVA, Rodrigo Banha da, “Olisipo”, in *La Gestión de los residuos urbanos en Hispania: In Memoriam Xavier Dupré Raventós*, Mérida, Instituto de Arqueología de Mérida (CSIC),

2011, pp. 204-212

SILVA, Rodrigo Banha da, “Urbanismo de Olisipo: A Zona Ribeirinha”, in *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, CML, 1997, pp. 43-67.

SILVA, Rodrigo Banha da, *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)*. Lisboa, FCSH-UNL, 2012 (policopiado).

SILVA, Rodrigo Banha da, *et alii*, comunicação oral: “Leitura arqueológica do espaço periurbano de Lisboa entre meados do século XI e o século XII: as estruturas viárias e agrárias na Praça da Figueira” apresentada em 19 de Novembro de 2015 no Colóquio *Nova Lisboa Medieval*, realizado na FCSH da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Rodrigo Banha da, GOMES, Rosa Varela, GOMES, Mário Varela, “O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa)”, in *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular: Encontros e Desencontros*, Navarra, Instituto de Arqueologia e Paleociências das Universidades Nova de Lisboa e do Algarve, 2011.

SILVEIRA, Ana Cláudia, “Entre Lisboa e Setúbal: os Palhavã” in *Lisboa Medieval: os rostos da cidade*, coord. Luís KRUS, Luís Filipe OLIVEIRA, João Luís FONTES, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 197-213.

SOROMENHO, Paulo, “Um casa de Alfama (Largo do Chafariz de Dentro, n.ºs 8, 9, 9-A), *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*, n.º 104, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 1963, pp. 177-197.

SOUSA, Alexandra de, *Casa do Infante / Intervenções*, Dissertação de Mestrado em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004.

SOUSA, Cordeiro de, *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927.

SOUSA, Francisco L. Pereira de, *O Terramoto do 1.º de novembro de 1755 em Portugal*, vol. III, Lisboa, 1922.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, “Os “jacentes” da Sé de Lisboa e a sua indumentária”, in *Colectânea Olisiponense, Artigos Publicados em Revistas e Jornais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1953.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1927.

SUCENA, Eduardo, “Os Muros Afonsinos de Lisboa”, *Arqueologia e História*, vol. 53, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2001, pp. 45-48.

SUMMAVIELLE, Elísio, *et alli*, *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*, Lisboa, Teorema, 1986.

TABALES RODRÍGUEZ, Miguel, “La transformación palatina del Alcázar de Sevilla, 914-

1366”, *Anales de Arqueología Cordobesa*, nº 12, 2001, pp. 195-213.

TAVARES, Maria José Ferro, *A Heranca Judaica em Portugal*, Lisboa, CTT, 2004.

TAVARES, Maria José Ferro, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2010.

TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no sec. XIV*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1970.

TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no sec. XV*, Universidade Nova: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1982.

TÁVORA, Luís, “A heráldica medieval na Sé de Lisboa”, *Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, n. 88, tomo I, 1982, pp. 3-59.

TEIXEIRA, Helena, *Porto, 1114 – 1518: A Construção da cidade medieval*, dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.

TEIXEIRA, Manuel, VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português: séculos XIII-XVIII: Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel, “A História Urbana em Portugal. Desenvolvimentos Recentes”, *Análise Social*, vol. XXVIII, nº 121, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1993, pp. 371-390.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Algunos Aspectos del Mudejarismo Urbano Medieval*, Madrid, Imprenta y Editorial Maestre, 1954.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Ciudades Hispano-Musulmanas*, 2 vols., Madrid, Instituto Hispano-Arabe de Cultura, 1971.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, “Atarazanas hispanomusulmanas”, *Al-Andalus*, v. XI, 1946, Instituto Miguel Asin, pp. 175-209.

TORRES BALBÁS, Leopoldo, “La Mezquita Mayor de Granada”, *Al-Andalus*, X, 1945, pp. 409-481.

TIÇÃO, Álvaro, *et alii*, “As Muralhas de Lisboa. Novos dados”, in *Mil Anos de Fortificações*, Lisboa, Edições Colibri, 2002, pp. 849-854.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, “A arte islâmica no Ocidente Andaluz: a arquitectura e as artes”, in *História da Arte Portuguesa*, vol. 1, dir. Paulo Pereira, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 150-177.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, “Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Gharb al-Andalus para o reino de Portugal” in *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822*, Walter ROSSA, Renata ARAÚJO e Hélder CARITA (coords.), Comissão Nacional para as

Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 99 – 112.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, “O Garb Al-Andalus”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo PEREIRA, Lisboa, Temas e Debates, 1995, pp. 153-176.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, “Rituais funerários paleocristãos e islâmicos” in *O reino dos mortos na idade média peninsular*, José Mattoso (dir.), Lisboa, Edições Sá da Costa, 1996, pp. 11-44.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago, *O Legado Islâmico em Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

TORRES, Cláudio, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Lisboa subterrânea*, Lisboa-Milão, 1994, pp. 80-85.

TORRES, Cláudio, “Lisboa muçulmana, um espaço urbano e o seu território”, *Arqueologia Medieval*, nº 7, Porto, Edições Afrontamento/CAM, 2001, pp. 73-77.

TORRÓ, Josep, “El Urbanismo mudéjar como forma de resistência. Alquerías y morerías en el Reino de Valencia (siglos XIII-XVI)”, in *Actas del VI Simposio Internacional de Mudejarismo*, Teruel, Instituto de Estudios Turolenses, 1995, pp. 535-598.

TRINDADE, Luísa, ROSSA, Walter, “O desenho e o conhecimento do urbanismo medieval português” in *El espacio urbano en la Europa medieval : Nájera*. Encuentros Internacionales del Medievo, Nájera, 2006.

TRINDADE, Luísa, “A Praça e a Rua da Calçada segundo o Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)”, *Separata de Media Aetas: Revista de Estudos Medievais*, 2ª série, nº 1, Ponta Delgada, Patrimonia, 2004/2005.

TRINDADE, Luísa, “Casas da Câmara ou Paços do Concelho: Espaços e Poder na cidade tardo medieval Portuguesa”, in *Evolução da paisagem urbana: Sociedade e Economia*, Maria do Carmo RIBEIRO e Arnaldo Sousa MELO (coord.), Braga, CITCEM, 2012, pp. 209-227.

TRINDADE, Luísa, “Corpo e Água: Os banhos públicos em Portugal na Idade Média”, *digitAR - Revista Digital de Arqueologia, Arquitectura e Artes*, nº 2, Coimbra, Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património, 2015, pp. 206-221.

TRINDADE, Luísa, *A Casa Corrente em Coimbra: dos finais da Idade Média aos inícios da Época Moderna*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 2002.

TRINDADE, Luísa, “From Islam to Christianity: Urban Changes in Medieval Portuguese Cities” in *Religion and power in Europe: Conflict and Convergence*, Joaquim Carvalho (ed.), Pisa, Pisa University Press, 2007, pp. 29-51.

TRINDADE, Luísa, *Urbanismo na composição de Portugal*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2009, [publicada na Imprensa da Universidade de Coimbra em 2013].

TRILLO SAN JOSÉ, Carmen, “Mezquitas en al-Andalus: Un espacio entre las comunidades y el

- poder”, *Studia historica: Historia medieval*, nº 29, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2011, 73-98.
- VALLA, Margarida, “A estrutura urbana: da «Bastide» do século XIII à «Praça Forte» seiscentista”, *Monumentos*, nº 12, Lisboa DGEMN, 2000, pp. 25-31.
- VALDIVIESO RAMOS, Ana, LÓPEZ GUERRERO, Rosa, “Las Mezquitas de Barrio en Córdoba: Estado de la cuestión y nuevas líneas de investigación”, *AAC*, nº 12, 2001, pp. 215-239.
- VALE, Ana, FERNANDES, Lídia, “Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa”, in *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Almada, 20 a 23 de Fevereiro de 1997)*, Câmara Municipal de Almada, Almada, 1997, pp. 109 -121.
- VALE, Ana, SOUSA, Vítor, “A Barreira do Circo de Olisipo, in *Actas do Quarto Encontro de Arqueologia Urbana (Amadora, 10 a 12 de Novembro de 2000)*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora - Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, 2003, pp. 177 -186.
- VALONGO, António, *Relatório dos trabalhos arqueológicos: Rua do Ouro 133*, Lisboa, 2014, Processo S 35338, consultável no arquivo da DGPC.
- VARGAS, José Manuel, “As freguesias de Lisboa e do seu termo na idade média”, *Olisipo : boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, Lisboa, nº 17, 2002, pp. 47-66.
- VASCONCELOS, António de, *A Sé-Velha de Coimbra*, 2 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1935.
- VASCONCELOS, José Leite, *Lisboa arcaica: da Idade da Pedra à reconquista cristã: programa de um estudo*, Lisboa, s.n., 1937.
- VASCONCELOS, José Leite, *Páginas Olisiponenses*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1959.
- VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vol., Coimbra. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992.
- VENTURA, Leontina, *D. Afonso III*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2009.
- VENTURA, Margarida Garcez, “Uma casa diante da Porta da Sé: de Fernando Martins a Santo António”, *Olisipo*, 2ª série, nº 17, Lisboa, Grupo Amigos de Lisboa, 2002, pp. 35-38.
- VENTURA, Margarida Garcez, ”Breves notas sobre a institucionalização de permanências numa súplica do povo de Lisboa ao para Eugénio IV”, in *Congresso Internacional. Pensamento e Testemunho. 8º Centenário do nascimento de Santo António. Actas*, vol. II, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1996, pp. 1019-1031.
- VIDAL, Angelina, *Lisboa antiga e Lisboa moderna : elementos históricos da sua evolução*, 2ª ed, Lisboa, Vega, 1994, pp. 93-102.
- VIGUERA MOLINS, María Jesús, "Los Almorávides en torno al Tajo: apuntes sobre fuentes y síntesis", *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de*

2003, Coordenação de Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp.147-150.

VIGUERA MOLÍNS, María Jesús, *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebíes*, Mapfre, 1992.

VILAR, Hermínia, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

VILAR, Hermínia, *D. Afonso II: um rei sem tempo*, Rio de Mouro, Temas e Debates & Círculo de Leitores, 2008.

VILLAMARIZ, Catarina, “A Sé de Lisboa e a arquitectura claustral” in *A Nova Lisboa Medieval: actas do I encontro*, coord. Núcleo Científico de Estudos Medievais e Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, Colibri, 2005, pp. 153-164.

VILLAMARIZ, Catarina, *A Arquitectura Religiosa Gótica em Portugal no Século XIV: o Tempo dos Experimentalismos*, Dissertação de doutoramento em História de Arte Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

VITERBO, Sousa, “Ocorrencias da vida Mourisca”, *Archivo Historico Portuguez*, vol. V, Lisboa, 1907, pp. 81-93; 161-170; 247-265.

VV. AA., “A cidade e o seu território no Gharb al Andalus através da cerâmica” in *Actas do X Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo em Silves*, 22 A 27 de Outubro de 2012, Silves, Câmara Municipal de Silves/Campo Arqueológico de Mértola, 2015, pp. 19-50.

VV. AA., “Cerâmica Islâmica do Ġarb al-Andalus. Contextos sócio-territoriais de distribuição”, *O Arqueólogo Português*, nº 3, Série V, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 2015, pp. 349-380.

VV. AA., “Cerâmicas medievais de Lisboa – Continuidades e Rupturas”, em *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro, sécs. VIII-XIII: actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003, Porto 4 e 5 de Abril de 2003*, Coordenação de Mário Jorge BARROCA, Isabel Cristina FERNANDES, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 221-236.

VV. AA., “CIGA: Projecto de sistematização para a cerâmica do Gharb al-Andalus”, *Xelb*, nº 10, Museu Municipal de Arqueologia de Silves, 2010 pp. 455-476.

VV. AA., “Intervenções arqueológicas na encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa)” *Al-madan*. Almada, nº 11, 2002, p. 245-246.

VV. AA., “Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.2 da Rua de S. João da Praça”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 8, nº 2, 2005, p.313-334.

VV. AA., “Resultados de la intervención arqueológica realizada en el Palácio de Orive de Córdoba

- (1996-1998)”, *Anuario arqueológico de Andalucía*, Vol. 3, Tomo 1, 2003, págs. 299-321.
- VV. AA., “Teatro Romano de Lisboa: sondagem arqueológica a sul do monumento e o urbanismo de Olisipo”, *Almadan*, nº 17, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, 2012, 44-55.
- VV. AA., *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das 1.ªs Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, 2 vols, Lisboa, 25-30 de Dezembro de 1972, Lisboa, FLUL/Instituto de Alta Cultura, 1973.
- VV. AA., *A Universidade Medieval em Lisboa: Séculos XIII a XVI*, Hermenegildo FERNANDES (coord.), Lisboa, Tinta-da-China, 2013.
- VV. AA., *Actas das sessões do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa, Câmara Municipal, 1997.
- VV. AA., *Catálogo da Exposição Cartografia de Lisboa: Séculos XVII a XX*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- VV. AA., *Genese de la Ville Islamique en Al-Andalus et au Maghreb Occidental*, Madrid, Casa de Velázquez, 1998.
- VV. AA., *Guía Arqueológica de Córdoba*, Desiderio VAQUERIZO GIL (dir.), Córdoba, Plurabelle, 2003.
- VV. AA., *La Ciudad Hispanica durante los Siglos XIII al XVI*, Madrid, Univ. Complutense.
- VV. AA., *La Ciudad Islâmica*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1991.
- VV. AA., *Málaga entre Malaca y Málaga*, Catálogo da exposição Maria Jesús Viguera MOLINS (ed.), Málaga, Universidad de Málaga, 2009.
- VV. AA., *Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*, Assembleia Distrital, Lisboa, 1973-1988.
- VV. AA., *Núcleo Arqueológico Rua dos Correeiros*, AMARO, Clementino, (coord.), Lisboa, Fundação Banco Comercial Português, 1995.
- VV. AA., *O Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Ana ARAÚJO et alii (orgs.), Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- VV. AA., *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.
- VV. AA., *The City in the Islamic World*, vol. 1, ed. Salma K. JAYYUSI, Leiden/Boston, Brill, 2008.
- VV. AA., *The Making of Pompeii: Studies in the History and Urban Development of an Ancient Town*, Steven J. R. ELLIS (ed.), *JRA Supplementary series*, nº 85, Portsmouth, Journal of Roman Archaeology, 2011.
- YÁNEZ NEIRA, María Damián “El Monasterio de Oya y sus abades”, *El Museo de Pontevedra*, nº

28, 1974.

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1. ESQUEMA URBANÍSTICO DE OLISIPO SOBRE A PLANTA DE NUNES TINOCO (SEGUNDO VASCO GIL MANTAS).....	29
FIGURA 2. OLISIPO (SEGUNDO RODRIGO BANHA DA SILVA)	31
FIGURA 3. RECONSTRUÇÃO DE PRIENE (TURQUIA) NO SÉC. IV A.C.....	33
FIGURA 4. PLANO DE POMPEIA ROMANA	34
FIGURA 5. VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E SISTEMA VIÁRIO DE CAESAR AUGUSTA	36
FIGURA 6. SARAGOÇA ACTUAL (GOOGLE MAPS)	37
FIGURA 7. MALACA ROMANA: OS PRINCIPAIS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS DESDE ÉPOCA FENÍCIO-PÚNICA ATÉ À BIZANTINA ..	38
FIGURA 8. ARRUAMENTOS DA CIDADE DE AEMINIUM (SEGUNDO JORGE ALARCÃO).....	40
FIGURA 9. RECONSTITUIÇÃO DE OLISIPO COM BASE NO GRAU DE EVIDÊNCIA HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA	41
FIGURA 10. O SISTEMA VIÁRIO DE OLISIPO NA ANTIGUIDADE TARDIA.....	42
FIGURA 11. ESQUEMA COM TIPOLOGIA DE MORFOLOGIAS URBANAS (SEGUNDO NAVARRO PALÁZON E JIMÉNEZ CASTILLO) ..	49
FIGURA 12. SISTEMA VIÁRIO DA PARTE MERIDIONAL DA ACTUAL MEDINA DE TUNES	55
FIGURA 13. AS FREGUESIAS DE LISBOA (SEGUNDO JOSÉ VARGAS).....	61
FIGURA 14. A MEDINA EM PATAMARES	81
FIGURA 15. O PATAMAR SUPERIOR (C. 1300).....	84
FIGURA 16. O PATAMAR INTERMÉDIO	96
FIGURA 17. PLANTA DA SÉ NA ÉPOCA DE D. AFONSO HENRIQUES (AUTORIA DE AUGUSTO VIEIRA DA SILVA).....	110
FIGURA 18. A CATEDRAL E A SUA ENVOLVENTE EM FINAIS DO SÉCULO XII (RECONSTITUIÇÃO DA SÉ POR ANTÓNIO DO COUTO)	113
FIGURA 19. A CATEDRAL E A SUA ENVOLVENTE CERCA DE 1325 (RECONSTITUIÇÃO DA SÉ POR ANTÓNIO DO COUTO)	113
FIGURA 20. VISTA DO PÁTIO DO CLAUSTRO DA SÉ DE LISBOA (SO PARA NE).....	117
FIGURA 21. O PATAMAR INFERIOR	133
FIGURA 22. A ALCÁÇOVA DE LISBOA NO INÍCIO DO SÉC. XI.....	161
FIGURA 23. REDE DE MESQUITAS DE CÓRDOVA.....	167
FIGURA 24. PORMENOR DA PLANTA DA ALCÁÇOVA COM PROVÁVEL LOCALIZAÇÃO DA MESQUITA.	168
FIGURA 25. PORMENOR DA ALCÁÇOVA NA VISTA DE LEIDEN, BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DE LEIDEN.	171
FIGURA 26. PORMENOR DA VISTA DE LISBOA DE SIMÃO DE MIRANDA, C. 1575.	173
FIGURA 27. PORMENOR DA ILUMINURA ATRIBUÍDA A ANTÓNIO DE HOLANDA, NO FRONTISPÍCIO DA CRÓNICA DE D. AFONSO HENRIQUES DE DUARTE GALVÃO.....	173
FIGURA 28. PORMENOR COM O CASTELEJO NA PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO, C. 1650.....	174
FIGURA 29. A ALCÁÇOVA EM MEADOS DO SÉCULO XI.	179
FIGURA 30. PLANTA GERAL DA CIDADE DE ONDA (CASTELLÓN).....	183
FIGURA 31. PLANTA DAS ESCAVAÇÕES DO BAIRRO ISLÂMICO (SEGUNDO A. GOMES E A. GASPAR).	184
FIGURA 32. A ALCÁÇOVA EM 1147.	194
FIGURA 33. A ALCÁÇOVA ENTRE 1147 E 1250.	200
FIGURA 34. A ALCÁÇOVA EM INÍCIOS DO SÉC. XIV.....	219
FIGURA 35. FRAGMENTO DA PLANTA TOPOGRÁFICA DE LISBOA MOSTRANDO A CERCA MOURA E O ESTEIRO DO RIO TEJO.....	235
FIGURA 36. OS CANOS DA BAIXA LISBOETA NO SÉCULO XVI: CONTRIBUTO DA ARQUEOLOGIA	238
FIGURA 37. RECONSTITUIÇÃO DO ESTEIRO DE LISBOA CERCA DE 1250.....	239
FIGURA 38. PORMENOR DO ARRABALDE OCIDENTAL COM UMA RECONSTITUIÇÃO APROXIMADA DO ESTEIRO E RIBEIRAS EM ÉPOCA MEDIEVAL NA PLANTA DE TINOCO (1650).....	240
FIGURA 39. PLANTA TOPOGRÁFICA DA CIDADE DE LISBOA: ARRUINADA, TAMBÉM SEGUNDO O NOVO ALINHAMENTO DOS ARCHITETOS EUGÉNIO DOS SANTOS, CARLOS MARDEL, JOÃO PEDRO RIBEIRO.	246
FIGURA 40. NARC – ESTRUTURAS DE ÉPOCA ROMANA (SEGUNDO JACINTA BUGALHÃO).	247
FIGURA 41. NARC – ESTRUTURAS DE ÉPOCA ISLÂMICA (SEGUNDO JACINTA BUGALHÃO).	248

FIGURA 42. NARC – ESTRUTURAS DE ÉPOCA MODERNA E PRÉ-POMBALINA (SEGUNDO JACINTA BUGALHÃO)	248
FIGURA 43. PORMENOR DO ARRABALDE OCIDENTAL, INDICANDO A CORREDOURA E AS CURVAS DE NÍVEL	254
FIGURA 44. ARRABALDE OCIDENTAL CERCA DE 1147.....	258
FIGURA 45. BAIRRO ISLÂMICO DA PRAÇA DA FIGUEIRA E ENVOLVENTE CERCA DE 1147	267
FIGURA 46. A IGREJA DE S. LOURENÇO COM OS SILOS/FOSSAS (SEGUNDO CLEMENTINO AMARO).....	273
FIGURA 47. ADAPTAÇÃO DE PORMENOR DA PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO (1650) COM O ESPAÇO DA JUDIARIA VELHA E RESPECTIVOS ADARVES ASSINALADOS.....	282
FIGURA 48. PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO PARA A JUDIARIA NOVA.....	288
FIGURA 49. PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DA JUDIARIA NOVA COM BASE NA PLANTA TOPOGRAPHICA DA CIDADE DE LISBOA	289
FIGURA 50. <i>SUQ</i> DO ARRABALDE OCIDENTAL (SÉC. XI - MEADOS DO XII).....	292
FIGURA 51. AÇOUGUE DO PESCADO E SUA ENVOLVENTE CERCA DE 1248 (LOCALIZAÇÃO APROXIMADA)	299
FIGURA 52. ZONA RIBEIRINHA DO ARRABALDE OCIDENTAL (CERCA DE 1260).....	303
FIGURA 53. OS QUARTEIRÕES DAS FANGAS, CARNIÇARIAS E ALFÂNDEGA E ENVOLVENTE URBANA ANTERIOR A 1755.....	304
FIGURA 54. AS TENDAS RÉGIAS DA RUA DA CORREARIA (CERCA DE 1278).....	308
FIGURA 55. FRAGMENTO DA ESTAMPA I DE AUGUSTO VIEIRA DA SILVA.....	312
FIGURA 56. EXCERTO DA ESTAMPA III COM O DESVIO DA MURALHA DE D. DINIS ASSINALADO.....	315
FIGURA 57. PARTE OCIDENTAL DA MURALHA DA RIBEIRA ATÉ AO AÇOUGUE DO PESCADO	316
FIGURA 58. HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA OCIDENTAL EM FINAIS DO SÉC. XIII	317
FIGURA 59. RECONSTITUIÇÃO DA RUA NOVA E DA RUA DA FERRARIA (SEGUNDO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA).....	325
FIGURA 60. JUDIARIA NOVA E ENVOLVENTE URBANA.....	328
FIGURA 61. PORMENOR DA RUA NOVA E RUA DA FERRARIA: AS MEDIDAS-PADRÃO.....	329
FIGURA 62. HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DA RUA NOVA E ENVOLVENTE URBANA (C. 1300).....	333
FIGURA 63. OS QUARTEIRÕES DAS FANGAS, CARNIÇARIAS E ALFÂNDEGA NA PLANTA DE POPPE.	334
FIGURA 64. QUARTEIRÃO DAS FANGAS E AÇOUGUES DA CARNE (C. 1290).....	335
FIGURA 65. O QUARTEIRÃO DAS FANGAS SEGUNDO O TOMBO DE 1755.....	337
FIGURA 66. HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DO QUARTEIRÃO DAS FANGAS E ENVOLVENTE (C. 1300)	339
FIGURA 67. PORMENOR DO LARGO DO PELOURINHO (SEGUNDO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA)	345
FIGURA 68. OS LOTES REFERIDOS NO TOMBO DE 1755, INSERIDOS NA CARTOGRAFIA PRÉ-POMBALINA E NO CONTEXTO URBANO DO INÍCIO DO SÉC. XIV.	348
FIGURA 69. RECONSTITUIÇÃO DO QUARTEIRÃO ENTRE O LARGO DO PELOURINHO E O LARGO DA PORTAGEM SEGUNDO O TOMBO DE 1755.....	349
FIGURA 70. HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DA URBANIZAÇÃO FEITA POR DOMINGOS DE GAYA (1305).....	351
FIGURA 71. PAÇO DA MADEIRA NA SUA ENVOLVENTE CERCA DE 1325	354
FIGURA 72. ESTRUTURAS HIPOTETICAMENTE PORTUÁRIAS DE ÉPOCA MEDIEVAL ISLÂMICA	361
FIGURA 73. RECONSTITUIÇÃO DA MARGEM RIBEIRINHA DO ARRABALDE OCIDENTAL (1ª METADE DO SÉC. XII)	362
FIGURA 74. DESENHO DE GALÉS INSERIDO NUM FÓLIO DA CHANCELARIA DE D. DINIS.....	365
FIGURA 75. RECONSTITUIÇÃO VIRTUAL DOS ESTALEIROS NAVAIS ENCONTRADOS EM <i>PORTUS</i>	369
FIGURA 76. RECONSTITUIÇÃO PARCIAL DA PLANTA DAS TERCENAS DE SEVILHA NOS SÉCULOS XIII-XIV	371
FIGURA 77. TERCENAS RÉGIAS DE BARCELONA EM MEADOS DO SÉC. XIV (SEGUNDO IÑAKI MORENO E ESTEVE NADAL)....	372
FIGURA 78. VISTA DE BARCELONA. DESENHO DE ANTON VAN DEN WYNGAERDE (1563).....	373
FIGURA 79. VISTA DE BARCELONA. DESENHO DE ANTON VAN DEN WYNGAERDE (1563)	374
FIGURA 80. O MURO DAS TERCENAS NUM EXCERTO DA ESTAMPA I DE AUGUSTO VIEIRA DA SILVA	376
FIGURA 81. PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DAS TERCENAS RÉGIAS EM 1300.....	377
FIGURA 82. PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DA CASA DA ÍNDIA (SEGUNDO CARLOS CAETANO)	379
FIGURA 83. O SÍTIO DA PEDREIRA (SEGUNDO MATOS SEQUEIRA)	383
FIGURA 84. A PEDREIRA (FINAIS DO SÉC. XIII INÍCIOS SÉC. XIV)	385
FIGURA 85. OS CONVENTOS NO ARRABALDE OCIDENTAL (C. 1250).....	391
FIGURA 86. SÃO FRANCISCO NUM EXCERTO DA PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO (1650).....	395

FIGURA 87 - EXCERTO DE PLANTA ANÓNIMA COM A HIPOTÉTICA ÁREA ABRANGIDA PELA CERCA DO CONVENTO DE S. FRANCISCO	397
FIGURA 88. PLANTA BAIXA DA PRIMEIRA IGREJA DA TRINDADE (SEGUNDO MATOS SEQUEIRA)	399
FIGURA 89. SÃO DOMINGOS E ENVOLVENTE C. 1250.....	404
FIGURA 90. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E MORFOLOGIA DE ALFAMA E COLINA DO CASTELO	415
FIGURA 91. OS DOIS NÍVEIS DO ARRABALDE ORIENTAL E VIAS PRINCIPAIS.....	418
FIGURA 92. INTERPRETAÇÃO DA MALHA ORTOGONAL EXISTENTE EM ALFAMA (SEGUNDO PEDRO MARTINS)	419
FIGURA 93. MODELO CONCEPTUAL DA TRANSFORMAÇÃO DE UMA COLÓNIA ROMANA NUMA CIDADE ISLÂMICA (SEGUNDO SPIRO KOSTOF).....	420
FIGURA 94. ARRABALDE OCIDENTAL NO FINAL DA ÉPOCA DE DOMÍNIO MUÇULMANO.....	427
FIGURA 95. ORTOFOMAPA DA ÁREA DA ALFAMA ACTUAL COM VIAS PRIMÁRIAS, SECUNDÁRIAS E ADARVES	436
FIGURA 96. MARGEM RIBEIRINHA DE ALFAMA EM EXCERTO DA PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO (1650).....	439
FIGURA 97. MARGEM RIBEIRINHA DE ALFAMA EM EXCERTO DO DESENHO DE LEIDEN (ÚLTIMO QUARTEL SÉC. XVI)	439
FIGURA 98. PORMENOR DA GRAVURA DE LISBOA DA BIBLIOTECA DE LEIDEN COM A TORRE DE S. PEDRO E O CHAFARIZ DEL REL.....	444
FIGURA 99. PORTA DA CRUZ EM EXCERTO DA PLANTA DE TINOCO (1650)	446
FIGURA 100. TERCENAS DE D. MANUEL – PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO DA PLANTA DO 1º PISO.....	453
FIGURA 101. TERCENAS DE D. MANUEL – PORMENOR DA GRAVURA EXISTENTE NA BIBLIOTECA DE LEIDEN (MEADOS SÉC. XVI).....	453
FIGURA 102. O ARRABALDE ORIENTAL (C. 1325).....	455
FIGURA 103. DO CHAFARIZ DE DENTRO À TORRE DE ALFAMA (SEGUNDO VIEIRA DA SILVA).....	460
FIGURA 104. TERRAÇO POSSIVELMENTE ERGUIDO PELO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA NO SÉCULO XIV (GOOGLE MAPS)	462
FIGURA 105. O ARRABALDE ORIENTAL E O COMPLEXO DE S. VICENTE DE FORA (C. 1325)	464
FIGURA 106. O COMPLEXO DE SÃO VICENTE DE FORA NA PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO (1650)	467
FIGURA 107. PORMENOR COM O COMPLEXO DE S. VICENTE DE FORA NA GRAVURA PUBLICADA NA OBRA DE BRAUNIO (C. 1598 COM BASE EM DESENHO DE C. 1565).....	468
FIGURA 108. A CERCA DE SÃO VICENTE NA CARTA TOPOGRÁFICA DE LISBOA DE FILIPE FOLQUE (1856-1858).....	469
FIGURA 109. DO ADRO DA GRAÇA AO POSTIGO DE N. S.ª DA GRAÇA (SEGUNDO AUGUSTO VIEIRA DA SILVA)	472
FIGURA 110. FESTOS E TALVEGUES NA MOURARIA	487
FIGURA 111. PORMENOR DA IMPLANTAÇÃO DA MOURARIA NA PLANTA DE JOÃO NUNES TINOCO (1650).....	488
FIGURA 112. MOURARIA E ÁREA AGRÍCOLA NO SÉC. XVIII	490
FIGURA 113. PODER E INSTITUIÇÕES NO SISTEMA DE S. LÁZARO EM MEADOS DO SÉCULO XIII (C. 1250) (SEGUNDO LUÍS GONÇALVES)	490
FIGURA 114. ESPAÇOS PÚBLICOS DA MOURARIA (SÉC. XV) (SEGUNDO MÁRIO VIANA E LUÍS OLIVEIRA)	492
FIGURA 115. RECONSTITUIÇÃO DA MOURARIA (C. 1325)	493
FIGURA 116. PROPOSTA DE INTERPRETAÇÃO DA EVOLUÇÃO URBANA DA MOURARIA	497

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1. PARÓQUIAS E ÁREA URBANA NA RECONQUISTA CRISTÃ.....	60
QUADRO 2. ANTIGUIDADE DAS IGREJAS DE LISBOA	75
QUADRO 3. HOMENS DA CASA DO REI COM PROPRIEDADES NA ALCÁÇOVA.....	221
QUADRO 4. COTAS DE PAVIMENTOS DE ÉPOCA ISLÂMICA NO ARRABALDE OCIDENTAL DE LISBOA.....	242
QUADRO 5. DIMENSÕES DAS CASAS DO BAIRRO ALMÓADA DE SILVES	268
QUADRO 6. DIMENSÕES DAS HABITAÇÕES DO BAIRRO ISLÂMICO DA PRAÇA DA FIGUEIRA	269
QUADRO 7. DIMENSÕES DOS PÁTIOS CENTRAIS DAS HABITAÇÕES DE ÉPOCA ISLÂMICA EM LISBOA	430
QUADRO 8. SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO ARRABALDE ORIENTAL EM ÉPOCA DE DOMÍNIO ISLÂMICO	434

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TIPOLOGIA DA PROPRIEDADE INTRAMUROS	142
GRÁFICO 2. ESPAÇO NÃO EDIFICADO INTRAMUROS	144
GRÁFICO 3. REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS RELATIVAS À ALCÁÇOVA DE LISBOA.....	201
GRÁFICO 4. INTERVENIENTES NA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À ALCÁÇOVA.....	207
GRÁFICO 5. A ALCÁÇOVA DE LISBOA DURANTE O REINADO DE AFONSO III	213
GRÁFICO 6. TIPOLOGIA DA PROPRIEDADE NO ARRABALDE ORIENTAL ENTRE 1147-1249.....	441
GRÁFICO 7. TIPOLOGIA DA PROPRIEDADE NO ARRABALDE ORIENTAL ENTRE 1250-1300.....	441
GRÁFICO 8. TIPOLOGIA DA PROPRIEDADE NO ARRABALDE ORIENTAL ENTRE 1301-1325.....	442

ÍNDICE GERAL

Notas pessoais.....	3
Introdução	7
Prólogo.....	23
Capítulo 1: De <i>Olisipo</i> a <i>Luxbuna</i>	26
1.1 Alguns aspectos sobre a transição da antiguidade tardia para a idade média	26
1.2 O sistema viário de Olisipo	28
1.3 A malha urbana de algumas cidades do Mediterrâneo antigo	31
1.4 Uma proposta para o sistema viário da cidade na antiguidade tardia	41
Capítulo 2: O urbanismo islâmico: do preconceito ao conhecimento	46
2.1 Velhos preconceitos e novas propostas	46
2.2 As lógicas do urbanismo islâmico	48
Capítulo 3: A implantação da rede paroquial de Lisboa.....	57
3.1 As paróquias da Lisboa Medieval.....	57
3.2 Três cenários na fundação paroquial	61
3.3 A implantação paroquial explicada	68
3.4 A transmissão dos bens das Mesquitas.....	71

Parte I – da Medina à Cidade.....	79
Capítulo 1: Evolução urbana intramuros em patamares	81
Capítulo 2: O patamar superior	84
2.1 A cerca urbana e as suas portas	84
2.2 O sistema viário	87
2.3 Ordens militares na paróquia de Santiago	87
2.4 Evolução urbana na paróquia de S. Bartolomeu.....	90
Capítulo 3: O patamar intermédio	96
3.1 A cerca urbana e as suas portas	96
3.2 Da Mesquita-maior à Sé	102
3.3 A construção da Catedral.....	105
3.4 O cemitério da Catedral	111
3.5 Estruturas urbanas no claustro da Sé	114
3.6 O edifício público islâmico no local do claustro	117
3.7 A construção do claustro	119
3.8 A capela de S. Bartolomeu	122
3.9 O adro da Sé e o paço do concelho.....	125
3.10 Uma habitação de época islâmica no antigo teatro romano.....	128
3.11 Os Brancos: vestígios do suq da medina?.....	130
Capítulo 4: O patamar inferior.....	133
4.1 A muralha, o rio e a Porta do Mar	133
4.2 Do Bab al-Madik ao Arco de Jesus	134
4.3 O Chafariz del Rei	136
4.4 Os banhos públicos em época islâmica	137
Capítulo 5: Alguns aspectos globais do espaço intramuros.....	141
5.1 Alterações no urbanismo após 1147	141
5.2 A tipologia da propriedade intramuros (1147-1325).....	142
5.3 Crescimento vertical	144
5.4 Os espaços não edificados intramuros.....	144
5.5 A Cerca Velha e os seus responsáveis.....	148
Capítulo 6: O espaço intramuros em síntese	152

Parte II - A Alcáçova	155
Capítulo 1: Modelos e tipologias.....	157
Capítulo 2: Antes da Alcáçova.....	161
2.1 O cenário urbano no topo da Colina no início do séc. XI.....	162
2.2 Uma mesquita no topo da colina.....	165
2.3 A possibilidade de uma Dar al-Imara.....	169
2.4 A densidade urbana no topo da colina.....	173
2.5 Os agentes que modelaram a forma urbana.....	176
Capítulo 3: Remodelações em meados do século XI.....	179
3.1 A criação da Alcáçova.....	180
3.2 A construção do Castelejo.....	181
3.3 O bairro residencial da Praça Nova.....	184
3.4 O rawda da Alcáçova.....	188
3.5 Os responsáveis pelas remodelações.....	191
Capítulo 4: A ocupação almorávida da alcáçova.....	194
4.1 Uma necrópole e pinturas murais no bairro residencial.....	195
4.2 A relevância da ocupação almorávida na forma urbana da Alcáçova.....	197
Capítulo 5: A alcáçova de Lisboa entre 1147 e meados do século XIII.....	200
5.1 A transição pós 1147: continuidades e roturas.....	200
5.2 A igreja de Santa Cruz de Lisboa.....	206
5.3 A propriedade urbana: os actores e o cenário urbano.....	207
Capítulo 6: A Alcáçova em meados do século XIII.....	213
6.1 D. João Peres de Aboim: acção privada na forma urbana da Alcáçova.....	214
6.2 Acção urbana na Alcáçova: a Igreja de Santa Cruz e a Coroa.....	217
Capítulo 7: A Alcáçova de Lisboa durante o reinado de D. Dinis.....	219
7.1 A gestão da propriedade da Coroa na Alcáçova.....	220
7.2 A gestão da propriedade da igreja de Santa Cruz na Alcáçova.....	225
Capítulo 8: A Alcáçova em síntese.....	228

Parte III - O arrabalde Ocidental	231
Capítulo 1: O cenário topográfico e a marca do passado	234
1.1 A influência da orografia e das ribeiras da Baixa na forma da cidade	234
1.2 As pré-existências romanas	242
Capítulo 2: O Arrabalde Ocidental em época islâmica	251
2.1 Cronologia, dimensão e densidade urbana do arrabalde ocidental em época islâmica	251
2.2 Um arrabalde multifuncional antes e depois de 1147	259
Capítulo 3: Regressão urbana no Arrabalde Ocidental.....	265
3.1 Do Bairro islâmico da Praça da Figueira às “Hortas de S. Domingos”	265
3.2 De área de armazenamento a paróquia: o caso de S. Lourenço.....	272
3.3 Do outro lado do esteiro – Rua do Ouro.....	275
Capítulo 4: As judiarias de Lisboa	276
4.1 A Judiaria Velha / Grande: definição de um espaço e problemáticas	276
4.2 A reconstituição da Judiaria Velha.....	283
4.3 Judiaria Nova: um exemplo de urbanismo planeado	287
Capítulo 5: A Ribeira de Lisboa: um novo pólo comercial e político	291
5.1 O suq do arrabalde.....	291
5.2 As tendas dos reis	295
5.3 A deslocalização do centro económico por Afonso III	296
5.4 A Rua da Correaria: uma operação de aquisição régia.....	307
5.5 A reestruturação urbana da Ribeira no reinado de D. Dinis.....	310
5.6 Conclusão: Um novo pólo comercial e político no Arrabalde Ocidental	355
Capítulo 6: As estruturas portuárias	358
6.1 O porto de Lisboa em época islâmica.....	359
6.2 Do foral de 1179 ao Paço das Naus de Sancho II.....	364
6.3 As Tercenas régias de Lisboa	367
Capítulo 7: A Pedreira: crescimento urbano nos limites do Arrabalde Ocidental.....	383
Capítulo 8: Os Conventos no exterior do Arrabalde Ocidental.....	390
8.1 O Convento de São Francisco: no topo da Colina.....	391
8.2 O Convento da Trindade.....	398
8.3 S. Domingos – um Convento no Vale da Baixa	402
Capítulo 9: O Arrabalde Ocidental em síntese	406

Parte IV - O Arrabalde Oriental.....	413
Capítulo 1 - O cenário topográfico e a marca do passado	415
1.1 A orografia e a presença romana	415
Capítulo 2 - O arrabalde oriental em época islâmica.....	424
2.1 Alfama aristocrática e a invenção de um mito.....	424
2.2 Cronologia, dimensão e densidade urbana	425
2.3 Um arrabalde multifuncional (habitações, olarias, cemitério).....	429
Capítulo 3 - O arrabalde oriental entre 1147 e 1325: pólos e periferias.....	435
3.1 Continuidades e roturas urbanísticas na transição do domínio muçulmano para o cristão	435
3.2 Densidade e tipologia da propriedade urbana do Arrabalde Oriental.....	440
3.3 Pólos de atracção urbana	445
3.4 As Alcaçarias de Alfama	458
Capítulo 4 – As estruturas conventuais do Arrabalde Oriental	464
4.1 São Vicente de Fora: o primeiro Mosteiro	464
4.2 Nossa Senhora da Graça: no último limite	470
Capítulo 5 – O Arrabalde Oriental em síntese.....	474
Parte V – O Arrabalde dos Mouros	477
Capítulo 1: Pré existências a norte da cidade	479
Capítulo 2: A origem da mouraria: da tradição ao Arrabalde novo.....	482
Capítulo 3: O urbanismo da mouraria	487
3.1 O Arrabalde dos Mouros: situação topográfica e limites urbanos.....	487
3.2 A reconstituição possível da mouraria no final do reinado de D. Dinis	491
3.3 Urbanismo islâmico e urbanismo mudéjar na Mouraria de Lisboa	497
Capítulo 4: A Mouraria em síntese.....	501
Conclusão	505
Anexos.....	515
Bibliografia e fontes.....	541
Índice de Figuras	602
Índice de Quadros.....	605
Índice de Gráficos.....	605